Gerardo Caetano
Gonçalo Mello Mourão
Guilherme Frazão Conduru
Helder Gordim da Silveira
José Vicente de Sá Pimentel
Lucia Maria Paschoal Guimarães
Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos
Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Manoel Gomes Pereira
Marcílio Marques Moreira
Marcos C. de Azambuja
Maurício Eduardo Cortes Costa
Paulo M. Buss
Paulo Roberto de Almeida
Rubens Ricupero
Steven Topik
Synesio Sampaio Goes Filho
Vasco Mariz

A Fundação Alexandre de Gusmão, em conjunto com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, organizou o seminário "Barão do Rio Branco: 100 anos de memória", cujos anais são objeto do presente volume.

De 8 a 10 de maio de 2012, os 25 palestrantes e os mais de 400 estudiosos que compareceram às sessões organizadas no salão de conferências do Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, e no auditório do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro passaram em revista o pensamento e a obra do reverenciado estadista.

O rico material apresentado constitui fonte de inspiração e de pesquisa para todos os interessados na formação do Brasil, na história da América do Sul e nas artes da diplomacia, representadas por aquele que foi um de seus mais completos expoentes.

ISBN 8576314134

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
www.funag.gov.br

619

BARÃO DO RIO BRANCO
100 ANOS DE MEMÓRIA

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

BARÃO DO RIO BRANCO
100 ANOS DE MEMÓRIA

Seminário Internacional
"Barão do Rio Branco – 100 anos de memória"

Participantes:

Alberto da Costa e Silva
Antonio Carlos Robert Moraes
Antônio Celso Alves Pereira
Armando de Senna Bittencourt
Arno Wehling
Carlos Henrique Cardim
Celso Amorim
Clodoaldo Bueno
Dauberson Monteiro da Silva
Domingos Savio da Cunha Garcia
Fernando Guimarães Reis
Gelson Fonseca Jr.
Georges Lamazière

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

CAPA BARÃO 100 anos CORRIGIDO 1
quarta-feira, 2 de janeiro de 2013 17:32:27

BARÃO DO RIO BRANCO
100 ANOS DE MEMÓRIA

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

BARÃO DO RIO BRANCO

100 ANOS DE MEMÓRIA

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A Fundação Alexandre de Gusmão, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

MANOEL GOMES PEREIRA
ORGANIZADOR

BARÃO DO RIO BRANCO
100 ANOS DE MEMÓRIA

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Jessé Nóbrega Cardoso
Rafael Ramos da Luz
Wellington Solon de Souza Lima de Araújo

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2012

B225

Barão do Rio Branco : 100 anos de memória / Manoel Gomes Pereira (Org.).– Brasília : FUNAG, 2012.

748 p.; 23 cm.

Palestras de Georges Lamazière; Vasco Mariz; Luiz Felipe de Seixas Corrêa; Armando de Senna Bittencourt; Gonçalo Mello Mourão; Rubens Ricupero; Domingos Savio da Cunha Garcia; Dauberson Monteiro da Silva; Celso Amorim e Luiz Feldman; Antonio Carlos Robert Moraes; Clodoaldo Bueno; Luís Cláudio Villafañe G. Santos; Arno Wehling; Carlos Henrique Cardim; Antônio Celso Alves Pereira; Paulo M. Buss; Lucia Maria Paschoal Guimarães; Helder Gordim da Silveira; Gerardo Caetano; Paulo Roberto de Almeida; Gelson Fonseca Jr.; Steven Topik; Synesio Sampaio Goes Filho; Guilherme Frazão Conduru; Fernando Guimarães Reis.

ISBN: 978-85-7631-413-4

1. José Maria da Silva Paranhos Junior. 2. Centenário de falecimento. I. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 341.71(=81)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Nota Explicativa

Uma das iniciativas mais importantes no quadro da celebração do primeiro centenário da morte do Barão do Rio Branco foi a organização e a realização do seminário "Barão do Rio Branco: 100 anos de memória", cujos anais são objeto do presente volume.

Organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão em conjunto com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o evento foi inaugurado pelo Embaixador Georges Lamazière, Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, em nome do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota.

Durante três dias – de 8 a 10 de maio de 2012 –, os palestrantes e cerca de 400 estudiosos e membros do público passaram em revista o pensamento e a obra do grande estadista.

Em 25 palestras foram abordados temas como a tormentosa entrada de Paranhos Júnior na carreira diplomática, sua atuação como chefe de missão em Washington, Berna e Berlim, a questão do Acre revisitada, a tentativa de indicá-lo como candidato ao Prêmio Nobel da Paz, a galeria Rodolfo Amoedo no Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, a atuação do Chanceler no caso da presença belga na fronteira oeste do País, o Brasil como organizador e participante de reuniões internacionais, em especial a Terceira Conferência Pan-Americana (1906) e a 2ª Conferência de Paz da Haia (1907) e o Rio Branco historiador e geógrafo. Foram também apresentadas a conjuntura econômica do

Brasil e a internacional no início do século XX, e sua atuação como Ministro vista por um de seus sucessores.

O rico material apresentado constitui fonte de inspiração e de pesquisa para os estudiosos interessados em analisar a obra e o pensamento do grande Chanceler.

A realização do seminário coincidiu com a inauguração da exposição "Rio Branco: 100 anos de memória", também no Palácio Itamaraty. Com a curadoria do diplomata e historiador Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, a exposição apresentou de forma abrangente a vida, a obra e a época de Rio Branco, além de sua presença na memória popular.

A capa do presente volume reproduz o quadro do Barão do Rio Branco, de autoria do pintor italiano Carlo De Servi (1871-1927), para o Clube Militar do Rio de Janeiro e inaugurado em 15 de outubro de 1911, pouco mais de três meses antes do falecimento do Chanceler. Naquela ocasião, Rio Branco pronunciou o último discurso recolhido na coletânea que compõe o volume IX de suas Obras. Na presença de Hermes da Fonseca, Presidente da República, e do Ministro da Guerra, o homenageado reafirmou a conduta respeitosa que sempre manteve com relação às Forças Armadas. Criticou a posição daqueles, nacionais ou estrangeiros, que consideravam suas posições belicosas, quando o que lhe interessava eram a reorganização e o reaparelhamento do Exército e da Marinha. Aquele se tinha deixado, depois da guerra do Paraguai, penetrar pelo Positivismo, que interferia com o profissionalismo de seus membros. Esta, considerada partidária do regime imperial, tinha sofrido com a Revolta da Armada e perdido navios, vendidos aos Estados Unidos, em guerra com a Espanha.

A preocupação do Chanceler era de que as forças de terra e do mar se tornassem novamente aptas a defender o Brasil. Lembrou que

> querer a educação cívica e militar de um povo, como na libérrima Suíça, como nas democracias mais cultas da América e da Europa, não é querer a guerra, pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas.

O quadro do Barão do Rio Branco é reproduzido com a gentil autorização do Clube Militar.

Embaixador Manoel Gomes Pereira

Sumário

Abertura.....13
Georges Lamazière

A mocidade do Barão do Rio Branco e sua tormentosa nomeação para a carreira diplomática.....19
Vasco Mariz

O Barão do Rio Branco chefe de missão: Liverpool, Washington, Berna e Berlim.....31
Luiz Felipe de Seixas Corrêa

O emprego do poder militar como estratégia de Rio Branco.....57
Armando de Senna Bittencourt

Fins de semana em Copenhague: o Barão do Rio Branco e o Prêmio Nobel da Paz – política externa ou política interna?.....77
Gonçalo Mello Mourão

Acre: o momento decisivo de Rio Branco.....119
Rubens Ricupero

Os belgas em Descalvados e na fronteira oeste do Brasil (1895-1912) 163
Domingos Savio da Cunha Garcia

Demarcação de fronteiras 191
Dauberson Monteiro da Silva

O Brasil em um ciclo maior: a atualidade do Barão do Rio Branco 213
Celso Amorim e Luiz Feldman

O Barão do Rio Branco e a geografia 231
Antonio Carlos Robert Moraes

Rio Branco e a política internacional de sua época 253
Clodoaldo Bueno

O Barão do Rio Branco e a Geração de 1870 291
Luís Cláudio Villafañe G. Santos

História e Estado em Rio Branco 323
Arno Wehling

A Primeira Conferência de Paz da Haia, 1899: por que a Rússia? 347
Carlos Henrique Cardim

O Barão do Rio Branco e a II Conferência da Paz 389
Antônio Celso Alves Pereira

Diplomacia da saúde nos tempos do barão e nos dias de hoje: o Barão do Rio Branco e a saúde pública 423
Paulo M. Buss

Colaboradores de Rio Branco: fiéis escudeiros do Barão do Rio Branco 455
Lucia Maria Paschoal Guimarães

Rio Branco e as relações interamericanas: ruptura e tradição em uma ideologia americanista 475
Helder Gordim da Silveira

El Barón de Río Branco y el Uruguay: el Tratado de rectificación de límites en el río Yaguarón y la Laguna Merín (1909-1910) 503
Gerardo Caetano

A economia do Brasil nos tempos do Barão do Rio Branco 523
Paulo Roberto de Almeida

Rio Branco diante do Monroísmo e do Pan-Americanismo: anotações 565
Gelson Fonseca Jr.

Rio Branco and the building of the Brazilian National State (economic dimension) 603
Steven Topik

Rio Branco, inventor da história 629
Synesio Sampaio Goes Filho

Rio Branco, patrimônio e história: a cronologia na galeria Amoedo do Itamaraty 651
Guilherme Frazão Conduru

Repensando o Barão do Rio Branco: retrato inacabado 685
Fernando Guimarães Reis

Abertura

Georges Lamazière

Em primeiro lugar, e cronologicamente, gostaria de agradecer ao Embaixador José Vicente Pimentel, Diretor do IPRI, e ao Embaixador Manoel Gomes Pereira, Coordenador-Geral das Comemorações do Centenário da Morte do Barão do Rio Branco, pelo convite inicial para participar como moderador de um dos painéis deste Seminário.

Em segundo lugar, desejaria agradecer ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, pela lembrança do meu nome para, na sua ausência, abrir este evento, seguramente apenas pela posição que ocupo no Instituto que leva o nome de nosso homenageado.

Coube-me assim a tarefa impossível de representar o Ministro de Estado das Relações Exteriores em encontro destinado a celebrar a memória de seu mais ilustre antecessor.

Obviamente, faltam-me, primeiramente, a autoridade e o simbolismo evidentes da sucessão que vincula diretamente, atravessando várias décadas, o Ministro de cem anos atrás ao ocupante do cargo hoje.

Em segundo lugar, falta-me a autoridade do conhecimento profundo, íntimo quase, da vida e obra do Barão do Rio Branco que detém, ao contrário, os palestrantes convidados para esses três dias de reflexão e discussão sobre a obra diplomática legada pelo nosso grande patrono.

Por isso tudo, serei breve e farei apenas comentários iniciais e gerais sobre a ampla temática coberta pelos trabalhos apresentados, os quais tratam os mais aspectos diferentes da ação do Barão do Rio Branco.

Seria quase impossível, aliás, em 2012, encontrar-se alguém envolvido, e com êxito inegável, ao mesmo tempo com a diplomacia, o estudo da História e da Geografia do Brasil, o jornalismo, e a política parlamentar. E caso encontrado, dificilmente esse personagem seria também Chanceler, e por dez anos.

De tudo o que li e pude aprender ou rememorar, a partir dos textos reunidos pela Funag, alguns traços ficaram mais nítidos do que outros, talvez por que reiteradamente riscados, por mais de um autor, até formar um negrito óbvio ao longo das diversas contribuições.

Constituem talvez os mesmos traços que identificam, em filiação facilmente identificável, tanto a diplomacia brasileira tal como se tem apresentado ao mundo como o estilo profissional de seus praticantes.

Não se poderia ter mais clara confirmação desta avaliação do que a frase do Ministro Antonio Patriota, quando da Sessão Solene de Abertura do Ano do Centenário de Morte do Barão do Rio Branco, em dez de fevereiro último:

> Um turbilhão de acontecimentos nos separa, nos planos interno e externo, do momento em que Rio Branco foi Chanceler. Em 1912, só para que se tenha uma ideia, eram pouco mais de 50 os Estados independentes. E, no entanto, a obra e o exemplo do Barão permanecem como referência necessária para o Itamaraty e para o Brasil.

E ainda:

> O tempo não apaga o significado estratégico e decisivo da configuração pacífica de nossas fronteiras. Nem a capacidade de compreender as redefinições em curso no cenário mundial e a elas reagir de forma eficaz. Rio Branco, superadas as pendências fronteiriças, esboçou as bases para uma agenda de cooperação sul-americana e para uma ação diplomática voltada à conquista de espaços de crescente autonomia e de alcance global para o Brasil.

Ademais desse legado substantivo, que reúne num todo orgânico prioridades, princípios e valores[1], vale enfatizar um outro, de maneiras de ver e de fazer, os tais traços ou vincos que chamam a atenção pela

[1] A ênfase na paz, na solução pacífica de controvérsias, no entendimento e mesmo na generosidade com os vizinhos. "Em discurso pronunciado no Rio de Janeiro em 1905 perante o Congresso Científico Latino-Americano, Rio Branco sintetizaria sua visão presciente da política regional do Brasil: '...A nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz... e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes... É indispensável que antes de meio século, quatro ou cinco das maiores nações da América Latina cheguem, como a nossa grande e querida irmã do Norte, a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo'" (citado pelo Embaixador Seixas Correa em sua palestra "O Barão do Rio Branco no Centenário de sua Morte: Memória, Inspiração, Legado").

reiteração, muito justa, na leitura de muitos dos textos cuja versão antecipada pude ler recentemente.

Esses riscos que desenham desde então o perfil de nossa diplomacia e de nossa Casa, como costumamos chamar o Itamaraty, incluem, entre outros:

1. O serviço do Brasil, independente de regime político ou orientação ideológica, como sublinha o Ministro Patriota na palestra citada:

> Aspecto de especial significado, na trajetória de Rio Branco, é sua índole de estadista capaz de colocar-se além de interesses setoriais e localizados. Seu compromisso era com o Brasil. Monarquista, Rio Branco foi Chanceler da República. Na República, esteve à frente do Itamaraty durante os mandatos de quatro Presidentes consecutivos.

E conclui o Ministro de Estado:

> Assim, é também o Rio Branco homem de Estado que proponho celebrarmos neste centenário. O Rio Branco que, em discurso às vésperas de sua posse no Itamaraty, afirmou: "Não venho servir a um partido político; venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado".

2. Traço similar, aparentado com o anterior, seria o pragmatismo

Esse traço foi recordado com especial relevo pela Presidenta Dilma Rousseff por ocasião das comemorações do centenário da morte do Barão: "Rio Branco, com pragmatismo e sensibilidade política, desenhou as fronteiras do Brasil pela via da negociação e da arbitragem" (mensagem da Presidenta Dilma Rousseff por ocasião do centenário, em 10 de fevereiro, da morte do Barão do Rio Branco).

E a mesma inclinação pragmática é realçada de forma clara no texto preparado pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa para este seminário, ao esmiuçar a breve passagem de Rio Branco à frente da Legação em Berlim:

> Não se encontram entre os papéis berlinenses do Barão, análises profundas do cenário internacional. (...) Era um homem de reflexão, é claro, mas, sobretudo de ação. Vivia as coisas sobre o ângulo pragmático: onde estava o interesse

> do Brasil, como proteger o que pudesse estar ameaçado e como promover o que fosse necessário.

Embora possa surpreender a ausência de maior interesse ou expressão de interesse pela "crise que se preparava e que viria a ensombrecer a Europa e o mundo", na verdade que melhor definição de diplomata, ou de bom diplomata, do que esta: a capacidade de reflexão, de análise, de conhecimento, necessária à compreensão da realidade – que aproxima o diplomata de historiadores, cientistas sociais de todo gênero e jornalistas –, mas sempre norteada de forma obsessiva pelo interesse de seu País.

O Embaixador Rubens Ricupero completa esse retrato, ao dizer que

> tudo isso permite concluir que o comportamento do Barão diante do desafio do Acre teve muito mais a ver com o do advogado que escolhe a doutrina e os argumentos mais propícios à defesa do que com a atitude do puro intelectual, jurista ou historiador, empenhado na busca socrática da verdade.

Na mesma linha ainda, a contribuição do Embaixador Gelson Fonseca sublinha, ao falar das relações bilaterais Brasil-EUA, a defesa da soberania, "que leva a que (Rio Branco) meça as suas opções por metro pragmático e realista." E mais adiante:

> A convergência ideológica não elimina o sentido pragmático e a perspectiva realista na análise das propostas abertas pela agenda da conferência. Rio Branco tem, com razão, uma atitude minimalista em relação ao multilateralismo.

3. O profissionalismo: Rio Branco elevou a novos patamares os padrões de desempenho profissional de nossa Chancelaria

Não poderia de deixar de mencionar tema relacionado ao único título que me traz a este seminário, o de Diretor-Geral do Instituto de formação de diplomatas brasileiros que leva seu nome.

Rio Branco elevou os padrões de profissionalismo de nossa Chancelaria, sendo digno de nota, como faz o Professor Arno Wehling, em sua comunicação, que

> (S)ua concepção profundamente profissional do cargo público contrastava assim com as sobrevivências do modelo luso-brasileiro colonial do ofício patrimonializado, para não falar do clientelismo político, que abertamente criticou.

Essa importante marca é mais uma diferença, mais uma especificidade, que surpreende visitantes ao IRBr de todos os quadrantes, inclusive de muitos países desenvolvidos, devido à maneira isenta e rigorosa com que se faz o recrutamento e a seleção, a formação e, mais tarde, a própria designação dos chefes de missão diplomática, sempre esmagadoramente oriundos dos quadros da Casa – em contraste com outras experiências conhecidas.

Isso não impede que novos desafios sejam colocados para a formação de diplomatas, em mundo em constante mudança, em que a cada momento surgem novos temas, novos atores, novas configurações.

> Como às vezes afirmo, mais ancorados em nossa região e, ao mesmo tempo, mais multipolares. Com tudo o que isso implica em termos de conhecimento das realidades econômicas, políticas e culturais de nossa vizinhança e de um cenário global em aceleradas transformações.
>
> Conversei recentemente com o Diretor do Instituto Rio Branco, Embaixador Georges Lamazière, sobre como refletir no programa de nossa Academia Diplomática esse duplo objetivo.

Nesse sentido, e por instrução do Ministro de Estado, algumas novas disciplinas têm sido incluídas no currículo:

Novas cadeiras obrigatórias:

- História da América do Sul;
- Diplomacia e Diversidade Cultural;
- OMC e contenciosos;
- Uma língua não tradicional a ser escolhida entre Chinês, Árabe e Russo;
- Antropologia da Globalização (não obrigatória).

Vale observar que, pela primeira vez, por intermédio de parceria com o Instituto Confúcio da UnB, cinco diplomatas brasileiros, os melhores alunos do curso de chinês do IRBr, encontram-se na China em estágio de especialização de seis meses, passível de extensão de mais seis meses para os dois melhores colocados.

O foco, na linha do pragmatismo do Barão de Rio Branco acima citado, é na formação de diplomatas, tendo como base o conhecimento, mas como direção a preparação para a ação, ainda mais que, contrariamente ao passado, todos os diplomatas hoje entram no instituto com curso superior completo, cerca de dois terços em Direito e Relações Internacionais, e cerca de 20% possuem título de Mestrado ou mesmo de Doutorado.

É tentador imaginar o que pensaria ou diria o Barão se nos surgisse hoje pela frente, como fez o Embaixador Seixas Corrêa, na palestra já citada. Indo um pouco além na irreverência, se fantasiarmos um Rio Branco reencarnado saindo hoje do Instituto Rio Branco para sua primeira lotação na Secretaria de Estado poder-se-ia dizer que teria uma familiaridade natural com os temas da Subsecretaria de América do Sul. Já se tivesse sido designado para as Subsecretarias que se ocupam, respectivamente, de Nações Unidas, África e Oriente Médio ou Ásia, a estranheza inicial seria certamente maior.

O "turbilhão de acontecimentos" mencionado pelo Ministro Patriota, que inclui, sem muita ordem ou hierarquia, ou exaustividade, a Primeira Guerra; a criação da Liga das Nações; o comunismo, o fascismo e o nazismo; a Segunda Guerra e a bomba de Hiroshima; a criação das Nações Unidas e a descolonização; a queda do Muro de Berlim e agora o surgimento de agrupamentos como aquele formado pelos BRICS, produziram um mundo radicalmente diverso do que ele conheceu bem mais do que esse cem anos impactaram a América do Sul – até por que a cartografia mostrou-se mais disciplinada aqui que alhures.

Será difícil, se não impossível, a alguém repetir o papel inaugural e fundador do Barão do Rio Branco. Seu papel na consolidação de nosso espaço e de nossa identidade nacional foi resultado de uma feliz circunstância que mesclou, em bem-sucedida alquimia, vocação e oportunidade, conhecimento e capacidade de ação, no momento certo.

Talvez apenas a efetiva reconstrução da ordem internacional, com o surgimento de novas formas de governança, mais democráticas porque mais representativas, quando efetivamente alcançada, e com o consequente novo perfil internacional do Brasil, que seguramente já se esboça, teria impacto comparável à obra de Rio Branco. Desenhar um novo espaço para o Brasil no mundo, devidamente consagrado em instrumentos internacionais que definam novas formas de governança internacional, seria algo de comparável, talvez, à imensa obra de fixação de nosso espaço interno.

Mas essa tarefa, como se sabe, é uma construção ainda em suas fundações, um projeto de contornos e prazos ainda indefinidos.

A mocidade do Barão do Rio Branco e sua tormentosa nomeação para a carreira diplomática

*Vasco Mariz**

Os interessados na história pátria, quando desejam ler sobre o Barão do Rio Branco ou sobre o duque de Caxias, raramente focalizam a juventude do nosso maior diplomata ou a relação pessoal entre esses dois personagens. Em relação a Caxias, atraem-nos mais os notáveis feitos militares de sua longa carreira do que as três passagens pela política do Império como presidente do Conselho de Ministros. Quanto a Rio Branco, interessa-nos seu brilhante trabalho diplomático, que conseguiu ampliar e fixar definitivamente nossas fronteiras, e não sua atuação política como jornalista ou jovem deputado antes de sua designação para o Itamaraty. Nesta palestra, desejo recordar aspectos relevantes da mocidade de Juca Paranhos e o papel decisivo que desempenhou seu velho amigo duque de Caxias na tormentosa nomeação de Rio Branco para a carreira diplomática, cujas consequências históricas todos conhecemos. Por um triz, a espetacular carreira de Rio Branco não aconteceu; se a história assim tivesse seguido, o Brasil de hoje certamente seria bem menor.

Neste ano de 2012, quando se rememora o centenário da morte do Barão do Rio Branco, parece-me oportuno relembrar as causas e as consequências dos acontecimentos tão curiosos de 1875, quando o chefe do Gabinete conservador do Império, na época duque de Caxias,

---

* Vasco Mariz é diplomata de carreira (1945-1987). Chefiou o Departamento de Assuntos Culturais e Informações e as divisões de Organismos Internacionais, Difusão Cultural, Política Comercial e Europa Ocidental. Foi secretário de Assuntos Legislativos, representante do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA) e embaixador do Brasil no Equador, em Israel, no Chipre, no Peru e na República Democrática Alemã (RDA), antiga Alemanha Oriental. Sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), publicou numerosas obras sobre história do Brasil e música brasileira.

e o ministro dos Negócios Estrangeiros, na época barão de Cotegipe, virtualmente arrancaram a nomeação de Rio Branco para cônsul-geral do Brasil em Liverpool contra a vontade do imperador dom Pedro II e da princesa Isabel, então regente do país. Cotegipe aproveitou a ausência do imperador para dar o assalto final quando ele estava em viagem aos Estados Unidos da América, para assistir aos festejos do centenário da Independência norte-americana.

* * *

Rio Branco teve pelo menos duas biografias importantes: a de Álvaro Lins, acadêmico e ilustre crítico literário de sua época, e a de Luiz Viana Filho, também acadêmico, ex-governador da Bahia e senador pelo mesmo estado. Ambos conheceram bem os meandros da grande política e desempenharam o mesmo relevante cargo de chefe da Casa Civil da Presidência da República: o primeiro, de Juscelino Kubitschek; o segundo, de Castelo Branco. Por acaso, conheci-os bem, foram amigos meus e conversamos mais de uma vez sobre Rio Branco. Ao comentar uma pergunta minha, de por quê havia decidido escrever nova biografia de Rio Branco, quando ainda estava disponível no mercado o excelente livro de Álvaro Lins, que me parecia tão completo, Luiz Viana Filho respondeu-me que, se os fatos eram os mesmos, suas interpretações eram bem diferentes e baseadas em documentos recém-descobertos. Lembrou-me de que a biografia de Álvaro Lins fora publicada em 1945, pela editora José Olympio, por encomenda do Itamaraty, e portanto mais de 30 anos havia transcorrido. O livro de Luiz Viana veio à luz em 1983, em Portugal, pela editora Lello & Irmão, do Porto, cidade de origem da família Silva Paranhos. Recomendo também uma bonita publicação ilustrada fartamente, publicada por ocasião do sesquicentenário do nascimento do barão, de autoria dos diplomatas João Hermes Pereira de Araújo e Rubens Ricupero, *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*: uma biografia fotográfica, 1845-1995 (1995). Lembro ainda que a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) publicou novas edições dos livros de Álvaro Lins e de Luiz Viana, respectivamente, em 1995 e em 1996, ainda disponíveis.

* * *

José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu no Rio de Janeiro a 20 de abril de 1845, filho do político mais hábil e mais competente de seu tempo, o visconde do Rio Branco, o presidente do Conselho de Ministros

mais duradouro do Império (1870-1875). Desde cedo, Juca Paranhos foi incentivado pelo pai para estudar na Faculdade de Direito de São Paulo, na qual foi admitido com menos de 17 anos. Era alto e esbelto, com cabelos claros que lhe caíam até os ombros. O entusiasmo do rapaz pelo Direito era limitado, mas obviamente tanto o pai quanto ele julgavam indispensável o título de bacharel para o início de uma carreira política promissora. Sua inclinação era mais para História e jornalismo, mas os motivos que acabaram modificando as perspectivas de sua carreira política eram bem fúteis, sua turbulenta vida amorosa.

Desde jovem, Juca Paranhos sentiu forte atração pela noite carioca. Como bem escreveu Luiz Viana Filho: "O belo sexo atraía o adolescente e nada o deliciava mais do que a indiscrição de um decote, permitindo-lhe avançar o olhar sobre um belo colo." Frequentava regularmente as noitadas do Alcazar Lyrique do Père Arnaud, na rua da Vala, a atual rua Uruguaiana. Eloi Pontes o descreve bem: "De cavanhaque ruivo, calças cor de alecrim, *croisé* e bengala grossa, ele era o chefe de um dos partidos que aplaudiam Mlle. Resette e Mlle. Aimée e depois trocavam pauladas na rua, em homenagem às divas de suas preferências."

Se durante o dia frequentava as aulas da faculdade, estudava ou pesquisava, à noite era um boêmio consumado, pois não perdia os espetáculos de teatro, ópera, opereta ou *can-can*. Seus hábitos eram considerados exóticos, pois levantava-se tarde, almoçava por volta das 15 horas e jantava de madrugada. Ele era um "bom partido", e as senhoras da aristocracia sonhavam casar suas filhas com o filho do visconde. No entanto, escandalizavam-se com as aventuras amorosas do jovem estudante de Direito, notícias que também chegavam com frequência aos ouvidos do imperador e que o incomodavam bastante. Recordo-me de ter lido que dom Pedro II praticamente não tivera mocidade, portanto não compreendia a vida divertida do jovem Paranhos e invejava-o, talvez, no fundo do coração.

Tais hábitos começaram a criar uma atmosfera hostil ao rapaz na alta aristocracia carioca, e isso lhe custou bem caro. Quase arruinaram suas possibilidades de carreira política ou diplomática. Esse aspecto da mocidade de Juca Paranhos pode parecer, hoje, fútil ou irrelevante, mas o problema foi realmente grave e poderia ter tido consequências desastrosas para o resto de sua vida. Salvou-o, no último instante, seu velho amigo Caxias, como veremos a seguir.

Tais rumores naturalmente afligiam o ilustre pai, que acabou por forçar o filho a terminar em Olinda, em Pernambuco, o curso de Direito iniciado em São Paulo, a fim de afastá-lo das noites cariocas. Como

escreveu Álvaro Lins, "Juca Paranhos era mesmo um animal noturno [...]. Como o visconde, ele se vestia pela moda, oferecia o aspecto de um *dandy*, com tendência para os gestos aristocráticos."

Formado em Pernambuco e de volta ao Rio de Janeiro, Juca retomou o contato com os antigos amigos, e as intrigas recomeçaram imediatamente. Outro fato que desagradava à Corte era o de ele ter se juntado ao templo maçônico da capital, de considerável influência política. O Rio de Janeiro da época oferecia inúmeras tentações noturnas, e Juca Paranhos adorava o convívio com atrizes francesas atraentes, as quais não se cansava de cortejar e certamente o correspondiam.

No entanto, Juca Paranhos tinha outra faceta, bem diferente e aliás muito meritória: era um entusiasta da história pátria, coligia documentos e chegou até a apontar erros do grande historiador Varnhagen. A controvertida atuação de seu pai em Montevidéu e a súbita e humilhante demissão do visconde pelo Imperador feriram profundamente o filho. A defesa que o visconde fez na tribuna do Senado representou um momento de grande emoção para o rapaz, que passou a gostar cada vez menos da política. Nessa época, já tinha fundas entradas na testa, barba hirsuta e expressão severa, imagem que contrastava vivamente com sua reputação de boêmio.

Seu primeiro trabalho depois da formatura foi de professor interino no Colégio Pedro II, que só durou três meses. Tampouco tinha vocação para advogado, pois em uma carta para um amigo confessou: "Não sirvo mesmo para isto, decididamente." Passou algum tempo em Nova Friburgo, como promotor (1869), mas a profissão tampouco lhe agradou, pois o obrigava a viver longe das noites cariocas de que tanto gostava de desfrutar. Uma ou outra fuga de Friburgo (na época, a muitas horas de distância do Rio de Janeiro) não compensavam o afastamento permanente. Desistiu também.

A Guerra do Paraguai fascinava-o, e acompanhava os acontecimentos de perto, estudando cuidadosamente as operações militares. Desde 1866 escrevia na revista francesa *L'Illustration,* de difusão internacional, como comentarista da Guerra da Tríplice Aliança, artigos, crônicas e desenhos de batalhas, buscando sempre divulgar favoravelmente a participação do Brasil no confronto. Com afã jornalístico, "procurava conquistar a opinião pública europeia para nossa causa, desfazendo as intrigas da intensa propaganda de Solano Lopez", escreveu Meira Matos. Enviava aos principais chefes militares, como Caxias, Osório, Tamandaré e Barroso, perguntas pormenorizadas sobre as operações militares de que participaram. Álvaro Lins cita uma

carta com perguntas muito detalhadas que Juca Paranhos dirigiu ao general Osório.

Em 1867, Juca Paranhos teve uma surpresa agradável: ganhou doze contos de réis em uma loteria, quantia respeitável na época; como os liberais estavam no poder e nada podia esperar deles, decidiu fazer uma viagem à Europa, que não conhecia ainda. Visitou vários países do continente e demorou-se em Portugal. Lembro que os Paranhos eram de origem lusitana e que seu avô paterno, Agostinho da Silva Paranhos, era nascido no Porto. Juca passou também várias semanas em Lisboa e bisbilhotou documentos históricos na Torre do Tombo.

Em 1868, caiu o Gabinete Liberal, e seu pai assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros do governo Itaboraí. Aproveitando o ambiente nitidamente favorável, com seus amigos no poder, Juca resolveu tentar a carreira política. No entanto, era inviável, no momento, sua candidatura pelo estado do Rio de Janeiro, e o visconde do Rio Branco alvitrou-lhe lançar-se pelo Mato Grosso, onde aliás, nunca havia estado. Escreveu Juca Paranhos a um amigo: "Não acho natural, mas acho possível." Eleito, foi deputado em duas legislaturas (de 1867 a 1872 e de 1872 a 1875). Trabalhava ativamente também, na época, na redação do jornal *A União*, que apoiava os conservadores, e no *Jornal do Brasil*, no qual redigia a coluna "Efemérides Brasileiras". Álvaro Lins escreveu que o deputado Paranhos era "o jornalista mais ativo e mais bem informado da Câmara. Nas conversas de corredores era um agente de ligação, um explicador, uma figura de comunicação em intimidades e pormenores que não podiam subir à tribuna".

Juca continuava a frequentar as reuniões da poderosa maçonaria, seita condenada pela Igreja Católica e do desagrado de Pedro II, o que seria outro motivo de fricção com o imperador. Ao final da Guerra do Paraguai, encontrou Caxias em Montevidéu, já bastante enfermo e sem condições de continuar na batalha. A amizade entre os dois apertou-se mais ainda, pois o velho militar lhe era grato por haver descrito na *L'Illustration* a passagem de Humaitá como um grande feito de história militar, comparando-a à tomada de Sebastopol, na Guerra da Crimeia.

Recordo também que, em 1868, Juca fora empossado como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição que sempre prestigiou e que presidiu de 1907 a 1912. O visconde do Rio Branco não tardou a recuperar seu prestígio. Foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, e Juca acompanhou-o a Assunção, onde foi negociar a paz final. Em 1870, dissolveu-se o Ministério Itaboraí, e o visconde assumiu o posto de presidente do Conselho de Ministros, no

qual permaneceu até 1875. Nessa época, Juca Paranhos começou a publicar suas *Anotações à Guerra da Tríplice Aliança*, do historiador alemão Ludwig Schneider, e seus comentários eram tão bons e pormenorizados que o livro praticamente passou a ter dois autores.

Não lhe faltaram, no entanto, contrariedades e angústias. No início de 1872, Juca encontrou no Alcazar Lyrique uma jovem belga chamada Marie Philomène Stevens, de 22 anos, por quem se apaixonou. O casamento era impossível, pois ela era apenas uma bela atriz de pouca instrução, que viera *faire l'Amérique* no Rio de Janeiro. Juca Paranhos parecia bastante ingênuo, talvez cego pelo amor, pois chegou a escrever para um amigo dizendo que Marie lhe havia chegado aos braços "perfeitamente pura!". Logo ela engravidou e, ao longo de 26 anos de convívio interrompido, tiveram cinco filhos. Quando foi nomeado para Liverpool, o Barão do Rio Branco instalou-a em Paris, onde viveu até morrer, em 1898. Nunca mais regressou ao Brasil. No entanto, demoraram a casar-se, o que finalmente ocorreu em 1890, em Londres, quando os primeiros filhos já eram quase adultos.

* * *

A correspondência do jovem Paranhos com duque de Caxias, preservada no Arquivo Histórico do Itamaraty, limita-se a três cartas que lá encontrei, nenhuma delas de grande significação, mas certamente de bastante interesse para definir o tipo de relações entre os dois personagens, como veremos a seguir. Note-se a repetida intimidade de Caxias, ao chamar o rapaz de "Meu Juca" em duas das três cartas. No entanto, não era de se estranhar que o filho do ministro dos Negócios Estrangeiros tivesse acesso às mais altas personalidades do Império. Esse interesse especial pelos feitos de nossas mais altas patentes militares, com finalidade histórica, certamente criou-lhe um ambiente de simpatia pessoal, por ser um rapaz tão meticuloso. Em um dos momentos cruciais da vida de Juca Paranhos, tanto Caxias quanto Osório souberam defendê-lo com firmeza perante o imperador, aliás, sem nenhum resultado prático.

Uma terceira carta, desta vez em papel timbrado do Gabinete do ministro da Guerra, está datada de 18 de outubro 1876 e é bem mais formal. Refere-se à publicação de um livro sobre a Guerra do Paraguai. Nas três cartas citadas, perpassa uma clara simpatia e admiração pelo jovem Rio Branco, o que me parece indispensável sublinhar.

* * *

Lembro os acontecimentos das últimas semanas antes da nomeação de Paranhos Júnior para Liverpool. Esse período foi esplendidamente relatado por Luiz Viana Filho no longo capítulo "Liverpool", do livro *A vida do Barão do Rio Branco*. Vários documentos que não haviam chegado às mãos de Álvaro Lins esclareceram dúvidas pendentes. Luiz Viana nos relata que o visconde do Rio Branco, em 1875, se deu conta da vulnerabilidade de seu Gabinete, sugeriu a própria demissão e pode até ter indicado o nome de Caxias para sucedê-lo. O período do Gabinete Rio Branco foi extremamente tormentoso, sobretudo em razão dos debates provocados pela tramitação do projeto da Lei do Ventre Livre, submetido à Câmara a 12 de maio de 1871. Lembro-me de ter lido que dom Pedro II sentia vergonha perante o mundo de que no Brasil ainda prevalecesse a escravidão. Como era de se esperar, houve violentos debates por mais de quatro meses, até que o Senado aprovou aquela lei a 28 de setembro de 1871, sancionada no mesmo dia pela princesa Isabel, pois o imperador se havia ausentado. Ao fim dos debates, o Partido Conservador estava profundamente dividido, e ocorreram distúrbios em vários estados, situação agravada depois pela chamada Questão Religiosa. O desgaste da Monarquia e do Gabinete era considerável, e a renúncia do governo do visconde do Rio Branco parecia inevitável.

Ao assumir a chefia do novo Gabinete, Caxias teve logo de enfrentar gravíssima crise. Entretanto, era óbvio que o Pacificador, sozinho, não tinha forças para conduzir o país; para auxiliá-lo diretamente, foi mobilizado seu amigo pessoal, o eficiente barão de Cotegipe, que havia inicialmente se escusado a integrar o Gabinete Rio Branco. Ele foi primeiramente ministro dos Negócios Estrangeiros, por sugestão do visconde, visando talvez facilitar a nomeação do filho. Pouco depois, Cotegipe foi também elevado a ministro da Fazenda, transformando-se assim em um verdadeiro primeiro-ministro, tão debilitado estava Caxias.

A conjuntura era favorável para dar o bote final para a nomeação de Juca Paranhos. Todavia, como o imperador planejava longa viagem ao exterior, era prudente esperar um pouco mais e só atacar durante a regência da princesa Isabel. No entanto, apesar de todo o empenho pessoal de Cotegipe, falharam duas tentativas: uma ainda com dom Pedro II e outra com a regente. Contudo, aproximava-se a última instância para Juca Paranhos, pois o Gabinete Caxias não duraria muito, tão débil estava o presidente do Conselho. Com os liberais no poder, não haveria a menor chance de obter a nomeação, por mais mérito tivesse o candidato Paranhos. Foi então jogada a última cartada, e o papel de Caxias foi decisivo.

No ínterim, a situação do rapaz piorava bastante. Sua ligação amorosa com Marie Philomène já durava três anos, nasceram-lhes dois filhos e um terceiro estava a caminho. Para o cúmulo da complicação, esmoreceu seu entusiasmo pela namorada, e ele se encantava cada vez mais por uma jovem de apenas 15 anos, a belíssima Maria Bernardina, filha do visconde de Tocantins, irmão de Caxias e também um dos melhores amigos de seu pai. O imbróglio estava feito, e Luiz Viana escreveu: "Essa nova inclinação amorosa o obrigava a medir cada passo e a pesar cada palavra. Como conseguiria ele, na embaraçosa situação em que se encontrava, conciliar tantas coisas contraditórias?"

O melhor era partir logo que possível, levando a amante grávida e os filhos. Depois se veria como afastá-los de Maria Bernardina. Havia, naquele momento, apenas duas vagas aceitáveis na carreira diplomática: secretário da legação em Bruxelas e cônsul-geral em Liverpool. Na época, este era o cargo mais cobiçado da carreira, pois tinha jurisdição sobre todos os portos do Reino Unido, chegando até Austrália e Nova Zelândia. Hoje em dia, faz rir a luta desenfreada por esse porto tão isolado, de clima péssimo e de vida cotidiana tão insípida. O revés da medalha, porém, era brilhante.

Lembro que até a década de 1960 os despachos de navios e de passaportes destinados ao Brasil eram realizados nas sedes dos consulados de carreira e não nos portos de chegada ao país, como é hoje. Tais despachos eram artificialmente empurrados para horários fora do expediente normal das repartições consulares, de modo a forçar os despachantes locais e os agentes de passaporte a cobrar emolumentos extras das companhias de navegação, as quais por sua vez descarregavam essas despesas nos exportadores das mercadorias que seguiam para o Brasil e nos candidatos a vistos em passaporte. Os funcionários compareciam aos consulados em geral à noite, mas, em compensação, isso lhes rendia polpudos extras e podiam até dobrar seus ordenados. No tempo em que Paranhos foi cônsul-geral em Liverpool, esse era considerado o melhor emprego público do Brasil. Daí a disputa feroz pelo cargo, quando faleceu o titular do posto, Mendonça Franco. Os candidatos eram vários, e cada um tinha fortes "pistolões". Dizia-se que o favorito de dom Pedro II era o famoso pintor Araújo Porto-Alegre, barão de Santo Ângelo, então cônsul-geral em Lisboa. Os cônsules no Porto e em Hamburgo estavam bem amparados politicamente, e contava-se a "boca pequena" que o conde d'Eu também tinha um candidato.

* * *

Como disse antes, três tentativas formais foram feitas para obter a nomeação de Juca Paranhos: uma junto ao imperador e duas com a regente princesa Isabel. Embora reconhecesse o mérito do candidato, Pedro II ficou inabalável na recusa, sem dar motivos. Enquanto o caso não se decidia, Juca sofria. Escreveu ele para Cotegipe: "Há quase dez anos espero essa oportunidade e ela não chega. [...] Tudo o que é fácil para outros, é difícil ou impossível para mim." Por sua vez, seu pai também escreveu ao ministro dos Negócios Estrangeiros: "Por que o imperador faz disso uma questão grave? Sou amigo do barão de Santo Ângelo, mas o que era ele quando foi para Lisboa? Professor da Academia de Belas Artes. Era isso porventura habilitação consular?"

No dia 6 de maio de 1875 estourou uma bomba: a *Gazeta de Notícias* publicou que era iminente a nomeação de Araujo Porto-Alegre para Liverpool. Foi o desespero da família Paranhos. A primeira tentativa junto à regente foi preparada cuidadosamente, e o titular da Pasta redigiu uma exposição de motivos modelar, analisando os títulos de cada candidato. Novo fracasso, pois a regente não se deixou intimidar, talvez com instruções do imperador. Os jornais faziam ironias e publicavam caricaturas que humilhavam o candidato Rio Branco.

Finalmente, com autorização de Caxias, Cotegipe resolveu jogar a última cartada: ou a princesa assinava a designação ou o Gabinete renunciaria, abrindo assim uma crise política de consideráveis proporções. Perguntou-se Luiz Viana Filho: "Estaria a regente disposta a provocar uma crise, na ausência de seu pai, por um motivo tão fútil?" Ela afinal se rendeu às ponderações de Cotegipe e, em 27 de maio de 1875, assinou a nomeação de Rio Branco para chefiar o Consulado-geral de Liverpool. Em carta confidencial a seu amigo Domingos Jaguaribe, o novel diplomata escreveu:

> Meu pai era íntimo e compadre do duque de Caxias, o qual tinha também por mim afeição quase paterna, tratando-me sempre por "Meu caro Juca" em cartas que dele possuo em não pequeno número. [...] Fui o candidato do duque de Caxias e sustentado por ele em circunstâncias tais que até teve de lutar para que tal candidatura prevalecesse.

Logo após a tão esperada nomeação, Marie Philomène e seus filhos embarcaram para a França, enquanto Juca Paranhos preparava a sua partida. Com auxílio de seu amigo Bezzi, continuava a acalentar

a esperança de resolver satisfatoriamente seu problema de família, desligando-se de Marie Philomène, para depois casar-se oficialmente com Maria Bernardina. Em setembro, partiu para Paris, via Lisboa, com destino a Liverpool. Começava a caminhada brilhante que o levou a ser um dos próceres da nação.

Um mês depois, o jovem cônsul-geral almoçava tristemente em um restaurante galês e olhava melancólico para o céu cinzento através dos grossos vidros de uma janela. Era Liverpool e chovia. Pensava na bela Maria Bernardina e censurava seu pai por não lhe haver arranjado um emprego mais perto dela. Contudo, o jeitinho brasileiro em breve funcionaria: o principal colaborador de Paranhos, o vice-cônsul, contou-lhe que seu antecessor dava longas escapadas para Londres, onde tinha um apartamento permanente. Com tal exemplo, não censurado pelo Itamaraty, o novo diplomata passou a fazer largas temporadas em Paris, onde se consolava nos braços de Marie Philomène e brincava com seus filhos pequenos.

O esquema estava montado, funcionou bem anos a fio, e Juca aproveitou para fazer pesquisas sobre o Brasil nos arquivos históricos de Paris e das vizinhanças. Lembro que os vice-cônsules eram uma útil instituição, porque podiam assinar tudo quanto os cônsules-gerais. No caso de Juca Paranhos, foi indubitavelmente útil para o futuro das fronteiras do Brasil, pois ensejou proveitosas pesquisas em arquivos europeus. Ele não conseguiu, porém, consumar seu novo sonho de amor, casar-se com Maria Bernardina, pois o carinho que sentia por seus filhos o impediu de separar-se definitivamente de Marie Philomène, com quem afinal se casou em 1898.

Por curiosa ironia do destino, sua segunda paixão amorosa, a bela Maria Bernardina, sobrinha de Caxias, acabou casando-se com Salvador Moniz de Aragão. O filho do casal, José Joaquim Moniz de Aragão, foi o secretário particular do Barão do Rio Branco, quando ministro das Relações Exteriores. No cortejo do enterro do grande chanceler, o rapaz teve o privilégio de levar em suas mãos a almofada com as condecorações do chefe. Moniz de Aragão terminou a carreira como embaixador do Brasil em Londres, no final da década de 1940, onde ainda tive oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, embora sem saber dos pormenores sentimentais. No belo livro de João Hermes e Rubens Ricupero, o leitor poderá ver boas fotografias do jovem Rio Branco, de Marie Philomène, de Maria Bernardina e de seu filho, José Joaquim, secretário dileto do chanceler.

Recordo-me de ter lido também que, em 1866, com 22 anos apenas, Juca tomou posse como sócio correspondente do IHGB, instituição que sempre prestigiou e que presidiu de 1907 a 1912. Em 1909, foi eleito presidente perpétuo do IHGB. O Barão do Rio Branco é autor de várias publicações, como uma biografia de dom Pedro II e "A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguay", para a Grande Enciclopédia Francesa; planejava também escrever *História militar e diplomática do Brasil*, mas não chegou a terminá-la.

Mui tardiamente, só em 1923, o Governo Federal proclamou duque de Caxias patrono do Exército brasileiro. Em 1945, no centenário de nascimento, Rio Branco foi consagrado patrono da nossa diplomacia. Curiosa convergência histórica essa, que uniu duas das maiores personalidades nascidas em nossa pátria no século XIX, o protetor e o protegido, que tanto fizeram pela grandeza do Brasil.

Rui Barbosa, que tinha uma pontinha de inveja da glória do Barão do Rio Branco, escreveu, na *Revista Americana* de abril de 1913, uma página que me pareceu infeliz: "Não direi – como se tem dito – que ele nos dilatou o território. Não. [...] A sua obra não foi de ampliação, mas de retificação, de restituição, de consagração. Mas nem por isso é menor."

Ora, digo eu, sem a notável competência de Rio Branco na defesa dos interesses nacionais, não teria sido possível ampliar, retificar, restituir nem consagrar o que deveria ser nosso, mas que era contestado, com grave risco de perda definitiva. Na Questão Acreana, o território pertencia indubitavelmente à Bolívia, mas foi habilmente negociado e adquirido por Rio Branco.

Para melhor avaliação da área incorporada ao Brasil sem perda de sangue, isto é, por decisões de arbitragem, de negociação e de aquisição, ressalto que o total atinge quase 900 mil km^2, ou seja, uma área equivalente à da França e da Alemanha juntas. Falando mais exatamente, foram 30.622 km^2 no território das Missões (1895); 260 mil km^2 na Questão Francesa sobre o Amapá; 200 mil km^2 graças ao Tratado de Petrópolis com a Bolívia (1903); e, finalmente, a extensa área de 403 mil km^2 arrancada pelo Tratado de Limites ao Peru, em 1909, em um total de 893.622 km^2. Muitas dessas áreas são hoje extremamente valiosas. Apesar da opinião de Rui Barbosa, o Barão do Rio Branco dilatou sim – e substancialmente – nosso território.

O Barão do Rio Branco chefe de missão: Liverpool, Washington, Berna e Berlim

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

The point of uniting biography and history is not...
that preoccupations and achievements can be drawn in any
simple way from a life, like so many buckets of water from
a well. We are all more like vast subterranean caverns,
uncharted even by ourselves, than we are like
holes dug straight into the ground.

Thinking the twentieth century. Tony Judt.
Timothy Snyder.

No ano de 2012, iniciaram-se as homenagens ao centenário da morte do Barão do Rio Branco. Em palestra que pronunciei no Itamaraty, indagava-me sobre o que se pode ainda dizer de novo sobre o grande patrono da diplomacia brasileira. Já se escreveu muito sobre o barão, comentei então. Poucos ângulos de suas atividades deixaram de ser esquadrinhados. Tudo se conhece sobre o personagem e, no entanto, quanto mais se o estuda, mais se imagina que pode estar faltando alguma coisa para a exata compreensão de todas as suas dimensões. Como se faltasse algum elemento fugidio que, descoberto, pudesse trazer novas e originais revisões do personagem.

Hoje, cabe-me analisar a atuação do barão como chefe de missão, como diplomata, portanto, em posto no exterior. Tratarei de fazer um relato tanto quanto possível objetivo. Não tenho a ilusão de haver encontrado respostas originais aos pequenos mistérios que ainda cercam sua trajetória e sua personalidade.

Assim são os grandes homens, comentei também na mesma palestra de Brasília. Deixam para a posteridade o dom de suas próprias contradições, de suas próprias ambiguidades, do que foram, do que não foram e do que poderiam ter sido. São enigmas a descoberto: monumentos às próprias grandezas.

Recuperar a trajetória do barão significa recuperar a história do personagem que verdadeiramente introduziu a modernidade na política exterior e na diplomacia brasileira. Rio Branco foi o agente, não de

ruptura, mas de evolução, de guinada à frente na política de um país cuja estrutura social e de poder o colocou à margem das transformações por que passavam os centros de poder no mundo da Revolução Industrial.

A evolução pessoal de Rio Branco foi lenta. Anos a fio passados no exterior, atado em boa medida ao legado paterno e aos valores binários que caracterizaram o sistema monárquico brasileiro: o conservadorismo político e a exclusão social escravista. Um conservadorismo assumido, inclusive por oposição às Repúblicas hispânicas. E uma exclusão social sublimada – como se não existisse, como se resultasse da ordem natural das coisas.

Visto em retrospecto, o enredo tramado por Rio Branco em seus 25 anos como chefe de missão no exterior pode ser entendido como maneira de superar as duas extremidades da matriz binária brasileira (o conservadorismo e a exclusão) mediante a valorização e a mitificação da história do Brasil, da sua singularidade, do imenso patrimônio que representavam – e representam ainda! – nosso vastíssimo território e nossa unidade nacional.

Definir, consolidar, fazer reconhecer e preservar o território foi o objetivo obsessivamente perseguido pelo nosso grande personagem ao longo da vida. Rio Branco teve a intuição de utilizar a grandeza e a inteireza territorial do Brasil como elementos destinados à exaltação diferenciada de uma personalidade nacional virtuosa, uma exaltação capaz de atenuar no íntimo de cada brasileiro os sentimentos negativos derivados das insuficiências de nossa dura realidade material e intelectual.

Essa talvez seja uma chave para compreender a trajetória do Barão do Rio Branco. Uma chave que pode se tornar mais perceptível à medida que periodicamente nos reunimos – como estamos fazendo no centenário de sua morte – para comemorar seus feitos e analisar seu legado, interpretando-os à luz das nossas sensibilidades do momento.

Rio Branco exerceu quatro chefias de missão: (1) o consulado-geral do Brasil em Liverpool (1875-1896); (2) a representação do Brasil perante o presidente dos Estados Unidos no arbitramento da Questão de Palmas com a Argentina (1893-1895); (3) a representação do Brasil perante o presidente da Confederação Helvética no arbitramento da Questão do Amapá com a França (1898-1899); e (4) a legação do Brasil em Berlim (1901-1902).

Pelo relato que se tem dos autores que mais de perto e mais minuciosamente estudaram a vida e a obra do barão, Luiz Viana Filho e Álvaro Lins, torna-se evidente, acima de tudo, o fato de que a trajetória profissional de Rio Branco esteve sempre determinada pelas circunstâncias de sua vida pessoal e vice-versa.

A diplomacia entrou pela sua vida desde a infância e a juventude. Seu pai, José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, foi uma das maiores figuras do período monárquico. Iniciou a carreira pública pela mão de Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná e chefe do Gabinete da Conciliação, por ocasião de missão em Montevidéu e em Buenos Aires na guerra contra Rosas (1850-1851). Foi então testemunha privilegiada e agente de um dos mais importantes momentos da diplomacia brasileira, em que se asseguraram as bases definitivas sob as quais vieram gradualmente a se consolidar os estados da região na conformação atual. Sua vida daí para a frente se caracterizou pela interação permanente da diplomacia com a política. Foi várias vezes ministro. Chefiou o gabinete de mais longa duração de todo o período monárquico. Transitou com fina sensibilidade pelas três capitais do Prata, em período de intensa atuação diplomática, de intervenções, de tramas secretas, de guerras, durante as quais o Brasil participou ativamente do processo de conformação e de estabelecimento das nações platinas, ao mesmo tempo em que resguardou a integridade e a segurança da fronteira meridional.

Em 1860, sintetizou, em discurso na Câmara, sua visão do estilo de diplomacia que o Brasil deveria seguir no Prata: "[...] Porque temos consciência de nossa força, podemos ser moderados, benévolos e até generosos, tanto quanto estes sentimentos forem compatíveis com a dignidade nacional e com os direitos e grandes interesses do Império." Poucas citações resumem de forma tão apropriada a essência da política platina então praticada pelo Brasil, uma visão matricial que o barão adaptou aos novos tempos e que se transformou em característica singular da diplomacia brasileira.

Paranhos pai era pouco ligado às festas e aos saraus que se sucediam na corte. Sua vida social tinha foco intensamente político. Sua casa era frequentada pelos homens que determinavam a política interna e externa do país que se formava em meio a tantas contradições e incertezas. Paranhos Junior cresceu nesse ambiente, em que a futilidade, tão frequentemente associada à diplomacia de salão, não se fazia presente. Assimilou o temperamento do pai. Sua vida pública no Brasil e no Exterior não foi jamais assinalada por trivialidades nem frivolidades.

Em um ponto, porém, escapou ao molde paterno. Era dado a noitadas, aos prazeres da boa mesa, às companhias femininas. Foi esse o ângulo de sua personalidade que acabou conduzindo-o ao exterior, à vida diplomática, às chefias de missão, ao "exílio" a que tantas vezes se referiu em carta a amigos. Não teve maior interesse pela política parlamentar, passou ligeiramente pela docência e pela administração sem revelar gosto

para nada além do estudo da história do Brasil, da afirmação e do orgulho da nacionalidade. Compensava as suas inquietações de jovem com as alegrias da vida noturna.

Em princípios de 1872, Paranhos ligou-se afetivamente a uma jovem atriz de origem belga, Marie Philomène Stevens, que desde os fins de 1870 atuava no café-concerto mais prestigiado do Rio de Janeiro, o Alcazar. Paranhos pai, contrariado com a ligação do filho, inaceitável para os padrões da época, tentou dissuadi-lo de prosseguir no romance. Acredita-se ter sido determinante para criar os incentivos positivos e negativos para que a senhorita Stevens deixasse o Brasil e se instalasse em Paris. Era tarde, porém. Partiu grávida do filho de Paranhos Junior, Raul, que veio ao mundo em fevereiro de 1873, em Paris. Fiel aos seus sentimentos e à sua responsabilidade, trouxe a companheira e o filho recém-nascido de volta, instalando-os em discreta casa no Rio de Janeiro, para constrangimento do pai, àquela altura o todo-poderoso presidente do Conselho de Ministros, posição que ocupou até junho de 1875.

Paranhos Junior decidiu, então, afastar-se. Seria fiel ao seu caráter. Não abandonaria a mãe de seu filho. Pleiteou um posto no exterior. As duas vagas possíveis àquela altura eram a de secretário de legação em Bruxelas e a de cônsul-geral em Liverpool. Fixou-se no consulado, que tinha a vantagem de propiciar uma boa remuneração, derivada – como era a praxe na época – das receitas havidas pelo posto com a legalização das cargas embarcadas de e para o Brasil. Tinha igualmente a vantagem de não exigir representação: o lado social, a diplomacia de salão a que não estava e não esteve jamais afeito. Era suficientemente distante de Paris, onde instalaria a família, para não criar embaraços nem ao governo local nem à corte no Rio de Janeiro. As convenções da época impediam que um diplomata vivesse maritalmente em um posto com uma senhora com a qual não fosse legitimamente casado.

O imperador, desgostado com a situação criada por Paranhos Junior, recusou-se a nomeá-lo. Com a partida do imperador para a Europa, a decisão foi parar nas mãos da princesa Isabel. A regente acabou assinando a nomeação em fins de maio. Marie partiu imediatamente com os filhos e se instalou em Paris. Paranhos Junior demorou-se até o fim de setembro.

Como são imprevisíveis os caminhos da vida! Tivesse ficado no Brasil, Paranhos Junior teria eventualmente se casado com alguma bem-nascida senhorita da corte e teria possivelmente naufragado com a queda da Monarquia. Ao partir, afastou-se convenientemente da lenta erosão do poder monárquico, abrindo definitivamente os olhos para

a cultura e a civilização europeia. À frente do consulado de Liverpool, encontrou ademais tempo e recursos financeiros para manter a família em Paris e dedicar-se às pesquisas e aos estudos de história e geografia, que se revelaram cruciais para nutrir o seu "mito-Brasil" e para as missões que lhe foram confiadas. Criou, a distância, a imagem de um homem austero, estudioso e comprometido com os valores permanentes do Brasil. Abriu, portanto, o caminho que o levou de volta ao Rio de Janeiro no limiar do século XX.

Paranhos Junior percebeu o que estava em jogo com sua nomeação para Liverpool. Em carta a um amigo influente, instando-o a trabalhar por um desfecho favorável para o seu pleito, arrematou: "[...] Se perco esta oportunidade de consertar a minha vida, estou perdido para sempre." Tinha, talvez, razão!

O consulado-geral em Liverpool (1875-1896)

Paranhos Junior assumiu o consulado-geral em Liverpool em 6 de dezembro de 1875.

Fundada em 1207, Liverpool começou a crescer no final do século XVII, mediante o comércio com as colônias britânicas na América do Norte e nas Índias Ocidentais. No século XVIII, tornou-se o terceiro maior porto da Inglaterra, depois de Londres e Bristol. Beneficiou-se amplamente do tráfico de africanos e do refino de açúcar.

Pela metade do século XIX, Liverpool já era o segundo maior porto britânico, havendo ganhado ares de cidade culta. Bibliotecas e salas de música foram estabelecidas. Ergueram-se hospitais modernos. Cinco anos depois da chegada de Paranhos Junior, em 1880, Liverpool foi formalmente qualificada como cidade. Não deixava, porém, de ser um lugar triste e áspero, em que os avanços da revolução industrial e do comércio internacional britânico coexistiam com áreas de miséria e exclusão. Rio Branco se referiu sempre a seu posto como um desterro, onde vivia dias vazios e monótonos, solitário, sem amigos, sem família. Não era de estranhar que buscasse sair tão frequentemente quanto possível de Liverpool.

O trabalho era intenso. Constavam da jurisdição do consulado-geral outros portos britânicos, cada qual ocupado por um vice-cônsul. Em Liverpool, propriamente, o cônsul-geral, tal como registrado por Álvaro Lins, dispunha de um vice-cônsul, de um chanceler (era o nome que se dava ao encarregado dos trabalhos de escritório!), de um vice-chanceler, de um escrevente e de um encarregado de apontamentos.

À época de Paranhos Junior, Liverpool era o principal porto comercial de interesse para o Brasil. Era certamente o consulado mais rendoso. Até a metade do século XX, os consulados do Brasil estavam dispostos prioritariamente em portos, de onde chegavam e saíam os navios com cargas destinadas ao Brasil ou originadas deste país. O cônsul legalizava os documentos e cobrava uma porcentagem do valor da carga, que era utilizada no custeio do consulado e nos honorários do pessoal. Tínhamos até então consulados em cidades como Liverpool, Havre, Sevilha, Nápoles, Gênova, Veneza, Antuérpia; outros foram pouco a pouco desaparecendo, à medida que a atividade consular passou a se concentrar em atividades cartoriais e na proteção de brasileiros e, mais, recentemente, na assistência às comunidades da chamada "diáspora" brasileira.

Nos três primeiros anos, Paranhos teve de lidar com um vice-cônsul hostil: o português Braga. Álvaro Lins dá conta de problemas que enfrentou, logo ao chegar, para pôr as coisas em ordem no consulado. Dá igualmente conta da diligência com que Paranhos Junior firmava a tempo e hora todos os documentos de despacho dos navios. De Liverpool saíam em média 50 navios para o Brasil e chegavam outros tantos a cada mês.

Com a nomeação de um novo vice-cônsul, Oliver Punshon, em 1878, Paranhos Junior pôde finalmente construir uma sólida rotina para os trabalhos do consulado. Dedicou-se a ampliar seu círculo de contactos locais, a informar o Rio de Janeiro das irregularidades constantemente cometidas pelos exportadores brasileiros de algodão e de café, que volta e meia misturavam às cargas pedras, chicória, couve, tijolos e outras anomalias. Produziu alentados relatórios sobre o comércio de café e sobre a navegação e o comércio em geral entre o Brasil e o porto de Liverpool.

Cumpria à risca a determinação legal brasileira, tal como recolhida por Clóvis Bevilacqua e referida por Álvaro Lins, no sentido de que, além dos despachos e das legalizações de rotina, os cônsules deveriam:

> Colher dados, noções, esclarecimentos que habilitassem a administração pública a desenvolver [...] a sua atividade no domínio das relações internacionais de ordem econômica e, ao mesmo tempo, a assimilar hábitos, instituições que pudessem ser úteis ao desenvolvimento das indústrias e do comércio.

Quando podia, Paranhos escapava a Londres para reuniões com o barão de Penedo, chefe da legação do Brasil, de quem dependia hierarquicamente. Ia também com frequência a Paris, ao encontro da família. Embora se queixasse da solidão, era um homem em permanente movimento, irrequieto, curioso, atento a tudo o que se passava à sua volta. Mantinha intensa correspondência com o Rio de Janeiro. Pedia relatos sobre a política, a economia e os *faits-divers*. Lia os jornais que chegavam pelos navios.

Recebeu dom Pedro em Liverpool em 1877 e acompanhou o imperador em Londres, em visita à rainha Vitória em 1872. Viajou com o pai pela Itália em 1879.

Em novembro de 1880, abalou-se para o Rio de Janeiro, onde ainda chegou a tempo de acompanhar os últimos dias de vida do visconde seu pai.

Voltou ao Brasil em 1883 com a intenção de levar sua mãe para viver em Paris. No Rio, foi agradavelmente surpreendido com sua inclusão na Ordem da Rosa, maior condecoração do Império, e com o convite para ser o delegado do governo na Exposição Universal de São Petersburgo. Na Rússia em 1884, promoveu sobretudo o café do Brasil. Usou os métodos modernos de que se valeu ao longo de toda sua atuação diplomática: cultivou jornalistas, obteve artigos favoráveis ao Brasil na imprensa russa, recebeu o czar e diversos integrantes da aristocracia local no pavilhão brasileiro, onde serventes ensinavam a preparar café. Ao deixar São Petersburgo, assinalou em seu relatório a necessidade de estabelecer um comércio direto e regular com a Rússia, não deixando de observar, sem modéstia: "O sucesso que alcançamos aqui foi imenso e suponho que nunca qualquer exposição brasileira fez tanto estrondo!"

Em 1887, teve de voltar ao Rio de Janeiro para socorrer a irmã Maria Luisa, então em apuros familiares. Avistou-se com o imperador, cuja saúde declinava a olhos vistos. Acabou voltando para a Europa no mesmo vapor em que viajou Pedro II em busca de melhor tratamento.

Percebeu claramente que era tempo de transformações. Luiz Viana relata que, ao reassumir o consulado, determinou ao vice-cônsul que, pelo sim, pelo não, encomendasse os novos papéis timbrados para correspondência não mais encimados pelos dizeres "Consulado-geral do Império do Brasil", mas sim "Consulado-geral do Brasil".

Paranhos Junior, na verdade, residia em Paris graças à benevolência do barão de Penedo, sempre pronto a conceder-lhe licença atrás de licença; findas estas, autorizações para permanecer "incógnito" na capital francesa.

Foi graças a essa residência parisiense – outra circunstância de sua vida pessoal! – que Paranhos logrou municiar-se de extensa coleção de mapas e documentos históricos em arquivos europeus, que foram posteriormente cruciais para sua atuação nos litígios com a Argentina e a França e, mais adiante, à frente do ministério.

Em 1889, já com o título de Barão do Rio Branco, às vésperas do que veio a ser o evento "transformacional" da Proclamação da República, dedicou-se à divulgação da história do Brasil ao ensejo da Exposição de Paris. Colaborou com o intelectual francês E. Levasseur na redação do capítulo "Le Brésil", da *Grand Encyclopedie*, extenso texto, do qual foi responsável pelos capítulos de História, Imprensa, Belas-artes e Antropologia. Levasseur registrou nas duas edições especialmente tiradas a cargo do Sindicato Franco-brasileiro, no mesmo ano de 1889, que devia ao barão uma "grande parte na composição de todo o trabalho". A ele deve-se também a extensa coleção de fotografia "Album de Vues du Brèsil", incorporada à segunda edição do livro, que pretendia, nas palavras do barão, "mostrar a fisionomia atual das principais cidades do Brasil e seus arredores". Tratava-se então de um esforço para promover a "imagem" do país, favorecida pela abolição do regime servil no ano precedente, bem antes, note-se, de que aquele conceito fosse elaborado pelos departamentos de propaganda do século XX. Sugestivamente, Levasseur observa, ao final do capítulo, em seu "Resumé de l'État du Brèsil", que:

> Com prudência, com o passar do tempo e com energia aplicada ao trabalho, o Brasil superou uma parte dos obstáculos que tolhiam seu progresso e ele, com toda certeza, superará os outros. Será então capaz de se beneficiar de todas as vantagens dispostas pela natureza em seu imenso território [...].

Uma visão da qual certamente partilhava o barão, que punha – como até hoje se põe – a plena realização do Brasil no tempo futuro.

Àquela altura, Rio Branco recebeu um impulso extraordinariamente importante para sua trajetória. Rui Barbosa publicou, no *Diário de Notícias*, às vésperas da República, artigo no qual ressaltou sua colaboração na *Grand Encyclopedie*. Segundo Álvaro Lins, foi esta a primeira vez que o nome do Barão do Rio Branco apareceu perante o público do Brasil como "grande historiador erudito".

Rui Barbosa ressaltou um atributo do barão que se revelou fundamental para o êxito de suas atividades de historiador/diplomata: "O sentimento do real, esse movimento da vida, essa impressão de contacto direto das coisas." Rui foi muito perspicaz ao assinalar esses

atributos do barão, sem os quais diplomata nenhum pode ser capaz de formar juízo sobre as relações com as quais deve lidar, de desenvolver um espírito de alteridade que lhe permita antecipar as sensibilidades do outro, para então encontrar a palavra certa, o equilíbrio justo, a convergência dos interesses; em suma, a boa, justa e duradoura negociação. A partir daquele momento, o barão empregou habilmente esses dons para se diferenciar positivamente e iniciar com passos firmes – nem sempre acompanhado por um destino benfazejo – sua caminhada pela diplomacia, pela política e pela história do Brasil.

Contudo, não foi Rui Barbosa o único a enxergar as qualidades singulares do cônsul em Liverpool. Álvaro Lins enumera Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Gusmão Lobo, José Veríssimo, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós e outros que se juntaram em apreciações positivas quanto ao equilíbrio e à sabedoria com que o barão revestia a história do Brasil, explicava-a e dava-lhe um sentido que a sociedade brasileira, àquela altura, dificilmente poderia perceber, às voltas que estava com o declínio econômico e a incerteza da transformação institucional em curso.

Já então, o barão adotara seu conhecido ex-libris, "*Ubique Patriae Memor*", um lema verdadeiramente ligado à sua vida. Em Paris – raramente ia a Liverpool! – vivia como se estivesse no Rio de Janeiro. Receoso de que as novas autoridades republicanas pudessem marginalizá-lo, desenvolveu um convincente enredo para explicar e apresentar perante o país que – superado o constrangimento da escravidão – se consolidava gigantesco e singular na América. Mantinha-se presente, a distância, no dia a dia do Brasil. Revelava-se convicto de suas ideias monárquicas, sentia-se orgulhoso do papel do visconde seu pai na aprovação da Lei do Ventre Livre e, embora aparentemente descresse na possibilidade de um terceiro Reinado sob uma imperatriz casada com um aristocrata francês, não abraçava a propaganda republicana. Pelo sim, pelo não, tampouco hostilizava os que preparavam a transformação.

Rio Branco também se transformava. Passado o tempo devido, decidiu casar-se com Marie Philomène. A cerimônia foi realizada em Londres. Longe, portanto, de Paris e dos brasileiros que por lá circulavam. A ligação *de facto* que o levou ao "exílio" em Liverpool e a Paris tornou-se *de jure*.

Ocupou-se também o barão, mediante correspondência constante, de exercer sua ligação com o monarca deposto, sem que isso prejudicasse seu afã de obter que as novas autoridades republicanas o mantivessem no posto, no "cartório" de Liverpool, que, rendoso e bem organizado,

permitia-lhe viver em Paris às voltas com a construção de suas ideias e a formação de sua personalidade de historiador/diplomata.

Acompanhou todo o drama da morte do imperador em Paris, em dezembro de 1899. Em artigos remetidos ao Brasil, porém, evitou descrever a morte e os funerais na primeira pessoa. Usou o pseudônimo de Ferdinand Hex. Luiz Viana relata que sequer assinou com seu nome a coroa de flores que fez remeter à família. Usou seu ex-libris, "*Ubique Patriae Memor*".

Álvaro Lins cita frases tiradas dos cadernos do barão, nos quais dava asas às inquietações que lhe rondavam o espírito àquela altura: "Será que o meu dever é a demissão, a renúncia ao serviço público? [...] Abandonar o consulado e fazer-me lavrador no interior de São Paulo?" Ao mesmo tempo racionalizava:

> [...] O serviço no Estrangeiro [...] não é prestado à pátria com independência quanto aos seus regimes e formas de governo? Além disso, o consulado não é uma função propriamente diplomática, [pois] falta-lhe o caráter político suscetível de criar compromissos, sendo o cônsul um simples funcionário de Estado [...].

Lembrava-se possivelmente dos pareceres do visconde seu pai no Conselho de Estado, segundo os quais a Secretaria de Negócios Estrangeiros deveria ser livre das flutuações ou das mudanças da política interna, característica que, de uma forma ou de outra, vieram a se associar à imagem do Itamaraty, permitindo ao ministério conviver relativamente incólume com as sucessivas transformações político-institucionais por que passou o Brasil.

Seus bons contatos com as autoridades republicanas funcionaram. Em 1892, o governo o incumbiu, sem prejuízo de titularidade do consulado em Liverpool, de superintender o Serviço de Imigração em Paris.

Aprofundou, ao mesmo tempo, os estudos relativos à fronteira com a Argentina. Antecipava o encargo que lhe cairia nas mãos? Não se sabe. O que é certo é que o barão continuava a se preparar, à espera de que o destino cruzasse à sua frente como um cavalo selado.

Luiz Viana alude a alguns problemas financeiros que passou a enfrentar em razão da redução dos rendimentos do consulado em Liverpool. Uma reforma realizada pela República modificou o sistema de emolumentos e, consequentemente, a remuneração do cônsul. Há registro de que pensava seriamente em retornar ao Brasil e dedicar-se à agricultura em São Paulo. Em cartas a amigos, assim como em anotações pessoais,

referiu-se ao tema. Parece difícil, no entanto, imaginar que semelhante hipótese passasse efetivamente pela mente de Rio Branco!

Mais uma vez, porém, o destino o socorreu. O cavalo selado acabou passando à sua frente. Falecido Aguiar de Andrade em março de 1893, vagou o cargo de plenipotenciário em Washington para a defesa da causa do Brasil na Questão de Limites com a Argentina, submetida ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos. Aceitou o convite que lhe foi feito pelo governo para assumir o lugar de plenipotenciário. Não sem antes, em carta a um amigo, citada por Luiz Viana, dizer que não queria o que, na verdade, ambicionava intensamente e alegar despreparo para funções que certamente sabia ser capaz de bem exercer:

> [...] Não quero saber da carreira diplomática. Não sirvo para isso [...] por muitíssimas razões [...]. Não tenho fortuna para sustentar a posição de ministro e não devo renunciar ao trabalho que tenho em preparação para levar vida de jantares, recepções, etiquetas e festas [...]. Aceitei esta missão porque é temporária e unicamente para a defesa de um território que é incontestavelmente nosso [...]. Terminada a questão, volto para o meu canto [...]. Não quero saber de eminências e grandezas [...]. Já tinha me habituado a só desejar posições obscuras [...].

Verdade? Dissimulação? Autoengano? Queria decerto fazer-se de rogado. Os homens mais bem-sucedidos são os que consciente ou inconscientemente bem escondem suas próprias ambições.

Depois de recolher a documentação de que necessitava e de obter a nomeação de Domício da Gama para assessorá-lo nos Estados Unidos, deixou Paris em maio de 1893.

A missão em Washington: Questão de Palmas (1893-1895)

À razoável precisão dos Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso, que haviam expressamente revogado o de Tordesilhas, seguiu-se certo vazio jurídico. Após a guerra entre Portugal e Espanha, o Tratado de Paz de Badajoz (1801) deixou o tema dos limites na América do Sul em aberto. No momento da Independência, os limites entre o Brasil e os vizinhos hispânicos permaneciam, em alguns pontos, indefinidos. Acertadamente, o Brasil tomou a deliberação de ater-se ao princípio do *uti possidetis* como base para afirmar seus direitos. O visconde do Rio Branco havia sustentado coerentemente o *uti possidetis* em negociações de limites no

tempo do Império. O barão o utilizou com particular habilidade e eficácia na República!

A chamada Questão de Palmas (Missões, para a Argentina) girava em torno de uma interpretação da definição dos limites feita no período colonial. Havia acordo no que se refere aos trechos do rio Iguaçu e do Uruguai; contudo, não quanto à demarcação do terceiro trecho de fronteira entre o Brasil e a Argentina. Para o Brasil, a linha era dada pelos afluentes Peperiguaçu e Santo Antonio; para a Argentina, a linha deveria traçar-se pelos rios Chapecó e Chopim. Entre um e outro lado dessa controvérsia situava-se o território contestado de Palmas/Missões. Segundo os dados que foram utilizados por Rio Branco, nesse território viviam 5.763 brasileiros e 30 estrangeiros, nenhum dos quais argentino! Caso a Argentina obtivesse soberania na região, configurar-se-ia uma verdadeira cunha na fronteira sul do Brasil, de certa forma capaz de tornar o Rio Grande do Sul mais próximo de seus vizinhos hispânicos do que do resto do Brasil!

Assinou-se um Tratado Brasil-Argentina em 1857, posteriormente declarado nulo pela parte argentina. Em 1876, o Brasil tentou reabrir as negociações. Não teve êxito. Em 1881, a Argentina tomou a iniciativa, havendo o Brasil proposto a constituição de uma comissão mista para demarcar a fronteira. A proposta foi aceita pela Argentina. Posteriormente, Buenos Aires deu marcha atrás e insistiu em uma solução salomônica: dividir o território! O Brasil não aceitou. Não restava outro remédio senão o arbitramento, o que foi decidido de comum acordo às vésperas da proclamação da República.

Iniciado o governo Deodoro, o chanceler Quintino Bocaiuva, porém, tomado de equivocada generosidade, propôs a seu colega argentino Estanislao Zeballos a volta à solução salomônica, havendo-se assinado um tratado em janeiro de 1890, logo rejeitado pelo Congresso Nacional. Voltou-se então ao arbitramento, assinado de comum acordo ao presidente dos Estados Unidos da América.

Assim como o representante nomeado pelo Brasil, o barão Aguiar de Andrade, o da Argentina, Nicolás Calvo, morreu sem ter podido propriamente iniciar a missão. Do lado argentino, foi nomeado Estanislao Zeballos, experimentado e grandiloquente diplomata. Do lado brasileiro, Floriano Peixoto indicou o Barão do Rio Branco, que do seu "exílio" parisiense bem conhecia o caso e não tinha dúvidas quanto à legitimidade dos títulos brasileiros.

Rio Branco chegou a Washington em 24 de maio de 1893. Logo prescindiu dos serviços do advogado norte-americano William Ivins,

que havia sido contratado por Aguiar de Andrade para preparar a defesa do Brasil. Em comunicação ao Rio de Janeiro, afirmou não precisar de advogados e demandou liberdade de ação, em virtude de seu amplo conhecimento da causa. Fez prevalecer sua posição. Ivins foi afastado.

Fiel a seu estilo austero, manteve-se distante das tentações do mundo diplomático e social de Washington. Fixou residência em Nova York, de onde dispunha de comunicações mais diretas com seus correspondentes na Europa. Álvaro Lins relata que o barão efetivamente se encerrou em uma pensão da rua 32 em Manhattan, de onde praticamente não saiu, tendo levado meses sem se comunicar até com a própria família. O mesmo Álvaro Lins compõe sugestiva imagem das obsessões do barão e de sua total adesão à tarefa: "Há nele um sentimento patriótico, que o faz interpretar e conduzir o pleito como coisa viva e real; e o longínquo território de Palmas toma dentro dele a configuração de um ser humano e brasileiro." Vê-se que o barão não dava ouvidos ao célebre conselho de Talleyrand aos diplomatas franceses: "*Surtout pas trop de zèle*!" Tivesse ele escutado as palavras do arquétipo da diplomacia sem escrúpulos, quem sabe teríamos perdido a questão ou tido de engolir uma solução salomônica, como aconteceu mais tarde, com a Questão do Pirara.

Em suas pesquisas, o barão localizou finalmente, no Depósito Geográfico do Quai d'Orsay, o original do chamado "Mapa das Cortes", de 1749, pelo qual se estabeleceram os limites na região sul entre Portugal e Espanha com base no *uti possidetis*. A parte Argentina – de boa-fé, supôs o barão, talvez ingenuamente – utilizava uma versão adulterada do nosso mapa para sustentar sua reivindicação. Em sua argumentação, o barão veio a utilizar os mesmos instrumentos jurídicos alegados pela Argentina, havendo simplesmente provado que o principal deles, o Mapa das Cortes, era falso: uma cópia adulterada que chegou às mãos do general Mitre.

Mais ainda: obteve por meio da legação em Madrid, no arquivo de Simancas, uma cópia da Instrução de 1758, dada pela corte aos demarcadores espanhóis, pela qual ficava evidente que o Peperi brasileiro era efetivamente o Pequiri do Mapa das Cortes, havendo o barão sido capaz de comprová-lo mediante a comparação de latitudes e longitudes. Não havia, portanto – argumentou na sua Exposição de Motivos, entregue em fevereiro de 1894 ao árbitro –, um só documento em que a República Argentina pudesse se apoiar para condenar a documentação de 1759. O adversário foi derrotado, na sugestiva expressão de Luiz Viana, "em suas próprias fortificações".

Entregue a Exposição de Motivos, Rio Branco transferiu-se apropriadamente para Washington e dispôs-se a esperar o laudo. Ficou

na capital dos Estados Unidos cerca de um ano. Utilizou o tempo para se familiarizar com a história, a cultura e os valores da potência ascendente, contrastando-os com o que absorveu de uma Europa atavicamente presa aos nacionalismos, às disputas e aos preconceitos herdados de tempos imemoriais. Conheceu pessoas importantes, entre as quais o advogado John Basset Moore, de cujos serviços se utilizou mais adiante na condução da Questão do Acre. Nos saguões do hotel que compartilhavam, avistava-se ocasionalmente com o secretário de Estado Gresham e via também o subsecretário Uhl, designado pela Casa Branca para examinar o caso. Manteve-se discreto, em contraposição a Zeballos, que alardeava na imprensa norte-americana os supostos "direitos" da Argentina. Chegou a repreender um assessor que deu declarações aos meios locais. "[...] Viemos aqui para submeter a nossa causa à decisão do presidente e não à dos jornalistas e repórteres", disse certa vez ao secretário de Estado Gresham. Álvaro Lins comenta com argúcia que o barão não falava de sua missão aos meios americanos; procurava apenas transmitir a todos a certeza de que confiava no árbitro e que não usaria, como advogado, outro recurso a não ser sua própria Memória. Zeballos, por sua vez, comportava-se como um cortesão. Alardeava prestígio e confiava nas suas atividades de representação.

Em 5 de fevereiro de 1895, foi dado a conhecer o laudo proferido pelo presidente Grover Cleveland. Era inteiramente favorável ao Brasil. O representante argentino cumprimentou galantemente o barão, de quem permaneceu adversário para sempre. Em suas memórias reconhece (há quem diga em Buenos Aires que o fez para justificar sua derrota!) que o Brasil tinha razão, não havendo, portanto, como ganhar a causa. A repartição do território teria sido, de fato, sob todos os aspectos, uma vitória para a Argentina.

Os historiadores brasileiros são unânimes em corretamente apontar a Questão de Palmas como o divisor de águas na trajetória do barão. Ao ganhar uma questão contra a então poderosa e sempre altiva Argentina, havendo preservado, pela força de sua argumentação e pelo profissionalismo de sua conduta, a inteireza do território nacional em um espaço estrategicamente vital para a segurança do Brasil, o Rio Branco foi alvo de diversas homenagens. A primeira missão efetivamente diplomática que chefiou pôs seu nome no altar da devoção da opinião pública, assim como dos meios políticos e dos militares que então dirigiam o Brasil.

A criteriosa, exata e exaustiva preparação da defesa dos direitos do Brasil pelo barão, assim como o estilo discreto e profissional com

que se conduziu na missão, foram determinantes para seu êxito. Álvaro Lins acentua a objetividade da Exposição de Motivos preparada pelo barão, preocupado em reduzi-la ao essencial e em não cansar o árbitro com digressões. Contrariamente à defesa apresentada por Zeballos, seu texto não é excessivo. Os mapas e os documentos arrolados foram os estritamente necessários. Sua linguagem foi ascética, sem recursos retóricos. Concentrou-se no fundamental. A vitória foi, assim, sob todos os aspectos, duplamente merecida: tanto pela substância e pela fundamentação dos argumentos utilizados quanto pela solidez, pela austeridade e pela objetividade de seu estilo de fazer diplomacia.

O mesmo estilo o barão utilizou mais adiante na condução da questão contra a França. Joaquim Nabuco, que não teve na Questão do Pirara contra a Inglaterra o mesmo êxito do barão, agiu de maneira oposta. Manteve Nabuco em Roma, enquanto conduzia o caso do Brasil, tal como Zeballos fez em Washington, intensíssima atividade de representação e vida social, preocupado, como diria em carta à mulher, "com o brilho da minha quase embaixada na divina cidade". Estava convencido de que pelo caminho da representação junto à aristocracia italiana poderia chegar aos favores do rei e fazê-lo aceitar nossos argumentos. Ofereceu incontáveis jantares animados por piano e danças a aristocratas locais.

A missão de Nabuco junto ao rei da Itália foi, talvez, a "carga da brigada ligeira" da diplomacia brasileira tradicional. Um dos derradeiros episódios em que nossos representantes tentaram utilizar o que percebiam como métodos, usos e costumes do mundo da velha civilização europeia. Daí para frente, prevaleceu entre nós o pragmatismo inspirado pelas concepções e pelos métodos de Rio Branco, assim como pela visão de mundo exposta por Rui Barbosa na Conferência da Haia.

A missão em Berna: Questão do Amapá (1898-1899)

Ao regressar vitorioso a Paris, Rio Branco foi encarregado de estudar o tema dos limites com a Guiana Francesa. Foi-lhe igualmente solicitado assessorar Souza Gouveia, ministro em Londres, na Questão do Pirara, então sob tratativas bilaterais com a Inglaterra.

Ambas eram importantíssimas. Se a questão com a Argentina envolvia a segurança na fronteira sul do Brasil, as relativas às Guianas tinham a ver com o obstinado propósito das grandes potências europeias de obter acesso direto à bacia Amazônica. Hoje, olhando-se o mapa da América do Sul, as três Guianas aparecem como impressões digitais

deixadas por um colonialismo afugentado, impedido de chegar ao grande rio pelo zelo da diplomacia luso-brasileira, capaz até de desenvolver políticas contraditórias no Amazonas e no Prata. Ribeirinhos de jusante no Amazonas, Portugal, depois Brasil, impediram a livre navegação dos rios; ribeirinhos de montante no Prata forçaram a livre navegação!

A lamentar apenas, nessa história de êxitos, diga-se entre parênteses, a decisão da diplomacia lusitana de restituir a Guiana à França no Congresso de Viena, após a ocupação tão bem conduzida por dom João em represália à invasão napoleônica de Portugal. Quão importante teria sido para o Brasil, àquela altura Reino Unido a Portugal, manter a Guiana Francesa sob sua soberania!

Rio Branco viu ambas as questões sob perspectiva integrada. Se lograsse um acordo com a Inglaterra e a Holanda quanto à soberania brasileira sobre a margem esquerda do Amazonas, a França seria constrangida a moderar suas reivindicações ou desistir delas.

A Questão do Pirara com a Inglaterra foi finalmente ao arbitramento por acordo de 1899, e Rio Branco indicou Joaquim Nabuco para a defesa dos direitos do Brasil, municiando-o com todos os estudos que fizera.

Fixou-se na questão da Guiana Francesa. Deixou formalmente o consulado em Liverpool em 1896. Foi encarregado preliminarmente de assessorar o ministro Gabriel de Piza em entendimentos diretos com o governo francês. A tentativa de negociação bilateral fracassou entre bravatas do ministro Piza e ameaças arrogantes da parte francesa, inclusive de ação militar. Em abril de 1897, decidiu-se submeter o caso ao arbitramento do presidente da Confederação Helvética. Rio Branco foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial em novembro de 1898, dois meses antes da morte, em Paris, de sua mulher Marie Philomène, após prolongada enfermidade.

Havendo-se apresentado em Berna, regressou logo a Paris, onde redigiu sua primeira memória. Entregou-a ao árbitro em princípios de abril de 1899. Essencialmente, competia-lhe provar que o rio conhecido no Brasil como Oiapoque era o mesmo Japoc ou Vicente Pinson, como referido no Tratado de Utrecht, de 1713, pelo qual a França renunciou a suas pretensões nas duas margens do Amazonas e aceitou este rio como limite da Guiana com o Brasil.

Com base em sólida argumentação jurídica e profusa documentação cartográfica, Rio Branco expôs os títulos brasileiros com clareza na sua primeira memória, deixando para a segunda memória, após o exame da argumentação francesa, a artilharia mais pesada da sua defesa.

Concentrou-se então em impedir o que suspeitava ser o objetivo francês, dividir a área em litígio. Insistiu em que, ao colocar o tema nas mãos do governo suíço, Brasil e França o haviam submetido a um árbitro, não a um mediador. O que estava em jogo era um direito líquido e certo que o Brasil entendia como seu. Não havia, portanto, o que negociar!

Permaneceu em Berna todo o ano de 1900, à espera da sentença. Na capital suíça, ampliou sua experiência diplomática. Viu-se a braços com a formidável diplomacia francesa, de grande prestígio nos meios suíços. A França, na realidade, era o único país a dispor de uma embaixada em Berna. Todos os demais achavam-se representados no âmbito da legação. Manteve sabiamente o mesmo estilo que observou em Washington: discrição, objetividade e equilíbrio.

Em 1º de dezembro de 1900 a decisão veio inteiramente a favor do Brasil. Mais uma vez, sua diligência substantiva, seu conhecimento de causa e a solidez de sua argumentação, assim como a eficácia do seu estilo profissional, revelaram-se fundamentais para o êxito.

Tenho em minha biblioteca um exemplar dos anexos da sentença arbitral suíça, encontrado anos atrás em um sebo no Rio de Janeiro. Acomodados em uma caixa formatada, como se fosse um livro encadernado, acham-se cinco mapas e três quadros sinópticos, mediante os quais o árbitro ilustrou as bases de sua decisão a favor do Brasil. Trata-se de um conjunto de documentos de extraordinária precisão. Indica a seriedade com que o governo suíço estudou a questão, a contrastar com a ligeireza com que se houve, mais tarde, o rei da Itália na Questão do Pirara. Indica também a qualidade do trabalho de Rio Branco, ao elaborar a defesa brasileira com base em documentos legítimos e argumentos bem fundamentados.

Com a vitória obtida ao cabo de sua missão em Berna, a imagem do barão assumiu proporções ainda mais heroicas no imaginário brasileiro. O Brasil, pelas mãos de Rio Branco, havia alcançado algo tido como impensável para a época e difícil até mesmo nos dias de hoje: logrou ganhar uma causa contra uma grande potência. Com as vitórias contra a Argentina e contra a França, o barão, para usar a feliz expressão de Rubens Ricupero, "legitimou" uma República que até então só tinha conhecido desastres: o encilhamento, os levantamentos militares, a turbulência da época de Floriano, a Revolução Federalista, a Revolta da Armada, Canudos.

Recebeu homenagens, tributos e, ainda mais importante para quem não tinha fortuna, uma dotação pecuniária vitalícia. Com ela, pagou as dívidas que contraiu nas missões em Washington e em Berna.

Disse, nas celebrações organizadas pelo Itamaraty ao ensejo do centenário do Laudo de Berna, em dezembro de 2000, o senador José Sarney: "Para o Brasil, o barão deu o Amapá. Para o Amapá, Rio Branco deu muito mais: deu o Brasil."

Favorecido pelo Laudo de Berna, o Brasil afirmou sua modernidade e passou a pleitear, sob nova feição, uma inserção menos periférica no mundo. Incorporou território, impediu o avanço de uma grande potência e afirmou o que veio a ser a melhor tradição da diplomacia do Itamaraty: a solução pacífica de controvérsias baseada no direito. Não fosse a atitude firme do Brasil em relação ao projeto colonial representado pelas três Guianas, assim como nosso obstinado fechamento dos rios amazônicos, hoje poderíamos ter hipóteses e contextos muito diferentes de fragmentação e sérias ameaças à integridade da região sob soberania brasileira.

A legação em Berlim (1901-1902)

Vencedor na questão com a Argentina e no diferendo com a França, Rio Branco foi alvo de insistentes apelos para que retornasse ao país e se envolvesse na política. Resistiu. Sua ambição era ser ministro na legação em Lisboa. No entanto, tinha as vistas postas também em Berlim. Em carta ao amigo José Avelino, disse: "O lugar de Berlim, que agora vagou, muito me conviria, por ser um centro onde eu poderia talvez voltar à paz antiga e aos trabalhos de minha predileção." O presidente Campos Sales mandou-lhe oferecer finalmente o posto na capital da Alemanha. Aceitou. Foi nomeado por decreto de janeiro de 1901.

O barão chegou a Berlim para assumir a chefia da legação do Brasil na capital do Império alemão, sua primeira e única missão diplomática permanente, em 15 de abril. Tinha 56 anos de idade. Permaneceu no posto por 18 meses, até 11 de novembro de 1902, quando, nomeado ministro das Relações Exteriores pelo presidente Rodrigues Alves, regressou definitivamente ao Brasil.

Os biógrafos do barão referem-se de passagem ao período em Berlim. Talvez porque Berlim tenha representado um relativamente breve intervalo entre uma fase e outra da vida do barão, ou porque tinha sido tão importante o que ele já havia feito e mais importante ainda foi o que fez como ministro das Relações Exteriores.

Quando assumi a chefia da embaixada do Brasil em Berlim, em setembro de 2005, era natural que me interessasse pelos traços do

meu mais ilustre antecessor. Examinei a documentação existente no Arquivo Histórico do Itamaraty. Investiguei os papéis existentes no Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Ao cabo dessas pesquisas e de reflexão que me suscitaram as atividades desenvolvidas pelo barão em Berlim, em um tempo histórico de fato curto, mas indiscutivelmente significativo, pude formar o juízo de que, na verdade, Berlim foi muito importante para a ação subsequente do barão, havendo ficado bem evidenciados os atributos profissionais e operacionais acumulados em suas missões anteriores, que o distinguiriam à frente do Itamaraty.

Não se encontram nos papéis berlinenses do barão análises profundas do cenário internacional. Quem for buscar opiniões sobre a crise que se preparava e que ensombreceu a Europa e o mundo com a emergência da potência germânica, sairá dos arquivos de mãos abanando. Era um homem de reflexão, é claro; entretanto, sobretudo de ação. Via as coisas sob o ângulo pragmático: qual era o interesse do Brasil, como proteger o que pudesse estar ameaçado e como promover o que fosse necessário.

A falta de ofícios reflexivos não quer absolutamente dizer, porém, que o barão estivesse alheio ao que se passava à sua volta. Em pequeno livro que a Funag publicou em 2009, procurei valorizar adequadamente a missão do barão em Berlim. Ficou-me claro, entre outros pontos, a ideia de que a convivência em Berlim com o ambiente efervescente que precedeu a Primeira Guerra Mundial certamente influenciou tanto sua convicção a respeito do esgotamento do modelo colonial-imperialista europeu quanto sua propensão a privilegiar a parceria do Brasil com os Estados Unidos.

Desprende-se ademais do exame da documentação existente no Arquivo Político do Ministério do Exterior alemão, o prestígio de que o barão desfrutava em Berlim, algo nada fácil e nada evidente para o representante de uma jovem e ainda provinciana República sul-americana na capital do Império alemão. Prestígio em diplomacia é algo que só se obtém à custa de um trabalho profissional impecável, de argúcia, de sentido de oportunidade, de boas e amplas relações nos meios locais. O barão tinha efetivamente acesso aos altos círculos governamentais alemães, como comprovam seus frequentes encontros no Ministério do Exterior, no Gabinete do Imperador e nos demais setores da administração. Instalado na residência que alugou para a legação, recebia condignamente e representava com sentido de medida – sem exageros nem rastaquerismos – um país que começava a se afirmar no mundo.

Superada a instabilidade, o autoritarismo militar e a crise econômica que assinalaram os anos iniciais da jovem República, o Brasil ingressava lentamente em um período de transformações positivas. O presidente Campos Sales (1898-1901) recebeu o país abalado economicamente pelos baixos preços do café no mercado internacional e por uma inflação galopante. Era gravíssima a crise financeira. O tesouro estava exaurido. O poder político fragmentava-se em meio às transformações ocorridas nas relações entre o centro e a periferia do país. As sequelas do fim do regime servil ainda se faziam sentir no campo. Nas cidades, a produção desorganizava-se diante da especulação financeira. O Brasil havia chegado à beira da insolvência. O acesso aos mercados internacionais de crédito achava-se severamente restringido.

A Alemanha, na virada do século XIX para o XX, buscava, na célebre expressão do príncipe von Bülow, ocupar o seu "lugar ao sol". Erguia-se de uma maneira soberba no cenário internacional, em constante desafio às então potências centrais da Europa: a Inglaterra e a França.

Antes de assumir, Campos Sales (1898-1901) viajou como presidente eleito à Europa, onde concluiu um instrumento de consolidação da dívida com a Casa Rothschild, conhecido como *funding loan*, garantido pelas rendas da Alfândega do Rio de Janeiro. Por ocasião dessa viagem, Campos Sales esteve na Alemanha, a convite da Casa Krupp, fornecedora de equipamento militar para o Brasil desde 1871. Visitou as instalações da empresa e esteve em Hamburgo. De lá, seguiu para Berlim, Dresden e Munique. Desta viagem pela Alemanha Campos Sales regressou convencido da importância de contrabalançar as relações tradicionalmente mantidas pelo Brasil com a Inglaterra e a França com uma aproximação crescente da Alemanha. O imperador Guilherme II despachou uma belonave ao Rio de Janeiro para a posse de Campos Sales. Este, em 1901, enviou a Berlim o mais prestigiado dos diplomatas brasileiros, o Barão do Rio Branco.

Em 1900, já se contavam em mais de três centenas de milhares os imigrantes alemães estabelecidos no sul do Brasil. A Alemanha havia-se tornado o segundo parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da Inglaterra. Contavam-se já 150 estabelecimentos alemães no Brasil dedicados à indústria, ao comércio do café e à importação de manufaturas. Alemães construíam estradas e ferrovias; operavam linhas de navegação fluvial e a vapor. Alemães instalaram as primeiras linhas telegráficas no Brasil. Há registro de que empresas de colonização alemãs haviam-se tornado proprietárias de cerca de 15 mil km^2 de terras no sul do Brasil.

O barão chegou a Berlim com os filhos Raul, Amélia e Hortensia e uma governanta: a baronesa Teresa von Berg, viúva de um nobre austríaco. Tinha pouco conhecimento do idioma alemão. Buscou entrosar-se na aristocrática sociedade prussiana. Sua personalidade, porém, não se ajustava propriamente às demandas do mundanismo da corte berlinense. Amélia casou-se em Berlim com um alemão, o barão Gustaf von Werther, cuja aristocrática linhagem revelou-se tão elevada quanto reduzida era sua fortuna familiar, para desencanto do barão.

Havendo assumido suas funções em Berlim no dia seguinte ao de sua chegada, 16 de abril, Rio Branco entregou credenciais ao kaiser Guilherme II no dia 28 de maio de 1901 no Neues Palais, em Friederichs-kron, junto a Potsdam. Em seu discurso, além das formalidades de praxe, ressaltou as boas relações que o Brasil, desde a Independência, em 1822, vinha mantendo, "inicialmente com os Estados alemães e em seguida com o grande e poderoso Império fundado pelo augusto e glorioso avô de Vossa Majestade". Ressaltou igualmente a crescente prosperidade dos "antigos centros de imigração germânica" no Brasil, assim como o crescimento do comércio bilateral. Em resposta, o imperador expressou satisfação com o bom estado das relações entre o Brasil e a Alemanha, fazendo votos para que se fortalecessem ainda mais. Vaidoso, Rio Branco comentou no ofício em que relatou a solenidade: "O imperador fez-me o favor de exprimir-se com muita benevolência a meu respeito".

Logo após a entrega de credenciais, Rio Branco viu-se às voltas com um significativo episódio ligado à visita a Kiel de um encouraçado da Marinha de Guerra do Brasil: o *Floriano*. A missão do *Floriano* era retribuir a visita que as belonaves alemãs, em nome do imperador, haviam feito ao Brasil, por ocasião da posse de Campos Sales, em 15 de novembro de 1898. O imperador em pessoa se dirigiu a Kiel. No dia 12 de junho, ofereceu almoço à tripulação, condecorou a alta oficialidade e subiu a bordo para uma visita ao navio de guerra brasileiro. Após a visita, o imperador trocou mensagens telegráficas com o presidente Campos Sales.

O barão, porém, apesar da óbvia importância política do evento, não esteve presente em Kiel. Tampouco compareceram representantes do Ministério do Exterior Alemão. Os arquivos revelam que se produziu na ocasião uma série de desacertos e desencontros, que o barão registrou minuciosamente em comunicações ao Rio de Janeiro e que se acham comprovadas igualmente nos documentos alemães. Fica evidente que tanto o comandante do navio quanto as autoridades militares alemãs desejavam manter a visita do imperador ao *Floriano* inteiramente no plano militar, sem a participação de autoridades civis. Após a partida do navio,

em conversa com o chefe do Gabinete Naval do imperador, o barão ouviu que o comandante e os oficiais brasileiros haviam produzido excelente impressão, e que o imperador elogiou "a extrema limpeza em que estava o navio", concluindo que "o *Floriano* é um excelente vaso de guerra, inteiramente moderno, de construção elegante e arranjado com o gosto artístico que em tudo revelam os franceses".

Aí talvez esteja a explicação deste episódio, em particular da inusitada subida do imperador a bordo de um navio brasileiro, assim como da preservação do caráter estritamente militar da solenidade, com a ausência de representantes diplomáticos brasileiros e alemães: o navio era francês! Rara ocasião para que, afetando naturalidade e afagando o ego dos oficiais brasileiros, pudesse Sua Majestade, àquela altura impulsionando ativamente a indústria naval bélica alemã, inspecionar calmamente um navio de seus antigos e futuros inimigos franceses!

O episódio do *Floriano* expôs o modo de agir militar na Alemanha, revelando a separação que se fazia entre os mundos da diplomacia e das armas, um dos fatores que vieram, poucos anos mais tarde, a precipitar a catástrofe da Guerra de 1914-1918. Não deixa de revelar também certa maneira de proceder por parte dos militares brasileiros da época, à qual fica subjacente a falta de apreço pelas autoridades civis, os "casacas", no caso representados pelo ministro em Berlim. Revela também a altivez do barão, que não hesitou em transmitir aos oficiais do *Floriano*, ao Rio de Janeiro e a interlocutores alemães seu descontentamento com a maneira pela qual tinha sido conduzida a visita da belonave.

Dos vários temas tratados pelo barão em Berlim, tal como registrados nos arquivos alemão e brasileiro, dos quais me ocupei no livro, referir-me-ei apenas às questões da dívida de Minas Gerais e do Acre. Em ambos casos, ficaram plenamente caracterizados alguns dos atributos que fizeram a reputação do barão: a firmeza de seu estilo negociador, sua eficiência como operador diplomático e sua capacidade de transformar vulnerabilidades em trunfos.

A dívida de Minas Gerais foi inicialmente mencionada para o barão em jantar social pelo subsecretário de Estado von Muhlberg, que lhe falou sobre as queixas dos possuidores de títulos do empréstimo feito em 1889 na Alemanha. Rio Branco afirmou saber que o empréstimo fora feito à Companhia da Estrada de Ferro do Oeste e não ao governo de Minas Gerais ou ao governo brasileiro. Von Muhlberg insistiu na defesa dos interesses alemães, manifestando que lhe enviaria memória sobre a questão.

Subsequentemente, o barão recebeu nota do Ministério do Exterior, junto à qual se encontrava a memória antecipada pelo subsecretário. Enviou

pontualmente a memória ao Rio de Janeiro. Em comunicação particular ao ministro Olyntho de Magalhães, porém, explicou que deixara de enviar a nota "porque não me agradaram os termos em que está redigida e desejo pedir ao senhor von Muhlberg que os modifique".

O motivo do desagrado do barão era o seguinte: na nota original, o vice-ministro alemão, após referir-se à conversa que havia tido sobre o assunto com Rio Branco, solicitava: "Eu ficaria muito reconhecido se Vossa Excelência pudesse pedir a atenção de seu governo sobre esta questão e de lhe recomendar que dê aos interesses alemães a consideração que merecem."

Muitos agentes teriam recebido com naturalidade tal tipo de formulação. O Barão do Rio Branco, porém, não a aceitou. Voltou a von Muhlberg no dia seguinte e disse-lhe ter achado "bastante duros" os termos da nota. Argumentou que "não podia fazer semelhante recomendação, nem devia [prestar-se] a ser o transmissor de documentos pouco agradáveis".

Von Muhlberg acabou aceitando as ponderações postas sobre a mesa com toda firmeza pelo barão. A nota original foi restituída e dias depois Rio Branco encaminhou a segunda versão, mais apropriada, a seu ver, à dignidade do governo brasileiro. O trecho questionado por Rio Branco foi substituído por outro mais suave: "Eu ficaria muito reconhecido se Vossa Excelência pudesse pedir a atenção de seu governo sobre esta questão e de lhe expressar a esperança do governo imperial de que ele não deixará de dar aos interesses alemães a consideração que merecem."

Este episódio constitui eloquente demonstração da firmeza do estilo diplomático do barão e significativo exemplo de como as sutilezas diplomáticas podem ser bem empregadas para resguardar sensibilidades governamentais!

O caso acabou encontrando alguma solução amistosa e pragmática, pois não tornou a aparecer na correspondência de Rio Branco com o Rio de Janeiro nem nos maços do Arquivo do Ministério do Exterior alemão.

Em junho de 1902, Rio Branco defrontou-se em Berlim com outro tema que teve grande incidência sobre sua futura atuação como ministro das Relações Exteriores do Brasil: a Questão do Acre. O governo boliviano havia arrendado o Acre a uma companhia privada, composta de acionistas norte-americanos, o Bolivian Syndicate, que tencionava explorar as seringueiras nativas na região. O sindicato pretendia transformar-se em companhia internacional, a fim de assegurar o apoio das potências europeias. Tornar-se-ia certamente um enclave, como os assentamentos criados na China pelas potências coloniais. Circulavam rumores de que

o governo alemão, sondado a respeito por representantes do sindicato, revelou-se disposto a considerar o assunto favoravelmente. O problema era grave, uma vez que o território estava completamente povoado por agricultores brasileiros que se dedicavam à extração da borracha.

Por sua conta, sem instruções precisas do Rio de Janeiro, mas em estreito contato com Assis Brasil, ministro em Washington, e com Joaquim Nabuco, em Londres, o barão realizou diversas gestões junto ao secretário de Estado Richthoffen, para que o governo alemão dissuadisse possíveis interessados em participar do negócio. Agiu com firmeza, como comprovam os documentos alemães, procurando convencer o ministro alemão da necessidade de evitar o envolvimento de sócios europeus com "especuladores de Nova York" que, "logo depois de conseguirem seu intento, não deixariam de suplantar pelo peso dos seus capitais o elemento europeu e de excluí-lo por fim".

Rio Branco não se ateve apenas aos canais diplomáticos convencionais. Demonstrando a tenacidade e a modernidade de seus métodos de atuação, dirigiu-se diretamente também aos potenciais investidores. Redigiu nota a banqueiros em Berlim, Hamburgo, Colônia e Frankfurt e à imprensa alemã, na qual expôs as reais circunstâncias da Questão do Acre, assim como a falta de sustentação do sindicato.

Os seguidos contatos mantidos pelo barão com as autoridades alemãs, tal como registrados nos arquivos, obtiveram os resultados esperados: nenhum banqueiro ou capitalista alemão comprometeu-se com o sindicato, e o governo alemão terminou por não se envolver na Questão do Acre. A atividade do barão em Berlim foi comprovadamente efetiva. Memorando interno do Ministério do Exterior alemão, datado de 3 de novembro de 1902, poucos dias antes da partida definitiva do barão de volta ao Brasil, diz textualmente: "O ministro do Brasil, Rio Branco, foi hoje informado de que, segundo é do nosso conhecimento, o Deutsche Bank não participará do Sindicato do Acre."

Ao evitar o envolvimento de capitais alemães no sindicato que pretendia explorar o Acre, Rio Branco impediu que se configurasse um perigoso precedente e uma virtual anomalia na América do Sul: o controle praticamente soberano de uma parte do território continental por uma empresa privada norte-americana e europeia, que certamente se tornaria muito poderosa. A importância dada por Rio Branco a esse tema durante sua gestão em Berlim e a sensibilidade que adquiriu explicam a prioridade que atribuiu, logo ao assumir o ministério, a uma solução para a Questão do Acre, tal como veio a ser configurada no Tratado de Petrópolis de 1903. A experiência de Berlim foi determinante também para a estratégia

extremamente sofisticada seguida pelo barão ao conduzir as negociações no plano bilateral simultaneamente com a Bolívia e os Estados Unidos e ao atuar, ao mesmo tempo, por canais laterais diretamente junto aos investidores.

Rio Branco deixou Berlim em 11 de novembro de 1902 para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Aceitou o cargo somente após muito relutar. Em 29 de agosto, recebeu telegrama de Rodrigues Alves, no qual o presidente eleito insistia: "Nome V. Excia. será muito bem recebido não podendo negar país sacrifício pedido."

Na véspera, segundo anotação em seu diário, foi assistir, com a filha Hortênsia e a baronesa von Berg, função de gala na Ópera Real, por ocasião da visita do rei da Itália Vitor Emanuel ao imperador Guilherme II. Parecia ainda pensar na permanência em Berlim. Acabou, porém, rendendo-se, havendo comunicado a Rodrigues Alves: "Farei o sacrifício que Vossência julga necessário, contente de o fazer pelo muito que devo à nossa terra e a Vossência."

Na gestão no Ministério das Relações Exteriores, o barão lançou as bases das diretrizes de política externa, que se mantiveram ao longo do século XX e que continuam a orientar a "cultura" do Itamaraty. A missão em Berlim constituiu um momento significativo em sua trajetória de homem público e diplomata. Na capital da Alemanha, além de ter podido observar a atuação da ascendente e afirmativa diplomacia germânica, o barão aguçou seus talentos de operador diplomático, formando impressões diretas que o habilitaram posteriormente a orientar a inserção internacional do Brasil, nos anos em que esteve à frente do Itamaraty, com um sentido ainda mais preciso das transformações em curso no mundo.

O barão desempenhou-se em Berlim como um grande chefe de missão, à altura da tradição que ele mesmo criou e consolidou para a carreira diplomática brasileira nos anos em que dirigiu o Itamaraty, até a morte, em 1912.

A chefia das missões em Liverpool, Washington, Berna e Berlim foram extremamente importantes para a posterior atuação do barão à frente do Ministério das Relações Exteriores. Na feliz expressão de Álvaro Lins, ao deixar Berlim, o barão dava por terminada a sua fase de "preparação" e iniciava sua fecunda fase de "realização".

Referências bibliográficas

Na preparação deste, texto vali-me sobretudo das duas biografias "clássicas" do Barão do Rio Branco:

LINS, Álvaro. *Rio Branco, biografia pessoal e história política*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

Vali-me igualmente de diversos textos de palestras de minha autoria, assim como dos livros:

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Barão do Rio Branco*: missão em Berlim, 1901-1902. Brasília: Funag, 2009.

SARNEY, José et al. *Rio Branco e a Questão de Fronteiras com a Guiana Francesa*. Brasília: Senado Federal: MRE, 2003.

O emprego do poder militar como estratégia de Rio Branco

Armando de Senna Bittencourt[*]

Introdução

Rio Branco[1] foi um importante historiador militar brasileiro e publicou diversas obras de relevância, principalmente para a historiografia dos conflitos ocorridos na região do rio da Prata. Suas análises das táticas das batalhas são muito boas, e suas anotações na edição brasileira do livro de Schneider sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai - baseadas principalmente em fontes primárias - o tornam uma referência imprescindível ao estudioso, até os dias de hoje. Sua morte, em 1912, é lembrada neste Simpósio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)[2], passados cem anos.

A História foi uma dedicação de toda sua vida. Aos 16 anos, em 1862, publicou em uma revista: "Episódios da Guerra do Prata"[3], sobre a Guerra da Cisplatina. Ainda estudante de Direito, escreveu e ilustrou artigos sobre a guerra contra o Paraguai para a revista *L'Illustration*,

---

[*] Armando de Senna Bittencourt, Vice-Almirante Engenheiro Naval (Reformado), Graduado em Ciências Navais pela Escola Naval, Engenheiro Naval pela Universidade de São Paulo e Mestre em Arquitetura Naval pela Universidade de Londres. Cursou Política e Estratégia Marítima na Escola de Guerra Naval. É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e correspondente de outros Institutos de História, no exterior. É, também, vice-presidente do Comitê Internacional dos Museus de Armas e História Militar (ICOMAM) do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Exerce o cargo de Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha desde 2003.

[1] O Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Junior, alterou seu sobrenome, acrescentando Rio Branco e tirando o Junior, após a República.

[2] Rio Branco era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

[3] VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1959, p. 23.

de circulação internacional, e publicou biografias de vultos militares. À sua experiência como secretário de seu pai, o visconde do Rio Branco, na missão diplomática ao final da guerra contra o Paraguai e, depois, nas negociações de paz somaram-se os anos que dedicou aos estudos de assuntos históricos e de outros de seu interesse, durante a longa estada na Europa como cônsul em Liverpool. As Memórias, que apresentou nas diversas questões de fronteiras de que foi incumbido[4] atestam seus vastos conhecimentos de História e de Geografia, fundamentais para obter a vitória pelas suas argumentações. A compreensão de Rio Branco da influência da Geografia na História é notável[5].

Na administração das diversas crises de relações internacionais brasileiras à sua época, seu bom conhecimento em História Militar lhe possibilitou estabelecer uma estratégia de emprego do poder militar. Sua visão é a do emprego permanente, na guerra ou na paz. Na paz, como instrumento útil para as estratégias de aplicação da política externa, o que, na segunda metade do século XX, foi denominado de "emprego político do poder militar"[6]. Em 2010, foi conceituado por Hervé Coutau-Bégarie[7], como diplomacia militar, no livro *Le Meilleur des Ambassadeurs*[8]. São exatamente o pensamento militar de Rio Branco e suas semelhanças com o contemporâneo que interessam a este trabalho.

A concepção atual é de que o confronto entre os Estados, resultado de conflitos de interesse em tempo de paz, ocorre na realidade dinâmica das relações internacionais. Então, embora se procure evitar o uso da violência, ocorrem disputas políticas, econômicas e em outros campos da esfera do poder nacional. Nesse contexto, o potencial ofensivo, que é intrínseco ao poder militar, por sua simples existência ou emprego – mesmo indireto – pode excitar reações políticas em países observadores. Tais reações podem ser acidentais ou refletir resultados intencionalmente desejados por um "emprego político", inclusive por meio de uma "persuasão armada"[9].

---

[4] As Memórias das Questões de Limites foram publicadas, na década de 1940, pelo Ministério das Relações Exteriores em uma coleção "Obras do Barão do Rio Branco".

[5] PEIXOTO, Renato Amado. Terra Sólida: A Influência da Geopolítica Brasileira e da Escola Superior de Guerra na Política Externa do Governo Castelo Branco. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

[6] Deve-se o trabalho pioneiro no assunto a James Cable, em seu livro de 1971: Gunboat Diplomacy. A literatura sobre o assunto é principalmente anglo-saxônica. Os trabalhos de Ken Booth também merecem destaque e foram traduzidos e publicados na *Revista Marítima Brasileira* (Editora Serviço de Documentação da Marinha, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha). O termo *Gunboat Diplomacy*, ou seja, Diplomacia de Canhoneiras, tem um significado mais amplo, que tem a ver com o emprego de violência por canhoneiras.

[7] Hervé Coutau-Bégarie é o diretor do curso de Estratégia do *College Intersarmées de Défence*, presidente do *Institute de Stratégie Comparée* e professor visitante da Escola de Guerra Naval brasileira.

[8] COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Le Meilleur des Ambassadeurs* – Théorie Pratique de la Diplomatie Navale. Paris: Ed. Economica, 2010. O título do livro se refere a uma frase de Oliver Cromwell, em que ele diz, no século XVII, que "A man-of-war is the best ambassador".

[9] LUTTWAK, Edward. *The Political Uses of Sea Power*. Baltimore: 1974.

O termo persuasão é significativo. Os observadores, percebendo o emprego das forças militares, avaliam as intenções de seu uso, influindo, consequentemente, em suas reações, por se sentirem apoiados, dissuadidos ou mesmo compelidos[10] a um comportamento desejado por quem as emprega.

A importância da diplomacia militar, segundo Coutau-Bégarie, está na essência das missões das Forças Armadas contemporâneas e contribuem para sua legitimidade nos tempos atuais[11].

O pensamento militar de Rio Branco, como se mostrará a seguir, seria adequado para o século XXI e, também, para a atual Política de Defesa Nacional brasileira, que se fundamenta "na busca da solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da paz e da segurança internacionais"[12]. Considerando, porém, pragmaticamente, que o Brasil, para alcançar e manter a plenitude de seus interesses legítimos, poderá encontrar antagonismos e enfrentar disputas, uma orientação estratégica da Política de Defesa atual é considerar que "a vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório"[13]. Como se verá neste trabalho, essa orientação coincide com o pensamento de Rio Branco.

O pensamento militar de Rio Branco

O verdadeiro pensamento de Rio Branco, segundo Joaquim Nabuco[14], é um mistério: Ninguém o penetrou nunca. Mas mesmo por não se poder penetrar não se lhe deve imputar nenhuma intenção precisa. Às vezes se lhe atribuirá hostilidade ou prevenção quando ele esteja animado pelo contrário de benevolência[15]. Porém, sua preocupação em ter um poder militar suficiente para respaldar os interesses do Brasil é explícita em muitos documentos. Podem-se citar trechos de várias de suas cartas. Alguns deles merecem destaque para o propósito aqui desejado.

---

[10] Enquanto apoiar e dissuadir são ações defensivas, compelir, que implica em utilizar uma força ameaçante, para incitar o adversário a adotar um comportamento diferente, é ofensiva.

[11] COUTAU-BÉGARIE, Hervé. Opus cit. Pg. 18.

[12] Política de Defesa Nacional, Decreto N° 5.484, de 30 de junho de 2005 da Presidência da República, Casa Civil, *D.O.U.* de 01-07-2005. Introdução.

[13] Política de Defesa Nacional, opus cit. Item 6.2.

[14] Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araujo (1849-1910), político, historiador, jurista e jornalista. Foi embaixador nos EUA de 1905 a 1910.

[15] VIANA FILHO, Luiz, opus cit. Pg. 371. Carta de Nabuco a Graça Aranha de 12 de janeiro de 1907.

A primeira carta, datada de 29 de agosto de 1892[16], é anterior à sua atuação como Ministro de Relações Exteriores[17] e foi enviada para Joaquim Nabuco. Refere-se à crise dos Territórios das Missões com a Argentina, a "Questão de Palmas" – a primeira que lhe coube negociar – e demonstra como via o despreparo militar brasileiro:

> [...] sem esquadra, sem exército, sem torpedos, quando os nossos vizinhos têm tudo isso... Entendo que a nossa situação é gravíssima, e que se os argentinos aproveitarem agora o ensejo que a criminosa imprevidência de nossos governantes lhes oferece, teremos de passar por grandes vergonhas e humilhações [...] A nossa esquadra não faz evoluções[18], como nosso exército não faz manobras de campanha. Daí uma ignorância espantosa. Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se começar a aprender a guerra.

Realmente, a capacidade militar alcançada durante a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) se perdera rapidamente após seu término. Concorreram para isso diversos fatores, além da crise econômica que coincidiu com a desmobilização. A Revolução Industrial que ocorria na Europa e Estados Unidos da América, já estimulada pelo progresso das ferrovias, levara a um desenvolvimento com aceleração tecnológica crescente. Para o Brasil, cuja economia era essencialmente agrícola, era muito difícil se manter atualizado.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança foi possível projetar e construir no País navios de madeira protegidos por couraça de ferro forjado[19] e, até, suas máquinas a vapor. Eles não estavam defasados tecnologicamente dos monitores de rio, inventados poucos anos antes, para a Guerra Civil Americana (1862-1865). Os monitores brasileiros tinham, inclusive, obedecido a especificações que os tornavam perfeitamente adequados para o "Teatro de Operações" do Rio Paraguai e que possibilitavam que chegassem ao Rio da Prata navegando pelo oceano, desde o Rio de Janeiro. Mas, o século XIX, que se inicia com navios de madeira exclusivamente movimentados pela força dos ventos,

---

[16] VIANA FILHO, Luiz, opus cit. Pg. 114.

[17] Rio Branco foi Ministro das Relações Exteriores em quatro governos republicanos: Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1912).

[18] As Esquadras se adestravam para que os navios operassem em formaturas que permitissem concentrar o poder de fogo sobre a Força Naval inimiga, buscando sempre situações favoráveis. Isso implicava em realizar manobras para treinar evoluções intrincadas com conjuntos de navios.

[19] O ferro forjado é produzido com uma liga Ferro-Carbono, cujo teor de Carbono é muito baixo, inferior ao dos aços. Os aços ainda não eram obtidos industrialmente. Acima do teor de Carbono dos aços a liga deixa de ser maleável e não pode ser forjada.

termina seus dias às vésperas do início do projeto dos encouraçados do tipo *dreadnought*. Estes foram os navios capitais das esquadras que combateram na Primeira Guerra Mundial e no início da Segunda. O HMS "*Dreadnought*", que deu o nome a esse novo tipo de navios, tornou-se uma realidade, ao ser "lançado ao mar" em 1906.

Houve, no final do século XIX, alguma reação no Brasil, com a aquisição de alguns navios no exterior, como os encouraçados *Riachuelo* e *Aquidaban*, lançados ao mar em 1883 e 1885, respectivamente. Mas, poucos anos depois, com as crises do início da República e a "Revolta da Armada", a situação de despreparo militar se agravaria. Configurava-se assim uma séria vulnerabilidade para o País, principalmente se fosse ameaçado por país bem armado e, pior, criou-se uma defasagem que afetou até o pensamento dos militares da época. No caso da Marinha do Brasil, que já começava a depender fortemente de tecnologia para ser eficaz, embora houvesse a preocupação de algumas pessoas, o recrutamento de pessoal continuou mais adequado para formar tripulações de navios veleiros do que de navios modernos de aço, mecanizados, com energia elétrica, comunicação por telégrafo e canhões de longo alcance, que exigiam permanente manutenção.

O problema de despreparo do pessoal, mesmo dos Oficiais Generais do Exército e da Marinha, em relação às possibilidades tecnológicas alcançadas pela Revolução Industrial, não foi, porém, exclusivo dos brasileiros. Mesmo a Marinha Real britânica, no final do século XIX, não estava preparada para um conflito em que se empregassem, em sua plenitude, os avanços materiais já existentes[20]. Foi necessário um enorme esforço de alguns oficiais para modificar procedimentos já completamente inadequados para a permanente preparação para a guerra, como manobras em que o tiro era realizado a curta distância, quando os canhões já eram capazes de atingir mais de sete quilômetros, e a valorização de fainas marinheiras do tempo dos veleiros. No Brasil, no caso da Marinha, tudo se agravava com a defasagem do material existente e, no Exército, além de também estar mal equipado, ainda havia a ideologia Positivista, que, em algumas de suas interpretações, pregava o pacifismo. Havia a concepção de que os oficiais deviam se portar, antes de tudo, como cidadãos que tinham inclusive a responsabilidade de intervir na política do País, o que provocou vários motins em quartéis[21]. Tudo isso contribuía para a falta

[20] MASSIE, Robert K. *Dreadnought* – Britain, Germany, and the Coming of the Great War. New York: Ballantine Books, 1992.

[21] CARVALHO, José Murilo de. "As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador", in: CARVALHO, José Murilo de, *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Pg. 13-16.

de profissionalismo nas Forças Armadas brasileiras, no final do século XIX e início do XX.

Em um discurso no Clube Militar, em 15 de outubro de 1911, Rio Branco afirmou que:

> Querer a educação cívica e militar de um povo [...] não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas[22].

Segundo o Almirante britânico John Fisher[23], contemporâneo de Rio Branco, todas as nações querem a paz, porém a paz que lhes convém[24]. Pode-se acrescentar o que Hannah Arendt[25] afirmou meio século depois:

> A principal razão em função da qual a guerra ainda está entre nós não é nem um secreto desejo de morte da espécie humana, nem um instinto incontível de agressão, e tampouco, por fim e mais plausivelmente, os sérios perigos econômicos e sociais inerentes ao desarmamento, mas o simples fato de que nenhum substituto para esse árbitro último dos negócios internacionais apareceu na cena política[26].

Acredito que isso ainda seja válido no século XXI e que será verdade, pelo menos, por quanto tempo for necessário ter fechaduras nas portas das casas. No final do século XIX e início do XX, com o imperialismo aceitável como interesse legítimo dos países mais desenvolvidos, correu-se no Brasil um sério risco, sem meios para opor uma resistência militar crível a possíveis agressões.

Quando Rio Branco já era Ministro das Relações Exteriores, em janeiro de 1902, durante a questão com a Bolívia, sobre o Acre, não hesitou em solicitar ao governo brasileiro forças do Exército e da Marinha para a região. Sua explicação de caráter privado, em carta de 16 de fevereiro para José Veríssimo[27], é esclarecedora:

---

[22] HEINSFELD, Adelar. "Rio Branco e a Política Armamentista: A Repercussão no Congresso Nacional Brasileiro", in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011. Pg. 5.

[23] Admiral Sir John Arbuthnot Fisher, Lord Fisher, o almirante que liderou o projeto do HMS *Dreadnoth*, lançado ao mar em 1906, e que participou da renovação das táticas e meios navais da Marinha Real britânica, para a Primeira Guerra Mundial.

[24] "All nations want peace, but they want a peace that suits them" (Admiral Sir John Fisher), em MASSIE, Robert K. *Castles of Steel* – Britain, Germany, and the winning of the Great War at Sea. UK, Great Britain, Jonathan Cape, 2004.

[25] Hannah Arendt (1906-1975), filósofa política importante do século XX.

[26] ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. Pg. 14-16.

[27] José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), escritor, jornalista, educador e estudioso da literatura brasileira.

> [...] O negócio do Acre, como sabe, não está terminado, mas espero em Deus que há de terminar brevemente, por um acordo razoável e satisfatório. Para que cheguemos a esse resultado, sem derramamento de sangue, é preciso que nos mostremos fortes e decididos a tudo. Deus nos livre de uma guerra, desmantelados, empobrecidos como estamos...[28].

Ele acreditava que a manutenção da paz, como desejada pelo Brasil, portanto preservando os interesses nacionais, dependia de Forças Armadas permanentemente preparadas para a guerra. Nessa mesma carta, ele continua:

> [...] o nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas[29].

Seguiu-se a questão das áreas litigiosas do Alto Rio Purus e do Alto Rio Juruá, com o Peru, ocupadas militarmente por esse país. Além de Rio Branco mandar apreender armas importadas pelo Peru, que passavam pelo Amazonas, solicitou uma Força Naval e, "pelo menos 6.000 soldados". Contrariou-se, ao saber depois, que somente fora parcialmente atendido, pois estava-se, segundo ele,

> [...] a dar tempo ao Peru para que se reforce e fortifique em Iquitos, no Juruá e no Purus. [...] Fui ter com o Presidente para lhe manifestar a minha contrariedade diante de tantos adiamentos, quando desde tanto tempo, no interesse da paz, eu peço e insisto que nos mostremos fortes e prontos para dar um golpe que impressione os Peruanos. [...] Eu disse-lhe quanto me espanta que gastando com o exército mais do que o Chile e a Argentina, não possamos dispor de uns 6.000 homens em um momento crítico e decisivo como este[30].

Outra carta, datada de 15 de dezembro de 1908, a Domício da Gama[31], então Embaixador do Brasil na Argentina, é quase um desabafo sobre a crise com esse país suscitada pelo Programa Naval de 1906[32], do Ministro Alexandrino de Alencar, que se efetivou com a encomenda dos

---

[28] VIANA FILHO, Luiz, op.cit. pg.332.

[29] HEINSFELD, Adelar. Opus cit.. Pg. 5

[30] VIANA FILHO, Luiz. Opus cit. Pg. 351.

[31] Domício da Gama (1862-1925), jornalista, diplomata e historiador. Exerceu diversos cargos diplomáticos no exterior, inclusive o de embaixador nos EUA de 1911 a 1918, onde foi o substituto de Joaquim Nabuco.

[32] O Programa Naval de 1906 previa a obtenção de três encouraçados modernos do tipo *dreadnought*, o Minas Gerais, o São Paulo e o Rio de Janeiro, entre outros navios menores. Isso criava um grande desequilíbrio armamentista favorável ao Brasil, em relação à Argentina. Houve reação questionando as intenções brasileiras.

navios a estaleiros britânicos que foram entregues a partir de 1910. Nela, ele expõe com clareza algumas de suas opiniões[33]:

> [...] Quanto ao nosso estado de defesa: é o mais lastimável possível.
> Há dias verificou-se que a nossa fraquíssima esquadra está quase sem munições para combate. Telegrafou-se pedindo à Inglaterra com urgência esse elemento indispensável para alguma honrosa, ainda que inútil resistência. Prevendo que no período das novas construções poderia o tresloucado Governo Alcorta pensar em alguma agressão ao Brasil – idéia essa discutida em Buenos Aires há dois anos – pedi ao Presidente Rodrigues Alves, com o então Ministro da Marinha Noronha, a compra de uns navios de guerra ingleses, compra que nos daria logo esquadra superior à Argentina, pondo-nos ao abrigo de qualquer premeditado insulto. Nada consegui. Há meses, regulando-me por indicações de um bem informado oficial de marinha, propus a compra imediata de dois navios da armada inglesa. O presidente Afonso Pena estava inclinado a essa proposta, mas o meu colega Alexandrino de Alencar mostrou-se decididamente contrário a ela, receando que a compra viesse a prejudicar a inteira execução do seu programa de navios mais modernos e perfeitos. Por terra não estamos em menos deploráveis condições.

Sem dúvida, Rio Branco dedicava uma atenção especial à Marinha. Ela tem, ainda hoje, mais do que as outras Forças Armadas, um notável potencial de emprego na paz, que pode ser utilizado em beneficio da Política Externa. Forças Navais podem se deslocar livremente nos mares, respaldando, sem uso de violência, os interesses nacionais, sem que isso seja necessariamente considerado como um ato hostil, e permanecer por um período relativamente longo de tempo em uma determinada região, onde suas presenças forem consideradas importantes[34]. Além disso, elas também possuem características de versatilidade e flexibilidade. São, portanto, formidáveis instrumentos de política. "Mostram a bandeira"[35] em outros países; evacuam pessoas, quando necessário, em uma crise; e podem apoiar aliados e sinalizar cautela aos inimigos potenciais[36].

Continuando, Rio Branco expressa sua insatisfação:

> Em tais condições, compreende o Sr. o aborrecimento que sinto e as preocupações que tenho. Só nos amparam ainda a força moral e o antigo prestígio que nos restam dos tempos já remotos em que havia previdência nessa terra...

[33] VIANA Filho, Luiz. Opus cit., pg. 397-399.

[34] Essa capacidade de permanência é o principal atributo diferenciador da Marinha em relação às demais Forças, uma vez que a Força Naval pode carregar sua própria logística.

[35] "Mostrar a bandeira" é um termo tradicional que significa que o navio de guerra visita portos estrangeiros, contribuindo para o conceito favorável e prestígio da Marinha a que pertence. É uma ação de "diplomacia naval".

[36] COUTAU-BÉGARIE, Hervé. Opus cit. Contracapa.

Provavelmente, ele se refere aos meados do século XIX, quando, segundo Francisco Doratioto, em seu artigo na revista *Navigator* de dezembro de 2010, o Império do Brasil, preocupado em garantir seus interesses no Rio da Prata, inclusive a livre navegação nos rios da região alcançou uma situação em que se consolidou um padrão de sustentação:

> [...] Esse padrão tinha como um dos seus pilares a coordenação entre a ação diplomática e o poder militar, principalmente a Marinha devido à sua capacidade de bloquear Buenos Aires, único obstáculo potencial previsível à hegemonia do Império na região[37].

Na mesma carta a Domício da Gama, Rio Branco relata:

> Não se exalte nunca aí. Afete a maior calma. Isso não fica mal a ninguém. Agora mesmo sai daqui um oficial de marinha que me trouxe desagradável notícia, ignorada por Alexandrino de Alencar e por mim. O Campista disse-me que trabalha para que se venda à Inglaterra o segundo *dreadnought*. O terceiro ainda não está começado, apesar do estaleiro se oferecer para começá-lo desde já sem o desembolso para o Governo antes da data primitivamente indicada para o começo do trabalho. Se cedermos à Inglaterra o segundo encouraçado, ficaremos desmoralizados. Todo mundo dirá e a Argentina espalhará que cedemos à pressão do Governo de Buenos Aires. Hoje irei falar nisso ao Presidente. Sabe como as coisas se passam aqui, No despacho coletivo cada Ministro trata com o Presidente. Os outros conversam. Por isso só chego no fim do despacho. Os assuntos mais importantes são tratados com o Presidente fora do despacho.

No início de 1907, o Brasil confirmou com os estaleiros britânicos[38] sua opção por encouraçados do tipo *dreadnought*. A Argentina mantinha, nessa época, uma situação vantajosa, mas a encomenda desequilibraria favoravelmente para o lado brasileiro a comparação dos dois Poderes Navais, pois esse era um tipo de navio que tornava obsoletos todos os encouraçados de projetos anteriores. A reação argentina foi de procurar conter o programa brasileiro e de responder com a aquisição de dois

---

[37] DORATIOTO, Francisco. "Poder Naval e Política Externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852)", in *Navigator* – Subsídios para a História Marítima do Brasil, v.6 – N. 12, dezembro de 2010. Rio de Janeiro Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010. Pg. 20.

[38] Essa nacionalidade era uma exigência do financiador, N. M. Rothschild. (TOPLISS, David. The Brazilian Dreadnoughts, 1904-1914, in *Warship International*, 25(3), 1988. Pg. 243.)

navios do mesmo tipo no exterior. O terceiro *dreadnought* desejado pelo Brasil tornou-se, então, o "pomo da discórdia".

A questão foi tratada com muita paixão pelos jornais, governo e opinião pública da Argentina. Contribuiu para isso a atuação do chanceler argentino Estanislau Severo Zeballos.

Os Estados Unidos da América também pressionaram contra o programa naval brasileiro. Chegaram, em 1908, a sugerir a Rio Branco que reduzisse as encomendas e ofereceram à Argentina a construção de dois *dreadnoughts* em um de seus estaleiros, por um preço inferior ao menor dos preços dos competidores[39].

Logo em seguida, em sua carta a Domício da Gama, Rio Branco revela que:

> Não fui ouvido sobre o primeiro plano naval, nem tampouco sobre o segundo. Pelo primeiro teríamos seis encouraçados; pelo segundo deveríamos ter três muito maiores. Com isso e o barulho que se fez pela imprensa, assustamos a Argentina. Com seis encouraçados menores estaríamos melhor. Se perdêssemos um ou dois em combate, ficariam quatro ou cinco para combater. E com os três monstros? Desarranjados ou destruídos dois, ficaríamos apenas com um.
>
> Não concorri para a adoção desses planos. Mas, adotando um, e depois de todo o ruído feito do nosso lado, e das ameaças dos órgãos do atual governo argentino, entendo que recuar, modificando o plano, é um vergonhoso desastre e um golpe mortal no nosso prestígio.
>
> Vou ver se posso conjurar esse perigo, mas não tenho grande esperança de ser bem–sucedido...

Ele se referiu, portanto, a dois planos navais brasileiros. O primeiro, de 1904, do Ministro Almirante Júlio de Noronha, e o segundo, de 1906, do Ministro Almirante Alexandrino de Alencar, que foi finalmente o adotado e executado. O primeiro previa navios mais simples e adequados para o desenvolvimento que a Marinha tinha condições de realizar, em curto prazo. No entanto, os encouraçados nele previstos já poderiam ser considerados ultrapassados tecnologicamente. Com o segundo, seriam obtidos – e o foram – navios muito modernos, inclusive do tipo *dreadnought*, o que havia de mais notável naquele momento. Verifica-se, por suas próprias palavras, que Rio Branco não participara desses planos. Para ele, o que importava no momento era a situação lastimável de não ter navios

[39] PEIXOTO, Renato Amado. Opus cit.. PG.69.

para respaldar com o Poder Naval o interesse brasileiro, dissuadindo o possível emprego de violência pelo oponente, que julgava estar mais forte. Em sua opinião, para se opor à Argentina de então, o primeiro plano parecia mais adequado, se tivesse sido executado. Rio Branco, naquela ocasião, não estava errado em relação à necessidade imediata de dissuadir a Argentina de suas intenções hostis.

A Argentina anunciara que sua Esquadra realizaria uma manobra na costa do Brasil nos primeiros meses de 1909. Poderia ser uma ação de "persuasão armada", mas foi entendida por Rio Branco como tendo a intenção de se transformar em emprego de violência militar, aproveitando a vantagem que tinham, antes do recebimento dos encouraçados pelo Brasil. Isso satisfazia, inclusive, o que era divulgado nos jornais argentinos, sobre a necessidade de "dar uma grande lição ao Brasil"[40].

A única saída para Rio Branco foi, por meio de Joaquim Nabuco, apelar para os Estados Unidos da América, já que, para os norte-americanos, uma vitória argentina sobre o Brasil, que afetasse seriamente o *status quo* e o equilíbrio de forças na América do Sul, não seria bem-vinda. Tendo em vista que, com a construção dos dois *dreadnoughts* argentinos estaria resolvido o desequilíbrio temporário causado pela encomenda brasileira, os Estados Unidos divulgaram que enviariam uma Força Naval para Belém, caso a Argentina confirmasse essas manobras. Elas acabaram não ocorrendo tal como anunciadas.

As tensões somente diminuíram de intensidade com a eleição na Argentina do Presidente Saens Peña. Zeballos deixou o cargo de Chanceler, mas continuou ativo, pelos jornais argentinos, incitando uma guerra contra o Brasil.

Em 22 de dezembro de 1909, Rio Branco enviou uma carta para Nilo Peçanha, então Presidente da República, solicitando que o Brasil reforçasse as guarnições na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, tendo em vista uma informação sobre uma insurreição que ocorreria contra o governo uruguaio, fomentada por Zeballos, inclusive durante seus últimos dias no Ministério. Concluía, porém, alertando sobre a situação dos meios de defesa brasileiros:

> Segundo informações que tenho de militares, é deplorável a situação em que se acham os nossos meios de defesa no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso. Não creio que o Governo Argentino pense em alguma agressão próxima ao Brasil. Ele deve desejar que corram brilhantes em 1910 as festas do Centenário,

[40] PEIXOTO, Renato Amado. Opus cit.. Pg. 69-71. Cita telegrama de Rio Branco a Joaquim Nabuco, de 19-11-1908.

> e tranquilos os trabalhos da Conferência Pan-Americana. Mas, que trabalha com afinco para se manter na situação, em que desde anos se acha, de grande superioridade militar sobre o Brasil é fora de dúvida; e também devemos ter presente que a campanha movida na imprensa de Buenos Aires pelos partidários da guerra com o Brasil pode, dentro de algum tempo, trazer-nos essa guerra e grandes desastres, se eles não souberem que estamos preparados para uma pronta e enérgica repulsa[41].

Nas comemorações do centenário da Independência da Argentina, porém, ocorreram várias manifestações populares contra o Brasil.

Os dois primeiros *dreadnoughts* brasileiros, *Minas Gerais* e *São Paulo*, foram recebidos em 1910 e, juntamente com outros navios menores, inclusive dez contratorpedeiros, dois cruzadores de escolta e um rebocador de alto-mar, o *Laurindo Pitta* – atualmente preservado como navio-museu no Espaço Cultural da Marinha, no Rio de Janeiro –, fizeram parte da chamada "Esquadra de 1910".

Saens Peña em sua visita ao Brasil propôs ao Presidente Hermes da Fonseca que os dois países não construíssem um terceiro *dreadnought*, o que foi concordado.

A obra do *Rio de Janeiro*, o terceiro *dreadnought* brasileiro, no entanto, prosseguiu, até que foi vendido em 1913, ainda em construção, para a Turquia e, depois, requisitado pelos britânicos, participou da Primeira Guerra Mundial na Marinha Real britânica, inclusive combatendo na Batalha da Jutlândia, com o nome de HMS *Agincourt*.

Os cruzadores, alguns desses contratorpedeiros e o *Laurindo Pitta* participaram, mais tarde, da Força Naval que constituiu a Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG) que o Brasil enviou à África, em sua participação na Primeira Guerra Mundial.

Rio Branco e a preparaçâo de um poder militar brasileiro

Desde o início de sua participação nas Questões de Fronteiras, Rio Branco incentivou a modernização das Forças Armadas brasileiras. Como Ministro das Relações Exteriores, a partir de 1902, tratou de cooperar buscando soluções práticas. Por admirar o esforço que estava sendo realizado com seriedade pela Alemanha, na preparação de suas Forças Armadas, negociou inicialmente estágios de oficiais brasileiros. Em abril desse ano, conseguiu o primeiro estágio no Exército alemão. Em seguida, passou a negociar a vinda de uma Missão Militar alemã para o Brasil.

[41] VIANA FILHO, Luiz. Opus cit. Pg. 423.

A imprevidência de não possuir um Poder Militar condizente com a defesa dos interesses do País não se limitava ao desequilíbrio evidente em relação aos vizinhos, o problema ainda se tornava mais grave com relação aos Estados Unidos e às potências européias. O Reino Unido ocupara a Ilha da Trindade, durante 1895-1896; a canhoneira francesa *Bengali* tentara ocupar o Amapá, em 1895; e poder-se-ia citar outros exemplos, inclusive de interesses de empresas privadas no Amazonas.

Pouco antes disso, em 1890, um oficial da Marinha dos Estados Unidos, o Capitão de Mar e Guerra Alfred Thayer Mahan[42] publicou um livro, "The Influence of Sea Power upon History – 1660-1783". Nele, ele mostrava que, quem dominava o mar, mandava no mundo. Ele acreditava que o Poder Marítimo, incluindo seu componente militar, o Poder Naval, desempenhava um papel muito importante para a prosperidade de uma nação. Este livro foi um sucesso internacional e é utilizado como referência até hoje; foi traduzido para vários idiomas e teve 50 edições. Provavelmente Rio Branco conhecia esse livro, que foi muito comentado na Europa e nos Estados Unidos, onde ele esteve.

Ele viveu durante um período fértil de idéias sobre o Poder Militar. Interessado em História Militar, devia ter uma noção muito boa, naquela época, sobre o assunto. A tecnologia disponível exigia novas estratégias e táticas, pois os equipamentos e armas traziam novas possibilidades de emprego em uma guerra. A Primeira Guerra Mundial, mais tarde, demonstrou essa nova e horrenda realidade.

O Poder Naval ganhou atenção especial. Até a primeira metade do século XIX, os escritos sobre a guerra no mar se dedicaram principalmente à tática nos combates e às novidades tecnológicas aplicáveis a elas. Na segunda metade, surgiram as primeiras teorias estratégicas navais. Mais para o final desse século, essas teorias se agruparam em dois paradigmas metodológicos: um deles, o "histórico", baseado no trabalho de Mahan, que estabelecia as leis universais do Poder Naval e a busca ao domínio do mar. O outro, o "pragmático", estabelecia uma doutrina cujo propósito era negar o domínio absoluto do mar ao mais forte, já que não seria possível ter a pretensão de poder dominar o mar.

O "pragmático", que ficou conhecido como a "Jeune École", por sua origem francesa, teve como "porta voz" o Almirante Theóphile Aube[43], que publicou em 1882 o livro "La Guerre Maritime et les Port Militaires de la France". Ele considerou que cada país poderia estabelecer estratégias dentro de suas possibilidades e sugeriu que a

[42] Alfred Thayer Mahan (1840-1914), depois promovido a Almirante.

[43] Theóphile Hyacibth Laurent Aube (1826-1890) foi governador da Martinica e ministro da Marinha Nacional Francesa.

França empregasse cruzadores contra o tráfego marítimo inimigo, para obrigar à dispersão das grandes esquadras, e, também, torpedeiros, para evitar bloqueios e ameaçar os grandes navios hostis. Nunca, no entanto, os torpedeiros, navios de superfície nessa época, foram suficientes para criar uma verdadeira ameaça às grandes esquadras. Cruzadores e outros navios "corsários", também de superfície, apenas lograram um bom êxito efêmero. Somente mais tarde, o submarino se tornou o meio naval capaz de negar o domínio completo do mar ao inimigo.

Do ponto de vista tecnológico, o "histórico" favoreceu o desenvolvimento do encouraçado, como navio capital das esquadras. O "pragmático" levou ao aperfeiçoamento de navios pequenos, como torpedeiros de superfície e, principalmente, submarinos[44].

Foram criadas grandes esquadras, no Reino Unido, na Alemanha, no Japão e nos Estados Unidos da América. Os Estados Unidos deixaram sua política isolacionista e se lançaram ao mundo.

Considerando o impacto da obra de Mahan sobre essas Marinhas e, também, as dimensões do Poder Naval argentino, é bem provável que Rio Branco acreditasse que o Brasil devesse mesmo possuir *dreadnoughts*, apesar de sua angústia ao perceber que o despreparo das Forças Armadas era muito grande. Os *dreadnoughts* seriam o ideal para uma situação futura, em que fosse necessário dissuadir um país bem armado do Hemisfério Norte de interferir em interesses brasileiros, pois essa foi uma época em que também ocorreram muitos incidentes e conflitos de caráter militar, principalmente em regiões distantes do território da Europa e da América do Norte. Foi frequente, o emprego violento do Poder Naval em uma "diplomacia de canhoneiras" agressiva contra países mais fracos ou colônias. O Brasil tinha problemas principalmente com seus vizinhos, contra os quais um armamento mais simples e adequado à capacidade tecnológica brasileira de então seria suficiente, mas não estava imune à interação com países mais desenvolvidos. Felizmente os incidentes foram raros, do que não se podem gabar outros países da América Central e também da América do Sul, como a Venezuela, por exemplo.

Em novembro de 1905, uma canhoneira da Marinha da Alemanha, a *Panther*[45], visitou a cidade brasileira de Itajaí e causou um problema diplomático, conhecido como o "Caso Panther". Durante essa visita,

---

[44] Que necessitaram um longo desenvolvimento tecnológico e somente mostraram sua utilidade durante a Primeira Guerra Mundial, atacando o tráfego marítimo mercante inimigo, no que é chamado de "guerra de corso". Mais tarde, o submarino nuclear de ataque foi considerado como possuindo um elevado potencial de emprego para "negar o mar ao inimigo". Os submarinos armados com mísseis balísticos nucleares, por outro lado, contribuíram para a dissuasão da guerra nuclear.

[45] Essa é a mesma *Panther* que, mais tarde, em 1911, deu início à Crise de Agadir, uma disputa entre a Alemanha e a França referente ao Marrocos, em que o apoio britânico aos franceses quase antecipa o início da Primeira Guerra Mundial. Nessa ocasião, ela popularizou a expressão "diplomacia de canhoneiras".

de somente dez dias, um marinheiro da tripulação da canhoneira desertou e os alemães fizeram uma incursão na cidade para encontrá-lo, inclusive interrogando alguns habitantes. No final, o marinheiro se entregou, voluntariamente, mas espalhou-se o boato que também haviam sequestrado um Sr. Steinhoff, que legalmente residia no Brasil. Houve considerável alarde nos jornais do Rio de Janeiro, exigindo reparações pelo ultraje à soberania nacional; desagravo difícil de ser aceito pela Alemanha. Descobriu-se depois, que o Sr, Steinhoff não foi encontrado em Itajaí porque viajara por sua livre e espontânea vontade para Buenos Aires.

Em dezembro, o governo brasileiro enviou uma Força Naval para interceptar a *Panther*, no Sul, para libertar, se necessário por meios violentos, o suposto prisioneiro. Isso, provavelmente, levaria a uma situação de guerra com a Alemanha, com sérias represálias que o Brasil não teria meios para evitar. Somente um dos navios da Força Naval alcançou a barra do Porto de Rio Grande, onde estava o navio alemão, mesmo assim, sem combustível suficiente para permanecer e bloquear a saída.

Finalmente, com o empenho de Rio Branco, foi entregue uma nota de desculpas pelo governo alemão, encerrando o caso, porém, houve o perigo de um conflito armado, para o qual o País não tinha condições de dissuadir violências com suas Forças Armadas insignificantes.

Até então, a insistência de Rio Branco na preparação do Poder Militar brasileiro obtivera poucos resultados. Ele apoiou os programas navais de 1904 e, depois o de 1906, sem se apaixonar pelo conteúdo, e também, incentivou o melhor aparelhamento do Exército.

Com a posse do General Hermes da Fonseca como Ministro da Guerra do Presidente Afonso Pena, em 1906, iniciou-se seriamente a reorganização do Exército Brasileiro e durante sua gestão o Exército enviou três turmas de oficiais para estágio na Alemanha, em 1906, 1908 e 1910[46].

Na Marinha, assumiu o Ministério o Almirante Alexandrino de Alencar, senador e hábil político, que defendia as mudanças no Programa de 1904 e que, depois, propôs o Programa de 1906.

Rio Branco era favorável ao serviço militar obrigatório, com a escolha dos recrutas por sorteio como a forma de resolver o problema do recrutamento no Exército. Rui Barbosa era contra o serviço militar obrigatório e sua designação para Haia, por outras razões, foi muito conveniente para a aprovação dessa lei pelo Congresso em 1908, embora ela somente tenha entrado, de fato, em vigor a partir de 1916[47].

---

[46] MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha Brasileira na Era dos Encouraçados, 1895-1910*. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2010. Pg. 178.

[47] PEIXOTO, Renato Amado. Opus cit. Pg.64.

Depois da visita oficial à Alemanha de diversas autoridades brasileiras, inclusive Hermes da Fonseca e Rodrigues Alves, Rio Branco intensificou, a partir de 1908, as negociações para a vinda para o Brasil de Missão Militar alemã. Houve considerável resistência no Exército Brasileiro, que preferia uma Missão francesa. Os jornais brasileiros mantiveram uma discussão sobre o assunto, em que não faltavam argumentos em favor de uma ou outra solução, ou, até mesmo desfavorável a qualquer que fosse ela.

Em 1910, chegou a haver a decisão do governo brasileiro, com forte reação dos interesses franceses. Após a Revolta dos Marinheiros de 1910, Rio Branco procurou incluir a Marinha na Missão Militar alemã. Após negociações, durante 1911, o assunto ficou, porém, para o próximo governo.

A morte de Rio Branco, em fevereiro de 1912 adiou a vinda dessa Missão, que teria sido muito útil para a modernização das Forças Armadas brasileiras. Resolveu-se, depois, que a Missão Militar alemã viria em 1914, mas o início da Primeira Guerra Mundial cancelou tudo.

Mais tarde, a modernização das Forças Armadas brasileiras dependeu da iniciativa de cada uma delas, em períodos de desenvolvimento seguidos de períodos de estagnação, sem conseguir um esforço continuado. Na Marinha, podem-se identificar três desses ciclos de desenvolvimento-estagnação durante o século XX[48]. Conflitos, como a Segunda Guerra Mundial, cujo envolvimento foi inevitável para o Brasil, que dependia de uma economia baseada na exportação de matérias primas e na importação de combustíveis, surpreenderam o País, que mantinha uma defasagem tecnológica desfavorável em relação aos beligerantes. Na década de 2010, com a Estratégia de Defesa Nacional em vigor, espera-se que se esteja começando algo que tenha continuidade, já que agora se trata de um Projeto de Estado.

Considerações finais

O "pensamento militar" de Rio Branco, que encontrou oposição, no Congresso e na imprensa de seu tempo[49], não somente era adequado para

[48] Os três ciclos de rearmamento-estagnação na Marinha, no século XX, podem ser identificados como ocorrendo aproximadamente nos seguintes períodos: o da "Esquadra de 1910", que após a obtenção dos primeiros submarinos na Itália, não teve continuidade; o da construção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, na década de 1930, com construção de navios e obtenções da Segunda Guerra Mundial, que passa para o simples recebimento de navios norte--americanos, com conseqüente dependência; e o que se inicia no final da década de 1960, com a obtenção e construção no País das Fragatas da classe *Niterói*, construção de submarinos e projetos de navios de guerra no Brasil, que por falta de recursos, é descontinuado na década de 1990.

[49] HEISFELD, Adelar. Opus cit.

sua época, como também é atual e seria correto para o século XXI. Ele se fundamenta na busca da solução diplomática para as controvérsias, mas com o apoio de uma capacidade militar, com credibilidade para dissuadir possíveis agressões originadas por conflitos de interesses externos com os nacionais, o que está de acordo com a Política de Defesa Nacional atualmente em vigor. Na época de Rio Branco, porém, a Defesa não estava explícita em uma política de Estado e ele a pensava como um instrumento necessário para aplicar eficazmente a Política Externa do País.

Sua estratégia de emprego do Poder Militar pode ser definida como um "emprego político", ou mesmo "diplomacia militar". As nações desenvolvidas se valem do emprego político do Poder Militar, em especial do Naval, para que suas concepções estratégicas possam atingir os objetivos por elas estabelecidos. Isso ocorreu muitas vezes no passado e, inclusive na antiguidade[50], há vários exemplos mais recentes, com o propósito de dissuasão, sustentação ou mesmo de coerção. Coerção para inibir um resultado indesejado, quando a ação do adversário já foi iniciada, compelindo-o a um comportamento diferente, como nos casos do emprego da Marinha dos Estados Unidos na crise do envio dos mísseis soviéticos para Cuba, em que a União Soviética fez regressar os navios que os transportavam, para não correr o risco de iniciar uma guerra mundial, e no da Marinha do Brasil na "Guerra da Lagosta", em que os navios de guerra franceses saíram do local da crise e a questão retornou à esfera diplomática.

Rio Branco insistiu na necessidade do País ter um Poder Militar suficiente para sua defesa e apoiou a preparação das Forças Armadas brasileiras, que estavam seriamente defasadas em tecnologia. Obteve um relativo sucesso, como na aquisição da "Esquadra de 1910", nos estágios de militares na Alemanha, na obtenção de armamento moderno e no recrutamento de pessoal para o Exército.

Até hoje, no entanto, as Forças Armadas carecem de atenção e de preparação continuada, persistindo alguns dos problemas que encontrou em sua época. Algumas de suas preocupações seriam ainda válidas e seu "pensamento militar" continua aplicável, apesar de terem se passado mais de cem anos.

[50] Atenas utilizou sua esquadra para incentivar seus aliados a permanecerem durante a Guerra de Peloponeso.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BRASIL. Decreto nº. 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências. Brasília: 2005.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador, in CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Le Meilleur des Ambassadeurs* – Théorie et Pratice de la Diplomatie Navale. Paris: Economica, 2010.

DORATIOTO, Francisco. Poder Naval e Política Externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852), in: *Navigator*, v.6, n.12 – dez. 2010. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010.

HEINSFELD, Adelar. Rio Branco e a Política Armamentista: A Repercussão no Congresso Nacional Brasileiro, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: 2011.

LUTTWAK, Edward. *The Political Uses of Sea Power*. Baltimore: 1974.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha Brasileira na Era dos Encouraçados, 1875-1910*. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2010.

MASSIE, Robert K. *Dreadnought* – Britain, Germany, and the Coming of the Great War. New York: Ballantine Books, 1992.

_____. *Castles of Steel* – Britain, Germany, and the Winning of the Great War at Sea. UK, Great Britain: 2004.

PEIXOTO, Renato Amado. *Terra Sólida*: A Influência da Geopolítica Brasileira e da Escola Superior de Guerra na Política Externa do Governo Castelo Branco. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de História, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 2000.

TOPLISS, David. The Brazilian Dreadnoughts, 1904-1914, in *Warship International*, 25(3), 1988.

VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1959.

Fins de semana em Copenhague: o Barão do Rio Branco e o Prêmio Nobel da Paz – política externa ou política interna?

*Gonçalo Mello Mourão**

O dia 4 de novembro de 1911 foi um sábado.

O ministro plenipotenciário do Brasil na Dinamarca (que exercia o mesmo cargo na Noruega) acabara de chegar de manhã em Copenhague, vindo de Oslo, que naquela época se chamava Cristiânia. O ministro Miguel Gastão da Cunha, um dos nomes ilustres da diplomacia brasileira, tinha ido apresentar suas credenciais ao jovem rei Haakon VII no dia 3 e, nesse mesmo dia, retornara a Copenhague, no trem noturno.

Era o quarto fim de semana do novo ministro do Brasil desde sua chegada à Dinamarca e já no sábado anterior tinha partido, também na longa viagem de trem, para Cristiânia.

Deve ter voltado um pouco cansado da viagem e possivelmente antegozasse, finalmente, um fim de semana de sossego. Em novembro, em Copenhague, os fins de semana, porque frios, tendem a ser domésticos e sossegados. Talvez aguardasse até o dia seguinte, domingo, para escrever calmamente seu ofício ao Ministério no Rio de Janeiro, dando conta detalhada da cerimônia oficial na corte norueguesa. Esse seu quarto fim de semana poderia ser o primeiro realmente tranquilo. O primeiro foi atribulado, já o veremos, nada menos que com a morte de seu antecessor; no terceiro, teve de empreender viagem a Cristiânia; e, já no segundo, no domingo dia 22 de outubro, apresentou credenciais ao rei da Dinamarca, no bucólico Palácio de Fredenborg, onde ainda hoje se apresentam credenciais e aonde, àquela época, ia-se em lenta viagem de trem (para percorrer os menos de 50 quilômetros, o trem saía de Copenhague às

* Embaixador em Copenhague.

15h44 e chegava em Fredenborg às 17h12; hoje, vai-se em menos de meia hora de carro). No entanto – seguramente para sua surpresa –, o recebeu à chegada em casa, naquele sábado, um telegrama cifrado do ministro das Relações Exteriores, do Rio de Janeiro, que tinha sido enviado a Cristiânia e, como Gastão da Cunha já não mais estava na Noruega quando esse telegrama chegou, fora de lá remetido pelos correios noruegueses para ele em Copenhague.

Decifrar, naquela época, era um trabalho manual. Não sei se algum embaixador, ainda hoje no serviço ativo, teve jamais necessidade de utilizar os famosos livros de códigos, que continham as séries numéricas que deveriam substituir as palavras originais na cifração; é, sobretudo, um exercício cansativo. Para se ter ideia, um nome como Albuquerque, cifrado em alguns dos telegramas referidos adiante, requeria um total de cinco conjuntos diferentes de números de quatro algarismos: seguramente, um para cada sílaba e um para indicar que o "a" inicial era maiúsculo ou que a palavra era um nome próprio.

O que passou pela cabeça de Gastão da Cunha ao sentar-se para decifrar aquele telegrama não sabemos; no entanto, é bem possível que se tenha preocupado um pouco. De fato, como informou à Secretaria de Estado que apresentaria suas credenciais em Cristiânia naquela data, um telegrama – ainda mais cifrado – enviado para ele à Noruega, e não a Copenhague, só poderia conter alguma instrução relativa à sua apresentação de credenciais. Em Copenhague, agora, talvez a instrução já não tivesse mais efeito ou ele não a pudesse mais cumprir. Gastão da Cunha deve ter se apressado a decifrar o telegrama naquele sábado, entre curioso e apreensivo, quem sabe até mesmo antes de desfazer as malas, se é que um mordomo não as desfazia...

Com surpresa leu o teor do telegrama:

> Cunha – Ministre Brésil – Informado de que dois distintos parlamentares brasileiros apresentaram meu nome para Prêmio Nobel da Paz, rogo a vocência declarar que nunca fui e não sou candidato, devendo portanto o meu nome ser retirado do concurso. Rio Branco.

Gastão da Cunha teve um suspiro de alívio, logo seguido, porém, de um suspiro de apreensão: o telegrama tinha data de expedição ilegível, mas era claramente velho de alguns dias e pedia uma providência de certa urgência. Urgência e complexidade. De fato, entrava novembro, o prêmio daquele ano de 1911 ainda não fora decidido e a providência urgente que lhe era determinada teria sido mais objetivamente – com certeza

mais facilmente – cumprida na Noruega (onde se decidia e ainda hoje se decide a premiação) do que em Copenhague. Por isso o telegrama fora enviado a Cristânia, onde tinha informado, aplicadamente, ao Ministério que estaria naqueles dias. O ministro não deve ter nem fechado o pesado livro de cifras, pois respondeu, no próprio sábado, também em cifras e imediatamente, o seguinte:

> Exteriores – Rio de Janeiro – Cumprindo pesarosamente ordem vocência relativamente Prêmio Nobel conforme telegrama 3 corrente devolvido hoje Kristiania vou informar-me previamente pormenor sobre assunto com representante aqui Noruega onde foi presidente do conselho e conserva grande prestígio. Cunha.

O ministro deixou transparecer, neste texto, sua apreensão, ao especificar que o telegrama que recebera era, para ele, do dia "3 do corrente".

O Barão do Rio Branco tampouco descansava naquele fim de semana. No mesmo sábado 4, apenas recebeu o telegrama de Gastão da Cunha, enviou-lhe um outro, com instruções complementares. Não era somente Rio Branco que ocupava telegraficamente seu fim de semana; havia alguém mais na Secretaria de Estado, pois o segundo telegrama, do sábado, foi remetido igualmente cifrado, e não foi o Barão quem o cifrou em sua sala no Itamaraty. Dizia o segundo telegrama:

> Ministre Brésil – Copenhague. Meu telegrama sobre Nobel foi expedido 29 outubro para Kristiania ponto Hoje sábado 4 fiquei sabendo que apresentação meu nome foi assinada por deputados Medeiros e Albuquerque ora em Paris e Carlos Peixoto chegado aqui ponto Rogo desculpar-me com primeiro Rio Branco.

Não sabemos se Gastão da Cunha chegou a relaxar no que lhe restou do sábado. Com certeza não no domingo, pois nele recebeu o segundo telegrama de Rio Branco. No mesmo dia respondeu o seguinte, também em cifras. Pelo teor da resposta, certamente apreensivo com a exatidão do ministro de Estado e com a insistência em registrar a data de envio (29 de outubro) de seu primeiro telegrama a Cristiânia: "Rio Branco – Itamaraty – Rio de Janeiro – Acabo receber telegrama ontem escrevo hoje Medeiros Paris Cunha".

E assim passou o quarto fim de semana do ministro plenipotenciário em Copenhague e na Noruega, meticulosamente decifrando e cifrando

telegramas e escrevendo uma carta ao deputado Medeiros e Albuquerque, que estava em Paris. Seguramente havia algo tenso quanto ao desenrolar da incumbência inusitada; para desincumbir-se teria ainda que esperar a segunda-feira.

O deputado Medeiros e Albuquerque, autor do Hino da República, membro fundador da Academia Brasileira de Letras (à qual o Barão já pertencia) e à época secretário-geral da organização, deveria estar, também, ocupado em Paris com outras preocupações. Acabara de chegar à França, em autoimposto exílio que se prolongou por todo o mandato do marechal Hermes da Fonseca, de quem era inimigo político. O deputado Carlos Peixoto Filho, líder do grupo chamado Jardim da Infância e ex-presidente da Câmara dos Deputados, inimigo político do marechal, também era propositor do nome do barão ao Prêmio Nobel. Carlos Peixoto tentou levar adiante, contra Hermes, a candidatura de David Campista à sucessão de Afonso Penna; o próprio presidente, com a morte de seu candidato natural, o mineiro João Pinheiro, propôs a candidatura, que não vingou, do também mineiro Campista, seu ministro da Fazenda. Carlos Peixoto retornou da Europa mais cedo que Medeiros e Albuquerque. Em 25 de julho de 1911, o jornal *A Noite* informava, talvez com alguma ironia, que Carlos Peixoto voltava ao Rio de Janeiro depois de mais de um ano na Europa, onde estivera... "curando a asma". Refiro-me a isso aqui não apenas por curiosidade, mas para mostrar como deve ter sido difícil o primeiro fim de semana de Gastão da Cunha em Copenhague: o ministro chegou à cidade no dia 11 de outubro de 1911 para assumir seu posto e suceder, precisamente, ao prestigiado David Campista, que estava sendo removido para a legação em Paris. No entanto, Campista ainda não tinha partido da Dinamarca, porque caíra gravemente enfermo. Estava hospitalizado e morreu, exatamente, no dia seguinte à chegada de Gastão da Cunha, em 12 de outubro, dois dias antes do fim de semana e menos de um mês antes do atribulado fim de semana do telegrama sobre o Prêmio Nobel. Morreu de tuberculose, que deve ter sido, como se diz, galopante, pois apenas quatro meses antes, em 21 de junho, Rio Branco enviou um telegrama a Copenhague, indagando a saúde de David Campista – enviou pelo menos mais três, em 28 de junho, 10 de julho e 30 de agosto.

Aliás, foi atribulado também para Rio Branco todo o fim de semana. No Despacho n. 15 (o transcreverei mais adiante), redigido no mesmo domingo dia 5 para Gastão da Cunha, o barão registrou, em *post scriptum*: "Às 11 1/2 da manhã de hoje, domingo, recebi a seguinte resposta de V. Exa.". Era o telegrama de Copenhague informando que escreveria a Medeiros em Paris.

Do *post scriptum* de Rio Branco constava a indicação da postagem do telegrama nos correios da Dinamarca: "Copenhague 12h30". É interessante assinalar que, se a diferença de hora era a mesma que hoje (quatro horas) e não havia nem lá nem cá horário de verão, Rio Branco deve ter recebido o telegrama de Gastão da Cunha exatamente três horas depois de expedido em Copenhague. Era domingo, e Gastão da Cunha, na falta de um tutu à mineira, pois era de São João del Rei, talvez tivesse ido almoçar uns harengues com aquavit em algum restaurante no pitoresco porto de Nyhaven, bem próximo ao seu hotel, antes de escrever a Medeiros e Albuquerque... Ou não.

Se o fim de semana foi atribulado, a semana seria tensa. Já cedo, na segunda-feira, Gastão da Cunha procurou o ministro da Noruega, como adiantara a Rio Branco em seu telegrama. Contudo, o norueguês não estava na cidade, como informou no Ofício n. 22, de 7 de novembro: "O senhor Hagerup, ministro da Noruega em Dinamarca, não está presentemente em Copenhague, mas regressa até sábado e eu visitá-lo-ei sem demora." Mostrando seu zelo, neste mesmo ofício, consignou: "No mesmo dia 5 escrevi sobre registro ao senhor Medeiros e Albuquerque para Paris." Se no domingo, dia 5, choveu em Copenhague, o humor de Gastão da Cunha pode ter ficado gris.

A semana, então, deve ter passado tensa e lentamente, à espera do retorno do ministro norueguês e da entrevista com ele, o que somente ocorreu no dia 10, sexta-feira, à noite. O ministro norueguês, por sua parte, não poderia deixar de estar senão curioso para conhecer o assunto que interessava tão urgentemente a Gastão da Cunha, pois recebeu o colega brasileiro logo que retornou a Copenhague. Nesse ínterim, Gastão da Cunha redigiu o Ofício n. 22, historiando as coisas até então e aproveitando para esclarecer, junto a Rio Branco, em um longo parágrafo, a demora de uma semana para reagir ao telegrama que fora parar na Noruega. Vale transcrever o trecho:

> O primeiro telegrama que Vossa Excelência me informa ter expedido a 29 de outubro do Rio para Kristiania, aqui me chegou a 4 de novembro, com data da expedição do Rio ilegível e retransmitido a mim de Kristiania para Copenhague a 4 pela própria administração dos telégrafos da Noruega. Naturalmente, em Kristiania não foi entregue por não haver onde o entregar; e a mim retransmitido pela própria repartição dos telégrafos, porque a três telegrafei de lá a Vossa Excelência e no original desse despacho que eu próprio levei ao telégrafo tive de deixar meu nome, posto e residência e nesse telegrama de três, de Kristiania, que não era cifrado, eu comunicava a Vossa

> Excelência a minha partida no mesmo dia para Copenhague. Eis porque o telegrama de Vossa Excelência poude vir-me às mãos e aliás com presteza.

Fez questão de dizer que ele próprio tinha ido à agência dos correios em Cristiânia, onde dera conta de seu paradeiro.

No dia 10 à noite, como disse no Ofício n. 24, datado de 18 de novembro, um sábado, Gastão da Cunha, finalmente, se encontrou com o ministro Francis Hagerup e tratou do assunto com ele. Deve ter tratado longamente, pois apenas encontrou tempo para enviar telegrama cifrado a Rio Branco, dando conta, brevemente, da conversa, no dia seguinte, 11, outro sábado. Disse:

> Rio Branco – Itamaraty – Rio de Janeiro – Prêmio será conferido 10 dezembro uma comissão cinco membros eleitos Sthorting ponto Hagerup um deles fato que eu ignorava disse-me que nome vocência proposto Quesada também que regulamento não previu nem há precedente retirada nomes concurso não acreditando isso possível mas fará na reunião dia primeiro declaração vocência não é nunca foi candidato. Cunha.

Nessa altura, além de conhecido nos correios e telégrafos noruegueses, o ministro brasileiro já deveria ser também íntimo dos funcionários dos correios e telégrafos reais de Copenhague.

Após a conversa com Hagerup, Gastão da Cunha deve ter achado que sua estrela brilhava. E com razão. O fato, que registrou, de que o ministro norueguês, seu interlocutor, fazia parte da restrita comissão de cinco membros eleitos pelo Parlamento da Noruega, o Sthorting, que adjudicaria o prêmio era, para ele, a garantia maior de que sua gestão se fazia da maneira mais eficiente e precisa. O ministro brasileiro deve ter adormecido da sexta-feira para o sábado pensando não só no telegrama que cifraria e mandaria no dia seguinte cedo sobre o encontro, mas também nas providências que o ministro Hagerup lhe prometeu na primeira entrevista. Primeira porque, passada uma semana – na qual deve ter aguardado com alguma ansiedade notícias do norueguês –, Gastão da Cunha encontrou meios de se entrevistar uma segunda vez com Hagerup e, novamente, em uma sexta-feira. O sábado seguinte seria, mais uma vez, trabalhoso.

De fato, no dia 18 de novembro, sábado, sentou-se para redigir o Ofício n. 24, no qual relatou a segunda, bem-sucedida e definitiva entrevista com Hagerup. É um ofício mais longo que o anterior, que vale a pena transcrever pelos detalhes que traz:

Tive ontem novo ensejo de tratar com senhor Hagerup e tornamos ao assunto, confirmando eu a declaração que, por ordem expressa de Vossa Excelência, lhe havia feito na noite de 10 do corrente.

O senhor Hagerup me disse, nesta segunda entrevista, que fora reler o regulamento da comissão de que faz parte e rebuscar nas atas das anteriores reuniões, podendo agora asseverar que nem o regulamento cogita nem precedente existe de retirada de nomes do concurso; que as propostas que a comissão recebe, firmadas sempre por outrem que não o nome (indivíduo ou coletividade) indicado como merecedor do prêmio, valem para a comissão como informação para o seu exame e das quais a comissão pode aliás prescindir, se tem elementos outros para formar o seu juízo, de modo que, no caso atual, mesmo que os signatários das duas propostas (uma firmada pelo senhor G. Quesada e outra posterior pelos senhores Carlos Peixoto e Medeiros e Albuquerque) as quisessem retirar e se dirigissem à comissão para tal fim, a comissão faria constar o fato, mas não ficava inibida de tomar em consideração o nome já indicado.

Declarando eu, então, que o telegrama de Vossa Excelência era positivo quanto a não querer que seu nome figurasse como concorrente, o senhor Hegerup me repetiu que podia eu comunicar a Vossa Excelência que ele, na primeira reunião da comissão a efetuar-se em Kristiania a 1º de dezembro próximo, faria cientes os seus colegas e dessa informação ficaria registro na ata, de que, devidamente autorizado por mim e conforme ordem telegráfica de Vossa Excelência, dada a mim para Kristiania e ainda renovada para Copenhague, tinha a declarar que o senhor Barão do Rio Branco, logo ao ter conhecimento de haver sido o seu nome lembrado ou de estar incluído na lista para o Prêmio Nobel da Paz, apressou-se em fazer, por intermédio do ministro do Brasil na Noruega e na Dinamarca, a declaração de que nunca foi, nem é candidato a tamanha honra, e manifestando mesmo o desejo de ser o seu nome eliminado do concurso.

O senhor Hegerup informou-me de que pelo regulamento são secretas as deliberações da comissão, devendo também ficar em sigilo a lista dos nomes indicados e não premiados. Confidencialmente, porém, mostrou-me a lista, copiada a máquina, que eu percorri rapidamente, podendo apenas apanhar que ela encerra trinta nomes, estando o de Vossa Excelência sob o número 22 (inscrição meramente cronológica) e nela figuram os nomes de Carnegie (proposto por um professor da Universidade de George Washington) e de... Guilherme II.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Gastão da Cunha

Algumas observações são interessantes a respeito desse ofício. A primeira é a corroboração de que o nome do barão fora indicado, antes da indicação dos deputados brasileiros, também pelo senhor G. Quesada. Por causa da indicação de Quesada, aliás, figurava Rio Branco sob o número 22, pois a indicação brasileira apenas fora apresentada nos últimos dias do prazo estipulado (como veremos mais adiante); se fosse só por ela, o nome do barão se situaria bem mais abaixo na lista cronológica dos candidatos, o que, de resto, não teria maior importância. O G. Quesada de que se trata aqui é Gonzalo de Quesada, prócer da Independência de Cuba, secretário-geral do Partido Revolucionário de José Martí, embaixador em Washington e depois em Berlim – onde estava em 1911 e de onde enviou sua sugestão à Comissão do Prêmio Nobel –, mas, sobretudo, delegado de Cuba ao Congresso Panamericano de 1906 no Rio de Janeiro, onde conheceu Rio Branco e – é de se imaginar – se encantou por ele.

Nesse ofício vemos, também, que Gastão da Cunha deu algum trabalho durante a semana a Francis Hagerup, quem talvez não tivesse jamais imaginado que se veria incumbido de missão tão nova ao aceitar participar da Comissão do Prêmio. O norueguês foi, como diz pitorescamente Gastão da Cunha, "rebuscar" em seus papéis para saber o que, efetivamente, poderia fazer com relação ao caso brasileiro, na reunião que teria em duas semanas em Cristiânia. Vemos, ademais, que Gastão da Cunha era diplomata eficiente, pois, estando em Copenhague há apenas um mês, soube cativar a simpatia do colega norueguês a ponto de ele lhe confiar, sem qualquer necessidade, uma vista d'olhos na lista confidencial de personalidades indicadas para o prêmio.

Diga-se de passagem que nem Carnegie nem Guilherme II jamais receberiam o Nobel. Quanto a Carnegie, não sei, mas quanto a Guilherme II talvez receber o Prêmio da Paz naquele ano pudesse ter contribuído para pelo menos adiar o início da Grande Guerra.

Finalmente, vale também registrar o profissionalismo de Hagerup, que, ao confirmar a Gastão da Cunha que transmitiria à comissão do prêmio o pedido de Rio Branco, disse-lhe que informaria que o recebera do ministro do Brasil... na Noruega e na Dinamarca – nesta ordem –, embora Gastão da Cunha residisse em Copenhague.

***

Na correspondência entre a Secretaria de Estado e a legação em Copenhague, pelo menos até onde pude pesquisar nos arquivos da embaixada e da Secretaria de Estado, o caso acabou aqui. O telegrama de

Gastão da Cunha do sábado, de 11 de novembro, confirmando sua gestão junto a Hagerup encerrou o assunto. Rio Branco deu-se por satisfeito e não mais se referiu a ele. O próprio Gastão da Cunha não julgou necessário enviar outro telegrama a Rio Branco, pois entendeu que tudo dissera ao deixar claro que Hagerup transmitiria à comissão do Prêmio Nobel o pedido do Barão. Estavam cumpridas, cabalmente, suas instruções.

Gastão da Cunha ainda deve ter tido alguns dias e um outro fim de semana de tensão, pois o anúncio do prêmio se deu, conforme lhe informou Hagerup e Gastão da Cunha a Rio Branco, no dia 10 de dezembro, um domingo. Foram agraciados dois personagens hoje perfeitamente desconhecidos: Alfred Hermann Fried, jornalista austríaco, paladino do pacifismo na Europa (admirador, aliás, do Pan-Americanismo, segundo dizem algumas de suas biografias), e Tobias Michael Carel Asser, político e internacionalista holandês, delegado de seu país às Conferências de Paz da Haia, nas quais pugnou pelo arbitramento compulsório em assuntos econômicos internacionais.

***

Quais razões levaram o Barão do Rio Branco a insistir, tão intensa e, como veremos, publicamente, para que seu nome não figurasse entre os candidatos ao Prêmio Nobel da paz?

Não encontrei resposta cabal. Creio que o motivo plausível deve ser buscado entre considerações de ordem da política interna da Primeira República. Talvez, indo mais a fundo na questão, possamos mesmo estar diante de traços ainda não explorados da personalidade e das especulações íntimas do barão, a respeito de seu próprio futuro, no final de 1911, politicamente conturbado no Brasil.

Naturalmente, por ocupar o barão a Pasta de Exteriores, o mais normal seria buscarmos, antes de qualquer outra, uma razão de política externa para seu gesto.

Assim, poderíamos suspeitar que algum aspecto da questão, mais delicado e de amplitude mais condizente com o cargo que ocupava e com sua biografia até aquele momento, pudesse ter influído no espírito de Rio Branco: por exemplo, as implicações que a outorga do prêmio poderia ter para a política externa brasileira. Valorizar esse aspecto significa, certamente, conceder ao gesto do barão um extremo altruísmo – em razão da recusa não só do prêmio, mas também da própria candidatura ao prêmio – e ver nele uma sensibilidade extrema em favor de sua política externa. Estaria o barão renunciando a uma honraria internacional, para

ele e para o Brasil, em nome de algum valor maior de política externa? Isso, de qualquer modo, não chegaria a ser surpreendente. Mas teria sido possível?

A informação sobre a candidatura de Rio Branco foi divulgada, pela primeira vez, na imprensa do Rio de Janeiro, no primeiro número do jornal *A Noite*, no dia 18 de julho de 1911. A repercussão foi quase imediata e, ainda em fins de julho, já se noticiava a publicação de artigos em jornais uruguaios e chilenos simpáticos à indicação do nome do barão. Publicou, também, *A Noite* breves informações dando conta do apoio expresso, em editorial e em nota, respectivamente, por parte do *Fanfulla*, de São Paulo, e do *Corriere Italiano*, do Rio de Janeiro, ambos extremamente encomiásticos do barão. O fato de *A Noite* ter escolhido valorizar a opinião dos dois jornais não foi casual, pois eles refletiam a opinião de uma importante colônia estrangeira no Brasil. O editorial do *Fanfulla*, segundo *A Noite*, "apoia calorosamente a candidatura do senhor Barão do Rio Branco"; a nota do *Corriere*, na transcrição de *A Noite*, termina com um final contundente: "Indubitavelmente o Barão do Rio Branco em toda a América, de norte a sul, é o homem de Estado de maior autoridade e benemerência na causa da paz" e augura a "justa homenagem que se espera, com a assignação do Prêmio Nobel". Projetava-se, assim, a candidatura do barão a um patamar não mais exclusivamente nacional, mas internacional, "a América de norte a sul". E isto que não se teve notícia, publicamente, de que a candidatura foi também apresentada por um alto diplomata latino-americano, o cubano Gonzalo de Quesada, o que faria com que, na prática, ela já não fosse mais exclusivamente brasileira, mas continental.

Tanto cresceu a candidatura do barão no continente, mesmo que apenas em gabinetes, que se tornou em mote para os que, na Argentina, constantemente o atacavam. Assim, outras foram as opiniões de *La Prensa*, de Buenos Aires, a respeito da "justa homenagem" ao barão, opiniões que ecoaram imediatamente na imprensa do Rio de Janeiro. No dia 7 de novembro, o jornal *O Paiz* publicou o seguinte despacho:

> Buenos Aires, 6 de novembro – *La Prensa*, em um editorial, mais uma vez ataca o Barão do Rio Branco, a propósito da notícia, que aliás julga falsa, de ser Sua Excelência candidato ao Prêmio Nobel da Paz. Na opinião de *La Prensa*, o governo argentino deve protestar energicamente contra a concessão desse prêmio.

Comentando o mesmo editorial portenho, o *Jornal do Commercio*, na edição também do dia 7 de novembro, na qual publicou importante

entrevista de Graça Aranha sobre a indicação do nome do barão, à qual me referirei mais adiante, informou, por sua parte, que o jornal de Buenos Aires publicara, um dia antes, artigo no qual:

> Combate à candidatura do senhor Barão do Rio Branco, dizendo que se esse prêmio for conferido ao estadista brasileiro é natural que isso provoque sérios desgostos no continente [e que] se lhe for concedido esse prêmio parecerá que o Brasil tem sido o diretor da paz sul-americana.

Conceder o prêmio ao barão era motivo suficiente para protesto formal do governo argentino e caracterizaria a empáfia do barão de pretender ser o árbitro do continente.

O fato mais curioso e interessante, entretanto, é que, ainda no dia 7 de novembro, o *Jornal do Brasil* publicou a seguinte notícia, curta e objetiva: "O senhor ministro do Exterior expediu um telegrama à legação do Brasil em Cristiânia pedindo que fosse retirada a sua candidatura ao Prêmio Nobel." É o que se pode chamar de furo jornalístico, pois, como vimos, o telegrama do dia 29 de outubro da Secretaria de Estado para Cristiânia, com as instruções para Gastão da Cunha, foi expedido confidencialmente, cifrado. Ao saírem publicados seus termos no jornal, ou estamos diante de um *Wikileaks avant la lettre* ou, muito mais possivelmente, tratou-se de uma notícia, um vazamento, devidamente "plantada" pelo próprio barão. O fato é que, um dia depois, o mesmo *Jornal do Brasil* trouxe a seguinte informação:

> *La Prensa* publica um telegrama do Rio de Janeiro informando que o Barão do Rio Branco pediu à legação do Brasil em Cristiânia para retirar sua candidatura ao Prêmio Nobel da Paz, que foi apresentada há meses pelos senhores Medeiros e Albuquerque e Carlos Peixoto Filho.

Pelo visto, o barão sabia muito bem quais jornais brasileiros eram lidos pela redação de *La Prensa*. Não é impossível, portanto, que o barão tenha sabido do editorial de *La Prensa* e, então, feito vazar, imediatamente, a informação sobre seu telegrama a Gastão da Cunha, a fim de tentar serenar os ânimos na Argentina.

Toda a movimentação periodística poderia estar a indicar que o assunto teria amplitude para transformar-se em motivo de cizânia no continente, e Rio Branco, então, teria preferido não vir a ser o pretexto de tal situação e se teria apressado, por isso, em instruir seu ministro em Copenhague e Cristiânia a declarar que não era e que nunca fora

candidato ao Prêmio Nobel. Seria esse o motivo da recusa de Rio Branco? Estaria o barão procurando evitar o surgimento, provocado pelo Brasil, de mais um fator de desentendimento nas relações continentais e, mais especificamente, nas delicadas relações com a Argentina?

Não é uma interpretação impossível, mas é difícil acreditar que os motivos do barão tivessem raízes tão sutis. Não somente por isso, mas sobretudo porque as manifestações fortemente contrárias da imprensa argentina – mais especialmente as de *La Prensa*, cujos reflexos na imprensa brasileira transcrevi anteriormente – parecem ter acontecido, apenas, pelo menos uma semana após o dia 29 de outubro, quando Rio Branco enviou o primeiro telegrama a Gastão da Cunha, em Copenhague. A decisão do Barão de instruir Gastão da Cunha para retirar a indicação ocorreu, inquestionavelmente, antes da publicação dos artigos indignados de *La Prensa* e de sua repercussão no Rio de Janeiro. Acresce a isso detalhe importante, que já assinalei, de que a apresentação "internacional" de seu nome, pelo cubano Gonzalo de Quesada, não o incomodou como o incomodou a apresentação "nacional" pelos deputados da oposição, conforme veremos mais adiante e conforme ele mesmo deixou registrado na correspondência a Gastão da Cunha. Isso leva a insistir na sugestão da busca de uma razão de ordem interna para a decisão de Rio Branco.

O fato é que as razões de ordem interna transparecem, claramente, na correspondência com a legação na Dinamarca e na Noruega, na qual creio que se possa ver que as preocupações do Barão do Rio Branco com relação ao assunto, mais que internacionais, pareceriam ser, efetivamente, não só domésticas, mas também pessoais e, talvez, do mais alto grau de suas preocupações políticas.

Assim, no despacho do domingo de 5 de novembro, em que acusou recebimento do segundo telegrama de Gastão da Cunha, Rio Branco informou o ministro em Copenhague da origem do caso e indicou o que pareceria ser o ponto fulcral de sua preocupação:

> A ideia da apresentação de meu nome para o prêmio da paz partiu do senhor Medeiros de Albuquerque, que assim desejava alcançar uma distinção para o Brasil, e, ao mesmo tempo, do senhor Gonzalo de Quesada, ministro de Cuba em Berlim.
>
> Quando o senhor Medeiros e Albuquerque partiu para a Europa, falou-me nisso e fiz quanto pude para que ele desistisse de dar seguimento a seu projeto. Não obstante, formulou ele a proposta, a qual, como vim a saber agora, foi também assinada pelo doutor Carlos Peixoto, sendo assim apresentada por dois deputados da oposição.

> Os proponentes tiveram a delicadeza de guardar segredo sobre o assunto. Mas, tendo-se fundado aqui, há uns três meses, o jornal *A Noite*, de cuja redação faz parte um irmão do senhor Medeiros, apareceu logo no primeiro número, com o meu retrato, a notícia de ser eu candidato ao Prêmio Nobel da Paz. Desde então começou essa falsa notícia a ser repetida e comentada por desafetos meus.
>
> Achei, portanto, que eu não podia conservar-me indiferente ao caso, e que os dois referidos deputados, tão benévolos para comigo, e a cujas intenções patrióticas faço plena justiça, não poderiam levar a mal a resolução a que cheguei, de me opor a que o meu nome figure no concurso anual aberto em Cristiânia.
>
> Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos etc.
>
> Rio Branco

Como se vê, pareciam ser essencialmente domésticas as preocupações de Rio Branco. Tão domésticas, que nem se apressou em pedir que uma desculpa pela retirada do seu nome fosse também enviada ao cubano Quesada, na legação de Cuba em Berlim, como logo pediu que fosse a Medeiros e Albuquerque em Paris (Carlos Peixoto, como vimos, "curada a asma", estava no Brasil desde o final de julho, e o barão se entendeu com ele no Rio de Janeiro). Sua preocupação imediata e quase exclusiva era claramente dissipar, no Brasil, aquilo que chamou de "comentários de desafetos meus". Um apoio da oposição, ainda por cima de uma oposição autoexilada, não podia convir ao ministro de Hermes da Fonseca.

Ademais, se acreditarmos no que disse Rio Branco nesse ofício, tão grande era sua preocupação com as implicações políticas internas desse assunto – repetido e comentado por "desafetos" seus – que a esse aspecto deu muito mais importância do que daria ao desejo de Medeiros e Albuquerque – "a cujas intenções patrióticas fazia plena justiça" – de alcançar uma distinção internacional para o Brasil. O barão estaria abdicando da "distinção para o Brasil" em virtude de outras preocupações, de caráter interno. Novamente, nenhuma importância deu ao gesto do cubano Quesada, embora tal gesto representasse extraordinária distinção para o Brasil, ainda mais partindo de um emérito diplomata americano.

Com relação à participação do ministro cubano, é curioso notar que Rio Branco, no Despacho n. 15, de 5 de novembro, revelou saber que Quesada apresentara seu nome à comissão do Nobel antes de ter recebido o telegrama de Gastão da Cunha do dia 11 de novembro, no qual o ministro em Copenhague informava que o cubano também propusera o

nome do barão. Não me foi possível saber de onde, de quem nem quando Rio Branco obteve a informação sobre a indicação feita por Quesada. Nenhum jornal que pude consultar da época se referiu à proposta feita pelo cubano; nem Graça Aranha, na entrevista que concedeu ao *Jornal do Commercio* sobre o assunto e de que tratarei adiante, mostrou conhecer o gesto de Quesada. Será que o ministro cubano enviou uma carta ao barão, falando sobre o assunto, e Rio Branco, na ocasião, não se incomodou com a indicação? Talvez, pelo contrário, apenas teria se incomodado quando sentiu que ela começava a adquirir importantes repercussões domésticas e a se transformar em arma para "desafetos seus"? Quais teriam sido as motivações de Quesada? Alguém lhe teria sugerido a ideia? Desde quando Rio Branco sabia da indicação feita por Quesada? Somente uma consulta aos arquivos da correspondência privada do barão – ou de Quesada, se existir – poderia esclarecer isso... Ou não.

Outro detalhe relevante que salta aos olhos é a curiosa demora do barão em reagir publicamente ao noticiário sobre sua "candidatura". Talvez também as preocupações com aspectos de política interna possam explicar essa demora. A primeira nota a respeito, como vimos, surgiu em *A Noite*, em 18 de julho daquele ano ("há uns três meses", dizia ele no despacho de 5 de novembro). Entretanto, apenas depois desses três meses, durante os quais o assunto foi objeto de outras notas na imprensa brasileira, Rio Branco tomou uma providência a respeito, com o telegrama a Copenhague. Por que a demora?

Um dado de política interna que ajudaria a explicar essa demora foi a presença, à frente da embaixada do Brasil na Dinamarca e na Noruega, do ex-ministro de Afonso Pena David Campista. Rio Branco poderia estar aguardando a chegada a Copenhague do novo ministro plenipotenciário do Brasil, Gastão da Cunha, cuja nomeação para o cargo datava de 25 de maio e que partiu do Rio de Janeiro no início de agosto, para não ter de transmitir a instrução, que no fundo era de caráter pessoal, a David Campista, notório opositor do marechal presidente, como também eram Medeiros e Albuquerque e Carlos Peixoto. Sobretudo, se considerarmos que Gastão da Cunha abandonou a brilhante carreira política em 1905 e ingressou na carreira diplomática pelas mãos de Rio Branco, que, já em 1907, o nomeou ministro plenipotenciário em Assunção. É uma hipótese.

Outra hipótese, que não invalida a mencionada anteriormente, mas que, antes, a ela se soma e fortalece os argumentos em favor de motivações domésticas, é que durante aqueles três meses o assunto adquiriu, no Brasil, dimensões de política interna tais que, em virtude do uso que dele

começaram a fazer os "desafetos seus", começou, também, a incomodar grandemente a Rio Branco.

No dia 1º de novembro, o jornal *O Paiz* noticiou a chegada de José Pereira a Graça Aranha ao Rio de Janeiro, o famoso autor de *Chanaan*, e fez grandes elogios a suas atividades literárias e diplomáticas. Graça Aranha chegava precisamente da Noruega. Em 6 de novembro, segunda-feira, o *Jornal do Commercio* publicou, em sua edição da tarde, longa entrevista concedida por Graça aranha, exclusivamente a respeito da indicação do barão ao Prêmio Nobel.

É muito plausível crer que, tendo-se assegurado das gestões de Gastão da Cunha na Dinamarca, Rio Branco acertou com Graça Aranha, logo que este chegou ao Rio de Janeiro, a publicação da entrevista. Recordemo-nos de que Rio Branco recebeu o telegrama de Gastão da Cunha, acusando recebimento das instruções e informando que agiria em seguida, no sábado, 4 de novembro. Nesse mesmo sábado, Rio Branco pode ter conversado com Graça Aranha, pois, no segundo telegrama a Gastão da Cunha, datado ainda do sábado, o barão informou que naquele mesmo dia ficara sabendo que os dois deputados assinaram a indicação de seu nome e esta foi, precisamente, uma das informações prestadas com detalhes por Graça Aranha em sua entrevista. Tão interessante era a matéria, que foi repetida pelo *Jornal do Commercio* em sua edição matutina do dia seguinte e glosada pelo *A Noite*, que, ao mesmo tempo, aproveitou a ocasião para lembrar sua primazia jornalística na divulgação do assunto.

Ou Rio Branco contactou Graça Aranha imediatamente após sua chegada, ou Graça Aranha procurou o barão, interessado em prestar algum favor ao todo-poderoso ministro. Rio Branco, com efeito, o guindou, havia poucos meses, da modesta condição de secretário da embaixada em Copenhague e de comissionado como encarregado de negócios *ad hoc*, representante do embaixador, na remota Cristiânia, para a mais nobre de ministro plenipotenciário em Cuba e na América Central.

Aliás, são peculiares e curiosos os dois telegramas despachados para Copenhague sobre essa remoção. O primeiro, de 6 de junho, dizia: "Queira avisar Aranha onde estiver que ele foi nomeado ministro residente Cuba e América Central." O segundo, dirigido ao próprio Graça Aranha, em 23 de agosto, dizia: "Queira sacar nove contos ajuda de custo seguir urgência diretamente Havana." Graça Aranha não deve ter cumprido a instrução de ir diretamente a Havana, pois, como vimos, no dia 1º de novembro, dois meses após o telegrama instruí-lo a partir para Cuba, *O Paiz* anunciava sua chegada ao Rio de Janeiro.

Na longa entrevista, Graça Aranha, até pouco tempo, como disse, secretário na embaixada em Copenhague e residente na Noruega, assumiu a parceria com Medeiros e Albuquerque e Carlos Peixoto com a finalidade de promover o nome do barão ao prêmio da paz e declarou, sem titubeios, que Rio Branco não teve conhecimento do assunto até o momento em que ele foi noticiado pelo *A Noite*, em 18 de julho. Contudo, é interessante notar que a afirmação de Graça Aranha de que "Rio Branco ignorava a sua candidatura, que foi promovida sem a sua ciência", vai, de certo modo, de encontro ao que diz o próprio Rio Branco no Despacho n. 15 a Gastão da Cunha, transcrito anteriormente: "Quando o senhor Medeiros e Albuquerque partiu para a Europa, falou-me nisso e fiz o possível para que ele desistisse de dar seguimento ao seu projeto." Sem falar, ademais, no conhecimento que Rio Branco revelou ter, como vimos e que não sabemos ainda como, de que Quesada também apresentou seu nome. Todavia, Quesada não importava, pois não era da oposição nem do governo no Brasil.

Que Rio Branco conversou com Graça Aranha antes de escrever o despacho do dia 5 e antes, portanto, da publicação da entrevista no *Jornal do Commercio*, fica patente pela precisão com que registrou no ofício: "[...] Formulou ele [Medeiros] a proposta, a qual*, como vim a saber agora*, foi também assinada pelo doutor Carlos Peixoto [...]" (grifo meu). É exatamente a informação que prestou Graça Aranha, a certa altura da entrevista: "Pelo regulamento, bastava a assinatura do autor da memória [...]. Mas o senhor Carlos Peixoto quis também prestar a sua prestigiosa assinatura à memória de Medeiros e Albuquerque [...]."

O que parece certo é que a garantia das gestões de Gastão da Cunha, conforme transmitidas por telegrama, e a publicação da entrevista de Graça Aranha devem ter atendido, plenamente, às inquietações do barão com relação à outorga do prêmio. Rio Branco, conforme vimos, não mais voltou ao assunto com o ministro na Dinamarca e na Noruega. Porém, reforçando a hipótese de uma razão "doméstica" para sua recusa, voltou ao assunto nos jornais brasileiros. Até porque nem a imprensa nem o mundo político nacional, como veremos adiante, esqueceram a candidatura do chanceler.

De resto, a concessão do Prêmio Nobel da Paz daquele ano foi informada secamente no dia 11 de novembro pela imprensa carioca, transcrevendo *O Paiz*, por exemplo, assim como o *Jornal do Brasil*, um enxuto despacho de agência noticiosa: "Christiania, 10 de novembro – O Prêmio Nobel da Paz deste ano foi conferido conjuntamente ao senhor T. M. C. Asser, ministro de Estado e membro do Conselho de Estado da Holanda, e ao escritor Alfred Fried".

***

Se alguma correspondência particular inédita de Rio Branco ou de algum seu contemporâneo não guardar qualquer esclarecimento sobre o assunto, creio que dificilmente chegaremos a saber os reais motivos do barão para recusar a indicação de seu nome ao prêmio da paz. O assunto se manterá aberto a especulações, como estas que vou fazendo aqui.

Não foi a primeira grande recusa na vida de Rio Branco, pois é bem conhecida sua reticência em aceitar a própria indicação ao Ministério, para o qual o convidou (e o precisou convocar contundentemente) o presidente Rodrigues Alves.

Porém, o fato que nem sempre se ressalta, mas que talvez mereça alguma ponderação aqui é que, após a primeira recusa, mas uma vez à frente do Ministério, não mais ocorreu a Rio Branco recusar os convites subsequentes – e de governos tão diferentes quanto os de Afonso Pena e Hermes da Fonseca – para continuar no cargo. Do mesmo modo, então, nada nos impede de pensar que, tendo recusado uma primeira vez especulações em torno de seu nome para ser o candidato de conciliação à Presidência da República, Rio Branco não estivesse, talvez, cogitando, naqueles meses finais de 1911, resguardar seu nome para a eventualidade de que uma segunda ocasião presidencial se apresentasse. Até mesmo porque cabe notar que nada podia garantir que o presidente seguinte, que estava longe de saber quem seria, continuaria a querer contar com ele à frente do Itamaraty. Naquele conturbado fim do segundo ano do mandato de Hermes da Fonseca, as cartas políticas da sucessão presidencial estavam ainda bastante embaralhadas, e nenhum nome recolhia consenso.

O fato é que o Barão vivia um momento cada vez mais intenso de envolvimento político na vida pública brasileira.

Apenas uma semana antes do primeiro telegrama a Gastão da Cunha, o poderoso ministro de Exteriores e sua gestão foram objeto de críticas ferrenhas na Câmara dos Deputados por parte de Barbosa Lima, cujo discurso agudo, no plenário, acusando Rio Branco de personalismo na administração do pessoal e do orçamento do Ministério, de não prestar contas ao Congresso e de não apresentar os devidos relatórios anuais de sua pasta, em flagrante desrespeito para com o Congresso Nacional, foi transcrito integralmente pelos principais jornais da época, como foi, do mesmo modo, transcrito o discurso apaixonado de Dunshee de Abranches, na Câmara, em defesa do barão. O bate-boca parlamentar chegou, também, aos jornais estaduais. Projetava-se o peso político interno do ministro de Exteriores.

O tema do personalismo do barão, aliás, era candente e extrapolava, inclusive, as fronteiras da política interna brasileira. No dia 4 de dezembro, o *La Prensa* voltou a atacá-lo, ao publicar amplo editorial, de coluna inteira, condenando justamente não só o "*el personalismo*" de Rio Branco, mas também sua "tentativa" de envolver nele ninguém menos que o presidente argentino Saenz Peña. O barão, por sua parte, tanta importância dava ao tema de seu "personalismo" que enviou aos postos no exterior, pela Circular n. 26, de 6 de novembro, recebida em Copenhague, "retalhos do Diário Oficial, contendo os discursos proferidos na Câmara dos Deputados pelos senhores Dunshee de Abranches e Calógeras, ao discutir-se o orçamento deste Ministério". O barão enviou "retalhos" com os discursos que o defendiam, mas não com o de Barbosa Lima, que o atacou duramente sobre a questão do personalismo.

O que importa assinalar aqui é que uma das principais consequências das críticas àquele personalismo era, exatamente, a fragilização dos apoios políticos do barão, que, por conta de alegadas injustiças atribuídas a seu personalismo (como o caso com Oliveira Lima), via levantarem-se contra ele, ou a favor de quem ele chamava de seus "desafetos", vozes importantes da política nacional.

Também naquele fim de ano o barão era objeto, por um lado, de extraordinária e monumental homenagem pública prestada no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, à qual concorrera o presidente Hermes da Fonseca e que foi noticiada em jornais de outros estados. Houve iluminação especial da Avenida Central, comitiva para buscar o barão no palácio da rua Larga e coretos festivos ao longo do percurso. Por outro lado, era ele objeto de críticas acerbas na imprensa carioca por, pretensamente, interferir de forma indevida na política nacional.

O fato é que o barão se via envolvido – ou se envolvia – cada vez mais na política interna do país. Os lances e os embates da sucessão de Afonso Pena o colocaram, diretamente, na mais elevada ribalta da política nacional.

Pouco antes, já na batalha pela reeleição de Carlos Peixoto Filho à Presidência da Câmara dos Deputados, na metade do mandato de Afonso Pena, em 1908, o barão foi peça importante. É o que deixa claro David Fleischer, quando comenta o seguinte, na introdução ao *Perfil parlamentar de Carlos Peixoto*, editado pela Câmara dos Deputados:

> Vendo a impossibilidade de demover o presidente Afonso Pena e assim impedir a recondução de Peixoto à presidência, o bloco [de Pinheiro Machado] investiu para tentar reformar o Regimento Interno da Câmara no sentido de

> retirar do presidente da sessão finda a prerrogativa de presidir as sessões preparatórias [...]. Peixoto e Pena ainda resistiram, mas diante das sugestões "diplomáticas" do Barão do Rio Branco, ministro do Exterior (carta de Rio Branco a Carlos Peixoto de 28 de fevereiro de 1908, publicada em Venâncio Filho, "Carlos Peixoto e o...", pp. 179-180) para facilitar os entendimentos, fizeram uma pequena concessão.

Imiscuía-se, claramente, o Barão na política interna, ainda que "diplomaticamente".

Quando das indefinições sobre as candidaturas à sucessão presidencial de Afonso Pena, após a morte de João Pinheiro, candidato da preferência do presidente, José Maria Bello, na *História da República*, ao tratar das articulações para a candidatura de Hermes da Fonseca, assinala o seguinte:

> Antes, todavia, de aceitar oficialmente a sua candidatura, o marechal Hermes da Fonseca escrevia ao Barão do Rio Branco e a Rui Barbosa para solicitar-lhes uma espécie de assentimento. Rio Branco, temeroso de envolver-se na contenda partidária, ou de chamar a si a responsabilidade de uma candidatura surgida nos meios militares, embora possivelmente simpática aos seus sentimentos, não respondeu ao atencioso apelo.

Temeroso de envolver-se na contenda partidária é o que diz José Maria Bello. No entanto, podia tratar-se, também, de posicionamento estratégico à vista de seu imenso prestígio nacional. Sobretudo, porque o silêncio de Rio Branco ocorreu logo depois do interessante episódio que David Fleischer, na obra citada, relata assim:

> Num banquete oferecido por ocasião do aniversário do ministro Rio Branco, em 20 de abril, a estratégia do bloco [de Pinheiro Machado] começa a desencadear. Germano Hasslocher lança a candidatura do barão numa chapa com o ministro da Guerra, Hermes da Fonseca como vice.

Rio Branco, dessa maneira, surgiu publicamente como candidato, antes de Hermes da Fonseca e tão fortemente, que o marechal entendeu dever escrever-lhe, como de resto ao seu futuro contendor Rui Barbosa, para obter seu precioso apoio e evitar ter de enfrentar o peso político do barão na oposição à sua candidatura. José Maria Bello afirma com muita contundência que Rio Branco "não respondeu ao apelo". É possível, mas tenho dúvidas, pois Hermes não hesitou um instante em mantê-lo no cargo, uma vez eleito.

Talvez Rio Branco não tenha respondido "publicamente", mas pode ter feito chegar de outra maneira, "diplomaticamente", ao marechal uma opinião sobre o assunto. Esta foi, aliás, a versão que prevaleceu junto à opinião pública da época, pois é claríssima a caricatura que o pasquim *O Gato* publicou algum tempo depois, na edição de 15 de novembro de 1911, sob o título de "O Prêmio Nobel". Nela, a figura feminina da paz pergunta ao barão: "Qual o atestado de pacifismo que apresenta para concorrer ao prêmio?" O barão, com gesto respeitoso, de chapéu na mão, responde: "O ter dado meu voto favorável à candidatura Hermes".

Em pleno governo Hermes da Fonseca, no meio dos embates de complicadas sucessões estaduais que interferiram diretamente nos equilíbrios políticos nacionais, *A Noite* publicou, em 6 de dezembro de 1911, a seguinte nota:

> A nota política do dia é a estreia franca do senhor Barão do Rio Branco na política interna. Os jornais da manhã dizem que na reunião do Palácio do Catete o senhor Barão do Rio Branco, interpelado, manifestou sua opinião no sentido do afastamento dos dois candidatos e escolha de um terceiro, aceito por ambas as facções. Tão estranho alvitre não foi, como não o podia ser, aceito. Este registro é, pois, apenas um cartão de pêsames ao senhor ministro das Relações Exteriores pela sua desastrada estreia.

Tratava-se das candidaturas Dantas Barreto e Rosa e Silva para o governo de Pernambuco, em pleito que degenerou conflito civil no estado: o general Dantas Barreto, ministro da Guerra de Hermes, era o candidato abençoado pelo governo, e o ex-vice-presidente Rosa e Silva era o representante das velhas oligarquias locais. O barão tentou não desagradar nem a uns nem a outros. Com isso, ao mesmo tempo, estabeleceu, "diplomaticamente", o precedente da escolha política de um *tertius* em um embate entre candidaturas. Quem sabe se já estaria pensando em uma futura situação sua?

Para avaliar a importância que o barão assumia na política interna, vemos, por exemplo, que uma pequena folha política de província, o *Jornal do Ceará*, "órgão político", como se intitulava, criado para combater a oligarquia do governador Acioli no estado, retomou a notícia de *A Noite* e publicou o seguinte, dois dias depois, na edição do dia 8 de dezembro:

> Rio, 6 de dezembro – Ontem no Catete, houve reunião política [...] que versou sobre a atual situação de Pernambuco. [...] Estabelecida e ventilada a questão sobre qual devia ser a solução no caso de não se reunir assembleia apuradora,

> foi interpelado o Barão do Rio Branco, que se manifestou no sentido do afastamento dos dois candidatos, sendo escolhido um terceiro, a contento de ambas as facções. Contra esse alvitre protestou violentamente o barão de Lucena, nada ficando resolvido.

O barão de Lucena apoiava a candidatura governista de Dantas Barreto e era figura de peso na política nacional, tendo sido presidente das províncias de Pernambuco, da Bahia e do Rio Grande do Sul nos últimos anos do Império. Sabia bem que importância poderia ter o peso da opinião ou do silêncio do Barão do Rio Branco na política interna dos estados. Isso era, também, na prática, o que sabia e levava em consideração o *Jornal do Ceará* ao suscitar a matéria, empenhado, do mesmo modo que o barão de Lucena, em uma sucessão estadual das mais conflagradas – que levaria mesmo à tomada de Fortaleza pelas forças de Floro Bartolomeu e pelos homens do padre Cícero. Preocupava-se o jornal da província com o peso político do barão, pois, embora no remoto Rio de Janeiro, já tinha o ministro de Exteriores ponderabilidade nos meandros estaduais da política nacional. Estaria o Barão do Rio Branco, mais uma vez – de uma maneira que poderíamos chamar com propriedade de "diplomática" –, buscando resguardar-se politicamente, tanto junto ao governo a que servia quanto junto às ainda poderosas oligarquias estaduais que aquele governo central combatia?

A esse respeito, é extraordinária a matéria que *A Noite* publicou no dia 30 de dezembro de 1911, a resumir o ano político. O artigo ocupava um terço da primeira página do jornal e vinha encabeçado por uma manchete, em negrito, que bradava: "O embroglio da politicagem: o Barão do Rio Branco é o 'leader' da política nacional." Era o relato de uma entrevista com um "distinto brasileiro que pelo seu traquejo político, pelo seu desinteresse e pelas altas posições que tem ocupado com destaque pode dar uma opinião imparcial sobre a situação". O jornal colheu, então, do distinto brasileiro, que não sabemos quem era, a seguinte impressão:

> A crise atual é a mais grave que tem atravessado o Brasil. [...] Não se pode atribuir com justiça a uma só pessoa a responsabilidade de uma situação, produto de uma série de erros acumulados durante muitos anos. Mas, se há um homem que deva assumir essa responsabilidade é o Barão do Rio Branco [...], que é hoje o verdadeiro "leader" da política nacional. Por mais que Sua Excelência queira se mostrar afastado dos partidos, a sua opinião neste governo tem sido sempre ouvida, e o que é mais, sempre respeitada, quando se trata de qualquer assunto de certa gravidade.

O entrevistado continuou, afirmando que era sobejamente sabido que fora o barão quem indicou o almirante Alexandrino e o marechal Hermes para o Ministério de Afonso Pena, asseverando que "o senhor Barão do Rio Branco chegou até a dizer que só continuaria no Ministério se fossem esses dois generais os seus colegas da Pasta de Guerra e da Marinha". Afirmou, a seguir, que "a ação do senhor ministro das Relações Exteriores no período das candidaturas é bem conhecida. Ninguém ignora que Sua Excelência foi o mais importante, o eleitor decisivo do marechal Hermes". Finalmente, atribui ao barão, sem titubear, a maioria das indicações das recentes e controvertidas candidaturas "oficialistas" aos governos dos estados, para concluir, lapidarmente: "O verdadeiro 'leader' da política nacional, o homem a quem deve caber a glória ou a responsabilidade dessa situação, é, por mais estranho que isto pareça, o senhor ministro das Relações Exteriores."

O que se vê aqui, então, por parte do Barão do Rio Branco, não é o "temor de envolver-se na contenda partidária", nem o silêncio de quem não "responde ao apelo" do Marechal Hermes, de que fala José Maria Bello, conforme indiquei anteriormente. Muito pelo contrário, o que se vê é que o barão se tornava personagem importante e de peso na política interna, a ponto de interferir ou de ser chamado a opinar, nos movimentos de sucessão presidencial e mesmo estadual, ou então ser censurado por fazê-lo pelos que temiam a força de sua oposição.

Tal era a dimensão que ia adquirindo sua presença nos altos embates da vida política nacional que o jornal *A Noite* publicou uma tão breve quanto maldosa nota contra o barão no dia 21 de janeiro de 1912, ao reles ensejo de comentar a publicação de mais um número semanal de um pasquim de caricaturas da época. Dizia a nota:

> *O Gato* publicou ontem mais um número esplêndido. Todas as suas charges são deliciosas. Mas uma, sobretudo, fez sucesso: a do carro da impopularidade, cheio já de políticos e cujo cocheiro, que é o chefe de todos esses, convida o senhor Rio Branco a tomar lugar entre os seus clientes.

Tratava-se de empurrar o barão para a vala comum dos políticos nacionais impopulares.

Some-se a isso que a primeira página daquele mesmo número de *O Gato* trazia outra caricatura, atacando ainda a atuação do barão em política interna, mais um claro registro dos descontentamentos ou das apreensões que a crescente participação de Rio Branco na vida política provocava. No desenho, aparece Rui Barbosa atarraxando bem a rolha

de uma garrafa, em cujo rótulo está escrito "uso externo – Pharmacia Itamaraty – Para os estrangeiros – Art. 25, Regulamentos da Convenção de Haia – oferenda – Me e Mme Rio Branco", dizendo: "Já que esta droga não tem nenhuma utilidade, é preciso arrolhá-la bem." Era uma crítica ao silêncio inicial do barão por ocasião dos bombardeios de Salvador, interpretado por "seus desafetos" como conivência.

O nome de Rio Branco foi seriamente aventado quando da sucessão de Afonso Pena e mantinha-se à disposição das confabulações em torno da sucessão de Hermes da Fonseca. Em função da opinião expressa no despacho a Gastão da Cunha, de que a indicação ao Nobel estava sendo manipulada contra ele por "desafetos seus", é plausível pensarmos que o barão, de alguma maneira que para nós não fica muito clara, poderia ver aquela indicação como algo prejudicial a seus interesses domésticos. Quais seriam os interesses é, portanto, caça aberta aos especuladores. Especuladores que podem, ademais, lembrar a posição pública de reprovação que o barão tentou adotar, tardiamente, com relação à militarização da sucessão do governo da Bahia (Salvador chegou a ser bombardeada por forças federais, o que levou à renúncia do ministro da Marinha), além do alvitre "diplomático" já referido sobre a sucessão pernambucana. Por causa da situação na Bahia, disseram alguns jornais da época que Rio Branco teria mesmo colocado seu cargo à disposição do presidente: teria? Ou seria esta, também, mais uma informação plantada tempestivamente na imprensa pelo barão, para atender a interesses seus, como aparentemente fora o "vazamento" do primeiro telegrama confidencial a Gastão da Cunha sobre a renúncia à indicação ao prêmio Nobel?

O que nos parece mostrar o breve passeio pelo que restou de documentação pública em torno do tema da recusa do Prêmio Nobel da Paz pelo barão é que, talvez, no longínquo final de ano de 1911, com a situação política interna do país bastante e cada vez mais complexa, não possamos mais descartar a hipótese de que o Barão do Rio Branco pudesse estar começando a cogitar rever sua recusa em aceitar uma nova indicação à Presidência da República. Quem sabe, estaria mesmo começando a se preparar para isso, cuidando, com detalhes, de sua imagem pública nacionalmente e tratando, para tanto, de retirar todas as possíveis armas de "seus desafetos", inclusive o tema da indicação para o Prêmio Nobel da Paz?

***

Com relação à condecoração, talvez, se seu nome tivesse sido apresentado à Comissão do Prêmio Nobel apenas pelo cubano Quesada, e

não pelos dois deputados da oposição, o barão não se tivesse preocupado em instruir seu ministro em Copenhague – e *in extremis* – a agir como o instruiu. Talvez até mesmo o tivesse instruído diferentemente, quem sabe? Possivelmente, tivesse sido outorgado a ele o Prêmio Nobel.

Na verdade, em uma época em que o recurso às arbitragens era considerado um grande avanço pacifista nas relações internacionais, haja vista o fato de que um dos contemplados com o prêmio em 1911 o foi precisamente porque era advogado das arbitragens compulsórias em assuntos econômicos internacionais, a "candidatura" do barão, se gestionada por Gastão da Cunha em Cristiânia ou em Copenhague, junto a Hagerup, com a mesma eficiência com que gestionou sua retirada, teria talvez todas as chances de ser vitoriosa. Como não se cansaram de lembrar alguns jornais, o barão foi responsável, na época, pela negociação do maior número de tratados bilaterais de arbitragem em todo o mundo.

O *La Prensa* de Buenos Aires lamentaria, profundamente, a "distinção" internacional alcançada pelo Brasil, mas muitos outros a celebrariam. Dois meses depois, o barão morreu e não poderia ter ido receber o prêmio em Cristiânia, talvez, em um domingo.

***

Quanto ao ministro Gastão da Cunha, cujo nome chegou inclusive a ser cotado em alguns jornais do Rio de Janeiro para ocupar a embaixada em Paris, seus fins de semana ainda o perseguiram com algumas surpresas em Copenhague.

Assim, foi apenas dois meses depois do domingo de adjudicação do Prêmio Nobel da Paz que ele recebeu, no dia 11 de fevereiro de 1912, também um domingo, o despacho telegráfico da Secretaria de Estado informando a morte do Barão do Rio Branco, no sábado anterior.

A partir daquele domingo de fevereiro, porém, o restante do ano de 1912 deve ter sido de fins de semana tranquilos.

Em 1913, entretanto, o primeiro fim de semana de junho talvez tenha sido o mais agradável de Gastão da Cunha em Copenhague: foi no sábado, 2 de junho, que recebeu o telegrama do Rio de Janeiro informando-o de sua remoção para a legação do Brasil junto à Santa Sé.

Copenhague, 8 de janeiro de 2012.

Anexos

Correspondência diplomática – Ofícios e despachos

I – Ofício n. 22 da legação do Brasil em Copenhague para a Secretaria de Estado em 7 de novembro de 1911

Senhor ministro,

Aqui chegado de Khristiania a 4 do corrente, recebi devolvido daquela capital o seguinte telegrama em cifra:

"Cunha – Ministre Brésil – Informado de que 2 distintos parlamentares brasileiros apresentaram meu nome para Prêmio Nobel da Paz rogo a vocência declarar que nunca fui e não sou candidato devendo portanto o meu nome ser retirado do concurso. Rio Branco."

Respondi no mesmo dia em cifra:

"Exteriores – Rio de Janeiro – Cumprindo etc. (outro assunto). Cumprindo pesarosamente ordem vocência relativamente Prêmio Nobel conforme telegrama 3 corrente devolvido hoje Khristiania vou informar-me previamente pormenor sobre assunto com representante aqui Noruega onde foi presidente do conselho e conserva grande prestígio. Cunha."

No dia 5 do corrente, pela manhã, recebi, cifrado, o seguinte telegrama do Rio de Janeiro:

"Ministre Brésil – Copenhague. Meu telegrama sobre Nobel foi expedido 29 outubro para Kristiania ponto Hoje sábado 4 fiquei sabendo que apresentação meu nome foi assinada por deputados Medeiros e Albuquerque ora em Paris e Carlos Peixoto chegado aqui ponto Rogo desculpar-me com primeiro Rio Branco."

Respondi em cifra, no mesmo dia 5:

"Rio Branco – Itamaraty – Rio de Janeiro – cabo receber telegrama ontem escrevo hoje Medeiros Paris Cunha."

O primeiro telegrama que V. Exa. me informa ter expedido a 29 de outubro do Rio para Kristiania, aqui me chegou a 4 de novembro, com a data da expedição do Rio ilegível e retransmitido a mim de Kristiania para Copenhague a 4 pela própria administração dos telégrafos da Noruega. Naturalmente, em Kristiania não foi entregue por não haver onde o entregar; e a mim retransmitido pela própria repartição dos telégrafos, porque a três telegrafei de lá a V. Exa. e no original desse despacho que eu próprio levei ao telégrafo tive de deixar meu nome, posto e residência; e

nesse telegrama de três, de Kristiania, que não era cifrado, eu comunicava a V. Exa. a minha partida no mesmo dia para Copenhague. Eis porque o telegrama de V. Exa. pôde vir-me às mãos e aliás com presteza.

No mesmo dia 5 escrevi sobre registro ao Sr. Medeiros e Albuquerque para Paris. O Sr. Hagerup, ministro da Noruega em Dinamarca, não está presentemente em Copenhague, mas regressa até sábado e eu visitá-lo-ei sem demora.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. as seguranças da minha respeitosa consideração.

Gastão da Cunha

II – Ofício n. 24 da legação do Brasil em Copenhague para a Secretaria de Estado em 18 de novembro de 1911

Senhor ministro,

Noticiando minha entrevista com o Sr. Francis Hagerup, ministro plenipotenciário da Noruega nesta capital, tive a honra de expedir, em data de 11 do corrente, o seguinte telegrama cifrado:

"Rio Branco – Itamaraty – Rio de Janeiro – Prêmio será conferido dez dezembro uma comissão cinco membros eleitos Sthorting ponto Hagerup um deles fato que eu ignorava disse-me que nome vocência proposto Quesada também que regulamento não previu nem há precedente retirada nomes concurso não acreditando isso possível mas fará na reunião dia primeiro declaração vocência não é nunca foi candidato. Cunha"

Tive ontem novo ensejo de tratar com Sr. Hagerup e tornamos ao assunto, confirmando eu a declaração que, por ordem expressa de V. Exa., lhe havia feito na noite de 10 do corrente.

O Sr. Hagerup me disse, nesta segunda entrevista, que fora reler o regulamento da comissão de que faz parte e rebuscar nas atas das anteriores reuniões, podendo agora asseverar que nem o regulamento cogita nem precedente existe de retirada de nomes do concurso; que as propostas que a comissão recebe, firmadas sempre por outrem que não o nome (indivíduo ou coletividade) indicado como merecedor do prêmio, valem para a comissão como informação para o seu exame e das quais a comissão pode aliás prescindir, se tem elementos outros para formar o seu juízo, de modo que, no caso atual, mesmo que os signatários das duas propostas (uma firmada pelo Sr. G. Quesada e outra posterior pelos Srs. Carlos Peixoto e Medeiros e Albuquerque) as quisessem retirar e se

dirigissem à comissão para tal fim, a comissão faria constar o fato, mas não ficava inibida de tomar em consideração o nome já indicado.

Declarando eu, então, que o telegrama de V. Exa. era positivo quanto a não querer que seu nome figurasse como concorrente, o Sr. Hegerup me repetiu que podia eu comunicar a V. Exa. que ele, na primeira reunião da comissão a efetuar-se em Kristiania a 1º de dezembro próximo, faria cientes os seus colegas e dessa informação ficaria registro na ata, de que, devidamente autorizado por mim e conforme ordem telegráfica de V. Exa., dada a mim para Kristiania e ainda renovada para Copenhague, tinha a declarar que o Sr. Barão do Rio Branco, logo ao ter conhecimento de haver sido o seu nome lembrado ou de estar incluído na lista para o Prêmio Nobel da Paz, apressou-se em fazer, por intermédio do ministro do Brasil na Noruega e na Dinamarca, a declaração de que nunca foi, nem é candidato a tamanha honra, e manifestando mesmo o desejo de ser o seu nome eliminado do concurso.

O Sr. Hegerup informou-me de que pelo regulamento são secretas as deliberações da comissão, devendo também ficar em sigilo a lista dos nomes indicados e não premiados. Confidencialmente, porém, mostrou-me a lista, copiada a máquina, que eu percorri rapidamente, podendo apenas apanhar que ela encerra trinta nomes, estando o de V. Exa. sob o número 22 (inscrição meramente cronológica) e nela figuram os nomes de Carnegie (proposto por um professor da Universidade de George Washington) e de... Guilherme II.

Tenho a honra de reiterar a V. Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

Gastão da Cunha

III – Despacho n. 15 de Rio Branco para o ministro do Brasil em Copenhague em 5 de novembro de 1911

Senhor ministro,

Tendo recebido dias antes telegrama em que V. Exa. me anunciava a sua partida de Copenhague para Kristiania no sábado 28 de outubro, aproveitei o ensejo para fazer expedir no domingo, 29, o seguinte despacho telegráfico dirigido a V. Exa. na segunda dessas capitais:

"Informado de que dois distintos parlamentares, etc."

Ontem recebi telegrama seu referindo-se ao assunto na segunda parte que deciframos assim:

"Copenhague, 4 de novembro – Cumprindo pesarosamente ordem V. Exa. etc."

Respondi logo, ontem à noite, em cifra:

Do Rio, 4 – "Ministre Brésil – Copenhague – Meu telegrama sobre Nobel foi expedido 29 outubro para Kristiania, etc."

Este telegrama seguiu via Western e deve estar hoje em poder de V. Exa. Creio que o primeiro terá ido até Pernambuco pelas nossas linhas terrestres e que isso explica a demora havida. Regularmente, deveria ter sido entregue em Christiania no dia 30 ou 31 de outubro, quando V. Exa. ali se achava.

A ideia da apresentação de meu nome para o prêmio da paz partiu do Sr. Medeiros de Albuquerque, que assim desejava alcançar uma distinção para o Brasil, e, ao mesmo tempo, do Sr. Gonzalo de Quesada, ministro de Cuba em Berlim.

Quando o Sr. Medeiros e Albuquerque partiu para a Europa, falou-me nisso e fiz quanto pude para que ele desistisse de dar seguimento a seu projeto. Não obstante, formulou ele a proposta, a qual, como vim a saber agora, foi também assinada pelo dr. Carlos Peixoto, sendo assim apresentada por dois deputados da oposição.

Os proponentes tiveram a delicadeza de guardar segredo sobre o assunto. Mas, tendo-se fundado aqui, há uns três meses, o jornal *A Noite*, de cuja redação faz parte um irmão do Sr. Medeiros, apareceu logo no primeiro número, com o meu retrato, a notícia de ser eu candidato ao Prêmio Nobel da Paz. Desde então começou essa falsa notícia a ser repetida e comentada por desafetos meus.

Achei, portanto, que eu não podia conservar-me indiferente ao caso, e que os dois referidos deputados, tão benévolos para comigo, e a cujas intenções patrióticas faço plena justiça, não poderiam levar a mal a resolução a que cheguei, de me opor a que o meu nome figure no concurso anual aberto em Cristiânia.

Tenho a honra de reiterar a V. Exa. os protestos, etc.

Rio Branco

Post scriptum – Às 11, 1/2 da manhã de hoje, domingo, recebi a seguinte resposta de V. Exa.:

"Copenhague 12h30. Acabo receber telegrama de ontem e escrevo hoje Medeiros Paris Cunha."

IV – Despacho n. 16 de Rio Branco para o ministro do Brasil em Copenhague em 6 de novembro de 1911

Senhor ministro,

Com referência ao assunto de meu Despacho n. 15, tenho a honra de remeter aqui apensos, e em duplicata, os artigos publicados hoje pelo *Paiz* e pelo *Jornal do Commercio*, edição da tarde.

V. Exa. poderá mandar um dos exemplares para que fique conservado no arquivo da legação em Christiania.

Reitero a V. Exa. os protestos de minha, etc.

Rio Branco

Noticiário da imprensa do Rio de Janeiro

***a) Notícias publicadas no jornal* A Noite**

(No primeiro número do jornal, publicado em 18 de julho de 1911, saiu a primeira notícia sobre a indicação do nome do Barão do Rio Branco para o Prêmio Nobel da paz; não pude consultá-lo, porém, porque a Biblioteca Nacional não tem as primeiras páginas do exemplar número 1).

V – 20/7/1911 – Pela paz – O Prêmio Nobel e a candidatura Rio Branco

Causou funda sensação entre o nosso público a notícia com que *A Noite* iniciou o seu primeiro número – a candidatura proposta por Medeiros e Albuquerque, à Academia de Copenhague, do nome do sr. Barão do Rio Branco ao Prêmio Nobel, o prêmio da paz.

Esse prêmio o ano passado foi dividido em dois.

Se há prêmio que provoque discussões e seja difícil eleger quem justamente o merece, esse é, de certo, o prêmio da paz.

Até agora as tentativas para o congraçamento humano só têm tido vagas esperanças e as declarações mais ou menos teóricas dos congressos de paz realizados em Haia.

Desses congressos, porém, alguma coisa havia de ficar.

E ficou.

Ficou o arbitramento, ficaram os tratados de arbitragem.

Os premiados do ano passado têm um passado e um grande saldo de atividade em favor da paz: são eles o senador francês barão de Estournelles de Constant e o político belga Bermaert.

Mas esses foram teóricos. Empregaram e empregam, no Parlamento, no livro e o jornal, os seus esforços em favor da paz e do congraçamento universais.

Praticamente a candidatura do sr. Barão do Rio Branco é mais segura. Foi o Brasil que alcançou o *récord* na assinatura dos tratados de arbitragem.

Parece, pois, líquido que o sr. Barão do Rio Branco será este ano o detentor do Prêmio Nobel pela paz!

VI – 22/7/1911 – Pela paz – A candidatura do sr. Barão do Rio Branco ao Prêmio Nobel

S. Paulo, 22. O *Fanfulla*, num editorial, apoia calorosamente a candidatura do sr. Barão do Rio Branco ao Prêmio Nobel da Paz.

O apoio caloroso do *Fanfulla* é um lindo gesto de retórica latina que talvez nada influa junto à Academia Sueca, incumbida de fazer a distribuição dos prêmios deixados em testamento por esse milionário Nobel, que inventou a dinamite, o tremendo explosivo que os terroristas empregam em larga escala.

Apesar disso, porém, o gesto do *Fanfulla* é cativante e aí fica registrado, mesmo porque se a advocacia inteligente de Medeiros e Albuquerque for furada por outro candidato mais protegido, a figura do sr. Barão do Rio Branco não ficará desprestigiada pela aparente derrota; o nosso chanceler de todos os estadistas do mundo foi o único que se preocupou a sério com os tratados de arbitramento.

Atualmente é o Brasil que mais tratados de arbitragem assinou, graças aos esforços do sr. Barão do Rio Branco.

VII – 27/7/1911 – Pela paz – Ainda a candidatura do sr. Barão do Rio Branco ao Prêmio Nobel

Il Corriere Italiano publica hoje uma importante nota sobre o Barão do Rio Branco e o Prêmio Nobel.

Tal candidatura, diz *Il Corriere*, deve ser acolhida com a maior simpatia e com viva aprovação por quantos estão à altura de conhecer a

apreciar a obra altamente intelectual e profícua do eminente homem de Estado brasileiro.

Depois de traçar um rápido balanço da obra do sr. Barão do Rio Branco, *Il Corriere* termina: "Indubitavelmente o Barão do Rio Branco em toda a América, de norte a sul, é o homem de Estado de maior autoridade e benemerência na causa da paz, e é este eminente homem político e humanitário que a opinião pública [...] justa homenagem que se espera, com a assignação do Prêmio Nobel merecidamente […] (trechos truncados na cópia da Biblioteca Nacional).

VIII – 25/9/1911 – O Prêmio Nobel e o sr. Rio Branco – Comentários elogiosos de La Union

Santiago, 25. *La Union* publica uma nota em que comenta a notícia de ser o Barão do Rio Branco candidato ao Prêmio Nobel da Paz. Diz esse jornal, depois de elogiar calorosamente o sr. Barão do Rio Branco, relembrando os seus serviços na Questão de Limites entre os países da América do Sul, que Sua Exa. é bem merecedor desse prêmio por ser um grande amigo da paz.

IX – 7/11/1911 – O Prêmio Nobel – A candidatura do sr. Rio Branco

O Brasil tomará parte no julgamento para distribuição do Prêmio Nobel de Medicina deste ano. Quem o conseguiu em 1910 foi o professor Ernesto Theodoro Kocher, suíço, cujo retrato reproduzimos.

Publicaram ontem os nossos colegas do *Jornal do Commercio*, na excelente edição da tarde com que informam tão segura e minuciosamente o público fluminense, e o repetiram, hoje, pela manhã, uma entrevista com o sr. dr. Graça Aranha, sobre a candidatura do sr. Barão do Rio Branco, ao Prêmio Nobel da Paz.

Bastante direito, se há um direito para tal, tem o nosso ministro do Exterior, como o prova o sr. Aranha, a tal alta e digna recompensa, pelo muito que tem feito S. Exa. em prol da paz, conseguindo número ainda não visto de tratados de arbitramento e conseguindo para a diplomacia brasileira um alto e justo conceito. Devem proclamar-se essas verdades, que, forçosamente, o futuro confirmará, de modo ineludível, embora tendo de calar despeitos de momento, sem embargo de reconhecer no chanceler brasileiro erros, talvez muito graves, que S. Exa. não tem sabido ou não tem podido evitar.

Sob esse ponto de vista superior, o sr. Aranha prestou um serviço à opinião, que não se deve guiar por desabafos mesquinhos com que jornais nossos procuram secundar a campanha sistemática de *La Prensa* contra o bom nome do Brasil. Ainda que o sr. Rio Branco tivesse em sua vida pública, mais negras folhas do que as que se lhe imputam, devíamos todos compreender, mesmo sem excessos de patriotismo vulgar, mas com uma pequena dose de critério, do critério que é indispensável à função jornalística, que a distinção Nobel, conferida a um brasileiro cheio de serviços a sua pátria refletiria beneficamente mais sobre o país que sobre a pessoa de S. Exa.

O sr. Rio Branco não obterá o prêmio? Não é a nós, seus patrícios, que compete negar-lhe atributos e préstimos para tal, tanto mais quanto essa fúria iconoclástica é profundamente injusta.

Resta, agora, saber se a sua candidatura ao prêmio da paz será definitivamente retirada.

Como foi *A Noite* quem primeiro notificou a proposta dos srs. Medeiros e Albuquerque e Carlos Peixoto, demonstrando, com um modesto esforço o desejo que tínhamos de fornecer aos leitores informações bem interessantes, procuraram já algumas pessoas saber de nós como se resolverá a questão.

Ora, cremos que só os dois deputados, que apresentaram a candidatura, a poderão retirar. O sr. Carlos Peixoto, que se acha nesta cidade, procurado hoje por um redator d'*A Noite*, declarou que não fez, nem fará movimento nenhum nesse sentido.

Quanto ao sr. Medeiros e Albuquerque, está residindo em Paris, telegrafamos ao nosso correspondente, para que buscasse com o parlamentar e jornalista brasileiro uma informação nesse sentido.

b) Notícias publicadas no **Jornal do Commercio**

X – 7/11/1911

Buenos Aires, 6 – *La Prensa* combate a candidatura do sr. Barão do Rio Branco ao Prêmio Nobel, da Paz, dizendo que se esse prêmio for conferido ao estadista brasileiro é natural que isso provoque sérios desgostos no continente. A ação do sr. Barão do Rio Branco, diz o referido jornal, está limitada ao Brasil, e entretanto se lhe for concedido esse prêmio parecerá que o Brasil tem sido o diretor da paz sul-americana.

A Argentina, em alguns casos, aceitou romanticamente a arbitragem, mas por isso não *(uma palavra ilegível)* esse prêmio.

La Prensa termina dizendo que nenhum estadista militante da América tem títulos para pretender o Prêmio Nobel da Paz.

XI – 7/11/1911 –O Prêmio Nobel da Paz

De nossa edição da tarde de ontem transcrevemos o seguinte:

Costuma ser da maior reserva a apresentação das candidaturas ao Prêmio Nobel, e jamais foram essas discutidas antecipadamente na imprensa ou nos parlamentos da Europa...

No Brasil, onde parece não haver segredo possível, foi divulgada e tem sido discutida a apresentação do nome do Barão do Rio Branco ao prêmio da paz, que será conferido este ano. E uma vez que o caso é do domínio público, nós julgamos do nosso dever informar a respeito os nossos leitores e do melhor modo possível.

A presença do sr. dr. Graça Aranha, neste momento, no Rio de Janeiro oferece-nos por isso uma excelente oportunidade e um dos nossos redatores pode obter do notável escritor e diplomata algumas informações do mais vivo interesse.

O sr. dr. Graça Aranha não é somente o laureado autor de *Chanaan* e *Malazarte*, o escritor nacional de nossa maior admiração. Todos sabem que é um brilhante representante diplomático do Brasil que, antes de ser nomeado ministro em Cuba, foi encarregado de negócios em Christiania, onde funcionou o comitê para o prêmio da paz. E por outros motivos que o leitor vai conhecer, ninguém mais autorizado a dar um testemunho neste debate em torno da apresentação da candidatura Rio Branco.

Redator – Não sei se, apesar da sua qualidade de diplomata, nos poderia dar com franqueza as informações que lhe pedimos.

O sr. Graça Aranha, com o seu sorriso tão expressivo e peculiar, respondeu-nos: A diplomacia é estranha ao Instituto Nobel, que não admitiria a intervenção de qualquer governo na livre distribuição dos prêmios da paz, da ciência ou da literatura. E naturalmente se houvesse segredo eu não o revelaria.

O único escrúpulo que me obrigaria ao silêncio seria o respeito que todos devemos tributar ao Instituto Nobel, mas agora é tarde para manter esta atitude, uma vez que no Brasil se abriu um debate a propósito da candidatura nacional, cuja vitória todos os brasileiros deveriam desejar e aguardar tranquilamente. Por que esta singular discussão? É a primeira vez que se discute previamente e de um modo tão estranho uma candidatura ao Prêmio Nobel. Os noruegueses e suecos são muito ciosos da honra que lhes cabe conferir anualmente, que é um motivo de desvanecimento nacional, e em Cristiânia e Estocolmo se procede com a máxima discrição e com a mais edificadora respeitabilidade.

O prêmio da paz é dado por um comitê nomeado pelo Parlamento (Sthorting) norueguês, composto de cinco membros. O trabalho é feito com a maior reserva, e o nome dos candidatos jamais é publicado, salvo o daquele a quem o prêmio é conferido.

Compreende-se por aí a delicadeza daqueles homens superiormente educados e que sabem dominar-se.

R. – Mas como o Barão do Rio Branco se tornou candidato ao prêmio da paz?

O sr. G. A. – Antes de tudo, fique definitiva e claramente assentado que o Barão do Rio Branco nunca foi candidato ao prêmio da paz; primeiro, porque um homem do alto valor moral do Barão do Rio Branco não se apresenta para obter distinções, mesmo tão somente honoríficas, quanto mais pecuniárias como desse prêmio, que é de 200 mil francos; segundo, porque ninguém é candidato por si mesmo a nenhum Prêmio Nobel. As candidaturas são apresentadas por terceiros, pelos membros do instituto, membros de qualquer Parlamento nacional ou estrangeiros, professores de Direito Internacional, membros do Tribunal da Haia, etc.

O nome do Barão do Rio Branco foi apresentado por dois brilhantes deputados brasileiros, os senhores Carlos Peixoto e Medeiros e Albuquerque, e eu posso afirmar que o Barão do Rio Branco foi estranho a esta apresentação e a ignorou, até que por uma inexplicável indiscrição, o fato foi revelado e hoje é preferível que tudo seja esclarecido, a continuar essa situação de equívocos em torno de um nome venerável como o do Barão do Rio Branco.

R. – Creio que não foi a primeira vez que se tratou de apresentar a candidatura do Barão do Rio Branco.

O sr. G. A – Em 1907, Medeiros e Albuquerque em viagem para a Europa escreveu-me para que eu examinasse aqui a possibilidade de ser apresentada a candidatura do vencedor pacífico das Missões, do Amapá e do Acre. Era no momento do Tribunal da Haia. O Brasil era

ali admiravelmente representado pelo preclaro sr. Ruy Barbosa e a ação desse brasileiro excepcional tinha o maior alcance para a paz e para o brilho inexcedível, não só do Brasil como de todo o pensamento político do mundo latino. Eu sabia perfeitamente da completa harmonia existente entre o ministro do Exterior e o nosso embaixador na Haia, e conhecendo a fundo a nobreza dos sentimentos e a escrupulosa e extrema lealdade do Barão do Rio Branco, não hesitei em comunicar-lhe a ideia do sr. Medeiros e Albuquerque. Aconteceu o que eu previa. O sr. Barão do Rio Branco não permitiu que promovêssemos a sua candidatura, porque entendia que o candidato do Brasil devia ser o sr. Ruy Barbosa. Respeitamos os elevados escrúpulos do nosso candidato, e dessa vez a sua candidatura não foi apresentada.

Voltando eu à Europa, vários estadistas e membros do Tribunal da Haia, que conheciam os feitos do Barão do Rio Branco, indagaram por que não promovíamos essa justíssima candidatura; mas foi em Cristiânia, que, tendo ocasião de falar no nosso ministro do Exterior a pessoas da maior importância e responsabilidade, compreendi que era a ocasião de promover com segurança a apresentação do nome do Barão do Rio Branco e, em princípio de novembro de 1910, por um telegrama secreto e "reservadíssimo", pedi a um amigo que me mandasse com a maior urgência os dados e documentos imprescindíveis. Houve uma grande demora em coligir esses dados e reunir os documentos e só a 20 de janeiro de 1911 comecei a receber as informações pedidas. Foi então que revelei ao sr. Medeiros e Albuquerque a minha intenção e lhe pedi que, obedecendo ao seu pensamento inicial, fizéssemos a apresentação. Medeiros e Albuquerque com aquela prodigiosa facilidade do seu raro talento, escreveu rapidamente uma memória, que é um modelo de clareza e de vigor de demonstração. Pelo regulamento, bastava a assinatura do autor da memória, que na sua qualidade de deputado tinha legítima competência para fazer a apresentação. Mas o sr. Carlos Peixoto quis também prestar a sua prestigiosa assinatura à memória de Medeiros e Albuquerque e desta maneira a apresentação da candidatura do Barão do Rio Branco foi apoiada por aquele nobre e alto espírito, orgulho da política brasileira. O prazo encerrava-se a 31 de janeiro e a memória, com grande esforço, pôde chegar a tempo em Cristiânia.

R. – Por que preferiu fazer a apresentação do nome do sr. Rio Branco por brasileiros e não por estrangeiros?

O sr. G. A. – A princípio pensei que a apresentação deveria ser feita por um grande nome europeu. O Barão do Rio Branco é o candidato mais natural e o mais fácil de ser apresentado a um prêmio da paz. Basta narrar

a qualquer pessoa os seus atos desde a missão de Washington até hoje. Nenhum outro homem ou estadista pode apresentar fé de ofício tão gloriosa e tão bela. Mas aquela demora das informações e documentos ! ... Era preciso em menos de 10 dias redigir a memória, preparar os documentos e fazer tudo chegar à Noruega. Nenhum estadista ou professor na Europa, onde cada um tem o seu tempo previamente ordenado, poderia se encarregar de tanto trabalho em tão escasso prazo, precisando além de tudo de conhecer bem o seu "assunto". Só um brasileiro, sabedor da vida pública do Barão do Rio Branco, e dos raros dotes do sr. Medeiros e Albuquerque poderia fazer o que ele fez. E demais a apresentação de um ministro de Estado brasileiro por dois deputados da oposição era bastante significativa para demonstrar a unanimidade do sentimento nacional em relação à candidatura do Barão do Rio Branco, e é bom acrescentar que na ordem das pessoas qualificadas para fazer apresentar ao prêmio da paz os membros dos parlamentos são preferidos aos membros do Tribunal da Haia e aos professores de Direito Internacional.

R. – E como foi revelada essa apresentação feita com tanta reserva e circunspecção?

O sr. G. A. – Até hoje não sei como foi revelado esse segredo. Os srs. Carlos Peixoto, Medeiros e Albuquerque e eu ficamos muito surpreendidos e contrariados com a publicação da notícia aqui.

R. – Essa publicidade indiscreta não prejudicará o êxito da candidatura?

O sr. G. A. – Não creio, porque a candidatura vale por si mesma. O "comitê" se limitará a apreciar o merecimento do apresentado e não levará em conta a quebra de reserva, que é em todo caso desagradável, mas que talvez não se chegue a saber naquelas longínquas noruegas...

R. – Mas dizem com fundamento que o Barão do Rio Branco mandou declarar pela nossa legação em Cristiânia que não era candidato e retirar a apresentação do seu nome.

O sr. G. A. – Creio que só os que o apresentaram poderiam retirar o seu nome. O Barão do Rio Branco, repito, ignorava a sua candidatura que foi promovida sem a sua ciência. Nem sequer lhe comunicaram que tinha sido apresentada e estou certo de que estas revelações que lhe estou fazendo são por ele completa novidade.

R. – É possível que o prêmio da paz seja, afinal, dado ao imortal defensor pacífico do território brasileiro?

O sr. G. A. – O prêmio será conferido em dezembro. É possível que o comitê não aprecie do mesmo ponto de vista que nós os serviços do Barão do Rio Branco à paz. Lembremo-nos de que Tolstoi foi recusado

três vezes por não ser bastante pacífico... Mas nós estamos convencidos de que ninguém tem os títulos do Barão do Rio Branco ao prêmio da paz. Nenhum homem aumentou tão consideravelmente o território de sua pátria unicamente por meios pacíficos. Nenhum estadista procurou assinar ou fez assinar maior número de tratados de arbitramento. Nenhum homem tem feito mais pela paz internacional do que o grande brasileiro. A sua ação não é a do simples publicista, do teórico e doutrinador; é a bela e fecunda ação prática, o esforço consciente e difícil do defensor nacional nos arbitramentos, a ação longa, pertinaz e luminosa do estadista. É esta sabedoria política que esperamos ver devidamente apreciada em Cristiânia, e o prêmio seja dado ao homem ilustre cuja política diminuindo as divergências internacionais tem sido de abnegação e justiça, e pelo qual o Brasil se tem enobrecido entre as nações.

c) Notícias publicadas no jornal **O Paiz**

XII – 1/11/1911

Regressou depois de longa estada na Europa o dr. Graça Aranha.

XIII – 7/11/1911

Buenos Aires, 6. – *La Prensa*, em um editorial, mais uma vez ataca o Barão do Rio Branco, a propósito da notícia, que aliás julga falsa, de ser S. Exa. candidato ao Prêmio Nobel da Paz.

Na opinião da *Prensa*, o governo argentino deve protestar energicamente contra a concessão desse prêmio.

XIV – 11/12/1911

Christiania, 10. – O Prêmio Nobel da Paz deste ano foi conferido conjuntamente ao sr. T. M. C. Asser, ministro de Estado e membro do Conselho de Estado da Holanda, e ao escritor Alfred Fried.

d) Notícias publicadas no **Jornal do Brasil**

XV – 7/11/1911

O senhor ministro do Exterior expediu um telegrama à legação do Brasil em Cristiânia, pedindo que fosse retirada a sua candidatura ao Prêmio Nobel.

XVI –8/11/1911

La Prensa publica um telegrama do Rio de Janeiro informando que o Barão do Rio Branco pediu à legação do Brasil em Cristiânia para retirar a sua candidatura ao Prêmio Nobel da Paz, que foi apresentada há meses pelos senhores Medeiros e Albuquerque e Carlos Peixoto Filho.

XVII – 11/12/1911

(o *Jornal do Brasil* noticia brevemente a concessão do Prêmio Nobel da Paz).

e) Notícias publicadas no **Jornal do Ceará**

XVIII – 6/11/1911 – O orçamento do exterior

Na sessão de 23 do mês passado foi discutido, na Câmara dos Deputados, em terceiro turno, o orçamento do Ministério das Relações Exteriores.

O Sr. Barbosa Lima respondeu ao Sr. Dunshee de Abranches, insistindo nos ataques que dirigiu ao Barão do Rio Branco. Este foi defendido pelo Sr. Pandiá Calógeras.

A discussão ficou encerrada.

XIX – 8/12/1911

Rio, 6 – Ontem no Catete, houve reunião política [...] [que] versou sobre a atual situação de Pernambuco. [...] Estabelecida e ventilada a questão sobre qual devia ser a solução no caso de não se reunir a assembleia apuradora, foi interpelado o Barão do Rio Branco que se manifestou no sentido do afastamento dos dois candidatos sendo escolhido um terceiro a contento de ambas as facções.

Contra esse alvitre protestou violentamente o barão de Lucena, nada ficando resolvido.

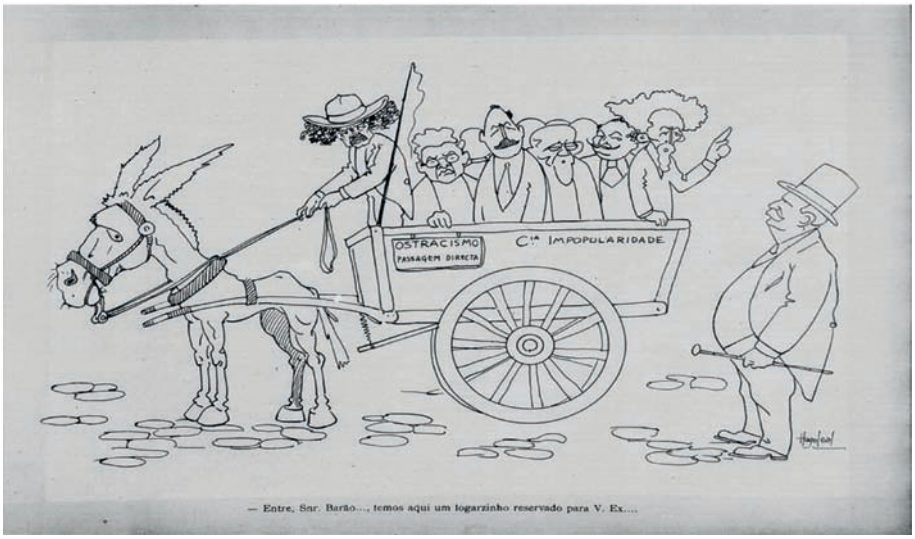
f) Notícias publicadas no jornal **La Prensa***, de Buenos Aires*

XX – 4/12/1911

(O *La Prensa* publica longo editorial de uma coluna inteira atacando o "personalismo" de Rio Branco e sua "tentativa" de envolver nele o presidente Saenz Peña).

XXI – 15/11/1911 – Caricatura publicada pelo pasquim O Gato

XXII – 20/1/1912 – Caricatura publicada pelo pasquim O Gato



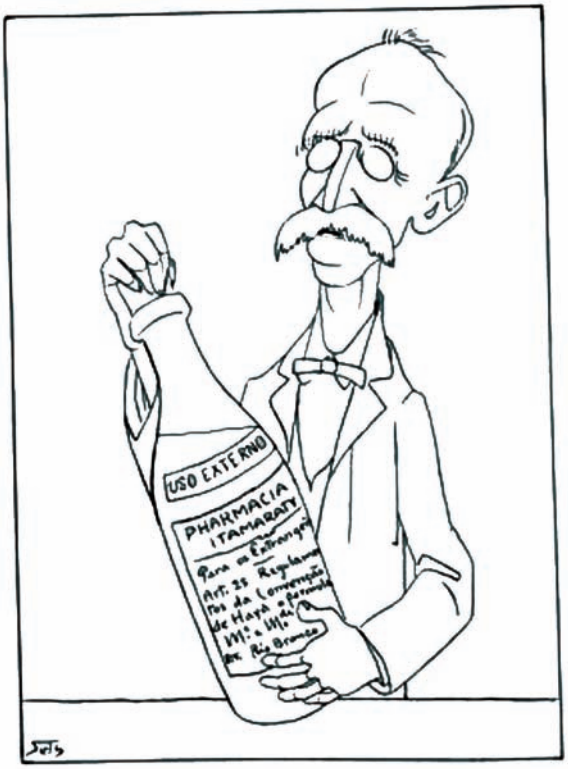
XXIII – 20/1/1912 – Caricatura publicada pelo pasquim O Gato

N. 17 Rio de Janeiro, Sabbado, 20 de Janeiro de 1912 Anno II

O GATO ALBUM DE CARICATURAS

ASSIGNATURA
INTERIOR:
Anno . . . . . 8$000
Semestre . . . . . 11$000
NUMERO AVULSO 400 RÉIS
NUMERO ATRAZADO 500 RÉIS

Redacção:
26, RUA DA QUITANDA, 26
CAIXA POSTAL 202



— Já que esta drogo não tem nenhuma utilidade, é preciso arrolhal-a bem...

Acre: o momento decisivo de Rio Branco

Rubens Ricupero

O Acre constitui caso único e excepcional na experiência histórica brasileira. Foi comparado ao Texas[1], em analogia a um episódio na América do Norte em que há semelhança entre alguns dos elementos essenciais da narrativa: terras povoadas por colonos de nação contígua, revolta armada contra a distante soberania central, autonomia e, em seguida, anexação ao país de origem dos revoltosos. A diferença é o desenlace: em um exemplo, guerra e início do processo de perda de um terço do território mexicano; no outro, afirmação da negociação e da diplomacia.

A solução que se encontrou para o conflito acriano mostrou-se decisiva em duplo sentido. De um lado, consolidou a opção dos republicanos de manter com os vizinhos relações de paz e cooperação; de outro, contrastou com a derradeira fase monárquica de intervenções armadas na região do Prata, que culminou na sangrenta e interminável Guerra da Tríplice Aliança. A diplomacia da República desejava inspirar-se na "fraternidade das pátrias americanas", como gostavam de dizer os positivistas.

A opção pacífica enfrentou na Questão Acriana sua prova mais difícil, pois foi abalada pela rejeição do tratado de partilha da zona contestada de Palmas logo após a proclamação da República e foi posteriormente submetida à constante pressão pela persistente rivalidade

[1] BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: BORIS, Fausto (Org.). *História geral da civilização brasileira*: o Brasil Republicano. Tradução de Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977. t. 3, v. 2 (Sociedade e Instituições 1889-1930), p. 384.

com a Argentina. O litígio poderia ter facilmente degenerado em conflito armado. O êxito em prevenir o choque e em criar condições para que prevalecesse a negociação gerou precedente inibidor de qualquer desvio posterior pelo Brasil do princípio de repúdio da guerra de conquista inscrito nas constituições nacionais.

A experiência acriana deixou também marca definitiva no destino pessoal de Rio Branco, que desembarcou no Rio de Janeiro para se tornar ministro das Relações Exteriores em dezembro de 1902, em fase aguda da insurreição chefiada por Plácido de Castro. Nos nove anos que lhe restavam de gestão e de vida, nunca mais encontrou o barão problema comparável em gravidade e em premência. Recém-chegado a cenário do qual vivera distante por 26 anos, armado apenas de prestígio – imenso, é verdade, mas derivado de questões de arbitramento de outra natureza –, teve de mergulhar, sem transição, no que denominava com característico *understatement* "essa desagradável Questão do Acre"[2]. Indagava-se retoricamente em correspondência a Nabuco: "Como ir meter-me no *imbróglio* do Acre, no meio do fogo político do Rio, entre gente toda nova para mim?"[3].

Em retrospectiva, tende-se a acreditar que sua autoridade e competência lhe garantiriam o êxito, não obstante as dificuldades. O temor e a hesitação em aceitar o convite presidencial que revela nas cartas conta uma história diferente. A autoridade, Paranhos Junior só a conquistou aos poucos, em decorrência dos sucessos acumulados, entre os quais o Acre se destacou como o mais importante.

As vitórias anteriores tinham sido colhidas graças à erudição pessoal de um funcionário que em outros aspectos dependia ou deveria depender de instruções do ministro e da Secretaria de Estado. Agora era a primeira vez em que atuava como ministro e formulador principal da política. Nem todos acreditavam que fosse capaz de fazer a transição de executante para dirigente máximo da diplomacia. Os êxitos precedentes não lhe serviriam de imunidade no momento em que a nomeação para ministro inaugurava jogo novo e mais exigente.

Em razão da inextricável imbricação do tema acriano com a política interna, teve razão Afonso Arinos em escrever: "Nenhuma outra questão diplomática resolvida por Rio Branco, como ministro, agitou tanto os espíritos, nem provocou tantos estudos e polêmicas"[4]. Lembrava o biógrafo de Rodrigues Alves que a questão havia marcado

---

[2] Rio Branco, em carta ao presidente eleito Rodrigues Alves, 25 jul. 1902. Arquivo Rio Branco.

[3] Telegrama de Rio Branco a J. Nabuco, 7 jul. 1902. RIO BRANCO apud VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 307.

[4] MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. v. 1, p. 249.

profundamente o início do governo, quando as realizações em outros setores não se tinham ainda concretizado, tornando-o vulnerável a críticas e a um eventual fracasso diplomático.

Álvaro Lins opinou igualmente ter sido no caso do Acre que o Barão do Rio Branco encontrou, ao mesmo tempo, "a sua questão mais difícil e obteve a sua vitória mais importante"[5]. Não era diferente a convicção do próprio ministro, que, ao compará-la na *Exposição de motivos do Tratado de Petrópolis* com as vitórias nas arbitragens de Palmas e do Amapá, afirmava: "Para mim vale mais esta obra [...] do que as duas outras, julgadas com tanta bondade pelos nossos concidadãos e que pude levar a termo em condições sem dúvida muito mais favoráveis"[6].

Era essa a percepção generalizada entre os contemporâneos. Gastão da Cunha, peça–chave na aprovação parlamentar das negociações, chegou a declarar em discurso na Câmara dos Deputados que o Tratado de Petrópolis tinha sido o mais importante ato diplomático assinado pelo Brasil desde a Independência.

Com o tempo e a gradual acumulação de outras realizações em nove anos de trabalho, perdeu-se a noção da importância suprema do Acre entre as questões resolvidas pelo barão e das características que o tornaram problema único e inconfundível. Aos poucos, veio o assunto a ser assimilado a granel às demais controvérsias limítrofes, esmaecendo a indispensável distinção. Em resultado, enfraqueceu a apreciação no justo valor da contribuição de Rio Branco à questão que encarna, mais que qualquer outra, as qualidades que lhe possibilitaram tornar-se o refundador da diplomacia brasileira.

O objetivo destas reflexões é resgatar a memória correta dos fatos e restituir ao problema do Acre sua especificidade própria, avessa ao reducionismo que tende a diluí-lo em caldo ralo de temas diplomáticos com os quais mantém apenas ligação parcial. Sem pretender recontar uma história muitas vezes narrada e supondo que ela é conhecida em seus traços essenciais, nosso propósito é, portanto, extrair dessa narrativa os elementos que justificam falar do que se pode denominar de "*excepcionalismo da Questão do Acre*".

---

[5] LINS, Álvaro. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. v. 2, p. 436.

[6] RIO BRANCO, Barão do. *Exposição de Motivos sobre o Tratado de Petrópolis*. 27 de dezembro de 1903.

Excepcionalismo da Questão do Acre

Além dos aspectos por assim dizer "texanos", a pendência se diferencia dos litígios fronteiriços brasileiros por se referir a terras já objeto de ocupação, de intensa exploração econômica e de presença de interesses materiais consideráveis. Esses interesses foram ameaçados desde que a Bolívia ensaiou as primeiras tentativas de afirmar sua antes inexistente administração, que cresceram exponencialmente depois do arrendamento ao Bolivian Syndicate. Os primeiros afetados foram os seringalistas, inseguros quanto ao reconhecimento de títulos de ocupação, inconformados com o pagamento de novos tributos e temerosos dos desdobramentos prováveis do monopólio outorgado aos investidores estrangeiros.

Por trás dos seringueiros adivinha-se a ação das aviadoras, casas comerciais de Manaus e Belém que forneciam crédito e mercadorias aos seringais e que lhes adquiriam a borracha, transportada nas frotas de vapores pertencentes aos comerciantes. Para elas, a súbita irrupção do que hoje chamaríamos de uma "poderosa multinacional" de capitais internacionais e vocação monopolista só poderia representar complicações e, possivelmente, ruína.

Adicione-se o peso de um fator inteiramente ausente nas outras disputas de limites: a mobilização dos estados amazônicos, em especial do Amazonas. O governo amazonense considerava a zona como parte do seu território e não se resignaria facilmente em perder para a alfândega e as autoridades bolivianas os rendimentos tributários (a Constituição de 1891 deu aos estados a faculdade de cobrar impostos e taxas de exportação) e financeiros que se habituara a receber da borracha acriana.

Foi a somatória desses interesses que engendrou os sucessivos intentos de revolta e secessão dos povoadores do Acre. Contra a força, a influência e a proximidade dos interesses locais e regionais, de pouco valeram as débeis e ineficazes tentativas do governo federal, praticamente ausente da região, para contrarrestar as conspirações e as cumplicidades de autoridades municipais e estaduais.

Em nenhum outro litígio que afetou o Brasil existia, já em plena exploração, uma extraordinária fonte de riqueza como a da seringueira, que aparecia no Acre em formações mais compactas, árvores de maior diâmetro, fornecendo látex copioso e de melhor qualidade. Em termos atuais, é como se a região fosse riquíssima em petróleo. Convém lembrar que no auge do ciclo da borracha, próximo da crise fronteiriça, a borracha

alcançou, em alguns momentos, 40% da receita de exportação do Brasil, quase igualando a do café, e o Acre concorria com 60% da nova mercadoria.

Eram gigantescos os recursos envolvidos na abertura e na manutenção dos seringais amazônicos, estimados, em 1910, em mais de 700 milhões de mil reis, equivalentes à imensa soma de 43 milhões de libras[7], mais de 20 vezes a indenização que finalmente se pagaria à Bolívia pela cessão do Acre (2 milhões de libras, hoje, correspondem a um total de 220 a 250 milhões de dólares, segundo os critérios adotados para correção e atualização monetária). Na mesma época, cerca de 150 mil pessoas estavam empregadas na coleta e no transporte da borracha; recrutava-se, por ano, 14 mil trabalhadores adicionais (quase todos provenientes do Nordeste) em razão da elevada mortalidade.

O coronel George Church, explorador pioneiro da região, constatou que as condições de trabalho vigentes "impunham maior perda de saúde, vida e material do que uma campanha militar ativa e o sofrimento humano era assustador". Na descrição de Euclides da Cunha, a exploração dos seringueiros, que iriam constituir a massa de manobra do conflito liderado pelos patrões, configurava "a mais criminosa organização de trabalho que se poderia imaginar pelo mais revoltante dos egoísmos"[8]. Não há razão para duvidar da procedência dessas informações à vista da frequência com que ainda em nossos dias se descobrem explorações pecuárias ou madeireiras que utilizam trabalho escravo em condições muito parecidas às dos seringais, sobretudo no Pará.

Aludindo aos interesses econômicos envolvidos e simplificando quadro mais complexo, o general Dionísio Cerqueira, ex-ministro das Relações Exteriores, lamentava, em discurso na Câmara dos Deputados, "essa questão, que nasceu nas praças comerciais de Belém e Manaus, de lá subiu ao Palácio de Governo do Amazonas, daí propalou-se aos seringais do Acre"[9].

Não poderia ser maior o contraste com fronteiras litigiosas desertas ou só povoadas de indígenas. Na época do conflito, o território acriano já se encontrava perfeitamente inserido no moderno sistema de divisão internacional do trabalho e do comércio em virtude da exportação em larga escala de uma das matérias-primas essenciais da Era do Automóvel da Revolução Industrial. O caráter moderno se manifestou igualmente no aparecimento de um dos personagens típicos do ápice do imperialismo

---

[7] DEAN, Warren. *Brazil and the struggle for rubber*: a study in Environmental History. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 40.

[8] As duas citações e os demais dados foram colhidos em DEAN, Warren. Op. cit. pp. 40-41.

[9] CERQUEIRA, Dionísio apud TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. 5. reimpressão. Brasília: Edições do Senado Federal, 2009. v. 2, p. 226, nota 15. O discurso é de 19 de setembro de 1900.

da passagem do século XIX para o XX: o investidor das grandes praças mundiais, encarnado no caso em uma das companhias colonizadoras dotadas de poderes quase soberanos em zonas subjugadas da Ásia e da África, o que complicou o quadro dos *atores em presença*.

Atores em presença

A superposição de protagonistas e competidores diferencia também o caso acriano dos demais. A soberania do território era disputada entre a Bolívia e o Peru, o que ocasionou para o Brasil não um, mas dois intricados problemas diplomáticos. A solução definitiva se desdobrou em duas etapas sucessivas, prolongando ainda por seis anos pontuados de incidentes o encaminhamento da resolução da reivindicação peruana.

Aspecto verdadeiramente inédito e original, como ficou dito, constituiu o surgimento em paragens brasileiras das empresas colonizadoras de capital internacional. Fenômeno típico da chamada primeira globalização, a da Era Vitoriana, essas companhias merecem a classificação de multinacionais em razão da origem cosmopolita dos capitais e dos dirigentes. Expressavam, já naqueles dias, a tendência à terceirização e à privatização de atribuições essenciais ao Estado, a ponto de se substituírem por vezes ao próprio Estado, como sucedeu com a Companhia do Congo, do rei Leopoldo, da Bélgica. Serviram com frequência de ponta de lança ao imperialismo europeu no próprio Congo, na África do Sul, na Indochina e em outras paragens da Ásia e da África.

A iniciativa de atrair investidores de fora do continente partiu dos bolivianos, que, mais de uma vez, haviam cogitado da ideia no passado. Os intentos iniciais de implantar tardiamente a soberania boliviana em área povoada e explorada por brasileiros tinham provocado resistência e revoltas da primeira fase da insurreição acriana, de Luiz Galvez e de peripécias trágico-grotescas, como a Expedição dos Poetas. Em 1901, recorda Leandro Tocantins, o espírito revolucionário parecia inteiramente apagado, e os antigos participantes do levante se entregavam à faina de produção da borracha[10]. Não obstante a pacificação, a lembrança das dificuldades recentes e o susto provocado pelas insurreições persuadiram os meios dirigentes de La Paz de que a Bolívia não tinha recursos para controlar e explorar eficazmente a afastada zona de fronteira.

Confrontados por dois perigos, o de perder o Acre definitivamente para os seringalistas brasileiros ou o de arriscar a sorte com o capital

[10] TOCANTINS, Leandro. Op. cit. p. 97.

internacional, os dirigentes bolivianos optaram pela última alternativa. Félix Aramayo, um dos três "barões do estanho" e ministro da Bolívia em Londres, convenceu o governo do general José Manuel Pando, conhecedor pessoal da área, a endossar a proposta de ceder por 30 anos a um consórcio de capitalistas dominado por norte-americanos e ingleses os direitos de exploração fiscal e econômica do território.

A aprovação do contrato pelo Congresso de La Paz, em dezembro de 1901, precipitou o desenlace que se desejava evitar com a medida. É possível que a situação criada e consolidada no terreno por várias décadas condenasse de antemão qualquer intento da Bolívia de conservar o Acre. Não há dúvida, no entanto, de que a decisão de ceder direitos quase soberanos ao Bolivian Syndicate se revelou irreparável erro estratégico cometido pelo país vizinho. Logo de saída, a notícia renovou os antigos temores e provocou o recrudescimento da insurreição adormecida, desta vez sob a direção experimentada e aguerrida de Plácido de Castro.

Além do choque direto aos que viam os esforços pioneiros convertidos em objeto de transação com um consórcio cosmopolita, a notícia galvanizou a opinião pública, os meios políticos e o governo federal no Brasil e atuou como catalisador da reação. Até aquela data, a dicotomia entre a situação de fato – a inconformidade dos acrianos e do estado do Amazonas com a soberania boliviana – e a jurídica – o reconhecimento dessa soberania pelo Itamaraty e pelo governo federal – conduziu à paralisia deste último. Em numerosas instâncias, a chancelaria e os serviços federais se tinham encontrado na desconfortável posição de colaboradores dos esforços bolivianos de impor sua autoridade contra a vontade dos colonos brasileiros, por exemplo, no caso da implantação da alfândega em Puerto Alonso.

De uma hora para a outra, o contrato com o Bolivian Syndicate alterava de modo radical o panorama, fornecendo ao Brasil uma justificativa moral e psicológica para reagir. Era como se a introdução no continente de uma cabeça de ponte do imperialismo internacional neutralizasse e anulasse a vantagem decorrente da soberania legal. Foi o próprio ministro das Relações Exteriores à época, Olinto de Magalhães, até hoje acusado na história do Acre de frouxidão ante os bolivianos, quem iniciou a reação oficial brasileira.

Em atitude que não deixava de apresentar incoerência com o proclamado reconhecimento da plena soberania boliviana, o chanceler de Campos Sales empreendeu junto ao governo de La Paz gestões para impedir a aprovação do contrato ou a sua execução. Repeliu a tentativa de aliciar capitais das praças de Manaus e Belém para legitimar a companhia.

Finalmente, obteve do ministro da Fazenda e do presidente a medida mais forte e eficaz, a proibição, em agosto de 1902, da navegação do Amazonas para transporte de e para portos bolivianos. Tratando-se da única via prática de acesso ao Acre, sua interdição impedia dar cumprimento ao contrato.

Assim se apresentavam as coisas na passagem do governo para Rodrigues Alves e no momento de regresso de Rio Branco ao Rio de Janeiro, em fins de 1902. A proibição da navegação empatava o jogo e permitia ganhar tempo. Nada, entretanto, estava resolvido. No Acre, as forças de Plácido de Castro tinham passado a uma vitoriosa ofensiva, mas se preparava a reação militar boliviana. O consórcio de capitalistas não se podia implantar na zona, mas persistia a ameaça de que ele mobilizasse pressões e intervenções dos governos de origem dos investidores, em especial dos Estados Unidos e da Inglaterra, desequilibrando contra o Brasil a situação. Impunha-se enfrentar de uma vez por todas o que os governos brasileiros tinham se recusado a fazer: a discussão do fundamento da questão, a *soberania boliviana sobre o Acre.*

Soberania boliviana sobre o Acre

Com efeito, como se não bastassem todas as complicações, restava, em comparação aos problemas anteriores, a última diferença que tornava o caso insolúvel, ao menos em virtude da abordagem jurídica seguida pela chancelaria brasileira: a inflexível recusa em admitir a existência de um litígio. Olinto de Magalhães, por exemplo, multiplicou declarações nesse sentido, como na nota ao ministro da Bolívia, em 31 de março de 1900: "Não há, portanto, litígio. Haveria se os dois governos não estivessem de acordo, porque só a eles compete a decisão oficial do caso"[11]. Seu predecessor, o general Dionísio Cerqueira, afirmou de modo ainda mais categórico: "A Questão do Acre não existe, porque ela só pode existir entre os governos, e para eles não existe essa questão, que só é questão lá fora [...] essa questão do Acre, questão não, porque não existe, é um caso liquidado"[12].

Em comunicação oficial dirigida a Rio Branco, ministro em Berlim, em 24 de junho de 1902, por conseguinte, na fase de agravamento da crise e após a assinatura do contrato com o Bolivian Syndicate, reiterava o ministro Olinto de Magalhães:

[11] LINS, Álvaro. Op. cit. v. 2, p. 407.
[12] TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 2, p. 226, nota 15.

> Apesar da opinião errada e irrefletidamente sustentada por corporações científicas, na imprensa e até no Congresso Nacional, o território do Acre não é brasileiro. É objeto de litígio entre a Bolívia e o Peru e por isso este já protestou contra o arrendamento. Enquanto esse litígio não for resolvido a favor do Peru, para o Brasil é território boliviano em virtude do Tratado de 1867. Não pomos, portanto, em dúvida a soberania da Bolívia[13].

Não deixa de espantar, depois de anos de confrontos e violências, que a postura oficial continuasse cega à gravidade do conflito que se desenrolava nas longínquas florestas e seringais acrianas! O ministro estava pronto para aceitar a hipótese de que o Acre se tornasse peruano, mas não imaginava que a região pudesse vir a ser brasileira, única maneira de resolver o dilema. Dionísio Cerqueira asseverou que a questão só existia "lá fora", isto é, no próprio Acre. Aparentemente, era detalhe sem importância.

A obstinação em brigar com os fatos, ignorando a vontade local e a opinião pública da nação, deve servir de lição de humildade e de saudável questionamento ao mito da suposta infalibilidade do Itamaraty. A posição defendida pelos dois ministros e por seus antecessores não era evidentemente apenas o fruto de uma convicção pessoal. Atrás dela, se detectava o dedo do todo-poderoso diretor-geral da Secretaria de Estado (desde 1865!), o visconde de Cabo Frio, de acordo com Rio Branco, o ministro das Relações Exteriores de fato até aquela data[14].

Ao censurar os predecessores do barão pela falta de espírito político, Leandro Tocantins formula juízo pertinente:

> Sua diplomacia arrimava-se em preceitos formalísticos, sem considerar a realidade nova, de fenômenos sociais comuns a um país em desenvolvimento como o Brasil. Isolaram-se da opinião pública [...] quando teria sido exequível [...] reconhecer como justa ou pelo menos irremediável a atitude daqueles que se levantaram no Acre para a continuação de vida em solo brasileiro[15].

A observação sobre o isolamento em relação à opinião pública chama a atenção para fator que, em geral, esteve ausente dos debates diplomáticos brasileiros do passado e que complicava enormemente a pendência acriana. Cerqueira e Olinto não souberam lidar com a realidade nova, e essa é uma das diferenças que explica a mudança que se registrou com Rio Branco.

---

[13] VIANA FILHO, Luiz. Op. cit. p. 306.
[14] Idem. p. 313.
[15] TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 2, p. 226.

Nas palavras do novo ministro,

> O sentimento público [...] era outro elemento que não podia deixar de ser tomado em consideração. Desde a minha chegada da Europa, observei que se manifestava unânime a simpatia nacional pelos nossos compatriotas que se batiam no Acre. A previsão se impunha de que aquele sentimento havia de avolumar-se tanto e tomar tal forma que seria impossível a um governo de opinião como o nosso assistir indiferente ao sacrifício que faziam esses brasileiros para conseguir um dia viver à sombra da nossa bandeira[16].

Poucos dias após receber a comunicação de Olinto de Magalhães, o barão assinalou em carta particular o ponto crucial da incoerência do ministro: "Se [o território do Acre] não é brasileiro, com que direito havemos de procurar impedir as operações do sindicato americano[17]?"

A montagem da solução

Rio Branco teve êxito em pontos em que fracassaram seus predecessores, apesar de o mérito não se referir à invenção de fórmulas. Quase todos os elementos que vieram a constituir o arcabouço da solução final tinham sido esboçados antes. O ministro Olinto Magalhães propusera a aquisição da área e a troca de territórios. Foi em sua gestão que, primeiro, se proibiu a navegação de e para portos bolivianos. Também se cogitou a compra da desistência do consórcio de investidores mediante pagamento pecuniário.

Faltava, contudo, o principal, a ideia aparentemente simples, mas indispensável que possibilitasse modificar o *status* do Brasil para parte legítima na discussão e dar condição para abrir caminho à negociação: declarar litigioso o território. Foi isso que o barão viu com clareza desde o primeiro instante. Na carta particular que escreveu a Hilário Gouveia, alguns dias após receber o telegrama transmitindo-lhe o convite de Rodrigues Alves, especulava: "[...] Há esta questão do Acre que, bem manejada, e rompendo-se com a má interpretação dada em 1868 ao Tratado de 1867, poderia afirmar, por esse lado, o nosso direito sobre um território imenso"[18].

---

[16] RIO BRANCO, Barão do. Op. cit.
[17] VIANA FILHO, Luiz. Op. cit. p. 307.
[18] VIANA FILHO, Luiz. Op. cit. p. 306.

A contribuição de Rio Branco equivalia a uma revolução coperniciana, que transformou a essência da questão. Ao declarar litigioso o território, o Brasil adquiria plena legitimidade para transacionar com o Bolivian Syndicate, ressalvar os alegados direitos do Peru para discussão futura e, sobretudo, negociar com a Bolívia o destino imediato do Acre. A decisão serviu igualmente para justificar a ocupação militar preventiva da zona, invocando o argumento adicional de que cabia ao Brasil fazê-lo em razão da nacionalidade da população envolvida.

Tomada logo no início da fase conclusiva do conflito, a medida se desdobrou em ações desenvolvidas em três frentes. A mais simples naquele momento era adiar a consideração das reivindicações peruanas, que não se limitavam ao Acre e que incluíam na sua expressão mais extrema parcela considerável do estado do Amazonas. O barão se recusou a acatar as reiteradas tentativas de Lima de participar das tratativas quer com a Bolívia quer com os investidores. Lembrou para isso, o precedente negativo da fracassada negociação conjunta dos membros da Tríplice Aliança com o Paraguai, quase provocando nova guerra.

O assunto escapa a este estudo e basta consignar que, embora resignado de malgrado a esperar seu turno, o Peru demonstrou ser adversário difícil e renitente, como havia sido no passado. Depois do desfecho da vertente boliviana, a solução do contencioso foi retardada até 1909, período de quase seis anos cheio de sobressaltos e incidentes, por vezes, graves.

A segunda frente envolvia os investidores do Bolivian Syndicate e, por detrás deles, os poderosos governos dos quais se originavam os capitais, fonte potencial de interferências de consequências imprevisíveis. O novo ministro, inicialmente, confirmou a proibição da navegação pelos rios amazônicos, apesar dos protestos oficiais dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, da Alemanha e da Suíça. A interdição da única via de acesso ao Acre impossibilitava ao consórcio exercer qualquer ato de posse ou de exploração econômica do território.

Ao mesmo tempo em que anulava praticamente a concessão, o chanceler aplacava os governos reclamantes por meio de cautelosas gestões, a fim de assegurar a disposição de não causar prejuízos aos aventureiros. Além de mobilizar na operação as principais missões diplomáticas brasileiras, com destaque para o papel central desempenhado por Assis Brasil, ministro em Washington, o Brasil contou com a eficiente colaboração de seu tradicional banqueiro, a Casa Rothschild, de Londres. Esta não perdeu tempo em persuadir os homens de negócios a desistir de suas expectativas de lucro mediante o pagamento de 110 mil libras (equivalente, hoje, a 10 milhões de dólares).

O mesmo padrão de alternância de medidas unilaterais fortes, seguidas da disposição para negociar, se discerne no teatro principal, o da relação com a Bolívia. A declaração do caráter litigioso do território, assim como o afastamento do Bolivian Syndicate e dos governos dos investidores, deixaram os bolivianos isolados. Com relutância, tiveram de aceitar as negociações que vinham recusando. O mais difícil, no entanto, era resignar-se a ceder o Acre em troca mais de dinheiro que de outras compensações. A operação aparecia como uma venda do território nacional, considerada incompatível com a honra.

O que tornou o desenlace praticamente inevitável foi o segundo e fatal erro tático, semelhante ao da concessão às praças financeiras. O anúncio pelo governo de La Paz da partida de duas expedições militares para submeter os insurgentes, uma delas comandada pelo próprio presidente general Pando, forneceu a Rio Branco e ao governo brasileiro a justificativa para ocupar preventivamente a área litigiosa. A Bolívia estava desprovida de apoios externos e impossibilitada de demonstrar a efetividade da soberania no terreno; não restava ao país, portanto, outra opção que a de buscar a melhor transação possível, uma vez que a hipótese de um conflito direto com o Brasil não era, obviamente, razoável.

Nada ilustra melhor o mencionado estilo da alternância do que os termos do telegrama de 3 de fevereiro de 1903 à legação do Brasil em La Paz, com instruções para transcrevê-lo em nota à chancelaria boliviana:

> Causou a mais penosa impressão ao presidente da República [...] a certeza de haver o senhor presidente Pando resolvido, no dia 26 de janeiro, partir para o Território do Acre com o propósito de submeter pelas armas os seus habitantes, sem esperar o resultado da negociação de que encarregara no dia 24 o senhor Pinilla [Cláudio Pinilla, ministro da Bolívia no Rio de Janeiro] [...]. Sendo o Acre um território em litígio, pretendido também pelo Brasil e pelo Peru [...] e brasileiros todos os habitantes da região, não podemos concordar em que ali penetrem tropas ou autoridades da Bolívia. Dos três litigantes, Bolívia, Peru e Brasil, é a este que melhor cabe a ocupação administrativa provisória [...], atenta à nacionalidade de sua população[19].

O telegrama prosseguiu da seguinte maneira: "O governo brasileiro não quer romper as suas relações diplomáticas com o da Bolívia. Continua pronto para negociar um acordo honroso e satisfatório para as duas partes, e deseja muito sinceramente chegar a esse resultado." Após o parágrafo construtivo, endureceu: "O senhor

[19] TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 2, pp. 251-252.

presidente Pando entendeu que é possível negociar marchando com tropas para o norte. Nós negociaremos também fazendo adiantar forças para o sul." Novamente abrandou: "No interesse das boas relações de amizade, que o Brasil deseja ardentemente manter com a Bolívia, é urgente que os dois governos se entendam para remover rapidamente esta dificuldade do Acre, fonte de complicações e discórdias"[20].

O barão, ao expedir o telegrama, não tinha ainda recebido a notícia da capitulação, nove dias antes (24 de janeiro de 1903), nas lonjuras de Puerto Acre, do derradeiro reduto de resistência boliviana, as tropas e os funcionários sob o comando do governador Lino Romero. Presumia, entretanto, a iminência do momento em que todo o Acre estaria desembaraçado da presença de autoridades bolivianas e sob o controle dos habitantes brasileiros.

Da perspectiva oposta, a mesma ocorrência era temida pelo presidente Pando, que esboçou o esforço desesperado de tentar reconquistar o território, a fim de poder negociar investido de uma posição de força. O xeque-mate da ocupação militar brasileira liquidou a última esperança boliviana e selou para todos os efeitos práticos o destino da área. Estavam, assim, disponíveis os elementos indispensáveis para montar o arcabouço da solução diplomática e jurídica do conflito.

Articular esses elementos em um todo coerente e aplicá-los de forma efetiva e comedida representou a contribuição crucial de Rio Branco, a mudança que fez diferença em relação à contraditória orientação seguida até então. O governo brasileiro, que nunca havia desenvolvido uma estratégia para lidar com o problema, passava a dispor, naquele momento, não só de uma estratégia tática de primeira ordem, mas também da vontade e da competência para levá-la avante.

Coroando tudo, passava também a existir um objetivo exequível, realista e claro: o de tornar brasileiros todos os territórios, controversos ou não do ponto de vista jurídico, habitados por brasileiros. É em função dessa meta que se deve examinar o que tanta discussão e controvérsia despertou na época, a *base da reivindicação brasileira.*

Na carta a Hilário Gouveia, evocada anteriormente, o barão antecipou a disposição de abandonar a orientação tradicional seguida pelo Brasil na interpretação do Artigo 2º do Tratado de La Paz de Ayacucho. No trecho que nos interessa, rezava o artigo:

> Deste rio [o Madeira] para o oeste seguirá a fronteira por uma paralela tirada de sua margem esquerda na latitude sul 10º20′ até encontrar o rio Javari. Se

[20] TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 2, pp. 251-252.

> o Javari tiver suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do dito Javari.

Leandro Tocantins elucida as razões do desentendimento futuro:

> Os dois países assinaram o Tratado de Ayacucho sem conhecer um palmo daquele gigantesco e desértico espaço, entre o Madeira e o Javari [...]. Não tinham a menor ideia do valor dessas terras [...]; embora alguns brasileiros audazes já houvessem percorrido as regiões intermediárias [...], os diplomatas [brasileiros] desconheciam os detalhes da expansão nacional no sudoeste amazônico [...]. Tanto o Brasil como a Bolívia [tinham] o espírito voltado muito mais para outros setores da fronteira do que para aquela obscura linha [...][21].

Essa explicação corresponde, muito provavelmente, à realidade, apesar de não ser a seguida pela maioria dos relatos brasileiros. Estes se habituaram a atribuir o "erro" cometido pelo Brasil em 1867 ao desejo de aplacar o ímpeto boliviano no momento em que a Guerra da Tríplice Aliança intensificava as antipatias dos hispânicos pelo Império. O argumento soa inverossímil ou exagerado, pois não é plausível que o vizinho, notoriamente frágil e instável, pretendesse hostilizar o Brasil ou ser a ameaça levada a sério, caso existisse. Essa é uma das tantas interpretações apologéticas que se avançaram para atenuar o embaraço ocasionado pelo surgimento posterior das dificuldades, mas que costumam ser repetidas de modo acrítico e sem convincente fundamento documental.

A perspectiva boliviana e de intérpretes simpáticos a La Paz é bem diferente, começando por contestar que o Tratado de 1867 tivesse sido generoso com os bolivianos. Lewis A. Tambs, por exemplo, salienta que, ao aceitar o princípio do *uti possidetis de facto,* abandonando o Tratado de Santo Ildefonso de 1777, a Bolívia abria mão de 300 mil km^2, dos quais 251 mil km^2 situavam-se na região do alto Amazonas. O mais curioso é que se inverte o argumento dos historiadores brasileiros. Os bolivianos teriam se resignado à perda de extensos territórios, que de qualquer forma já estavam, majoritariamente, na posse do Brasil, porque "o presidente Melgarejo pode ter temido que o grande exército imperial que atacava o vizinho Paraguai fosse utilizado em apoio das pretensões brasileiras [...]"[22].

---

[21] TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 1, p. 153.

[22] TAMBS, Lewis A. Rubber, Rebels and Rio Branco: The Contest for the Acre. *Hispanic American Historical Review*, n. 66, p. 260, 1966.

Não disponho de espaço nem é meu objetivo examinar detalhadamente as obscuras discussões geográficas ocasionadas, por um lado, pela busca das verdadeiras nascentes do Javari e, por outro, pelo traçado da linha fronteiriça entre o Madeira e essas nascentes. Basta registrar que a confirmação (realizada em 1898 por Cunha Gomes) de que a origem do Javari se encontrava efetivamente em 7º11′, muito ao norte da paralela de 10º20′, complicava a situação dos desejosos de conservar para o Brasil as terras ricas em borracha, já então povoadas por brasileiros.

Para simplificar, havia dois problemas. O primeiro consistia em traçar a linha fronteiriça, do Madeira até a nascente do Javari. Ou se optava por uma linha oblíqua, subindo do Madeira (10º20′) até a origem do Javari (7º11′), ou se partia do Madeira, seguindo a paralela de 10º20′, hipótese preferida por Rio Branco na carta mencionada e adotada oficialmente ao declarar-se litigioso o território correspondente ao Acre setentrional.

Ao sul da paralela de 10º20′ estendia-se a parcela mais abundante em seringueiras das terras acrianas, onde se concentravam boa parte dos povoadores brasileiros. Nem mesmo o barão contestava o caráter indiscutivelmente boliviano do Acre meridional. Era isso que constituía o segundo problema: como tornar brasileira a região?

É preciso dar atenção a esses aspectos a fim de compreender por que a problemática do Acre constituía, no seu conjunto, um desafio a ser resolvido com espírito pragmático e realista. O barão nunca perdeu de vista essa verdade e, ao longo de todo o episódio, inclusive na *Exposição de motivos do Tratado de Petrópolis*, não se cansou de repisar o que lhe aparecia como evidente. Utilizando mais ou menos suas próprias palavras, a única razão pela qual o Brasil desejava adquirir o Acre era por ser brasileira a população. Por isso mesmo o problema só ficaria totalmente resolvido se passassem à soberania nacional todas as áreas habitadas por brasileiros e não apenas as que se tinham tornado objeto do litígio. Como a meta incluía o Acre meridional, ao sul da paralela, que jamais fez parte da zona contestada, a solução teria de ser forçosamente a aquisição.

Recorda o embaixador Araújo Jorge na *Introdução às obras completas do Barão do Rio Branco* que em dezembro de 1902, logo depois de assumir a chefia do Itamaraty, "fez Rio Branco nova tentativa de negociação de um acordo direto, propondo ao governo boliviano a compra do território do Acre [...], proposta [...] declarada inaceitável"[23]. Convenceu-se então de que apenas o pragmatismo não seria o bastante para vencer os pruridos de honra nacional que inibiam os bolivianos de ceder território em troca exclusiva de dinheiro. Somente depois da primeira recusa se decidiu pôr em prática o

[23] Araújo Jorge, A. G de. *Introdução às obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. p. 137.

que delineou sete meses antes, na carta de Berlim a Hilário Gouveia: romper "com a má interpretação dada em 1868 ao Tratado de 1867"[24].

A tarefa não deixava de ser embaraçosa, uma vez que se devia abandonar bruscamente e de modo drástico (no dicionário, o verbete "romper", o verbo empregado na carta, traz como primeira definição "fazer em pedaços, despedaçar") a orientação seguida por todos os governos do Império e da República em 35 anos. Ademais, vários tabus se opunham à mudança: a tradição de não reabrir acordos fronteiriços, o acatamento ao direito internacional e a adesão quase ideológica à continuidade da política externa. Do ponto de vista da personalidade envolvida, tampouco seria algo prazeroso para o filho do visconde do Rio Branco, monarquista e defensor dos precedentes históricos, mesmo quando para isso era necessário forçar um pouco a estrita verdade histórica (veja-se o uso exagerado que fez dos fracos antecedentes monárquicos para não fazer aparecer como inovação sua política de aproximação prioritária dos Estados Unidos).

Todas as objeções se somavam à dificuldade de justificar intelectualmente a nova posição. "Não haveria inconveniente [expressa, na carta] em dizermos que tínhamos dado aquela inteligência ao tratado somente para favorecer a Bolívia." Explicou melhor o pensamento na primeira entrevista, já como chanceler, com o então ministro da Bolívia no Rio de Janeiro, Cláudio Pinilla: o Brasil, até aquele momento, emprestara uma "inteligência muito larga ao Tratado de 1867, a fim de favorecer a nação vizinha e procurar sempre dar-lhe facilidade na comunicação pelo Amazonas e o Paraguai". Acrescentou, então, razão nova, oferecida pela infortunada iniciativa de La Paz:

> [...] Uma vez que a Bolívia abrira a favor de um sindicato estrangeiro os seus direitos contestáveis e contestados sobre o Acre, entende o governo brasileiro que deve sustentar a verdadeira inteligência daquele tratado [...] e defender como linha de fronteira a linha leste-oeste nele estipulada e estabelecida no paralelo de 10º20'[25].

Na carta programa a Gouveia, chegou a afirmar que o paralelo "já foi grande concessão feita àquela República, porque, nulo o Tratado de 1777, tínhamos direito a ir muito mais ao sul, até às nascentes dos tributários do Amazonas que ocupávamos na foz e curso inferior"[26].

---

[24] VIANA FILHO, Luiz. Op. cit. p. 306.
[25] Despacho telegráfico de Rio Branco a Assis Brasil, de 21 jan. 1903. Arquivo Histórico do Itamaraty.
[26] VIANA FILHO, Luiz. Op. cit. p. 306.

O argumento foi retomado e ampliado pelo consultor jurídico John Bassett, contratado por Rio Branco e redator de um folheto de 32 páginas de título *Brazil and Peru Boundary Question,* a propósito da discussão posterior com Lima. Nesse trabalho, cujos exemplares foram entregues ao Itamaraty em janeiro de 1905, encontra-se o seguinte trecho:

> *When a nation takes possession of any extensive sea-coast, that possession is understood as extending into the interior of the country to the sources of the rivers empting either that coast, to all branches, and the country they cover, and to give it a right, in exclusion of all other nations of the same*[27].

Seria no mínimo curioso imaginar as implicações dessa tese extrema nas paragens meridionais pertencentes à bacia do rio da Prata, onde a posição geográfica do Brasil era inversa à ocupada na bacia Amazônica, e onde Espanha, primeiramente, e Argentina, posteriormente, controlavam a foz e o curso inferior dos rios. Apesar de ser chamada pelo publicista norte-americano de "*well-established doctrine*", tratava-se simplesmente de uma doutrina entre outras em um domínio (o das pendências territoriais) no qual não existia verdadeiramente direito internacional positivo indiscutível. Nesse vácuo relativo, as doutrinas e as posições jurídicas se desenvolviam em função dos interesses dos Estados em confronto.

Tanto isso é verdade que as divergências não separavam apenas o Brasil, herdeiro político de Portugal, de seus vizinhos hispânicos, em relação, a título meramente exemplificativo, à validade dos tratados coloniais, em especial do de Santo Ildefonso, de 1777. Entre os herdeiros do império espanhol, as controvérsias não eram menos numerosas nem menos intratáveis; algumas conduziram a conflitos armados e se prolongaram até nossos dias. Para ficar na região que nos interessa, a disputa entre a Bolívia e o Peru em torno dos territórios envolvidos na Questão Acriana teve de ser submetida ao arbitramento da Argentina, cujo laudo foi mal recebido e contestado pelos bolivianos.

À luz dessa realidade, compreende-se que Rio Branco justificasse, na carta a Hilário Gouveia, da seguinte forma a mudança de postura brasileira:

> Podíamos perfeitamente mudar agora de política, como já uma vez mudamos. No começo das negociações com a Bolívia, durante a última Regência da Minoridade (creio eu, não posso neste momento precisar a data[28]) sustentávamos a validade do Tratado de 1777, que nos daria por ali uma

[27] TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 2, pp. 496-497.
[28] Foi em 1837.

> linha muito ao norte e que nos prejudica em muitas outras partes. Depois, reconhecendo o erro, mudamos de parecer, e sustentamos que o Tratado de 1777 ficara nulo pela guerra de 1801 por não ter sido revalidado na paz[29].

É notável nessa passagem a franqueza, a candidez, como diria o anglicismo expressivo, com que se admite – é verdade que em documento particular – a indiscutível evolução ocorrida na política e na doutrina territorial do Brasil, acompanhando a percepção mutável dos interesses do país. Ao contrário da retórica oficial, que se comprouve nas proclamações pomposas de que, nessas matérias, a linha brasileira havia sido sempre invariável e coerente, dispomos, na carta, da admissão das oscilações na política territorial, na palavra do mais cauteloso e reservado dos diplomatas.

Tudo isso permite concluir que o comportamento do barão diante do desafio do Acre teve muito mais a ver com o do advogado que escolhe a doutrina e os argumentos mais propícios à defesa do que com a atitude do puro intelectual, jurista ou historiador, empenhado na busca socrática da verdade.

Na mesma linha de honestidade e franqueza, Leandro Tocantins, um admirador de Rio Branco acima de qualquer suspeita, não hesita em discordar dele e proclamar que:

> [...] A verdadeira inteligência do Artigo 2º do Tratado de Ayacucho estava na interpretação dos ministros do Império e dos primeiros chanceleres republicanos. Prestando-se a sua redação [...] a outras definições, delas se valeram alguns homens públicos no Brasil, na tentativa patriótica de salvar um território exclusivamente dinamizado pelos nacionais.
>
> [...] A linha oblíqua representava a idealização precisa do autor do projeto do tratado, com o pleno endosso dos dirigentes da política exterior do Império. Os ministros da República agiram moral e juridicamente certo, honrando as tradições brasileiras, embora falhassem no virtuosismo diplomático, por não emprestarem aos fatos a sua verdadeira essência geopolítica [...][30].

Virtuosismo diplomático é o que não faltou ao barão, que, no final, terminou igualmente por admitir que a interpretação autêntica do tratado correspondia, de fato, à defendida por seus predecessores. Não antes, porém, de o assunto ter sido resolvido, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, e o problema ter mudado de figura, passando a ser o da aprovação do instrumento pelo Congresso. A essa altura, como

[29] VIANA FILHO, Luiz. Op. cit. p. 306.
[30] TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 1, p. 220.

alguns dos opositores se valessem da imensa autoridade de Rui Barbosa para exigir que o dissídio fosse submetido a arbitramento, interessava a Rio Branco sustentar que esse caminho conduziria ao desastre, por ser inconciliável com a interpretação tradicional do Artigo 2º.

Mais uma vez se comprovava a alegação de Rui Barbosa, ao demitir-se da delegação negociadora do ajuste de Petrópolis: "Nesse gênero de negociações, nunca é possível evitar variações nos pontos de vista das propostas. Variaram os bolivianos [...] variaram os brasileiros [...] variou o Barão do Rio Branco [...] variei eu [...]"[31].

A justificativa que encontrou Rio Branco para sua variação consistiu no súbito e tardio aparecimento do que examinaremos a seguir, o célebre *mapa da linha verde*.

Célebre mapa da linha verde

O nome evocativo de romance de aventura deve ter influído na legenda popular criada em torno de mapa que nunca teve caráter oficial, que não constou do Tratado de 1867 e que só valia de elemento subsidiário indicativo da intenção possível dos negociadores.

O mapa resultou do esforço de Duarte da Ponte Ribeiro, com a finalidade de proporcionar hipóteses ilustradas graficamente das alternativas para o traçado da fronteira durante as negociações levadas a cabo em La Paz por João da Costa Rego Monteiro em 1863. Não tendo na ocasião frutificado as tratativas em razão da recusa boliviana em abrir mão do Tratado de 1777, um novo intento, dessa vez vitorioso, teve de esperar pela missão do deputado Felipe Lopes Neto, de 1867.

Como se ignorasse ainda a real localização das nascentes do rio Javari, os cartógrafos trabalharam com quatro linhas hipotéticas: a de cor vermelha, seguindo o paralelo de 10º20′, denominada "linha da fronteira"; duas amarelas, uma até a latitude de 7º5′ e a outra até 8º40′; e, mais ao norte, a da linha verde, atingindo o Javari na suposta latitude de 5º30′. Leandro Tocantins descreve o mapa como "um leque aberto, em que as varetas seriam as linhas multicores"[32].

A latitude de 5º30′ para a extremidade oeste da linha verde foi escolhida por ter sido a altura extrema a que haviam chegado os geógrafos portugueses. Nesse ponto do Javari, confluíam dois ramos fluviais quase idênticos, não tendo sido possível averiguar qual deles era o principal.

[31] Idem. v. 2, p. 315.
[32] TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 1, p. 219.

É sugestivo que na memória *Missão diplomática à República da Bolívia* (1860) Duarte da Ponte Ribeiro reconhecesse que "do rio Madeira para oeste, a encontrar o rio Javari, nem temos título fundado para fixar o conveniente ponto de partida, nem conhecimento exato do lugar aonde deverá dirigir-se a linha lançada desde aquele que arbitrariamente for adotado"[33].

A alusão ao ponto de partida tem a ver com os Tratados de Madri e de Santo Ildefonso, que falavam apenas em "meia distância". Esclarecia Ponte Ribeiro: "Espanha e Portugal julgavam erroneamente que o rio Madeira se originasse na junção do Guaporé com o Mamoré, quando, na realidade, é a que faz o Mamoré com o Beni"[34]. Os bolivianos aceitaram em 1867 o deslocamento da "meia distância" para a confluência com o Beni do ponto de partida, o que já significava apreciável ampliação da área reconhecida como brasileira. Essa é uma prova a mais do exagero de apresentar o Tratado de La Paz de Ayacucho como fruto da "generosidade" brasileira.

Ponte Ribeiro menciona que faltava no momento em que escrevia o conhecimento preciso da geografia, "circunstância necessária para se tirar desde o Madeira a encontrar o Javari, a linha que há de servir de fronteira ao Império, por esse lado"[35]. Em uma passagem conclusiva, para demonstrar que já era previsto o que se confirmou posteriormente, continuava:

> Se este rio [o Javari] não passa da latitude de 7º, como supunham os referidos geógrafos [portugueses] [36], não poderá ter lugar a projetada linha leste-oeste, a partir do Madeira [...] na latitude de 10º20', porque se essa paralela não encontrar o Javari, irá prolongar-se ao poente desse rio, tendo atravessado território ao sul dele, e infringindo, assim, a estipulação do Tratado de 1851[37].

Como se vê, não só o famoso mapa, mas também a clara argumentação de Ponte Ribeiro enfraqueciam e relativizavam a posição adotada taticamente pelo barão para poder declarar litigioso o Acre setentrional e, dessa maneira, abrir condições jurídicas para a negociação.

Durante todo o período negociador, o ministro asseverou desconhecer o mapa, como afirmou na *Exposição de Motivos do Tratado de Petrópolis*:

---

[33] Idem. p. 218.
[34] Idem, ibidem.
[35] Idem, ibidem.
[36] Efetivamente, as nascentes do Javari foram fixadas em 1898 na latitude de 7º11'.
[37] Idem, ibidem. O tratado a que se refere Ponte Ribeiro é com o Peru.

> Tenho lido que nas negociações em La Paz, nos primeiros meses de 1867 [...], Lopes Neto apresentara mapas desenhados sob a direção de Duarte da Ponte Ribeiro, nos quais já figurava a linha oblíqua, mas disso não achei vestígio algum na correspondência oficial. Desses mapas, o mais antigo que me foi mostrado e em que encontrei a linha oblíqua tem a data de 1873[38].

O mapa errado, de data mais recente, lhe tinha sido enviado a Petrópolis pelo visconde de Cabo Frio, erro que desperta em Álvaro Lins o seguinte comentário: "Qual a intenção de Cabo Frio ao fazer essa troca naturalmente deliberada? Nunca se saberá"[39].

A *Exposição de motivos* é datada de 27 de dezembro de 1903. Em 11 de janeiro de 1904, 15 dias depois, iniciado sob forte tensão o debate a respeito do tratado na Câmara dos Deputados, Rio Branco comunicou ao deputado Gastão da Cunha ter sido procurado em Petrópolis por um antigo empregado da Secretaria de Estado que lhe entregou o verdadeiro mapa de 1860. A carta, lida da tribuna, dizia: "O exame deste mapa convence-me inteiramente de que na mente do governo do Brasil, desde 1860, a fronteira deveria ser formada por uma linha oblíqua, se a nascente do Javari fosse achada ao norte do paralelo de 10º20'"[40].

Até o fim, o ministro houve de protestar sua boa-fé. Anos mais tarde, Gastão da Cunha registrou em seu diário: "Ainda hoje o barão voltou a dizer-me que até pouco depois de escrever a sua exposição de motivos [...] ignorava o tal mapa da linha verde, de Ponte Ribeiro." A informação consta da biografia escrita por Luiz Viana, que faz o seguinte comentário: "Mera coincidência? Sonegação? Jamais se saberá com segurança"[41].

Acostumados a crer que Paranhos conhecia tudo o que havia para saber sobre a história das fronteiras, muitos contemporâneos achavam inverossímil que ele pudesse ignorar não só o mapa, mas também a memória escrita por Duarte da Ponte Ribeiro. Um dos intérpretes que não tem dúvidas sobre isso é Afonso Arinos, que prefere dar crédito às revelações de Olinto de Magalhães em seu livro *Centenário do Presidente Campos Sales*.

Na obra, publicada em 1941, portanto 37 anos depois do incidente e 29 após o falecimento de Rio Branco, repete-se que o barão conhecia a existência do mapa, mas que teria pedido silêncio a Olinto, naquele momento reincorporado à carreira diplomática e indicado para chefiar

[38] RIO BRANCO, Barão do. Op. cit.
[39] LINS, Álvaro. Op. cit. v. 2, p. 444.
[40] RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: MRE, 1954. v. 1, p. 232.
[41] VIANA FILHO, Luiz. Op. cit. pp. 348-349.

missão na Europa. Apesar dos ataques sofridos de parte de "anexionistas exaltados", o antecessor de Rio Branco nada deixou transpirar em atitude que Arinos qualifica de "exemplar"[42]. O insólito episódio do desaparecimento e da oportuna e conveniente redescoberta do mapa da linha verde continha todos os elementos para alimentar a legenda do maquiavelismo do barão. Ou seria do seu "virtuosismo diplomático"?

A negociação propriamente dita

Após reconhecer na carta a Gastão da Cunha que mudara de opinião ao consultar o mapa, Paranhos observou:

> Isso, porém, em nada altera o que se estipulou no tratado[43] [...] porquanto os plenipotenciários [...] não se ocuparam de interpretar a parte final do Artigo 2º do Tratado de 1867, mas sim de estabelecer novas fronteiras mediante compensações à Bolívia. Negociamos o tratado dando como admitido que a fronteira era a linha oblíqua do Beni ao Javari[44].

A negociação, que conheceu a alternância entre fases mais ou menos intensas, diferenciadas em função de impasses e desencontros, se estendeu da data do *modus vivendi* (21 de março de 1903), concluído no momento da ocupação do Acre por tropas brasileiras, até a assinatura do Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903; na verdade, o instrumento foi firmado no dia seguinte, mas leva a data da véspera). Por quase oito meses arrastou-se o processo negociador, praticamente ao lado da capital onde fervilhavam rumores contraditórios nos meios de imprensa e do Congresso e sob permanente pressão da opinião pública. Seguramente não se poderia repetir um processo similar nas condições atuais de vazamento de informações sensíveis, cobertura instantânea da televisão e exacerbação do uso de eventos diplomáticos para fins de política interna.

Afonso Arinos resume bem a situação:

> Este foi o grande momento de Rio Branco. Nas suas vitórias anteriores agiu sozinho, de mãos livres, afundado entre livros e mapas, longe do Brasil que defendia. Agora estava exposto ao fogo da crítica no Parlamento e na

[42] MELO FRANCO, Afonso Arinos. Op. cit. v. 1, p. 260.

[43] Rio Branco continuou a sustentar o direito brasileiro à região anteriormente ao Tratado de Ayacucho. Daí sua afirmação na *Exposição de Motivos* e em outras oportunidades de que o Brasil cedeu à Bolívia, no Tratado de 1867, seu antigo título e que o recuperou no Tratado de Petrópolis mediante compensações.

[44] RICARDO, Cassiano. Op. cit. p. 232.

> imprensa, aos impactos de opiniões apressadas, mas, nem por isso, menos influentes[45].

Desperta alguma estranheza do lado brasileiro a constituição de delegação na qual figuravam três plenipotenciários teoricamente iguais. Juntamente com o ministro das Relações Exteriores, fisicamente presente e dirigindo tudo, participaram dois outros plenipotenciários, Assis Brasil, ministro em Washington, e Rui Barbosa, senador. Nada mais natural e útil que a presença de Assis Brasil, subordinado hierárquico, que, em função do trabalho na capital norte-americana, havia municiado o chanceler de valiosas informações e sugestões. Já a escolha de Rui Barbosa parecia expediente de alto risco, quase temerário.

Álvaro Lins julga que Rui Barbosa, conhecido pela intransigência com que defendia os supostos direitos brasileiros ao Acre, não era a pessoa indicada para negociação prática de busca de compensações pecuniárias, sem o foco nos aspectos jurídicos. Sua tendência natural o inclinava ao arbitramento, justamente o recurso que o barão desejava evitar a todo custo. Conclui: "A colaboração entre Rio Branco e Rui Barbosa, num assunto em que entravam com orientações tão diferentes, constituía um equívoco e só poderia levá-los a um desentendimento escandaloso"[46].

Se ninguém desconhecia as circunstâncias, por que então se convidou o político e jurista baiano? Lins favorece a interpretação da maioria dos autores brasileiros: a gratidão do barão pelos elogios que Rui Barbosa lhe fez na imprensa pelas vitórias passadas. Pode ser, mas provavelmente haveria também outro fator de maior relevância: a insegurança de Paranhos no primeiro teste e o natural desejo de reforçar a retaguarda, associando à responsabilidade pela decisão a voz mais influente dos críticos da interpretação oficial.

Tal hipótese ganha plausibilidade caso se dê fé ao que narra Afonso Arinos, obviamente no intuito de engrandecer o papel de Rodrigues Alves, a quem estava ligado por laços de família. Assevera o biógrafo do presidente, sem aportar prova documental:

> O barão, mal investido nas funções, pareceu, a princípio, hesitar. Protelava as decisões e as providências. Foi então que o presidente, *segundo testemunhos idôneos*[47], começou a se ocupar pessoalmente do assunto [...], colocando o

[45] MELO FRANCO, Afonso Arinos. Op. cit. v. 1, p. 259.
[46] LINS, Álvaro. Op. cit. v. 2, p. 430.
[47] Afonso Arinos parece insinuar aqui, mas não diz explicitamente, que teria tomado conhecimento do fato por revelações da família de Rodrigues Alves.

> peso da sua indiscutida autoridade sobre o grande diplomata [...]. Confiava no colaborador, sabia-o muito mais competente que ele próprio. Mas era o chefe que conduzia, não o figurante que acompanhava[48].

Seja como for, se a nomeação de Rui Barbosa visava aumentar a segurança da delegação e reforçar o consenso em torno da solução a que se chegasse, o resultado final provou ser contraproducente, como se percebe na demissão do senador.

O desenvolvimento veio mais tarde. Demorou muito para que as negociações efetivamente entrassem na fase conclusiva. O *modus vivendi* sobre a pacificação e a ocupação provisória estabelecia, no Artigo 7º, que, se as partes não chegassem a acordo direto e definitivo no prazo de quatro meses, as questões pendentes seriam submetidas a um árbitro[49].

O governo boliviano nomeou como plenipotenciário, para atuar junto a seu representante no Rio de Janeiro, o então ministro em Washington, Fernando Guachalla, político influente, aspirante à presidência, que Rio Branco esperava fosse "mais tratável" que Cláudio Pinilla[50]. Sobre Guachalla, Assis Brasil, seu colega nos Estados Unidos, informou o seguinte: "Boliviano tratável. Sobriedade aparente. Grande verbosidade. Fama odiar estrangeiro. Pensa povo boliviano se resignará compensação terra ou dinheiro somente mediante sentença arbitral"[51].

Por variados motivos, alguns de ordem pessoal, o novo plenipotenciário só desembarcou na capital brasileira em 3 de julho de 1903. Tendo sido nomeados em 17 de julho os três plenipotenciários do Brasil, o processo negociador só começou quase na véspera do esgotamento do prazo de quatro meses, o que obrigou a prorrogação do *modus vivendi* por simples troca de notas.

A melhor fonte para o estudo da evolução das tratativas se encontra na *Exposição de motivos*, que resume de modo satisfatório as diversas propostas feitas por um lado e por outro, assim como a maneira pela qual foram sendo abandonadas ou modificadas. A obra de Leandro Tocantins desce a detalhes quase exaustivos sobre as peripécias negociadoras e suas circunstâncias internas e externas.

Consultei pessoalmente os documentos originais no Arquivo Histórico do Itamaraty e verifiquei que os fatos neles contidos são já de conhecimento público, não escondem matérias novas que possam

---

48 MELO FRANCO, Afonso Arinos. Op. cit. v. 1, p. 257. (Grifo meu.)

49 TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 2, p. 271.

50 Telegrama de Rio Branco a Assis Brasil, de 3 abr. 1903. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Assis Brasil, um diplomata da República*. Rio de Janeiro: CHDD: Funag, 2006. v. 1, p. 384.

51 Telegrama de Assis Brasil a Rio Branco, de Nova York, datado de 9 abr. 1903. Idem, ibidem.

modificar o panorama transmitido pela *Exposição de motivos* e os livros de Tocantins, Álvaro Lins, Luiz Viana Filho, Cassiano Ricardo e outros.

Não se compreende por que, afinal, não se completou a publicação da documentação relativa ao Acre, uma vez que em 1944 e 1945 estava em andamento a preparação da edição, encontrando-se no Arquivo Histórico as provas tipográficas dos documentos originais manuscritos ou datilografados. Pena que o trabalho se interrompesse por razões não mencionadas nos maços consultados, uma vez que a publicação completa dos documentos dissiparia de uma vez por todas as suspeitas e as acusações que se renovam de tempos em tempos.

Um dos estudiosos norte-americanos do tema, Charles E. Stokes Jr., pouco simpático ao Brasil, reclamou em sua tese: "*Until the records of the* Arquivo Histórico Itamaraty *in Rio de Janeiro are again opened to researchers, no fair analysis of the prolonged negotiations [...] can be made*." Stokes Jr. cita o coronel boliviano Federico Román, queixoso, em 1922, de que "alguma coisa cheirava mal na luta diplomática"[52]. A publicação da documentação diplomática se encarregará de demonstrar a falta de fundamento dessas assertivas.

Não cabendo nos estreitos limites deste estudo o exame minucioso das peripécias negociadoras, vou restringir-me ao essencial dos objetivos de cada lado. De parte do Brasil, o objetivo principal era tornar brasileiros, o mais rapidamente possível, todos os territórios habitados por nacionais, ao norte e ao sul da linha oblíqua do Madeira ao Javari. Para isso, Rio Branco desejava afastar a hipótese do arbitramento, que, além de não incluir a zona ao sul da fronteira litigiosa, era encarado como preliminar de inevitável derrota[53]. Com igual determinação se repelia a possibilidade de conquista direta ou disfarçada, como foi reiterado na *Exposição de motivos.* Só havia uma fórmula para lograr as três finalidades: o acordo direto.

Em contraste, o que teoricamente interessava à Bolívia era o impasse nas negociações, conduzindo à arbitragem, caso pudesse, em tal eventualidade, impedir que o Acre seguisse em posse dos insurgentes ou das tropas brasileiras de ocupação. Inviabilizada essa opção pelo rumo que haviam tomado os acontecimentos, La Paz resignava-se a uma negociação na qual buscava maximizar as compensações territoriais, somadas às indenizações financeiras e de outra ordem.

---

[52] STOKES JR., Charles Eugene. *The Acre Revolution, 1899-1903*: a study in Brazilian Expansionism. 1975. Tese (Doutorado) – Tulane University, New Orleans.

[53] Carta de Rio Branco a Rui Barbosa em 20 out. 1903. TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 2, p. 318, nota 55.

O problema da cessão de terra assumia, como de costume, conotações que transcendiam a pura racionalidade. No início, os bolivianos se mostraram, como escreveu Rui Barbosa na *Exposição de motivos do plenipotenciário vencido,* de uma "intransigência absoluta em matéria de satisfações pecuniárias"[54]. Proclamaram mais de uma vez que a terra, da mesma forma que a honra, não tinha preço.

O barão, por sua vez, empregava a fundo seu poder de sedução, multiplicando exemplos históricos a fim de persuadir a Bolívia da naturalidade da compra e da venda de territórios entre países. Prisioneiro, não obstante, do mesmo fetichismo territorial, deixava claro nas comunicações internas que o ideal para o Brasil era limitar as compensações somente ao pagamento de indenizações ou concessões não territoriais.

Na carta em que preparou seu afastamento das negociações, Rui Barbosa se confessou persuadido da impossibilidade de convencer a opinião pública das vantagens de trocar "algumas léguas de terra inculta, insalubre e despovoada" por um "território imenso, de uma fertilidade maravilhosa, a que estão ligados os interesses de uma numerosa colônia brasileira". A razão era a "repugnância invencível de nossa gente de ceder ao estrangeiro um palmo de terra, ainda recebendo em retorno a vastidão territorial de um novo Estado"[55].

As marchas e contramarchas do processo negociador obedeceram quase sempre às injunções dos escrúpulos territoriais. Rio Branco foi forçado a recuar nas ofertas iniciais que fizera, em especial de áreas no Madeira e da construção de uma alfândega boliviana no porto de Santo Antonio, neste rio. Tanto o presidente quanto o ministério se uniram na mesma resistência. Caso essas concessões tivessem prosperado, é provável que o Brasil enfrentasse sérios obstáculos para construir, como vem fazendo, duas hidrelétricas no Madeira, a primeira delas a de Santo Antonio.

Os interesses bolivianos e brasileiros se opunham em relação à disjuntiva entre o acordo direto ou o arbitramento e à inclusão ou não de trocas territoriais mais ou menos extensas. Havia, entretanto, um terreno no qual podiam entender-se: na cooperação para facilitar o transporte e o acesso de mercadorias e pessoas do oriente da Bolívia para o Atlântico, por meio dos rios Paraguai e Amazonas. Não se deve subestimar a relevância desse ponto, quando ainda estavam vivas e recentes as feridas abertas pela derrota na Guerra do Pacífico e a perda do litoral boliviano nesse

[54] MELO FRANCO, Afonso Arinos. Op. cit. v. 1, p. 255.
[55] Carta de Rui Barbosa a Rio Branco de 14 set. 1903. TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 2, p. 315, nota 47.

oceano. As concessões e facilidades de navegação e transporte, incluindo o compromisso de construir a ferrovia entre o Mamoré e o Madeira, acabaram por fornecer, juntamente com a indenização financeira, o fator de equilíbrio relativo que viabilizou o acordo.

Refletindo o diferencial da correlação de forças e de fatores geográficos em favor do Brasil, a forma final do tratado se aproximou muito mais dos objetivos brasileiros que dos bolivianos. O governo de La Paz abriu mão de 191 mil km^2 (39 mil km^2 dos quais, no sul do alto Purus e no alto Juruá, povoados por peruanos, foram cedidos ao Peru na negociação posterior), dos quais 142.900 km^2 correspondiam à zona declarada litigiosa, ao norte da linha oblíqua, e 48.110 km^2 eram incontestavelmente bolivianos. Recebia, em compensação, 2.200 km^2 no triângulo entre os rios Madeira e Abunã, no Amazonas, e pouco mais de 860 km^2 em Mato Grosso, a maior parte na lagoa de Cáceres e alagadiços na baía Negra, ao sul de Corumbá.

Na carta em que comunicou ao presidente a conclusão do acerto, Rio Branco reconheceu que era muito grande a desigualdade na chamada "permuta de territórios", prevista no Artigo 5º do Tratado de 1867, acrescentando: "Verdadeiramente, é uma compra mal disfarçada". Por isso mesmo o barão tomou as preocupações típicas de seu temperamento cauteloso e desconfiado: "Penso que é melhor deixar acreditar que damos do nosso sete [mil] ou mesmo 10 mil km^2, como se anda dizendo pela imprensa." E mais adiante: "Só quando for assinado o tratado darei notícia aos jornais, mas sem comunicar as cláusulas a jornalistas nem a homens políticos [...]"[56].

A fim de procurar equilibrar na medida possível a desigualdade da permuta de territórios, o Brasil se comprometeu a construir uma estrada de ferro em território brasileiro, ligando Santo Antonio, no Madeira, a Vila Bela, na confluência do Beni e do Mamoré, bem como a garantir a liberdade de trânsito por essa estrada e pelos rios até o oceano, com as correspondentes facilidades aduaneiras. Obrigou-se a também a pagar em duas prestações a soma de dois milhões de libras esterlinas, o que hoje, em valores corrigidos e atualizados, corresponde a uma quantia de 220 a 250 milhões de dólares. Finalmente, confirmaram-se e ampliaram-se as concessões para facilitar o acesso da Bolívia ao rio Paraguai, que vinham do Tratado de 1867.

[56] Carta de Rio Branco a Rodrigues Alves de 10 nov. 1903. Idem. p. 320.

A recepção do Tratado de Petrópolis

Surpreende que desenlace tão favorável aos interesses brasileiros, conquistado sem conflito armado, tenha gerado ataques disseminados pelos mais variados meios e tendências, alguns de teor beirando francamente a insensatez. Soaram muito mais razoáveis as críticas posteriores à política de Rio Branco, à aproximação julgada excessiva dos Estados Unidos ou à persistente inimizade pessoal entre o ministro e Estanislao Zeballos e suas consequências negativas para o relacionamento com a Argentina. No caso do Acre, pouco se salva da enxurrada do que se disse e publicou.

Alguns setores da imprensa inauguraram o que desgraçadamente se tornou uma constante ao longo do século: violência verbal e destempero de julgamento sem qualquer ligação com a realidade objetiva dos fatos. Nisso, destacaram-se Edmundo Bittencourt e o *Correio da Manhã*, que praticamente reclamaram um levante popular. Profetizavam uma "catástrofe" em decorrência de acordo que seria "uma mancha negra em nossa história", "vergonha de dois povos", "vergonhosa transação de compra e venda em grosso", "dislate de uma chancelaria desmoralizada", "desastre incalculável", atentado "contra a integridade do território nacional"[57].

Os monarquistas aproveitaram o pretexto para investir contra o regime. Nas fileiras monarquistas se revezaram nas críticas Martim Francisco e o conselheiro Andrade Figueira. Faziam pensar na perceptiva observação de Joaquim Nabuco: que agiam não tanto por convicção da superioridade da monarquia, mas porque a intransigência e a inflexibilidade correspondiam ao papel que haviam escolhido para viver e, sobretudo, bem morrer na comédia da vida.

De todos os grupos e correntes que denunciaram o tratado, o único a se preocupar com o ponto de vista boliviano foi o do Apostolado Positivista, cujo líder Teixeira Mendes expressou "mágoa profunda" por um ato que a posteridade haveria de deplorar e que atentava contra a fraternidade das pátrias. Quase sem exceção os demais não foram capazes de ir além do expediente fácil e demagógico de clamar contra a cessão de parcela (insignificante, omitiam) do patrimônio territorial pátrio.

A impressão que fica da motivação dos dissidentes é que alguns, como Oliveira Lima e o barão de Jaceguai[58], se deixaram levar por

[57] Ver o resumo da imprensa em TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 2, p. 325.

[58] Artur Silveira da Mota, barão de Jaceguai. Amigo de Paranhos na mocidade, escreveu sem assinatura quatro artigos em *A Notícia*, transcritos no *Jornal* e no *Correio da Manhã*. Em um deles, aplicou ao ministro o verso de Voltaire na *Henriade*: "*Tel brille au second rang qui s'éclipse au premier*."

ressentimentos e decepções pessoais, outros pela falta de conhecimento e reflexão sobre a complexidade diplomática do problema. Os restantes, a maioria, na imprensa e, em especial, nos meios políticos e no Parlamento, simplesmente lançaram mão de assunto inflamável para alimentar a oposição que moviam ao governo Rodrigues Alves. Incluem-se nessa categoria Pinheiro Machado, Joaquim Murtinho (igualmente inconformado por não ter sido consultado sobre as implicações do tratado para Mato Grosso, seu estado), o senador Azeredo (também de Mato Grosso), Lauro Sodré, Barata Ribeiro.

Os dois opositores de consciência que melhor haviam estudado e conheciam a questão foram o deputado Barbosa Lima, na Câmara, e Rui Barbosa, no Senado e na imprensa. A divergência de Rui Barbosa, como notou Rodrigo M. F. de Andrade, "constituía um risco sério para o prestígio do barão, pela vasta popularidade nacional do plenipotenciário renunciante, assim como pela sua situação no Senado e, sobretudo, pelo próprio fundamento nacionalista da discordância"[59].

O jurista baiano não tomou parte diretamente nas negociações, mas foi delas informado com regularidade por Rio Branco. Em fins de outubro, solicitou a exoneração da delegação por julgar excessivas as concessões à Bolívia, especialmente em termos de território, explicando em sua *Exposição de Motivos do plenipotenciário vencido:* "Variei eu [...] da alienação, que a princípio se me antolhara aconselhável, dos 3,5 mil km^2 na confluência do Madeira com o Abunã, até a recusa peremptória de qualquer transferência territorial"[60]. Preferia, nesse caso, o arbitramento.

O barão explicou de modo convincente por que não desejava a arbitragem:

> O recurso do arbitramento teria o inconveniente de retardar de quatro anos ou cinco [...] a desejada solução e [...], mesmo de nos ser favorável o laudo [...], não [traria] decisão [...] definitiva, porquanto não suprimiria [...] as dificuldades [...]. Iríamos ao arbitramento abandonando [...] milhares de brasileiros que de boa-fé se estabeleceram ao sul do paralelo de 10º20′. O árbitro só nos poderia atribuir o território que havíamos declarado em litígio, ao norte desse paralelo, e é ao sul que está a maior parte do Acre [...]. Durante o processo arbitral continuariam esses nossos compatriotas em revoltas contra a autoridade boliviana.
>
> [...] Era muito provável que [...] pesasse no ânimo do árbitro a tradição constante de 35 anos durante os quais o governo brasileiro não somente

[59] ANDRADE, Rodrigo M. F. De. *Rio Branco e Gastão da Cunha*. Rio de Janeiro: MRE: IRBr, 1953. p. 105.
[60] BARBOSA, Rui apud LINS, Álvaro. Op. cit. v. 2, p. 433, nota 483.

> considerou ser incontestavelmente da Bolívia o território entre a linha oblíqua Javari-Beni e o citado paralelo, mas chegou até a praticar atos positivos de reconhecimento da soberania boliviana [...], concordando na fundação de uma alfândega em Porto Alonso, depois Porto Acre, e estabelecendo ali um consulado brasileiro. [...] Não ousaria aconselhar o arbitramento senão no caso de inteira impossibilidade de um acordo direto satisfatório, e fora do terreno do Tratado de 1867, com garantias muito especiais e de difícil aceitação pela outra parte[61].

É irrecusável a lógica do raciocínio. No entanto, só o debate na Câmara consumiu numerosas sessões secretas, nas quais se salientaram na defesa do tratado Gastão da Cunha, relator da matéria, e Enéas Martins. Na Bolívia, as Câmaras tinham aprovado o acordo em 24 de dezembro por 41 votos a 11. Apesar disso, a aprovação no Brasil teve de esperar até fins de janeiro de 1904 na Câmara (118 a 13) e até 12 de fevereiro no Senado (27 a 4). Ausentaram-se no dia da votação 13 senadores, entre eles Rui Barbosa.

O prestígio do arbitramento decorreu ironicamente do completo sucesso do próprio barão nas duas únicas experiências que teve o Brasil com o procedimento. Só não partilhava do ilusório entusiasmo aquele que, por ter defendido os interesses brasileiros em ambos os casos, melhor se dava conta das diferenças fundamentais com a situação atual e conhecia mais do que ninguém os azares e as incertezas da via judicial. Não demoraria mais que seis meses para que a sentença do rei da Itália no dissídio com o Reino Unido-Guiana Britânica (6 jun. 1904) abalasse para sempre, entre nós, a crença ingênua nos méritos da arbitragem.

Apreciação sobre os papéis de Rui Barbosa e de Rio Branco

Afonso Arinos censurou a intransigência do plenipotenciário vencido, seu irrealismo de insistir em uma posição "principista", impossível de ser atendida. Constatou que tinha sido total o erro da previsão no fecho de sua *Exposição* pessoal: "As minorias nunca têm razão. Esta é, em política, a verdade que não falha. A da História, porém, é outra." Impiedosamente arrematou Arinos: "Rui não tinha razão naquele momento nem hoje. A História ficou com os negociadores do tratado [...]"[62].

[61] RIO BRANCO, Barão do. Op. cit.
[62] MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Op. cit. v. 1, p. 256.

Com palavras diferentes, Araújo Jorge chegou a idêntico julgamento, após transcrever a carta de ruptura de Rui Barbosa (22 out. 1903), que terminava por deixar claro o motivo principal da demissão: "[...] Tenho a certeza de que a opinião pública receberá muito mal as cessões territoriais propostas, e de que, ousando-as, o governo cometerá uma temeridade."

Com mal disfarçada satisfação, o autor da *Introdução às obras completas do Barão do Rio Branco* contrapôs:

> Afortunadamente para o Brasil não se verificaram as previsões pessimistas vislumbradas pelo patriotismo zeloso e vigilante do "plenipotenciário vencido" [...]. Os acontecimentos deram razão a Rio Branco. Apesar da agitação levantada na imprensa e em certos círculos políticos, o Tratado de Petrópolis foi aprovado por considerável maioria nas duas casas do Congresso. E hoje a opinião pública no Brasil, sem discrepância, considera aquele diploma internacional como a mais luminosa expressão do gênio político de Rio Branco[63].

Gênio político foi precisamente o que a Questão do Acre revelou de personalidade que até então parecia mais se distinguir pela erudição em história e em geografia coloniais, virtudes a que se atribuíram os êxitos nos arbitramentos de Palmas e do Amapá. Essas qualidades pouco valiam em uma questão de essência política, isto é, que só poderia ficar resolvida pelo uso judicioso do poder.

A preferência que manifestava pela negociação e pelo acordo direto já sugeria a confiança que depositava em sua *political craftmanship*, isto é, na habilidade de recorrer a todos os meios legítimos de poder para impor ao adversário soluções consentâneas com os interesses brasileiros. Meios legítimos incluíam, se necessário, o recurso preventivo a medidas militares, como a ocupação provisória do território litigioso em resposta ao envio de forças bolivianas.

No padrão de utilização do poder pelo barão, a firmeza de certas atitudes – a proibição da navegação do Amazonas para impedir o Bolivian Syndicate de tomar posse da concessão, o deslocamento de tropas para a área antes da chegada de reforços da Bolívia – sempre vinha acompanhada da preocupação de deixar aberta uma saída honrosa e negociada. Por um lado, sem a proibição da navegação, o consórcio não abriria mão do contrato. Por outro, se o Brasil não tivesse aceito pagar para anular um ato da exclusiva responsabilidade do governo de La Paz,

[63] Araújo Jorge, A. G. de. Op. cit. pp. 154-155.

os investidores continuariam a agitar a ameaça da intervenção protetora de seus governos.

De igual forma, é duvidoso que a Bolívia se dispusesse a abandonar o Acre se as tropas do general Pando houvessem logrado dominar as de Plácido de Castro, assegurando a posse física das terras disputadas. Aos bolivianos, privados dessa última esperança pela contramanobra brasileira, só restava conformar-se com o inevitável, embora necessitassem de algo mais, a fim de salvar a honra.

Esse "algo a mais" foi a combinação na dosagem exata dos diversos elementos que compuseram a compensação pela transferência do Acre: indenização financeira, obrigação de construir a ferrovia, concessões novas ou reconfirmadas de facilidades aduaneiras de saída pelos rios Paraguai e Amazonas e cessão de territórios brasileiros.

Em torno do último elemento, o mais difícil, indispensável, contudo, para criar a impressão de permuta razoável, se desdobraram os avanços e os recuos da negociação. Coube a Rio Branco o papel delicado de fixar o ponto de equilíbrio entre a tendência brasileira de minimizar a concessão de terras até zero, se possível, e a boliviana, oposta, determinada a obter o máximo de território para compensar a perda do Acre. O chanceler enfrentou nesse jogo oposições poderosas, em alguns casos, do presidente Rodrigues Alves e de boa parte de seus colegas de gabinete, que o obrigaram a recusar propostas concessivas feitas no início das tratativas.

De todos os que intervieram no processo, foi o barão quem revelou maior flexibilidade no atendimento das demandas da Bolívia; não, como se escreveu, por generosidade, altruísmo ou liberalismo, mas simplesmente por melhor compreender as dificuldades de uma negociação na qual estava diretamente engajado e de cujo feliz desfecho foi o principal beneficiário.

Manifestou-se no episódio a marca que dominava sua personalidade política: a moderação, o senso de proporção e de medida, o equilíbrio e a discrição nas ações e nas palavras. Nada expressa melhor esses conceitos do que a sentença que escreveu na *Exposição de motivos do Tratado de Petrópolis*: "As combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e, mais ainda, aquelas em que todas ganham, serão sempre as melhores[64]."

[64] RIO BRANCO, Barão do. Op. cit.

Análise das diversas opções de solução

Evidentemente favoreceu Rio Branco na disputa acriana o diferencial de poder em favor do Brasil, abrangendo essa expressão o conjunto de fatores propícios, tanto os de poder propriamente dito (população, território, riqueza, força militar e econômica) quanto os situacionais e locais (geografia, acesso por via fluvial, nacionalidade dos habitantes do território, vantagens conquistadas pela insurreição de Plácido de Castro). Não é preciso dizer que seria diferente se do outro lado se encontrasse potência igual ou superior à brasileira.

Em razão exatamente dessa superioridade, o risco maior na questão não consistia em uma pouco provável derrota brasileira. O maior perigo, ao contrário, era a forma que poderia haver assumido a vitória e, em diplomacia, a forma é muitas vezes tão ou mais importante do que o fundo.

A isso se refere o barão na *Exposição de motivos* quando, após afastar a hipótese do arbitramento como alternativa ao acordo direto, considera a única opção restante: "Servirmo-nos dos brasileiros do Acre, esperando que [...] conquistassem [...] a [...] independência para depois pedirem a anexação ao Brasil do estado [...] que receberíamos na nossa União sem dar compensação alguma à Bolívia"[65].

Em linhas gerais, corresponde essa descrição ao ocorrido no Texas. Ao norte do rio Grande, os povoadores norte-americanos primeiro declararam a independência, após derrotar em 1836 as forças mexicanas do general presidente Antonio López de Santa Anna. A independência durou cerca de nove anos até que o Texas decidiu anexar-se aos Estados Unidos (1845), o que provocou a guerra mexicano-americana (1846-1848).

Rio Branco classificou tal eventualidade de "conquista disfarçada" que "nos levaria a [...] procedimento em contraste com a lealdade que o governo brasileiro nunca deixou de guardar [...] com as outras nações". Adverte sobre os perigos: "Entraríamos em aventura perigosa, sem precedentes na nossa história diplomática e que [...] nos traria sem dúvida complicações e surpresas desagradáveis, sendo por isso mesmo de desenlace incerto."

Continua a examinar todos os desdobramentos possíveis e vale a pena evocá-los: "A conquista disfarçada que, violando a Constituição da República, iríamos assim tentar se estenderia não só sobre o território a que nos julgávamos com direito, mas também sobre o que lhe fica ao sul, incontestavelmente boliviano." Lembrava a essa altura o princípio

[65] Idem, ibidem.

norteador de todas suas ações na crise: "O problema do Acre só se podia resolver ficando brasileiros todos os territórios ocupados pelos nossos nacionais."

No caso de os acrianos não levarem a melhor, o "seu heroico sacrifício havia de [...] mover o sentimento nacional, com risco de nos arrastar a uma guerra inglória [...], infeliz contingência também possível no caso de serem os acrianos vitoriosos e de aceitarmos a sua proposta de anexação"[66]. Por todas essas razões concluía que "as maiores vantagens da aquisição territorial que resultam deste tratado não são as materiais. As de ordem moral e política são infinitamente superiores"[67].

Os valores éticos e morais da solução

A última frase, transcrita anteriormente, é a mais importante do documento, por revelar que o barão tinha perfeita consciência dos valores éticos orientadores de sua ação. Não se trata de retórica autoapologética ou de ideologia para disfarçar sob roupagem moral a anexação. Aos olhos do ministro e de seus contemporâneos, a aquisição do Acre não necessitava de outra justificativa além da nacionalidade brasileira de sua população. O problema era prático, e pragmática deveria ser a solução. O que tornava a operação moral ou legítima era a vontade dos habitantes e a disposição de pagar compensações pela transferência de soberania.

Jamais se registrou, do lado brasileiro, a hipocrisia de invocar falsos motivos, do gênero do Destino Manifesto ou do dever de levar civilização, progresso e governo democrático a uma região. As razões foram transparentes e nasceram de fenômenos que o governo federal do Brasil não insuflou nem sustentou: o movimento espontâneo de expansão consequente à valorização da borracha e, mais tarde, as sucessivas revoltas acrianas contra os esforços de implantação da administração boliviana.

Se tivesse existido alguma intenção oficial ou oficiosa de estimular essa expansão, não se compreende por que o governo federal e a chancelaria se aferrassem obstinadamente a reconhecer a soberania da Bolívia no território até muito depois da eclosão da última e vitoriosa insurreição. Mais absurda ainda apareceria em tal caso a colaboração decisiva do ministro Olinto de Magalhães, na determinação de proporcionar aos agentes bolivianos o estabelecimento, no Acre, da alfândega e de outros rudimentos de presença.

[66] RIO BRANCO, Barão do. Op. cit.
[67] Idem, ibidem.

Se não houve cumplicidade do governo federal, o mesmo não de pode afirmar das autoridades estaduais e municipais do Amazonas. As rebeliões não teriam sido possíveis sem a ativa e dissimulada participação em dinheiro, armas, munições e apoios dos governos estaduais amazonenses, que, no entanto, esconderam suas atividades do distante governo do Rio de Janeiro por temor de intervenção federal.

Em todos os episódios anteriores ao levantamento de Plácido de Castro, coube ao governo central tomar as providências para o restabelecimento da autoridade boliviana e para a contenção do governo de Manaus. Essa circunstância e a inegável sinceridade dos esforços de personalidades, como o ministro Olinto de Magalhães, não absolvem de responsabilidade perante o direito internacional o governo federal, único detentor da personalidade jurídica perante outros países e, assim, responsável pelas ações das unidades da federação.

Não deve surpreender que se mostrasse tão difícil controlar, no terreno dos fatos, as autoridades regionais se lembrarmos como é relativamente débil, até nossos dias, a efetiva presença federal nos confins da Amazônia. Antes de se tornar ministro, era esse contexto que Rio Branco tinha em mente ao apontar na correspondência com Nabuco para os inconvenientes da "federação à americana [que se], revelam até mesmo no que diz respeito à nossa política externa"[68].

No estágio em que se encontrava então a institucionalização internacional, o que surpreende não é que o governo federal se sentisse incapaz de abandonar à própria sorte rebeldes apoiados exaltadamente pela opinião pública. O natural na época era que o mais forte agisse como teriam agido o presidente Theodore Roosevelt, o governo britânico empenhado na Guerra dos Bôeres ou o francês na conquista da África e da Indochina.

Contribuições dos diversos atores

Se nada de comparável sucedeu na Questão Acriana, o mérito pertence aos governos brasileiros que lidaram com a questão, com destaque, na fase final, para o presidente Rodrigues Alves e, muito especialmente, para o Barão do Rio Branco. O chanceler não esteve sozinho nessa prova e contou, em primeiro lugar, com estímulo e apoio do presidente.

[68] Carta de Rio Branco a Joaquim Nabuco, de 30 ago. 1902. Arquivo de Joaquim Nabuco.

Beneficiou-se, além disso, da colaboração, relativamente reconhecida pelos historiadores, de Assis Brasil, leal companheiro de negociação e de discussões com os plenipotenciários bolivianos, e autor de algumas das melhores fórmulas para a solução do problema do Bolivian Syndicate.

Não se tem, contudo, valorizado o bastante outro colaborador indispensável, Eduardo dos Santos Lisboa, ministro do Brasil em La Paz, que em pleno centro do poder adversário cumpriu com rapidez e habilidade as gestões delicadas que lhe foram encomendadas. Lisboa repetiu, depois, em Lima, o mesmo desempenho impecável e é tempo que algum pesquisador lhe dedique o estudo que merece e que espera há muito tempo.

O mérito principal cabe indiscutivelmente a Rio Branco, que pessoalmente assumiu a responsabilidade pela concepção, direção e execução da estratégia vitoriosa. Um dos depoimentos mais expressivos a respeito do papel desempenhado pelo barão partiu de fonte insuspeita, o general e ex-ministro das Relações Exteriores Dionísio Cerqueira, não só desafeto pessoal, mas também defensor da linha oblíqua e adversário das insurreições acrianas.

Em carta publicada pela *Gazeta de Notícias*, declarou:

> O Barão do Rio Branco aproveitou habilmente as circunstâncias para modificar, de acordo com os interesses atuais, os nossos compromissos de 1867, sem quebra de dignidade ou melindres patrióticos das duas nações. Nenhum estadista envolvido na política militante [...] seria capaz de conduzir com tanta habilidade as negociações a um termo satisfatório. Pode-se atribuir o sucesso exclusivamente ao legítimo prestígio do barão[69].

A vocação política de Rio Branco

Fiel à frase de Hoffmann "a inveja é a sombra da glória", de quem gostava, o barão não se cansava de reiterar que carecia das qualidades brilhantes necessárias para as lutas políticas internas, as quais abandonou em 1876. Pensava, assim, desestimular os que desejavam ou afirmavam desejar vê-lo candidato à Presidência da República. A realidade psicológica subjacente à sua postura era talvez mais complexa.

Paranhos Junior cresceu vendo "funcionar em casa a Secretaria dos Negócios Estrangeiros", quando seu pai era ministro, conforme

[69] Carta publicada em 14 jan. 1904. CERQUEIRA, Dionísio apud ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Op. cit.

recorda em carta a Rodrigues Alves. Filho de um dos mais bem-sucedidos políticos do Império, secretário e discípulo do pai em missões no Prata, aprendeu a lidar com o poder sem ter de sair da sala de visita da família. Se escolheu aplicar as lições na área internacional, foi em boa parte por gosto, inclinação e circunstâncias pessoais, que o levaram cedo a ter de viver longe do Brasil. Possivelmente influíram na escolha a conveniência de dirigir as forças para setor no qual não precisaria ser inevitavelmente comparado ao visconde, que chefiou o gabinete de mais longa duração da monarquia e que logrou aprovar a Lei do Ventre Livre.

Em um dos retratos, dos quais era mestre, Joaquim Nabuco traçou em *Um Estadista do Império* o perfil do visconde do Rio Branco:

> Era em tudo o *juste milieu*: tinha seriedade, critério, infatigabilidade, coragem, vigor físico, pontualidade, correção, figura, maneiras; [...] tinha alguma coisa de frio, de exato, de positivo, de regular, de metódico [...]; o seu talento era lúcido, analítico, perspicaz; a imaginação não o arrastava; as suas qualidades não eram de inovação propriamente dita, mas em grau eminente de imitação e aproveitamento; era amável, cortês, insinuante, cativante em grau de chamar a si quem queria; reservado e prudente, porém, não criava intimidades [...] [70].

Transcrevi em extenso a passagem porque o retrato serve, com pouquíssimos retoques, ao filho. Leia-se, por exemplo, a análise da personalidade do segundo Rio Branco escrita por Oliveira Lima, que confessa em relação ao retratado "falta de cordialidade e desconfianças mútuas", mas que demonstra surpreendente penetração psicológica:

> As qualidades do Barão do Rio Branco eram muitas e notáveis. Sua inteligência era direta, lúcida e vigorosa [...], ninguém possuiu maior continuidade nem maior firmeza nos propósitos [...]. A análise de sua mentalidade refletida, em que os impulsos, os generosos e os não generosos, eram cuidadosamente sopitados ao sabor das conveniências públicas [...], incidia sobre todos os aspectos de uma questão do mesmo modo que o seu tino previa todas as soluções de um problema. Esgotava por assim dizer qualquer assunto, e isto lhe era tanto mais fácil – já não falando da sua faculdade essencial de pronta assimilação – quanto o seu espírito era o que havia de menos dispersivo[71].

Não eram, portanto, as qualidades políticas que faziam falta ao Barão do Rio Branco. Na Questão do Acre, essas qualidades foram

[70] NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. v. 2, p. 827.

[71] LIMA, Manuel de Oliveira,O Barão do Rio Branco. In: _____. *Obra seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971. p. 399.

aplicadas de maneira a justificar que o exame do processo decisório se convertesse em estudo de caso exemplar da fase de refundação da diplomacia brasileira no início da República.

Implicações para a diplomacia brasileira

Em relação às implicações duradouras para a diplomacia brasileira, o que sobressai, acima de tudo, é o valor fundador do episódio. Ao resolver-se pela negociação e pela transação, um desafio com alto risco de provocar guerra, consolidou-se a opção da República pela diplomacia e pela paz.

Não quer isso dizer que não se tenha recorrido a pressões ou a elementos de coatividade, quer dizer, à possibilidade do uso da coação em situação extrema. Poder internacional, como repetem os realistas, é a capacidade de um Estado de impor a vontade a outro. Não foi obviamente por escolha espontânea que a Bolívia se resignou a ceder ao Brasil território maior em superfície ao que perdera para o Chile na Guerra do Pacífico. Se o fez por transação em troca de compensações, foi porque a escolha com que se confrontava era entre a cessão negociada e o conflito aberto.

Como se notou antes, o barão lançou mão, no curso da crise, de todos os meios legítimos de poder ao alcance do Brasil. O conceito abrange tanto as vantagens econômicas (o pagamento de indenizações à Bolívia e ao consórcio internacional, a obrigação de construir a ferrovia) quanto as militares (deslocamento de forças navais e terrestres para a região e a fronteira brasileiro-boliviana, ocupação provisória do território). Tudo, porém, com um objetivo: pressionar o governo de La Paz a negociar e a vender o Acre, em vez de obrigá-lo a isso pela imposição da derrota na guerra.

A diferença pode parecer pequena, mas é imensa, incomensurável em termos de valores, de memória histórica, de ressentimentos e de feridas perduráveis. Os países que conquistaram território pelo império das armas dificilmente conseguiram se libertar da tradição belicosa e conviver em harmonia com os vizinhos espoliados ou conquistados, como se vê, em nosso tempo, na experiência da Rússia no Cáucaso e em seu relacionamento com a Geórgia, a Ucrânia, os bálticos.

Rio Branco tinha noção nítida do valor moral exemplar do que fazia. É o que se depreende não só da frase da *Exposição de motivos* destacada anteriormente. Anos mais tarde, tentou persuadir o Chile a fazer concessões ao Peru na disputa de Tacna e Arica: "É mais prudente

transigir do que ir à guerra. O recurso à guerra é sempre desgraçado." Não havendo sido atendido, explicava seus motivos com palavras nas quais se adivinha a lembrança da negociação do Acre: "Foi transigindo com os nossos vizinhos que conseguimos pôr termo a todas as nossas Questões de Limites. Aconselhávamos, portanto, ao Chile que fizesse o que nós próprios temos feito"[72].

Na correspondência do barão, antes e depois de se tornar ministro, encontram-se numerosos exemplos do conhecimento que tinha da debilidade militar brasileira. Durante o conflito do Acre, queixou-se ao presidente Rodrigues Alves da dificuldade de deslocar alguns poucos milhares de homens até a Amazônia, apesar das grandes despesas com as Forças Armadas.

Sua preferência pela diplomacia e pelo direito não se devia, contudo, à insuficiência do poder militar, conforme explica no último discurso público que proferiu, em outubro de 1911, no Clube Militar:

> Toda a nossa vida [...] atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do governo brasileiro, em perfeita consonância com a índole e a vontade da nação. Durante muito tempo fomos incontestavelmente a primeira potência militar da América do Sul, sem que essa superioridade de força, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos[73].

Sublinhava a inexistência de precedente de agressão ou de conquista no passado militar brasileiro: "Só nos lançamos a lutas no exterior quando provocados ou [...] invadido o nosso território. Mas, cumpre notar, jamais nos empenhamos em guerras de conquista." Finalmente, encarecia o que se converteu em mandamento constitucional com a República: "E muito menos poderíamos ter planos agressivos agora que a nossa Constituição política proíbe expressamente a conquista e impõe o recurso ao juízo arbitral, antes de qualquer apelo às armas"[74].

Em personalidade realista como a dele, a opção pela diplomacia, pela transigência e pelo direito não se explicava por impulsos idealistas ou sentimentais. Sua motivação era de natureza racional, antecipando em muitas décadas o que veio a ser denominado de poder brando ou suave da negociação, de poder inteligente do uso do conhecimento na diplomacia, aquilo que o professor Joseph Nye, da Universidade de Harvard, consagrou sob os nomes de "*soft power*" e "*smart power*", mas

[72] Ofício à legação em Santiago, de 8 dez. 1911.
[73] Discurso no Clube Militar de 15 out. 1911. RIO BRANCO, Barão do apud LINS, Álvaro. Op. cit. v. 2, pp. 688-689.
[74] Idem, ibidem.

que antes Giovanni Gramsci descreveu como os elementos de liderança moral e cultural da hegemonia.

Esses dois autores reconheceriam suas ideias em um dos últimos discursos do Barão:

> [...] Estou persuadido de que o Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar, acima de tudo, na força do Direito e, como hoje, pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça, a conquistar a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos em cuja vida interna se absterá de intervir[75].

A cordura, qualidade do sensato, prudente, que tem bom-senso, serve mesmo como melhor tradução para o conceito de Nye do que as versões habituais de brando ou suave.

Sem dispor de muito poder de constranger por meios militares ou econômicos (*hard power*), sem ser potência nuclear ou convencional, o Brasil é o único dos países continentais (os outros são Estados Unidos, China, Rússia e Índia) que se distingue apenas pelo poder de persuadir, de convencer pela diplomacia e pela negociação. Muito disso se deve a Rio Branco, que não só impediu a guerra na "dura lição do Acre", mas também dela retirou os "amargos ensinamentos" que o levaram a acelerar a solução das restantes controvérsias fronteiriças, eliminando, desse modo, outras possíveis razões de conflito[76].

A afirmação da negociação e da solução pacífica do mais grave desafio enfrentado pela diplomacia da República constitui a principal realização e o maior legado de Rio Branco. Há Poucos meses, em 1º de março de 2012, aniversário do término da Guerra da Tríplice Aliança, o Brasil completou 142 anos de paz ininterrupta com todos os vizinhos e de uma política externa baseada no poder da negociação e da persuasão. Raros países podem ostentar procedimento internacional de tal continuidade e qualidade. Ao evitar um precedente infausto no momento decisivo do Acre, o Barão do Rio Branco agiu como o refundador que perpetua pela força do exemplo a tradição brasileira de triunfo da diplomacia sobre a guerra.

Fontes consultadas

O Arquivo Histórico do Itamaraty tem a documentação completa das negociações sobre o Acre pronta para publicação, com a maioria dos

[75] Idem. p. 686.
[76] Araújo Jorge, A. G. de. Op. cit. p. 173.

documentos impressos em 1944 e 1945. A publicação, como se fez com os Arquivos da Independência, facilitaria a pesquisa e dissiparia suspeitas ainda existentes, embora, conforme mencionado no texto, as informações mais importantes constantes da documentação tenham sido divulgadas e bem aproveitadas nos livros disponíveis sobre a Crise Acriana e as negociações do Tratado de Petrópolis.

A fonte primordial para compreender o desenvolvimento das diversas etapas das negociações e suas motivações se encontra na *Exposição de motivos* relativa ao Tratado de Petrópolis, obra-prima de Rio Branco, incluída em suas *Obras completas*. Informações adicionais aparecem nas cartas do Barão do Rio Branco.

Existe uma ampla bibliografia sobre as insurreições acrianas e seus antecedentes, mas, de uma perspectiva estritamente concentrada nos aspectos internacionais, em especial nas negociações finais, os dois melhores estudos continuam a ser:

LINS, Álvaro. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. 2 v.

Ênfase para os capítulos IX ("Negociações do Tratado de Petrópolis"), X ("A sequência do problema com o Peru") e XIV ("Final da negociação com o Peru e o Tratado de 1909"), todos do segundo volume.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. 5. reimpressão. Brasília: Edições do Senado Federal, 2009.

A primeira edição é de 1961. Destacam-se a quarta ("Antecedentes históricos") e a quinta parte ("O drama eclode na floresta"), a respeito dos antecedentes, ambos do primeiro volume; a nona parte ("Cortina do imperialismo econômico"), sobre as negociações com o Bolivian Syndicate; a 11ª parte ("A paz do estadista), sobre as tratativas com a Bolívia; e a 12ª parte ("O selo derradeiro da paz"), a propósito dos desdobramentos com o Peru, todas do volume 2.

Comentários e impressões de contemporâneos registradas em cartas conservadas em arquivos particulares foram revelados na biografia escrita por:

VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

A partir dos círculos mais próximos do presidente Rodrigues Alves, uma perspectiva diferente é a veiculada por:

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. v. 1, livro 4, capítulo 1.

O contexto econômico do ciclo da borracha é bem descrito e documentado em:

DEAN, Warren, *Brazil and the struggle for rubber*: a study in Environmental History. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

De autores bolivianos ou estrangeiros identificados com o ponto de vista de La Paz, aproveitei considerações de:

STOKES JR., Charles Eugene. *The Acre Revolution, 1899-1903*: a study in Brazilian Expansionism. 1975. Tese (Doutorado) – Tulane University, New Orleans.

TAMBS, Lewis A. Rubber, Rebels and Rio Branco: The Contest for the Acre. *Hispanic American Historical Review*, n. 66, 1966.

Consultei igualmente outros autores que adotam perspectiva crítica em relação aos direitos e/ou às atitudes do Brasil na Crise Acriana, entre eles: *Historia de Bolívia*, de Herbert S. Klein; *Historia diplomática de Bolívia*, Jorge Escobari Cusicanqui; *Las relaciones internacionales de Bolívia 1825-1990*, de Eduardo Arze Quiroga; *Presidentes de Bolívia*, de Carlos Mesa Gisbert; *Las relaciones internacionales en la historia de Bolívia*, de Valentin Abecia Baldivieso.

Sobre as implicações do problema do Acre para as relações do Brasil com os Estados Unidos consultei:

BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: BORIS, Fausto (Org.). *História geral da civilização brasileira*: o Brasil Republicano. Tradução de Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977. t. 3, v. 2 (Sociedade e Instituições 1889-1930).

_____. *The Unwritten Alliance*: Rio Branco and Brazilian-American Relations. New York; London: Columbia University Press, 1966.

SMITH, Joseph. *Unequal Giants*: diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.

A respeito de Assis Brasil, uma boa fonte de sua correspondência está em:

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Assis Brasil, um diplomata da República*. Rio de Janeiro: CHDD: Funag, 2006. v. 1.

Além desses títulos, destaco pelo interesse:

ANDRADE, Rodrigo M. F. De. *Rio Branco e Gastão da Cunha*. Rio de Janeiro: MRE: IRBr, 1953.

ARAÚJO JORGE, A. G. de. *Introdução às obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945.

LIMA, Manuel de Oliveira. O Barão do Rio Branco. In: _____. *Obra seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. v. 2.

RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: MRE, 1954. 2 v.

Os belgas em Descalvados e na fronteira oeste do Brasil (1895-1912)

Domingos Savio da Cunha Garcia[*]

Neste trabalho, recomponho de maneira genérica a ação colonialista belga na fronteira oeste do Brasil, de 1895 a 1912, que teve no empreendimento agroindustrial de Descalvados o seu ponto de partida e que se ligou ao desenvolvimento da chamada Questão do Acre, ocorrida nesse período[1]. Ao contrário do que é amplamente difundido pela historiografia, o caso das ações colonialistas belgas na fronteira oeste do Brasil mostra que, no período, de grande fluidez nas disputas de poder em escala internacional, a América do Sul e o Brasil também passaram por delicado período de pressão e de tensão em seu território, que poderia ter reproduzido aqui, em escala talvez diferente, o desenrolar do que ocorreu na África e na Ásia na "Era dos Impérios", na conhecida formulação de Eric Hobsbawm[2].

Descalvados: porta de entrada para a ação belga na fronteira oeste do Brasil

O empreendimento agroindustrial de Descalvados situava-se na fronteira do Brasil com a Bolívia, no alto Pantanal do então estado de

[*] Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – campus de Cáceres.

[1] Uma discussão ampla sobre o tema está presente em GARCIA, Domingos Savio da Cunha. *Os belgas na fronteira oeste do Brasil*. Brasília: Funag, 2009.

[2] Sobre o período histórico designado como a "Era dos Impérios" ver HOBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios (1875-1914)*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão de Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Particularmente as páginas de 11 a 27.

Mato Grosso (naquele momento, abrangia o território que compõe os atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia). Sua área total, compreendendo um conjunto de sesmarias, perfazia cerca de um milhão de hectares, compostos basicamente de campos de criação de gado bovino, cujo rebanho chegava a 300 mil cabeças.

Descalvados tinha como confrontantes o rio Paraguai, a leste, o Corixo Grande (baía ao longo da qual foi estabelecida a linha divisória entre o Brasil e a Bolívia), a oeste, o Jaurú, ao norte, e as lagoas Gaiba e Uberaba, ao sul.

O empreendimento havia sido construído na década de 1880 pelo industrial uruguaio Jaime Cibils Buxaréo, que comprou, em 1882, as terras da antiga fazenda do Cambará, pertencente ao espólio do mato-grossense major João Carlos Pereira Leite. A compra, acertada em Cáceres durante viagem de Buxaréo, foi realizada após o industrial uruguaio ter percorrido a fazenda do Cambará e avaliado as potencialidades de seu gado e de suas pastagens. Jaime Cibils Buxaréo estava interessado em expandir os negócios de sua família e procurava por gado com carne mais firme, adequada para a produção de extrato de carne que suas empresas exportavam, de suas fábricas estabelecidas no Uruguai, para a Europa. Buxaréo também comprou uma charqueada rudimentar que havia sido montada pelo argentino Rafael Del Sar logo após a Guerra do Paraguai em uma das sesmarias da fazenda do Cambará, denominada Descalvados, arrendada do major João Carlos Pereira Leite. No local da charqueada foi construída uma moderna fábrica de extrato de carne, com tecnologia desenvolvida pela companhia inglesa Liebig's Meat Extract e organizada sob a direção de um químico francês.

A fábrica de Descalvados estava localizada em um ponto mais profundo do rio Paraguai, permitindo com isso o acesso de embarcações maiores; situava-se também em um ponto da fazenda do Cambará que permitia o acesso mais rápido ao rebanho bovino de toda a fazenda, criado solto e espalhado pelos imensos campos sem cercas e com pouco manejo.

Estruturada para operar da forma mais autônoma possível, a fábrica, cuja energia era gerada por equipamentos acionados por máquinas a vapor, tinha todos os equipamentos para a produção do extrato de carne, serraria, oficina mecânica, além de uma fábrica de embalagens de folha de flandres, para acondicionar o extrato de carne que era remetido para o mercado consumidor na Europa.

Além de extrato de carne, a fábrica de Descalvados também exportava derivados de carne, como sebo, gordura e o couro de boi, o qual recebia tratamento químico adequado.

A fábrica foi estruturada com mão de obra livre, e as diferentes etapas da produção estavam distribuídas em uma hierarquia cuja direção estava nas mãos de uruguaios e argentinos, pessoas de confiança de Jaime Cibils Buxaréo. Na operação dos equipamentos da fábrica, atuavam argentinos, uruguaios e europeus de diversas nacionalidades; na operação de matança, atuavam uruguaios, argentinos, paraguaios e brasileiros. No campo, como vaqueiros, trabalhando no processo de reunião do gado para o abate – setor que exigia grande habilidade, conhecimento da região e adaptação ao meio, em geral bruto, com uma grande estação chuvosa – além de brasileiros, paraguaios e correntinos, havia também bolivianos e peões de origem indígena (das etnias Guató e Bororo), originários das diferentes aldeias existentes na região da antiga fazenda do Cambará. Os vaqueiros trabalhavam em campos alagadiços e infestados por mosquitos, além de constantemente terem de enfrentar ladrões de gado vindos do território boliviano ou das regiões vizinha do Brasil, o que resultava em constantes refregas com mortes dos dois lados.

O extrato de carne produzido em Descalvados tinha boa aceitação no mercado europeu, notadamente na Bélgica, na Holanda e no norte da Alemanha e da França.

A qualidade dos produtos da fábrica de Descalvados, aliada à experiência das empresas uruguaias da família de Jaime Cibils Buxaréo, permitiu a conquista de prêmios em exposições de produtos industrializados na Europa, como Buxaréo gostava de divulgar nas propagandas de sua fábrica. Os prêmios também ajudaram a divulgar a própria fábrica, que se tornou conhecida na Europa.

Foi a divulgação dos produtos da fábrica que permitiu a Jaime Cibils Buxaréo tornar as dimensões e a localização de Descalvados conhecidas e vender o empreendimento em janeiro de 1895 para um grupo de capitalistas belgas, organizados na Compagnie des Produits Cibils, a Anvers. Foi a segunda tentativa de Buxaréo de vender Descalvados. A primeira, para uma empresa formada de capitalistas brasileiros, fracassou em 1892 e terminou em disputa judicial somente resolvida quando o negócio com os belgas já estava acertado[3].

Para tomar posse da empresa, a Compagnie des Produits Cibils mandou para Descalvados um grupo de funcionários liderados por seu primeiro administrador, François van Dionant. Ex-oficial do exército belga, experiente do Estado Independente do Congo, van Dionant chegou

[3] A primeira venda foi efetivada para a Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso, que tinha como sócios personagens importantes da República, como Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. O fracasso da operação se ligou à crise do Encilhamento e resultou em uma disputa judicial entre aquela empresa e Buxaréo, que terminou em acordo, após a venda de Descalvados para os belgas. GARCIA. Op. cit. pp. 107-110.

a Mato Grosso em abril de 1895 e começou a operar na região, ainda que a empresa que dirigia não tivesse recebido todos os títulos das 208 sesmarias que compunham as terras de Descalvados (eles só foram transferidos para Jaime Cibils Buxaréo em 1896, após uma disputa com o governo do estado, envolvendo o valor dos impostos a serem pagos pelas terras).

No entanto, pouco mais de dois meses após a compra do empreendimento, antes de a companhia ser autorizada a operar no Brasil e antes de efetivamente ter tomado posse das terras, a legação belga no Rio de Janeiro solicitou ao governo brasileiro medidas contra ladrões de gado provenientes de território boliviano, que constantemente atacavam a propriedade, causando prejuízos. A reclamação da legação belga mostrou, portanto, que sua diplomacia já operava na defesa dos interesses de seus compatriotas eventualmente prejudicados no Brasil.

Resolvidas as pendências com o governo de Mato Grosso sobre a posse das 208 sesmarias, autorizada a funcionar no Brasil e com um administrador instalado em Descalvados, a empresa belga passou a operar na fronteira oeste do Brasil.

A operação se desenvolveu de forma discreta, para não chamar atenção, e se revestiu inicialmente do caráter de uma operação comercial normal. Entre 1895 e 1898 o empreendimento pagou dividendos aos acionistas e se apresentava como uma empresa rentável.

No entanto, em 1897, um fato chamou a atenção e revelou as intenções que moviam os belgas na fronteira oeste do Brasil: nesse ano, a legação da Bélgica no Rio de Janeiro solicitou ao governo brasileiro que fosse instalado um consulado daquele país em Descalvados. A solicitação foi negada, mas foi autorizada a instalação de um vice-consulado (o administrador de Descalvados, François van Dionant, foi alçado à condição de vice-cônsul). Assim, além de ser a sede de uma empresa comercial belga, Descalvados passou também à condição de representação diplomática da Bélgica, encravada no alto Pantanal de Mato Grosso.

Foi como vice-cônsul que o administrador belga de Descalvados se apresentou ao presidente do estado de Mato Grosso:

> Vice-consulado da Bélgica em Matto-Grosso.
> Descalvados, 22 de Agosto de 1898.
>
> Exmo. Sr. Coronel Antonio Cesário de Figueredo,
> Digno Presidente d'este Estado – Cuyabá –
>
> Tenho a honra de participar a V. Exa. que acabo de receber o meu título de nomeação para o cargo de Vice-Cônsul do reino da Bélgica, em Descalvados,

> com jurisdição no Estado sob a digna administração de V. Exa. – cujo título veio competentemente acompanhado do exequatur do Presidente da República Brazileira. Concedendo em data de 14 de setembro de 1897, sua confirmação à minha nomeação, entretanto, em conseqüência da demora por parte do correio, só agora chegaram-me às mãos taes documentos.
> Apresentando junto a este o mesmo exequatur, que para prehenchimento das formalidades legaes tenho a honra de submeter á aprovação de V. Exa., é-me grato assegurar-lhe que, no desempenho daquelle mandato a mim immerecidamente confiado, empregarei os maiores esforços no sentido de continuar a desenvolver o mais possível as boas relações industriaes e commerciaes da Bélgica com o Estado sob a honesta administração de V. Exa. Por circunstância independente de minha vontade, vejo-me presentemente impossibilitado de transportar-me para ahi, afim de apresentar pessoalmente, como desejava, minhas homenagens a V. Exa. – e às autoridades dessa Capital. Entretanto aproveito a opportunidade para, com a expressão dos meus protestos da maior consideração a V. Exa. assegurar-lhe que continuarei sempre a respeitar as leis Federaes e Estaduaes, que serão fielmente observadas e cumpridas em tudo o que depender do meu concurso e boa vontade.
>
> Saúde e Fraternidade.
> F. van Dionant[4].

François van Dionant se apresentou revestido de formalidade, cordialidade e humildade, se dizendo recebedor de um encargo "immerecidamente confiado", assegurando que continuaria a "respeitar as leis Federaes e Estaduaes" e se despedindo com o termo "Saúde e Fraternidade", que passou a ser utilizado após a proclamação da República, em substituição a "Deus Guarde Vossa Excelência", comumente utilizado durante o Império.

Essa correspondência revela uma estratégia: não chamar a atenção; ao contrário, se manter com a mais completa discrição, demonstrando respeito às leis e às autoridades brasileiras.

Esse método também foi utilizado quando os belgas solicitaram do governo de Mato Grosso a proteção contra os ladrões de gado que constantemente atacavam os rebanhos de Descalvados. Embora governo local tenha respondido com a impossibilidade de atendê-los, os autorizou a se defender por conta própria, o que os possibilitou armar um pequeno

[4] OFÍCIO de F. van Dionant ao presidente do estado de Mato Grosso, em 22 ago. 1898. APMT, 1898, Lata B, documentos avulsos.

destacamento de homens, comandados por experientes soldados que haviam atuado na Force Publique do Estado Independente do Congo, na África, o Estado particular do rei Leopoldo II.

Ainda em 1897 temos outro fato que chamou a atenção: François van Dionant pediu ao governo de Mato Grosso para naturalizar-se, pedido esse que foi enviado ao governo federal, que tinha a prerrogativa de concedê-lo. Não sabemos qual foi a resposta do governo federal, mas o pedido indica a estratégia do administrador belga de Descalvados de se legitimar o máximo possível para atuar na região, inclusive no plano das disputas políticas locais. Nessa época, Mato Grosso vivia um momento de intensa disputa política, inclusive com enfrentamentos armados entre as diferentes frações da oligarquia agrária local – característica que marcou a primeira década republicana no Brasil.

Duas hipóteses podem ajudar a explicar a iniciativa de naturalização. A primeira seria para, como brasileiro, ganhar mais legitimidade, a fim de ter a posse de uma crescente área de terra que os belgas começariam a requerer na fronteira oeste em seguida. Ao se naturalizar, van Dionant poderia funcionar como um bom testa de ferro para as empresas belgas ou mesmo para qualquer iniciativa colonialista. A segunda hipótese seria iniciar uma atuação no meio político local para, com isso, tentar causar em Mato Grosso um processo que resultasse em pedido de intervenção ao governo belga, semelhante àqueles que as potências coloniais da época desenvolveram na África.

Stols destaca essa hipótese: "O que certamente faltou mais aos belgas foi uma causa humanitária, do tipo da campanha antiescravista no Congo, ou um movimento autonomista, que teria permitido uma intervenção aberta"[5].

A situação de constante instabilidade política em Mato Grosso, palco de sucessivas lutas que envolviam as diferentes frações da oligarquia local, pode ter instigado os belgas a pensar nas possibilidades que poderiam ser abertas por aquelas lutas, inclusive a de um pedido de intervenção ao seu governo. Nesse caso, a presença de um consulado e de um belga naturalizado que pudesse intervir nas disputas políticas locais ajudaria muito, ganhando legitimidade para atuar como pacificador ou mesmo como suposto agente da civilização em uma sociedade brutal e bárbara. Se os belgas pudessem ter meios efetivos de intervir diretamente

[5] STOLS, Eddy. O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914). *Boletin de Estúdios Latinoamericanos e del Caribe*, Amsterdam: Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos (CEDCA), n. 18, p. 72, jun. 1975. A campanha humanitária e antiescravista a que se refere Stols foi a fachada utilizada pelo rei Leopoldo II para iniciar sua operação colonialista no Congo.

nessas lutas sem depender de nenhuma das frações da oligarquia mato-grossense, poderiam se colocar em situação mais vantajosa para cumprir uma hipotética missão "humanitária". Por volta de 1898, os belgas já dispunham de um destacamento armado, atuando contra ladrões de gado em Descalvados. Stols chama atenção para o comportamento de van Dionant, que, ao chegar a Descalvados, atuava como se estivesse em terra conquistada. Justificando seu pedido de elevação de Descalvados à condição de consulado, dizia:

> Je vis ici dans um pays demi sauvage òu une plaque colorée sur une maison fait beaucoup plus d'effet que le plus beau title consulaire, les autorités étant nulles ici, j'ai souvent à défendre à coups de fusils les trois à quatre cents lieues de territoire de la compagnie belge des produits Cibils, et surtout ses bestiaux, j'ai même organisé à cet éffet un petit détachement composé d'anciens sous-officiers de l'armée belge qui fait merveilles contre les assassins et maraudeurs que j'ai por voisins, tant em Bolivie qu'au Brésil. Le Président de l'Etat du Matto Grosso déplorant l'absence d'une force de police suffisante dans son gouvernement m'a autorisé à suivre ce mode sommaire de faire la justice[6].

A defesa armada que os belgas faziam de sua propriedade, com consentimento tácito do governo de Mato Grosso, dava-lhes a prerrogativa de ter um pequeno destacamento de soldados, cumprindo as funções que o próprio presidente mato-grossense se dizia incapaz de exercer. Van Dionant se regozijava com os feitos desse destacamento.

Se na luta política local os belgas não tiveram a oportunidade que esperavam, procuraram desenvolver outras possibilidades de negócios, em sintonia com as perspectivas que a fluida geopolítica internacional do período poderia criar.

A expansão belga na fronteira oeste

De 1898 a 1903, os belgas iniciaram novas operações na fronteira oeste do Brasil, ampliando rapidamente sua presença na região. Com Descalvados alçado à condição de vice-consulado, se iniciou na Europa um movimento de capitalistas belgas, com a constituição de diversas companhias por ações, cujo objetivo era operar na fronteira oeste do Brasil e na Amazônia, tanto em direção ao sul quanto ao norte de Descalvados.

Ao sul, a Compagnie des Produits Cibils comprou a fazenda São José, que pertencia ao coronel José Metello, líder político de Mato

[6] Idem, ibidem.

Grosso que havia perdido uma das disputas pelo governo do estado e que se mudou para o Rio de Janeiro. A fazenda São José tinha uma área com cerca de 500 mil hectares e estava situada entre os rios Pequiri e São Lourenço, este último afluente da margem direita do Paraguai. A fazenda, cujo território era praticamente contíguo ao de Descalvados, fazia com que o território total pertencente à empresa belga naquela região tivesse cerca de 1,5 milhão de hectares contínuos, ao lado da fronteira do Brasil com a Bolívia.

Ao norte, também junto à fronteira, o processo de expansão foi direcionado para a compra de concessões de terras destinadas à extração de borracha, em particular no vale do rio Guaporé e em afluentes do rio Madeira. A expansão em direção ao norte se desenvolveu simultaneamente ao desenrolar da disputa pelo território do Acre, que naquele momento entrava em sua fase mais aguda. Como veremos, a expansão em direção ao vale do Guaporé não foi obra do acaso, mas parte de uma estratégia que ligava o desenvolvimento dos dois processos.

A Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso foi fundada em Antuérpia em 26 de novembro de 1898. Em seus estatutos, a companhia fixava seus objetivos:

> Artigo 3º A sociedade tem por fim todas as operações agrícolas, florestais, minerais, industriaes e commerciaes, todas as empresas de transporte por terra e água, de trabalhos públicos, de colonização e outras; para este fim, poderá adquirir concessões territoriaes ou outras, vender as que teria obtido valorizar. Poderá estabelecer fábricas e estabelecimentos, como também criar sedes administrativas, agencias, succursais, escriptorios e feitorias, onde julgar necessário[7].

Como podemos observar, a nova companhia tinha estatutos que lhe permitiam atuar em praticamente todas as atividades. Esse tipo de cláusula estatutária era comum nas companhias europeias daquele período, principalmente aquelas que operavam em negócios coloniais.

Entre os sócios da Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso estavam Aléxis Mols, os irmãos Ernest e Emile Grisar, a empresa de Leão Fuchs, a família Osterrieth e membros da família do coronel Eduard Thys, pessoa de confiança do rei Leopoldo II. O coronel Thys era procurador de vários sócios, perfazendo em suas mãos cerca de 50% das ações da

[7] BRASIL. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1900*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. v. 2, pp. 734-758. Exemplar da Biblioteca Nacional.

companhia, o que lhe dava o controle desta[8]. Aléxis Mols e August Grisar, este irmão de dois outros membros da mesma família, integravam o Conselho de Administração da Compagnie des Produits Cibils desde a sua criação.

A Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso integrou em seu patrimônio a concessão para a exploração de borracha na região do rio Juruena, no noroeste de Mato Grosso, de difícil acesso e bastante distante da capital, Cuiabá. A concessão havia sido recebida inicialmente pelo suíço Conrad Andeer, em abril de 1898[9]. Posteriormente, quando a Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso foi criada, a concessão foi transferida para a companhia belga por intermédio do acionista Osterrieth & Comp., outra companhia, provavelmente integrada por Conrad Andeer ou que tinha neste um testa de ferro[10].

Logo depois, em fevereiro de 1899, o então cônsul da Bélgica no Paraguai, Arnold Schoch, informou ao então chefe da legação do Brasil naquele país sul-americano, Brazilio Itiberê da Cunha, que ia a Mato Grosso regularizar aquela concessão, em virtude do falecimento de Conrad Andeer, supostamente assassinado por seus peões[11]. Em agosto de 1901, a Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso assinou contrato de concessão com o governo de Mato Grosso, pelo qual se declarou cedente da concessão de Conrad Andeer[12].

A Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso recebeu, assim, uma concessão de terra de grandes dimensões, cuja área foi dividida em explorações de dois tipos de produtos: borracha e ervas. A área para a exploração de erva (possivelmente poaia) foi fixada em termos de meridianos e paralelos:

> Artigo 1º Fica o governo autorizado a conceder por arrendamento ao cidadão suísso Conrad Andeer a empresa que organizar:
>
> 1 – Os seringaes existentes na margem direita do rio Juruena desde as suas cabeceiras até a sua confluência no rio Arinos, com fundos para o espigão divisor das águas dos dous rios.

---

8 Idem, ibidem.

9 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO. *Legislação de Mato Grosso: 1897-1899*. Maço "Resoluções 1898", 1898, n. 201.

10 BRASIL. Op. cit.

11 OFÍCIO da legação dos Estados Unidos do Brasil no Paraguai ao presidente do estado de Mato Grosso. Assunção, 23 fev. 1899. APMT, 1899, lata B, documentos avulsos. Esse assassinato ainda precisa ser devidamente esclarecido. É possível que Conrad Andeer tenha se envolvido nas disputas políticas que opunham as diferentes frações da oligarquia mato-grossense e que se desenvolviam na região de Diamantino e Rosário nesse período, sendo assassinado em meio a essas disputas.

12 CONTRATO entre a Compagnie des Caoutchoucs de Matto Grosso e o governo do estado, assinado em 22 ago. 1901. APMT, 1901, lata B, maço "Repartições de Terras, Minas e Colonização".

> 2 – Os hervaes que descobriu no território comprehendido entre os 14'35" até 15'45" latitude Sul, 13'45" e 15'30" long. do meridiano do rio Paraguai até o Sangradouro, e para leste o espigão do divisor das águas dos rios Cuyabá e Paraguay, para o norte os contrafortes do sul da serra do Tapirapuam até as cabeceiras do Jaurú e Pecuy, e para o oeste o divisor das águas do Jaurú e Guaporé, mediante as seguintes condições [...][13].

A segunda empresa constituída em 1898 foi o Syndicate de la Banque Africaine. O objetivo inicial dessa sociedade por ações era a compra das concessões em poder do boliviano Adolpho Ballivian nos estados de Mato Grosso e Amazonas. Ballivian desenvolvia atividades comerciais na Europa e na América do Sul, simultaneamente às suas atividades diplomáticas em nome da Bolívia. Era difícil saber em que ponto terminava uma atividade e começava a outra.

Em Mato Grosso, Adolpho Ballivian tinha concessões para a exploração de estradas e hidrovias desde 1895. Neste ano, a firma Mercado, Ballivian & Companhia, da qual Adolpho Ballivian era sócio, comprou a concessão que o francês Eusèbe Guibert de Blaymont havia recebido do governo do estado no ano anterior[14]. Pelos termos do contrato que fez com o estado de Mato Grosso, Ballivian deveria concluir a construção de uma estrada de rodagem entre Santo Antonio, no rio Madeira, e Guajará–Mirim, no Mamoré, até o começo de 1899. Como compensação pela construção da estrada de rodagem, Ballivian recebeu preferência para adquirir terras devolutas ao longo da estrada, isto é, cinco lotes de terra, totalizando 90 mil hectares, além de preferência para uma eventual transformação da estrada de rodagem em estrada de ferro. A última preferência foi, em seguida, efetivada com um novo contrato entre o estado de Mato Grosso e a Mercado, Ballivian & Companhia.

Além do novo contrato, em seguida foi feita nova concessão, desta vez referente à navegação no rio Guaporé, entre Guajará-Mirim e a localidade denominada "Ponte Velha". No novo contrato, a estrada de rodagem foi substituída por uma estrada de ferro[15].

---

[13] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO. Op. cit.

[14] TERMO DE CONTRATO que faz o cidadão francês Eusèbe Guibert de Blaymont com o governo do estado, para o fim abaixo declarado. APMT, 292, Livro de lançamento dos termos de contratos da província, 1874-1907, pp. 110-111.

[15] TERMO DE CONTRATO que fazem com o governo do estado os srs. Mercado, Ballivian & Companhia para a construção, uso e gozo de uma estrada de rodagem entre a cachoeira de Santo Antonio, no rio Madeira, e a de Guajará-mirim, no Mamoré, conforme se indica. APMT, 292, Livro de lançamento dos termos de contratos da província, 1874-1907, pp. 115-116. TERMO DE CONTRATO que fazem com o governo do estado os senhores Mercado, Ballivian & Companhia para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre as cachoeiras de Santo Antonio e de Guajará-mirim, como abaixo se declara. APMT, 292, Livro de lançamento dos termos de contratos da província, 1874-1907, pp. 117-119. TERMO DE CONTRATO que fazem com o governo do estado os senhores Mercado, Ballivian & Companhia para estabelecimento e manutenção de um serviço de navegação a vapor no rio Guaporé, como abaixo se declara. APMT, 292, Livro de lançamento dos termos de contratos da província, 1874-1907, pp. 119-121.

Os contratos de concessão anteriormente descritos, entre o estado de Mato Grosso e a Mercado, Ballivian & Companhia, previam a realização de parte das atividades em dois anos e, no caso de não cumprimento, seria declarada a caducidade dos acordos. Mesmo não tendo atendido a essa cláusula contratual, em 1898 Ballivian conseguiu a prorrogação dos contratos por dois anos[16]. Em seguida, ele vendeu as concessões ao Syndicate de la Banque Africaine.

As concessões mato-grossenses que Adolpho Ballivian vendeu ao Syndicate de la Banque Africaine foram descritas nos ofícios que Alfredo Leite Rodrigues Torres, chefe da legação do Brasil em Bruxelas, enviou ao Ministério das Relações Exteriores e ao governo de Mato Grosso no final de 1898. No ofício que enviou ao presidente do estado de Mato Grosso, o diplomata brasileiro descreveu a companhia, seus sócios e um encontro que teve com seu representante:

> Segundo informações de fonte particular que me foram ministradas, L'Africaine, banco d'estudos e d'emprezas coloniaes, é uma sociedade anonyma cuja sede acha-se estabelecida n'esta cidade (Avenue de l'Astronomie n. 27). O capital sobe a 3 milhões de francos, integralmente realizado, podendo contudo ser augmentado. Ocupa-se de negócios coloniaes, como o seu nome indica; os fundadores e principaes accionistas já pertencem à varias companhias comerciais congolezas, entre outras a companhia do alto Kassai. O Conselho de Administração é composto de pessoas reputadas, idôneas e sérias.
>
> Esta sociedade constituiu-se em agosto último e tracta especialmente dos productos similares aos do Congo, razão pela qual, talvez, encarregou-se das emprezas Mercado & Ballivian. Os estatutos do banco são bastante amplos, podendo entrar com toda ordem de negócios coloniaes, inclusive estradas de ferro, vias de communicação e meios de transporte.
>
> A escritura de contracto foi lavrada em Bruxellas de um lado pelos Srs. Alfred Roose, do Syndicato Banque Africain e Felicien Maes, administrador delegado do banco financeiro russo em Paris e de outro lado pelo Sr. Adolpho Ballivian, representando a firma Mercado e Ballivian.
>
> Na visita de despedida que me fez anteontem o Sr. Ballivian apresentou-me elle o representante do Syndicato belga, Sr. Alberto De Deken, que lhe deve acompanhal-o na sua primeira expedição ao estado. O Sr. Ballivian tenciona seguir da Inglaterra para o Pará na primeira quinzena de dezembro próximo, levando a bordo do mesmo paquete a lancha especial que acaba

[16] APMT – *Legislação de Mato Grosso. 1897-1899*. Maço "Resoluções 1898", ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO. Op. cit. n. 189.

> de mandar construir em Liverpool para a navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé[17].

Ofício com teor semelhante foi enviado ao Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. O ministro Olyntho de Magalhães respondeu a Rodrigues Torres, advertindo-o para que "eviteis toda intervenção nesse negocio"[18].

Alguns dias depois, Alfredo Leite Rodrigues Torres enviou novo ofício ao ministro Olyntho de Magalhães, informando-o de que as concessões de Adolpho Ballivian foram mesmo compradas pelo "syndicato" Banque Africaine. Informava ainda da constituição, também sob os auspícios do Banque Africaine, da La Brésilienne, da terceira empresa fundada no ano de 1898, para os mesmos fins daquelas outras que descrevemos anteriormente. Em resposta, Olyntho de Magalhães advertiu novamente Rodrigues Torres para que atentasse para o fato de que a ferrovia Madeira-Mamoré era objeto de tratado com a Bolívia e que este dependia de aprovação do Congresso Nacional, até aquele momento ainda não efetuada[19].

O tratado a que se referiu o ministro das Relações Exteriores Olynto de Magalhães era o Tratado de amizade, comércio e navegação, concluído em 31 de julho de 1896 e que estava pendente de aprovação no Congresso Nacional, por precaução do governo do Brasil, já conhecedor do processo de ocupação do território boliviano, na região do rio Acre, por seringueiros brasileiros, naquele momento, resistindo às tentativas de retomada do controle desse território por parte das autoridades bolivianas. O governo boliviano ameaçava intervir militarmente na região, daí a reticência do governo brasileiro em aprovar o tratado que envolvia a construção da ferrovia Madeira-Mamoré. O tratado seria foi retirado pelo governo brasileiro do Congresso Nacional e seus termos, incluídos no Tratado de Petrópolis, após o desfecho da chamada Questão do Acre[20].

Como informou Rodrigues Torres ao Ministério das Relações Exteriores, o Syndicate Banque Africaine, o L'Africaine, "Banco de Estudos e Empresas Coloniais S. A.", com sede em Bruxelas, era representado no

---

[17] OFÍCIO da legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao presidente do estado de Mato Grosso. Bruxelas, 30 nov. 1898. APMT, 1898, lata B, documentos avulsos.

[18] OFÍCIO da legação do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 19 nov. 1898. Resposta do ministro em anexo. AHI, 204/4/9.

[19] OFÍCIO da legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 30 nov. 1898. Resposta do ministro em anexo. AHI, 204/4/9.

[20] TRATADO de amizade, comércio e navegação com a Bolívia. Retirada do Congresso Nacional, com o consentimento deste (1902). Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado das Relações Exteriores, general de brigada Dionísio E. de Castro Cerqueira, em 14 maio 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. p. 5.

negócio da La Brésilienne por Alfred Roose, que, juntamente com seu irmão, também tinha ações. Outro acionista importante era Louis Sgal, presidente da Eccles, Rubers and Cycle Company, de Liverpool. Entre seus acionistas minoritários estavam diversos gerentes, administradores e magistrados do Estado Independente do Congo. Apesar de ser fundada em 1898, a empresa só pediu autorização para funcionar no Brasil em 1901. O estatuto da La Brésilienne dizia que "a companhia tem por fim principal o comércio, a colheita e a cultura da borracha e outros productos do solo do Brazil", entre outros diversos objetivos[21].

Nesse mesmo período, o L'Africaine estava em negociações com o governo da Bolívia para a construção de um porto à margem esquerda do rio Paraguai, na região da Bahia Negra. Por esse contrato, o porto seria ligado por uma ferrovia até Santa Cruz de La Sierra, com ramais para Potosi e Sucre[22]. Se somarmos esse empreendimento projetado na Bolívia àqueles a serem desenvolvidos na fronteira oeste do Brasil, podemos concluir que os belgas procuravam estender seus negócios por toda a região central da América do Sul.

Em abril de 1899, foi criada em Paris uma quarta empresa, a Comptoir Colonial Française Société Anonyme, também integrada por acionistas que tinham participações nas empresas que citamos anteriormente: Alfred Osterrieth, Fuchs de Decker & Comp., Ste. Anversoise d'Entreprise Coloniale, Compagnie Commercialle Agricolle Anversoise, Aléxis Mols e Ernest Grisar. Portanto, era uma empresa sediada em Paris, mas com capital controlado por belgas. Aléxis Mols passou a integrar Conselho de Administração da firma, e Ernest Grisar e Eduard Thys participaram da assembleia geral da empresa realizada em 6 de junho de 1899 como "dous mais fortes acionistas". A organização também foi autorizada a operar no Brasil em 1900[23]. Entre os acionistas estava a Compagnie Commerciale et d'Importateurs Reunis, com sede em Paris, que entrava para a nova empresa com escritórios, propriedades, feitorias e direitos no Rio de Janeiro, em Nazareth (que dizia estar no Peru, mas que de fato estava no território do Acre, então conflagrado), em Santa Cruz (no Amazonas), em Manaus, no Pará (Belém), além de concessões e direitos semelhantes no Sudão, no Senegal e em Guiné[24]. A Compagnie Commerciale et d'Importateurs Reunis comprou essas propriedades e esses direitos da casa comercial F. M. Marques & Cia. sediada em Belém.

---

[21] BRASIL. Op. cit.

[22] TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL: Conselho Federal de Cultura; Rio Branco: Governo do estado do Acre, 1979. v. 2, p. 46.

[23] BRASIL. Op. cit.

[24] Idem, ibidem.

Na margem brasileira do rio Javari, a empresa tomou posse de seringais de 775 quilômetros quadrados, com 2.500 estradas abertas, barracões, barcos e três lanchas a vapor[25].

O rio Javari fica na fronteira do Brasil com o Peru, em uma região, à época, ainda não demarcada, onde já havia disputa aberta entre os seringueiros brasileiros e o governo da Bolívia pelo controle da região. Nazareth, que a empresa dizia estar localizada no Peru, na realidade situava-se na região conflituosa de um afluente do rio Juruá, região essa que também era reivindicada pelo Peru.

Provavelmente fosse esse o objetivo dos belgas: estar em uma região de disputas, para lançar mão de mecanismos conhecidos de reclamações econômicas, de perdas de investimentos e de agressões, para, com essas justificativas, solicitar a intervenção do governo de seu país.

Uma quinta empresa foi criada pelos belgas em 1900, a Société Anonyme l'Abunã, cujo capital era de 1,35 milhão de francos. Seu objetivo era a exploração da borracha nos rios Abunã, no estado do Amazonas[26]. O rio Abunã separava o território do estado de Mato Grosso do estado do Amazonas e da Bolívia, em região rica em seringueiras, o que estimulava uma disputa territorial entre Mato Grosso e Amazonas. Ambos os estados disputavam a cobrança dos impostos sobre a borracha extraída na região. A margem direita do rio Abunã, abastada de seringueiras, também estava conflagrada pelos seringueiros brasileiros, que lutavam contra o controle daquela região pelas autoridades bolivianas. A Abunã, também controlada pelo L'Africaine, deveria comprar as concessões de Adolpho Ballivian, mas a transação não deu certo, e a companhia foi liquidada. Seus negócios foram assumidos diretamente pelo L'Africaine.

A sucessão de empresas belgas criadas para explorar borracha, pecuária e serviços na fronteira oeste era impulsionada pelo exemplo dado pelo empreendimento de Descalvados, que distribuía dividendos aos seus acionistas e que, desde 1899, passou a ter seu controle acionário assumido pelo Banque d'Outre-Mer, seu provável controlador desde o início[27]. O seu antigo proprietário, Jaime Cibils Buxaréo saiu de cena nesse momento, e a administração de Descalvados passou a ter novos integrantes: Alexandre Delcomune e Leon Thierry[28]. O segundo logo se apresentou ao governo estadual como representante da companhia, para

[25] WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec: USP, 1993. p. 199.

[26] As terras a que se referia essa informação estavam sendo disputadas pelos estados de Mato Grosso e Amazonas. OFÍCIO da Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 30 de agosto de 1900. AHI, 204/4/10.

[27] STOLS. Op. cit. p. 69.

[28] Idem. p. 70.

reclamar a respeito dos valores dos impostos cobrados sobre a venda da fazenda São José, comprada pelos belgas[29]. Na assembleia de 1899, o dirigente do banco, coronel Albert Thys, "deteve-se especialmente sobre a empreza dos produtos Cibils, cujo campo de operação numa província do Brasil é muito vasto e que offerece também a vantagem de conter nas suas riquíssimas florestas borracha de qualidade superior". Além de investimentos em Mato Grosso, o banco d'Outro-Mer tinha negócios em outras regiões do Brasil[30].

Um dado a ser observado nas empresas criadas nesse período para atuar primordialmente no Brasil é que elas tinham as características de firmas que exerciam atividades nas colônias africanas, em particular no Estado Independente do Congo. Portanto, eram empresas com características colonialistas, e seus acionistas eram os mesmos experientes investidores de empresas que operavam no Estado privado africano de Leopoldo II, ou em outras colônias europeias na África e na Ásia.

Também é necessário observar como o representante diplomático do Brasil em Bruxelas, anteriormente citado, fez da experiência africana dos investidores belgas uma espécie de credencial de respeito para com essas pessoas, consideradas por ele como "reputadas, idôneas e sérias". O diplomata não via motivos para preocupações no fato de que, no caso do Brasil, esses investimentos se dirigiam não para uma colônia belga ou de qualquer outro país europeu, mas para um país independente.

Parece-nos que esse respeito para com os investidores belgas do Estado Independente do Congo, demonstrado pelos diplomatas brasileiros que trabalhavam em Bruxelas, vinha em larga medida da propaganda que Leopoldo II fazia de seu Estado privado. Como chamou atenção Hochschild, Leopoldo II era especialista em fazer propaganda de seus feitos na África, se utilizando para isso de uma eficiente rede de contatos, além de outros mecanismos de influência, que iam do suborno à pressão política[31].

Leopoldo II esforçava-se para realizar eventos em que pudesse divulgar as maravilhas de seu Estado privado. Para esses eventos convidava os integrantes do corpo diplomático estabelecido na Bélgica, inclusive o brasileiro. Em meados de 1897, reuniu em Bruxelas o Congresso Internacional Colonial. O então chefe da legação brasileira na

---

[29] RECLAMAÇÃO feita por Leon Thierry, representante da Compagnie des Produits Cibils, ao coletor de rendas estaduais. Corumbá, 13 out. 1899. APMT, 1900, lata C, documentos avulsos.

[30] OFÍCIO da legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 23 jun. 1899. AHI, 204/4/9.

[31] HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo*: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. pp. 246-250.

Bélgica, Vieira Monteiro, ocupou uma das vice-presidências do evento e distribuiu aos presentes uma brochura com o título "La colonization au Brésil", provavelmente com o objetivo de atrair imigrantes e investimentos belgas para o país sul-americano. O diplomata brasileiro informou aos seus superiores no Brasil que o congresso não tirou nada de prático e que ficou somente em generalidades e na apologia do Estado Independente do Congo[32]. Contudo, esse deve ter sido exatamente o objetivo do congresso, e seu resultado não surpreendeu. O que causou surpresa foi a participação de um diplomata brasileiro em um congresso colonial organizado por Leopoldo II, para fazer apologia de sua colônia e do colonialismo, no qual ainda houve distribuição de uma brochura sobre a colonização no Brasil. Talvez tenha sido uma atitude de um corpo diplomático que ainda não tinha atentado para toda a dimensão do que estava em jogo, naquele momento, nas relações de poder em escala internacional, mas que, ao mesmo tempo, procurava defender os interesses dos brasileiros.

Ainda no segundo semestre de 1900, o então chefe da legação do Brasil na Bélgica, Francisco Xavier da Cunha, ressaltava ao Ministério das Relações Exteriores, em ofício revestido de caráter elogioso e admirador, as realizações do Estado Independente do Congo, como ferrovias, plantações de café e cacau, criação de gado e cuidados com a varíola, com a instalação de postos de vacinação[33].

A propaganda de Leopoldo II funcionou até ser tornado público o escândalo internacional provocado pela descoberta das atrocidades praticadas contra os nativos africanos por agentes e sócios do rei belga[34].

Ainda que mantivessem uma posição de simpatia pela corte belga, os diplomatas brasileiros em Bruxelas mantinham o Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro informado das disputas políticas existentes no país europeu, inclusive das polêmicas envolvendo a colônia privada de Leopoldo II. Entre elas estava a que opunha, de um lado, a direita clerical belga e, de outro, os socialistas liderados por Émile Vandervelde[35]. Enquanto os católicos eram ferozes defensores dos feitos do rei Leopoldo II na África, os socialistas o atacavam. Em um desses debates relatado pela legação brasileira em Bruxelas, os deputados clericais belgas compararam o Estado Independente do Congo à Amazônia e disseram que aquele, como

[32] OFÍCIO da legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 12 out. 1897. AHI, 204/4/8.

[33] OFÍCIO da legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 13 set. de 1900. AHI, 204/4/10.

[34] As revelações das atrocidades cometidas pelos colonizadores do Congo, liderados por Leopoldo II, iniciaram em meados de 1903 em jornais ingleses e se avolumaram rapidamente, apesar das tentativas de Leopoldo II de impedir sua divulgação. HOCHSCHILD. Op. cit. pp. 195-217.

[35] Idem, pp. 79-80, 194-199, 236-240.

a região brasileira, era rico em recursos naturais. A oposição socialista respondeu dizendo que o Congo, como a Amazônia, era inóspito, insalubre e inapto para a colonização por indivíduos de clima temperado[36]. Os olhos dos deputados belgas estavam se voltando também para a Amazônia.

A sucessiva criação, em poucos anos, de empresas com objetivos amplos, mas que se dirigiam prioritariamente para a exploração de negócios da borracha na fronteira oeste do Brasil, aponta para uma reorientação dos investimentos belgas para outras regiões do mundo, à procura de novas possibilidades comerciais e coloniais. Leopoldo II e aqueles com os quais mantinha negócios estavam à procura de novas possibilidades de negócios em que pudessem atuar, se apoiando na bem-sucedida experiência africana.

Essa reorientação encontrou na fronteira oeste do Brasil uma situação tal que poderia evoluir para um novo Congo: uma região muito rica em produtos demandados pela nascente indústria da borracha, encravada entre dois Estados em conflito, o Brasil e a Bolívia, onde os interesses das grandes potências ainda não estavam bem definidos. Dessa forma, os belgas poderiam tirar proveito daquela situação de indecisão e instabilidade, repetindo o feito africano. No entanto, para que isso pudesse acontecer, era preciso não só estar bem posicionado e ter reais interesses na região, mas também estar preparado para intervir no desenrolar dos acontecimentos.

A linha de raciocínio ajuda a entender a sequência das ações belgas na fronteira oeste do Brasil, que nada têm de desinteressadas nem são sem ligação com os acontecimentos que lá se desenrolavam. Expliquemos um pouco a sequência de ações.

A compra do empreendimento agroindustrial de Descalvados e da fazenda São José colocou os belgas em uma região da fronteira não demarcada do Brasil com a Bolívia, onde o Estado brasileiro tinha dificuldades em operar ou estava ausente de fato. A soma das áreas de Descalvados e da fazenda São José chegava a 1,5 milhão hectares, ou 15 mil quilômetros quadrados, o que equivalia à metade do território da Bélgica. Os belgas tinham total autonomia naquele empreendimento, contando inclusive com uma força policial tacitamente autorizada a funcionar pelo estado de Mato Grosso. Além disso, Descalvados era um vice-consulado, o que permitia aos belgas estar protegidos por certas prerrogativas diplomáticas.

[36] OFÍCIO da legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 4 jun. 1896. AHI, 204/4/8.

Dando sequência às suas ações e tendo Descalvados como porta de entrada, os belgas passaram a operar na parte mais ao norte da fronteira oeste, com a compra de sucessivas concessões de terras para extrair borracha no vale do rio Guaporé e em alguns afluentes do Madeira, como descrevemos anteriormente. Se efetivamente ocupadas, as áreas concedidas permitiriam aos belgas deter legalmente o controle de cerca de dois terços do que é hoje o estado de Rondônia; praticamente todo o vale dos rios Guaporé e Jamari estaria sob seu controle. Além disso, tinham ainda outra concessão, localizada do outro lado da fronteira oeste e pertencente à Comptoir Colonial Française, em território litigioso com o Peru, no vale do rio Javari. Dessa forma, os belgas controlariam, na fronteira oeste do Brasil, um território quase contíguo, com área cinco vezes maior que o território da Bélgica.

Outra observação fundamental a ser feita é que essa expansão se desenvolveu rapidamente, coincidindo com o momento em que a disputa pelo território do Acre entrou em fase mais aguda, com os seringueiros brasileiros se lançando na luta contra o controle daquela região, até então pertencente à Bolívia. O conflito se desenrolou em diferentes fases, nas quais nada estava resolvido de antemão e tudo poderia acontecer. Os seringueiros adotaram diferentes táticas em defesa de seus interesses, chegando mesmo à proclamação de sua independência, mas sempre colocando a sua preferência pela anexação daquele território ao Brasil, o que não era inicialmente aceito pelo governo brasileiro, que considerava esse território como pertencente à Bolívia. Essa posição somente mudou quando o Barão do Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, no governo Rodrigues Alves, no final de 1902.

A tensão aumentou muito na região do Acre em disputa quando foi descoberta a criação do Bolivian Syndicate, uma *chartered company* formada por grandes capitalistas norte-americanos, ingleses e de outras nacionalidades, em geral representados por testas de ferro, o que era conveniente nesse tipo de negócio.

A *chartered company* expressava uma concepção de colonização muito utilizada na África e na Ásia, mas até então inédita na América Latina. A descoberta de sua criação e de sua aprovação pelo governo boliviano, em 1901, elevou a tensão na disputa ao máximo, tanto local quanto nacional e internacionalmente.

Regionalmente, a posse do território do Acre em disputa pelo Bolivian Syndicate significava a ação monopolista nos negócios da borracha por parte daquele sindicato, o que colocaria sob seu controle os seringueiros que trabalhavam naquela rica região produtora. Dessa forma,

os seringueiros perderiam praticamente todas as vantagens no negócio, que passariam para o sindicato; também perderia o estado do Amazonas, que deixaria de ter importante fonte de receita. Assim, é possível entender a ação combinada de seringueiros e do governo do Amazonas, tanto no plano político e logístico quanto no militar, ainda que, por vezes, contrariasse orientações do governo federal.

Nacional e internacionalmente, a instalação do Bolivian Syndicate no Acre significava um processo de internacionalização da fronteira oeste do Brasil, com duas possibilidades: na primeira, é preciso considerar que o sindicato era uma empresa com participação de sócios de diferentes nacionalidades, alguns dos quais operavam como testas de ferro dos verdadeiros acionistas. Na segunda, o sindicato abriria caminho para que empresas semelhantes pudessem se instalar na fronteira oeste, se juntando àquele sindicato ou criando outros.

No caso dos belgas, seu posicionamento na região se desenvolveu em sintonia com o desenrolar dos acontecimentos no Acre, considerando as duas possibilidades, o que lhes dava grande vantagem. Tinham grandes áreas de terra ao lado do território da região em disputa e operavam em negócios que lhes davam uma cobertura comercial ideal para seguir em frente. Para ajudar na sua operação, ainda contavam com uma representação diplomática e um corpo militar organizado para defender o território.

Kurgan-van Hentenryck nos mostra como Leopoldo II se articulou não só para participar do Bolivian Syndicate, mas também para controlá-lo[37]. No entanto, o trabalho da historiadora belga aponta para a entrada de Leopoldo II no Bolivian Syndicate somente na fase final da disputa pelo território do Acre[38]. Como procuramos mostrar, a compra de Descalvados e, em seguida, de diversas concessões de terra para extração de borracha na fronteira oeste do Brasil por diferentes companhias belgas, simultaneamente ao desenrolar da fase mais aguda pela disputa do território do Acre, aponta que os personagens indicados pela historiadora belga já operavam naquela fronteira desde antes do aparecimento do Bolivian Syndicate. Operavam silenciosa, mas intensamente, com método semelhante ao desenvolvido quando das negociações pelo território que veio a ser o Estado Independente do Congo, o Estado particular de Leopoldo II na África.

[37] HENTENRYCK, Ginette Kurgan-van. Leopoldo II e a Questão do Acre. *Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 14, pp. 477-499, jan.-jun. 2009.

[38] HENTENRYCK. Op. cit. p. 485.

No processo africano, Leopoldo II operava em duas frentes simultaneamente: na primeira, negociava politicamente, explorando as contradições originadas da geopolítica europeia, notadamente aquelas advindas das disputas entre a Alemanha, a França e a Inglaterra. Na segunda, tratava de ocupar o território do seu futuro Estado privado na África, onde os seus prepostos já estavam solidamente assentados e operando comercialmente, fazendo avançar a sua exploração e se apresentando como porta-voz da civilização europeia, combatente da escravidão e defensor de causas humanitárias. No caso africano, também nada estava resolvido de antemão, mas era preciso agir para estar posicionado de forma a colher os melhores frutos da articulação que se desenvolvia na Europa. A ação de Leopoldo II no continente africano, portanto, legitimava e reforçava a sua ação na disputa política na Europa.

O desenrolar das disputas entre as potências europeias, do qual a Conferência de Berlim, concluída em fevereiro de 1885, foi um marco, mostrou a capacidade de articulação política de Leopoldo II, que teve seu Estado privado reconhecido pelos participantes, ainda que estes declarassem que se tratava de um território onde imperava o livre comércio[39].

Essa tática também foi utilizada na fronteira oeste do Brasil pelos belgas ligados a Leopoldo II, já experientes em razão da atividade na colônia privada africana. Não é por acaso que muitos dos proprietários das empresas que compraram Descalvados e que requereram ou compraram concessões para extração de borracha no vale do Guaporé, nos afluentes dos rios Madeira e Javari, também operavam sob o comando de Leopoldo II na África e na Ásia – eles eram seus prepostos.

Contudo, havia uma diferença fundamental entre o momento da partilha africana e os atores que se envolveram nesta operação colonialista, e o momento da disputa pela região do Acre, os atores envolvidos nesta contenda e os belgas que operavam na fronteira oeste do Brasil. Na época em que as potências europeias desenvolveram a colonização na África, a política internacional ainda era uma espécie de prolongamento da política europeia. No entanto, quando a disputa pelo território do Acre entrou em fase aguda, as potências europeias e a política internacional já tinham outros atores. Nesse momento, os Estados Unidos apareceram no cenário internacional como potência e também passaram a atuar na disputa acriana.

[39] Sobre as articulações de Leopoldo II durante a Conferência de Berlim, para garantir o reconhecimento de seu Estado privado africano, ver HOCHSCHILD. Op. cit. pp. 85-97. Sobre a partilha da África, ver WESSELING, Henk L. *Dividir para dominar*: a partilha da África (1880-1914). Tradução de Celina Brandt. Rio de Janeiro: UFRJ: Revan, 1998.

A política externa dos Estados Unidos passava por rápidas mudanças, evoluindo de uma posição colonialista com anexação territorial (Filipinas, Porto Rico, ilhas no Pacífico, Cuba, protetorado na zona do canal do Panamá), adotada por um curto período, para se consolidar na posição de defesa de seus interesses estratégicos sem anexação territorial.

No caso da América Latina, o resultado da evolução dessa política foram a política do *big stick* e a diplomacia do dólar. No plano da geopolítica, o resultado foi a transformação da América Latina em área de influência exclusiva dos Estados Unidos, com questionamentos apenas da Alemanha[40].

A rápida evolução na política externa dos Estados Unidos teve influência direta no desenrolar da disputa pelo território do Acre, facilitando a ação do governo brasileiro no período em que este passou a ter a sua política externa dirigida pelo Barão do Rio Branco. A ação de Rio Branco a fim de impedir a instalação do Bolivian Syndicate no Acre contribuiu para que o governo norte-americano mudasse de posição, passando do apoio ao sindicato (ainda que não oficial ou mesmo tímido) para a defesa de um acordo que preservasse os interesses de seus sócios, com a sua indenização. No entanto, para o tema que vimos tratando, seu efeito colateral direto foi bloquear completamente a ação belga na fronteira oeste do Brasil, cujo desenvolvimento estava diretamente relacionado ao desenrolar da disputa pelo território do Acre. Em caso de sucesso do Bolivian Syndicate, poderia ter havido uma participação direta de Leopoldo II como acionista do sindicato ou mesmo como seu controlador, como nos mostra o trabalho da professora Kurgan-van Hentenryck, ou com a criação de outra empresa, semelhante àquele sindicato. Outra possibilidade seria a junção das duas empresas. Todos esses casos foram afastados pela nova situação criada pela combinação entre a ação diplomática do Brasil, sob a liderança do Barão do Rio Branco, e a mudança na política externa dos Estados Unidos para a América Latina.

O resultado da longa estadia do Barão do Rio Branco na Europa: preparação

A historiografia brasileira em geral, para além do anacronismo de considerar o território brasileiro como pronto após a Independência,

[40] Para uma visão sobre a evolução da política externa dos Estados Unidos para a América Latina no período ver SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos*: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc, 2000. pp. 101- 250. Ver ainda SMITH, Robert Freeman. Op. cit. pp. 615-634. Para uma discussão específica sobre as relações entre os Estados Unidos e o Brasil no período ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Especialmente os capítulos de 21 a 29.

considera as disputas que se desenvolveram pelo estabelecimento dos limites do Brasil com seus vizinhos, a Questão do Acre, a ocupação da ilha de Trindade pelos ingleses e o Caso *Panther* como irrelevantes, assim como desconhecem a ação colonialista belga na fronteira oeste do Brasil[41].

É importante, portanto, identificarmos esse viés anacrônico na historiografia brasileira, por entendermos que sua permanência mantém uma penumbra – da qual cedo ou tarde teremos de sair – sobre esses acontecimentos. No entanto, a construção de mitos, na forma de personagens ou de acontecimentos, deve ser evitada a todo custo pelo historiador, na medida em que dificulta ou mesmo impede a análise do fazer histórico e sua compreensão.

No caso do Barão do Rio Branco, todo o cuidado deve ser tomado para evitar sua transformação em mito. No entanto, isso não deve evitar a análise de suas ações ou evitar localizá-lo como fundamental na criação da moderna diplomacia brasileira.

É preciso considerar o lugar ocupado pelo Barão do Rio Branco no momento decisivo pelo qual passava o Brasil no começo da República, em sintonia com a rápida evolução da política internacional, na virada do século XIX para o XX. Sem esses referenciais, parece-me difícil entender as ações e opções para a diplomacia brasileira, ao longo dos quase 10 anos em que esteve à frente do Itamaraty.

Deve-se considerar ainda o longo período em que o Barão do Rio Branco permaneceu na Europa, como cônsul em Liverpool, como comissário em São Petersburgo, como ministro em Berlin e como defensor do Brasil nos casos da disputa pelos territórios de Palmas (Missões) e do Amapá. A sua constante estadia em Paris, onde sua família vivia, também deve ser considerada, pois a capital francesa era tida como a mais cosmopolita da Europa, a "capital do século XIX". Essa consideração é importante para compreender o ambiente europeu vivido pelo barão, de 1876 a 1902, antes de voltar para o Brasil para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores no governo Rodrigues Alves[42]. Soma-se a isso o intervalo de pouco mais de um ano em que esteve nos Estados Unidos, em sua estadia como ministro plenipotenciário em Washington, quando defendeu o Brasil na disputa pelo território de Palmas (Missões) contra a Argentina, quando, apesar da reclusão que esse trabalho exigiu, deve ter conhecido melhor a nação norte-americana, sua cultura política e sua diplomacia, permitindo que fizesse comparações com a Europa de então.

---

[41] Uma discussão historiográfica a respeito está em GARCIA. Op. cit. pp. 17-27.

[42] Ver a respeito RICUPERO, Rubens. *Rio Branco*: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Petrobrás: Contraponto, 2000. pp. 19-41. CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Barão do Rio Branco*: missão em Berlim (1901-1902). Brasília: Funag, 2009.

Que ambiente internacional foi esse que, vivido pelo Barão do Rio Branco de 1876 a 1902, criou-lhe a convicção de que a questão da definição dos limites e da defesa da integridade territorial do Brasil era uma questão central?

De 1871, com o fim da Guerra Franco-Prussiana, a 1914, com a Primeira Guerra Mundial, temos um período de rápida evolução na política internacional, que passa por diferentes fases – de acordos, de enfrentamentos localizados e de tendência pacifista para uma fase de disputas, de formações ideológicas as mais variadas e opostas, da retomada do colonialismo em larga escala, da competição desenfreada e de tendências para enfrentamentos generalizados que desembocaram na guerra geral, na Primeira Guerra Mundial.

No plano das relações internacionais, o centro de decisão no início desse período era indiscutivelmente a Europa, com suas disputas internas se reverberando para o restante do mundo. No entanto, nesse momento outros atores começaram a aparecer no cenário internacional. Na Europa, a Alemanha se fortaleceu e passou a aparecer para a França e, principalmente, para a Inglaterra, a potência global de então, como forte competidor; fora da velha Europa, os Estados Unidos e o Japão também despontavam e começavam a aparecer como potências globais.

Já no plano das ideias, a formação de um ambiente expansionista, colonialista e autoritário se desenvolveu, criando as condições para a formação de uma opinião pública favorável ao estabelecimento de colônias e protetorados, contra povos considerados "fracos", "irresponsáveis", "incapazes" ou mesmo "inferiores". Nesse ambiente, empresários, grandes investidores e banqueiros atuaram em conjunto com dirigentes nacionais para garantir seu quinhão colonial, em uma corrida na qual a Conferência de Berlim foi um momento decisivo, por estabelecer regras para a partilha da África e de outras regiões do mundo. Em pouco tempo o continente africano foi retalhado pela as potências coloniais europeias, um Estado privado estava em funcionamento (o Estado Independente do Congo, pertencente ao rei Leopoldo II) e a Ásia também passava a ter o mesmo destino[43].

Ao final do período, apareceram na política internacional os Estados Unidos e o Japão, que também passaram a reivindicar espaços de poder em uma geografia até então dominada pelas potências europeias. Os dois novos atores mudaram rapidamente a configuração da geopolítica internacional, que passou de fato a ser global.

[43] Para uma discussão sobre o período de 1875 a 1914, ver HOBSBAWM. Op. cit. Particularmente o capítulo 1. Ver ainda a discussão sobre a evolução da situação internacional nesse período feita por CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise (1919-1939)*. Brasília: UnB: Ipri; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. pp. 33-123.

A rápida evolução se desenvolveu ao longo dos anos em que o Barão do Rio Branco esteve na Europa. Ele conviveu com os personagens, viveu o ambiente cultural e político em que esse processo foi se desenvolvendo, presenciou o jogo de poder entre as potências europeias, com seus pontos fortes e fracos, e deve ter compreendido o significado da entrada dos Estados Unidos no jogo de poder internacional, com sua importância para o Brasil e para a América Latina. Dessa forma, o Barão do Rio Branco teve condições, talvez melhor do que qualquer outro dirigente brasileiro de então, de entender o que se passava na política internacional, o que estava em jogo e o que deveria ser feito para melhor defender os interesses do Brasil.

Assim, desde antes de assumir o Ministério das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, quando defendeu o Brasil na disputa contra a Argentina pelo território de Palmas e, mais ainda, na disputa contra a França pelo território do Amapá, compreendeu que estava pisando em um terreno cada vez mais movediço, instável e em constante evolução. O cenário internacional na *Belle Époque* nada tinha de belo, e as nuvens estavam cada vez mais carregadas.

A situação era ainda mais difícil para o Brasil, uma jovem república ainda estruturada em bases frágeis, vivendo forte instabilidade política, com uma burguesia nacional sem condições efetivas de se lançar na disputa com suas congêneres de outros países e se colocando cada vez mais na condição de subordinada. Enfim, nas esferas política e econômica, o Brasil era um país politicamente fraco no cenário internacional.

Com esses elementos, é possível entender as ações do Barão do Rio Branco, seja na condição de defensor do Brasil nos casos de Palmas e do Amapá, seja na condição de responsável pela política exterior do Brasil, quando esteve à frente do Itamaraty, na disputa pelo território do Acre e no bloqueio à operação colonialista belga na fronteira oeste do Brasil.

Para defender o país é preciso definir as suas fronteiras: a política externa do Barão do Rio Branco e os belgas na fronteira oeste do Brasil

A historiografia que trata do Barão do Rio Branco tem realçado que a definição das fronteiras foi a sua grande obra. A justificativa para esse esforço definidor estaria sintetizada na famosa frase que teria sido dita pelo barão: "Território é poder"[44].

[44] RICUPERO. Op. cit. p. 28.

É justamente a questão do poder em escala internacional que estava se alterando naquele momento fluido da passagem do século XIX para o XX. A velha Europa estava perdendo o monopólio de poder que detinha até então e cedia parte desse poder para outros Estados, que ascendiam à arena internacional na condição de potências. Entre essas novas potências estavam os Estados Unidos, país com o qual o Brasil passou a ter aproximação cada vez maior a partir de então.

Aproximar-se dos Estados Unidos, ainda que de forma subordinada, procurando convencer seus governantes de que a defesa da integridade territorial do Brasil e de sua soberania era importante para evitar que a América Latina fosse objeto da cobiça europeia foi a fórmula encontrada pelo Barão do Rio Branco para neutralizar as ações colonialistas que se desenvolveram naquele período e que poderiam ter criado sérios problemas para o Brasil. A Doutrina Monroe foi sacada como baluarte nessa discussão.

No caso do Acre, a efetivação do contrato de arrendamento, com a instalação do Bolivian Syndicate no território em disputa, abriria uma porta para outras ações colonialistas, que poderiam fazer a América Latina seguir o mesmo caminho da Ásia, que naquele momento tinha seu território disputado pelas potências europeias, pelos Estados Unidos e pelo Japão. Impedir que aquele sindicato tomasse posse do território do Acre em disputa e trabalhar pela sua desarticulação não significava só sua neutralização, mas também de tudo o que poderia vir junto ou depois. Entre aqueles que poderiam vir juntos ou seguir aquele sindicato estavam os belgas, com a vantagem de que estes já estavam solidamente instalados em Descalvados e nas concessões para extração de borracha que diferentes empresas ligadas à *entourage* de Leopoldo II tinham na fronteira oeste do Brasil.

Isso ajuda a explicar o esforço do governo brasileiro em convencer o governo dos Estados Unidos para evitar que o contrato entre a Bolívia e o Bolivian Syndicate se efetivasse. Se esse esforço tivesse bom termo, ao mesmo tempo que o Brasil ganharia na esfera regional, com a provável incorporação do território do Acre e a definição de suas fronteiras com a Bolívia, os Estados Unidos também ganhariam com a ampliação de sua área de influência para o conjunto da América Latina. O resultado contrário também estava eivado de consequências: significaria a perda do território do Acre pelo Brasil, a instalação de uma *chartered company* em suas fronteiras, que poderia abrir a América Latina para as ações colonialistas das potências europeias e, com isso, tornar vulnerável a influência dos Estados Unidos na região.

Foi essa situação que o governo brasileiro se esforçou para mostrar ao norte-americano. Em certo momento das negociações, a diplomacia brasileira ficou cética quanto às possibilidades de ela se efetivar[45].

O processo de negociação com o governo dos Estados Unidos foi tenso porque, como é rotineiro no caso, a sua política interna determinava a sua política externa, com um jogo de interesses e de pressões que deu muito trabalho a Assis Brasil, ministro brasileiro em Washington, e, principalmente, ao Barão do Rio Branco, desde quando este estava dirigindo a legação do Brasil em Berlim. Para complicar ainda mais a situação, os Estados Unidos viviam um processo eleitoral no momento em que a disputa pelo território do Acre entrou em fase mais aguda.

Em correspondência com o Barão do Rio Branco, Assis Brasil retratou aquele momento de tensão, no qual a diplomacia brasileira procurava convencer o governo norte-americano das inconveniências geopolíticas que poderiam ser criadas pela instalação do Bolivian Syndicate no território do Acre em disputa:

> [...] O meu esforço para interessar o sr. Hay na oposição ao estabelecimento de *chartered company* neste continente encontrou-o sempre frio. Contudo, na nossa primeira entrevista, ele deu-me razão; na segunda seguinte, porém, atuando já pelas influências que provavelmente rodeavam o próprio presidente, pareceu-me até querer justificar a utilidade das tais companhias com direitos soberanos. As suas declarações de não intervenção seriam, entretanto, suficientes, se não fosse a natureza especial deste governo. A verdade é que decide tudo é a consideração eleitoral, mais exatamente ainda a eleição do presidente. O sr. Hay, nem o próprio sr. Roosevelt têm opinião alguma espontânea: são meras funções da necessidade eleitoral. O secretário de Estado repeliu, é verdade, o pedido de intervenção apresentado pela Bolívia; mas, se for necessário o dinheiro dos milionários interessados no arrendamento, ou uma complicação internacional em momento oportuno, será tudo decidido sem a menor cerimônia, contra as promessas feitas ao Brasil e contra a repulsa dada à Bolívia[46].

De forma sintética, podemos dizer que a definição da posição dos Estados Unidos no caso do Bolivian Syndicate foi influenciada pela combinação de diferentes fatores. Entre esses fatores, a ação diplomática

[45] As ações do governo brasileiro em Washington a fim de barrar o Bolivian Syndicate estão em BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O barão de Rothschild e a Questão do Acre. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, ano 43, n. 2, pp. 153-155, 2000.

[46] Carta de Assis Brasil ao Barão do Rio Branco em 17 de outubro de 1902. Pertence ao Arquivo do Barão do Rio Branco, no Itamaraty. Ver em TOCANTINS. Op. cit. pp. 194-197.

do Brasil teve peso importante para convencer o governo dos Estados Unidos das vantagens para a geopolítica norte-americana que seriam alcançadas pelo desmonte do Bolivian Syndicate. A ação diplomática brasileira teve no Barão do Rio Branco o seu mais importante articulador.

Pesou na redefinição da política externa dos Estados Unidos para a América Latina os interesses da sua própria burguesia, que passou a ver na região um mercado importante para seus produtos e investimentos, procurando deslocar seus concorrentes, a começar pela Inglaterra. Após se decidirem, os norte-americanos passaram a agir com firmeza na região, mas puseram fim à política colonialista com anexação territorial, evitando com isso criar uma situação em que a sua própria intervenção servisse de exemplo para ações de países de fora do continente. Havia ficado para trás o curto período em que Porto Rico foi anexado, em que Cuba tornou-se protetorado e em que o Panamá foi desmembrado da Colômbia para a construção do canal. No plano da geopolítica, essa redefinição terminou por fazer da América Latia uma região de influência exclusiva dos Estados Unidos e se deu no calor da disputa pelo território do Acre e da presença do Bolivian Syndicate nessa contenda. Isso ajuda a entender o vaivém da posição norte-americana durante a discussão sobre a presença do sindicato no Acre.

Na fronteira oeste do Brasil, os belgas também fizeram um movimento pendular, que correspondeu aos dois momentos seguidos pelo desenrolar da disputa pelo território do Acre. Quando a disputa se acentuou e, principalmente, quando apareceu o Bolivian Syndicate como aglutinador dos interesses do grande capital monopolista internacional, os belgas se lançaram na ação e desenvolveram uma corrida por terras na região. Seu objetivo era estar o mais bem posicionado possível para um desfecho que poderia lhes proporcionar o controle dessa região central da América do Sul, rica em borracha e produtora de extrato de carne. Quando o desfecho da disputa levou ao fim do Bolivian Syndicate e à anexação do território do Acre ao Brasil, assim como a um conjunto de ações que o Estado brasileiro passou a desenvolver para aumentar sua presença na região, os belgas se desfizeram rapidamente de suas terras na fronteira oeste e se retiraram do vale do Guaporé. Descalvados, que havia sido a porta de entrada para sua ação na fronteira oeste, também foi sua porta de saída. A partir de 1905, a fábrica entrou em crise, paralisou suas atividades em 1906 e, finalmente, foi vendida para o norte-americano Percival Farquhar em 1912. Algumas concessões de terras para extração de borracha, pertencentes aos belgas, também foram vendidas; outras foram simplesmente abandonadas.

Demarcação de fronteiras

Dauberson Monteiro da Silva

A demarcação das fronteiras do Brasil com os países limítrofes na América do Sul, reunindo diplomatas, demarcadores e trabalhadores, é feito ímpar e que causa admiração em todo mundo. O esforço empenhado para a sua consolidação e execução é memorável e único na América do Sul, considerando a extensão territorial e o fato de ser um processo desbravador de regiões afastadas e inóspitas, principalmente no caso da Amazônia.

O Brasil ainda não havia sido descoberto; entretanto, para evitar a guerra entre Espanha e Portugal em disputa pelos descobrimentos marítimos, diplomatas auxiliados por cartógrafos da época negociaram o Tratado de Tordesilhas, de 1494, além de outros acordos de limites que formam a história da construção territorial dos domínios ultramarinos das duas monarquias ibéricas até o célebre Tratado de Madri, de 1750, cujo negociador português, nascido no Brasil, dá nome à Fundação Alexandre de Gusmão (Funag).

Uma interessante controvérsia da historiografia lusa se refere ao cosmógrafo do rei, Duarte Pacheco Pereira, o qual foi auxiliar técnico da parte portuguesa nas negociações de Tordesilhas e teria vindo ao Brasil em missão secreta, em 1498, a fim de fazer observações astronômicas entre o Maranhão e o Pará, garantindo que a terra seria domínio de Portugal, conforme o meridiano a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Na verdade, tal linha, que supostamente passaria sobre as cidades de Belém do Pará e Laguna, em Santa Catarina, nunca pôde ser determinada. Mesmo

indeterminada, ela teve enorme importância na evolução das fronteiras coloniais na América do Sul e deu motivo a diversas especulações sobre a chamada teoria do segredo dos descobrimentos marítimos, exposta por Jaime Cortesão (1940) – uma curiosidade a mais sobre a suposta viagem do cosmógrafo do rei para verificar *in situ* os limites ultramarinos portugueses na América antes mesmo que se tivesse, oficialmente, descoberto o "país do pau-brasil".

Acredita-se que Duarte Pacheco teria acompanhado a costa Norte, alcançando a foz do rio Amazonas e a ilha do Marajó de maneira semelhante ao trajeto feito pelo navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón em janeiro de 1500. Além disto, ele teria feito uma eventual exploração das Antilhas e parte da América do Norte, levando em conta as revelações cartográficas contidas no Planisfério de Cantino, em cujo segundo capítulo da primeira parte o autor apresenta informações. Resumidamente, o trecho relata:

> Como no terceiro ano de vosso reinado do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar Oceano, onde é achada e navegada uma tam grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela e é grandemente povoada. Tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura, que de uma parte nem da outra não foi visto nem sabido o fim e cabo dela. É achado nela muito e fino brasil com outras muitas cousas de que os navios nestes Reinos vem grandemente povoados.

Desta forma, o cosmógrafo Duarte Pereira dá notícia do primeiro roteiro de navegação português a mencionar a costa do Brasil e abundância de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) nela existente. No Atlântico Sul, entre as ilhas oceânicas, apresentam-se – com base nas "ladezas" (latitudes) conhecidas à época – a ilha de Sam Lourenço (ilha de Fernando de Noronha), a ilha d'Acensam (ilha da Trindade), a ilha de S. Clara (ilha de Santana, ao largo de Macaé) e o cabo Frio. Na página 196 de sua obra "*Esmeraldo de Situ Orbis*" Duarte Pacheco Pereira resume sua tese sobre achamentos e descobrimentos geográficos de seu tempo, afirmando: "a experiência é a madre de todas as cousas, per ela soubemos radicalmente a verdade [...]". Esse distintivo parece sublinhar a importância do trabalho de campo como final do processo de especulação, observação e legitimação de posse mediante tratativas e acordos de reconhecimento mútuo entre as partes disputantes do território.

De acordo com um de seus mais importantes biógrafos, o historiador português Joaquim Barradas de Carvalho, que viveu exilado no Brasil na

década de 1960, Duarte Pacheco foi um gênio que, com antecipação de mais de dois séculos, foi responsável pelo cálculo do valor do grau de meridiano com uma margem de apenas 4% de erro. De toda maneira, não se diria que Duarte Pacheco Pereira foi o descobridor do Brasil; ainda assim, chegou a documentar o seu "achamento" geográfico, até então, incerto. "Achar" é termo diverso de descobrir, que, por sua vez, seria o ato oficial de revelar terras encontradas, mas que a segurança de Estado exigia que fosse mantido em segredo para não excitar a concorrência. Isto teria acontecido com a viagem do navegador Vicente Yañez Pinzón, em janeiro de 1500, conforme estudos do historiador Max Justo Guedes; em sua terceira e última viagem ao novo continente, o desbravador teria avistado o cabo de Santo Agostinho e rumado ao norte, desembarcando no Ceará e na ilha de Marinatambalo (Marajó), foz do rio Santa Maria de La Mar Dulce (Amazonas), onde assaltou uma aldeia indígena e levou 36 índios como escravos e um mucura, ou gambá (*Didelphis marsupialis*), que é a primeira notícia biogeográfica da América do Sul. Desta viagem, mantida oculta por longo tempo, restou o rio de Pinzón (Oiapoque) que foi pomo de discórdia entre o Brasil e a França até entrar em cena a diplomacia do Barão do Rio Branco, com a solução da Questão do Amapá.

Desde o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, passando pelo Tratado de Madri, de 1750, e seguintes até o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, a construção territorial do Brasil deu-se em torno, ao longo e além da famosa "linha" de Tordesilhas. Na Amazônia brasileira, foi seu primeiro demarcador nos termos do Tratado de 1750 a obra diplomática de Alexandre de Gusmão, assim como do governador do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão do Marquês de Pombal. Entretanto, ainda não seria desta vez que as desafiadoras fronteiras do Brasil – que levaram, inclusive, ao histórico conflito com a poderosa Companhia de Jesus e ao iluminismo montante na Europa e nas colônias – seriam demarcadas.

O processo de demarcação das fronteiras brasileiras tem como marco principal o Tratado de Tordesilhas, de 1494, mesmo se tratando de um paradoxo ao descobrimento do Brasil, em 1500. Há, também, afirmativas de reconhecimento da costa leste-oeste, entre o nordeste e o Amazonas, por Jean Cousin, Vicente Yáñez Pinzón, Diego de Lepe e Alonso de Ojeda. Considerando a dúvida sobre o ponto inicial das 370 léguas a ocidente do arquipélago de Cabo Verde, definido no referido tratado, essa linha nunca foi demarcada ou caracterizada no terreno, favorecendo a penetração e ocupação da Amazônia pelos portugueses.

Desde a Independência (1822) até a República (1889) as fronteiras do Brasil não haviam sido delimitadas

Com a Proclamação da República, o governo brasileiro defrontou-se com a questão dos seus limites territoriais, que, embora definidos pela Constituição de 1891, não estavam ainda delimitados, exceto pela fronteira com o Paraguai, demarcada pelo Tratado de 1872, e com o Uruguai, pelo Tratado de 1851. Por isso, a República Velha foi envolvida pelas chamadas questões de limites: o grande mentor e articulador da diplomacia brasileira na solução de tais questões foi, certamente, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Solucionadas as questões de fronteira no campo político e jurídico, restou, então, o grande empreendimento da demarcação de limites: a espinha dorsal da cooperação e integração sul-americana em nossos dias.

Acabamos de ver, modestamente, como – desde a Península Ibérica – a invenção do Brasil começa com as especulações cartográficas dos primeiros nautas sobre as chamadas ilhas Afortunadas, as Antilhas, e certa "ilha do Brazyl", alguma vez confundida com o arquipélago dos Açores até o "achamento" e posterior "descobrimento" do Brasil, que talvez já fosse conhecido em razão da corrente equatorial marítima que separa os hemisférios Norte e Sul do oceano Atlântico.

Enfim, a aventura ultramarina cria raízes no novo continente: aqui, convém notar, conforme a notícia ainda nebulosa do achamento pelo autor do *Esmeraldo de Situ Orbis*, a *terra brasilis* estava povoada de muitas gentes. Notadamente, o grande povo Tupinambá veio a ter um papel histórico fundamental na conquista das regiões brasileiras do Nordeste e Norte; todavia, os chamados Tapuias, por adesão ou cativeiro, foram os grandes parceiros dos colonizadores portugueses. Ainda na demarcação de limites, podemos documentar a participação de seus descendentes, já na figura de caboclos ou trabalhadores em campanhas demarcatórias como guias mateiros e "suraras" (trabalhadores braçais) de acampamento e de construção de marcos.

A história das demarcações de fronteiras entre as repúblicas da América do Sul documenta uma experiência de dificuldades imensas que envolveram as atividades de campo, assim como o volume de problemas e de embaraços por que passaram as comissões designadas para a efetivação do que ficou acordado nos tratados de limites.

Até o ano de 1927, as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites eram provisórias, e foram nomeados seus integrantes – quase sempre militares com conhecimentos técnicos cartográficos – para cumprir

trabalhos específicos e determinados. A partir de então, por força da Portaria Ministerial de 21 de janeiro de 1928 e da iniciativa do Chanceler Octávio Mangabeira, tais Comissões passaram a ser permanentes e com estrutura regimental própria. A Primeira Comissão teve a cidade de Belém do Pará como sede, onde permanece até os dias atuais. Sob sua jurisdição, estão as fronteiras ao norte: com Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru. A Segunda Comissão, com sede no Rio de Janeiro, é responsável pelas fronteiras ao sul: com Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Conceitos

Para melhor compreensão do processo de demarcação dos limites, é necessário definir os conceitos de território, fronteira e limite. O território, elemento essencial do Estado, é base física e componente obrigatório de sua existência. Sobre ele, o governo tem jurisdição e direitos de soberania. O termo "fronteira" é abrangente e se refere a uma região.

> Uma das áreas estratégicas menos conhecida do país, apesar de ter sido a primeira a ser oficialmente reconhecida como tal, é o território que margeia o limite continental do Brasil. Concebida ainda no Segundo Império (século XIX), compreendendo todos os municípios total ou parcialmente cortados por uma linha poligonal de 150 km a partir da divisória. É dos poucos países das Américas a estabelecer por lei um território fronteiriço regido por normas especiais (MACHADO, 2005).

O limite está ligado a uma concepção precisa, linear e perfeitamente definida no terreno, onde estão diretamente evolvidas as atividades de demarcação. Os limites podem ser terrestres ou marítimos. Os terrestres são definidos como naturais ou geométricos, e os marítimos em sua maioria são geométricos. Os naturais são os hídricos, cursos d'água, ou orográficos, divisores de águas ou montanhas e demais acidentes geográficos. Os limites geométricos são as linhas geodésicas, muitas vezes tratadas como retas ou linhas geográficas, os meridianos e paralelos geográficos. Os limites marítimos são aqueles que se referem à divisão do mar territorial; no caso do Brasil, são as laterais marítimas com a Guiana Francesa no rio Oiapoque, e com o Uruguai no arroio Chuí.

São seis as fases de formação de uma fronteira: negociação, delimitação, tratado, demarcação, caracterização ou densificação e

inspeção. A negociação consiste na troca de pontos de vista entre os representantes diplomáticos dos países interessados e objetiva chegar a um consenso em torno da linha de limites. A delimitação é a linha negociada e aceita como limite da fronteira, traçada sobre o mapa. O tratado é a formalização, em documento descritivo, dessa linha. "Para a execução de um tratado de limites, é indispensável a nomeação de demarcadores ou comissários: pessoas que vão à região fronteiriça verificar a posição dos acidentes geográficos, rios, montanhas ou lagos, indicados para a separação das terras" (HERMIDA, 1963). A demarcação é a materialização no terreno dos pontos notáveis da descrição dos limites, complemento indispensável aos preceitos contidos no tratado de limites, cujos marcos indicam sua importância e utilidade. No caso do Brasil, os limites com seus dez países confinantes estão definidos e totalmente demarcados. As duas últimas fases: a de densificação e a de inspeção, considero como trabalho de permanente atividade. A caracterização ou densificação consiste na introdução de marcos intermediários entre os marcos fundamentais construídos na demarcação, objetivando a intervisibilidade ou redução no espaçamento. A inspeção é atividade de manutenção dos marcos construídos, incluindo sua reparação ou reconstrução, assim como a atualização do processo de determinação de suas coordenadas geográficas.

Mapa-múndi de Juan de la Cosa

Juan de la Cosa acompanhou Cristóvão Colombo como mestre de carta de marear na viagem ao Novo Mundo empreendida em 1493 e novamente no ano de 1499, na expedição cujo piloto era o castelhano Alonso de Hojeda. Desenhou em 1500 um mapa-múndi em pergaminho, o mais antigo documento da cartografia espanhola que registra as descobertas do Novo Mundo.

A carta mostra o mundo então conhecido, e assim figuram as Américas, as Antilhas, o litoral do golfo do México, o mar das Caraíbas, a África e a Ásia. O meridiano de Tordesilhas representado corta o extremo nordeste da América Meridional, que corresponderia ao Nordeste brasileiro de forma bem hipotética. Mais a oriente dessa extremidade, está uma ilha descrita como descoberta por Portugal e interpretada por alguns estudiosos como a ilha de Fernando de Noronha. O Tratado de Tordesilhas fixou os portugueses no delta amazônico e ao longo do litoral do Pará e Maranhão e, em seguida, sua irradiação para o rio Oiapoque, Amazonas e seus afluentes. Isso deixou evidente que as fronteiras definidas em 1494 não seriam respeitadas ou demarcadas.

Expedição do Amazonas por Pedro Teixeira

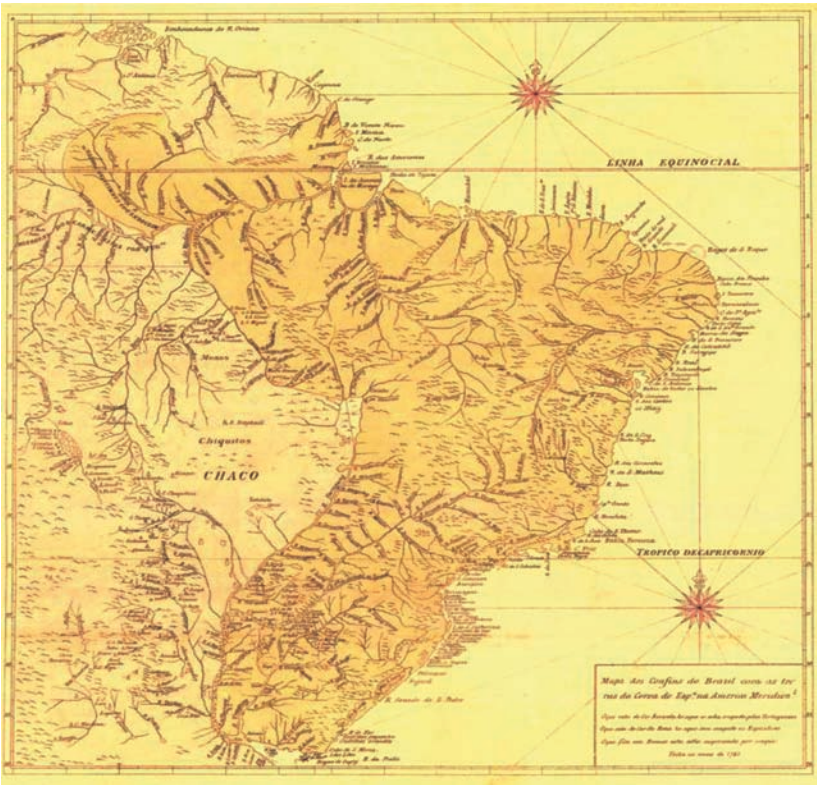
A partir de 1637, Pedro Teixeira, com sua experiência e bravura, superou as adversidades que surgiram durante a grande expedição que o fez explorar de Belém a Quito para demarcar o rio Amazonas, o maior rio das Américas, atualmente reconhecido como o maior do mundo. Dela participaram milhares de pessoas, entre oficias, mulheres e índios.

Ao retornar de Quito em 1639, fundou o povoado de Franciscana, localizado nas proximidades da foz do rio Aguarico com o rio Napo, ato que mudou a geografia política da Amazônia. O Padre Christobal de Acuña, que acompanhou a viagem de volta, contribuiu por meio de seus relatos, fazendo extensas descrições, anotando as distâncias e as latitudes de alguns pontos. Seus relatos resultaram na elaboração, pelo Conte de Pagan, do primeiro mapa a situar o Amazonas cientificamente.

O mapa possui uma rede de meridianos e paralelos e representa a bacia Amazônica, parte da América do Sul e a Central. Com isso, Pedro Teixeira e seus colaboradores ampliam a ocupação portuguesa na América e os conhecimentos geográficos na região do ponto de vista cartográfico. A representação do rio Amazonas se deu em meados do século XVII, desde a nascente nas proximidades de Quito, o Napo, o Marañon, até o Amazonas. Nessa concepção, o Marañon aparece como um afluente do Amazonas e do Napo. A correção desse erro só virá com os mapas do Padre Fritz (1691-1707).

Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional

Feito no ano de 1749, acredita-se que o documento conhecido como Mapa das Cortes, de autor desconhecido, foi feito sob a orientação de Alexandre de Gusmão, que conseguiu para Portugal as vantagens territoriais obtidas pelo Tratado de Madrid e defendeu o princípio do *uti possidetis* (do latim, "como possuis, assim continueis possuindo"). A proximidade das duas grandes bacias do Prata e do Amazonas favorecia possíveis limites naturais que se avizinhavam a oeste da colônia. O mapa serviu como base aos plenipotenciários de Portugal e Espanha nas discussões e negociações dos limites descritos no tratado, que configurava de maneira geral os limites norte e oeste do Brasil, causando alterações significativas. Foi reproduzido e impresso em Nova York no ano de 1894 a mando do Barão do Rio Branco para inclusão no processo de arbitramento nas questões de limites entre o Brasil e a Argentina.



Cópias do Mapa das Cortes foram entregues aos Comissários portugueses e espanhóis, encarregados da demarcação dos limites conforme o Tratado de Madri. Na região Norte, Francisco Xavier de Mendonça Furtado lidera a Comissão Demarcadora de Limites em 1753, com destino a Mariuá; contudo, a expedição não chegou a ser realizada em razão da ausência da Comissão Espanhola liderada por Dom Iturriaga. Nessa tentativa frustrada, alguns marcos de pedra portuguesa ficaram no fundo do rio Negro, na região de Barcelos, por cerca de 200 anos, depois do naufrágio de uma barcaça que os transportavam. Encontrados pela Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, sob a gestão do General Bandeira Coelho, esses marcos históricos e relevantes para a memória da demarcação foram resgatados. Um se encontra na entrada do Palácio dos Arcos, no Palácio do Itamaraty em Brasília; outro, em frente ao Solar Barão de Guajará, sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, na Praça Pedro II, em Belém do Pará; o terceiro se acha no pátio interno da sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites; o quarto e último está localizado em praça pública no porto da cidade de Barcelos (antiga Mariuá), Amazonas, onde os marcos foram encontrados.

Portugal nomeou, para demarcar as fronteiras do sul, Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro e futuro Conde de Bobadela; o comissário espanhol foi o Marques de Val de Lírios. Porém, na região Sul foi implantado o marco do rio Jaurú, que hoje se encontra preservado na praça central da cidade de Cáceres, Mato Grosso.

A flotilha

No período que antecedeu a criação permanente da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (1928), foram várias as embarcações – navios a vapor de pequeno porte de roda a popa ou a proa – fretadas nos deslocamentos pela bacia Amazônica. A canhoneira *Ibicuí* (1865) e o vapor *Cuyabá* são exemplos e foram destinados ao serviço da Comissão Mista de Reconhecimento e Demarcação da fronteira Brasil-Peru. "Lancha *Cunha Gomes* e batelão *Chandeles*, homenagem de Euclides da Cunha aos exploradores do Javari e Purus e de como chamou o nosso material flutuante, composto de uma lancha a vapor (à parte a da marinha que ainda não está em nosso poder), um batelão e seis canoas" (CUNHA, 1905). Lanchas e batelões acionados por motogodiles, excelentes máquinas, como foi registrado em relatórios, prestaram inestimáveis serviços à navegação nos altos rios do Amazonas.

Após este período, a Comissão passou a possuir uma pequena flotilha, entre navios, lanchas, batelões, canoas e ubás – em um total de quarenta unidades, que tinham como guarda, em sua maioria, a subsede em Manaus. Por Ofício datado de 12 de julho de 1938, o então Capitão de Mar e Guerra Brás Dias de Aguiar, Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites do Setor Norte, solicitou ao Ministro de Estado Doutor Oswaldo Aranha requerimento junto ao Ministério da Fazenda para a cessão do aviso *Tocantins*, que se encontrava inservível para os serviços alfandegários, a fim de que fosse guarnecido com comandante e marinheiros. A Comissão iria começar os trabalhos de demarcação com a Guiana Francesa – a partir do levantamento cartográfico do rio Oiapoque – e com a Venezuela; em ambos os casos, um navio daquele porte seria indispensável. Em 17 de maio de 1939 foi assinado o Termo de Cessão Provisória do cruzador aduaneiro *Tocantins*, por Gileno Pedrosa, Brás Dias de Aguiar e José Pompilho, comandante. As obras de recuperação da embarcação ficaram por conta dos recursos de demarcação e deveria ser restituída ao Mistério da Fazenda após o término dos trabalhos. Por meio de uma permuta com a lancha *Cabralzinho*, que pertencia à Comissão, foi autorizada pela Presidência da República a transferência definitiva. Pretendeu a Comissão obter o tratamento especial de navio de guerra, mas não obteve êxito, por ser o navio comandado e tripulado por civis. Todavia, o Diretor-Geral da Marinha Mercante autorizou o Capitão dos Portos do Pará a fazer todas as concessões especiais possíveis. Foi durante a gestão do General Bandeira Coelho que o aviso *Tocantins* recebeu a denominação de barco a motor *Comandante Brás de Aguiar*.

Finalmente, na administração do Coronel Ivonilo Rocha, os meios de transporte na Amazônia já haviam se modificado, e a manutenção do navio tornou-se antieconômica e de difícil reposição de peças e de pessoal especializado. Foi, então, autorizada a alienação de toda a flotilha da Comissão, com os mesmos problemas de difícil manutenção, e, em especial, do navio ao Ministério da Saúde. Chegou, enfim, o momento de modificar os meios de transporte para os serviços de demarcação, suprimindo toda a estrutura fluvial e optando-se por apoio aéreo, com a Força Aérea Brasileira; terrestre e fluvial, com o Exército Brasileiro; e eventualmente fluvial, com a Marinha Brasileira. Em alguns casos, houve também a contratação de terceirizados locais.

Os chefes e demarcadores

Cada Comissão era composta de um chefe, um subchefe e tantos ajudantes, auxiliares, médicos, cartógrafos, capelães, funcionários do serviço sanitário, encarregados do material, transporte e abastecimento de viveres, índios de serviço e escolta quanto fossem necessários. O objetivo era proceder ao levantamento de toda a fronteira conforme descrição do Tratado de Limites correspondente. Preferencialmente, esse trabalho seria realizado por meio de triangulação. Quando a natureza do terreno ou considerações de tempo e custos impedissem esta prática, a determinação era feita por meio de retificações das posições fixadas por astronomia, utilizando-se sinais radiotelegráficos de tempo ligados por processos trigonométricos. Os cálculos e conferências eram realizados no local, de forma a permitir correções caso houvesse desacordos. Eram colocados quantos marcos fossem necessários; e, para cada um, lavrava-se um termo circunstanciado, descrevendo a natureza de sua construção e sua posição geográfica. O resultado final se dava com a confecção da carta geral e das cartas parciais acerca da fronteira demarcada, bem como o relatório geral dos trabalhos.

Ciclo do Brasil Colonial (1500 a 1822)

A primeira tentativa de demarcação das fronteiras ocorreu com as instruções de 1752, que estabeleceu o programa de trabalho para a demarcação conforme os limites descritos no Tratado de Madri. Os espanhóis viriam pelo Orinoco ao encontro dos portugueses no rio Negro, onde seriam organizadas três turmas. A primeira desceria o rio Negro e Amazonas, depois subiria o Madeira, o Mamoré e o Guaporé e estabeleceria os limites até a boca do Jaurú. A segunda demarcaria o trecho entre a boca mais ocidental do Japurá até a cordilheira entre as bacias do Amazonas e do Orinoco, assim como a determinação dos afluentes da margem esquerda do Solimões até o Javari. A terceira demarcaria o divisor de águas Amazonas-Orinoco.

> Os geógrafos tomariam a altura do sol, ao meio-dia, diariamente, apontando a variação da agulha. À noite, então, fariam as observações astronômicas para a determinação das longitudes. Em toda a fronteira, fincar-se-iam marcos. No decorrer das observações e reconhecimentos, coletar-se-iam os elementos para o risco do grande mapa de toda a fronteira (REIS, 1948).

Ciclo do Brasil Imperial (1822 a 1889)

Comissão de Reconhecimento e Demarcação Tabatinga-Apapóris (1865 a 1866), com José da Costa Azevedo, o Barão de Ladário, e Francisco Carrasco; Comissão Demarcadora de Limites para definição do azimute geodésico e distância da linha Tabatinga-Apapóris e exploração do rio Javari (1871 a 1873), com Antonio Luiz von Hoonholtz, o Barão de Tefé, Manoel Ronand e Paz Soldan; Comissão de Fronteiras com a Bolívia e com a Venezuela, com Francisco Xavier Lopes de Araújo, o Barão de Parima, e Miguel Tejeda.

Brasil República (a partir de 1889)

Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, encarregada de determinar a posição geográfica das nascentes do rio Javari (1901), com Luiz Cruls e Adolfo Ballivián; Comissão de Reconhecimento dos rios Juruá e Purus (1904 a 1905), com Bellarmino de Mendonça, Euclides da Cunha, Felipe Enrique Espinar e Pedro A. Buenaño; Comissão Mista Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites (1913 a 1927), com Antônio Alves Ferreira da Silva, Brás Dias de Aguiar e Roberto Lopes.

Chefes da PCDL (a partir de 1928)

- Almirante Antônio Alves Ferreira da Silva (1928-1929), nomeado por Decreto de 7 de maio de 1913 e 28 de janeiro de 1920, como chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, segunda fase.
- Almirante Brás Dias de Aguiar (1929-1947), nomeado por Portaria de 1º de março de 1920 a compor como membro, ainda capitão-tenente, a Comissão Brasileira encarregada de compor a Comissão Mista Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites. Pelo Decreto Presidencial de 6 de agosto de 1929, foi nomeado chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites das Fronteiras do Setor Norte. Conduziu e concluiu os trabalhos de demarcação nas fronteiras com Colômbia, Guiana e Suriname e iniciou o levantamento astronômico e topográfico da fronteira com a Venezuela.

- General Ernesto Bandeira Coelho (1948-1974), nomeado, por Decreto de 9 de janeiro de 1948, chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites da Primeira Divisão. Iniciou e concluiu os trabalhos de fixação dos limites com a Guiana Francesa e deu conclusão aos trabalhos de demarcação com a Venezuela.
- Coronel Juvenal Milton Engel, nomeado chefe interino da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites no período de 24 de novembro de 1974 a 29 de agosto de 1975.
- Coronel Ivonilo Dias Rocha (1975-1994), nomeado, por Decreto de 5 agosto de 1975 chefe da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Deu continuidade aos trabalhos de inspeção e densificação e definiu a lateral marítima com a França. Exerceu o cargo até sua morte, em 3 de junho de 1994. Foi sepultado na cidade de Tabatinga, Amazonas, junto à linha de limites daquela fronteira, como era seu desejo.
- Engenheiro Dauberson Monteiro da Silva (a partir de 1995), nomeado pela Portaria de 5 de janeiro de 1995. Reativou as atividades das Comissões Mistas de Limites com a Guiana e o Suriname, que se encontravam inativas desde a conclusão do processo de demarcação em 1939 e 1938, respectivamente.

Os limites hídricos na Amazônia e suas variantes

É comum observar nos rios amazônicos, conforme os terrenos são baixos ou firmes, suas margens sofrerem constantes mutações: o leito se altera; modifica-se a procura da calha definitiva; criam-se e desfazem-se ilhas, rompendo curvas apertadas para encurtar caminho ou ampliando distâncias em demorados volteios. As cachoeiras, também presentes, são, em grande parte, os denominados rápidos, criados por saliências do leito do rio, normalmente localizadas em decorrência dos períodos alternados de chuvas e secas.

Essas características morfológicas criam barreiras, dificultando o acesso aos pontos limítrofes. A navegação pelos afluentes do rio Amazonas foi por muito tempo utilizado como rota de penetração nos trabalhos de identificação, levantamento cartográfico e demarcação dos limites. A execução desse trabalho exigiu muito tempo e sacrifícios impostos pelas condições locais da região em que trabalhavam.

> O deslocamento por via hidrográfica muitas vezes era suspensos, que redundaria em despesas improdutivas, pois o rio só permitiria avançar àquelas regiões em épocas de cheia. Caso contrário, impossibilitando o transporte de grande volume de carga, composta de viveres, instrumentos e material de campo, para executar desde já aquela operação seria mister que viajássemos somente durante o dia, o que duplicará o tempo de nossa chegada ao terminus da navegação regular, por maneira a torna-la inatingível nesta estação. Resolvemos por isso navegar dia e noite, fazendo durante o dia as observações necessárias, registrando os trechos estudados, e deixando para a volta, em que poderemos somente viajar durante o dia, o encargo de uma revisão geral calcada sobre a carta de W. Chandeles (CUNHA, 1905).

Por troca de notas em 1932 entre os governos do Brasil e o de Sua Majestade Britânica no Reino Unido, acordam-se os princípios a serem adotados pela Comissão Mista de Limites nas áreas ribeirinhas da fronteira Brasil e Guiana.

> A linha de limites, em qualquer momento determinado, será o talvegue do rio, onde quer que o talvegue possa estar situado nesse momento [...]. Quando, em virtude de saltos ou de qualquer outra causa, não for possível determinar a posição do talvegue, o limite será a linha mediana [...]. A soberania das ilhas será determinada pela sua situação em relação ao talvegue no momento da demarcação, ou a linha mediana [...]. A questão da mudança de soberania de ilhas por motivo do deslocamento do talvegue, será resolvida [...] uma ilha situada no momento da demarcação de um dos lados, ficar, em qualquer momento subsequente, situada do lado oposto, e continuar a ser uma ilha, a sua soberania não mudará [...]. Uma ilha, situada, no momento da demarcação, no território de um Estado, se unir ao território do outro Estado, a sua soberania mudará [...] se o rio sofrer completo deslocamento do seu curso, em virtude de qualquer fenômeno natural repentino, de tal sorte que abandone o próprio leito e abra outro, a linha de limites continuará a ser o talvegue do rio.

Os deslocamentos

As cidades do Rio de Janeiro, de Belém e de Manaus serviram como base de partida, sede e subsede das Comissões Brasileiras durante os trabalhos de demarcação. Os trabalhos da natureza de uma Comissão de Limites exigiam um plano detalhado e com firmes objetivos. À medida que o trabalho avança, os limites são demarcados; os obstáculos, vencidos;

a satisfação dos resultados é alcançada; e cada um de seus responsáveis os registra como parte do serviço. O que foi feito é anotado com detalhe nos diários, nas cadernetas, nas folhas de cálculos astronômicos, mas de pouca expressão para representar o esforço realizado. Em alguns casos, fica claro o interesse de relatar o circuito realizado.

> Partindo de Manaus, subindo pelos rios Negro, Branco e Tacutu, fronteira com a Guiana, chegava-se a fazenda São Luis base para os trabalhos de demarcação. Depois de percorridos centenas de quilômetros de fronteira em quase um ano de trabalho, o retorno se dava pela descida dos rios Comum, Tauini e Mapuera até Oriximiná e finalmente a subida do Amazonas até Manaus; representa trabalhos significativos, de real mérito para a Comissão, em geral ignorado e mal julgado, e conhecido e avaliado somente por uma minoria de profissionais (CAVALCANTE, 1935).

O início da viagem ocorreu em 20 de março de 1934, a bordo da chata *Campinas*, da Companhia Amazon River, e chefiada por Antonio Pojucan Cavalcante, levando um total de 50 pessoas. A partir de Caracaraí, a viagem continuou em embarcações menores, pequenos batelões com motores de popa, até alcançar a fazenda São Luis, que margeava o rio Tacutu, acessível durante todo o ano. O objetivo dessa turma era substituir outra que trabalhava na demarcação sob a chefia do Comandante Landim, o que deveria ocorrer no acampamento de Muriape, ponto de apoio e depósito abastecido por São Luis duas vezes ao mês. Nesse percurso, a turma foi acompanhada por um comboio de 35 jumentos para o transporte de material e rancho, animais que já haviam servido a Rondon e Brás de Aguiar nas viagens à Vila de Arabopô, na base de Roraima. A viagem pelos lavrados foi dificultada pela falta de boas águas e pela sede. Relata Pojucan que quanto mais água se bebe, mais sede se tem, e mais facilmente se fica fatigado. Depois de encontrado o seu colega Landim no acampamento do Buraco e de verificado o andamento dos trabalhos, a turma que estava sendo substituída regressa à Muriape. Nos trabalhos de campo e nas regiões sem recursos e distantes dos centros urbanos, de acessos precários e pouco frequentados, o abastecimento é uma preocupação permanente e de extrema importância, seguido da atenção com a saúde do pessoal, principalmente à medida que se afasta do acampamento principal. A questão é saber quantos dias serão necessários para que um homem, com carga, chegue a um determinado ponto. Assim, calculava-se que um homem não poderia carregar vinte dias de rancho, carga e bagagem; considerando seu retorno, ele poderia carregar, além da carga, sua bagagem e rancho para dez dias. Os técnicos, trabalhando a dez dias de distância, necessitavam de duas turmas

de abastecimento, sendo que uma abastecia a outra, além da equipe técnica; e a segunda, somente a técnica.

As equipes técnicas compostas pelos demarcadores estão sempre em movimento, resultando no aumento das turmas de abastecimento com um mínimo de vinte homens, entre mateiros, cozinheiros, transportadores, rádio e equipamentos diversos. Outros acampamentos avançados eram estabelecidos, como: o da Onça, assim denominado porque uma onça, à noite, veio até a rede de um trabalhador; o da Onça Cantagalo, por ter sido ouvido durante toda a noite o cantar de um galo; o da Santa Maria e "Tou Ahi", nome oriundo do anúncio da chegada de enorme quantidade

de sapos que gritavam, emitindo um som semelhante a "tou ahi". Para esses trabalhos, a Comissão chegou a contar com um total de 150 homens, incorporando, assim, outras dificuldades, a parte financeira e os fatores "doença" e "disciplina".

Uma das principais doenças que acometia as equipes era a couperose, enfermidade que pode levar ao desaparecimento completo da epiderme em decorrência do contato com a água do rio e que pode ser explicada pela existência de parasitas microscópicos ou pela ação mecânica do liquido em movimento; entretanto, não é conhecida a sua verdadeira causa. Os doentes eram classificados em três categorias. Os temporários, com acessos palúdicos, machucados e furúnculos, retornavam ao trabalho com brevidade. Os permanentes, com paludismos crônicos e reumatismo, ficavam impossibilitados de trabalhar. Já os convenientes eram aqueles aproveitadores e espertos que, mesmo sem instrução, sabiam queixar-se de maus súbitos quando lhes conviam. São todos seus próprios mestres. Raro é o dia em que a indisciplina e a desobediência não tragam aborrecimentos.

> A administração, com seus pequeninos detalhes de cálculos de rancho, distribuição de pessoal bom e disponível, é mais trabalhosa e fatigante do que todo o serviço técnico, os levantamentos, as noites de observação, os dias inteiro calculando [...] existem exceções. Em regra geral, porém, um homem não deveria trabalhar na Comissão mais de dois ou três anos, não somente em seu benefício – nada podem esperar do futuro – como sua produção já não é compensadora para a Comissão (CAVALCANTE, 1935).

As instruções relativas ao serviço astronômico eram cumpridas rigorosamente e com amarrações feitas a cada cinco marcos, em conformidade com o protocolo e em uniformidade com a Comissão Britânica. Dada a natureza do terreno, na serra Acaraí, o levantamento topográfico foi feito com auxílio de bússola, trânsito e trena, conseguindo bons resultados quanto à precisão requerida. Uma única missão resumiu-se em 113.800 metros de divisores de águas medidos, 8.900 metros de igarapés demarcados, 2.600 metros de transversais para ambos os lados da fronteira e cerca de 3 quilômetros de contornos de serras.

Posicionamento geográfico

A identificação geográfica da Amazônia começou no período dos descobrimentos marítimos, quando a contagem das longitudes começava a partir do "primeiro e fixo meridiano" da Ilha de São Miguel nos Açores e

se fazia por cálculos que envolviam as léguas percorridas em alto-mar até os portos de destino na América. A escolha desse meridiano justifica-se pelo fato de essa ilha ser ponto de passagem rotineiro das naus que vinham da Espanha para a América espanhola.

> Na época das primeiras explorações da bacia amazônica não havia métodos para determinar as longitudes com precisão, isto é, o método das ocultações dos satélites de Júpiter era impraticável, pois ainda não havia as tabelas de Cassini, e não se contava, muito menos, com os cronômetros (CINTRA, 2011).

O demarcador encarregado dos serviços deve identificar no terreno os pontos notáveis dos tratados de limites, possuir algumas características básicas além daquelas de conhecimento técnicos cartográfico, como: rusticidade, preparo físico e disposição para enfrentar áreas de insalubridade em meio à selva. Para isso, deve estar habilitado a efetuar levantamentos que lhe permitem identificar no terreno o desenvolvimento da linha descrita, determinando posições geográficas, azimutes e altitudes. A partir daí, deve materializar o ponto com a construção de marcos, registrar por meio de desenhos e mapas, memoriais descritivos e relatórios de atividades.

Conclusão

Atualmente as fronteiras brasileiras estão demarcadas, com mais de seis mil e quinhentos marcos construídos ao longo dos 16.886 quilômetros de extensão. Esses trabalhos estão registrados no acervo do Itamaraty e no das Comissões de Limites, em publicações, relatórios, diários e registros peculiares do processo da demarcação das fronteiras. O presente trabalho tem o propósito de, com uma abordagem simples, identificar de forma objetiva os aspectos básicos, mas fundamentais, da formação dos limites na região norte do território brasileiro. Destacam-se as especificidades de como foram realizadas estas atividades, como: o pessoal envolvido, os seus deslocamentos, os acampamentos, as técnicas utilizadas para posicionamento e a caracterização dos pontos notáveis descritos nos tratados de limites. Não deixou-se, porém, de analisar e mostrar, apesar das dificuldades inerentes ao trabalho, o cuidado, o patriotismo, o empenho, a competência e a precisão empregados nas atividades.

Diante das modernas técnicas e exigências de melhorar a informação sobre os limites nas fronteiras atuais, caracterizá-las com

um maior número de marcos e encontrar aqueles implantados no século passado e que necessitam ser conservados é o objetivo atual das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites. Hoje, sem grandes contingentes de pessoal e aparatos das expedições do passado, a tarefa resume-se à carga mais leve e possível de ser transportada em um helicóptero, pois a comunicação por satélites, o registro de imagens digitais do terreno, a navegação e o posicionamento de precisão por meio de sistemas mundiais de satélites artificiais permitem a continuidade dos trabalhos. Contudo, esses avanços tecnológicos não lhes tiram o mérito, os riscos, as dificuldades, a diplomacia ou o preparo, que agora se apresenta em outros lindes.

Referências bibliográficas

ADONIAS, Isa. *A cartografia da região amazônica*: catálogo descritivo 1500--1961. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963.

CINTRA, Jorge Pimentel. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2011.

CORTESÃO, Jaime. *Teoria geral dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Seara Nova, 1940.

FARINI, L. Davi; PRESGRAVE, A. José; LEAL, P. Nunes. *Viagem ao rio Javari*: instalação de um posto militar de fronteira. Manaus: Arquivo da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, 1956.

FERREIRA DA SILVA, Antônio Alves. *Demarcação da Fronteira Brasil--Peru*: relatório do Ministério das Relações Exteriores. Belém: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, 1928.

HERMIDA, Antonio José Borges. *Compêndio de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

MACHADO, Lia Osorio. *Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MEIRELES F., João. São Paulo: Metalivros, 2009.

PAPAVERO, Nelson et al. *O novo Éden*: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2007.

PEREIRA, Duarte Pacheco. *O Esmeraldo de* situ orbis *é um manuscrito de autoria do cosmógrafo português*, 1506. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Esmeraldo_de_Situ_Orbis.

(Relatório do MRE de 1928 - Volume 4)

RANGE F., Heitor da Fontoura. *Atas de Conferências e índice geral de Atas das Comissões Mistas de Limites*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1939.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: IN, 1948.

SILVA, Marcelo. *Brasil 500 anos de Marinha Mercante*. 2012. Disponível em: http://www.marcelosilva.com.br/?p=543.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso.* Cuiabá: UFMT, 1990.

VARELLA, José Maria. *Histórico do barco motor Comandante Braz de Aguiar*. Belém: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, 1997.

O Brasil em um ciclo maior: a atualidade do Barão do Rio Branco

Celso Amorim e Luiz Feldman[1]

Que o Brasil, pela sua ação diplomática, é hoje considerado de modo muito diferente do que era julgado ainda há poucos anos, não é mistério para ninguém. Não há brasileiro, no sertão mais longínquo que seja, que não saiba do melhor conceito que adquiriu a sua pátria e que não se sinta orgulhoso disso. A nossa diretriz diplomática tem sido a da paz e a da defesa dos nossos interesses econômicos.

Barão do Rio Branco, 1909.

I

O Barão do Rio Branco é uma das raras unanimidades da política brasileira. O reconhecimento da excelente política externa que deu ao país é geral. Seu legado consiste não apenas na situação amplamente favorável em que deixou as relações exteriores do país, da qual é emblema o fechamento definitivo das fronteiras territoriais, mas também na convicção que demonstrou, por atos e palavras, na grandeza do Brasil.

A força de sua política externa ligou-se à consolidação e ao avanço do quadro interno do país. Rio Branco soube traduzir o progresso econômico e político de seu tempo – evidentemente, um progresso circunscrito aos limites do possível na chamada "República dos Conselheiros" – em

[1] Ministro de Estado da Defesa e assessor no Gabinete do Ministro de Estado da Defesa. As opiniões contidas neste texto são expressas em caráter pessoal e não buscam representar posições do Ministério das Relações Exteriores.

relações exteriores à altura das dimensões do Brasil e dos desafios de sua época.

Transcorrido um século, transformado o Brasil em tantos e tão fundamentais aspectos, o interesse suscitado por sua obra não se limita à constatação de similaridades de superfície ou à satisfação da curiosidade histórica. É possível identificar ao menos três características da ação diplomática de Rio Branco que, do ponto de vista da política externa brasileira na primeira década do século XXI, retém grande atualidade.

O sistema internacional dos albores do século XX era caracterizado, para Rio Branco, pela interação entre Estados voltados pragmaticamente para a realização de seus interesses por meio da competição e da cooperação. Seu traço distintivo era dado pela categoria das grandes potências, descritas por ele como "unidades tremendas e devastadoras"[2]. Esta descrição, com sua evidente nota de advertência, antecipa o diagnóstico do chanceler sobre o que qualificaria como tendências "imperialistas", força profunda de conflito na política mundial de seu tempo.

O reconhecimento da centralidade das grandes potências para a dinâmica internacional sugeria, desde logo, reservas à ideia de uma diferença qualitativa entre as relações internacionais da América e da Europa, expressa na separação proposta por Joaquim Nabuco entre o "hemisfério beligerante" (a Europa) e o "hemisfério neutro" (a América, "continente da paz")[3]. A entrada dos Estados Unidos no grupo das potências importava na inclusão – e não na exclusão – da América Latina na dinâmica geral do sistema internacional.

A clara compreensão do jogo global de interesses recomendava cautela quanto aos desígnios do conjunto das grandes potências, identificados neste despacho telegráfico de 1904:

> Quando as grandes potências da Europa não tiverem mais terras a ocupar e colonizar na África e na Australásia, hão de voltar os olhos para os países da América Latina, devastados pelas guerras civis, se ainda assim o estiverem, e não é provável que os ampare a chamada doutrina de Monroe, porque na América do Norte também haverá excesso de população, política imperialista e já ali se sustenta o direito de desapropriação, pelos mais fortes, dos povos incompetentes[4].

---

[2] Rio Branco, Barão do. Brasil e Argentina. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26 set. 1908 (Anônimo).

[3] Nabuco, Joaquim. *The share of America in civilization*: by Joaquim Nabuco, Brazilian Ambassador. Baccalaureate Address on June 20th. [s.l., s.n.] 1909, p. 5. Disponível em: <http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=119>.

[4] Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Despacho para Buenos Aires, 22 nov. 1904.

Rio Branco buscou restringir a dimensão de hegemonia regional e de unilateralismo inerente à Doutrina Monroe por meio de um projeto (afinal fracassado) para submetê-la à regulação multilateral na IV Conferência Internacional Americana, reunida em 1910 em Buenos Aires. O episódio, registrado com precisão por Gelson Fonseca Jr., revela o intuito do chanceler de "reconhecer" a ação norte-americana como "grande serviço" para uma "causa comum" a toda a América, a proteção contra "antigos projetos de expansão" europeus[5]. Em manifestações de convergência pan-americana como essa, Rio Branco cuidava em não antagonizar a Europa, cujo positivo aporte cultural e econômico já consignara em seu discurso como anfitrião da III Conferência Internacional Americana, quatro anos mais cedo, no Rio de Janeiro[6].

Parece evidente que, para Rio Branco, o Brasil integrava um sistema de Estados que impunha desafios e exigia posicionamentos estratégicos. A complexidade aparece como condição da inserção internacional do país, avessa a reduções simplistas dos cálculos diplomáticos. Tratava-se, na verdade, de compreender o que se poderia chamar de "racionalidade sistêmica", na qual a ação diplomática que teria maior eficácia na busca da paz e da prosperidade seria a que soubesse calcular os interesses do Brasil por referência à dinâmica geral (e não apenas regional) das relações entre os Estados, fortemente marcada pela competição, mas também aberta à cooperação.

Essa racionalidade, da qual Rio Branco foi formulador exímio e executor com grande senso de pragmatismo, provavelmente não constituía verdade manifesta no discurso público do Brasil da primeira década do século XX. É o que se conclui da necessidade em que se viu de esclarecer, em artigo anônimo de 1908, que a noção de que o país viveria "fora da realidade da política internacional de hoje" era "plena ilusão", devida ao "longo tempo em que a América do Sul esteve entregue a si mesma"[7].

Ao declarar encerrado o período de intervenções na vida interna dos vizinhos platinos, afirma sobre o Brasil: "O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído [...]. O Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população"[8]. Essas credenciais para tomar

---

[5] As expressões constam de despacho reservado de Rio Branco, citado no artigo de Gelson Fonseca Jr. "Rio Branco diante do Monroísmo e do Pan-americanismo: anotações", neste volume.

[6] Rio Branco, Barão do. Discurso pronunciado aos 23 de julho de 1906, por ocasião da sessão inaugural da Terceira Conferência Pan-Americana. *In*: Ministério das Relações Exteriores. *Obras do Barão do Rio-Branco*: IX Discursos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, pp. 87-88.

[7] Rio Branco, Brasil e Argentina.

[8] *Idem*, *ibidem*.

parte no grande jogo da política internacional estavam ligadas à aspiração nacional de "engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos" e de chegar, junto de pelo menos "quatro ou cinco das maiores nações da América Latina", "a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo"[9].

Em outras palavras, com o Barão do Rio Branco a política externa brasileira baseia-se em uma visão sistêmica e realista, cujo sentido, longe do afã da glória, é colocar a diplomacia a serviço da realização do enorme potencial de desenvolvimento nacional e regional.

A aproximação aos Estados Unidos, principal mercado para o café brasileiro e apoio político de indiscutível valia em certas circunstâncias adversas, era "ponto cardeal" dessa nova projeção internacional. Não podia, no entanto, ser feita à custa "do direito de pensar e de proceder com a lealdade que é a força essencial da nossa amizade"[10]. A atitude independente com que Rio Branco conduzia a relação bilateral fica patente no caso Alsop, sobre o qual escreveu anonimamente em 1909. Mesmo saudando a noção de "Destino Manifesto" que inspirava as ações norte-americanas, observa com realismo exemplar: "Não entendemos, porém, de amizade incondicional, especialmente para com os fortes"[11]. Passa então a criticar a ameaça ilegal norte-americana de uso da força contra o Chile, importante aliado e vizinho brasileiro na América do Sul, região onde entendia haver "direito nosso de operar [...] sem ter que pedir licença ou dar explicações" ao governo dos Estados Unidos[12].

O "ciclo maior" a que o Brasil se lançava naquele momento incluía também a primeira grande reunião multilateral do país, a Conferência da Haia, outro ponto cardeal (por assim dizer, "instantâneo") da projeção internacional do país. A brilhante defesa do princípio da igualdade soberana por Rui Barbosa nas discussões sobre a criação de uma Corte Permanente de Arbitragem durante a conferência é bem conhecida e revela que Rio Branco não perdeu de vista a solidariedade latino-americana como parte integrante do interesse nacional. Rio Branco autorizou Rui Barbosa a adotar essa posição instruindo-o a atrair "as simpatias dos povos fracos e o respeito dos fortes"[13].

---

[9] Rio Branco, Discurso pronunciado aos 6 de agosto de 1905 na sessão inaugural do Terceiro Congresso Científico Latino-Americano, realizado no Teatro São Pedro de Alcântara, *Obras* IX, p. 77.

[10] Rio Branco, Barão do. *O Brasil nos conflitos americanos*. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17 dez. 1909 (Ass. Ernesto Maurício). Esse proceder leal nem sempre é bem compreendido. Discutindo certa vez divergências entre o Brasil e os Estados Unidos com o representante norte-americano nas Nações Unidas, Bill Richardson, um dos autores deste texto ponderou que o melhor amigo não é aquele que concorda sempre. Ao que respondeu seu interlocutor: "Sim, mas acho que preferimos aqueles que concordam sempre".

[11] *Idem*, *ibidem*.

[12] AHI. Despacho para Washington, 10 jan. 1908.

[13] Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Despacho n. 89 para Haia, 18 ago. 1907.

É preciso acrescentar que o apoio a algumas das posições do Brasil na Haia não foi imediato, como ilustra o caso da votação sobre o Tribunal de Presas Marítimas. Dá prova da firmeza de propósito do chanceler no Rio de Janeiro o despacho em resposta a Rui Barbosa, que alertava sobre o Brasil ter ficado sozinho com a Turquia no voto contrário à criação daquele tribunal:

> Ainda que tivéssemos ficado inteiramente isolados, teríamos ficado bem, porque a opinião aqui não admitiria que o Brasil figurasse na 5ª classe em que o colocaram. Não se pode com justiça acusar o Brasil de embaraçar a obra de concórdia que a Conferência procura fazer. Não fomos à Haia para subscrever o que a maioria quiser[14].

Como Rui Barbosa notaria um ano mais tarde[15], o isolamento brasileiro no momento da votação veio a ser revertido à medida que quase metade dos países reunidos na Haia se deu conta da "evidente afirmação do poder da força contra a razão" contida no projeto e não aderiu à convenção que criaria o tribunal[16].

A atuação regional do Brasil caracterizou-se pelo que Rio Branco definiu lapidarmente como uma "inflexível diretriz de concórdia eficaz e leal amizade entre todas as nações sul-americanas"[17]. Rio Branco entendia serem as prevenções e os ódios entre castelhanos e portugueses uma "velha sobrevivência" ibérica estranha não só à América do Sul[18], mas também à sua formação pessoal. Em carta de 1905 ao então representante argentino no Rio de Janeiro, Manuel Gorostiaga, o Barão recorda que sua juventude passou-se em período marcado por forte cooperação e mesmo aliança militar entre Brasil e Argentina[19].

A reversão de preconceitos e desconfianças por meio de uma diretriz de cooperação sul-americana foi fundamental para o encaminhamento bem-sucedido das questões fronteiriças, maior passivo recebido por Rio Branco ao assumir a chancelaria em 1902. A atitude de "cordura e longanimidade", como a designou em outra ocasião[20], tornou

---

[14] FCRB. Despacho n. 151 para Haia, 11 set.1907.

[15] Barbosa, Rui. O Brasil e as nações latino-americanas em Haia. Sessão de 21 de outubro de 1908. *In*: Barbosa, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1967, v. XXXV, 1908, t. I, Discursos Parlamentares, p. 72.

[16] A expressão foi empregada pelo delegado brasileiro em sua explicação de voto na comissão que apreciava o projeto, a 10 de setembro de 1907. Ver Scott, James Brown. *The proceedings of the Hague peace conferences*: translation of the official texts. Nova York: Oxford University Press, 1921, v. 2 – The Conference of 1907, Meetings of the First Commission, p. 11.

[17] Rio Branco, *O Brasil nos conflitos americanos*.

[18] Rio Branco, Brasil e Argentina.

[19] Lins, Alvaro. *Rio-Branco*: (O Barão do Rio Branco) 1845-1912. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945, v. 2, p. 579.

[20] AHI. Despacho para Washington, 22 nov. 1909.

possível que, ao cabo de sua gestão dez anos mais tarde, o Barão houvesse concluído o traçado territorial do país de modo pacífico.

Essa atitude encontrou sérias resistências. Nas negociações bilaterais com a Bolívia e o Uruguai, por exemplo, Rio Branco foi muito criticado pela posição negociadora que hoje se reconhece como um de seus maiores méritos. Ele a resumiu assim, a propósito do acordo sobre o Acre: "As combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e, mais ainda, aquelas em que todas ganham, serão sempre as melhores"[21]. Na exposição de motivos sobre a cessão ao Uruguai de trecho do rio Jaguarão e da lagoa Mirim, Rio Branco menciona a resistência na imprensa e mesmo no Itamaraty a essa alteração na política fronteiriça brasileira[22].

Buscava superar a imagem dos vizinhos como inimigos, começando por uma concepção inovadora dos limites territoriais: "As fronteiras não são obra de separação e divergência, devem ser penhor de segurança e de paz"[23]. Essa concepção se estendia para a atitude frente ao progresso das nações limítrofes, que o Brasil "deseja ver cada vez mais prósperas e fortes"[24]. Seu senso de realismo não impedia – antes estimulava – um entendimento sobre a inserção regional orientado ao que a Ciência Política moderna chamaria de jogo de soma positiva.

As reiteradas tensões com a Argentina, naturais naquela época formativa, encontraram em Rio Branco um estadista consciente do enorme potencial aberto pela diplomacia da paz para a realização dos magnos objetivos nacionais de cada país. Notou a "grave responsabilidade" de ambos os países decorrente da "assombrosa fertilidade dos nossos territórios", que não podiam ser devastados pela guerra[25].

A esse conjunto de posições construtivas nas relações bilaterais o chanceler associou a inovadora proposta de coordenação regional pelo Pacto do ABC. Argentina, Brasil e Chile não se ligariam pela oposição às grandes potências, mas pelo marco daquele já mencionado direito de operar na América do Sul sem ter que pedir licença ou dar explicações a potências estrangeiras. Rio Branco partia do reconhecimento da preeminência chilena no Pacífico e falava em "dividir com a República Argentina, se assim se pode dizer, a parte de hegemonia que nos cabe" no Atlântico Sul[26].

---

[21] Rio Branco, Barão do. Exposição de motivos sobre o Tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolívia (Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 27 de dezembro de 1903). *In*: Ministério das Relações Exteriores. *Obras do Barão do Rio-Branco*: V Questões de Limites. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 21.

[22] Rio Branco, Exposição de Motivos sobre o Tratado de 30 de Outubro de 1909 entre o Brasil e o Uruguai (Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 19 de dezembro de 1909), *Obras* V, p. 158.

[23] Rio Branco, Barão do. As críticas ao tratado sobre lagoa Mirim e rio Jaguarão. *Imprensa Nacional*, Rio de Janeiro, 1911 (Ass. Ernesto Maurício, Petrópolis, 18 de maio de 1910).

[24] Rio Branco, Discurso pronunciado aos 5 de outubro de 1907, na Faculdade de Direito de São Paulo, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelos corpos docente e discente das escolas superiores, *Obras* IX, p. 123.

[25] Rio Branco, Brasil e Argentina.

[26] Rio Branco, Barão do . "Censuras platinas". *O Paiz*, 18 de janeiro de 1905 (Anônimo).

Previa que "uma cordial inteligência entre a Argentina, o Brasil e o Chile seria de grande proveito para cada uma das três nações e teria influência benéfica dentro e fora das suas fronteiras"[27]. Certamente contribuiria para minimizar as oportunidades de intervenção estrangeira na América do Sul. A ideia do ABC revela que Rio Branco não se deixava atrair por uma visão ingênua, que consistiria em emular as conflituosas dinâmicas sistêmicas por meio de rivalidades regionais. Antes, ciente dos riscos e oportunidades colocados para o Brasil pelo sistema internacional, valia-se daquelas dinâmicas como forma de demonstrar a necessidade de coesão política (e mesmo militar) sul-americana.

A segurança das fronteiras, da população e dos interesses brasileiros caracterizava-se, para Rio Branco, não só por uma ação diplomática eficaz e orientada para a proteção dos ativos nacionais, mas também pelo respaldo em capacidades militares adequadas para uma estratégia dissuasória de defesa.

Ao abordar o tema em discurso de 1906, sua primeira preocupação é afastar as figuras do militarismo e da busca da hegemonia:

> Quando éramos, incontestavelmente, a primeira potência militar da América do Sul, em terra e no mar, nunca a nossa superioridade de força foi um perigo para os nossos vizinhos, nunca empreendemos guerras de conquista, e menos poderíamos pensar nisso agora que a nossa constituição política no-las proíbe expressamente[28].

Em seguida, distingue entre a paz como aspiração diplomática e o preparo militar como preceito da defesa nacional:

Nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar [...]. Não depende da vontade de uma nação evitar conflitos internacionais [...]. Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que às vezes só a força pode dar[29].

Não escapava a Rio Branco que o descuido com a defesa nacional podia converter-se em incentivo à guerra, e não à paz. Observava, em 1911, a sorte então reservada à China, que desdenhara as "virtudes militares" e encontrava-se exposta "às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações consequentes da derrota"[30].

---

[27] Rio Branco *apud* Lins, *op. cit*., pp. 579-580.

[28] Rio Branco, Discurso pronunciado aos 10 de novembro de 1906, no Palácio Itamaraty, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelo Exército Nacional, *Obras* IX, p. 103.

[29] *Idem*, pp. 103-104.

[30] Rio Branco, Discurso pronunciado aos 15 de outubro de 1911, quando da inauguração do retrato do Barão do Rio Branco no Clube Militar, *Obras* IX, p. 279.

Situações concretas enfrentadas no decurso de sua gestão evidenciaram a percepção que tinha da utilidade da dissuasão militar para certas ações diplomáticas. Por vezes, afligia-se com a indisponibilidade ou a escassez de meios. Cumpre enfatizar a ideia da dissuasão, isto é, da capacidade militar orientada a evitar atitudes hostis, pois o Barão repugnava o emprego agressivo dos meios militares.

Rio Branco afirmou certa vez que a "moderação e os sentimentos pacíficos do governo brasileiro" estavam "em perfeita consonância com a índole e a vontade da nação"[31]. Esse exame de sua posição sobre o papel dos meios militares indica que, de fato, a moderação constituía, para ele, atributo comum às políticas externa e de defesa, cuja sintonia percebia ser indispensável para a projeção do país.

II

Não cabe, aqui, historiar os cem anos que separam as décadas iniciais dos séculos XX e XXI na política externa brasileira. Como se sabe, diferentes linhagens de pensamento sobre a inserção internacional do país, enunciadas ao tempo do Barão por homens como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, viriam a se estabelecer e a se consolidar como referências da ação diplomática brasileira, ora voltada para relações preferenciais com a grande potência hemisférica, ora voltada para uma maior pluralidade dos relacionamentos externos.

O legado de Rio Branco, rico e seminal, segue infenso a uma interpretação unívoca. Aponta, decerto, para aquele realismo salutar que sabe evitar expectativas ingênuas sem renunciar a ideais elevados, de que fala Martin Wight[32]. Por um lado, Rio Branco descartava a plausibilidade de amizades incondicionais, da cooperação desligada do interesse, do pacifismo indefeso e de uma defesa delegável a terceiros; por outro, não renunciava à promoção de alguns princípios multilaterais que limitassem o uso da força, ao ideal de uma ordem mais harmônica e de um Brasil forte, soberano e plenamente desenvolvido.

A defesa que fazia do interesse nacional tinha ao menos três características, apresentadas anteriormente: orientava-se por uma *racionalidade sistêmica*, imprimia uma *diretriz de cooperação sul-americana* e lastreava-se em uma *estratégia dissuasória de defesa nacional*.

---

[31] *Idem*, *ibidem*.

[32] Wight, Martin. *A política do poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 310.

Um exame – é certo que retrospectivo – das grandes linhas da política externa na primeira década do século XXI, com ênfase nos dois períodos do governo do presidente Lula, demonstra a atualidade dessas características.

III

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, a ideia de uma unipolaridade benigna, defendida por alguns, cedeu passo à concepção estratégica ofensiva (ou "assertiva") adotada pela superpotência remanescente e à sua disposição para determinar unilateralmente tanto a existência de ameaças à paz e à segurança internacionais quanto a necessidade de uso da força para solucionar tais situações. A invasão do Iraque apontou para a instabilidade intrínseca e a insegurança estrutural desse sistema de "desequilíbrio unipolar"[33].

O governo do presidente Lula teve clara percepção da dimensão desse risco desde o primeiro dia. Por uma série de ações, como a aproximação imediata em nível presidencial com a Alemanha e com a França, e em nível ministerial com a Rússia – países vocais na oposição à guerra –, o Brasil posicionou-se firmemente no campo da defesa da integridade normativa do sistema internacional, centrada na Carta de São Francisco.

Como se disse à época, tão urgente quanto reconstruir o Iraque era reconstruir as Nações Unidas. O pleito pela expansão do número de assentos permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança e também pela mudança de seus métodos de trabalho, que o Brasil ajudou a articular com Alemanha, Índia e Japão (o G-4), partiu do entendimento de que a autoridade do órgão aumentará conforme melhore sua representatividade. Nos biênios em que ocupou assento não permanente do Conselho durante a década em análise, de 2004 a 2005 e de 2010 a 2011, o Brasil tomou posições em variada gama de temas orientando-se pela clara noção da responsabilidade que tem de contribuir para que a dinâmica internacional evolua na direção da cooperação e da paz.

Na Organização Mundial do Comércio, a correlação de forças no processo negociador da Rodada Doha foi transformada na reunião de Cancún, em 2003, com a criação do G-20, que coligava grandes economias

[33] O conceito é desenvolvido em Amorim, Celso. Entre o desequilíbrio unipolar e a multipolaridade: o Conselho de Segurança da ONU no período pós-Guerra Fria. *In*: Dupas, Gilberto; Vigevani, Tullo (Orgs.). *O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional*. São Paulo: Editora Alfa-omega: Fapesp, 1999.

do mundo em desenvolvimento em prol de uma nova ordem no comércio de bens agrícolas. O G-20 convergiu com o grupo mais amplo dos países em desenvolvimento (chamado de G-90), inclusive os países de menor desenvolvimento relativo, durante a Conferência Ministerial de Hong Kong, em 2005, quando foi possível, mediante uma plataforma comum, extrair das nações ricas, notadamente as da União Europeia, uma data final para a eliminação dos subsídios às exportações agrícolas pelos países desenvolvidos. Independentemente do estado da Rodada Doha após o "grande fracasso" de julho de 2008, esse segue sendo um interesse vital para o Brasil, que, naquele episódio, granjeou "as simpatias dos fracos e o respeito dos fortes", para retornar ao despacho de Rio Branco a Rui Barbosa.

Essa agenda reformista suscitava uma reflexão mais ampla sobre a necessidade de reorganização das relações internacionais. A racionalidade sistêmica impunha ação diplomática paciente, mas imediata e desassombrada, na direção da multipolaridade, estrutura mais conducente à redução das históricas vulnerabilidades externas brasileiras e à realização do desenvolvimento nacional.

Além das organizações internacionais, as coalizões de geometria variável em que o Brasil operou favoreciam não só a defesa pragmática do interesse nacional, mas também a formação de agrupamentos calcados em afinidades valorativas.

O Fórum de Diálogo Ibas, criado por Índia, Brasil e África do Sul já em 2003, oferece o melhor exemplo dessas afinidades, ao reunir três grandes democracias multiétnicas, multiculturais e do mundo em desenvolvimento, cada uma capaz de irradiação em suas respectivas regiões e de projeção global. O Ibas impulsionou a agenda de cooperação Sul-Sul por iniciativas concretas como o Fundo Ibas de Combate à Fome e à Pobreza, dando prova de que um país não precisa ser rico para praticar a solidariedade. Teve também repercussão positiva em outras áreas, como na própria formação do G-20 Comercial.

Três anos mais tarde, em 2006, começou a tomar forma o Agrupamento Brics, que hoje reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O grupo Brics caracteriza-se pelo pragmatismo da articulação e projeção de interesses comuns, fundado no desejo de ver suas visões refletidas na agenda de governança do mundo multipolar. Movida pela vocação de independência de seus membros, a consolidação do Brics foi indicativa do enfraquecimento do quadro de hegemonia. Os desafios presentes e futuros que encontre, aliás inerentes a qualquer coalizão de composição variada, não impedem que se aplique ao Brics o que, no seu

tempo, Joaquim Nabuco observou sobre a elevação da representação diplomática do Brasil em Washington para o *status* de embaixada: "O título [...] por si só é um manifesto [...]. Estamos visivelmente no começo de uma nova Era"[34].

Assim como Rio Branco a propósito do Pacto do ABC, a política externa um século mais tarde não se aproximou de parceiros emergentes pelo antagonismo às tradicionais potências europeias e norte-americana. Pelo contrário, reconhecendo a complexidade da inserção internacional do Brasil e rejeitando formulações simplistas de seus interesses, aceitou a oferta de uma Parceria Estratégica com a União Europeia (onde tem, por exemplo, importante cooperação na área militar com a França, assentada na transferência de tecnologia) e manteve amplos contatos de alto nível com os Estados Unidos, formalizados no Diálogo de Parceria Global[35].

A redistribuição de poder iniciada na primeira década do novo século tem tido curso mais livre – na verdade, menos impedido – em certas áreas, como a da economia internacional. A ação coordenada do Brics tem sido importante na reforma das instituições de Bretton Woods e na conformação da agenda do G-20 Financeiro.

Já na área da segurança internacional, o avanço na adequação à nova realidade (cuja epítome seria a reforma do Conselho de Segurança) sofre resistências conhecidas, embora, mesmo aí, lançando-se vistas a um período mais amplo (duas décadas), verifiquem-se notáveis mudanças de percepção. No início da década de 1990, tratava-se de evitar uma reforma rápida e discriminatória (o chamado *Quick Fix*, que contemplaria apenas Alemanha e Japão com novos assentos permanentes). Nos dias que correm, inversamente, é impossível conceber um Conselho de Segurança reformado que não inclua o Brasil, a Índia e um país africano, conforme, no caso brasileiro, admitiu a própria secretária de Estado norte-americana[36].

Em todas essas áreas, o Brasil tem assumido responsabilidades compatíveis com os benefícios que retira de um sistema internacional que deseja mais próspero e pacífico. O Brasil trabalha para que a multipolaridade que se anuncia consolide-se com o predomínio da cooperação sobre o conflito, da norma sobre o arbítrio. Para isso, empenha-se em multilateralizar a multipolaridade, isto é, em assegurar o respeito e a vitalidade das normas gerais de conduta em um sistema no qual o poder é crescentemente disperso.

---

[34] Nabuco *apud* Lins, *op. cit.*, p. 500.

[35] Uma discussão dos benefícios para os Estados Unidos da ascensão e crescente independência do Brasil pode ser encontrada em Amorim, Celso. Reflections on Brazil's global rise. *Americas Quarterly*, primavera de 2011.

[36] Hillary diz que é difícil imaginar CS sem Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 17 abr. 2012.

A integração sul-americana é, a um tempo, decorrência da multipolarização das relações internacionais e incentivo a ela. Se a obra de Rio Branco na vizinhança foi definir as fronteiras do Brasil, a obra da política externa na primeira década do século XXI foi integrá-las. Assim como as fronteiras precisaram, então, ser reconceituadas como "penhor de segurança e paz", a integração exige um longo processo de transição conceitual e formação institucional.

Esse processo está em curso desde que Brasil e Argentina, redemocratizados, decidiram colocar suas relações sob a égide da cooperação. A evolução desta tem demonstrado não haver contradição, para o Brasil, entre trabalhar pela integração regional e atuar globalmente. A vocação de independência e universalismo da política externa brasileira é reforçada pela integração com os vizinhos.

Mercosul, Unasul e Celac cumprem esse desígnio em diferentes velocidades. Estruturado em torno do objetivo de conformação de um mercado comum, o Mercosul representa o nível mais aprofundado da integração. A seu mandato original de liberalização tarifária tem sido agregado o reconhecimento da necessidade de superação de assimetrias que obstaculizam o progresso dos membros menores. A criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (o Focem) constituiu um importante passo nessa direção, pautado pelo entendimento de que a prosperidade do Brasil se amplia conforme aumenta a prosperidade de seus vizinhos. O eventual custo da compreensão (inclusive bilateralmente) com as dificuldades desses países, muitas delas oriundas das diferenças nos níveis de desenvolvimento, é compensado por relações estáveis a mais longo prazo e pelo benefício, para o Brasil, de cercar-se por um cinturão de paz e boa vontade.

Com o ingresso da Venezuela no Mercosul, o Brasil consolidará seus vínculos com um importante parceiro econômico e aproximará toda sua região Norte e Nordeste ao dínamo integrador. Sobretudo, e na linha da criação de mecanismos regionais que aprofundam a paz pela agenda da prosperidade, razão mesma da criação do Mercosul, a inclusão da Venezuela no bloco trará implicações positivas no âmbito do progresso político interno, nexo já observado no caso da União Europeia[37].

Os primeiros passos para a integração do conjunto da região sul-americana foram dados no governo Itamar Franco, com a proposta de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (a Alcsa), que procurava

[37] Lima, Maria Regina Soares de. Razões para a adesão da Venezuela ao Mercosul. Exposição na 3ª Audiência Pública para instruir o Projeto de Decreto Legislativo n. 430, de 2008. 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, 9 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.opsa.com.br/images/pdf/artigos/2_conferencias_2009_06_09_Lima_Venezuela.pdf>.

aproximar o Mercosul da Comunidade Andina de Nações. O processo teve um marco na primeira cúpula de presidentes da América do Sul, convocada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000, em Brasília. Essa reunião partiu do entendimento de que o processo integrador encontra amplo potencial no espaço geográfico sul-americano. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), criada na Cúpula de Brasília, exemplifica a extensão da agenda comum de países que, em pleno século XXI, ainda não contavam com uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

Com a Unasul, criada em maio de 2008, essa agenda ganhou institucionalidade e impulso próprios. Por um lado, a concertação política é dimensão essencial da integração sul-americana. A Unasul revelou o papel decisivo que pode desempenhar para seus membros já na crise política sofrida pela Bolívia em setembro de 2008, ao contribuir para a manutenção da integridade territorial do país e ao assistir na desdramatização de sua cena política. Por outro lado, a Unasul visa explorar as possibilidades de integração em áreas-chave, como infraestrutura, energia, investimentos, saúde e educação, orientada pelos objetivos do crescimento econômico e da justiça social. Ao fornecer saídas coletivas para desafios individuais, a Unasul potencializa projetos nacionais de desenvolvimento[38].

Razões pragmáticas e fatos institucionais não esgotam, todavia, a obra da integração. Um componente fundamental da diretriz de cooperação regional na política externa no período em análise foi a atitude solidária de não indiferença. A não indiferença complementa – e não substitui – a não intervenção. Esse conceito foi empregado na política externa do governo Lula pela primeira vez por ocasião da criação do Grupo de Amigos da Venezuela[39]. Houve críticas dos que viam em curso uma intervenção em assuntos internos deste país. O Brasil podia e devia, contudo, contribuir para o diálogo, desde que fosse aceito pelas partes envolvidas, o que de fato ocorreu. A composição plural do Grupo de Amigos, com países mais próximos do governo e outros à oposição, contribuiu para o equacionamento pacífico da situação que se instalou após a tentativa de golpe contra o presidente Chávez, em 2002.

A não indiferença inspirou, em 2004, a participação do Brasil (com exercício do comando militar) na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), sob a égide do Conselho de Segurança.

---

[38] Ver, por exemplo, Simões, Antonio José Ferreira. *Integração*: sonho e realidade na América do Sul. Brasília: Funag, 2011, capítulo 3.

[39] A enunciação da "não indiferença" como princípio na política africana do pós-Segunda Guerra Mundial é discutida por Seitenfus, Ricardo *et al*. O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não indiferença. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 2, 2007.

No Haiti, o Brasil demonstrou não só capacidade de assumir a parte de responsabilidade que lhe cabe pelo "bem público" da paz internacional, mas também disposição para participar de uma iniciativa sem precedentes entre os países latino-americanos – sobretudo sul-americanos – em termos de articulação política e de presença militar.

A aproximação com o Haiti levou à abertura de um diálogo político mais abrangente no Caribe, que resultou na realização da Cúpula Brasil-Caricom em 2010. A Celac consolida essa ampliação do núcleo do "ciclo maior" divisado por Rio Branco, aproximando a América do Sul à América Latina e ao Caribe.

Outro componente da diretriz de cooperação foi a exploração de iniciativas extrarregionais ou birregionais, que contribuíram para a afirmação da América do Sul como ator político. As cúpulas da América do Sul com os países árabes (Aspa) e africanos (ASA) acrescentaram uma nova vertente à lógica regional ao promover a aproximação entre civilizações afinal entrelaçadas pela história. As cúpulas não só incrementaram expressivamente trocas comerciais, como estimularam o conhecimento e o contato mútuo. Contribuíram para tornar mais real a "nova geografia política e econômica mundial" propugnada pelo presidente Lula[40].

Aspectos da política regional como os discutidos anteriormente indicam que, no período recente, o Brasil pôde criar sua própria agenda externa, para além de reagir a temas e processos apresentados por outros países. Esses elementos remetem à maior margem de ação aberta à política externa pela decisão de explorar as perspectivas de uma ordem global mais descentralizada, condizente com a linhagem de pensamento que enfatiza a pluralidade dos relacionamentos externos do Brasil.

Em suas vidas nacionais e em suas relações entre si, os países da América do Sul têm recobrado a reflexão e o planejamento de defesa. Se, por um lado, a consolidação democrática em toda a região torna natural e mesmo necessário o exame de questões vitais para o exercício da soberania, por outro, a superação de concepções infundadas sobre a destinação das forças armadas sul-americanas no pós-Guerra Fria possibilita o debate franco e pragmático sobre os propósitos do poder militar no século XXI[41].

---

[40] Lula da Silva, Luiz Inácio. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Cúpula África-América do Sul (Afras), Abuja, Nigéria, 30 nov. 2006. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 99, 2º sem. de 2006, p. 183.

[41] Uma das decorrências da ideia de uma unipolaridade benigna era a concepção, mais ou menos explícita, de uma "divisão de trabalho" nos temas de segurança e defesa nas Américas. Corresponderia aos países latino e sul-americanos ocuparem-se de missões frequentemente secundárias das forças armadas, como o combate ao crime e a repressão ao tráfico de drogas. A capacidade militar de defesa e a responsabilidade de lidar com os assuntos da paz e da guerra caberiam à principal potência. Foi esse o espírito que permeou a visita do secretário de Defesa do governo Clinton, Bill Perry, ao Brasil, onde foi recebido por um dos autores deste texto, então chanceler do governo Itamar Franco. Sinal dos tempos: em sua recente visita ao Brasil, em abril de 2012, o secretário de Defesa do governo Obama, Leon Panetta, reconheceu

No Brasil, essa retomada se consubstanciou, entre outros fatores, na Estratégia Nacional de Defesa (END), publicada em 2008 e seguida pelo lançamento do Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (Paed), programado para 2013. Ao mesmo tempo em que afirma que o Brasil não pode prescindir de meios para a defesa de seu território, população e interesses, o documento postula o nexo indissociável entre estratégia de defesa e estratégia de desenvolvimento.

O amadurecimento das discussões regionais sobre o temário da defesa e da segurança levou a integração a espraiar-se também nessa área. A criação do Conselho de Defesa Sul-americano correspondeu a um movimento de fundo na realidade da América do Sul, que é a formação progressiva do que Karl Deutsch denominou "comunidade de segurança", isto é, uma região entre cujos membros a guerra é impensável[42]. A evolução da relação Brasil-Argentina nas três últimas décadas é paradigmática dessa tendência à construção e à consolidação da confiança.

A América do Sul é o espaço prioritário em que a política de defesa brasileira erige a cooperação em estratégia. A colaboração em defesa ocorre de maneiras variadas, que incluem cooperação industrial em projetos comuns e exercícios conjuntos entre forças armadas da região. A participação sul-americana em operações de manutenção da paz, já mencionada, é outra vertente. Iniciativas como essas, que fomentam uma visão comum dos desafios de defesa e de segurança sul-americanos, são aportes concretos à formação da "comunidade de segurança" regional.

A cooperação estende-se a outras regiões. Como se sabe, a política externa dedicou boa parte de sua energia no governo Lula a atender a "sede de Brasil" existente na África. A política de defesa tem acompanhado esse movimento de priorização da África, a começar pelo Atlântico Sul, espaço natural de projeção do Brasil. Ganha relevo, nesse contexto, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (chamada Zopacas), composta pelos países ribeirinhos das duas margens do oceano. Além de promoverem o princípio dos usos pacíficos dos oceanos, os membros da Zopacas defendem um Atlântico Sul livre de armas nucleares e de rivalidades militares. A cooperação de defesa com a África também tem ocorrido no plano multilateral, pelo foro de defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), no plano trilateral, pela manobra naval IBSA-Mar, dos países do Ibas, e no plano bilateral, pelo aprofundamento da parceria com países como Namíbia e Cabo Verde.

---

a necessidade de que o Brasil se prepare para atuar globalmente, inclusive do ponto de vista militar. Ainda que haja aí algum interesse de natureza econômica, o contraste é digno de nota.

[42] Deutsch, Karl *et al*. *Political community and the North Atlantic area*. Princeton: Princeton University Press, 1957.

No Oriente Médio, o Brasil assumiu em fevereiro de 2011 o comando da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). A FTM, cuja capitânia é uma fragata da Marinha do Brasil desde novembro do mesmo ano, foi criada após o conflito que opôs o Líbano a Israel, em meados de 2006. Cidadãos brasileiros foram vitimados naquela conflagração, que motivou uma operação de grande porte, coordenada pelo Itamaraty, para a retirada de três mil brasileiros por meios terrestre e aéreo.

A repercussão trágica e direta para o Brasil desse conflito apenas supostamente remoto[43] renova o valor da advertência de Maquiavel, nos *Discursos*, sobre o risco que acompanha a indiferença às disputas entre povos geograficamente afastados:

> Os outros poderosos, que estão distantes e não têm relações com eles, cuidarão da coisa como de algo longínquo, que não lhes diz respeito. Erro em que laboram até que o incêndio se aproxime deles; e, quando este chega, não há remédio senão apagá-lo com suas próprias forças, que já não bastam, visto que aquele se tornou poderosíssimo[44].

A imagem, forte e grave, fixa a necessidade que tem o Brasil de uma política externa orientada por considerações sistêmicas e respaldada por Forças Armadas modernas, aprestadas e integradas. Uma vez que a ausência de ameaças imediatas não justifica a imprudência frente a incertezas persistentes, a política de defesa adota uma estratégia global dissuasória. A dissuasão busca evitar agressões diretas ao patrimônio nacional e garantir a incolumidade de interesses brasileiros em conflitos entre terceiras partes, por meio da imposição de custos inaceitáveis a eventuais forças hostis ao país.

A hipótese indesejável, que não se pode descartar, de evolução do sistema de Estados rumo a uma estrutura na qual predomine o conflito impõe o aprimoramento da capacidade dissuasória das Forças Armadas brasileiras. As estratégias cooperativa e dissuasória de defesa concatenam-se, assim, com uma diplomacia voltada ao diálogo, à justiça e à paz, mas ciente da necessidade "de prover pela própria segurança, de velar pela própria dignidade e pela garantia dos direitos que às vezes só a força pode dar".

---

[43] Como já referido sobre esse assunto, "a estabilidade política libanesa afeta diretamente o Brasil, não somente devido à grande comunidade libanesa no Brasil como também ao número crescente de nacionais brasileiros residindo no Líbano". Amorim, Celso. Brazil and the Middle East: reflections on Lula's South-South cooperation. *The Cairo Review of Global Affairs*, n. 2, 2011, p. 55.

[44] Maquiavel, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 184.

IV

O Brasil da Nova República e da Constituição Cidadã ousou aspirar a um modelo de progresso nacional mais amplo, em que a estabilidade política e o desenvolvimento econômico fossem conjugados à inclusão social e reforçados por ela. Gradualmente, e com especial intensidade neste princípio de século, esse novo progresso vem transformando a realidade brasileira. Os limites do possível foram expandidos para muito além do que se concebia na "República dos Conselheiros" e nos conturbados períodos de oscilação entre democracia e autoritarismo que se seguiram.

A nova autoestima nacional refletiu-se nas relações exteriores. Nas palavras da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil "tem uma imensa capacidade de projeção internacional, porque esse país se encontrou internamente"[45]. Como na época de Rio Branco, a ação diplomática também melhorou o conceito de que a pátria goza no mundo e deu orgulho a brasileiras e brasileiros mesmo no sertão mais longínquo[46].

A política externa ousou conceber-se em um raio mais amplo. Ao assumir os riscos e beneficiar-se das oportunidades inerentes a uma atitude inovadora, sua ação teve em vista evitar os extremos do realismo, que resultam na inação, bem como o idealismo excessivo, que se traduz em irrelevância. A política externa *ativa e altiva* desconsiderou "círculos de giz" que traçavam supostos limites à projeção do país e aceitou a atração do Brasil para o que Rio Branco julgava seu lugar devido, o "ciclo maior" da política mundial.

Sozinho ou em conjunto com outras nações, o Brasil abriu caminhos que pareciam fechados, ampliou os espaços de sua liberdade e ajudou, ainda que modestamente, as transformações em curso no mundo. Complementou interesses com solidariedade; aprofundou a cooperação pela integração; e, pela nova ênfase na Defesa, tem buscado respaldar e fortificar seu "poder brando" de atrair pelo exemplo e de irradiar valores.

Stefan Zweig registrou, em sua obra célebre, a singularidade do país que tem estadistas, e não guerreiros, como heróis. É notável que o Duque de Caxias, patrono do Exército, seja conhecido como "o Pacificador". Dizia Zweig sobre o Brasil: "Nunca a paz no mundo se viu ameaçada por sua política, e mesmo em tempos de incerteza como os nossos não se

---

[45] Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de formatura da Turma 2010-2012 do Instituto Rio Branco. Brasília, 20 abr. 2012. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-formatura-da-turma-de-2010-2012-do-instituto-rio-branco-brasilia-df-25min07s>.

[46] Ver Rio Branco, Barão do. As relações exteriores do Brasil durante a presidência Afonso Pena. *Jornal do Commercio*, 13 jun. 1909 (Anônimo).

pode imaginar que esse princípio básico de seu pensamento nacional, esse desejo de entendimento e conciliação alguma vez pudesse mudar"[47]. Rio Branco mostrou que a paz é um objetivo que a diplomacia deve buscar – e pode atingir – especialmente em situações-limite. O país orgulha-se desse interesse nacional lucidamente voltado para a paz, que deve ao Barão.

[47] Zweig, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. Porto Alegre: L&PM, 2006, p. 22.

O Barão do Rio Branco e a geografia

Antonio Carlos Robert Moraes[1]

Para bem diferenciar o enquadramento do objeto de investigação e o entendimento do discurso acerca desse objeto, os historiadores utilizam os termos *história* e *historiografia*. A geografia não opera com distinção semelhante, nomeando os dois universos com o mesmo vocábulo[2]. Assim, utiliza-se o termo *geografia* para designar a manifestação de fenômenos na superfície terrestre e a materialidade daí resultante. No entanto, o vocábulo também é utilizado para qualificar as representações criadas acerca dessas relações e dessa materialidade. Tem-se, portanto, a palavra *geografia* designando o fato e o discurso. A pertinência deste comentário ancora-se na dificuldade de, em um breve texto, abarcar as possibilidades analíticas postas pelo tema das relações do Barão do Rio Branco com a geografia. A dificuldade advém de sua forte atuação nos dois universos mencionados e da maneira pela qual exemplarmente os relacionou.

Pode-se analisar o legado do Barão do Rio Branco, pelo viés da geografia política, em função de seu importante papel como definidor das fronteiras estatais na América do Sul; logo, como construtor prático de territórios. Pode-se analisá-lo também, do ponto de vista da história da ciência, pela qualidade de seu trabalho geográfico, que o tornou

[1] Professor titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP).

[2] ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996. Os termos "corologia" e "corografia", muito utilizados no século XIX, foram abandonados, sem que outros ocupassem seus lugares. Sobre o uso dessas denominações, ver PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa*: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Capítulo 6. Milton Santos chegou a propor o termo "espaçologia" para o segundo conteúdo. Ver SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

intérprete da formação territorial do Brasil. Em sua atuação, os dois planos se interpenetram, pois o conhecimento disciplinar da geografia foi muito mobilizado na atividade diplomática, o que abre outro campo de investigação. Só o uso da cartografia como instrumento político de negociação já propiciaria uma pesquisa de monta[3]. Aqui, vamos tentar algumas aproximações, nos restringindo ao campo disciplinar, o que confere a este texto uma abordagem que privilegia a atividade mais "acadêmica" de José Maria da Silva Paranhos Junior.

A *Grande Encyclopédie* é, com certeza, a obra na qual as concepções de geografia de Rio Branco estão mais explícitas. O livro, organizado por Émile Levasseur, traz um verbete, claramente estruturado e redigido pelo barão, sobre o Brasil, o qual ganhou uma edição específica, intitulada *Le Brésil*, publicada em Paris, em 1889, pela editora H. Lamirault[4]. Contribuíram para esse texto um grupo de eminentes pensadores: E. Trouessart, doutor em medicina; Paul Maury, do Museu de História Natural; Zaborowski, antigo secretário da Sociedade de Antropologia de Paris; Henri Gorceix, diretor da Escola de Minas de Ouro Preto; J. C. de Almeida-Arêas, barão de Ourém, ministro plenipotenciário do Brasil em Londres; Eduardo Prado, jornalista e homem de letras; e Barão do Rio Branco, oficial da *Legion d'Honner*, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e antigo deputado. Apesar do concurso de todos os colaboradores, a maior parte do volume foi escrita pelo barão, por Levasseur, ou pelos dois juntos[5]. A parceria merece alguns comentários.

A figura de Émile Levasseur (1828-1911) foi um pouco ofuscada na história da geografia francesa pelo destaque dado a Paul Vidal de La Blache, a quem se atribuiu a paternidade inconteste da "Escola Possibilista". Na verdade, a construção dessa perspectiva, que reformulou a geografia universitária na França da Terceira República, remonta aos dois autores mencionados, dotados de especialidades diferentes e complementares: La Blache vinha do campo da história; Levasseur era professor de economia e estatística[6]. Ambos já eram autores reconhecidos

[3] Como sugerido por CORREIA FILHO, Virgilio. A geografia como fator das vitórias do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE: Rio de Janeiro, ano 7, n. 2, 1945; PEREIRA, Renato B. Rodrigues. O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE: Rio de Janeiro, ano 7, n. 2, 1945.

[4] O próprio Levasseur assume claramente essa colaboração, ao dizer, na apresentação do volume, que Rio Branco "não é somente o autor dos capítulos sobre a imprensa e as belas-artes, e da maior parte dos capítulos de história e antropologia, e colaborador daqueles sobre a administração e a imigração, mas, pelas pesquisas de erudição às quais é dedicado, pelas numerosas notas que redigiu, pela correção das provas que realizou, ele tem uma grande parte na composição de todo o trabalho" (LEVASSEUR, E. Le Brésil. In: _____. La *Grande Enciclopédie*. Paris: H. Laumirault, 1889. p. VIII).

[5] Dos 31 capítulos do volume, 13 foram redigidos individualmente por Levasseur, seis foram feitos em parceria com o Barão do Rio Branco e mais dois foram escritos pelos dois, em parceria com o barão de Ourém. Rio Branco, sozinho, escreveu três capítulos; um é assinado com Zaborowski. O barão participou, assim, da redação de 13 capítulos, além da nota "A Casa Imperial do Brasil", de sua autoria, publicada em anexo.

[6] CLAVAL, Paul; NARDY, Jean Pierre. *Pour le cinquantenaire de la mort de Paul Vidal de La Blache*: études d'histoire de la géographie. Paris: Les Belles Lettres, 1968. Parte 2 (Levasseur, Geographe).

e estabelecidos quando foram recrutados para a tarefa de organizar o conhecimento geográfico francês em um sistema moderno (logo, em moldes científicos e pedagógicos). Levasseur, ex-aluno da École Normale Supérieure, era membro da Académie des Sciences Morales et Politiques e, desde 1872, professor do Collège de France, com vasta obra publicada. Foi o responsável pela nova organização do ensino básico da geografia no país e o forte inspirador da geografia econômica ali praticada, além de grande organizador das estatísticas francesas (notadamente, as referentes ao emprego e à demografia, assunto de alguns de seus principais livros[7]).

O parceiro do Barão do Rio Branco nesse volume era, portanto, um dos mais importantes e consagrados geógrafos da França no último quartel do século XIX, tendo ocupado a presidência da Sociedade Francesa de Economia Política e a presidência honorária da Sociedade Francesa de Geografia[8]. O simples fato de dividirem uma publicação já seria digno de nota; contudo, a coautoria de várias partes do texto parece revelar uma relação pessoal e acadêmica mais sólida, construída possivelmente na convivência do grupo que se reunia em Paris no "salão" de Eduardo Prado, na Rue de Rivoli[9]. No entanto, o mais importante a assinalar é a afinidade disciplinar demonstrada na cooperação entre os autores no que interessa às matérias e aos conteúdos que deveriam ser contemplados no estudo geográfico. Nesse sentido, o plano da obra é revelador das concepções partilhadas quanto ao objeto e ao método da disciplina.

O primeiro ponto a salientar diz respeito à localização da obra no campo disciplinar estrito da geografia, posição peculiar e que pode ser aferida no agrupamento das variadas matérias tratadas em três grandes blocos, intitulados: Geografia Física, Geografia Política, e Geografia Econômica. Tem-se, portanto, no uso do rótulo específico, o entendimento de que uma visualização completa e sintética de um país deve estar ancorada nessa denominação, postura típica das "geografias universais" da época. Feito este apontamento inicial, cabe penetrar na análise dos conteúdos apresentados sob cada rubrica.

A primeira parte (Geografia Física) executa um enquadramento do território brasileiro em termos de superfície, situação e limites, expondo as coordenadas geográficas de seus pontos limítrofes e fazendo uma detalhada

---

7 Entre as obras mais conhecidas de Émile Levasseur destaca-se: *Histoire des classes ouvières en France* (1859-1867), *La Population Française* (1889-1892) e o *Grand Atlas de Géographie Physique e Politique* (1890-1894).

8 Ver o obituário de Levasseur escrito pelo ilustre geógrafo Jean Brunhes e o necrológio redigido por Vidal de La Blanche. Ver, respectivamente, BRUNHES, Jean. *The Geographical Journal*-Periódico da Royal Geographical Society, v. 38, n. 4, 1911; LA BLACHE apud CLAVAL; NARDY, op. cit.

9 Ver VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal: Funag, 1996., p. 124. Além dos autores citados, reuniam-se com frequência na casa de Eduardo Prado, entre outros, Santa-Anna Nery, Eça de Queirós, Ramalho Urtigão e Joaquim Nabuco.

descrição das fronteiras terrestres e da linha de costa do país. Em seguida, apresenta as divisões no que importa à geomorfologia (o relevo do solo), à geologia, à hidrografia (o regime das águas) e à climatologia. Pode-se considerar que a caracterização do meio físico realizada é comandada pelas macrounidades geomorfológicas (planaltos, planícies e bacias), que em grande parte são usadas na explicação das demais características naturais enfocadas. Na sequência, são apresentados textos sobre a flora, a fauna, e a paleontologia do Brasil, cuja concepção é mais taxonômica do que regional[10]. Há ainda um capítulo dedicado à antropologia, assinado pelo Barão do Rio Branco e por Zaborowski, no qual são discutidos os fósseis e as pinturas rupestres descobertos no país (fez-se um balanço da discussão arqueológica acerca da pré-história brasileira) e é exposto um quadro das tribos indígenas originais do território (em perspectiva mais etnográfica, que aborda a língua e a cultura material). O debate sobre as "raças" que compõem a população brasileira e a questão da "mestiçagem"[11] completa capítulo. O último assunto, também sob a responsabilidade do barão, da primeira unidade são as explorações científicas. Redigido em capítulo específico, o barão avalia os levantamentos efetuados por naturalistas e exploradores brasileiros e estrangeiros ao longo do século XIX.

A matéria coberta por esta parte demonstra bem o momento ainda de passagem de um modelo de exposição do conhecimento geográfico utilizado desde o final do século XVIII, divulgado com o emprego dos rótulos "corologia" e "corografia", nos quais as informações disponíveis eram inventariadas e apresentadas sem sequenciamento bem justificado teoricamente para o padrão que se hegemonizou a no início do século XX sob a alcunha de "monografia regional". Este modelo demanda uma teoria explicativa da dinâmica do meio físico para orientar a disposição das matérias abordadas, que estabelece a correlação entre diferentes fenômenos como base de explicação da unidade natural da região[12]. Na sequência mais convencional de avaliação do meio físico, tem-se a atuação dos paleoclimas sobre a estrutura geológica, gerando as formas do relevo, que, sob ação das variações climatológicas, constituem os tipos de solo, os quais, em interação com o clima atual, desenvolvem as formações vegetais, que (como ecossistemas) servem de habitat para as diversas espécies animais. A organização dos assuntos utilizada no volume em

[10] Nesse sentido, os três capítulos (o primeiro escrito por P. Maury e os seguintes, por E. Trouessart) aproximam-se mais da abordagem de H. Gorceix no capítulo sobre a geologia. Os outros capítulos até aqui comentados foram redigidos individualmente por Levasseur.

[11] Para um quadro geral da discussão deste tema no período ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

[12] Sobre o tema, ver LENCIONE, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

pauta não adotava ainda esse modelo, apesar de contemplar alguns de seus componentes. Vale também salientar que, na distribuição das matérias e na argumentação apresentada no livro, não se notam encaminhamentos que sugiram uma postura de tipo "determinista"; antes, identificam-se elementos epistemológicos próprios do enfoque do "possibilismo", o que ajuda a afirmar o papel de Levasseur na sistematização dessa escola da geografia[13].

A segunda parte do livro, intitulada "Geografia Política", trás o subtítulo "História, administração, população", que revela algo da concepção assumida quanto a esse rótulo. O primeiro tópico apontado, objeto do capítulo inicial (redigido por Levasseur e pelo barão), enfoca a ocupação territorial e o povoamento de todos os quadrantes do território da colônia. Ao chegar ao século XIX, se detém na crítica ao sistema federalista, posto como origem dos principais problemas governamentais vivenciados pelo Império[14], cuja superação, na segunda metade do século, abriu novo ciclo de "progressos" para o país[15]. Esse capítulo é seguido por um da lavra de Levasseur, abordando o tema da emancipação dos escravos, no qual se reafirma a ideia de uma escravidão mais branda no Brasil que nos Estados Unidos e nas Antilhas, acredita-se na substituição da mão de obra escrava por imigrantes e elogia-se o caráter pacifico da transição ocorrida no país. Conclui que o 13 de maio "abre uma nova era na história do Brasil". O capítulo seguinte (escrito por Levasseur, Rio Branco e Ourém) aborda o governo e a administração, fornecendo um quadro estatístico do país relacionado às unidades administrativas (províncias, municípios, vilas e cidades) e discutindo a qualidade das próprias estatísticas nacionais (fazendo críticas notadamente ao censo de 1872[16]). Após comentar a evolução urbana das principais cidades brasileiras, avançam pela discussão das divisões eclesiásticas e judiciárias (paróquias, termos e comarcas), além de comentar o sistema de defesa do país e de apresentar o número dos efetivos militares, dos navios de guerra e dos inscritos na Guarda Nacional. Terminam este capítulo com a exposição da situação financeira do Estado, expondo o orçamento no que tange às despesas e receitas e detendo-se na análise da questão tributária

[13] Para informação geral acerca dessas escolas, ver: MORAES, Antonio Carlos R. *Geografia*: pequena história crítica. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

[14] Criticam, citando Saint-Hilaire, o "sistema federalista", que poderia romper os "ainda frágeis laços da unidade" do império. LEVASSEUR, E. Op. cit. p. 33.

[15] Os autores concluem esse capítulo com as seguintes palavras: "Ao longo de 40 anos, o Brasil, pacificado no interior, fez grandes esforços, sob a direção do imperador dom Pedro II, para difundir a instrução, para elevar o nível de ensino, para desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, e para tirar partido das riquezas naturais do solo pela construção de vias férreas, pelo estabelecimento de linhas de navegação e pelos favores oferecidos aos imigrantes" (idem. p. 35).

[16] Eles destacam a necessidade de diferenciar a população urbana e a rural, procedimento não adotado no recenseamento citado. Dizem os autores que o conhecimento estatístico é fundamental para a "boa administração" (idem. p. 38).

e das dívidas interna e externa. A exposição sobre a legislação vigente, elaborada pelo barão de Ourém no capítulo seguinte, completa o conteúdo de descrição da estrutura estatal do país[17].

Os capítulos seguintes voltam-se para a demografia e para a vida social brasileira. O de número cinco, escrito por Levasseur, aborda a população total do Império, confrontando as estimativas existentes[18] e examinando o tema da variação da densidade entre a "região costeira" e as zonas interioranas. Retoma o tema da variedade das "raças" (europeus, negros e índios) na composição populacional do Brasil, e o texto encerra-se com um quadro de sua distribuição por província. O capítulo seguinte é dedicado inteiramente à questão da imigração (foi escrito por Levasseur em parceria com Rio Branco). Nele, a história das experiências de colonização com colonos estrangeiros ao longo do século XIX é narrada, assim como são apresentadas as estatísticas da quantidade de imigrantes desembarcados nos portos do Rio de Janeiro e de Santos. Uma informação sobre as companhias e as sociedades de fomento da imigração fecha o texto, que termina elogiando a assimilação destes colonos à sociedade nacional[19]. O capítulo sete, redigido também pelos dois autores, tem por título "A instrução" e começa com uma afirmação digna de ser reproduzida: "O Império do Brasil, como todos os Estados civilizados, fez nos últimos 20 anos sérios esforços para desenvolver a educação"[20]. O juízo é acompanhado de dados sobre o número de colégios, bibliotecas, escolas técnicas, escolas normais, museus e investimentos no setor. Tecem comentários sobre as principais instituições de promoção do conhecimento, destacando o IHGB e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Terminam noticiando que no Discurso do Trono do presente ano apareceu a proposta da criação de duas universidades no país. O capítulo seguinte, redigido por Rio Branco e assinado sob o epíteto "antigo jornalista no Rio de Janeiro", trata da imprensa. Depois de expor a história dos jornais após a Independência e de apresentar um quadro de publicações por províncias, conclui, asseverando, que no Brasil contemporâneo "a liberdade de imprensa é completa".

É interessante assinalar que a postura de ir além das instituições estatais e da prática da administração pública em texto de geografia

[17] Vale reproduzir uma afirmação do último texto: "No que concerne ao direito público internacional, o Brasil, fazendo parte da comunidade das nações civilizadas, utilizou sempre nas suas relações com as potências estrangeiras, em tempos de paz e em tempos de guerra, os princípios do direito das gentes europeu, como regulador de seus direitos e de seus deveres" (LEVASSEUR, E. Op. cit. p. 49).

[18] Ele retoma as críticas ao recenseamento de 1872, qualificado como bastante "defeituoso", apresentando valores "inferiores à realidade" demográfica do país. Comenta que outro censo está programado para 1890 (idem. p. 50).

[19] Eles justificam o otimismo desse juízo com o fato de um descendente de alemães já haver chegado à Câmara dos Deputados como representante da província de Santa Catarina (idem. p. 52).

[20] Idem. p. 53.

política constitui posicionamento avançado, pois na época vigorava a concepção do Estado monopolizador desse campo. Nesse sentido, a análise empreendida por Levasseur e Rio Branco revela sensibilidade para os assuntos da sociedade civil, o que fica ainda mais evidente nos dois últimos capítulos da segunda parte do livro. O de número nove, intitulado "Língua e literatura", foi redigido por Eduardo Prado, que inicia sua interpretação dizendo: "O português é a língua nacional do Brasil. Ela é, ao lado da religião e da comunidade de origem, um dos fatores da unidade do império." Em seguida, o autor comenta as obras que teriam contribuído significativamente para o conhecimento do país, começando com Aires de Casal e estabelecendo uma seleção controversa, na qual as afinidades parecem ter servido de forte critério para a escolha dos personagens listados[21]. Finalmente, o último capítulo dessa parte é dedicado às belas-artes. De autoria do barão, identificam-se os autores e as obras mais importantes produzidas no Brasil em vários campos, como a pintura, a escultura, a arquitetura e a música. Nesse percurso, Rio Branco comenta desde as telas de Eckhoute ou as igrejas coloniais até os pintores contemporâneos, como Pedro Américo e Vitor Meireles, passando pela Missão Francesa, por Aleijadinho e pelo Mestre Valentim. Destaca-se que incluir estes temas na rubrica "geografia política" significa tomar seu horizonte de preocupação em sentido amplo da política, vista como não restrita apenas ao âmbito governamental e à vida partidária, mas também imiscuindo-se no universo da cultura (obviamente levando em conta as hierarquias e as restrições sociais vigentes).

A terceira parte do volume é dedicada à Geografia Econômica, área de estudo por excelência de Émile Levasseur, que redige (sozinho ou em parceria) todos os capítulos da seção. O primeiro capítulo aborda as regiões agrícolas e estabelece uma divisão do território ainda baseada nas macrounidades do relevo e na aptidão natural dos grandes conjuntos regionais para a agricultura, a saber, região costeira tropical, região temperada meridional, região de planaltos e região da planície amazônica. Termina o texto com um quadro estatístico da produção agrícola das províncias. Os três capítulos seguintes, todos escritos por Levasseur (como o primeiro), visam fornecer inventários de produtos dos reinos vegetal, animal e mineral, em um contexto no qual a agricultura ganha destaque em função de seu peso na pauta de exportações. No geral, os levantamentos apresentados são bastante detalhados, chegando a

[21] Nas palavras de Eduardo Prado: "A história e a geografia do Brasil fizeram grande progresso com as obras de F. A. Vanhagen [...] os estudos de Caetano da Silva, C. Mendes de Almeida [...] e, mais recentemente, do barão Homem de Mello, Capistrano de Abreu, Alencar Araripe, Teixeira de Mello, Ramiz, Duarte Pereira, Vale Cabral e Cesar Marques. [...] Ign. Accioli é o melhor dos cronistas modernos do Brasil. Macedo foi sobretudo um vulgarizador da história do seu país" (LEVASSEUR, E. Op. cit. p. 59). A citação anterior está na página 57.

listar os recursos pesqueiros (fluviais e marítimos), as águas termais e os depósitos de xisto betuminoso, e mesmo alguns produtos agrícolas pouco difundidos, como o chá e a erva-mate. Na sequência, o capítulo cinco, da lavra de Levasseur e Rio Branco, trata da indústria. Após um diagnóstico realista de que a "maioria dos produtos manufaturados vem do exterior" e de que "a indústria manufatureira é ainda pouco desenvolvida, apesar dos progressos obtidos depois de 40 anos e dos esforços feitos pelo governo para encorajar [a produção]"[22], apresentam um quadro por ramo de atividade, salientando os principais empreendimentos: metalurgia, estaleiros, couros, tecidos, bebidas, entre outros. Destacam o papel da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1827, como interlocutora do governo nas políticas para o setor. O capítulo posterior, que mantém a parceria, toca em tema considerado crucial para a investigação geográfica: as vias e os meios de comunicação.

Na literatura geográfica da segunda metade do século XIX, a questão da circulação e das condições de transporte adquire papel central, cuja importância permanece ao longo de boa parte do século XX[23]. Assim, não é estranho que os autores do livro em pauta se detenham nesse ponto, analisando minuciosamente os distintos modais praticados no território brasileiro na época. Começam pela navegação fluvial, descrevendo as linhas regulares a vapor existentes na bacia Amazônica e do Paraguai. Em seguida, falam da carência de estradas, concluindo que "a maior parte das localidades do Império só se comunica por caminhos". Contudo, são as malhas ferroviárias que ocupam a maior atenção, com a descrição de cada uma das estradas de ferro em operação e em construção no período, concluindo que "as vias férreas brasileiras não formam uma rede única", apesar dos esforços governamentais nesse sentido. Na verdade, constituem sistemas provinciais que têm como "cabeça de linha" os grandes portos marítimos. Essa constatação fornece o *élan* para a apresentação do sistema portuário do país e para a exposição da situação de sua Marinha Mercante e das principais rotas internacionais praticadas. Novamente, criticam a qualidade das estatísticas disponíveis. Por fim, apresentam a cronologia da instalação das linhas telegráficas, salientando a operação dos cabos submarinos após 1874. O capítulo seguinte, também redigido pelos dois autores, trata das Instituições da Previdência e da Assistência Pública, analisando as confrarias, as irmandades, as Santas Casas e as caixas de

[22] LEVASSEUR, E. Op. cit. p. 68. Não deixam de assinalar que o Brasil produz alguns produtos industriais "comparáveis sem desvantagens nas exposições internacionais aos produtos da Europa", acrescentando, porém, que as fábricas existentes não são suficientes para o consumo.

[23] Ver SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. *Planos para o Império*: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889). São Paulo: Alameda, 2012.

depósito operantes no Brasil. O capítulo oito, assinado por Levasseur, Rio Branco e Ourém, aborda as medidas, as moedas e outros instrumentos de troca. Depois de apontar a adesão brasileira ao sistema métrico francês (com a Lei de 1862) e de expor as divisões da moeda nacional e seu valor de câmbio, concluem que "a massa de papel-moeda depreciada há muito tempo e a pequena quantidade de numerário em espécie são um dos lados fracos da situação econômica do Brasil"[24]. Um quadro da rede bancária brasileira e dos investimentos estrangeiros realizados no país completa este texto.

Os dois últimos capítulos do volume foram redigidos apenas por Levasseur. O de número nove é dedicado ao tema comércio. Foi historiado o intercâmbio com o exterior desde o período colonial, detendo-se na pauta de exportações do século XIX. O valor e o destino dos principais produtos (café, açúcar, borracha e tabaco) são apresentados e salienta-se a relação comercial entre o Brasil e a França. O último capítulo, intitulado "Resumo do Estado do Brasil", apresenta uma conclusão sintética de toda a matéria revisada, fazendo um prognóstico da situação do país, altamente positivo quanto ao futuro. Nas palavras de Levasseur:

> O Brasil é não somente o Estado da América do Sul que possui o mais vasto território e a população mais numerosa, é também um dos mais florescentes pelo conjunto de sua situação política e econômica e o mais importante por sua riqueza agrícola e pelos números de seu comércio externo. [...] O Brasil foi povoado pouco a pouco enquanto era uma colônia portuguesa [...]. Ele se desenvolveu mais rápido no XIX, depois que se tornou um império autônomo, governado por uma constituição monárquica, parlamentar e bem liberal, e principalmente após 1849, época em que cessou suas guerras internas[25].

É irônico avaliar que este julgamento foi elaborado no mesmo ano da queda da Monarquia, pois o tom adotado não denota nenhuma turbulência no horizonte do governo imperial. Aponta-se que faltam meios de comunicação e também colonos e operários; além disso, ressalta-se que o câmbio é desfavorável, mas que mesmo assim o balanço é positivo quanto ao futuro imediato do país. Uma bibliografia por assunto (bastante erudita)[26], uma nota genealógica sobre a Casa Imperial do Brasil (escrita

[24] LEVASSEUR, E. Op. cit. p. 74. Em capítulo anterior, disseram: "O deslocamento dos negócios, a extensão das culturas do café, a substituição de trabalhadores e domésticas pelos escravos fizeram necessário uma quantia maior de numerário no Brasil."

[25] Idem. p. 77. Levasseur sintetiza seu juízo sobre a atualidade brasileira de então: "É agora que ele usará todas as vantagens com que a natureza dotou seu imenso território."

[26] Na rubrica geografia destacamos os seguintes autores citados: Aires de Casal (*Corografia Brasílica*), Pompeu de Souza Brasil (*Compêndio elementar de Geografia*), Wappaeus (*Geografia Física do Brasil*), Capistrano de Abreu e Valle Cabral

por Rio Branco) e um mapa do território brasileiro na escala 1: 18.500.000 encerram o volume.

O ano de 1889 aparece para o Barão do Rio Branco, que havia recebido o título nobiliárquico no ano anterior, como um momento importante de difusão de um árduo trabalho de pesquisa sobre a história e a geografia do Brasil, realizado ao longo de décadas em bibliotecas e arquivos brasileiros e europeus. Além do *Le Brésil*, também foi editada na França, nesse ano, a biografia *Dom Pedro II, empereur du Brésil*, assinada por Benjamin Mossé[27], mas por Rio Branco redigida ou, no mínimo, fortemente revisada ou mesmo reescrita. Se a primeira obra expressava um estilo mais formal e contido, próprio para a edição de uma enciclopédia, a biografia do imperador brasileiro assume um tom claramente propagandístico acerca do Império e do monarca, este posto como "um continuador das tradições já então esquecidas, dos príncipes da Renascença"[28]. Uma visão apologética marca todo o volume, a qual enaltece a Monarquia Parlamentar e Liberal como a forma de governo que garantirá um futuro grandioso para o Brasil, agora que a última mácula colonial (o escravismo) foi ultrapassada. Pode-se considerar que os conteúdos e a base documental utilizadas na obra anteriormente comentada são em grande parte reproduzidas nesse volume, recebendo, porém, disposição e tratamento diferentes do ali praticado. No que importa diretamente à discussão empreendida, dois capítulos merecem destaque: o terceiro, intitulado "Um pouco de Geografia Física e Política do Brasil", e o de número seis, "Civilização e Progresso".

Depois de rápidas alusões à extensão territorial, à variação climática e à abundância de recursos[29], o primeiro texto adentra pelo assunto central

(*A Geografia Física do Brasil*), Moreira Pinto (*Dicionário geográfico do Brasil*), Barão Homem de Mello (*Excursões geográficas*), E. Mouchez (*Les Cotes du Brésil*), Mendes de Almeida (*Atlas do Império do Brasil*), Charles Hartt, Norberto de Souza, Favila Nunes (*A população, território e representação nacional do Brasil*), Santa-Anna Nery (*Le Pays des Amazones*). Em outros assuntos, mas interessando a bibliografia disciplinar, lista-se: A. Humboldt (*Cosmos* e *Voyage aux regions equinoxiales*), Gonçalves Dias (*Brasil e Oceania*), Silvio Romero (*Etnologia selvagem*), Santa-Anna Nery (*Folk-lore bresilién*), entre outros.

[27] Benjamin Mossé se apresenta na contracapa do livro como oficial da instrução pública. Luís Viana Filho o identifica como rabino em Avinhão, que teria sido contratado pelo conde de Nioac para escrever um livro para a comemoração do jubileu do reinado de dom Pedro II (VIANA FILHO, op. cit. p. 130). Segundo o biógrafo, dado o desconhecimento da matéria por parte de Mossé, com a revisão efetuada, Rio Branco foi "transformado paulatinamente no verdadeiro autor da biografia" (idem. p. 131).

[28] MOSSÉ, Benjamin. *Dom Pedro II, imperador do Brasil*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 19--?. (Prefácio da edição brasileira.) Em outra passagem, vai defini-lo como "um rei popular [...] que pode estar sozinho, sem perigo algum, no meio da multidão dos seus súditos" (idem. p. 269). Cita Joaquim Nabuco: "Feliz esse príncipe adorado pelo povo" (idem. p. 272). Ao longo do livro, são citados, elogiando o monarca, conhecidos e variados personagens: Lamartine, Victor Hugo, Alexandre Dumas Filho, Darwin, Pasteur, Gladstone, Mitre, Alexandre Herculano, entre outros.

[29] Nas palavras do autor: "O Brasil é um dos mais vastos impérios do mundo. Do ponto de vista da extensão territorial, vem depois do Império Britânico, da Rússia, da China e dos Estados Unidos da América do Norte" (MOSSÉ, Benjamin. Op. cit. p. 47), sendo 16 vezes maior que a França. Completa: "É o Brasil um belo país, cheio de riquezas naturais, que para serem inteiramente exploradas, só aguardam capitais e o trabalho humano [...]. Seu solo é de uma fertilidade incomparável" (idem. p. 50).

da exposição: a estrutura política e a ordem pública vigente. O centro da argumentação exposta é o de que a tarefa básica de dom Pedro II "foi a pacificação do império... acalmar os espíritos indisciplinados e restabelecer a ordem, sem a qual não há governo possível". Ele conseguiu isso ao instalar uma Monarquia Constitucional Representativa em virtude de uma Constituição verdadeiramente liberal[30]. A discussão prossegue no sexto capítulo, que continua com o mesmo tom apologético acerca da "admirável transformação" do Brasil após 1840, quando "um sopro mágico passou sobre o país, dissipando a ignorância das massas populares, a confusão, a desordem, a ruína, consequência da anarquia e da escravidão vergonhosa"[31]. Uma ótica claramente geopolítica é explicitada ao afirmar, por exemplo, que os artífices da Independência "haviam desejado construir um Brasil e não Guatemalas ou Costas Ricas" e que portanto "era indispensável construir a unidade do país, e não o deixar estilhaçar-se em satrapias federalistas ou marítimas"[32]. Também a geografia econômica está bem contemplada no texto em pauta. São apresentados e discutidos os dados de crescimento da receita, do valor da produção (que passa de 125 milhões de francos em 1840 para 1,25 bilhão em 1887), do comércio exterior, da quantidade de ferrovias (que vai de 601 quilômetros em 1867 para 9,2 mil quilômetros em 1888), da extensão das linhas telegráficas (que de 3,5 mil quilômetros ascende para mais 18 mil em 1888) e o número de imigrantes (que cresce de pouco mais de 9 mil em 1870 para 131 mil em 1888[33]).

De resto, o volume, de mais de 300 páginas, é dedicado basicamente aos temas da história política do Brasil durante o Império, sempre propagandeando os feitos do país e de seu "rei filósofo" (que se confundem). O autor considera o "período das regências [...] o mais agitado de sua história, o mais perigoso para a vida nacional", com "guerras intestinas" nas quais o "federalismo degenerava em separatismo"[34]. Após o apaziguamento interno, seguiu-se um período de guerras na bacia do rio da Prata, sempre "contra tiranos"[35]; descreve, então, em detalhe as campanhas contra Rosas e Solano Lopes, apresentando a opinião de

[30] Idem. pp. 46, 52. Diz ele que "a descentralização administrativa é largamente aplicada no Brasil". Acrescentando que "desde 1834 é o Brasil uma verdadeira federação", com um modelo que "se aproxima bastante da federação imperial britânica" (idem. p. 54).

[31] Idem. p. 80. Fala da escravidão como "triste legado da barbárie" (idem. p. 81). Cita Torres Homem, que considerou a abolição "o acontecimento [...] mais considerável do reinado de dom Pedro II, ao mesmo tempo que um dos mais gloriosos deste século" (idem. p.228).

[32] Idem. pp. 82-83. Recoloca a mesma citação já vista de Saint-Hilaire sobre os perigos do "sistema federal" para a unidade brasileira (idem. p. 30). Conclui: "Ao unitarismo pertencerá sempre a vitória final" (idem. p. 82).

[33] Idem. pp. 86-90.

[34] MOSSÉ, Benjamin. Op. cit. pp. 32, 36. Fala dos "atos de banditismo e ferocidade" da Cabanagem e qualifica a Sabinada e a Farroupilha como "revoluções políticas, republicanas e separatistas" (idem. p. 34).

[35] Idem. p. 92. Afirma o autor: "O grande imperador, tão devotado à civilização do seu povo, seguiu sempre, nas relações externas, uma política leal e pacífica" (idem. p. 92). Adiciona que "o militarismo não domina em seu país, como na Europa civilizada" (idem. p. 101). Destaca ainda a presença brasileira em arbitragens internacionais (idem. p. 102).

muitos autores sobre os eventos (sempre justificando a intervenção brasileira)[36]. Na sequência, pacificadas as zonas fronteiriças, iniciou-se a batalha pela extinção da escravatura, que na verdade vinha se estabelecendo gradualmente desde a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, passando pela Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1885. Uma comparação com a cronologia de ações similares em outros países e notadamente com as colônias europeias[37] repõe no texto a visão geopolítica no trato da matéria. As reações internacionais de elogio da abolição total do escravismo no país são resenhadas, detendo-se na opinião pública francesa e descrevendo, em um capítulo específico, um banquete realizado em Paris para comemorar a medida[38]. As reações e críticas a esse ato, com vistas a indenizações, também são historiadas e refutadas em seus fundamentos jurídicos de sustentação[39]. Enfim, com a emancipação dos cativos, segundo o texto, "o Brasil apresenta-se como sociedade perfeitamente equilibrada". Conclui que em, "23 de julho de 1890, os brasileiros e todos os admiradores estrangeiros desse grande príncipe, celebrarão o jubileu de seu reinado glorioso"[40]. Vaticínio irônico em face de uma avaliação posterior.

Além dos dois livros analisados, o barão conheceu outra publicação no mesmo ano: trata-se da obra coletiva organizada por Frederico José de Santa-Anna Nery[41] para a Exposição Universal de Paris, intitulada *Le Brésil en 1889*, para a qual Rio Branco redigiu o quinto capítulo, "Esboço da história do Brasil", que teve uma edição francesa em separado no mesmo ano pela Livraria Delagrave (que também editou a coletânea) e outra traduzida para o português em 1894. A obra foi encomendada pelo Sindicato Franco-brasileiro para a Exposição Universal de Paris, composto de políticos e intelectuais brasileiros e de empresários franceses

[36] Vale reproduzir as opiniões de Agassiz, citadas no texto, acerca da Guerra do Paraguai: "O povo brasileiro deve ser olhado como o porta bandeira da civilização [...] [e] o Brasil, nessa luta, merece a simpatia do mundo civilizado" (idem. p. 116).

[37] O autor comenta que a Inglaterra só proibiu a escravidão em seus territórios coloniais em 1838 e que a França só adotou tal posição em 1848 (Idem. p. 153).

[38] O "banquete comemorativo da emancipação dos escravos" foi realizado em 10 de julho de 1888, sendo presidido pelo deputado francês Victor Schoelcher, famoso militante antiescravista que colocou a Lei de Treze de Maio como "mais uma vitória da civilização sobre a barbárie" (Idem. p. 236). Compareceram ao evento o presidente do Senado, ministros, deputados e intelectuais. Emile Levasseur era um dos presentes. O agradecimento em nome dos brasileiros foi feito por Santa-Anna Nery (idem. p. 241).

[39] A questão da indenização é avaliada como "imoral" e o argumento do valor subtraído na abolição, equivocado na medida em que os escravos pagaram em muito seu custo com o trabalho realizado (idem. p. 212). O autor elenca os países que aboliram a escravatura sem pagar qualquer compensação aos proprietários (idem. p. 222), lembrando que "a grande maioria dos brasileiros não possuía mais escravos" (idem. p. 225).

[40] Idem. pp. 193, 310.

[41] Sobre este personagem ver CARNEIRO, João Paulo J. Andrade. *Frederico José de Santa-Anna Nery e a representação geográfica do Brasil na Europa (1874-1901)*. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Lembra o autor que Levasseur escreveu uma carta elogiosa, usada como prefácio por Santa-Anna Nery em seu livro *Le Pays des Amazones*, publicado em 1885.

com negócios com o Brasil[42]. Os colaboradores da publicação, além de Santa-Anna Nery (autor de vários capítulos), foram os seguintes: barão de Teffé, H. Gorceix, Barão do Rio Branco, barão de Itajubá, Favilla Nunes, W. MacDowell, L. Cruls, H. Morize, R. de Oliveira, E. Prado, Ladislau Netto, Ferreira de Araújo, Leitão da Cunha, André Rebouças e Alves Barboza. Cabe, antes de tudo, um comentário geral sobre o trabalho:

> *Le Brésil en 1889* pode ser visto [...] não só como uma obra para consumo externo, produzida por um grupo fiel à Monarquia – e subsidiado por ela – para mostrar ao mundo um novo Brasil, próximo da Europa, monárquico e civilizado, mas também como um produto para consumo interno, como uma defesa da Monarquia[43].

É interessante comparar esse volume com o coordenado por Levasseur. Em primeiro lugar, aquele livro é bem mais extenso que o anterior (tem mais de 700 páginas). Logo, foi possível ampliar o rol dos assuntos enfocados e aprofundar a análise dos temas tratados. Mesmo assim, a comparação dos sumários mostra uma forte coincidência das matérias abordadas, apesar de que na segunda publicação os tópicos são mais autônomos e personalizados, revelando que seus redatores tiveram mais liberdade de opinião que na obra anteriormente analisada (o que redundou em uma maior variedade de posições e juízos). Vale mencionar que alguns autores listados participam dos dois volumes, apesar de não trabalharem necessariamente os mesmos assuntos (caso de Eduardo Prado, em certo sentido, de Rio Branco e, em menor grau, de Gorceix). O papel desempenhado pela coordenação da obra também foi distinto, pois na *Grande Encyclopédie* Levasseur e o barão influíram mais diretamente no conteúdo dos capítulos e na articulação entre eles. Em *Le Brésil en 1889*, cada capítulo tem maior unidade, com conclusões e proposições próprias.

[42] Segundo a apresentação do volume, Eduardo Prado e Santa-Anna Nery, estimulados por Amédée Prince, apelaram aos brasileiros residentes em Paris e às câmaras de comércio para constituir um comitê organizador da participação do Brasil no evento, o que se objetivou em 14 de março de 1888. O imperador teria apoiado a iniciativa, e Antonio da Silva Prado, então ministro dos Negócios Estrangeiros (no texto aparece como "Trabalhos Públicos"), assumiu a proposta, encaminhando-a ao Senado, que aprovou uma subvenção de "trezentos contos" como auxílio aos trabalhos. O comissário oficial do Brasil na exposição foi o senador visconde de Cavalcanti, e o cargo de coordenador da comissão editorial foi ocupado pelo conselheiro R. E. de Souza Dantas. Vale ressaltar que as exposições internacionais representavam um "mosaico ilusionista das curiosidades nacionais", apresentando o "mistério de territórios exóticos, a magia das artes mecânicas", e participar delas era uma forma de afirmação dos Estados, pois no contexto da época "progresso é sinônimo de ser conhecido, de ser aceito no rol dos países civilizados". HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma*: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

[43] FERREIRA, Gabriela N.; FERNANDES, Maria Fernanda L.; REIS, Rossana R. Le Brésil em 1889: um país para consumo externo. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 81, p. 76, 2010. As autoras concluem que, mesmo sendo a exposição "um lugar privilegiado para garantir ao Brasil seu lugar de direito entre os povos civilizados, [...] a identidade brasileira que emerge desses textos é, paradoxalmente, uma identidade europeia" (idem. p. 78). Segundo elas, nessa exposição – mudando o tom com relação a eventos anteriores – visava-se apresentar o Brasil moderno, como uma terra de futuro, tendo como meta básica atrair emigrantes.

O texto de André Rebouças, por exemplo, sobre as regiões agrícolas é considerado por alguns comentaristas como a tentativa pioneira de uma regionalização do território brasileiro[44].

No que importa ao "Esboço da história do Brasil", o texto do barão apresenta algumas sobreposições e repetições. Várias frases e, às vezes, parágrafos inteiros foram retirados dos volumes já resenhados, não só do *Le Brésil*, mas também da biografia de dom Pedro II. Contudo, isso não suprime a especificidade do livro. Enquanto a primeira obra era proposta como um estudo de assumida índole geográfica (isto é, com o foco central na atualidade) e a segunda era uma biografia centrada na história brasileira após a Independência (e, notadamente no Segundo Reinado), *Le Brésil en 1889* assumidamente se autodeclara como trabalho do campo de uma história mais longa. Na verdade, Rio Branco expõe no texto a formação territorial do Brasil desde os primórdios, no início do século XVI. A descoberta e as primeiras explorações e assentamentos são minuciosamente expostas, com muitas descrições geográficas e, várias vezes, corrigindo informações coletadas por Varnhagen. Uma vasta literatura de cronistas coloniais, de cartas jesuíticas, de memórias de viajantes é revisada em uma análise que revela grande preocupação com a toponímia e as localizações. Pode-se considerar que a perspectiva da constituição do território comanda a narrativa, com os temas do domínio do espaço e do seu povoamento ocupando o papel de eixo de toda a argumentação. Nesse sentido, o estudo da população e sua distribuição na colônia aparecem como essenciais, assim como as divisões administrativas e eclesiásticas vigentes. A história militar emerge nesse contexto como um dos vetores de investigação, com o autor estabelecendo números detalhados das tropas, das fortalezas e do armamento disponível. No contraponto, a história dos tratados e dos limites neles pactuados também adquire relevo.

Enfim, a conformação do território herdado da colonização portuguesa norteia a exposição, constituindo a maior parte do livro e dando-lhe uma originalidade em face das outras obras analisadas. Os dois itens finais, referentes ao Brasil independente, não trazem inovações ou acréscimos em relação aos textos anteriores (notadamente a biografia de dom Pedro II), pois estes são mais bem detalhados nos assuntos tratados. A crítica ao federalismo reaparece e também o relato das campanhas no Prata e da Guerra do Paraguai. No geral, a interpretação apresentada

[44] Ver MACHADO, Lia Osório Machado. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 333.

do período monárquico segue o argumento já avaliado e termina com o mesmo tom apologético: "Em nenhuma parte do continente americano, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, a marcha do progresso tem sido mais firme e mais rápida"[45]. Sem dúvida, o "Esboço da história do Brasil" se tornou, até por seu formato sintético, uma referência para os manuais sobre a matéria, posição que se consolidou com a ascensão e a consagração de seu autor nas primeiras décadas republicanas. A perspectiva adotada de construção nacional pela formação do território[46] garante ampla difusão da obra no primeiro quartel do século XX.

Observa-se que no mesmo ano, o derradeiro do regime monárquico no país, o Barão do Rio Branco ofertou ao público (por meio de três publicações distintas) a formulação fundamental de sua interpretação histórica e geográfica do Brasil, resultado de uma pesquisa minuciosa em bibliotecas e arquivos que lhe consumiu mais de duas décadas. Deve-se salientar também a intensa atividade epistolar que o colocava em contato com um rol de importantes estudiosos dos assuntos abordados (entre eles, Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu[47]). A concepção integrada da geografia e da história aproximava-o bastante da perspectiva desenvolvida por este último autor, a quem, diga-se de passagem, enviava regularmente documentos encontrados na Europa. Foi, em grande parte, o material indicado nos volumes resenhados que serviu de base para as argumentações manejadas posteriormente na prática diplomática, assim como foi a interpretação ali exposta que forneceu a sustentação para os pleitos fronteiriços brasileiros negociados pelo barão nos anos seguintes. Vale manifestar que seus argumentos raramente eram de cunho doutrinário, sendo construídos com base na fundamentação histórica e geográfica.

O ultimo juízo emitido merece um comentário. É importante observar que nos livros do barão analisados quase inexistem citações de obras de fundamentação teórica ou metodológica (*stricto sensu*)[48]. As referências bibliográficas apresentadas nos textos, mesmo as impressas, podem ser consideradas fontes, qualificação que também abarca a cartografia e os quadros estatísticos utilizados. Contrariamente a Joaquim

---

[45] RIO BRANCO, Barão do. *Esboço da história do Brasil*. Brasília: Funag: Ipri, 1992. p. 131.

[46] Ver MORAES, Antonio Carlos R. *Geografia histórica do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2011.

[47] PEREIRA, Daniel M.; FELIPPE, Eduardo F. Missivas que constroem limites: projeto intelectual e projeto político nas cartas de Capistrano de Abreu e o Barão do Rio Branco (1886-1903). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28 n. 56, 2008. Álvaro Lins comenta que o barão organizou uma rede de interlocutores: além de Capistrano, o barão Homem de Melo no Rio de Janeiro, Assis Brasil em Lisboa (e, ainda, João Lucio de Azevedo), Pedro Américo na Itália, entre outros. LINS, Álvaro. *Rio Branco (o Barão do Rio Branco) 1845-1912*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. p. 172.

[48] O que não significa desconhecimento, pois em suas cartas e discursos aparecem referências a uma rica bibliografia clássica: Grotius, Hobbes, Puffendorf, Kant, Feuerbach, Fichte, entre outros. Ver LINS, Álvaro. Op. cit. pp. 707-708.

Nabuco e a toda literatura da época[49], que se valiam da erudição como estratégia de legitimação das proposições defendidas, Rio Branco era absolutamente econômico na explicitação de seus fundamentos e filiações. No que toca ao campo disciplinar em foco, o único geógrafo clássico citado é Alexandre von Humboldt, assim mesmo em contextos em que este autor discute temas empíricos. Essa postura torna-se mais interessante quando se avalia que no período de sua longa estada na Europa o conhecimento geográfico estava vivenciando uma forte ebulição e uma grande inovação teórica. Antes de prosseguir na exposição, cabe descrever um pouco do processo vivido pela geografia europeia no último quartel do século XIX.

Em 1882, Friedrich Ratzel publicou o primeiro volume da obra básica *Antropogeografia*; cinco anos depois, foi editado seu livro mais polêmico, o *Geografia Política*[50]. Esses trabalhos respondiam a uma conjuntura na qual uma nova repartição do mundo estava em marcha e em que a ciência (e a geografia, em particular) emergia como importante veículo de legitimação de domínios e de pretensões de domínio territorial. Ao longo do século XIX, uma densa rede de sociedades de geografia havia se instalado, fornecendo uma forte estrutura institucional para a difusão de conhecimentos e para o debate disciplinar[51]. Essa rede funcionava como instrumento de avaliação (refutação ou consagração) de autores, obras e teorias[52]. Cabe salientar que a maior parte dessas instituições tinha por sede o continente europeu, vendo o resto do mundo como área para o exercício de práticas exploratórias[53]. A Conferência Geográfica de Bruxelas, reunida em 1876, e a Conferência de Berlim, de 1884, exprimiam os objetivos do "novo colonialismo" e dos novos arranjos coloniais dos impérios em

[49] O uso de argumentação erudita aparece como estratégia geracional ampla, sendo bastante utilizada por Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, entre outros. Um quadro sociológico dessa geração pode ser obtido em ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Para o contexto cultural da época, ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

[50] Sobre este autor ver MORAES, Antonio Carlos R. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1989. (Grandes cientistas sociais.) A partir das formulações ratzelianas, Rudolf Kjellén propõe a "geopolítica" em 1899, mesmo ano em que foi criada a Oxford School of Geography, cujo diretor era Halford Mackinder, conhecido por sua obra *The Geographical Pivot of History*, publicada em 1904. Cerca de 10 anos antes, o almirante Alfred Mahan havia publicado *The Influence of Sea Power upon History*, em 1890. Para uma história dessa tradição, ver CORREIA, Pedro de Pezarat. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Coimbra: Almedina, 2010.

[51] No decorrer desse século, 130 sociedades de geografia foram fundadas, seguindo o modelo das pioneiras: Paris (1821), Berlim (1828) e Londres (1830). Vale observar que nosso IHGB, de 1838, perfila-se entre as mais antigas agências congêneres, sendo bem anterior, por exemplo, que a American Geographical Society, de 1852. Foi no último quartel do XIX que esse processo se difundiu com maior ímpeto. Só em 1875 foram inauguradas a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Sociedade Kedival do Cairo e a Sociedade de Geografia Romena. Sobre o tema ver CAPEL, Horacio. Institucionalización de la geografia y estratégias de la comunidad de geógrafos. *Geocrítica*, Barcelona, ano 1, n. 8-9, 1977.

[52] O Barão do Rio Branco e o barão de Santa-Anna Nery eram sócios da Royal Geographical Society, entre outras associações. Outro brasileiro, o barão de Teffé, foi eleito sócio correspondente da prestigiada Academia de Ciências de Paris, "deixando para trás concorrentes do porte do explorador Savargnan de Brazza e do explorador português Serpa Pinto", o "herói" da travessia da África. MARY, Cristina Pessanha. *Geografias pátrias*: Portugal e Brasil 1875-1889. Niterói: EdUFF, 2010.

[53] Ver SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

expansão, traduzindo o desejo de nova partilha dos espaços periféricos[54]. No entanto, os espaços centrais também conheciam, na época, processos de revisão e de afirmação de novas fronteiras, alimentados pela emergência de identidades nacionais portadoras de pleitos de autonomia política e de autodeterminação. Os nacionalismos emergentes também tinham requisições quanto à produção geográfica, direcionadas basicamente para a construção simbólica da nação[55].

Na França, onde o barão morou a maior parte do tempo e onde se localizava seu círculo de afinidade, a renovação foi vivida com grande dramaticidade na medida em que a geografia alemã atuava como importante campo de justificativa do expansionismo bismarckiano, que acabara de conquistar significativa porção do território francês. É conhecida a interpretação de que foi o contexto da Guerra Franco-Prussiana que estimulou em muito a renovação da geografia, gerando nos dois países em conflito a necessidade de novas teorizações a respeito do território e de seu controle político. A "escola francesa" de geografia, que teve como um dos seus pioneiros sistematizadores Émile Levasseur, estruturou-se como contraposição ao pensamento alemão, que naturalizava a guerra e acatava a força bélica como fator de domínio legítimo dos espaços. O esforço realizado pelos autores "possibilistas" (conforme os denominou Lucien Febvre[56]) consistiu inicialmente em tirar o foco da análise geográfica da dimensão política, direcionando-o para o universo da economia e da cultura. No discurso geográfico francês, o tema da apropriação do espaço passou a ser equacionado na visão da relação entre os grupos humanos e o meio pelo estudo dos "gêneros de vida". O comércio substituiu a guerra como motor do "progresso" dos povos, na concepção de Vidal de La Blache[57]. Enfim, uma circularidade que envolvia imperialismo, colonização, nacionalismo, civilização, territorialidade, ciência e negócios animou a reflexão geográfica no último quartel do século XIX.

O Barão do Rio Branco, frequentador assíduo de bibliotecas e conferências, interessado em história e em atualidade, com certeza não estava alheio à movimentação intelectual que ocorria nos ambientes acadêmicos em que circulava. Sua concepção da disciplina, em grande parte, reiterava os posicionamentos contidos no pensamento "possibilista", assim como assimilava os temas, o vocabulário e a forma

[54] WESSWLING, H. L. *Dividir para dominar*: a partilha da África 1880-1914. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1998; LEJEUNE, Dominique. *Les Societés de Géographie en France et l'expansion coloniale au XIXe. Siècle*. Paris: Albin Michel, 1993.

[55] Ver ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fundo de Cultura Economica, 1993; HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

[56] FEBVRE, Lucien. *La Tierra y la Evolución Humana*. Barcelona: Cervantes, 1925.

[57] LA BLANCHE, Paul Vidal de. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, 1954. A discussão sobre o "caráter geográfico do progresso" aparece no capítulo 6, "A evolução das civilizações".

de raciocínio próprios à geografia moderna. Entretanto, ele não fornece pistas explícitas de suas leituras ou de suas inclinações teóricas na matéria. Poder-se-ia interpretá-lo a partir dos posicionamentos práticos na diplomacia, imputando filiações e preferências. De sua lavra, não há indicações. Contudo, alguns de seus interlocutores, como Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, conheciam bem o debate entre as escolas alemã e francesa de geografia e comentavam a bibliografia gerada de cada lado[58]. Seu parceiro e amigo Levasseur, como posto, era uma figura central na polêmica. Em suma, não há como sustentar um alheamento do barão em face da matéria, o que torna mais intrigante seu silêncio a respeito das teorizações contemporâneas no campo da geografia. Contudo, as obras analisadas, seu círculo de amizade e, mais ainda, sua postura nas questões diplomáticas permitem identificar um entendimento favorável ao ponto de vista lablachiano, que associava a civilização ao intercâmbio pacífico entre os povos[59].

Para finalizar esta breve interpretação, vale indagar acerca da relação do barão com outro autor e outra obra paradigmática do período em tela: o livro *Estados Unidos do Brasil*, publicado em 1894, em francês, pelo famoso geógrafo Élisée Reclus, para compor o volume 19 do livro *Nouvelle Géographie Universelle*[60]. A obra conheceu uma edição em português em 1900, com tradução e breves notas do barão Ramiz Galvão e texto anexo "Anotações sobre o território contestado" escrito por Rio Branco. A estrutura de apresentação das matérias utilizada por Reclus no volume difere das obras anteriormente analisadas pela divisão regional dos capítulos adotada[61]. A perspectiva do geógrafo francês, que também pode ser interpretada como proposta pioneira de regionalização do território brasileiro, usa como critério básico de repartição espacial as bacias hidrográficas. Pode-se considerar que, no âmbito de cada uma das oito regiões estabelecidas, os assuntos expostos aproximam-se dos

[58] Daniel M. Pereira e Eduardo F. Felippe apontam a influência ratzeliana no pensamento de Capistrano de Abreu, no juízo, por exemplo, de que a civilização pressupunha que a sociedade se tornasse sedentária. PEREIRA; FELIPPE. Op. cit. p. 495.

[59] Em artigos para o jornal *A Nação*, em 1872, critica o "militarismo alemão", na época recém-triunfante dos embates bélicos com a Áustria, a Dinamarca e a França (LINS. Op. cit. p. 96). Ali ele também defende uma orientação não imperialista para a política externa brasileira, em suas palavras: "Território temo-lo de sobra" (RIO BRANCO apud LINS. Op. cit. p. 112). Posição que manteve ao longo, tanto que em seu último discurso, no Clube Militar, diz: "Só nos lançamos a lutas no exterior quando provocados ou quando invadido nosso território [...]. Mas, cumpre notar, jamais nos empenhamos em guerras de conquista" (idem. p. 689).

[60] Para uma localização genérica desse autor, ver ANDRADE, Manuel Correia de. *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985. (Grandes cientistas sociais.)

[61] (1) Vista geral (expondo a história do Brasil); (2) Amazônia; (3) Vertente do Tocantins; (4) Costa Equatorial (do Maranhão até Alagoas); (5) Bacias do São Francisco e vertente oriental dos planaltos (abarcado Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Sergipe); (6) Bacia do Paraíba; (7) Vertente do Paraná e contravertente oceânica; (8) Vertente do Uruguai e litoral adjacente; (9) Estado social e material da sociedade brasileira; (10) Governo e administração. RECLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brasil*: Geographia, Ethnographia, Estatística. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

tópicos abordados nos livros anteriores, com os três capítulos de síntese enfocando a história, a economia e a política.

É interessante assinalar que Reclus não cita nenhuma vez a coletânea organizada por Santa-Anna Nery e faz poucas referências ao livro de Levasseur, apesar da ampla literatura revisada no volume em pauta. No entanto, os cronistas coloniais são bastante lembrados, assim como os viajantes oitocentistas. Os cientistas brasileiros e estrangeiros que estudaram ou que estavam estudando o Brasil no século XIX foram as principais fontes utilizadas no trabalho: Cunha Mattos, Saint--Hilaire, Spix e Martius, Couto de Magalhães, Varnhagen, Lund, Agassiz, Beaurepaire-Rohan, Hartt, Barbosa Rodrigues, Derby, Teodoro Sampaio, Fritz Muller, Loefgren, Ihering, H. Florence, Taunay, entre outros. Dos autores que escreveram nas obras já discutidas, ele cita Gorceix, Cruls, Morize, Favilla Nunes e Eduardo Prado, além do Barão do Rio Branco (porém, somente os dois últimos em textos do *Le Brésil*). Na verdade, Reclus se remete a Eduardo Prado em duas ocasiões. Em uma delas, a "Notas manuscritas"; em outra, ao texto da coletânea citada ("Língua e literatura")[62]. Quanto ao Barão do Rio Branco, são três as menções a seus escritos no corpo do texto: uma se referindo a "Notas manuscritas" e duas a capítulos do *Le Brésil* ("O governo e a administração" e "A imprensa"[63]). De todo modo, estes autores não podem ser indicados como de forte influência na interpretação apresentada no *Estados Unidos do Brasil*, em comparação com outros já mencionados. No geral, ele enfatizou mais os estudos também de corte regional na redação do livro. Vale registrar, contudo, que Élisée Reclus e o Barão do Rio Branco se conheciam e trocavam correspondência.

Por fim, resta comentar o anexo da edição em português: "Território contestado franco-brasileiro". Trata-se de um texto sucinto (de 11 páginas, em face das 469 do livro) no qual o barão apresenta dados históricos da ocupação da Amazônia setentrional, lembrando que nessa região os embates do colonizador lusitano ocorreram (no período colonial) mais com expedições inglesas e holandesas do que com agentes oriundos da França. Salienta que o Tratado de Utrecht, de 1713, havia normalizado a matéria em termos reafirmados no Congresso de Viena, em 1815. Conforme a argumentação de Rio Branco, o contencioso dessa fronteira havia sido recolocado pela violação do pactuado pelo monarca

[62] ANDRADE, Manuel Correia de. Op. cit. pp. 26, 337. Em sua estada no Brasil, no ano de 1893, Reclus viajou pelo interior do estado de São Paulo, guiado por Eduardo Prado. Ver MIYAHIRO, Marcelo. *O Brasil de Élisée Reclus*: território e sociedade em fins do século XIX. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

[63] RECLUS, Élisée. Op. cit. pp. 32, 456, 465. A primeira referência diz respeito à origem da denominação "arraial" (utilizada nas áreas mineradoras), a segunda à imprensa no Brasil e a terceira sobre o número de efetivos militares mobilizados pelo exército brasileiro na Guerra do Paraguai.

francês Luis Philipe, que em 1836 ergueu uma fortificação (desalojada em seguida) na zona qualificada "neutra" nesses documentos[64]. Ele lembra também, com um tom irônico, o episódio da tentativa de implantação do "Estado independente do Cunany", criado por um "honrado geógrafo de Vanves, transformado subitamente em chefe de um Estado de nome até então desconhecido", o qual "durou pouco, alguns meses"[65]. Quanto aos levantamentos da área, ele questiona a primazia dos estudos de Coudreau, apontando que o barão de Ladario já havia feito inventários, no período de 1858 a 1861, na região, acompanhado por Emilio Goeldi. Contesta diretamente algumas afirmações de Reclus, por exemplo, a referente à foz do rio Araguary[66]. Uma breve explanação etnográfica sobre a população regional fecha o texto, novamente ironizando a imputação de uma nacionalidade autodeclarada dos índios da região[67].

O adendo ao texto do livro *Estados Unidos do Brasil* na edição brasileira é perfeitamente compreensível em face da conjuntura de disputa territorial entre a França e o Brasil no momento de sua publicação, cabendo lembrar que o litígio encontrava-se então sob a arbitragem do governo suíço. Os autores, mantendo um razoável *fairplay*, representavam os campos antagônicos na contenda. Todavia, mais que os matizes nacionais (fundamentais na visão do barão), é importante assinalar que esse não era o único ponto de antagonismo filopolítico entre o geógrafo francês e o Barão do Rio Branco, pois enquanto este alinhava-se a um posicionamento monarquista, com forte apelo ao liberalismo inglês, Reclus era um entusiasta defensor das ideias anarquistas[68], apesar de sua consagração no ambiente acadêmico europeu[69]. As contraposições não impediram que os dois autores mantivessem cooperação intelectual, trocassem correspondências e mesmo manifestassem certo apreço

[64] Idem. p. 476. À leitura de Reclus o Barão do Rio Branco contrapõe a interpretação de Emile Levasseur quanto à "zona neutra". Em carta ao barão de Ourém, ele confidencia que Levasseur fez uma "exposição favorável ao Brasil" ao discutir a fronteira com a Guiana Francesa. Ver VIANA FILHO. Op. cit. p. 134.

[65] Idem. p. 477. Diz com ironia que em pouco tempo "o Estado independente do Cunany tinha desaparecido". Sobre esse episódio, pode-se consultar SANJAD, Nelson. *A coruja de Minerva*: o museu paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília: Instituto Nacional de Museus; Belém: Museu Goeldi; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 301-306.

[66] Nos termos de Rio Branco, no caso: "Esta informação, aceita sem exame, pelo douto E. Reclus, não é exata" (Reclus, E. Op. cit. p. 478). Os textos de Coudreau datam de 1885, 1886 e 1890. Ver CARNEIRO, João Paulo J. A. Op. cit. p. 54.

[67] Em suas palavras: "Pode-se dizer que nestas minúsculas comunidades somente a unanimidade tem força de lei. Os funcionários são nomeados e demitidos por aclamação nas assembleias públicas" (idem. p. 481).

[68] David Ramirez Palacios apresenta uma interessante biografia política desse autor. Ver PALACIOS, David Ramirez. *Élisée Reclus e a Geografia da Colombia*: cartografias de uma intersecção. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Cabe destacar que o presidente francês Sadi Carnot havia sido assassinado em Lyon, em 1894, por um militante anarquista. Ver ANDERSON, Benedict. *Bajo Tres Banderas*: Anarquismo e imaginación anticolonial. Madri: Akal, 2008. p. 78, nota 32. Este autor apresenta um quadro dos atentados anarquistas no período na página 81.

[69] Vale lembrar que, em 1872, logo, um ano após a Comuna de Paris, ele assinou um grande contrato com a editora Hachette para escrever a *Nouvelle Géographie Universelle*. Em 1892, Reclus recebeu a medalha de ouro da Société de Géographie de Paris e, no ano seguinte, da Royal Geographical Society.

pessoal[70]. Na verdade, o relacionamento mereceria uma análise mais profunda, resenhando a produção epistolar. Aqui vale ressaltar que a afinidade disciplinar parece ter se sobreposto a outras divergências de concepção.

Terminando a presente análise, podem-se tomar emprestadas algumas conclusões que Maria Alice Resende de Carvalho desenvolveu ao estudar André Rebouças, para aplicá-las na interpretação da postura político-teórica acerca do Brasil adotada pelo Barão do Rio Branco (contemporâneo do engenheiro) no período aqui estudado. Considera a autora que o cientificismo representou um discurso de acomodamento, no qual as noções de progresso e de aperfeiçoamento (ou de civilização e evolução) acabam "convertendo-se em um programa moderado de autorreforma do Estado imperial"[71]. Ela considera que Rebouças sofreu a influência do "moderantismo reformista" de Joaquim Nabuco e do "territorialismo estratégico" do visconde de Taunay[72]. Como visto, Rio Branco transitava exatamente nesse grupo de afinidade, tendo nos autores citados alguns de seus mais frequentes interlocutores. A Monarquia Parlamentar (vista como "a mais racional solução do problema nacional", nas palavras de Rebouças) e o apreço pelo monarca atuavam como chave da identidade desse agrupamento. Na carta em que comunica a Nabuco a aceitação do convite para assumir o ministério de um governo republicano, o barão afirma: "O que precisamos é de fortalecer e desenvolver os elementos conservadores, pôr termo às agitações e à anarquia e assegurar, acima de tudo, a unidade nacional." Na resposta, ouve do futuro embaixador em Washington: "Vá com a 'unidade nacional acima de tudo'. Você terá uma chave mágica para entrar e sair em todas as questões"[73].

Tem-se, assim, o território concebido como chave da nacionalidade e da continuidade nacional, cuja manutenção integral é posta como objetivo primeiro de atuação do Estado. Em uma visão tradicional, bem exposta pelo marquês de São Vicente: "O território do Império não constitui

---

[70] Marcelo Miyahiro cita algumas cartas de Reclus ao barão e comenta que em sua visita à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro o francês o agradece, pois "colocou à minha disposição os mapas, os documentos, os álbuns que ele possuía" (MIYAHIRO. Op. cit. pp. 54, 57). Álvaro Lins também aponta a relação entre os autores e afirma que foi Reclus quem indicou Rio Branco para ser sócio correspondente da Royal Geographical Society (LINS. Op. cit. p. 219). Em sua opinião, o barão "era o conselheiro de Levasseur e de Reclus em assuntos americanos" (idem. p. 175).

[71] CARVALHO, Maria Alice R. de. *O quinto século*: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan: Iuperj, 1998. pp. 132, 150. Adiciona: "A convicção quanto ao papel do governo monárquico-burocrático como guardião da ordem e como ponto de equilíbrio entre as forças antagônicas e centrífugas que ameaçavam a prosperidade do país, aliada à certeza da falibilidade das instituições parlamentares em um território onde imperava a heterogeneidade da classe senhorial, resume a forma pela qual as elites modernizadoras brasileiras puderam perceber uma das vias de desenvolvimento econômico e de afirmação internacional das regiões de industrialização tardia" (idem. p. 210).

[72] Idem. p. 232.

[73] LINS, Álvaro. Op. cit. p. 278.

somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. É um atributo sagrado de seu poder e de sua independência"[74]. O território era visto, portanto, como a grande positividade do país, a garantia de um radioso futuro, tal como proclamado pelo barão e tal como constava do pioneiro programa do IHGB: "Tudo enfim pressagia que o Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo"[75]. A geografia material e o conhecimento geográfico se plasmam, nessa tradição – da qual o barão foi um forte representante –, na definição do destino nacional.

[74] Sobre essa tradição territorialista na formação brasileira, ver MORAES, Antonio Carlos R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.

[75] Diz Rio Branco no discurso de abertura da III Conferência Pan-americana, reunida no Rio de Janeiro, em 1906: "A própria vastidão dos nossos territórios, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e, a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população, dez, vinte vezes maior, nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa." Ver AMARAL, Marcio Tavares do. *Barão do Rio Branco*. São Paulo: Isto É, 2001. p. 211. (A vida dos grandes brasileiros.)

Rio Branco e a política internacional de sua época

Clodoaldo Bueno

Introdução

O contexto internacional no período em que o Barão do Rio Branco esteve à frente da chancelaria brasileira era agressivo, caracterizado por disputas interimperialistas que geraram incidentes diplomáticos, provas de força e corrida armamentista, componentes de um cenário que anunciava o fim de uma era de expansão e prosperidade para as economias industriais. A crise da Era dos Impérios desembocou no primeiro grande conflito mundial, marco histórico do fim efetivo do século XIX, identificado com a *Pax Britannica*. O mundo, na primeira metade do século XX, era multipolar, mas já no início de uma fase de transição que se fecharia com o advento da bipolaridade do segundo pós-guerra. Fora do círculo das grandes potências e, portanto, sem meios de influir nas decisões internacionais, à diplomacia brasileira não lhe era permitido errar nas apostas. O pragmatismo foi o caminho para preservar e ampliar a soberania territorial do país nas questões de fronteiras, para manter a nação ao largo de problemas internacionais, para promover suas exportações, além de aumentar e resguardar o prestígio, o brio e o amor próprio nacionais. Para os objetivos da presente comunicação, inicialmente apresentam-se os traços distintivos do período, sobretudo no referente ao hemisfério americano, para, em seguida, examinar a leitura que o chanceler fazia da política internacional.

* * *

A configuração do capitalismo industrial e financeiro na segunda metade do século XIX levou a uma nova expansão europeia, designada como imperialismo econômico ou neoimperialismo, cujas balizas cronológicas são 1875 e 1914. A procura por áreas extraeuropeias apresentava-se como necessidade para a manutenção do crescimento capitalista, pois os mercados internos, saturados, não absorviam os excedentes de produção e, além disso, havia a necessidade de garantir fornecimento de matérias-primas. O imperialismo estava na raiz da concorrência entre as economias industriais[1]. O afã dos monopólios capitalistas em investir fora dos países de origem e em buscar saídas para seus produtos acabados teve como corolário o desenvolvimento dos impérios coloniais porque o Estado, na busca do prestígio e pressionado pelas forças do capital, transformara-se em instrumento da burguesia industrial, mesmo em prejuízo dos outros segmentos da sociedade que não auferiam os benefícios decorrentes da expansão. Os governos nacionais tornaram-se intérpretes e promotores dos interesses das grandes empresas particulares. À medida que se aproximava o fim do século XIX, as questões de ordem financeira passaram a informar cada vez mais o relacionamento entre os Estados. Ao promoverem a riqueza do segmento burguês do respectivo país, os Estados irradiavam a concorrência interestatal a toda sociedade, uma vez que seus interesses eram confundidos com os de toda a coletividade. Conforme a economia evoluía positivamente, aumentavam também os conflitos diplomáticos. As potências industriais dividiram a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, em territórios sob domínio direto ou em áreas de influência. Poucas nações fizeram parte do grupo das potências coloniais: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e, mais tarde, Estados Unidos e Japão. Em algumas áreas, as inversões não trouxeram na sua esteira a dominação política. É o caso dos países sul-americanos, que, possuindo relativa estabilidade institucional, procuravam atrair capitais estrangeiros destinados à modernização[2].

O período 1875-1914 corresponde, também, ao do apogeu do nacionalismo, o qual alimentava boa parte das disputas diplomáticas[3]. A posse de colônias era símbolo de *status* internacional. Prestígio e orgulho nacionais eram manipulados pela imprensa diária sensacionalista,

---

1 BARAN & SWEEZY, 1972, nota 3, pp. 174-176, 179; HOBSBAWM, 1988, pp. 87-88, 101, 109, 114; RENOUVIN & DUROSELLE, 1967, pp. 134-135; RENOUVIN, 1969, pp. 438-439.

2 HOBSBAWM, 1988, pp. 88, 90, 100; KAPLAN, 1974, pp. 242-243; RENOUVIN & DUROSELLE, 1967, pp. 133, 143, 163, 169; RENOUVIN, 1969, p. 441.

3 Cf. DUROSELLE, 1958, pp. 8-9; HOBSBAWM, 1988, p. 102.

consolidada no final do século[4]. Os responsáveis pela condução da política exterior dispunham de considerável liberdade de manobra, mas mesmo assim serviam-se dos movimentos de opinião ou por eles eram servidos, normalmente nos momentos em que as relações entre os Estados tornavam-se tensas. O alto grau de liberdade de que ainda dispunham os condutores dos negócios exteriores é ilustrado pela formação de ligas e tratados secretos[5].

A disputa interimperialista

No final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, assistiu-se ao debilitamento do predomínio mundial europeu sob hegemonia britânica e ao concomitante surgimento, em outras áreas do planeta, de novos polos de poder: Estados Unidos, Japão e Rússia. A globalização da economia, que se acentuou no período, e a formação dos novos centros de poder resultaram na *mundialização* das relações internacionais. O sistema internacional, que tinha como foco a Europa, transformou-se em um sistema planetário. As partilhas territoriais e o estabelecimento de zonas de influência, que faziam parte da política do equilíbrio, nessa fase, já não mais se encerravam nos limites do Velho Mundo[6].

A política mundial que a Rio Branco era dada observar era a de fricção entre as potências imperialistas, decorrente das suas próprias contradições, que levariam a uma grande crise, vista como própria do capitalismo. As potências criaram sistemas de poder que, pelas suas características internas, geravam atritos. A rivalidade entre tais sistemas levou a crises em série, que culminaram no primeiro conflito bélico de âmbito mundial. Não cabe aqui examinar essa rivalidade em toda sua amplitude nem adentrar na teia complicada da política das alianças. Todavia, é preciso ter presente os contornos gerais dos sistemas de poder concorrentes e suas repercussões na América Latina, pois fazem parte do cenário em que se movimentou a diplomacia brasileira da Primeira República.

Os países da América ibérica, não obstante os vínculos que os prendiam às metrópoles, eram, desde a segunda metade do século XVIII, de fato, colônias comerciais da Inglaterra. Após as Independências, a diplomacia britânica esforçou-se para ampliar suas influência e

[4] RENOUVIN, 1969, p. 444; JULIEN, 1970, pp. 55-82.
[5] RENOUVIN, 1969, p. 443; POTEMKIN, 1967, Introdução.
[6] HOBSBAWM, 1988, p. 95; BARRACLOUGH, 1973, pp. 93, 96; DÖPCKE, 1997, pp. 104, 112.

ascendência econômica sobre eles, procurando pôr obstáculos à presença norte-americana, cada vez mais sentida na área, sobretudo durante as administrações dos presidentes James Monroe (1817-1824) e John Quincy Adams (1825-1829). No entanto, os Estados Unidos, no princípio do século XIX, ainda não tinham excedentes de capital em proporções expressivas que lhes permitissem investir em toda a área. Os poucos investimentos concentravam-se no México, em Cuba e na América Central. Os Estados Unidos, até o início da Guerra Mundial iniciada em 1914, foram grandes recebedores de capitais[7].

Do ponto de vista comercial, a Grã-Bretanha superava também os Estados Unidos em toda a América Latina, à exceção de Cuba. O valor do comércio britânico com as nações de fala espanhola era, em 1830, aproximadamente de 32 milhões de dólares, enquanto o dos Estados Unidos era de 20 milhões de dólares[8]. Apesar da acentuada disparidade, não havia entre ingleses e norte-americanos concorrência suficiente para levá-los à fricção no padrão observado entre outros sistemas concorrentes. Os britânicos colocavam na América Latina produtos manufaturados; os norte-americanos só vendiam, praticamente, produtos agrícolas. A exportação não era ainda um setor básico da economia dos Estados Unidos, que vendiam o que lhes sobrava[9]. O mesmo não ocorria entre as duas potências no referente ao transporte comercial, setor no qual a disputa era nítida em nações recém-independentes, que ainda não dispunham de Marinha Mercante própria[10]. Os britânicos viam com receio o crescimento da Marinha dos Estados Unidos, pois poderia pôr em risco seu domínio absoluto nos mares[11].

O comércio com o Brasil, não obstante ser o mais importante que os Estados Unidos tinham no hemisfério, era bem inferior ao intercâmbio Brasil-Inglaterra[12]. Há mais de um século, Portugal constituíra-se em área econômica periférica da Grã-Bretanha. Após a Independência do Brasil (1822), a diplomacia britânica trabalhou no sentido de não perder os privilégios conseguidos dos Bragança pelos tratados de 1810[13]. Bem-sucedido foi o empenho britânico, e o valor do comércio elevou-se para quase 30 milhões de dólares em 1830, contra os 20 milhões de dólares

[7] PANTALEÃO, 1946; MAURO, 1964, p. 145, e 1973, p. 136; RIPPY, 1967, pp. 102-103, 187; WHITAKER, 1964, p. XIV; CAULFIELD, 1997, pp. 31-32.

[8] Cf. RIPPY, 1967, p. 186.

[9] Sobre a ampliação do mercado interno norte-americano, ver WRIGHT, 1972, p. 244.

[10] Os Estados Unidos talvez sejam o único exemplo de país que, ao se tornar independente, já tinha uma Marinha Mercante. Aliás, à época da sua Independência, um terço da Marinha britânica era procedente dos estaleiros da Nova Inglaterra. Para melhor esclarecimento, ver FAULKNER, 1956.

[11] Cf. RIPPY, 1967, pp. 5, 67-68; WHITAKER, 1964, p. 434; WRIGHT, 1972, p. 20, nota 49.

[12] Cf. RIPPY, 1967, p. 84.

[13] Ver PANTALEÃO, 1965, pp. 337-340; RIPPY, 1967, pp. 79-80; CERVO & BUENO, 2001, pp. 38-42.

de 1825. Em 1829, os banqueiros ingleses haviam comprado 6 milhões de libras em bônus do governo brasileiro, além dos investimentos que tinham nas minas. Isso sem falar da monarquia que se estabeleceu no Brasil, muito a gosto do governo de Londres, que queria mantê-la o mais ligada possível à Europa[14]. Com toda a vinculação, a Grã-Bretanha foi o polo de atração da política externa brasileira durante todo o período imperial.

Em 1900, a Grã-Bretanha ainda controlava o maior império visto até então, apoiado na maior Marinha do mundo (tanto a de Guerra quanto a Mercante), na rede de bases navais, no comércio e nos investimentos externos; contudo, desde 1870, entrara em um processo de perda de supremacia, pois sua capacidade de produção e de competição não acompanhava a dos concorrentes (Alemanha e Estados Unidos)[15].

Apesar da projeção dos Estados Unidos sobre a América Latina, a Grã-Bretanha, mesmo com forte presença no comércio e com investimentos nessa área, não se atritou com o novo centro de poder que surgira do outro lado do Atlântico. No início de 1903, a Grã-Bretanha deu liberdade de ação aos Estados Unidos no continente americano. O discurso do primeiro-ministro Arthur Balfour (1902-1905) em Liverpool, a 14 de fevereiro de 1903, não poderia ter sido mais claro ao acentuar que era bem recebido o aumento da influência norte-americana no hemisfério Ocidental:

> Não desejamos a colonização, não desejamos alteração alguma no equilíbrio de poder, não desejamos adquirir território. Não temos a menor intenção de nos imiscuir no sistema de governo de nenhuma parte desse continente. A Doutrina Monroe, portanto, não está realmente em tela de juízo[16].

Essa posição foi reiterada por Lansdowne, ministro britânico das Relações Exteriores (1900-1905), ao declarar "que não se fizesse nada que ofendesse as susceptibilidades dos Estados Unidos, ou que [indicasse] de algum modo que abrigamos algum desejo de impugnar a Doutrina Monroe"[17].

Os argutos britânicos não só davam o *nihil obstat* para a ação dos Estados Unidos no continente, mas também contribuíam para que

[14] zCf. RIPPY, 1967, pp. 80-81; WRIGHT, 1972, p.7.

[15] "[...] Enquanto em 1880 o Reino Unido ainda encerrava 22,9% da produção mundial de manufaturados, esse número se tinha reduzido a 13,6% em 1913; e enquanto sua parcela do comércio mundial era de 23,2% em 1880, passou a ser apenas 14,1% em 1911-1913. Em termos de força industrial, tanto os Estados Unidos como a Alemanha imperial tinham passado à sua frente. A 'oficina do mundo' estava agora em terceiro lugar, não porque não estivesse crescendo, mas porque os outros cresciam mais depressa" (KENNEDY, 1989, p. 226). Sobre o declínio, nos dois sentidos, do comércio bilateral Brasil-Grã-Bretanha, ver ALMEIDA, 1998, pp. 248-249, 414.

[16] Apud PERKINS, 1964, pp. 187-188.

[17] Apud idem, ibidem.

estes adotassem atitudes imperialistas, pois, ao assumirem o papel de polícia internacional, estariam protegendo seus interesses[18]. A atenção dos britânicos estava então voltada para outras áreas do Império e para questões mais prementes. A Guerra dos Bôeres (1899-1902) dera-lhes a noção exata do baixo nível quantitativo de seus meios militares. No centro do continente europeu, a Alemanha levantava-se, tanto econômica quanto militarmente, e ameaçava romper o equilíbrio de forças que existira até então. A produção metalúrgica alemã superou a inglesa no fim do século XIX. Além disso, a Alemanha aumentava sua esquadra e apresentava-se como séria concorrente da Grã-Bretanha na comercialização de produtos manufaturados. Somem-se a essas preocupações a expansão russa no Extremo Oriente e a presença francesa na África e ter-se-á um quadro dos principais problemas que se colocavam à política exterior britânica[19].

A França tinha presença secundária na América Latina. Sua produção industrial, não obstante o crescimento no início do século XX, representava, em 1913, apenas 6% da produção mundial, o que não criava avidez pela ampliação de sua fatia no fornecimento de manufaturados. A baixa taxa de natalidade e a posição militar secundária que ocupava no continente europeu eram outros fatores que não contribuíam para aumentar seus apetites expansionistas. Os capitalistas franceses exerciam de preferência o papel de financiadores da produção em outros países, por meio de instituições bancárias. A riqueza mobiliária da França era de tal monta que a colocava em uma posição apenas superada pela Grã-Bretanha, em termos de investimentos externos[20].

Se Grã-Bretanha e França não eram sérios competidores dos Estados Unidos na América Latina, o mesmo não se dava com o Império alemão, que, em razão de seu crescimento demográfico e do potencial de sua indústria, estava se tornando a primeira força militar do mundo e adquirindo condições de rivalizar com as demais potências. A elevada taxa da natalidade fez a população do Império, de 51 milhões de pessoas em 1893, atingir 67,8 milhões em 1914. A produção de hulha, ferro, aço, produtos químicos e material elétrico transformava a Alemanha em uma das primeiras potências industriais do mundo. O comércio exterior no período de 1890 a 1900 teve um aumento de mais de 3 mil marcos. A tonelagem da Marinha Mercante foi triplicada. O almirante Von Tirpitz, depois de 1898, levou a Armada da Alemanha a uma posição mundial só superada pela britânica. A partir de 1898, os alemães estavam no

[18] PERKINS, 1964, pp. 188, 194.
[19] Ver NIVEAU, 1969, pp. 106-109; RENOUVIN, 1969, p. 455.
[20] RENOUVIN, 1969, pp. 49-69 ; KAPLAN, 1974, pp .247-148; KENNEDY, 1989, pp. 217-218.

firme propósito de erigir seu país em grande potência naval, inclusive em razão da necessidade da expansão comercial, pois o crescimento da produção levava à busca de matérias-primas e de novos mercados. Fatores econômicos, portanto, ao lado de geopolíticos e do sentimento nacional, formavam a agressiva política externa alemã[21].

Ciente das suas força e potencialidades, a Alemanha passou a reivindicar um "lugar ao sol" na partilha do mundo, um lugar que parte de sua opinião entendia como justo e de direito, decorrente de saúde nacional. Os alemães não participaram da partilha colonial porque ainda não tinham realizado sua unidade política. Uma vez concluída (1870) e apresentando uma economia vigorosa, desejavam recuperar o terreno perdido, reivindicando áreas sujeitas à colonização. Na América Latina, a presença alemã foi também tardia em relação às demais nações industrializadas[22].

A Liga Pangermanista[23] expressava os anseios alemães. Fundada em 1891, tinha um programa marcadamente expansionista. Além dos objetivos continentais, os expansionistas entendiam que a Alemanha tinha o direito ao "ar e à luz" e de intervir na partilha do mundo, de fundar "colônias sem bandeira" por meio da emigração ou de obter zonas de influência econômica na América do Sul, na África Austral, no Marrocos Meridional e na Ásia Menor. Como as áreas sujeitas ao colonialismo já estavam todas tomadas, pediam nova divisão do mundo[24].

Embora o governo alemão não encampasse as propostas pangermanistas, no referente à política colonial elas foram, em parte, acolhidas. O comércio com os países novos era visto como necessário à indústria, o que impunha entrar de rijo na competição colonial, requerendo-se, para isso, o aumento das Marinhas Mercante e de Guerra. Em 1896, o kaiser anunciou que o futuro da Alemanha estava nos mares[25].

Os Estados do Brasil Meridional, especialmente Santa Catarina, já tinham expressivo contingente imigratório de origem alemã. Embora não tenha partido do governo imperial qualquer iniciativa ou incentivo, os elementos pangermanistas, em 1900, mantiveram a ilusão de transformar aquelas "colônias sem bandeira" em base de um império na América

---

[21] KENNEDY, 1989, p. 208; RENOUVIN, 1969, p. 456; KAPLAN, 1974, p. 247; BARRACLOUGH, 1973, p. 94.

[22] RENOUVIN, 1969, p. 457; KAPLAN, 1974, pp. 149-150, 247; KENNEDY, 1989, pp. 206-207.

[23] "Fundada em Berlin [...] pelo explorador da África Oriental, Karl Petter, a liga foi dirigida, desde 1893, por Ernest Hasse, professor da Universidade de Leipzig, que permaneceu como chefe durante 15 anos. Seu programa era, ao mesmo tempo, continental e colonial. 'A expansão [escreveu Hasse, em 1905, em seu livro *Deutsche Politik*] é uma etapa necessária do desenvolvimento de um organismo vivo e saudável.'" (tradução nossa) (RENOUVIN, 1969, p. 457).

[24] Cf. RENOUVIN, 1969, pp. 457-458; KENNEDY, 1989, p. 209.

[25] BARRACLOUGH, 1973, p. 95; RENOUVIN, 1969, p. 458; Kennedy observa que as potências concorrentes da Alemanha tinham também um discurso expansionista, embora menos enfático (KENNEDY, 1989, p. 208).

do Sul. Mesmo sem o aval da política exterior alemã[26], os anseios pangermanistas, uma vez vindos a público, despertavam receios entre os eventuais agredidos e provocavam suscetibilidades das potências concorrentes.

O discurso dos pangermanistas era repelido pelos norte-americanos na mesma medida em que a Doutrina Monroe o era pelos alemães, mas o chanceler Von Bülow (1900-1909) não se deixava influenciar pelos xenófobos, não acolhia as pretensões do almirante Von Tirpitz, preferindo manter uma política cautelosa em relação ao Novo Mundo, sem provocar a sensibilidade norte-americana. Todavia, por ocasião do bloqueio ítalo-anglo-germânico contra a Venezuela (1902-1903), criou-se um estado de tensão nas relações do Reich com os Estados Unidos, no qual viam-se com receio, mormente na opinião pública, os propósitos alemães no Caribe. O bloqueio por si só – que significava intromissão europeia em área entendida como de influência norte-americana – e a linguagem utilizada por parte da imprensa alemã contribuíram para explicar o estado de ânimo contra o Império. A ascensão alemã afetou o Departamento de Estado. A Doutrina Monroe passou a ser invocada com frequência[27].

As razões econômicas, por si sós, não explicam o impulso imperialista da época. No caso da Alemanha, havia a questão do prestígio nacional e a crença na superioridade da raça. Nos Estados Unidos, acreditava-se na superioridade das instituições democráticas e na noção de responsabilidade internacional decorrente da nova posição do país na distribuição do poder mundial[28]. A rivalidade entre as duas novas potências foi visível na imprensa: a da Alemanha procurava excitar a opinião nos países latino-americanos, advertindo-os para o perigo de um protetorado norte-americano; o mesmo fazia a imprensa dos Estados Unidos, ao levantar o fantasma do "perigo alemão". O debate teve eco no Brasil, onde as opiniões se dividiram, conforme pode ser observado nos jornais por ocasião do Caso *Panther* com a Alemanha (novembro de 1905), que adquiriu projeção maior do que se poderia esperar, assumindo dimensões de "um caso grave", como foi qualificado pela imprensa, em razão da conjuntura internacional do início do século XX, mas também em virtude da xenofobia de setores da sociedade brasileira. As relações Brasil-Alemanha chegaram perto do ponto de ruptura. A indignação da

[26] RENOUVIN, 1969, p. 563; PERKINS, 1964, p. 311.

[27] PERKINS, 1964, pp. 164-165, 178-179, 184-185. Bismarck considerava a Doutrina Monroe um dogma insolente, uma arrogância peculiarmente norte-americana. (PERKINS, 1964, pp. 174-175).

[28] Segundo PERKINS (1964, pp. 164-165), os fundamentos econômicos não são suficientes para explicar o nacionalismo americano dessa época. Fohlen (1967, pp. 53, 59) foi ainda mais categórico do que Perkins em face da nova postura internacional norte-americana.

imprensa brasileira se estendeu à da Europa e à do continente americano, nomeadamente a da Argentina, que prontamente mostrou-se solidária ao Brasil.

Diante do problema diplomático, Rio Branco atiçou o espírito da Doutrina Monroe ao procurar jogar a imprensa americana contra a potência agressora, orientando para isso Joaquim Nabuco (1849-1910). Este, apesar de idealista nos assuntos internacionais, chegou a manifestar, em sua correspondência particular, receio de que as potências da Europa aplicassem à América Latina os mesmos critérios de partilha utilizados contra as nações africanas. O temor de que o território nacional fosse mutilado pelos alemães não era, todavia, unanimidade na opinião interna porque era sabido que a denúncia do "perigo alemão" vinha dos norte-americanos, dispostos a atrair ainda mais o Brasil para sua esfera de influência. Assis Brasil (1857-1938), ministro plenipotenciário do Brasil em Washington, manifestou, em janeiro de 1900, preocupação com a expansão germânica; contudo, no ano seguinte, ainda nos Estados Unidos, percebeu que o alerta que lá se mantinha sobre o perigo alemão era algo pensado. Para o diplomata e historiador Oliveira Lima (1867-1928), os Estados Unidos, em 1905 e 1906, usavam, na sua política para o hemisfério, a Alemanha como um "espantalho". Rio Branco não se impressionava com a linguagem dos que denunciavam o perigo alemão, pois não atribuía muito valor ao que classificou de intrigas originadas na Inglaterra e nos Estados Unidos.

A potência hegemônica do hemisfério

O período da década de 1870 até cerca de 1893 corresponde, na história norte-americana, à "idade áurea da América"[29]. A segunda metade do século XIX e o começo do século XX foram de grande imigração para os Estados Unidos, o que contribuiu para reforçar seu espetacular desenvolvimento econômico. País mais populoso do mundo ocidental, com a maior economia do planeta, cujo capitalismo já estava na fase monopolista, lançou-se como potência imperial, voltando-se para o Oriente (política de *portas abertas* na China) e para a América Latina, considerada como área natural para sua expansão[30].

[29] LINK, 1960, pp. 24-26; PÉPIN, 1938, pp. 32, 35; FOHLEN, 1967, p. 50; RENOUVIN, 1969, pp. 469-470; EKIRCH JR., 1965, p. 154; LINK & CATTON, 1965, pp. 24-25; MORISON & COMMAGER, [s.d.], pp.194-214; BANDEIRA, 1973, p. 86; LOBO, 1939, p. 16.

[30] KENNEDY, 1989, pp. 197, 238; NIVEAU, 1969, p. 79.

As presidências de McKinley (1896-1901), Theodore Roosevelt (1901-1909) e William Taft (1909-1913) correspondem à primeira arrancada do imperialismo norte-americano: a elas estão associadas, respectivamente, a guerra contra a Espanha (1898), a *Big Stick Diplomacy* e a *Dollar Diplomacy*[31].

A formação dos grandes monopólios empresariais, na última década do século XIX (envolvendo empresas industriais, financeiras e de transporte), contribuiu para provocar transformações tais que alteraram a correlação interna de forças, em razão do que a nação norte-americana adotou uma nova postura internacional. A economia dos Estados Unidos, até então caracterizada pela competição entre pequenos produtores, passou a ter uma oligarquia de empresas gigantescas. A luta contra os monopólios, ilustrada pelas leis antitrustes, destinadas a impedir que os cartéis tivessem o controle efetivo da indústria, marca boa parte dos embates políticos internos até sua entrada na Primeira Guerra. Ao poder público já escapava o controle de fato das grandes empresas[32]. Mais, estas empolgaram o sistema político, transformando-o em seu instrumento.

As empresas, em parte forçadas pelas leis antitrustes, buscaram a manutenção do nível de rentabilidade pela colocação de capitais no exterior. O processo de concentração capitalista europeu, antecipado em relação ao norte-americano, fez as potências industriais entregarem-se à disputa de áreas de influência, em especial na África e na Ásia. Nos Estados Unidos foi despertado o temor de que as nações mais fracas da América Latina fossem o alvo posterior da luta interimperialista europeia e de que os interesses norte-americanos estivessem ameaçados no Extremo Oriente[33]. A política exterior norte-americana, até então em relativa calmaria e isolamento, reformulou-se e ingressou em uma fase em parte caracterizada pela disputa com as grandes potências. O comércio e a grande finança passaram a informar, basicamente, a política exterior norte-americana. Apoiada na prosperidade de sua economia[34], a jovem nação reivindicou sua integração no rol das grandes potências e procurou criar sua esfera de influência. Além dos interesses materiais, não se pode descartar o componente nacionalista com o qual se identificava uma nova geração, cujos representantes típicos foram Henry Cabot Lodge, Alfred T. Mahan e Theodore Roosevelt. A diplomacia norte-americana

[31] Há vários e bons trabalhos sobre esse período, como os indicados nas referências bibliográficas. Ver, por exemplo, Döcpke (1997, p. 104). Para uma visão resumida e didática, ver Aquino et al. (1981, pp. 189-198).

[32] LINK & CATTON, 1965, pp. 85, 88-89.

[33] BOSCH GARCIA, 1969, pp. 76-77.

[34] Na fase ascendente, que vai de 1896 a 1920, do ciclo Kondratieff, o período colocado entre 1896 e 1907 foi de prosperidade para a economia norte-americana (NIVEAU, 1969, pp.77, 195).

fez-se presente no Caribe, na América Central, no Pacífico, no Extremo Oriente e na América do Sul. Ao assinarem a Paz de Paris (1898) após a vitória na Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos tornaram-se possuidores, de fato, de Porto Rico, Guam, Filipinas e, por meio da Emenda Platt, mantiveram Cuba em uma situação de quase colônia. Pelo Tratado Hay-Pauncefote (5 de abril de 1900, revisto em 18 de novembro de 1901), os britânicos afastaram-se do Caribe, e os norte-americanos ficaram com o controle exclusivo do canal que eventualmente fosse construído no Panamá. Em seguida, o presidente Theodore Roosevelt contribuiu decisivamente para a criação de uma nova República no continente (1903), a fim de remover obstáculos antepostos pela Colômbia, então senhora do istmo. Concomitantemente, as tropas americanas envolveram-se na Rebelião dos Boxers (1899-1901), na China. No oceano Pacífico, as ilhas do Havaí foram anexadas (1898). Depois da guerra contra a Espanha, como lembra Kennedy, os Estados Unidos transformaram-se em uma espécie de potência colonial asiática[35].

A assinalada defasagem entre o volume da produção e da demanda interna em relação aos excedentes de capital[36] combinou-se com uma inversão de tendência no setor de exportação da economia americana na primeira década do século XX, quando os produtos agrícolas, até então predominantes nas exportações, cederam cada vez mais espaço para os manufaturados, dos quais os Estados Unidos tornaram-se o maior produtor mundial. Tais produtos, que em 1900 representavam 35% das exportações norte-americanas, em 1914 passaram a representar 49%. Outra alteração significativa observou-se nas importações. A procura de manufaturados diminuiu e, ao mesmo tempo, aumentou a demanda de matérias-primas, indicando com segurança que a industrialização estava se tornando o setor dinâmico da economia norte-americana e que seu crescimento cada vez mais se assentava nas suas relações com o exterior. Em 1914, a produção industrial dos Estados Unidos ultrapassou a das nações europeias. No mesmo ano, segundo Kennedy, a renda nacional e a renda *per capita* eram as mais elevadas do mundo[37].

Cumpre realçar que a presença norte-americana nas áreas em que pretendeu marcar sua influência não adquiriu a feição clássica do

[35] RENOUVIN, 1969, p. 481 ; POTEMKIN, 1967, pp. 395, 368; PERKINS, 1964, p. 163; MILZA, 1968, pp. 168-169; THOMSON, 1973, p. 28; BOSCH GARCIA, 1969, *passim*; COSTA, 1968, pp. 177-180, 182-183; PÉPIN, 1938, p. 196; BANDEIRA, 1973, p. 136; KENNEDY, 1989, p. 240. O texto da *The Platt Emendment* pode ser lido em Bemis (1943, pp.14-15).

[36] Cf. RENOUVIN, 1969, pp. 469-470; COSTA, 1968, pp. 177-178. O secretário de Estado norte-americano Elihu Root declarou, por ocasião de sua visita a Buenos Aires, em 1906, que lhe agradaria ver o grande capital excedente que se estava acumulando nos Estados Unidos dirigir-se para o Sul (Trechos do discurso de E. Root transcritos pelo *El Diario*, Buenos Aires, 17 ago. 1906). Ver, ainda, *El Diario*, de 1º dez. 1905.

[37] LINK & CATTON, 1965, pp.42, 87, 98-100; RENOUVIN, 1969, p. 579; BARRACLOUGH, 1973, p. 95; KENNEDY, 1989, pp. 237-238.

imperialismo, embora fosse igual na essência. Os norte-americanos apresentavam-se, quase sempre, como defensores da paz, da verdadeira liberdade e dos princípios democráticos. Raramente a expansão dos Estados Unidos assumiu a forma típica do colonialismo da época[38], salvo nas áreas adjacentes ao seu território, nas quais entraram em jogo fatores geopolíticos. Mesmo assim, para eles próprios, estariam desenvolvendo uma missão civilizadora sobre os demais povos[39]. Pelo fato de os Estados Unidos serem ex-colônia da Europa, a opinião pública e o Legislativo pressionaram o Poder Executivo para evitar imposição a outros povos de uma sujeição contra a qual haviam se insurgido a fim de constituírem nação independente. Preferiam zonas de influência[40]. O que se buscava, todavia, era sempre o mesmo: aquisição de concessões nos países novos para a execução de obras de infraestrutura (construção de ferrovias e pontes, por exemplo), para a exploração mineira ou para o estabelecimento de empresas agrícolas. As ajudas financeiras oferecidas pelas casas bancárias eram propostas aos governos geralmente a título de saneamento da moeda ou de organização da administração dos países recebedores do empréstimo. O Departamento de Estado dava respaldo a tais operações. A movimentação diplomática era intensa quando se tratava de proteger as inversões no momento em que elas corressem riscos, em razão, sobretudo, dos frequentes distúrbios revolucionários que deixavam os governos tomadores de empréstimos em situação de insolvência. Afora isso, sempre poderia haver mudanças na legislação que regia a outorga de concessões ou a imposição de tarifas discriminatórias que acarretavam a diminuição da exportação de manufaturados. Para resguardar interesses, a ação governamental agia no sentido de modificar a legislação que punha embaraços às atividades dos seus cidadãos, e recorria-se, até, à administração das aduanas, a fim de garantir o resgate de dívidas[41]. Para a consecução desses objetivos, não raro se utilizava da pressão das armas, como ocorreu na República Dominicana, em janeiro de 1905.

Se no final do século XIX a Grã-Bretanha ainda controlava, efetivamente, um quarto do planeta ou um terço, no sentido econômico e cultural, se forem consideradas as "colônias informais" (como Argentina e Uruguai), o mesmo já não acontecia em 1914, quando outras potências

[38] BARAN & SWEEZY, 1972, p. 146, nota 5.

[39] "A realização da igualdade de condições confundiu-se, assim, ao nível da consciência expressa, com a conquista territorial e a expansão concomitante do comércio e da atividade econômica em geral. Esta é a razão que explica porque a vocação imperial coexistiu com a visão da igualdade e com a missão redentora dos demais povos [...]." (FERREIRA, 1971, p. 123).

[40] Cf. RENOUVIN, 1969, pp. 470-471. DÖCPKE, 1997, p. 135.

[41] Cf. RENOUVIN, 1969, p. 471.

a desafiaram, sobretudo na América Latina[42]. Esta área, após ligeira disputa entre Alemanha e Estados Unidos, transitou, embora de modo não homogêneo e com velocidades diferentes, da *Pax Britannica* para a hegemonia deste último país, plenamente configurada em períodos posteriores ao abrangido por este estudo. A Primeira Guerra foi um marco decisivo, pois contribuiu para expandir ainda mais a economia dos Estados Unidos, que conquistaram novos mercados na América Latina e na Ásia, aproveitando-se da retração europeia. Os Estados Unidos tornaram-se uma nação credora, sobretudo em razão dos empréstimos feitos aos Aliados. Nova York transformou-se, no decurso da década de 1920, no principal centro financeiro mundial[43].

O novo Pan-Americanismo

Nesse contexto, o governo dos Estados Unidos tomou a iniciativa de convidar todas as nações do hemisfério, à exceção do Canadá, para a I Conferência Internacional Americana, que teve lugar em Washington, no período de 20 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890. O governo anfitrião invocou o dormente ideal pan-americano, que, assim, foi instrumentalizado a favor dos comerciantes e financistas do seu país[44].

Se no princípio do século parte do Congresso norte-americano não concordava com a política americanista do Poder Executivo iniciada pelo presidente Monroe, o Legislativo tomou a iniciativa de autorizar, em maio de 1888, o presidente Grover Cleveland a convidar os governos americanos para a conferência[45]. Todas as nações do continente fizeram-se representar.

A agenda do encontro servia à intenção norte-americana de ampliar o intercâmbio comercial com a América Latina, cujas medidas tendiam a promover (a) a prosperidade dos diversos Estados americanos, (b) a união pan-americana de comércio, (c) a comunicação dos portos, (d) a união aduaneira, (e) os pesos e medidas, (f) os direitos de invenção, (g) a moeda comum e (h) o arbitramento[46].

A delegação do Império do Brasil partiu com instruções expressas para rejeitar qualquer proposta de união aduaneira no estilo do *Zollverein*

[42] HOBSBAWM, 1988, pp.111-112.
[43] JULIEN, 1970, pp. 179-180, 201. Sobre os efeitos no Brasil, ver GARCIA, 2006, pp. 333 e seguintes.
[44] McGANN, 1960, pp. 231-233; COSTA, 1968, pp. 182-182; RENOUVIN, 1969, p. 496; PERKINS, 1964, p. 259.
[45] AZEVEDO, 1971, pp. 186-1888.
[46] Cf. LOBO, 1939, pp. 50-55.

alemão[47], constante da pauta do evento, reafirmando recusa já feita em 1887 ao então presidente dos Estados Unidos Grover Cleveland[48]. Corria o conclave quando a República foi proclamada no Brasil. Autorizado pelo novo titular das Relações Exteriores (Quintino Bocaiúva), o republicano Salvador de Mendonça, substituto do monarquista Lafayette Rodrigues Pereira na chefia da representação brasileira, deu nova interpretação às instruções recebidas, contrariando-as. Entre as decorrências da nova orientação, vale registrar a aproximação da delegação brasileira das dos Estados Unidos e da Argentina. O Brasil, que sempre fora "o diferente" da América, reorientava sua política externa, cujos formuladores, no período inicial do novo regime, agiam embalados pela retórica da unidade institucional do continente.

Embora com poucos resultados práticos, a conferência criou, em 14 de abril de 1890, uma associação permanente das Repúblicas do continente, denominada de União Internacional das Repúblicas Americanas. O grupo teria um *bureau* comercial, sediado em Washington, destinado a compilar e a distribuir dados relativos ao comércio continental, nomeadamente informações sobre tarifas e regulamentos aduaneiros. O *bureau* teve suas funções ampliadas pelas conferências que se sucederam, de modo a transformar-se em um agente do comércio norte-americano. A União Pan-Americana suscitava receio nos hispano-americanos. Vivia-se o momento dos "panismos", que acobertavam desejos de hegemonia de um Estado sobre outros, como o pangermanismo alemão e o pan-eslavismo russo. A pretendida união aduaneira e a projetada estrada de ferro pan-americana contribuíram para reforçar esse receio, pois ambos os projetos soavam como uma versão americana de empreendimentos típicos dos imperialismos do Velho Mundo[49]. Para alguns, não escapou a observação de que a União Pan-Americana figurava, na lista telefônica, entre as repartições do governo dos Estados Unidos, o que ensejou aos adversários do Pan-Americanismo denominá-la "Ministério das Colônias"[50].

A II Conferência Internacional Americana reuniu-se na cidade do México em 1902. A seguinte, no Rio de Janeiro em 1906, teve a presença do secretário de Estado norte-americano Elihu Root na sessão inaugural. Rio Branco abriu os trabalhos com uma fala curta e incisiva, na qual pôs

[47] União aduaneira criada em 1833, foi um dos fatores da unidade alemã, afinal completada em 1870.

[48] Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). I Conferência Internacional Americana. LOBO, 1939, pp. 55-56; CASTAÑEDA, 1958, pp. 10-11; BANDEIRA, 1973, p. 127.

[49] DONGHI, 1972, p. 287; THOMSON, 1973, p. 29.

[50] Para conhecimento da opinião de Jose Martí sobre a I Conferência Internacional Americana, ver transcrição feita por GOMEZ ROBLEDO, 1958, p. 163.

limite à amizade votada pelo Brasil aos Estados Unidos ao observar que o encontro hemisférico não era "uma liga intercontinental contra interesses aqui não representados" e que a conferência "não trabalha contra ninguém e só visa a maior aproximação entre os povos americanos, o seu bem-estar e rápido progresso, com que a Europa e as outras partes do mundo só têm a ganhar". Esclareceu que não era animado por qualquer sentimento antieuropeu e que não desejava se afastar do Velho Mundo, fonte de imigrantes e de onde vinham "o apoio e o exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso"[51]. Ao dar realce à importância das relações com a Europa na presença dos delegados norte-americanos, Rio Branco não poderia ter sido mais explícito do que foi para marcar independência e não alinhamento. Ao elogiar a Europa na presença de Elihu Root, deu uma resposta àqueles que imputavam ao Brasil o papel de gendarme auxiliar da diplomacia norte-americana para a América Latina. O discurso do chanceler brasileiro desfez dúvidas, foi bem acolhido em Buenos Aires[52] e até recebeu o aplauso do seu crítico Oliveira Lima[53]. Rio Branco não era ingênuo quanto à natureza do Pan-Americanismo dos Estados Unidos, reanimado pelo secretário de Estado Blaine, no período de 1888 a 1890, em favor do interesse estadunidense[54]. Assim, interpretou que Root esteve no Rio de Janeiro em benefício da influência norte-americana na América do Sul, e não por atenção especial ao Brasil. Até por isso recusou, em 1908, sugestão de Joaquim Nabuco de visitar os Estados Unidos, com aparato e reserva nos preparativos, para não ter imitadores, a título de pagamento da que fizera Root ao Brasil.

O Corolário Roosevelt

No período de 1800 a 1830, no qual aconteceu o Congresso do Panamá, uma das faces da política externa norte-americana foi o interesse pela América Latina. Depois disso, os Estados Unidos retraíram-se da área. Seus comerciantes e industriais, em vez de concorrerem com os ingleses, preferiram o crescente mercado interno, resguardado pelo

[51] AHI. III Conferência Internacional Americana, 273/3/10.

[52] TELEGRAMAS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1906.

[53] Oliveira Lima dedicou o livro *Pan-Americanismo*, de 1907, a Rio Branco, significando-lhe a aprovação do discurso de abertura, no qual "[...] serenamente [obstou a] enfeudação do Brasil, país com aspirações e tradições próprias, ao *sistema* norte-americano: há um tempo prestando à Europa o tributo filial que lhe devem os herdeiros e continuadores de sua cultura, e reafirmando, para com os Estados Unidos, a estima cordial que ao Brasil merecem todas as outras nações do Novo Mundo, com as quais se sente em comunhão de interesses positivos e de ambições morais" (LIMA SOBRINHO, 1971, p. 114). Ver também LIMA, 1980, p. 44; LINS, 1945, p. 505, v. 2.

[54] Despacho para Washington, apud LINS, 1945, p. 567, v. 2.

protecionismo alfandegário. Os tratados bilaterais substituíram a política latino-americana de Jefferson (1801-1809) e de Monroe (1817-1825)[55].

Foi só no último quartel do século XIX que os Estados Unidos voltaram a considerar a América Latina como um todo e que formularam uma política exterior pan-americana[56]. Originalmente concebida como proteção e não ingerência, a Doutrina Monroe foi transformada em justificativa para sancionar intervenções em países latino-americanos abrangidos pela ampliação da área de segurança norte-americana[57], bem como para impedir que governos ou corporações estrangeiras adquirissem portos ou outros lugares que pudessem ameaçar as comunicações ou a segurança. Ao afirmar o afastamento da ingerência europeia no hemisfério e ao invocar a doutrina, o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) considerou, unilateralmente, a América Latina como parte do sistema internacional de poder norte-americano.

A aplicação dos princípios formulados por Monroe em 1823 – que vedavam o continente à conquista europeia – impunha, na visão de Roosevelt, responsabilidades. Aos Estados Unidos cumpririam, assim, zelar pela ordem e pela paz no continente por meio de uma ação de polícia internacional. Na mensagem de 6 dezembro de 1904 ao Congresso do seu país, Roosevelt conciliou o Monroísmo com o intervencionismo, redefinindo a doutrina ao afirmar que "[...] o descalabro crônico ou uma impotência que resulte em um afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, pode, na América, como alhures, exigir por fim a intervenção de alguma nação civilizada [...]"[58]. O conceito de proteção do hemisfério contra agressões extracontinentais, o cerne da doutrina, foi, dessa forma, retrabalhado para justificar a política de coerção contra Estados latino-americanos[59]. As Repúblicas da América Latina, conforme constatou o *Evening Post* de Nova York, deveriam reconhecer suas obrigações em troca da proteção: "A obra da Doutrina de Monroe desenvolve-se com a ação combinada das duas partes: a nação mais fraca, que precisa ser

[55] O primeiro tratado bilateral entre Brasil e Estados Unidos foi celebrado em dezembro de l828. William Tudor, ex-cônsul norte-americano em Lima, era, na ocasião, encarregado de negócios no Rio de Janeiro (Cf. WHITAKER, 1964, p. 437).

[56] WHITAKER, 1964, pp .433-435; LOEWENHEIM, 1969, pp. 42-43; FENWICK, 1965, p. 46.

[57] A mensagem do presidente Monroe ao Congresso de seu país em 1823 teve um caráter essencialmente defensivo e anticolonialista, e foi dirigida aos membros da Santa Aliança. Todavia, seu significado original logo adquiriu novas dimensões e evoluiu, segundo seus críticos, para um sentido expansionista, já nas presidências de Tyler e Polk, na década de 1840, para justificar a campanha e a anexação do Texas. (MERK, 1968, pp. 11-15; COSTA, 1968, pp. 183-184). Ver também PERKINS, 1964, pp. 192-193, 224.

[58] Apud FENWICK, 1965, p. 59; FOHLEN, 1967, pp. 51-52; PERKINS, 1964, p. 200; RENOUVIN, 1969, p. 471; JULIEN, 1970, pp. 95-98,104-106; PÉPIN, 1938, p. 40. A mensagem do presidente Roosevelt foi comentada e em parte transcrita pelo *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1905. PECEQUILO (1999, pp. 50-53) faz uma síntese interpretativa do Corolário Roosevelt.

[59] *Apud* e cf. PERKINS, 1964, pp. 199-200. Ver ainda BURNS, 1966, pp. 150-151; FOHLEN, 1967, pp. 51-52; RENOUVIN, 1969, p. 471; PÉPIN, 1938, p. 40; FENWICK, 1965, p.5 9; RENOUVIN & DUROSELLE, 1967, p. 171. Ver também BANDEIRA, 1973, p. 168; RIPPY, 1960, pp. 511-515. O texto do *The Roosevelt Corollary* está às pp. 530-531.

protegida contra a agressão estrangeira, e a nação poderosa, que estende sobre ela seu braço protetor. Suas obrigações são mútuas[60]."

Como contrapartida da resistência a qualquer ingerência de potências extracontinentais na área, os Estados Unidos assumiram o papel de gendarmes dos interesses europeus no continente. À Europa dava-se a garantia de que as nações latinas da América, sob a supervisão norte-americana, preservariam a ordem pública e manteriam seus compromissos em dia[61]. Londres aplaudiu os termos do Corolário Roosevelt. A imprensa da Europa, particularmente a britânica, também aprovou a nova interpretação da Doutrina Monroe, uma vez que significava proteção para os investimentos[62]. Acertava em cheio no espírito e na letra do corolário. Elihu Root, secretário de Estado de Roosevelt, ao defender, em dezembro de 1905, a Doutrina Monroe, explicitou que as Repúblicas da América Central e do Sul não estavam desobrigadas de seus compromissos financeiros internacionais e que às potências europeias, por conseguinte, assistia o direito de exigir satisfação dos compromissos assumidos. Todavia, não reconhecia naquelas potências o direito de ocupação territorial, por ser incompatível com a segurança dos Estados Unidos[63].

De acordo com a nova versão da Doutrina Monroe, aos norte-americanos estava reservada a tarefa de dirigir os povos menos competentes. A auto-outorga de poder repousava em razões econômicas e geopolíticas, mas era também parte da visão de mundo de uma geração que então chegava ao poder[64], segundo a qual o expansionismo norte-americano era, também, uma questão de honra e de prestígio[65]. Tanto é assim que Roosevelt dava amplitude planetária à ação policial norte-americana ao exortar seus concidadãos a novas responsabilidades. Em 1902, ao dirigir-se ao Congresso de seu país, afirmou que "[...] a crescente interdependência e complexidade das relações internacionais, tanto políticas quanto econômicas, impõem cada vez mais às nações civilizadas e organizadas o exercício de sua própria política policial através do mundo"[66].

---

60 *Apud O Paiz*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1905.

61 LA doctrina de Roosevelt. *La Prensa*, Buenos Aires, 15 ago. 1905; DONGHI, 1972, p. 284.

62 VIDAL, Gil. O novo Monroísmo e a imprensa ingleza. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1905; SILVEIRA, 2000, p. 99.

63 *Apud* COSTA, 1968, pp. 217-218. Segundo o autor, Roosevelt e Root tinham a mesma concepção sobre a Doutrina Monroe. "É mesmo provável que os discursos de Roosevelt relativos a esta questão, de 1901 a 1909, tenham sido, senão redigidos, pelo menos revistos por Elihu Root" (COSTA, 1968, pp. 217-218).

64 Cf. PERKINS, 1964, pp. 312-313.

65 Apud MAY, 1964, pp. 319-331. Ver também COSTA, 1968, pp. 183-184. Para Renouvin, a política de Roosevelt "foi determinada por considerações políticas, bem mais do que por motivos de ordem econômica [...]. Nem é preciso dizer que ele soube apreciar os proveitos materiais oferecidos ao comércio e à indústria americanos pela política de expansão. Mas esse objetivo não é essencial para ele. Suas preocupações se orientam sobretudo para o aumento do prestígio dos Estados Unidos ou do papel que eles tem o direito ou o dever de representar no mundo" (Apud DUROSELLE, 1976, p. 227).

66 Apud FOHLEN, 1967, pp. 51-52 (tradução nossa).

O presidente norte-americano não invocou a superioridade do homem branco; a distinção entre as nações, para ele, fazia-se consoante graus de civilização e de organização. Seguindo uma lógica de proteção de nações atrasadas e inferiores em organização, à Grã-Bretanha coube o mandato sobre a África e a Índia; ao Japão, o Extremo Oriente; aos Estados Unidos estava naturalmente reservado o destino do continente americano. Consciente dos temores dos hispano-americanos, Roosevelt afirmou, na mensagem anual de 1905, que todas as outras nações do continente que tivessem um "governo justo e legítimo nada têm a recear de nós"[67].

A política exterior agressiva (do *Big Stick*) sobreviveu ao próprio Roosevelt, intérprete de um momento preciso e marco do início de uma nova era. Alçados à categoria de potência mundial, os Estados Unidos não mais se esquivaram de envolvimentos internacionais. A Diplomacia do Dólar de Taft e o "moralismo" de Woodrow Wilson foram seus desdobramentos[68].

A mediação de Roosevelt na guerra russo-japonesa e sua colaboração na solução do conflito franco-germânico a respeito do Marrocos em 1905 e 1906 ilustram o prestígio desfrutado pelos Estados Unidos no cenário mundial em uma época caracterizada por intensa luta interimperialista, que punha o sistema internacional em situação de equilíbrio precário. Roosevelt foi agraciado com o prêmio Nobel da Paz em 1906.

Rio Branco e o Corolário Roosevelt

Inaugurado pelos fundadores da República, o redirecionamento da política externa brasileira para a potência hegemônica do hemisfério foi consolidado por Rio Branco, a fim de torná-lo um dos pilares da sua política externa. A presença do capital britânico era folgadamente predominante na economia brasileira[69], mas eram os Estados Unidos o principal motor da agroexportação brasileira[70]. A aproximação tinha fundamento de natureza não só comercial (pois o já amplo mercado interno norte-americano não

[67] Apud FENWICK, 1965, p. 59, nota 48. Embora o *La Tarde* de Assunção tenha chegado a falar em Confederação Latino-Americana em oposição aos Estados Unidos, foi na Argentina que o governo e a imprensa, de modo geral, nunca aceitaram a nova interpretação da Doutrina Monroe. A Doutrina Drago era sempre invocada nas contestações à Doutrina Monroe. Ver CONFEDERACIÓN sudamericana. *La Prensa*, Buenos Aires, 18 set. 1905. O *Grenzboten,* órgão pangermanista de Berlim, também prestigiou a Doutrina Drago em oposição às pretensões norte-americanas. No Brasil o crítico mais severo do Corolário Roosevelt foi Oliveira Lima.

[68] FOHLEN, 1967, pp. 52-53.

[69] ALMEIDA, 1998, pp. 250, 415, 442.

[70] Apud BUENO, 2003, pp. 108-109 (BRASIL. Ministério da Fazenda. *Relatório do Ministro da Fazenda*. Rio de Janeiro, 1912; BRASIL. *Annuario Estatístico do Brasil, 1903-1912*).

parava de crescer, o que alimentava as perspectivas otimistas em relação à venda de produtos tropicais, especialmente o café)[71], mas também política (ligado aos objetivos regionais) – sem falar no fato de que as concepções do chanceler não se conflitavam com a nova interpretação da Doutrina Monroe, a qual, segundo ele, não deveria ser motivo para "as três principais nações da América do Sul (o Brasil, o Chile e a Argentina) se molestem com a linguagem do presidente Roosevelt", pois não se incluíam entre as "nações desgovernadas ou turbulentas que não sabem fazer 'bom uso da sua independência', ou que deva ser aplicado pelos mais fortes 'o direito de expropriação contra os povos incompetentes'". As Repúblicas latino-americanas que se sentissem ameaçadas pela linguagem franca do presidente norte-americano deveriam procurar "escolher governos honestos e previdentes, e, pela paz e energia no trabalho, progredirem em riqueza e força". A Doutrina Monroe, mesmo nos seus novos termos, se lhe afigurava como proteção contra eventuais violências e conquistas perpetradas pelas potências europeias, conforme ilustrava o então recente caso venezuelano (1902), uma vez que a intervenção europeia só se consumara após consulta ao governo dos Estados Unidos e ficara claro que não implicaria ocupação territorial. A linguagem de Roosevelt, dizia, deveria inquietar mais as potências do Velho Mundo pelo fato de os Estados Unidos mostrarem-se dispostos a "intervir, sempre que for necessário, na questão do Oriente europeu e na Ásia, que as mesmas potências entendiam pertencer-lhe exclusivamente". Rio Branco avaliava com precisão o peso da nova potência e sua parte de influência na constelação do poder mundial. A América hispânica não reunia condições para se contrapor aos Estados Unidos em razão da disparidade de forças. Com realismo, dizia que "a tão falada liga das Repúblicas hispano-americanas para fazer frente aos Estados Unidos é pensamento irrealizável, pela impossibilidade de acordo entre povos em geral separados uns dos outros, e é até ridículo, dada a conhecida fraqueza e falta de recursos de quase todos eles"[72]. Reconhecia que a Doutrina Monroe fora útil à América Latina e enxergava incoerência naqueles que, no Brasil, então manifestavam prevenções contra os Estados Unidos, depois de terem aplaudido a intervenção destes a favor de Floriano Peixoto (1891-1894), por ocasião da Revolta da Armada (1893-1894)[73].

A posição de Rio Branco não foi singular na América Latina, pois esta, de modo geral, segundo Perkins, acolheu o Corolário Roosevelt com

[71] Burns (1966, pp. 200, 202) dá ênfase ao mercado norte-americano para o café brasileiro como fator de aproximação entre os dois países. Ver também PRADO JÚNIOR, 1967, p. 207; VALLA, 1972, p. 16.

[72] AHI. Despacho reservado para Washington, 31 jan. 1905 (Rio Branco a Alfredo de Morais Gomes Ferreira). Ver BANDEIRA, 1973, pp. 168-169; COSTA, 1968, pp. 200-202; GOUVÊA, 1976, p. 660.

[73] AHI. Manuscrito aposto ao ofício de Buenos Aires, 31 dez. 1905.

moderação[74]. Pode-se afirmar que a tranquilidade com que o chanceler via o intervencionismo norte-americano devia-se em parte ao fato de o Brasil já ter também praticado intervenções, durante o Império, na região do Prata. Além disso, preocupava-o a irrupção de movimentos revolucionários em Repúblicas limítrofes, pois poderiam tanto provocar desordens em trechos da fronteira quanto quebrar a paz na área[75]. A aceitação do Corolário Roosevelt era também facilitada pelo fato de o Brasil estar atravessando um período de estabilidade político-institucional e ter as contas externas em ordem depois da rígida política financeira de Campos Sales, que permitiu os êxitos materiais da administração Rodrigues Alves (1902-1906), longe, portanto, de ser uma República insolvente, malgovernada ou turbulenta.

A atitude brasileira em face do bloqueio naval imposto por Grã-Bretanha, Alemanha e Itália à Venezuela é ilustrativa. Stuart (1989), apoiando-se em Donghi, observou que tal bloqueio significou para o continente americano a transição do intervencionismo europeu para a tutela norte-americana. Rio Branco estava apenas há seis dias no cargo de ministro das Relações Exteriores quando a frota dos credores entrou no porto de La Guayra (9 de dezembro de 1902). O governo Roosevelt, comunicado com antecedência pelos interventores, manteve-se neutro, conforme reiterado. A Grã-Bretanha, ao consultar os Estados Unidos antes do bloqueio, reconheceu a nova potência mundial e sua respectiva área de influência, conforme já reiterado[76]. A nota do ministro argentino Drago, dirigida ao Departamento de Estado, afirmando que a dívida pública não podia ser cobrada com intervenção armada, foi a única manifestação oficial na América Latina a favor da Venezuela[77]. O Departamento de Estado não acolheu os termos formulados por Drago porque não queria se comprometer com a não intervenção, pois os Estados Unidos, interventores potenciais em Repúblicas hispano-americanas, queriam liberdade de ação no futuro. A resposta norte-americana à nota de Drago foi ambígua, embora a favor da arbitragem[78].

Ao enviar a nota ao representante argentino em Washington, Drago manifestou ao ministro plenipotenciário brasileiro em Buenos Aires, na época Ciro de Azevedo, o desejo de conhecer seu parecer sobre o assunto,

---

[74] PERKINS, 1964, pp. 204-205.

[75] Para a política do Brasil na bacia do Prata no século XIX, ver BANDEIRA, 1985, capítulo V e seguintes. Burns (1966, p. 152) refere-se ao fato de o Brasil enfrentar na bacia do Prata situação semelhante àquela enfrentada pelos Estados Unidos no Caribe. Na visão do Brasil, os distúrbios políticos no Paraguai e no Uruguai prejudicavam a imagem externa dos sul-americanos.

[76] STUART, 1989, p. 49. Perkins também registra que a Grã-Bretanha, ao dar liberdade de ação para os Estados Unidos no continente americano, acatou a Doutrina Monroe (1964, pp. 187-188).

[77] A nota de Drago foi entregue por Garcia Merou (ministro argentino em Washington) ao secretário de Estado Hay em 5 de fevereiro de 1903.

[78] STUART, 1989, pp. 1, 5, 10-11, 14, 20-21, 49, 145-148.

explicando, segundo narrativa deste, "que a intenção principal [...] era não mostrar indiferença em um caso tão importante para toda a América, e deixar o precedente do seu protesto contra essa tendência de absorção indireta e de domínio agressivo das grandes potências". Drago ainda "insinuou quanto estimaria que o Brasil se manifestasse, na forma que lhe parecesse mais oportuna, em favor do que considerava a sã doutrina e defesa da independência do nosso continente"[79].

A posição de Rio Branco foi de alinhamento à dos Estados Unidos, pois entendia que a Doutrina Monroe não estava em questão, uma vez que o bloqueio não implicava conquista de território, conforme reiterado[80]. O secretário de Estado Hay opinava que o Brasil não deveria se envolver na questão da Venezuela, com o que concordou o governo brasileiro, até porque se queria preservar as boas relações com os governos que pressionavam o país sul-americano[81]. O chanceler brasileiro recusou a sugestão do ministro argentino para formar uma liga de países sul-americanos contra demonstrações de força de países europeus e negou-se a engrossar o protesto contra a cobrança coercitiva de dívidas, até porque o Brasil não era mau pagador. Reafirmou em despacho para Washington: "Concordo com Vossa Excelência [Assis Brasil[82]] e secretário de Estado Hay. Não devemos entrar nisso sendo desejo do presidente e também meu que possamos estar sempre de acordo com o governo de Washington[83]."

Durante a preparação da agenda da Terceira Conferência Internacional Americana (1906), Nabuco contribuiu decisivamente para a não inclusão da Doutrina Drago no temário. Rio Branco ficou satisfeito pelo fato de a apreciação da doutrina ter sido transferida para a Conferência de Haia[84], o que, na prática, significava o não reconhecimento internacional, uma vez que lá ela teria "maior número de opositores, porque aos da América se hão de reunir muitos dos delegados europeus"[85].

Por ocasião da guerra civil no Paraguai (1905), Rio Branco, coerente consigo mesmo, em correspondência com o ministro brasileiro em Washington Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, expressou que não havia

[79] AHI. Ofício confidencial de Buenos Aires, 31 dez. 1902 (carta de Azevedo a Rio Branco).

[80] STUART, 1989, pp. 187-188, 206; LINS, 1945, pp. 489-490, v.2.

[81] AHI. Telegrama de 16 de janeiro, transcrito no despacho de Rio Branco para Washington em 2 abr. 1903.

[82] Assis Brasil, na condição de plenipotenciário do Brasil em Washington, afirmou, a propósito do protesto de Drago: "[...] [O] Brasil não deve confundir-se [com] maus devedores. Protesto só teria peso entrando Estados Unidos. Conversei largamente com Hay declina entrar" (AHI. Ofício de Washington de Assis Brasil para Rio Branco).

[83] Apud LINS, 1945, pp. 489-490, v.2. Ver também COSTA, 1968, p. 134.

[84] AHI. Despacho para Washington, 30 mar. 1906.

[85] AHI. Despacho para Washington, 30 mar. 1906. Quando estava em preparo a Conferência de Haia de 1907, Rio Branco afirmou em despacho para Joaquim Nabuco: "Nós não temos realmente interesse algum em que a chamada Doutrina Drago figure no programa da conferência, ou seja, proposta e aceita. Pagamos as nossas dívidas e, por outro lado, somos credores do Uruguai e do Paraguai" (AHI. Despacho para Washington, 27 fev. 1907).

razões para o "receio que certos governos sul-americanos têm de próximas intervenções dos Estados Unidos nos seus negócios"[86]. Ainda mais por não se tratar de intervenção estrangeira no sentido de contribuir para que um partido suplantasse outro, mas de colaboração no sentido de se chegar a um acordo conciliatório, sem desprestígio para a autoridade legal. Invocando precedentes históricos, Rio Branco acreditava na possibilidade de as nações mais fortes desempenharem ação benéfica em favor da paz entre as nações mais fracas. Por isso, era de parecer que o governo de Washington devesse acreditar um ministro residente no Paraguai, para "[...] que esse diplomata possa, no interesse da paz e do progresso do nosso continente, exercer a influência benéfica que os Estados Unidos, em união com o Brasil e as outras potências ali representadas, podiam exercer em situações difíceis como a que acaba de atravessar aquele país".[87]

Em julho de 1906, em longa entrevista concedida no Rio de Janeiro ao correspondente do jornal argentino *La Nación* Rio Branco afirmou, entre outras coisas, que o expansionismo dos Estados Unidos não apresentava perigo nesta parte do continente, pois em razão da distância, só poderiam exercer influência direta no mar das Antilhas. Em outro ponto da entrevista, foi de uma franqueza que provocou espanto no Prata:

> [...] Os países que não sabem se governar, que não têm elementos suficientes para evitar as contínuas revoluções e guerras civis, que sucedem sem interrupção, não têm razão de existir e devem ceder seu lugar à outra nação mais forte, melhor organizada, mais progressista, mais viril[88].

Rio Branco, logo depois, desautorizou as declarações publicadas pelo correspondente, até porque eram de péssimo efeito naquele momento, pois se acabara de inaugurar a Terceira Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro. O *La Nación*, todavia, confirmou a reportagem. Para o *El Tiempo,* também de Buenos Aires, a reportagem teria sido uma indiscrição, mas daquelas "calculadas e bem pesadas"[89]. Não é difícil, assim, entender por que Rio Branco, em mais de uma oportunidade, repartiu com Roosevelt o adjetivo de imperialista, sobretudo na América espanhola.

A posição do chanceler brasileiro em relação à Doutrina Monroe e à mensagem de Roosevelt em 6 de dezembro de 1904 tinha respaldo,

---

[86] AHI. Despacho para Washington, 14 abr. 1905.

[87] AHI. Despacho para Washington, 14 abr. 1905. Burns (1966) também trata do assunto à página152. Ver ainda SMITH, 1991, p. 49.

[88] *La Nación*, Buenos Aires, 26 jul. 1906 (tradução nossa).

[89] Para mais esclarecimentos, ver: *La Nación*, Buenos Aires, 26 jul., 9 e 10 ago. 1906; *La Prensa*, Buenos Aires, 8 ago. 1906; *El Tiempo*, Buenos Aires, 9 ago. 1906; e *El Pais*, Buenos Aires, 10 ago. 1906.

embora não unânime, na opinião interna[90]. Os argumentos utilizados eram parecidos. Gil Vidal[91], por exemplo, não enxergou na posição de Roosevelt, em face do bloqueio anglo-ítalo-germânico imposto à Venezuela, intuitos de exercer hegemonia política sobre a América Latina. O governo de Washington, ao conseguir levantar o citado bloqueio, sob sua garantia, tornou-se fiador da sentença do Tribunal de Haia contra a Venezuela. Aos Estados Unidos cabiam, portanto, intervir naquele país para fazê-lo cumprir os termos da sentença. A intervenção, no caso, seria a entrega da administração das alfândegas até o pagamento das dívidas. Uma vez que a Doutrina Monroe vedava o continente à conquista estrangeira, os Estados Unidos, como contrapartida, exerciam o papel de polícia internacional. Assim, segundo o articulista, as nações americanas "que não quiserem passar por igual humilhação que procedam honestamente, como faz todo particular que não quer pendências com a polícia"[92].

Na mesma linha, Rocha Pombo desaprovou a atitude do general Cipriano Castro, presidente da Venezuela, e opinou que a Doutrina de Monroe não poderia "instituir em favor dos povos americanos o privilégio de faltar impunemente a compromissos de honra e ainda zombando dos credores"[93]. Segundo outros dois articulistas, Luís Raposo e Eunápio Deiró, a Doutrina de Monroe, mesmo nos termos em que a concebera Roosevelt, era um instrumento de defesa da integridade territorial do continente em face de agressões europeias. Não vislumbravam perigo, caso as nações da América do Sul "aceitassem esse convênio"[94]. A doutrina, para certo setor da opinião, era tida como "grande serviço" ao continente, pois assegurava a liberdade para o "desenvolvimento de cada nação americana", resguardando-as da cobiça e da conquista europeias[95]. No entanto, havia vozes discordantes que interpretavam o Corolário Roosevelt como a serviço do imperialismo norte-americano[96]. Uma das mais prestigiosas era a do publicista e diplomata Oliveira Lima, que às vésperas do início da Terceira Conferência Internacional Americana contestou o poder de polícia internacional no qual Roosevelt se autoinvestiu.[97]

---

[90] Rio Branco afirmou que: "De oito folhas diárias que temos nesta capital [Rio de Janeiro], apenas o *Jornal do Brasil* apreciou desfavoravelmente as declarações feitas [por Roosevelt] e mais uma vez manifestou a sua má vontade para com os Estados Unidos" (AHI. Despacho para Washington, 31 jan. 1905 – Rio Branco a Alfredo de Morais Gomes Ferreira).

[91] Diplomata, pseudônimo de Pedro Leão Veloso. Foi redator-chefe do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro (Cf. GOUVÊA, 1976, p. 1.633, v.3).

[92] VIDAL, Gil. A Venezuela e a Doutrina de Monroe. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1905.

[93] POMBO, Rocha. Política americana. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1905.

[94] RAPOSO, Luís. Os congressos pan-americanos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1906. DEIRÓ, Eunápio. Conferência de Paz de Haia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1907. Este articulista fez reparos à doutrina do argentino Drago.

[95] O Congresso Pan-americano. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1905.

[96] FARO, Mattos. A Doutrina de Monroe. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20 out. 1905. Monarquista saudoso, temia a absorção norte-americana.

[97] LIMA, 1980, pp. 75-79.

Argentina e Cone Sul

A Argentina, em 1900, com uma população de cinco milhões de pessoas, era uma nação orgulhosa e otimista, e conheceu um despertar de imperialismo, do qual Estanisláo Zeballos foi o melhor representante[98]. O país platino teve crescimento espantoso nos 50 anos posteriores a 1860, só comparável ao dos Estados Unidos. Ao celebrar o centenário da Independência (1910), apresentava-se como uma nação próspera. Maior exportadora mundial de grãos em 1909, logo (quatro anos depois) superou os Estados Unidos como exportadora de carnes para a Grã-Bretanha. Com esse sucesso econômico, a Argentina queria ombrear-se àqueles e desempenhar na América Latina uma missão civilizadora[99]. Acomodada na divisão internacional do trabalho, desenvolvia um relacionamento preferencial com a Europa, sobretudo com a Grã-Bretanha, e era reativa às pretensões norte-americanas de aumento de influência sobre o hemisfério, sob a égide do Pan-americanismo. Mesmo assim, as relações comerciais Argentina-Estados Unidos cresceram no período dos anos finais do século XIX aos que antecederam à Primeira Guerra Mundial[100].

Com o Brasil, a Argentina tradicionalmente mantinha expressiva parceria comercial, figurando como um dos seus principais fornecedores de gêneros alimentícios, sobretudo trigo em grão e farinha. As relações comerciais entre os dois países seguiam um fluxo praticamente invariável, com saldos amplamente favoráveis ao país do sul. Se pouca coisa mudava naquelas relações, o mesmo não ocorria nas de natureza política, como que a contrariar a lógica econômica. Houve, durante a Primeira República, momentos de aguda rivalidade, entremeados por aqueles de extrema cordialidade.

No início da gestão Rio Branco, as relações do Brasil com a Argentina estavam em um bom momento. O general Júlio Roca, ao concluir o segundo mandato presidencial, em outubro de 1904, deixou as relações da Argentina em elevado nível de concórdia com o vizinho

---

98 Cf. ETCHEPAREBORDA, 1978, p. 11. As trajetórias da Argentina e do Brasil nos aspectos políticos e econômicos sempre despertaram a atenção dos analistas. Ver, por exemplo, PALÁCIOS, Ariel. Argentina x Brasil: país tem saudades do futuro de potência. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 abr. 2000, p. B-13. Fausto e Devoto (2004) publicaram extenso e sólido estudo comparativo.

99 TULCHIN, 1990, pp. 65, 78, 80-81. Almeida fez estudo comparativo de indicadores de desenvolvimento econômico no qual se ressalta a disparidade a favor da Argentina em relação ao Brasil no período aqui considerado (1999, pp. 17-38). Em momento próximo da reunião da III Conferência Internacional Americana, assim expressou-se *El Diario*, de Buenos Aires: "[...] *Lo que sucede es que no podemos olvidar que si hemos crecido tanto, que nuestro engrandecimiento nos coloca en el segundo puesto entre las naciones americanas, sin mas superior que los Estados Unidos, - lo debemos exclusivamente á esas corrientes de comercio y emigración, nunca interrumpidas, que existen entre la América del Sud y las naciones de Europa [...]*." (EL congreso pan-americano y las naciones europeas. *El Diario*, Buenos Aires, 17 abr. 1906).

100 TULCHIN, 1990, pp. 83-85; MAGNOLI, 1996, p. 219.

do norte[101]. A troca de visitas (1899-1900) entre ele e o presidente Campos Sales legara um saldo de simpatia, quebrando a frieza existente nas relações Argentina-Brasil[102]. Para esse clima favorável contribuiu a presença de Manuel Gorostiaga por mais de um lustro à frente da legação no Rio de Janeiro, na qual desenvolveu uma política de aproximação. Ao término de sua missão, em carta de despedida a Rio Branco, em outubro de 1905, manifestou toda sua fé na união dos dois povos[103]. Alguns dias antes, Gorostiaga recebera de Bartolomé Mitre carta em que justificava-se a importância da aliança argentino-brasileira[104]. Rio Branco, na resposta de agradecimento a Gorostiaga, deu ênfase ao Tratado de Arbitramento Geral, firmado entre os dois países em 7 de setembro[105].

A rivalidade entre os dois países, todavia, permanecia latente. Aflorou no mesmo ano em que Gorostiaga deixou o Rio de Janeiro, nomeadamente quando da discussão e da aprovação pelo Legislativo brasileiro do projeto de rearmamento naval[106] e da elevação, por atos recíprocos e simultâneos, das legações dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e do Brasil em Washington à categoria de embaixada. Outro motivo de rivalidade era a natureza das relações que os dois países mantinham com os demais da bacia do Prata. As aproximações, os afastamentos e as reaproximações do Paraguai e do Uruguai em relação ao Brasil e à Argentina eram acompanhadas nestes dois países sempre com uma preocupação de fundo: a eventual aspiração de hegemonia do rival.

A disputa naval

Na rivalidade naval que existiu entre os dois maiores países da América do Sul, não se pode ignorar, entre suas origens, a força do "ar da época". Princípios e condutas vigentes entre as potências do hemisfério norte tiveram uma pálida versão sul-americana adaptada às condições

[101] FRAGA, 1994, p. 45.

[102] AHI. 34-6, A-3, G-4, M-52. Carta de Manuel Gorostiaga a Rio Branco. Petrópolis, 4 fev. 1907. Sobre as visitas de Roca e Campos Sales há o recente trabalho de Fraga e Corrêa (1998). Ver também BUENO, 1995, pp. 249-254.

[103] Gorostiaga, entre outras coisas, afirmou: "*[...] Cuando la luz de la verdad iluminar todos os espiritus, se verá claro que nosostros los argentinos, deseamos para el Brasil, lo que deseamos para la Argentina: verlos grandes, unidos, ricos y fuertes, por el trabajo y la voluntad de sus hijos, apoyandose y sosteniendose el uno al outro, en el cumprimiento de la mision que la Providencia les há reservado en esta parte del mundo*" (AHI. 34-6- I, A-3, G-4, M-52).

[104] Bartolomé Mitre afirmou que "*[...] la alianza argentino-brasilera, há sido, despues de las de la Independencia, la más fecunda y benéfica para la Republica Argentina. A ella debemos la caida del tirano Rosas, haber conjurado el peligro dela dictadura del Paraguay, asi como el arreglo pacifico [das?] nuestras cuestiones de limites, asegurando la paz internacional en el rio de La Plata con beneficios reciprocos [...].*" Buenos Aires, [27?] set. 1905 (AHI. 34-6-I, A-3,G-4, M-52). (Manuscrito de difícil leitura.)

[105] Rascunho, do punho de Rio Branco, da carta a Gorostiaga, datada de Petrópolis, 9 out. 1905 (AHI-34.6-I, A-3, G-4, M-52). (Atualizamos, como sempre, a ortografia.)

[106] MONETA, 1973, p. 70.

regionais. As nações sul-americanas não escaparam da influência dos escritos do almirante norte-americano Alfred T. Mahan, defensor da política de expansão naval e de grandes frotas[107]. A vitória do Japão sobre a Rússia (1904-1905), em guerra decidida nos mares, exerceu forte influência sobre outros países interessados em modernizar suas Armadas com a construção de encouraçados de grande porte[108].

A amizade que o Brasil deveria cultivar com todas as nações do continente, em especial com a Argentina e com o Chile, não excluía, na visão do chanceler, a necessidade de o país ter um mínimo de respaldo militar para, em uma eventualidade, sustentar suas posições. Estudioso da história diplomática e militar brasileira, Rio Branco tinha o equipamento das Forças Armadas, juntamente com a educação cívica e militar do povo, como necessários para a garantia da soberania e da paz nacionais, na medida em que evitavam eventuais afrontas ao amor próprio nacional e campanhas desastrosas. O rearmamento – insistia – recolocaria a Marinha na posição de preeminência na América do Sul que ocupara no Império, perdida na República em razão das discórdias civis e da agitada política interna. Embora a nação não tivesse qualquer intuito bélico e só alimentasse sentimentos de concórdia internacional, a paz dependia "também e principalmente da vontade de numerosos vizinhos que nos cercam". Assim, para evitar que estes se animassem "a dirigir-nos afrontas, a ferir os nossos brios e os nossos direitos", era preciso que estivéssemos "preparados para imediata e eficaz repulsa", o que levava à necessidade de estarmos "aparelhados com todos os elementos necessários à defesa nacional"[109].

Entre os brasileiros, era generalizada a opinião de que o país necessitava rearmar-se no oceano, por razões de prestígio e por precaução contra eventuais agressões extracontinentais, ou mesmo contra possíveis afrontas ao amor próprio nacional, oriundas do contexto sul-americano. As frequentes agressões das potências imperialistas contra nações asiáticas e africanas provocavam temor entre os brasileiros, que, por isso, sempre enfatizaram o caráter defensivo do rearmamento, justificado pela necessidade de resguardar o extenso litoral. O espírito de rivalidade recrudesceu na Argentina quando o vice-presidente Figueroa Alcorta assumiu a presidência, no início de 1906, em virtude do falecimento do titular Manuel Quintana, e designou Estanisláo Zeballos, rival de Rio Branco desde o litígio lindeiro de Palmas, para, pela terceira vez, chefiar o

[107] ETCHEPAREBORDA, 1978, p. 80. Mahan faleceu em 1914. Influenciou expansionistas norte-americanos, entre os quais T. Roosevelt. (Cf. SILVEIRA, 2000, p. 80).
[108] FRAGA, 1994, p. 50.
[109] RIO BRANCO, 1948, pp. XVI-XVII, 243, 279.

Ministério das Relações Exteriores, cargo em que ficou até junho de 1908[110]. A tensão chegou a ponto tal que a paz entre os dois países ficou ameaçada.

O rearmamento argentino atendia a razões defensivas em face dos armamentos brasileiros, mas também obedecia a desígnios imperialistas de uma nação orgulhosa de si ao completar cem anos de vida independente, conforme já dito[111]. Estanisláo Zeballos, em face da Lei de Armamentos Navais do Brasil, sugeriu a denúncia do Pacto de Equivalência Naval firmado entre Argentina e Chile e conseguiu do Congresso de seu país a decisão de encomendar a construção de dois encouraçados tipo *dreadnoughts* (*Moreno* e *Rivadavia*), além de outros barcos menores[112]. Em 1915, a Argentina recuperou a supremacia naval na região ao incorporar os *dreadnoughts*, ambos de 275 mil toneladas[113]. Com a queda de Zeballos e o posterior esclarecimento da fraude do "Telegrama número 9", as relações entre os dois países melhoraram sensivelmente. Roque Sáenz Peña, presidente eleito, visitou o Brasil em 1910; Lauro Müller, sucessor do barão, foi a Buenos Aires em 1915 e negociou o Pacto do ABC (Argentina, Brasil e Chile), na esteira da atuação conjunta destes três países na crise das relações mexicano-norte-americanas, materializando, assim, uma antiga aspiração tanto de Rio Branco quanto de Sáenz Peña[114].

O "Triângulo" ABC e a noção de influência compartilhada

A aproximação entre maior país da América do Sul e a potência hegemônica do Novo Mundo provocava inquietação na América espanhola. O diário argentino *La Nación* registrou que na imprensa da Europa previa-se que a reorganização naval do Brasil e sua aproximação dos Estados Unidos dariam início a "uma diplomacia imperialista, uma hegemonia a ser partilhada entre o Brasil e a Norte América, prestando-se o primeiro a ser agente do segundo em suas ambições de domínio continental"[115]. O silêncio oficial de Rio Branco em face do Corolário Roosevelt, a aceitação que o este tivera por boa parte da imprensa brasileira e o equívoco gerado pela presença de Nabuco no Departamento de Estado, quando do incidente da *Panther*, permitiam que no exterior se formasse o entendimento de que

[110] FRAGA, 1994, p. 49.

[111] "O espírito imperante em certos círculos é francamente expansionista, acorde com o clima político mundial nitidamente imperialista. A Argentina do Centenário se sente poderosa e apesar de suas imensidades incultas, pensa em novos lugares sob o sol. Contar com um poderoso armamento é indispensável para lograr aquelas finalidades" (tradução nossa) (ETCHEPAREBORDA, 1978, p. 85).

[112] Cf. ETCHEPAREBORDA, 1978, p. 39.

[113] FERRARI, 1980, p. 690.

[114] BURNS, 1966, pp. 390-394.

[115] PROYECTOS navales brasileños. *La Nación*, Buenos Aires, 19 jan. 1905.

o Brasil encampara a Doutrina Monroe. Assim entendeu, por exemplo, o *Morning Post* de Londres[116]. Da mesma forma, da imprensa de Nova York constou, segundo telegramas dos Estados Unidos, que o Brasil iria assumir "a defesa da Doutrina Monroe na América do Sul". A projetada viagem de Elihu Root ao Rio de Janeiro para prestigiar a III Conferência Pan-americana estaria ligada a um eventual acordo ou cordial inteligência entre Brasil e Estados Unidos. A ideia de que o Brasil iria desempenhar o papel de cofiador da Doutrina Monroe na América do Sul foi expressa também pelo *Washington Post*, que viu na viagem do secretário de Estado Root a intenção de delegar poderes ao Brasil.[117]

Parte da imprensa do Prata viu do mesmo modo[118]. Para o *La Nación*, o rearmamento naval brasileiro inseria-se em um quadro por demais nítido: a aproximação brasileiro-norte-americana fazia-se em virtude de um pacto segundo o qual "[...] o Brasil exerceria a hegemonia sul-americana por delegação norte-americana, assim como esta a exercia sobre todo o continente, a pedido e exortação das grandes potências em conflito com algumas republiquetas"[119].

Álvaro Lins definiu com poucas palavras a linha geral da política externa brasileira de Rio Branco em relação à área: a busca do "equilíbrio da América do Sul contra quaisquer sonhos imperialistas ou projetos de hegemonia" e o desejo de manter com a Argentina e com o Chile "uma política de cordial inteligência"[120]. De fato, o que Rio Branco pretendia era o exercício de uma influência compartilhada, assentada em uma concepção de oligarquia de nações. Em original de seu próprio punho (do ofício ao ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, datado de 22 de novembro de 1904), o chanceler formulou claramente seu pensamento a respeito e sugeriu a criação, pelos três principais países da América do Sul, de um instrumento legal que levasse a atitudes voltadas para a paz e a ordem na região[121]. A aproximação das três maiores Repúblicas sul-americanas era aspiração de Rio Branco desde o início de sua gestão. Em rascunho de correspondência a Joaquim Nabuco, registrou, provavelmente em 1902: "[...] Faço votos para que seja eterna e cada vez mais estreita a amizade entre a Argentina, o Brasil e o Chile[122]."

---

[116] TELEGRAMMAS – Inglaterra. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1905; LOS triunfos del Brasil. *El Diario*, Buenos Aires, 5 dez. 1905.

[117] *Washington Post*, 26 mar. 1906 apud VALLA, 1972, pp. 41-42. Conforme Smith (1991, p. 54), o *Washington Evening Star*, de 23 mar. 1906, interpretou a viagem de Root de modo semelhante.

[118] EL Congresso Panamericano. *La Prensa*, Buenos Aires, 25 e 26 mar. 1906; EN Rio de Janeiro. *La Nación*, Buenos Aires, 26 jul. 1906.

[119] LA diplomacia brasileña. *La Nación*, Buenos Aires, 13 nov. 1906.

[120] LINS, 1945, p. 613.

[121] AHI.

[122] AHI. 34.6-I, A-4, G-1, M-74. Ver, também, CONDURU, 1998, p. 96.

Na Argentina, o presidente Julio Roca foi também defensor da atuação conjunta das três maiores Repúblicas da América do Sul, o que se chamava na época de "Triângulo ABC". Em 1904, ele e seu chanceler José A. Terry estabeleceram, como uma das condições para o reconhecimento do novo Estado do Panamá, que o ato fosse conjunto, realizando-se, assim, conforme afirmou Fraga, a primeira ação concreta do ABC[123], demonstrando a convergência no pensamento das chancelarias do Rio de Janeiro e de Buenos Aires[124].

No mesmo ano, em despacho para Buenos Aires, Rio Branco opinou que a Argentina deveria ter como representante no Rio de Janeiro "um homem de valor sinceramente convencido da necessidade de uma perfeita e cordial inteligência entre o Brasil, a Argentina e o Chile"[125]. A amizade entre as três nações não só manteria o equilíbrio e impediria intervenções de uma delas em República de menor expressão, mas também deixaria o Brasil mais à vontade no contexto sub-regional. Em despacho para Washington, afirmou: "[...] A estreita amizade entre o Brasil e o Chile tem servido para conter as suas [dos argentinos] veleidades de intervenção franca no litígio chileno-peruano, no que tivemos com a Bolívia e no que ainda temos pendente com o Peru"[126].

Em 20 de outubro de 1907, em Santiago, Puga Borne (ministro das Relações Exteriores do Chile) e Lorenzo Anadón (representante da Argentina naquela capital) redigiram um projeto de tratado para regular as relações entre os países do ABC. O esboço feito por Puga Borne e Anadón, embora contemplasse a regulamentação da imigração e a adesão de outros países, tinha caráter de aliança militar e, até, previa uma "discreta equivalência" nas forças navais das três nações. O assunto não prosperou.[127] A conjuntura das relações bilaterais com a Argentina era diferente daquela que se observara ao tempo de Roca. Rio Branco não via possibilidade de cordialidade entre Brasil, Chile e Argentina enquanto Zeballos, que teria "veleidades de hegemonia e intervenção em negócios alheios", fosse ministro. Nesses termos, informou a Nabuco em Washington, em janeiro de 1908, que "sobre a falada tríplice aliança

[123] FRAGA, 1994, p. 44. Salvador de Mendonça criticou o ato de Rio Branco: "[...] Pois o senhor Rio Branco não reconheceu com açodamento a Independência da República do Panamá, que ele sabia tão bem como o senhor Roosevelt, haver sido roubada à Colômbia?" (MENDONÇA, 1913, p. 29).

[124] AHI. Despacho para Buenos Aires, 3 set. 1904.

[125] AHI. Despacho para Buenos Aires, 21 nov. 1904. Joaquim Nabuco, nesse mesmo ano, manifestou o mesmo pensamento: "[...] Tanto quanto possível, o Brasil a Argentina e o Chile devem apoiar-se sempre reciprocamente [...]" (da carta ao doutor Cardoso, Roma, 20 mar. 1904).

[126] AHI. Despacho reservado para Washington, 31 mar. 1906 (parte desse despacho foi transcrita por Costa – 1968, pp. 249-250).

[127] Cf. CONDURU, 1998, pp. 106-10.

defensiva, nada há de concluído"[128]. Mesmo quando Zeballos estava prestes a perder o Ministério, Rio Branco prometia examinar, mais adiante, o assunto relativo à *entente*, "com tempo e calma" e de modo a não prejudicar "a nossa intimidade com o governo americano", que era grande. Na oportunidade, Rio Branco reiterou o desejo de estreitar "cada vez mais, acima de tudo a nossa amizade com o Chile e com os Estados Unidos"[129].

Convém reiterar que o projeto do ABC, na concepção de Rio Branco, não incluía equivalência naval, a qual veemente descartava, e que a aproximação Argentina-Brasil-Chile não se destinava a contrabalançar a influência norte-americana. Ricupero interpretou, com propriedade, que o ABC seria um projeto complementar à aliança não escrita com os Estados Unidos[130].

As discussões sobre o eventual Tratado do ABC normalmente apareciam no contexto do rearmamento naval, o que permite concluir que Rio Branco utilizava-se da projetada *entente* como argumento a mais para derrubar as objeções aos projetos brasileiros. Esse aspecto pragmático não contradiz o entendimento de que o ABC embutia a ideia de um condomínio oligárquico de nações em benefício da paz na América do Sul, permitindo-se ver aí uma pálida tentativa de reprodução da política de alianças existente na Eurásia, própria de um mundo multipolar. Em julho de 1906, por ocasião da referida Conferência Internacional Americana realizada no Rio de Janeiro, Rio Branco, na rumorosa entrevista já citada, opinou que, se houvesse acordo entre Argentina, Chile e Brasil, estes, pelo fato de serem as nações "mais fortes e progressistas, [...] exerceriam influência sobre as demais, evitando as guerras tão frequentes em alguns países". Além disso, era impossível um acordo entre as 21 Repúblicas: "Pensamos que um acordo no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Assim estaríamos bem, os Estados Unidos e o Brasil." O Brasil, particularmente, segundo Rio Branco, só poderia exercer alguma influência sobre o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, desde que atuando de acordo com a Argentina e com o Chile. Dos demais vizinhos, em razão da falta de comunicações, o Brasil estava distante[131].

O ABC, ao tempo de Rio Branco, não passou da fase preliminar de negociações. A ideia do ABC reapareceu mais adiante, na gestão Lauro Müller, mas em outra conjuntura das relações hemisféricas.

---

[128] Apud CONDURU, 1998, pp. 77-78.

[129] Telegrama para a legação do Brasil em Santiago, 19 jun.1908 apud CONDURU, 1998, p. 78.

[130] RICUPERO, 1995, p. 93. Ver, também, CONDURU, 1998, p. 94.

[131] *La Nación*, Buenos Aires, 26 jul. e 9 ago. 1906; AHI. Despacho para Washington, 10 mar. 1906 apud LINS, 1945, pp. 757-761.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica do Brasil*: as relações internacionais no Império. Brasília: Edição do Autor, 1998.

_____. *O estudo das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco, 1999.

AMADO, Gilberto. *Rio-Branco*. Ministério das Relações Exteriores – Serviço de Publicações, 1947.

AQUINO, Rubim Santos Leão et al. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Eu e Você, 1981.

ARQUIVO Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro): Correspondência diplomática de Assunção, Buenos Aires, Montevidéu, Washington e Santiago; Arquivo particular do Barão do Rio Branco; Maços da III Conferência Internacional Americana.

AZEVEDO, José Afonso Mendonça. *Vida e obra de Salvador de Mendonça*. Brasília: MRE: Divisão de Documentação, 1971.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. *El capital monopolista.* Trad. esp. de Arminda Chávez Yañez. México: Siglo Veintiuno, 1972.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. 2. ed. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

BEMIS, Samuel Flagg. *La política internacional de los Estados Unidos*: interpretaciones. Lancaster: Lancaster Press, 1939.

_____. *The Latin American policy of the United States (an historical interpretation)*. Nova York: Harcourt, 1943.

BOSCH GARCIA, Carlos. *La base de la política exterior estadounidense*. México: Universidad Nacional Autónoma: Facultad de Filosofia y Letras, 1961.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: IPRI, 1995.

_____. *Política externa da Primeira República:* os anos de apogeu – de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURNS, E. B. *The unwritten Alliance*: Rio Branco and the Brazilian-American relations. Nova York; Londres: Columbia University Press, 1966.

CASTAÑEDA, Jorge. Pan-americanismo: posição do México. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, n. 3, pp. 5-40, set. 1958.

CAULFIELD, Catherine. *Master of ilusion. The World Bank and the poverty of nations*. Londres: Macmillan, 1997.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. rev. ampl. Brasília: Editora UnB, 2011.

CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado*. Prefácio de Graça Aranha. Rio de Janeiro-Paris: Livraria Garnier, 1917.

CONDURU, Guilherme Frazão. *A política externa de Rio Branco e os Tratados do ABC*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília.

CONIL PAZ, Alberto. "Zeballos y Drago". In: FERRARI, G. & GALLO, E. (compiladores). *La Argentina del Ochenta al Centenario*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980, p. 665-669.

COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

DONGHI, Tulio Halperin. *História contemporánea de América Latina*. 3. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações internacionais contemporâneas*: da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias. Brasília: Paralelo 15, 1997.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Les relations internacionales 1871-1918. Les hommes d'État*: I. Bismark. Paris: Université de Paris: Institut d'Études Politiques, 1958. (Mimeo.)

_____. *A Europa de 1815 aos nossos dias (vida política e relações internacionais)*. Trad. de Olivia Krähenbühl. São Paulo: Pioneira, 1976.

EKIRCH JR., Arthur A. *A democracia americana*: teoria e prática. Trad. de Álvaro Cabral e Constantino Paleólogo. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Historia de las relaciones internacionales argentinas*. Buenos Aires: Pleamar, 1978.

FAULKNER, H. Underwood. *História Económica de los Estados Unidos*. Trad. esp. de Aída Aisenson. Buenos Aires: Nova, 1956.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. *Brasil e Argentina*: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editorial 34, 2004.

FENWICK, Charles G. *A Organização dos Estados Americanos.* Trad. de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

FERRARI, Gustavo. La Argentina y sus vecinos. In: FERRARI, G.; GALLO, E. (Compiladores). *La Argentina del Ochenta al Centenario*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980. pp. 671-694.

FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América*: Indoamérica. A origem e a revolução no pensamento de Haya de la Torre. São Paulo: Pioneira: EDUSP, 1971.

FOHLEN, Claude. *La América anglosajona de 1815 hasta nuestros días*. Trad. esp. de Enrique Irazoqui. Barcelona: Labor, 1967.

FRAGA, Rosendo. *Roca y el Brasil*. Buenos Aires: Editorial Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoria, 1994.

FRAGA, Rosendo; CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *Argentina Brasil. Centenário de 2 visitas*. [Buenos Aires]: Editorial Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1998.

GANZERT, Frederic William. "The Baron do Rio Branco, Joaquim Nabuco, and the growth of Brazilian-American friendship, 1900-1910". *The Hispanic American Historical Review*, 22:432-451, 1942.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Entre América e Europa*: a política externa brasileira na década de 1920. Brasília: Editora UnB: FUNAG, 2006.

GOMEZ ROBLEDO, Antonio. *Idea y experiencia de América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima*: uma biografia. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. Recife: IAHGP, 1976. 3 v.

HEINSFELD, Adelar. *As ações geopolíticas do barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000 (Tese-doutorado).

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*: 1875-1914. 3. ed. Trad. de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

INSTITUTO Interamericano de Estudios Jurídicos Internacionales. *El sistema interamericano: estudio sobre su desarrollo y fortalecimiento*. Madrid: Instituto de Cultura Hispánica, 1966.

JULIEN, Claude. *O império americano*. Trad. de Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional na América Latina.* Trad. de Lygia Maria Baeta Neves. Rio de Janeiro: Eldorado-Tijuca, 1974.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LIMA, Oliveira. *Pan-americanismo (Monroe, Bolivar, Roosevelt)*: 1907. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

LIMA SOBRINHO, Barbosa (Org.). *Obra seleta*: Oliveira Lima. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

LINK, Arthur S. *La política de los Estados Unidos en América Latina – 1913--1916*. Trad. esp. de Fernando Rosenzweig. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960.

_____; CATTON, William B. *História moderna dos Estados Unidos*. Trad. de W. Dutra, A. Cabral e F. de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 3 v.

LINS, Álvaro. *Rio Branco*. Rio de Janeiro; São Paulo: José Olympio, 1945. 2 v.

LOBO, Hélio. *O Pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1939. (Brasiliana, 169.)

LOEWENHEIM, Francis L. (Org.). *História diplomática*. Trad. de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). 1996. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAHAN, Alfred Thayer. *The influence of the sea power upon Hystory:* 1660--1763. Londres: Methuen, 1965.

MAURO, Fréderic. *L'expansion européenne (1600-1870)*. Paris: PUF, 1964.

MAY, Ernest (Org.). *Os grandes debates da política exterior norte-americana*. Trad. de Sérgio Moraes Rego. Rio de Janeiro: Record, 1964.

McGANN, Thomas. *Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano 1880-1914*. Trad. esp. de Germán O.R. Tjarks. Buenos Aires: Eudeba, 1960.

MECHAM, J. Lloyd. *The United States and Inter-American Security, 1889--1960*. Austin: University of Texas Press, 1961.

MENDONÇA. Salvador. *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, 1913.

MERK, Frederick. *La doctrina Moroe y el expansionismo norteamericano, 1843--1849*. Trad. esp. de Eduardo Goligorsky. Buenos Aires: Paidós, 1968.

MILZA, Pierre. *Les relations internationales de 1871 à 1914*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1968.

MONETA, Carlos Juan. La política exterior del Brasil. In: PUIG, Juan Carlos et al. *De la dependencia a la liberación*: política exterior de América Latina. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1973. pp. 55-185.

MORISON, Samuel Eliot; COMMAGER, Henry Steele. *História dos Estados Unidos da América*. São Paulo: Melhoramento, [s.d.]. 3 v.

NIVEAU, Maurice. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. Trad. de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

PANTALEÃO, Olga. *A penetração comercial da Inglaterra na América espanhola de 1713 a 1783*. São Paulo: s.c.p., 1946.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Continuidade ou mudança*: a política externa dos Estados Unidos. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PÉPIN, Eugène. *Le Panaméricanisme*. Paris: Armand Colin, 1938.

PERKINS, Dexter. *Historia de la Doctrina Monroe*. Trad. de Luiz Echávarri. Buenos Aires: Eudeba, 1964.

POTEMKIN, V. P. et al. *Historia de la diplomacia*. Trad. esp. de José Laín. México: Grijalbo, 1967.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. l0. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J.-B. *Introdução à história das relações internacionais*. Trad. de Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Europeia, 1967.

RENOUVIN, Pierre (Dir.). *Historia de las relaciones internacionales*. Trad. esp. de Justo Fernández Bujan e Isabel Gil de Ramales. Madrid: Aguilar, 1969. t. 2, v. 1.

RICUPERO, Rubens. Um personagem da República. In: RICUPERO, R.; ARAÚJO, J. H. P. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*. Brasília: Funag, 1995.

_____. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Petrobrás, 2000.

RIO BRANCO, Barão do. *Brasil e Estados Unidos da América*: um artigo de Rio Branco. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

_____. *Obras completas do Barão do Rio Branco.* Rio de Janeiro: MRE, 1948. v. 8 (Estudos históricos), v. 9 (Discursos).

RIPPY, J. Fred. Antecedents of the Roosevelt Corollary of the Monroe Doctrine. In: WILLIAMS, William Appleman (Ed.). *The Shaping of American Diplomacy*: Readings and Documents in American Foreign Relations 1750--1955. Chicago: Rand McNally & Co., 1960.

_____. *La rivalidad entre Estados Unidos y Gran Bretaña por América Latina (1808-1830).* Trad. esp. de Guillermina de Pla e Alberto Pla. Buenos Aires: Eudeba, 1967.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima*: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil. 2000. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SMITH, Joseph. *Unequal giants*: diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.

STUART, Ana Maria. *O bloqueio da Venezuela em 1902*: suas implicações nas relações internacionais da época, com especial atenção às posições do Brasil e da Argentina. 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

THOMSON, D. *Pequena história do mundo contemporâneo 1914-1961*. Trad. de J. C. Teixeira da Rocha. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TULCHIN, Joseph S. *La Argentina y los Estados Unidos*: historia de una desconfianza. Buenos Aires: Planeta, 1990.

VALLA, Victor. *A penetração norte-americana na economia brasileira, 1900-1930*. Brasília: Ministério da Aeronáutica: ITA: Departamento de Humanidades, 1972. (Mimeo.)

WHITAKER, A. Preston. *Estados Unidos y la independencia de América Latina (1800-1830).* Trad. esp. de Floreal Mazía. Buenos Aires: Eudeba, 1964.

WILLIAMS, William Appleman (ed.). *The Shaping of American Diplomacy; readings and Documents in American Foreign Relations 1750-1955*. Chicago: Rand McNally & Co., 1960.

WRIGHT, Antonia Fernanda P. Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil*: 1808-1850. Rio de Janeiro: CFC: IHGB, 1972.

O Barão do Rio Branco e a Geração de 1870

Luís Cláudio Villafañe G. Santos

Introdução

A chamada Geração de 1870 tem sido analisada, tradicionalmente, sob dois pontos de vista, mais complementares do que antagônicos. O primeiro enfatiza as linhagens intelectuais do "bando de ideias novas" e dos membros do movimento, e discute suas influências filosóficas e o grau de ajustamento dessas manifestações intelectuais locais às principais correntes culturais da época, como o Positivismo, o Evolucionismo e o Cientificismo. Importa mostrar em que medida as "cópias" ou "imitações" dessas ideias – europeias, em sua maior parte – eram bem-sucedidas e o grau de (in)fidelidade entre modelo e cópia. Nessa abordagem, busca-se também a caracterização de grupos ou "escolas" de pensamento da Geração de 1870. No plano puramente intelectual, essas "escolas" debateriam e polemizariam incessantemente entre si, muitas vezes dividindo-se e gerando subescolas, em uma complicada genealogia, cujo ponto de partida são as matrizes ideológicas europeias.

Outra abordagem usual centra-se na discussão das origens sociais dos participantes desse debate e procura associar sua expressão pública à ascensão dos novos grupos sociais (setores médios da sociedade, burguesia urbana, burguesia agrária, novas elites regionais etc.), que passaram a buscar espaço na ordem sociopolítica do Segundo Reinado. A tônica das críticas às instituições monárquicas e ao sistema socioeconômico refletia, com poucas mediações, os interesses imediatos concretos e o desconforto

e desses novos grupos – muitas vezes definidos de modo vago ou esquemático – com a ordem vigente.

Alonso (2002) traz uma visão bastante profícua, ao combinar essas duas proposições e pôr em questão alguns de seus pressupostos comuns, em especial a hipótese da existência, naquele momento, de um campo intelectual autônomo e claramente distinto do mundo político. Entre outras contribuições, a autora demonstra que as discussões filosófico-intelectuais dos autores dessa geração estão indissociavelmente entrelaçadas às suas ações políticas, pois não há separação clara entre intelectuais e políticos, e os atores dessa geração são, mais precisamente, "intelectuais políticos". Vale notar também que, a despeito da diversidade de pontos de vista, de doutrinas e programas, da heterogeneidade da extração social e regional de seus membros e, ainda, das diferentes formas de expressão política das diversas propostas, permanece válida a referência à ideia de uma geração. Sublinha Alonso que os pontos de união entre esses muitos grupos são a situação de relativa marginalidade em relação à Ordem Saquarema e a consequente perspectiva crítica e oposição ao *status quo* da sociedade do Segundo Reinado. Essa oposição foi acentuada pelo progressivo esgotamento da capacidade das instituições Saquaremas de renovarem-se nos estreitos limites da ordem estabelecida, em especial depois do ensaio de reforma conservadora empreendido pelo visconde do Rio Branco.

Superadas essas reformas, as instituições do Segundo Reinado não resistiram por muito tempo, e à abolição da escravidão seguiu-se rapidamente a queda da Monarquia. Era a vitória dos contestadores da Ordem Saquarema. Exilado o imperador, o elemento que unia as muitas correntes de oposição ao antigo regime desapareceu e suas contradições internas tornaram-se evidentes. Após um período de grandes conflitos, que degeneraram em uma guerra civil, em revoltas urbanas e rurais e em movimentos messiânicos, muitos elementos da antiga Ordem Saquarema foram resgatados para a consolidação das instituições em torno da "República dos Conselheiros".

Neste artigo, examinaremos a trajetória e o papel de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, na transição entre esses dois momentos e na solidificação da nova Ordem Republicana.

O Tempo Saquarema

Após os decênios de instabilidade e de agitações do Primeiro Reinado e da Regência, a partir da década de 1840, o crescente poder de

um grupo relativamente recente, a oligarquia cafeeira do vale do Paraíba, permitiu a consolidação do sistema político e da ordem social do Império. Essa nova riqueza criou as bases para o restabelecimento do poder central e para um grau de estabilidade até então inédito na história da Monarquia brasileira. Estruturou-se progressivamente um sistema de partidos. Os Saquaremas (conservadores) suplantaram, por meios políticos e – quando necessário – pela violência, os Luzias (liberais); assim, desenhou-se uma configuração partidária na qual os conservadores detinham a hegemonia, mas os liberais continuavam como elemento indispensável para a estabilidade do regime. A aparência de rodízio de poder entre conservadores e liberais apenas escondia o essencial, a hegemonia do Partido Conservador. Inaugurava-se o *Tempo Saquarema*, da feliz definição de Ilmar Rohloff de Mattos (1987).

De fins da década de 1840 até a Guerra do Paraguai, o Império conheceu seu auge. A Ordem Saquarema traduziu-se em um sistema político estável e em uma estrutura de valores e de práticas sociais que perduraram por algumas décadas, projetando uma ideia de ordem e de permanência que passou a prevalecer sobre a memória do período de agitações e de lutas civis do Primeiro Reinado e das Regências. Com a maioridade de dom Pedro II, o simbolismo da Monarquia como elemento integrador e fonte de legitimidade pôde ser restaurado em prol da nova ordem. À medida que o imperador ganhou maturidade, o Poder Moderador passou a ser o fulcro de uma estrutura política que operava em dois âmbitos, de formas muito distintas. Localmente, foi mantida a autonomia das elites regionais e predominavam a violência e a autoridade incontrastável dos caciques regionais (conservadores ou liberais). Já na capital do Reino, prevalecia a aparência de disputas políticas marcadas pelo tom cavalheiresco, dando ao país a feição de uma civilizada Monarquia Parlamentarista. Unindo as duas pontas, havia a propriedade, como critério de cidadania, e uma estrutura fortemente hierarquizada de relações sociais e interpessoais. Na Corte, além do imperador e do Ministério, o poder exercia-se por meio das duas Casas do Parlamento – especialmente pelo Senado vitalício e, mais remotamente, pela Câmara dos Deputados – e do Conselho de Estado, restituído no bojo das medidas restauradoras que se seguiram à Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 1841.

A consolidação dessa estrutura política propiciou a criação de fortes consensos sobre as práticas sociais consideradas "aceitáveis" e os valores compartilhados, instâncias que davam limites aos temas e ao conteúdo dos debates públicos: ideológicos e políticos. Manejava-se repertório

restrito de ideias, teorias, esquemas explicativos, conceitos e mitos, presos a um centro de gravidade dado pelos valores consensuais. As ideias europeias eram selecionadas e moldadas de acordo com as necessidades daquela sociedade hierarquizada e escravista. Alguns temas, como a escravidão, a religião de Estado, o centralismo e a própria Monarquia, foram congelados em um consenso sobre a própria natureza do regime, e informalmente a possibilidade de sua contestação foi colocada fora do âmbito das discussões aceitáveis.

O "despotismo" e a "anarquia" do Primeiro Reinado e das Regências constituíam uma experiência partilhada de boa parte da elite política. Em contraste com o passado recente, no qual a "desordem" teria chegado a ameaçar a integridade nacional e a escravidão, a "conciliação", a prudência e o "consenso" passaram à condição de valores fundamentais do regime. As reformas, se imprescindíveis, deveriam ser lentas, prudentes e consensuais; deveria ser ouvida a "opinião pública", que se resumia ao restrito círculo de grandes proprietários, em espaços de discussão selecionados: na imprensa, na Câmara dos Deputados, mas especialmente no Senado e no Conselho de Estado.

A duração do *Tempo Saquarema* não poderia ser eterna, a despeito do brilho das décadas – *grosso modo*, de 1850 a 1870 – em que viveu seu auge. O caráter eminentemente reacionário da Ordem Conservadora contribuiu para o crescente descompasso desse esquema frente às mudanças – inclusive estruturais – que se estavam operando na sociedade brasileira: o trabalho escravo mostrava-se mais e mais inadequado, e surgiam novos grupos econômicos e sociais que não encontravam expressão no sistema político vigente. Mesmo na própria estrutura partidária, as pressões por mudanças se avolumavam. Os liberais advogavam em favor de reformas eleitorais e judiciais que aumentassem a representação das regiões e dos setores mais dinâmicos e que extinguissem as instituições vitalícias, como o Senado e o Conselho de Estado, que exerciam um virtual poder de veto a qualquer mudança. Mesmo no Partido Conservador verificaram-se dissidências, já em 1862, e uma progressiva divisão entre "emperrados" (refratários a qualquer alteração da ordem) e moderados (mais permeáveis a mudanças).

A Guerra da Tríplice Aliança deixou a descoberto as falências do regime, inclusive pela dificuldade de o Estado Imperial mobilizar a cidadania em defesa da pátria invadida pelo pequeno Paraguai. O Manifesto dos Liberais, de 1869, já trouxe a palavra de ordem para as décadas que se seguiriam: "Ou a reforma ou a revolução." Incluiu-se, pela primeira vez, na plataforma liberal a emancipação, ainda que gradual, dos

escravos. No ano seguinte, apareceu o Manifesto Republicano, em todas as luzes uma proposta alternativa ao *status quo*. Os limites do repertório de temas admitidos no debate político foi subitamente alargado. A abolição, a religião do Estado, a atuação do Poder Moderador, o federalismo e a República, temas antes interditados, passaram ao primeiro plano das discussões políticas.

A abertura desse novo espaço político e intelectual permitiu a chegada do "bando de ideias novas" anunciado por Sílvio Romero. A despeito da diversidade dos indivíduos e dos enfoques da chamada Geração de 1870, segundo Alonso:

> Os membros do movimento viveram uma *comunidade de experiência* social: as instituições imperiais prejudicavam suas carreiras ou bloqueavam seu acesso às posições de proeminência no regime imperial, fosse por não pertencerem aos estamentos senhoriais, de onde se extraía a elite imperial, fosse por serem membros de suas facções politicamente subordinadas. Esta experiência compartilhada de *marginalização política* é a chave para entender o sentido de suas manifestações "intelectuais": são *formas coletivas* de crítica às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial (grifos no original) (ALONSO, 2002, p. 43).

O gabinete liderado pelo conservador visconde de Rio Branco, iniciado em 1871, apropriou-se de algumas bandeiras dos liberais e encetou um programa de reformas dentro da ordem, inclusive com o encaminhamento da questão da abolição, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, como "requerem nossa civilização e até o interesse dos proprietários" (ALONSO, 2002, p. 81). Essa tentativa de modernização conservadora acabou por desestabilizar de vez a hegemonia Saquarema, com a reação dos liberais, exacerbando suas posições, por um lado, e com a oposição de alguns dos próprios conservadores, porta-vozes de um reacionarismo obtuso, por outro. O bipartidarismo foi rompido não só pelo surgimento de um terceiro partido (Partido Republicano, cuja bandeira principal punha em questão o *status quo* monárquico), mas também pela desestruturação dos próprios Partidos Conservador e Liberal em dissidências e facções. A reforma de Rio Branco não foi o suficientemente profunda para acomodar os setores excluídos do poder (nem poderia ser, pois visava preservar a essência da hegemonia Saquarema) e acabou por dar ainda mais visibilidade aos crescentes setores não plenamente integrados ao sistema político e à ordem escravocrata. A urbanização havia criado setores desvinculados da

propriedade rural e, mesmo no campo, novas áreas agrícolas criavam e reforçavam grupos sociais sem laços diretos com as elites tradicionais. A própria agricultura com base na mão de obra escrava passou a competir com formas plenamente capitalistas, em uma convivência que se mostrava cada vez mais difícil.

Uma geração: distintas visões

A partir da experiência comum de relativa marginalização, Alonso organiza os distintos grupos que se opunham à Ordem Saquarema em um gradiente baseado nas distâncias em relação ao núcleo de poder, representado pelo Partido Conservador e pela família imperial, que controlava efetivamente o sistema de prebendas, os postos políticos de prestígio e os cargos públicos não só na Corte, mas também nacionalmente, dada a centralização do sistema político. Em sua classificação dos grupos da Geração de 1870, Alonso explica que:

> A estratificação interna do movimento pode ser descrita como um conjunto de círculos concêntricos em progressivo afastamento em relação a este núcleo da estrutura estamental do Império e de suas instâncias de poder. Mais junto ao centro estavam as dissidências liberais: os novos liberais e os liberais republicanos. Nas zonas periféricas ficavam dois novos gêneros de agrupamentos político-intelectuais que ganharam visibilidade ao longo dos anos de 1870. No extremo localizavam-se grupos dotados de recursos sociais e econômicos próprios, advindos de atividades não controladas pelo estamento imperial, mas sem acesso ao núcleo do sistema político: os federalistas científicos de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Numa posição intermediária estavam os grupos sociais marginais em relação ao sistema de distribuição de prebendas e de cargos e desvinculados de qualquer atividade econômica importante: os positivistas abolicionistas (ALONSO, 2002, p. 100).

A divisão do movimento em cinco agrupamentos, feita por Alonso (liberais republicanos, novos liberais, federalistas científicos gaúchos, federalistas científicos paulistas e positivistas abolicionistas) não deixa de ser, como qualquer outra classificação, parcialmente arbitrária e subjetiva, mas serve para mostrar que o traço de união da Geração de 1870 não era de natureza econômica, pois reunia grupos decadentes, estacionários e ascendentes, proprietários e não proprietários. O que servia de ponto de encontro era o menor acesso, em diferentes graus, ao núcleo de poder

Saquarema e, por isso, havia a situação comum de relativa marginalização. Enfatize-se, no entanto, o caráter relativo dessa exclusão, pois em todos os casos tratam-se de elites letradas em uma sociedade em que menos de 1% da população tinha educação superior e a maioria era analfabeta.

Os liberais republicanos tiveram sua origem na radicalização e na conversão ao republicanismo de parte do Partido Liberal. Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça – estes dois, coautores do Manifesto Republicano – eram representantes desse grupo, enfático com relação a seus republicanismo e federalismo, mas não tinha a abolição como um de seus objetivos centrais.

Joaquim Nabuco, junto com André Rebouças, foram emblemáticos novos liberais. A origem familiar aristocrática, a intensa participação na sociabilidade dos salões da Corte carioca e o fácil acesso à família real traduziram-se em uma continuada fidelidade às instituições monárquicas e no vislumbre da possibilidade de reforma da Ordem Saquarema desde cima, por meio da ação ilustrada do monarca. O ponto central de sua plataforma política era a modernização econômica pela extinção da escravidão. No caso de Rebouças, a crítica chegou ao extremo de pôr em causa até mesmo a grande propriedade agrícola. Se o centralismo Saquarema era também criticado, a solução proposta pelos novos liberais era uma monarquia federalista e não a República, pois esta ameaçaria a integridade territorial. Em fins da década de 1880, a tese da monarquia federalista aproximou Rui Barbosa do grupo.

Fiéis aos postulados das doutrinas de Auguste Comte e Pierre Laffitte, os positivistas abolicionistas tratavam a escravidão e a Monarquia como instituições anacrônicas, resquícios insepultos de estágios anteriores da evolução da sociedade brasileira. Na maior parte dos casos, seus adeptos provinham de estratos sociais não ligados diretamente à produção agroexportadora e, muito frequentemente, das fileiras militares. Nesse caso, a maior distância em relação ao núcleo de poder Saquarema favoreceu a crítica não só das instituições, mas também dos valores e dos modos de sociabilidade da Ordem Saquarema.

A dimensão regional foi a principal característica dos dois últimos grupos (os federalistas científicos de São Paulo e do Rio Grande do Sul), e o republicanismo e o federalismo estavam no fulcro de sua plataforma política. A identificação desses grupos com os setores em ascensão do oeste paulista e do Rio Grande do Sul é bastante evidente. Alberto Sales e Luís Pereira Barreto podem ser considerados expoentes do grupo paulista, e Júlio de Castilhos e Assis Brasil dos gaúchos.

Não havia uma unidade de visões na crítica à Ordem Saquarema. Cada grupo propunha sua alternativa particular para superá-la. O ponto de união entre os diversos queixosos era a insatisfação com a ordem político-social vigente, vista como excludente e como obstáculo para a satisfação de suas demandas particulares e para o êxito de suas trajetórias pessoais. A Geração de 1870 inovou ao resgatar temas antes praticamente interditados ao debate público, como a justificação do regime político pelo direito divino do monarca e a existência e a instrumentalidade de uma religião de Estado, situação em que o catolicismo funcionava como base de apoio à Monarquia. Eles negavam também a ideia de "desigualdade natural" entre os grupos étnicos e sociais, que legitimava a sociedade hierarquizada e exclusiva (e a escravidão), centrada no poder e nos privilégios do estamento de cidadãos proprietários. Atacaram duramente o sistema de ensino, dirigido ao círculo restrito do poder, que não criava nem uma cidadania nem uma opinião pública ampla, capaz de influir no sistema político nem dirigi-lo. A elite Saquarema (não mais o povo) passou a ser apontada como responsável pela ineficácia do sistema político, que estava desenhado para perpetuar o poder dessa elite, e não para permitir o amadurecimento e a progressiva inclusão dos novos setores no debate político. As práticas clientelistas, a patronagem no preenchimento dos cargos públicos e a lógica estamental foram denunciadas como obstáculos injustificáveis para a ascensão dos elementos educados e talentosos fora das clientelas e das parentelas das classes senhoriais Saquaremas. Essa distorção foi diagnosticada como a principal razão da inoperância e do aviltamento do Estado e do estreitamento da carreira pública.

Nesse momento, também as formas e os espaços da política foram ampliados, com a criação de uma embrionária esfera pública, na linha do que já ocorria nas sociedades europeias e nos Estados Unidos. Novas tecnologias permitiram o barateamento da imprensa e a multiplicação das folhas, dos panfletos e dos jornais. Outras formas de ação política e de espaços de discussão, fora da órbita do Estado, foram paulatinamente sendo abertos. *Meetings*, comícios, banquetes, sociedades, marchas e conferências passaram à ordem do dia e ampliaram a participação política até mesmo para setores antes não integrados ao debate público e que não tinham expressão eleitoral, como as mulheres e os homens livres que não atingiam o patamar de renda exigido para integrar o corpo de eleitores e elegíveis.

Paranhos Júnior e a Ordem Saquarema

Nascido em 1845, José Maria da Silva Paranhos Júnior foi testemunha privilegiada dos anos de auge da Ordem Saquarema. Filho de um dos mais importantes líderes conservadores, desde cedo, o futuro barão viveu intensamente a política e a diplomacia do Segundo Reinado. Seu pai, José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco (1819-1880), após iniciar a vida política nas hostes liberais, ingressou no Partido Conservador e, desenvolvendo uma brilhante carreira partidária, alcançou a chefia do Gabinete Conservador de 1871 a 1875, quando comandou o governo que representou o mais importante esforço de reforma e de atualização da Ordem Saquarema, com medidas de impacto, entre as quais a Lei do Ventre Livre.

A família Paranhos, de comerciantes e militares da Bahia, não era proprietária de terras, e o futuro visconde, prematuramente órfão, não pôde desfrutar da fortuna do pai, perdida em disputa com familiares. Com a ajuda de um tio materno, matriculou-se na Escola de Marinha e, depois, na Escola Militar; posteriormente, empregou-se como professor de matemática. A carreira política de Paranhos pai começou em 1845 – mesmo ano em que lhe nasceu o filho primogênito –, com a eleição para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Tendo acompanhado, como secretário, o poderoso marquês do Paraná, Honório Hermeto, em sua missão especial ao Prata, em 1850 e 1851, Paranhos passou do Partido Liberal para o Conservador, sob a proteção de Paraná, que em seguida liderou o chamado Gabinete da Conciliação. Era o alvorecer do Tempo Saquarema, e Paranhos pai logo foi feito diplomata, deputado, ministro de várias pastas, senador vitalício e, finalmente, presidente do Conselho de Ministros (de 1871 a 1875), o Gabinete de maior duração do Império. Paranhos Júnior, portanto, viveu intensamente a glória e o poder de seu pai, um dos principais próceres do Partido Conservador, e esteve, como poucos, junto ao núcleo do poder Saquarema, a despeito da família não deter propriedades importantes.

A socialização do futuro Barão do Rio Branco deu-se, portanto, em contato diário e íntimo com a nata da sociedade Saquarema. O jovem Paranhos Júnior participou intensamente da vida dos salões e da Corte do Segundo Reinado, na qual construiu sua visão de mundo e consolidou seus valores e preferências:

> No salão da viscondessa do Rio Branco Juca Paranhos adquiriu o gosto da elegância, a polidez, as boas maneiras, o encanto da conversa, a graça diante das senhoras, toda uma formação mundana e social que mais tarde, no Itamaraty, faria dele como que uma figura ressurgida do Império no meio dos costumes mais populares e democráticos da República. Desde menino, Juca Paranhos pôde ver de perto os grandes do Império, as celebridades do momento, as glórias da época, generais, almirantes, ministros, chefes de gabinete (LINS, 1996, p. 30).

Assim, ainda que em termos estritamente cronológicos Paranhos Júnior, nascido em 1845, fosse obviamente contemporâneo do movimento da Geração de 1870, sua posição social e formação ideológica expressavam sua plena identidade com a Ordem Saquarema; nesse sentido, seria mais correto ver Rio Branco como uma espécie de elemento contra a Geração de 1870. O traço comum dessa geração, a relativa marginalização no universo conservador, não se aplicava a Paranhos Júnior, filho do poderoso visconde e parte da *jeunesse dorée* do Segundo Reinado. Vale dizer que a sociabilidade dos salões do Império tampouco era estranha à parte dos membros da Geração de 1870, em especial aos novos liberais e, um pouco menos, aos liberais republicanos, na classificação de Alonso. O personagem mais emblemático dos novos liberais, Joaquim Nabuco (Quincas, o Belo), por exemplo, foi também um expoente da vida social da elite carioca.

O jovem Paranhos, conhecido como Juca Paranhos pelos amigos, foi eleito deputado por Mato Grosso em duas Legislaturas (de 1869 a 1872 e de 1872 a 1875), por influência do pai, senador vitalício da mesma província (no segundo período, era deputado e, ao mesmo tempo, filho do chefe do governo). Nessa época, com Gusmão Lobo, dirigiu também o jornal *A Nação*, porta-voz do Partido Conservador. A identidade de Paranhos Júnior com as políticas do pai era total, e os limites de suas restrições à Ordem Saquarema eram dados pelo estreito horizonte da reforma conservadora que o visconde do Rio Branco liderou – uma tentativa de mudar o acessório para preservar a essência do regime vigente. Por exemplo, pessoalmente contrário à escravidão desde a época de estudante, preferia a tese da abolição progressiva, traduzida pelo visconde na Lei do Ventre Livre[1]. De seu monarquismo não havia

[1] Inclusive, depois da Lei Áurea, de 1888, Rio Branco seguiu fiel à sua preferência pela abolição progressiva. Lins comenta: "Abolicionista ele o era com certeza, desde os tempos acadêmicos, desde a época do gabinete de 7 de março, como colaborador do pai, mas achava que fora incompleta e precipitada a solução do problema nos termos lacônicos da Lei de 13 de maio [de 1888]. Ao seu temperamento conservador as mudanças radicais pareciam sempre germes de reação ou revolução, e por isso julgava mais sábia a Lei de 28 de setembro [de 1871], pelo que continha de prudência e objetividade. Por que não se fala, em toda essa campanha de princípio de [18]88, no problema da indenização dos proprietários? Que

dúvidas, bem como de sua feroz oposição ao federalismo, visto por ele como a antessala da fragmentação territorial do Brasil. O jornal *A Nação* tornou-se, assim, uma trincheira contra as principais reivindicações da Geração de 1870.

No entanto, a despeito de sua posição social no centro do poder Saquarema, a experiência de relativa marginalização comum aos membros da Geração de 1870 alcançou Paranhos Júnior por uma via curiosa: o moralismo da Corte carioca. A boemia e as aventuras amorosas de Juca o levaram a conhecer, em 1872, Marie Philomène Stevens, uma jovem corista belga que trabalhava nos cafés-concertos da noite boêmia da capital brasileira. A relação de Paranhos Júnior com a belga certamente não agradou ao poderoso visconde, que fez com que a artista voltasse à Europa. No entanto, em 20 de fevereiro de 1873, nasceu, em Paris, Raul, o primogênito da relação amorosa de Paranhos Júnior com Marie Stevens.

Marie voltou ao Rio de Janeiro com seu filho Raul, e os dois foram instalados por Juca Paranhos em uma casa na praia do Cajueiro. A relação foi mantida, mas sem que se oficializasse pelo casamento. O matrimônio com uma corista dos cabarés cariocas seria certamente chocante para os padrões da época. Talvez igualmente escandalosa era a situação de concubinato fora do casamento que Paranhos Júnior passou a manter. O desconforto não diminuiu com o nascimento do segundo filho de Juca e Marie, em maio de 1875 (agora, uma menina, Marie Clotilde). Se a vida familiar dos Paranhos tinha problemas, a sorte política do patriarca também sofria seus reveses. No mundo político, a questão religiosa e a falência de Mauá precipitaram a queda do gabinete em seguida ao nascimento de Marie Clotilde. Para benefício de Juca, a chefia do governo foi assumida por outro conservador e amigo dos Paranhos, Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias.

A carreira política do visconde terminava (ainda que seu prestígio se mantivesse até sua morte) e a do filho não parecia ter grandes perspectivas, em vista da situação de sua vida privada e da pouca vocação demonstrada para a atividade parlamentar. A saída encontrada foi buscar um emprego na diplomacia. O alvo ambicionado foi o consulado em Liverpool, que estava vago em razão da morte recente do antigo titular. Ainda que com o empenho do pai e também do novo presidente do Conselho de Ministros, duque de Caxias, a nomeação de Paranhos Júnior foi difícil, pois o imperador, cioso dos padrões morais da Corte, resistiu. O impasse durou quase um

providências vai tomar o Estado para fazer a integração dos escravos na sociedade livre pela educação e pelo trabalho? Era o que ele indagava ao pensar que o direito da escravidão era um direito imoral, mas contudo em vigência na legislação brasileira. *A Lei de 13 de maio tomou assim aos seus olhos o caráter de medida generosa e nobre, sob o ponto de vista humano, mas de erro sob o ponto de vista social e político"* (grifo meu) (LINS, 1996, pp. 155-156).

ano, tempo em que Marie engravidou pela terceira vez. A nomeação só foi arrancada durante uma ausência de dom Pedro II, quando a regente Isabel foi confrontada pela ameaça de Caxias de demitir-se da chefia do gabinete se não lhe fosse concedida a nomeação do filho do visconde[2].

Na Europa, afastado da Corte carioca, Paranhos dividiu seu tempo entre Liverpool, Londres e Paris. Suas visitas ao Rio de Janeiro resumiram-se às necessárias para resolver questões de família, como as providências decorrentes da morte do pai, em 1880. O visconde, aliás, havia visitado o filho na Europa em 1879, mas sem se encontrar com os netos. Em 1887, às voltas com outra crise familiar, Paranhos Júnior retornou ao Rio de Janeiro mais uma vez e aproveitou-se da ida do imperador para tratamento de saúde na Europa para voltar no mesmo navio em que viajava Sua Majestade. Tratava de aproximar-se de dom Pedro, já passada mais de uma década da resistência do monarca à nomeação de Paranhos Júnior para Liverpool. O esforço teve sucesso. A partir daí, passou a corresponder-se com frequência com o velho imperador.

Durante sua estada no exterior, Paranhos Júnior manteve-se muito próximo a Nabuco, no tempo em que este esteve na legação em Londres. Em Paris, tornou-se íntimo de Eduardo Prado e de um círculo de brasileiros e portugueses reunidos em torno de Eça de Queiroz. Ao todo, viveu mais de uma década de quase ostracismo desde que saiu do Rio de Janeiro em 1876, mas em 1888 a situação lhe parecia cada vez mais favorável. Ademais de Paranhos ter iniciado sua reaproximação com o imperador na travessia do Atlântico em 1887, João Alfredo Correa de Oliveira, um velho amigo e um dos antigos ministros de seu pai no gabinete do visconde, foi nomeado, em março de 1888, presidente do Conselho de Ministros. Vencidas as resistências do monarca e novamente íntimo do primeiro-ministro, muitas opções se abriram. Foi durante a gestão de Correa de Oliveira que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea. Como homenagem ao antigo chefe, responsável pela Lei do Ventre Livre, Correa de Oliveira conseguiu da princesa o título de Barão do Rio Branco para Paranhos Júnior, já em maio de 1888. No ocaso do Império, Rio Branco vivia, por fim, a expectativa de sair da marginalização que a relação com a mãe de seus filhos o havia colocado. Talvez por isso mesmo, em setembro de 1889, pouco mais de 16 anos depois do nascimento de Raul, o primogênito, e então já mãe de cinco filhos, Marie Philomène Stevens tornou-se a baronesa de Rio Branco, casando-se, finalmente, com Paranhos Júnior em uma cerimônia íntima realizada em Londres.

[2] Em *A tormentosa nomeação do jovem Rio Branco para o Itamaraty* (MARIZ, 2010), o embaixador Vasco Mariz faz uma deliciosa resenha desse episódio.

No Brasil, a abolição da escravidão tinha sido sancionada pela princesa Isabel em maio de 1888, mas essa era apenas uma das reivindicações da Geração de 1870. Para muitos, a ação da Coroa chegava tarde e a concessão tinha sido arrancada pela pressão popular sobre um regime já claramente na defensiva, em face de mudanças que se afiguravam inevitáveis. A federação e, talvez, a República estavam na ordem do dia das discussões políticas. O imperador havia recentemente sobrevivido a problemas de saúde, no decorrer dos quais havia chegado a receber a extrema unção. Os 50 anos de seu reinado se aproximavam e a ninguém escapava a perspectiva de que ele seria sucedido por uma princesa pouco carismática, casada com um estrangeiro. O debate entre partidários e opositores da decadente Ordem Saquarema chegava ao paroxismo. Paranhos, recém-agraciado Barão do Rio Branco, não deixou de tomar parte nesse combate ideológico. No decorrer de 1889, com a ativa participação de Rio Branco, três obras foram publicadas na França, no esforço de promover a Monarquia brasileira. A primeira delas foi o verbete relativo ao Brasil na *Grande Encyclopédie*, organizada por Émile Levassaeur. Rio Branco escreveu os itens relativos à história, à imprensa, às belas-artes e teve a coautoria do texto sobre a antropologia brasileira. Conseguiu, ainda, a contribuição do próprio imperador, sob pseudônimo, para o item sobre as línguas indígenas. O verbete também foi publicado em uma separata, com o título de "Le Brésil", sob os auspícios da Comissão Franco-Brasileira para a Exposição de Universal de Paris de 1889. Essa edição esgotou-se antes mesmo do encerramento da exposição e uma nova edição foi impressa.

Também para a Exposição Universal de Paris, a Comissão Franco-Brasileira preparou a publicação do livro *Le Brésil en 1889* (1889), coordenado pelo jornalista e historiador Frederico José de Santa Anna Nery[3], para o qual Rio Branco escreveu o capítulo sobre a história do Brasil, que acabou sendo publicado também em separata com o título *Esquisse de l´Histoire du Brésil*. Um caso bastante distinto foi, no entanto, o livro *Dom Pedro II, imperador do Brasil* (1890), a biografia de dom Pedro II assinada por Benjamin Mossé, grande rabino de Avignon. O livro foi encomendado a Mossé pelo conde de Nioac, camarista do imperador. O rabino era então um escritor de algum renome na França, o que facilitaria a divulgação e daria maior credibilidade à obra. Uma boa biografia, publicada em francês, a língua internacional de então, seria um meio inestimável de divulgação da monarquia brasileira no exterior e certamente também repercutiria favoravelmente no Brasil. A dificuldade imposta pelo pouco conhecimento que Mossé tinha do Brasil e de seu biografado foi contornada por Nioac,

[3] Barão de Santa Anna Nery (1848-1901).

com a solicitação a Rio Branco para que ele "auxiliasse" Mossé na redação do livro. A qualidade e o detalhamento das informações, especialmente as relativas aos temas diplomáticos e militares, deixam claro que Paranhos foi "o verdadeiro autor desse livro", fato reconhecido pelo próprio Mossé[4]. Aparentemente dirigido ao público francês, o livro era um instrumento de Rio Branco para influir no debate interno no Brasil. Servia não só para fortalecer sua posição pessoal (e de seus amigos) junto ao imperador e à Monarquia, mas também para disseminar suas ideias políticas, como sua forte preferência por um governo centralizador. Projetando no passado um debate crucial do momento em que escrevia, Rio Branco deu no texto atribuído a Mossé grande ênfase ao "bom senso" demonstrado ao não terem as reformas descentralizadoras consubstanciadas no Ato Adicional permitido a eleição dos presidentes das províncias, que continuaram a ser indicados pelo Rio de Janeiro. Sua firme oposição ao federalismo, que entendia como o primeiro passo para a fragmentação territorial, não poderia estar mais evidente.

Sentindo-se fortalecido, Rio Branco buscava participar do debate interno e alinhava-se aos defensores da Coroa para combater a federação e a República – duas mudanças abominadas pelo conservador Paranhos. Para ele, tratava-se de manter o país no caminho da estabilidade dada pela monarquia centralista. Mais uma vez, Rio Branco estava na contramão das reformas exigidas pelas principais vozes da Geração de 1870. Em sua opinião, o progresso deveria traduzir-se em melhorias nas "coisas sérias" e não em mudanças que pudessem solapar as bases da Ordem Saquarema, como indicou a um amigo em uma carta privada:

> Como vamos de federação nessa terra de doidos? Como é que se atira um palavrão desses para agitar o país sem explicar bem o que se deve entender por ele? [...] Acabou a agitação abolicionista e começam outra em vez de cuidar de coisas sérias, de caminhos de ferro, de imigração e de instrução pública nessa terra de analfabetos (VIANA FILHO, 2008, p. 169).

No entanto, em 15 de novembro de 1889, proclamou-se a República. Rio Branco expressou melhor do que ninguém o desapontamento dos Saquaremas com o fim do regime monárquico: "Em algumas poucas horas ficaram destruídas as instituições que nos legaram nossos pais e que nos haviam dado tantos anos de paz, de prosperidade e de glória" (VIANA FILHO, 2008, p. 193). Monarquista convicto, mas reconciliado com o

[4] Em carta de Mossé a Rio Branco, cujo original está preservado no Arquivo Histórico do Itamaraty (Coleção do Barão do Rio Branco: lata 831, maço 2, pasta 21), pode-se ler: "*Vous constituent le véritable auteur de ce libre*."

círculo íntimo do poder do Império só no momento derradeiro do regime, ele sofreu um golpe formidável, não há dúvidas. Não só a recuperação de sua posição como herdeiro do visconde na Ordem Saquarema estava subitamente cortada, mas também a República ameaçava, inclusive, seu emprego no Estado.

Jacobinismo e conflito: os anos iniciais da República

A queda da monarquia significou o fim da Ordem Saquarema, mas a consolidação de um novo sistema de valores e de práticas políticas (para além das reformas institucionais, que, aliás, tampouco foram imediatas ou lineares) foi um processo que se estendeu por várias décadas. A súbita destruição do Estado centralizado traduziu-se na exacerbação do poder das várias oligarquias regionais e mesmo em tendências separatistas, que só seriam superadas definitivamente depois da década de 1930. O poder do Rio de Janeiro foi desafiado, ainda sob Floriano, por uma revolução que chegou dominar os três estados da região sul. Em determinado momento, as tropas federalistas chegaram à fronteira de São Paulo, e temeu-se por uma marcha contra a capital. O Rio de Janeiro, vale realçar, já havia sofrido com os bombardeios durante a Revolta da Armada, que manteve o porto da capital, principal via de entrada e de saída do comércio internacional, praticamente fechado até que uma intervenção de navios de guerra estrangeiros rompeu o bloqueio.

Havia, nesses primeiros anos, uma crise de legitimidade do Estado, pois a ideia de lealdade ao imperador, à pátria e à religião de Estado – bem ou mal – havia mantido o vasto território da ex-colônia portuguesa unido por muitas décadas. Ainda que com tensões e crises recorrentes, a monarquia havia conseguido reunir em torno de si a lealdade das muitas "pequenas pátrias" da era colonial. O Estado Republicano se legitimou pelas ideias de cidadania e de identidade entre os brasileiros e, assim, o nacionalismo em sua forma moderna chegou finalmente ao Brasil. Sua consolidação, no entanto, não foi imediata e, durante a transição, explodiram revoltas regionais, conflitos urbanos e rurais, além de movimentos messiânicos. A própria natureza fortemente federalista da ordem política da República Velha não favorecia a adesão incondicional da população a um sentimento nacional que superasse as lealdades regionais. Só após 1930, finalmente, o nacionalismo, em bases modernas, se firmou como principal substrato ideológico do Estado e fonte da identidade primária dos brasileiros.

Em termos imediatos, a reorganização institucional se deu em torno da Constituição de 1891. Separou-se a Igreja do Estado, extinguiram-se o Senado vitalício e o Conselho de Estado, adotou-se o voto universal (com a exclusão de analfabetos, mulheres, mendigos, praças e religiosos). Se o texto constitucional já era, em si, fortemente federalista, o voto a descoberto acabou por reforçar ainda mais o poder das oligarquias regionais, que passaram a controlar também a Justiça Eleitoral de seus estados e municípios. No entanto, até que o sistema político se reacomodasse, viveu-se um momento em que o poder foi ocupado pelos militares, um grupo relativamente coeso e que, afinal, havia liderado o golpe que derrocou o Estado monárquico. Foi o momento de maior influência dos grupos positivistas da Geração de 1870, que deixaram sua marca, o lema "Ordem e Progresso", estampada na bandeira nacional, apesar de, no longo prazo, não terem feito muito mais do que isso. A falência da Ordem Saquarema pôs as diversas facções do movimento umas contra as outras na luta ideológica e política pela construção da nova ordem. O primeiro momento do novo regime foi claramente de predomínio dos positivistas e dos liberais republicanos, com o apoio de Deodoro e Floriano. O monarquismo dos novos liberais os excluiu do poder republicano e os empurrou para a oposição ou para o exílio. O desencanto com a República os aproximou das correntes monarquistas que haviam defendido a Ordem Saquarema até o final. Assim, por exemplo, Nabuco se reaproximou de Rio Branco, e os dois amigos trocaram lamentos sobre a destruição das formas de sociabilidade a que estavam acostumados.

O papel proeminente dos militares, já não submetidos ao poder civil, como foram no Império (de acordo com a visão dos monarquistas), assustava e era associado ao barbarismo e ao caudilhismo que até então se haviam projetado nos vizinhos hispano-americanos. Até mesmo a integridade territorial era posta em risco, pois como apontavam os ideólogos do Império, o federalismo e o caudilhismo teriam levado à fragmentação territorial das Repúblicas vizinhas. Joaquim Nabuco, em carta a Rio Branco, expressou seu pessimismo com a República: "Iremos de tirania em tirania, de despotismo em despotismo, até o desmembramento ou a perda completa da noção de liberdade" (LINS, 1996, p. 166). Nabuco retirou-se dos cargos públicos e passou a escrever contra o novo regime de seu refúgio na ilha de Paquetá, na Baía de Guanabara. Daí, intensificou sua correspondência com Rio Branco. Rodolfo Dantas fundou um diário oposicionista, o *Jornal do Brasil*, publicação que contou com a colaboração de Nabuco e de Rio Branco,

este responsável pela seção "Efemérides Brasileiras", além de outros artigos, ainda que sob pseudônimo.

Floriano Peixoto assumiu as rédeas do poder com a renúncia de Deodoro, em fins de 1891, e atuou com violência contra os opositores do regime. A República iniciava uma fase de radicalização. A redação do *Jornal do Brasil* foi atacada por grupos armados e "empastelada" com a complacência da polícia. Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco refugiaram-se na Europa; logo, até mesmo Rui Barbosa, antigo companheiro de Floriano no Ministério de Deodoro, também fugiu do país. Nabuco explicou seu exílio para Rio Branco com as seguintes palavras:

> Infelizmente o país não é habitável nesta quadra de terror, de clubes Tiradentes e de juramentos secretos. Não há garantia alguma para os homens que eles julgam capazes de fazer mal à república... A verdade é que a república não tolera nenhum grau de liberdade de opinião. Ela sabe que tem todo o mundo contra si e não tem coragem de afrontar os perigos da liberdade (VIANA FILHO, 2008, p. 212).

O círculo de amigos de Rio Branco passava ao exílio e a atuação oposicionista pela imprensa, mesmo sob pseudônimo, se tornava impossível. Eduardo Prado ainda publicou seu importante livro *A ilusão americana* em 1893. Às voltas com a Revolta da Armada e com a Revolução Federalista, Floriano confiscou a edição e proibiu o livro, reeditado em Londres no ano seguinte. Paranhos voltou à penumbra de suas atividades consulares, mas continuava seus estudos e vinha dedicando-se aos limites com a Argentina, questão que seu pai foi um dos primeiros a negociar. O litígio, de acordo com o entendimento alcançado no fim do Império, estava sendo submetido ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos.

Em março de 1893, o advogado brasileiro na questão, Aguiar de Andrade, faleceu inesperadamente em Washington. Um pouco surpreendentemente, o presidente Floriano Peixoto acabou por escolher Rio Branco para o substituir[5]. Assim, em 30 daquele mês, o barão recebeu, por meio da legação em Londres, o convite para ocupar o posto de Aguiar de Andrade como advogado do Brasil no pleito contra a Argentina. Paranhos aceitou o desafio imediatamente.

[5] Oliveira Lima (1937, p. 184) atribuiu essa escolha a uma sugestão de Joaquim Nabuco, por meio do conselheiro Dantas; já o filho do barão Raul informou ter sido uma indicação do ministro em Londres João Arthur Sousa Correia (RIO BRANCO, 1942, p. 146).

A vitória de Rio Branco na arbitragem da Questão de Palmas foi recebida com entusiasmo no Brasil. Em meio a tantos conflitos internos, revoltas regionais e movimentos messiânicos, prevalecer contra um país estrangeiro e ter consolidado um importante trecho de fronteiras era uma conquista com a qual todos podiam rejubilar-se. Paranhos tornou-se candidato natural ao cargo de advogado na questão contra a França, em relação ao Amapá. Apesar de alguns percalços, foi-lhe dada a tarefa, executada mais uma vez com maestria, e obteve outro êxito absoluto. Como era de esperar, o novo sucesso, agora contra uma potência europeia, uniu uma vez mais os brasileiros. Ao comentá-lo, Rui Barbosa resumiu: "Do Amazonas ao Prata há um nome que parece irradiar por todo o círculo do horizonte num Infinito de cintilações: o do filho do emancipador dos escravos, duplicando a glória paterna com a de reintegrador do território nacional" (VIANA FILHO, 2008, p. 345). Assim, em 1902, tornou-se o candidato quase inescapável para dirigir as relações internacionais do novo governo de Rodrigues Alves.

Fechava-se o círculo. Rodrigues Alves, genro do visconde de Guaratinguetá, uma das maiores fortunas do Segundo Reinado, havia sido deputado pelo Partido Conservador, governador da província de São Paulo e conselheiro do Império. O jacobinismo e o ciclo positivista dos anos iniciais da República estavam superados finalmente, após os governos de transição de Prudente de Moraes e Campos Sales. O governo de Prudente de Moraes havia conseguido encerrar a guerra civil e, a despeito das contínuas agitações dos jacobinos, com a morte de Floriano Peixoto (1895), as lideranças militares perderam coesão, e o governo civil resistiu até mesmo ao afastamento temporário do presidente, de novembro de 1896 a fevereiro do ano seguinte, por doença. A situação política seguiu, no entanto, tensamente. O movimento messiânico em Canudos surgiu como desculpa para novas perseguições contra os monarquistas ou outros oposicionistas. Em novembro de 1897, o presidente sobreviveu a uma tentativa de assassinato, um desatino dos jacobinos que acabou por fortalecer politicamente Prudente de Moraes. A despeito de muitas incertezas, o primeiro governo civil da nova República conseguiu promover uma sucessão tranquila para o novo presidente, Campos Sales. Iniciava-se a montagem da Política dos Governadores e a pacificação do país. O governo de Campos Sales, no entanto, ainda confrontou-se com crises e sublevações, como as Revoluções de 1899 e 1901 em Mato Grosso e Revoltas Monarquistas em 1900 e 1902.

Com o afastamento dos militares do poder, exorcizou-se o espectro da "ditadura positivista" e retomaram-se muitos dos valores e das práticas

políticas do Tempo Saquarema, da convivência aristocrática e do primado da educação liberal que socializou as elites monarquistas nas faculdades de Direito. O saneamento financeiro depois da debacle do Encilhamento e a pacificação interna em torno da acomodação das elites regionais por meio da Política dos Governadores permitiriam a consolidação de um republicanismo conservador sem tonalidade partidária que encarnaria um Estado liberal pretensamente despolitizado. De acordo com essa visão, o Estado estaria comprometido somente com uma gestão eficiente, pacífica e estabilizadora, como veículo para a modernização do país. Em paralelo, houve um esforço de neutralização política das oposições organizadas – jacobinos, positivistas e monarquistas – e de consolidação do discurso, dos valores e das práticas políticas da República dos Conselheiros: uma nova ordem que, em muitos aspectos, tinha mais pontos de contato com a antiga Ordem Saquarema do que com o jacobinismo dos primeiros anos da República.

Em muitas dimensões, Rio Branco foi emblemático na transição entre a ruptura com o mundo Saquarema, como proposto pelos expoentes da Geração de 1870, e a progressiva negação dessa fratura, com a construção de uma narrativa de continuidade entre o passado monarquista (e colonial) e a nova ordem republicana que se consolidava, também em bases oligárquicas – como no *Tempo Saquarema*. O barão simbolizava perfeitamente a ideia de um Estado neutro, despolitizado e movido por uma lógica estritamente técnica.

Rio Branco, o jacobinismo e a República dos Conselheiros

Os primeiros anos da República foram tempos de aguda crise, com a deterioração das finanças desde o Encilhamento e um crescente autoritarismo, que desembocou no jacobinismo e na guerra civil durante a presidência de Floriano. Para os monarquistas, a República rebaixava o Brasil ao nível de desordem, do militarismo e da incivilidade dos vizinhos hispânicos e, até mesmo, ameaçava integridade territorial. A suposta superioridade, em termos de civilização, da Monarquia brasileira em relação às Repúblicas circundantes e o papel do imperador na manutenção da unidade do território eram dois temas chaves do discurso Saquarema. A aproximação aos Estados Unidos, a intervenção estrangeira na Revolta da Armada, a crítica ao militarismo, as acusações de traição ao catolicismo, tudo era arguido contra a República. O resultado da crise de legitimidade vivida pelo Estado brasileiro nos primeiros anos do novo

regime foi uma violenta guerra civil, que chegou a ameaçar a unidade territorial, e uma proliferação de revoltas e de movimentos messiânicos. A oposição foi abafada pela força. Houve prisões, empastelamento dos jornais de oposição, censura e exílio – uma onda repressiva que atingiu não só os monarquistas, mas também qualquer dissidência.

A radicalização, o autoritarismo e o jacobinismo dos anos de Floriano passaram a ser o principal ponto da crítica dos "monarquistas de pena", que em seus escritos e narrativas passaram a insistir na contraposição entre a desordem da República Jacobina e as pretensas paz e civilidade do Segundo Reinado; enalteceram os líderes, as instituições e os símbolos do Império em detrimento da agitação e da instabilidade republicana, que, de acordo com essa visão, constituía-se em ameaça à integridade territorial e reduzia o Brasil ao patamar de incivilidade dos vizinhos hispano-americanos. Em seus anos iniciais, o novo regime buscou expressar uma ruptura com os valores supremos da Ordem Saquarema: a conciliação, o pavor às mudanças, os modos cavalheirescos nas relações entre os membros da elite, a obsessão com um mundo ordenado e hierarquizado. A mudança e a ânsia de modernização passaram à ordem do dia, como a negação do legado de atraso do passado monarquista. O próprio estilo dos marechais presidentes, direto, rude e intransigente, em tudo contrastava com o *ethos* da política Saquarema.

A oposição monarquista insistiu no contraste das pretensas ordem e civilização do Império com o presente de agitações e desordem projetado no militarismo dos governos Deodoro e Floriano. A orientação americanista da República foi apresentada como uma ilusão que traía a verdadeira identidade brasileira, construída pelo Império com base na suposta sintonia com uma ideia de civilização primordialmente europeia. A crítica dos órfãos da Ordem Saquarema centrou-se também no modo de vida burguês, associado aos Estados Unidos, que contrastava com o refinamento da Monarquia. Censurava-se, ainda, o cientificismo, que afastaria os homens de sua verdadeira natureza.

Uma segunda tecla das críticas ao novo regime era o horror à ascensão desordenada de novas elites sociais. O Encilhamento produziu uma avalanche de novos-ricos, e mesmo a riqueza do café já estava nas mãos de uma classe agroexportadora de mentalidade e de modos burgueses, em contraste com as elites tradicionais do Império. Do ponto de vista dos valores, da convivência e das práticas sociais, os órfãos da Ordem Saquarema e mesmo os vastos setores antes reformistas, dos quais Joaquim Nabuco é um exemplo claro, lamentaram o fim da sociedade de Corte e de seus rituais aristocráticos, vistos como a vitória do arrivismo

dos *parvenus* e dos *rastaquoères* contra a "boa sociedade". As hierarquias do antigo regime, consagradas simbolicamente nos rituais e na sociabilidade da Corte, tinham aderentes e admiradores que viam nos modos republicanos a degradação da civilização e dos padrões de convivência cavalheiresca que eram associados à Monarquia. A desvalorização dos modos aristocráticos e o fim da Corte e da vida social baseada nos salões tradicionais, elementos cruciais da sociabilidade e da identificação social das elites do Segundo Reinado, eram vistos como a vitória dos novos-ricos, dos pequeno-burgueses, dos rastaqueras, dos despreparados para o convívio na "boa sociedade". Alonso resume bem o sentimento que animava esses opositores da nova ordem:

> O monarquismo de pena foi um decadentismo. Mais que projetar novo estado de coisas, exibia atitude *blasé* com respeito ao presente, ancorada na nostálgica idealização do passado e num catastrofismo quanto ao futuro. Foi também esforço coletivo e deliberado de defender a tradição imperial e o estilo de vida a ela associado por meio da criação de estereótipos e da narração de uma versão monarquista do presente republicano e da história nacional (ALONSO, 2009, p. 14).

No entanto, com o fim do governo Floriano, a situação passou a caminhar para uma diminuição das tensões, e na ainda atribulada gestão de Prudente de Moraes os monarquistas voltam a se reorganizar e fundaram, em 1895, o Partido Monarquista, com manifestos em São Paulo (15 de outubro de 1895) e no Rio de Janeiro (12 de janeiro 1896). Contudo, as correntes monarquistas não encontraram verdadeiro apoio da princesa Isabel nem suficiente carisma nela (ou em qualquer outro membro da Casa Real depois da morte de dom Pedro II), e acabaram por reconhecer que não havia condições para uma aventura restauradora. Essa hipótese, aliás, sempre foi mais uma ilusão alimentada por monarquistas e jacobinos (por razões opostas) do que uma possibilidade real. Os elementos mais radicais da República, por sua vez, a partir de 1897, após a malograda tentativa de assassinato do presidente Prudente de Moraes, começaram a perder influência, e o jacobinismo, exaurido por suas dissidências e já sem Floriano, que havia falecido em 1895, esgotou-se rapidamente.

A partir daí, a incorporação dos "monarquistas de pena" nas esferas de poder republicanas foi dando-se de forma rápida. Em 1897, fundou-se a Academia Brasileira de Letras, sob a presidência de Machado de Assis. A instituição reuniu tanto monarquistas, como Taunay, Nabuco e Eduardo Prado, quanto republicanos, como Rui Barbosa e Salvador de Mendonça.

A academia foi um dos espaços de sociabilidade privilegiado da República dos Conselheiros, e a ela logo se juntou Rio Branco. "Na longa duração, o saldo foi monarquista. Se os republicanos ganharam a batalha política do presente, criando instituições e ícones de um novo regime, os monarquistas venceram a luta simbólica pelo futuro" (ALONSO, 2009, p. 19). A leitura que acabará prevalecendo na historiografia será a interpretação dos monarquistas, na qual o Império (e não só o Segundo Reinado) será apresentado como uma época de paz e civilidade, em contraste com o caudilhismo e o militarismo da primeira década republicana. O imaginário da República dos Conselheiros foi sendo assentado com base na alteridade não em relação ao regime superado, mas contra a memória recente da instabilidade dos anos iniciais da própria República.

O Barão do Rio Branco foi um dos artífices da consolidação dessa nova ordem e um importante símbolo dessa reviravolta. Inclusive a própria consagração do título nobiliárquico de Paranhos nos novos tempos republicanos não deixa de simbolizar a vitória dos monarquistas na batalha sobre a interpretação do passado recente e sua projeção no futuro imediato. Quando de sua chegada ao Rio de Janeiro, depois de 26 anos no exterior, Paranhos era visto por grupos monarquistas exaltados e por republicanos jacobinos como um possível líder para um movimento de restauração da Monarquia, hipótese que ele se apressou em dissipar. Já em seu primeiro discurso, no Clube Naval, Rio Branco procurou marcar seu afastamento da política interna e insistiu em situar a política externa como algo fora da esfera das paixões partidárias:

> Desde 1876 desprendi-me da nossa política interna com o propósito de não mais voltar a ela e de me consagrar exclusivamente a assuntos nacionais, porque assim o patriotismo daria forças à minha fraqueza pessoal. Aceitando depois de longas hesitações e reiterados pedidos de dispensa o honroso posto em que entendeu dever colocar-me o ilustre sr. Presidente da República, em nada modifiquei aquele meu propósito. A pasta das Relações Exteriores, disse-me ele, não é e não deve ser uma pasta de política interna. Obedeci ao seu apelo como o soldado a quem o chefe mostra o caminho do dever. *Não venho servir a um partido político: venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro e respeitado.* (grifo meu) (LINS, 1996, p. 253).

Além de ser repudiado pelos jacobinos, que antecipavam nele um possível líder para um movimento restaurador, Rio Branco também era visto com desconfiança pelos grupos de monarquistas intransigentes, que consideravam sua participação no governo uma traição. Os dois lados

estavam atentos aos pequenos gestos. A determinação de Rio Branco de suprimir expressões positivistas da correspondência oficial do Ministério, tomada logo ao assumi-lo, mereceu um ataque do republicano Miguel Lemos nas páginas do *Jornal do Comércio,* em 23 de dezembro de 1902, no qual não deixou de classificar Paranhos como "chefe do partido da pátria", ou seja, dos monarquistas, nem de insinuar que Rio Branco encontraria no Acre sua rocha Tarpeia, onde os antigos romanos pagavam com a vida pelo crime de traição:

> Se estas alterações dimanassem de um republicano insuspeito, teríamos de lamentar sua pequice política, mas partindo do aclamado chefe do intitulado partido da pátria elas não podem deixar de incutir sérias apreensões nas almas de todos quantos sabem pressentir através de tais sintomas, por pequenos que pareçam, a intoxicação sebastianista que vai corroendo fundo as instituições fundadas por Benjamin Constant.
> Mas seja como for, o que sinceramente desejamos é que essas reformas iniciais do Ministério do Exterior muito contribuam para que o ilustrado brasileiro nos demonstre praticamente, na gestão *política* de sua pasta, que o capitólio das Missões e do Amapá está muito distante da rocha Tarpeia do Acre e de outros insondáveis despenhadeiros que demoram em torno de sua eminente posição no Governo da República (grifo do original) (LINS, 1996, p. 259).

Inaugurando uma estratégia da qual faria largo uso ao longo dos nove anos em que esteve à frente da chancelaria, Rio Branco defendeu-se também pelos jornais, mas ao abrigo de um pseudônimo[6]:

> Não sabemos que haja entre nós um "intitulado partido da pátria". Se existe terá outro ou outros chefes. Afastado há vinte e oito anos das nossas questões de política interna, o sr. Rio Branco tem mostrado que não procura nem deseja eminências políticas. [...] Pode o sr. Miguel Lemos estar certo de que o novo ministro das Relações Exteriores não partiu da Europa ignorando a existência dos despenhadeiros a que se refere. Veio para o Brasil muito ciente de que no posto de perigo que lhe foi designado tinha bastante a perder e nada a ganhar. Se, porém, tiver de cair de algum despenhadeiro, estamos certos de que há de fazer o possível para cair só, sem arrastar em sua queda os interesses do Brasil (LINS, 1996, p. 260).

[6] O citado artigo de resposta de Rio Branco, publicado sob o pseudônimo Nemo, saiu na edição de 11 de janeiro de 1903 do *Jornal do Commercio* e foi reproduzido, nos dias seguintes, no *Correio da Manhã*, no *O Paiz*, na *Gazeta de Notícias* e no *A Tribuna*. Está transcrito nos *Cadernos do CHDD* (RIO BRANCO, 2002, pp. 9-20).

Consoante com o Manifesto de 1870, a República tinha revertido o evidente europeísmo da Monarquia e enveredado em um esforço de aproximação aos Estados Unidos. Rio Branco não contrariou a orientação republicana, mas reescreveu a narrativa das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, de modo a diferenciar sua política dos primeiros rompantes desordenados de americanismo de Quintino Bocaiúva ou de Salvador de Mendonça. Se, para os líderes republicanos, o americanismo era a afirmação de um rompimento com a Monarquia, Paranhos passou a difundir uma imagem (na realidade, falsa) de continuidade de relações estreitas entre os dois países desde a fundação do Império. Amenizava-se a ruptura representada pela mudança de regime com o embaçamento da tradição de distanciamento e, inclusive, com momentos de conflito, como no caso da questão da navegação da bacia do Amazonas e do reconhecimento dos confederados como beligerantes. Desse modo, Rio Branco destruiu a identificação do americanismo com a República *em contraposição ao Império*, em um movimento de conciliação que se repetiu em um intento de valorizar a diplomacia imperial e de projetá-la sobre o novo regime. A ideia de permanência servia também ao esforço de representar a política externa como uma política de Estado, acima e além das paixões. A progressiva pacificação interna favorecia essa releitura e o esquecimento das fortes clivagens ainda recentes.

De fato, ultrapassada a grande turbulência dos anos de Deodoro, de Floriano e mesmo de Prudente de Moraes, a partir da presidência de Campos Sales os conflitos internos amenizaram-se, e foi-se estabelecendo um novo arranjo, também francamente oligárquico, como no Império; contudo, ao contrário da Ordem Saquarema, mais aberto à modernização. Os traços mais arcaicos do antigo regime, continuados na Monarquia brasileira, finalmente foram superados. O fim da escravidão representou uma profunda mudança nas relações sociais e se traduziu em novas mentalidades. A modernização deu-se de modo rápido, ainda que com feições profundamente desiguais. O "bando de ideias novas" da Geração de 1870 e a maior parte de seus promotores encontraram seus lugares na República dos Conselheiros, mas os limites da abertura e da modernização das primeiras décadas republicanas não podem ser esquecidos. A economia mantinha-se atrelada ao setor agroexportador, com seus poucos produtos: café, açúcar, borracha, cacau. As classes subalternas já não podiam ser legalmente escravizadas, mas foram incluídas no sistema político como massa de manobra dos coronéis e chefetes locais. A progressiva pacificação da política nacional traduziu-se na confirmação do poder das oligarquias regionais. Como no Império, a política funcionava em dois âmbitos. Na

capital, havia a aparência de civilidade e de funcionamento das regras do jogo democrático. No regionalmente, havia o exercício aberto da violência e do poder sem disfarce das oligarquias.

A consolidação interna abriu espaço para que o barão pudesse reestruturar as grandes linhas da política externa em consonância com essa nova ordem. Uma política que se em muitos aspectos tinha pontos de ruptura com o Império (progressivamente minimizados), em outros era uma continuação da diplomacia Saquarema. Como notou Lins, "Rio Branco não teria podido realizar sua obra com uma política interna enfraquecida, com uma administração pública caótica, apática, falando em nome de um país sem ordem e sem o funcionamento regular das instituições" (LINS, 1996, p. 338). A alteridade da República dos Conselheiros passou, cada vez mais, a ser projetada na desordem e no militarismo da primeira década republicana. O passado monarquista, cada vez menos ameaçador, à medida que esmoreciam as correntes restauradoras, passou a ser revalorizado como um tempo de consenso e de conciliação, valores que balizaram também a nova oligarquia republicana.

Considerações finais

Rio Branco assistiu à desestruturação da Ordem Saquarema, na qual ele, por razões de sua vida privada, não pôde obter a posição que lhe parecia naturalmente destinada. Sua lenta reintegração na estrutura de poder e de prestígio do Segundo Reinado, representada pela reaproximação do imperador e das lideranças conservadoras nos anos finais da Monarquia, foi subitamente cortada com o desmoronamento do regime, decepado por um golpe militar.

Com o cuidado de não tornar pública sua oposição ao novo regime, Rio Branco engajou-se na luta ideológica dos "monarquistas de pena" para combater o regime dos presidentes marechais. No entanto, paradoxalmente, foi só após a vitória das teses contra as quais ele se bateu fervorosamente – e que o colocavam na trincheira oposta às reivindicações da Geração de 1870 – que Paranhos ganhou a proeminência a que parecia destinado por sua condição de herdeiro de um dos maiores líderes dos conservadores. Sua vitória na Questão de Palmas serviu de ponto de união para os brasileiros, em um momento em que a crise interna dos primeiros anos republicanos ainda não havia sido superada. Recebeu ampla cobertura da imprensa e obteve repercussão pública extraordinária. A partir daí, em paralelo com a progressiva pacificação da vida política no

Brasil, o barão passou a reaproximar-se do poder político e, já na gestão de Campos Sales, voltou a ter outra vez acesso aos círculos de poder do Rio de Janeiro. O sucesso do arbitramento no Amapá aumentou sua popularidade e o tornou escolha quase inescapável para o Ministério de Rodrigues Alves. Com suas vitórias em Palmas e no Amapá, Rio Branco granjeou apoio público e grau de prestígio pessoal que o retiraram do estreito círculo da pequena política da burocracia estatal para o plano mais amplo da vida política nacional. Ao chegar à chefia do Ministério das Relações Exteriores, ele já tinha peso próprio no cenário político.

Rio Branco estava preparado para aquele momento e para aquelas circunstâncias, ainda que as diferenças entre a República dos Conselheiros e o Segundo Reinado fossem muitas. A começar pela eliminação da escravidão, o que permitiu, finalmente, a construção de um discurso plenamente nacionalista, em que se incluíam, ao menos retoricamente, todos os brasileiros na ideia de nação. Desaparecida a Corte, os espaços de sociabilidade das elites foram multiplicados e se abriram para novos grupos. O fim do Senado vitalício e do Conselho de Estado, a expansão da imprensa, a proliferação de jornais, revistas e novas instituições como a Academia Brasileira de Letras, tudo contribuía para retirar as discussões sobre política e cultura do âmbito restrito do Estado e diferenciá-las em espaços próprios, ainda que interligados. Começava a existir uma verdadeira esfera pública, separada do Estado, ainda que persistissem muitas áreas de coincidência entre essas instâncias.

Rio Branco soube entender e aproveitar-se dessas mudanças. Tinha uma longa experiência da vida europeia, na qual o processo de separação entre esfera pública e Estado já estava mais adiantado. Desde cedo, havia colaborado com a imprensa e entendeu a importância da opinião pública, que se ampliava e se diversificava.

> Ele próprio orientava essa opinião pública, escrevendo pessoalmente para a imprensa ou dirigindo os jornalistas mais chegados ao Itamaraty. Todos os seus atos eram lançados através de hábeis campanhas de imprensa. Lembrava Graça Aranha que, ao abrir uma questão, Rio Branco fazia que os jornalistas, seus amigos, se dividissem. Fornecia em seguida razões contraditórias aos dois grupos, com o fim de esclarecer o espírito público em todos os sentidos. Os debates se movimentavam, animadíssimos, até que o ministro dava o "golpe espetacular" resolvendo a questão, já com a opinião pública devidamente preparada e esclarecida (LINS, 1996, p. 306).

Já ministro, continuou a escrever intensamente nos jornais, sob muitos pseudônimos; quando lhe parecia o caso, escrevia em seu próprio nome. Frequentava as redações, examinava pessoalmente as provas dos artigos que iriam para impressão. Tornou-se amigo e fonte de uma constelação de jornalistas e editores, dos diversos jornais e folhas do Rio de Janeiro. Fornecia dados, informações, opiniões e reclamava aos editores das interpretações que lhe parecessem incorretas ou distorcidas. A vasta coleção de recortes de notícias e de caricaturas sobre si de Rio Branco, hoje depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty, é um testemunho eloquente da preocupação do barão com sua imagem e com a repercussão popular de suas políticas e decisões. Sua atenção pela opinião pública não se restringiu à imprensa nem só ao Brasil. Ajudou a criar, por exemplo, a *Revista Americana*, por meio da qual divulgava informações, promovia debates e construía uma opinião favorável ao Monroísmo nos meios intelectuais não só brasileiros, mas também latino-americanos.

Seu foco na valorização dos aspectos simbólicos de suas políticas era patente. A aproximação com os Estados Unidos não poderia, na época, ter tido um emblema mais forte do que a elevação das representações diplomáticas ao *status* de embaixadas. Nabuco compreendeu o alcance do gesto e de sua nomeação como embaixador ao comentar que "o título vale por uma política". Do mesmo modo, foi a preocupação de Rio Branco com as questões de visibilidade e de publicidade que dirigiu seus esforços para a cuidadosa preparação da III Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, e para o apoio à participação de Rui Barbosa na Conferência da Haia, até mesmo em pequenos detalhes de protocolo. Foram momentos em que Rio Branco exerceu intensa atividade na divulgação e promoção desses eventos e do protagonismo brasileiro nos jornais cariocas. A ideia de aumento do prestígio internacional refletiu-se também no crescente reconhecimento interno e na grande popularidade do ministro. A política externa era mostrada e entendida como uma atividade desvinculada da política interna, pairando acima dos interesses partidários, mas os sucessos de sua execução reforçavam diretamente a posição interna do chanceler.

Rio Branco também soube inserir-se nos espaços de sociabilidade da *intelligentsia* carioca, a começar pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), "ilha intelectual do Segundo Reinado em meio ao mar republicano" (ALONSO, 2009, p. 17), do qual Rio Branco era sócio desde os 22 anos. Em 21 de novembro de 1907, ele assumiu a presidência do IHGB, que dirigiu até sua morte, em 1912. Note-se que uma de suas primeiras iniciativas na presidência do instituto foi promover uma exposição sobre

o centenário da imprensa no Brasil, em 1908. A atuação de Rio Branco pode ser aferida por um testemunho da época, do bibliotecário do IHGB José Vieira Fazenda: "Está viva a memória do que foram nestes últimos anos as sessões do instituto. Todos queriam ver e ouvir falar o barão, de fama mundial" (FAZENDA, 1943, p. 423).

Rio Branco foi ativo também na Academia Brasileira de Letras, na qual inclusive teve o prazer de patrocinar a vitória de Mario Alencar contra a candidatura de Domingos Olímpio, seu antigo subordinado na arbitragem da Questão de Palmas e, desde então, seu desafeto. Os mérito literários do autor de *Luzia Homem* não foram suficientes para vencer a oposição do chanceler, e a cadeira nº 21 acabou ocupada pelo filho de José de Alencar, cuja obra, modesta, nem de longe era comparável à do pai. Rio Branco patrocinou, ainda, a vitória de Euclides da Cunha contra o poderoso Quintino Bocaiúva, na disputa pela cadeira nº 7, em 1903. No entanto, a Academia foi também palco de farpas contra Rio Branco, dirigidas por Oliveira Lima em seu discurso de posse. O barão ostensivamente havia deixado de comparecer à posse de Oliveira Lima, e sua resposta aos ataques do historiador pernambucano – seu subordinado no Itamaraty – foi dada pela imprensa, por meio do historiador João Ribeiro, ligado ao Rio Branco[7].

O barão, um "aristocrata sem Corte" com o fim do Império, soube criar no Itamaraty seu simulacro da vida cortesã e dos salões do Segundo Reinado. A diplomacia, aliás, por suas próprias origens, presta-se bem para o papel. Até bem avançado o século XIX, as monarquias predominavam, e a diplomacia era uma atividade exercida nas Cortes, com seus códigos e etiquetas. O brilho que Rio Branco soube conferir ao Itamaraty atraía a atenção da intelectualidade e da imprensa e contribuía para reforçar sua influência. Paranhos também soube associar-se ao momento de grandes transformações e de modernização da cidade e da sociedade carioca, marcado pelo "bota-abaixo" promovido pelo prefeito Pereira Passos e pela abertura de grandes avenidas, nas quais Rio Branco difundiu o costume de passear em automóvel com capota arriada. A imagem do chanceler passou a confundir-se com os anseios de modernização e de prestígio da nação. Rio Branco atraiu à sua volta homens do talento de Euclides da Cunha, Graça Aranha, Clovis Bevilaqua, Domício da Gama, Gastão da Cunha, Pandiá Calógeras, entre outros.

[7] O episódio da posse de Oliveira Lima está relatado em todas suas cores no artigo O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: vidas paralelas, itinerários divergentes, de Paulo Roberto de Almeida (2002, pp. 242-249). A íntegra do discurso do acadêmico pernambucano está disponível no sítio da Academia Brasileira de Letras.

> Ora, nesse quadrante singular é que o novo chanceler, reunindo à sua volta uma plêiade de intelectuais especialistas na história, geografia e cultura brasileiras, iria dar início ao projeto de penetração no interior dos sertões, demarcação de limites, estabelecimento de sistemas viários e telegráficos de comunicação, levantamentos topográficos, mapeamentos, estatísticas, povoamento, defesa e avaliação de recursos. Todas essas operações articuladas com uma política internacional liberal e pacifista, preocupada em conquistar a aliança dos EUA e os créditos da Europa. [...] Um governante ilustrado, de sólida formação filosófica e científica – um "grande homem" – cercado por uma *entourage* de cientistas e especialistas. Não mais a "falange sagrada", mas "a *elite* dos nossos homens de talento"; "a sociedade inteligente de nossa terra", o círculo dos sábios (SEVCENKO, 1995, p. 154).

À maestria no manejo de sua figura pública, Rio Branco somou sua enorme competência na execução de uma política externa realista, pragmática e perfeitamente adequada ao momento da política interna. O discurso sobre a política externa como uma política de Estado, que paira acima das paixões políticas, lastreada apenas no interesse nacional, permitiu o resgate e a valorização ideológica do Segundo Reinado, com a formulação da ideia de uma continuidade de políticas e de posturas. As rupturas inocultáveis eram apresentadas como a evolução natural das posições assumidas pela Monarquia. As vitórias do barão foram elementos importantes na reconstrução da memória e na revalorização do Império, sempre contrastadas com a imagem de militarismo, de caos, de desagregação e inclusive de ameaças separatistas dos primeiros anos republicanos. Sua ênfase na consolidação das fronteiras reforçava o velho mito de origem da identidade brasileira ancorada em um território concebido como preexistente à chegada dos portugueses, base da singularidade e da grandeza nacionais.

Assim, Rio Branco, que tinha combatido muitas das propostas da Geração de 1870, acabou por se tornar um dos artífices da nova ordem republicana. Essa aparente contradição não significa que Paranhos tenha se rendido aos valores do novo regime. Antes, pelo contrário, no que se refere à política externa, partindo da ideia de sua insularidade em relação à ordem interna, ele soube resgatar e revalorizar a política Saquarema, matizando as mudanças e ocultando as rupturas trazidas pelo regime republicano. O discurso de Rio Branco sobre uma política de Estado não partidária, pretensamente neutra e (pelas razões anteriores) eficaz foi ao encontro do republicanismo conservador que caracterizou o sistema político brasileiro após a superação do jacobinismo inicial e o ajudou a

se consolidar. Essa chave ideológica contribuiu para a neutralização dos setores oposicionistas mais radicais e para o resgate dos ideais Saquaremas de prudência, conciliação e consenso (entre as elites).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: vidas paralelas, itinerários divergentes. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (Orgs.) *Rio Branco*: a América do Sul e a modernização do Brasil. Rio de Janeiro: EMC, 2002. pp. 233-278.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a Geração 1870 na crise do Brasil--Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. O Ensaísmo na República Jacobina. In: XIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 2009, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=219&Itemid=171>. Acesso em: 20 fev. 2012.

BUENO, Clodoaldo (2003). *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra.

CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (Orgs.) (2002). *Rio Branco:* a América do Sul e a Modernização do Brasil. Rio de Janeiro: EMC.

CARDOSO, Fernando Henrique (1989). "Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales". In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III – O Brasil Republicano, 1º volume Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand, 5ª edição, p. 13-50.

CARONE, Edgard (1974). *A República Velha (evolução política)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2ª edição.

CARVALHO, José Murilo (1990). *A Formação das Almas – o imaginário da república no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras.

CRUZ COSTA, João. (1985) "O Pensamento Brasileiro sob o Império". In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *O Brasil Monárquico – reações e transações.* História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, 3º volume. São Paulo: DIFEL, 5ª edição, p. 323-342.

FAZENDA, José Vieira. Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, t. 95, v. 149, pp. 419-424, 1943.

FERREIRA, Gabriela Nunes *et alii* (2010). "´O Brasil em 1889´: um País para Consumo Externo". In: *Lua Nova*, São Paulo, 81: 75-113.

LEVASSEUR, Émile *et alii* (2001). *O Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Letras & Expressões.

LINS, Álvaro. *Rio Branco (o Barão do Rio Branco)*: biografia pessoal e história política. São Paulo: Alfa Ômega: Funag, 1996.

MARIZ, Vasco. *A tormentosa nomeação do jovem Rio Branco para o Itamaraty.* Brasília: Funag, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema.* São Paulo: Hucitec, 1987.

MOSSÉ, Benjamin. *D. Pedro II, imperador do Brasil.* São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1890.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (1990). *A Questão Nacional na Primeira República.* São Paulo: Brasiliense.

RICUPERO, Rubens (2000). *Rio Branco: o Brasil no mundo.* Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobras.

_____(2002a) "Rio Branco, Definidor de Valores Nacionais". In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (Org.) *Rio Branco:* a América do Sul e a Modernização do Brasil. Rio de Janeiro: EMC, p. 79-98.

_____ (2002b) *Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica.* Brasília: Funag.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior. O Sr. Ministro das Relações Exteriores. *Cadernos do CHDD*, Brasília: Funag, ano 1, n. 1, pp. 9-20, 2002.

RIO BRANCO, Raul do. *Reminiscências do Barão do Rio Branco.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

SANTA ANNA NERY, Frederico José de. *Le Brésil en 1889.* Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. (2012). *O Evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira*. São Paulo: UNESP.

_____ (2011). "O Barão do Rio Branco como historiador". In: *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Out-Nov-Dez, Ano XVII, nº 69, p. 11-35.

_____ (2010a). *O Dia em que Adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: UNESP.

_____ (2010b). "O Barão do Rio Branco e a ideia de Nacionalismo no Brasil". In: *Tensões Mundiais,* vol. 6, nº 10, p. 13-34.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VENANCIO FILHO, Alberto (1996). "Rio Branco e a Academia Brasileira de Letras". In: *Anais da Academia Brasileira de Letras.* Ano 95 (jan.-jul. 1995), Vol. 169. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, p. 45-51.

VIANA FILHO, Luís. *A Vida do Barão do Rio Branco*. 8. ed. São Paulo: Unesp; Salvador: EDFBA, 2008.

História e Estado em Rio Branco

Arno Wehling[*]

Introdução

Como tratar do pensamento histórico do Barão do Rio Branco, se ele não nos deixou uma reflexão sobre o tema e se boa parte de sua obra intelectual fez uso não só da história, mas também da geografia como ponto de apoio para teses pragmáticas, de natureza política e diplomática? Essa dificuldade parece ter convencido os biógrafos do barão e a maioria dos autores que dele trataram sob um ou outro ângulo, a desconsiderar o assunto[1]. Considerá-lo um pragmático *lato sensu* ou mesmo um adepto da *história pragmática* de corte ilustrado, interessado sobretudo em história militar e com viés erudito, parecia dizer tudo a respeito de seu perfil intelectual. Dedicou os últimos 10 anos de vida à chancelaria brasileira, época em que realizou intenso trabalho de definição territorial do país, de afirmação da política de defesa e de desenho de novas políticas para o Cone Sul e das relações com os Estados Unidos. Dessa maneira, sua contribuição para a historiografia apareceu substancialmente prejudicada

[*] Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Teoria e Metodologia da História) e professor emérito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) (História do Direito e das Instituições). Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

[1] A exceção corresponde aos trabalhos de João Hermes Pereira de Araujo (ver ARAUJO, João Hermes Pereira de. O Barão do Rio Branco e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 391, pp. 335-350, 1996) e de Luis Claudio Villafañe G. Santos (ver SANTOS, Luis Claudio Villafañe G. O Barão do Rio Branco como historiador. *Revista Brasileira*, 2012, n. 69, p. 11-49). O primeiro aborda a atuação de Rio Branco no IHGB, e o segundo estuda três trabalhos do barão, de 1888 e 1889, a saber, a colaboração na *Encyclopédie* de Émile Levasseur, o *Esquisse de l'Histoire du Brèsil* e a biografia de dom Pedro II por Benjamim Mossé, da qual o barão teria sido o verdadeiro autor. (Ver nota 5.)

e consequentemente seu pensamento histórico, menos digno de interesse. Ele mesmo aliás, como registram seus biógrafos, lamentou a falta de tempo nessa quadra da vida para desenvolver suas pesquisas históricas, aspirando um dia a elas retornar[2].

Não há que negar a defasagem entre a potencialidade do autor e o resultado da obra historiográfica. Rio Branco ombreia, em domínio de documentação, com Varnhagen, Capistrano de Abreu, Cândido Mendes de Almeida ou o barão de Studart, tendo sobre estes a vantagem da amplidão temática. Em carta de 1893 para Assis Brasil, Capistrano afirmou que o barão era o melhor conhecedor da história militar do Brasil[3]. Doze anos depois, escrevendo ao barão de Studart, dizia que a história da costa Leste-Oeste, isto é, todo o território litorâneo do norte da Paraíba à foz do Amazonas, "foi renovado graças às pesquisas de dois barões", ele mesmo e Rio Branco[4]. Não obstante, isso não se traduziu em densas obras de conjunto, como as de Varnhagen ou Capistrano, mas em uma pequena síntese da história do Brasil, numa obra temática sobre as efemérides nacionais, anotações a obras de outros autores, curtas biografias, trabalhos sobre as guerras do sul e as memórias oficiais apresentadas em contenciosos internacionais.

No entanto, Paranhos Júnior nada escreveu que expressasse uma concepção da história, quer como processo, quer como conhecimento. Alguns dos discursos que proferiu em sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), quando exercia a presidência, deixam entrever algo desse pensamento e de suas relações com a identidade nacional, mas são manifestações breves que acabam por se tornar valiosas pela ausência de alternativa.

Essas evidências, entretanto, não retiram relevância à produção historiográfica do Barão do Rio Branco nem impedem o estudo de seu pensamento histórico. Quanto a este, pode-se lembrar a atitude antipositivista de Lucien Febvre, ao afirmar que "a história se edifica, sem exclusão, com tudo aquilo que o engenho dos homens pode inventar e combinar para suprir o silêncio dos textos..."[5], ou ainda o "paradigma indiciário" de Carlo Ginzburg, o qual admite que os textos concisos e pragmáticos, como os de Rio Branco, e a ausência de credo intelectual explícito não impedem o rastreamento de uma concepção histórica. Ela pode ser reconstruída a partir dos resultados, pelas conclusões

[2] LINS, Álvaro. *Rio Branco (biografia)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995. p. 402.
[3] CAPISTRANO DE ABREU, João. *Correspondência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 84, v. 1.
[4] CASPISTRANO DE ABREU, J. Op. cit. p. 170, v. 1.
[5] FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1985. p. 24.

estabelecidas, pela síntese elaborada, pelos procedimentos empregados e mesmo pelo silêncio do autor em relação a determinadas situações.

O primeiro ponto a definir é o universo documental de que falamos. A concepção histórica de Rio Branco encontra-se disseminada em diferentes trabalhos de conjunturas diversas. Assim, à diversidade de meios de expressão se junta a variedade temporal, em extensão de quase cinco décadas. Um exercício útil é classificar esses trabalhos quanto à forma e à natureza.

Quanto à forma, assumem basicamente as características de *historiografia* (aí incluída a categoria *biografia*), de *documentos diplomáticos* (nomeadamente as *memórias* relativas aos contenciosos territoriais) e de *discursos* (pelo que revelam de valores e pressupostos). Quanto à natureza, caracterizam-se como *história militar* e *história política.* No primeiro caso, estão as biografias de Luís Barroso Pereira, do barão de Cerro Largo e do almirante James Norton, uma pequena obra sobre o conflito de 1825-1828 com as Províncias Unidas do Rio da Prata e outra sobre aspectos da história militar do Brasil. Esta última trata de dois temas alheios entre si, os aspectos militares da colonização até 1550 e a Guerra Cisplatina de 1816. Como *história política* podem ser classificadas as biografias do visconde do Rio Branco e de Pedro II[6], o *Esquisse de l'histoire du Brèsil*, as *Efemérides brasileiras*, os 10 capítulos sobre a história da ocupação portuguesa da bacia do Prata, constantes da memória sobre a Questão de Palmas, a primeira e a segunda parte da exposição preliminar da memória sobre a fronteira com a Guiana Inglesa e os oito capítulos sobre a história da costa Leste-Oeste na memória sobre os limites entre a Guiana Francesa e o Amapá.

Sem dúvida, há nuances que permitem discutir a classificação. As biografias estão seccionadas nas categorias de história militar e história política não porque os estudados na primeira tenham sido militares e o visconde do rio Branco, civil, mas porque a abordagem dada pelo autor privilegiou os aspectos táticos e logísticos de sua atuação. Argumento semelhante vale para a inclusão das *Efemérides brasileiras* como obra de história política, embora nela abundem episódios militares: é que estes aparecem sempre referidos a um quadro político mais amplo, o da ação do Estado brasileiro (ou português, percebido como seu antecedente). Por último, os trabalhos incluídos nas memórias oficiais poderiam ser perfeitamente caracterizados como de *história diplomática*, conforme se

[6] A biografia de Pedro II foi em grande parte por ele escrita, embora tenha sido publicada como de autoria de Benjamim Mossé. Trata-se, na intenção, menos de uma biografia do que da defesa de um homem e de um regime no ocaso. Em setembro de 1889, em carta ao barão Homem de Melo, Rio Branco dizia ser "esse livrinho, filho meu muito dileto e homenagem que mui desinteressadamente prestei ao nosso velho imperador nos dias agitados que atravessamos, em que um vento de insânia parece ter passado por nossa terra." Apud LINS, Álvaro. Op. cit. p. 133. A Nabuco foi mais explícito sobre a motivação ideológica: "Mossé vai passar uma sova nos republicanos que tão bem compreendem a – *liberté*, *égalité*, *fraternité*." Apud VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, [s/d]. p. 156.

praticou no século XIX e no início do século XX, cujos paradigmas são as obras de Leopold Von Ranke e Émile Bourgeois. Contudo, tanto quanto a biografia do visconde, sua história diplomática é antes de tudo um exercício de história política, na qual aquela parece como o desdobramento "natural" de uma ação do Estado.

Rio Branco e a História: perspectivas e procedimentos

O estudo do pensamento ou da concepção histórica do Barão do Rio Branco, levando em consideração as características fragmentárias de sua obra, pode privilegiar o conjunto das perspectivas sobre a história do Brasil, os valores professados e os procedimentos utilizados. Claramente enunciados, deduzidos de afirmações ou inferidos por oposições ou omissões, esses diferentes ângulos podem ser identificados e sua interpretação pode remeter a algumas grandes coordenadas que lançam outra luz sobre sua obra.

As perspectivas sobre a história do Brasil o aproximam fortemente da matriz definida por Varnhagen em *História geral do Brasil*, vulgarizada por Joaquim Manuel de Macedo em seu compêndio[7]. Rio Branco foi um adepto, assim, daqueles "quadros de ferro" da historiografia brasileira aos quais se referiu Capistrano de Abreu[8]. Longe da percepção sociológica e antropológica deste, aliás seu amigo e colaborador, Rio Branco percebeu a História do país a partir de um esquema amplo interpretativo que remete, na concepção geral, ao texto de Von Martius *Como se deve escrever a História do Brasil*, premiado em 1843 pelo IHGB[9]. Porém, tão ou mais significativo do *que* valorizar era o *como* fazê-lo, e isso o sintético ensaio de Von Martius não poderia ensinar; a tarefa coube à *História geral do Brasil* de Varnhagen, publicada a partir de 1854, construindo os parâmetros pelos quais a história posteriormente dita "tradicional" do Brasil se elaborou.

O esquema geral interpretativo de Rio Branco aparece por inteiro no *Esquisse de l'histoire du Brèsil*[10], mas seus pressupostos estão presentes em todas as outras obras. O argumento, aliás, se reforça se atentarmos para

---

[7] WEHLING, Arno. Os quadros de ferro: o paradigma Varnhagen. In: _____. *Estado, História, Memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 195.

[8] ABREU, João Capistrano de. *Correspondência*. Rio de Janeiro: INL, 1976. v. 2, p. 258.

[9] VON MARTIUS, Karl F. P. Como se deve escrever a História do Brasil. *RIHGB*, n. 6, p. 381, 1844. WEHLING, Arno. A concepção histórica de Von Martius. *RIHGB*, n. 385, p. 721, 1994.

[10] RIO BRANCO, Barão do. Esquisse de l'histoire du Brèsil. In: _____. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. v. 3 (Estudos históricos).

o fato de que o autor o escreveu, segundo seu depoimento, em pouco mais de 15 dias[11], para atender à demanda de Émile Levasseur, coordenador da *Encyclopédie* em que seria incluído o texto: havia uma espinha dorsal preexistente que se consubstanciava em um texto de cem páginas e que acompanhava a matriz varnhageniana.

Reconhecemos facilmente o esquema geral da História do Brasil em Rio Branco. Inicia-se no século XVI com os descobrimentos e as primeiras expedições, as capitanias, a criação do governo-geral e a invasão francesa do Rio de Janeiro. O século XVII é definido pela invasão francesa do Maranhão, conjugada à expansão portuguesa pelo litoral nordestino, as invasões holandesas e a penetração territorial. O século XVIII é marcado pela mineração e pelo estabelecimento das capitanias auríferas, pelas invasões francesas do Rio de Janeiro, pela Questão da Colônia do Sacramento, pelo governo de Gomes Freire de Andrade no centro-sul do país, pelo movimento academicista e pela Conjuração Mineira, encerrando-se com um balanço *fin de siècle*, no qual o autor procurou ver o "desenvolvimento e o progresso" do Brasil à época[12].

Em termos proporcionais, a colônia cobre quase 57% do livro, dos quais o século XVI corresponde a cerca de 15% do texto; o século XVII, 21%; e o século XVIII, 18%. No restante é tratado do século XIX até o final do Império, com destaque para a evolução institucional: Período Joanino, Primeiro Reinado, Regências e Segundo Reinado. Ao encerrar o Império, Rio Branco fixou um balanço econômico muito favorável do progresso material do país, da mesma maneira como fez em relação ao fim da colônia. Foge apenas à matriz de Varnhagen o item no qual Rio Branco estuda a evolução do comércio do século XVI ao XVIII.

Contudo, não é apenas no *design* dos séculos coloniais que se evidenciam os parâmetros relacionados com a obra de Varnhagen. Há, explícitas ou pressupostas, categorias e premissas que correspondem a certa *Weltanschauung* historiográfica do século XIX, aplicada à realidade brasileira em função do lócus intelectual, social e político de Rio Branco. Afirmá-lo, longe de estabelecer apriorismos que remetem a uma visão redutora calcada na sociologia do conhecimento, permite identificar estratégias de legitimação largamente utilizadas naquele momento em diferentes países e contextos.

Reconhecemos na obra de Rio Branco, em primeiro lugar, o papel preponderante do Estado. Desde o início da colonização até a Independência e o Império, o Estado é o ator histórico fundamental. É em

[11] LINS, Álvaro. Op. cit. p. 133.
[12] RIO BRANCO, Barão do. *Esquisse*... cit. p. 73, v. 3.

torno dele que giram os demais atores, personalizados ou anônimos, que povoam a História do Brasil, bem como as instituições.

É afirmada de tal maneira a existência de um "nexo de continuidade" entre as políticas portuguesas da época colonial e as desenvolvidas no Império que se encontra uma identidade de interesses entre os administradores portugueses e os sucessores brasileiros. A identidade aparece sobretudo no que diz respeito à configuração territorial do país, o que faz da variável geopolítica um elemento importante da obra historiográfica do autor. Referências como a Política Bragantina em relação à foz do Amazonas e ao rio da Prata foram por ele reconhecidas como continuadas pela política imperial, não *à outrance*, mas respeitando novas circunstâncias políticas como, no caso do sul, a existência de três países no território do vice-reino do Prata.

O nexo de continuidade entre as diplomacias portuguesa e imperial, tanto para Varnhagen quanto para Barão do Rio Branco, encontrou na figura de Alexandre de Gusmão, um brasileiro na alta burocracia de dom João V, o traço de união emblemático, que de certa maneira fez empalidecer a figura de dom Luís da Cunha, só mais recentemente valorizado pela historiografia brasileira.

Consolidar as fronteiras, dando sanção diplomática e jurídica à prévia ocupação territorial, quer por portugueses ou luso-brasileiros, quer por brasileiros após a Independência, era para o estadista historiador uma necessidade do processo histórico, o qual por sua vez exigia do conhecimento histórico e geográfico do passado elementos que fundamentassem o domínio do território. Nada diverso do que pensava a opinião dominante entre os publicistas, os políticos e os diplomatas do século XIX, imbuídos em diferentes graus do nacionalismo da época, o qual fazia surgir Estados, tradições e filiações – mesmo quando fossem duvidosas – como as que associavam a nobreza francesa aos germânicos e o restante do povo aos gauleses oprimidos durante as "invasões bárbaras", essa própria conceituação eivada de ideologia.

No caso de Rio Branco, não foi inventada uma tradição para a consolidação das fronteiras, mas foi adotado como política o princípio setecentista do *uti possidetis*. Como homem de Estado, ele a recebeu e apenas deu continuidade às políticas portuguesa e imperial. Como historiador, fundamentou-a com ampla pesquisa sobre a ocupação do território nos contenciosos submetidos ao presidente dos Estados Unidos, ao presidente da Confederação Suíça e ao rei da Itália. Observe-se que o *uti possidetis* invocado a propósito da região de Palmas dizia respeito a uma ocupação ocorrida já após a Independência do país, e não no período colonial.

O princípio do *uti possidetis* enraizava-se profundamente nos argumentos históricos, pois estabelecia como critério fundamental a ocupação do espaço pelos naturais de um Estado. A criação da diplomacia setecentista tinha, assim, todos os motivos para ser bem recepcionada em uma época nacionalista e historista. Mais ainda: ela foi reforçada pela pesquisa histórica de modelo rankeano, que associava *Volksgeist* a território, e pela investigação geopolítica, com Carl Ritter e Ratzel. Este último diria, aliás, em jargão evolucionista, que a fronteira era o limite de expansão de um organismo social, o que apenas é outro modo de definir o *uti possidetis*.

A necessidade de uma política de defesa coerente com a segurança do território e do Estado é outro pressuposto transversal à obra historiográfica e à ação político-diplomática de Rio Branco. O interesse pela história militar, quando escreveu a biografia do barão de Cerro Largo, poderia passar por entusiasmo juvenil, em razão não só de uma guerra em que o Brasil estava envolvido, mas também da atuação política do pai de Rio Branco. Contudo, a dedicação ao tema nas décadas subsequentes – a ponto de ser distinguido como o seu melhor conhecedor –, o destaque a ele atribuído no *Esquisse de l'histoire du Brèsil*[13] e nas *Efemérides brasileiras*[14] e a preocupação evidenciada com as Forças Armadas (particularmente a Marinha) na chefia da política externa da República deixam claro o papel atribuído por esse adepto da *Realpolitik* à defesa, em consonância com uma época de tensas relações entre Estados, caracterizada pela *paz armada*.

Perpassa também a obra historiográfica de Rio Branco a preocupação com a unidade do país e com seu modelo político. O assunto não aparece de maneira tão explícita como em Varnhagen, homem de uma geração anterior, que viveu as contestações federalistas ao centralismo e as indefinições quanto ao regime. No entanto, é evidente que suas interpretações se baseiam em uma perspectiva centralizadora, hostil à secessão e aos excessos federalistas, que haviam provocado no início do Segundo Reinado um "cansaço das guerras intestinas", como diz no *Esquisse de l'histoire du Brèsil*[15]. Nas Regências, condena claramente os clubes federalistas e exalta o papel da Sociedade Defensora em prol da unidade nacional, isto é, de uma política de centralização que viria a ser o projeto do Partido Regressista.[16] Sem expressar-se ele mesmo, usa o juízo de Saint Hilaire, contemporâneo dos acontecimentos, para concluir com o autor francês que a "maioria" teve a sabedoria de não quebrar a unidade

[13] RIO BRANCO, Barão do. Esquisse... cit.
[14] RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 67.
[15] Idem, *Esquisse*... cit., p. 109.
[16] Idem, pp. 104-105.

nacional[17]. Não se podia duvidar que seus valores eram esses. Fora do trabalho como historiador, ele os explicita várias vezes, como ocorre na primeira correspondência a Quintino Bocaiúva, após a queda do Império, ao dizer que a expectativa, na Inglaterra, era a mesma dos brasileiros: "Paz, ordem e união entre os estados que formam a Confederação"[18].

Quanto ao modelo político, uma leitura por trás de algumas das afirmações do *Esquisse de l'histoire du Brèsil* revela justamente sua defesa da *ordem*, quando lamenta, no Primeiro Reinado, a inexperiência de Pedro I e dos políticos e a falta de uma educação política na sociedade[19]; ou, quando, no período regencial, interpreta a criação da Guarda Nacional como o necessário contraponto aos "maus exemplos dos chefes militares"[20]. Sua identificação com a Monarquia Constitucional, a simpatia pela política de Conciliação e certo ceticismo em relação à pureza ideológica de *Saquaremas* expressam-se em vários textos, inclusive na biografia de seu pai[21], ao considerar a alternância dos partidos no poder e suas composições. Na biografia, enfrenta a questão do trânsito do visconde, que saiu do Partido Liberal para o Partido Conservador, com o argumento da *Realpolitik*, lembrando que tanto ele quanto Disraeli e Victor Hugo mudaram de posições políticas pelo império das circunstâncias[22]. De qualquer maneira, a conclusão do *Esquisse de l'histoire du Brèsil* é uma ode ao progresso do Brasil sob o governo de Pedro II e ao modelo político por ele representado, só comparável na América ao progresso dos Estados Unidos e do Canadá[23].

Acompanhando Varnhagen, mas sem se referir a várias restrições deste à atuação portuguesa na época colonial (limita-se a condenar a Inquisição pela morte de Antonio José), fez um balanço positivo da colonização, sublinhando o "desenvolvimento e o progresso" que o Brasil teria atingido no final do século XVIII[24].

Os *procedimentos* utilizados por Rio Branco nas investigações históricas, por sua vez, podem ser analisados de duas maneiras: uma quanto ao manuseio de fontes; outra quanto à técnica interpretativa.

Do ponto de vista heurístico, é notória a competência de Rio Branco na coleta, na crítica e na utilização das fontes históricas. Capistrano de Abreu lembrou a coleção de documentos trazida da missão a Berna, inclusive a importante exposição de Alexandre de Moura sobre a conquista

---

[17] Idem, p. 105.
[18] LINS, Álvaro. Op. cit. p. 169.
[19] RIO BRANCO, Barão do. *Esquisse*... cit. p. 101.
[20] Idem, p. 104.
[21] RIO BRANCO, Barão do. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. pp. 123 e ss. v. 7 (Biografias).
[22] Idem, p. 145.
[23] RIO BRANCO, Barão do. Esquisse de l'histoire du Brèsil. In: _____. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. p. 128, v. 3 (Estudos históricos).
[24] Idem, p. 81.

do Maranhão[25], mas muitos outros exemplos podem ser aduzidos. Da mesma maneira, o historiador cearense confiava na competência crítica do barão, inclusive na elaboração de notas para a edição que preparava para a *História geral do Brasil* de Varnhagen[26].

A preocupação e a competência heurística de Rio Branco aparecem por inteiro nas diferentes memórias sobre limites, o que é compreensível, pela natureza sintética de suas obras de conjunto, o *Esquisse de l'histoire du Brèsil* e as *Efemérides brasileiras.* Nos seis volumes que acompanham o arrazoado brasileiro a propósito do limite com a Guiana Francesa, por exemplo, fazendo jus à avaliação de Capistrano (de que seria o renovador da história da região), podem ser pinçados diversos aspectos que demonstram a competência de sua crítica histórica. Um ponto alto, sem dúvida, é o uso que faz das correspondências toponímicas das cartas geográficas dos séculos XVI e XVII, com o objetivo de associar o rio Vicente Pinzon (como aparece naqueles documentos) com o rio Oiapoque, embasando assim a tese brasileira de a fronteira ocorrer por este último, e não pelo Araguari[27].

Junto à documentação manuscrita, aliás, é segura e precisa a utilização dos mapas para embasar a argumentação histórica e os fundamentos jurídicos dos pleitos.

Na Questão de Palmas com a Argentina, destaca-se, a par da precisão na identificação das fontes arquivísticas, a desmontagem da tese argentina, baseada em uma criação do comissário Alvear, de 1789, sobre o traçado dos limites[28]. Foi um modelar uso da crítica histórica, que se repetiria na correta definição de qual seria o rio Pepiri-guaçu dos documentos, afinal associado com o Pepiri e com o Pequiri dos mapas mais antigos[29]. No mesmo diapasão, mesclaram-se crítica histórica e argumento jurídico, pois, ao conceder que tanto portugueses quanto espanhóis expandiram-se, no século XVI, com boa-fé – porque desconheciam a delimitação de Tordesilhas –, entrou em forte discussão técnica sobre a variação da quantidade de léguas em grau astronômico, conforme se utilizasse as medidas portuguesa, espanhola, francesa ou alemã, o que provocaria alargamento ou estreitamento do território compreendido pelo meridiano[30]. A cerrada documentação histórica e geográfica apresentada,

[25] ABREU, João Capistrano de. Op. cit. p. 160, v. 1.
[26] Em carta de 12 de abril de 1904 ao padre Carlos Teschauer. Idem, p. 170, v. 1.
[27] RIO BRANCO, Barão do. *Obras Completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945, p. 80, v. 4 (Questões de limites. Guiana Francesa. Segunda memória).
[28] RIO BRANCO, Barão do. *Obras Completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. p. 55, v. 1 (Questões de limites. República Argentina).
[29] Idem, pp. 92, 124, v. 1.
[30] Idem, p. 15, v. 1.

a começar pelos cronistas e cartógrafos castelhanos, levou-o a concluir ser injusta a acusação frequente de que Portugal forjara mapas a favor de seus interesses, o que significava legitimar o uso diplomático e jurídico de suas fontes e a boa-fé dos colonizadores. Reabrir o tema da suposta má-fé da expansão portuguesa a propósito de Palmas significaria admitir a vigência plena de um tratado jamais demarcado (o de Tordesilhas), sobre o qual rolaram séculos de movimentos históricos. A pá de cal no assunto foi dada pela utilização do memorando do ministro Floridablanca, endereçado a Carlos III, em 1788, segundo o qual era inviável sustentar a tese da ultrapassagem do meridiano, dando como exemplo que a ocupação espanhola das Filipinas violava o estipulado em Tordesilhas, pois o arquipélago, por aquele diploma, pertencia a Portugal[31].

O uso intensivo de fontes cartográficas na memória sobre a fronteira com a Argentina apresentou também ponto alto em virtude da utilização das informações do "mapa das Cortes", crucial para a tese de Rio Branco. Esse domínio é até hoje considerado outro exemplo de competente crítica histórica sobre base cartográfica[32].

O que atualmente chamaríamos de "crítica conceitual" encontra-se presente na mesma memória, na recusa liminar de Rio Branco de usar o conceito de *missões,* considerando a inexistência de reduções jesuítas na região contestada, o que também se provou com exaustiva pesquisa documental sobre os estabelecimentos dessa natureza em Guairá, Tape e Uruguai[33]. Chegando a sua própria época, aplicou o princípio do *uti possidetis* em um argumento à Ratzel, ao afirmar logo no início da memória que na região contestada havia ocupação brasileira desde meados de 1830, além de poucos estrangeiros e nenhum argentino[34].

Os procedimentos heurísticos de Rio Branco poderiam continuar a ser esmiuçados, mas os exemplos aqui apresentados certamente são suficientes para corroborar o juízo do embaixador Araujo Jorge, formulado no livro introdutório às obras do barão, publicadas em 1945, identificando como "qualidades mestras" de Rio Branco "o zelo intransigente da exatidão histórica, o escrúpulo feiticista na utilização dos textos, a seriedade e a boa-fé na esmerada e rigorosa análise crítica dos documentos"[35].

---

[31] Idem, ibidem.
[32] RIO BRANCO, Barão do. Op. cit. p. 34, v. 1.
[33] Idem, vol. I, p. 185.
[34] Idem, vol. I, p. 3.
[35] JORGE, A. G. de Araujo. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. p. 121.

O conhecimento histórico em Rio Branco

Quanto à perspectiva metodológica mais ampla, certamente a obra historiográfica de Rio Branco o situa na tradição hermenêutica do historismo oitocentista[36].

Seria um erro considerá-lo apenas um erudito, cuja cultura estaria meramente a serviço dos interesses do Estado. Sua perspectiva metodológica não se esgota nos procedimentos heurísticos, embora estes tenham um papel relevante em seus trabalhos. Ela se destinava a uma *interpretação* igual a que encontramos na historiografia do século XIX, particularmente a do historismo alemão. Afastada das grandes construções sociológicas de um Tocqueville ou de um Marx, ela se fundamentava em evidências empíricas a partir das quais se reconstruíam as atuações dos agentes históricos, em um exercício hermenêutico. Embora estabelecida no âmbito da história pela obra do professor e pesquisador Ranke[37], a tradição hermenêutica se diversificava em diferentes tendências, entre as quais se destacavam, na segunda metade do século, além daquela, a hermenêutica jurídica, a teológica e a filosófica.

Ela se constituía, por assim dizer, na *filosofia da história daqueles que não aceitavam uma filosofia da história*, fosse de cunho filosófico, fosse de inspiração das ciências naturais. Recusando as grandes morfologias da história, típicas da ilustração, ou o determinismo do Historicismo Cientificista, que aparecia em grandes sistemas com pretensões científicas (como o Positivismo, o Evolucionismo e o Marxismo), a Hermenêutica Historista procurava ser, antes de tudo, fiel às fontes, cujas corretas identificação e interpretação eram associada à verdade histórica.

A concepção histórica de Rio Branco que pode ser inferida dos trabalhos publicados ao longo de sua vida – excluídos aqueles excessivamente valorativos da primeira juventude – deixa entrever uma concepção racionalista genérica da ciência, como um conhecimento que produz "verdades", "reconstitui fatos" e se faz com método. Aliás, nessa visão, o próprio fato de ter um método já tornaria determinado campo "científico". A obra de Varnhagen seria, assim, o primeiro trabalho de história com base científica produzido sobre o conjunto da história do Brasil.

---

[36] WEHLING, Arno. O historismo e o saber histórico. In: _____. *Estado, História, Memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp. 65 e ss. WEHLING, Arno. A temática do Historicismo. In: _____. *A invenção da história*: estudos sobre o Historicismo. Rio de Janeiro: UFF: UGF, 2001. pp. 21 e ss.

[37] WEHLING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. In: _____. *A invenção da história*: estudos sobre o Historicismo. Rio de Janeiro: UFF: UGF, 2001. pp. 97 e ss.

Nada na obra de Rio Branco se parece com a crítica de Capistrano de Abreu a essa concepção, formulada em 1878, no Necrológio de Varnhagen. Capistrano de Abreu, ainda imbuído dos preconceitos cientificistas que depois abandonaria, lamenta a falta de interesse demonstrada pelo visconde de Porto Seguro em encontrar algumas "leis basilares" da história do Brasil[38].

Rio Branco esteve longe do sectarismo positivista ou do proselitismo evolucionista, e sua produção historiográfica não demonstra, em nenhum momento, qualquer interesse além da boa hermenêutica – posição à qual retornaria o próprio Capistrano de Abreu, embora com maior sensibilidade para os fenômenos econômicos e sociais.

Em que consistiria o método hermenêutico de Rio Branco? Como em Varnhagen ou em outros autores de posição semelhante, basicamente no restabelecimento dos "fatos" pela reunião de documentos e pela sua reconstituição.

Cabem, nesse ponto, várias observações. Em primeiro lugar, o conceito de *fato* tem apenas sentido literal ou jurídico, conforme definido na tradição ocidental pelo menos desde o direito comum medieval – nesta acepção, é um *factum* aquilo que concretamente existe. Pouco tem a ver, portanto, com a leitura positivista do "fato", como aparece na sociologia durkheiminiana ("conhecer os fatos para descobrir as leis"). No primeiro caso, trata-se de um fenômeno dúctil, suscetível às mudanças do comportamento humano. No segundo, é a expressão de um condicionamento determinista, que não pode se dar de outro modo.

O conhecimento dos homens e de suas motivações, e as sutilezas do jogo político e diplomático faziam de Rio Branco um conhecedor empírico do primeiro modelo, como se evidencia em diferentes momentos de sua vida e obra.

Em segundo lugar, a reunião de documentos pressupõe a sua crítica e o conjunto de procedimentos heurísticos que a acompanham. Se essa reunião fosse um fim em si, estaríamos no puro terreno da erudição ou do exercício acadêmico descompromissado. Ela visa, entretanto, tanto em Varnhagen quanto em Rio Branco, à *reconstituição* dos fatos, "como ocorreram", ao estilo de Ranke.

Não se trata de uma *reconstrução*, como diríamos hoje, porque somos portadores de outros referenciais. A *reconstituição* deve restabelecer os fatos "*wie es eigentlich gewesen war*", não em função de um compromisso positivista – com uma suposta verdade das leis científicas, como já

[38] ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. *História geral*... cit. v. I, p. 502-508.

foi muitas vezes treslido o texto de Ranke –, mas, como lembrou Marc Bloch[39] a propósito do assunto, em função de um simples "conselho de probidade". Estamos portanto no terreno extracientífico da ética e no terreno metodológico da hermenêutica.

Por que da hermenêutica? Porque, como se vê na obra de Rio Branco, há um pressuposto – o de fazer ciência –, uma questão que delimita o objeto (uma biografia, uma síntese da história do Brasil, uma seleção de eventos, um problema de Estado a resolver), uma reunião consequente de documentos previamente criticados e uma reconstituição fática pela simples constatação do que dizem as fontes ou, ainda, por inferências, deduções e/ou preenchimento de lacunas.

A *reconstituição dos fatos* resulta na própria produção historiográfica. Em Rio Branco, ela é acompanhada de um estilo preciso, conciso e que se esforça por ser rigorosamente objetivo. Exceto nas obras de sua juventude, em vão procuraremos juízos de valor que se encontram, por exemplo, em expressões da geração anterior, como em Varnhagen ou em João Francisco Lisboa. Dois exemplos podem ser trazidos para ilustrar o esforço de Rio Branco em ser e parecer objetivo, ambos presentes no *Esquisse de l'histoire du Brèsil*.

Ninguém duvidaria de que o Barão do Rio Branco fosse um adepto da unidade do Brasil e de que olhasse com desgosto os esforços separatistas ou mesmo federalistas. No entanto, imbuído da condição de historiador, quando precisa se manifestar de modo mais explícito sobre o tema, prefere arrimar-se na autoridade de Saint Hilaire, transcrevendo um longo trecho deste autor, no qual defende vigorosamente a unidade do país, fechando o assunto com a conclusão já mencionada: "A maioria teve a sabedoria de não quebrar a unidade nacional"[40].

Da mesma forma, ao tratar da Guerra do Paraguai, considera que o Brasil representa a civilização contra a barbárie de Lopez, embora o faça pela boca de Louis Agassiz[41].

Meta-história: os valores do barão

Quais seriam, então, para além dos quadros da ciência histórica em sua versão hermenêutica, os valores professados pelo autor que efetivamente incidiram sobre sua produção?

[39] BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 125.

[40] RIO BRANCO, Barão do. Esquisse de l'histoire du Brèsil. In: _____. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. p. 105, v. 3 (Estudos históricos).

[41] Idem, p. 119.

O enunciado de algumas das principais questões da história brasileira permitiria identificá-los, como a defesa da unidade brasileira e da atuação do país na Guerra do Paraguai, ainda que por autores interpostos. Contudo, há uma fonte na qual podemos expressamente os reconhecer, pela própria palavra do barão.

Trata-se dos discursos proferidos por Rio Branco no IHGB, na época em que foi presidente da instituição, em sessões de posse ou na sessão magna aniversária de 21 de outubro, em eventos na própria instituição e em outras oportunidades.

No discurso de posse, em 1908, traçou um objetivo para o IHGB, o de suprir as lacunas existentes no passado brasileiro, apesar dos trabalhos de Southey, Varnhagen e Capistrano de Abreu. No entanto, explicitou a motivação desse objetivo em cores vigorosas: era necessário que aparecesse, assim, a "intrépida energia dos nossos antepassados, que souberam defender contra intrusões de outros povos a vasta zona litoral do Brasil e dilatar pelo sertão as fronteiras da pátria"[42].

Na inauguração do retrato do marquês de Paranaguá, ex-presidente do IHGB com extensa folha de serviços na política imperial, também em 1908, as afirmações de Rio Branco identificam com clareza os valores pelos quais avaliava a história do país: o Exército, a Marinha, a Guarda Nacional e a Magistratura foram sempre instituições beneméritas, defensoras da unidade nacional[43]; o Império foi liberal e democrático; o Brasil sempre deveria ser considerado prioritário, acima das formas de governo[44].

Na primeira sessão magna que presidiu, no dia 21 de outubro de 1908, após reconhecer a importância do estudo da história nacional e de constatar a existência de vidas a ele consagradas, Rio Branco expressou a convicção na grandeza do país, o que poderia ser apenas uma afirmação convencional, ainda mais partida de quem acumulava importante função pública; no entanto, essa convicção aparece vinculada à ideia de que ao longo da história do Brasil abundam exemplos de valor e de lealdade, que constituem o amálgama viabilizador da grandeza. O contraponto que estabelece com outras colonizações – não há como não reconhecer a espanhola nem outras que lhe eram contemporâneas – diz muito do *ethos* que permeou ambas as colonizações: somos, diz ele, da "raça de descobridores, não de destruidores"[45].

A concepção de uma vocação histórica pacífica e construtiva do país, que trazia da vida diplomática, fazia com que às vezes invocasse o

[42] RIO BRANCO, Barão do. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. p. 151, v. 9 (Discursos).
[43] RIO BRANCO, Barão do. Op. cit. p. 155.
[44] Idem, pp. 158-159.
[45] Idem, p. 185.

relativismo histórico, como meio para não eternizar feridas e disputas. Em maio de 1909, em homenagem no IHGB, no clima do acordo com o Uruguai que redundou no condomínio da lagoa Mirim, falou da correção da fronteira com o país platino; fazê-lo, dizia, estava não só de acordo com o direito, mas também "ficava bem para o Brasil"[46]. No mesmo mês, no Itamaraty, ao falar sobre o mesmo tema, lembrou que os acontecimentos do passado se deram nos respectivos momentos históricos, não devendo ser avaliados por critérios do presente[47].

No mesmo ano, em discurso no Regimento de Cavalaria, falou de seu interesse pelas "glórias militares do Brasil"[48] e que a paz, embora fosse objetivo a ser perseguido na relação entre Estados, não dependia só "de nós". Em referência ciceroniana, aduziu que "a história ensina que o poder pode cair em mãos insensatas"[49].

Não é, portanto, de surpreender que suas interpretações da história do Brasil, mesmo quando as motivações não são expressas, evidenciem o tipo de paradigma de um Estado unido e forte, baseado em sólida identidade nacional adquirida pela consciência da própria história. Essa concepção aparece ainda no pronunciamento na sessão magna de 1909, ao mencionar que a definição de limites e a consequente necessidade de intensificar o "povoamento de nossos sertões" era obra de gerações – obra que "que começou no IHGB" –, referindo-se às atividades das primeiras décadas da instituição, cuja finalidade era construir uma consciência nacional[50].

Historismo e estatismo no pensamento histórico de Rio Branco

Categorias como *historismo* e *estatismo* eram suficientemente disseminadas no século XIX e no início do XX, para que historiadores e homens de Estado, como Rio Branco, com elas trabalhassem de forma naturalizante. No primeiro caso, pensamos em um "padrão rankeano" de interpretação histórica, embora nem Ranke nem seus discípulos tenham o monopólio dessa perspectiva. No segundo, pensamos em um "padrão hobbesiano-hegeliano" de concepção do Estado e da sociedade, substitutivo da antiga concepção aristotélico-tomista, que utilizava

[46] Idem, p. 197.
[47] Idem, p. 206.
[48] Idem, p. 221.
[49] Idem, p. 222.
[50] RIO BRANCO, Barão de. Op. cit. pp. 228-229. WEHLING, Arno. Historicismo e concepção da história nas origens do IHGB. In: _____(Org.). *As origens do IHGB*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989. passim.

conceitos como "totalidade", "indivíduo", "cidadão" e "representação" em uma versão cujo pressuposto era a necessidade do Estado regulador em diferentes graus[51].

Rio Branco foi um típico *historista* porque comungava de alguns dos seus parâmetros mais evidentes, como a estreita relação entre o progresso moral, o intelectual e o material, a existência de uma dinâmica social nem caótica nem subordinada a leis mecânicas e a realização de uma teleologia no desenvolvimento da história.

Associar progresso moral, intelectual e material implicava adotar uma *perspectiva* civilizatória. É dessa perspectiva que se trata quando Rio Branco, concluindo no *Esquisse de l'histoire du Brèsil* o período colonial, considera o "desenvolvimento e o progresso do Brasil desde a descoberta das minas até o começo do século XIX", dando como seus exemplos a riqueza trazida pela mineração, a consolidação da expansão territorial, o movimento academicista e a crescente afirmação de um sentimento nativista e antilusitano[52].

A premissa de existir uma dinâmica social que não era caótica nem subordinada a rígidas leis mecânicas foi um dos grandes temas teóricos do século XIX. O realismo político de Rio Branco tornava-o facilmente adepto de uma interpretação que recusava o teologismo ingênuo e a percepção da realidade social como um conjunto anárquico de casos fortuitos, mas também o fazia olhar com ceticismo as previsões deterministas fundamentadas mais ou menos explicitamente nas ideologias em voga.

O uso sistemático dos procedimentos hermenêuticos em matéria historiográfica era, assim, muito mais do que o uso pragmático de um método; como em todo bom hermeneuta, correspondia a uma concepção da ciência, da cultura e do próprio homem. Uma *Wissenschaft* e também uma *Weltanschauung*.

Por último, não é difícil perceber uma teleologia em Rio Branco. Ela se configura ao longo da experiência histórica do país, tem todos os elementos identificadores no presente e se projeta no futuro. Quando o autor interpreta a definição das fronteiras e a ocupação sistemática do interior como o projeto básico para o futuro do país, é porque já considera o presente suficientemente consolidado em todos seus termos definidores.

---

[51] Reconhece-se, dessa forma, o período de 1750 a 1850 como um grande *Sattelzeit* entre dois mundos, o do Antigo Regime e o do Constitucionalismo, do Estado e da sociedade estamentais para a modernidade. Ver KOSELLECK, Reinhart. Fortschritt. In: BRUNNER, Otto; KOSELECK, Reinhart; CONZE, Werner (Dir.). *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart: Klett, 1975.

[52] RIO BRANCO, Barão do. Esquisse de l'histoire du Brèsil. In: _____. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. v. 3 (Estudos históricos). pp. 73 e ss.

É o presente – o largo presente de Rio Branco, que tem a idade do Segundo Reinado, isto é, praticamente a sua idade cronológica – que culmina no "desenvolvimento e no progresso" do país, que já se desenharam, em suas palavras, no século XVIII. Formado o "Estado-nação", resolvidas as "guerras intestinas", restava ao país fixar o seu *limes*, "ocupar os sertões" – aquele organismo nacional de que falava Ratzel – e concluir seu desenvolvimento, cujos modelos não se encontravam na velha Europa, mas na nova América – e eram os Estados Unidos e o Canadá.

Dessa forma, a evolução histórica do Brasil destina-se a cumprir o desiderato não escrito, mas evidente pelas circunstâncias históricas às quais o Brasil fora levado ao largo de quatro séculos.

Nessa lógica, a afirmação no cenário internacional era elemento importante e suas melhores possibilidades percebidas, pelo menos enquanto exerceu a chancelaria, foram a abertura para o Cone Sul, na sua primeira versão, a política do "ABC" e a guinada para os Estados Unidos. A aproximação dos Estados Unidos se deu apesar das críticas de peso recebidas, inclusive as de Capistrano de Abreu, para quem a aproximação reproduziria a relação de dependência de Portugal com a Inglaterra após o Tratado de Methuen. No entanto, Rio Branco a justificou no trabalho "O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo", inicialmente publicado em 1906, sob pseudônimo, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro[53]. Esse trabalho é aqui lembrado menos por sua expressão historiográfica do que por seu argumento tipicamente *historista.* Seria mais um texto de diplomata justificando sua opção política não fosse a exaustiva argumentação histórica que apresenta e que o domina por inteiro: o autor extrata documentos que demonstram ser a aproximação não um mero ato de vontade do presidente Rodrigues Alves – poder-se-ia ler, de seu ministro –, mas a continuação de uma política que vinha do Império e que encontrou sua primeira manifestação no momento da Independência.

Como argumento histórico, é o peso político e moral do passado, ou da história, que Rio Branco identifica com os interesses permanentes e não conjunturais do país. Como estratégia política, é a inovação revestida do prestígio do tempo passado e do precedente[54].

Vale sublinhar que a teleologia histórico-política de Rio Branco tem dois pontos de chegada: o próprio momento em que se encontrava, no qual a forma de governo importava pouco, pois os interesses do Brasil estavam

[53] RIO BRANCO, Barão do. O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo. In: _____. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. p. 129, v. 3 (Estudos históricos).

[54] RIO BRANCO, Barão do. Op. cit. p. 131.

acima dela; e o futuro perceptível, cuja indispensável base territorial, agora consolidada, exigia uma complementação histórica – a ocupação pelo povo brasileiro. A afirmação do país no cenário internacional em outras bases era o corolário externo dessa visão.

Diferentemente, no entanto, de Capistrano de Abreu, para quem o povo era uma realidade sociológica e antropológica *in fieri*, para Rio Branco o povo era um componente do Estado-Leviatã tanto quanto o território.

A reconstituição do passado, por mais objetiva e isenta que buscasse ser, não estava infensa às estratégias, conscientes ou inconscientes, da memória. Isso se deu com todos os grandes historiadores do século XIX: está explícita nas valorações de Varnhagen, especialmente na *História geral do Brasil*[55] e na *História das lutas com os holandeses*[56], não é menos evidente em Ranke – que escreve do ponto de vista do Estado prussiano – nem nas grandes coleções documentais da erudição oitocentista, por exemplo, a *Monumenta Germaniae Historica,* os *Documents inédits pour l'Histoire de la France* e os *Calendars of State Papers*.

Em Rio Branco, as estratégias da memória aparecem de diversas formas: *bipolaridade e maniqueísmo*, quando na biografia de Serro Largo fala em "nossos"[57], "intrépido"[58], "bravo" e "firmeza e coragem"[59] e quando o coloca em posição de vítima de injustiças perpetradas pelo marechal Cunha Matos e pelo governo imperial[60].

Exaltação dos feitos, a propósito de seus biografados ou das "glórias militares do Brasil"[61]. Dir-se-á que são as obras da juventude que assumem esse tom; no entanto, as biografias do visconde e de Pedro II são obras da maturidade, e as "glórias militares" aparecem em discurso de 1909 – é verdade que em uma cerimônia militar, na condição de ocupante de um cargo ministerial, mas a ideia não destoa de atitudes semelhantes nos trabalhos de história militar ou nas *Efemérides brasileiras*.

Valorização do território e das dificuldades de ocupação, quando destaca o mérito dos paulistas, embora lembre que o fizeram sob o estímulo dos reis João V e Pedro II[62], sempre sob preeminência estatal.

Identificação de lugares emblemáticos e eventos axiais, tema transversal à obra do barão e finalidade mesma de uma delas, as *Efemérides brasileiras*.

---

55 VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, [s/d].

56 WEHLING, Arno. Apresentação. In: VARNHAGEN, F. A. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002. p. 6-7.

57 RIO BRANCO, Barão do. Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Serro Largo. In: _____. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. p. 27, v. 7 (Biografias).

58 Idem, p. 28.

59 Idem, p. 36.

60 Idem, p. 68.

61 RIO BRANCO, Barão do. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. p. 221, v. 9 (Discursos).

62 RIO BRANCO, Barão do. Esquisse de l'histoire du Brèsil. In: _____. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. v. 3 (Estudos históricos). p. 73.

Estratégia de esquecimento ou de atenuação da lembrança, quando se refere à Revolução de 1817 como acontecimento "sem grande apoio local", lembrando de modo mais moderado o juízo de Varnhagen sobre o tema[63], ou quando apenas registra a queda do Gabinete Zacarias e o retorno do Partido Conservador ao governo ("*était revenu aux affaires*")[64], no momento em que já se discutia o evento como grave fissura institucional do Império;

Gêmeo do Historismo, o Estatismo, como aparece em Rio Branco, pressupunha diversos elementos que subjazem à sua obra: *Estado como alternativa à desordem e como produto mais aperfeiçoado da cultura* são ideias que constituem *pressupostos* axiomáticos em Rio Branco: não há o que discutir nelas – até porque seu perfil não era acadêmico nem filosófico. A ausência ou a fragilidade desse elemento fundamental, o Estado – como ocorreu na crise da "ordem" no período regencial ou na fase de "inexperiência política" que a precedeu –, poderia comprometer não só a forma de governo e o sistema político, mas também a própria unidade do país[65].

Estado forte, maior que a sociedade. A perspectiva hobbesiana--hegeliana que se expressava no Estado-nação da Europa oitocentista, cujo desdobramento brasileiro era o Estado patrimonialista, base na qual se construiu no Império, é outra constante na obra de Rio Branco. A finalidade do Estado forte era não só evitar a fragmentação do país, as guerras civis e o caudilhismo, em um momento em que a contrafação da América espanhola era sempre lembrada, mas também servir de instrumento de civilização de uma sociedade mestiça e em plena formação. Nessa perspectiva, a força do Estado era quase, naturalmente, a única fórmula política viável.

O elogio de Rio Branco à ordem, à Guarda Nacional e a combinação de um discurso pacifista com o reforço da defesa – *se vis pacem, para bellum* – o mostram afinado com a idéia do Estado forte, mas não necessariamente patrimonial, garantidor da ordem e da unidade nacional e do *laissez faire* econômico. Um Estado que não sucumbisse ao militarismo e ao caudilhismo – o que era muito diferente de buscar fortalecer as Forças Armadas, visando à defesa do país – nem se enfraquecesse a ponto de admitir o federalismo – este último ponto o separou, na década de 1880, tanto de Rui Barbosa quanto de Joaquim Nabuco[66]. As críticas aos políticos, que se nutriam justamente da seiva patrimonial,

---

[63] Idem, p. 93.
[64] Idem, p. 123.
[65] RIO BRANCO, Barão do. Op. cit. p. 101.
[66] "Confesso-lhe porém que muito medo tenho da nova bandeira que levantou o neto do morgado do Cabo, sobretudo desta palavra – Federação – que entre nós estava esquecida, e que já nos custou muito sangue e muitas lutas" (carta a Joaquim Nabuco) (LINS, Álvaro. Op. cit. p. 158).

parecem expressar esse desconforto. Contudo, a história demonstrava que, pela civilização, pela educação e pelo progresso chegar-se-ia à superação dessas limitações – pelo menos o Esquisse de l'histoire du Brèsil e, 20 anos depois, os discursos do IHGB se encaminharam para um ponto de vista otimista.

Estado para além das formas de governo. Sabidamente monarquista e ademais ligado ao imperador, Rio Branco, na fala com que inaugurou o retrato do marquês de Paranaguá no IHGB, se demonstrou toda a nostalgia ao mencionar "o Império liberal que tivemos", também deixou claro que as formas de governo eram menos importantes do que o país e, afinal, o Estado e a sua forma de atuar. Ao mencionar um "Império democrático", em 1908, parece ecoar discurso semelhante feito por Rui Barbosa em 1882, quando o então deputado baiano declarava desejar para o Brasil uma democracia, independentemente da forma de governo do país, se monárquica ou republicana. Historiador e homem afinado com seu tempo, é razoável supor que a fala de Rio Branco não refletisse mera circunstância, mas a convicção da característica assumida pelo Estado moderno. Melancólica ou não na voz de um conservador filho de outro conservador, que fora *luzia*, sua voz traduzia o consenso existente em torno ao papel do Estado no Brasil.

O Estado, para Rio Branco, rigorosamente pragmático, não era conceito vazio ou eminência metafísica, mas um conjunto concreto e funcional de instituições. Era uma percepção rankeana do conceito, derivada da filosofia política de base hobbesiana-hegeliana: acima da diversidade geográfica e da diferenciação das classes sociais, o Estado era um ente sintetizador que encaminhava a sociedade. Envolvia também, portanto, organismos administrativos e atividades profissionais que o distinguiam das formas político-administrativas do Antigo Regime, ainda parcialmente vigentes no Brasil de sua juventude, quando debutava no serviço público. Sua concepção profundamente *profissional* do cargo público contrastava, assim, com as sobrevivências do modelo luso-brasileiro colonial do ofício patrimonializado, para nada falar do clientelismo político que abertamente criticou.

A base para essa atitude profissional certamente não estaria apenas em sua convicção pessoal e no profundo envolvimento com o serviço diplomático após 1876, mas nas posições do visconde do Rio Branco sobre o significado e o papel do Estado. Vale lembrar a observação de Joaquim Nabuco a esse respeito: "Ao contrário de todos os outros presidentes do Conselho, pode-se dizer do Reinado, Rio Branco possuía o espírito do cargo, a afinidade natural, a especialidade daquela posição

em nosso sistema político. Todos os outros foram diletantes; só ele foi o profissional"[67].

Política externa, expressão do Estado. Ranke, ao estudar o Estado moderno, dá particular importância à diplomacia como meio para sua consolidação. O autor utiliza uma chave interpretativa que, ampliada pela análise weberiana do conjunto do Estado como modelo de racionalização burocrática, se tornaria a base de interpretação do tema. No caso de Rio Branco, que levou adiante a tradição estabelecida pelos políticos do Império, a política externa fluiu dos interesses e das necessidades do Estado brasileiro, e não foi prioritariamente, como acontecera na Europa westfaliana, expressão do jogo internacional de poder. Primeiramente, em relação às fronteiras nacionais, particularmente no caso das bacias do Prata e do Amazonas, fixando a obra portuguesa. Consolidados os limites, passou-se para um segundo momento, no qual se trabalhava a projeção internacional do país, contexto em que aparece a política em face dos Estados Unidos, revestida do manto histórico de um Monroísmo, àquela altura, quase centenário. Sua obra especificamente historiográfica, bem como o enfoque dado às memórias, revela como a política externa do país (mesmo na colônia), quando bem encaminhada, foi expressão de um Estado *que* aparecia como forte e correto intérprete dos seus interesses.

Todo o *Estatismo* encontrado em Rio Branco, afinal, gira em torno de um conceito básico, o da *razão de Estado.* É de acordo com essa visão que o barão analisa a história do Brasil e foi isso mesmo que praticou nas missões extraordinárias ou no exercício da Pasta das Relações Exteriores. Já se distinguiu, a propósito da obra de Richelieu, entre *interesse de Estado* e *razão de Estado*[68]. No caso de Rio Branco, como no de Varnhagen, foi a própria interpretação que deu à história do Brasil que o fez um adepto da segunda concepção apresentada logo anteriormente. Se o Estado é o organizador, o civilizador, o gendarme – o que não exclui a prática do *laissez faire* econômico – e o legitimado construtor da nacionalidade, então sua *razão* é a mais importante de todas. Isso explica o papel que Rio Branco via sendo desempenhado por dom Pedro II, a seu ver, o melhor intérprete do Estado.

História e Estado aparecem também unidos nas palavras que proferiu no IHGB em 16 de maio de 1910, quando se inaugurou o retrato do visconde de Ouro Preto: "Ele fez história e sabe suas leis... além de atuar

[67] NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. p. 237, v. 3. Esse ponto foi destacado no estudo sobre a transição do ofício para o cargo no Brasil oitocentista feito por Fernando Nagib Marcos Coelho (ver COELHO, Fernando Nagib Marcos. *A passagem do conceito de ofício ao de cargo público no direito público do Brasil Império*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. pp. 34-35).

[68] MOUSNIER, Roland. *L'homme rouge*. Paris: R. Laffont, 1992. pp. 155 e ss.

como os efetivos dirigentes de povos, com certezas morais, clarividência de pensador e consciência de cidadão[69]." Essa descrição de princípios e de valores não poderia ser também um autorretrato?

Concepção da História e concepção do Estado se cruzam em Rio Branco em uma lógica que remonta à das grandes questões do oitocentismo: a reorganização do poder após a revolução, definindo o Estado e o direito público, a reestruturação da cultura por meio da História e a cristalização de ambas no espaço territorial de uma nação.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *Ensaios e estudos*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1938.

_____. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s/d]. v. 1, p. 502-508.

_____. *Correspondência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ARAUJO, João Hermes Pereira de. O Barão do Rio Branco e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 391, pp. 335-350, 1996.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COELHO, Fernando Nagib Marcos. *A passagem do conceito de ofício ao de cargo público no direito público do Brasil Império*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1985.

JORGE, A. G. de Araujo. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945.

[69] RIO BRANCO, Barão do. *Obras Completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. v. 9 (Discursos). pp. 241-242.

KOSELLECK, Reinhart. Fortschritt. In: BRUNNER, Otto; KOSELECK, Reinhart; CONZE, Werner (Dir.). *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart: Klett, 1975.

LINS, Álvaro. *Rio Branco (biografia)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.

MOUSNIER, Roland. *L'homme rouge*. Paris: R. Laffont, 1992.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras Completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. v. 1 (Questões de limites. República Argentina).

_____. Esquisse de l'histoire du Brèsil. In: _____. _____. Rio de Janeiro: MRE, 1945. v. 3 (Estudos históricos).

_____. O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo. In: _____. _____. Rio de Janeiro: MRE, 1945. v. 3 (Estudos históricos).

_____. _____. Rio de Janeiro: MRE, 1945. v. 4 (Questões de limites. Guiana Francesa. Segunda memória).

_____. _____. Rio de Janeiro: MRE, 1945. v. 7 (Biografias).

_____. _____. Rio de Janeiro: MRE, 1945. v. 9 (Discursos).

RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 67.

SANTOS, Luis Claudio Villafañe G. O Barão do Rio Branco como historiador. *Revista Brasileira*, 2012, n. 69, p. 11-49.

VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s/d].

VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, [s/d].

VON MARTIUS, Karl F. P. Como se deve escrever a História do Brasil. *RIHGB*, n. 6, 1844.

WEHLING, Arno. Apresentação. In: VARNHAGEN, F. A. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002. p. 6-7.

_____. Historicismo e concepção da história nas origens do IHGB. In: _____ (Org.). *As origens do IHGB*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

_____. A concepção histórica de Von Martius. *RIHGB*, n. 385, 1994.

_____. Os quadros de ferro: o paradigma Varnhagen. In: _____. *Estado, História, Memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. O historismo e o saber histórico. In: _____. _____. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. A temática do Historicismo. In: _____. *A invenção da história*: estudos sobre o Historicismo. Rio de Janeiro: UFF; UGF, 2001.

_____. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. In: _____. _____. Rio de Janeiro: UFF; UGF, 2001.

A Primeira Conferência de Paz da Haia, 1899: por que a Rússia?

Carlos Henrique Cardim[*]

Myr, palavra russa que significa mundo e paz.

Não há que ter medo da Rússia.
Herfried Munkler, destacado cientista
político alemão, em entrevista
concedida em 2008.

1. Por que a Rússia?

As chancelarias das grandes potências (Reino Unido, Alemanha, França, Áustria-Hungria e Estados Unidos) foram surpreendidas no dia 24 de agosto de 1888 por uma circular do ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia com o convite para a realização de uma conferência internacional da paz.

A primeira e natural reação de Londres, Berlim, Paris, Viena e Washington foi indagar as motivações de Moscou para convocar um conclave de inspiração pacifista em um momento de intensa corrida armamentista na Europa.

Por que a Rússia convocou esta Conferência? Foi a pergunta feita e que hoje ainda precisa ser repetida.

A Rússia e os porquês

O destacado sovietólogo Richard Pipes, professor da Universidade de Harvard e conselheiro do presidente Ronald Reagan, também, como aconteceu comigo, foi picado pela mosca dos porquês em relação à Rússia.

[*] Embaixador, professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB).

Escreveu um arguto ensaio intitulado "Os três porquês da Revolução Russa": "por que ruiu o regime czarista? Por que os Bolcheviques triunfaram? Por que Stalin logrou suceder Lenin?"

Em recente visita a Moscou, encontrei-me com seis renomados políticos e intelectuais russos, a quem formulei um porquê. Por que a Rússia convocou a I Conferência de Paz da Haia de 1899? Qual a contribuição russa à paz mundial? Concentrei-me nestas questões, em número menor do que as três perguntas de Pipes, mas as minhas indagações centrais eram acerca da motivação russa na política internacional.

2. Aconteceu em 1962 e em outras épocas também

Em uma noite, no auge da crise de Cuba de 1962, o irmão do presidente John Kennedy e ministro da Justiça Robert Kennedy visitou reservadamente o embaixador russo em Washington. Levava mensagem pessoal, confidencial e urgente do presidente Kennedy, que expressava não ter mais condição de conter os militares, prontos a invadir Cuba, se não fossem retirados de imediato os mísseis soviéticos.

Transmitida a mensagem a Moscou, o líder comunista Krushev concordou na retirada. Restava agora obter a concordância e a assinatura de Fidel Castro no documento de ajuste entre as superpotências. O chanceler soviético à época, Anastas Mikoyan, foi enviado urgentemente a Havana com a missão de negociar com Castro.

Como previsto, a negociação de Mikoyan encontrou resistência de Fidel, receoso de ficar exposto e vulnerável às Forças Armadas norte-americanas. Passavam as horas, e a situação continuava indefinida. Em determinado momento, entrou na sala um assessor de Fidel Castro e lhe entregou uma folha de papel. O dirigente cubano leu a mensagem com ar preocupado: acabara de falecer em Moscou a esposa de Mykoyan.

Fidel Castro de imediato interrompeu a negociação política e disse a Mykoyan que, infelizmente, tem uma mensagem triste a lhe comunicar. Ofereceu ao chanceler russo um avião para levá-lo de imediato a Moscou. Mykoyan se levantou grave e silencioso, foi até a janela e chorou.

Voltou para a mesa de reunião e agradeceu a gentileza de Fidel Castro, mas disse que como a negociação não havia sido concluída, deveria ficar em Havana, porque estava em jogo a paz mundial, com risco de uma guerra nuclear.

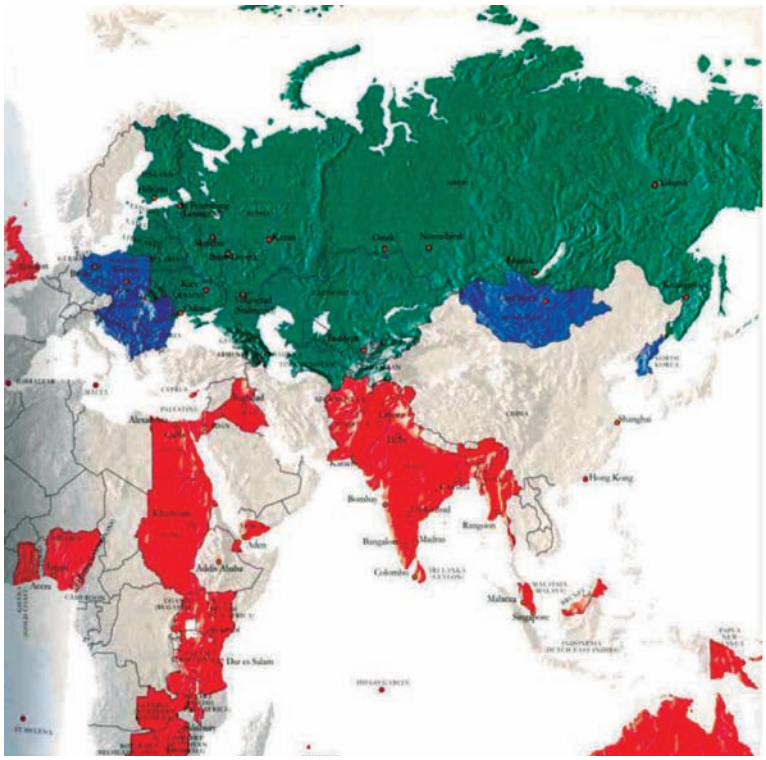
Fidel Castro refletiu sobre as palavras de Mykoyan. Após alguns instantes de silêncio, toma a fala e disse que assinaria o termo proposto.

O ex-primeiro-ministro russo Eugeni Primakov contou-me essa história, quando o visitei há duas semanas em Moscou.

Relatos semelhantes a este podem ser encontrados na história russa das Primeira e Segunda Guerras Mundiais e da guerra contra Napoleão, mostrando o papel central de Moscou na política internacional há dois séculos, desde 1812.

Independentemente dos atores, dos enredos e das circunstâncias, os relatos demonstram familiaridade com crises, realismo, pragmatismo, sentido de responsabilidade, flexibilidade e profissionalismo dos atores da política externa russa.

3. Nota geográfica



"Os mapas podem ser chamados a luz ou o olho da História." (Huisius, geógrafo do século XVI.)

> Rússia! Que maravilhoso fenômeno da cena mundial! Rússia, uma distância de mais de 10 mil quilômetros de comprimento numa linha reta do virtual rio central da Europa, através toda Ásia e Oceano do Leste, descendo até as remotas terras da América! Uma distância de mais de cinco mil quilômetros entre a Pérsia, um dos estados do sul da Ásia, e o fim da terras habitadas do mundo, o Polo Norte. Que Estado pode se igualar a isso? Sua metade? Quantos Estados podem caber em sua vigésima, sua quinta parte? [...] Rússia, um Estado que contem todos os tipos de solo, do mais quente ao mais frio, de ambientes de calor de Erivan à gélida Lapland, que abunda em todos produtos necessários para suas necessidades, conforto e prazeres da vida, conforme seu presente estágio de desenvolvimento – um mundo inteiro, autossuficiente, independente, absoluta (POGODIN, Mikhail Petrovich). Historiador russo (1800-1879).

"A geografia organiza o cenário para a história; os seres humanos fazem a história." (Nicholas V. Riasanovsky, Professor de História da Europa.)

A principal enciclopédia russa registra que "o Império russo, estendendo-se em suas grandes latitudes, ocupa todo o leste da Europa e o norte da Ásia, e sua superfície constitui 42% da área destes dois continentes. O Império russo ocupa 1/22 parte do mundo e aproximadamente 1/6 do total da superfície terrestre".

Grandes números da Rússia, em 2008

Litoral: 37.653 km. Quarto país em extensão do litoral, antecedido pelo Canadá (202.080 km), pela Indonésia (54.716 km) e pela Dinamarca (51.401 km).

Número de países limítrofes: 14. A Rússia divide o primeiro lugar com a China neste quesito. São seguidos por Brasil (10); Alemanha e Congo (9 cada um).

Fronteiras terrestres: 20.017 km, segundo lugar no mundo com maior extensão de fronteiras terrestres. O país com a maior extensão é a China (22.117 km). Outros países com as maiores fronteiras: Brasil (15.719 km); Índia (14.107 km) e Estados Unidos (12.034 km).

Reservas renováveis de água doce: A Rússia é o segundo país em reserva renovável de água doce, com 4.498,0 km^3. O primeiro é o Brasil (8.233 km^3), o terceiro é o Canadá (3.300 km^3), o quarto são os Estados Unidos (3.068 km^3) e o quinto é a Indonésia (2.838,0 km^3).

Reservas comprovadas de petróleo: a Rússia é o sétimo lugar no mundo com mais reservas comprovadas de petróleo (79,4 bilhões de barris – bdb), antecedida por Arábia Saudita (264,2 bdb), Irã (138,4 bdb), Iraque (115 bdb), Kuwait (101,5 bdb), Emirados Árabes Unidos (97,8 bdb) e Venezuela (87 bdb).

Reservas comprovadas de gás natural: a Rússia tem 44,65 milhões de metros cúbicos (mmc) de reservas comprovadas de gás natural. É o país com a maior reserva, seguido por Irã (27,80 mmc), Catar (25,60 mmc), Arábia Saudita (7,17 mmc) e Emirados Árabes Unidos (6,09 mmc).

Reservas comprovadas de carvão: a Rússia tem a segunda maior reserva comprovada de carvão do mundo (157.010 milhões de toneladas – mt). Em primeiro lugar estão os Estados Unidos (242.721 mt), em terceiro a China (114.500 mt), em quarto a Austrália (76.600 mt) e quem quinto a Índia (56.498 mt).

Reservas comprovadas de urânio: a Rússia é o sétimo lugar no quesito reserva comprovada de urânio (279 mil tU). O primeiro é a Austrália (1.143.000 tU), seguida por Cazaquistão (816 mil tU), Canadá (444 mil tU), África do Sul (342 mil tU), Brasil (341 mil tU), Namíbia (282 mil tU) e Estados Unidos (225 mil tU).

População: em termos populacionais, a Rússia, está em oitavo, com 144 milhões de habitantes.

Estoque migratório: a Rússia está em segundo lugar, com 12.080.000; em primeiro estão os Estados Unidos, com 38.355.000.

Produção de eletricidade: Rússia está em quarto lugar, com 951,2 bilhões de kilowatt/hora (bkh). Os Estados Unidos estão em primeiro, com 4.268,4 bkh; o Brasil, em oitavo, com 403 bkh.

Malha ferroviária: a Rússia tem a segunda maior malha ferroviária do mundo, com 85.245 km. Os Estados unidos estão em primeiro, com 153.787 km; o Brasil, em oitavo, com 30.403 km.

Produto Interno Bruto (PIB) (por paridade de pode de compra): em termos de PIB, a Rússia está em oitavo lugar, com US$ 1,877,205 milhões. Os Estados Unidos estão em primeiro, com US$ 13,675,646 milhões; o Brasil é décimo, com US$ 1,804, 593 milhões.

Contingente das Forças Armadas: a Rússia está em quinto lugar, com 1.027.000. Em primeiro vem a China (2.225.000), seguida por Estados Unidos (1.506.000), Índia (1.316.000) e República Democrática Popular da Coreia (1.106.000).

Orçamento militar: em 2012, a Rússia ocupa o terceiro lugar, com cerca de UU$ 80 bilhões. A China ocupa o segundo (US$ 143 bilhões), e os Estados Unidos, o primeiro (US$ 711 bilhões). Segundo o Stockholm International Peace Research Institute (Sipri), a Rússia planeja alcançar, em 2020, 70% do poder militar que tinha na era soviética, com o emprego de modernos armamentos.

Produção de livros (em número de títulos classificados pela CDU): a Rússia está em sétimo lugar, com 36.237 livros produzidos. Em primeiro lugar está o Reino Unido (110.965), seguido por Alemanha (78.042), Estados Unidos (68.175), Espanha (59.174), Japão (56.221) e França (39.083).

A Rússia é o maior país na região do Ártico; é considerada, hoje, a nova fronteira estratégica de recursos energéticos e econômico-comercial, com a planejada abertura de via marítima de conexão polar entre a China e a Europa e a futura exploração de jazidas petrolíferas.

4. Ocidentais e russos dificultam o conhecimento da Rússia

Certa vez, foi dito, com respeito a Rui Barbosa, que "uma grossa argamassa" nos separa de sua obra. A ideia me veio à mente ao refletir acerca do conhecimento no Ocidente sobre a Rússia. "Imagens definitivas", percepções equivocadas, preconceitos e falhas russas contribuem para nosso pouco e distorcido conhecimento do mais extenso país do mundo.

Vários intelectuais e dirigentes russos me expressaram, em recente viagem que fiz a Moscou, que parte dessa *misperception* do país é de responsabilidade dos próprios russos, que fazem um "mal trabalho de difusão e de divulgação do país no mundo".

Causou-me surpresa a autoimagem forte que alguns de meus interlocutores me manifestaram a respeito de ser a Rússia um país essencialmente defensivo, nunca imperialista: "Nos casos de Napoleão e Hitler, as maiores epopeias militares, a Rússia reagiu sempre em sua própria e legítima defesa." Essa percepção contrasta com visões predominantes no Ocidente e na Ásia, onde a imagem russa é agressiva e bárbara (o grande e agressivo urso negro russo). O país já foi dobro, quase o triplo do Brasil!

Considerando-se o fato, às vezes esquecido, de que a Rússia é o maior país do mundo – em termos de tamanho, a Rússia tem 17.098.000 km²; depois vêm Canadá (9.985.000 km²), China (9.635.000 km²), Estados Unidos (9.632.000 km²) e Brasil (8.515.000 km²) –, pode-se afirmar que a Rússia é a grande falha, o grande déficit no conhecimento contemporâneo ocidental sobre a política mundial.

Na época da União Soviética, a extensão territorial era de 22 milhões de km².

"O general Inverno" nunca existiu

Dominic Lieven, professor de História da Rússia da London School of Economics (LSE), no recente e premiado livro *Russia against Napoleon*: *the true story of the campaign of war and peace*, expõe com sólida base acadêmica de pesquisa que a Rússia deve sua vitória não só à coragem do espírito nacional e ao forte inverno de 1812, como defende a bibliografia russa, mas também à sua excelência militar, à superior cavalaria, ao alto padrão da diplomacia russa, aos serviços de inteligência e à qualidade de sua elite europeia.

Lieven utiliza fontes e autores russos desconhecidos de autores franceses e ingleses, além de se basear na bibliografia tradicional. O autor aponta a consagração de interpretações europeias simplistas da "sabedoria convencional ocidental" acerca da Rússia, como a da derrota de Napoleão pelo "general Inverno", que no fundo glorifica Napoleão e os franceses, que somente puderam ser batidos por forças extra-humanas, quase de origem divina. O famoso "general Inverno" impressionou por seu impacto visual o público nos filmes de *Guerra e Paz*, mas a realidade histórica foi bem outra... outros generais russos foram os responsáveis pela derrota de Napoleão.

A "boutade" de Churchill

"A Rússia é uma interrogação, envolta num mistério, dentro de um enigma." A bastante repetida frase de Churchill contém grande desconhecimento e certo preconceito. É o tipo de dito que pode ser aplicado a muitas nações, pessoas e fatos, inclusive ao próprio Reino Unido.

Churchill, grande orador e líder político, criou também outra expressão, "cortina de ferro", acerca da União Soviética. Ambas pouco

contribuem para o melhor entendimento da Rússia; pelo contrário, fortalecem preconceitos.

As duas grandes potências, segundo Tocqueville

Vale a pena relembrar a previsão feita no século XIX (de certa forma realizada no XX) por Alexis de Tocqueville, segundo a qual:

> No mundo existem hoje dois grandes povos que, embora partindo de pontos diferentes, parecem avançar para o mesmo destino: são eles os russos e os anglo-americanos. [...] O ponto de partida de ambos é diferente, as suas vias são diversas; contudo, cada um deles parece chamado, por um destino secreto da Providência, a conservar um dia nas mãos os destinos de uma metade do mundo.

5. "A Rússia é um país independente de fato. Há poucos países como a Rússia no mundo"

Em seminário promovido pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Ipri) acerca da Rússia, em 2007, o professor Serguei Markov, da Universidade de Moscou, destacou algumas das principais diretrizes da política externa do governo Putin, que valem, também, para a compreensão de como os russos se veem a si mesmos no cenário internacional moderno e contemporâneo:

- "A Rússia é um país independente de fato. Há poucos países como a Rússia no mundo."
- "A Rússia jamais aceitaria o papel de 'irmão mais jovem', em qualquer coalizão."
- "A política externa da Rússia deve ser multilateral [...]. Destacam-se no Ocidente dois centros de influência: os Estados Unidos e a União Europeia."
- "A Índia, a China e o Brasil são países importantes para a Rússia."
- "Os Estados Unidos são uma grande potência, circunstância que torna inviável um conflito da Rússia com aquele país. Os Estados Unidos levam a cabo uma política imperialista, egoísta e frequentemente errada. Deste modo, a Rússia deverá procurar minimizar, mediante o diálogo, a ameaça à paz apresentada pelos Estados Unidos."

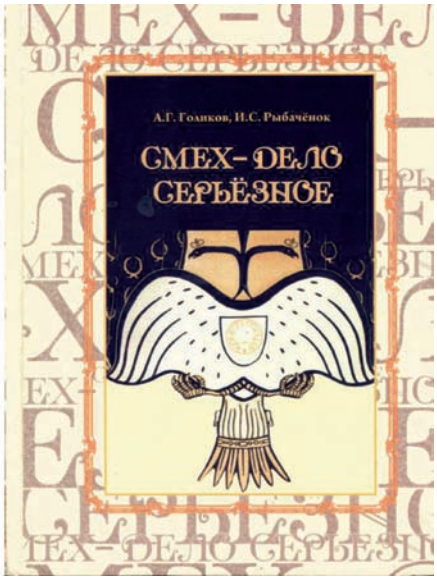
6. Rio Branco e a Rússia

Raul do Rio Branco registra em *Reminiscências do Barão do Rio Branco*: "Meu pai mostrou grande interesse pela civilização russa e de volta levou uma biblioteca completa sobre o país."

Este é o seu depoimento acerca da missão do barão em terras russas:

> Foi nesse tempo [1884] que recebeu meu pai, do governo imperial, a incumbência de organizar e dirigir, durante dois ou três meses, uma exposição de propaganda do café nos mercados russos, onde nossa bebida não se conhecia, senão num círculo restrito de aristocratas cosmopolitas e alguns homens de letras viajados. Essa exposição se realizou em Moscou e, por mais tempo, em São Petersburgo.
> [...] A missão teve bom êxito, tendo nosso produto suscitado vivo interesse na Corte e nas classes inferiores. Houve recepções oficiais, mais do que as habituais, recepções a que o tzar Alexandre III deu grande relevo. Meu pai mostrou grande interesse pela civilização russa e de volta levou uma biblioteca completa sobre o país, além de retratos com dedicatória do tzar e da família imperial, inclusive dos grão-duques irmãos do imperador, homens todos de aparência soberba com belos uniformes de corte meio oriental. Teve ele a honra de conversar bastante tempo com Alexandre III, imponente colosso que lhe deixou uma grande impressão de força física, de vontade e de coração. Teve também longa palestra com tzarévitche, mais tarde Nicolau II, então rapaz. Ambos mostraram-se curiosos das cousas do Brasil, sobretudo quanto à escravidão negra que comparavam à servidão russa.

Rio Branco viu que o rei estava nu



Merece destaque o trecho do relato por Raul do Rio Branco, no qual sublinha a notável capacidade analítica do pai e sua impressionante intuição em relação ao desenrolar do cenário político. O Barão do Rio Branco viu com nitidez as vulnerabilidades do regime czarista, a fragilidade do futuro czar e anteviu que o rei estava nu, como mostrava perspicaz caricatura da época.

> Tendo observado o país, com a observação concentrada e a precisão que lhe era peculiar, meu pai, ao resumir suas impressões, de volta a Paris, fez algumas previsões que estavam em seus hábitos. [...] Todos os presentes, além do comandante e meu professor de desenho, participaram da surpresa, ao ouvir meu pai declarar que, segundo o que observara, tinha a impressão de que o tzarévitche, futuro Nicolau II, que não contava então mais de 15 anos de idade, seria o Luis XVI da dinastia.

7. "A Rússia americana que somos"

Gilberto Freyre na "Introdução do autor", em *Região e tradição*, assinala:

> Quando o autor escreveu, em 1924, referindo-se ao Brasil, –"a Rússia americana que somos", não fez frase inteiramente à toa, mas deu expressão – embora mal – ao sentido paralelismo cultural e psicológico que parece nos aproximar, de fato, dos rumos dos russos do século XIX. Sentido que foi também acentuado por ensaístas de relevo como Vicente Licínio Cardoso e o senhor Octavio de Farias.
> O paralelismo sugerido – repita-se – é com a Rússia do século XIX e dos começos do século atual. A Rússia que procurava por intermédio dos seus sociólogos, dos seus poetas e dos seus romancistas uma solução russa e ao mesmo tempo social, largamente cristã e fraternalmente humana para os seus problemas especialíssimos – nem europeus, nem asiáticos.

Somos gigantes territoriais

Em pronunciamento durante viagem a Moscou, em 2006, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinalou:

> Normalmente vistos como países muito diferentes, Brasil e Rússia, na verdade, guardam expressivas similaridades. Somos gigantes territoriais com influências importantes nos respectivos contextos continentais, além de possuir grandes populações com perfil etnicamente diversificado. A Rússia é país de peso no panorama mundial e exerce papel significativo nos rumos políticos e econômicos de sua região.

8. *O cavaleiro da encruzilhada*

O quadro *O cavaleiro da encruzilhada*, de Victor Vasnetsov (1848--1926), de 1882, retrata a fadiga russa em relação ao modelo de corrida armamentista em curso na Europa e à perplexidade em face dos caminhos a seguir. A tela serve, também, para representar o estado de espírito de outras nações do velho continente.

O governo czarista, principalmente, pressionado pelo impacto da indústria de armamentos no seu orçamento, decidiu propor uma conferência para tentar organizar, em termos razoáveis, o quadro estratégico internacional. Disciplinar a guerra em benefício da economia das grandes potências era o lema de fundo da convocatória ao conclave.

Outras motivações podem ser apontadas como presentes na iniciativa de Moscou, como:

- o peso e o prestígio internacionais da Rússia que, ao derrotar Napoleão, se firmou como grande potência com responsabilidades mundiais;

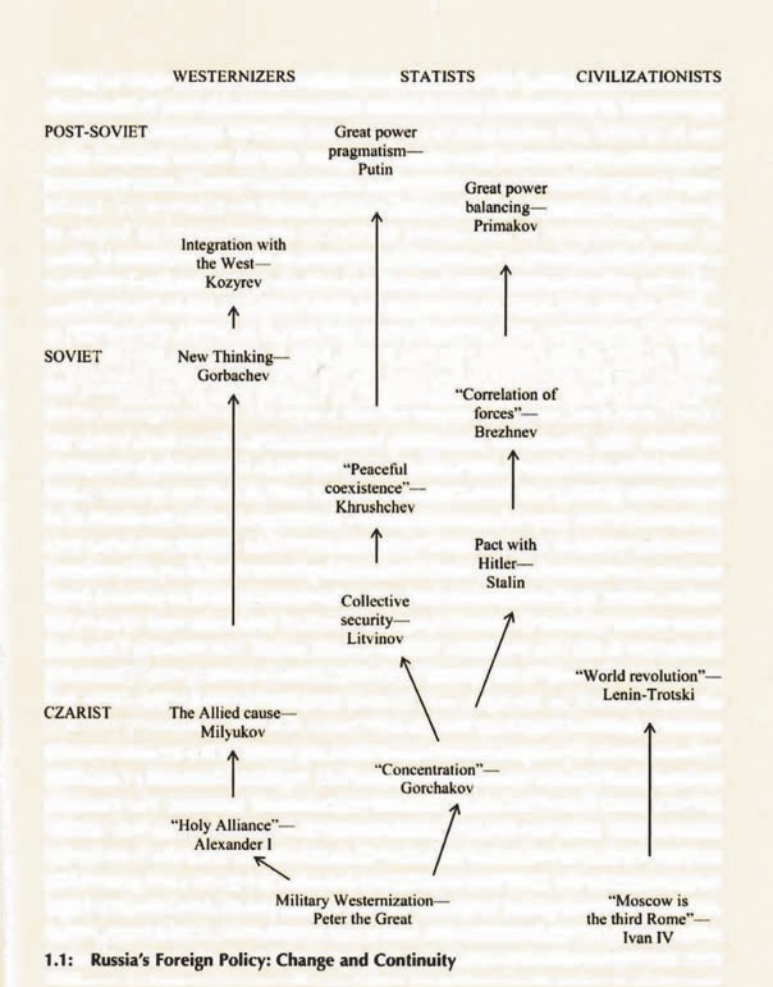
- o ambiente político e social europeu com forte influência de movimentos pacifistas, inclusive a figura irradiante de Tolstói;

- a atuação de juristas da Escola de Direito Internacional russa, tendo à frente de Martens, cujo trabalho na Conferência da Paz de Bruxelas de 1874 foi determinante na elaboração de código de conduta na guerra terrestre, que não havia sido sancionado ainda pelos governos;

- a decisão de promover uma conferência discreta e reservada para proteger a figura do czar de eventual fracasso da reunião;
- a qualidade da diplomacia russa e o alto padrão de organização da chancelaria.

As linhas da política externa russa

Merece destaque o quadro preparado por Andrei P. Tsygankov acerca das linhas da política externa russa. Nele focam-se a atuação do Estado e a questão da paz.



1.1: Russia's Foreign Policy: Change and Continuity

As duas propostas russas para a Conferência de Paz da Haia de 1899

Primeira proposta: preocupação com o armamentismo e com "a consagração solidária dos princípios da equidade e do direito".

O conde Mouravieff, ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, aos representantes das potências acreditadas em São Petersburgo.

São Petersburgo, de 12 a 24 agosto de 1898.

A manutenção da paz geral e uma possível redução dos armamentos excessivos que pesam sobre todas as nações se apresentam, na atual situação do mundo inteiro, como o ideal ao qual devem tender os esforços de todos os governos.
As ideias humanitárias e magnânimas de Sua Majestade o Imperador, meu Augusto Mestre, são um bem adquirido solidamente por experiência e tradição.
Na sua convicção, de que este elevado propósito responde aos interesses, os mais essenciais e às aspirações legítimas de todas potências, o governo imperial acredita que o momento atual seria muito favorável para a busca, por meio de uma discussão internacional, dos meios mais eficazes de assegurar a todos os povos os benefícios de uma paz real e duradoura, e de colocar um termo ao desenvolvimento progressivo dos armamentos atuais.
Durante os últimos 20 anos, as aspirações para uma pacificação geral foram particularmente afirmadas nas consciências das nações civilizadas. A preservação da paz foi colocada como um objetivo da política internacional; foi em seu nome que os grandes Estados concluíram entre si poderosas alianças; foi para melhor garantir a paz que eles desenvolveram, em proporções incomuns até então, suas forças militares e que eles continuam ainda a aumentá-las, sem recuar diante de nenhum sacrifício.
Todos estes esforços, no entanto, não lograram obter ainda os resultados benéficos da pacificação desejada.
Os encargos financeiros seguem numa marcha crescente, afetando a prosperidade pública na sua fonte; as forças intelectuais e físicas dos povos, o trabalho e o capital são, em sua maior parte, desviados de suas aplicações naturais e consumidos de forma não produtiva. Centenas de milhões são empregados para adquirir engenhos de destruição terríveis que, considerados hoje como a última palavra da ciência, estão destinadas amanhã a perder todo valor como consequência de algum descobrimento novo no setor. A cultura nacional, o progresso econômico, a produção das riquezas encontram-se paralisadas ou desvirtuadas no seu desenvolvimento.
Igualmente, à medida que crescem os armamentos de cada potência, eles influenciam cada vez menos o objetivo proposto pelos governos. As crises econômicas, devidas em grande parte à corrida armamentista levada ao

extremo, e o perigo contínuo decorre do acúmulo do material de guerra, transformam a paz armada de nossos dias em um fardo massacrante que os povos cada vez mais têm que suportar. Parece evidente, assim sendo, que, se esta situação se prolongar, ela conduzirá fatalmente a um cataclismo, a ser evitado e cujos horrores fazem tremer todo pensamento humano.

Colocar um termo a este armamentismo incessante e procurar os meios de prevenir as calamidades que ameaçam o mundo inteiro, tal é o dever supremo que se impõe hoje aos Estados.

Com a convicção deste sentimento, Sua Majestade o Imperador se dignou instruir-me a propor a todos os governos com representantes junto à Corte Imperial a reunião de uma conferência que deveria se ocupar deste grave problema.

Esta conferência seria, se Deus nos ajudar, um feliz presságio para o século que vai se abrir. Ela congregaria em um poderoso conjunto de esforços de todos os Estados que procuram sinceramente fazer triunfar a grande concepção da paz universal sobre os elementos perturbadores e de discórdia. Ela consolidaria, ao mesmo tempo, um acordo para a consagração solidária dos princípios da equidade e do direito, sobre os quais repousam a segurança dos Estados e o bem-estar dos povos.

Conde Mouravieff

Segunda proposta: "prevenir os conflitos armados pelos meios pacíficos" e continuar o trabalho da Conferência de Bruxelas de 1874.

O conde Mouravieff, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, aos representantes das potências acreditadas em São Petersburgo.

São Petersburgo, de 30 de dezembro 1898 a 11 de janeiro de 1899.

Quando, no mês de agosto do ano passado, meu Augusto Mestre me ordenou propor aos governos representados em São Petersburgo a reunião de uma conferência destinada a buscar os meios, os mais eficazes, de assegurar a todos os povos os benefícios de uma paz real e duradoura, e de colocar um termo ao desenvolvimento progressivo dos armamentos atuais, nenhum país se opôs à realização, em data não distante, deste projeto humanitário.

A acolhida cordial a esta gestão do governo imperial por quase todas as potências só fez reforçar esta iniciativa.

Apreciando altamente os termos simpáticos das adesões da grande maioria dos governos, o Gabinete Imperial pode recolher ao mesmo tempo, com viva satisfação, os mais calorosos depoimentos que lhe foram endereçados, e que continuam a chegar, da parte de todas as classes da sociedade de diferentes pontos do globo terrestre.

Apesar da grande corrente de opinião gerada em favor das ideias de pacificação, geral, o horizonte político mudou, sensivelmente, de aspecto recentemente. Várias potências desenvolveram novos armamentos, e ampliaram ainda suas forças militares, e, face a esta situação, pode-se ser levado a indagar se as potências julgam o momento atual oportuno à discussão internacional das ideias emitidas na circular de 12 a 24 de agosto.

Na expectativa de que, no entanto, os elementos de perturbação, que agitam as esferas políticas darão lugar a disposições mais serenas e de natureza a favorecer o sucesso da conferência projetada, o governo imperial tem a opinião por sua parte de que seria possível encaminhar um intercâmbio preliminar de ideias entre as potências com o objetivo de:

a) buscar, sem retardo, os meios de colocar um termo ao crescimento progressivo dos armamentos de terra e de mar – questão cuja solução torna-se cada vez mais urgente, tendo em vista o novo alcance desses armamentos;

b) preparar os caminhos para uma discussão das questões relacionadas à possibilidade de prevenir os conflitos armados pelos meios pacíficos à disposição da diplomacia internacional.

No caso de as potências julgarem o momento atual favorável à reunião de uma conferência nessas bases, seria certamente útil estabelecer entre os governos um entendimento acerca do programa dos trabalhos.

Os temas a serem submetidos à discussão internacional no âmbito da conferência poderiam, em linhas gerais, se resumir nos seguintes tópicos:

1) entendimento estipulando o não aumento, por um termo a estabelecer, dos efetivos atuais das Forças Armadas de terra e mar, como também dos orçamentos de guerra e conexos; estudo preliminar das vias pelas quais poderiam se realizar, no futuro, uma redução dos efetivos e orçamento acima mencionados;

2) interdição da colocação em uso, nos exércitos e nas frotas, de novas armas de fogo e de novos explosivos, assim como de cargas mais potentes que as adotadas atualmente, tanto em fuzis como em canhões;

3) limitação do emprego nas campanhas de guerra de explosivos de potência extraordinária, já existentes, e proibição do lançamento de projéteis ou explosivos do alto de balões ou por meios análogos;

4) proibição do emprego nas guerras navais de navios submarinos torpedeiros, ou com outros engenhos de destruição da mesma espécie; decisão de não construir no futuro navios de guerra com proa saliente e reforçada;

5) adaptação às guerras marítimas das normas estipuladas na Convenção de Genebra de 1864 e dos artigos adicionais de 1868;

6) neutralidade dos navios e barcos de salvamento de náufragos durante e após os combates marítimos;

7) revisão da declaração acerca das leis e dos costumes da guerra elaborada em 1874 pela Conferência de Bruxelas, que ficou não ratificada até o presente;

8) aceitação, em princípio, do uso de bons ofícios, da mediação e da arbitragem facultativa, nos casos pertinentes, com o objetivo de prevenir os conflitos armados entre as nações; entendimento acerca do modo da aplicação desses bons ofícios, e estabelecer uma prática uniforme no seu emprego.

Entende-se claramente que toda as questões afetas às relações políticas dos Estados e que o estabelecido por tratados, como em geral todas as questões que não dizem respeito diretamente ao programa adotado pelos governos, deverão ser absolutamente excluídas das deliberações da conferência.

Solicito, senhor embaixador, a gentileza de sua atenção para encaminhar a presente proposta e receber instruções de seu governo. Peço, ao mesmo tempo, de levar ao conhecimento de seu governo que, no interesse da grande causa que meu Augusto Mestre tem no coração, Sua Majestade Imperial julga que seria útil que a conferência não tivesse como sede nenhuma capital de uma das grandes potências, onde se concentram interesses políticos que poderiam, talvez, constranger o progresso de uma obra que interessa por igual todos os países do universo.

Conde Mouravieff

9. O ano de 1899

A seguir, são listados alguns grandes números e acontecimentos do ano e da época da convocação e da realização da I Conferência da Paz da Haia, visando contextualizar o conclave no cenário histórico mundial.

- Movimento Pacifista, no final do século XIX, e movimento pró-arbitragem.

- População total das grandes potências em 1900

Rússia	135.600.000
Estados Unidos	75.900.000
Alemanha	56.000.000
Aústria-Hungria	46.700.000
Japão	43.800.000
França	38.900.000
Inglaterra	41.100.000
Itália	32.200.000
Brasil	17.438.434
População mundial	1.700.000.000

- 1898 – Pensamento social e movimentos sociais. Fundação, em Paris, da Segunda Internacional de Associações de Trabalhadores.

- 1898-1899 – Progresso científico e tecnológico: Pierre Curie e Marie Curie observam o fenômeno da radioatividade e isolam o Radium; Rutherford descobre os raios alfa e beta em átomos radioativos; primeiras gravações magnéticas do som.

- 1899 – Relações internacionais: I Conferência de Paz da Haia; ampliação da Aliança Franco-Russa; Filipinas demanda ficar independente dos Estados Unidos; eclosão da Guerra dos Bôeres; Caso Dreyfus ("Corte de Cassação" anula o julgamento; Dreyfus é perdoado por decreto presidencial); declaração da Política de Portas Abertas, na China, pelo secretário de Estado norte-americano John Hay; concessão da Estrada de Ferro Bagdá a um grupo alemão; imperador Guilherme II visita a Inglaterra.

10. A I Conferência da Paz da Haia

Foto do plenário da conferência e charge da delegação norte-americana.

A Conferência Internacional da Paz reuniu-se na Haia no período de 18 de maio a 29 de julho de 1899. Participaram do conclave 26 países, com as seguintes delegações:

Alemanha: conde de Münster, embaixador da Alemanha em Paris, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com seis membros (dois professores universitários, dois militares e um diplomata).

Áustria-Hungria: conde R. de Welsersheimeb, embaixador extraordinário, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com seis membros (um professor universitário, dois diplomatas e dois militares).

Bélgica: Auguste Beenaert, ministro de Estado, presidente da Câmara de Representantes, delegado, plenipotenciário. Delegação com quatro membros (um senador e dois diplomatas).

Bulgária: D. Stancioff, agente diplomático em São Petersburgo, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com dois membros (um militar).

China: Yang-Yü, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário a São Petersburgo, delegado, plenipotenciário. Delegação com cinco membros (três diplomatas e um intérprete).

Dinamarca: Chambellan ? Fr. De Bille, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Londres, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com três membros (um militar e um diplomata).

Espanha: duque de Tetuan, ex-ministro de Negócios Estrangeiros, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com cinco membros (três diplomatas e um militar).

Estados Unidos: White, embaixador dos Estados Unidos em Berlim, delegado, plenipotenciário. Delegação com nove membros: (um professor universitário, o reitor da Universidade de Columbia, quatro diplomatas, dois militares – um deles o então capitão de fragata A.T. Mahan – e um advogado).

Estados Unidos Mexicanos: de Mier, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Paris, delegado, plenipotenciário. Delegação com dois membros (um diplomata).

França: Léon Bourgeois, ex-presidente do Conselho, ex-ministro de Negócios Estrangeiros, membro da Câmara de Deputados, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com 12 membros (um deputado, um professor universitário, três militares e seis diplomatas).

Grã-Bretanha e Irlanda: sir Julian Pauncefote, Grande Comandante da Ordem do Banho (GCB), Grande Comandante da Ordem de São Miguel e São Jorge (GCMG)*, embaixador do Reino Unido em Washington, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com oito membros (três militares e quatro diplomatas).

Grécia: Deyannis, ex-presidente do Conselho, ex-ministro de Negócios Estrangeiros, enviado extraordinário, ministro plenipotenciário em Paris, delegado, plenipotenciário. Delegação com dois membros (um diplomata).

Itália: conde Nigra, embaixador da Itália em Viena, senador do Reino, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com sete membros (um deputado, dois militares e três diplomatas).

Japão: barão Hayashi, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em São Petersburgo, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com sete membros (um professor da Escola Superior de Guerra de Tóquio, dois militares e três diplomatas).

Luxemburgo: Eyschen, ministro de Estado, presidente do governo do grão-ducado, delegado, plenipotenciário. Delegação com dois membros (um diplomata).

Montenegro: ver Rússia.

Países Baixos: Le Jonkheer A. P. C. Van Karnebeek, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, membro da Segunda Câmara dos Estados Gerais, delegado, plenipotenciário. Delegação com cinco membros (dois militares, um membro do Conselho de Estado, T. M. C. Asser, e um membro da Primeira Câmara dos Estados Gerais).

* As iniciais se referem ao grau mais elevado de duas ordens honoríficas britânicas . (NE)

Pérsia (atual Irã): general Mirza Riza Khan, Arfa-Ud-Dovleh, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em São Petersburgo, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com quatro membros (três diplomatas).

Portugal: conde de Macedo, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Madri, delegado, plenipotenciário. Delegação com seis membros (dois militares e três diplomatas).

Romênia: Alexandre Beldiman, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Berlim, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com três membros (um militar e um diplomata).

Rússia: conselheiro privado Staal, embaixador da Rússia em Londres, delegado, plenipotenciário; de Martens, membro permanente do Conselho do Ministério Imperial, conselheiro privado, delegado, plenipotenciário; e de Basily, Conselheiro de Estado, *chambellan*, diretor do Ministério de Negócios Estrangeiros, delegado, plenipotenciário. Delegação com 13 membros (cinco diplomatas e cinco militares).

Sérvia: Miyatovitch, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Londres. Delegação com três membros (um militar e um professor universitário).

Sião: Phia Suriya Nuvath, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Paris, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com seis membros (cinco diplomatas).

Suécia e Noruega: barão de Bildt, enviado extraordinário junto à Corte Real da Itália, delegado, plenipotenciário. Delegação com seis membros (quatro militares e um diplomata).

Suiça: Arnold Roth, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Berlim, delegado, plenipotenciário; e Edouard Odier, conselheiro nacional, delegado, plenipotenciário. Delegação com quatro membros (um militar e um diplomata).

Turquia: Turkhian Pacha, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, membro do Conselho de Estado, primeiro delegado, plenipotenciário. Delegação com oito membros (três militares e quatro diplomatas).

A conferência foi presidida por Staal, da Rússia, e teve como presidente de honra o ministro dos Negócios Estrangeiros de Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos, W. H. de Beaufort.

11. O erro diplomático de 1899

> [...] O Brasil se recolheu para refazer suas forças e procura afastar-se o mais possível de questões que lhe não afetem diretamente, e, achando-se aliás muito afastado e sem influência alguma nos negócios políticos da Europa, o seu papel na conferência seria nulo (Trecho da resposta oficial do governo brasileiro ao convite russo para participar da I Conferência da Paz de Haia).

O Brasil e o México foram os únicos países latino-americanos convidados a participar da I Conferência da Paz de Haia. Com a decisão do governo republicano de estar ausente, coube ao México a exclusividade na representação do continente.

O tema convocatório da Conferência da Paz de Haia de 1899 era, basicamente, o da "humanização da guerra", pela adoção de medidas tendentes ao controle da corrida armamentista e à ampliação da aplicação do então denominado direito da guerra, hoje direito humanitário. Os assuntos tinham dimensões universais e fortes conteúdos propositivos de reforma do sistema internacional.

O governo de Campos Sales cometeu um erro de política exterior ao não aceitar o convite feito pelo czar russo para, juntamente com o México, ser um dos representantes da América Latina no conclave de 1899. O México aceitou e marcou posição. O Brasil retardou ainda mais, por quase uma década, sua entrada na política internacional.

O conde Mouravieff, ministro das Relações Exteriores da Rússia, enviou duas circulares às missões diplomáticas acreditadas em São Petersburgo a respeito da conferência da paz convocada pelo czar Nicolau II. A segunda e final convocatória destacava ser objeto principal do conclave a discussão de formas para evitar uma corrida armamentista, e, assim, evitar um aumento das forças militares, mormente no continente europeu. Assinale-se que a primeira convocatória falava de um objeto mais alto, qual seja, a redução de armamentos. Outros temas que figuravam em ambas as convocatórias eram a regulamentação da guerra e os meios de preveni-la pela mediação e pela arbitragem.

A primeira conferência, conforme previsto, realizou-se em Haia, de 18 de maio a 29 de julho de 1899, com a presença de 26 países (20 representaram as nações europeias de então; dois – Estados Unidos e México –, as nações americanas; e quatro – China, Japão, Pérsia e Sião –, Estados asiáticos.

A ausência do Brasil na I Conferência da Paz de Haia representa outro episódio que indica a mentalidade paroquial dominante na classe

política nacional, em particular na cúpula da diplomacia brasileira naquela época.

Apesar do reconhecimento pelos republicanos, no Manifesto de 1871, da situação do Brasil como um país "isolado não só no seio da América, mas também no seio do mundo", o fato é que a Proclamação da República não operou um passe de mágica para modificar a mentalidade enraizada nas elites dirigentes. A verdade é que a divisão rígida da história em épocas a partir de mudanças formais no sistema político, além de ser arbitrária, leva, normalmente, a visões simplistas e simplificadoras do complexo processo histórico. Assim, no dia 16 de novembro de 1889 – e durante vários anos depois – continuava a predominar a perspectiva isolacionista e regional na diplomacia brasileira. Somente em 1907, com Rio Branco e Rui Barbosa na II Conferência de Haia, o país ingressou na política internacional e saiu do âmbito das questões imediatas e próximas para alargar sua mirada e suas responsabilidades.

A explicação de Campos Sales: "Por motivos que são óbvios"

Na sua primeira mensagem presidencial, em 3 de maio de 1899, Campos Sales assinalou, após o introito, ao tratar da política externa: "No que respeita aos interesses exteriores, cabe-me a satisfação de informar-vos que nenhuma alteração tem sofrido as relações de amizades de que cultivamos com as nações estrangeiras. Tenho o maior empenho em mantê-las e desenvolvê-las."

Conforme salientou um de seus melhores biógrafos, dominava, no período, a percepção de que "a convivência internacional do Brasil era excelente".

Ao tratar do convite feito pelo czar Nicolau II para o Brasil participar da I Conferência de Paz da Haia, assim se expressou o presidente Campos Sales:

> O fato culminante da política internacional, pelo seu caráter altamente humanitário e civilizador, e o movimento que se opera em torno da ideia do desarmamento e do interesse da paz geral. Partiu a nobre iniciativa de Sua Majestade o imperador de Todas as Rússias. O governo brasileiro, por intermédio de seu ministro acreditado em São Petersburgo, foi convidado para se fazer representar na conferência especialmente destinada a tratar do importante assunto.
>
> Acolhi o convite com a consideração e simpatia que os generosos sentimentos de Sua Majestade despertam geralmente. Todavia, por motivos que são

> óbvios, ficou assentado que o governo brasileiro se absterá de tomar parte da conferência.

Campos Sales priorizou o campo interno e assim justificou sua definição: "Era meu firme propósito fazer um governo de administração, visto ser nessa esfera que se encontravam, acumulados, os problemas nacionais." Conforme bem destacou José Maria Belo, ao escolher Joaquim Murtinho como ministro da Fazenda, Campos Sales baseou sua gestão no entendimento de que "residia no equilíbrio do Tesouro o problema essencial do Brasil". Aliás, já havia afirmado, no banquete de 31 de outubro de 1897, em São Paulo, ocasião em que foi proclamada sua candidatura à presidência: "Considero por isso [a grave situação do erário] um dever de lealdade não abrir esperanças, nem contrariar compromissos de outra ordem. Muito terá feito pela República o governo que não fizer outra coisa senão cuidar das finanças."

Um perfil de Campos Sales

Francisco de Assis Barbosa, em *História do povo brasileiro*, traça um interessante perfil que ajuda a compreender a visão internacional de Campos Sales:

> Manuel Ferraz de Campos Sales era um autêntico burguês, até na indumentária requintada. Carlos de Laet retratou-o como um pavão, em artigo ferino de jornal. O apelido pegou. Preocupado mais com a exterioridade de suas atitudes, tal como as roupas vistosas, permaneceria insensível às transformações políticas que ocorriam no mundo: a disposição da Alemanha e da Rússia de romperem a unidade europeia; a arremetida do Japão contra a China, disputando a hegemonia asiática; o crescimento dos Estados Unidos da América como potência mundial, impondo a sua vontade ao continente ao libertar Cuba da influência espanhola, mas nem mesmo as novas ideias de fundo social, as greves e os atentados terroristas contra chefes de Estado Sadi Carnot (1898) e o rei Umberto (1901). Greves e motins de rua liquidariam com chanfalho da polícia e patas de cavalos. Era um republicano à maneira da polícia e patas de cavalo. Era um republicano à maneira de Gambetta, que foi seu alter ego, moderado, oportunista, vigilante contra os excessos de multidão. Quanto ao mais, estava convencido de que o imperialismo inglês era invencível, como aliás demonstraria no decorrer do seu quatriênio presidencial, na Guerra dos Bôeres (1899-1902) e na Revolução de Boxers

> (1901). Acreditava na Pax Britannica, para ele inabalável, sobretudo depois de estabelecida a *entente cordiale* entre a Grã-Bretanha e a França. Aplicaria como presidente da República a mesma estratégia, com a aliança entre São Paulo e Minas Gerais, isolando o belicoso Rio Grande do Sul, que vivia a ameaçar, como a Alemanha o bom entendimento entre os Estados da Federação.

Em termos de atividade internacional, Campos Sales notabilizou-se pela renegociação das dívidas brasileiras. Realizou "peregrinação pelas capitais financeiras da Europa, batendo à porta dos banqueiros – credores de seu país – para poder governar".

Olintho de Magalhães, chanceler de Campos Sales

Ao comentar a escolha do seu ministro das Relações Exteriores, Campos Sales sublinha que Olintho de Magalhães, "membro distinto do corpo diplomático [...] e republicano histórico", ao aceitar o convite, "estabeleceu, porém, a condição de não ser um ministro político". É interessante lembrar, como assinala Jose Honório Rodrigues, que Olintho de Magalhães foi, além de diplomata de carreira, "político militante".

Francisco de Assis Barbosa, no referido texto, assim considera sua gestão no Itamaraty: "Burocrático era também o Ministério das Relações Exteriores, ao tempo de Olintho de Magalhães, perplexo e timorato diante da mais importante questão diplomática que teve de enfrentar, a Questão Acriana, ressalvada a perfeita boa-fé com que agiu, a qual fica comprovada no seu livro de memórias."

A resposta oficial do governo brasileiro

O representante diplomático do Brasil em São Petersburgo à epoca, Ferreira da Costa, entregou ao governo russo nota oficial vazada nos seguintes termos:

> Legação dos Estados Unidos do Brasil na Rússia
>
> Roma, 27 de janeiro de 1899.
>
> Senhor ministro,
>
> Tendo eu transmitido ao meu governo o despacho circular de 12/24 de agosto último, o sr. presidente Prudente de Morais, cujo mandato devia expirar dentro em pouco, julgou do seu dever, apreciando altamente o conteúdo

do mesmo despacho, deixar ao seu sucessor, por conveniência política, a decisão do assunto; por isso que não quis, por um ato dos últimos dias de sua administração, empenhar a responsabilidade do novo presidente.

Coube à Sua Excelência o senhor Manoel Ferraz de Campos Sales, que entrou em exercício a 15 de novembro último, tomar conhecimento da mencionada circular de Vossa Excelência.

Autorizada por meu governo a respondê-la, apresso-me, senhor ministro, a expor a Vossa Excelência os motivos que determinaram o governo do Brasil, bem ao seu pensar, a não se fazer representar na conferência.

As crises por que tem passado, nestes últimos anos, o Brasil e que o têm profundamente abalado são demasiado conhecidas para que me julgue na necessidade de desenvolvê-las agora; nossas forças de mar e terra foram gradamente atingidas e a nossa situação financeira muito se ressentiu com elas. Por isso, a única preocupação da nova administração é a reconstituição do nosso crédito, a valorização da nossa riqueza e reorganização das nossas forças militares com um fim pacífico. Eis a razão por que o meu governo não quer tomar parte de antemão de compromisso algum para a manutenção do *status quo* militar.

A exemplo da Rússia em momento histórico, o Brasil se recolhe para refazer suas forças, e procura afastar-se o mais possível de questões que não lhe afetam diretamente, e, achando-se aliás muito afastado e sem influência alguma nos negócios políticos da Europa, o seu papel na conferência seria nulo.

Todavia Sua Excelência o senhor presidente foi muito sensível à alta prova de distinção dispensada à sua pátria naquele convite, pelo qual é muito grato, e compreendendo toda importância que terá para o progresso e para a prosperidade dos povos a realização das idéias generosas de Sua Majestade o Imperador, faz os mais sinceros votos pelo feliz resultado da conferência.

Por minha parte, ouso esperar, senhor ministro, que Sua Majestade, em sua alta sabedoria, se dignara de apreciar em seu justo valor, não só os sentimentos de que sou intérprete como as razões que acabo de submeter a Vossa Excelência.

Queira aceitar, senhor ministro, a segurança da minha mais alta consideração.

Ferreira da Costa

A explicação de Olintho de Magalhães

O chanceler do governo Campos Sales, Olintho de Magalhães, publicou, em 1941, livro de memórias intitulado *Centenário do presidente Campos Sales*: comentários e documentos sobre alguns episódios de seu governo pelo ministro das Relações Exteriores de 1898 a 1902. Nessa obra,

em breve capítulo, expõe os motivos que o levaram a sugerir ao primeiro mandatário que recusasse o convite de participar da I Confederação da Paz de Haia.

Vale a pena considerar as razões de Olintho de Magalhães. Para isso, transcreverei, na íntegra, o referido capítulo do livro.

> A Primeira Conferência de Haia
>
> A presença do Brasil em Haia tinha consequências delicadas, tanto na ordem interna como externa, na ocasião em que o governo recebeu o convite para nela se fazer representar. O alto espírito de S. M. Nicolau II era, indiretamente, no sentido de assegurar a paz entre as nações, mas o seu objetivo imediato estava claro no Artigo 1º do Programa da Primeira Conferência de Haia em 1899, que previa esse acordo "para não aumentar durante um período fixado o atual efetivo das forças militares de terra e mar, e ao mesmo tempo, não aumentar os competentes orçamentos, e, eventualmente, o estudo preliminar dos meios para se obter de futuro a redução dos armamentos já existentes". Portanto o convite era relativo a uma conferência para o "Desarmamento Geral das Nações" em Haia.
>
> A nota do conde de Mouravieff, ministro de Estrangeiros da Rússia, em 12 de agosto de 1898, dizia: "*Pénétré de ce sentiment, Sa Magesté I'Empereur a daigné m'ordenner de proposer* à tous les Gouvernements dont les Représentants accredités près la Cour Impérial, *la réunion d'une Conférence qui aurait à s'occuper de ce grave problème*." O grifo foi posto por mim na transcrição deste trecho, para mostrar porque os demais países da America do Sul não foram convidados, e só ao Brasil coube esta distinção.
>
> Quando em 1897 era eu ministro junto à Corte de São Petersburgo, já estava ao corrente dos projetos e das restrições que o conde de Mouravieff planejava para não transformar a conferência numa reunião exageradamente numerosa, nela devendo tomar parte apenas os países com representação diplomática ali. A nossa resposta ao convite foi de 27 de janeiro de 1899.
>
> As demais tentativas, inclusive a II Conferência (já então denominada) da Paz, foram todas infrutíferas neste sentido, e a própria Liga das Nações desapareceu, nos nossos dias, sob a calamidade cruel que a assoberba o mundo em um conflito que se desenvolve a revelia das leis de guerra, das leis de Deus e das leis da humanidade, com prejuízo da própria civilização.
>
> Em 1899 as nossas atenções estavam voltada para a América do Sul, ameaçada de perigos iminentes, e o nosso programa era o de aproximação e de boa vizinhança com as demais repúblicas americanas, de que demos uma prova com a troca de visitas oficias entre os dois presidentes da Argentina e do Brasil – em momento oportuno e expressivo, porque de benéficas consequências e assim compreendido.

> A nossa política externa girava, portanto, em eixo diferente das conveniências do Velho Mundo. Armando-nos, ou não, o governo Campos Sales só devia pedir inspiração aos interesses reais do país: não podia alimentar ciúmes entre as nações vizinhas, e ainda menos olvidar as nossas responsabilidades históricas contra possíveis conflitos armados no nosso continente.
> Se não podíamos tomar atitude antecipada numa conferência de desarmamento, em que não figuravam outras nações irmãs, não estavam fechadas as portas, para em todo o tempo, darmos a nossa adesão a outras conclusões que nos parecessem convenientes e viessem a ser adotados em Haia. Em nenhuma hipótese ficaria sacrificado o interesse do Brasil, e são injustas as críticas que por sua atitude foram feitas ao governo.

Em outro trecho do mencionado livro, no capítulo intitulado "Política de boa vizinhança", Olintho de Magalhães agrega os seguintes comentários sobre a recusa do governo Campos Sales ao convite do czar:

> Nas relações exteriores com os países do nosso continente praticamos a política de boa vizinhança, tão necessária entre nações jovens e que tem um largo futuro de atividades a exercerem, no interesse comum de paz, de trabalho e de progresso.
> Com esse objetivo, pela primeira vez no continente, se efetuou um fato histórico de alto alcance: a troca de visitas oficiais entre dois chefes de Estado, entre presidente Roca e o presidente Campos Sales. Que foi o momento oportuno e eficiente, basta recordar que naquele período as relações entre a Argentina e o Chile eram muito tensas, e as do Chile excelentes com o Brasil. Estava esta parte da América do Sul ameaçada, por divergências territoriais, de uma possível conflagração. (Esta situação confusa do nosso hemisfério, dentre outras razões, concorreu de algum modo para que o Brasil não aceitasse o convite para comparecer à I Conferência do "Desarmamento Geral das Nações", convocada pelo czar Nicolau II . As duas Repúblicas, em vésperas de possível conflito, estavam armadas, e o Brasil desarmado. A Argentina e o Chile, não tendo legação em São Petersburgo, não foram convidados para aquela conferência.)

A recusa do Brasil ao convite para participar da Conferência de Haia de 1899, além da justificativa da dificuldade de estar presente em uma reunião internacional na qual se discutiria a redução de armamentos em momento no qual o país "se recolhia para refazer suas forças", contém outros elementos. Fica patente certa ingenuidade dos republicanos sobre o funcionamento real da política internacional. Alemanha, Inglaterra,

França e Rússia estavam em plena corrida armamentista e não encontraram nenhuma dificuldade em estar presente em uma conferência sobre o direito de guerra, na qual se discutiram acordos a respeito da contenção de despesas com gastos militares, do controle de armamentos, e não "do desarmamento geral das nações", como interpretou, ao pé da letra, Olintho de Magalhães.

"Política de boa vizinhança"?

A respeito dos ciúmes que poderiam surgir na Argentina e no Chile pelo convite russo ao Brasil e do fato de isso atrapalhar a "política de boa vizinhança", tão almejada por Olintho de Magalhães, verifica-se que há na percepção do chanceler de Campos Sales certo exagero em aplicar a antiga e lúcida diretriz do Conselho do Estado de se evitar a formação de sentimento antibrasileiro entre nossos vizinhos. Trata-se, sem dúvida, de aplicação equivocada de um conceito correto.

Os países latino-americanos, inclusive o Brasil, pressionaram o presidente Theodore Roosevelt, em 1906, para que todas as nações do continente fossem convidadas para a II Conferência de Paz da Haia, prevista inicialmente para 1906, fato que postergou o conclave para 1907. Rui Barbosa, com ironia, comenta, no discurso que fez, em Paris, em 1907, após a conferência, ao receber homenagem dos brasileiros residentes na capital francesa, que achava estranho os países latino-americanos, incluindo o Brasil, terem levado sete anos (de 1899 a 1906) para perceber a importância das Conferências da Paz da Haia. "Os delegados brasileiros não chegaram ainda [...]."

Oliveira Lima, em *O Pan-americanismo*, comenta acerca do erro diplomático de 1899:

> O que espero, em todo caso, é que me não ocorrerá de futuro o que em Paris este ano me sucedeu. Aproveitava eu meu tempo indo diariamente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros mexer em papéis velhos. O muito amável diretor da seção histórica, ao subirmos juntos a escadaria, ia comentando os quadros representando vários congressos e personagens ilustres. Ao indicar-me a enorme tela da Conferência de Haia [de 1899] ajuntou: "*Cherchez là-dedans les délégués brésiliens*." Eu lancei um olhar hipócrita para a tela e respondi-lhe com a diplomacia que possam ter incutido 15 anos de carreira: "*Ils n´étaient pas encore arrivés*."

12. "Uma conferência da paz em 1899 [...] reescreveu de fato as leis da guerra" (Geoffrey Best)

A I Conferência de Paz da Haia apresentou relevante balanço em termos de contribuições para o progresso do direito internacional, expresso na ata final do congresso. Foram englobadas três convenções: 1) Convenção sobre as Leis e os Usos da Guerra Terrestre; 2) Convenção para a Aplicação à Guerra Marítima dos Princípios da Convenção de Genebra de 22 de agosto de 1864; e 3) Convenção para a Solução Pacífica dos Litígios Internacionais que contemplou a criação da Corte Permanente de Arbitragem.

O professor Geoffrey Best, das Universidades de Edinburgh e Sussex, no artigo A peace conference held in Holland in 1899 in fact ended by rewriting the laws of war, publicado em 2011 na revista *History Today*, sublinha que uma de suas grandes conquistas foi a assinatura da Convenção sobre as Leis e Usos da Guerra Terrestre.

Para o professor, a Conferência de Paz da Haia de 1899 concluiu o longo debate de séculos para limitar os horrores da guerra. Em suas palavras:

> [1]Os especialistas militares concordaram na elaboração de código de conduta acerca da guerra terrestre na Conferência de Bruxelas de 1874, mas esse documento não havia sido ratificado pelos governos. A Conferência de Paz da Haia de 1899 ofereceu a natural oportunidade para finalizar o trabalho. Assim, as "Regras da Haia" tornaram-se o coração do direito internacional da guerra. Pelo somatório com a Convenção de Genebra, após a Segunda Guerra Mundial, formaram os dois fundamentos gêmeos do que é hoje universalmente conhecido como direito internacional humanitário. Se não estou enganado, a opinião geral – ao constatar a presença da Cruz Vermelha Internacional no corpo jurídico – conecta o direito humanitário somente com a cidade de Genebra. Meu ensaio tem como propósito de contribuir para recolocar a Haia em seu devido lugar na história (BESTS, 2011).

Ademais dessas convenções, a conferência de 1899 aprovou outras três declarações sobre a proibição de lançamento de projéteis e de explosivos por balões ou por outros meios semelhantes; a proibição dos projéteis que tenham como fim único espalhar gases asfixiantes ou deletérios; e a proibição do emprego de balas que se dilatam ou que se achatam facilmente dentro do corpo humano.

De acordo com Rubens Ferreira de Melo, no *Dicionário de Direito Internacional Público*:

> A conferência emitiu ainda os seguintes votos que constam, igualmente, da ata final: 1) a conferência, tomando em consideração os passos preliminares dados pelo governo federal suíço para a revisão da Convenção de Genebra, expressa o desejo de que se proceda sem demora à reunião de uma conferência especial que tenha por objetivo a revisão daquela convenção; 2) a conferência expressa o desejo de que a questão dos direitos e deveres dos neutros seja inscrita no programa de uma próxima conferência; 3) a conferência expressa o desejo de que as questões relativas aos fuzis e canhões de marinha, tais como foram examinadas por ela, sejam estudadas pelos governos com o objeto de se chegar a um acordo sobre o uso de novos tipos e calibres; 4) a conferência expressa o desejo de que governos, tendo em conta as proposições feitas na conferência, estudem a possibilidade de um acordo sobre limite das forças de terra e mar e os orçamentos de guerra; 5) a conferência expressa o desejo de que a proposição relativa a declarar a inviolabilidade da propriedade privada na guerra marítima seja submetida ao exame de uma conferência posterior; 6) a conferencia expressa o desejo de que a proposição para regulamentar o bombardeio dos portos, cidades e povoados, por uma força naval, seja submetida ao exame de uma conferência posterior (MELLO, 1962).

13. A criação da Corte Permanente de Arbitragem e suas consequências

O Artigo 20 da Convenção para a Solução Pacífica dos Litígios Internacionais, assinado em 29 de julho de 1899, institui a Corte Permanente de Arbitragem, com sede na Haia. O objetivo da corte é:

> Facilitar o recurso imediato à arbitragem para as controvérsias internacionais que não tenham encontrado solução por via diplomática. Compõe-se de uma lista juízes árbitros, de uma Secretaria e de um Conselho Administrativo.
> Segundo estabelece o Artigo 44 da citada convenção, cada potência contratante designa no máximo quatro pessoas, de reconhecida competência em matéria de direito internacional e de alto conceito moral, que aceitem as funções de árbitro. Essas pessoas constituem os grupos nacionais da corte e têm o título de membros ou juízes do referido tribunal. Seus nomes são inscritos numa lista e comunicados aos países signatários que podem escolher, dentre os mesmos, o árbitro ou árbitros que lhe convier.

14. A crítica da Corte de 1899, gênese da proposta de 1907

A principal questão da II Conferência de Paz da Haia (1907) foi a crítica da Corte de 1899 e a proposta de criação de uma Corte de Justiça Arbitral diferente da estabelecida na primeira conferência (a de 1899).

A entidade instituída em 1899, com sede na Haia, apesar de ser denominada Corte Permanente de Arbitragem, não era propriamente uma corte e não atuava de forma contínua e permanente. Foi idealizada para deixar às partes a responsabilidade da escolha dos juízes. A Corte Permanente de Arbitragem de 1899 era, basicamente, uma lista dos juízes à disposição dos litigantes e uma mínima secretaria. Era uma corte sem juízes residentes na Haia e atuava, pontualmente, nos casos em que as partes a constituíssem.

Segundo o jurista e diplomata francês Leon Bourgeois, essa modalidade tinha a grande vantagem de preservar o caráter essencial da arbitragem, ao dar total liberdade de escolha às partes.

Os Estados Unidos lideraram a crítica à Corte de1899, propondo uma nova corte com sessões regulares, juízes residentes na Haia, acesso rápido e bons salários a seus magistrados. O presidente Theodore Roosevelt, em carta a Andrew Carnegie, assim se expressava:

> Espero que seja adotado um tratado geral de arbitragem entre as nações; e espero ver a Corte da Haia, grandemente aumentada em poder e permanência, com juízes permanentes, e com salários adequados. Isso tornaria mais provável que, em cada caso, eles decidirão entre nações, grandes ou pequenas, exatamente, como o fazem os juízes, na justiça comum, em casos entre indivíduos sejam ricos ou pobres. Sem dúvida, muitas outras matérias constam da agenda da Conferência da Haia (1907), no entanto parece-me que essa do tratado geral de arbitragem, é talvez a mais importante.

Como se vê, a principal contribuição da criação da Corte Permanente de Arbitragem foi ter colocado, no centro do debate político e jurídico internacional, a questão da necessidade e da possibilidade da negociação jurídica nos litígios entre nações. A ativa participação dos Estados Unidos no tema demonstra o relevo adquirido pelo assunto.

15. "A diplomacia da Haia". Caso da Venezuela. Roosevelt, primeiro político a receber o Prêmio Nobel da Paz

Charge do presidente da Venezuela Cipriano Castro; charge do presidente Theodor Roosevelt; e charge da Casa Branca recebendo o problema venezuelano para a Corte da Haia.

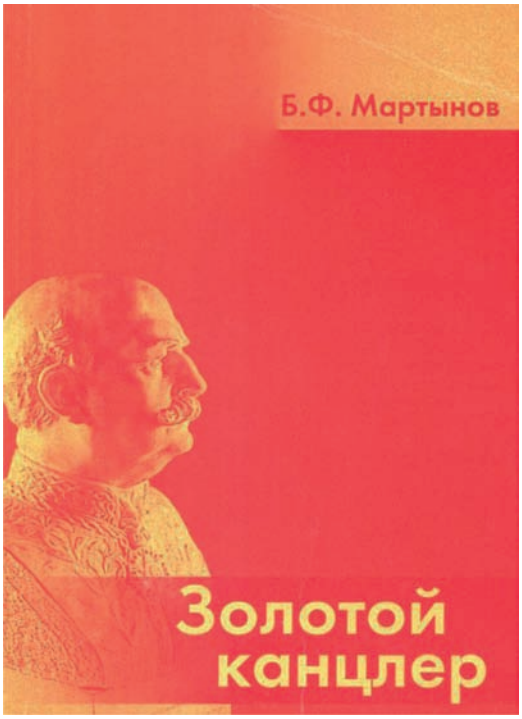
Apesar das críticas a seu modelo e da proposição de uma nova corte em 1907, merece registro, com destaque, a trajetória da Corte Permanente de Arbitragem no período de 1899 a 1907, particularmente o caso da Venezuela, no contexto da chamada "Diplomacia da Haia" desenvolvida pelo presidente Theodor Roosevelt, que lhe valeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1906, o primeiro nesta categoria concedido a um político.

Durante 15 anos, após a I Conferência de Paz da Haia de 1899, a "Diplomacia da Haia" – pela ativação da Corte Permanente de Arbitragem, pelo apoio à corte e pela proposta de reforma desse tribunal – ocupou lugar importante nas prioridades da política externa norte-americana, até a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Por sugestão do presidente Theodore Roosevelt, a Corte Permanente de Arbitragem assumiu, em 1902, o caso entre Estados Unidos e México (Pious Fund of California). Igualmente, por iniciativa e gestões de Roosevelt, a Corte Permanente de Arbitragem, em 1904, atuou na questão das demandas e decidiu por pagamentos preferenciais de seus nacionais pela Itália, pela Alemanha e pelo Reino Unido junto à Venezuela, após os três países europeus terem efetuado bloqueio militar contra a nação latino-americana.

Dessa forma, o uso pelo presidente Roosevelt da Corte Permanente de Arbitragem em importantes controvérsias internacionais (a negociação de tratados arbitrais, a proposta e a convocação da II Conferência de Paz da Haia e os bons ofícios para concluir a Guerra Russo-Japonesa) o permitiu ser o primeiro estadista a receber o Prêmio Nobel da Paz, em 1906.

16. Rio Branco visto por um russo



Capa do livro de Boris F. Martynov sobre Rio Branco

O cientista político russo Boris F. Martynov, vice-diretor do Instituto de América Latina da Academia Russa de Ciências, escreveu relevante ensaio sobre o Barão do Rio Branco, cujo título em castelhano é: *El Canciller de Oro*: el Barón de Rio Branco, un gran diplomático de América Latina. A obra ainda não foi traduzida nem para o português nem para o castelhano. Recomendei publicação da obra em português ao embaixador Manoel Gomes Pereira, coordenador da Comissão Organizadora do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco.

A "aliança não escrita" em uma visão mais histórica e realista

Em conversa que mantive com o professor Martinov, em Moscou, há duas semanas, a respeito de seu texto sobre Rio Branco, colhi uma perspectiva russa acerca do patrono da diplomacia brasileira. Imbuído de sua grande admiração por Rio Branco, Martynov dedica seu ensaio ao estadista brasileiro:

> [...] Ao grande diplomata do Brasil e da América Latina, Barão do Rio Branco (1845-1912), [que] logrou negociar pacificamente todos os litígios territoriais do Brasil, contrapor-se à política hegemonista dos Estados Unidos, dar início aos processos de integracionistas latino-americanos de hoje e lançar os cimentos da coordenação política entre Rússia e Brasil.

Em favor da visão de Martynov, destaquem-se as observações críticas de Rio Branco à posição dos Estados Unidos na Conferência de Paz da Haia em 1907, quando assinalou, em despachos telegráficos, a Rui Barbosa, que:

> Os países da América Latina fora tratados em geral com evidente injustiça. É possível que, renunciando *à igualdade de tratamentos que todos Estados soberanos têm tido até hoje* nos congressos e conferências, alguns se resignem a assinar convenções, em que sejam declarados, e se confessem nações de terceira, quarta ou quinta ordem. O Brasil não pode ser desse número [...]. O presidente resolveu que não assinemos nem a projetada convenção para o estabelecimento de um novo tribunal de arbitramento em Haia, nem a convenção para o tribunal de apelação de presas [...]. Agora que não podemos mais ocultar a nossa divergência, cumpre-nos tomar aí francamente a defesa de nosso direito e do das demais nações americanas. Estamos certos de que V. Excia. o há de fazer com firmeza e

> moderação e brilho, atraindo para o nosso país as simpatias dos povos fracos e o respeito dos fortes.
>
> Não tendo havido intervenção eficaz, só nos resta agora tomar a posição que a nossa dignidade nos impõe. Já é tarde para sugerir outros alvitres e a rejeição do tribunal arbitral é o único partido que nos resta. A parte principal nessa campanha deve pertencer ao Brasil e aos demais países latinos da América.

O tratamento injusto a que se refere Rio Branco ficou patente na classificação dos países sul-americanos, constante da proposta norte--americana de criação do novo Tribunal de Arbitramento.

A tese da "aliança não escrita" de Bradford Burns precisa ser repensada e criticada, tendo em vista, entre outros fatos históricos, o marcante episódio da II Conferência de Paz da Haia (estreia do Brasil na política internacional): a séria divergência brasileira com os Estados Unidos, liderada por Rio Branco e Rui Barbosa. Merece menção, no contexto maior da divergência entre Brasil e Estados Unidos em Haia, a recusa de Rio Branco ao convite, articulado por Joaquim Nabuco, de visitar os Estados Unidos em 1908.

Rio Branco, chamado por vários políticos e diplomatas de "a esfinge", por sua aparente frieza e distância, era na verdade um ser político fundamentalmente racional, qualidade rara no ambiente nacional. Rio Branco, como assinalou Ortega y Gassett no ensaio "Mirabeau, ou o político", respeitava, sobretudo, a jurisdição dos fatos, "a verdade efetiva das coisas e não a imaginação sobre as coisas", da lição básica de Maquiavel. Assim sendo, era normal que reconhecesse a emergência dos Estados Unidos no cenário mundial e o declínio da influência europeia. A partir disso, definir uma "aliança não escrita", com tantas divergências como as da Haia, é um esforço de boa vontade que vai além dos fatos históricos concretos.

Rio Branco X Clausewitz

Registro com nitidez palavras de Martynov, ao responder minha indagação para que ele fizesse uma síntese de Rio Branco. Assim expressou o professor russo: "Rio Branco é o oposto de Clausewitz, para quem a guerra é a continuação da política por outros meios. Para Rio Branco a guerra é a saída menos digna da situação. Rio Branco via o futuro".

17. A vocação universalista do Brasil

A Rússia, por suas dimensão e distância, oferece outra perspectiva da política internacional. O mundo visto da Rússia enriquece nossa visão desse tão caótico, violento, criativo e surpreendente cenário das nações.

O Brasil, também, tem a singular posição de oferecer uma reserva de serenidade, solidão e reflexão. Reserva tão necessária para enfrentar os problemas do tempo presente, evitar imagens equivocadas, localizar a raiz das coisas e "combater o bom combate".

Política internacional é uma questão de perspectiva. Bons e adequados pontos de partida possibilitam a melhor visão possível, em termos qualitativos e quantitativos.

É preciso que o Brasil, fiel à sua vocação universalista, exercite concretamente o diálogo com todos os países e que, sem preconceitos, escute e fale. É necessário que recupere a memória não só de vultos como Rio Branco, mas também de acontecimentos marcantes e esquecidos de sua história diplomática, como as Conferências da Haia, a fim de enriquecer, ampliar, corrigir, atualizar e melhorar sempre suas visão e presença no mundo.

18. As Conferências da Haia e "o advento da América do Sul nos destinos do mundo"

A ausência, em 1899, e a presença unânime, em 1907, da América Latina nas Conferências da Haia constituem um marco da política mundial. Como disse o delegado norte-americano James Brown Scott, a II Conferência da Paz da Haia representou "o advento da América do Sul nos destinos do mundo".

Duas questões surgem: Por que a América, sendo tão relevante, tardou a ser reconhecida? Por que as Conferências da Haia foram tão importantes para sua ascensão na política mundial?

A *Revista Americana*, iniciativa de Rio Branco, traz, em seu primeiro número, texto de *A Redação*, certamente escrito pelo chanceler brasileiro. Alguns parágrafos da apresentação da nova publicação, lançada em 1909, ajudam-nos a responder às duas perguntas:

> A América, conhecemo-la aos fragmentos. O telégrafo desvenda-a em sua feição política e econômica. Adivinhamos, mas ignoramos, palmarmente, o seu aspecto estritamente intelectual. [...] Adite-se a tudo isto a convicção

> radicada em todos nós de que as ideias, para serem aceitáveis, necessitam trazer a marca europeia e transpor os mares nos bojos dos transatlânticos; o descaso injustificável pelas coisas do nosso continente; a indiferença pela sua história; o desamor às suas tradições; o desprezo pelos incontáveis aspectos de sua natureza; e ter-se-á um quadro quase completo das várias causas por que as gentes americanas se desconhecem voluntariamente.
> [...] Precisamos concorrer com uma parcela das nossas atividades nas justas do saber e da inteligência. Uma voz autorizada mostrou na última Conferência da Paz, na Haia, que a América deixara de ser uma simples projeção geográfica e formava, no convívio da sociedade internacional, feito uma componente nova entre as forças vivas da atualidade. Devemos, por esforços e obras valorosas, legitimar aquelas revelações.

19. Rio Branco e Rui Barbosa: os dois patronos da diplomacia brasileira

A estreia do Brasil na política internacional foi adiada de 1899 para 1907. Rio Branco tinha perfeita consciência do atraso em nossa agenda externa e tomou as providências necessárias para o êxito da missão brasileira, chefiada por Rui Barbosa.

Euclides da Cunha, ao saudar Rui Barbosa, em nome de Rio Branco, em ato no Itamaraty, no dia 30 de dezembro de 1907, sublinhou o extraordinário encontro dos dois patronos da diplomacia brasileira na defesa das posições do Brasil na Haia: "A irradiação da inteligência do segundo consorciou-se com a austeridade moral do estadista."

Como afirmou Tristão de Athayde, em *Política e Letras*, "Rio Branco pensara o Brasil na América do Sul [...]; Rui sonhara o Brasil no mundo".

A obra de Rio Branco, ao consolidar as fronteiras do território, consagrou-o como o patrono da diplomacia bilateral e regional do Brasil. A atuação de Rui Barbosa na Conferência de Paz da Haia, em 1907, e na Primeira Guerra Mundial, em 1916, fizeram dele o patrono da diplomacia multilateral brasileira.

Referências bibliográficas

ALDRICH, Robert (Ed.). *The Age of Empires.* London: Thames and Hudson, 2009.

BEST, Geoffrey. Peace Conferences and the Century of Total War: the 1899 Hague Conference and what came after. *International Affairs*, v. 75, n. 3, jul. 1999.

_____. A peace conference held in Holland in 1899 in fact ended by rewriting the laws of war. *History Today*, v. 61, n. 3, pp. 26-28, mar. 2011.

BILLINGTON, James H. *The Icon and the Axe*: an interpretative history of russian culture. New York: Vintage Books, 1966.

CARDIM, Carlos Henrique. *A Raiz das Coisas*: Rui Barbosa, o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA; FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Revista Americana*: uma iniciativa pioneira da cooperação intelectual (1909-1919). Brasília: Senado Federal, 2001.

EYFFINGER, Arthur. *The Hague*: International Centre of Justice and Peace. The Hague: Jongbloe Law Booksellers, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Região e tradição.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

FUNDACIÓN CENTRO NACIONAL DE HISTORIA. *Cipriano Castro en la caricatura mundial.* Caracas: Fundación Centro Nacional de Historia, 2008.

LIEVEN, Dominic. *Russia against Napoleon*: the true story of the Campaign of War and Peace. London: Penguin Books, 2009.

MARTYNOV, Boris F. *El Canciller de Oro*: el Barón de Rio Branco, un gran diplomático de América Latina. Moscú: Instituto de Latinoamérica de la Academia de Ciencias de Rusia, 2004. (Edição do texto em russo.)

MELLO, Rubens Ferreira de. *Dicionário de Direito Internacional Público.* Rio de Janeiro: Iguassu, 1962.

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. *Documents Diplomatiques*: Conférence Internationale de la Paix 1899. Paris: Imprimerie Nationale, 1900.

MOSCARDO, Jerônimo; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). *Rússia*: seminário. Brasília: Funag, 2008.

NASAW, David. *Andrew Carnegie.* London: Penguin Books, 2006.

PIPES, Richard. *Three "Whys" of the Russian Revolution*. New York: Vintage Books, 1995.

RIASANOVSKY, Nicholas V.; Steinberg, Mark D. *A History of Russia*. New York; Oxford: Oxford University Press, 2005.

RIO BRANCO, Raul do. *Reminiscências do Barão do Rio Branco.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

TOLSTÓI, Liev. *Guerra e Paz*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

THE PERMANENT COURT OF ARBITRATION. *The Hague Peace Conferences of 1899 and 1907 and International Arbitratio*: Reports and Documents. Edition of Shabtai Rosenne. The Hague: T.M.C. Asser Press, 2001.

TSYGANKOV, Andrei P. *Russia's Foreign Policy.* Lanham: Rowan & Littlefield Publishers, 2010.

TUCHMAN, Barbara. *The Proud Tower*: a portrait of the world before the war 1890-1914. London: Papermac, 1997.

O Barão do Rio Branco e a II Conferência da Paz

Antônio Celso Alves Pereira

I

Os anos iniciais da República foram marcados por graves agitações político-militares. A vitória do movimento republicano destruiu a tradição pacífica, o predomínio do poder civil e o equilíbrio político-partidário que vigorava no período monárquico. O Brasil, conforme José Maria Bello, "contaminara-se para sempre da diátese revolucionária da América Latina"[1]. As duas revoltas da Armada, sob Deodoro e Floriano, a intervenção das esquadras estrangeiras fundeadas na baía da Guanabara, em 1893, a instabilidade e as consequentes intervenções do poder central nas antigas províncias imperiais, transformadas em Estados recém-federados, portanto, "sem hábitos de autonomia política"[2], levaram à eclosão, no Rio Grande do Sul, da Revolução Federalista, e o país a uma situação de difícil governabilidade. Contudo, apesar das imensas dificuldades que enfrentara no seu período presidencial, o marechal Floriano Peixoto, com enérgica determinação, autoritarismo e tenaz vontade política, consolidou a República e passou o poder ao primeiro presidente civil, Prudente de Morais, eleito pelo voto direto, fato que expressou a ascensão da oligarquia cafeicultora ao comando do poder político nacional e o fim da chamada *República da Espada*. Os presidentes paulistas Prudente de Morais, Campos Sales e Rodrigues Alves empreenderam grandes esforços para pacificar

[1] BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p. 161.
[2] Idem. p. 91.

o país, vencer sublevações militares e levantes populares, insuflados, desde os primeiros tempos da República, por paixões jacobinas, arruaças populares e comícios incendiários nas ruas e praças do Rio de Janeiro, desordens que resultavam do confronto entre os monarquistas, os revolucionários florianistas e a juventude militar positivista. Segundo Pandiá Calógeras, foram dias sombrios esses, que justificavam o descaso com que éramos tratados pelas potências estrangeiras[3]. Foi essa ambiência de desordens que, provavelmente, incentivou a Inglaterra, em pleno fastígio imperialista, em julho de 1895, a ocupar a ilha da Trindade, fato energicamente contestado pelo Brasil, mediante protesto do então ministro do exterior, Carlos de Carvalho. Felizmente, graças aos bons ofícios do governo português, nossa soberania na ilha da Trindade foi restabelecida pacificamente. É interessante salientar que, nesse mesmo ano, em março, o Brasil reatou relações diplomáticas com Portugal, interrompidas no governo Floriano, em protesto pela concessão de asilo político aos sublevados da Armada nas corvetas portuguesas *Afonso de Albuquerque* e *Mindelo*, que, à época, estavam fundeadas na baía da Guanabara. No entanto, a grave a situação econômico-financeira herdada da *bolha do encilhamento* mergulhou o país em profunda depressão econômica, situação que começou a ser revertida no governo Campos Sales e consolidada nos governos Rodrigues Alves e Afonso Pena. A recuperação financeira e a valorização dos preços internacionais do café e da borracha na primeira década do século XX possibilitaram a essas administrações empreender importantes políticas públicas, como o saneamento e a reforma urbana do Rio de Janeiro e o reequipamento e a reestruturação completa das nossas Forças Armadas. Vale lembrar que, durante o Império, nossa Marinha de Guerra foi a primeira da América Latina; porém, desde a Revolta de 1893, estava em situação deplorável, superada pelas Armadas da Argentina e do Chile. Rui Barbosa, desde 1899, defendia a imediata reestruturação da Marinha, cujas belonaves, para ele, naquela altura, eram "velhices flutuantes, mentiras navais, tartarugas de quilha"[4]. Por sua vez, o Exército estava totalmente desorganizado e em absoluta carência de equipamentos desde a Campanha de Canudos.

Nos primeiros tempos da República, em razão da permanência dos velhos e experientes funcionários do antigo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império à frente da administração burocrática da chancelaria, acostumados ao exercício de uma política externa "um tanto

[3] CALÓGERAS, João Pandiá. Rio Branco e a política exterior. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos*. Brasília: Funag: CHDD, 2002. p. 183.

[4] Ver BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República*: os anos de apogeu (de 1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 192.

formalística, mas arguta, cautelosa, sinceramente pacifista e, sobretudo, animada de espírito de continuidade"[5], as mudanças de rumo não foram, de fato, profundas[6]. No caso, a indicação de mudança, em relação à política externa do Império, apontava, praticamente, apenas para uma direção, ou seja, a manifesta disposição do primeiro chanceler da República, Quintino Bocaiuva, de realizar uma política voltada à solidariedade e ao estreitamento de relações com as nações americanas, especialmente com a Argentina e os Estados Unidos[7]. Ainda a salientar, nesse contexto, a alta rotatividade na chefia do Ministério das Relações Exteriores, ocasionada, em grande parte, pela já citada instabilidade política reinante nos primórdios da República. No período compreendido de 1889 a 1902, isto é, até a posse do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, foram 11 ministros do Exterior, sem considerar os interinos. Além disso, o chanceler Carlos de Carvalho serviu aos governos Floriano e Prudente de Morais. Esse fato, somado à inexperiência dos titulares, propiciava, como registrou Pandiá Calógeras, ao diretor-geral do Ministério das Relações Exteriores, o "venerando Joaquim Thomás do Amaral, visconde de Cabo Frio, levemente sarcástico, perspicaz e profundamente dedicado ao serviço do ministério", exercer as funções de ministro de fato "durante a fugaz estada dos numerosos transeuntes que atravessaram as salas do antigo Palacete da Glória, e, depois, as do Itamaraty". Informa, ainda, Calógeras:

> [...] A um desses itinerantes, que, ao empossar-se, declarara ao ilustre diretor-geral ter por programa instituir novas regras para a política internacional do Brasil, e fazer *tabula rasa* das errôneas diretrizes anteriores, respondia sorridente e superiormente irônico o visconde: "Perfeitamente, Excelência. Por onde começaremos a renovação?" – e deixava-o entregue a seus recursos próprios, sem poder deslindar as questões. Dias depois, solicitado seu concurso, trazia-lhe as soluções, traçadas, como cortês e perversamente fazia-lhe sentir, "na tradição invariável do Ministério dos Estrangeiros"[8].

Em 1902, o presidente Rodrigues Alves nomeou o Barão do Rio Branco seu ministro das Relações Exteriores. Enfim, chegaram ao Itamaraty a estabilidade e a competência que marcaram a política externa

---

[5] BELLO. Op. cit. p. 225.

[6] Ver CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil.* 3. ed. Brasília: UnB, 2008. p. 163.

[7] Cervo e Bueno chamam a atenção para o fato de que "no Manifesto Republicano de 1870 – teve entre seus signatários Quintino Bocaiuva e Salvador de Mendonça, proeminentes figuras no cenário da política exterior brasileira logo depois do 15 de Novembro –, aparece de modo explícito o desejo dos adeptos do novo partido em alterar a maneira pela qual vinham sendo conduzidos os negócios exteriores do país. A parte do manifesto que tratou desse aspecto começava pela afirmação: 'Somos da América e queremos ser americanos.'." CERVO; BUENO. Op. cit. p. 165.

[8] CALÓGERAS. Op. cit. pp. 179-180. Sobre as relações do Barão do Rio Branco com o visconde de Cabo Frio, ver AMARAL, Luís Gurgel do. *O meu velho Itamaraty*. Brasília: Funag, 2008.

do país de 1902 a 1912, ou seja, durante a permanência de Rio Branco na chancelaria do governo de quatro presidentes. Ao receber o convite, o barão hesitou em aceitar, conforme se vê na carta que escreveu ao amigo Frederico Abranches, em 7 de agosto de 1902. Alegava questões pessoais, isto é, não reunir os requisitos necessários para o cargo, longa ausência do Brasil, problemas de saúde, precária situação financeira, familiares residindo no Brasil e na Europa, e, sobretudo, temia não poder contar com pessoal suficiente para efetuar uma reforma administrativa na chancelaria e, ainda mais, não receber do presidente liberdade total para agir à frente do ministério, como tiveram no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império seu pai, os viscondes do Uruguai, de Maranguape, de Sinimbu e de Abaeté, o marquês de Abrantes e o barão de Cotegipe. Rio Branco, para o bem da República, acabou aceitando, após aconselhar-se com os amigos Hilário de Gouveia, Joaquim Nabuco e José Carlos Rodrigues. Nabuco, informa Araújo Jorge, observou-lhe: "Não faça corpo pesado quando o país o quer empurrar para o alto [...]. Vá fazer história[9]." Monarquista, como seu amigo Joaquim Nabuco, mas também devotado ao país e à sua gente, o barão continuou a servir a República, agora em seu mais alto posto diplomático. No discurso que pronunciou no Clube Naval, em 1º de dezembro de 1902, dias antes de assumir o ministério, Rio Branco deixou claro, com a visão do estadista, que não vinha para servir a um partido político, mas "chegava para servir ao país, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado"[10].

A elevação de José Maria da Silva Paranhos Junior ao posto de chanceler da República constituía o reconhecimento dos relevantes serviços que ele já havia prestado ao Brasil nas questões do território das Missões e do Amapá, sucessos que lhe granjearam fama e admiração nacional. Resolver as antigas questões de limites com nossos vizinhos era fundamental para a segurança do Estado brasileiro e, além disso, para dirimir desconfianças e assegurar relações estreitas e proveitosas com as outras nações da América do Sul. Demonstrando a importância que atribuía às relações com os Estados sul-americanos, em 1904, Rio Branco

[9] ARAÚJO JORGE, A. G. *Introdução às obras o Barão do Rio Branco.* Rio de Janeiro: MRE, 1945, pp. 137-172.
O Barão, com o apoio total dos presidentes que o tiveram como chanceler, reformou a estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores e, com a conhecida habilidade, ao mesmo tempo em que cumulava o velho visconde de Cabo Frio de homenagens, retirava-lhe os poderes que, desde o Império, permitiam-lhe dominar a administração do ministério. Com o controle absoluto de sua pasta, Rio Branco pôde realizar a política externa que o notabilizou. "É com Rio Branco [...] que surge o Ministério das Relações Exteriores com forte personalidade própria, que veio a gerar até uma denominação específica 'o Itamaraty', símbolo e expressão da diplomacia brasileira, a exemplo de outros países: Reino Unido, 'Foreign Office', França, 'Quai d'Orsay', e Estados Unidos, 'State Departament'." CARDIM, Carlos Henrique. *A raiz das coisas*: Rui Barbosa, o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 92.

[10] WHELING, Arno. Visión de Rio Branco: el hombre de Estado y los fundamentos de su política. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (Orgs.). *Rio Branco*: América del Sur y la Modernización del Brasil. Rio de Janeiro: EMC, 2003. pp. 107-108.

enviou ministros residentes para a Colômbia e o Equador, representações que estavam vagas desde 1898. Da mesma forma, em 1906, despachou, pela primeira vez na história diplomática do Brasil, representantes para Costa Rica, Cuba, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Panamá. Os interesses brasileiros no Haiti e na República Dominicana eram tratados pela embaixada em Washington[11]. Contudo, suas principais atenções na América do Sul estavam voltadas para a região da bacia do Prata. É importante lembrar que, no momento em que Rio Branco assumiu o ministério, as relações do Brasil com alguns Estados sul-americanos não eram tranquilas: se com a Argentina, naquela altura, sob o segundo governo Julio Roca (1898-1904), as relações fluíam bem, com o Chile, em decorrência da visita de Campos Sales a Buenos Aires, em 1900, estavam, desde então, estremecidas, pois, por essa época, eram tensas as relações chileno-argentinas. A Colômbia mostrava-se insatisfeita por não ter recebido nosso apoio quando perdeu parte do seu território para a abertura do Canal do Panamá. Com a Bolívia, em decorrência da Questão do Acre, a tensão chegava ao máximo. Difícil estava, também, o relacionamento do Brasil com o Peru, que, por sua vez, reivindicava o Acre e territórios da Amazônia brasileira. A solução desse amplo contencioso era urgente. Rio Branco queria uma América do Sul pacífica, próspera, unida para enfrentar possíveis assaltos do imperialismo europeu. Nesse sentido, manifestava-se em despacho, datado de 22 de novembro de 1904, à legação brasileira em Buenos Aires:

> [...] Quando as grandes potências da Europa não tiverem mais terras a [...] colonizar na África e na Austrália hão de voltar os olhos para os países da América Latina, devastados pelas guerras civis, se assim o estiverem, e não é provável que os ampare a chamada Doutrina de Monroe, porque na América do Norte também haverá excesso de população (bem como continuará a política imperialista) e já ali se sustenta hoje o direito de desapropriação pelos mais fortes dos povos mais incompetentes [...][12].

Daí a preocupação de Rio Branco no sentido de reorientar a política externa brasileira para a região e construir, com a Argentina e o Chile, instrumentos políticos e jurídicos que permitissem, conjuntamente, estabelecer um diálogo diplomático realmente construtivo, firmado no princípio da não intervenção nos assuntos internos dos Estados e,

[11] BURNS, Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1978. v. 3 (O Brasil Republicano), p.3 89.

[12] Ver DORATIOTO, Francisco F. M. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 2, pp. 130-149, 2000.

com isso, fortalecer a estabilidade política na região. Contudo, nossas relações com a Argentina, a partir de 1905, tornaram-se tensas. Por essa época, o governo argentino do presidente Manuel Quintana mostrava-se agastado com o Brasil, em razão do rearmamento naval brasileiro e da natureza harmoniosa das relações Brasil/Estados Unidos, expressas na transformação recíproca das respectivas legações em embaixadas. Quintana faleceu em 1906, e seu vice-presidente, José Figueroa Alcorta, ao assumir o poder, nomeou Estanislao Zeballos, adversário do barão na Questão das Missões, chanceler da Argentina. Rio Branco e Zeballos entraram logo em confronto, com a imprensa dos dois países insuflando a disputa. Em 1908, com a crise gerada pela manobra mentirosa de Zeballos, no caso do *Telegrama número nove,* os dois países quase foram à guerra[13]. Com a demissão de Zeballos, em 20 de junho de 1908, e a eleição do presidente Roque Saenz Peña, as relações entre os dois vizinhos elevaram-se a outro patamar. O barão, como mencionado, desejava estabelecer um amplo acordo entre Brasil, Chile e Argentina, contemplando assuntos políticos não consagrados em instrumentos bilaterais firmados anteriormente. Tal política asseguraria não só a estabilidade na América do Sul, mas também tornaria inviável qualquer tipo de intervenção por parte de potências estranhas ao continente. Esse pretendido acordo, que ficou conhecido como ABC, não foi possível de ser efetivado por Rio Branco durante os 10 anos de sua profícua gestão da política externa brasileira.

A fixação definitiva dos limites do território brasileiro constitui o principal legado de Rio Branco. O barão resolveu, pacificamente, todas as pendências fronteiriças do Brasil, ou seja, as questões dos nossos limites com a Argentina, a Inglaterra (Guiana Inglesa), a França (Guiana Francesa) a Venezuela, a Colômbia, o Peru e o Uruguai. Utilizando seus vastos conhecimentos histórico-geográficos e jurídicos, sua disposição para o diálogo, para o infatigável trabalho de pesquisa documental, recorrendo à arbitragem, à negociação e à aquisição, Paranhos conseguiu manter a soberania brasileira sobre as áreas fronteiriças em litígio e ampliar nosso território com a incorporação do Acre. Em exposição dirigida ao presidente Rodrigues Alves, datada de 27 de dezembro de 1903, Rio Branco explicava a sua atuação nessa matéria:

[13] O incidente diplomático gerado pelo *Telegrama número nove* foi um demonstrativo do ódio que Estanislao Zeballos nutria por Rio Branco e pelo Brasil. O telegrama brasileiro, enviado cifrado à legação do Brasil no Chile em 17 de junho de 1908, foi interceptado e falsamente decodificado por funcionários da chancelaria argentina. Zeballos deu ampla publicidade ao texto inventado. O telegrama, na versão de Zeballos, referia-se a uma grave conspiração contra a Argentina engendrada pelo Brasil. Essa notícia levantou os brios nacionalistas dos argentinos. Rio Branco contra-atacou, demonstrando de forma cabal que a versão do telegrama divulgada por Zeballos era totalmente mentirosa. Quando o fictício texto do telegrama veio a público, Estanislao Zeballos já havia se demitido do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina. Contudo, persistia em sua campanha para desmoralizar Rio Branco, que o venceu no contencioso das Missões.

> As decisões dos pleitos em que me coube a honra de defender os interesses do Brasil não acrescentaram, apenas mantiveram o patrimônio nacional dentro dos limites prestigiados por afirmações seculares de nosso Direito. A verdadeira expansão territorial só há agora e com a feliz circunstância de que para a efetuar não espoliamos a nação vizinha e amiga, antes a libertamos de um ônus, oferecendo-lhe compensações materiais e políticas, que desde já se revelam com verdadeira equivalência e que o futuro se encarregará de traduzir em outros tantos laços de solidariedade internacional[14].

A política externa estabelecida pelo barão, com realismo, considerava na devida conta as assimetrias e as realidades do quadro mundial da época e, assim, como prioridade, redimensionava nossas relações com os Estados Unidos, cuja economia, no início do século XX, já era a primeira do mundo. A indústria manufatureira norte-americana era pouco menor que a da Europa Ocidental, considerada em seu conjunto. Responsáveis por 40% da produção mundial de ferro e aço, os norte--americanos, àquela altura, já dominavam a economia capitalista. Como se sabe, a partir de 1898, esse país entrou, de forma definitiva, no clube imperialista, com a vitória sobre a Espanha, em Cuba, e com a anexação do Havaí e da ilha de Guam. Chegava à China por meio da política de "portas abertas" do secretário de Estado John Hay; com isso, ampliavam-se as rendosas possibilidades do comércio asiático, inauguradas, em 1854, pelo Tratado de Kanagawa, acordo celebrado entre os Estados Unidos e o Japão pelo comodoro Mattew C. Perry. Impulsionados pela mística do *Destino Manifesto*, na primeira metade do século XIX, os norte-americanos, mediante aquisições territoriais e pelo recurso à força, principalmente com sua vitória na guerra contra o México (1846-1848)[15], conseguiram dar ao seu território a expressão continental que se tornou um dos principais fundamentos de sua grandeza nacional.

Entretanto, consultando os interesses do Brasil, não se podia esquecer que, desde 1865, os Estados Unidos eram os maiores importadores do café brasileiro. Nos anos iniciais do século XX, 36% do total de nossas exportações destinavam-se ao mercado norte-americano (café, borracha e cacau). O barão, portanto, estava atento aos interesses da elite agrária brasileira, especialmente dos cafeicultores, pois estes, desde os últimos decênios do século XIX, dominavam a cena política nacional. Por tudo

[14] AMADO, Gilberto. Rio Branco. In: FRANCO, Álvaro; CARDIM, Carlos Henrique (Orgs.). *O Barão do Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC, 2003. p. 70.

[15] O Tratado Quadalupe Hidalgo encerrou a guerra que os Estados Unidos travaram com o México no período de 1846 a 1848. Por esse instrumento, o México, batido militarmente, cedeu quase a metade do seu território aos norte-americanos. Sobre a formação e a expansão do império norte-americano ver PEREIRA, Antonio Celso Alves. *Os impérios nucleares e seus reféns*: relações internacionais contemporâneas. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

isso, Rio Branco não hesitou em mudar o eixo de nossa política externa de Londres para Washington, fato que expressava, como diz Rubens Ricupero, "uma perfeita correspondência entre o programa diplomático e a realidade econômica"[16]. Assim, para dar suporte e demonstrar a importância que o governo brasileiro passou a dar às relações com os Estados Unidos, Rio Branco, em 13 de janeiro de 1905, elevou a nossa legação em Washington à categoria de embaixada, a primeira do Brasil no exterior[17]. Em reciprocidade, os Estados Unidos transformaram sua legação no Rio de Janeiro na primeira embaixada do país na América do Sul. Naquela altura, a capital norte-americana abrigava apenas sete embaixadas: seis das grandes potências europeias e a do México. Estabelecia-se, assim, conforme Burns, uma "aliança informal" ou "aliança não escrita" com os Estados Unidos[18], política que vigorou nas primeiras décadas da República. Em despacho à embaixada do Brasil em Washington, em 1905, Rio Branco salientava o seguinte:

> A verdade é que só havia grandes potências na Europa, e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação, [...] que necessariamente há ter a sua parte de influência na política internacional do mundo inteiro[19].

O barão era um político pragmático, dotado de extraordinária intuição, capacidades, segundo Rubens Ricupero, que lhe permitiam estabelecer uma perfeita identificação com sua gente e, com isso, "notar as aspirações mais profundas da nacionalidade"[20]. Seus atos e suas palavras demonstravam uma segura compreensão do mundo e, da mesma forma, expressavam a certeza do papel que o Brasil podia e devia desempenhar para defender seus interesses no sistema internacional.

Ao priorizar as relações com os Estados Unidos e ao aceitar os princípios da Doutrina Monroe, o barão, nesse aspecto, discordava da visão de Joaquim Nabuco, que, advogando um Monroísmo radical, propugnava por uma política de desprendimento do Brasil em relação à Europa. Para Rio Branco, ao contrário, o Monroísmo

---

[16] RICUPERO, Rubens. Rio Branco, definidor de valores nacionais. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (Orgs.). *Rio Branco*: América del Sur y la Modernización del Brasil. Rio de Janeiro: EMC, 2003. p. 102.

[17] Sobre as repercussões da criação da embaixada brasileira em Washington, ver BUENO. Op. cit. pp. 155-167.

[18] Ver HIRST, Monica Ellen Seabra. *As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional*: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI. 2011. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36743/000817166.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 mar. 2012.

[19] LINS, Álvaro. *Rio Branco.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p. 332.

[20] Idem. p. 97.

era um instrumento político-jurídico de defesa da América e, como tal, não devia implicar indiferença do Brasil em relação à Europa[21], continente que ele admirava "pela claridade de sua ciência, de sua arte e indústria, pelas lições mais positivas do progresso", como disse em seu discurso de abertura da III Conferência Internacional Americana, de 1906, no Rio de Janeiro. Contudo, na mesma intensidade de sua admiração manifestava-se seu temor do imperialismo europeu, que ele viu expandir e chegar ao fastígio ao tempo que chefiava o consulado brasileiro em Liverpool e, posteriormente, a legação em Berlim. Durante os 26 anos em que viveu na Europa, José Maria da Silva Paranhos Junior presenciou a partilha da África, o avanço europeu na dominação da Ásia e as disputas interimperialistas. Preocupava-o, muitíssimo, o fato de que o Brasil tinha amplos espaços desabitados, que poderiam ser fruto da cobiça imperialista[22]. Ainda mais, para agravar, era precária a situação militar do país. Para Rio Branco, a paz não dependia apenas da vontade e do sentimento permanente de concórdia de um Estado, mas, principalmente, do ânimo, nesse sentido, por parte de outros países. O Brasil precisava estar militarmente preparado para enfrentar qualquer ameaça aos seus direitos e interesses; não somente dos Estados vizinhos poderiam advir afrontas e ameaças à soberania nacional e à integridade do nosso território. O incidente diplomático com a Alemanha, no caso da canhoneira *Panther*[23], em novembro de 1905, em Itajaí, no litoral de Santa Catarina, era uma mostra evidente a justificar as preocupações do barão com a defesa nacional. Daí, no contexto de uma política de poder e prestígio, "categorias [como diz Arno Wheling] intimamente associadas"[24], Rio Branco passou a defender, com êxito, diga-se de passagem, o imediato fortalecimento do poder militar do Brasil, fato que se deu nos governos Rodrigues Alves e Afonso Pena, com a aquisição de

[21] Ver NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. 408.

[22] No final do século XIX, os Estados imperialistas completavam a repartição colonial. Os ingleses ocupavam o Sudão, venciam os bôeres e, juntamente com a França, promoviam a delimitação dos territórios da África Ocidental e Central e a repartição das ilhas do Oceano Pacífico. Os Estados independentes da Ásia e da África haviam sido convertidos em semicolônias e sujeitos às esferas de influência das grandes potências da época. Sobre a expansão imperialista no mundo, ver POTEMKIN, V. P. et al. *Historia de la diplomacia.* México, DF: Grijabo, 1967. t. 2.

[23] O incidente diplomático com a Alemanha teve origem no desembarque, sem permissão das autoridades brasileiras, de uma escolta formada por tropa alemã, comandada por um oficial à paisana, na cidade catarinense de Itajaí, para prender um marinheiro que teria desertado da canhoneira alemã *Panther*. Logo que a notícia se espalhou, a imprensa passou a tratar o caso como grave violação da soberania nacional e, com isso, despertou os brios e o sentimento nacionalista da opinião pública nacional. O Barão do Rio Branco protestou energicamente, exigindo a entrega do desertor, caso tivesse sido recolhido pela escolta. Quase houve ruptura das relações diplomáticas entre os dois países. Após intensas negociações, o incidente foi encerrado por uma nota diplomática do ministro alemão no Rio de Janeiro, von Teutler, em nome do imperador Guilherme II. No documento, o diplomata alemão informava que seu país acatava a reclamação brasileira, pois jamais houve intenção de ofender a soberania brasileira, esclarecendo, ainda, que o suposto desertor nunca estivera a bordo do *Panther* e que os militares, responsáveis pelo incidente, seriam punidos. Sobre esse assunto, ver BUENO. Op. cit. pp. 326-346.

[24] WHELING. Op. cit. p. 110.

uma moderna frota, para reequipar a Armada, e a total reorganização do Exército.

A política externa do Barão do Rio Branco objetivava, portanto, fortalecer o poder nacional e o prestígio internacional do Brasil, ainda abalado, nos primeiros anos do século XX, pela instabilidade política interna e pela debilidade econômica dos primórdios da República. Dessa forma, diante do convite conjunto da rainha Guilhermina da Holanda e do tzar Nicolau II da Rússia, o governo brasileiro aceitou, com satisfação, comparecer à II Conferência de Paz da Haia, cuja data de inauguração estava fixada para 15 de julho de 1907. Essa reunião internacional oferecia ao Barão do Rio Branco a oportunidade de mostrar ao mundo que o Brasil vivia uma fase político-econômica estável e próspera e, além disso, de expor aos Estados nela representados os fundamentos da política externa da República, centrada no respeito ao direito internacional e na solução pacífica das controvérsias.

II

Nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do XX, as grandes potências europeias, juntamente com os recém-chegados ao clube imperialista, Estados Unidos e Japão, envolvidos todos em acirrada disputa por poder e por influência global, meteram-se em vertiginosa corrida armamentista, fato que redundou no período histórico que ficou conhecido como *Paz Armada* (1876-1914), e nas rivalidades que acabaram levando a Europa à Primeira Grande Guerra. O progresso industrial e as conquistas científicas e tecnológicas desse período, no contexto da Segunda Revolução Industrial, propiciaram consideráveis avanços na construção naval e no aperfeiçoamento dos armamentos. A Alemanha, em decorrência de sua unificação tardia, chegou atrasada à corrida colonial e, em razão disso, forçou a redistribuição do bolo colonial no Congresso de Berlim, em 1894 e 1895. Além disso, o governo alemão aproveitou-se do envolvimento da Inglaterra na Guerra dos Bôeres para iniciar o projeto de construção de uma poderosa Marinha de Guerra e, de acordo com a Lei Militar de 1899, ampliar suas forças terrestres. Ao iniciar-se o século XX, o projeto imperialista da Alemanha avançava com determinação. A Lei Alemã de Construção Naval, de 1900, desencadeou uma desenfreada corrida armamentista no mar. Este programa era um desafio e uma ameaça à supremacia inglesa nos mares. A projeção colonial/imperialista da Alemanha se expressava na seguinte assertiva do Kaiser Guilherme II:

"Política mundial como missão, potência mundial como meta, poder naval como instrumento[25]." Todavia, vale acrescentar que, apesar da multiplicação por 15 da tonelagem da Marinha de Guerra alemã nos primeiros anos do século XX, esse esforço não foi suficiente para superar o poder naval inglês. Este, a partir de 1880, quadriplicou-se e atingiu 2,7 milhões de toneladas em 1914, números superiores à soma conjunta das Marinhas da França, da Rússia e dos Estados Unidos, e correspondiam ao dobro da Marinha alemã, que contava com 1,3 milhões de toneladas[26].

O sistema internacional dessa época, fundado no equilíbrio de poderes, diante da mencionada corrida armamentista e da competição imperialista, dava claros sinais de esgotamento. Era, portanto, fundamental criar condições para manter o diálogo entre as grandes potências e, com isso, evitar que as disputas por prestígio, poder militar e vantagens de toda a ordem na exploração colonial/imperialista levassem, naquele momento, a Europa à guerra. A solução imediata foi a convocação de uma segunda Conferência da Paz, com o objetivo de encontrar, pelo diálogo diplomático, saídas para a crise e de resolver questões pendentes da agenda da I Conferência da Paz, que se realizou, na Haia, em 1899.

Coube ao tzar da Rússia na época, Nicolau II, a iniciativa de promover, em 1899, a I Conferência da Paz. Seu ato seguia a tradição dos imperadores Romanoff de convocar conferências internacionais reunindo as grandes potências europeias. Vale lembrar que o tzar Alexandre I foi um dos fundadores da Santa Aliança, em 1816, e Alexandre II, em 1874, convocou a Conferência de Bruxelas, reunião na qual, pela primeira vez, discutiu-se a normatização da guerra terrestre. Nos termos da nota enviada pela chancelaria russa a todos os Estados com representação diplomática em São Petersburgo, em 24 de agosto de 1898, o tzar Nicolau II convidava-os a buscar, "mediante uma discussão internacional, os meios mais eficazes para assegurar a todas as nações os bens de uma paz real e duradoura e, da mesma forma, pôr fim ao progressivo desenvolvimento dos armamentos"[27]. Vinte e seis Estados compareceram à I Conferência da Paz – 20 europeus, dois americanos (Estados Unidos e México), quatro asiáticos (China, Japão, Pérsia – atual Irã – e Sião – atual Tailândia). O Brasil, apesar de convidado, não compareceu. Os demais Estados sul-americanos

[25] MESA, Maria Jesús Cava. *Las Alianzas Europeas y la Paz Armada, 1890-1914*. In: PEREIRA, Juan Carlos (Org.). *Historia de las relaciones internacionales contemporáneas*. Barcelona: Ariel, 2001. p. 227.

[26] Idem. p. 207.

[27] Ver POTENKIN et al. Op. cit. pp. 344-345. Os autores afirmam que o tzar decidiu convocar a primeira conferência em razão da total falta de condições financeiras, por parte da Rússia, para participar da corrida armamentista em que as grandes potências estavam envolvidas nas últimas décadas do século XX.

não foram convidados. Na III Conferência Americana afirmou-se que a ausência do Brasil na Haia, em 1899, se deu em protesto por terem sido apenas dois Estados latino-americanos, Brasil e México, convidados para o evento. Rui Barbosa, em discurso pronunciado em Paris, quando retornava de Haia, após os sucessos da II Conferência da Paz, disse que a ausência do nosso país na primeira conferência foi um lamentável erro. "Se o Brasil tivesse comparecido, poderia ter reivindicado o direito dos excluídos, o que seria a melhor forma de protesto[28]."

A I Conferência da Paz teve início, na Haia, em 18 de maio de 1899, dia do aniversário do tzar Nicolau II, e encerrou suas atividades em 29 de julho do mesmo ano. Não conseguiu avançar na proposta de desarmamento nem na questão da limitação de novos armamentos. Contudo, aprovaram-se normas internacionais de humanização da guerra, ou seja, de direito internacional humanitário (*Jus in bello)*, e três convenções, sendo que uma, sobre a solução pacífica das controvérsias internacionais, criou o Tribunal Permanente de Arbitragem, com sede na Haia. A Alemanha conseguiu excluir das discussões a arbitragem obrigatória. A segunda convenção consistia na aplicação à guerra naval da Convenção de Genebra de 1864; a última aprovou o Regulamento sobre Leis e Costumes Relativos à Guerra Terrestre. Este último documento constituiu o primeiro grande instrumento de direito internacional dos conflitos armados a ser ratificado por um considerável número de Estados. Em linhas gerais, esse o saldo da I Conferência de Paz da Haia. Embora não haja alcançado seus altos propósitos, o que se obteve foi, de qualquer forma, importante.

No verão de 1904, no Congresso da União Interparlamentar da Paz, realizado nos Estados Unidos, aprovou-se uma resolução na qual se pedia ao presidente Theodore Roosevelt que patrocinasse a realização de uma segunda Conferência da Paz. O presidente aceitou a sugestão. O primeiro Roosevelt era um "falcão" pragmático, convicto do emergente poder do seu país e do seu direito de participar das grandes decisões internacionais. Nessa altura, não só os Estados Unidos reivindicavam essa prerrogativa. Os japoneses, mirando-se na humilhação que a China sofreu na Guerra do Ópio, perceberam que sua sobrevivência nacional dependia da obtenção dos mesmos meios e instrumentos que projetaram os Estados imperialistas do Ocidente. Assim, confiando na força transformadora da educação, a partir de 1850, o Império do Japão pôs em execução um completo programa de modernização que, em poucas décadas, permitiu-lhe meter o pé na porta do clube imperialista, vencer a Rússia em uma guerra integralmente moderna, em 1905, e emergir como grande potência.

[28] BARBOSA, Rui. *A Conferência de Haia*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1952. pp. 53-55.

No início de 1905, o Departamento de Estado enviou a diversos países convites para a realização de uma segunda Conferência da Paz. A proposta teve boa receptividade, com respostas favoráveis, porém, quase todas, com a ressalva de que a conferência só deveria começar uma vez terminada a guerra russo-japonesa, deflagrada em 1904. Superada a questão, com a mediação do presidente norte-americano, selou-se, na Conferência de Portsmouth, Virgínia (de 9 de agosto a 5 de setembro de 1905), a paz entre russos e japoneses. Nessa altura, o tzar Nicolau II, cuja Marinha de Guerra fora completamente destroçada pelos japoneses no estreito de Tsushima, em 1905, e já enfrentava a onda revolucionária que, anos depois, acabou por executá-lo e a toda a sua família, buscava recuperar o prestígio internacional da Rússia. Para isso, em setembro de 1905, solicitou ao presidente dos Estados Unidos que a ele fosse deixada a iniciativa de organizar a conferência proposta. Como a reunião se daria novamente na Haia, o convite seria compartilhado com a rainha da Holanda. A ideia inicial era convocar a conferência para a segunda quinzena de julho de 1906. O governo brasileiro fez chegar ao tzar e à rainha da Holanda, após consultar os Estados Unidos, que o Brasil e os demais Estados americanos não poderiam comparecer à conferência naquela data, em razão de estar fixado, desde dezembro de 1905, o dia 21 de julho de 1906 para a inauguração da III Conferência Internacional Americana, que seria realizada no Rio de Janeiro. Atendendo aos Estados americanos, os organizadores da II Conferência da Paz marcaram o evento para o período compreendido de 15 de junho a 18 de outubro de 1907.

Para a II Conferência da Paz foram convidados 44 Estados, entre os quais 18 latino-americanos[29]. Rio Branco, pessoalmente, passou a cuidar de todos os preparativos para assegurar uma presença positiva do Brasil no evento. Para tanto, precisava indicar ao presidente Afonso Pena um nome de grande prestígio nacional, a fim de chefiar a delegação brasileira e projetar o Brasil em sua primeira participação em uma cimeira de amplitude global.

Foi com base nesses princípios que Rio Branco convidou, primeiramente, Joaquim Nabuco para chefiar a delegação brasileira à II Conferência da Paz. Nos critérios de Rio Branco, era o nome natural para a missão. O barão tinha consciência de que os Estados Unidos teriam participação e liderança destacada na conferência. Nabuco, embaixador em Washington, amigo do presidente Theodore Roosevelt e do secretário

[29] Para um completo conhecimento da participação dos Estados latino-americanos na II Conferência de Paz da Haia, consultar CANÇADO TRINDADE, A. A. The presence and participation of Latin America at the Second Hague Peace Conference of 1907. In: DAUDET, Yves. *Topicality of the Hague Conference, the Second Peace Conference*. Leiden; London: Martinus Nijhhoff, 2008. pp. 51-84.

de Estado Elihu Root, era, portanto, o nome ideal. Reunia todas as condições sociais, intelectuais e políticas para o êxito da importante missão. A considerar, ainda, o fato de que o presidente Afonso Pena o tinha no rol dos seus melhores amigos. Pode-se mesmo dizer que Nabuco era íntimo de Afonso Pena. Informa Carolina Nabuco[30] que, logo após o término da III Conferência Internacional Americana, realizada no Rio de Janeiro, em 1906, reunião que Joaquim Nabuco presidiu com brilhantismo, cansado do esforço empreendido para a concretização e para o êxito do evento, ele foi descansar em Belo Horizonte, a convite do presidente eleito Afonso Pena, que o hospedou em sua casa. Nessa oportunidade, Pena o convidou para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Nabuco, ao agradecer e recusar o convite, sugeriu ao futuro presidente a manutenção de Rio Branco no Itamaraty.

Era grande o interesse da imprensa e do público brasileiros pela participação do Brasil na II Conferência da Paz. Contudo, antes de ser divulgada a designação de Nabuco para chefiar a delegação brasileira, o *Correio da Manhã* iniciou uma contundente campanha, que teve ampla repercussão, pela designação do vice-presidente do Senado Federal, Rui Barbosa, para chefiar a importante missão. Em sua edição de 14 de janeiro de 1907, em editorial estampado na primeira página, intitulado "O Brasil na Haia", o *Correio da Manhã* fez duras críticas à indicação de Nabuco para chefiar nossa delegação. Foi uma campanha insidiosa e injusta, centrada, em grande parte, no crescente processo de surdez contra o qual lutava Nabuco. Rio Branco, levando em conta a campanha do *Correio da Manhã*, resolveu recuar e apresentar o nome de Rui Barbosa ao presidente Afonso Pena, para chefiar a delegação brasileira, sem, contudo, retirar o nome de Nabuco[31]. Procurando, de toda a forma, contar com Joaquim Nabuco na Haia, Rio Branco propôs uma delegação com dois embaixadores. Sobre o assunto escreveu Carolina Nabuco:

> Rio Branco, desejoso sempre de atender às manifestações jornalísticas da opinião pública, e sabendo que nem Nabuco nem Rui Barbosa aceitariam um lugar na delegação que não fosse o de chefe, viu-se na incumbência delicada de retirar o primeiro convite e telegrafou a Nabuco: "Já houve ministério de águias, poderíamos ter ali uma delegação de águias, se você quisesse"[32].

[30] NABUCO, Carolina. Op. cit. p. 445.

[31] Gilberto Freyre, em *Ordem e Progresso* afirma que o barão, de fato, desejava que Nabuco fosse o escolhido. Segundo ele, Rio Branco, "quando senhor quase absoluto do Itamaraty, procurou cercar-se de homens não só inteligentes e cultos, como altos, belos eugênicos: homens que, completados por esposas formosas, elegantes e bem-vestidas, dessem aos estrangeiros a ideia de ser o Brasil – pelo menos sua elite – pais de gente sã e bem-conformada". Por aí, se procedente a crítica de Gilberto Freyre, Nabuco, culto, belo e prestigiado nacional e internacionalmente, era, para o barão, sem dúvida, o nome ideal para a missão. Ver CARDIM. Op. cit. p. 96.

[32] NABUCO, Carolina. Op. cit. pp. 445-446.

Joaquim Nabuco e Rui Barbosa eram da mesma geração – nasceram em 1849 – e cultivavam fraterna amizade. Após recusar o convite do barão para compartilhar a chefia da delegação brasileira à Conferência da Paz, em carta a Graça Aranha, datada de 4 de março de 1907, Nabuco explicou:

> Por mais que eu queira dar ao Rui essa prova de amizade e confiança, por mais que me custe não estar com ele na Europa... não posso ir a Haia como segundo e ele só poderá ir como primeiro [...]. Nenhuma nação mandou a Haia na primeira conferência uma embaixada com segundo delegado. E depois o presidente da Conferência Pan-Americana, segundo em Haia, seria desprestígio para aquela conferência[33].

Manifestando a consideração e a amizade que sempre dedicou a Rui Barbosa, Joaquim Nabuco lhe enviou o seguinte telegrama: "Saúde obriga-me declinar, mas estarei em pensamento ao seu lado, orgulhoso ver Brasil assim representado entre nações. Muitos, muitos, parabéns[34]."

Em 26 de fevereiro de 1907, em nome do presidente Afonso Pena, o barão convidou Rui Barbosa para a alta missão na Haia. Rio Branco, pessoalmente, levou o convite, subindo até Petrópolis, à casa de Rui Barbosa, no largo D. Afonso. Este ato demonstrava que não ficara nenhum ressentimento entre os dois grandes brasileiros, em decorrência da renúncia de Rui Barbosa, em 17 de outubro de 1903, portanto, dias antes da assinatura do Tratado de Petrópolis, da função de membro da comissão que negociava as questões de limites com a Bolívia. Rui saiu da comissão chefiada pelo barão por discordar das compensações que seriam concedidas à Bolívia para resolver a questão do Acre[35]. Antes, em 25 de maio de 1906, alegando motivos de saúde, Rui Barbosa recusou o convite do barão para representar o Brasil na III Conferência Internacional Americana. No primeiro momento, Rui hesitou em aceitar a missão na Haia. Pediu tempo e acabou levando 42 dias para dar a resposta afirmativa, o que fez em carta ao barão, datada de 31 de março de 1907. Contudo, resolveu aceitar para ser útil ao país, "tanto mais quanto todas as opiniões ouvidas eram contrárias à recusa, e tinha o receio de que essa pudesse vir a ser lançada à conta de egoísmo e desamor à Pátria"[36]. É interessante destacar o estado de espírito de Rui Barbosa ao firmar e ao entregar o documento de aceite de sua indicação. Em suas palavras:

---

[33] Ver NABUCO, Carolina, Pp. cit. pp. 445-446; CARDIM. Op. cit. p. 103.
[34] Idem, ibidem.
[35] Ver em ARAÚJO JORGE, A. G. Op. cit. pp. 137-172 as cartas trocadas entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa sobre esse assunto.
[36] Idem, ibidem.

> Lembro que era domingo e que, ao entregar meu compromisso, uma banda, que tocava ali perto, no pavilhão do largo, encetou a música dolorosa da Tosca, na ocasião em que se aproxima o desenlace trágico da partitura, e que essa coincidência, notada por mim aos circunstantes, despertou no meu espírito, assustado com a hipótese de um desastre na empreitada, cuja responsabilidade acabava de assumir, impressões supersticiosas[37].

De posse da concordância de Rui Barbosa, o presidente Afonso Pena nomeou, por decreto de 1º de abril de 1907, a delegação do Brasil à II Conferência da Paz. Além de Rui Barbosa, embaixador extraordinário e plenipotenciário, a delegação brasileira estava assim composta: Eduardo Félix Simões dos Santos Lisboa, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Haia – delegado plenipotenciário; Carlos Lemgruber Kropf, primeiro secretário da legação em Haia, primeiro secretário da delegação; professor Rodrigo Otávio de Langgaard de Meneses, primeiro secretário da delegação; Artur de Carvalho Moreira, primeiro secretário da delegação; Antônio Batista Pereira, segundo secretário da delegação; Abelardo Roças, segundo secretário da delegação; Fernando Dobbert, segundo secretário da delegação; José Rodrigues Alves, segundo secretário da delegação; Leopoldo Magalhães de Castro, segundo secretário da delegação; coronel Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, adito militar em Haia, delegado técnico; e Tancredo Burlamaqui de Moura, capitão de fragata, delegado técnico. Joaquim Nabuco, pelo o que nos indica a sucessão dos fatos, demonstrando espírito público e amor ao Brasil, não manifestou, publicamente, desapontamento ou mágoa pela forma como foi preterido. Pelo contrário, embora não aceitando fazer parte da delegação, embarcou para a Europa com o objetivo de organizar a recepção ao delegado brasileiro, de apresentá-lo a seus amigos e grandes nomes da diplomacia europeia e norte-americana, que seriam delegados à Conferência da Paz. Nabuco chegou a Paris no dia 9 de junho de 1907 e logo entrou em contato com seus colegas e amigos da *carrière*, entre outros, o conde Prozor, delegado russo, D'Estournelles de Constant, representante da França, e Fusinato, da Itália, aos quais fez elogiosas referências a Rui Barbosa. Aos delegados norte-americanos escreveu com o mesmo objetivo[38].

Rui embarcou para a Europa em 21 de maio de 1907. Chegou na Haia dois dias antes de começar a conferência. O barão, pessoalmente,

---

[37] CARDIM. Op. cit. p. 94.

[38] Ver VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Rui Barbosa.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. p. 344; CARDIM. Op. cit. p. 100.

encarregou-se, com a minúcia que lhe era peculiar, para que nada faltasse ao chefe da delegação brasileira. Escolheu o luxuoso Palace Hotel, situado na praia de Scheveningen, na Haia, para hospedar Rui Barbosa. Nesse mesmo hotel estavam alojados os delegados da França e da Alemanha. Em 13 de junho de 1907, Nabuco, em correspondência confidencial, aconselhou o embaixador da delegação brasileira a agir sem considerar as regras "tolas e anacrônicas" da atividade diplomática, uma vez que ele, por não ser diplomata de carreira, não devia se prender a tais expedientes, e que lhe cabia atuar como o estadista que era, enfim "dar vazão a seu perfil de político". Além disso, ao traçar retratos e destacar a personalidade dos principais delegados, como Fusinato, da Itália, barão Marshall von Bierberstein, da Alemanha, sir Edward Fry, do Reino Unido, Leon Bourgeois, da França, os norte-americanos, mrs. Choate e Brown Scott, e russos Alexandre Ivanovitch Nelidow e Frederico de Martens, recomendou-lhe procurar o delegado cubano, embaixador Quesada, que seria o melhor informante sobre as delegações latino-americanas[39].

A II Conferência da Paz foi inaugurada no dia 15 de junho de 1907, na sala dos Cavaleiros do Palácio de Binnenhof, na Haia, sob a presidência do chefe da delegação russa, Alexandre Ivanovitch Nelidow, embaixador do tzar em Paris, e com a presença de 256 delegados representando os 44 Estados convidados. Nesse mesmo dia, comemorando a abertura da cimeira, Rio Branco ofereceu um jantar ao corpo diplomático acreditado no Rio de Janeiro. Na saudação aos seus convidados, destacava o fato de que, pela primeira vez, todos os países do mundo civilizado se reuniam em busca dos ideais de paz e de concórdia internacionais. Assim, consciente da importância da conferência para a projeção do Brasil, empenhou-se, pessoalmente, na preparação de todos os meios possíveis para o bom êxito e para o brilho da delegação brasileira. Durante todo o período da conferência, isto é, de 15 de junho a 18 de outubro de 1907, nosso chanceler foi incansável na orientação da representação brasileira. O evento passou a merecer seu máximo cuidado. Em carta a Joaquim Nabuco, datada de 29 de agosto de 1907, Hilário de Gouveia comentou: "O nosso amigo [o barão] só vive da Haia ou pela Haia; não faz outra coisa." Suas instruções para Rui Barbosa eram diárias, muitas vezes minutadas por ele próprio. Mesmo aos domingos, lá estava ele, na chancelaria, redigindo instruções, cuidando de comunicados à imprensa. As comunicações e as instruções eram enviadas com tanta frequência, que, de certa feita, diante do silêncio do barão por dois dias, Rui telegrafou, ansioso, indagando pela saúde do chanceler. Essa assistência incansável pode ser avaliada consultando-se os

[39] VIANA FILHO. Op. cit. pp. 344-348; CARDIM. Op. cit. p. 101.

175 telegramas enviados à chefia da delegação pelo barão. Muitas vezes, em avançadas horas da noite, Rio Branco redigia e cifrava as mensagens telegráficas, além de registrá-las no livro de expedição da chancelaria, "apondo às mesmas o carimbo e o número correspondente. Quando não encontrava à mão o carimbo, o barão desenhava a respectiva marca na minuta"[40]. Enviava à delegação textos e resoluções da I Conferência da Paz, indicava livros, apontando até as páginas nas quais seriam encontradas informações para abonação de determinadas matérias, recortes de jornais nacionais e estrangeiros, enfim, cuidava de tudo. Chegou a contratar um jovem secretário francês, Georges Scelle, que acabou se tornando um dos mais importantes internacionalistas do mundo, para auxiliar a delegação brasileira. Rio Branco, antigo jornalista, conhecedor da força da mídia, muitas vezes adentrava, nas madrugadas, na redação do *Jornal do Commercio* e lá mesmo redigia os comunicados e recebia, em primeira mão, as notícias enviadas pelos correspondentes estrangeiros do jornal. Em seus cuidados para formar no exterior opinião favorável às posições brasileiras na conferência, recomendava à legação brasileira na Holanda e, da mesma forma, à delegação à conferência a aproximação dos correspondentes dos grandes jornais que cobriam o evento. Para tanto, enviou 200 libras esterlinas aos secretários Lemgruber Kropf e Batista Pereira, verba que deveria ser usada para presentes e jantares a serem oferecidos aos principais correspondentes e, com isso, angariar simpatias para o Brasil. Um de seus alvos era o correspondente do *New York Herald*, mr. Stanhop, que não se mostrava simpático às teses defendidas pela delegação brasileira na conferência. Pelo que se sabe, se com mr. Stanhop os delegados brasileiros não tiveram sucesso, o mesmo não se deu com o jornalista inglês William Stead, diretor do *Courrier de la Conférence*, que se tornou amigo e admirador de Rui Barbosa. O *Courrier de la Conférence* analisava e divulgava os trabalhos da conferência e, da mesma forma, todos os demais acontecimentos relativos ao encontro. O barão, feliz com as boas relações de nossa delegação com o diretor do jornal, telegrafou a Rui: "Tive grande prazer com a notícia do caminho da sua boa amizade com Stead[41]." Segundo Luiz Viana Filho, Rio Branco não compreendia "uma boa diplomacia sem fartas verbas". Preocupado com o êxito da missão brasileira na conferência, não regateou ao liberar seis mil florins para financiar o magnífico banquete que Rui Barbosa ofereceu à delegação dos Estados Unidos nos luxuosos salões do Palace Hotel[42].

[40] ACCIOLY, Hildebrando. O Barão do Rio Branco e a Segunda Conferência da Haia. In: FRANCO, Álvaro da Costa; CARDIM, Carlos Henrique (Orgs.). *O Barão do Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC, 2003. p. 85.

[41] VIANA FILHO. Op. cit. p. 350.

[42] Idem. p. 352

As discussões dos assuntos da pauta da II Conferência da Paz concentravam-se nas quatro comissões temáticas do evento: Comissão de Arbitramento e Inquéritos de Direito Internacional; Comissão para Tratar de Convenções e Leis da Guerra Terrestre e de Início das Hostilidades Armadas entre Estados Beligerantes; Comissão sobre Bombardeios de Forças Navais sobre Territórios, Colocação de Minas e sobre Navios de Guerra dos Estados Beligerantes que se Encontram em Portos Neutros; e Comissão sobre Contrabando de Guerra, Transformação de Navios Mercantes em Navios de Guerra e sobre Bloqueio e Destruição de Navios Apresados. Joaquim Nabuco, instruído pelo Barão, mais uma vez, demonstrando grandeza e usando O prestígio pessoal, em gestão bem-sucedida junto ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, conseguiu a indicação de Rui Barbosa para a presidência de honra da primeira comissão. Essa distinção foi objeto de referência especial na carta que Rui escreveu ao barão em 19 de junho de 1907: "Certamente nosso país não teria recebido esta homenagem se não tivesse a velar por seus interesses, na Pasta do Exterior, o ministro previdente e infatigável, cuja vida parece alimentar-se do amor por sua pátria[43]."

Rui Barbosa, parlamentar de grande experiência, orador notável, em domínio completo da língua oficial da conferência – o francês –, com raras tenacidade, firmeza e muita coragem, em meio indiferente e, muitas vezes, hostil às pequenas potências, que ali se encontravam por mera cortesia dos donos do mundo, aceitou o desafio de se fazer ouvir e de impor as teses brasileiras sobre todas as questões em discussão, apoiado, apenas, na força das suas palavras. Trabalhou duramente no desenrolar da conferência. Centralizador, como seu amigo Rio Branco, acompanhava, pessoalmente, os trabalhos em todas as comissões e somente o encargo de decifrar os telegramas ficava por conta dos secretários. No discurso aos brasileiros residentes em Paris, já antes mencionado, Rui confessou que entrara temeroso no recinto da conferência. De sua cadeira, mirava o círculo de grandezas que o cercava. Ao perceber que era chegada a hora de entrar em ação, a coragem e a resolução lhe vieram não sabia de onde. Viu-se, nesse instante, com a palavra nos lábios e, desde então, traçou para si mesmo a linha mediana e reta que dominaria sua atitude de invariável perseverança até a conclusão do grande evento[44].

A pauta da conferência conformava uma série de questões importantes; porém, o problema da limitação dos armamentos ficara de fora. O próprio governo russo, organizador da conferência, enfrentando

[43] ACCIOLY. Op. cit. p. 86
[44] BARBOSA. Op. cit. p. 61

problemas internos, não desejava discutir o assunto. A Inglaterra, que, naquela altura, era governada por um gabinete liberal e pacifista, defendia a inclusão da limitação de armamentos na agenda, atitude contrária ao que defendeu na I Conferência da Paz. Alemanha, Áustria, Itália e Japão não aceitavam discutir o tema. Tomando conhecimento, por intermédio de Joaquim Nabuco, dos pontos que interessavam aos norte-americanos na conferência, o barão instruiu a delegação brasileira no sentido de considerar, de início, as seguintes matérias: a questão da propriedade particular dos súditos ou cidadãos das potências beligerantes no mar; a cobrança de dívidas contratuais; e o tema da arbitragem. No desenrolar dos trabalhos, à medida que outras matérias entrassem em discussão, ele orientaria a delegação. Em 29 de junho, Rui Barbosa telegrafou ao barão, informando-o sobre as proposições que, inicialmente, seriam discutidas na conferência. Entre elas incluía-se o projeto brasileiro sobre a colocação de minas em águas neutras. Assim, comunicava também ao barão o teor do seu discurso sobre a questão da propriedade particular dos súditos das potências beligerantes no mar, esclarecendo que invocara a posição brasileira sobre o assunto, cujos fundamentos estavam na política do primeiro Rio Branco, e que, conforme suas instruções, apoiara a proposta americana sobre a matéria, que acabou não sendo aprovada. Ainda nesse tema, Rui apressou-se em apresentar uma proposta conciliatória, que também não obteve sucesso. A questão da cobrança de dívidas contratuais teve origem na chamada "crise da dívida venezuelana" e remonta a 1901, ocasião em que as chancelarias da Alemanha, da Inglaterra e da Itália notificaram o governo do ditador venezuelano Cipriano Castro, exigindo o pagamento do serviço da dívida externa que o país latino-americano contraíra nesses países. Como o ditador não teve como honrar os compromissos, em razão da difícil situação econômico-financeira de seu país, decorrente de recente guerra civil e da queda dos preços internacionais dos produtos agrícolas exportáveis, em 7 de dezembro de 1902, com ultimato, uma Armada conjunta das três citadas potências bloqueou as costas venezuelanas. Sem aguardar a resposta do ultimato, a referida força naval afundou vários barcos e apoderou-se de parte da Marinha de Guerra da Venezuela. Além disso, bombardeou as fortificações venezuelanas costeiras, ação que chegou a atingir cidades situadas ao longo da costa caribenha. Antes de empreender o ataque, as três potências europeias, considerando a Doutrina Monroe, consultaram o governo norte-americano. O presidente Theodore Roosevelt declarou que seu país não tomava partido na questão, portanto, mantinha-se neutro, levando em conta que a operação naval não buscava recolonizar a Venezuela e que não haveria ocupação territorial.

A atitude das três grandes potências apontava para o claro reconhecimento de que a Venezuela era zona de influência dos Estados Unidos. Quando a força naval das três grandes potências europeias adentrou no porto de La Guayra, em 9 de dezembro de 1902, Rio Branco estava há apenas seis dias no cargo de chanceler[45]. Inconformado com a intervenção das potências europeias na Venezuela, o então ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Luiz Maria Drago, inspirado na doutrina do seu conterrâneo e notável internacionalista Carlos Calvo, fez chegar ao Departamento de Estado norte-americano uma nota, entregue ao secretário de Estado John Hay, em 5 de fevereiro de 1903, na qual afirmava que dívidas contratuais não podiam ser cobradas mediante intervenção militar. Rio Branco não apoiou a posição argentina. O Brasil não tinha a menor intenção de se indispor com as três potências europeias. Além disso – afirmava –, o país cumpria rigorosamente seus compromissos financeiros internacionais e necessitava de capitais estrangeiros para alavancar seu desenvolvimento. Ademais, éramos credores do Uruguai e do Paraguai.

Joaquim Nabuco, antes em Washington, e durante a III Conferência Internacional Americana, trabalhou, instruído pelo barão, no sentido de evitar qualquer decisão sobre a Doutrina Drago. Rio Branco não queria que a tese de Drago fosse discutida na Haia. Entretanto, ao final da III Conferência Internacional Americana, aprovou-se a recomendação de levar o assunto à II Conferência da Paz. A preocupação maior de Rio Branco nessa matéria era apoiar, na medida do possível, a posição norte-americana. Nabuco, em contato permanente com o Departamento de Estado, enviava constantes informações sobre as possíveis propostas que seriam levavas à conferência pela delegação norte-americana.

Como o tema da cobrança de dívidas contratuais gerou muita polêmica e forte oposição dos europeus, Rui Barbosa telegrafou ao barão, manifestando sua esperança de que a delegação norte-americana desistisse de levar a questão ao plenário da conferência. Quando a delegação americana apresentou seu projeto sobre o assunto, o barão o instruiu a acentuar, em sua participação nos debates, a diferença da proposta inicial argentina e as propostas com as quais o Brasil concordava. Recomendava, ainda, ao primeiro delegado brasileiro que fosse cuidadoso com os argentinos e lhes destinasse todas as deferências, embora eles não as merecessem, pois "nem se julgaram obrigados a qualquer deferência ou cerimônia quando se opuseram à proposta brasileira sobre a propriedade particular no mar"[46].

[45] BUENO. Op. cit. p. 149
[46] ACCIOLY. Op. cit. p. 93

Em 23 de julho, Rui pronunciou memorável discurso, condenando a Doutrina Drago e apoiando a proposta alternativa americana sobre o assunto, sugerindo, ainda, que se acrescentasse a esta o impedimento segundo o qual nenhuma das potências signatárias poderia buscar, por meio da guerra, alterar as atuais fronteiras do seu território em prejuízo de outra potência, senão ante a recusa da arbitragem proposta pelo país interessado na alteração, ou em função de desobediência ou violação ao compromisso. A alienação territorial imposta pela força não poderia ter validade jurídica. "A Doutrina Drago [dizia ele] acarretaria a baixa do crédito dos povos protegidos por essa inovação, de modo que, quando lhes fosse preciso recorrer ao crédito estrangeiro, só o obteriam à custa de penhores de ordem material, hipotecas de rendas aduaneiras e outras garantias humilhantes[47]." Como as potências europeias concordavam com a proposta americana, o Brasil acompanharia os Estados Unidos, cuja moção, apresentada pelo delegado general Horace Porter, estabeleceu, de forma conciliatória, o seguinte: as dívidas contraídas por um Estado aos nacionais de outro Estado não poderiam ser cobradas mediante o uso da força, a menos que o Estado devedor se recusasse a submeter a questão à arbitragem, ou se negasse a cumprir a decisão arbitral correspondente. O discurso que Rui Barbosa proferiu, em 23 de julho de 1907, na Conferência da Paz, explicando as razões da oposição brasileira à Doutrina Drago, foi durante criticado pela imprensa argentina, exceto pelo *La Nación,* que o julgou, entre elogios, justo e procedente.

Outros temas da pauta da conferência mereceram o especial cuidado do barão: a arbitragem obrigatória e a criação de dois tribunais internacionais – um de Justiça Arbitral e outro de Presas Marítimas. Estes foram assuntos sobre os quais Rio Branco se empenhou de forma contundente. Suas instruções, em alguns casos, impossíveis de serem cumpridas diante da realidade da conferência, levaram Rui Barbosa, no momento em que se discutia a composição do Tribunal de Presas, a pedir sua dispensa da chefia da delegação. Em telegrama ao barão, dizia-se cansado e chamava a atenção para o fato de que as posições brasileiras eram, muitas vezes, difíceis de serem defendidas, pois, em muitas ocasiões:

> [...] Encontrávamos quase isolados entre os Estados americanos e impotentes contra o predomínio absoluto de três ou quatro potências na conferência. [...] Vossa Excelência continua no erro de supor que dispomos de força e influência nessa assembleia, quando na verdade é só valer nela o arbítrio das nações preponderantes[48].

[47] ACCIOLY. Op. cit. p. 94
[48] Idem. p. 99

No discurso de Paris, Rui expôs como era difícil negociar em um ambiente em que alguns Estados "imperavam na majestade da sua grandeza" e outros "se encolhiam no receio de sua pequenez"[49]. O barão, preocupado com o estado de espírito de Rui, respondeu-lhe de forma calorosa. Em meio a elogios, citava notas e comentários da imprensa nacional altamente favoráveis à atuação do embaixador na conferência – muitos deles escritos pelo próprio barão –, expressando, ainda, a total confiança do governo e da nação brasileira no trabalho que ele vinha executando com coragem, competência e patriotismo. Foi o bastante para que Rui Barbosa desistisse da demissão.

Quando entrou em pauta na conferência o projeto conjunto apresentado por Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra sobre a constituição de um Tribunal Internacional de Presas, o barão telegrafou logo a Rui Barbosa, manifestando sua oposição ao projeto. A matéria não estava no programa inicial apresentado pelos russos. Rio Branco mostrava-se contra a proposta de um tribunal permanente para cuidar dessa matéria. Apoiaria, contudo, a criação de um Tribunal de Apelação, no qual cada beligerante, ao iniciar o conflito armado, teria um juiz e indicaria dois governos neutros, que forneceriam dois juízes. Um quinto membro seria escolhido pelos quatro apontados anteriormente. Os beligerantes poderiam nomear advogados para atuar em suas defesas. Instruído pelo barão, Rui investiu contra a proposta das grandes potências sobre a criação e a composição do Tribunal de Presas. Era assunto de grande importância para as nações marítimas. Em situação de guerra, interrompia-se o comércio entre os beligerantes, mas não com terceiros Estados, os neutros em relação ao conflito. Contudo, as partes em guerra podiam restringir o comércio dos neutros, caso julgassem que estes estivessem fazendo contrabando de guerra. O barão desejava abolir o direito de captura de propriedade privada no mar em tempo de guerra. E, inflexível, não concordava com a forma proposta para a composição do tribunal. Esta levava em conta o critério que classificava os Estados pela tonelagem dos navios mercantes de cada um. Era, segundo Rui, a forma indireta e diplomática de exclusão, sem a pronunciar.

O projeto das grandes potências indicava a constituição de um Tribunal Permanente de Presas, composto de 15 juízes, sendo oito permanentes designados pelas grandes potências marítimas e o restante,

[49] BARBOSA. Op. cit. p. 57

sete, pelo critério de rotatividade. Para a escolha destes últimos, seria prioritariamente considerada a tonelagem e a importância de suas Marinhas Mercantes e, dependendo disso, teriam mandatos de seis anos ou por prazos menores. Para se ter uma ideia do absurdo da proposta, Portugal, Romênia e Bélgica estavam classificados em categoria superior ao Brasil. O barão instruiu Rui no sentido de defender vigorosamente o direito do Brasil de ficar na classe que lhe competia entre as nações marítimas. Para isso, enviava dados sobre a nossa Marinha Mercante e insistia, afirmando que a delegação brasileira não deveria apoiar o projeto se não fossemos atendidos em nossas pretensões.

Manifestava, também, sua contrariedade pela maneira como os Estados Unidos estavam tratando o Brasil. Em 22 de agosto de 1907, Rui proferiu um corajoso discurso no plenário da conferência, expondo as razões pelas quais o Brasil se opunha ao projeto das grandes potências. Como nenhuma das teses apresentadas pelo Brasil obteve êxito, o barão recomendou a Rui que não assinasse a convenção respectiva. Em 10 de setembro de 1907, em reunião da primeira comissão, Rui, novamente, expôs as razões do Brasil. Submetida à votação, a proposta franco-americana--inglesa, após grandes pressões sobre o plenário, foi aprovada por 26 votos favoráveis; houve 15 abstenções e apenas dois Estados votaram contra: Brasil e Turquia. Conforme Accioly:

> Comentando esse resultado, dizia Rui: "Ficamos com a má companhia otomana." Ao que o barão retrucava: "Ainda que tivéssemos ficado inteiramente isolados, teríamos ficado bem, porque a opinião aqui não admitiria que o Brasil figurasse na quinta classe, em que o colocaram [...]"[50].

As questões relativas aos deveres dos neutros, do prazo de permanência dos navios de guerra beligerantes em portos neutros, bem como a permissão de entrega de navios de guerra em construção em estaleiros dos países neutros foram objeto de muita atenção do barão. São vários telegramas enviados à delegação brasileira com instruções detalhadas e precisas, principalmente sobre o problema dos navios de guerra em construção em estaleiro neutro no momento de romper a guerra. Sob sua orientação, a delegação do Brasil apresentou um projeto sobre o tema, fortemente combatido pela delegação argentina, chefiada por Luiz Maria Drago. A proposta do barão consubstanciava o seguinte: os navios e seus armamentos construídos em estaleiros neutros deveriam

[50] ACCIOLY. Op. cit. p. 101.

ser entregues ao comprador, caso a encomenda tivesse sido efetuada seis meses antes de iniciarem-se as hostilidades. A oposição argentina explicava-se em razão do contencioso político-militar criado pelo país vizinho, relativo às belonaves encomendadas aos estaleiros estrangeiros para reequipar a nossa Marinha de Guerra. A proposta brasileira não passou no Comitê de Exame Preliminar e, assim, não chegou a ser discutida em plenário. Contudo, Rio Branco solicitou a Rui Barbosa que, no momento oportuno, respondesse ao discurso de Drago, missão que o nosso primeiro delegado cumpriu competentemente.

No programa inicial da conferência não havia uma proposta precisa sobre a arbitragem obrigatória. Várias propostas surgiram durante os debates, inclusive uma brasileira, bastante restritiva. Somente a República Dominicana, entre todos os Estados presentes à conferência, mostrava-se favorável à arbitragem obrigatória sem qualquer reserva. Todos os projetos apresentados arguiam a criação dessa arbitragem somente em certas categorias de controvérsias internacionais. Rio Branco sempre se manifestou contra a arbitragem incondicional. Preocupado com as nossas bacias fluviais, ele temia a aprovação, pela conferência, de convenção que estabelecesse a obrigatoriedade de arbitragem nas questões de navegação fluvial. Em litígios limítrofes, o recurso à arbitragem obrigatória só poderia ser aceito, caso o território objeto da controvérsia fosse deserto. Com razão, Rio Branco, desde o desonesto laudo arbitral exarado pelo rei da Itália, na questão do contencioso fronteiriço com a Guiana Inglesa, passou a defender o recurso aos bons ofícios e à mediação, como instrumentos mais plausíveis para a solução de controvérsias internacionais envolvendo interesses vitais do Brasil. Contudo, autorizava a delegação brasileira a apoiar propostas que considerassem a arbitragem obrigatória nas controvérsias relativas à interpretação de tratados ou em outras matérias estritamente jurídicas. O Barão instruiu Rui no sentido de apresentar, na comissão em que a matéria estava sendo discutida, as reservas brasileiras ao tema, esclarecendo, de forma clara e definitiva, que o Brasil não concordaria com a inclusão de cláusulas na projetada convenção que viessem a consagrar a arbitragem obrigatória em litígios anteriores à possível celebração do julgamento.

Como informa Accioly, o receio de Paranhos era o de que:

> Se pretendesse submeter à decisão arbitral a questão da validade do Tratado Preliminar ou Preparatório de Santo Ildefonso, celebrado em 1777 e em torno do qual tinham girado as controvérsias de limites entre o Brasil e vários dos países vizinhos. O barão não tinha dúvidas acerca da caducidade do referido

> tratado, mas não confiava na isenção de ânimo dos árbitros a que pudéssemos ser levados a submeter uma de nossas últimas questões de limites[51].

Como foram apresentadas à discussão várias propostas sobre o assunto, e nenhuma conseguiu reunir os apoios necessários para construir um projeto de convenção, aprovou-se uma mera declaração favorável ao recurso arbitral obrigatório em determinadas situações. Neste contexto, vale salientar a vigorosa oposição do barão von Bierberstein, primeiro delegado da Alemanha, a qualquer forma de arbitragem obrigatória. Nessa matéria, a delegação americana buscava uma solução diferente, ou seja, a criação de uma Corte Internacional de Justiça, projeto que recebeu vários apoios, a destacar o da Alemanha e o da Inglaterra. Ao iniciar a tramitação, mudou-se o nome para Tribunal Permanente de Justiça Arbitral. Era o principal projeto norte-americano. O Departamento de Estado estava vivamente empenhado em sua aprovação. Tratava-se de uma corte diferente do tribunal criado na I Conferência da Paz, que, de fato, não era um tribunal, e sim uma mera lista de possíveis árbitros. A corte proposta teria 17 juízes residentes na Haia, seriam bem remunerados e funcionaria nos moldes da Suprema Corte dos Estados Unidos. Rui Barbosa, informa Accioly, foi confidencialmente informado pela delegação de Portugal de que, em sua nova formulação, o projeto destinava oito assentos permanentes às grandes potencias, mais um à Holanda, que sediaria a corte; os outros assentos seriam indicados por oito grupos em que estavam divididos o restante dos Estados. Toda a América do Sul expressava apenas um grupo. Rui telegrafou ao barão em 3 de agosto de 1907 declarando que, se tal critério permanecesse, o melhor seria o Brasil abandonar a conferência. O barão concordou com Rui e enviou, de imediato, instruções ao encarregado de negócios do Brasil em Washington, no sentido de se informar sobre a posição dos Estados Unidos nessa matéria e, além disso, deixar claro que o Brasil não concordaria, jamais, em se fazer representar no pretenso tribunal por árbitro que não fosse brasileiro. De início, o secretario de Estado Root informou ao nosso encarregado de negócios que era contra a ideia de todas as nações terem representantes no projetado tribunal, pois não podia concordar com a possibilidade do Haiti votar em pé de igualdade com as grandes potências. Entretanto, era favorável à pretensão do Brasil de indicar árbitro próprio e que, nesse caso específico, não concordava com o delegado norte-americano, embaixador Joseph Hodges Choate.

[51] ACCIOLY. Op. cit. p. 104.

Rio Branco não era, de fato, favorável à criação da corte. Em comunicado à delegação brasileira, afirmava que a conferência já havia criado o Tribunal de Presas, mantinha o Tribunal de Arbitragem criado na primeira conferência e pretendia criar mais um, o de Justiça Arbitral. E concluía: "É muito tribunal[52]." Contudo, já que a Conferência estava disposta a criar uma nova corte internacional, instruiu a embaixada brasileira em Washington a fim de que tentasse obter do secretário de Estado e do presidente Theodore Roosevelt uma mensagem direta à delegação americana em Haia, instruindo-a para apoiar as pretensões brasileiras e, ainda, esclarecendo que o governo brasileiro aceitaria um Tribunal de Justiça Arbitral se sua composição conformasse o seguinte: 21 membros, dos quais 15 seriam destinados aos Estados presentes na conferência, desde que tivessem população acima de 10 milhões de habitantes, aí incluídas as populações de suas possessões coloniais. Nessa condição estariam Alemanha, Áustria, China, Rússia, Turquia, Espanha, Estados Unidos, Holanda, França, Grã-Bretanha, Japão, Itália, México, Portugal e Brasil. O restante seria preenchido pelo critério de rotatividade consagrado pelo Tribunal de Presas[53]. A ideia foi logo afastada, pelo próprio barão, sob a alegação de que foi apresentada para ganhar tempo, pois, com tal, excluía a Argentina, se fosse considerado o critério populacional. Vale salientar que a chancelaria argentina tomou conhecimento da sugestão de Rio Branco, fato que contribui, naquele momento, para agravar as tensões entre os dois vizinhos.

Ao perceber que não teria o apoio norte-americano às pretensões brasileiras, o barão instruiu Rui a apresentar um projeto substitutivo, consagrando a igualdade jurídica dos Estados na composição do proposto tribunal nos termos da ideia que o próprio Rui manifestara anteriormente. A delegação dos Estados Unidos, diante da firme posição brasileira, apresentou uma proposta conciliatória. Em visita a Rui, o delegado norte-americano, mr. Choate, propunha o apoio do Brasil à criação do tribunal, ficando a questão dos critérios de sua composição para o futuro. Rui achou viável a proposta e consultou o barão, que, em resposta, pediu tempo, pois aguardava a volta de vários emissários enviados por ele aos países latino-americanos, com o objetivo de apresentar a proposta do Brasil sobre o assunto, ou seja, uma corte permanente composta pelo princípio da igualdade jurídica dos Estados, nos termos aprovados em 1899, para a criação do Tribunal de Arbitragem.

[52] Ver ACCIOLY. Op. cit. p. 109.
[53] Idem, ibidem.

Os enviados do barão foram bem-sucedidos. Os Estados latino--americanos apoiaram integralmente a tese brasileira. Diante disso, o barão manteve-se firme e rejeitou a proposta conciliatória norte-americana. Rui, convicto de que nenhuma proposta seria aprovada, idealizou um novo projeto consubstanciado no seguinte: os Estados latino-americanos presentes à conferência poderiam aprovar, à margem do encontro, a criação de uma corte permanente, semelhante em suas finalidades ao tribunal proposto pelas grandes potências, aberta à adesão de outros países e alicerçada no princípio da igualdade jurídica dos Estados.

O barão não recebeu bem a proposta. Telegrafou a Rui lembrando-o da posição brasileira, contrária à criação de uma corte de Estados latino--americanos. Tal iniciativa nos afastaria dos Estados Unidos e da Europa, o que, de maneira alguma, consultava os interesses brasileiros. Como a posição brasileira contava com largo apoio das pequenas potências, os norte-americanos chegaram a propor a Rui Barbosa uma forma conciliatória, que consistia na eleição, considerando o princípio da igualdade jurídica dos Estados defendida por Rui, de uma Comissão Judiciária, composta de 17 ou 19 membros, que funcionaria como corte provisória até a próxima Conferência da Paz, que se pretendia reunir em 1914. Rui achou-a viável. O barão, embora não convencido das vantagens da sugestão americana, autorizou Rui a apoiá-la, caso concluísse que seria conveniente ao Brasil.

A exemplos das outras propostas, esta também não vingou. Como todas as gestões comandadas por Rio Branco para obter dos Estados Unidos suporte para um projeto não discriminatório em relação ao Brasil e às pequenas potências fracassaram totalmente, lamentando por se ver obrigado a expor a divergência brasileira em relação à proposta americana, Rio Branco instruiu Rui Barbosa a manter a proposta brasileira fundamentada no critério da eleição dos membros pelo sistema de igualdade jurídica dos Estados, no modelo adotado pelo Tribunal Permanente de Arbitragem, criado em 1889. Esta era a única possibilidade do Brasil de conseguir uma cadeira permanente no projetado Tribunal de Justiça Arbitral. Portanto, era não mais pleitear a inclusão do Brasil como membro permanente no projeto norte-americano, uma vez que os grandes já o haviam situado no rol das potências de terceira categoria. Assim, acusando a proposta norte-americana de injusta e humilhante para as pequenas potências, em consequência da forma como se daria a escolha dos juízes, Rui Barbosa, com muita coragem e competência, conseguiu a adesão dos chamados países fracos para a pronta rejeição da proposta norte-americana nos termos apresentados, ou seja, as grandes potências –

Alemanha, Estados Unidos, Áustria-Hungria, França, Grã-Bretanha, Itália e Rússia – teriam assentos permanentes, e os demais 38 países ocupariam assentos rotativos por períodos mais longos ou mais curtos; nesse caso, deveriam ser observados critérios relativos à população, à indústria e ao comércio de cada país. Por exemplo: Os juízes da Espanha, da Holanda e da Turquia teriam mandato de 10 anos; os do Brasil, da Argentina, da Bélgica, do Chile, da Dinamarca, da Grécia, do México, da Noruega, de Portugal, da Romênia, da Suécia e da Suíça, de quatro anos; os dos demais Estados, de apenas um ano. O combate que Rui ofereceu ao projeto norte--americano e os apoios que granjeou para sua tese da igualdade jurídica dos Estados levaram a historiadora norte-americana Bárbara Tuchman a registrar, com ironia, o seguinte:

> A proposta americana para um tribunal permanente seria alvo de uma forte oposição. Um dos obstáculos era a insistência do Brasil no sentido de que todos os 44 países nele estivessem representados. A ideia de as decisões serem tomadas por Estados decadentes do Oriente, como a Turquia ou a Pérsia, ou por um advogado de meia casta da América do Sul, segundo as palavras de um comentador, desgostava as maiores potências europeias[54].

Por fim, diante da retirada de pauta do projeto anglo-germano--americano, surgiu uma proposta conciliatória, apresentada pela delegação francesa, que, por incluir entre suas cláusulas o princípio da igualdade jurídica dos Estados, foi, de início, muito bem recebida, principalmente pelas pequenas potências. Rio Branco e Rui Barbosa resolveram apoiá-la. Contudo, apesar do entusiasmo inicial, também não prosperou. Comentando o tema, destacou João Neves da Fontoura:

> Do embate não houve resultados práticos, não houve mesmo vencidos nem vencedores. A conferência não homologou nenhuma das fórmulas antagônicas: segundo a proposta de sir Edward Fry, encareceu a necessidade do tribunal, mas deixou de lado os dispositivos relativos à nomeação dos juízes e à rotação a estabelecer entre eles[55]. (Essa declaração recebeu o apoio do Brasil.)

[54] TUCHMAN, Barbara. *A torre do orgulho*: um retrato do mundo antes da Grande Guerra (1890-1914). Tradução de João Pereira Bastos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 406.

[55] FONTOURA, João Neves. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *A Conferência de Haia*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1952. p. 10.

Os resultados da II Conferência de Paz da Haia, como disse Rui Barbosa, "ficaram aquém das esperanças dos entusiastas da paz"[56]. Em 9 de outubro 1907, Rui proferiu um discurso, ouvido em completo silêncio pelo plenário, no qual apresentou as justificativas das posições contrárias às grandes potências que, em nome do Brasil e das pequenas potências, ele assumiu em relação aos projetos de criação das Cortes Internacionais de Presas e de Justiça Arbitral. O discurso foi destaque do *Courrier de la Conférence* e de grandes elogios de mr. Stead[57]. Contudo, ao encerrar-se a conferência no dia 18 de outubro de 1907, restavam aprovadas 13 convenções: três trataram de modificações de decisões tomadas na conferência de 1899; a primeira convenção, sobre a solução pacífica dos conflitos internacionais, o Brasil a firmou com reservas; a segunda, sobre a limitação do emprego da força para cobrança de dívidas contratuais, e a 12ª, que criou o Tribunal de Presas, que nunca entrou em funcionamento, não foram assinadas pelo Brasil; duas outras convenções se referem a direitos e deveres dos neutros nas guerras terrestres e marítimas. Foi também aprovada uma convenção para regulamentar o início das hostilidades armadas por meio da expressa declaração de guerra. Todas as convenções restantes, exceto uma, passaram a regular a guerra marítima. Além disso, aprovou-se, também, uma declaração sobre a proibição do lançamento de explosivos por meio de balões.

A presença do Brasil na II Conferência de Paz da Haia foi, sem dúvida, muito importante para a projeção internacional da jovem República e se constituiu em um dos momentos de destaque de uma tradição diplomática que, desde o Império, foi sempre marcada pelo respeito ao direito internacional, pelo recurso aos mecanismos pacíficos de solução das controvérsias internacionais e, sobretudo, pela defesa intransigente dos interesses do país. "Haia [escreve Bradford Burns] abriu novas e mais amplas possibilidades de liderança para o Brasil, cautelosamente explorada por seus diplomatas nas décadas seguintes"[58]. Dois grandes brasileiros construíram, na Haia, em 1907, esse momento especial da história das relações exteriores do Brasil: o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa.

[56] BARBOSA. Op. cit. p. 71.
[57] Sobre esse discurso de Rui e suas repercussões, consultar VIANA FILHO. Op. cit. pp. 357-358.
[58] BURNS. Op. cit. p. 399.

Referências bibliográficas

ACCIOLY, Hildebrando. O Barão do Rio Branco e a Segunda Conferência da Haia. In: FRANCO, Álvaro da Costa; CARDIM, Carlos Henrique (Orgs.). *O Barão do Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

AMADO, Gilberto. Rio Branco. In: FRANCO, Álvaro; CARDIM, Carlos Henrique (Orgs.). *O Barão do Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC, 2003. p. 70.

ARAÚJO JORGE, A. G. *Introdução às obras o Barão do Rio Branco.* Rio de Janeiro: MRE, 1945.

BARBOSA, Rui. *A Conferência de Haia.* Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1952.

BELLO, José Maria. *História da República.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República*: os anos de apogeu (de 1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURNS, Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1978. v. 3 (O Brasil Republicano).

CALÓGERAS, João Pandiá. Rio Branco e a política exterior. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos*. Brasília: Funag: CHDD, 2002.

CANÇADO TRINDADE, A. A. The presence and participation of Latin America at the Second Hague Peace Conference of 1907. In: DAUDET, Yves. *Topicality of the Hague Conference, the Second Peace Conferenc*e. Leiden; London: Martinus Nijhhoff, 2008. pp. 51-84.

CARDIM, Carlos Henrique. *A raiz das coisas*: Rui Barbosa, o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: UnB, 2008.

DORATIOTO, Francisco F. M. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 2, pp. 130-149, 2000.

FONTOURA, João Neves. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *A Conferência de Haia*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1952.

HIRST, Monica Ellen Seabra. *As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional*: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI. 2011. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36743/000817166.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 mar. 2012.

LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

MESA, Maria Jesús Cava. *Las Alianzas Europeas y la Paz Armada, 1890-1914*. In: PEREIRA, Juan Carlos (Org.). *Historia de las relaciones internacionales contemporáneas*. Barcelona: Ariel, 2001.

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

PEREIRA, Antonio Celso Alves. *Os impérios nucleares e seus reféns*: relações internacionais contemporâneas. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

POTEMKIN, Vladimir P. et al. *Historia de la diplomacia*. México, DF: Grijabo, 1967. t. 2.

RICUPERO, Rubens. Rio Branco, definidor de valores nacionais. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (Orgs.). *Rio Branco*: América del Sur y la Modernización del Brasil. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

TUCHMAN, Barbara. *A torre do orgulho*: um retrato do mundo antes da Grande Guerra (1890-1914). Tradução de João Pereira Bastos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WHELING, Arno. Visión de Rio Branco: el hombre de Estado y los fundamentos de su política. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (Orgs.). *Rio Branco*: América del Sur y la Modernización del Brasil. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

Diplomacia da saúde nos tempos do barão e nos dias de hoje: o Barão do Rio Branco e a saúde pública

Paulo M. Buss[*]

Introdução

O início do século XX é um instigante período da história da diplomacia e da saúde pública no continente americano e no Brasil. Nesses anos cruciais para a política externa brasileira, nos quais o gênio político e diplomático de José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco (1845-1912), moldou as bases firmes da diplomacia brasileira, o país – e, principalmente, a capital, o Rio de Janeiro – era assolado por epidemias de doenças infecto-parasitárias que não só colheram milhares de vítimas entre a população brasileira e os estrangeiros que nos visitavam ou que para cá migravam, mas que também afetaram definitivamente o comércio e a economia.

A resposta solidária dos países do continente americano a esses problemas consolida importante etapa histórica, com a criação, em 1902, da Oficina Sanitária Pan-Americana. O Brasil responde à complexa conjuntura sociossanitária do início do século com transformações importantes na sua saúde pública que incluem a criação do Instituto de Manguinhos (1900) e da Direção-Geral de Saúde Pública (1902) e a nomeação de Oswaldo Cruz para dirigir ambos os órgãos. O Barão de Rio Branco, chanceler de 1902 a 1912, enceta a inserção do Brasil nas iniciativas compartilhadas dos países

[*] Médico, mestre em Medicina Social. Professor titular da Escola Nacional de Saúde Pública. Diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Membro titular da Academia Nacional de Medicina.

do continente, em defesa da saúde pública e da economia, representadas pelas Conferências Sanitárias Pan-Americanas e as negociações promovidas sob a inspiração do Pan-Americanismo e da Doutrina Monroe.

Este artigo pretende discutir as políticas públicas, diplomáticas e de cooperação internacional na área da saúde, denominadas "diplomacia da saúde", moldada pelas nascentes diplomacia e saúde pública republicanas, que buscaram responder à conjuntura sociossanitária, em defesa da saúde pública e da higidez das relações econômicas e comerciais do Brasil, ameaçadas pelo medo e pela real possibilidade destrutiva das doenças epidêmicas sobre a economia agroexportadora do país. Ao final, traça um paralelo com a diplomacia da saúde praticada nos primeiros anos do século XXI, descrevendo as atuais iniciativas comuns dos setores da saúde e da diplomacia brasileiras, com ênfase na política externa e na cooperação internacional, referidas à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e à América do Sul, por meio da União de Nações Sul-Americanas.

O artigo contém uma revisão bibliográfica parcial da expressiva produção intelectual sobre saúde no início do século XX no Brasil, particularmente produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), especialmente pelos pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz.

A conjuntura sociossanitária nos primórdios da Primeira República no Brasil

Diversos autores se debruçaram sobre a instigante conjuntura sociossanitária do jovem Brasil republicano. Quase todos identificam na agroexportação a principal conexão entre economia, comércio e saúde pública no final do século XIX e no início do XX.

O Brasil encontrou no café, cultivado principalmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, o seu principal produto de exportação. Rio de Janeiro e Santos eram os principais portos exportadores da produção agrícola, animal e mineral. Além de porto importante, o Rio de Janeiro acumulava o título de capital da nascente república sul-americana. Esses portos recebiam centenas de embarcações internacionais, que traziam produtos manufaturados das metrópoles europeias e americanas e que para lá levavam *commodities* agrícolas. Dessas cidades partiam as ferrovias que conduziam os produtos das metrópoles estrangeiras e das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo para os polos produtores de grãos e de produtos animais e minerais destinados à exportação, localizados no interior.

As cidades portuárias ficavam expostas à entrada de novos agentes infecciosos com potencial epidêmico. Os então modernos navios a vapor tornavam as viagens internacionais muito mais rápidas, o que permitia o desembarque de passageiros que ainda estavam no período de incubação (sem sintomas) de doenças transmissíveis com potencial epidêmico. Assim, muitas vezes não eram identificados processos infecciosos e, por consequência, não se aplicavam medidas como a quarentena dos doentes. Muitas doenças, como a febre amarela, o cólera e a peste bubônica, aportaram, dessa forma, em desembarcadouros brasileiros ao longo do século XIX e no início do XX, transformando-se em epidemias letais no país.

Não menos importantes eram as condições de vida e trabalho, na cidade ou no campo, onde se produziam as culturas agrícolas. O crescente aglomerado urbano, sob as piores condições de higiene ambiental, domiciliar e pessoal, era campo fértil para o alastramento de epidemias. Não havia abastecimento de água potável seguro, tampouco sistemas de deposição de excretas. Com isso, a água consumida provinha de riachos e poços contaminados, causadores de doenças diarreicas. O lixo não tinha destinação adequada, acumulando-se nas ruas e nos tugúrios. As habitações eram insalubres, mal ventiladas e sem acesso à água, ao esgoto ou à coleta de lixo. Proliferavam mosquitos, moscas, ratos e outros insetos e roedores, muitos deles vetores ou reservatórios de agentes infecciosos. A assistência aos doentes era errática, providenciada por instituições de caridade, desprovidas das mínimas condições que não as de assegurar, para alguns, apenas um lugar onde morrer.

As condições de trabalho nas fazendas em nada eram melhores que a vida na cidade. O tempo de lides era exaustivo, muitas vezes ultrapassando as 12 horas diárias, a alimentação pouca e escassa em nutrientes, o trabalho infantil era corrente, os alojamentos eram precários, sem as menores condições de higiene. A assistência aos doentes era praticamente inexistente, assim como as ações de prevenção.

Com a redução e, finalmente, a extinção do tráfico de escravos negros da África, na segunda metade do século XIX, abriram-se as portas para a política de imigração de estrangeiros europeus para a cafeicultura, assim como para o povoamento de províncias de população rarefeita, como as do Sul do país.

Essa política intensificou-se nos derradeiros 30 anos do século XIX, combinando os interesses dos cafeicultores – cujo interesse era mão de obra barata minimamente qualificada, seja qual fosse a etnia ou a origem – com os da burocracia intelectualizada que almejava alcançar, com a imigração,

a "civilização" do Império, depois República, com o "embranquecimento" da raça. Assim se explicaria, segundo alguns autores, a eleição de europeus para o processo migratório. Imigrantes portugueses, alemães e italianos estavam entre os que fluíram em maior número no período, ao que se seguiram os japoneses em períodos mais tardios.

A situação das cidades e das zonas rurais pouco tinha mudado em relação ao período anterior. Entretanto, agora não se tratava de escravos, mas de imigrantes legais, oriundos de países que já haviam construído sistemas mínimos de saúde e proteção social, assim como desenvolvido noções importantes de direito e cidadania.

As queixas dos imigrantes aos seus governos de origem geraram inúmeros problemas para a jovem diplomacia republicana. Entre as muitas reclamações, principalmente relacionadas a direitos mínimos nos contratos de trabalho e nos títulos de posses de terras, encontravam-se as de origem sanitária.

Os imigrantes, como toda a população, encontraram na febre amarela, na varíola, no cólera e na peste bubônica as grandes vilãs à época dos intensos processos migratórios. As temíveis febres estavam presentes com intensidade nos portos de desembarque dos imigrantes, em Santos e no Rio de Janeiro; com os transportes ferroviários, disseminaram-se para o interior, onde trabalhavam os recém-chegados. Estes, sem contato prévio com as doenças, raras na Europa, as adquiriam e morriam em terras brasileiras. Cada vez mais as nações europeias se opunham à partida de seus cidadãos, ainda que pobres, para o país tropical, que tanto necessitava dessa mão de obra para a agroexportação em crescimento.

Foi intensa a ação conjunta das autoridades republicanas da saúde e da diplomacia na conjuntura sociossanitária não só para enfrentar as doenças, desfazer o medo das enfermidades e evitar o retorno de imigrantes aos seus países de origem e a redução da imigração, mas também para atuar em acordos sanitários internacionais que visavam estabelecer formas oportunas e eficientes de atuar nos portos, nas cidades e nos sertões, com medidas legais, sanitárias e médicas concertadas entre os países.

A política de saúde no Brasil no início do século XX

A resposta efetiva do Estado brasileiro contra as epidemias que grassavam no Rio de Janeiro se iniciou por volta de 1900. O processo resultou da decisão política do governo do presidente Rodrigues Alves,

da reforma urbana implantada pelo prefeito Pereira Passos e das ações institucionais conduzidas pelo médico e sanitarista Oswaldo Cruz na saúde. Respondiam perfeitamente às necessidades da diplomacia brasileira, que precisava mostrar ao mundo uma imagem melhor do país.

Formado em medicina no Rio de Janeiro, a tese sobre "Veiculação microbiana pela água", relativa aos micróbios que aí vivem, já expressava o interesse do dr. Oswaldo Gonçalves Cruz pelas ciências bacteriológicas nascentes e tinha entre suas máximas expressões Louis Pasteur, em Paris, e Robert Koch, na Alemanha. De 1896 a 1898 Cruz se instalou em Paris para aperfeiçoar seus conhecimentos em bacteriologia. Em 1896 fez o "Grand Cours" do Instituto Pasteur e, nos dois anos seguintes, trabalhou no laboratório municipal da cidade, na área de análises bacteriológicas das águas. No Pasteur, fez amizade com o médico Roux, então diretor do instituto, e com outros proeminentes cientistas. É curioso mencionar que não precisou indenizar o instituto pelo material de trabalho nem pelos animais de experiência que utilizou, como era de praxe. Essa atitude foi atribuída ao fato de Oswaldo Cruz ter sido o primeiro brasileiro a bater às portas da Casa de Pasteur, para cuja fundação e primeiros desenvolvimentos concorreu generosamente o magnânimo dom Pedro II, imperador do Brasil.

Oswaldo Cruz retornou ao Rio de Janeiro em 1899, onde montou um laboratório de análises clínicas, o primeiro do gênero na capital brasileira. No final do mesmo ano, apareceram casos suspeitos de peste bubônica em Santos, e a Diretoria de Higiene designou Oswaldo Cruz para viajar àquela cidade portuária, onde confirmou a existência da moléstia, importada por via marítima.

Temendo a contaminação provável do Rio de Janeiro, o barão de Pedro Afonso, diretor do Instituto Vacínico Municipal, obteve do prefeito Cesário Alvim a criação de um instituto de soroterapia antipestosa, originalmente desenvolvida pelos pasteurianos Calmette e Yersin, e de outros soros e vacinas, destinados a enfrentar as epidemias prevalentes na capital e em outras partes da República. Faltava o técnico especializado, que foi pedido ao Instituto Pasteur de Paris. O médico Roux respondeu que o Brasil tinha em Oswaldo Cruz, há pouco egresso do Instituto, o técnico a indicar. Convidado, Cruz aceitou o encargo. Depois de algumas peripécias acarretadas pelo temperamento autoritário do barão, o laboratório foi inaugurado a 23 de julho de 1900, pomposamente denominado Instituto Soroterápico Federal, célula de origem do Instituto de Manguinhos, depois Instituto Oswaldo Cruz e, hoje, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O novo laboratório foi instalado em Manguinhos, na periferia da cidade do Rio de Janeiro, na Fazenda de Manguinhos, de propriedade municipal, cedida ao novo instituto. Em fins de 1900, soro e vacina antipestosos já eram usados na terapêutica e na profilaxia da enfermidade.

A criação do Instituto Soroterápico Federal é um capítulo da maior importância na história médica, científica e política da Primeira República. Segundo a maioria dos estudiosos da história da ciência e da saúde no país, foi ele a gênese da ciência brasileira.

À produção destes insumos essenciais para proteção da saúde e prevenção e tratamento das moléstias infecciosas, precocemente veio somar-se o desenvolvimento de trabalhos experimentais e a formação de recursos humanos. De fato, os resultados impressionantes da pesquisa realizada em Manguinhos chegaram rapidamente aos meios médicos, e muitos estudantes da Faculdade de Medicina acorreram ao instituto para preparar suas teses de doutoramento, contribuindo para que se formasse uma verdadeira escola de medicina experimental nacional.

Portanto, reside na própria gênese de Manguinhos o estabelecimento do que veio a se constituir na tríade fundamental para o desenvolvimento das ciências da saúde e da saúde pública brasileiras: pesquisa, ensino e produção. Faltava a "intervenção de campo" sobre a situação de saúde, mas esta é uma parte complementar da história de que logo trataremos.

Antes do final de 1902, explodiu uma séria incompatibilidade entre barão de Pedro Afonso e Oswaldo Cruz, culminando na renúncia de ambos. Depois de poucos dias, Oswaldo Cruz retornou a Manguinhos, agora como diretor-geral e único.

Diante da deterioração das condições de saúde e apoiado no sucesso de sua gestão frente ao Instituto de Manguinhos, Oswaldo Cruz foi convidado pelo então recém-nomeado ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, J. J. Seabra, por influência do doutor Sales Guerra, renomado clínico da época e fiel amigo de Cruz por toda a vida, para assumir a Diretoria de Higiene. Isso ocorreu em 23 de março de 1903, ainda no início do novo governo, de novembro de 1902, após a posse do ex-governador de São Paulo Rodrigues Alves como presidente da República.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, Alves iniciou um ambicioso programa de reconstrução e saneamento da capital da República. Nomeando Oswaldo Cruz para a Diretoria-Geral de Saúde, em março de 1903, confiou-lhe a tarefa de livrar a capital das doenças epidêmicas. O valor simbólico desta tarefa ia bem além da importância prática

(de modo algum desprezível em si mesma) do controle das epidemias, pois sua persistência na capital do Brasil era vista como símbolo do atraso do país e como uma afronta às aspirações nacionais de vir a compor o seleto grupo das nações civilizadas. Ademais, a presença de tais doenças na capital e principal porto do país prejudicava o comércio, pois os navios estrangeiros tratavam de evitar o porto da cidade, então conhecida como "túmulo dos estrangeiros", enquanto as tripulações e mercadorias brasileiras eram submetidas a quarentenas mundo afora, o que trazia enormes prejuízos econômicos. Punha também um freio à imigração, essencial para o crescimento econômico do país, como opção à mão de obra escrava, desde a abolição da escravatura, em 1888.

As campanhas sanitárias conduzidas por Oswaldo Cruz de 1903 a 1907, à frente da Diretoria de Higiene, concentraram-se em três doenças: a febre amarela, a varíola e a peste bubônica. Além disso, Oswaldo Cruz pediu ao governo que, junto ao Congresso, transformasse em lei seu Plano de Reforma dos Serviços Sanitários Nacionais, no qual enfatizava os serviços de profilaxia das moléstias transmissíveis e o serviço sanitário dos portos marítimos e fluviais, assim como a fusão dos serviços federais com os da capital da República, que já se encontrava sob o comando de Pereira Passos, o prefeito reformador do Rio de Janeiro nomeado por Rodrigues Alves. Apresentada em julho de 1903, o Código Sanitário foi promulgado em março de 1904.

Para eliminar a varíola, Cruz realizou campanha intensiva de vacinação. A erradicação das outras moléstias deu-se pelo controle de seus vetores (os ratos e as pulgas que os infestavam, no caso da peste, e os mosquitos, no caso da febre amarela), acompanhado de medidas de isolamento dos doentes.

Para o controle da febre amarela, a cidade foi dividida em dez setores, cada um deles gerenciado separadamente e fiscalizado por uma estrutura central – método empregado pelos militares norte-americanos, sob o comando do general médico William Crawford Gorgas, no controle da febre amarela em Havana, Cuba, que recebeu no país o título às vezes respeitoso, às vezes jocoso de "doutrina havanesa". O isolamento dos doentes e a vigilância das pessoas não imunes (crianças pequenas e estrangeiros) eram efetuados por destacamentos especiais de "polícia sanitária". Para reduzir a população da forma alada do mosquito transmissor, reduzindo assim a taxa de contato com infectados e não infectados, os serviços de saúde utilizavam a fumigação dos domicílios dos bairros afetados por meio dos mata-mosquitos. A desinfeção, inútil segundo os cânones comprovados nas práticas implementadas com

sucesso em Havana, estava descartada. Uma lei específica votada pelo Congresso financiava estas medidas sanitárias de alto custo para a época, que incluía o pagamento dos inspetores sanitários e dos mata-mosquitos, assim como a aquisição dos equipamentos e dos inseticidas.

O tratamento desigual implementado nos bairros ricos e pobres – nestes, os domicílios eram "invadidos" pelos mata-mosquitos – foi motivo de grande insatisfação popular, bem aproveitada pela oposição ao governo; parte da categoria médica brasileira também estava em desacordo com as teses de Oswaldo Cruz, que, entretanto, se apoiavam nos últimos avanços científicos, baseados nos trabalhos do médico cubano Carlos Finlay (que descobriu a transmissão pelos mosquitos, em 1881) e em achados confirmados pelo serviço médico militar americano, sob o comando dos generais Walter Reed e Gorgas (no final da década de 1890).

Se as intervenções para o controle da febre amarela receberam oposição médica, política e popular, ainda mais desentendimento recebeu a vacinação obrigatória contra a varíola, parte do aprovado Código Sanitário reformador. Populares, políticos e imprensa acusaram Oswaldo Cruz e sua estratégia de vacinar para evitar a varíola como "ditadura sanitária" e invasão do direito privado. "Persuasão e convicção, sim; coerção, jamais", diziam os opositores. Aliaram-se contra a vacinação obrigatória segmentos tão heterogêneos como o movimento positivista, inspirado nas ideias de higidez humana de Augusto Comte, quanto o moralismo vigente, já que a vacina era aplicada nas coxas ou nos braços expostos, e, evidentemente, os políticos opositores ao presidente Alves e ao prefeito Pereira Passos.

A culminância da reação foi a Revolta da Vacina. O movimento eclodiu em novembro de 1904, com motins nas ruas do Rio de Janeiro e uma rebelião na Academia Militar da Praia Vermelha. A revolta acabou com uma vitória provisória, pois o presidente viu-se obrigado a abolir a lei que instaurava a vacinação obrigatória contra a varíola.

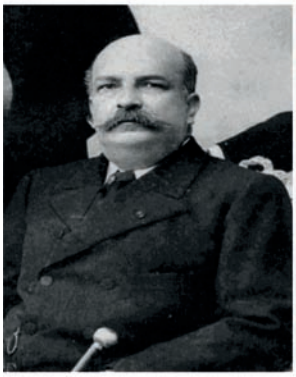
Contudo, o que poderia ser interpretado como uma reação a uma medida médico-sanitária, na realidade, representou uma manifestação política contra as medidas reorganizadoras da urbe, de natureza econômica, social e urbanística, impostas sem maiores consultas à população mais afetada (os pobres e os comerciantes do centro da cidade) pelo presidente Alves e o prefeito Pereira Passos, no afã de "modernizar" a capital da República.

O controle da peste bubônica foi abordado pelas medidas de urbanização e limpeza, que levavam à redução drástica da população dos ratos que albergavam as pulgas transmissoras do bacilo pestoso, e pela

utilização do soro e da vacina correspondentes. Oswaldo Cruz, em uma medida que recebeu milhares de comentários jocosos e centenas de charges nos jornais da época, mandou pagar um tostão por rato abatido entregue à saúde pública, transformando esta prática na alegria da garotada pobre e em lucrativo negócio para alguns espertos que apresentavam mais de uma vez os roedores aos serviços profiláticos.

Como os efeitos das medidas de urbanização e saneamento, assim como de vacinação e outras medidas médico-sanitárias, produziram quedas dramáticas no número de casos e de mortes provocadas por aquelas moléstias, antes epidêmicas, e, portanto, aterradoras, o desprestígio inicial do governo e de Oswaldo Cruz foi pouco a pouco se reduzindo, acabando por tornar o cientista um herói nacional e por se reconhecer os méritos inegáveis dos governos Rodrigues Alves e Pereira Passos no campo da saúde pública e da reforma urbana.

Com esses sucessos, o Instituto de Manguinhos foi rapidamente elevado pela comunidade internacional à condição de centro ineludível de pesquisa em medicina tropical, fato sem precedentes em um país periférico em relação às economias centrais. Recebeu, entre outras honrarias, a Medalha de Ouro do IV Congresso Mundial de Higiene e Demografia (Berlim, 1907). Em 1909, um dos seus mais notáveis pesquisadores, Carlos Chagas, descreveu integralmente uma enfermidade até então desconhecida como matéria médica, a tripanossomíase americana, cunhada como doença de Chagas, nome pelo qual é até hoje conhecida mundialmente. Seu prestígio continua crescente, estando a Fiocruz atual situada como uma das mais importantes instituições de pesquisa em saúde e medicina do mundo.



Chanceler Barão do Rio Branco

Presidente Rodrigues Alves

Sanitarista Oswaldo Cruz

Diplomacia da saúde nos tempos do barão

O período de Rio Branco como chanceler foi um dos mais exigentes no campo da saúde internacional – o que chamamos hoje de diplomacia da saúde –, e o Brasil se destacou por sua presença em acordos sul-americanos, pan-americanos e mundiais, particularmente no tocante às doenças infecciosas epidêmicas e à saúde dos portos, que afetavam de forma importante o comércio internacional e a saúde das populações nacionais.

Como se viu, as condições de saúde que vigiam nas cidades mundo, como no Rio de Janeiro e em outras capitais sul-americanas, impunham restrições importantes ao comércio internacional e ao trânsito seguro de pessoas, e foram motivo de inúmeras iniciativas políticas e técnicas implementadas em conjunto, no plano internacional, pelos setores governamentais da saúde e da diplomacia.

Os movimentos de reforma da saúde pública na Europa, que na França, na Alemanha ou na Inglaterra destacavam a associação entre cidade massiva e doença, também continham o otimismo na crença de que a higiene permitiria intervir positivamente sobre o insalubre espaço urbano. O otimismo diante da possibilidade de intervenção científica compensava o sombrio diagnóstico associado à cidade, que emergia com o advento do capitalismo industrial. Oswaldo Cruz, por exemplo, trouxe como bagagem técnica para o Brasil, além da vibrante bacteriologia nascente, também a visão das intervenções sobre o ambiente e a cidade.

Contudo, não se deu apenas no plano interno às nações o impacto do fenômeno urbano e dos novos conhecimentos relativos à saúde, mas também nas relações internacionais, devido à intensificação do comércio e às implicações negativas da instituição das quarentenas nos portos marítimos. De fato, as ameaças das doenças epidêmicas como cólera, febre amarela e peste ultrapassavam as fronteiras nacionais e era indispensável internacionalizar os problemas de saúde pública e configurar uma ordem externa, supranacional e vinculante.

Assim, as controvérsias científicas e políticas se transferiram e se institucionalizaram nos primeiros fóruns internacionais criados no campo da saúde: as Conferências Sanitárias Internacionais, espaços técnico-políticos que combinavam expoentes governamentais dos setores da diplomacia e da saúde e que procuravam harmonizar os interesses de comércio e segurança sanitária. Foram as mais organizadas expressões da diplomacia da saúde da época.

As principais preocupações sanitárias eram o controle da febre amarela, encontrada em muitos portos das Américas, e a prevenção da chegada do cólera, oriundo da Europa, e da peste bubônica, proveniente da Ásia. As ações médicas e as negociações diplomáticas internacionais buscavam uma política de saúde dos portos que fosse uniforme e eficiente, baseada em princípios científicos e humanitários, e que desse segurança sanitária às atividades do comércio internacional.

A conjuntura econômica interamericana na virada dos séculos

Na passagem do século XIX para o XX, ocorreu importante transição política e econômica na América Latina e Caribe (ALC).

Enquanto os Estados Unidos se consolidava como potência econômica, industrial e exportadora de produtos manufaturados, a ALC se transformava em importante polo exportador de produtos agrícolas, animais e minerais, a exemplo da carne argentina, do café brasileiro, do açúcar cubano, do sisal mexicano, das frutas da América Central e do Caribe, da prata boliviana e do cobre chileno.

A renovada dinâmica econômica, que implicou enorme crescimento do comércio interamericano, com a expansão das exportações da ALC, expressava uma transformação definitiva da estrutura econômica latino-americana e caribenha, herdada do período colonial. Pouco a pouco a região se livrava do domínio econômico britânico, mas caía no campo de influência dos Estados Unidos.

O conglomerado econômico, representado pelas grandes empresas de exportação-importação americanas e da ALC precisava de infraestrutura portuária à altura do intenso comércio interamericano. Nessa circunstância, as moléstias infecto-parasitárias, que ameaçavam passageiros e tripulações e que penetravam nos países pelos portos, representavam um severo obstáculo e um verdadeiro bloqueio aos interesses econômicos das nascentes burguesias urbanas e oligarquias latifundiárias rurais, tornando-se problema internacional a ser equacionado, em conjunto, pelas repúblicas americanas.

A modernização dos portos deveria incluir mudanças na obsoleta saúde pública vigente e em seu arcaico sistema de vigilância e de quarentenas, bastante diferente em cada país do continente americano, ineficiente, burocrático e, geralmente, incapaz de conter as epidemias. A saúde pública da época pouco protegia passageiros e tripulações e atrasava o tempo do comércio, ameaçando deteriorar as cargas de *commodities* perecíveis.

Esse processo econômico tem no Pan-Americanismo um componente importante do processo político internacional do período. O conceito vigente mesclava resquícios da Doutrina Monroe (1758-1831) e das ideias que Simon Bolívar postulava sobre a união das repúblicas latino-americanas recém-independentes da coroa espanhola, processo que se desenrolou de 1810 a 1824.

Na transição de um século para o outro, o Pan-Americanismo era apresentado ao debate político dos países do continente americano com os princípios das relações pacíficas entre as nações, a mediação diplomáticas das controvérsias, a redução da influência europeia nas Américas e a intensificação do comércio interamericano, este traduzido, na prática, pelo aumento das exportações estadunidenses. Os presidentes McKinley (1897-1901) e Theodore Roosevelt (1901-1909) foram os grandes promotores do Pan-americanismo à época.

Embora recebendo críticas severas, na ALC, de intelectuais e ativistas políticos como José Martí, Rubén Dario e Jose Enrique Rodó e também de alguns estadistas latino-americanos, a doutrina do Pan--Americanismo redundou, por ocasião da I Conferência Internacional Americana (Washington, DC, de outubro de 1889 a abril de 1890), na criação da União Internacional de Repúblicas Americanas, cuja secretaria permanente ficou sediada na capital norte-americana.

As Conferências Sanitárias Internacionais

Foi só a partir de meados do século XIX que as atividades relacionadas com o que hoje se conhece também como saúde internacional se tornaram sistemáticas e resultaram em acordos destinados a ter implementação universal.

A I Conferência Sanitária Internacional foi realizada em Paris, de 23 de junho de 1851 a 19 de janeiro de 1852, contou com a participação de 12 países, mas nenhum das Américas esteve representado. Ela focava basicamente em obter um acordo sobre as condições mínimas da quarentena marítima, vital para o controle do cólera, a grande ameaça internacional da época, que havia produzido uma pandemia em 1848, com cerca de 54 mil mortes apenas na Inglaterra, então país de comércio internacional mais intenso, com o vasto império "em que o sol nunca se punha".

Na II Conferência Sanitária Internacional, também realizada em Paris, em 1859, não havia delegados médicos, apenas diplomatas,

e foi firmado um novo projeto de convênio sanitário internacional que, entretanto, não chegou a entrar em vigência.

Muitas das reuniões se realizavam como resposta ao que se identificava como fatores que aumentavam a ameaça do cólera. Por exemplo, a III Conferência Sanitária Internacional, realizada em Constantinopla, em 1866, procurava responder ao risco da chegada da doença por meio dos peregrinos muçulmanos que se moviam de e para Meca. A IV Conferência Sanitária Internacional, realizada em Viena, em 1874, foi uma resposta à abertura do Canal de Suez, pois temiam os especialistas e diplomatas que o fluxo de navios pelo canal pudesse trazer a epidemia do Oriente para o Ocidente. A França sugeriu e foi aprovada, mas fragilmente implementada, a criação de uma Comissão Internacional Permanente das Epidemias, com sede em Viena, formada por médicos e especialistas indicados pelos países participantes.

A V Conferência Sanitária Internacional foi a primeira a realizar-se no continente americano, em Washington, DC, de janeiro a março de 1881, e contou, pela primeira vez, com a participação de países americanos, inclusive o Brasil. Algumas iniciativas de relevo foram sugeridas e aprovadas, mas tampouco chegaram a entrar de fato em vigor. Foi na parte científica desta reunião que Carlos Finlay, médico cubano, contra toda a tradição da transmissão da febre amarela por *fômites* (roupas e outros objetos manipulados pelos doentes), que levava a custosos processos de desinfecção, lançou sua teoria (correta) de que a moléstia seria transmitida por mosquitos. Apesar do relativo descrédito, pois o doutor Finlay vinha de um país "periférico", foi esta descoberta – aceita apenas quase 20 anos depois pela "*big science*" – que se constituiu no pilar fundamental da ação sanitária contra a febre amarela no início do século XX: o combate ao mosquito vetor.

No que restava de século XIX, seguiram-se celebrando Conferências Sanitárias Internacionais, da sexta a décima: Roma (1885), Veneza (1892), Dresden (1893), Paris (1894) e Veneza (1897). Em cada uma delas foram estabelecidos convênios internacionais de alcance limitado, principalmente relacionados ao cólera e à peste.

Sob o impacto das pandemias destas doenças, na segunda metade do século XIX, mas independentemente das Conferências Sanitárias antes mencionadas, realizou-se em Montevidéu, em 1873, uma convenção sanitária na qual Brasil, Argentina e Uruguai firmaram ata que fixava medidas comuns de prevenção a doenças como cólera, febre amarela, peste bubônica e tifo. No Rio de Janeiro, em novembro de 1887, Brasil, Argentina e Uruguai firmam outra Convenção Sanitária Internacional,

enquanto em Lima, em janeiro de 1888, os países do Pacífico sul-americano (Bolívia, Chile, Equador e Peru) estabeleceram sua própria convenção, tratando da profilaxia da febre amarela.

Confirmando o predomínio econômico e, por conseguinte, mostrando preocupações com a proteção ao comércio internacional, realizou-se de outubro de 1889 a abril de 1890, em Washington, DC, a I Conferência Internacional Americana, sob o signo do Pan-Americanismo – tema já comentado em seção anterior deste artigo. Uma das deliberações da conferência foi a criação da X Comissão, dedicada à saúde, composta por sete membros de cinco países (Brasil, Estados Unidos, Nicarágua, Peru e Venezuela), "para tomar em consideração e informar sobre os novos métodos de estabelecer e manter regulamentos sanitários no comércio entre os vários países representados na Conferência". Recordemos que no período de realização da conferência, a República foi proclamada no Brasil (novembro de 1889). A X Comissão sugeriu e a conferência recomendou que as repúblicas americanas adotassem ou a Convenção Sanitária Internacional do Rio de Janeiro (1887) ou de Lima (1888).

É importante notar que foi exatamente no período de 1880 a 1900, no que se designa como "décadas de ouro da bacteriologia", que as ciências médicas consolidaram a Teoria do Germe, identificando os agentes etiológicos, a epidemiologia e, em alguns casos, a prevenção e o tratamento de um grande número de enfermidades infecciosas, como tuberculose, difteria, tétano, peste, hanseníase, malária, gonococcia, sífilis e carbúnculo, entre outras, principalmente em institutos científicos europeus.

Foi também nesta época que emergiu nas Américas a percepção de que havia necessidade de uma Organização Internacional de Saúde, para além de convenções sistemáticas que haviam iniciado cerca de 50 anos antes.

Com o antecedente histórico das Convenções Sanitárias Internacionais Americanas, o X Comitê de Política Sanitária Internacional da II Conferência Internacional Americana, realizada na cidade do México, de outubro de 1901 a janeiro de 1902, propôs que a Oficina Internacional das Repúblicas Americanas (atual Organização dos Estados Americanos – OEA) convocasse uma convenção geral de representantes das repartições governamentais (ou ministérios) de saúde das repúblicas das Américas para formular acordos e disposições sanitárias e, periodicamente, celebrar convenções e acordos sobre saúde. Esta reunião, de alto nível político e técnico, deveria designar uma junta governativa permanente, que se

denominaria Oficina Sanitária Internacional, com sede em Washington, DC. Estava decidida a criação da atual Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

Primeiros anos da organização

A criação da Opas, em dezembro de 1902, ao cabo da I Conferência Sanitária Internacional das Repúblicas Americanas, também realizada em Washington, DC, foi produto da expansão do comércio internacional e do comércio interamericano, em particular; dos avanços das ciências médicas e da saúde pública; e de uma nova relação política e diplomática entre as nações das Américas.

Para além de reuniões e convenções de tempos em tempos, a nova organização deveria garantir: 1) a reunião e a análise sistemática de informações relativas à situação sanitária dos portos e do território nacional de cada Estado membro; 2) realizar os estudos científicos necessários sobre as enfermidades contagiosas que ocorressem nos países; 3) reunir esforços e proporcionar ajuda para proteger a saúde pública, eliminar as enfermidades e facilitar o comércio entre as nações, reduzindo ao máximo os períodos de quarentena, desde que compatíveis com a segurança pública e os conhecimentos científicos; e 4) estimular, ajudar ou impor todos os meios jurídicos disponíveis para o saneamento dos portos marítimos, principal porta de entrada de doenças epidêmicas nos países.

Em outras palavras, a primeira Organização Internacional de Saúde nasceu com o objetivo de proteger a saúde da população e a manutenção do vigor do comércio, atuando em prol da eliminação das principais moléstias transmissíveis com potencial epidêmico, por meio do que muito mais tarde se convencionou chamar "vigilância epidemiológica e sanitária internacional", com foco na saúde dos portos, valendo-se dos conhecimentos científicos existentes e produzindo novos, se aqueles fossem insuficientes.

Várias Convenções Sanitárias Internacionais (mais tarde denominadas Conferências Sanitárias Pan-Americanas) foram convocadas pela nova organização nos anos subsequentes, todas contando com diplomatas e médicos. O Brasil teve presença ativa em todos os eventos intergovernamentais, que se realizaram sob a égide do Barão do Rio Branco, à frente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e de Oswaldo Cruz, como diretor-geral de Saúde Pública, cargo equivalente, hoje, ao de ministro de Estado da Saúde.

As contribuições do Brasil decorreram da experiência negociadora de seus diplomatas, da firmeza dos conhecimentos científicos e das bem-sucedidas intervenções sobre as epidemias, realizadas por Cruz em território nacional, particularmente na capital da República.

Com a XI Conferência Sanitária Internacional (Paris, 1903), unificaram-se os quatro convênios, assinados em conferências anteriores, relacionados com as medidas sanitárias referentes às principais doenças epidêmicas, ao saneamento dos portos e ao comércio marítimo, refundindo-os em um instrumento único, a Convenção Sanitária Internacional de 1903.

Contudo, como a Convenção de Paris não tinha vigência nas Américas, as repúblicas do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai firmaram, no Rio de Janeiro, em 1904, um histórico compromisso – resultado da ação conjunta da diplomacia e da saúde –, pelo qual se comprometeram a informar mutuamente sobre a ocorrência das doenças e a se ajudar solidariamente para enfrentá-las. Ademais, como o Brasil e a Argentina eram destino de milhares de imigrantes, que poderiam portar doenças transmissíveis ou delas serem vítimas, havia particular interesse dos dois países em tranquilizar o mundo a respeito da sanidade de seus portos e cidades.

Nesta ocasião, a 10 de junho de 1904, o Barão pronunciou discurso em banquete oferecido às delegações estrangeiras presentes, exaltando "a política de confraternidade e de paz", afirmando que a conferência fez "obra civilizadora contra a velha rotina, adotando princípios liberais que são uma conquista da ciência moderna".

Todos os eventos e tratados internacionais decorrentes que realizou ou de que participou o Brasil, como os que descrevemos anteriormente, foram expressões muito eloquentes da diplomacia da saúde e da saúde internacional da época. Foram iniciativas que contaram com ações política e técnica concertadas de ambos os setores da governança nacional. No início do século XX, Barão do Rio Branco e Oswaldo Cruz foram seus mais destacados representantes e, não por coincidência, entraram para a história do nosso país.

Um caso de política externa e de saúde: Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, onde Barão e Oswaldo se cruzaram

Um dos mais rumorosos e famosos casos na história da política externa brasileira foi a anexação negociada do território que hoje

corresponde ao Acre, cedido pela Bolívia. A ampliação pacífica do território brasileiro foi um dos muitos atos que tornou o Barão do Rio Branco famoso e admirado pela nação brasileira e patrono da diplomacia nacional.

Pelo Decreto n. 5.161, de 10 de março de 1904, firmado pelo presidente Rodrigues Alves e pelo Barão do Rio Branco, as autoridades da República mandaram executar o Tratado de Permuta de Territórios e outras compensações, celebrado em 17 de novembro de 1903, entre o Brasil e a Bolívia, que incluía, no artigo 7º:

> A obrigação do Brasil construir em território brasileiro uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila-Murtinho ou em outro ponto próximo (estado de Mato Grosso), chegue a Villa-Bella (Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países [Brasil e Bolívia], com direito às mesmas franquezas e tarifas (BRASIL,1904).

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), que veio a ser também conhecida como "a estrada do diabo", pelas perdas humanas ocorridas durante a sua construção, foi então implantada no período de 1907 a 1912, em um projeto que interligava Porto Velho a Guajará-Mirim, estado de Rondônia, na fase áurea da borracha amazônica. Milhares de trabalhadores morreram durante a construção, não só por acidentes de trabalho, mas também vítimas de doenças tropicais.

Com o intuito de criar uma passagem sobre o rio Madeira, em uma época em que o Brasil adquiria a posse sobre o estado do Acre, pelo Tratado de Petrópolis, foi implantado o projeto Madeira-Mamoré Railway, que objetivava facilitar a distribuição da borracha amazônica proveniente das matas bolivianas e brasileiras até Porto Velho, que funcionaria como ponto de escoamento e que cumpria um componente do tratado diplomático.

A partir de Porto Velho, a borracha e as outras mercadorias seguiam via fluvial pelo rio Madeira e pelo rio Amazonas até o oceano Atlântico; antes da construção da ferrovia, a borracha era transportada em canoas artesanais feitas pelos índios.

A execução do projeto da ferrovia foi entregue ao empresário norte-americano Percival Farquhar. A ferrovia foi finalizada em 30 de abril de 1912, data que marcou a fundação da cidade de Guajará-Mirim.

Com base na experiência da construção do Canal do Panamá, cujos trabalhadores sofreram o mesmo assédio das enfermidades tropicais que no caso da EFMM, Farquhar contratou o sanitarista brasileiro Oswaldo Cruz, já então conhecido como "o saneador do Rio de Janeiro", visando garantir as condições mínimas para proteger os mais de 20 mil trabalhadores de 50 diferentes nacionalidades que trabalhavam no projeto, sem os quais não seria possível finalizá-lo.

Apesar de já enfermo, Cruz atendeu o convite e, acompanhado de Belisário Pena, seu antigo auxiliar na Diretoria de Saúde Pública, visitou o canteiro de obras e diagnosticou, além da altíssima prevalência de malária, outras moléstias infecciosas e parasitárias, problemas alimentares, nutricionais e de alcoolismo na população trabalhadora. Propôs uma série de medidas, que incluíram saneamento do meio, uso intensivo de mosquiteiros, quimioprofilaxia da malária, tratamento com quinino e outras recomendações clínicas e de prevenção. A situação sanitária foi controlada e a ferrovia concluída a tempo.

A EFMM garantiu para o Brasil a posse da fronteira com a Bolívia e permitiu a colonização de vastas extensões do território amazônico, a partir da cidade de Porto Velho, fundada em 4 de julho de 1907. Atendia, dessa forma, aos interesses do governo brasileiro, que, pelas mãos do Barão do Rio Branco, conquistou importante território no noroeste do país. Contudo, a não realização da obra implicaria prejuízos financeiros na economia da borracha – crítica para o desenvolvimento regional e local e para a consolidação territorial nacional no norte e noroeste do país – e ruptura de uma cláusula importante do Tratado de Petrópolis, o que poderia levar à sua revisão e ao retrocesso no processo de integração territorial.

Verdadeiramente, o saber e a prática da saúde pública, representados pela intervenção de Oswaldo Cruz na EFMM, ajudaram a viabilizar um projeto de política externa, formulado e implementado pelo gênio diplomático do Barão do Rio Branco.

Com a decadência da borracha brasileira, em decorrência do plantio da seringueira na Ásia, a ferrovia também entrou em crise. Na década de 1930, a estrada de ferro foi parcialmente desativada, destinada ao abandono. O Acre se encontra definitivamente incorporado ao território brasileiro. Até hoje se desconhece o número de vítimas fatais do empreendimento.

A diplomacia da saúde no início do século XXI no Brasil[1]

O "breve" século XX, como foi definido por Eric Hobsbawm (1995), foi marcado por importantes avanços econômicos, sociais e técnico-científicos que melhoraram a qualidade de vida e as condições de saúde de milhares de pessoas em todo o mundo. Contudo, como "era dos extremos", na mesma definição de Hobsbawm, o processo de globalização vigente também tem criado grandes disparidades internacionais e produzido enormes problemas sociais e de saúde, particularmente nos países mais excluídos dos circuitos centrais da economia global. No início de século XXI, as condições declinantes da saúde de grandes parcelas da população em diversos países do mundo, a inseguridade alimentar e as consequências das mudanças climáticas têm sido motivo de atenção da chamada comunidade internacional.

Regiões como a África e a ALC se defrontam com um quadro de "dupla carga de enfermidades", isto é, o convívio com moléstias transmissíveis epidêmicas, emergentes, reemergentes e negligenciadas – como as "três grandes" (HIV/AIDS, malária e tuberculose), mais dengue, doença de Chagas, leishmaniose, esquistossome, arboviroses hemorrágicas e outras – com doenças crônicas não transmissíveis, entre as quais enfermidades cardiovasculares, diabetes, obesidade, neoplasias e doenças mentais. Além disso, pobreza, fome, subnutrição e atenção insatisfatória à maternidade, à infância e aos idosos são responsáveis pelas elevadas mortalidades geral, materna e de menores de cinco anos, bem como pela baixa expectativa de vida ao nascer. Iniquidades nas condições de saúde e no acesso aos cuidados de saúde são encontradas tanto entre os países quanto no interior de cada um deles. Enquanto isso, o crescente consenso

[1] Este segmento do texto está baseado nos artigos de Buss e Ferreira (2010) e de Almeida et al. (2010).

científico confirma o senso comum de que sem populações saudáveis não haverá desenvolvimento.

Os chamados países de rendas baixa e média – alguns dos mais pobres do mundo e nos quais são prevalentes as condições de saúde como as que mencionamos anteriormente – apresentam sérias limitações na sua governança e têm baixa capacidade de formular e de implementar políticas sociais e de saúde capazes de enfrentar as necessidades de suas populações. Seus sistemas de saúde são geralmente frágeis, fragmentados, subfinanciados e faltam neles os recursos tecnológicos básicos para oferecer assistência à saúde e medidas de saúde pública adequadas às necessidades da população.

De maneira geral, os profissionais de saúde disponíveis são escassos, mal capacitados e mal remunerados, o que se agrava com sua migração dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos. As razões para este *brain draining* são muitas, entre elas a falta de oportunidades e os baixos salários nos países de origem, mas também os esquemas de treinamento no exterior, sem garantias de retorno, o que consideramos um dos efeitos mais negativos da "assistência" internacional.

Em síntese, os sistemas de saúde da maioria dos países pobres são incapazes de enfrentar as necessidades de suas populações, as doenças prevalentes, seus principais fatores de risco e os determinantes ambientais e sociais que afetam a saúde, o que os coloca em situação de grande dependência da ajuda internacional, crucial tanto para o desenvolvimento quanto para a melhoria das condições de vida e saúde de suas populações.

As causas de tais questões – más condições de vida e de saúde e baixa capacidade de resposta por parte dos países em desenvolvimento – não são fruto do acaso. Como apontam diversos relatórios internacionais e autores, os determinantes sociais e econômicos da saúde e o fenômeno da globalização injusta, com a pobreza e a iniquidade entre as nações e no interior delas, como pano de fundo, estão na raiz da situação.

Com diversas iniciativas atendendo a interesses muitas vezes contraditórios e utilizando estratégias muito variadas, a Organização das Nações Unidas (ONU), as agências de cooperação dos países mais desenvolvidos do mundo, a filantropia internacional e, mais recentemente, os chamados países emergentes – entre os quais se encontra o Brasil – procuram responder àquelas preocupações, colocando a saúde como prioridade nas agendas de cooperação internacional e de programas de ajuda para o desenvolvimento.

Embora munidos das melhores intenções em ajudar as populações pobres dos países mais pobres do mundo, com grande frequência, tais

atores impõem suas próprias visões de mundo, assim como prioridades e objetivos de cooperação predefinidos. Os países beneficiários muitas vezes têm dificuldades em organizar as próprias demandas, devido à falta de coordenação entre seus Ministérios da Saúde, das Relações Exteriores e outros parceiros públicos e privados. As consequências são a fragmentação e a baixa eficiência dos recursos disponíveis localmente, já bastante limitados.

Neste contexto, é preciso estabelecer uma diferenciação entre assistência técnica e cooperação técnica. A primeira se baseia em iniciativas predefinidas, desenvolvidas unilateralmente por doadores, com baixa ou nenhuma participação dos beneficiários; já a segunda representa um esforço conjunto que integra doadores e beneficiários em parceria na qual as experiências prévias e as orientações estratégicas são compartilhadas, visando ao planejamento e à execução conjuntas, com a implementação da autonomia do parceiro e a sustentabilidade do processo como um todo.

Provavelmente, os recursos técnicos e financeiros disponíveis para a cooperação internacional em saúde nunca serão suficientes, dadas as enormes necessidades dos países em desenvolvimento. Entretanto, para tornar as coisas piores, na maioria das vezes, os recursos são aplicados de forma descoordenada, com os doadores apoiando projetos sobrepostos temática ou territorialmente, enquanto diversas áreas críticas permanecem desassistidas.

A esse contexto já difícil, soma-se a retração do financiamento da cooperação internacional, duramente golpeado pela crise econômico-financeira instalada globalmente em 2007 e 2008, ainda longe de ser resolvida. Na Cúpula do Milênio do ano 2000, os países mais ricos do mundo comprometeram-se em aplicar em ajuda externa cerca de 0,7% de seu Produto Interno Bruto (PIB) até 2015, para atingir os Objetivos do Milênio. Entretanto, essa proporção caiu pela metade nos últimos 40 anos: era de 0,48% no período de 1960 a 1965; hoje é de apenas 0,24%. Tal proporção representa 80 dólares por habitante dos países mais ricos, por ano, em programas de ajuda internacional, o que equivale a não mais do que um quinto dos gastos com defesa ou metade dos gastos em subsídios aos agricultores dos países centrais.

As críticas às Nações Unidas não são menores. Apontado como ineficiente, o sistema de agências da ONU, inclusive a Organização Mundial da Saúde (OMS), vê seu orçamento regular – propiciado pela contribuição obrigatória dos Estados membros – estagnar, havendo aumento apenas de recursos financeiros com finalidade específica (*earmarked*), apontada diretamente pelos doadores. No caso da OMS, cerca de 60% do orçamento

provém, hoje, de tais contribuições voluntárias (dos próprios países, das fundações filantrópicas e das empresas privadas), deixando o Conselho Executivo e o Secretariado da organização com uma margem de manobra programática bastante pequena. Em função da crise financeira e da relativa ineficiência institucional, o Brasil, associado a outros Estados membros, exortou a realização de uma reforma da OMS, processo iniciado em 2010, com finalização das proposições reformadoras neste ano de 2012.

A maior parte das atividades em saúde internacional não é compartilhada entre nações "equivalentes"; elas refletem a ordem política e econômica internacional, na qual a assistência internacional é provida pelas nações ricas e industrializadas e recebida pelos países pobres e subdesenvolvidos. A assistência internacional reflete as relações geopolíticas e reproduz os desequilíbrios de poder e de recursos. Isso significa que, como ação integrante e fundamental nas relações internacionais, a cooperação internacional reproduz as relações de poder instaladas no mundo globalizado e só será efetivamente modificada se também se alterarem as estruturas e as regras da governança global em saúde.

As críticas à governança global em saúde são pertinentes. Em todo o espectro das relações internacionais em saúde – inclusive da cooperação técnica – predominam as visões, as políticas e as práticas dos governos ou das organizações não governamentais, filantrópicas e empresariais dos países mais poderosos economicamente, que também ocupam a maior parte dos cargos das organizações multilaterais e das parcerias globais que dispõem de maior poder político e/ou econômico ou que nelas impõem suas orientações políticas.

Visando formular um processo mais adequado de cooperação com países em desenvolvimento, diversas alternativas – que de uma forma ou de outra questionam as práticas tradicionais e prevalentes de cooperação – devem ser tomadas em consideração. Esse processo deveria orientar-se por:

- mudar a estratégia de cooperação, calcada em programas baseados em uma única orientação global dos doadores, para uma cooperação compartilhada, orientada pelo planejamento estratégico centrado na realidade do país parceiro;
- passar de programas de ajuda "verticais" (intervenções com enfoque em doenças ou em situações e problemas particulares) para o enfoque "horizontal", isto é, que se concentre no desenvolvimento integral dos sistemas de saúde. Os programas

verticais não contribuem para o fortalecimento do sistema como um todo; ao contrário, levam à fragmentação e à debilidade da estrutura, seja pelo recrutamento do melhor pessoal disponível no país seja por se concentrarem em certas áreas, abandonando outras prioritárias;

- dar ênfase ao longo prazo, em vez de concentrar-se exclusivamente nas necessidades de curto prazo. Isso implica o fortalecimento de instituições chave dos sistemas de saúde, para que venham adquirir genuína liderança nos processos nacionais, no desenvolvimento de uma agenda orientada para o futuro e no equilíbrio entre ações específicas dirigidas, com a finalidade de resolver problemas imediatos com a geração de conhecimentos e com o desenvolvimento de capacidades institucionais nacionais sustentáveis;
- incorporar amplamente nos programas de cooperação em saúde os determinantes sociais da saúde e as ações intersetoriais;
- priorizar programas de saúde pública (foco na população) ao invés de programas e atividades focadas estritamente em indivíduos.

Uma alternativa, segundo alguns, ou complemento, segundo outros, à tradicional cooperação Norte-Sul, eivada das distorções antes apontadas, tem sido a cooperação Sul-Sul.

O conceito e as práticas da cooperação Sul-Sul, também conhecida como cooperação horizontal, surgiram fundamentalmente nas esferas política e econômica durante os anos de Guerra Fria. No campo político, a partir da Conferência de Bandung (1955), os países do então chamado Terceiro Mundo buscaram unir-se no chamado Movimento dos Não Alinhados para fazer frente à bipolaridade, manterem-se equidistantes em relação aos blocos liderados por Estados Unidos e União Soviética e negociar o estabelecimento de uma ordem econômica mais favorável. Naquele momento, multiplicavam-se os Estados independentes na África e na Ásia, após anos de exploração colonial. A maior parte deles padecia de severa desorganização social, política e econômica, decorrente de anos de luta pela autonomia e/ou de conflitos étnicos localizados. A procura de cooperação entre os países do sul, buscando soluções de problemas similares, recebe também a adesão de algumas nações latino-americanas.

Há cerca de 30 anos, em 1978, no contexto da descolonização de nações, predominantemente na África e em algumas regiões da Ásia e do Caribe, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), cujas recomendações foram aprovadas pelos 138 Estados nacionais participantes, na forma do Plano de Ação de Buenos Aires para Promover e Implementar a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, marco na história da cooperação internacional por se ter constituído na base da autonomia da cooperação externa entre países em desenvolvimento.

No contexto da cooperação Sul-Sul, o Brasil desenvolve no setor da saúde, na segunda metade da década inicial do século XXI, a chamada cooperação estruturante em saúde, que se materializa em duas importantes iniciativas: o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde no âmbito da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (PECS/CPLP) e a criação e o desenvolvimento da Unasul Saúde, por meio do Conselho de Ministros da Saúde da União de Nações Sul-americanas (Unasul).

A cooperação em saúde no âmbito da CPLP: o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS/CPLP)

A CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) é composta de oito Estados membros: Brasil, nas Américas; Portugal, na Europa; Timor-Leste, na Ásia e cinco países na África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), que são os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop).

A situação de saúde dos Palop é muito grave, com baixa expectativa de vida, altas taxas de mortalidades maternas e infantis e alta prevalência de moléstias infecto-parasitárias, condições muito parecidas às que se encontravam no Brasil em meados do século XX. Seus sistemas de saúde são extremamente frágeis, com cobertura deficiente, insuficiência no número de unidades de serviços, dificuldades na governança, pessoal insuficiente e mal pago e configuração tecnológica pouco adequada ao perfil epidemiológico. O gasto em saúde é minúsculo, sequer cobre necessidades básicas de atenção primária. O apoio técnico e financeiro internacional mostra-se vital para o funcionamento mínimo dos sistemas de saúde dos Palop e do Timor Leste.

As difíceis condições sociais e econômicas vividas pelos Palop e pelo Timor Leste, recém-saídos de situações de conflitos internos

graves[2], que, em muitos casos, destruíram infraestruturas e dificultaram a construção de institucionalidades e governança eficazes, inclusive na área da saúde, levou os países membros da CPLP a identificar na saúde um campo propício à cooperação solidária e ao intercâmbio de experiências inovadoras.

A eleição da cooperação Sul-Sul entre os países da CPLP foi uma alternativa natural, facilitada pela questão idiomática (a maioria dos profissionais de saúde dos Palop, por exemplo, fala apenas português e idiomas nativos), de um lado, e pelas identidades políticas, ideológicas e culturais, de outro. Embora com recursos financeiros escassos, o diferencial na cooperação em saúde na CPLP tem sido a abundância de recursos humanos qualificados e a oferta de programas de pós-graduação em áreas críticas da saúde, como saúde pública, saúde da mulher e da criança e doenças transmissíveis, em países como Brasil e Portugal.

O modelo operativo para a cooperação em saúde adotado pelos países da CPLP baseia-se no desenvolvimento compartilhado de um Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS/CPLP) (CPLP, 2009), que leva profundamente em conta a situação sociossanitária dos países, suas capacidades de resposta aos principais problemas encontrados e os recursos técnicos e financeiros existentes que possam solidariamente ser colocados à disposição dos demais, em um processo de cooperação comprometida com os princípios de apropriação, alinhamento e harmonização.

A cooperação inclui sete eixos temáticos para a definição tanto de projetos prioritários quanto de metas a serem atingidas (CPLP, 2009):

1) formação e desenvolvimento da força de trabalho em saúde;
2) informação e comunicação em saúde;
3) investigação em saúde;
4) desenvolvimento do complexo produtivo da saúde;
5) vigilância epidemiológica e monitorização da situação de saúde;
6) emergências e desastres naturais;
7) promoção e proteção à saúde.

Para o desenvolvimento dos eixos temáticos de cooperação, os ministros da Saúde determinaram que o plano enfatizasse o apoio ao pleno desenvolvimento dos Ministérios da Saúde como autoridade

[2] Em 2010, comemoram-se os 35 anos de independência de todos os Palop, que ocorreram nos anos de 1974 e 1975, imediatamente após a Revolução dos Cravos, em Portugal.

sanitária nacional e o fortalecimento da atenção primária de saúde como principal diretriz política, além do reforço às denominadas "instituições estruturantes dos sistemas de saúde"[3]: Institutos Nacionais de Saúde Pública, Escolas Nacionais de Saúde Pública, Escolas Técnicas de Saúde, outros Institutos Nacionais – como os referentes à saúde da mulher e da criança – e escolas de graduação das profissões da saúde (medicina, enfermagem etc.). Todas elas estariam sob uma estratégia dominante, a de geração de redes dinâmicas para a cooperação.

A excelente recepção dos países ao PECS/CPLP está levando a CPLP a aplicar modelos similares em outras áreas de cooperação social, como a educação e o meio ambiente, entre outras.

A perspectiva é de que toda a ação abrangente de fortalecimento dos sistemas de saúde dos Palop e do Timor–Leste, por meio da estratégia da "cooperação estruturante em saúde", no contexto da cooperação Sul--Sul, contribua para melhorar a alarmante situação de vida e de saúde de milhões de africanos e timorenses que falam o idioma de Camões e que estão ligados por laços históricos, culturais e de solidariedade.

Cooperação Sul-Sul na América do Sul: Unasul Saúde

Organizados anteriormente em dois principais blocos regionais (Comunidade Andina e Mercado Comum do Sul – Mercosul), os 12 países da América do Sul agrupam-se agora como União de Nações Sul-Americanas (Unasul), criada formalmente em maio de 2008, em Brasília, em um momento de reafirmação democrática e de emergência de governos populares e progressistas na maioria dos países da região. Consideram alguns analistas que esse bloco político regional representa o primeiro genuíno contrabalanço ao poder político dos Estados Unidos no hemisfério.

Sintetizando a visão positiva da diplomacia brasileira quanto ao projeto de integração, Simões afirma que:

> A Unasul inaugura uma fase sem precedentes nas relações internacionais da América do Sul [...], representando uma "mudança de paradigma"

[3] Instituições estruturantes dos sistemas de saúde são as que têm capacidade de operacionalizar sistemas e serviços de saúde de maneira efetiva, eficiente e sustentável, em especial por meio do poder oficial, da capacidade de gestão e de prestação de serviços em saúde (Ministérios da Saúde, por exemplo), da aptidão de treinamento de profissionais de saúde e da geração de dados úteis para a tomada de decisão, por meio de P&D e do treinamento dos recursos humanos essenciais para o campo da saúde (Institutos Nacionais de Saúde, Escolas de Saúde Pública, Escolas de Saúde Técnicas/ Vocacionais, outros Institutos e escolas de graduação em saúde, por exemplo) (Buss, 2008 – artigo ainda não publicado).

> no relacionamento sul-americano, oportunidade real de aceleração do desenvolvimento econômico e social dos países membros e possibilidade concreta de maior projeção da região num mundo multipolar (SIMÕES, 2009).

A Unasul tem como objetivo:

> Construir, de forma participativa e consensual, um espaço de integração e união nos campos cultural, social, econômico e político entre seus povos, outorgando prioridade ao diálogo político, às políticas sociais, saúde, educação, energia, infraestrutura, financiamento e meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar as desigualdades sócio-econômicas, lograr a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias, no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados membros (Unasul Saúde, 2010).

A primeira reunião de chefes de Estado e de governo no Brasil, realizada na Costa do Sauípe, Bahia, de 16 a 18 de dezembro de 2008 (Unasul 2008), culminou em diversas declarações políticas e na constituição do Conselho Sul-Americano de Defesa e do Conselho Sul-Americano de Saúde, demonstrando, com este último, a prioridade do tema e da agenda de saúde entre os líderes políticos da América do Sul.

O conselho é composto de ministros da Saúde dos 12 Estados membros. A Unasul Saúde tem como propósito consolidar a integração da América do Sul na saúde por meio de políticas baseadas em acordos mútuos, atividades coordenadas e esforços de cooperação entre os países (Unasul Saúde, 2010).

A Agenda Sul-Americana de Saúde, aprovada pelo conselho e materializada no Plano Quinquenal 2010-2015 da Unasul Saúde, contempla uma amplitude temática que inclui os seguintes elementos substantivos (UNASUL Saúde, 2010):

1. elaborar a Política Sul-Americana de Vigilância e Controle de Eventos em Saúde;
2. desenvolver sistemas universais de saúde;
3. promover o acesso universal a medicamentos e a outros insumos para a saúde e desenvolver o complexo produtivo da saúde na América do Sul;
4. promover a saúde e enfrentar de forma conjunta seus determinantes sociais;
5. desenvolver recursos humanos em saúde.

A iniciativa crucial para a melhoria da governança setorial da saúde nos países sul-americanos e para a implementação do Plano Quinquenal foi a criação, pelo Conselho de Ministros da Saúde da Unasul, do Instituto Sul-americano de Governo em Saúde (ISAGS)[4], que está operando desde julho de 2011.

O ISAGS tem o propósito de contribuir com os países sul--americanos no preparo dos dirigentes dos seus sistemas de saúde, em face do reconhecimento de que todas as iniciativas na Agenda de Saúde dependem da qualidade de condução e liderança, de coordenação e gestão, da formulação de políticas de saúde e intersetoriais, da capacitação avançada, da produção de conhecimento e outros aspectos relacionados às funções essenciais da saúde pública, inclusive o novo campo conceitual e de prática da diplomacia da saúde. Outra missão importante da nova instituição será a gestão do conhecimento já existente e a produção daquele que ainda se faz necessário para a consecução de seus propósitos, de forma compartilhada com os atores sociais e políticos relevantes nas esferas sociais e da saúde da região.

O ISAGS é uma instituição de natureza comunitária, pertencente, portanto, a todos os países signatários da Unasul, de caráter público, sediada no Rio de Janeiro. Tem estrutura enxuta e flexível e articula seu programa de trabalho com instituições nacionais e centros de formação e pesquisa equivalentes de países da região, por meio da integração com redes das chamadas instituições estruturantes dos sistemas de saúde, já mencionadas antes.

O instituto foi implantado graças à generosa contribuição de cerca de R$ 10 milhões, que servirá também para mantê-lo ativo (e financiado) nos primeiros dois anos de atuação. A reforma dos sistemas de saúde dos países da região, assim como o aperfeiçoamento de seus sistemas de vigilância epidemiológica e sanitária, tão importantes no contexto das relações internacionais na região, foram objetos das primeiras Oficinas de Trabalho do ISAGS, em 2011, reunindo as mais importantes lideranças dos Ministérios da Saúde dos países da região. Em 2012, está programada uma oficina precisamente sobre saúde global e diplomacia da saúde, com a intenção de aperfeiçoar a governança global e nacional dos países da região quanto à saúde internacional.

[4] Ver www.isags-unasul.org.

Considerações finais

A diplomacia brasileira e a saúde pública da nascente República do Brasil, sob as lideranças do Barão do Rio Branco e de Oswaldo Cruz, no contexto dos governos modernizadores do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos, protagonizaram, no início do século XX, um dos mais bem-acabados exemplos de diplomacia da saúde.

Com o controle das principais moléstias tropicais da época e com o saneamento do Rio de Janeiro, o médico, sanitarista e cientista Oswaldo Cruz acumulou experiência política, conhecimentos científicos e vivência de práticas de saúde pública, que o ajudaram a criar e dirigir instituições que até hoje são bem-sucedidas. O cientista e suas instituições constituíram marco pioneiro da ciência brasileira aplicada à política pública, com intervenções decisivas sobre a realidade sócio-sanitária nacional. Tais eventos outorgaram-lhe reconhecimentos nacional e mundial, servindo de base técnico-científica para a participação política do Brasil no cenário internacional.

O Barão do Rio Branco consolidou, em definitivo, as bases políticas e técnicas da diplomacia da nascente República do Brasil, ou seja, também foi decisivo na institucionalização do seu amplo campo de atuação. Por outro lado, soube aproveitar a competência técnica acumulada na área da saúde para fazer do Brasil um importante protagonista na construção da institucionalidade da saúde pública internacional, em defesa da saúde dos seus concidadãos e que também exigia a dinâmica econômica e comercial da época, seja por meio das Conferências Internacionais Pan-Americanas, ou das Conferências Sanitárias e dos tratados entre países da região.

No início do século XXI, essa tradição persiste, e o Brasil reúne as competências da diplomacia e da saúde pública para manter o país como um dos atores mais ativos na construção da institucionalidade internacional nesta área vital para a saúde dos povos da região.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, C. et al. A concepção brasileira de "cooperação Sul-Sul estruturante em saúde". *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (RECIIS*). v. 4, n. 1, pp. 25-35, mar. 2010.

BRITTO, N. Oswaldo Cruz. *A construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. 111 pp.

BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R. Ensaio crítico sobre a cooperação internacional em saúde. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (RECIIS*). v. 4, n. 1, pp. 93-105, mar. 2010.

_____. Diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul: As experiências da Unasul Saúde e do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (RECIIS*). v. 4, n. 1, pp. 81-93, mar. 2010.

CPLP (2009). *Declaração do Estoril e PECS/CPLP*. Estoril, 2009. Disponível em: <http://www.cplp.org/Saúde.aspx?ID=353>. Acesso em: 4 mar. 2012.

CUETO, M. *O valor da saúde*: história da Organização Pan-Americana da Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 241 pp.

FRAGA, C. *Vida e obra de Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 238 pp.

GARCIA, G. D.; ESTRELLA, E.; NAVARRO, J. *El Código Sanitário Panamericano*: Hacia uma política de salud continental. Washington: Opas, 1999. 38 pp.

HARDMAN, F. F. *Trem-fantasma*: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 345 pp.

HOBSBAWM, Eric. *Age of extremes*: the short twentieth century (1914--1989). New York: Pantheon Books, 1995.

LÖWY, I. *Vírus, mosquitos e modernidade*: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 427 pp.

SCLIAR, M. *Oswaldo Cruz*: entre micróbios e barricadas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. 101 pp.

SCLIAR, M. *Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. 64 pp.

SIMÕES, A. J. F. Unasul: a América do Sul e a construção de um mundo multipolar. In: IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2009. Textos acadêmicos. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão.

STEPAN, N. *Gênese e evolução da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz: Artenova, 1976. 188 pp.

TRINDADE, N. O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história de três dimensões. In: FINKELMAN, J. *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. 326 pp., pp. 23-116.

UNASUL Saúde (2010). *Plano Quinquenal 2010-2015*. Disponível em: <http://isags-unasul.org/site/documentos/conselho-de-saude-sul-americano-plano-quinquenal-2010-2015/>. Acesso em: 20 mar. 2012.

UJVARI, S. C. *A história e suas epidemias*. Rio de Janeiro: Senac, 2003. 311 pp.

Colaboradores de Rio Branco: fiéis escudeiros do Barão do Rio Branco

Lucia Maria Paschoal Guimarães
(Uerj/IHGB)

Dissertar sobre os colaboradores de Rio Branco, de certo modo, significa penetrar na intimidade do barão. Implica jogar luz sobre o seu cotidiano e tirar da penumbra pessoas que com ele conviveram, palmilhando espaços pouco explorados por biógrafos e estudiosos da vida e da obra do estadista. Neste exercício de micro-história[1], foram examinadas a correspondência e as cadernetas ou os diários do chanceler, que estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty. Os indícios ali descobertos ensejaram a investigação de outras fontes de época, a exemplo de jornais, relatos de memorialistas, documentos funcionais de diplomatas, bem como testemunhos de intelectuais, que compartilharam do dia a dia do barão, tanto nas atividades do Ministério das Relações Exteriores quanto nas sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

***

Berlim, 6 de julho de 1902. A chegada de um inesperado telegrama causou forte impacto no ministro plenipotenciário brasileiro José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco. Assinada pelo presidente Campos Sales, a mensagem comunicava que Rodrigues Alves, seu sucessor recém-eleito, pretendia confiar ao barão a Pasta das Relações Exteriores.

[1] Sobre a micro-história e a utilização do paradigma indiciário, ver GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e historia*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 7-11.

Apelava para os seus sentimentos cívicos e esperava que ele não recusasse o chamado[2].

No Rio de Janeiro, a decisão de Rodrigues Alves talvez não provocasse tanta estranheza. Nos últimos anos, Paranhos Junior acumulara grande capital político, com as vitórias obtidas nos arbitramentos internacionais, que deram ganho de causa ao Brasil no litígio com a Argentina sobre o território de Palmas (Missão em Washington, 1898) e na Questão de Limites com a Guiana Francesa (Missão em Berna, 1900). Embora ausente do país há quase três décadas, tornou-se uma figura popular, admirado tanto nos salões quanto nas ruas por defender com competência e patriotismo os interesses nacionais.

A par disso, novos incidentes de fronteira, desta feita na região do Acre, território situado nas divisas do Brasil, do Peru e da Bolívia, tomaram graves proporções, gerando grandes preocupações ao governo brasileiro. Nesse sentido, a lembrança dos sucessos de Rio Branco foi evocada insistentemente. Autoridade, portanto, não lhe faltava para assumir o ministério. Seu nome era incontestável[3].

Paranhos Junior, no entanto, se mostrou disposto a declinar do cargo de ministro. Escreveu ao presidente eleito, agradecendo-lhe a deferência. Com sua habitual polidez, pedia que fosse dispensado do convite, alegando assuntos de ordem pessoal, transtornos de saúde, obrigações de família e dificuldades financeiras. Naquela altura da vida, argumentava, gostaria de permanecer na Europa, onde residia desde 1876, para prosseguir com suas investigações e se dedicar à escrita da história. Ao final dessas ponderações, tomava a liberdade de indicar Joaquim Nabuco para chefiar a chancelaria, a quem atribuía maiores habilitações e qualidades, inclusive no que se referia ao encaminhamento da intrincada Questão do Acre.[4]

Nos meses que se seguiram, o barão empregou diversos recursos para demover Rodrigues Alves de nomeá-lo ministro. Recorreu a amigos comuns, solicitou a intervenção de Campos Sales e aconselhou-se com os companheiros mais chegados[5]. Nas correspondências com diversos

---

[2] O telegrama de Rodrigues Alves está transcrito nas duas principais biografias Rio Branco, assinadas por Álvaro Lins e por Luiz Viana Filho. Ver LINS, Álvaro. *Rio Branco* (O Barão do Rio Branco). 1845-1912. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. v. 1, p. 371. (Documentos brasileiros, 50.); VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. 3. ed. São Paulo: Martins Editora, 1967. p. 341.

[3] Os dois biógrafos também articulam o convite ao barão às preocupações de Rodrigues Alves com a situação no Acre. Cf. LINS, Álvaro. Op. cit. v. 1, p. 369; VIANA FILHO, Luiz. Op. cit. p. 342. Ver, ainda, CORRÊA, Luiz Felipe Seixas. *O Barão do Rio Branco*: missão em Berlim 1901-1902. Brasília: Funag, 2009. p. 113.

[4] LINS, Álvaro. Op. cit. p. 373.

[5] Ver, entre outras, a carta "confidencialíssima" que Rio Branco dirigiu ao amigo José Carlos Rodrigues, influente homem de negócios e proprietário do *Jornal do Commercio*. RIO BRANCO, Barão do. Carta de (...) dirigida a José Carlos Rodrigues, datada de Berlim, 22 ago. 1902. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 70, pp. 29-30, 1971.

interlocutores, fica evidente que não cogitava voltar ao Brasil. Ademais, sua permanência na Europa já estava praticamente ajustada. Aceitara a transferência para a legação em Roma, oferecida por Olinto de Magalhães, então ministro das Relações Exteriores, que tencionava deslocar-se para Berlim após deixar a pasta.

A troca de posto lhe parecia muito conveniente. Desejava sair da Alemanha e considerava a Itália um país mais propício para cuidar da saúde e continuar os estudos que vinha empreendendo. Paralelamente, imaginava ganhar tempo para insistir no projeto de convencer o presidente eleito de que Joaquim Nabuco era a melhor escolha para o ministério. Restava saber se Rodrigues Alves acataria tal desfecho.

A um amigo bem próximo, todavia, Paranhos Junior deve ter confidenciado outros motivos que o levavam a se eximir do convite, como se poder depreender de uma carta que Domício da Gama lhe endereçou de Bruxelas, em 16 de agosto de 1902:

> [...] Deixe-me dizer-lhe que o sr. podia ter explicado mais confiadamente na sua carta ao Olyntho a sua situação da decisão do Rodrigues Alves a seu respeito. Suponho que este aceitará sua escusa e nomeará o Carlos de Carvalho em seu lugar. E será para o bem de ambos... e felicidade geral da nação. Quanto ao Olyntho penso que ele virá para Bruxelas, para descansar, embora falem muito de Rego Barros, e até do Alberto Torres. Escreveu-me há tempo o Graça Aranha que o Tobias Monteiro dissera que eu iria para Buenos Aires e o Pereirinha para Paris. Falei nisso ao Tobias, que encontrei em Paris há uns 15 dias, e ele mostrou-se descontente de que me tivessem informado da sua "conjectura". Suponho que ele trabalhará pelo Pereirinha. Não digo que não irei a Berlim, mas será por dois dias e no mês que vem, quando o sr. já tiver tranquilidade e o meu trabalho encaminhado. *Essas suas agonias desapareceriam ante a necessidade de agir, de aposentar o Cabo Frio, de brigar com os outros, para cumprir o seu dever de ministro*. Mas Roma é certamente a melhor solução e desde já lhe dou por isso os meus parabéns [...] (grifo nosso)[6].

A transcrição é longa, porém, rica de informações. Da leitura da carta de Domício da Gama conclui-se, de um lado, que Rio Branco guardou certo sigilo sobre o convite que recebeu. Não deu conhecimento nem mesmo a Olyntho de Magalhães, com quem ajustou sua ida para Roma. Já o plano de indicar Joaquim Nabuco, ao que parece, não deve

[6] GAMA, Domício da. Carta de (...) dirigida ao Barão do Rio Branco em 16 ago. 1902. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. Correspondências. Lata 824, maço 2, pasta 2.

ter alcançado grande receptividade, pois Domício da Gama supunha que Carlos de Carvalho era o nome mais cotado para a chancelaria. De outro lado, percebe-se a agitação dos diplomatas com a perspectiva da mudança de governo, sobretudo no que tange à disputa por bons postos de representação no exterior. O alvoroço, por certo, aumentava as incertezas do barão a ponto de Domício se reportar às suas angústias, em vista da "necessidade de agir, de brigar com os outros, de aposentar Cabo Frio".

De fato, os biógrafos de Rio Branco são unânimes ao apontar o desconforto do barão com a presença de Joaquim Tomás do Amaral (1818-1907), o visconde de Cabo Frio, na Secretaria-Geral do ministério[7]. Sentia-se intimidado diante daquele ancião que conheceu ainda na adolescência. Desde 1865, o visconde desempenhava as funções de diretor-geral e controlava com mão de ferro os funcionários. No correr dos anos, tornou-se senhor absoluto da repartição, fruto da convivência "[...] com ministros que, ou não querendo trabalhar ou não conhecendo bem os negócios da pasta, se limitam a assinar notas e despachos"[8].

Cabo Frio, dizia-se à boca pequena, tinha mais autoridade do que os próprios titulares do ministério, conforme assinalou Domício da Gama em outra oportunidade: "[...] Só partirei pelo *Cordillère*, que sairá daqui a 4 de julho. Tenho de submeter-me ao tal exame, por insistência do Olyntho. Este me parece inteiramente governado pelo Cabo Frio é já publicamente sabida a sua falta de iniciativa[...]"[9].

De qualquer modo, apesar dos receios e das dúvidas que o assaltavam, Rio Branco acabou por ceder à insistência de Rodrigues Alves, que tanto apelou às virtudes patrióticas do barão. Aceitou desempenhar as funções de chanceler. Chegou ao Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 1902. No mesmo dia, seguiu para Petrópolis, onde fixou residência.

Não cabe aqui descrever as manifestações calorosas com que foi recebido ao desembarcar no Rio de Janeiro[10]. Tampouco discorrer sobre sua brilhante carreira de estadista. Esses temas os especialistas já trataram com a devida competência. Na maior parte das vezes, porém, os autores privilegiam os sucessos alcançados por Rio Branco na condução da política externa brasileira, tangenciando apenas outros aspectos da sua gestão, em especial, as alterações que introduziu na estrutura e no funcionamento da burocracia do Itamaraty.

---

[7] Cf. LINS, Álvaro. Op. cit. v. 2, pp. 391-393; VIANA FILHO, Luiz. Op. cit. p. 342.

[8] RIO BRANCO apud LINS, op. cit. v. 2, p. 392.

[9] GAMA, Domício da. Carta de (...) dirigida ao Barão do Rio Branco em 30 maio 1900. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. Correspondências. Lata 824, maço 2, Pasta 2.

[10] Ver, entre outras, a descrição oferecida por Rodrigo Octávio, que testemunhou, encostado à muralha do cais Pharoux, o desembarque de Rio Branco. OCTÁVIO, Rodrigo. *Minhas memórias dos outros*. Nova série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979. pp. 115-116. (Coleção Retratos do Brasil, 119.)

No Relatório do Ministério das Relações Exteriores relativo ao biênio 1902/1903, há um conjunto de informações significativas acerca do projeto que Rio Branco tencionava desenvolver[11]. Oferecem-se, também, pistas das estratégias que empregou para neutralizar a influência do visconde de Cabo Frio. Diga-se de passagem, à guisa de informação, durante sua prolongada gestão, que atravessou os mandatos de Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, o barão só cumpriu uma única vez a formalidade de encaminhar o relato impresso das atividades da chancelaria aos presidentes da República[12].

O relatório principiava com uma síntese das negociações efetivadas com os governos da Bolívia e do Peru, para pôr termo à Questão do Acre, como já era de se prever. Na continuação, havia o inventário de todas as atividades realizadas no âmbito das relações internacionais, o balanço das receitas e das despesas dos consulados brasileiros no exterior, bem como o registro da movimentação dos corpos diplomático e consular. Seguia-se do demonstrativo das finanças do ministério, dos quadros das dotações orçamentárias, das quantias repassadas pelo Tesouro, dos gastos efetuados no exercício e dos respectivos saldos, bem como os registros sobre o montepio dos funcionários e das aposentadorias concedidas.

No segmento dedicado à Secretaria-Geral, antecedendo o arrolamento dos trabalhos efetuados, informava-se a inauguração do busto em bronze do visconde de Cabo Frio, no salão principal do Palácio do Itamaraty, em 16 de agosto de 1903[13]. De fato, a solenidade mereceu diversos comentários abonadores da imprensa carioca. O diário *O Paiz*, na edição de 17 de agosto, registrou a homenagem ao decano do corpo diplomático brasileiro, ressaltando que a iniciativa partiu do titular da chancelaria. Segundo a nota, após a cerimônia, bastante concorrida, teve lugar um animado baile, que se prolongou até o final da tarde[14].

Mais do que demonstrar reconhecimento ao servidor público exemplar, conforme fazem crer os biógrafos do barão, convém refletir sobre a dimensão simbólica daquela glorificação, ainda em vida. Quem sabe, o chanceler não estaria passando um recado? Melhor dizendo, dando a entender que ali se encerrava o ciclo de Cabo Frio no ministério?

---

[11] O documento contém 101 páginas e cinco anexos. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores 1902-1903*. Rio de Janeiro, 1903. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2312/contents.html>. Acesso em: 12 fev. 2012.

[12] Rio Branco permaneceu na Pasta das Relações Exteriores por 10 anos. Sua gestão atravessou os mandatos dos presidentes Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e alcançou apenas o primeiro biênio do governo de Hermes da Fonseca, pois veio a falecer em 10 de fevereiro de 1912.

[13] O informe vem acrescido do sugestivo comentário de que a "homenagem ao decano dos funcionários públicos brasileiros coincidiu quase com a que, em condições análogas, foi prestada em Bruxelas, ao barão de Lambermont", por ocasião da sua aposentadoria. Idem. p. 82.

[14] *O Paiz*. Rio de Janeiro, 17 ago. 1903, p. 1.

Doravante se iniciava a era de Rio Branco. O baile que se seguiu à solenidade já sinalizava os novos tempos.

As mudanças, contudo, foram maiores. No final da parte expositiva do único relatório, o ministro apresentou uma demanda ao presidente da República, prática bem pouco usual em documentos do gênero. Submeteu à apreciação presidencial um projeto de reforma do organograma da Secretaria-Geral, a propósito de agilizar suas funções, com a proposta de ampliação do quadro de pessoal e de melhoria de vencimentos. Entre outras medidas, propôs elevar o *status* do diretor-geral, dando-lhe o de secretário de Estado, além de prever a criação do cargo de subsecretário de Estado. Restabelecer-se-ia o de consultor jurídico e se instituiria o de diretor de seção, encarregado de organizar e controlar o arquivo. Dobrar-se-ia o número de funcionários administrativos e se acrescentariam novas categorias no quadro efetivo da Secretaria, a de geógrafo e a de redator, esta última com duas vagas, a serem ocupadas "[...] por homens versados no estilo diplomático e de chancelaria"[15].

Após homenagear o visconde de Cabo Frio e promovê-lo a secretário de Estado, Rio Branco buscou subtrair-lhe os poderes. Ademais, implantou novas rotinas no expediente do Itamaraty, como se verá mais adiante.

Nos meses que se seguiram ao convite para o ministério, o barão intensificou sua correspondência, "confidencialíssima" aliás, com José Carlos Rodrigues, seu velho camarada e proprietário do *Jornal do Commercio*. Entre outros assuntos abordados, levantava a hipótese de se fixar em Petrópolis, caso resolvesse voltar para o Brasil. Acostumado com o clima europeu, receava enfrentar o calor do verão carioca e as epidemias, que costumavam assolar a capital da República nessa época do ano[16].

Em carta datada de 5 de outubro de 1902, diferentemente do que sugerem os biógrafos, Paranhos Junior já se mostrava disposto a aceitar o cargo, reconhecendo que não haveria "possibilidade de dispensa do sacrifício"[17]. Cogitava deixar seus pertences sob a guarda de um depósito em Berlim e pedia a ajuda de José Carlos para encontrar *casa mobiliada*

---

[15] Além das novas categorias introduzidas, a secretaria passaria a dispor de 33 funcionários administrativos, sendo seis primeiros oficiais; oito segundos oficiais; 15 amanuenses e quatro contínuos. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores 1902-1903*. Rio de Janeiro, 1903. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2312/contents.html>. Acesso em: 12 fev. 2012. pp. 83-94.

[16] Viúvo desde 1898, Rio Branco vivia em companhia da filha mais nova, Hortência, e da baronesa Therese de Berg-Simschen, uma fidalga austríaca que desempenhava as funções de preceptora da jovem. Vale lembrar, ainda, que o receio das febres no Rio de Janeiro não era infundado. As grandes reformas urbanas, que alterariam o traçado e dariam outra feição ao centro da cidade, bem como as medidas sanitárias que a tornariam menos insalubre se iniciaram justamente no governo de Rodrigues Alves, sob o comando de Pereira Passos e de Osvaldo Cruz, respectivamente.

[17] RIO BRANCO, Barão do. Carta de (...) dirigida a José Carlos Rodrigues, datada de Berlim, 30 out. 1902. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 70, p. 37, 1971.

na cidade serrana, "[...] onde poderei pôr a minha querida filhinha e a baronesa de Berg-Simbshen a abrigo das febres, de que não estariam livres na Tijuca". Logo em seguida, bem-humorado, ponderava que "[...] o inconveniente da residência em Petrópolis dos srs. de La Carrière é remediável, pois se tentarem tratar de negócios ali, hei de dizer-lhes que só no Rio, nos dias [de] recepção poderei tratar disso"[18].

Tal como havia antecipado a José Carlos Rodrigues, o barão alugou uma ampla vivenda situada na rua Westfália, 5, à margem do rio Piabanha. No salão da frente, instalou sua volumosa biblioteca e a imensa mesa de trabalho, repleta de papéis, livros, mapas e jornais[19]. Dava expediente em sua própria casa. Exceto em situações especiais, comparecia ao palacete da rua Larga apenas nos dias em que concedia audiências. Os processos da chancelaria passaram a subir e a descer a serra, assim como os respectivos funcionários: "[...] As papeletas, quando não eram executadas lá [...], vinham para ser executadas na secretária. Já com o despacho definitivo"[20]. Por sinal, cabe lembrar que a paisagem bucólica da rua Westfália serviu de cenário para importantes atos oficiais do ministério, a exemplo do acordo firmado entre o Brasil e a Bolívia, em 17 de novembro de 1903, que tomou o nome de Tratado de Petrópolis.

O barão praticamente anulou a autoridade do titular da Secretaria-Geral ao deslocar para as margens do Piabanha o centro decisório da Pasta das Relações Exteriores. Instituiu o Gabinete de Petrópolis[21]. Não obstante, pouco se sabe a respeito dessa "repartição paralela", por assim dizer, integrada por discretos auxiliares. Os biógrafos de Rio Branco apenas contemplam, acidentalmente, um ou outro componente do seleto grupo, ao examinarem a trajetória do estadista. Na esteira dos biógrafos, os estudiosos também não se detêm nesses colaboradores, privando-os assim da intimidade do barão.

Mais recentemente, a historiografia tem ensaiado articular a figura de Rio Branco à estrutura social da República das Letras[22], que se instituiu no Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX, cujo ponto culminante foi a fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), inaugurada solenemente em 20 de novembro de 1897. De modo geral, além da liderança do escritor Machado de Assis e do papel desempenhado por José Veríssimo, à frente da *Revista Brasileira*, no movimento que redundou

---

[18] RIO BRANCO, Barão do. Carta de (...) dirigida a José Carlos Rodrigues, datada de Berlim, 3 out. 1902. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 70, p. 35, 1971.

[19] Cf. OCTÁVIO, Rodrigo. Op. cit. p. 125.

[20] Idem, ibidem.

[21] A expressão é de Rodrigo Octávio. Idem, ibidem.

[22] O conceito de República das Letras aqui empregado apoia-se em Angel Rama. Ver RAMA, Angel. *A cidade das letras.* Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

na criação da ABL e na escolha dos primeiros membros, a historiografia identifica várias redes de intelectuais que disputavam a primazia e que circulavam nas acanhadas esferas letradas do então Distrito Federal. Nesse sentido, os especialistas costumam relacionar Rio Branco ao grupo que organizou o jornal *A Semana*, embora haja quem afirme que o barão, devido à sua influência política e social, congregava ao seu redor uma *coterie* particular, integrada por Graça Aranha, Domício da Gama e também, de certo modo, Euclides da Cunha[23]. O grupo, que reunia letrados *doublés* de diplomatas, costuma ser denominado de "Círculo de Rio Branco" – agregava, além dos nomes já citados, vultos da estatura de Joaquim Nabuco e de Oliveira Lima, com quem o chanceler mais tarde se indispôs[24].

A atuação do Gabinete de Petrópolis e de seus integrantes ainda permanece meio envolta na neblina da serra. Os memorialistas, contudo, aqui e ali, iluminam outras personalidades, bem menos conhecidas, mas que partilhavam da vida cotidiana da rua Westfália. Na obra *Reminiscências do Barão do Rio Branco*, seu filho Raul, também diplomata, oferece algumas pistas que vale a pena explorar. Ele se reporta ao já mencionado Domício da Gama, ligado ao barão por "[...] sólida amizade e estima [...], de todos os seus colaboradores de própria escolha o que o seguiu sempre e assiduamente"[25]. Faz menção a Pecegueiro do Amaral, chefe de Gabinete do Ministro, a quem qualifica de "colaborador dedicadíssimo [...] que o acompanhou em seus períodos de trabalho agudo"[26]. Refere-se, ainda, a Araújo Jorge, "um de seus diletos auxiliares"[27]. Os dois primeiros formavam o que hoje em dia se denominaria de núcleo duro do Gabinete de Petrópolis.

Domício da Gama (1862-1925), ou melhor, Domício Afonso Forneiro, seu nome de batismo, nasceu no norte fluminense, na cidade de Maricá. Vinha de família humilde. Graças ao seu padrinho, o padre Sebastião de Azevedo Araújo e Gama, de quem mais tarde adotou o sobrenome, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde fez os estudos preparatórios no afamado Colégio Henrique. Ingressou na Escola Politécnica, porém abandonou o curso de engenharia, passando a se dedicar às letras e ao jornalismo. Colaborou na *Gazeta de Notícias*, que o designou correspondente internacional em Paris, em 1888. No ano

[23] MACHADO NETO, Antonio Luís. *Estrutura social da República das Letras*: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870--1930. São Paulo: Grijalbo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. pp. 129-130.

[24] Ver, entre outros, SILVA, Daniella Amaral Diniz da. *O círculo Rio Branco no Brasil*: ubique patriae memor. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

[25] RIO BRANCO, Raul. *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. p. 109.

[26] Idem. p. 190.

[27] Idem. p. 18.

seguinte, durante uma visita casual à Exposição Universal, comemorativa do centenário da Revolução Francesa, Eduardo Prado o apresentou ao Barão do Rio Branco, então cônsul em Liverpool. Do encontro casual surgiu uma amizade fraterna e duradoura, marcada pela colaboração e pela cumplicidade. Paranhos Junior ia constantemente a Paris, onde fixou a família, na época residindo na *rue de Rennes*[28], endereço muito frequentado pela colônia brasileira estabelecida na capital francesa e por outros tantos patrícios que por ali passavam, em viagem pela Europa.

Em 1891, Domício da Gama foi admitido no Ministério das Relações Exteriores como auxiliar de Rio Branco na Superintendência Geral do Seviço de Imigração para o Brasil na Europa. Com isso, tornou-se o principal colaborador do barão. Acompanhou-o nas missões em Washington e depois em Berna. Entrementes, foi um dos 10 acadêmicos eleitos para compor o quadro de fundadores da Academia Brasileira de Letras, em 1897.

Na correspondência passiva de Paranhos Junior, Domício é o interlocutor mais frequente. Do seu epistolário, conservam-se 140 cartas. Na maioria das vezes, são respostas a preocupações externadas pelo barão: questões pessoais, pequenos favores, confidências de família, problemas financeiros, rivalidades na *carrière*, mudanças na política nacional e internacional e viagens, muitas viagens. Apesar da diferença de idade, pareciam partilhar dos mesmos gostos, embora ambos mantivessem um tratamento cerimonioso: senhor barão para cá e senhor Gama para lá.

Além de ouvir e de aconselhar, o senhor Gama, contudo, também apresentava suas demandas. Em 1893, a demora da sua designação para primeiro secretário da missão em Washington foi alvo de intensa troca de cartas. Se, por um lado, esses documentos evidenciam o empenho do seu protetor em lhe conseguir a nomeação, por outro, revelam que Domício da Gama fora incumbido pelo futuro chefe de assuntar no Rio de Janeiro os preparativos e os prováveis candidatos do governo para compor a missão[29].

Como já era de se esperar, logo depois da posse, o barão o convocou para fazer parte do seu gabinete[30]. Instalou-o em um pequeno *chalet* que havia no terreno da sua própria residência. Não por acaso, na iconografia da gestão de Rio Branco, o senhor Gama ocupa lugar quase cativo nos registros fotográficos.

---

[28] Idem. pp. 73-77.

[29] GAMA, Domício da. Carta de (...) dirigida ao Barão do Rio Branco em 10 maio 1895. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. Correspondências. Lata 824, maço 2, pasta 2.

[30] GAMA, Domício da. Carta de (...) dirigida ao Barão do Rio Branco, em 22 de janeiro de 1903. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. Correspondências. Lata 824, maço 2, pasta 2.

Domício atuava como uma espécie de coringa no jogo diplomático de Paranhos Junior. Em 1907, diante da recusa de Oliveira Lima, assumiu a chefia da legação em Lima (posto considerado chave), para dar continuidade às negociações na parte que envolvia o Peru na Questão do Acre. Em seguida, foi transferido para Buenos Aires, outra representação de capital importância para os interesses brasileiros, de onde expedia relatórios minuciosos tanto a respeito da política interna quanto sobre as pretensões argentinas relativas à jurisdição das águas do rio da Prata, detendo-se quase sempre nas ações de Estanislao Zeballos, célebre rival de Rio Branco na diplomacia do continente[31]. Depois de ser destacado para diversas missões especiais, em 1911, com o falecimento de Joaquim Nabuco, o barão o nomeou embaixador em Washington, onde permaneceu por sete anos.

As informações confidenciais trocadas entre o senhor Gama e o senhor barão, por certo, acrescentaram novos capítulos à história da nossa diplomacia. Lamentavelmente, costumavam usar linguagem cifrada para tratar de assuntos sigilosos. Porém, a prova mais evidente de que Domício era reconhecido como o nome mais indicado para dar prosseguimento à política externa desenvolvida pelo barão veio em 1918, quando Rodrigues Alves, pela segunda vez, elegeu-se presidente da República e o convidou para ser o titular da Pasta das Relações Exteriores. Por ironia do destino, sua gestão durou apenas oito meses, abreviada pela enfermidade e pela morte do presidente eleito, que nem chegou a ser investido no cargo[32]. Como ministro, amargou ainda o embate com Rui Barbosa por ocasião da escolha do chefe da delegação brasileira à Conferência de Paz, em Paris, que acabou sendo confiada a Epitácio Pessoa. Designado embaixador em Londres, onde foi atingido pela disponibilidade, veio a falecer no Rio de Janeiro em 8 de novembro de 1925.

Se os registros sobre a atuação de Domício da Gama na *carrière* são variados e numerosos, o mesmo não acontece com Gregório Thaumaturgo Pecegueiro do Amaral (1869-?), o chefe de gabinete de Rio Branco. No verbete que lhe dedicou Argeu Guimarães no *Dicionário biobibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*, lê-se apenas que começou a carreira na Secretaria-Geral, em 1891, como amanuense, prestou dedicados serviços ao barão e foi nomeado ministro plenipotenciário de primeira classe em 1931[33].

---

[31] Ver, entre outros documentos, GAMA, Domício da. Carta de (...) dirigida ao Barão do Rio Branco em 2 abr. 1909. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. Correspondências. Lata 824, maço 2, pasta 2.

[32] No impedimento de Rodrigues Alves, assumiu interinamente a chefia da nação o vice-presidente eleito Delfim Moreira, que governou até 28 de julho de 1919, quando se realizaram novas eleições, com a vitória de Epitácio Pessoa.

[33] GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário biobibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional.* Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938. pp. 103-104.

O nome de Gregório, no entanto, desponta com frequência nas cadernetas do barão. Costumava escoltar Rio Branco tanto em almoços, jantares e encontros de trabalho quanto em simples viagens de rotina, entre Rio de Janeiro e Petrópolis[34]. No epistolário de Rio Branco, encontram-se testemunhos contributos de Gregório nos estudos relativos à Questão do Acre, em particular de levantamentos que realizou nos arquivos da chancelaria, com o objetivo de instruir e auxiliar o processo de negociação com o Peru, depois da assinatura o Tratado de Petrópolis com a Bolívia:

> [...] Urgente [...] Cotegipe disse a Sousa Ferreira em despacho de 20 de abril de 1869. Nesse despacho (25 de janeiro), cujas disposições coadunam-se perfeitamente com as do que acima transcrevi, o governo imperial autorizou (sic) a declarar ao governo da República que o Brasil não aceita a ideia de comissão mista brasileira, peruana e boliviana, devendo a demarcação de nossa fronteira com as repúblicas vizinhas ser efetuada de conformidade com os tratados pelos respectivos comissários. Remeto logo cópia desse despacho[35].

A par disso, as fontes revelam a confiança com a qual o barão distinguia Gregório e sua forte ascendência sobre a burocracia do ministério. As demandas dirigidas ao titular da pasta costumavam passar, previamente, por seu rigoroso crivo. Para se ter uma ideia, Euclides de Cunha, por certo ciente dessa influência, esforçava-se para mantê-lo informado das iniciativas que havia tomado junto à Secretaria-Geral, para compor a Comissão do Alto Purus[36]. Do mesmo modo, diplomatas estrangeiros recorreriam aos seus ofícios para ter acesso ao chanceler em ocasiões especiais, tal como o representante uruguaio ministro Rufino Dominguez, que solicitou a interferência de Gregório para ser recebido em Petrópolis, na noite de 23 de setembro de 1906, a fim de tratar de assunto confidencial[37].

No entanto, havia ainda quem procurasse o chefe de gabinete para intermediar outros tipos obséquios, desde pedidos de promoção no serviço

---

[34] Cf. RIO BRANCO, Barão do. *Cadernetas do barão*. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 879, maços 1 e 2, n. 32 a 61, 1902-1904.

[35] Cf. AMARAL, Gregório Pecegueiro do. Carta de (...) dirigida ao Barão do Rio Branco em 12 abr. 1904. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. Correspondência com terceiros. Lata 812, maço 2, pasta 8.

[36] Cf. Euclides da Cunha em carta de (...) dirigida a Gregório Pecegueiro do Amaral em 3 out. 1904. In: GALVÃO, Walnice; GALOTTI, Oswaldo (Orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. pp. 236-237.

[37] Cf. AMARAL, Gregório Pecegueiro do. Bilhete de (...) dirigido ao Barão do Rio Branco em 23 set. 1906. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. Lata 812, maço 3, pasta 8.

público[38] até concessão de passaportes especiais e cartas de recomendação no estrangeiro, passando por um apelo inusitado, assinado por um certo cabo Queiroz, que se dizia injustiçado, detido no xadrez de um quartel do Rio de Janeiro, que desejava falar pessoalmente com o barão[39].

Além de Gregório, seu irmão, Raimundo Nonato Pecegueiro do Amaral, também cumpriu papel relevante no Gabinete de Petrópolis, desempenhando as funções de secretário do chanceler[40]. Raimundo foi, aliás, personagem de um infeliz episódio que despertou a ira do chefe às vésperas da inauguração do busto do visconde de Cabo Frio.

Rodrigo Octávio, testemunha do fortuito incidente, relata que a obra foi encomendada ao renomado escultor francês Alexandre Charpentier. Enviou-se ao artista um retrato do visconde, por sinal, bem mais jovem, com a indicação das ordens cujas condecorações deveriam adornar-lhe o peito. Contudo, não foram especificados os respectivos graus, o que no caso de Cabo Frio só poderiam ser os mais elevados, ou seja, de Grã-Cruz ou de Grande Oficial. Charpentier não atentou para a ausência desta particularidade e modelou no busto insígnias mais baixas. Quando a estátua chegou ao Itamaraty e foi retirada da embalagem, o barão, sempre detalhista, não tardou a perceber tamanho descuido. Desesperado, no auge da irritação, passou uma formidável descompostura em Raimundo, a quem atribuiu a culpa do desastrado engano[41].

De qualquer modo, passada a tormenta, tanto Raimundo quanto os demais integrantes da família Pecegueiro do Amaral continuaram a merecer o apreço de Sua Excelência. Em 1905, mais um membro do clã ascendeu ao Gabinete de Petrópolis. Tratava-se do jovem Henrique Pecegueiro do Amaral (1888-1955), filho de Gregório, contratado como amanuense e logo requisitado para servir junto ao ministro[42]. Mais tarde, ocupou postos destacados no arquivo e na Secretaria-Geral, e foi transferido para o corpo consular em 1931.

Na mesma época em que Henrique Pecegueiro do Amaral dava os primeiros passos no Itamaraty, outros jovens, como Arthur Guimarães

---

[38] Cf. ALENCAR, (?). Telegrama de (...) endereçado a Pecegueiro do Amaral em 13 jun. 1903. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. Correspondência com terceiros. Lata 812, maço 3, pasta 8. Provavelmente, trata-se do barão de Alencar.
O autor do telegrama solicita-lhe para lembrar o barão do pedido que fizera sobre a promoção de Felinto Elysio do Nascimento ao posto de primeiro escriturário do Tesouro.

[39] QUEIROZ, Cabo (?). Carta de (...) dirigida ao doutor Pecegueiro do Amaral. [s/d]. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. Correspondência com terceiros. Lata 812, maço 3, pasta 8.

[40] A documentação disponível sobre Raimundo Nonato Pecegueiro do Amaral limita-se a uma pasta com alguns registros funcionais. Ver AMARAL, Raimundo Nonato Pecegueiro do. Arquivo Histórico do Itamaraty. Maço pessoal. Lata 768, maço 2, pasta 10.

[41] Cf. OCTÁVIO, Rodrigo. Op. cit. p. 127.

[42] Cf. AMARAL, Gregório Pecegueiro do. Carta de (...) dirigida ao Barão do Rio Branco solicitando a nomeação de seu filho para o cargo de amanuense. Arquivo Histórico do Itamaraty. [s/d]. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. Lata 812, maço 3, pasta 8.

de Araújo Jorge (1884-1977), também tiveram acesso às novas vagas que se abriram na Secretaria-Geral em virtude da reforma do quadro de funcionários.

Natural da cidade de Paulo Afonso (Alagoas), filho do desembargador Rodrigo de Araújo Jorge, Arthur bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1905, transferiu-se para o Rio de Janeiro e ingressou na chancelaria como estagiário, assistente do árbitro brasileiro no Tribunal Arbitral Brasil-Bolívia. Passados alguns meses, foi incumbido, concomitantemente, de função semelhante no recém-criado Tribunal Brasileiro-Peruano[43]. Aliás, Luiz Gurgel do Amaral, admitido naquela mesma ocasião na Secretaria-Geral, descreveu as atividades de ambos, sob o olhar severo do visconde de Cabo Frio, e narrou a admiração que lhes causou a chegada da primeira máquina de escrever na repartição, uma velha Remington em cujo teclado faltava a letra "o"[44].

Em 1906, Araújo Jorge recebeu a incumbência de secretariar os trabalhos da III Conferência Internacional Americana do Rio de Janeiro. Seu excelente desempenho chamou a atenção de Rio Branco, que o transferiu para o gabinete, onde se tornou um dos auxiliares mais próximos de Paranhos Junior. Influenciado pelo barão, paralelamente às atividades da *carrière*, inclinou-se para os estudos de história diplomática do Brasil[45]. Dirigiu a *Revista Americana*, mensário publicado pelo Ministério das Relações Exteriores que circulou regularmente durante 10 anos (1909-1919) e que atingiu larga irradiação internacional, tornando-se um veículo de divulgação da cultura e da história sul-americana. Não é demais salientar que a *Revista Americana* constituiu um instrumento da maior importância para a consecução do projeto político de aproximação do Brasil com os países do continente, formulado pelo barão e desenvolvido pelo Itamaraty, no início do século passado[46]. A edição do mensário representou a primeira experiência brasileira do que se denominou, posteriormente, de "diplomacia cultural"[47].

Após a morte de Rio Branco, Araújo Jorge desempenhou importantes funções na chancelaria[48]. Apesar de exímio americanista,

---

[43] O Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano foi estabelecido em 1906, a propósito de dirimir as Questões de Limites entre os dois países.

[44] AMARAL, Luís Gurgel do. *Meu velho Itamaraty* (de amanuense à secretário de legação, 1905-1913). 2. ed. rev. Brasília: Funag, 2008. p. 171.

[45] Em 1908, concluiu o *Ensaios de história diplomática do Brasil no regime republicano*, obra que mereceu o aplauso do barão. Cf. ARAÚJO JORGE, A. G. de. *Ensaios de história diplomática do Brasil no regime republicano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

[46] Sobre a *Revista Americana*, ver CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente*: a *Revista Americana* e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2012.

[47] Sobre "diplomacia cultural" ver RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural*: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Funag, 1989.

[48] Depois do desaparecimento do barão, Araújo Jorge foi promovido e enviado em comissão à Europa, onde permaneceu por cinco anos, período em que exerceu o cargo de secretário-geral da Carnegie Endowment for International Peace no Brasil

como comprova sua biografia, em 1937, Getúlio Vargas o nomeou embaixador em Lisboa. Nesse posto, recebeu a responsabilidade de pactuar com Antonio de Oliveira Salazar a respeito do compromisso de o governo português tomar sob sua proteção os negócios e os interesses brasileiros na Alemanha, na Itália, no Japão e nos demais locais ocupados pelas forças do Eixo. Nessa época, mais precisamente em 22 de agosto de 1942, contudo, o governo de Vargas reconheceu a situação de beligerância entre o Brasil e essas nações, optando pela aliança com os Estados Unidos[49]. Depois de executar a missão com sucesso, aposentou-se e regressou ao Rio de Janeiro, passando a se ocupar da redação do que veio a ser considerada sua melhor contribuição à história da diplomacia brasileira, a *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*[50]. Longevo, faleceu no Rio de Janeiro aos 92 anos, a 27 de fevereiro de 1977.

No livro *O meu velho Itamaraty*, o diplomata Luís Gurgel do Amaral faz uma observação muito expressiva sobre o temperamento de Rio Branco, a qual contrasta com as repetidas apreciações dos biógrafos acerca dos laços de amizade que o barão mantinha com velhos estadistas do Império, em especial duque de Caxias. Segundo o autor, quando "[...] cercado de moços, seu semblante rejuvenescia [...] gostava francamente da juventude. Como melhor prova, seus derradeiros e devotos auxiliares, Araújo Jorge e Moniz de Aragão[51]". Para além da jovialidade, a presença de Moniz de Aragão no gabinete representava um elo entre o passado e o presente de Paranhos Junior, pois o rapaz era aparentado de Caxias (era filho da sobrinha do duque, a bela Maria Bernardina de Lima e Silva[52], "a segunda paixão amorosa" de Rio Branco)[53].

O carioca José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão (1887--1974) estudou no Colégio Pedro II e concluiu o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade do Rio de Janeiro. Entrou para o Itamaraty em 1908. Adido à Secretaria-Geral, foi requisitado para servir no Gabinete do Ministro. Na correspondência passiva do chanceler,

(1915) e em que foi designado delegado ao II Congresso Cientifico Internacional Americano de Washington. Em 1925, como ministro plenipotenciário em La Paz, negociou a fixação dos limites não abrangidos pelo Tratado de Petrópolis e o estabelecimento das comunicações ferroviárias entre o Brasil e a Bolívia. Deslocado para o Paraguai em 1929, representou o Brasil na Conferência Internacional Americana de Conciliação e Arbitramento de Washington (1928-1929). Depois de chefiar a legação em Montevidéu (1931-1933), foi removido sucessivamente para as representações de Berlim (1933--1935), de Santiago (1935-1936) e de Lisboa (1936).

49 Sobre a permanência de Araújo Jorge em Lisboa, ver BLOTTA, Celine G. da Silva; GUIMARÃES, Lucia M. P. A. G. de Araújo Jorge: um interlocutor privilegiado. In: SARMENTO, Cristina M; GUIMARÃES, Lucia M. P. (Orgs.) *Culturas cruzadas em português*: redes de poder e relações culturais (Brasil e Portugal, séc. XIX e XX). Coimbra: Edições Almedina, 2010. v. 1, pp. 89-110.

50 ARAÚJO JORGE, A. G. de. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. A primeira edição da obra foi lançada em 1944, nas comemorações do centenário do nascimento de Rio Branco.

51 Cf. GURGEL, Luís do Amaral. Op. cit. p. 111.

52 Maria Bernardina de Lima e Silva era filha do visconde de Tocantins, irmão do duque de Caxias.

53 Cf. MARIZ, Vasco. A tormentosa nomeação do jovem Rio Branco para o Itamaraty. In: RIO BRANCO, Miguel Paranhos; MARIZ, Vasco. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750*: a tormentosa nomeação do jovem Rio Branco para o Itamaraty. Brasília: Funag, 2010. p. 61.

encontram-se apenas duas cartas assinadas por Moniz de Aragão, ambas dando conta de pequenas tarefas que lhe foram confiadas. Seu arquivo pessoal está sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, e ainda não está disponível para consulta.

Sabe-se, porém, que José Joaquim nutria grande respeito e admiração por Rio Branco. Segundo um companheiro de Secretaria, na sua brilhante carreira não conheceu "[...] nenhuma quadra ou posto de maior fastígio do que aquele passado ao lado do Barão"[54]. No cortejo fúnebre de Rio Branco, coube ao jovem "[...] o privilégio levar em suas mãos a almofada com as condecorações do chanceler"[55]. Logo em seguida, foi removido para Washington por influência do então embaixador Domício da Gama, talvez preocupado com a sorte do rapaz depois do desaparecimento de seu protetor. Daí em diante, o secretário dileto do barão galgou posições e cumpriu uma trajetória muito bem-sucedida no Itamaraty.

O Gabinete de Petrópolis, além desses auxiliares diretos, contava ainda com colaboradores eventuais, que não faziam parte dos quadros efetivos do Ministério das Relações Exteriores, a exemplo de Rodrigo Octávio Langgaard Menezes (1866-1944). Nascido na cidade de Campinas, então província de São Paulo, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde fez os estudos preliminares. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL), foi sócio do Instituto Histórico e, desde 1900, dedicava-se à advocacia e ao magistério superior na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

Rodrigo Octávio fez amizade com Paranhos Junior durante sua primeira viagem à Europa, em 1902. Não conhecia pessoalmente o barão, mas tomou a iniciativa de procurá-lo na legação, ao passar por Berlim. Bom anfitrião, Rio Branco tornou agradabilíssima sua permanência na capital alemã. Aliás, muito matreiro, ele não fez maiores comentários sobre o telegrama de Campos Sales que chegara praticamente junto com o visitante. Disse-lhe, apenas, que sabia que receberia um convite para participar do governo Rodrigues Alves[56].

Depois de Berlim, voltaram a se encontrar em Petrópolis. O chanceler, por diversas vezes, o convidou para ingressar na carreira

[54] Cf. GURGEL, Luís do Amaral. Op. cit. p. 436.

[55] Cf. MARIZ, Vasco. Op. cit. p. 62.

[56] Rodrigo Octávio chegou em Berlim no dia 4 de julho de 1902. No dia seguinte, apresentou-se na residência do barão; daí em diante, passou a visitá-lo diariamente. Ao lado do barão, participou de almoços e jantares, além de passeios pela cidade Cf. OCTÁVIO, Rodrigo. Op. cit. pp. 102-104.

diplomática. Como Rodrigo recusasse passou a solicitar os seus serviços para resolver tanto assuntos particulares quanto interesses do ministério.

No plano das questões pessoais, entre outros préstimos, o advogado providenciou as licenças para o casamento civil e religioso de dona Hortência, a filha mais nova do barão, cujas cerimônias foram celebradas na cidade de Berlim em 16 de março de 1909[57]. Na esfera do ministério, representou o Brasil em diversas conferências internacionais[58] e foi incumbido de tratar das diversas aquisições de prédios e terrenos, com os quais o ministro ampliou a área do Palácio Itamaraty. Mais tarde, obteve por meio de troca com a Light a faixa em que se ergueu a ala onde foi instalada a Secretaria-Geral[59].

Além das colaborações prestadas ao ministro, Rodrigo Octávio Langgaard de Menezes dedicou-lhe um simpático capítulo no livro *Minhas memórias dos outros*. O relato saboroso contempla desde simples personagens que orbitavam à sua volta, como o criado Salvador, até as superstições e o anedotário de Rio Branco, povoado de casos pitorescos, sem se esquecer do curioso sistema de trabalho do barão, do costume de deixar tudo para a última hora e de suas prosaicas distrações[60].

Enquanto Rodrigo Octávio recusava os cargos que Rio Branco lhe oferecia, outro auxiliar temporário aguardava com ansiedade um posto no quadro efetivo do ministério, o engenheiro Euclides da Cunha.

O fluminense Euclides da Cunha (1866-1909) já era escritor famoso e membro da ABL quando se aproximou do chanceler. Engenheiro militar, chegou ao posto de segundo-tenente, quando pediu demissão do Exército e passou a se dedicar ao jornalismo e à engenharia civil. Alcançou êxito sem precedente na literatura nacional em 1902, com a publicação do livro *Os Sertões*, redigido com o material que reuniu como correspondente de guerra do jornal *O Estado de S. Paulo* na campanha de Canudos.

Em 1904, indicado por José Veríssimo, foi nomeado por Rio Branco para chefiar a Comissão Mista, formada de brasileiros e peruanos, encarregada de fazer o reconhecimento da região do alto Purus e de levantar dados cartográficos para a demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru. Esforçado e diligente, manteve correspondência regular com o ministro no correr da missão, que se alongou por quase dois anos. Suas

[57] Ver, Arquivo Histórico do Itamaraty. Rodrigo Octávio. Maço Pessoal. Lata 778, maço 3, pasta 15.

[58] Secretário da Conferência Pan-americana do Rio de Janeiro (1906), secretário da delegação à II Conferência da Paz, em Haia (1907); delegado plenipotenciário à Conferência de Bruxelas para o Direito Marítimo (1908); delegado plenipotenciário à Conferência de Haia para a Unificação do Direito Cambial (1909).

[59] Cf. OCTÁVIO, Rodrigo. Op. cit. pp. 128-132.

[60] Idem, pp. 133-152.

cartas, em um total de 14, são verdadeiros relatórios das atividades que então realizava[61].

Euclides parecia entender-se bem com o barão. Ao regressar da Amazônia, foi incumbido de outras tarefas *pro tempore*, embora confidenciasse aos amigos mais íntimos que estava sofrendo de "mapite aguda", pois tinha de debruçar-se sobre as intermináveis cartas geográficas. Aguardava uma "posição definida" no ministério: "[...] Preciso conquistá-la – o que espero acontecerá na próxima reforma da Secretaria do Exterior. Mas para isso preciso não me descuidar um só momento e sobretudo não me afastar[62]."

O desejado cargo, no entanto, parecia encantado. Em 1908, depois de concluir exaustivas notas acerca da linha limítrofe da lagoa Mirim, que seriam utilizadas nas negociações do Tratado entre o Brasil e o Uruguai[63], o autor de *Os Sertões* escreveu ao amigo Oliveira Lima, em tom de desabafo:

> [...] Não preciso lhe dizer que continuo na angustiosa posição de comissário *in partibus*, à espera da reforma, ou de uma comissão. Num país em que toda a gente acomoda a sua vidinha, num cantinho de secretaria [...] estou eu depois de haver trabalhado tanto [...] sem posição definida[64].

De fato, embora continuasse às voltas com mapas antigos no Itamaraty, o engenheiro explorador também procurou "acomodar sua vidinha". Prestou concurso para professor da cadeira de Lógica no Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) em maio de 1909. Apesar de aprovado em segundo lugar, conseguiu ser nomeado para a cátedra, graças à intercessão de amigos, em particular do barão, uma vez que cabia ao presidente da República escolher entre os dois primeiros colocados. De qualquer modo, Rio Branco ficou a lhe dever a nomeação para o Itamaraty. Euclides faleceu tragicamente poucos meses depois do concurso.

Raul do Rio Branco, nas suas *Reminiscências*, assinala mais um auxiliar que prestou serviços ao barão, desta feita fora dos espaços do Ministério das Relações Exteriores: o historiador Max Fleiuss, "um dos colaboradores mais apreciados de meu pai"[65].

---

[61] Arquivo Histórico do Itamaraty. Limites setor Peru – Arquivo da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus. Lata 476, maços 1-5. Ver também GALVÃO; GALOTTI. Op. cit.

[62] Euclides da Cunha em carta de (...) dirigida a Otaviano Costa Vieira em 4 jun. 1907. GALVÃO; GALOTTI. Op. cit. p. 331.

[63] O tratado assinado em 1909 alterou as suas fronteiras na lagoa Mirim e rio Jaguarão, e estabeleceu princípios gerais para comércio e navegação nessas vias.

[64] Euclides da Cunha em carta de (...) dirigida a Manoel de Oliveira Lima em 25 maio 1908. GALVÃO; GALOTTI. Op. cit. p. 362.

[65] RIO BRANCO, Raul. Op. cit. p. 19.

Max Fleiuss (1868-1943) tinha, como Paranhos Junior, fortes vínculos com a monarquia. Era filho de Henrique Fleiuss, artista prussiano radicado no Rio de Janeiro, protegido de dom Pedro II, fundador da revista *Semana Ilustrada* e do Imperial Instituto Artístico. Bacharel em Direito, dedicava-se ao magistério; também era colaborador da imprensa e dirigiu, junto com Valentim Magalhães, o jornal *A Semana*, em cuja redação reunia-se uma das mais movimentadas *coteries* da República das Letras. Capistrano de Abreu o indicou ao barão, para integrar a missão em Washington, mas foi preterido na designação, apesar dos ilustres padrinhos[66].

Entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1900, no mesmo ano em que Rodrigo Octávio foi admitido. Elegeu-se primeiro secretário em 1906 e tomou uma série de medidas para modernizar o instituto, que vinha passando por graves problemas desde a queda do regime monárquico. Conseguiu que o presidente Rodrigues Alves concedesse recursos para reformar as instalações do instituto, localizadas no prédio do antigo Paço Imperial. Em reconhecimento aos seus esforços, foi aclamado pela Assembleia Geral secretário perpétuo do IHGB[67].

Embora não exercesse atividades políticas, Fleiuss sabia fazer política[68]. Além de intermediar os pleitos do instituto junto às autoridades republicanas, procurou resolver uma questão interna que afetava o funcionamento do IHGB: a disputa de duas facções, a saber, monarquista (que gravitava em volta de visconde de Ouro Preto) e republicana (que apoiava o então presidente, o conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro[69]) pelos cargos da Mesa Diretora. Com o falecimento do conselheiro, a corrente liderada por Ouro Preto elegeu o veterano marquês de Paranaguá, de coloração monárquica muito acentuada, que acabou por renunciar ao cargo, alegando idade avançada e problemas de saúde. Preocupado com o impasse, Fleiuss procurou Paranhos Junior, sócio do IHGB desde 1867, e o convenceu a concorrer à presidência do instituto, a fim de conciliar as duas facções.

O novo presidente trouxe paz e prestígio à *corporação*. No dia da posse, em 30 de janeiro de 1908, Paranhos Junior externou a Fleiuss a

---

66 Ver ABREU, João Capistrano. Carta de (...) dirigida ao Barão do Rio Branco, datada do Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1895. In: RODRIGUES, José Honório Rodrigues (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. v. 1, p. 136. Ver também. FLEIUSS, Max. *Recordando... (casos e perfis*). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. 3, p. 168.

67 Ver GUIMARÃES, Lucia M. P. O bonde d'A Semana. In: _____. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007. pp. 43-50.

68 A expressão "fazer política" foi tomada no sentido de evidenciar habilidade nas artes da negociação, da persuasão e do acordo.

69 Cf. verbete Olegário Herculano de Aquino e Castro. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (Brasil). *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*: sócios falecidos entre 1881-1920/IHGB. Preparação de Vicente Tapajós com a colaboração de Pedro Tórtima. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. v.4, pp. 44-45.

emoção que sentiu ao presidir uma sessão do instituto, "[...] que muitas vezes viu presidido pelo imperador". Rio Branco concedeu ao historiador carta branca para administrar o reduto intelectual. Todavia, fez-lhe uma séria advertência: "[...] O sr. terá meu completo apoio [...]. Uma coisa, porém, lhe peço: não deixe, sem a minha audiência prévia, que sejam apresentadas propostas para sócios correspondentes, tratando-se de estrangeiros[70]."

A prova de fogo veio logo em seguida. Na ausência de Rio Branco, um dos mais respeitáveis consócios insistiu no encaminhamento à Mesa Diretora de uma proposta de admissão de correspondente estrangeiro, respaldada pela assinatura de 17 membros titulares. Fleiuss argumentou que cabia submeter o nome do candidato ao presidente da casa, conforme as recomendações que recebera. A muito custo, conseguiu adiar a votação e marchar rápido para o Itamaraty, onde o ministro, ao ler a moção, rasgou-a intempestivamente, exclamando: "[...] Este sujeito não passa de um *maître* de hotel de ínfima categoria. O instituto não deve permitir vulgaridades." Passados alguns dias, tal proponente foi procurar o barão e ouviu dele as mesmas palavras[71].

O secretário gerenciava a economia interna do instituto, sem descuidar dos assuntos acadêmicos. Em 1908, auxiliou Rio Branco a planejar um congresso luso-brasileiro de história, com especialistas dos dois países, a ser realizado durante a anunciada visita do rei dom Carlos, de Portugal, por ocasião da abertura da Exposição Nacional, organizada para celebrar o centenário da Abertura dos Portos. Já haviam preparado toda a programação do evento, quando chegou ao Rio a notícia do assassinato do rei e do herdeiro da coroa portuguesa, obrigando-os a abandonar o projeto da jornada científica[72]. Decidiram, então, promover a Exposição Comemorativa do I Centenário da Imprensa.

Fleiuss identificava-se com os métodos de trabalho do chanceler. Gostava da sua prosa, o acompanhava nos passeios de carro e nas experiências gastronômicas[73]. Desaparecido o barão, supervisionou a primeira edição das *Efemérides brasileiras*, revista e anotada por Basílio de Magalhães e publicada pelo IHGB. Por sugestão de Fleiuss, depois do lançamento da obra, as sessões solenes do instituto passaram a ser abertas com a leitura das *efemérides*, prática que até hoje se mantém inalterada.

Mais do que com colaboradores, Rio Branco contou com zelosos e aplicados discípulos. Fiéis escudeiros, eles deram continuidade à obra do barão, tanto no campo da diplomacia quanto nos domínios da história.

---

[70] FLEIUSS, Max. Op. cit. v. 1, p. 89.
[71] Idem, ibidem.
[72] Cf. GUIMARÃES, Lucia M. P. Op. c *Correspondência de Euclides da Cunha*.it. pp. 31-32.
[73] FLEIUSS, Max. Op. cit. v. 2, pp. 90-91.

Rio Branco e as relações interamericanas: ruptura e tradição em uma ideologia americanista

Helder Gordim da Silveira[1]

Introdução

Constitui consenso historiográfico bastante sólido a ideia de que o Barão do Rio Branco, ao longo do decênio em que esteve à frente da Pasta das Relações Exteriores, imprimiu e consolidou notável reorientação na política externa do Brasil (BURNS, 1966; BURNS, 1977; RODRIGUES, 1966; LINS, 1965; BANDEIRA, 1978; BUENO & CERVO, 1992; RICUPERO, 2000; OLIVEIRA, 2005), marcada pelo processo muitas vezes descrito como "americanização" daquela política. É ocioso referir que tal consenso historiográfico e suas relativas renovação e reprodução no plano do ensino e dos manuais, a par do elemento fático da consolidação das fronteiras do Estado nação, são fontes essenciais para a construção memorialística das variadas faces que consolidaram a figura de Rio Branco – significativamente associada à do pai – como patrono da diplomacia brasileira, notadamente (ao menos no plano oficial) a partir da década de 1940, marcadas pela publicação, em 1945, da biografia seminal de Álvaro Lins (1965), como parte das comemorações do centenário de nascimento do barão (MOURA, 2000, p. 82).

Sem pretender adentrar na discussão – algo recorrente sobre os sentidos e os desdobramentos concretos da política americana de Rio Branco, debate que empresta o colorido de alguns dissensos no referido con-

[1] Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

senso na historiografia consagrada (ALMEIDA, 2009; PEIXOTO, 2011) –, o presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão inicial sobre a maneira como se constitui historicamente uma ideologia (THOMPSON, 1995, pp. 71-99) americanista emergente no período de Rio Branco, a qual conferia, no plano simbólico-discursivo, sentido e articulação às variadas faces dessa política, tendo fundamentalmente em vista os termos das disputas que, então, se verificavam nos campos político e intelectual do país em torno dessa questão chave da política externa, como expressão de formas diferenciadas e concorrentes de concepção do interesse nacional.

Pretendemos verificar, nessa direção, por um lado, como os binômios conceituais contraditórios ruptura/continuidade ou inovação/tradição constituem um eixo essencial daquelas disputas ideológicas; por outro, objetivamos examinar as formas pelas quais o que iremos chamar de paradigma ideológico americanista emergente combina e articula esses termos, o que será fundamental para a superação dos paradigmas contendores no contexto e para a consequente consolidação de um novo conjunto de princípios orientadores da política externa brasileira e/ou de sua análise (SILVEIRA, 2003), o qual será muitas vezes incorporado ao discurso historiográfico do restante do século, bem como a diversas manifestações autoreferenciais da diplomacia brasileira.

Para tanto, revisitaremos um texto célebre de Rio Branco (BRASIL, 1948, pp. 131-151), procurando verificar as operações discursivas, de viés fundamentalmente historiográfico, no interior do referido contexto político e intelectual.

Inicialmente, todavia, torna-se necessário examinar os componentes essenciais do processo histórico de americanização das relações internacionais do Brasil, aqui visto como o contexto estruturado (THOMPSON, 1995, pp. 71-99) e dinâmico no interior do qual – e como seu componente constitutivo – devem ser analisadas as referidas concepções e formulações da política externa do país.

Tal proceso pode ser situado no contexto global de declínio da chamada *Pax Britannica* e do capitalismo liberal clássico, com a emergência da corrida imperialista entre os velhos e novos centros hegemônicos internacionais, na Europa e fora dela, como nos casos notáveis da Alemanha, dos Estados Unidos e do Japão (HOBSBAWM, 1992; BARRACLOUGH, [s.d.]; MAGDOFF, 1979; GOLLWITZER, 1969). No interior desse quadro gobal, a dita americanização das relações internacionais do Brasil – que antecede, como processo histórico, ao período de Rio Branco à frente da Pasta das Relações Exteriores, emergindo nos últimos anos do Império e condicionando a eclosão da disputa política intensamente partidarizada

com o advento da República – envolvia pelo menos três aspectos inter--relacionados.

Primeiramente, tratava-se de posicionar o país ante a emergência dos Estados Unidos como potência hegemônica internacional, notadamente hemisférica; sobretudo, diante das duas faces que apresentava a construção do sistema de poder (MOURA, 1980) norte-americano. De um lado, havia a face ortodoxa, francamente militar e intervencionista, que se verificava no Pacífico, no Caribe e na América Central (no interior da zona estratégica de primeira grandeza da chamada "diplomacia do Canal"), região em que os casos de Cuba (com a célebre Emenda Platt) e da secessão do Panamá apareceram como emblemáticos dentre os demais submetidos ao *Big Stick*, na expressão clássica que Theodore Roosevelt emprestou à dita política (BEMIS, 1955; DE CONDE, 1971; LEOPOLD, 1967; LEUCHTENBURG, 1976); de outro, havia o projeto de médio e longo prazos, de caráter essencialmente negocial e de dimensão propriamente hemisférica, voltado de maneira especial para a América do Sul, posto na construção de um sistema comercial, jurídico e diplomático interamericano, fundado na posição de poder internacional de Washington e tão fechado quanto possível à ingerência europeia, sob a égide do pan-americanismo neomonroísta, notadamente após a década de 1890 (SCHOULTZ, 2000; CONNEL-SMITH, 1977; BUENO, 1997). Para o Brasil e a América Latina, tratava-se, portanto, de fazer frente a essas duas faces complementares e contraditórias da política continental praticada pela potência nascente.

Em segundo lugar, pensar o interesse nacional brasileiro diante dos Estados Unidos no continente significava reposicionar as relações tradicionais de toda ordem com a Europa, postas, aliás, sempre no centro da política imperial, pelo menos até o último quartel do século XIX , sempre advertiram, por diversas vozes de seus formuladores seminais, contra os perigos de um país ainda "fraco" no cenário internacional estreitar excessivamente laços político-diplomáticos ou comerciais com uma só potência, mesmo no caso da Inglaterra. Faz-se, nesse sentido, referência a um projeto civilizatório nacional no qual a ordem monárquica e o europeísmo cumpriam funções essenciais.

Finalmente, a real e potencial americanização das relações internacionais brasileiras envolvia, da mesma maneira, uma redefinição das relações bilaterais e multilaterais, parcialmente no interamericanismo, em construção, com as Repúblicas hispano-americanas (notadamente com o Chile, a Argentina e os demais vizinhos do sistema platino). Tratava-se de romper, novamente, com a orientação tradicional do Império, a qual, direta ou indiretamente, constituiu mecanismos de afastamento e de

diferenciação – quando não de franca e conhecida rivalidade política e militar, sobretudo com a Argentina, no mencionado cenário do Prata – nos quais o intervencionismo imperial deitou raízes ao longo do século XIX.

A construção pelas elites políticas e intelectuais de um sentido harmônico e complementar para os três eixos de ação na política externa brasileira, ou, ao contrário, as formas de desconstrução de tal sentido, foram aqui interpretados como a construção e o conflito político entre paradigmas ideológicos da inserção internacional, no contexto dinâmico em tela.

Trabalhou-se com a perspectiva segundo a qual as formas de racionalização discursiva das ações políticas em um contexto histórico-social estruturado podem atuar como fatores essenciais de construção e de desconstrução permanente – e constituinte – de legitimidade no plano da constituição simbólica do sentido, a um tempo dos diversos níveis da ordem sociopolítica *interna* e da *inserção internacional* que tal ordem implica e pressupõe, em uma correspondente visão do *interesse nacional* (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, pp. 222-258; pp. 333-351) e, em última análise, da própria nacionalidade.

No que toca à referida ordem interna, o advento da República constituía a culminância de um processo de crise e de transformações em variados campos do contexto sócio-histórico nacional, cujos sintomas, notadamente no campo político, fizeram-se visíveis desde, pelo menos, a década de 1870.

Um dos fundamentos daquele processo é a modernização da economia agroexportadora – com seus condicionantes e seus desdobramentos sociopolíticos –, evidenciada, por um lado, na crise final do escravismo e, por outro, na emergência do setor urbano-industrial, ainda que no limite dado pela condição de "subproduto" daquela esfera agroexportadora, nos termos da análise clássica de Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO & FALETO, 1984; CARDOSO, 1977).

Em linhas gerais, a República brasileira nasceu com a tarefa enormemente complexa de estabelecer um novo e possível *modus vivendi*, estruturalmente inserido em um contexto global marcado pela expansão neocolonial dos diversos centros hegemônicos internacionais na África, na Ásia e em porções da América Latina,.dos atores sociais representativos das extraordinárias tensões oriundas da modernização. Tinham eles interesses e antagonismos mais ou menos organizados politicamente, sem risco para a ordem social oligárquica, a integridade territorial e a soberania formal do país.

Os termos do confronto ideológico e a emergência de um novo paradigma da americanização

No plano da política externa, Clodoaldo Bueno destaca a existência, no período, de duas fases que se complementam. Refere o autor que, considerando os contextos interno e externo em sua inter-relação, identifica-se a primeira fase, de 1889 a 1902, correspondente no plano interno aos governos Deodoro, Floriano, Prudente de Morais e Campos Sales, na qual se destaca "o redirecionamento da política internacional brasileira para o contexto hemisférico". A segunda fase desenrolou-se de 1902 a 1918, quando, no contexto interno, verificava-se o que o autor denomina apogeu da Primeira República, uma etapa de "tranquilidade nacional, na qual se sobressai a gestão do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores" (BUENO, 1995, p. 12).

Por seu turno, Bradford Burns, em análise clássica da política externa brasileira na Primeira República, constata a existência do que denomina "três tendências gerais". Nesse sentido, ao longo do período, nas palavras do autor, "o eixo diplomático deslocou-se de Londres para Washington; os diplomatas demarcaram com êxito as [...] fronteiras; e o Brasil começou a representar um papel mais ativo nos assuntos do hemisfério e do mundo" (BURNS, 1977, p. 377).

Considerando-se as tendências gerais, bem como a periodização proposta por Bueno, o processo de *americanização* aqui discutido conhece dinâmicas e conformações diferencidadas nas duas fases, segundo certas rupturas e dados padrões de continuidade.

De fato, ao longo do primeiro período, o dito processo – que envolve, conforme já referido, não só a aproximação dos Estados Unidos, mas também a reorientação correspondente nas relações com a América hispânica e com a Europa – é marcado por uma significativa ruptura relativa à política do Império, que inicialmente encontrou sentido em um paradigma ideológico, aqui denominado *americanização republicana*. Contudo, ainda no referido período, as ações políticas tendentes a concretizar o processo de ruptura sofreram crítica radical, levada a efeito por referência ao paradigma contraideológico no contexto, aqui chamado *europeísmo conservador*.

Entre tais paradigmas concorrentes, já ao longo do primeiro período – mas se corporificando em ações políticas durante o segundo, sob Rio Branco, notadamente –, constitui-se um novo e singular *paradigma ideológico da americanização*, que tende a assumir posição dominante, embora nunca exclusiva, nos campos político e intelectual, combinando

elementos dos paradigmas antagônicos e emprestando-lhes, ao mesmo tempo, feição conceitual atualizada, apesar de fundada, muitas vezes, em um apelo inédito à tradição, conforme se discutirá adiante.

Nessa direção, devem ser vistas as linhas gerais da chamada *americanização republicana* em relação a seu conteúdo ideológico e às ações políticas a este associadas.

No que se refere ao primeiro aspecto, o dado essencial do paradigma ideológico reside precisamente na associação íntima que se constrói entre o republicanismo e a supostamente necessária reorientação da inserção internacional brasileira, no sentido do afastamento da Europa e da aproximação – a mais íntima possível – do sistema continental americano. Tal sistema é representado, de resto, como uma *unidade natural*, ou ao menos potencial, das Repúblicas nascidas do processo de emancipação política, referenciadas, de forma central, nos Estados Unidos da América. A representação completa-se com a associação da Monarquia caída com a *velha* Europa e, portanto, com a caracterização negativa do antigo regime imperial e de sua política externa como um *corpo estranho* na América.

As linhas gerais dessa representação encontram-se presentes já no Manifesto Republicano, de 1870, como bem analisa Raymundo Faoro. O manifesto, em uma de suas mais referidas passagens, afirma:

> Somos da América e queremos ser americanos. [...] A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente [...] a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam. [...] O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de cousas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos e em solidariedade com o continente de que fazemos parte (Apud FAORO, 1977, p. 451).

Assim, Faoro assevera que "na ruptura do liberalismo com a monarquia não intervêm apenas a lógica e a teoria das forças políticas entregues a si próprias", pois "um polo de atração, já em ascendência por via da prosperidade norte-americana, se ergue, não só imantado em Washington". Desse modo:

> A América modelada pelos reivindicadores republicanos não é unicamente a de Jefferson, como nos dias da regência. A outra América, até então repelida e desdenhada pela anarquia, confundida com o republicanismo, entra nas fronteiras monárquicas, zelosamente fechadas pelo malogro das revoltas

> regenciais, elas também vistas, pelos olhos fiéis dos políticos imperiais, como um ensaio federativo e republicano (FAORO, 1977, p. 451).

Assim, o americanismo dos homens da propaganda aparece como elemento essencial do republicanismo e da rejeição do sistema monárquico, associado este a um europeísmo "estranho e hostil" à imagem mitificada do continente como a grande comunidade internacional republicana.

Não é de estranhar, portanto, que, instaurada a República, tal paradigma ideológico ganhasse ampla dominância, não só por encontrar-se Quintino Bocaiúva, um signatário do Manifesto de 1870, à frente da Pasta de das Relações Exteriores do governo provisório.

Vale verificar a forma como Moniz Bandeira caracteriza o período inicial de reorientação da inserção internacional do país, com suas manifestações correspondentes no plano interno. Refere, nesse sentido, o autor:

> O Brasil viveu momentos de delírio. Queria romper com tudo que lembrasse o passado. O radicalismo exacerbou-se. Pretendeu-se até mesmo [...] expulsar do país o capital europeu. As manifestações do nacionalismo [...] acompanhavam as tendências para a americanização do país. Uma comissão de cinco membros [...] elaborou a nova Constituição, uma cópia mais ou menos fiel da americana. Instituiu-se o federalismo. O país passou a chamar-se Estados Unidos do Brasil. E adotou-se, na primeira hora, a bandeira estrelada. Com listras auriverdes, proposta por Lopes Trovão. A diferença consistia nas cores (BANDEIRA, 1978, p. 134).

Desse modo, o domínio do paradigma da *americanização republicana* manifestou-se no terreno das ações conformadoras da política externa do país ao longo do primeiro período mencionado, não sem a resistência política e ideológica embasada no paradigma antagônico e a construção inicial do referido *paradigma emergente*, a consubstanciar-se, no período seguinte, sob a liderança de Rio Branco.

No plano das relações multilaterais hemisféricas, a orientação do novo regime concretizou-se na atuação da delegação brasileira, sob Salvador de Mendonça, na I Conferência Pan-americana (1889-1890), convocada por Washington e que ocorria na capital norte-americana exatamente no momento do advento da República no Brasil. De fato, as instruções do gabinete do Império à delegação brasileira, cheias de reservas quanto ao Congresso em si e a seus propósitos comerciais anunciados, bem como quanto à política do Departamento de Estado, foram substituídas

pela recomendação expressa de Quintino Bocaiúva para que Salvador de Mendonça, de resto também signatário do Manifesto Republicano e novo chefe da delegação, procurasse desenvolver o mais estreito apoio à representação norte-americana, acompanhado da cooperação ostensiva das Repúblicas hispânicas, anunciando, assim, o novo espírito americanista-republicano reinante no Rio de Janeiro (BUENO, 1995, pp. 27-29; BANDEIRA, 1978, p. 134; BURNS, 1977, p. 379; FROTA, 1991, p. 47).

No que tange às relações no contexto sul-americano, o novo regime buscou marcar a reorientação americanista por meio de uma espetacular mudança nas relações com o rival histórico do Prata. Nesse sentido deve ser entendida, além da troca efusiva de congratulações, de homenagens e de protestos de solidariedade republicana, a famigerada missão Bocaiúva na região, com a assinatura do Tratado de Montevidéu, no qual o ministro brasileiro, em negociação direta, concedia à Argentina vasta e estratégica porção do território lindeiro, então em litígio, e já com arbitramento agendado. A não homologação do tratado pelo Legislativo e a onda de protestos contra sua assinatura no Brasil (BUENO, 1995, pp. 97-106), certamente constituíram o primeiro indício da inconsistência da *americanização republicana* como paradigma em que se encontrasse sentido com base realista para a reorientação internacional do país.

No que concerne às relações bilaterais com os Estados Unidos, a *americanização republicana* pode ser vista em manifestação concreta pelo menos em três momentos exemplares. No plano econômico, o Tratado de Comércio de 1891; na esfera política, a intervenção estadunidense durante a Revolta da Armada, em 1893; e o apoio informal, mas firme, do Brasil aos Estados Unidos na guerra hispano-americana, em 1898. Essas ações sofreram severas críticas internas, sempre inspiradas nos princípios do *europeísmo conservador*, ainda fortemente associado no contexto às posições monarquistas.

Todavia, em que pese a reorientação indelével que inspirou a inserção internacional do país, a *americanização republicana* encontrava-se, ao final do primeiro período, enfraquecida como paradigma ideológico e como prática política. De fato, as dificuldades permanentes no Prata, a remanescente dependência financeira e comercial da Europa (notadamente de Londres), e os extraordinários desafios postos pela Questão Acriana (com a presença do Bolivian Syndicate) constituíam um complexo de ações e de reações políticas muito dificilmente racionalizável nos limites de um paradigma ideológico fundado no princípio vago de harmonia continental e de alinhamento à política de Washington, cuja repercussão

hemisférica não era mais do que um componente, embora central, de uma expansão de dimensão global e de caráter ostensivamente imperialista.

Contudo, não constitui paradoxo que igualmente se encontrasse enfraquecido o paradigma concorrente, representado pelos princípios do *europeísmo conservador*. De fato, exatamente a posição de poder internacional consolidada dos Estados Unidos, sob a aceitação tácita de Londres no que respeita ao sistema de poder de sua ex-colônia, e a crescente dominância do mercado norte-americano no consumo do café (principal produto de exportação do Brasil), aliadas à estabilização interna do poder civil na República, pareciam tornar, senão completamente anacrônicos, pelo menos debilitados em sua potencialidade ideológica alguns elementos do paradigma referenciado em *A ilusão americana*, obra referencial de Eduardo Prado (1980), publicada em 1893.

No processo de enfrentamento político e de debilitação progressiva, conforme vimos discutindo, emergiu um paradigma novo, que se corporificou, de maneira geral, na política e nas posições de Rio Branco.

Nessa direção, vale sumariar os princípios essenciais dos dois referidos paradigmas concorrentes, para ressaltar o contraste entre ambos e, em seguida, verificar os pontos gerais de superação, conservação e renovação postos no paradigma emergente.

Assim, a *americanização republicana* sustenta, basicamente que:

a) o continente americano constitui uma unidade histórica baseada no passado colonial comum e na emancipação revolucionária, sob a égide das instituições republicanas, tendo nos Estados Unidos o modelo e o exemplo fundamental;
b) o passado monárquico brasileiro constitui, nesse quadro, uma exceção negativa que provocou o isolamento e a hostilidade do país no contexto continental e a aproximação subordinada da Europa, preservando antigos laços de natureza colonial e expondo a soberania nacional aos riscos da expansão neocolonial do contexto;
c) a política brasileira republicana deveria romper radicalmente com este passado, buscando afastar-se da antiga influência colonizadora tipicamente europeia, aproximar-se em todos os planos do exemplo norte-americano, inserindo-se na construção efetiva da harmonia republicana continental.

Por seu turno, defende, essencialmente, o *europeísmo conservador* que:

a) a reunião de países no continente americano não é mais do que uma fatalidade geográfica, havendo diferenças irreconciliáveis e rivalidades históricas inafastáveis entre estes, as quais remontam aos próprios diferentes processos de ocupação europeia, não havendo sentido em se falar de instituições comuns ou em exemplos institucionais para o continente como um todo;
b) o passado monárquico brasileiro constitui a evolução própria e natural do país, representando uma exceção positiva frente à desordem, à barbárie e à instabilidade das Repúblicas hispânicas;
c) a República no Brasil é um equívoco histórico que subverte as tradições naturais do país, introduzindo-o no universo do militarismo dos países hispânicos, o que produz, no plano internacional, o indesejável rompimento com a coerência da política bragantina-imperial, a qual manteve positivamente os laços civilizadores com a Europa, preservando a paz interna, o prestígio externo e a integridade territorial soberana do país.

O arriscado esforço de generalização esquematizadora tem aqui o objetivo de ressaltar o contraste do antagonismo radical de ambos os paradigmas. Não deve, assim, conduzir a uma interpretação simplificadora e artificiosa de que estes se apresentam "puros" na complexa arena pública em que se decidiam os rumos da política externa, dividindo facções de interesses bem determinadas; muito menos de que deste antagonismo haja resultado uma pretensa síntese superadora consubstanciada no paradigma emergente. Muito diferentemente, o que se afirma é que os princípios essenciais, anteriormente postos, dessas formas de representação tenderam, no seu confronto político-discursivo, a informar a reorientação da inserção internacional brasileira no período em pauta. Ao mesmo tempo, esse confronto, que se verifica nos planos das ações políticas e de sua racionalização ideológica, criou condições para a emergência de um paradigma inédito que combina, por variados modos, elementos dos paradigmas contendores e que tende a adquirir dominância à medida que aqueles – sem desaparecer do jogo político – têm o potencial ideológico debilitado.

Nessa perspectiva deve ser visto o segundo período do contexto aqui considerado, centrado na figura de Rio Branco e na condução amplamente autônoma que ele imprimiu ao Ministério das Relações

Exteriores ao longo dos quatro governos da fase áurea da Primeira República.

Não cabe aqui qualquer revisão mais detida da extensa bibliografia acerca das ações políticas inspiradas e conduzidas pelo chanceler brasileiro (ABRANCHES, 1945; LINS, 1965; BURNS, 1966; BUENO & CERVO, 1992, pp. 162-182; PEIXOTO, 2011; CONDURU, 1998; DORATIOTO, 2000; RICUPERO, 2000). Importa, todavia, fixar as linhas gerais das formas de representação produzidas por Rio Branco e por outros atores acerca do vasto e complexo conjunto de ações políticas, já que tais formas constituem princípios essenciais do paradigma emergente da americanização. O fato mesmo de serem expressos por Rio Branco constitui atestado inequívoco de sua posição de dominância política.

Nesse sentido, o novo paradigma apresenta, de modo geral, uma despartidarização das formas de definição do interesse nacional, colocando este acima da disputa política interna, ainda acesa na fase anterior, entre Monarquia e Repúblilca, à qual eram estreitamente vinculados os paradigmas concorrentes naquela fase. De resto, a própria posição monarquista do barão desvincula notavelmente a aproximação Brasil-Estados Unidos do projeto especificamente republicano.

A par desse dado essencial, o paradigma emergente da americanização propôs uma nova forma de racionalização frente ao interesse nacional e à construção simbólica da unidade da nação, da aludida aproximação de Washington e das relações gerais com a Europa e com as Repúblicas hispânicas, particularmente no contexto sul-americano. Racionalizou, ainda nessa direção, de forma inédita no contexto, a construção do sistema continental sob o signo do pan-americanismo e da Doutrina Monroe, além de enxergar sob nova ótica a articulação entre a política externa contemporânea e as tradições da política imperial.

No que toca ao ponto central representado pela aproximação Brasil-Estados Unidos, importa destacar que Rio Branco reconhecia neste país o *centro* de um *subsistema internacional* de poder.

> A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar e que necessariamente há de ter a sua parte de influência na política internacional do mundo inteiro (Apud BUENO; CERVO, 1992, p. 168).

Note-se que a América era concebida unitariamente como um sistema real ou potencial de Estados sob o influxo de uma fonte

emergente de poder internacional. Não se trata mais, aqui, da unidade histórico-institucional republicana – da qual se pode dizer mítica ou ideal; tampouco, da mera casualidade geográfica, segundo o *europeísmo conservador*. O realismo do novo paradima, pode-se dizer, conserva a noção fundamental de unidade hemisférica sob a égide de Washington, ao renová-la e despartidarizá-la internamente.

Nesse sentido, Rio Branco "constatava que a América Latina estava na área de influência norte-americana". E, assim, "ao Brasil não havia alternativa afora da íntima aproximação com os Estados Unidos", pois, "sendo país rodeado por vizinhos eivados de prevenções, e descartada [...] a possibilidade de aproximação maior com alguma potência europeia, a amizade norte-americana não só assumia um caráter defensivo--preventivo, como permitia jogar o peso da influência dos Estados Unidos a favor do Brasil" (BUENO; CERVO, 1992, p. 168).

Veja-se que no sistema americano, derivado essencialmente de um exercício de poder internacional, posto como natural, o novo paradigma da americanização reintroduzia as diferenças e as rivalidades, igualmente inevitáveis, nas quais insistia o *europeísmo conservador* no seu confronto com a ideia de harmonia continental republicana. Contudo, o paradigma emergente, exatamente em função de tais princípios realistas, imprimia um poderoso sentido para a aproximação (assumidamente assimétrica no que tange ao exercício de poder) entre o Brasil e os Estados Unidos, a qual aparece como, primeiramente, *inevitável* e, nos limites de uma ação política convenientemente conduzida, favorável ao *interesse nacional* brasileiro, notadamente no que tocava à disputa sul-americana pela supremacia, na qual o país assumia tradicionalmente um papel central. Novamente, aqui, é possível ver uma forma inédita de um princípio do *europeísmo conservador* no que se refere à ideia de continuidade essencial entre a política externa contemporânea a ele e aquela praticada, no passado, pelo Império.

Assim, no plano da racionalização, de notável potencial ideológico, a aproximação de Washington aparecia como politicamente igualitária, não obstante materialmente assimétrica, e não mais fundada na romântica solidariedade republicana, mas na comunhão potencial e realista de interesses nacionais soberanos.

Posta, portanto, a posição brasileira em um virtual sistema interamericano sob a liderança inevitável de Washington, era forçoso pronunciar-se positivamente sobre a Doutrina Monroe, base ideológica para a efetivação política de tal sistema. Tratava-se de reconhecer o caráter benéfico para o continente em geral da doutrina, pronunciada, a princípio, unilateralmente, como instrumento de defesa contra reais e potenciais

agressões europeias. Todavia, para cumprir tal função defensiva, deveria a doutrina despir-se de sua unilateralidade original, associada exclusivamente à segurança nacional, ou à projeção internacional, dos Estados Unidos, para tornar efetivo o seu espírito americano continental.

Quanto ao poder de polícia que o chamado Corolário Roosevelt acrescentava à doutrina, considerava-o Rio Branco aceitável e natural, uma vez que aplicado somente aos países latinos "desorganizados" e "insolventes", aos quais expressamente visava a intervenção saneadora de Washington. Nesse sentido, teria declarado o barão a um jornal argentino:

> Se aqueles países não sabem como governar a si próprios, se eles não possuem aqueles elementos necesários para evitar revoluções contínuas e guerras civis [...], eles não têm um direito de existir e devem ceder o seu lugar para uma nação mais forte, melhor organizada, mais progressiva e mais viril (Apud BURNS, 1966, p. 152).

Note-se que a racionalização em pauta praticamente reproduzia a argumentação essencial de Roosevelt na sustentação do famigerado corolário. Entretanto, o que é fundamental, não incluía, como objetos potenciais da ação interventora, os países "organizados e progressistas" da América, entre os quais, obviamente, estavam a Argentina, o Brasil e o Chile, protagonistas da cena sul-americana e do projetado Pacto ABC (CONDURU, 1998).

Assim, o espírito cooperativo em relação às Repúblicas hispânicas, advogado ardorosamente pela *americanização republicana,* conserva-se ganhando novo sentido, do qual não está ausente a consciência das diferenças, das rivalidades e das disputas, tão acentuadas pelo *europeísmo conservador* e frente às quais o Brasil deveria soberanamente ocupar seu espaço de poder sub-regional. Obviamente tal cooperação excluía qualquer forma de oposição sistemática a Washington, devendo de todo modo situar-se nos quadros mais amplos do pan-americanismo, no qual estaria o Brasil sempre jogando com o peso de sua aproximação, tida como preferencial, do polo dominante.

Finalmente, quanto à posição da Europa frente à América e aos interesses do país no Velho Mundo, é suficiente que se recorde os célebres pronunciamentos de Rio Branco por ocasião da III Conferência Pan--Americana, em 1906, no Rio de Janeiro, nos quais o chanceler referiu-se "expressamente à contribuição da Europa na formação da América e aos laços morais e interesses econômicos que ligavam os dois continentes" (BANDEIRA, 1978, p. 13).

Tem-se aí, uma vez mais, um princípio do *europeísmo conservador* atualizado e com novo sentido, uma vez inserido na concepção mais ampla do paradigma da americanização emergente e destituído de sua anterior coloração monárquica, dando novo vigor – pode-se dizer realista, no contexto – à noção de laço civilizatório tradicional da América com o Velho Mundo.

O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo: ideologia americanista emergente

Passaremos, neste ponto, a examinar um texto que parece fundamental como expressão discursiva dos princípios do que vimos denominando paradigma emergente da americanização, publicado em um contexto marcado pelo recrudescimento das disputas políticas internas acerca da aproximação dos Estados Unidos e de seus significados mais amplos para a inserção internacional do Brasil. Trata-se do célebre *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo* (BRASIL, 1948)[2], publicado por Rio Branco em 12 de maio de 1906 no *Jornal do Commercio,* sob o pseudônimo J. Penn, e reproduzido posteriormente em outros órgãos da imprensa.

O texto em exame seria publicado no tomo VIII das obras de Rio Branco, relativo a temas históricos, e foi amplamente referenciado na historiografia, muitas vezes como recurso à autoridade, para sustentar aquilo que Renato Amado Peixoto qualifica de "o *topos* da continuidade da aproximação com os Estados Unidos" (2011, p. 51), constituindo, por exemplo, a peça chave para a construção do capítulo relativo às relações interamericanas na referida biografia, de muitos modos fundante, de Álvaro Lins.

Renato Amado Peixoto lembra bem o contexto histórico imediato da publicação do texto como forma importante de uma possível interpretação de seu sentido geral. Certamente não por acaso a publicação ocorreu ainda sob o calor do rumoroso, e de muitos modos emblemático, Caso *Panther* e pouco antes da realização da III Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro, já estando anunciada a presença inédita na capital federal do secretário de Estado norte-americano Elihu Root (PEIXOTO, 2011, pp. 50-52), bem como a do embaixador Joaquim Nabuco, que de resto retornava ao país recebido com pompas de herói nacional. Oliveira Lima (LIMA, 1980; ALMEIDA, 2009) bem representa o teor das críticas severas que então se publicavam contra a aproximação dos Estados Unidos, de

[2] As referências a este texto serão indicadas pelo número da página. A ortografia foi atualizada nas citações.

forma mais pontual, e, sem dúvida, contra a política americanista, de modo mais amplo. Embora concordemos com Renato Amado Peixoto quanto à evidente relevância de tal contexto imediato para a produção do texto em apreço, pretendemos interpretá-lo a partir exatamente da forma como ele o transcende, ao ser revisitado na historiografia e, eventualmente, no discurso oficial posterior.

Pretendemos, basicamente, sustentar que tal transcendência relativamente ao contexto imediato, sendo obviamente parte integrante deste, revela o caráter paradigmático, nos termos anteriormente discutidos, dos princípios que, explícita ou implicitamente, sustentam um sentido fundamental da construção discursiva.

O caráter polêmico da publicação é explicitado por Rio Branco no parágrafo inicial, em que se lê:

> As manifestações de recíproco apreço e amizade entre os governos do Rio de Janeiro e Washington têm sido nestes últimos anos censuradas, às vezes com bastante injustiça e paixão, por alguns raros publicistas brasileiros que se supõem intérpretes e propagadores do pensamento político dos estadistas do Império (BRASIL, 1948, p. 131).

Promete-se, assim, um ajuste de contas com os críticos, postos em figura genérica, não só do momento, mas também dos "últimos anos", e se lhes imputa dois caracteres negativos essenciais: a injustiça, oriunda da paixão nos juízos, e a falsidade, ao pronunciarem-se como intérpretes de uma tradição. O autor anuncia, assim, os seus fundamentos na polêmica, a saber, a racionalidade contra a injustiça decorrente da paixão e o sentido verdadeiro do apelo à tradição imperial. Poderíamos já entrever aqui a postura ideológica paradigmática contra a aproximação dos Estados Unidos, vista como ruptura, característica do que denominamos americanização republicana, bem como igualmente contrária à concepção de uma tradição imperial antiamericanista, típica do europeísmo conservador. Para os termos em que se punha o debate, queremos insistir, o texto inaugura, já na sua introdução, uma inovação fundamental e, talvez, surpreendente no contexto. É anunciada, igualmente nos primeiros parágrafos, a existência de "documentos que vamos agora reproduzir ou extratar", como fundamento do teor historiográfico do texto, garantia da racionalidade e da verdade que sustentam seu lugar de produção reinvindicado.

É precisamente por meio dessa operação historiográfica que se constitui, no presente contextual, o caráter tradicional da aproximação

Brasil-Estados Unidos. Reproduzindo inicialmente um trecho do "Manifesto do príncipe regente do Brasil aos governos e nações amigas", redigido, segundo afirma, por José Bonifácio de Andrada e Silva, com data de 6 de agosto de 1822, o autor afirma: "Seis dias depois [...] o príncipe regente dom Pedro assinava o decreto de nomeação de um encarregado de negócios do Reino do Brasil nos Estados Unidos da América, e no dia seguinte partia para São Paulo, onde em 7 de setembro proclamava a Independência do Brasil" (BRASIL, 1948, p. 132). E segue citando a íntegra do referido decreto, com a designação de Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva para o cargo.

O discurso fundava, assim, uma tradição de relações com os Estados Unidos que antecede à Independência, para deitar raízes na continuidade bragantina – sem relação nenhuma com republicanismo, portanto – com a chancela do patriarca nacional José Bonifácio. Impressiona, de fato, o modo como as relações diplomáticas com os Estados Unidos aparecem inauguradas/estreitadas em relação direta no discurso com personagens míticas basilares da nacionalidade, o príncipe imperador, o patriarca, bem como a efeméride fundante do 7 de setembro. Concluiu o autor nesse quadro: "Essa foi a primeira nomeação diplomática assinada pelo príncipe regente dom Pedro, a conselho de José Bonifácio" (BRASIL, 1948, p. 133).

Realizada a Independência, na lógica temporal linear da narrativa que embasa o texto, trata o autor de posicionar ou reposicionar, nos termos da polêmica que enfrentava e propunha, os Estados Unidos no cenário do reconhecimento internacional do Império, tema chave obrigatório para a história diplomática tradicional. Novamente expondo e citando sua base documental relativa à nomeação e à recepção, nos Estados Unidos, de José Silvestre Rebelo como encarregado de negócios do Brasil a partir de janeiro de 1824 – sendo rigoroso ao apontar, contra sua tese essencial, que Luiz Moutinho, primeiro nomeado, sequer viajara aos Estados Unidos –, o autor (re)constitui no texto a primazia, de relevância diplomática quase mitológica, dos Estados Unidos no processo de reconhecimento do Império brasileiro. Conclui o autor, após as devidas análise e reprodução documental: "O governo dos Estados Unidos da América foi o primeiro governo que reconheceu a Independência e o Império do Brasil, o único que assim procedeu antes que Portugal o fizesse pelo tratado concluído no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1824" (BRASIL, 1948, p. 135). Não sem antes disparar certeiramente contra a obra referencial de um adversário fundamental na polêmica, seu velho amigo Eduardo Prado: "mal informado andava, portanto, o ilustre autor do conhecido livro *A ilusão americana*". A "verdade histórica" emergia no texto para desconstituir,

como prometera o autor, as posições marcadas pela paixão e, portanto, pela injustiça, mais que pelo simples equívoco.

Fixados assim na narrativa os termos iniciais da reciprocidade tradicional na aproximação Brasil-Estados Unidos – primeiro representante diplomático, por um lado; primeiro reconhecimento, por outro –, trata o autor de inserir a famigerada Doutrina Monroe na tradição que assim constitui. Retoricamente, indaga nesse sentido: "Qual o governo, neste nosso continente, que primeiro aceitou a chamada doutrina de Monroe?" A construção retórica completa-se, talvez com espanto intelectual para os termos do debate público do contexto: "Pode-se responder sem hesitação: o governo imperial do Brasil" (BRASIL, 1948, p. 136).

O autor principiava a embasar historiograficamente sua posição nas instruções de 31 de janeiro de 1824 do ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, Carvalho e Melo, para o encarregado de negócios do Brasil nos Estados Unidos. Faz-se salientar, sempre na lógica temporal que subjaz à narrativa para reivindicar assim a verdade dos fatos, que as instruções referidas datam de exatos 59 dias após a leitura da famosa mensagem presidencial de James Monroe.

Nos recortes historiográficos com que procedia, o autor destacava e extraía do documento passagens nas quais se explicitavam o conhecimento e o apoio do Império aos termos gerais da mensagem que se tornaria "doutrina" somente no futuro, todavia pressupostos na racionalização. Significativamente, as citações documentais são concluídas no 15º parágrafo do texto evidência, o qual expressa o pragmatismo baseado na reciprocidade de interesses realistas na adesão à doutrina, defendida pelos princípios do que vimos chamando de paradigma ideológico emergente. Instruiu Carvalho e Melo: "*Sondará a disposição desse governo para uma liga ofensiva e defensiva com este Império, como parte do continente Americano*, contanto que semelhante liga não tenha por base concessões algumas de parte a parte, mas que se deduza tão somente do princípio geral da conveniência mútua proveniente da mesma liga" (grifo do autor) (BRASIL, 1948, p. 137). Pôde concluir, então, o autor que:

> O Brasil, desde os primeiros dias da revolução que o separou da mãe pátria, pôs particular empenho em se aproximar politicamente dos Estados Unidos da América, aderiu logo à Doutrina de Monroe e procurou até concluir, sobre a base dessa doutrina, uma aliança ofensiva e defensiva com a "Grande Nação do Norte", como lhe chamavam já então os próceres da Independência brasileira (BRASIL, 1948, pp. 137-138).

A narrativa seguia dando conta da continuidade da política imperial de aproximação dos Estados Unidos, inclusive das tentativas de concretização da mencionada aliança e, significativamente para a disputa ideológica travada pelo autor, "começando a desejar desde 1824 e a achar conveniente e importante que eles dessem caráter mais elevado à sua mútua representação diplomática" (BRASIL, 1948, p. 138). A embaixada inaugurada com Joaquim Nabuco ganhava, assim, uma perspectiva de efetivação de um interesse tradicional do Rio de Janeiro, evidenciado sempre com novas instruções de Carvalho e Melo de 1824 e de 1825.

Parece bastante significativo como construção ideológica o modo como Rio Branco tratou de narrar a entabulação e o desfecho das tratativas em torno da suposta Aliança Monroísta. Após citar longamente novas instruções ministeriais, bem como os textos encaminhados por José Silvestre Rebelo diretamente à Secretaria de Estado norte-americana no período aludido, que mencionam a proposta de dois pactos de natureza estratégico-militar contra possíveis tentativas de recolonização por parte de Portugal com possível apoio das potências da Santa Aliança, a construção textual se concluiu com igualmente longa reprodução da resposta apresentada pelo novo secretário de Estado, Henry Clay, datada de 16 de abril de 1825, já sob a presidência de John Quincy Adams.

A nota reafirmou os compromissos do novo presidente com os termos da mensagem de seu antecessor, mas alegou não encontrar motivos concretos nem na política portuguesa nem nos termos originais da famigerada mensagem para embasar qualquer dos dois pactos propostos, de natureza essencialmente político-militar. Nessa direção, o autor destacou a reprodução do seguinte trecho:

> Lamentando que estas considerações de ordem política [...] não permitam entrar agora na negociação dos dois pactos agora (sic) sugeridos, tenho, entretanto, grande satisfação em concordar convosco na conveniência de unirmos permanentemente nossas duas nações pelos laços da amizade, da paz e do comércio. Com este intuito, estou autorizado para dizer-vos que os Estados Unidos estão dispostos a concluir com o Brasil um Tratado de Paz, Amizade, Navegação e Comércio" (BRASIL, 1948, pp. 143-144)

Informou o autor: "O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre os dois países foi assinado nesta cidade do Rio de Janeiro aos 12 de dezembro de 1828" (BRASIL, 1948, p. 144). Apareceu assim, na voz do representante dos Estados Unidos, a construção de um sentido tradicional do Monroísmo para ambos os países em sua relação bilateral. Sobreposta

a questão estratégica da segurança para a preservação da soberania, então recém-conquistada – a qual permaneceu como possibilidade circunstancial concreta aberta para o futuro –, restava o pragmatismo dos interesses comerciais como base realista da aliança bilateral com repercussões hemisféricas, dadas as posições de poder brasileira e estadunidense. É desnecessário sublinhar a potência ideológica de tal construção às vésperas da III Conferência Interamericana, no Rio de Janeiro, e diante dos propósitos gerais anunciados do interamericanismo.

Esgrimindo outra operação historiográfica típica, o texto valeu-se da autoridade de Pereira Pinto, em obra de 1865 (BRASIL, 1948, p. 136), para estabelecer a noção de continuidade sólida do estreitamento de relações do Império com os Estados Unidos. Inseriu-se harmoniosamente na narrativa a citação direta daquele autor, afirmando, já na segunda metade do século XIX: "Cimentadas assim as relações de boa aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, *têm elas continuado sempre no pé de perfeita cordialidade*, não a alterando de forma alguma diversos ligeiros incidentes ou conflitos ocorridos em diferentes épocas" (grifo do autor) (BRASIL, 1948, p. 145). O autor retomou imediatamente voz própria para alinhar o que ele próprio considerava "ligeiros incidentes e conflitos", o que qualquer leitor imbuído da lógica da argumentação assim construída colocaria na conta do caráter não automático, ou de alinhamento incondicional, da aliança em pauta, todos aparecendo notavelmente bem resolvidos, sempre que necessário com "pronta e honrosa satisfação" (BRASIL, 1948, p. 145) por parte de Washington.

A autoridade histórico-testemunhal de Pereira Pinto foi ainda invocada para que o autor, historiador e diplomata incorporasse a seu próprio o texto as citações do outro, retiradas por sua vez de texto publicado na imprensa da época, no sentido de "mostrar qual era e sempre foi entre nós o pensamento dominante no tempo do Império" (BRASIL, 1948, p. 145). Tratou-se de construção poderosa como argumentação na luta ideológica que vimos referindo, na qual o americanismo deixava de ser apenas uma prática diplomática imperial para colocar-se na sociedade, sob a forma de pensamento dominante de uma época, ao menos das elites letradas.

Assim, apareceu qualificada, em circulação na imprensa, especificamente no *Correio Mercantil* de 7 de abril de 1865, a voz de Pereira Pinto, sempe incorporada à do autor da narrativa, afirmando que "não se poderá sustentar qualquer conveniência que nos faça afastar dos Estados Unidos" (BRASIL, 1948, p. 145). Seguiu-se a reafirmação do caráter pragmático-realista da aliança, para novamente compor a tradição como

forma de racionalização do presente: "Os nossos interesses na América são homogêneos, eles consomem em primeira escala o nosso mais importante produto, eles por consequência devem ser o nosso aliado natural, e efetivamente têm procurado com afinco essas relações" (BRASIL, 1948, pp. 145-146).

A voz de Pereira Pinto foi ainda incorporada à racionalização historiográfica para nela dar forma a uma linha de argumentação central na disputa ideológica em questão. Tratavam-se das associações paradigmáticas entre republicanismo e americanismo e do seu oposto, monarquismo e europeísmo. De forma muito significativa, Pereira Pinto apareceu, afirmando, ainda em texto que teria tido repercussão social ampla, na imprensa: "Porvenura a nossa forma de governo se oporá a essa intimidade? Cremos que não". Complementou: "As instituições do Império são também democráticas e o elemento monárquico que nelas foi encarnado dá realce e fortifica o sistema que rege o Brasil" (BRASIL, 1948, p. 146). Quanto a esse ponto essencial, como se disse anteriormente, para o efeito de despartidarização do paradigma americanista emergente, o autor invocou ainda a autoridade de Tavares Bastos, citando a afirmação deste em carta datada de 30 de março de 1862: "Eu também sou monarquista e julgo esse governo tão necessário ao Brasil como a República é perfeitamente adequada à constituição social, às ideias e às tradições da América do Norte." (BRASIL, 1948) O argumento assim posto era, de fato, recorrente em diversos autores, notadamente da geração da virada de século, e compunha notavelmente o potencial ideológico paradigmático da racionalização em exame.

A autoridade de Tavares Bastos foi ainda invocada para o tratamento de outro tema central na polêmica ideológica e fundamental do processo de americanização das relações internacionais do Brasil. Tratava-se de pensar as relações com a Europa a partir de uma inserção positiva no sistema interamericano, com base na relação privilegiada com os Estados Unidos. Vale a pena reproduzir, nesse sentido, a citação incorporação da voz de Tavares Bastos na referida manifestação epistolar:

> Sou um entusiasta frenético da Inglaterra, mas só compreendo bem a grandeza desse povo quando contemplo a República que ele fundou na América do Norte. Não basta que estudemos a Inglaterra; é preciso conhecer os Estados Unidos. É deste último país justamente que nos pode vir mais experiência prática a bem de nossa agricultura, das nossas circunstâncias econômicas [...)]. A meu ver, o Brasil caminha para a sua regeneração moral e econômica quanto mais se aproxima da Inglaterra, da Alemanha, dos Estados Unidos.

> No meu cosmopolitismo, pois, entra uma grande parte de interese real pelo país, o verdadeiro patriotismo que eu conheço. Queremos chegar à Europa? Aproximemo-nos dos Estados Unidos. É o caminho mais perto essa linha curva [...] (BRASIL, 1948, pp. 146-147).

Dificilmente o autor poderia selecionar racionalização mais eloquente para emprestar caráter tradicional, fundado em autoridade, a fim de exprimir seu próprio posicionamento na luta ideológica que travava no presente contextual. O americanismo brasileiro, ao contrário do que sustentava o republicanismo dos primeiros anos, e, em sentido negativo, o europeísmo conservador, não significava, em absoluto, uma ruptura com a Europa, notadamente com os modelos civilizatórios de lá desde sempre emanados, embora pudesse representar segurança contra ingerências eventualmente indevidas. De fato, a atualização, por intermédio da operação historiográfica, de tal linha de argumentação poderia ser perfeitamente o fundamento da célebre manifestação positiva sobre a Europa, manifesta por Rio Branco quando do discurso de abertura da III Conferência Pan-Americana.

Foi assim que o autor pôde enfeixar o discurso da continuidade tradicional das relações Brasil-Estados Unidos e do americanismo na política exterior brasileira, estendendo-o de forma genérica ao Segundo Reinado, com referência ao Estado e à sociedade:

> Respingando nos *Anais do Parlamento brasileiro* e em livros, folhetos e jornais publicados durante os dois reinados da época imperial, poderíamos multiplicar citações como as que acabamos de fazer, comprobativas da perfeita compreensão que, naquele tempo, os estadistas, escritores e, em geral, todos os homens das classes dirigentes no Brasil tinham das vantagens, para nós, de uma cordial inteligência com os Estados Unidos da América (BRASIL, 1948, p. 148).

Para invocar na composição narrativa a figura de muitos modos emblemática do segundo imperador, referiu-se que "os que de perto trataram com o imperador dom Pedro II sabem que a tal respeito ele tinha os mesmos sentimentos inspirados a seu pai por José Bonifácio, Carvalho e Melo, Vilela Barbosa e outros ministros que [...] assentaram ou consolidaram as bases de nossa política exterior". Complementou:

> Desses sentimentos do segundo imperador não foram provas somente a viagem que ele empreendeu aos Estados Unidos da América em 1876, durante

> a qual, ainda a bordo, deu-se o prazer de traduzir o popular hino *Stars and Stripes*, e a pressa e satisfação com que nomeou delegados do Brasil para a I Conferência Pan-Americana de 1889, em Washington" (BRASIL, 1948, p. 148).

O discurso constituinte de tradição e de continuidade pragmática e despartidarizada com a "Grande República do Norte" compôs-se ainda de referência a um escopo posto como não realizável nos limites do artigo (outra operação historiográfica recorrente), qual seja o de "passar em revista as provas de amizade ao Brasil, de interesse pelo seu progresso e prestígio [...] dadas pelos Estados Unidos desde 1824 até hoje" (BRASIL, 1948, p. 148). Não obstante, o autor tratou de enumerar, em sequência, em um mesmo parágrafo, inúmeros "fatos comprobatórios" de tal posição norte-americana, com destaque para a figura de Abraham Lincoln, rejeitando mediação europeia na guerra civil de seu país e afirmando que, se tal fosse necessário, o país indicado e aceito por ambos os contendores seria o Brasil.

A última seção do artigo apresentou como temática central outro aspecto paradigmático da ideologia americanista emergente. Tratou-se, conforme anteriormente discutido, de pensar a relação privilegiada com os Estados Unidos como componente da posição de poder real do Brasil frente à América hispânica, tendo em vista a liderança ou supremacia no subcontinente sul-americano. A base documental aqui utilizada foi a tradução do discurso, segundo divulgação nos jornais da época, pronunciado por Richard Kidder Meade, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos, quando da apresentação de suas credenciais a dom Pedro II, no palácio de São Cristóvão, em 5 de dezembro de 1857. É significativo que o autor tenha dado destaque à seção, não só a tornando um enfeixe do texto, mas também referindo explicitamente que não se privaria "do prazer" (BRASIL, 1948, p. 149) que lhe causava a transcrição do referido discurso.

A transcrição iniciou-se de forma eloquente, sempre considerando os termos da disputa ideológica em que o texto se insere. Teria afirmado o representante dos Estados Unidos a dom Pedro II:

> Acreditamos um ministro junto a esse governo, não tem (sic) o dos Estados Unidos unicamente por fim cumprir um dever de cortesia para com a maior potência do continente sul-americano (*to the greatest Power of the South American Continent*), mas também fazer sentir o seu sincero desejo de concorrer com o governo imperial do Brasil para a manutenção de uma política que una para sempre os dois países [...] de cujos destinos dependem os dos dois

> grandes continentes em que respectivamente se acham. O meu governo está perfeitamente impressionado pelos pontos de semelhança e identidade de interesses que devem tornar indissolúveis os laços entre os dois países e dirigir de conformidade a política e as aspirações de cada um deles (BRASIL, 1948, p. 150).

Note-se a forma como a voz dada ao representante norte-americano, com a transcrição do original em inglês da expressão chave da fala, reforçou textualmente a ideia de reciprocidade no que toca ao pensamento da relação privilegiada como reforço e garantia de respectivas posições de poder regional, em uma resposta, como se disse anteriormente, aos paradigmas ideológicos concorrentes.

Seguiu a voz credenciada dos Estados Unidos a justificar os termos realistas da aliança bilateral: "Uma igual extensão de território, de gigantescas dimensões, afiança às duas nações um futuro de preponderância acima de quaisquer apreensões e dá à sua posição uma importância devida principalmente à consciência da própria força" (BRASIL, 1948, p. 150). Complementou:

> Uma política comum aos dois países, estável e profundamente enraizada no seu solo (política que terá de combater muitas prevenções hostis no exterior), estabelecerá uma aliança entre ambos, e assegurará para defesa mútua, uma unidade de ação e de sentimentos que se tornará invencível no futuro (... *and will ensure, for mutual defense, a unity of action and feeling, that will prove invencible in the future*)" (BRASIL, 1948, p. 150).

Pôde então o autor concluir o seu confessado prazer pessoal de incorporar a manifestação do aliado preferencial ao seu próprio pensamento e às ações concretas da chancelaria brasileira no seu tempo presente, às vésperas de uma Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro, afirmando ele próprio: "Esses sentimentos, manifestados então e em muitas outras ocasiões, são os de que ainda hoje estão animados os dois governos [...], como o demonstram fatos recentes, que estão no domínio público e que seria ocioso recordar" (BRASIL, 1948, p. 150).

Vale a pena verificar como o artigo encaminhou-se para o final com a lembrança/advertência do autor, que expressou e constituiu uma concepção ideológica paradigmática da política externa brasileira no contexto e com projeção futura, segundo a qual "Washington foi sempre o principal centro de intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou

adversários de ocasião" (BRASIL, 1948, p. 151). Seguiu apresentando novamente, de forma sumária, alguns "fatos comprobatórios" da ideia, de 1824 até o presente contextual, não deixando de lado as emblemáticas questões lindeiras, de 1903 e de 1904, com a Bolívia e o Peru.

A seção e o texto encerraram-se com uma exortação eivada do realismo pelo qual deveria ser conduzida a política americanista brasileira no sistema interamericano, em construção, ou fora dele: "Todas as manobras empreendidas contra este país em Washington, desde 1823 até hoje, encontraram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores" (BRASIL, 1948, p. 151).

Considerações finais

O texto aqui examinado é, pois, uma expressão viva de que a tradição assim constituída – para não usar a expressão provocativa "inventada", de Eric Hobsbawm (HOBSBAWM; RANGER, 1997, pp. 9-23) – em um jogo complexo de noções de continuidade frente a rupturas e fundado no apelo à objetividade histórica atuaria como uma potente base de sentido – no presente contextual e no futuro, nos liames dos discursos historiográfico e diplomático – para a relação assimétrica Brasil-Estados Unidos como eixo da inserção positiva do país no sistema hemisférico, de muitas formas superando os entraves e a debilidade ideológica das concepções concorrentes.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Dunshee de. *Rio Branco e a política exterior do Brasil (1902--1912*). Rio de Janeiro: II-III, 1945. (Obras completas.)

ALMEIDA, Paulo R. de. Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da República. *História Actual Online*, n. 19, 2009.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].

BEMIS, Samuel F. *The United States as a World Power*: A Diplomatic History. New York: Henry Holt and Company, 1955.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Unesp; Brasília: Funag, 1995.

_____. Da *Pax Britannica* à hegemonia norte-americana: o integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). *Estudos Históricos,* n. 20, 1997.

_____; CERVO, Amado L. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

BURNS, Bradford. *The Unwritten alliance Rio Branco and Brazilian-American Relations.* Nova York; Londres: Columbia University Press, 1966.

_____. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. v. 1, t. 3.

CARDOSO, F. H. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, B. (Org.), *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. v. 1, t. 3.

_____; FALETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CONDURU, Guilherme F. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 2, n. 41, 1998.

CONNEL-SMITH, Gordon. *Los Estados Unidos y la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

DE CONDE, Alexander. *A History of American Foreign Policy*. New York: Charles Scribner's, 1971.

DORATIOTO, Francisco F. M. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 2, n. 43, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. v. 2.

FROTA, Luciara. *Brasil Argentina*: divergência e convergência. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.

GOLLWITZER, Heinz. *O Imperialismo europeu*. Lisboa: Verbo, 1969.

HOBSBAWM, E. *A Era dos Impérios* (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LEOPOLD, Richard. *The Growth of American Foreign Policy*: A History. New York: Alfred Knopf, 1967.

LEUCHTENBURG, William E. (Org.). *O século inacabado*: a América desde 1900. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LIMA, Manuel de O. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1980.

LINS, Álvaro. *Rio Branco, biografia pessoal e obra política.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

MAGDOFF, Harry. *Imperialismo*: da Era Colonial ao presente. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MOURA, Cristina P. Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco. *Estudos Históricos*, n. 25, 2000.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

OLIVEIRA, Henrique A. de. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

PEIXOTO, Renato A. Depois aconteça o que acontecer: por uma rediscussão do Caso *Panther* e da política externa de Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 1, 2011.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Ibrasa, 1980.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco*: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobras, 2000.

RODRIGUES, José H. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos*: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc, 2000.

SILVEIRA, Helder G. da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima*: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

El Barón de Río Branco y el Uruguay: el Tratado de rectificación de límites en el río Yaguarón y la Laguna Merín (1909-1910)

Gerardo Caetano

Introducción

La relevancia histórica de la vida y de la obra de José Maria da Silva Paranhos Junior, más conocido como el "Barón de Río Branco", también se entrelaza con el Uruguay y su dimensión internacional. Amigo sincero del Uruguay[1], su recuerdo ha quedado simbolizado en particular con la firma del *"Tratado de Rectificación de Límites"* de octubre de 1909, que puso fin a una vieja controversia de gran sensibilidad para la conciencia internacional del país. Como figura clave de la historia diplomática brasileña, su importancia trasciende fronteras para volverse una personalidad muy decisiva en la construcción de los equilibrios regionales en el Cono Sur sudamericano y en la consolidación de las modalidades de inserción internacional de sus países.

Como país *pequeño* entre dos gigantes, el Uruguay ha definido los perfiles de su proyección internacional en la adhesión persistente a ciertos principios: la adhesión irrestricta al Derecho internacional y a un enfoque multilateral del orden mundial; el despliegue de una *"política de círculos concéntricos"* que afinca en forma prioritaria al país en la región;

[1] Entre múltiples documentos que dan testimonio de ello puede citarse el reporte de Angel L. Dufour, enviado a la cancillería uruguaya el 12 de julio de 1905, en el que se daba cuenta que en una conversación personal, el Barón le había expresado *"una antigua simpatía por el Uruguay"*, a lo que agregaba que *"estaba animado de un espíritu muy favorable a una negociación que solucionara"* la controversia de límites con el Uruguay. AGN, Caja 97, Carpeta 1191. Informe enviado por Angel Dufour al Ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay, José Romeu, fechado en Petrópolis el 12 de julio de 1905.

la defensa de un "regionalismo abierto" como pauta complementaria de una vocación de "bilateralismo múltiple"; la afirmación de una condición de *"Estado frontera"* entre Brasil y Argentina; la promoción de un rol negociador, pacífico y mediador; la búsqueda incesante y pragmática de mercados externos para sus rubros de exportación; entre los más salientes. A comienzos del siglo XX, en momentos en que el Barón de Río Branco jugaba un rol determinante en la definición de todo un enfoque de Estado para la diplomacia brasileña, la sociedad uruguaya controvertía en torno a la interpretación moderna de todos estos principios. Asimismo, procuraba no sin dificultades resolver de la mejor forma los conflictos pendientes de límites con sus gigantescos vecinos.

Como país "pequeño", el tema de las fronteras y de los contenciosos de límites cobraba entonces una relevancia muy especial. Como veremos, no eran tiempos fáciles para el Estado uruguayo y su política exterior en la región. Duramente enfrentado con la Argentina por la llamada "Doctrina Zeballos", que proclamaba la tesis del Uruguay como país de "fronteras secas", las relaciones bilaterales con Brasil adquirían una relevancia estratégica. En ese contexto, desde su gran apertura para negociar con el gobierno uruguayo de la época las controversias a propósito del condominio de las aguas del río Yaguarón y de la Laguna Merim, la figura del Barón adquirió un gran prestigio en la política uruguaya, coadyuvando a resolver uno de los diferendos pendientes más gravosos y sentidos. Las páginas que siguen abordan la negociación y confirmación del referido Tratado, como veremos, una pieza diplomática de contornos singulares.

La geopolítica de la Cuenca del Río de la Plata en la "larga duración"

Como hemos señalado en otros trabajos[2], en términos geográficos pero también históricos, el territorio de la Cuenca del Plata ha presentado un contorno bipolar, en el que se distinguieron dos polos hegemónicos, conformados por los grandes Estados de Argentina y Brasil, y una zona de frontera, integrada por los tres "pequeños" países restantes (Bolivia, Paraguay y Uruguay). La larga competencia argentino-brasileña por el liderazgo en la región configuró sin duda la base dominante del paradigma del conflicto, que prevaleció en la región por lo menos hasta la década de

[2] Entre los más recientes, cfr. Gerardo Caetano, *"El "Uruguay Internacional" y la región: apuntes históricos y desafíos vigentes"*, en (Varios autores), *"Brasil-Uruguai. Os próximos 20 anos. Debates e Textos Acadêmicos"*. Brasília, FUNAG, 2011, pp. 151 a 181.

los ochenta del siglo XX. Por su parte, los restantes "Estados frontera" básicamente pendularon – aunque de manera diversa - entre los dos gigantes, cerrada definitivamente la vía aislacionista luego de la ominosa destrucción del Paraguay "originario" en la Guerra de la Triple Alianza.

Esta dualidad o bipolaridad configuró, y aun configura sin duda, una de las claves para entender los avatares políticos de la región platense a lo largo de su historia. La gran mayoría de los conflictos que se desplegaron en la historia de la región tiene que ver con los significados de esta dualidad, en particular con la dialéctica generada por la puja de liderazgo entre los dos Estados hegemónicos y por las acciones restringidas implementadas por los otros tres Estados fronteras. Estos últimos buscaron en forma reiterada aprovechar la disputa de sus vecinos "gigantes" y afirmar sus intereses y derechos acotados por las visibles asimetrías de la región.

La dilucidación de los contenciosos entre los Estados de la región, en particular en los tiempos del largo predominio de la lógica del conflicto en la región, dependió en buena medida de las formas de interrelación que adquirieron en cada caso los dos polos referidos: la libre navegación de los ríos interiores, confirmada a "sangre y fuego" luego de la Guerra de la Triple Alianza (1865-1870); la progresiva formación de los Estados nacionales en el territorio de la Cuenca del Plata, con la delimitación azarosa de sus respectivos límites territoriales[3]; la resolución del predominio de los ejes transversales o longitudinales, por la primacía de las nacientes (a favor de Portugal primero y de Brasil después) o de la desembocadura (a favor de la Argentina por obvias razones geográficas); el diseño de los llamados "corredores de exportación" y la orientación de los "países interiorizados" (Bolivia y Paraguay) hacia el Atlántico o hacia el Pacífico; entre otros muchos que podrían citarse.

En el caso de Uruguay, debe decirse antes que nada que su condición más significativa a lo largo de toda su historia ha sido precisamente la de ser país frontera. La circunstancia que llevó a su territorio a constituir primero la marca fronteriza entre los dominios portugueses y españoles en la región y luego a perfilarse como "Estado tapón" ("un algodón entre dos cristales", como más de una vez se ha dicho) entre los "dos grandes" sudamericanos, llevó inicialmente al Estado oriental fundado en 1830 a practicar en forma persistente una lógica pendular. Sin embargo, rápidamente, en virtud de su privilegiada ubicación geográfica en la

[3] Sobre este tema, véase muy especialmente Luis Alberto Moniz Bandeira, *Argentina, Brasil y Estados Unidos. De la Triple Alianza al MERCOSUR*. Buenos Aires, Editorial Norma, 2004; y del mismo autor *La formación de los Estados en la Cuenca del Plata. Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay*. Buenos Aires, Editorial Norma, 2006.

desembocadura del Río de la Plata, Uruguay pudo orientarse en varias ocasiones a cumplir un rol central como factor de equilibrio regional. Como bien ha señalado Luis Dallanegra Pedraza:

> El papel de Uruguay se perfila como el de un espacio vital para mantener el "equilibrio" de una integración armónica de la Cuenca del Plata. Para ello, la primera acción debe estar dirigida a lograr una vertebración zonal de su espacio interno, conforme a prioridades establecidas, de acuerdo con sus posibilidades e intereses socio-político-económicos. La planificación de la realidad uruguaya debe tener como base el posibilismo geopolítico de su espacio, buscando la coincidencia con otros procesos exteriores de transformación socio-económica; esto le dará seguridad estratégica al país. Uruguay está obligado a practicar una vocación política internacional dinámica en el ámbito regional y, en lo interno, alcanzar una coherente vertebración territorial con un planificado desarrollo socioeconómico[4].

De ese modo, puede decirse con convicción que el de los uruguayos ha sido históricamente un *"adentro"* muy interpenetrado por el *"afuera"*, en donde las fronteras entre una y otra dimensión a menudo han resultado borrosas. Desde el período de la última Colonia hasta el proceso de la revolución independentista, el territorio uruguayo vivió una fuerte tensión entre los dilemas de la autonomización o la integración respecto de la comarca. El desenlace de la revolución, con la constitución (no querida por Artigas y contraria a su propuesta federal) del Uruguay como Estado independiente, no pudo resolver esa tensión, como vino a confirmarse plenamente en las décadas siguientes. Esa dialéctica, que se podría calificar como constituyente de la aventura colectiva de los uruguayos, ha proyectado y proyecta varios dilemas y discusiones.

La intensidad de esa tensión entre autonomía e integración ya resulta visible en nuestra *"Colonia débil y tardía"*, como la llamara Carlos Real de Azúa. Refiriéndose a este período, Reyes Abadie, Bruschera y Melogno han postulado la síntesis certera de la *"banda pradera, frontera y puerto"*. En más de un sentido, esta triple ecuación fundamental se despliega a lo largo de toda la historia uruguaya. Sin embargo, si hubiera que destacar de esas tres dimensiones una especialmente definitoria, como se ha anotado, habría que priorizar la frontera, en tanto zona de litigio, de indeterminación, de encrucijada comercial y cultural, que alimenta el trasiego y el intercambio cultural y mercantil.

Durante las primeras décadas de la vida independiente, el incipiente Estado Oriental así como sus vecinos, en tanto identidades políticas en

[4] Luis Dallanegra Pedraza, *Situación energética argentina y la Cuenca del Plata*, en Luis Dallanegra Pedraza (Coord. y Comp.), *Los países del Atlántico Sur. Geopolítica de la Cuenca del Plata".* Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, p. 9.

vías de formación, participaron de una historia que básicamente fue común y en muchos aspectos indistinta. Durante ese largo proceso que vincula la Revolución independentista (1810-1828), la *"Guerra Grande"* (1838/39-1851/52) y la *"Guerra del Paraguay"* (1865-1870), el escenario por excelencia no fue otro que la región. Los Estados nacionales y sobre todo las naciones no estaban conformados en el Río de la Plata hacia 1830, año de emergencia del Estado Oriental tras la Convención Preliminar de Paz de 1828. Proliferaban por entonces, como ha sido estudiado largamente, una multiplicidad de identidades que iban desde distintas formas que referían a las nociones de lo provincial (*"oriental"*, *"porteño"*, *"cordobés"*), lo regional *("argentinos"*, entendidos por entonces como rioplatenses) y aún lo continental *("americanos"* o la persistente idea de *"españoles americanos"*). Los grandes conflictos y procesos sociales se dirimían en el territorio de la región. No existían fronteras: ni jurídicas (no las preveía por ejemplo primera la primera Constitución oriental de 1830), ni políticas (los bandos "argentinos" y "orientales", "unitarios" y "federales" y "blancos" y "colorados", se asociaban permanentemente entre sí, así como también con los grupos de la conflictiva zona sur del Imperio del Brasil), ni económicas (el gran negocio de la región era el llamado "comercio de tránsito", con los grandes ríos como hidrovías disponibles y disputadas), ni tampoco sociodemográficas (las incipientes configuraciones sociales y las primeras cadenas inmigratorias se asociaban a poblaciones que se desplegaban y radicaban con muy vagos sentimientos de límites).

Antecedentes comprometidos

Es en ese contexto complejo y cambiante que deben inscribirse los antecedentes del Tratado de Rectificación de Límites de 1909[5]. En 1821, al suscribirse el *"Acta de Incorporación de la Provincia Cisplatina al Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves"*, en la fijación de los límites de la nueva provincia se hacía una mención directa al Tratado de San Ildefonso de 1777, con la reserva consiguiente *"de la última demarcación practicada en el tiempo de los españoles"*[6]. Ello implicaba la posibilidad de reclamos

[5] Con motivo de la conmemoración del centenario de la firma de este Tratado, la cancillería brasileña decidió la publicación de una importante documentación a propósito del tema. Cfr. *Cadernos do CHDD.* Año 8. Segundo semestre del 2009. Río de Janeiro, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, pp. 255 a 315. (*"Navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão"* por el Visconde de Cabo Frio); y *Cadernos do CHDD.* Año 9. Primeiro semestre del 2010. Río de Janeiro, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, pp. 325 a 492 *"Fronteira Brasil – Uruguai: Tratado de limites de 30 de outubro de 1909"*. Los documentos allí recogidos no arrojan novedades y confirman la documentación que ha podido relevarse para este texto en los repositorios documentales del Archivo General de la Nación y del Archivo Diplomático de la cancillería uruguaya.

[6] Jorge Peirano Basso, *"La frontera uruguayo-brasileña"*, en Eduardo Jiménez de Aréchaga (director), "Derecho Internacional Público Tomo III". Montevideo, FCU; Edison González Lapeyre, *"Los límites de la República Oriental del Uruguay"*. Montevideo, Ediciones Jurídicas Amalio M. Fernández.

ulteriores al Brasil por el territorio de las Misiones hasta el río Pepirí Guazú, en términos de reivindicación de la herencia española. En los hechos, esta "reserva" implicaba la continuidad de los debates coloniales entre los principios del *"uti possidetis"* y del *"res nullius"*, con la consiguiente incertidumbre jurídica. Es de hacer notar que en la delimitación de sus límites con sus vecinos sudamericanos, Brasil siempre invocó el primero de estos principios.

En octubre de 1851, a los efectos de establecer una alianza militar y económica con la Corte de Río de Janeiro y así derrotar a sus adversarios "blancos" del Cerrito y sus aliados rosistas de la Confederación Argentina, el gobierno colorado de Montevideo celebró cinco tratados con el Imperio del Brasil. Entre ellos destacaba un Tratado de Límites firmado el 12 de octubre, que significó en los hechos la renuncia de territorio reclamado y que provocó una dura y prolongada controversia interna. En este Tratado se establecía en el artículo 1º la renuncia uruguaya a la "reserva" del Tratado de San Ildefonso, con lo que se perdían bases jurídicas de reclamo territorial. Asimismo, en el artículo 3º se imponía el criterio de la *"costa fluvial seca"*, por lo que el Uruguay perdía todo derecho sobre sus costas frente a la Laguna Merím y al río Yaguarón. Por el artículo 4º, se establecía que la posesión *"exclusiva"* de la navegación de la laguna y del río correspondía al Imperio de Brasil, para asegurar lo cual se le *"cedía"* media legua de las márgenes de los ríos (interiores al territorio uruguayo) Cebollatí y Tacuarí, "pudiendo el Gobierno imperial mandar hacer en esos terrenos todas las obras y fortificaciones que juzgare convenientes"[7].

El excanciller Héctor Gros Espiell ha calificado de *"monstruosamente injusto y humillante"* lo resuelto por este Tratado, el que ha quedado recogido por la historiografía uruguaya como uno de los más lesivos para los intereses nacionales[8]. La oposición desatada ante sus contenidos fue tan dura que en el proceso de ratificación se suprimieron algunas de las concesiones más irritantes, como la cesión de territorio en las desembocaduras de los ríos interiores Cebollatí y Tacuarí. Por su parte, al ratificarse por parte de la Asamblea General el nuevo Tratado modificado el 15 de mayo de 1852, se dejó consignado en forma expresa que el acuerdo se prestaba "con la esperanza de ulteriores modificaciones (…) (en correspondencia) con los verdaderos intereses de la República"[9]. Por todo ello debe concluirse que las negociaciones para rectificar el Tratado de 1851 en realidad nunca se interrumpieron.

---

[7] Ibidem.

[8] Héctor Gros Espiell, *"El tratado uruguayo-brasileño de 1909 y la revisión, por razón de justicia, del Tratado de límites de 1851"*, en *"De diplomacia e historia"*. Montevideo, Ediciones de la Plaza, 1989, p. 222.

[9] Ibidem.

En este último sentido, las gestiones realizadas por la diplomacia uruguaya fueron en verdad persistentes. En 1857 se firmó entre los dos Estados un nuevo Tratado de Comercio y Navegación, que dejaba abierta la posibilidad de modificar el régimen de navegación de la Laguna Merim y del río Yaguarón, aunque el mismo no llegó a ratificarse. En diciembre de 1864, con navíos brasileños ocupando el río Uruguay y sitiando la ciudad de Paysandú, el entonces Presidente Atanasio Aguirre decretó la nulidad de los Tratados de 1851, a los que ordenó quemar en público. Esta acción fue luego desestimada por el Gral. Venancio Flores al firmar el 1º de mayo de 1865, como nuevo Presidente del Uruguay, el Tratado de la Triple Alianza con la Confederación Argentina y el Imperio del Brasil, para enfrentar militarmente al Paraguay. Sin embargo, las gestiones de renegociación del Tratado de Límites prosiguieron aunque con suerte adversa. En esa dirección se sucedieron con los mismos objetivos las misiones diplomáticas de Vázquez Sagastume en 1878, de Carlos María Ramírez en 1887, de Blas Vidal y Manuel Herrero y Espinosa en 1890, de Carlos de Castro en 1895. Todas ellas culminaron sin resultado alguno[10].

La persistencia de estos problemas de límites generaba no pocas consecuencias. En términos estrictamente jurídicos, los derechos esgrimidos por el Imperio y luego por la República de Brasil se fundaban en reconocimientos expresos provenientes de un Tratado que, pese a sus flagrantes injusticias, había sido ratificado por los poderes públicos del Estado uruguayo. Cualquier hipótesis de rectificación sentaba además un precedente inconveniente para los intereses brasileños, en momentos en que su diplomacia procuraba consolidar sus límites extendidos, invocando el principio del "*utis possidetis*", que por otra parte, era el criterio adoptado por los otros Estados sudamericanos[11]. Para el Uruguay, la permanencia de las disposiciones del Tratado constituía un obstáculo objetivo para su consolidación como Estado nacional y soberano. Esta circunstancia se agravaba aun más al tensionarse las relaciones con Argentina, a propósito del debatido tema de la demarcación de límites y el condominio de las aguas de los ríos de la Plata y Uruguay.

Todos los equilibrios triangulares en la estratégica desembocadura platense de algún modo se hallaban en una tensión sistémica, en la que cualquier movimiento en una frontera repercutía en las otras. Ese impasse era el dominante cuando el entonces Presidente brasileño Rodrigues Alves convenció al Barón de Río Branco para que asumiera la máxima

[10] Por una muy completa reconstrucción y análisis de este proceso, cfr. Juan José Amézaga, *"Merim y Yaguarón. Artículos publicados en "El Día" con motivos de la ratificación del Tratado de 1909-1910, entre el Brasil y la Rep. O. del Uruguay".* Montevideo, "El Telégrafo Marítimo". 1910.

[11] Peirano Basso, "*La frontera uruguayo-brasileña*… etc. ob. cit.

conducción de la diplomacia brasileña en 1902. Permanecería una década como canciller de cuatro Presidentes, en un tramo decisivo para la consolidación de las fronteras brasileñas y para la propia construcción de la diplomacia y de la política exterior de ese país. Fue en esa coyuntura que finalmente pudo concretarse el anhelado *"Tratado de Rectificación de Límites en el Río Yaguarón y la Laguna Merín"*[12], decisivo en la historia uruguaya pero también en la construcción de los equilibrios modernos en la Cuenca del Río de la Plata.

Contexto político y relaciones internacionales en el Cono Sur sudamericano a comienzos del 900

De sólida formación académica y con destacada actuación diplomática, el Barón de Río Branco llegaba a la jefatura de la cancillería brasileña con el prestigio de su gestión decisiva en la resolución de los diferendos con Argentina (en ocasión del litigio conocido como la *"Cuestión de Palmas"*) y con Francia (a propósito de una nueva frontera con la Guyana Francesa). En ambas instancias, su gestión permitió arbitrajes favorables para Brasil (del Presidente estadounidense Grover Cleveland en el primer caso y del gobierno suizo en el segundo), asegurándose el Estado brasileño el territorio de buena parte de los estados de Santa Catarina y Paraná y del de Amapá respectivamente. Estos antecedentes reforzaban su objetivo de consolidar en forma negociada y pacífica las fronteras extendidas de Brasil en el continente sudamericano. Asimismo, su probada capacidad estratégica y su gran prestigio popular lo hacían especialmente apto para liderar un relanzamiento de la política exterior brasileña.

Sin embargo, como es sabido, el contexto regional en el que se daba su asunción como canciller era extremadamente complicado. Una todavía muy poderosa y hegemónica Argentina buscaba consolidar su liderazgo regional tratando de prevalecer en su disputa con Brasil. En ese contexto, se producía un empeoramiento de las relaciones entre Argentina y Uruguay, con uno de sus puntos más sensibles en el renovado litigio por la jurisdicción de las aguas del Río de la Plata. Uno de los principales protagonistas de esa disputa, Estanislao Zeballos, había estado enfrentado de manera directa y personal con el Barón en ocasión del diferendo de límites argentino-brasileño. Aun antes de ser canciller argentino por tercera vez durante el gobierno del Presidente Figueroa Alcorta en 1907, Zeballos

[12] *"Tratado de Rectificación de Límites en el Río Yaguarón y la Laguna Merín celebrado entre la República Oriental del Uruguay y los Estados Unidos del Brasil. 1909"*. Montevideo, Barreiro y Ramos, 1910.

ya había fundado su "doctrina" respecto a la plena jurisdicción argentina sobre las aguas del Río de la Plata. Fundaba esta agresiva posición en su interpretación sobre las formas de reconocimiento de la independencia oriental por la Convención Preliminar de Paz de 1828, la que a su juicio no otorgaba al nuevo Estado ninguna soberanía sobre el río compartido.

Esta tesis del Uruguay como *"país de fronteras secas"* no sólo configuraba una pieza de la conflictiva relación bilateral argentino--uruguaya. Constituía un movimiento de mayores proporciones y formaba parte también del escenario de disputas argentino-brasileño. Zeballos no sólo mantenía una disputa personal con el Barón sino que también recelaba muy fuertemente de los objetivos generales de la política exterior de Brasil, al que acusaba de pronorteamericano y de animar intereses expansionistas. El agravamiento de la confrontación con Uruguay formaba parte de ese escenario central de la disputa por la hegemonía regional entre Argentina y Brasil.

En ese sentido y a propósito de la visión del entonces canciller brasileño sobre temas centrales de la política exterior brasileña, el periódico argentino *"La Nación"* publicó el 26 de julio de 1906 un extenso reportaje al Barón de Río Branco. En el mismo, este calificaba de "invenciones de los diarios" las versiones que sindicaban a Brasil como "comisionado por los Estados Unidos para vigilar y hacer efectiva la doctrina de Monroe en Sud América", aunque no vacilaba en aceptar que "es indudable que nuestro país ha buscado un acercamiento con los Estados Unidos, muy significativo para el resto de las repúblicas sudamericanas". En un sentido similar, negó "el peligro de la expansión norteamericana", aunque interrogado en forma específica sobre los acontecimientos vividos por las repúblicas centroamericanas, señaló en forma tajante: "… los países que no saben gobernarse, que no tienen elementos suficientes para evitar las continuas revoluciones y guerras civiles (…) no tienen razón de existir y deben ceder su lugar a otra nación más fuerte, mejor organizada, más progresista, más viril". Finalmente, advirtió de la llegada de "una nueva política", ante lo que proponía la concreción de "un acuerdo entre la Argentina, Chile y el Brasil": "Nombro estas tres naciones porque son las más fuertes y progresistas, y por no ser posible celebrar acuerdos con 21 repúblicas. Las tres citadas ejercerían influencia sobre las demás, evitando las guerras tan frecuentes en algunos países"[13].

En ese marco, el diferendo entre Argentina y Uruguay tuvo por aquellos años fuertes incidentes y el propio Zeballos inscribió el agravamiento del conflicto en una perspectiva de triangulación con Brasil[14].

[13] *"La Nación"*, Buenos Aires, 26 de julio de 1906. *"En Río de Janeiro. Un reportaje al barón de Río Branco"*. AGN, Caja 98.

[14] Por un análisis detallado de todos estos incidentes y de la progresiva triangulación del conflicto rioplatense, cfr. Milton Vanger, *"El país modelo. José Batlle y Ordóñez (1907-1915)"*. Montevideo, Arca-Ediciones de la Banda Oriental, 1983, pp. 35 y ss.

Fue en ese contexto conflictivo que el nuevo Presidente uruguayo Claudio Williman, inmediatamente luego de asumir en 1907, decidió lanzar *"una exploración confidencial"* con la cancillería brasileña para advertir la disposición del Barón para negociar los asuntos bilaterales pendientes y para intervenir en forma más decidida en los equilibrios regionales. Para ello envió en misión especial al Dr. Carlos María de Pena, con el objetivo de auscultar la voluntad del Barón de Río Branco en torno a tres puntos centrales: "a) Sobre la libre navegación y plena jurisdicción de la laguna Merín y sus afluentes; b) Sobre el arreglo de la deuda; c) Sobre el tratado de comercio"[15].

A diferencia de lo que había acontecido en el medio siglo anterior, la *"Misión Carlos M. de Pena"* en noviembre de 1907 culminó con un éxito tan rotundo como - en más de un sentido - *"inesperado"*. En su nota--memorandum dirigida al canciller uruguayo Jacobo Varela, Pena consignó que el Barón de Río Branco le había asegurado

> que era posible hacer una declaración plena y espontánea por parte del Brasil que devuelva a la República oriental su jurisdicción en aquellas aguas limítrofes; que trabajaría en ese sentido (…); que todo esto obligaría a una rectificación de límites (…) pero (que) él desea hacer todo (…) (a partir de) una declaración tan amplia como espontánea (…), sin sombra de compensación alguna, desde que el Brasil lo haría, en su concepto, como principio de justicia internacional[16].

En su libro sobre la negociación y ratificación del Tratado, que reunió sus artículos periodísticos publicados en 1909 y 1910 en el periódico batllista *"El Día"*, Juan José de Amézaga comentó por entonces sobre el núcleo del asunto:

> En todo el archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores no consta que nuestra diplomacia haya planteado el problema de la plena jurisdicción y condominio sobre las aguas de Merim y Yaguarón, y consta en cambio que jamás hizo la cancillería brasileña manifestaciones explícitas sobre esta importantísima cuestión. La nota-memorandum presentada por el doctor Pena (…) es el primer documento que anuncia una satisfacción plena y hasta inesperada, de las legítimas aspiraciones nacionales. Sería pues tan injusto desconocer el éxito de la exploración confidencial confiada al distinguido compatriota, como no reconocer la sincera, franca y desinteresada espontaneidad con que procedió el ilustre Barón de Río Branco[17].

[15] Amézaga, *"Merim y Yaguarón… etc.* ob. cit. pp. 44 y 45.
[16] Ibidem, pp. 46, 47 y 48.
[17] Ibidem, pp. 48 y 49.

En el seguimiento de la correspondencia intercambiada entre los embajadores uruguayos ante Brasil y la cancillería uruguaya es posible registrar la trama de una acción diplomática sistemática y profesional, que contó siempre con una interlocución positiva – aunque a veces lenta - por parte del canciller brasileño. A través de esas gestiones, el Estado uruguayo, si bien priorizó por motivos tácticos la negociación de la libre navegación de las aguas fronterizas, nunca olvidó la reclamación de soberanía. Ya en marzo de 1903, el entonces embajador Susviela Guarch solicitaba al canciller Romeu el envío de "todos los antecedentes ilustrativos que se relacionen con la reclamación que mantenemos ante el Brasil para obtener el reconocimiento de nuestros derechos a la jurisdicción de las aguas comunes del Río Yaguarón y Laguna Merim"[18].

En los años siguientes, el intercambio epistolar de la embajada uruguaya ante Brasil da cuenta de una acción muy intensa y sostenida. En carta al canciller Antonio Bachini, señalaba por ejemplo el embajador Rufino T. Domínguez, en carta fechada en Petrópolis el 22 de agosto de 1908: "El asunto Laguna Merim y Río Yaguarón ha entrado aquí en su periodo culminante de examen y discusión. (…) El prestigio inmenso que tiene en todo el Brasil nuestro gran aliado el Barón de Río Branco, han de determinar con más o menos esfuerzo el triunfo de nuestra causa"[19].

Las entrevistas entre el embajador uruguayo y el canciller brasileño se multiplicaron hasta volverse muy periódicas, en un contexto en el que se volvía cada vez más visible la impaciencia y la gran expectativa del diplomático compatriota por confirmar definitivamente la redacción final del nuevo Tratado. También de los informes sobre esas entrevistas se recoge el eco de la hondura del enfrentamiento creciente con la Argentina y las consecuencias generadas por la política exterior de Zeballos. "*… volví a Itamaraty* – señalaba Domínguez en un Informe al canciller uruguayo fechado el 30 de diciembre de 1908, relatando con detalle sus conversaciones con el Barón:

> con la esperanza de obtener alguna noticia favorable. Todo el tiempo de mi visita lo ocupó el señor Ministro en comentar los ataques que le dirigía la prensa de Buenos Aires interesado en demostrar la falsedad de sus apreciaciones sobre el Brasil. Entre otras invenciones, dijo, la prensa zeballista anuncia como segura una próxima alianza entre el Brasil y el país de V. E. En efecto, le contesté, he leído los telegramas (…). ¿Para

[18] AGN, Caja 97, Carpeta 1124ª. Carta del embajador Susviela Guarch al Canciller José Romeu, fechada en Tijuca el 17 de marzo de 1903.

[19] AGN, Caja 98. Carta del embajador Rufino T. Domínguez al canciller Antonio Bachini, fechada en Petrópolis el 22 de agosto de 1908.

> qué necesitan tratados de alianza el Uruguay y el Brasil? En cualquier conflicto armado que desgraciadamente pudiera ocurrir entre (Brasil) y la Argentina, nosotros los uruguayos, seríamos aliados naturales del Brasil, que espontáneamente va a resolver, de acuerdo a los deseos de mi país, el condominio del Yaguarón y la Laguna Merim, en tanto que los argentinos, contra todo derecho, pretenden apoderarse de la parte que nos corresponde en el Río de la Plata. Los Orientales quedaremos siempre ligados al Brasil por el más sincero reconocimiento, siendo este vínculo más fuerte y duradero que el de los tratados…[20].

De acuerdo al relato del embajador Domínguez, el Barón reconoció de inmediato "la buena amistad de los orientales", reiterando una vez más que la actitud de Brasil en relación al condominio de las aguas limítrofes no se hacía a cambio de "compensaciones", sino "por ser de derecho, de justicia debida a nuestros vecinos y buenos amigos los Orientales". En su Informe, el embajador uruguayo narró a continuación el reiterado seguimiento que había hecho del asunto, con sucesivas entrevistas con el canciller brasileño en las que, "sin dejar de ser cortés (…) y correcto en todos sus actos en las audiencias de Itamaraty", insistió sobre "la falta de concordancia entre el hecho tardío y las abundantes frases preliminares". Domínguez concluía su carta señalando que continuaría sus gestiones "con celo y moderación", sobre todo teniendo en cuenta "la opinión corriente de morosidad que se atribuye al Señor Barón de Río Branco para resolver los negocios de su incumbencia…"[21].

Durante el primer semestre de 1909 las gestiones uruguayas finalmente pudieron encontrarse con la concreción definitiva de la iniciativa del Barón. Este pudo construir un sólido "blindaje" político para la propuesta, lo que aseguraba la rápida ratificación parlamentaria del nuevo tratado. Prueba de ello fueron las enfáticas consideraciones vertidas por el Presidente brasileño Afonso Penna en su Mensaje Presidencial de apertura de las sesiones del Congreso del 3 de mayo de ese año, en el que anunciaba formalmente la apertura de negociaciones con Uruguay para un Tratado de Rectificación de los límites fluviales[22]. En carta personal al Barón, el canciller uruguayo Bachini expresó entonces su "gratitud personal", realizando una muy elogiosa valoración de la actitud brasileña en toda la negociación del Tratado:

[20] AGN, Caja 98. Carta del embajador Rufino T. Domínguez al Ministro de Relaciones Exteriores Antonio Bachini, fechada en Petrópolis el 30 de diciembre de 1908.

[21] Ibidem.

[22] AGN, Caja 99. Memoria presentada por S. E. el Señor Ministro Plenipotenciario Don Rufino T. Domínguez correspondiente al año de 1909, pp. 122 y 123.

> Con el acto anunciado, el Brasil no solo reconoce al Uruguay un derecho dentro de las codificaciones y prácticas internacionales, sino que se lo devuelve, al renunciar ventajas legales creadas por Tratados. (…) En este caso la noble espontaneidad se singulariza porque procede de una nación grande y fuerte, a favor de un país más pequeño y menos fuerte, acentuándose así la grandeza moral del Brasil, su alto respeto al Derecho de las naciones y su sincera simpatía y leal amistad hacia el pueblo uruguayo[23].

Todo este avance de las negociaciones se daba en el mismo momento en que el conflicto argentino-uruguayo alcanzaba sus mayores niveles de virulencia. En la noche del 15 de abril de 1908, sin que mediara aviso previo, la marina argentina realizó maniobras cerca de la isla de Flores, a un paso de la costa de Montevideo. Estas maniobras militares argentinas frente a la costa uruguaya generaron un fortísimo impacto a nivel de la opinión pública y motivaron una fuerte protesta del gobierno de Williman, a través de su canciller Bachini. En los meses siguientes los incidentes arreciaron, con el canciller argentino Zeballos alertando que era en verdad "Brasil (el que) provoca(ba) al Uruguay" en el conflicto sobre el Río de la Plata. En medio de una escalada de declaraciones y rumores, que incluyeron una propuesta de Zeballos para movilizar al ejército y presentarle a Brasil un ultimátum para la cancelación de su compra de buques de guerra, el canciller argentino se vio obligado a renunciar el 14 de junio[24]. Para advertir hasta qué punto la triangulación existía, ese mismo día el Barón de Río Branco enviaba una carta personal al embajador uruguayo Rufino T. Domínguez, pidiéndole que comunicara "confidencialmente" a su gobierno que estaba "preparado para concluir con (Uruguay) un Tratado modificando la actual frontera en el Yaguarón y la Laguna Merim…"[25].

A partir de la renuncia del canciller Zeballos, la crisis rioplatense comenzó a bajar rápidamente sus decibeles. En un contexto de presiones y gestiones cruzadas, con una notoria triangulación regional, el acercamiento brasileño-uruguayo impactaba en clave sistémica sobre el gobierno argentino. Fue así que el 5 de enero de 1910 pudo firmarse el "Protocolo Ramírez-Sáenz Peña", por el que se declaraban "sentimientos

[23] AGN, Caja 98. Carta del canciller uruguayo Antonio Bachini a su colega brasileño, el Barón de Río Branco, fechada en Montevideo el 4 de mayo de 1909.

[24] Cfr. Vanger, *"El país modelo…* etc. ob. cit. pp. 35 a 40. Otro episodio que también debe incorporarse al estudio de la coyuntura previa al Tratado de Rectificación de límites, es la actuación de las delegaciones de los Estados conosureños en la Segunda Conferencia Internacional de La Haya en 1907. Para un estudio detallado de la actuación de la delegación uruguaya en dicha Conferencia, que estuvo presidida por el expresidente José Batlle y Ordoñez, cfr. Ibidem, pp. 41 y ss. También Dante Turcatti, *"El equilibrio difícil. La política internacional del batllismo"*. Montevideo, Arca-CLAEH, 1981, pp. 11 a 27.

[25] Cfr. AGN, Caja 99. Memoria presentada por S. E. el Señor Ministro Plenipotenciario Don Rufino T. Domínguez correspondiente al año de 1909.

y aspiraciones (…) de amistad", se consideraban "insubsistentes" los conflictos de los últimos años, al tiempo que se acordaba que "la navegación y uso de las aguas del Río de la Plata continuarán sin alteración como hasta el presente, y cualquier diferencia que con ese motivo pudiese surgir será allanada y resuelta con el mismo espíritu de cordialidad y buena armonía que ha existido siempre entre ambos países". Más allá de que los derechos de soberanía quedaban pendientes de una solución acordada, que recién se firmaría en 1973, resultaba evidente que la reconciliación rioplatense se fundaba en el definitivo abandono de la peregrina teoría del Uruguay como "país de costa seca". La vieja lógica pendular de los pequeños, que el Uruguay había utilizado como instrumento a lo largo de todo el siglo XIX, volvía a dar sus frutos en el nuevo contexto del 900.

El Tratado de Rectificación de 1909: negociación final, contenidos y valoración

Como ocurre cuando la buena diplomacia abona el camino, al momento de orientarse la etapa final de las negociaciones del Tratado, todo pudo tener un trámite ágil y previsible. Como parte de un proceso de construcción de un clima de opinión pública favorable en ambos países, ambas cancillerías organizaron actos especiales de confraternidad en los meses previos: una gran celebración con fiesta de la efeméride del 25 de mayo en la embajada uruguaya en Río y una visita de académicos brasileños a Montevideo en setiembre, portando como obsequio un busto en bronce del Barón de Río Branco[26].

A comienzos de octubre se entró en la recta final, cuando se entregó oficialmente a la cancillería uruguaya el proyecto brasileño, en cuya elaboración y redacción tuvo una participación primordial el propio Barón[27]. En la propuesta brasileña había algunos puntos conflictivos. En el artículo 4º se establecía el criterio del "talweg" para la delimitación de límites, estableciéndose sin embargo que esa línea se desviaría "apenas lo bastante para que el Brasil conserve la isla de Diniz", cuya posesión el Brasil deseaba mantener. Por su parte, en el artículo 10 se establecía que "los navíos de guerra brasileños podrán también subir o bajar libremente los afluentes de la margen occidental de la Laguna Merim, abiertos a la navegación por la República Oriental del Uruguay"[28].

[26] Cfr. AGN, Caja 99, Carpeta 1268.

[27] De hecho, tanto en los originales del proyecto que obran en el Archivo General de la Nación como en las menciones periodísticas de la época, se alude al *"proyecto de Río Branco"*. Cfr. AGN, Caja 98 o Amézaga, *"Merín y Yaguarón… etc.* ob. cit. p. 49.

[28] Cfr. AGN, Caja 98.

El proyecto fue considerado y discutido por el gobierno uruguayo en sesión general del gabinete ministerial. Las primeras objeciones fueron realizadas en relación a las disposiciones del artículo 4º, emergiendo una contrapropuesta uruguaya que establecía el criterio del "talweg" sin modificación ni desvío alguno. Esta objeción fue respondida de inmediato en forma favorable por el propio Barón, quien lo hizo saber en carta personal y directa. En la segunda instancia de deliberaciones, el Presidente Williman consideró esencial para la aprobación del Tratado la eliminación de la cláusula que habilitaba la navegación de buques de guerra brasileños en ríos interiores uruguayos. A pesar de que reconocía que la disposición propuesta en el "proyecto de Río Branco" no escondía ningún interés agresivo, Williman insistió en la necesidad de eliminar esa cláusula argumentando que "un país pequeño como el nuestro debía de ser extremadamente celoso de sus derechos y de su decoro"[29].

Sobre este punto se dio una discusión en el gabinete uruguayo, al defender la propuesta brasileña el canciller Bachini, bajo el fundamento que era "equitativa y ajustada a los principios admitidos en el derecho internacional". El Presidente Williman mantuvo su postura impugnadora, recibiendo el apoyo decidido del resto de los ministros Espalter, Vidal, Lamolle y Vázquez. En virtud de ello se dispuso que se hiciera llegar a la cancillería brasileña un "contraproyecto" con las modificaciones correspondientes, señalando Williman frente a sus ministros su "convicción profunda de que el Barón de Río Branco (…) no vacilaría en contemplar los derechos de nuestra cancillería y accedería con agrado a reformar el tratado".

A pocas horas de recibir la nueva versión, el Barón de Río Branco comunicó que el gobierno brasileño aceptaba eliminar las cláusulas impugnadas, al tiempo que informaba que estas modificaciones no impedirían que el Brasil reconociera a buques uruguayos (tanto mercantes como de guerra) "el derecho de navegar por el Río San Gonzalo y la Laguna de los Patos, a pesar de ser esta agua de exclusiva jurisdicción brasileña"[30]. De este modo, el proyecto de Tratado originalmente presentado por Brasil sufría en su tramo final de negociación tres modificaciones, todas favorables a reclamos uruguayos. El Tratado fue finalmente firmado en Río de Janeiro el 30 de octubre de 1909, con la firma del Barón de Río Branco y del embajador plenipotenciario uruguayo, Rufino T. Domínguez[31].

---

[29] Amézaga, *"Merín y Yaguarón… etc.* ob. cit. p. 60. También puede seguir se negociación en Gros, "*De diplomacia y…* etc. ob. cit. p. 229.

[30] Ibidem, pp. 61 a 63 y 230 y 231 respectivamente.

[31] *"Tratado de Rectificación de Límites en el Río Yaguarón y la Laguna Merín. Celebrado entre la República Oriental del Uruguay y los Estados Unidos del Brasil 1909".* Montevideo, Barreiro y Ramos, 1910.

El trámite en el Congreso brasileño para la ratificación demostró en forma cabal que la gestión política del Barón había sido completa[32]. Como señaló en su memoria el embajador Domínguez:

> Fue necesaria (…) la acción personal, paciente y perseverante del Barón de Río Branco, ejercida muchos días en visitas al domicilio de Senadores y Diputados; en conferencias y explicaciones minuciosas dadas a los mismos sobre los propósitos de la Cancillería Brasileña con relación a las fronteras fluviales con el Uruguay, en señalar los motivos de alta conveniencia política y las razones de justicia que inclinaban al Gobierno federal en sentido de solucionar equitativamente y a la brevedad posible los asuntos con nuestro país; en hacer comprender a los políticos la prescindencia absoluta que el Barón hacía en todos los casos de las cuestiones relacionadas con la política interna, entregado de lleno, como estaba, a las de mero carácter internacional…[33] [34].

Las ratificaciones del Tratado culminaron el 27 de abril de 1910 y fueron intercambiadas en Río de Janeiro el 7 de mayo del mismo año. En ambas ocasiones tuvieron lugar celebraciones y reuniones de confraternidad, con intervención de distintas personalidades de ambos países[35] [36]. Al enterarse de la exitosa culminación del proceso, el entonces embajador uruguayo ente los EEUU, Luis Melián Lafinur, envió una carta de felicitaciones al nuevo canciller Emilio Barbaroux, en la que señalaba:

> Arreglada la cuestión del Río de la Plata con la Argentina, era nuestra vieja reclamación al Brasil la única nube en el horizonte internacional de la República. Solucionada también esa dificultad, el porvenir se presenta más halagüeño sin rozamiento ninguno con vecinos respecto de los cuales todo agravio ha dejado de existir[37].

---

[32] Cfr. por ejemplo Dunshee de Abranches, *"A Lagoa Mirim e o Barão do Rio Branco"*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910; Dunshee de Abranches, *"Rio-Branco. Defesa de seus actos"*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1911.

[33] AGN, Caja 99. Memoria presentada por S. E. el Señor Ministro Plenipotenciario Don Rufino T. Domínguez correspondiente al año de 1909, p. 121.

[34] Los señalamientos sobre la prescindencia del Barón de Río Branco en asuntos de la política interna eran por entonces muy relevantes. En mayo de ese mismo año de 1909, nada menos que Rui Barbosa había propuesto la candidatura del Barón para la presidencia de la República, originando un fuerte movimiento de apoyo popular. El Barón rechazó de inmediato el ofrecimiento: *"estou velho e cansado para entrar agora nas lides da política interna, saindo da vida de retraimento que há tantos anos vou levando, e da qual apenas me tenho desviado ocasionalmente e a contragosto para cumprir deveres de cortesia internacional no desempenho de cargos que me têm sido confiados". Cfr.* Alvaro Lins, *Rio Branco. (O Barão do Rio Branco) Biografia pessoal e História política*". São Paulo, Editora Alfa Omega, 1996.

[35] Cfr. AGN, Caja 98, Carpeta 1235.

[36] Entre muchísimas demostraciones públicas de adhesión al Tratado en ambos países, puede registrarse esta poesía de Reis Carvalho titulada *"Diplomacia Republicana": "A digna, liberal diplomacia/Todos os povos fraternal congraça; As divergências de nação, de raça,/No bem da Humanidade concilia./ (…) Aplausos pois, ao hábil estadista/Que, rasgando injustíssimo tratado/ Ao povo irmão devolve uma conquista./ Nobre emoção os corações invade:/Redime-se uma falta do passado,/Subordinando a Pátria á Humanidade"*. Cfr. AGN, Caja 98. *"Paz Brazil-Uruguay. Diplomacia Republicana"*.

[37] AGN, Caja 98. Carta del embajador Luis Melián Lafinur al Ministro de Relaciones Exteriores, Dr. Emilio Barbaroux, fechada en Washington el 29 de abril de 1910.

Las valoraciones que ya desde su firma comenzaron a hacerse sobre este Tratado de Rectificación de Límites de 1909 resultan convergentes en afirmar su relevancia como hito en la historia del Derecho Internacional y en el itinerario de las relaciones bilaterales entre Brasil y Uruguay. Ya en 1910, Juan José Amézaga destacaba la "justicia" e "importancia" del Tratado, advirtiendo que el Uruguay había obtenido con el mismo "ventajas materiales indiscutibles y la principal de todas ellas, la de mayores proyecciones económicas es la misma navegación, que favorecerá la explotación de las riquezas que encierran nuestros territorios del Este"[38].

Desde entonces, el Barón de Rio Branco fue visto entre los uruguayos como un sincero amigo del país y como una figura eminente del proyecto de la integración sudamericana[39]. Luego de su muerte en 1912, el Estado uruguayo encaró con particular celeridad la construcción de un monumento en su memoria. En el mensaje que dirigiera al Parlamento con el proyecto para tal obra, el entonces Presidente José Batlle y Ordoñez señaló:

> … tenemos grandes y especiales razones para considerar su muerte como un duelo nacional, porque él fue amigo sincero y cordial del Uruguay, porque en su mente privilegiada surgió la idea de la reparadora y memorable rectificación de límites entre los dos países, consagrada en el Tratado del 30 de octubre de 1909.

Por su parte, poco más de un lustro después, Adolfo Berro García en representación de la Sociedad Uruguaya de Derecho Internacional pronunció un discurso en homenaje al entonces canciller brasileño Dr. Lauro Müller, de paso por Montevideo.

> Tal era el estado de la cuestión de límites entre nuestra República y los Estados Unidos del Brasil. Por una parte, los derechos incuestionables del Brasil a seguir usufructuando lo que le había sido reconocido expresa y solemnemente en un tratado perfectamente válido. Por la otra, las aspiraciones, los deseos incontenidos de nuestro pueblo por obtener una rectificación de aquel tratado (…). Surge entonces en la diplomacia americana (…) la figura descollante, la vigorosa personalidad del Barón de Río Branco (…), y dio a la América el ejemplo hermoso y amplio, triunfalmente deslumbrante, de ese gran acto de justicia internacional que consumó el Brasil con el tratado de 1809. (…) Las jurisdicciones de los dos países limítrofes se dividirían esas aguas de acuerdo

[38] Amézaga, *"Merínn y Yaguarón… etc.* ob. cit. pp. 63 a 70.
[39] Cfr. por ejemplo MRREE, *"Barón de Río Branco. A cien años de su asunción"*. Montevideo, MRREE, 2003.

> con los principios del Derecho Internacional (…), consultando solamente los intereses de la América y de la justicia internacional. (…) Era aplicar la doctrina de la igualdad de las naciones, era la realización desinteresada y sugerente de los principios expuestos por (…) Ruy Barboza (sic) ante la asamblea de delegados de todo el mundo reunidos en el Congreso de la Paz de la Haya[40].

Fue sin duda un momento especial en la historia de las relaciones políticas y diplomáticas de la región. Se trataba nada menos que de un "Tratado de Rectificación de Límites" revisado por "razón de justicia". Apostaba de manera inteligente a la forja de mejores equilibrios en la geopolítica de la Cuenca del Plata, dejando sin fundamentos la tesis zeballista sobre el Uruguay como "país de fronteras secas". Afirmaba de ese modo una visión genuinamente integracionista, en correspondencia con su propuesta sobre el primer ABC, antes mencionada. Constituía además un gran precedente para el progreso del Derecho Internacional. Y desde todo eso, presuponía para el Brasil, con el símbolo emblemático de la figura del Barón de Río Branco, el norte de la construcción de una política internacional estratégica, afincada en lógicas de solidaridad inteligente.

Algunos insumos para la reflexión contemporánea

¿Cómo volver contemporáneos los actores y las doctrinas de hace más de un siglo atrás? ¿Cómo inferir de aquellas circunstancias legados relevantes para mejorar la política exterior de nuestros países, el nivel de sus relaciones bilaterales y la forja renovada de proyectos integracionistas efectivos? ¿Cómo retomar del estudio de este episodio histórico insumos pertinentes para la reflexión más actual? Toda conmemoración es siempre, entre otras cosas, una oportunidad política. Hablar en forma conciente desde tradiciones es mucho mejor que ser hablado por ellas. La forma en que construimos memoria siempre influye en la producción de sentidos. Al cumplirse el cincuentenario del Tratado en 1959, el entonces Consejero Nacional de Gobierno del Uruguay, Eduardo Víctor Haedo, señaló en algunos pasajes salientes de su discurso conmemorativo:

> Ese tratado tiene, por muchos motivos, el valor de un símbolo. Es un acto de profunda justicia reparatoria. Es el tributo que un gran país, bajo la guía de un gran estadista, de un patriota, de un eminente internacionalista, rinde a

[40] Adolfo Berro García, *"El Tratado de 1909 sobre la Merín y el Yaguarón"*. Montevideo, "El Siglo Ilustrado", 1915, pp. 9, 10 y 11.

> los principios de una alta política, por encima de mezquinos intereses. Es un gesto de amistad fraternal para un país vecino y amigo. (…) "La historia hace codo" en este episodio, utilizando la gráfica expresión de aquel gran espíritu que se llamó Luis Alberto de Herrera. (…) El gesto de Rio Branco en 1909 borra la amargura de 1851. Por eso he dicho que tiene el valor de un símbolo. De él nace definitivamente la etapa de la solidaridad esencial entre nuestros países. Por eso me ha sido grato evocar nuestras luchas históricas. (…) El espíritu de Rio Branco debe inspirar nuestras actitudes y nuestro enfoque de los problemas de nuestro tiempo. Lo que significa decir mesura, inteligencia, flexibilidad y amplitud[41].

Varias décadas después, el excanciller uruguayo, Dr. Héctor Gros Espiell, también aportaba en la revisión del episodio "desde una perspectiva actual", explorando en torno a los vericuetos de lo que consideraba un "raro ejemplo de extinción de un tratado internacional por acuerdo de las partes, en razón de su injusticia". Desde esa perspectiva, Gros señalaba que aquel "reconocimiento espontáneo de la injusticia de la fórmula originaria" constituía

> uno de los ejemplos más altos y nobles de la política exterior, una demostración de la grandeza diplomática del Brasil, una muestra de lo mejor de la idea de solidaridad fraterna de los pueblos americanos y un caso que debe estudiarse como un precedente inolvidable, capaz de promover en el futuro fórmulas internacionales que muestren prácticamente el progreso del Derecho de Gentes[42].

Los aprendizajes que emergen del Tratado resultan en efecto múltiples y de gran vigencia en nuestros días. La primera singularidad de este acontecimiento tiene que ver con su aporte extraordinario a la praxis del Derecho Internacional. Desde el campo de la teoría de la Diplomacia y de las Relaciones Internacionales, constituye un precedente temprano de la sabia combinación de principios e intereses como fórmula superadora de la política exterior. En el mismo sentido, todo el proceso analizado y el foco mismo de la figura del Barón de Rio Branco convergen en el destaque de la relevancia de la profesionalidad diplomática como complemento indispensable de la decisión política en estos temas. Es por eso que revisitar esta historia y a la figura del Barón nos lleva casi de

[41] Ministerio de Relaciones Exteriores. *"Cincuentenario del tratado de condominio de la Laguna Merín y del Río Yaguarón, celebrado entre la República O. del Uruguay y los Estados Unidos del Brasil. 1909. Discurso conmemorativo pronunciado por el Consejero Nacional de Gobierno Don Eduardo Víctor Haedo"*. Montevideo, MCMLIX, pp. 4, 6 y 7.

[42] Gros Espiell, *"De diplomacia e…* etc. ob. cit. p. 237.

inmediato a repensar en clave rigurosa y crítica el cómo se construye la política exterior de los Estados. Como uno de los grandes inspiradores de toda una escuela diplomática, el Barón continúa inspirando la dimensión estratégica de esas políticas, la virtud de la moderación constructiva, la articulación entre la visión histórica y la mirada prospectiva.

Pero la conmemoración del Tratado de 1909 como prisma interpretativo para reflexionar desde el Uruguay sobre los legados del Barón de Rio Branco también lleva a considerar nuevamente la relevancia de la región como escenario de una acción política que trasciende las fronteras nacionales[43]. Resurgen de ese modo cuestiones centrales como la renovada construcción de equilibrios geopolíticos en toda región, la tensión creadora de las "políticas de frontera", la resignificación de conceptos como vecindad o comunidad entre Estados, los vínculos complejos entre países "chicos" y "grandes", la influencia sistémica de toda iniciativa de política exterior, la "paciencia estratégica" que necesariamente conlleva la forja de un verdadero proceso integracionista.

¿Qué Brasil y qué Uruguay se necesitan hoy para una integración más profunda y calificada de nuestras sociedades? Por cierto que para contestar esa pregunta hay que abrir una agenda muy amplia de temas. Sobre todo si advertimos que nuevamente, como en otros momentos de la historia, Brasil se vuelve el país más importante para el Uruguay. Asimismo, una encuesta reciente ha registrado que es también el país "más admirado" en el imaginario colectivo de los uruguayos[44]. Pero si como creemos, figuras como el Barón de Rio Branco tienen todavía algo que decirnos como inspiración ante los desafíos más contemporáneos, permítasenos decir que una mirada desde la historia uruguaya encontrará siempre la mejor versión de Brasil en los valores de la solidaridad antes que en los de la generosidad. Y no se trata de una cuestión de palabras[45].

[43] Sobre este tema, al cumplirse la conmemoración del centenario de la firma del Tratado en octubre de 2009, la embajada de Brasil en Uruguay publicó *"100 años del Tratado entre Uruguay y Brasil. Modificación de límites en la laguna Merín y en el Río Yaguarón. 1909-2009"*. Montevideo, Embajada de Brasil en Uruguay, 2009, 100 pp.

[44] Cfr. Renzo Rosello, *"Una exótica acuarela de Brasil en el imaginario de los uruguayos. El país que parece resumir el modelo de nación desarrollada"*, en *"Uruguayos. A la hora del Bicentenario. Al cumplir 200 años, un análisis en profundidad de la sociedad uruguaya". "El País"*, Montevideo, 17 de julio de 2011, p. 14. Según una encuesta de opinión pública de la empresa Cifra, la preferencia por Brasil obtenía un 23,7%, contra 12, 5% de opciones por España, 6,9% por EEUU, 5,1% por Argentina y 4,5% por Italia.

[45] Por el tema de los valores de la solidaridad en la política exterior brasileña, cfr. los trabajos recientes de Antonio José Ferreira Simões, en especial *"Integração: sonho e realidades na América do Sul"*. Brasília, Funag, 2011.

A economia do Brasil nos tempos do Barão do Rio Branco

Paulo Roberto de Almeida

A economia política do Brasil na época do Barão do Rio Branco

Como se apresentava a economia brasileira na época do Barão do Rio Branco, ou seja, *grosso modo*, na última década do século XIX e na primeira do XX? Dizer que ela era essencialmente agrícola, internamente, ou ainda totalmente dependente das exportações de café e da importação de capitais estrangeiros, externamente, como expresso na literatura tradicional de história econômica, é simplificar em demasia as características de uma economia que começava a diversificar lentamente a base produtiva doméstica e que lutava para colocar em ordem suas finanças internacionais, ainda que todos os responsáveis políticos estivessem conformados com o fato de que o destino econômico do Brasil estava irremediavelmente ligado ao café.

O Brasil era essencialmente agrícola, mas basicamente atrasado. A taxa de analfabetismo era de 65% em 1900 (o número de analfabetos aumentou para 70% em 1920). A maior parte dessa população era de rurícolas entregues a uma agricultura tão primitiva que horrorizou Monteiro Lobato e que o motivou a criar a figura do Jeca Tatu algum tempo depois. Os investimentos estrangeiros, obviamente, se faziam para ampliar a base produtiva nacional, mas a tomada de recursos no exterior pelo governo central e pelas unidades subnacionais tinha, em boa parte das vezes, objetivos não produtivos, isto é, puramente orçamentários. Em uma escala comparativa de bem-estar, o Brasil de um século atrás situava-se

na média dos latino-americanos, à exceção da Argentina, bem mais rica; os brasileiros tinham uma renda per capita pouco abaixo de 800 dólares, em contraste com os mais de 5 mil dólares dos americanos e cerca de 3,7 mil dólares dos argentinos (em dólares de 1990, como calculados por MADDISON, 1995; 2001).

Quanto à diplomacia – talvez excessivamente centrada na figura do barão, nas suas preocupações lindeiras e nas disputas com a Argentina, segundo a literatura especializada do período –, ela estava, na verdade, voltada para a defesa do grande produto nacional de exportação. Era uma "diplomacia do café", da promoção e da defesa desse produto nos mercados externos, o que significava, ao mesmo tempo, a defesa dos interesses financeiros nacionais e dos da classe dominante; era o café que garantia a solvência externa do Brasil e o exibicionismo de suas elites, ironicamente representadas nos salões de Paris pela figura do *Brésilien d'opérette*. Alguns desses brasileiros, a despeito do estilo francês – como o próprio Barão do Rio Branco, aliás –, precisavam sobretudo monitorar as cotações dos *Brazilian bonds* na City, o centro nervoso, por excelência, do crédito internacional do Brasil; as manias, assim, podiam ser francesas, mas os recursos, estes, eram essencialmente ingleses.

Pode-se, em todo caso, tentar ver um pouco mais de perto a conformação estrutural da economia nacional, algumas de suas transformações durante a caótica transição republicana e suas relações econômicas internacionais, para se fazer uma ideia do Brasil econômico com o qual trabalhava o Barão do Rio Branco em sua gestão prática à frente do Ministério das Relações Exteriores. Três aspectos podem ser retidos neste ensaio de síntese: a economia, em si, ou seja, a base produtiva, com suas características agroexportadoras; os grandes intercâmbios com o exterior, em uma fase na qual o coeficiente de abertura externa ainda era moderadamente elevado, comparativamente aos padrões observados ao longo do século XX; e, por fim, os fluxos relativos às finanças internacionais, elemento crucial da vida nacional e aspecto que sempre limitou as possibilidades de desenvolvimento econômico e social, pelo apelo constante que o Brasil necessitava fazer a capitais e *know-how* estrangeiros, em função da falta de recursos próprios e, sobretudo, de capital humano; tudo isso para o "engrandecimento da nação" – o conceito de desenvolvimento ainda não era muito comum –, objetivo de todos os estadistas da época, mormente em face da muito mais rica e poderosa Argentina, país que constituiu, aliás, o grande problema diplomático da gestão do barão (talvez não só dele, e não só dessa época).

A literatura especializada na época do barão, em especial a produção acadêmica no campo da história econômica brasileira, já é suficientemente abundante para ser citada apenas seletivamente, que foi, finalmente, a opção adotada neste trabalho; como se tratava, justamente, não de um estudo exaustivo, mas de um ensaio de síntese geral, as referências bibliográficas e as remissões no corpo do texto foram reduzidas ao essencial, tendo os dados editoriais completos sido reunidos ao final do ensaio. Alguns trabalhos anteriores do autor já abordaram, sob vários aspectos, a diplomacia econômica dessa época, com base nas principais obras de história econômica relativas ao período (ALMEIDA, 2003; 2005; 2012).

O que era a economia brasileira na transição para o século XX?

Quando Rio Branco assumiu o ministério da rua Larga, a economia brasileira estava em meio a uma lenta recuperação. O país restabelecia-se de uma década inteira de experimentos "republicanos" na política econômica, de duas catastróficas revoltas militares internas, de uma guerra desastrosa contra os "bárbaros" do sertão da Bahia, de uma volatilidade mais do que anormal na frente cambial e de um *Funding Loan* quase humilhante para os brios nacionais, pois foram comprometidas as rendas das alfândegas do Rio de Janeiro, caso o Brasil não honrasse os termos da renegociação da dívida feita em meados de 1898 pelo presidente eleito Campos Sales e os "banqueiros do Brasil", os Rothschild.

O governo provisório, sob a batuta de Rui Barbosa, mais jurídico-política do que propriamente econômica, começou tentando liberar o "espírito associativo e empreendedor" dos poucos capitalistas nacionais e autorizou maiores emissões bancárias e de ações do que recomendaria a prudência dos estadistas do Império, excessivamente conservadores para o gosto econômico jacobino dos novos donos do poder.

> O modesto saldo em moeda em circulação no final de 1889 – cerca de 11 mil contos de réis – elevou-se para quase 128 mil contos em um ano. No decorrer de 1890, o estoque monetário total – Tesouro mais bancos – cresceu ao ritmo de 51,7% devido à emissão dos bancos. No mercado de câmbio, a depreciação da moeda nacional [...] experimentou aceleração (SENNA, 2010, pp. 411-412).

Tabela 1 – Estoque monetário no Brasil, 1888-1892 (contos de réis)

Anos	Notas do Tesouro	Emissões dos bancos	Total
1888	188.869	16.419	202.291
1889	185.819	11.337	197.156
1890	171.081	127.910	299.092
1891	167.611	346.115	513.727
1892	215.100	346.115	561.215

Fonte: CALÓGERAS, J. P. A Política Monetária do Brasil (1960) apud SENNA, 2010, p. 419.

A situação se tornou ainda mais tensa depois do *default* da Argentina, em 1890, o que provocou a quase quebra do Banco Barings, seguida da retração imediata de novos créditos estrangeiros aos países da região. O Brasil se viu engolfado no chamado encilhamento, uma típica bolha especulativa agravada pela inexistência de regras prudenciais relativas ao lançamento de ações e à regulação das emissões dos bancos. Ocorreram, assim, entre outras consequências, uma desvalorização ainda maior da moeda, pressões inflacionistas insuportáveis, o recurso emergencial a empréstimos externos e, depois que todos os expedientes se esgotaram, a inevitável ameaça de *default*, conjurada pelo acordo financeiro de 1898. Pode-se dizer que toda a primeira década republicana foi um laboratório de experimentos econômicos, como bem estudado em trabalhos de Gustavo Franco (1983; 1989). Seguiram-se os anos de ajuste recessivo patrocinados por Joaquim Murtinho, até que a economia começou lentamente a se recuperar no início do novo século. O novo governo, presidido por Rodrigues Alves, preservou o essencial das políticas econômicas anteriores, mas as condições internas e externas eram necessariamente outras.

O Estado, sempre presente na frente econômica

Não se fizeram novas grandes economias – tanto que se decidiu reequipar a Marinha com três novos barcos de guerra –, embora a situação do crédito e das contas públicas continuasse delicada; no entanto, teve

início um longo processo – talvez ainda não de todo encerrado, ou até renovado, hoje – de intervenção do Estado na economia, com o recurso habitual ao protecionismo tarifário e o apoio à indústria nacional por uma série de mecanismos que foram sendo aperfeiçoados ao longo do século XX. O Estado brasileiro, como evidenciado na obra de Steven Topik (1987), assumiu um papel de defensor e de promotor da atividade econômica nacional, como poucas vezes se viu em países exportadores de matérias-primas. O Brasil era, basicamente, exportador de algumas poucas matérias-primas agrícolas: na última década do século XIX, oito produtos agrícolas eram responsáveis por 95,6% do total exportado, dos quais o café (64%) e a borracha (16%) eram os principais, sendo os 15% restantes tomados pelo açúcar (5,6%), por algodão e couros (2,5% cada um), por fumo e por mate (SCHLITTLER, 1953, p. 8).

A República decidiu despertar os "espíritos animais" da pequena tribo de capitalistas nacionais. O novo espírito "empreendedor" foi, eventualmente, acrescido de um começo de desconfiança do capital estrangeiro, pelo menos daquele que pretendia investir diretamente no país, ao passo que os empréstimos e os financiamentos eram sempre muito bem acolhidos; ou melhor, buscados avidamente no exterior.

A larga autonomia concedida a estados e municípios pela Constituição de 1891 autorizou-os a recorrer ao canal das emissões externas, o que foi usado e abusado extensivamente, resultando em um festival de contratação de empréstimos externos, com aumento vertiginoso do endividamento geral. Uma "Lei do Similar Nacional", aprovada nos tempos do barão, ratificou o que já era uma realidade aferida por pesquisa de terreno: um levantamento do Centro Industrial do Brasil, efetuado em 1907, a pedido do governo federal, "constatou que a maior parte do consumo aparente de vários produtos manufaturados de uso corrente no país já era atendida pela produção nacional" (VERSIANI; SUZIGAN, 1990, p. 5).

O novo ativismo estatal em apoio à economia nacional combinou-se, obviamente, ao interesse próprio dos principais atores econômicos do país naquela fase, os exportadores de café, que não deixaram de explorar a possibilidade de mobilizar o apoio governamental cada vez que as necessidades se fizeram sentir. Isso se traduziu em diferentes medidas de valorização do café, a única palavra genuinamente brasileira que foi anglicizada no seguimento das operações de retenção de estoques excedentários pela via de financiamentos externos.

A principal crítica dos tribunos republicanos à política econômica do período monárquico se resumia a uma simples frase: "O Império é o

déficit!". Pois bem, a República continuou com essa prática em proporções nunca antes vistas no país, até que o rigor de Sales e Murtinho, de 1898 a 1902, reverteu – contudo, apenas temporariamente – a prodigalidade orçamentária. As condições de financiamento interno eram mais do que precárias – um Banco do Brasil digno desse nome, capaz de cumprir funções monetárias e comerciais, demorou a ser implementado – e o recurso ao endividamento externo continuou, ainda que de forma moderada, em determinadas conjunturas do cenário internacional (na crise do Barings, por causa da Argentina, no início da República, por exemplo), para voltar de forma exacerbada nos demais anos.

Empréstimos e mais empréstimos

O apelo a recursos privados foi necessariamente contido no quadriênio Sales-Murtinho – *et pour cause: Funding Loan oblige* –, pois o empréstimo de consolidação de 10 milhões de libras esterlinas dos Rothschild exigia o recolhimento de valor equivalente em mil-réis; entretanto, a prática deflacionária durou apenas até 1905, registrando-se, depois, novos aumentos do meio circulante. No plano das dívidas "pouco soberanas", os estados e os municípios, no período de 1900 a 1912, aumentaram em 10 vezes sua exposição externa, que passou, globalmente, de 5,7 para 49,1 milhões de libras, o que representava quase dois quintos da dívida externa federal, passando de 12% a 37% do total (DEAN, 1989, p. 222; FRITSCH, 1988, p. 218).

A orgia de empréstimos externos conduzidos por estados e municípios pouco afeitos às normas de uma saudável contabilidade pública constituiu, provavelmente, a "herança maldita" da Constituição de 1891, equivocadamente "federalista" em suas regras laxistas de empréstimos externos. Essa característica construiu uma enorme bola de neve financeira quando as fontes de capitais secaram na Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, depois de 1929: as marcas negativas desse período, sob a forma de dezenas de *Brazilian bonds* de feitura subnacional, persistiriam por décadas.

No campo fiscal, foram feitos esforços para a contenção de gastos (por exemplo, corte substancial de despesas militares e pensões públicas), mas, como sempre ocorre, novos recursos foram buscados via aumento da pressão tributária. Murtinho "providenciou o aumento da arrecadação de impostos sobre importação, principal fonte de recursos orçamentários,

e criou um tributo sobre a circulação de produtos nacionais no país" (SENNA, 2010, p. 425). As alegações de certa historiografia de que ele conduziu uma política "liberal", quase que de "desmantelamento do Estado", não encontram apoio em um exame circunstanciado das medidas então adotadas.

Em qualquer hipótese, o caráter cíclico da economia cafeeira determinava os altos e baixos da economia real, do câmbio e das importações, com severos impactos fiscais (LEFF, 1991; BAER, 1996). A economia como um todo era notoriamente modesta para um país das dimensões e com os recursos do Brasil; registre-se, todavia, que a população era ainda bastante reduzida para a vastidão do território, concentrando-se em uma estreita faixa do litoral que também abrigava um "arquipélago" de pequenas indústrias, como não deixou de notar um visitante francês do começo do século: "Aucune région ne peut être considérée comme un foyer industriel. [...] Au Brésil [...] la dispersion industrielle est extrême" (DENIS, 1909, p. 69).

Na verdade, o Brasil não tinha mercado nacional integrado, e os preços variavam bastante de uma região para outra. A distância de um século, pode-se perguntar se a unidade do mercado nacional foi alguma vez efetivamente realizada, tantas são as variações entre impostos e suas respectivas legislações entre uma região e outra. As comunicações entre as regiões eram extremamente precárias e insuficientes, seja por estradas, pelos fios do telégrafo ou pela navegação de cabotagem, cabendo novamente formular a questão de saber se, 80 anos depois da sua Independência, o Brasil já tinha conseguido se constituir em um espaço econômico integrado. Provavelmente não. As estradas de ferro serviam aos objetivos da exportação de café, e os portos eram notoriamente precários. Mesmo uma capital como o Rio de Janeiro ainda lutava contra surtos de febre amarela e de outras endemias típicas de um país tropical que pretendia se fazer civilizado.

Uma fiscalidade trôpega

A política fiscal era, obviamente, tosca, mal implementada e tanto mais caótica, que a Constituição tinha garantido larga autonomia aos estados. À União cabiam as receitas de importação (ademais das taxas de correios e telégrafos e alguns serviços seletivos, ou taxas de selo), mas os estados coletavam impostos sobre as exportações, sobre os imóveis rurais

e urbanos, sobre a transmissão e a propriedade, e sobre as indústrias e as profissões (além de outros serviços). O mesmo visitante francês registrava que os direitos de exportação constituíam a principal fonte de receitas da maioria dos estados (DENIS, 1909, p. 56).

Esse dispositivo constitucional obviamente beneficiava São Paulo, mas deixava na penúria os estados que não tinham produtos de exportação; esses estados, então, recorriam à imposição de tributos sobre "importações" de outros estados, uma evidente barreira comercial – ainda por cima inconstitucional – que já tinha começado no Império e que continuou na mudança de regime, causando muitas reclamações dos cônsules estrangeiros, que se espantavam com o caos fiscal que constituía a jovem República. Obviamente, as "intervenções salvadoras" nos estados, conduzidas pelo governo central, se destinavam bem mais a afastar uma oligarquia política e a colocar uma outra facção no poder do que a pôr ordem nas finanças públicas ou a interromper essas práticas tributárias espúrias.

O caráter primitivo das políticas econômicas refletia, essencialmente, a ausência de mercado interno no Brasil, especialmente de um mercado de créditos e de mão de obra especializada, situação que começou a ser atenuada apenas com a intensificação da imigração europeia. Durante algum tempo, logo ao início da República, o barão atuou, justamente, como "comissário de imigração", entre o consulado em Liverpool e o primeiro caso de limites. As tendências escravocratas dos fazendeiros de café, mesmo em face de agricultores europeus, cuja imigração tinha sido subsidiada em grande medida pelo estado de São Paulo, resultaram em várias reclamações de cônsules a seus governos: o da Itália, por exemplo, chegou a proibir, em 1902, a emigração subsidiada para o Brasil até que o tratamento da mão de obra melhorasse substancialmente. A situação não era melhor para os japoneses, ou outras "raças", o que apenas refletia o caráter extremamente predatório de uma elite que, mesmo tendo no café sua principal riqueza, não hesitava em exportar sacos e mais sacos do produto contendo pedras, gravetos e outros resíduos.

O protecionismo dominante, a ausência de poupança e a consequente penúria de capitais tornavam o Brasil, ao início do século XX, um país extremamente caro do ponto de vista dos bens correntes, como relatam diversos viajantes: juros na faixa de 10%, ou mesmo superiores a 12%, eram comuns, e os consumidores se sujeitavam a pagar preços extorsivos em razão da ausência quase completa de concorrência (DENIS, 1909, p. 71), traços que continuam presentes na vida brasileira, um

século depois. Quando se observam outras características da economia brasileira e de suas políticas econômicas, a um século de distância, tem-se por vezes a impressão de que o país descreveu uma parábola econômica quase perfeita: exportações agrícolas, orçamentos deficitários, juros altos, indecisões cambiais, protecionismo comercial, país caro...

Quais eram os grandes intercâmbios externos?

"O Brasil é o café e o café é o Brasil." Assim se dizia desde o Segundo Império e durante quase toda a velha República. De fato, a partir de modestas exportações de 60 mil toneladas anuais na terceira década do século XIX, o Brasil passou a vender ao exterior quase 900 mil toneladas, um ano antes de Rio Branco assumir o Ministério das Relações Exteriores. Mesmo vendendo um produto de baixa qualidade, as plantações de café do Brasil ainda representavam, no final da década de 1920, 2,1 bilhões de árvores de um total mundial de 3,2 bilhões de árvores. Os preços, como esperado, flutuavam ao sabor dos imponderáveis da oferta agregada, com as manipulações, também esperadas, que podiam fazer os grandes importadores e os grandes produtores, como o Brasil: geralmente ficaram em torno de 15 centavos de dólar por libra-peso, mas a volatilidade conjuntural era a regra, com os efeitos que se sabe sobre a paridade cambial: aqui também o governo sempre pretendeu fixar uma taxa de câmbio mais favorável aos exportadores, mas as variáveis do mercado eram frequentemente mais poderosas do que os desejos dos decisores políticos.

Na época do barão, as exportações de borracha ainda se encontravam em um pico extremamente prometedor, chegando a alcançar 39% do total em 1910, para despencar, catastrófica e irremediavelmente, a partir de 1913, quando a concorrência da *hevea brasiliensis* da Malásia finalmente se apresentou nos mercados. Enquanto duraram, os ganhos da borracha foram extraordinários: de um modesto valor de 182 libras esterlinas a tonelada, em 1870, a borracha chegou a alcançar 512 libras em 1911, reforçando as receitas em divisas dos exportadores e as rendas fiscais da União, uma vez que o Acre ficou sendo um território federal: em três anos de exportação de borracha se pagou a indenização à Bolívia (DENIS, 1909, p. 53). Rubens Ricupero (2012, p. 123) estima, por sua vez, que os ganhos permitidos pela exploração e pela manutenção da borracha representaram, em 1910, 20 vezes mais do que os dois milhões de libras

esterlinas despendidos na compra do Acre (valor nominal fixado no tratado bilateral, que corresponderia, aproximadamente, a 235 milhões de dólares atualizados).

O açúcar ainda chegou a experimentar breve retomada na oferta externa, em função de esforços de modernização da indústria moageira no final do Império, mas a concorrência dos produtores mais eficientes do Caribe (de resto, mais próximos dos Estados Unidos do que de Deus) ou da variante de beterraba na Europa, acrescida das políticas subvencionistas e protecionistas nos principais países consumidores, contribuíram para a estagnação e até o recuo das exportações do principal produto da era colonial. Poucos outros produtos primários completavam a pauta exportadora, nenhum deles com dinamismo suficiente para impulsionar um vigoroso crescimento interno, como observado por vários historiadores econômicos (ou por economistas historiadores, mais frequentes que os primeiros). A balança comercial, ainda que produzindo saldos positivos desde meados do século XIX, era, de fato, extremamente dependente de um número reduzido de produtos primários, como evidenciado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Composição das principais exportações brasileiras, 1889--1918 (% do total)

Ano	Exportações dos principais produtos primários				Outros
	Café	Borracha	Outros *	Total	Produtos
1889	66,5	9,8	17,7	**94**	6
1891	64,7	9,9	20,4	**95**	5
1893	67,8	10,6	17,5	**95,9**	4,1
1895	68,7	15,5	12,2	**96,4**	3,6
1897	63,8	16,3	16,1	**96,2**	3,7
1899	56,6	24	14,2	**94,8**	5,2
1901	59	21,2	16,1	**96,3**	3,7
1902	55,8	20	19,2	**95**	5
1904	50,6	28,4	15,8	**94,8**	5,2
1906	52	26,5	16,8	**95,3**	4,7
1908	52,2	26,7	15,8	**94,7**	5,3
1910	42,3	39,1	14,2	**95,6**	4,4
1912	62,4	21,6	11,9	**95,9**	4,1
1913	62,3	15,9	17,3	**95,5**	4,5
1915	59,7	13	20,4	**93,1**	6,9
1918	31,1	6,6	28	**65,7**	34,3

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40 apud FRITSCH, 1988, p. 179-180; * = algodão bruto, cacau, tabaco, mate, couros e peles.

Mais importante, talvez, do que a simples concentração das exportações em seis ou oito produtos não processados – representando mais de nove décimos do total da oferta exportável (PALAZZO, 1964, p. 232; SCHLITTLER, 1953, p. 8) – era a baixa capacidade de expandir a oferta exportável dos produtos já comercializados. O crescimento das exportações do Brasil e de seu poder de compra se manteve, durante todo o período de 1890 a 1912, em uma média anual inferior à da progressão comparada dos dados equivalentes para a América Latina, em seu conjunto, e notadamente em relação à expansão registrada para os países mais dinâmicos, como Argentina e Chile, que se beneficiaram da grande demanda mundial por seus produtos (BULMER-THOMAS, 1994, p. 65). O baixo dinamismo relativo das exportações primárias brasileiras está certamente vinculado à pequena agregação de valor desses produtos, daí sua pequena competitividade externa e a reduzida alavancagem que eles poderiam oferecer a um processo sustentado de crescimento econômico, mesmo baseado em *commodities*.

A política econômica e, de fato, toda a diplomacia econômica de um Brasil agroexportador que, exceção feita aos anos de bonança associados à borracha, tinha sido reduzido basicamente a um exportador de café, poderiam ser resumidas em um único conceito, avassalador: valorização. Em uma conferência internacional do café, realizada em Nova York, em 1902, os delegados brasileiros tentaram montar um cartel para o controle das exportações, mas a proposta não foi adiante, inclusive porque o governo, por falta de autorização legislativa, deixou de convocar, como esperado, nova reunião dos exportadores em São Paulo (BUENO, 2003, p. 76). Os parlamentares, que eram também produtores de café, se perguntavam provavelmente quem iria, finalmente, arcar com os custos da retenção dos estoques, sendo que todos sabiam que o responsável pelo excesso de ofertas era o próprio Brasil.

Volatilidade cambial

Mesmo a política de valorização febrilmente defendida pelos estados produtores e exportadores São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro não podia impedir a extrema volatilidade cambial, inclusive por razões que não tinham muito a ver com o curso do café nos mercados mundiais: o motivo principal eram as emissões de papel-moeda, sempre a cargo do governo federal. Esse movimento ocorria paralelamente à reorganização bancária, com o reagrupamento e a criação de novas instituições, entre

elas os bancos que mais tarde dariam origem ao (quarto, ou quinto) Banco do Brasil, mais um sinal do intervencionismo governamental.

No momento da queda do Império, por exemplo, o câmbio ainda se elevava a 27 3/16 pence por mil-réis, com uma massa circulante de papel-moeda equivalente a 174 milhões (ou contos) de réis. Com as emissões sucessivas da República, a baixa do câmbio se acentuou, passando a 12 pence, em média, na primeira metade da década, e a menos de 10, na segunda metade. Em 1898 e no primeiro trimestre de 1899, o câmbio atingiu seu ponto mais baixo, entre seis e sete pence por mil-réis, e as emissões tinham se elevado a 785 milhões de réis. Para cobrir as obrigações, o Tesouro, invariavelmente, fazia novas emissões, o que agravava os problemas dos déficits e do câmbio.

Ainda que não se possa traçar uma relação de causalidade entre os aumentos do meio circulante e os movimentos baixistas do câmbio – para os quais interferiam outras variáveis independentes, como a oferta de capitais internacionais e, sobretudo, o curso do café nas bolsas de mercadorias –, é evidente que a expansão da oferta de moeda no mercado doméstico gerava maior procura por cambiais, mais importantes que a oferta de insumos e produtos acabados, a qual, em geral, no Brasil, sempre foi insuficiente, sendo coberta, em larga medida, pelas importações (ver, *in fine*, as tabelas relativas ao câmbio e às emissões monetárias).

O *Funding Loan* de Campos Sales – na verdade, dos Rothschild, que o fizeram sustentar pelas receitas das alfândegas, sempre garantidas – inverteu a situação, ao custo do recolhimento do meio circulante e de sua destruição: em abril de 1908, cerca de 145 milhões de réis, um quinto da massa total, já tinham sido incinerados, o que permitiu elevar o câmbio a 16 pence. A política de valorização, por sua vez, pelo seu aspecto de retenção de estoques, contribuiu, à sua maneira, para acentuar a tendência. Tanto em virtude de suas modalidades funcionais, envolvendo uma complexa operação de compra e de estocagem de volumes apreciáveis de café, em três estados, quanto em razão de seu aspecto inovador, em termos de políticas públicas, a *valorization* merece um tratamento mais elaborado.

Uma política errática de valorização: o Convênio de Taubaté

Independentemente das manipulações que todos os governos praticavam em matéria de tarifas aduaneiras ou de compra e venda de ouro, em uma época de respeito quase sagrado pelo lastro ouro das moedas, a intervenção levada a cabo em uma "indústria" relevante como

a do café, inclusive pelos valores envolvidos na operação, constituiu uma novidade mundial em matéria de economia política (DELFIM NETTO, 1976; 2009), o que não deixou de ser registrado em veículos tão respeitáveis quanto já era então a *Economist*. O intervencionismo do Brasil, que era, na verdade, conduzido pelos três maiores estados da federação, não deixou de se deparar com reações muito negativas na Europa e nos Estados Unidos, onde a política foi tomada pelo que ela realmente era, uma especulação em detrimento dos consumidores e a favor de produtores quase monopolistas.

Antes mesmo da República, a produção de café do Brasil – estimada em mais de cinco milhões de sacas de 60 kg – já tinha ultrapassado mais da metade do volume total da produção mundial, então situada em pouco mais de nove milhões de sacas. Em 1904 e 1905, pouco antes do convênio, a produção do Brasil – na faixa de 10,5 milhões de sacas – já representava dois terços do volume global, pouco acima de 15,5 milhões. Ou seja, quase todo o aumento da produção foi devido inteiramente ao Brasil. Nessa época, os estoques de café já se elevavam a 11 milhões de sacos, equivalentes a 7/10 do consumo mundial. As arvores de café plantadas em 1902 prometiam para 1906 uma produção ainda mais espetacular, independentemente do fato de o governo paulista ter proibido novas plantações desde 1903.

O Convênio de Taubaté, portanto, não foi feito de afogadilho, mas resultou de deliberações longamente efetuadas entre os principais estados produtores (no início, com a presença, também, do Espírito Santo), todos buscando a sustentação dos cursos do café nos mercados mundiais em uma fase de oferta excedentária crescente. O acordo firmado em fevereiro de 1906 previa que os estados se esforçariam para manter os valores do café ao preço mínimo de 55 a 65 francos ouros por saco de 60 kg, podendo ir a até 70 francos ouros posteriormente. Ao mesmo tempo, os estados se comprometiam a estabelecer uma taxa de três francos ouros sobre cada saca exportada, montante a ser repassado à União para o pagamento de juros e amortização dos capitais necessários à execução da convenção; a União se comprometia a criar uma Caixa de Conversão para operar um segundo tipo de moeda, desta vez conversível, ao câmbio fixo de 15 pence por mil-réis (FRITSCH, 1988, p. 16).

O estado de São Paulo ficou encarregado de contrair empréstimos externos, garantidos solidariamente pelos três intervencionistas, até o valor estimado de 15 milhões de libras esterlinas, que seriam depositadas na Caixa de Conversão – em fase de criação sob a responsabilidade do novo presidente Afonso Penna. A caixa ficaria responsável pela emissão de moeda conversível, a ser emitida com o objetivo de sustentar um

câmbio fixo para a moeda. O presidente, aliás, era oficialmente convertido em árbitro para resolver quaisquer diferenças que surgissem entre os estados a propósito da aplicação da convenção.

Para obrigar à retenção da oferta, os estados se comprometiam a recolher dos exportadores um imposto equivalente à diferença entre o preço fixado e o valor de mercado, o que os desestimulava a vender abaixo do valor de referência. No entanto, para evitar a ruína de produtores tão importantes e do comércio em geral, o governo federal se comprometia a comprar de todos os produtores o café levado aos depósitos governamentais, à razão de 20 mil-réis por saca de 60 kg; uma emissão de 60 milhões de réis foi autorizada para tal efeito, o que foi julgado insuficiente pela Sociedade Nacional de Agricultura, que retrucou com a proposta de uma emissão de 180 milhões de réis. O novo monopólio do Estado federal sobre a mais importante atividade econômica do Brasil deve ter contribuído para enterrar o pouco de liberalismo econômico que talvez subsistisse entre as classes produtoras (pelo menos as agrícolas, pois as lideranças industriais sempre foram favoráveis ao intervencionismo estatal).

No plano diplomático, o serviço exterior foi chamado a negociar com os países consumidores a redução dos direitos alfandegários, a estimular o consumo por meio da propaganda oficial, a combater o uso da chicória e outros acréscimos ao café puro, a denunciar as falsificações ou, ainda, a tentar, na Inglaterra e no Extremo Oriente, substituir o chá pela valorosa bebida nacional. No plano interno também se cuidava de estimular o consumo, iniciativa similar ao registrado na França, em diversas épocas, em relação ao seu vinho. Curiosamente, pouco se falava da melhoria da qualidade do produto e de seu tratamento para a exportação, como começavam a fazer os concorrentes vizinhos – como a Colômbia –, que não esperavam poder bater o Brasil pela quantidade.

Na prática, a operação foi bem mais complicada do que o previsto no convênio assinado em Taubaté: o estado de São Paulo teve de se desempenhar sozinho para conseguir um empréstimo de três milhões de libras esterlinas junto aos banqueiros Schröder, de Londres – os Rothschild, dessa vez, foram totalmente contrários à operação –, e ao City Bank de Nova York; o montante era garantido pelo imposto de três francos ouros por saca exportada. Outra parte foi obtida junto aos principais importadores estrangeiros, que se dispuseram a adiantar até 80% do preço das sacas de café, se elas fossem encaminhadas a seus depósitos (no Havre, na Antuérpia, em Hamburgo, em Trieste etc.). Ao final, o estado de São Paulo ainda ficou com perto de oito milhões de sacas retidas em seus depósitos, um total expressivo, sob qualquer critério.

Um importador, Theodor Wille, se comprometeu a comprar parte dos estoques, mas apenas os de café de tipo superior, o que levantou protestos dos demais produtores (geralmente de Minas Gerais e do Rio de Janeiro).

O Banco do Brasil, recentemente criado, foi então autorizado pelo presidente Afonso Penna a emprestar seis milhões de réis ao estado de São Paulo, para que este pudesse adquirir os cafés de qualidade inferior (as autoridades financeiras, no Brasil, sempre demonstraram extrema sensibilidade para o salvamento de "indústrias" em perigo). O governo federal fez mais ainda: tentou obter um empréstimo de cinco milhões de libras junto aos "seus" banqueiros londrinos, os Rothschild, sendo inteiramente rechaçado na iniciativa, tendo ainda de sofrer a humilhação de uma carta aberta do próprio Lord Rothschild, afirmando que jamais comprometeria a credibilidade de sua instituição em uma "aventura" desse tipo.

São Paulo ainda teve de ceder a estrada de ferro Sorocabana a um consórcio franco-americano, em virtude de uma antecipação de dois milhões de libras esterlinas; o estado também renovou a proibição de se plantar novas árvores por cinco anos adicionais. Felizmente, uma colheita miserável, em 1907, acalmou os mercados e os nervos dos "estadistas" paulistas. A política de valorização também enfrentou obstáculos jurídicos, em função das operações de empréstimos externos que sustentaram a retenção dos estoques, à espera da valorização, justamente. Anos depois, em 1912, o procurador-geral de Nova York iniciou procedimentos antitruste contra os agentes do Comitê de Valorização da cidade, o que levou ao embargo de milhares de sacas de café ali estocados (FRITSCH, 1988, p. 28).

Ao final, o próprio Rothschild participou de nova operação de empréstimo externo destinada a financiar a liquidação da *valorization*, o que passou pela venda de todo o estoque retido em Nova York. Na prática, a valorização acabou aí, mas, pelo menos, a palavra já tinha sido incorporada ao vocabulário inglês; essa parece ter sido a grande contribuição do intervencionismo brasileiro à expansão da língua de Shakespeare.

Protecionismo comercial: por instinto e por necessidade

O outro grande conceito prevalecente na política econômica, muito debilmente contestado pelos poucos liberais presentes na vida nacional, era – pode-se dizer que ainda é – o do protecionismo,

aplicado sistematicamente tanto por razões supostamente defensivas e de promoção da indústria nacional – que, no entanto, era basicamente importadora de todos os seus insumos – quanto por motivos absolutamente fiscais, compreensivelmente bem mais poderosos que quaisquer outros. O mesmo visitante francês dos tempos do barão era obrigado a reconhecer que "*la Douane Fédérale est aujourd'hui une puissance*" (DENIS, 1909, p. 67); substitua-se "Aduana" por "Receita", e a frase mantém-se integralmente válida em nossos tempos.

O protecionismo instintivo, a tendência a insular a indústria nacional da concorrência estrangeira – uma espécie de stalinismo industrial *avant la lettre* que, aliás, continua presente nas atuais tentativas de verticalização da produção industrial –, não só promovia os interesses restritos dos poucos industriais nacionais e os defendia das ameaças vindas, nessa época, das primeiras potências industriais, mas também reduzia o coeficiente de abertura externa da economia, isolando o Brasil das pressões competitivas externas e diminuindo o peso das exportações sobre o PIB. Assim, mesmo mais do que duplicando o valor das exportações entre o final do Império e o período imediatamente anterior à Primeira Guerra, o Brasil conheceu, na verdade, uma redução da participação das exportações no Produto Interno Bruto (PIB), de aproximadamente 12% na fase anterior para menos de 10% em 1913 (tendência que continuou a se acentuar na República durante praticamente 80 anos).

Mesmo que certa literatura econômica – mais exatamente histórica – pretenda que os Estados Unidos sempre praticaram protecionismo extensivo e que a famosa "Tarifa Hamiltoniana" esteve na base da industrialização desse país, o fato é que o Brasil foi, no fundo e na forma, bem mais protecionista do que os Estados Unidos e do que quaisquer outros países ao longo do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX. A única ressalva que se poderia fazer era que, desde o início do Império até praticamente a Segunda Guerra Mundial, as tarifas exorbitantes sobre o comércio exterior (nos dois sentidos) tinham funções basicamente fiscais, mais do que defensivas (ver o quadro analítico ao final do artigo), o que igualmente era o caso, diga-se de passagem, dos Estados Unidos, onde o imposto sobre o comércio exterior também constituía uma das poucas fontes de receita atribuída pela Constituição à União.

A última tarifa do Império, aprovada em janeiro de 1889 por João Alfredo, era de tipo móvel, ou seja, procurava acompanhar a variação do câmbio. Rui Barbosa, logo ao início de 1890, efetuou a introdução da quota ouro, o que significava que ao menos uma parte do imposto aduaneiro teria de ser paga em moeda forte: originalmente fixada em apenas 2%,

essa fração subiu para 10% em 1898, para 25% em 1900, para 35% em 1905, até finalmente alcançar 60% em 1922, o que reflete, em grande medida, os impulsos inflacionários do período. Ainda em 1890, o mesmo Rui Barbosa presidiu a nova reforma tarifária: ela se aplicava a cerca de 1.100 itens da pauta, a maior parte a taxas fixas, com aplicação de tarifa adicional *ad valorem* a 89 itens; o nível mais elevado *ad valorem* era fixado em 60% (ALMEIDA, 2011).

Rodrigues Alves, ministro da Fazenda de 1894 a 1896 – antes, portanto, de se tornar presidente e chefe de Rio Branco –, efetuou nova reforma tarifária em abril de 1896, em sentido altamente protecionista: foi feita a supressão do adicional, mas houve a definição de duas pautas, uma geral e outra mínima, para utilização de acordo com conveniências da política comercial; o nível mais elevado *ad valorem* foi fixado em 84%. Bernardino de Campos, que o sucedeu, operou novas mudanças na pauta, com redução em certos itens e aumento considerável em outros; o nível mais elevado *ad valorem* passou então a ser de 200%; constatando-se que as receitas diminuíam, em lugar de aumentar, o mesmo ministro – em mais outra contribuição pioneira do Brasil à teoria econômica universal, desta feita antecipando em mais de 70 anos a famosa Curva de Laffer – decidiu revisar para baixo a tarifa anterior, via redução de vários itens, com vistas, obviamente, a fazer crescer os recolhimentos das alfândegas, absolutamente necessários à sobrevivência do Estado (ou seja, da União).

Finalmente, contrariando certa literatura que o acusa de liberal – ou até de neoliberal, conforme a prática atual –, o famoso Joaquim Murtinho, de pleno acordo com o outro liberal Campos Sales, implementou, em 1900, uma nova tarifa, que elevou bastante os direitos de importação; os objetivos, porém, eram essencialmente fiscais e muito pouco motivados por preocupações protecionistas. Foi revista a aplicação da tarifa *ad valorem* a 114 itens (sobre 1.070), sendo 100% o nível mais elevado; preservou-se também a dupla pauta, ou seja, a aplicação da tarifa mínima ao tratamento de favor e da tarifa em dobro como arma de represália comercial, como era hábito em outros paladinos do protecionismo comercial, como a França, por exemplo. Essa foi a tarifa que, com pequenas mudanças, manteve-se durante toda a gestão de Rio Branco à frente do Itamaraty, enquanto na Fazenda se sucediam cinco ministros.

Para que não persistam dúvidas sobre o quão protecionista era o Brasil nesse período, visualize-se a Tabela 3 a seguir, construída a partir de dados compilados pelos economistas Michael Clemens e Jeffrey Williamson (2001), que se dedicaram a comparar o grau de proteção efetiva

existente em diversos países mediante a "montagem" de uma alíquota tarifária média a partir do montante total das taxas de importação como fração do valor global das importações.

Tabela 3 – Tarifas Aduaneiras Comparadas, 1890-1913
(média tarifária a partir de receitas de importações sobre o valor total das importações)

Ano	G.-B.	EUA	Alemanha	França	Japão	Argentina	Brasil
1890	4,8	26,6	8,8	8	5,4	33.4	39,4
1893	4,9	23,6	8,5	11,2	3,5	28,9	24,2
1896	4,8	20,7	10,1	10,7	2,6	23,9	35,4
1897	4,8	22,1	9,4	10,8	2,4	25,7	41
1900	4,6	27	8,1	8,8	5,8	26,5	30,1
1903	6,4	26,9	8,5	8,4	5,2	24,9	38,9
1905	6,4	25,1	8.8	8,6	7	23.9	49,3
1907	5,1	23,4	7,4	8,2	9,5	23	44,6
1910	4,5	21	7,4	8,2	7,8	21,6	41,9
1913	4,4	17,7	6,3	9,2	10,1	20,8	34,2

Fonte: CLEMENS; WILLIAMSON, 2001.

Não é preciso dizer que certos países latino-americanos sempre foram – e provavelmente continuam sendo – os campeões absolutos das tarifas elevadas, em alguns casos até ao exagero, como exemplificado pelo próprio Brasil. Outros países, como os Estados Unidos, alegadamente protecionistas, em função de alíquotas altas em determinadas categorias especiais, ou de produtos seletivamente protegidos em função de *lobbies* ou políticas estatais, acabam sendo beneficiados por esse tipo de abordagem, já que a metodologia seguida, pode, por um lado, distorcer determinadas incidências da proteção comercial, ao passo que ela permite, por outro, uma visão mais clara sobre a orientação geral da política comercial do país em questão.

Não resta dúvida, porém, de que, se houve um país que exibiu "Tarifas Hamiltonianas" ao longo de toda a sua história, esse país foi claramente o Brasil, ainda que os motivos, como sempre ocorre nesses casos, fossem alegadamente fiscalistas, mais do que para atender aos instintos protecionistas, aliás, também sempre presentes na psique

nacional. De fato, no período aqui coberto – última década do século XIX e primeira do XX –, o peso dos impostos de importação no total das receitas públicas variou de 47% a 58%, segundo um estudioso da questão (SILVA, 1969, p. 225; 1983).

Uma velha geografia do comércio internacional

No plano da geografia comercial, a mesma concentração registrada na oferta de produtos exportáveis se reproduzia nas transações comerciais, com cinco ou seis países concentrando o grosso dos intercâmbios. No final do século XIX, em todo caso, o Brasil já tinha passado da esfera inglesa para a americana, pelo menos no que respeitava à compra do nosso principal produto de exportação, responsáveis que eram os Estados Unidos pela metade da absorção do café exportado. Com efeito, até meados do século XIX, a Grã-Bretanha ainda era dominante nos dois fluxos comerciais: fornecia mais da metade das importações brasileiras – embora seguida de perto pelos Estados Unidos e pela Alemanha – e absorvia perto de um terço das vendas externas – neste caso, seguida de perto pelos EUA, que a ultrapassaram logo mais à frente, pois se tornaram os destinatários de 43% das exportações do Brasil ao início da gestão Rio Branco (quase tudo café, obviamente). A Alemanha também passou a se destacar em diversas frentes dos intercâmbios externos e, crescentemente, nos investimentos diretos, ao lado da França e de alguns outros europeus.

Na região, as únicas trocas relevantes eram feitas com a Argentina, de cujo país o Brasil comprava trigo e exportava alguns poucos produtos primários (como a erva-mate, mas com uma demanda modesta), ainda assim por intermédio de comerciantes ingleses. A despeito do fato de que os dois países tinham rechaçado a proposta de uma "união aduaneira" hemisférica durante a primeira reunião internacional americana de 1889-1890, em Washington, eles nunca consideraram a hipótese de estabelecer alguma modalidade de área tarifária preferencial no Cone Sul, provavelmente em razão da baixa dimensão dos intercâmbios e de outros obstáculos de natureza bem mais política do que econômica.

No conjunto, o comércio exterior do Brasil estava bastante concentrado em um número restrito de mercados: de 1903 a 1914, mais de 80% das exportações se dirigiam para apenas cinco países (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França e Argentina), enquanto proporção quase similar das importações provinha de apenas seis países, acrescentando-se Portugal à lista, como se pode constatar na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Brasil: estrutura geográfica do comércio exterior

De 1903 a 1912-1914 (% do valor total)

	Exportações		Importações	
Países	**1903**	**1912**	**1903**	**1914**
Estados Unidos	41,2	39,1	11,3	17,5
Grã-Bretanha	19,3	11,9	28,3	23,8
Alemanha	14,8	14,3	12,3	16,1
França	9,4	9,8	8,8	7,8
Argentina	2,1	3,9	8,9	9,6
Portugal	--	--	7,2	5,1
Total dos cinco	*85,8*	*79*	--	--
Total dos seis			*76,8*	*79,9*

Fonte: M. BUESCU, *Evolução econômica do Brasil*, 1974, pp. 161-164.

Não existe, aqui, um movimento perfeito de parábola, mas se acrescentarmos a China contemporânea a esse conjunto de países – agregando-se os europeus no bloco da União Europeia –, pode-se dizer que esses mesmos países continuam a ser os parceiros comerciais mais importantes do Brasil nos cem anos decorridos desde então. Registre-se que a China, que passou a integrar novamente o seleto clube dos grandes comerciantes globais depois de praticamente dois séculos de ausência, figurava com menções sempre admirativas nas páginas do *Correio Braziliense*, editado por Hipólito da Costa, em Londres, de 1808 a 1823. De fato, ela era, até o final do século XVIII, uma das maiores economias planetárias, condição que ela retoma, atualmente, a partir de números sempre "assustadores", com respeito ao PIB, aos fluxos de comércio, ao consumo de matérias-primas e às reservas cambiais internacionais.

Na verdade, o descolamento da China da economia mundial não se deu tanto por causa da humilhação estrangeira – que foi real, em termos de ocupação imperial e de subordinação econômica, mas que buscava justamente integrá-la ao mundo do comércio e dos investimentos –, mas, mais exatamente, em função de seus próprios problemas internos: a decisão inicial de isolamento e de recusa de intercâmbios seguida de guerras civis e do "maoísmo delirante", que levaram, conjuntamente ou sucessivamente, a participação chinesa no PIB mundial de quase um terço do total para menos de 5%. Se parábola existe, ela é, portanto, a da própria China, neste caso invertida, em forma de U, pois reproduz o

movimento ascensional de uma economia que já foi a maior e uma das mais avançadas do mundo.

Quase ao final do Império, o Brasil tentou um acordo com o Império Qing, objetivando importar trabalhadores chineses para as fazendas de café, intenção devidamente repudiada pelos mandarins, que sabiam das humilhações sofridas pelos chineses que tinham emigrado para os Estados Unidos. No começo da República e na época do barão, as relações eram, no plano prático, praticamente inexistentes. Que a China hoje se alinhe entre os principais parceiros – de fato o maior – do Brasil no terreno do comércio (provavelmente, em pouco tempo, no terreno dos investimentos também), a despeito dos conhecidos desequilíbrios existentes, testemunha apenas a capacidade do Brasil de relacionar-se economicamente com as maiores economias planetárias, embora nem sempre com a substância e as orientações desejadas por suas lideranças econômicas. Os fazendeiros de café da época do barão, como provavelmente todos os seus sucessores, desde então, no governo e fora dele, dentre os exportadores do produto, sempre alimentaram o desejo de fazer com que os chineses tomassem, ao menos, uma xícara de café por dia. A esperança continua...

Quão dependente era o Brasil do financiamento internacional?

Se o Império era o déficit, a salvação eram os banqueiros ingleses. A República não mudou a situação, talvez a tenha mesmo agravado, pela anarquia financeira criada com a nova liberdade concedida aos estados e municípios de se endividarem no exterior, mesmo sem o aval da União. Os Rothschild foram confirmados como os agentes financeiros exclusivos do Brasil no exterior, mesmo que uma delegação do Tesouro, instalada em Londres desde o último terço do século XIX, permitisse preparar os frequentes lançamentos de bônus, em substituição ao trabalho meramente cosmético dos ministros da legação diplomática, alguns dos quais – como Penedo – tinham enriquecido com as generosas comissões oferecidas pelos mesmos banqueiros que lucravam, já de partida, com os *spreads* antecipados que recolhiam por título emitido.

Os trabalhos abundantes e minuciosos de Marcelo de Paiva Abreu (2002; 2006) sobre a contabilidade política do financiamento externo do Império e da República Velha nos dispensam de penetrar na descrição e na explicação da caótica arquitetura financeira construída antes de 1930, quando se interromperam, durante 15 anos, todos os fluxos de dinheiro novo em direção ao Brasil (e a todos os demais tomadores periféricos).

Antes da Primeira Guerra, e depois, na década de 1920, o Brasil pode ter sido um dos campeões das comissões bancárias pagas aos banqueiros da City, pelas numerosas emissões no mercado londrino, da mesma forma como, mais de meio século depois, o país fez a alegria de vários "loiros de olhos azuis" de Wall Street, nos anos da euforia de petrodólares abundantes, reciclados nas principais praças financeiras com as importações pagas por dependentes, como o próprio Brasil.

Os dados relativos ao balanço de pagamentos no Brasil monárquico e no início da República são bastante precários e sujeitos à caução, entre outros motivos por que as contas relativas a serviços são extremamente carentes de números fiáveis. Sabe-se, por exemplo, que a partir de meados do século XIX, com a expansão contínua das exportações de café – e de mais algumas culturas, como as vendas externas de algodão durante a Guerra Civil americana, sem mencionar o *boom* da borracha, que teve início no último quinto do século –, a balança comercial tendeu a tornar-se estruturalmente superavitária. Em princípio, os saldos comerciais positivos eram suficientes para cobrir parte da balança de serviços, sempre deficitária, bem como os juros e as comissões da dívida externa, mas diversas outras rubricas – como transportes internacionais – podiam permanecer a descoberto, bem como as próprias amortizações dos empréstimos anteriores, se por acaso os preços das *commodities* declinassem abruptamente. Nesse caso, o Tesouro era acionado para negociar novas emissões externas, invariavelmente feitas pela delegacia em Londres com os banqueiros oficiais do governo, os Rothschild. Novas praças financeiras se firmaram entre o final do século XIX e o início do XX, e os tomadores da República – União, estados e municípios – passaram então a diversificar suas emissões.

As tomadas de empréstimos no exterior eram, em todo caso, regulares e constantes, mas em perfis e montantes variados, em função das necessidades de caixa do Tesouro para cumprir com suas obrigações externas, estas sempre regulares, constantes e crescentes, como revelam os dados de juros, comissões e amortizações pagos aos banqueiros supridores do financiamento externo. A Tabela 5 a seguir (reproduzida de maneira integral ao final do trabalho) dá uma ideia da magnitude de algumas operações, embora não informe sobre o destino final dessas emissões.

Tabela 5 – Endividamento externo do Brasil, 1889-1914 (em mil libras esterlinas)

Anos	Empréstimos			Serviços externos			Saldo em circulação
	Entradas	Desconto por tipo	Entradas efetivas	Juros	Comissões	Amortizações	
1889	19.837	1.984	17.853	911	89	18.101	31.104
1893	3.170	853	2.317	1.448	16	403	33.487
1895	7.442	1.117	6.325	1.405	18	554	39.817
1896	1.000	-	1.000	1.902	22	615	40.203
1897	2.000	60	1.940	1.874	34	1.743	40.461
1899	2.908	-	-	359	15	1.196	42.020
1900	2.869	-	-	444	9	707	44.182
1901	16.031	396	14.219	1.297	15	217	59.996
1903	8.500	640	7.852	2.829	32	420	68.269
1904	2.062	327	1.735	2.967	33	465	69.866
1905	8.814	946	7.817	3.168	36	657	78.023
1906	10.290	1.129	9.161	4.148	41	658	87.656
1908	23.750	2.487	21.263	8.235	49	3.397	111.599
1910	18.200	2.695	15.505	6.415	58	3.625	128.260
1911	9.900	1.203	8.697	6.899	60	5.976	132.184
1913	19.620	487	19.133	7.529	67	6.913	144.233
1914	18.702	-	18.702	7.449	57	1.948	160.987

Fonte: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil (1987), pp. 541-542.

Em muitos casos, o lançamento de *Brazilian bonds* nos mercados financeiros estava destinado a investimentos reais, mas em vários deles, em especial os de maior volume, o objetivo era o de cobrir déficits em divisas. Durante todo o período, a balança comercial foi sistematicamente superavitária, permitindo cobrir, com folga, os juros e a amortização da dívida pública, sempre crescentes; o orçamento público, por sua vez, tinha tendência a acumular déficits, cobertos por emissões internas. Ainda no plano externo, os dados brutos das operações financeiras não esclarecem as dimensões e a virtual anarquia existentes no nebuloso terreno das emissões dos estados e municípios, que tantos problemas causaram às autoridades federais a partir da moratória declarada em 1931.

A última operação do Império – justamente um empréstimo de consolidação, aprovado pelo Parlamento já na República – foi toda consumida na amortização dos empréstimos feitos em 1865, 1871, 1875 e 1886, em uma conversão que, na verdade, reduziu ligeiramente o endividamento total, a essa altura em torno de 31 milhões de libras esterlinas. De 1890 a 1892, não ocorreram novas entradas, em função inclusive dos debates constitucionais e da crise política então vivida no país, a qual culminou com a substituição de Deodoro pelo "Marechal de Ferro", Floriano, imortalizado em passagens inesquecíveis em *Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (o mesmo que se permitia zombar do Itamaraty e dos diplomatas, que não sabiam, como um de seus personagens, falar javanês). Em 1893, o que se teve, mais precisamente, foi uma operação da Estrada de Ferro de Minas Gerais, na verdade destinada à compra de armas pelo governo, em função das revoltas ocorridas no sul do país e no levante da Armada, em plena capital da República; 1894 foi novamente um ano sem novas operações externas, embora, em todos os anos, as remessas a título de juros, comissões e amortizações continuassem constantes e ligeiramente ascendentes.

Em face das necessidades da Marinha, seriamente prejudicada pela revolta conduzida pelo almirante Custódio de Melo e depois por Saldanha da Gama, de 1893 a 1895, o governo realizou, no último ano, nova operação de mais de sete milhões de libras (do tipo 85, ou seja, com 15% de deságio imediato), para cobrir gastos com o fornecimento de material ao corpo naval. As duas operações que antecederam o *Funding Loan* de 1898, respectivamente em 1896 e em 1897, foram emergenciais, de curto prazo (de um e de dois anos), destinadas unicamente a cobrir déficits incontornáveis, até que o governo conseguisse negociar novo empréstimo de consolidação, o que foi feito justamente pelo presidente eleito Campos Sales (PALAZZO, 1999). O ingresso efetivo dos recursos só se deu dois anos depois, após cumpridos todos os trâmites internos, inclusive para assegurar que as receitas das alfândegas do Rio de Janeiro estivessem realmente comprometidas com as garantias.

A "era do barão" foi de relativa tranquilidade na abertura de novos créditos externos para o governo, inclusive de novas consolidações de empréstimos anteriores, todos negociados pelo Ministério da Fazenda, pela Delegacia do Tesouro em Londres. No entanto, junto com a "normalização" do crédito externo para a União tem início uma onda de lançamentos em diversas praças estrangeiras por parte de diversos estados e mesmo de cidades, geralmente capitais, em um crescendo que

só conheceu uma interrupção, ainda assim temporária, durante a guerra, para novamente se intensificar na década de 1920, até o desastre total, em 1930, a partir de quando o Brasil não recebeu um centavo sequer de financiamento bancário externo durante 15 anos seguidos. Toda a história está suficientemente bem contada nos livros de Valentim Bouças (1942; 1946) para ser aqui resumida.

A elite republicana, entre o câmbio e o café

Em contraponto à instabilidade da primeira década republicana, que assistiu a uma dezena de ministros se sucedendo na Fazenda, Rio Branco só teve a tratar, praticamente, com dois ministros dessa pasta, que o acompanharam ao longo de sua "década diplomática": José Leopoldo de Bulhões Jardim (por duas vezes, no início e quase ao final de sua gestão no Ministério das Relações Exteriores) e David Moretzohn Campista, frequentemente citado em despachos e em outros expedientes do ministério. Pandiá Calógeras, que, a seu pedido, elaborou às pressas um interessante livro de história monetária do Brasil (1910), para a III Conferência Internacional Americana, em 1906, só ocupou a Fazenda bem mais tarde, na fase final da Grande Guerra europeia.

A preocupação maior – quase obsessiva, pode-se dizer, e isso até hoje – da elite brasileira (e dos diplomatas servindo no Rio de Janeiro) era a volatilidade cambial, independentemente da tendência histórica à desvalorização, que na verdade seguia o recurso às emissões irresponsáveis. Apenas para se ter uma ideia da amplitude da baixa cambial, registre-se que na década anterior à Proclamação da República, ou seja, na última década do Império, o câmbio oscilou em torno de 22 pence por mil-réis; já na segunda década da República, ou seja, nos tempos do barão ministro, o câmbio esteve pouco acima de 13 pence por mil-réis (FERREIRA, 1965, p. 88), uma desvalorização considerável, mas explicável em função do caos da primeira década republicana e do esgotamento de quase todas as possibilidades de financiamento, depois da crise do Barings, provocada pela Argentina, das guerras civis no Brasil e do conflito de Canudos, situação apenas amainada depois do *Funding Loan* (que começou a fazer efeito, justamente, apenas dois ou três anos depois). A confusa operação da valorização do café tampouco ajudou a restabelecer a credibilidade financeira da República, embora não a tenha agravado.

Apesar de as oscilações do meio circulante poderem ser, em parte, responsáveis pela deterioração cambial, o fato é que os preços do café têm

muito a ver com a degringolada do valor externo do mil-réis. Abstraindo-se o comportamento errático a cada safra, sempre em um movimento de gangorra, mas propenso ao excesso de oferta, o fato é que os preços do café tenderam a oscilar para baixo, *et pour cause*: observando-se o valor médio do principal produto brasileiro de exportação nas duas décadas aqui consideradas, tem-se que a saca de 60 kg caiu de um média decenal de 63 mil-réis (ou 2,52 libras esterlinas), de 1891 a 1900, para apenas 32 mil-réis (ou 1,87 libras) no período que vai de 1901 a 1910 (IBGE, 1987, p. 91). Não só as oscilações periódicas, mas também o declínio dos preços do produto devem ter desestimulado de vez, no barão, o sonho de retirar-se um dia para uma aposentadoria bem-merecida em alguma "fazendola de café" do interior de São Paulo.

A "agenda econômica" do Barão do Rio Branco: a economia política da diplomacia brasileira

O barão esteve, de fato, ativo na vida diplomática brasileira apenas nos últimos 20 anos de sua vida, pois os 20 ou 30 anos anteriores podem ser considerados como de "preparação" ou de "construção" – no sentido de *Bildung*, ou formação – ao que ele fez depois, como responsável, parcial ou integral, pelos temas mais relevantes das relações exteriores do Brasil: as fronteiras, certo, mas também o relacionamento hemisférico e internacional, nos seus diversos componentes. Ter acompanhado o pai em missões no Prata, ter estudado as campanhas militares e o grande conflito na região, ter penetrado nos mais minuciosos detalhes de nossa cartografia colonial constituíram, por assim dizer, os tijolos sobre os quais ele construiu um dos mais sólidos legados diplomáticos – se não o maior – de nossa história, alcançando o *status*, como frequentemente registrado, de único diplomata que pode ser considerado um *founding father* e um herói da pátria.

Dá-se por estabelecido que os temas principais dos quais se ocupou o barão eram essencialmente políticos, alguns até com consonância militar, como era a custosa corrida armamentista naval com a Argentina, na qual a economia entrava mais pelo lado orçamentário do que pelo da política econômica externa. Qual era, então, o contexto econômico, brasileiro e internacional, no qual atuou o barão? Em que medida as condições estruturais da economia brasileira ditaram-lhe os limites de sua ação diplomática e com qual grau de autonomia ele pôde atuar, a despeito da precariedade da base econômica nacional e da escassez de meios

materiais, sobretudo financeiros, ou de "excedentes de poder", como se costuma frequentemente lembrar quando se invoca a pequena capacidade de atuação externa do Brasil?

Desse ponto de vista, existe uma nítida diferença entre os 10 primeiros anos da atuação "diplomática" do barão – ou seja, pós-consular –, nos quais se ocupou de questões de limites, com uma chefia de legação ao final, e os 10 anos que se seguiram, quando ele recolheu, finalmente, as glórias que lhe cabiam e continuou imprimindo sua marca indelével na condução da diplomacia como um todo. Muito do que ele fez, inclusive quanto aos gastos, se deu em função da estabilização conduzida pela dupla Campos Sales/Joaquim Murtinho, da confiança que tinham nele não só o presidente da República, mas também a quase totalidade da opinião pública, e também porque ele sempre foi um grande conhecedor – e manipulador? – da imprensa, exercendo sua pluma com maestria nos dois lados do balcão (se assim se pode falar de seu trabalho mais discreto de articulista e de "alimentador" de matérias favoráveis nos jornais).

Na passagem para a República, o Brasil estava em meio aos "tremores" da transição do escravismo para o trabalho assalariado; as elites agrárias ainda pretendiam que os imigrantes trazidos para as fazendas de café, com a finalidade de substituir os escravos dispensados, os obsequiassem com uma obediência servil próxima da submissão destes últimos. Coincidentemente, o barão começou no serviço diplomático da República como superintendente-geral do Serviço de Imigração para o Brasil na Europa, voltando depois ao consulado em Liverpool, até ser chamado para a Questão de Palmas. Logo depois, ele foi igualmente convocado para o assunto do Oiapoque, e nisso se passaram quase 10 anos de "vida diplomática" (que, a rigor, toma uma feição "clássica" apenas na designação para a legação em Berlim).

No plano das políticas econômicas, a primeira década foi suficientemente confusa, errática e turbulenta, para que a segunda aparecesse como relativamente tranquila, ou pelo menos isenta de catástrofes inflacionárias ou cambiais. Mesmo com as exportações de café crescendo, absoluta e relativamente, na pauta brasileira e nos mercados internacionais, a participação do Brasil no comércio mundial permaneceu modesta, tanto quanto continua sendo um século depois (na faixa de 1% dos intercâmbios globais, com um aspecto de parábola qualitativa pela sua composição). Rio Branco, como quase todos os outros tribunos da República – aos quais seria um exagero chamar de estadistas – se atinha à política de valorização do café como política de governo; no entanto, em face da montanha russa que era a situação dos mercados e dos preços,

como da própria produção brasileira, é provável que tenha desistido, no curso de seu longo mandato, de seu antigo projeto de "aposentadoria cafeeira", com vistas a se dedicar apenas a seus livros de história.

Em outra vertente, a importância do Brasil como absorvedor regular de capitais estrangeiros – tanto de investimentos diretos quanto de fluxos puramente financeiros – era proporcionalmente maior, como continuou sendo desde então, com grandes intervalos em função de crises (externas ou internas). O Brasil não chegava a igualar a escala da Argentina na atração qualitativa de capitais, mas também foi capaz de mobilizar grandes volumes financeiros – e, mais importante, de *know-how*, majoritariamente inglês, nessa época – para os empreendimentos de infraestrutura que se incorporavam ao cenário nacional sob o regime das parcerias público-privadas (com juros garantidos, geralmente de 6%), predominante no final do Império e no começo da República. Do início da República, em 1890, a 1913, o estoque dos investimentos diretos britânicos no Brasil saltou de 68,6 milhões de libras esterlinas para 224 milhões, em face dos 357 milhões aplicados pelos britânicos na vizinha Argentina (CHEVALIER, 1993, p. 133). No total, em 1913, o Brasil concentrava 30% do investimento estrangeiro aplicado na América Latina e 5,4% do total mundial desses ativos (FRANCO, 1989, p. 12).

Ao final do período do barão, a geografia do capital estrangeiro na estrutura dos investimentos diretos se tinha diversificado bastante: capitalistas franceses, alemães, belgas e norte-americanos aumentaram significativamente seus aportes, tanto em termos de fluxos quanto de estoque, o que também se explica pela ausência de inadimplências (o Império jamais deixou de honrar seus compromissos, mesmo à custa de renegociações penosas) ou de insolvências, que eram resolvidas, justamente, com empréstimos de consolidação. Cem anos atrás, o *spread* brasileiro podia ser elevado em função dos riscos normalmente associados a países periféricos agroexportadores, mas não em função de moratórias unilaterais, como ocorreu diversas vezes a partir da Segunda República (ou como foi o caso, aos tempos do barão, com a Venezuela, sempre relembrada pelos seus "dissabores" com os credores).

No plano da política comercial, a despeito de ter conhecido a Inglaterra nos velhos tempos liberais, ou seja, antes que ela voltasse a aderir ao princípio das tarifas protetoras, já em pleno século XX, o barão conformou-se inteiramente às tendências de sua época e aos instintos acirradamente protecionistas das elites políticas e econômicas brasileiras. Nada indica que ele discordasse, no fundo ou na forma, das orientações gerais do governo em matéria de acordos comerciais ou de preferências

tarifárias, chegando até a demonstrar uma preocupação excessiva com a estrita reciprocidade que ele considerava que o Brasil deveria exigir da Argentina, no caso concreto das exportações de café e das importações de trigo (ou de farinhas), recusando-se, em consequência, a conceder ao país platino as mesmas vantagens que o Brasil concedia aos Estados Unidos.

Rio Branco escudava-se nas pífias compras de café brasileiro pelo vizinho, para negar-lhe concessões que só poderiam beneficiar o próprio Brasil; em 1906 e 1907, por exemplo, as importações argentinas do café brasileiro, de um total global de 15 milhões de sacas de 60 kg exportadas pelo Brasil, se situaram de 160 a 180 mil sacas, em face das mais de 5,2 milhões de sacas que iam para os Estados Unidos, das quase três milhões, nos casos da Alemanha e da França, e mesmo das 1,5 milhão para a pequena Bélgica. No cômputo geral, as relações de comércio com a Argentina foram sempre desequilibradas durante todo o mandato do barão: na média, embora crescentes ambos os fluxos, as importações (mais de 13% do valor total, em 1901) representavam o dobro das exportações brasileiras (apenas 2% do total no mesmo ano); as vendas argentinas eram de dois milhões de libras, em 1902, contra apenas um milhão em compras; o "desequilíbrio comercial" alcançou, em 1912, 4,7 milhões de libras nas exportações argentinas para o Brasil, contra apenas 2,9 milhões de libras esterlinas de vendas brasileiras ao país platino (IBGE, 1987, p. 526). Durante toda a República Velha, e mesmo durante a depressão da década de 1930, não houve um único ano em que as exportações brasileiras conseguissem alcançar sequer dois terços das vendas argentinas ao Brasil. Isso talvez explique a negativa do barão e de muitos outros responsáveis em sequer examinar a hipótese de um acordo comercial de liberalização recíproca entre os dois países; independentemente dos humores, se temia uma piora no intercâmbio.

Rio Branco talvez considerasse, como certos mercantilistas contemporâneos, que o único comércio bilateral aceitável era o estritamente equilibrado, quando não inteiramente favorável ao Brasil. Com efeito, como não deixou de notar o ministro francês no Brasil à época de Rio Branco, o barão d'Anthouard:

> [U]n des facteurs essentiels de la politique extérieure brésilienne est un attachement inébranlable au protectionnisme. Il dérive de cette idée que le Brésil, à l'exemple des États-Unis, doit avant tout créer sa propre industrie nationale e lui réserver son marché intérieur. En même temps l'élévation des tarifs pourvoit à une nécessité fiscale, les droits d'importation étant la principale source de revenus du budget (ANTHOUARD, 1911).

Esse aspecto da orientação do barão com respeito à relação comercial com a Argentina – a exigência, economicamente irracional, de uma estrita reciprocidade bilateral para o intercâmbio de mútuos favores e de um comércio equilibrado entre as partes, no limite favorável ao Brasil – merece ser aprofundado em um estudo sobre seu pensamento econômico, com vistas a determinar o que dele permanece, ainda, na memória coletiva do Itamaraty e em seus exercícios práticos de política comercial internacional. O bilateralismo das trocas, se possível favoráveis ao Brasil, pode estar na base dessa espécie de "barganha instintiva" que permeia toda nossa diplomacia comercial – na verdade, todo o mercantilismo bem administrado do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt) – e que volta e meia reaparece, mesmo inconscientemente, cada vez que alguns alertas se acendem na balança comercial.

Junto com o controle de capitais – que, na verdade, sempre existiu no Brasil, haja vista nossa adesão puramente teórica ao padrão ouro, mas que se tornou obsessivo depois de 1930 –, a preocupação com o estrangulamento cambial, derivado de saldos comerciais insuficientes para cobrir o déficit crônico da balança de serviços, sempre constituiu o pesadelo de todos os ministros de finanças, o que também impeliu gerações de diplomatas a se digladiarem nos foros comerciais em prol do direito do Brasil de controlar (e até coibir) importações.

Se desenharmos novamente um movimento da parábola em relação à nossa ideologia comercialista, a mesma reação aparece, atualmente, no tocante ao acordo de comércio automotivo com o México, considerado positivo enquanto permitiu nossas vendas naquela direção, mas que de repente se descobriu altamente negativo, quando o fluxo se inverteu. Na verdade, o Brasil não exibe nenhuma parábola protecionista, mas sim o mesmo comportamento estacionário em termos de políticas comerciais defensivas desde meados do século XIX – alimentadas inclusive por uma classe empresarial adepta, ainda que de forma não consciente, de List e de Manoïlesco. Essas posturas são interrompidas apenas, muito fugazmente, por pequenos impulsos de abertura, logo revertidos, tão pronto o déficit comercial se projeta nas transações correntes e desperta velhos temores, secularmente vividos no país desde o nascimento da nação independente.

Aparentemente, Rio Branco nunca aderiu a David Ricardo, ou sequer a John Stuart Mill, bem conhecido no seu tempo, pois o *Principles of Political Economy* (1848) teve diversas edições na segunda metade do século XIX. Tampouco se encontram reflexos, nos escritos do barão, ou referências, nos muitos discursos e comentários práticos, ao "sistema americano de economia" ou aos protecionistas europeus, embora ele fosse

amigo de Paul Leroy-Beaulieu, economista francês liberal (cunhado do ministro Michel Chevalier, que concluiu o tratado de livre comércio com a Grã-Bretanha, em 1860), mas totalmente favorável ao colonialismo e, logicamente, portanto, aceitando o exclusivismo comercial das metrópoles (LEROY-BEAULIEU, 1891).

Provavelmente, como tantas outras personalidades brasileiras da passagem do século, Rio Branco apenas se rendia ao *Zeitgeist* em matéria de políticas comerciais, cujas tendências, naquele *fin-de-siècle*, foram de um nítido *retour en force* do protecionismo, a começar pela França e pela Alemanha, com recrudescimento nos Estados Unidos e em outros países. Em uma era de acordos bilaterais de comércio contendo uma modalidade restrita, condicional e limitada da cláusula de nação mais favorecida, muitos países passaram a adotar duas tarifas: uma "de favor", para eventuais acordos comerciais, outra "normal", para todos os demais casos. Foi o que ocorreu então no Brasil, o que também correspondia, mais do que a necessidades prementes, a velhas reações mercantilistas, parte da herança mental portuguesa das elites.

O culto que sempre se rendeu ao barão no Itamaraty, com um acatamento quase religioso de suas principais posições em política externa, pode ter contribuído, neste caso, para atrasar significativamente um exercício de integração econômica com a Argentina, ou pelo menos de liberalização comercial recíproca, propostas que Hélio Jaguaribe defendia pioneiramente desde o início da década de 1950, mas que só puderam começar a ser seguidas, de fato, em meados da de 1980, depois que os dois países emergiram de seus períodos ditatoriais militares. É certo que, na primeira metade do século XX, as principais determinações em matéria de política comercial incumbiam quase que exclusivamente ao Ministério da Fazenda – o Itamaraty só adquiriu preeminência nessa área a partir da implantação de um sistema multilateral de comércio, no pós-Segunda Guerra, com a introdução do Gatt –, mas o barão teria, de imediato, peso decisivo em toda e qualquer decisão de liberalização comercial bilateral, caso ele estivesse realmente convencido de seus bons efeitos para a economia brasileira. Aparentemente, não era o caso (e nunca o foi depois...).

No plano financeiro, tendo vivido na Europa durante boa parte de sua vida – em dois grandes centros financeiros, por sinal –, Rio Branco tinha uma ideia precisa do "valor das coisas", tanto que resolveu "pagar", literalmente e de forma bastante generosa, a compra do Acre, não só na fase preliminar – quando se dispôs a indenizar, imediatamente, o Bolivian Syndicate –, mas também na fase conclusiva de um difícil acordo, cujos

termos e magnitude receberam críticas de vários setores da opinião pública e parlamentar, inclusive daquele que tinha sido convocado pelo próprio presidente como negociador do processo, o advogado e amigo Rui Barbosa.

Em todo caso, os 35 mil contos "gastos" na compra do Acre reverteram em ganhos apreciáveis para o governo federal nos anos seguintes. É verdade que, no final da década, a construção da Madeira-Mamoré, entregue ao investidor símbolo da era dos "barões ladrões", o americano Percival Farquhar, delongava-se em atrasos e em gastos ampliados em relação ao originalmente projetado, o que suscitou reclamações dos bolivianos. Contudo, neste caso, como em outros assuntos de relevância primordial para o Brasil, o barão considerava que a política internacional da nação não podia cingir-se a limites orçamentários muito estritos. Diferente era o caso das canhoneiras que tinham sido encomendados aos estaleiros britânicos. As limitações financeiras eram, obviamente, preocupações reais, tanto quanto a inútil competição militar com a Argentina. O sentido geopolítico do barão lhe dizia que os dois países não podiam reproduzir na América do Sul, ainda mais por motivos pífios, o grau de animosidade e de frágeis equilíbrios que subsistia na Europa das grandes potências. Ainda assim, Rio Branco sustentou a continuidade do programa de rearmamento naval, em andamento desde 1906. A bem da verdade, registre-se que ele tinha plena consciência do entorno estratégico e que teria preferido, em lugar de três *dreadnoughts*, maior número de barcos de menor porte; entretanto, não convinha voltar atrás, sob pressão argentina, para não perder a face e dar um motivo de razão aos adversários aparentes.

Na competição com a Argentina pelo prestígio internacional e, de certo modo, pela "audiência hemisférica" – na verdade, por uma relação especial com os Estados Unidos, nação com a qual se buscava uma aliança informal ou "não escrita", na expressão de Burns (1966) –, o barão tinha consciência de que os argentinos estavam bem à frente do Brasil em termos de riqueza e de disponibilidade de recursos, podendo se permitir exercícios de exibicionismo explícito. Em 1909, por exemplo, quando a competição com a Argentina prosseguia a todo vapor, a distância de prosperidade material entre os dois países atingiu, provavelmente, seu ponto mais extremo, em um tempo no qual a Argentina superava vários países europeus em renda per capita, para se aproximar decisivamente dos níveis dos Estados Unidos, já então o país mais rico do mundo nesse quesito.

Segundo cálculos uniformizados pelo economista historiador Angus Maddison (2001), a renda dos brasileiros não alcançava 15% da dos americanos – 776 dólares (atualizados), contra mais de cinco mil dólares para os americanos –, ao passo que a Argentina chegava ao máximo de seu esplendor econômico, com uma renda per capita de 3.700 dólares, ou 73% da renda dos americanos (cinco vezes superior à do Brasil). A distância em termos de renda per capita do Brasil em relação aos Estados Unidos ainda se agravou no início da Primeira Guerra (MADDISON, 2009), para declinar lentamente depois disso, mas nunca chegou a ultrapassar um terço dos níveis americanos, por acaso a mesma proporção a que foram reduzidos, atualmente, os argentinos, depois de mais de 80 anos de declínio regular e constante a partir de uma das mais privilegiadas posições, em termos de bem-estar, nas Américas (e no mundo).

Em todo caso, a concepção grandiosa que o barão fazia da (e para a) política externa do Brasil não guardava qualquer timidez quando se tratava de solicitar novos e maiores recursos do orçamento, inclusive para a modernização do próprio ministério, até então muito acanhado. Tanto é assim que ficou famosa a frase atribuída a seus críticos, em relação às manifestações de gastança do seu titular em casa própria, se é possível dizer: "Haja dinheiro, senhor barão!"

Releve-se, no entanto, que a tão propalada voracidade orçamentária do Itamaraty aos tempos do barão não sustenta o teste empírico: observando-se as despesas da União com os ministérios mais relevantes – sendo que o da Justiça encaixa-se perfeitamente na tendência geral –, verifica-se que o aumento das despesas nominais inscritas no orçamento governamental, de 1902 a 1912, não supera o da Marinha, sendo apenas 2,8 superior àquele do início da década transcorrida, o que não leva em consideração, entre outros fatores, a erosão inflacionária que deve ter ocorrido no período (ver tabelas dos gastos ministeriais no apêndice estatístico). Elas eram, acima de tudo, extremamente modestas no confronto com outros órgãos do executivo; durante o Império, aliás, gastava-se mais com a intendência do palácio imperial do que com toda a diplomacia; desde então, essas despesas sempre foram consistentemente inferiores aos gastos da Presidência da República (ALMEIDA, 2005).

Incidentalmente, a decisão do barão de abrigar no Brasil não só a III Conferência Internacional Americana, em 1906, mas também diversas outras reuniões internacionais – entre elas, congressos científicos, antes e depois disso – obrigava o ministério e todo o governo a sustentar enormes gastos preliminares de construção de locais, bem como, durante e depois, todo o cerimonial ao estilo europeu, que o barão se obrigava a manter.

Nada de inédito neste aspecto, tampouco; como já foi dito várias vezes, em diversas épocas, não existe nenhuma política externa ambiciosa que seja barata, o que a experiência recente ainda confirma.

Isso o Brasil já sabe; no entanto, talvez já esteja em tempo de proclamar, por analogia, que não existe nenhuma educação de qualidade que seja barata. O corpo diplomático é, provavelmente, o estamento mais educado (e o mais "destacado", em duplo sentido) da nação; pode-se apenas lamentar que, como nos tempos do Império e durante grande parte da República, o resto da nação não tenha direito, ainda, à mesma excelência educacional do seu serviço exterior.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva. A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931. *Estudos Econômicos*, v. 15, n. 2, pp. 167-189, 1985.

_____ (Org.). *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. Os *Funding Loans* brasileiros, 1898-1931. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 32, n. 3, pp. 515-540, 2002.

_____. Brazil as a debtor, 1824-1931. *Economic History Review,* v. 59, n. 4, pp. 765-787, 2006.

ACCIOLY, Hildebrando. *Actos internacionaes vigentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1937.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. As relações econômicas internacionais do Brasil na primeira fase da era republicana (1889-1945). In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). *Relações internacionais*: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003. pp. 153-186.

_____. *Formação da diplomacia econômica no Brasil*: as relações econômicas internacionais no Império. 2. ed. São Paulo: Senac; Brasília: Funag, 2005.

_____. A política comercial do Brasil no contexto internacional, 1889--1945. *Revista História e Economia*, v. 8, n. 1, pp. 59-78, jan.-jun. 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Historiografia econômica brasileira: uma tentativa de síntese bibliográfica. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, v. 11, n. 21, pp. 5-21, jul. 2012.

ANTHOUARD, Le Baron d'. *Le Progrès Brésilien*: la participation de la France, étude sociale, économique et financière. Paris: Librairie Plon, 1911.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BANDEIRA DE MELLO, Afonso de Toledo. *Politica Commercial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Departamento Nacional de Estatística, 1933.

BOUÇAS, Valentim F. *História da dívida externa estadual e municipal*. Rio de Janeiro: Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, 1942. v. 10. (Finanças do Brasil.)

_____. *História da dívida externa da União*. Rio de Janeiro: Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda: Jornal do Comércio de Rodrigues & C., 1946. v. 15. (Finanças do Brasil.)

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República*: os anos de apogeu, de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BUESCU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Apec, 1974.

BULMER-THOMAS, Victor. *The economic history of Latin America since Independence.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*: Rio Branco and the Brazilian--American Relations. New York: Columbia University Press, 1966.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política monetária do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1910. (Tradução de *La politique monétaire du Brésil*, reeditada em 1960).

CHEVALIER, François. *L'Amérique Latine, de l'Indépendance à nos jours*. 2. ed. Paris: PUF, 1993.

CLEMENS, Michael; WILLIAMSON, Jeffrey: A Tariff-Growth Paradox?: Protection's Impact the World Around, 1875-1997. *NBER Working Paper*, n. 8.459, 2001. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w8459>.

CUNHA, Brazílio Itiberê da. *Expansão econômica mundial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

DEAN, Warren. Economy. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Brazil, Empire and Republic, 1822-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. pp. 217-256.

DELFIM NETTO, Antonio. O mercado cafeeiro sem a intervenção governamental (1857-1906). In: PELÁEZ, Carlos Manuel; BUESCU, Mircea (Coords.). *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro: Apec, 1976. pp. 27-48.

_____. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2009.

DENIS, Pierre. *Le Brésil au XXe siècle*. Paris: Librairie Armand Colin, 1909.

FERREIRA, Pinto. *Capitais estrangeiros e dívida externa do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

FRANCO, Gustavo. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.

_____. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana (1889--1989). Rio de Janeiro: Campus, 1989. pp. 11-30.

FRITSCH, Winston. *External Constraints on Economic Policy in Brasil, 1889--1930*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *Estatísticas históricas do Brasil, séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v. 3 (Estatísticas retrospectivas.)

LEFF, Nathaniel H. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991.

LEROY-BEAULIEU, Paul. *Traité de la Science des Finances*. 5. ed. Paris: Guillaumin, 1891.

MADDISON, Angus. *Monitoring the World Economy 1820-1992*. Paris: OECD, 1995.

_____. *The World Economy*: A Millennial Perspective. Paris: Development Centre Studies, 2001.

_____. *Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP, 1-2006 AD*; disponível: http://www.ggdc.net/Maddison/.

PALAZZO, Carmen Lícia. *Dívida externa*: a negociação de 1898. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1999.

PALAZZO, José Truda. *Estudos de economia internacional*. Porto Alegre: Sulina, 1964.

RICUPERO, Rubens. Acre: o momento decisivo de Rio Branco. In: PEREIRA, Manoel Gomes (Org.). *Barão do Rio Branco*: 100 anos de memória. Brasília: Funag, 2012. pp. 119-161.

SENNA, José Júlio. *Política monetária*: ideias, experiências e evolução. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SILVA, Gerson Augusto da. La Reforma Aduanera en Brasil. In: MACARIO, Santiago et al. *Hacia una Tarifa Externa Común en América Latina*. Buenos Aires: BID: Intal, 1969. pp. 215-255.

_____. *Estudos aduaneiros.* Brasília: Ministério da Fazenda: Esaf, 1983.

SCHLITTLER, Hélio. Tendências e características gerais do comércio exterior no século XIX. *Revista de História da Economia Brasileira*, ano 1, n. 1, pp. 5-21, jun. 1953.

TOPIK, Steven. *Political Economy of the Brazilian State, 1889-1930*. Austin: University of Texas Press, 1987.

VERSIANI, Flávio; SUZIGAN, Wilson. *O processo brasileiro de industrialização*: uma visão geral. Brasília: UnB: Departamento de Economia, 1990.

Anexos estatísticos e analíticos

Papel-moeda emitido e taxas de câmbio, 1888-1913

(milhares de contos de réis; cotações da libra esterlina: pence/mil-réis, ao final de cada ano)

Ano	Emissões	Câmbio	Ano	Emissões	Câmbio
1888	203	27,06	1901	680,5	12,29
1889	206,8	25,81	1902	675,5	11,87
1890	298,5	21,88	1903	675	11,89
1891	511,5	12,09	1904	673,7	13,03
1892	561,2	13,38	1905	669,5	16,72
1893	631,9	10,19	1906	702,2	15,41
1894	712,4	10,72	1907	743,6	15,2
1895	678,1	9,16	1908	724,1	15,16
1896	712,4	8,68	1909	854,7	15,25
1897	755	7,09	1910	925	16,16
1898	780	7,77	1911	991	16,2
1899	733,7	6,96	1912	1.013	16,23
1900	699,6	9,84	1913	896,8	16,08

Fonte: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil (1987), pp. 483-484, 546-549.

Evolução da política comercial brasileira, 1889-1918

Data	Medida	Características
1889 (26/1)	Tarifa João Alfredo	Última tarifa do Império, de tipo móvel, acompanhando a variação do câmbio
1890 (10/3)	Tarifa Rui Barbosa	Introdução da quota ouro: uma parte do imposto teria de ser paga em moeda forte: originalmente 2%, que subiu para 10% em 1898, para 25% em 1900, para 35% em 1905 e 60% em 1922
1890 (11/10)	Rui Barbosa	Reforma tarifária: cerca de 1.100 itens, a maior parte a taxas fixas, com aplicação de tarifa adicional *ad valorem* a 89 deles; nível mais elevado *ad valorem*: 60%
1896 (20/4)	Tarifa Rodrigues Alves	Tarifa altamente protecionista: supressão do adicional, mas definição de duas pautas, uma geral e outra mínima, para utilização de acordo com conveniências da política comercial; nível mais elevado *ad valorem*: 84%
1897 (4/3)	Bernardino de Campos	Mudanças na pauta, com redução em certos itens e aumento considerável em outros; nível mais elevado *ad valorem*: 200%
1897 (17/12)	Bernardino de Campos	Revisão da tarifa anterior, para aumentar a receita geral das alfândegas, via redução de vários itens
1899 (22/11)	Tarifa Joaquim Murtinho	Implementada em 1900, a Tarifa Murtinho elevou bastante os direitos de importação, com objetivos porém essencialmente fiscais; aplicação de tarifa *ad valorem* a 114 itens, sobre 1.070, sendo o nível mais elevado 100%; preservou a dupla pauta: aplicação da tarifa mínima ao tratamento de favor e tarifa em dobro como arma de represália comercial
1911-1918	Revisões e reformas parciais da tarifa	1911: isenções e franquias especiais a determinadas categorias de bens 1912 e 1918: mudanças nos valores de alguns itens

Fonte: ALMEIDA, 2011, com base em ALMEIDA, 2005, quadro 25.1, pp. 579-581; MELLO, 1933; SILVA, 1983; ACCIOLY, 1937.

Endividamento externo do Brasil, 1889-1914
(em milhares de libras esterlinas)

Anos	Empréstimos			Serviços externos			Saldo em Circulação
	Entradas	Desconto por tipo	Entradas efetivas	Juros	Comissões	Amortizações	
1889	19.837	1.984	17.853	911	89	18.101	31.104
1890	-	-	-	1.306	14	207	30.897
1891	-	-	-	1.299	15	318	30.579
1892	-	-	-	1.279	15	399	30.180
1893	3.170	853	2.317	1.448	16	403	33.487
1894	-	-	540	1.430	18	558	32.929
1895	7.442	1.117	6.325	1.405	18	554	39.817
1896	1.000	-	1.000	1.902	22	615	40.203
1897	2.000	60	1.940	1.874	34	1.743	40.461
1898	1.421	-	-	1.053	25	1.574	40.308
1899	2.908	-	-	359	15	1.196	42.020
1900	2.869	-	-	444	9	707	44.182
1901	16.031	396	14.219	1.297	15	217	59.996
1902	-	-	-	2.331	26	227	59.769
1903	8.500	640	7.852	2.829	32	420	68.269
1904	2.062	327	1.735	2.967	33	465	69.866
1905	8.814	946	7.817	3.168	36	657	78.023
1906	10.290	1.129	9.161	4.148	41	658	87.656
1907	5.650	284	5.366	4.690	52	2.060	91.246
1908	23.750	2.487	21.263	8.235	49	3.397	111.599
1909	4.300	498	3.802	6.851	53	2.214	113.685
1910	18.200	2.695	15.505	6.415	58	3.625	128.260
1911	9.900	1.203	8.697	6.899	60	5.976	132.184
1912	4.200	531	3.669	6.882	62	4.858	131.526
1913	19.620	487	19.133	7.529	67	6.913	144.233
1914	18.702	-	18.702	7.449	57	1.948	160.987

Fonte: IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil* (1987), pp. 541-542.

Despesas da União, ministérios selecionados, 1902-1912
(contos de réis)

Anos	Fazenda	Exército	Marinha	Itamaraty
1902	126.712	45.935	24.513	2.592
1903	174.659	50.703	30.485	3.266
1907	228.828	57.882	58.316	5.303
1910	246.386	90.297	60.196	5.775
1912	241.052	96.273	73.306	7.285
1912/1902	*1,9*	*2,1*	*2,9*	*2,8*

Fonte: IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil* (1987), pp. 574-576. (Cálculos do autor.)

Rio Branco diante do Monroísmo e do Pan-Americanismo: anotações*

Gelson Fonseca Jr.[1]

Introdução

A aproximação entre Brasil e Estados Unidos não começou com a República; ganhou impulso, contudo, depois de 1889. A relação, com Rio Branco, adquiriu consistência e levou o eixo tradicional da diplomacia brasileira, apoiado nas relações com as potências europeias, a uma gradual substituição pela "aliança não escrita" com os Estados Unidos[2]. Na gestão de Rio Branco, do ângulo político, a aproximação teve dois momentos definidores: a criação da embaixada em Washington, em 1905; e a realização, no ano seguinte, no Rio de Janeiro, da III Conferência Internacional Americana. Em ponto menor de importância, valeria acrescentar a proposta apresentada na IV Conferência Internacional Americana (Buenos Aires, 1910), na qual a delegação brasileira, seguindo sugestão de Nabuco, naturalmente aprovada pelo barão, tentou introduzir

* O autor agradece a leitura e os comentários de Celso Lafer, Rubens Ricupero, Eugenio Vargas Garcia, Luiz Felipe Seixas Correa, Luis Claudio Villafañe, e as observações de Benoni Belli. Agradece também o auxílio prestado com eficiência por Rosiane Rigas, Paula Valle e todo o pessoal do Arquivo Histórico do Itamaraty.

1 O autor é diplomata, mas o texto é apresentado a título pessoal.

2 Demétrio Magnoli caracteriza, com precisão, o processo: "Como regra, o enquadramento da política externa brasileira na moldura do Pan-americanismo é associada diretamente com a proclamação da República. Essa interpretação, superficial, assenta-se sobre uma confusão entre dois processos que não são idênticos: a substituição da polaridade britânica pela americana, de um lado, e a absorção do Pan-americanismo como concepção do mundo e doutrina diplomática, de outro. O primeiro é anterior à República, ainda que se tenha completado com o gesto da Proclamação. O segundo é posterior à mudança de regime e constitui a obra principal do Barão de Rio Branco na sua longa gestão da Pasta de Relações Exteriores, entre 1902 e 1912" (MAGNOLI, 1977, p. 207). Para a definição do "paradigma americanista", ver Pinheiro (2004), e Soares de Lima (1994). A expressão "aliança não escrita" foi cunhada por um historiador norte-americano, Bradford Burns (1966).

uma moção de reconhecimento à Doutrina Monroe. Não obteve sucesso, mas a atitude marcou simbolicamente um dos elementos centrais da "ideologia" da aproximação: o apoio ao Monroísmo. Para reconstituir o processo que levou à proposta daquela moção, serão examinados, neste ensaio, aspectos do Monroísmo e do Pan-Americanismo. Não se dirá nada de novo, pois sobre esses temas há uma longa lista de excelentes textos, a começar pelos de João Frank da Costa (1968), Bradford Burns (1966) e Rubens Ricupero (2002) (sem contar as biografias clássicas de Álvaro Lins – 1965 – e Luiz Vianna). Assim, o que se procura é sublinhar e reorganizar o já conhecido.

A controvérsia sobre a aproximação dos Estados Unidos

O exame do clima intelectual nos primeiros anos do século XX mostra que a aproximação não se faz sem alguma polêmica[3]. Ainda que as ideias de Rio Branco tenham prevalecido e que a "aliança não escrita" com os Estados Unidos tenha sido uma de suas realizações de mais longo alcance ao definir um novo paradigma de inserção diplomática do Brasil nas Américas e no mundo (que perdurou, com variações, até a década de 1950), não persistiram sem controvérsia. A crítica mais conhecida à política de Rio Branco foi a de Oliveira Lima, que chama a atenção por se tratar de um historiador conhecido e de um diplomata que chegou a ter pretensões de assumir a chancelaria[4]. No principal órgão brasileiro de debate de temas continentais, a *Revista Americana*, se há defensores frequentes da adesão do Brasil ao Monroísmo, não faltam críticos[5]. A controvérsia intelectual tem uma contrapartida diplomática: os debates sobre as vantagens (ou desvantagens) de alinhamento com posições americanas ocorrem frequentemente nas reuniões das Conferências Internacionais Americanas. Em vários temas, a aliança entre Brasil e Estados Unidos nos opõe aos latino-americanos, como aconteceu explicitamente na IV Conferência.

Vale observar inicialmente que a questão da aliança com os Estados Unidos tem sido objeto de vários estudos recentes no Brasil e que, de certa maneira, desperta hoje mais interesse acadêmico do que

[3] PINTO, Alessandro de Rezende. *Os discursos contrários ao Pan-americanismo e o contexto histórico, social e institucional no Brasil entre 1889 e 1912*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2009.

[4] LIMA, M. de Oliveira. *Pan-americanismo*: Bolivar, Monroe e Roosevelt. Brasília: Senado Federal, 1980. ALMEIDA, Paulo R. de. O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (Orgs.). *Rio Branco*: a América do Sul e a modernização da Brasil. Brasília: Funag, 2002.

[5] CASTRO, F. L. Vale. *O Pan-americanismo nas páginas da Revista Americana*. Mimeo.

o trabalho do barão no encaminhamento dos problemas de fronteira. A explicação talvez seja simples. O tema das fronteiras se encerrou; houve um ponto final quando se concluíram as demarcações. Haverá narrativas contraditórias, especialmente se contrastarmos as brasileiras com a de alguns historiadores de países vizinhos[6]. No entanto, em qualquer circunstância, estamos diante de "atos jurídicos perfeitos". A especulação se fixa no passado, já que não existem mais "problemas de fronteira" para o Brasil. No caso da aliança com os Estados Unidos, o que começou com Rio Branco sofreu variações e alimentou debates contínuos durante os últimos cem anos, por várias razões.

De fato, a relação com os Estados Unidos não era questão que se reduzisse ao universo do bilateral. É evidente que comportava aspectos exclusivamente bilaterais, como as negociações tarifárias, mas não são os que importam decisivamente. A aproximação dos Estados Unidos implicava mudança do eixo da política externa com consequências significativas para as relações do Brasil com os países vizinhos, para as relações do Brasil com a Europa; em suma, para a presença internacional do país. Em outro plano, a aliança poderia ir além da diplomacia e adquirir, em obras de autores como Joaquim Nabuco, dimensão identitária manifesta por expressões de admiração pela civilização americana, transformada em exemplo a ser seguido (e mesmo pelo modelo político, como ocorreu com a Federação, adotada pela Constituição de 1889)[7].

A abrangência das implicações derivava do fato de que estávamos redefinindo a relação com uma potência que, naquele momento, detinha clara hegemonia continental (embora concentrada ainda na América Central e no Caribe) e ensaiava passos para irradiação universal. Ora, a escolha que um país (naquele momento, periférico na ordem internacional) faz em relação aos donos do poder traz consequências necessariamente amplas (seja quando adere à liderança seja quando a contesta). Os contornos ideológicos da liderança americana eram dados pela Doutrina Monroe e, com outra lógica, pelo Pan-americanismo. O segundo não pode ser compreendido sem a primeira, mas são modos diversos de ação diplomática e de criação de espaços de legitimidade. Requerem reações diplomáticas diferentes, como veremos.

Com a solução do problema das fronteiras, Rio Branco encerrou um capítulo da história diplomática brasileira; com a aproximação dos Estados Unidos, abriu um capítulo que continua a ser objeto de debate

[6] Ver a contribuição de Synesio Goes Filho para este livro (Rio Branco, inventor da história).

[7] BETHELL, V. L. Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, n. 88, dez. 2010.

de historiadores e que foi, em vários momentos, "reatualizado", como nos períodos em que surgiram controvérsias sobre os rumos da política externa brasileira.

Doutrina Monroe: a perspectiva brasileira

A origem e o sentido da Doutrina Monroe são bem conhecidos[8]. Diante da fragilidade do processo de independência da América Latina, ainda sujeito a movimentos restauradores, o presidente Monroe definiu a política norte-americana para o continente, voltada a impedir que as potências europeias retomassem as antigas colônias, de tal sorte que qualquer manifestação nesse sentido seria considerada inamistosa pelos Estados Unidos[9]. A doutrina articulava, assim, de que maneira os Estados Unidos agiriam diante de ameaças extracontinentais aos seus vizinhos. Faz parte do repertório diplomático o anúncio de plataformas doutrinárias; os Estados Unidos gostam da prática e, para a América Latina, a Política da Boa Vizinhança, a Aliança para o Progresso, são as mais conhecidas. Embora diferentemente das propostas recentes, que orientam projetos definidos, a Doutrina Monroe não nasceu com alto grau de consistência. Sublinhava um de seus intérpretes em 1923, quando a doutrina ainda era referência fundamental da política externa dos Estados Unidos:

> [...] Knowing the subsequent place of the Monroe Doctrine in human affairs, is somewhat confused at the undramatic and almost casual way in which Monroe here and there introduces the great principles which were forever after to bear his name and to serve as the basis for his country´s foreign policy from that day to this[10].

A Doutrina Monroe foi consagrada no Artigo 21 do Pacto da Liga das Nações como "entendimento regional", característica que, aliás, não tinha originalmente; no entanto, foi a expressão imposta pelos Estados

---

8 CLELAND, V. R .G. *One Hundred Years of the Monroe Doctrine*. Los Angeles: Times-Mirror Press, 1923. PERKINS, D. *The Monroe Doctrine, 1867-1907*. Baltimore: The John Hopkins Press, 1937. A formulação inicial é resumida por Cleland: "*1. The United States will not involve itself in European affairs; 2. The United States will not permit the restoration of Spanish rule upon the American continent by a combination of European powers; 3. No European power may extend its political system beyond its present limits in either of the Americas; 4. The Americas are no longer open to colonization by a European power*" (CLELAND, 1923, p. 45).

9 [...] The American continent, by the free and independent condition which they have assumed and mantain, are henceforth not to be considered as subjects for future colonization...we should consider any attempt on their part [potências europeias] to extend their system to any portion of this hemisphere as dangerous to our peace and safety [...]. It is impossible that the Allied Powers should extend their political system to any portion of either continent without endangering our peace and happiness; nor can we believe that our southern brethren, if left to themselves, would adopt it to their own accord. It is equally impossible, therefore, that we should behold such interposition, in any form, with indifference." (ROOT, 1914, p. 10).

10 CLELAND, V. R .G. *One Hundred Years of the Monroe Doctrine*. Los Angeles: Times-Mirror Press, 1923. p. 15.

Unidos para que a comunidade internacional reconhecesse a posição da América Latina na esfera de influência norte-americana. Na verdade, a doutrina nasceu e se desenvolveu com três características principais: a *unilateralidade*, a *ambiguidade* e a *plasticidade* (ou seja, a adaptabilidade a circunstâncias, expressa nos corolários).

A doutrina origina-se da declaração unilateral do governo norte--americano de atender a interesses próprios: sua necessidade de segurança. Em artigo de 1914, o ex-secretário de Estado Root interpreta clara e, creio, corretamente o sentido da doutrina, ao afirmar:

> The doctrine is not international Law but it rests upon the right of self-protection and that right is recognized by international Law [...]. It is well understood that the exercise if the right of self-protection may and frequently does extend in its effect beyond the limits of territorial jurisdiction of the state exercising it[11].

Os que criticam a doutrina podem ter o mesmo entendimento. De fato, em linha similar e com natural contundência, argumenta Eduardo Prado:

> [...] Há setenta e um anos que escritores, oradores e políticos americanos explicam que aquilo [a Doutrina Monroe] não é um compromisso nem uma aliança; há setenta e um anos que, por palavras, atos e omissões, o Governo de Washington praticamente demonstra a significação restrita e, por assim dizer, platônica, das palavras de Monroe, e, ainda hoje, há quem tenha a superstição de tomar aquilo ao pé da letra. A estultícia parece que é invencível[12].

Para traduzir em linguagem de ciência política, a doutrina, para Prado, é um "disfarce ideológico": esconde pretensões, não as revela[13].

A unilateralidade não é incompatível com a segunda característica da doutrina, que carrega uma medida de ambiguidade. Monroe disse o que pretendia, sugeriu objetivos de política externa, mas não exatamente quais

---

[11] ROOT, E. The Real Monroe Doctrine. In: AMERICAN SOCIETY OF INTERNATIONAL LAW AT ITS ANNUAL MEETINGS, 1914. Proceedings... apr. 1914. p. 6, v. 8. Para complementar o argumento e mostrar que a doutrina era uma afirmação do interesse especial dos Estados Unidos nas Américas, em 1916, disse Bushnell Hart: "*It is the daily common-sense recognition of the geographical and political fact that the United States of America is by fact and by right more interested in American affairs, both on the northern and southern continentes, than any European power can possibly be. What is called the Monroe Doctrine, in all its varieties and ramifications, is only an attempt to apply this simple principle to changing needs and conditions*" (HART, 1916, p. 2). No léxico de nossos dias, estava desenhada a ideia de "preemptive war" como uma hipótese de "legítima defesa".

[12] PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1958. p. 18. (A primeira edição, confiscada pelo governo, é de 1894.).

[13] Um autor contemporâneo a estuda como "mitologia". Ver COLEMAN, K. M. The Political Mythology of the Monroe Doctrine: reflection on the social psychology of hegemony. In: MARTZ, J. D.; SCHOULTZ, L. (Eds.). *Latin America, the United States and the Inter-American System*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1980. p. 97.

meios utilizaria para realizá-los. A doutrina estendia proteção aos países americanos e, ao mesmo tempo, por não dizer como protegeria, oferecia aos Estados Unidos legitimidade antecipada para agir (unilateralmente) em questões latino-americanas. É um auto-oferecimento, o que fere a ideia de que a legitimidade, para se realizar, depende da aceitação daqueles para os quais se dirige. Não obstante, admita-se que da doutrina são permitidas uma leitura benigna (a oferta de garantias para as novas soberanias) e uma perversa (controle norte-americano sobre a existência de ameaça e a maneira de agir para protegê-las, se agir). Como diz Cleland:

> The purpose, then, of Monroe´s message was both to safeguard the independence of the Latin American countries and at the same time to protect the interests of his own country. Altruism and self-interest were this combined in about equal parts in the Doctrine[14].

Na verdade, o altruísmo era parte do interesse, pois a oposição a intervenções europeias era condição para afirmação da segurança dos Estados Unidos no continente.

Finalmente, a doutrina teve, porque não é precisa, a vantagem da plasticidade e, de fato, adaptou-se a várias circunstâncias, com os corolários que chegaram (como no caso do Corolário Polk) a preconizar algo que equivaleria ao oposto das ideias originais de Monroe, justificando intervenções em assuntos latino-americanos e aquisição de territórios (Califórnia e Novo México, além das posteriores incursões centro-americanas e caribenhas) pelos Estados Unidos[15]. Como diz Dexter Perkins:

> In the development of the Monroe Doctrine, one of the most extraordinary and interesting objects of study must be the evolution of a doctrine which was intended for the protection of Latin American states by the United States into one that justified and even sanctified American interference in and control of affairs of the independent republics of this continent[16].

As características da doutrina condicionaram à sua lógica as maneiras diplomáticas de reagir. Em uma perspectiva estrita, diante de sua

---

[14] CLELAND, V. R .G. *One Hundred Years of the Monroe Doctrine*. Los Angeles: Times-Mirror Press, 1923. p. 32. Sobre a ambiguidade da Doutrina Monroe, ver LINS, A. *Rio Branco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p. 333.

[15] O que leva os críticos a dizer que o campo das nações latino-americanas "*was kept inviolate against Europe in order that it might be saved for the United States*" (CLELAND, op. cit. p. 58).

[16] PERKINS, D. *The Monroe Doctrine, 1867-1907*. Baltimore: The John Hopkins Press, 1937. p. 396. A citação é a primeira frase do capítulo intitulado "Non intervention becomes intervention", que começa justamente com o episódio da Emenda Platt.

unilateralidade, a opção era *apoiá-la* ou *rejeitá-la*, o que valeria como sinal (ou não) de aproximação com os Estados Unidos. A própria formulação da doutrina oferecia os caminhos retóricos: ou o apoio (*a doutrina como proteção*) ou a crítica (*a unilateralidade e o controle*). Demonstrar que a proteção é útil interessa diplomaticamente; é, portanto, o primeiro passo no argumento de quem vai apoiá-la. Foi o que Rio Branco fez no conhecido artigo que escreveu sobre o tema, sob o pseudônimo J. Penn, "O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo", que visava justamente contestar os "desdenhosos da Doutrina Monroe" que se arvorariam de "genuínos intérpretes e propagadores do pensamento político do Império". Ora, o primeiro elemento de defesa que fez o barão de sua política foi o argumento da continuidade, citando Rodrigues Alves: "[...] Não tenho feito mais do que seguir a política traçada desde 1822 pelos fundadores da nossa Independência e invariavelmente observada por todos os governos que o Brasil tem tido[17]." Não deixa de ser curioso, mas explicável, que a defesa da "mudança de eixo" se justificasse pela noção de continuidade, certamente porque a continuidade (ainda que limitada, distorcida) era um fator de legitimidade das políticas externas[18]. No entanto, a noção de continuidade não era totalmente injustificada, afinal o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a Doutrina Monroe e a propor, nela baseada, uma "aliança ofensiva e defensiva com a Grande Nação do Norte", com o propósito de prevenir alguma agressão portuguesa. Como explicou Rio Branco, os Estados Unidos rejeitaram a ideia da aliança voltada para a segurança e propuseram um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado em 1828. Vale insistir: para Rio Branco, a aproximação dos Estados Unidos não representava *explicitamente* ruptura com a tradição, cuja opinião diferia da de Nabuco.

A outra linha de argumentação diz respeito às vantagens concretas obtidas pela aliança com os Estados Unidos, que aumentaria a capacidade brasileira de enfrentar situações de conflito. Um dos exemplos teria sido o apoio americano para fazer cessar a ocupação francesa do Amapá, em 1840, e evitar uma reocupação, em 1895. Ainda, os poderiam tomar atitudes que favoreceriam o prestígio internacional do Brasil, como no caso do convite para integrar o Tribunal Arbitral que julgou, em Genebra, as reclamações americanas contra a Inglaterra no caso do Alabama.

---

[17] RIO BRANCO, Barão do. O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo. In: SENADO FEDERAL. *Revista Americana*: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919). Brasília: Funag: CHDD, 2001. p. 119 e segs. (Publicado originalmente no *Jornal do Commercio* e reproduzido pela *Revista Americana*.)

[18] A credibilidade da diplomacia se funda, entre outros fatores, em comportamentos consistentes no tempo; daí, a valorização da continuidade, mesmo quando se muda de comportamento. Para uma discussão do problema, ver FONSECA JR., Gelson. Política externa brasileira: padrões e descontinuidades no período republicano. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 29, pp. 15-32, mar. 2011.

Finalmente, a aproximação dos Estados Unidos serviu para Rio Branco como instrumento de diplomacia preventiva, pois "Washington sempre foi o principal centro de intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião"[19].

A essas razões objetivas, há ainda outra a acrescentar, formulada por Nabuco (mais do que por Rio Branco) e de alcance mais abstrato, quase utópico: a ideia de que as Américas constituiriam um mundo à parte, construindo uma civilização diferente, mais livre e mais pacífica do que a europeia, que estava corroída pelas disputas de poder. Paulo Reis Pereira, ao analisar a atuação diplomática de Nabuco em Washington, chama a atenção para os motivos que explicam a adesão do embaixador ao Monroísmo. O primeiro, próximo ao argumento de Rio Branco, era a necessidade de proteção do território brasileiro contra pretensões imperialistas de potências europeias. O segundo é definido como o "ideal de união americana, considerada como uma esteira de progresso e desenvolvimento contínuo para o alcance do bem-estar social dentro dos Estados das Américas num primeiro momento e, depois, mediante irradiação dessa civilização, dos Estados do mundo inteiro"[20]. Nessa visão, a aliança iria além da diplomacia: a adesão ao Monroísmo teria força simbólica, exprimindo uma identidade de valores, de modo de estar no mundo.

Para quem utiliza a chave negativa, como Oliveira Lima e, anteriormente, Eduardo Prado, a doutrina é simplesmente um estratagema ideológico norte-americano para levar adiante sua vontade de dominação da região ao sul do Rio Grande[21]. O interesse de proteger não seria real – o que suporia que atendesse a reclamos dos latino-americanos e, sobretudo, não fosse seletivo, já que, na realidade, só se manifestaria quando coincidente com vantagens efetivas para os Estados Unidos. Conceitualmente, a doutrina explicitava o conteúdo hegemônico em conjunto com o Corolário Roosevelt, que legitimava as intervenções norte-americanas na América Central e no Caribe. De maneira contundente e direta, segundo Oliveira Lima:

---

[19] RIO BRANCO Op. cit. p. 139.

[20] PEREIRA, P. J. dos Reis. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos*: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). São Paulo, Hucitec, 2006. p. 141.

[21] Aliás, não faltam manifestações de explícita vontade imperial dos Estados Unidos. Aguilar cita várias, como uma do senador Platt, depois da Guerra Hispano-Americana: "*Every expansion of our territory has been in accordance with the irresistible law of growth [...]. The history of territorial expansion is the history of our nation´s progress and glory. It is a matter to be proud of [...]. We are today the most wealthy nation on the face of the globe [...]. The statemanship of the present and the future is to extend our commercial relations and secure markets for our marvelous surplus production [...].*" Para uma análise abrangente do discurso americano, ver AGUILAR, Alonso. *Pan-Americanism from Monroe to the Present*: a view from the other side. New York: Monthly Review Press, 1968. p. 41. (A primeira edição é mexicana, de 1965.)

> O irmão mais velho anda neste momento armado de cacete (o *big stick* preconizado pelo atual presidente e que aliás faz parte dos trastes da Casa Branca) para chamar à ordem as irmãs malcriadas e, quando lhe parece, não trepida em despojar qualquer delas de um adorno mais vistoso ou do melhor do seu mealheiro. Foi o que aconteceu no Panamá com a mana Colômbia[22].

Ora, exigira cuidado, contudo, o apoio à doutrina que, desde McKinley, mas especialmente com o Roosevelt e seu corolário, tornara explícita a vocação hegemônica dos Estados Unidos. Resolvido o problema inicial, o de apoiá-la, surgia o segundo, especialmente delicado: como apoiá-la. A solução mais simples seria a apropriação coletiva de seu lado positivo. Lembremos que a doutrina, ao propor uma rota de legitimidade para as ações unilaterais dos Estados Unidos na América Latina, trazia uma medida de incomodo, mesmo para os que a apoiavam[23]. Daí, um dos objetivos marcantes dos primeiros movimentos do sistema interamericano foi justamente o de multilateralizar a Doutrina Monroe, ou seja, transformar as decisões unilaterais norte-americanas em decisões compartilhadas[24]. É curioso notar que mesmo a Doutrina Drago, vista como o contraponto latino-americano ao Corolário Roosevelt, pretendia, em um primeiro momento, justamente multilateralizar a Doutrina Monroe[25]. O mesmo vale para Oliveira Lima e certamente para Nabuco e Rio Branco. Como diz Burns:

> During the Rio Branco period, a majority of the Brazilians upheld the traditional view that the Monroe Doctrine required hemispheric cooperation and responsibility. Unwilling to accept the doctrine passively, Rio Branco and

---

[22] A citação está em MALATIAN, T. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: Edusc, 2001. p. 193. A obra de Malatian é primorosa na reconstituição do pensamento de Oliveira Lima e mostra como evoluiu de uma atitude francamente Monroísta (desde seu serviço em Washington, sob Salvador de Mendonça, até a de crítico acerbo do imperialismo americano).

[23] Afonso Arinos anota que, mesmo Rodrigues Alves, depois de deixar a presidência, manifestou dúvidas sobre a "política de excessivos compromissos com os Estados Unidos", especialmente em vista da atitude americana no caso do plano de valorização do café de 1912. Ver ARINOS, Afonso. *Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p. 282, v. 1; p. 675, v. 2.

[24] O argumento de que o multilateralismo pode limitar a potência hegemônica é recorrente na história das relações interamericanas. Um exemplo interessante é a defesa que Roberto Campos faz da Força Interamericana de Paz: "Tal como a concebia o presidente Castello Branco, [...] a Força Interamericana de Defesa restringiria a possibilidade de intervenções unilaterais de Washington. Era um instrumento que credenciaria os latino-americanos a exigir de Washington uma mediação coletiva, antes de decisões unilaterais de intervenção [...]. As intervenções deveriam ser precedidas de a) Consulta e consentimento coletivo para a intervenção; b) De determinação da natureza e seriedade da ameaça à segurança continental." CAMPOS, R. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. p. 756. A disposição de multilateralizar continuou no sistema, e Félix Pacheco, ao final da década de 1920, falou em "continentalizar" a doutrina.

[25] Diz Drago, ao usar a Doutrina Monroe para justificar a sua: "*Le recouvrement manu militari des emprunts implique l´occupation territoriale, laquele suppose la supression ou la subordination des gouvernements, Cette situation contrarie ouvertement les principes maintes fois proclamés par les nations de l´Amérique et particulierement la doctrine de Monroe, si eficcacement soutenue et défendue par les États-Unis, doctrine à laquelle la República Argentina a déjà adheré implicitement*." DRAGO, L. M. *La Doctrine Monroe, Note diplomatique du Gouvernement Argentin à son représentant à Washington, en date du 29 Décembre, 1902*. Paris: Imprimerie A. Eyméoud, 1903. p. 8.

> Nabuco sought to share its responsibilities and benefits with the United States by making it a part of the hemispheric law enforceable by the cooperative action of the principal republics. [...] To be acceptable to the Brazilians, the Monroe Doctrine had to be the responsibility of the hemisphere, and they unlike the North Americans, insisted and persisted in giving it a collectivist interpretation[26].

O objetivo de multilateralizar a Doutrina Monroe culminou na tentativa de levar o tema explicitamente à IV Conferência Internacional Americana; entretanto, como veremos, não foi adiante. Contudo, já se pode antecipar que uma das razões derivava do próprio sentido unilateral da doutrina[27].

Ainda no plano multilateral, a segunda hipótese de reação à Doutrina Monroe seria a construção de uma alternativa latina ao Monroísmo, recuperando e modificando a tradição bolivariana modificada (afinal, Bolívar convidou os Estados Unidos para o Congresso do Panamá). Os países latino-americanos, contudo, se reuniram sem os Estados Unidos, para resistir aos propósitos imperialistas deste país. O projeto, que se cogitou na Venezuela em 1905, fazia parte do acervo de intelectuais latino--americanos, como Alberdi[28]. Em despacho para a legação em Caracas, naquele momento chefiada por Oliveira Lima, Rio Branco descartou a ideia. Malatian o reproduz, e vale transcrevê-lo porque mostra de que maneira o barão analisava as relações entre o Brasil e a América Latina no contexto Monroísta:

> Devo desde já dizer que o Governo brasileiro não concorrerá de modo algum para que se forme semelhante liga e nela não entrará, caso possa vir a ser constituída por algumas nações do nosso continente. Tenho motivos para acreditar que o México, a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia e o Peru também se absterão de tomar parte nessa manifestação de desconfiança e hostilidade ao Governo de Washington. Mesmo que se pudessem unir em tal pensamento sessenta milhões de latinos ou latinizados que vivem desde o México até o Cabo de Horn, ainda assim a liga seria, nos nossos dias,

[26] BURNS, E. Bradford Burns. *The Unwritten Alliance: Rio Branco and the Brazilian-American Relations*. New York: Columbia University Press, 1966. p. 147.

[27] Comentando a fria reação americana à nota de Drago, citada anteriormente (nota 25), Whitaker faz um interessante paralelo entre as duas doutrinas (a Drago e a Monroe), ambas voltadas para conter intervenções europeias na América Latina, e mostra que começam a diferir nos métodos: se Drago propunha multilateralizar a defesa, Roosevelt a implementaria unilateralmente. Ademais, prossegue Whitaker: "*[...] Instead of abolishing intervention in the Western Hemisphere, Roosevelt explicitly sanctioned this practice and claimed for the United States a monopoly of the right to engage in it. [...] Whereas Drago confined his proposal to forcible intervention for the collection of public debt, the Roosevelt corollary applied to intervention of all kinds and for whatever purpose.*" WHITAKER, A. *The Western Hemisphere Idea*: its rise and decline. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1954. p. 96.

[28] AGUILAR, Alonso. Op. cit. p. 38.

> perfeitamente inócua para a grande República do Norte e só prejudicial para as nações coligadas, em grande parte atrasadas e enfraquecidas pelas convulsões políticas, guerras intestinas, pronunciamentos militares e ditaduras periódicos ou sucessivas[29].

O despacho retrata uma atitude essencial para compreender a maneira como Rio Branco lidava com o Monroísmo. Somos parte da América Latina, mas somos "diferentes". A atitude vem do Império. O contraste entre a estabilidade brasileira e a instabilidade dos vizinhos era um dado da identidade nacional, com implicações diplomáticas (uma delas, a não participação das reuniões latino-americanas convocadas ao longo do século XIX para unir o continente contra pretensões imperiais europeias). No entanto, é justamente a diferença que abre uma porta, a bilateral, para uma perspectiva própria para lidar com os Estados Unidos.

De fato, a terceira reação reduziu a doutrina ao que pode valer no plano bilateral. A doutrina era uma moldura abstrata de que nos valemos para ganhos específicos. Inverteu-se o modelo imperialista e tratou-se de fazer que o hegemônico servisse a nossos interesses concretos. Partiu-se da ideia de que os Estados Unidos estavam realmente dispostos a proteger os países latino-americanos de ameaças extracontinentais e deles se aproximar, como anunciava em 1889 a convocação da Conferência de Washington. A questão era de que maneira "aproveitar" politicamente o espaço aberto pela disposição norte-americana. A história da aproximação é bem conhecida e está fixada na obra clássica de Bradford Burns. O episódio do Bolivian Syndicate no Acre é a melhor prova de que seria importante contar com os americanos para solução de problemas com os vizinhos. Ademais, a amizade com os Estados Unidos evitaria que se consolidassem as "intrigas contra nós".

No movimento de aproximação, havia dois riscos ou custos. O primeiro custo diz respeito à própria natureza da aproximação, ou seja, como se aproximar dos Estados Unidos (uma potência) sem que a aliança parecesse subserviente (custo ideológico) ou que nos fosse cobrado algo em reciprocidade (custo político)? Posto de outra forma, em que medida Rio Branco poderia extrair as vantagens, minimizando o ônus? O segundo derivava do fato de que, se a aproximação dos Estados Unidos tinha vantagens porque aumentaria a segurança brasileira no trato com os vizinhos, poderia representar um ônus regional, especialmente com a Argentina, que era a das mais resistentes em aceitar o Monroísmo (justamente pela ligação com a Europa e pela rivalidade com o Brasil). O ganho diplomático poderia trazer,

[29] Cf. Malatian, T. Op cit. p. 196.

simultaneamente, perdas, com o aumento da desconfiança por parte dos vizinhos (na linguagem de hoje, o que se ganharia em *hard power* se compensaria com perdas em *soft).*

Vamos começar pela dinâmica das relações bilaterais. Creio que havia dois fatores decisivos, que estruturavam e equilibravam o relacionamento Brasil-Estados Unidos. O primeiro era o sentido de defesa da soberania (a honra nacional, como se dizia então), tão marcante na diplomacia de Rio Branco, que o levava a medir suas opções por metro pragmático, realista, devendo ter extremo cuidado para evitar qualquer gesto que significasse diminuição da autonomia diplomática do país (o Caso *Panther*, como veremos, é um exemplo marcante). O sentido de dignidade nacional era claro e não admitia concessões espúrias, negativas para o interesse da nação, mesmo quando o resultado era o confronto, como ocorreu na Conferência da Haia, quando Rui Barbosa sustentou contra os Estados Unidos que as instituições multilaterais que se tentavam criar (como o Tribunal Permanente de Arbitragem e a Corte de Presas) se compusessem com base no princípio da igualdade jurídica dos Estados. O cuidado de ir além do necessário no plano simbólico das relações com os Estados Unidos se revelava também na negativa em aceitar convite para visitar oficialmente o país, apesar da insistência de Nabuco.

Em segundo lugar, havia a vontade norte-americana de ter próximo, no continente, um país de peso. Talvez a primeira motivação norte-americana de aproximar-se do Brasil tenha sido econômica (o comércio do café, o aproveitamento do mercado brasileiro para colocação de produtos industrializados etc.), mas os ganhos poderiam ir além das vantagens comerciais. Assim, a motivação teria um componente propriamente político, o interesse na aliança diplomática com o Brasil, que, comparado com os vizinhos, tinha estabilidade e tradição diplomática para crescer politicamente nos negócios internacionais. É inegável que o apoio brasileiro ao Corolário Roosevelt e à Independência do Panamá contribuiu para legitimar políticas norte-americanas, na contramão do pensamento majoritário latino-americano[30].

O Brasil, além dos interesses diplomáticos a reforçar com a aliança com os Estados Unidos, tinha confiança suficiente para se aproximar deste país sem o receio de "sofrer" com a vontade imperial norte-americana.

[30] Ver RICUPERO, Rubens. Um personagem da República. *Barão do Rio Branco*: uma biografia fotográfica. Brasília: Funag: CHDD, 2002. Nesse texto, fala-se da completa e aguda relação do Brasil com os Estados Unidos. Como lembra Conduru (1998), Burns (1966) e Bueno (2003) também sublinham o sentido pragmático da política de aproximação de Washington e, do lado americano, nota que: "[...] O Pan-americanismo, reanimado a partir de 1888 pelos Estados Unidos atendia ao interesse específico de aumentar a influência norte-americana na região.". Isso explicaria, afinal, o interesse dos Estados Unidos em se aproximar do Brasil. Ver CONDURO, G. F. O subsistema americano, Rio Branco e ABC. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 2, p. 67, 1998.

No relacionamento, Rio Branco não via ameaça explícita à soberania e aos valores que definiam a essência de sua ação externa. Daí a possibilidade de aliança, que, além de não escrita, seria "equilibrada". Outro fator de equilíbrio relacionava-se às similaridades das perspectivas dos dois países em relação ao que se passava na América do Sul (o despacho a Caracas anteriormente citado foi, além de outras atitudes brasileiras, uma demonstração disso). Além de criticar a Doutrina Drago, especialmente na Conferência da Paz na Haia, em 1907, o Brasil aceitou o Corolário Roosevelt; portanto, a havia a hipótese de intervenções que corrigissem o "*chronic wrongdoing*" dos vizinhos, quando ultrapassassem a linha da – instabilidade (da qual estávamos longe). É o que diz em despacho reservado a Washington, em 1905:

> Não vejo motivos para que as três principais nações da América do Sul – o Brasil, o Chile e a Argentina – se molestem com a linguagem do Presidente Roosevelt [...]. Ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas ou turbulentas que "não sabem fazer bom uso de sua independência" [...]. As outras Repúblicas latino-americanas que se sentirem ameaçadas pela "política internacional" dos Estados Unidos têm o remédio em suas mãos: é tratar de escolher governos honestos e previdentes e, pela paz e energia do trabalho, progredirem em riqueza e força[31].

O Brasil se via como potência (ainda em construção; hoje, se diria emergente) e, portanto, parecido com os Estados Unidos, embora sem as credenciais para se identificar plenamente com este país, porque afinal as suas condições de poder ainda não eram suficientes para alcançar "privilégios", como os norte-americanos queriam para os Tribunais de Presas e de Arbitragem na Haia.

Foi sintomática a reação de Rio Branco a situações de instabilidade na América do Sul. Aceitou, como os Estados Unidos, uma categorização de países, na qual os instáveis precisariam de, alguma maneira, ser policiados. Quem deixasse de pagar as dívidas não poderia ficar impune, insinuava-se o Monroísmo aos países que adotassem a Doutrina Drago. A questão ultrapassava, porém, a fronteira do jurídico, pois a instabilidade era a abertura para intervenção estrangeira – primariamente europeia; secundariamente, norte-americanas (aliás, nos primeiros anos do século XX, estas mais reais do que aquelas). Para Rio Branco, não estava explícito, mas *o que nascera para proteger a América dos europeus advertia para a necessidade de proteger a América dos americanos*.

[31] Apud PEREIRA, P. J. dos Reis. Op. cit. p. 57. O despacho é de 31 de janeiro.

Outro momento que marcou o cuidado de Rio Branco na aliança com os Estados Unidos ocorreu no episódio *Panther*. A atitude de Nabuco de buscar, sem instruções específicas, uma audiência com o secretário de Estado para relatar o episódio teria desgostado Rio Branco, que criticou formalmente Nabuco e o obrigou a explicitar junto ao Departamento de Estado o sentido do encontro, para descaracterizá-lo como gestão. Diz Reis Pereira:

> O Barão, pelas suas convicções, nunca apelaria para algo como uma intervenção dos Estados Unidos, mesmo que parcial, em incidentes internacionais. Parecia-lhe uma fraqueza, uma abdicação de soberania, ao mesmo tempo que um reconhecimento do poder excessivo dos Estados Unidos [...]. A ênfase dada à Doutrina Monroe, somada à ida de Nabuco ao Departamento de Estado, fazia transparecer que o Brasil se escondia por não dar conta de sua soberania[32].

No episódio, fica claro o delicado equilíbrio que Rio Branco buscava: apoiar o Monroísmo, preconizar a aliança com os Estados Unidos e, ao mesmo tempo, limitar os custos que a aproximação "excessiva" poderia acarretar.

Para concluir, o Monroísmo nasceu como instrumento a fim de legitimar determinada visão norte-americana de seu perímetro de segurança. A ameaça histórica inicial seriam incursões europeias, a começar pelas restauradoras da Santa Aliança e, mais tarde, as alemãs (no início do século XX) (o Caso *Panther* ganhou notoriedade e impacto justamente por sinalizar a rivalidade interimperial, que alcançou o apogeu na década de 1930) e as soviéticas (em grande parte deste mesmo século). As atitudes da diplomacia brasileira diante das "ameaças" variaram em função das conjunturas históricas. Houve, como sabemos, momentos de alinhamento e outros de distância, que significaram maneiras diferentes de lidar com o legado de Rio Branco, mas que envolveram necessariamente opções diante da disposição norte-americana de aplicar, em regra a partir de leitura unilateral, o legado de Monroe, que significava proteger (inclusive por meio de intervenções) o que definiam como ameaça à sua segurança na vizinhança continental.

A estabilidade e a ordem eram precondições necessárias para que os Estados Unidos se projetassem no continente, entrassem pela

[32] PEREIRA, P. J. dos Reis. Op. cit. p. 92. Ver também PEIXOTO, Renato Amado. Depois aconteça o que acontecer: por uma rediscussão do Caso *Panther* e da política externa de Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 54, n. 1, pp. 44-66, 2011.

porta econômica (a do comércio, no primeiro momento, e, mais tarde, a dos investimentos). Comércio e ordem, portanto, iam juntos. Resultou, então, a segunda versão do projeto americano dos Estados Unidos, o Pan--Americanismo, desenhado na I Conferência Internacional Americana.

O Brasil e os primórdios do Pan-Americanismo

Não foi por acaso que no discurso de Root à III Conferência Internacional Americana não houve menção à Doutrina Monroe. De fato, o projeto pan-americano era essencialmente diferente do Monroísta. Este nasceu para ser unilateral, e o que tentavam os latino-americanos (com graus variados de empenho e modesto sucesso, até a década de 1930) era controlá-lo pela via multilateral. Já o Pan-Americanismo nasceu para ser multilateral, expressão da igualdade entre os Estados, como apresentou com eloquência o secretário de Estado Blaine em texto que, ideologicamente, é quase o reverso do Monroísmo[33]. Se o ímpeto moderno para realizá-lo vinha dos Estados Unidos, era razoável entendê-lo também como expressão da vontade de um concerto continental, iniciado por Bolívar[34]. Como diz um historiador venezuelano contemporâneo: "El panamericanismo siempre fué más que uma idea. Representaba um estado de espiritu, o mejor uma conciencia coletiva de autodefensa y preservación econômica de los pueblos del Continente Americano"[35]. Exatamente porque o fator que o legitimava não era exclusivamente norte-americano e porque criou um espaço multilateral, o Pan-Americanismo introduziu uma medida de *igualdade formal* entre os países americanos[36].

[33] O discurso de Blaine na I Conferência é expressivo: "*[...] They [*os delegados*] can show to the world an honorable, peaceful conference of seventeen independent American Powers in which all shall meet together on terms of absolute equality; a conference in which there can be no attempt to coerce a single delegate against his own conception of the interest of his nation; a conference which will permit no secret understanding on any subject, but will frankly publish to the world all its conclusions; a conference which will tolerate no spirit of conquest, but will aim to cultivate an American sympathy as broad as both continents; a conference which will form no selfish alliance against the older nations from whom we are proud to claim inheritance.*" Apud INMAN, Samuel G. *The Inter-American Conferences, 1836-1954*: History and Problems. Washington, DC: The University Press of Washington DC, 1965. p 38. A mesma atitude foi recolhida nas instruções de Roosevelt aos delegados da II Conferência, quando diz: "*It is not [...] opportune for the Delegates of the United States to assume the part of leadership in the conference, either in its official organization or in the discussions.*" UNITED STATES OF AMERICA. *Report of the Delegates of the United States to the Third International Conference of the American States*. Washington: Government Printing Office, 1907. p. 47.

[34] LOBO, Helio. A Assembleia do Istmo. *Revista Americana*, v.1, n. 1, pp. 86-113, out. 1909. Cf. CASTRO, F. L. Vale. Op. cit. p. 22.

[35] ZURITA, A. Mendible. *Venezuela/Brasil*: sus relaciones diplomáticas en 1905. Caracas: Fondo Editorial de Humanidades: UCV, 2005. p. 15.

[36] Para examinar a importância que Rio Branco atribuía à igualdade formal na constituição do multilateralismo, ver FONSECA JR., G. Rio Branco e o Pan-americanismo: anotações sobre a III Conferência Internacional Americana. In: ALMINO, J.; CARDIM, C. H. (Orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: Funag, 2002. p. 395. Vale lembrar que, desde a Conferência de Washington, os latino-americanos tentaram introduzir resoluções que reforçassem a soberania e que evitassem que estrangeiros tivessem tratamento privilegiado em territórios americanos (na linha

E, mais do que isso, nos forçou a lidar simultânea e formalmente com os Estados Unidos e com os vizinhos, além de equilibrar o complexo de relações que o multilateralismo americano desenhava.

Um primeiro dado a ser considerado é o de que os resultados proporcionados pelo debate não estavam predeterminados: ainda que os norte-americanos tivessem condições privilegiadas para lançar e iniciar temas, não teriam necessariamente para encerrá-los à sua feição. Mesmo os temas da agenda não eram monopólio da diplomacia norte-americana. Em outras palavras, nem a agenda nem seu encaminhamento tinham desfecho prefixado. Participar das reuniões significava simplesmente aderir a um ideal aberto, sugerindo aos países do continente se unir economicamente, viver em paz, aperfeiçoar a cooperação, trocar informações etc. Ao Pan-Americanismo como ideal, segue outro – conformado em tratados, resoluções e recomendações – que daria feição concreta ao ideal e que indicaria os "vencedores" das negociações. Os americanos estavam longe de ser os ganhadores automáticos exatamente porque, como em toda instituição multilateral, as possibilidade de se bloquearem iniciativas (mesmo as dos poderosos) são quase sempre maiores do que a de se prevalecerem vantagens para poucos.

Foi o feitio aberto das reuniões que serviu, nota Tereza Dulci, de espaço para a construção identitária. A lógica parlamentar aceita naturalmente discursos contraditórios. Se existia um ponto de partida das reuniões, lançado por Blaine, em 1889, que exprimia a agenda (e os interesses) dos Estados Unidos, surgiu, imediatamente, ainda em 1889, o discurso de contraponto, unânime ou parcialmente latino-americanista[37]. Qualquer delegação, para vencer, ou seja, criar ou reforçar legitimidade para a sua posição, deveria levar em conta a perspectiva do outro, como obrigam, em tese, os foros multilaterais. Para resumir a reflexão da autora, o Brasil se aproximou ideologicamente da versão norte-americana do Pan-Americanismo, mas não necessariamente se moveu, no novo foro, em função de uma concepção marcadamente Monroísta, já que, no plano multilateral, não existia alinhamento automático com os Estados Unidos, como Burns[38] e Ricupero[39] já haviam notado. A conclusão de Dulci é clara:

---

da Doutrina Calvo). As resoluções foram sistematicamente rejeitadas pelos Estados Unidos até a década de 1930. Ver MECHAN, J. L. *The United States and Inter-American Security*. Austin: University of Texas Press, 1967. p. 54.

[37] DULCI, T. M. S. *As Conferências Pan-americanas*: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928). 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 34.

[38] BURNS, E. Bradford. Op. cit.

[39] RICUPERO, R. Op. cit.

> [...] Vemos que nosso país, na maior parte das contendas, tentava manter uma posição neutra, no limiar entre esses dois discursos identitários. Assim, quando convinha, a chancelaria brasileira se aproximava dos Estados Unidos e, consequentemente, se valia do discurso pan-americano, principalmente se isso aumentasse seu poder de influência nas Conferências Pan-Americanas (esse é o caso do tema da arbitragem). Noutras vezes, a diplomacia brasileira se aproximava dos demais países latino-americanos, especialmente quando estavam em jogo, na perspectiva do Itamaraty, acordos que prejudicassem interesses nacionais brasileiros (destaque para o campo da economia, cujo melhor exemplo é a união aduaneira)[40].

Enquadrado o Pan-Americanismo no jogo multilateral, ainda que no modelo incipiente das Conferências Internacionais Americanas, o problema passou a ser saber quem controlaria a agenda e quem se beneficiaria das vantagens das decisões tomadas e dos acordos negociados. Como sabemos, nas III e IV Conferências, que ocorreram durante a gestão de Rio Branco, a definição da agenda era comandada pelos Estados Unidos; afinal, era deles a proposta da reunião e era em Washington, sob a direção do secretário de Estado, que se discutiam os temas a serem incluídos no primeiro encontro dos delegados do hemisfério[41]. Assim, era o comércio que dominava; em plano não menor, o instrumento que, naquele momento, era o privilegiado para promover a paz entre as nações, o arbitramento. Os temas mais polêmicos e que exprimiriam rivalidades, especialmente as disputas bilaterais entre os países, não eram apreciados (embora fiquem como pano de fundo)[42] ou influenciavam indiretamente o debate, como na resistência chilena a aceitar a condenação em relação à guerra de conquista e o arbitramento obrigatório, em vista dos resultados da Guerra do Pacífico.

Qual foi a atitude de Rio Branco em relação ao Pan-Americanismo? O primeiro movimento foi de apoiá-lo, da mesma forma como apoiou o Monroísmo; porém, menos como uma ideologia unificadora da região

[40] DULCI, T. M. S. Op. cit. p. 34.

[41] Tereza Maria Spyer Dulci cita uma carta de José Higino Duarte Pereira, delegado à II Conferência, ao chanceler Olyntho Magalhães que caracteriza a predominância dos Estados Unidos: "[...] As instruções da delegação norte-americana nos recomendam que deixemos a direção dos trabalhos da conferência às delegações ibero-americanas, mas, na realidade, são eles que dirigem tudo por trás da cortina, fazendo valer a sua enorme influência sobre as Repúblicas da América Central, do Haiti, São Domingos, da parte setentrional da América do Sul e sobre o México, as quais todas giram na órbita política dos Estados unidos. Essa influência fez-se bem sentir no número e composição das comissões da conferência [...]". DULCI, T. M. S. Op. cit. p. 36. O padrão foi mantido e, se lermos a correspondência de Nabuco na preparação da III e da IV Conferências, perceberemos a influência dos Estados Unidos na definição da agenda.

[42] Somente depois que o secretário de Estado garantiu que a Questão de Tacna e Arica não entraria na agenda é que o Chile aceitou o convite para a I Conferência. Ver INMAN, Samuel G. Op. cit. p. 34. Na visão americana, como transparece nas instruções à II Conferência, as conferências não deveriam "*accomplish any striking or spetacular final results; but it is to deal with many matters which, not being subjects of controversy, attract little attention, yet, which taken together, are of great importance for the friendly intercourse among nations [...]*". UNITED STATES OF AMERICA. Op. cit. p. 39.

(à maneira de Nabuco) e mais como um palco político. As conferências serviam aos interesses americanos de obter legitimidade para a presença crescente no hemisfério (ainda que não fosse uma preocupação essencial, dado o espaço para o desempenho unilateral modelado pelo Monroísmo) e "organizar", a seu modo as relações comerciais no continente. O dado da legitimidade teria sido importante no caso da III Conferência (a oferta do Rio de Janeiro para sediar o evento "ajudou" os Estados Unidos a atenuar a imagem de imperialista que começava a prevalecer entre os latino-americanos[43]. De fato, a primeira etapa do Pan-Americanismo (e das duas conferências iniciais) coincidiu com uma boa imagem dos Estados Unidos na região, que começava a se reverter nos primeiros anos do século (a atitude dúbia em relação ao bloqueio da Venezuela, o caso do Panamá, as intervenções na América Central etc.)[44]. Ao sediar a conferência, o Brasil ganhou politicamente, pois a decisão favoreceu a consolidação da aliança não escrita.

A convergência para os Estados Unidos, como já analisou Ricupero, tinha elementos ideológicos e pragmáticos. Para o Pan-Americanismo, valia a seguinte observação:

> A convergência ideológica derivava, é óbvio, da homogeneidade do sistema internacional de então, mas foi levada por Paranhos à mais alta expressão, em razão talvez de sua personalidade mais acentuadamente conservadora do que a de contemporâneos como Oliveira Lima ou Barbosa Lima. Seus valores e padrões não diferiam muito dos predominantes em Washington, assim como eram as mesmas as suas convicções acerca dos critérios determinantes da legitimidade internacional[45].

Reis anota, contudo, que a convergência ideológica tinha limites: de nosso lado, a política externa se distanciava da norte-americana por não ter qualquer elemento expansionista[46]. Para caracterizar a adesão cautelosa ao Pan-Americanismo, são sempre mencionados os cuidadosos discursos de Rio Branco na Conferência do Rio de Janeiro, especialmente o da inauguração, no qual fez questão de mencionar o legado europeu

[43] Vale notar que o Brasil não pleiteou diretamente ser sede da conferência. Como lembra Arinos, "a decisão foi tomada por proposta do representante da Venezuela em Washington, possivelmente por insinuação do secretário de Estado Elihu Root grande admirador de Joaquim Nabuco". ARINOS, A. Op. cit. p. 292.

[44] Comentando a presença dos Estados Unidos nas duas primeiras conferências, a de Washington e a do México, diz Fagg: "*The United States was still able to present itself as an amiable neighbor. President Roosevelt, who had recently succeeded the assassinated McKinley, was not yet the ogre to the Latins that he would soon become.*" FAGG, J. E. *Pan Americanism*. Florida: Robert Krieger Publishing Company, 1982. p. 27.

[45] RICUPERO, R. Op. cit. p. 91.

[46] "[...] Não é possível atribuir a Rio Branco uma convergência ideológica fina com Roosevelt, já que a política externa brasileira da época era dotada de um liberalismo jurídico fiel a compromissos internacionais, defensora dos direitos herdados, moderada e equilibrada em seus intentos que nunca tiveram caráter de agressão ou intromissão nos assuntos de outras nações." PEREIRA, P. J. dos Reis. Op. cit. p. 62.

para a formação da América Latina[47]. O segundo dado é o de que, como vimos, o Brasil nem sempre concordou com as posições norte-americanas, apesar de se alinhar, em alguns temas polêmicos, com os Estados Unidos, o que também contribuiu para criar o "clima de aliança" que servia aos interesses brasileiros.

A convergência ideológica não eliminou o sentido pragmático nem a perspectiva realista na análise das propostas abertas pela agenda das conferências. Rio Branco tinha, com razão, uma atitude minimalista em relação ao multilateralismo[48]. Fugia dos compromissos que afetariam a soberania e aceitava o multilateralismo como moldura para cooperação (e não para a instituição de regras de conduta para os Estados). Isso ficou claro, por exemplo, na resistência (em aliança com a Argentina, que liderou movimento) em assinar tratados de constituição de união aduaneira com os Estados Unidos ou, em outro caso (em oposição à Argentina e Peru), na resistência ao compromisso de aceitar o arbitramento obrigatório[49]. Era natural e amplamente compartilhada a cautela diante das implicações das decisões que se tomavam em modelos novos de convivência internacional com um parceiro cujas vantagens de poder já eram evidentes e com vizinhos que, frequentemente, como a Argentina, desconfiavam das intenções brasileiras. Nesse sentido, o resultado das conferências era compatível com o que esperávamos do Pan-Americanismo. Compromissos maiores poderiam significar ou agregar poder a quem já tinha muito (os Estados Unidos), legitimando uma atitude imperial que já praticava, ou atribuindo poder aos que tinham pouco (nossos vizinhos), que passariam a ter mais peso nos negócios continentais. O barão percebeu que o multilateralismo criava situações novas nas relações entre Estados e modificava as equações realistas do jogo de poder.

Eram evidentes as limitações do que se conseguiu nas primeiras conferências: a constituição do Bureau, a regularidade das conferências, o reforço ideológico das peculiaridades continentais, a convivência mais direta entre os vizinhos, a constituição de um corpo de doutrinas e normas

---

[47] Arinos analisa os discursos de Rio Branco na III Conferência e os qualifica de "[...] voluntariamente parcos. No primeiro, repete algumas noções correntes de história diplomática, acentuando-lhes o caráter óbvio com a declaração de que sabia que eram lugares comuns. No segundo, ironiza sobre a eloquência latina e leva a malícia (ou indiferença) ao ponto de dizer que a escolha do Rio para sede fora uma surpresa... e que as festas e recepções excessivas deveriam ter sido uma provação para os hóspedes [...]. A saudação de Rio Branco a Root, no banquete oferecido a este, espanta pela secura." ARINOS, A. Op. cit. p. 293. A atitude de Rio Branco marcou distância, mas não desfez o fato de que a conferência do Rio de Janeiro ajudou a legitimar o Pan-americanismo, o que convergiu para o interesse dos Estados Unidos.

[48] É possível que Rio Branco endossasse o seguinte trecho das instruções de Root à delegação americana, antes citadas: "*It is important that you should keep in mind and, as occasion serves, impress upon your collegues that such a conference is not an agency for compulsion or a tribunal for adjudication; it is not designed to compel states to make treaties or to observe treaties; it should not sit in judgement upon de conduct of any State, or undertake to redress alleged wrongs, or to settle controverted questions of tright.*" UNITED STATES OF AMERICA. Op. cit. p. 39.

[49] Para examinar as variações das alianças e das posições no caso do arbitramento, ver INMAN, S. Guy. Op. cit. pp. 42, 56, 67.

possíveis para compor as bases das relações continentais, os ensaios de temas de integração econômica (como a ferrovia pan-americana) e, *last but not least*, o aprendizado coletivo de lidar com os Estados Unidos, que revelou, com a viagem de Root ao Rio de Janeiro, nova medida de interesse pelo continente. As medidas alcançadas, vistas com os olhos de hoje, foram poucas. Temas jurídicos importantes foram levantados, mas com pouco efeito prático; conflitos políticos passaram ao largo das deliberações das conferências etc., mas, para a época, dadas as diferenças de cultura e de poder, o resultado foi importante, pois abriu o caminho para um novo modelo de relação entre os países americanos.

Como vimos, o equilíbrio era traço significativo das posições brasileiras. Não estávamos alinhados automaticamente nem com os Estados Unidos nem com os latino-americanos. Na verdade, as conferências não se caracterizaram por uma oposição necessária entre os Estados Unidos e a América Latina que afetasse todos os temas. Em alguns, sim, como nas propostas de união aduaneira (que existiam desde 1889), rechaçadas pelos latino-americanos, inclusive pelo Brasil. Na verdade, os Estados Unidos pretendiam "organizar" as relações econômicas continentais, o que envolvia, além da união aduaneira, uma série de outras medidas na área de proteção da propriedade intelectual, de transporte (a construção de uma ferrovia intercontinental), de uniformização de procedimentos aduaneiros etc.[50]. Se a ideia da união aduaneira não avançou, os temas paralelos, sim, como os acordos sobre marcas, patentes e propriedade intelectual, especialmente na IV Conferência. Eram tratados padrões que essencialmente estendiam o reconhecimento de direitos de propriedade intelectual obtidos em um Estado para os demais signatários[51]. Um dos historiadores das conferências anota, com alguma ironia, a vitória dos Estados Unidos na IV Conferência:

> These three treaties were a victory for the United States. An industrial country needs to protect the trademark of a certain type-writer or brand of shoes. But since Latin American countries seldom sold manufactured goods to the United States, they were little interested in working out agreements to protect patents for a new electric bulb or a printing press. As for an original Latin American book being pirated by a North American publisher, the author would have considered it a great honor[...][52].

[50] UNITED STATES OF AMERICA. *Report of the Delegates of the United States to the Fourth International Conference of American States*. Washington: GOP, 1911. pp. 13-20.

[51] O Artigo 3º da Convenção sobre Propriedade Intelectual diz: "*The recognition of a right of literary property obtained in one state, in conformity with its laws, shall be in full effect in all the others, without the necessity of fulfilling any other formality, whenever there appears in the work some statement indicating the reservation of the property right*". No caso das patentes, o artigo central é o Artigo 2º, que diz: "*Every citizen of each of the signatories states shall enjoy in each of the other states all the advantages conceded by their respective laws relative to patent and inventions, designs and industrial models*". Cf. INMAN, S. Guy. Op. cit. p. 81.

[52] Idem. p. 82.

Outro ponto de divergência foi o alcance da Doutrina Drago na III Conferência; nessa ocasião, o Brasil se alinhou com os Estados Unidos. A consideração do assunto foi remetida à Conferência da Haia, no ano seguinte, e a solução, que ficou conhecida como Doutrina Porter, admitia o arbitramento quando houvesse controvérsia sobre dívidas soberanas. A atitude brasileira sobre o arbitramento compulsório também se aproximou da norte-americana, em contraponto com a argentina[53]. A autonomia é um valor central para a diplomacia do barão e, daí, os limites que colocava à adoção de qualquer compromisso obrigatório de arbitramento. Nas instruções para a III Conferência, como mostra Teresa Dulci, as ideias do barão estão claramente expressas: "[...] Na discussão recusaremos o arbitramento incondicional, abrangendo qualquer questão que possa surgir. Queremos excetuar as que ponham em causa os interesses vitais, a honra, a independência ou a integridade territorial do país." O Brasil não aceitaria um árbitro previamente designado para resolver todas as questões que surgissem, pois, além de ser abdicação da soberania, "é evidente que um árbitro que convenha hoje pode não convir poucos anos depois, queremos deixar aos governos futuros inteira liberdade de escolha"[54].

Como indiquei anteriormente, as Conferências Pan-Americanas serviam para articular identidades. Ora, as identidades em oposição revelavam evidentemente diferença de interesses. O Brasil, apesar do cuidado em não se alinhar com atitudes latino-americanistas, não poderia "perder" na relação com vizinhos ao se aproximar dos Estados Unidos. Deveria buscar minimizar os custos da aproximação, pois, com os vizinhos, as relações tinham história complexa, com guerras, intervenções e encontros político-diplomáticos difíceis. Os vizinhos poderiam constituir, até mais que os Estados Unidos, ameaças potenciais (tivemos uma corrida armamentista com a Argentina, não com os norte-americanos), e nada garantia antecipadamente que, em caso de conflito, o poder norte-americano estaria de nosso lado. O Pan-Americanismo superaria as relações com vizinhos, no sentido de que, havendo contradição, a aproximação dos Estados Unidos prevaleceria? A resposta pode ser antecipada e é negativa. Não se chegou, no marco das relações com os

[53] Teresa Dulci mostra os antecedentes da atitude de Rio Branco em relação à posição que adotamos na II Conferência, quando se discutiu a criação de um tribunal arbitral. O comentário de Hygino Duarte, ao analisar o possível modelo de composição (representação proporcional à população ou representação por país), concluía: "Na primeira hipótese o tribunal seria composto em sua maioria por juízes norte-americanos e isso não pode convir ao Brasil, nem as demais repúblicas sul-americanas, na segunda hipótese não conviria nem ao Brasil nem aos Estados Unidos da América, porque dominaria no tribunal uma maioria de juízes hispano-americanos. Como se vê, em nenhum dos dois casos não convém ao Brasil semelhantes juízes." Apud DULCI, T. M. S. Op. cit. p. 96.

[54] Idem. p. 102.

vizinhos, a uma disputa tão ampla e profunda que exigisse uma opção desgastante de alinhamentos. Contudo, o tema merece alguma reflexão.

No âmbito das Conferências Pan-Americanas, a atitude brasileira foi de equilíbrio com viés americano (em alguns temas polêmicos, aproximou-se dos Estados Unidos). Rio Branco, como é sabido, um "realista", se movia por medidas de interesse, por uma perspectiva de defesa e de promoção da soberania (em oposição ao que seria uma diplomacia mais ideológica)[55]. Não fazia sentido predeterminar a orientação da diplomacia, seja no sentido de um alinhamento integral aos Estados Unidos, seja à América Latina. Era um mundo cambiante, não só pela emergência norte-americana, mas também pela própria dinâmica regional (ainda muito conflituosa nos Andes e, no sul, condicionada pela rivalidade geopolítica entre Brasil e Argentina). Se ganhar pelos dois lados era impossível, o problema era minimizar os custos do equilíbrio, o que, de certa maneira, foi conseguido. De um lado, não perdemos as vantagens da aproximação dos Estados Unidos, pois não ocorreram desdobramentos desfavoráveis quando atuamos em conjunto com os países médios (latino--americanos), por exemplo, no confronto com as posições norte-americanas no tema dos tribunais de presas e de arbitragem na Conferência da Paz da Haia em 1907; de outro lado, não acentuamos a distância (que já existia) dos latino-americanos em razão de nossa resistência em aceitar a Doutrina Drago[56].

É interessante anotar como o espaço multilateral forçou acomodações. Rio Branco chegou a considerar não enviar representantes à IV Conferência quando soube que Zeballos fora nomeado para compor a delegação argentina. Só um mês antes da reunião confirmou a presença brasileira. A Argentina, da mesma forma, só confirmou a presença no Rio de Janeiro um mês antes da III Conferência. Ora, a ausência agregaria tensão a uma relação já tensa e, nesse sentido, o feitio multilateral obrigava a aproximações e mantinha a ideia da boa convivência, mesmo quando pobre[57]. Como dizia Nabuco:

---

[55] O tema da oposição entre Rio Branco (realista) e Nabuco (ideológico) foi frequentemente analisada por historiadores. Uma análise interessante do processo é a de Humberto França, segundo a qual a escolha realista de Rio Branco (a mudança de eixo da diplomacia brasileira) precisava de um "ideológico" em Washington para ganhar consistência e peso. SILVA JÚNIOR, Humberto França e. *A evolução do pensamento americanista de Joaquim Nabuco*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

[56] Moniz Bandeira menciona um ofício da legação em Washington em que se diz que Roosevelt teria elegido a Argentina para sustentar a Doutrina Monroe na América do Sul. Ver BANDEIRA, L. A. Moniz. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 250. No entanto, a ideia não parece ter tido consequências.

[57] Em despacho de 3 de setembro de 1909 para a embaixada em Washington, disse Rio Branco: "Para informação de Vossa Excelência e do Governo Americano, só em 26 de junho (de) mil novecentos e seis, lembrarei que o Governo Argentino menos de um mez antes da Conferência do Rio de Janeiro respondeu ao nosso convite para nella tomar parte e isso depois de uma campanha de imprensa em que se fazia aconselhar a não comparecer. Não está resolvido que o Brasil deixe de comparecer à Conferência de Buenos Aires mas em presença da escolha de Zeballos que pyrronicamente há dias afirmou que o Brasil deseja conquistar a República Oriental, o Paraguay e as Províncias Argentinas de Corrientes e Entre

> Aqui, a ideia de o Brasil não assistir à conferência Buenos Aires produziria péssimo efeito contra nós como teria produzido contra a Argentina não ter assistido à do Rio de Janeiro. Suponho mesmo que ela aceitou afinal por saber que a opinião americana a condenaria por abandono de posto. Confio que não deixaremos de lá ir ainda que tivéssemos que pedir salvo conduto[58].

Partindo da visão que Rio Branco tinha da América Latina, os limites para adotar uma visão diferente, como a de Oliveira Lima, eram evidentes; dadas as diferenças intrarregionais, seria pouco provável ir mais adiante do que foi nas reuniões pan-americanas. Em outras palavras, havia uma harmonia tênue na medida em que os problemas "reais" eram escamoteados e as conferências acentuavam pontos de convergência, ainda que modestos, e portanto com consequências diplomáticas menores. Era a harmonia possível para o universo multilateral interamericano que começava a se desenhar. Na perspectiva minimalista do multilateralismo de Rio Branco, o Pan-americanismo era um dado na equação diplomática, na qual havia, naqueles anos iniciais, pouco a ganhar, e a preocupação central era evitar perdas. Serviu, contudo, para criar uma identidade diplomática, marcada pelo equilíbrio, por esforços de mediação e, sobretudo, pela clareza da visão dos interesses do país.

O Pacto ABC

O foro multilateral pode contribuir positiva ou negativamente para as relações bilaterais, mas não as resolvem. São lógicas diversas, e certamente o multilateralismo incipiente das Conferências Pan-Americanas não serviria para conter, organizar ou controlar a relação com os vizinhos, especialmente com a Argentina. No Cone Sul, o multilateralismo é simplesmente um dado a mais em um processo que tem longa história. Do lado das relações bilaterais com os Estados Unidos, o Pan-Americanismo era um fator positivo para o Brasil. A aliança se teceu em parte com a "ajuda" do instrumento multilateral (que, aliás, corre paralelamente aos problemas propriamente bilaterais, como o das tarifas americanas para o café). O campo multilateral era confortável porque não existiam disputas maiores entre os dois países (as tarifárias ficaram restritas ao mundo do

Rios entendeu o Governo, sem fazer reclamação alguma, como também não fez no caso da falsificação do telegramma numero nove, deve reservar para mais tarde o problemático comparecimento a Conferência." Apud NABUCO, J. *Joaquim Nabuco, embaixador*. Brasília: CHDD: Funag, 2011. p. 224, v. 2. Cogitava-se enviar uma delegação para as festas do Centenário da Independência Argentina, que ocorreriam antes da conferência, mas Rio Branco não a designou.

[58] Idem. p. 226.

comércio). Poderia se pensar em processo similar para a relação do Brasil com os vizinhos? O Pan-Americanismo poderia ajudar a aproximação da Argentina? Seria difícil, se não impossível, porque a dimensão dos problemas bilaterais era outra, mais abrangente, com pano de fundo histórico complexo e, por vezes, conflituoso. Uma aliança não escrita com os vizinhos talvez fosse impossível, daí a tentativa de Rio Branco de propor uma escrita, como no caso de um pacto entre Brasil, Argentina e Chile, desenhado em 1908.

O que significaria o pacto, que não se completou, para o Pan--Americanismo ou, mais amplamente, para as relações continentais? O tema já foi objeto das reflexões de Ricupero[59] e, mais recentemente, de Guilherme Conduru[60] e Francisco Doratioto[61]. Não creio que seja o caso de retomá-las plenamente. Argumentando em tese, o pacto poderia ter, ao menos, três significados diferentes. No primeiro, o pacto dividiria o controle do processo pan-americano, organizando uma espécie de hegemonia complementar à dos Estados Unidos para a América do Sul. Os três países fariam, em seu entorno, o mesmo papel "estabilizador" que os Estados Unidos faziam na América Central e no Caribe. Como diz Ricupero, criar-se-ia uma espécie de "Conselho de Segurança" para a América do Sul, já que, para o Caribe e a América Central o "conselho" era os Estados Unidos. Teriam uma visão própria da estabilidade, que complementaria a americana. Na segunda interpretação, o pacto seria um instrumento adicional da hegemonia dos Estados Unidos na região (uma antecipação da tese do subimperialismo); finalmente, na terceira, significaria um escudo de resistência à penetração imperial norte-americana. Não é o caso de discutir as hipóteses, mas de chamar a atenção para a variedade das alternativas diplomáticas que se abriram na América do Sul para o Brasil diante da realidade do poder norte--americano. De uma forma ou de outra, versões das hipóteses alimentaram a reflexão sobre a relação entre os Estados Unidos e a América Latina ao longo dos últimos cem anos.

Voltando ao projeto do barão, há poucos fatos que chamam a atenção. O primeiro era o aspecto restritivo da aliança. Só participaram países "responsáveis" (Argentina, Brasil e Chile). Como anota Ricupero, o diagnóstico de Rio Branco era contundente:

[59] RICUPERO, R. Op. cit.
[60] CONDURU, G. Op. cit.
[61] DORATIOTO, F. F. M. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, 2000.

> Um acordo geral de todas as nações americanas é ainda mais impossível do que entre as europeias porque, prossegue Ricupero, "... o concerto europeu era formado apenas pelas grandes potências; na América, o acordo, para ser viável, só devia ser tentado entre os Estados Unidos, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Entrando muitos, seremos suplantados pelo número"[62].

É importante fixar o que dizia Rio Branco porque é uma das chaves para entender o movimento de equilíbrio que buscava na região. Para o barão, os países eram iguais no plano jurídico (e, na Haia, é o cerne de nossa argumentação), mas diferentes nos planos político e social (os irresponsáveis, instáveis etc.). Para o Brasil, o problema era estar cercado por "diferentes", e mostrar a diferença era necessário, até para ganhar respeitabilidade internacional. O debate em torno do Pacto ABC coincidiu com problemas institucionais no Paraguai, no Uruguai e no Peru. Ora, se levado adiante, o Pacto serviria para isolar aqueles problemas e, nesse sentido, argumenta Doratioto que uma das "novidades" da política platina do barão foi justamente a da não intervenção (deixar que os problemas institucionais dos instáveis se encaminhassem nacionalmente, para que não perturbassem o delicado equilíbrio regional entre Argentina e Brasil). Ao propor um instrumento que favoreceria a estabilidade regional, Rio Branco garantia espaço para uma liderança brasileira e uma medida de controle do Monroísmo. Diz Doratioto:

> Rio Branco postulava uma hegemonia defensiva nessa parte do continente (Cone Sul). Defensiva porque não se propunha a garantir outros objetivos que não o de preservar o espaço territorial brasileiro... e garantir a soberania nacional, cuja ameaça maior , interpretava-se, vinha de principalmente de potências extra-região. Hegemonia porque caberia ao Brasil, secundado pela Argentina e Chile, papel preponderante na definição das relações entre os países sul-americanos e as potências centrais [...]. Rio Branco acreditava que as revoluções e os golpes de Estado no continente americanos criavam situações de instabilidade que poderiam comprometer interesses de países europeus e dos Estados Unidos, levando-os, eventualmente, a intervirem onde se sentissem lesados[63].

A proposta do Pacto ABC, frustrada em 1909 pelas dificuldades com a Argentina, pode ser lida, assim, também como elemento para conter ou controlar o Pan-Americanismo. Atenuaria, para o Brasil, o sentido de "alinhamento automático" que parecia ter a aproximação dos

[62] RICUPERO. Op. cit. p. 123.
[63] DORATIOTO, F. F. M. Op. cit. p. 8.

Estados Unidos e criaria mecanismo independente de segurança para a zona tradicionalmente mais difícil para o manejo diplomático brasileiro. Naquele momento, havia um obstáculo difícil de transpor para a criação efetiva da aliança do sul, a rivalidade entre Brasil e Argentina. O objetivo era afinal ambicioso: conter simultaneamente o que poderiam ser eventuais ameaças extrarregionais e o que poderia perturbar a segurança regional[64].

A frustrada multilateralização da Doutrina Monroe

Se o Pacto ABC poderia significar hipoteticamente um mecanismo para controlar o Monroísmo de fora para dentro, ainda houve, com Rio Branco, outra tentativa com o mesmo objetivo, contudo levando em conta a lógica interna do espaço multilateral criado pelas Conferências Pan-Americanas. É inerente ao processo multilateral, como vimos, a possibilidade de que os fracos, igualados juridicamente aos fortes, tenham peso no processo decisório. Se o Monroísmo fosse internalizado e passasse a ser "controlado" pelas reuniões pan-americanas, perderia o sentido "ameaçador" que tinha (se converteria de base ideológica para intervencionismo americano e instrumento para controlá-lo).

Vale registrar um episódio ligado ao debate sobre a agenda da IV Conferência Internacional dos Estados Americanos, o qual, como anotou Helio Lobo, "não deixou vestígio nos anais", cujo valor importa pelo que tem de simbólico para a ação de Rio Branco[65]. Já mencionei o esforço de Rio Branco de "multilateralizar" a Doutrina Monroe. Não creio que o verbo fosse usado no princípio do século, mas o propósito do barão era, evidentemente, tornar os objetivos da doutrina "compartilhados" pelos países americanos.[66] Ora, nesse sentido, a tentativa efetivamente explícita de obter, aí, sim, a multilateralização se deu nos preparativos da reunião de Buenos Aires. A iniciativa partiu de Nabuco, em ofício de 2 de agosto de 1909 a Rio Branco, no qual comentou as ideias que ouvira

[64] Conduru lembra o Artigo 11 do projeto do pacto: "Sempre que se dê qualquer perturbação da ordem pública, insurreição política ou levante militar que confine com alguma das três Repúblicas Contratantes, tratarão elas, imediatamente, de assentar entre si nas providências a tomar, de acordo com os princípios do Direito Internacional, combinando instruções que devam mandar às suas autoridades civis e militares na fronteira, assim como aos seus representantes diplomáticos, cônsules e comandantes de navios de guerra no país em que tais perturbações de produzirem, de modo a que evitem atritos ou desinteligências entre os seus respectivos agentes no teatro dos acontecimentos [...]." E comenta: "[...] Mesmo que não se considere esse artigo como diretamente hostil aos interesses norte-americanos, ele pressupunha uma nova leitura da Doutrina Monroe. Ao abrir a possibilidade para ações militares coordenadas entre as forças do ABC, o acordo concebido por Paranhos Júnior em 1909 pode ser interpretado como uma resposta sul-americana ao Corolário Roosevelt, ao encontro da proposição de Burns." CONDURU, G. Op. cit. p. 72.

[65] LOBO, Helio. Op. cit. p. 470. O episódio é mencionado por BUENO, Clodoaldo. Op. cit. p. 301.

[66] Nos dicionários etimológicos americanos, a expressão "multilateralismo" para as conferências internacionais só apareceu em meados da década de 1930.

do secretário de Estado a respeito do programa da IV Conferência. As propostas de Knox visavam mais aos impactos simbólicos da reunião, como abrir a agenda para a celebração do centenário da Independência da América Latina e para estimular o intercambio de estudantes. Na mesma linha, Nabuco mencionou a possibilidade de celebrar a abertura do Canal do Panamá, marcada para 1915 ou 1916. Em seguida, entrou em matéria, sem deixar de reclamar (como fizera outras vezes) da falta de instruções:

> Continua sem instruções algumas a respeito da conferência [...] [e] portanto quando diz respeito [a] esta manifestando somente interesse sucesso. Proposta secretario de Estado dar-lhe-á grande brilho. Se tivesse liberdade proporia, havendo unanimidade, reconhecimento Doutrina Monroe. Seria isso coerente política nosso Governo desde 1824 até ato de Vossencia dando nome Monroe ao Palácio da Terceira Conferência. Mais ou cedo ou mais tarde essa ideia surgirá. Quando cheguei aqui nações espanholas tinham outra orientação respeito deste pais (e) hoje emulam em conquistar-lhe confiança. Argentina faz todo possível. Embaixada com Drago seria grande golpe[67].

A proposta de Nabuco foi redigida em termos muito diretos e simples. Não tinha mais de um parágrafo e foi transcrita por Helio Lobo:

> O largo período decorrido desde a declaração da Doutrina Monroe habilita-nos a reconhecer nela um fator permanente da paz externa do continente americano. Por isso, festejando os primeiros esforços para a sua independência, a América Latina envia à grande irmã do Norte a expressão do seu reconhecimento por aquela nobre e desinteressada iniciativa, de tão grande benefício para todo o novo mundo[68].

O parágrafo poderia ter feição anódina, pois, afinal, não trazia qualquer implicação diferente de um "reconhecimento" que ficaria mais no plano simbólico do que das consequências diplomáticas. Contudo, na região, nada que referisse o Monroísmo era anódino (especialmente, qualificá-lo de "desinteressado"); assim, o destino da proposta de Nabuco dificilmente teria curso tranquilo.

A reação inicial de Rio Branco, em despacho de 11 de setembro de 1909, não foi de entusiasmo. Sobre a conferência, como vimos, estava mais preocupado com a indicação de Zeballos para a delegação argentina;

[67] AHRJ, Lata 320 3781 3784.
[68] Apud LOBO, Helio Lobo. Op. cit. p. 471; Apud NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 226.

considerou-a um passo atrás nas relações bilaterais, depois do sucesso da visita de Sáenz Peña ao Brasil poucos meses antes. Também se preocupou com a possibilidade de que a Bolívia – em conflito com a Argentina, em razão de este país ter recusado mediar a disputa com o Paraguai – não comparecesse ao encontro de Buenos Aires[69]. Sobre a proposta de Nabuco, não reagiu e disse que ainda tinha 10 meses para estudar o assunto.

Mais adiante, em telegrama a Moniz de Aragão, em Buenos Aires, Rio Branco finalmente elaborou a proposta, com uma alta dose de *whisful thinking*. Assim, começou por acreditar serem inexatas as informações que Moniz transmitira e que adiantavam que a delegação argentina contrariaria a moção. Em seguida, disse que:

> [...] Todos os países americanos estarão de acordo no pensamento de reconhecer que Doutrina Monroe opondo-se a expansão colonial do ultramar ao nosso continente foi como disse Root um baluarte para a independência continental. Não se contesta que as possessões europeias na América são em geral bem governadas, prósperas e felizes. Não se contesta que toda a América deve e continua a dever muito a Europa com a qual mantém e quer manter as melhores relações. A moção não é um ato de hostilidade à Europa e na Conferência Pan-americana do Rio de Janeiro, o ministro das Relações Exteriores ao abrir e encerrar a conferência afirmou os nossos sentimentos de simpatia e reconhecimento a Europa. Mas, não se pode deixar de reconhecer a declaração de Monroe e a influência mundial adquiridos com o tempo pelos Estados Unidos contiveram em várias circunstâncias antigos projetos de expansão contra países de nosso continente. O fato de não haver hoje o mesmo perigo não impede que se reconheça o grande serviço que os Estados Unidos prestaram a uma causa comum[70].

O processo de negociação começou com os países do Pacto ABC. Para Rio Branco, eram os "responsáveis" na região, os quais, na visão brasileira, não teriam receio de endossar a proposta original de Nabuco. O primeiro passo foi apresentá-la ao Chile, que propôs uma redação que ampliasse e diluísse a proposta original, mas que não a descaracterizasse. Em um segundo momento, a negociação envolveu também a Argentina, e o projeto final a ser apresentado à conferência dizia:

[69] O ambiente latino-americano não era tranquilo. O Peru vivia convulsão interna, além de dificuldades com os vizinhos (especialmente com o Chile, com o qual rompera relações diplomáticas por causa da disputa sobre Tacna e Arica). Em 1910, Argentina, Brasil e Estados Unidos intervieram para evitar uma guerra entre Peru e Equador. Paraguai e Bolívia viviam dificuldades no Chaco. Também Chile e Bolívia tinham problemas diplomáticos, ainda decorrentes da Guerra do Pacífico. Para um exame do contexto regional, ver INMAN, S. Guy. Op. cit. p. 75. A Bolívia não compareceu a Buenos Aires, mas foi interessante acompanhar o debate sobre o direito de presença a uma reunião internacional. A posição brasileira era a de que a Argentina, como anfitriã, não poderia obstar a presença de um membro do Bureau e que, na falta de convite do país sede, o Bureau poderia fazê-lo.

[70] Telegrama reservado a Moniz de Aragão em Buenos Aires, 22 de julho de 1910 (AHIRJ).

> Upon celebrating the centennial of their first efforts towards political independence, the nations represented in the Fourth Pan American Conference send to their Great Sister Nation of the North the expression of their thanks and record the conviction that the declarations contained in the message of President Monroe met the aims of all America and contributed effectively to guarantee its independence[71].

Na versão final, o projeto perdeu os adjetivos e, de certa maneira, a América Latina passou a ter a primazia no processo, pois a Doutrina Monroe – ainda que se reconheça sua contribuição para a Independência – "encontrou" os objetivos já delineados pelos latino-americanos[72]. Consultados os americanos, dissuadem que se vá adiante com o projeto. Inman diz que, apesar de aceitarem que os latino-americanos se apropriassem da Doutrina Monroe, os americanos imaginaram que o debate criaria tal dissensão na conferência que seria preferível não o apresentar. O historiador americano acrescenta que:

> [...] It was virtually impossible to find a wording which, without exciting the susceptibility of Europe, would be satisfactory to all Latin American republics. Another difficulty was that same states desired to incorporate within the statements calculated to limit the hegemony of the United States[73].

De fato, a lógica multilateral, ao colocar as Repúblicas latino--americanas e os Estados Unidos no mesmo espaço de igualdade, poderia transformar o que nascera como projeto de hegemonia em processo de controle da hegemonia. Daí, talvez, a cautela dos Estados Unidos em afastar a discussão, para prevenir riscos de um desafio que se formou gradualmente e que se resolveu, no plano normativo, na década de 1930, quando se aceitou que a não intervenção fizesse parte do receituário do comportamento do Pan-Americanismo[74].

---

[71] Transcrita por INMAN, S. Guy. Op. cit. p. 84 (não encontrei cópia no AHIRJ).

[72] Em 1923, em discurso que fez à delegação brasileira que seguia para Santiago, lembrando que participara da polêmica sobre a moção brasileira na Conferência de Buenos Aires, Felix Pacheco comentou: "Defendi, então, eu próprio a redacção que aquelle formoso espírito (Nabuco) dera ao documento, cujo sentido ficou alterado pela troca da palavra 'reconhecimento' pela palavra 'aplauso', que mudou uma expressão de gratidão da América aos Estados Unidos em um acto de jactância da mesma América, a qual parece que assim queria vaidosamente considerar-se já habilitada a sustentar a doutrina doméstica alheia." PACHECO, Felix. Discurso do Sr. Ministro de Estado à Delegação Brasileira, em 11 de março de 1923. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, compreendendo o período 30 de abril de 1923 a 3 de maio de 1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. v. 1, p. 116.

[73] Inman, S. Guy. Op. cit. p. 85.

[74] Um despacho publicado no *New York Herald*, em 4 de setembro de 1910, intitulado "Chilians (sic) killed Pan-Monroeism" esclarece as motivações do Chile, que temiam "*would prevent their country from ever regaining by war the lost provinces of Tacna e Arica*". O despacho cita comentários argentinos que criticam o plano: "*[...] That it would injure Argentine trade with Europe, and that it would humble Argentine pride to force admission by that Government that it needed protection against invasion from any European foe [...]*." Finalmente, para o delegado norte-americano, "*Mr. White gave*

O episódio é curioso porque foi um dos raros momentos *irrealistas* na argumentação diplomática do Barão[75]. O diagnóstico que fez do quadro parlamentar foi manifestamente equivocado. Entende-se a insistência, talvez, pelo interesse em legitimar multilateralmente o que praticou bilateralmente e, de novo, pela concepção que articulou de "controlar" os impulsos norte-americanos, enquadrando-os no universo do diálogo parlamentar que as conferências proporcionavam. O fato é que a iniciativa estava destinada ao fracasso. Por quê? Creio que a falha deriva de que, naquela negociação, o barão colocou as ideias, a sua versão do Monroísmo, na frente de uma compreensão objetiva da realidade regional. A afirmação ideológica nublou a compreensão do quadro parlamentar e, com a iniciativa, não ganhamos nem com os vizinhos nem com os norte-americanos.

Considerações finais

> Para a diplomacia brasileira, celebrar Rio Branco é, portanto, de certa forma dialogar consigo mesma, indagar a própria memória, medir-se com a promessa do passado e expectativa do futuro (Luiz Felipe Seixas Correa)[76].

Ao rearticular a política externa no início do século XX, Rio Branco deparou-se, nas relações com os Estados Unidos, com dois vetores de legitimação, a Doutrina Monroe e o Pan-Americanismo, ambos articulados pelo "vizinho do norte". Como vimos, representavam modos diferentes de constituir espaços de legitimidade e, portanto, parâmetros diferentes para construir o argumento diplomático. Em uma leitura estrita, a doutrina encontrou amparo nos interesses de segurança dos Estados Unidos, e, em última instância, a fonte de sua legitimidade foi primariamente nacional. Porém, como doutrina de potência, ofereceu algo a quem se dirigiu (no caso dos vizinhos continentais, proteção contra ameaças externas). Dir-se-ia que a sua legitimidade ganharia mais consistência e valeria regionalmente se a promessa de proteção se realizasse. Sabemos como a promessa foi irregularmente cumprida e como a doutrina mais perdeu do que ganhou legitimidade no período de Rio Branco, até desaparecer

---

no intimation as to whether it favored the plan or not beyond intimating that if the matter came up he would not oppose its discussion". AHIRJ, maço da IV Conferência.

[75] Para examinar o descompasso entre a proposta brasileira e, como se diria hoje, o "quadro parlamentar", ver MECHAN, J. L. Op. cit. p. 72.

[76] Conferência na abertura das comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, Palácio do Itamaraty, fevereiro de 2012.

do discurso norte-americano, depois da invasão da Dominicana em 1965. O Pan-Americanismo abriu outro espaço de legitimação, movido pela lógica do multilateralismo. Se a Doutrina Monroe foi expressão em si mesmo de uma "superioridade" dos Estados Unidos, as Conferências Pan-Americanas partiram, ao menos formalmente, a igualdade dos parceiros. Não houve, assim, um roteiro preestabelecido, e os encontros continentais serviram ora para reforçar a hegemonia dos Estados Unidos ora para resistir a ela.

Como as demais chancelarias americanas, a brasileira era obrigada a lidar com os dois vetores, os quais, como em todo processo de legitimação, se exprimiam em valores[77]. O problema era a como seriam incorporados ao processo diplomático. Em ambos os casos, Rio Branco partiu do que, para ele, era primeiro valor fundamental da ação externa: a defesa da soberania, de um lado, e a convivência em paz com os vizinhos, a escolha de métodos pacíficos de solução de controvérsias, de outro lado. Com o avanço do processo histórico e com a intensificação das relações (simétricas e assimétricas, para usar a conceituação de Ricupero), os vetores de legitimação induziram, no caso do aperfeiçoamento desses valores, a produção de argumentos diplomáticos, que poderiam ser contestados ou absorvidos, passando a ter um sentido mais objetivo, mais explícito, e, assim, sendo transportados para a realidade.

O caso da Doutrina Monroe, especialmente com o Corolário Roosevelt, levou a uma categorização de países no continente, os "instáveis" e os "estáveis". A soberania é um valor que se prende a cada Estado e, daí, decorrem consequências internacionais (a mais marcante é a não intervenção). Porém, a soberania não determina o comportamento das instituições do Estado nem predefine a maneira pela qual vai lidar com suas obrigações internacionais[78]. A Doutrina Monroe, para se projetar, precisou ser completada por diagnósticos sobre a existência ou não de intervenção (a princípio, extracontinental) que merecesse reação dos Estados Unidos. Com Roosevelt, a instabilidade passou a ser um fator de intervenção, na suposição de que a fragilidade dos países induziria intervenções estrangeiras. O problema, então, era como medir a instabilidade (atualmente, a dificuldade é saber que tipo de ação tomar quando a sociedade internacional se depara com violações graves de

[77] As formas de legitimidade combinavam valores e interesses e, no caso da Doutrina Monroe, o valor "estabilidade continental" era simplesmente outro nome para o controle que os Estados Unidos pretendiam exercer na região.

[78] Hoje, a doutrina da soberania como responsabilidade cria obrigações do Estado em relação a seus cidadãos e abre espaço para que a sociedade internacional, em situações determinadas, aja sobre o comportamento do Estado de formas variadas, desde a crítica por violações de direitos humanos até, em situações extremas, a intervenção militar.

direitos humanos). Como vimos, Rio Branco aceitou as consequências do Corolário Roosevelt e adotou a mesma dicotomia estabilidade--instabilidade para distinguir entre vizinhos. Porém, com finalidade diferente da que preconizava Roosevelt. A aceitação do corolário serviu, em primeiro lugar, para "distinguir" o Brasil, não de modo explícito, mas para mostrar possibilidades de atuação que alguns dos vizinhos não teriam. Éramos *soberanos e estáveis*, o que nos legitimava para ter atuação moderadora no Cone Sul (como preconizava o Pacto ABC) e para lidar de igual para igual com os Estados Unidos. Afinal, *se éramos estáveis, a aproximação com o vizinho do norte não constituía ameaça, mas uma oportunidade.* Não nos aproximamos dos Estados Unidos porque éramos "estáveis", mas a estabilidade garantia equilíbrio na aproximação (ao menos no plano ideológico). A segunda diferença referia-se à maneira como lidávamos com os vizinhos. Da vantagem da estabilidade não derivava, como no caso dos Estados Unidos, justificativa para intervir. Rio Branco não condenou o imperialismo norte-americano, mas não o emulou. Ao contrário, com os vizinhos, como mostra Doratioto, a atitude foi justamente a de não intervenção, a de reverter a política imperial diante de quebras institucionais nos vizinhos, mesmo quando partes em conflito nos procurassem. Na verdade, a atitude responde à essência do estilo diplomático de Rio Branco, que Celso Lafer qualifica de moderação construtiva que "está permeada por uma leitura grociana da realidade internacional, nela podendo identificar-se um ingrediente positivo de sociabilidade que permite lidar, mediante diplomacia e direito, com o conflito e a cooperação e, desta maneira, reduzir o ímpeto da 'política de poder'"[79]. Praticamos no Cone Sul (até nas tentativas de aproximação com a Argentina) o oposto do que praticava a diplomacia norte-americana no Caribe. A ideia de multilateralizar a Doutrina Monroe talvez tenha sido uma ilusão, mas não deixou de ter vantagem diplomática. Controlar a política dos Estados Unidos era uma impossibilidade, mas interessava revelar que o país era "seguro" para se aproximar sem subserviência, com sentido pragmático, da nova potência. O preço pago foi aceitar a Doutrina Monroe como um instrumento de aproximação dos Estados Unidos, mas não a transformar em exemplo de comportamento.

O Pan-Americanismo tinha, inicialmente, a legitimidade do processo ao propor um diálogo entre iguais no continente. No entanto, não era só isso. Regionalmente, ao introduzir o arbitramento na agenda, estava perto, do ângulo substantivo, das novas correntes de legitimação internacional que buscavam, como em Haia, substituir as doutrinas de

[79] LAFER, Celso. *A identidade nacional do Brasil e a política externa brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 47.

balança de poder por formas pacíficas de solução de controvérsia. O barão aceitou ambos, mas incorporou com alguma cautela a legitimidade que se desenhava. O jogo multilateral tinha um limite: não poderia limitar a soberania nem enfraquecer a autonomia. A cooperação não deveria se transformar em constrangimentos à soberania, daí sua resistência ao arbitramento e, ao mesmo tempo, sua defesa da igualdade jurídica na Conferência da Haia, em 1907. Visto com olhos de hoje, a cautela era traço da política multilateral de Rio Branco, o que era natural. Afinal, tratava-se de um modelo novo de fazer diplomacia, com potenciais ainda não claros. Aliás, a cautela e a atitude defensiva mais do que se justificavam nos debates na Haia, quando o mutilateralismo se revelava sob a face perversa de se transformar em instrumento de consolidação de diferenças de poder. No entanto, a cautela não fechou os olhos de Rio Branco a outras possibilidades que as Conferências Pan-Americanas ofereciam. De fato, o campo multilateral serviu-lhe em, pelo menos, dois propósitos: auxiliou a diplomacia bilateral (sediar a III Conferência no Rio de Janeiro e trazer Root ao Brasil serviram claramente à aproximação dos Estados Unidos); e legitimou atitudes que nasceram de interesses nacionais (como, na IV Conferência, a tentativa de reconhecer a Doutrina Monroe).

Sabemos que a diplomacia brasileira, de Rio Branco até hoje, tem enfrentado desafios muito diversos daqueles que o barão conheceu. Porém, um dos problemas permanentes é o de como lidar com as potências e com os vizinhos, os campos da assimetria e da simetria. Existe outro, o de como lidar simultaneamente com ambos, já que, como vimos, desde Rio Branco, são inseparáveis. Algumas distinções fundamentais ocorrem, e recordar o barão é instrumento, como diz Seixas Correa, para que o Itamaraty dialogue consigo mesmo. A primeira é a de que a afirmação brasileira no mundo não passa mais por alianças necessárias ou preferenciais. A aproximação dos Estados Unidos, para o barão, era um caminho necessário para ganhar espaço diplomático na região e no mundo. Hoje, estamos livres para escolher caminhos e alianças no marco de amplíssimo leque de opções diplomáticas. As relações que mantemos com as potências deixam de condicionar as que mantemos com os vizinhos, ainda que possam se influenciar em certas circunstâncias. Hoje, em um mundo em transformação e em que não há obstáculos para encontrar um novo modelo de ordem, a tarefa de buscar "bons equilíbrios" não é simples. Rever os contornos da sensibilidade do barão é sempre inspirador diante do desafio de encontrar as alianças frutíferas que ajudam a projetar o interesse do país e que servem simultaneamente para construir uma ordem estável e justa. Nesse sentido, a maior lição do barão foi a psicologia da segurança,

que lhe permitiu, confiante no peso do Brasil, aproximar-se dos Estados Unidos e aproveitar as vantagens da aliança, aceitar o multilateralismo e utilizar os foros que se abriam como caminho útil ao país e à estabilidade das relações internacionais. Não há traços de temor dos poderosos na diplomacia do barão.

Do ângulo da legitimidade, as mudanças em relação ao tempo de Rio Branco são profundas, especialmente com a criação da Liga das Nações e, depois, com a Organização das Nações Unidas (ONU). Admitidos percalços e limitações, o pós-Guerra Fria anunciou traços de legitimidade universal, orientada por valores como Direitos Humanos, desenvolvimento sustentável e crescimento econômico com equidade. Não havia mais "donos da legitimidade internacional", que passou a ser construção de todos, ancorada nos amplos e constantes debates das Nações Unidas. O problema atual é o de como fazer valer tais valores; nesse ponto, as interpretações divergem muito. A universalização de valores como ideais não os isenta do jogo político, da manipulação, quando se passa para a realidade, quando se pretende que moldem comportamentos e práticas de Estados. Nesse domínio, nem tudo é simples, nem tudo é óbvio. Assim, a mesma cautela do barão não é um ingrediente que devamos esquecer, mas certamente estamos livres para sermos mais afirmativos quando valores que constituem, hoje, a nacionalidade, estiverem em jogo.

Referências bibliográficas

AGUILAR, Alonso. *Pan-Americanism from Monroe to the Present*: a view from the other side. New York: Monthly Review Press, 1968.

ALMEIDA, Paulo R. O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (Orgs.). *Rio Branco*: a América do Sul e a modernização da Brasil. Brasília: Funag, 2002. pp. 233-280.

ARINOS, Afonso. *Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

BANDEIRA, L. A. Moniz. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BETHELL, V. L. Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, n. 88, dez. 2010.

BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior da Primeira República*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*: Rio Branco and the Brazilian--American Relations. New York: Columbia University Press, 1966.

CAMPOS, R. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CASTRO, F. L. Vale. *O Pan-americanismo nas páginas da Revista Americana*. Mimeo.

CHILIANS (*sic*) killed Pan-Monroeism. *New York Herald*, New York, 4 set. 1910.

CLELAND, V. R .G. *One Hundred Years of the Monroe Doctrine*. Los Angeles: Times-Mirror Press, 1923.

COLEMAN, K. M. The Political Mythology of the Monroe Doctrine: reflection on the social psychology of hegemony. In: MARTZ, J. D.; SCHOULTZ, L. (Eds.). *Latin America, the United States and the Inter--American System*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1980.

CONDURU, G. F. O subsistema americano, Rio Branco e ABC. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 2, 1998.

COSTA, J. F. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

CORRÊA. L. F. de Seixas. *Conferência na abertura das comemorações do centenário do Barão do Rio Branco,* Brasília, Palácio do Itamaraty, fevereiro de 2012.

DORATIOTO, F. F. M. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, 2000.

DRAGO, L. M. *La Doctrine Monroe, Note diplomatique du Gouvernement Argentin à son représentant à Washington, en date du 29 Décembre, 1902.* Paris: Imprimerie A. Eyméoud, 1903.

DULCI, T. M. S. *As Conferências Pan-americanas*: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928). 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FAGG, J. E. *Pan Americanism*. Florida: Robert Krieger Publishing Company, 1982.

FONSECA JR., G. Rio Branco e o Pan-americanismo: anotações sobre a III Conferência Internacional Americana. In: ALMINO, J.; CARDIM, C. H. (Orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: Funag, 2002.

_____. Política externa brasileira: padrões e descontinuidades no período republicano. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 29, pp. 15-32, mar. 2011.

HART, A. Bushnell. *The Monroe Doctrine, an interpretation*. Boston: Little Brown, 1916.

INMAN, Samuel G. *The Inter-American Conferences, 1836-1954*: History and Problems. Washington, DC: The University Press of Washington DC, 1965.

LAFER, Celso. *A identidade nacional do Brasil e a política externa brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 47.

LIMA, M. de Oliveira. *Pan-americanismo*: Bolivar, Monroe e Roosevelt. Brasília: Senado Federal, 1980. [LIMA, M. de Oliveira. *Pan-americanismo*: Bolivar, Monroe e Roosevelt. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.]

LINS, A. *Rio Branco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

LOBO, Helio. A Assembleia do Istmo. *Revista Americana*, v.1, n. 1, pp. 86--113, out. 1909.

MAGNOLI, D. *O corpo da pátria*: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Unesp, 1977.

MALATIAN, T. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: Edusc, 2001.

MECHAN, J. L. *The United States and Inter-American Security*. Austin: University of Texas Press, 1967.

NABUCO, J. *Joaquim Nabuco, embaixador*. Brasília: CHDD: Funag, 2011. v. 2.

PACHECO, Felix. Discurso do sr. ministro de Estado à delegação brasileira, em 11 de março de 1923. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado das Relações Exteriores, compreendendo o período 30 de abril de 1923 a 3 de maio de 1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. v. 1, p. 116.

PEIXOTO, Renato Amado. Depois aconteça o que acontecer: por uma rediscussão do Caso *Panther* e da política externa de Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 54, n. 1, pp. 44-66, 2011.

PEREIRA, P. J. dos Reis. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos*: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). São Paulo, Hucitec, 2006.

PERKINS, D. *The Monroe Doctrine, 1867-1907*. Baltimore: The John Hopkins Press, 1937.

PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1958. p. 18.

RICUPERO, Rubens. *Barão do Rio Branco*: uma biografia fotográfica. Brasília, Funag: CHDD, 2002.

RIO BRANCO, Barão do. O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo. In: SENADO FEDERAL. *Revista Americana*: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919). Brasília: Funag: CHDD, 2001.

ROOT, E. The Real Monroe Doctrine. In: American society of international law at its annual meetings. 1914. v. 8.

SOARES DE LIMA, M. R. Ejes Analiticos Y Conflicto de Paradigmas En La Politica Exterior Brasileña. *America Latina/Internacional*, v. 1, n. 2, pp. 27-46, 1994.

UNITED STATES OF AMERICA. *Report of the Delegates of the United States to the Third International Conference of the American States*. Washington: Government Printing Office, 1907.

_____. *Report of the Delegates of the United States to the Fourth International Conference of American States*. Washington: GOP, 1911. pp. 13-20.

WHITAKER, A. *The Western Hemisphere Idea*: its rise and decline. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1954.

ZURITA, A. Mendible. *Venezuela/Brasil*: sus relaciones diplomáticas en 1905. Caracas: Fondo Editorial de Humanidades: UCV, 2005.

Rio Branco and the building of the Brazilian National State (economic dimension)

Steven Topik
Department of History
University of California Irvine

I have been asked to speak about the economic role of the Brazilian national state in the age of the Baron of Rio Branco. When I first began studying the First Republic and the era of Rio Branco some forty years ago, our understanding of the period and the state was quite different from today. I, as many other scholars, was taken by the dependency approach, naturally enough. After all, it was largely theorized by Brazilian historians and social scientists like Caio Prado Junior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Teotonio dos Santos, and Fernando Henrique Cardoso. And other scholars who were intimately involved in the creation of the dependency school such as Andre Gunder Frank, Stanley Stein, and Brad Burns used the Brazilian case to support their theory. This made sense; one could go back to Capistrano de Abreu and earlier to find Brazil's past characterized as "boom and bust", as defined by export commodities (dyewood, sugar, gold, diamonds, coffee, rubber and cacao) and foreign ideas, guidance, capital, and labor. Indeed, as we all know, Brazil was even named after an export commodity, *Pau brasil.*

Certainly, when I started my dissertation, I was interested in foreign influence and Brazilian nationalism to understand the nature of the export oligarchy that the current literature of the 1960s and 1970s posited as Brazil's ruling class. Rural elites combined with the export oligarchy to craft a state shaped by the *Café com Leite* Pact with presidentialism on the national level and "colonelism" on the local scene. This view held that Brazil of the First Republic was a rural, agricultural, underdeveloped

heterogeneous country with a weak, decentralized laissez-faire state guided by economic liberalism. It was beholden to foreign (Western European and mostly British) lenders and investors as well as foreign (in good part the US and European) markets. Brazil seemed just another neo-colony which so characterized the Age of Empire between 1870 and 1945. Recall, in this era, although most of Latin America was officially independent (aside from the Guyanas, the Caribbean, and the Honduras coast) the rest of the world was being colonized. Not just the scramble for Africa, but Southeast Asia and Pacific islands while the biggest areas like India, Indonesia, and effectively China were under European control. The British Empire was in its glory.

The Rio Branco's decade as Minister of Foreign Relations appeared curiously out of place in this context. Brazil seemed to enjoy an independent foreign policy. The Baron negotiated successfully with European colonial powers like Great Britain, France, and the Netherlands as well as with Brazil's South American neighbors and asserted a strong position in the Pan American Union opposed to Spanish American members. His "Unwritten Alliance" (Burns) with the United States signaled a move out of the British sphere of influence in which Brazil had been considered by many an unofficial member of the Commonwealth. But the new cordial relationship with the U.S. stood out against a background of US expansionism on the North American continent and gunboat diplomacy as Policeman of the Caribbean in the Spanish American seas. Why was Brazil apparently different? How do we reconcile these discordant views: economic dependence of an open export economy and diplomatic independence?

The notion that Brazil between, say 1889 and 1914 was a neo--colony, under the aegis of either British "Informal Empire"—(Robinson and Gallegher) or US hegemony (Moniz Bandeira), no longer seems as easy to defend. Much research by historians, economists, political scientists and sociologists has made us question those earlier facile caricatures. I will argue that Rio Branco's diplomatic independence did not stand in contrast to the economy but rather shared an evolution that was being felt throughout Brazil, in the home market as well as in the export sector. As Minister Paulo Roberto has observed in this conference, foreign policy and economic policy were largely carried out by different ministries and people because Itamaraty did not much oversee the economy, though as he has shown in his own detailed study, the Ministry of External Relations did help out with many trade agreements[1]. Nonetheless, I will argue

[1] Paulo Roberto de Almeida, *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil* (SP: Editora SENAC, 2001).

that both areas worked in tandem. Brazil's economic successes –and the growing economic role of the state, both in the Distrito Federal and in the provinces, helped shape foreign policy and in turn benefited from Brazil's new-won place of respect among diplomats.

My contribution will discuss various aspects of Brazil's economy in the years between 1890 and 1914 demonstrating increasing state interventionism and building of the domestic market in practice, even when the ideological discourses remained firmly wedded to laissez faire liberalism. Structural requirements of Brazil's place in the world economy as well as political pressures at home forced state leaders to adopt more aggressive positions than they may have wished on ideological grounds. Just as the Brazilian state carved out a place for itself among the world's leading nations, so did it assert itself in the economy. And, despite the apparent hegemony of economic liberalism and the desire for an open economy, the federal and provincial states did undertake actions that proved nationalist in content, though usually not xenophobic nor anti--capitalist in intent.

I would like to illustrate this in a somewhat different manner than is conventional. Rather than just compare Brazil with its own past or with its more successful American contemporaries such as Argentina and the United States, as is usually done, I think it is useful to put the Brazilian experience in a wider global context. Having just finished a co--authored volume on world trade between 1870 and 1945 that is in press with Harvard University in the U.S. and in C.H. Beck in Germany, Brazil's unusual standing became clear to me. True, Brazil in the era of Rio Branco looks relatively poor and backwards when compared with the most successful economies the world had ever known to that point such as Great Britain, Germany and the United States. But when compared with not only other Latin American countries, but the rest of the world outside of some particularly successful countries in Western Europe, Brazilian performance is more impressive. And when we take into account the vast regional differences within the continental country, we see that the Brazilian Southeast and South were among the world's success stories of the era. After all, the Southeast, with less than half of Brazil's population produced almost 80 percent of Gross Domestic Product in 1900[2]. What held back national per capita statistics was the fact that the Northeast still held almost 40 percent of Brazil's population but contributed only around 15 percent of Gross Domestic Product. The country's banks, railroads,

[2] Raymond W. Goldsmith, *Brasil 1850-1984. Desenvolvimento Financeiro sob um Século de Inflação* (SP: Editora Harper and Row do Brasil, 1986), pp. 5,13.

factories, cities, and main exports were concentrated in a geographically restricted part of the country. The Southeast did seem to be a Belgium with a rich agricultural hinterland inside of India (a common metaphor before India's growth accelerated).

Overview of Economic Growth

First, I will discuss the extent to which we can consider Brazil a victim of "neocolonialism" during Rio Branco's years. What role did foreign markets, investors, and products play in Brazil? During the first three quarters of the 19th century Brazil had grown relatively fast. In 1800 the Portuguese colony had about 3.5 million inhabitants and a trade of some 5.5 million pounds sterling (roughly $50 million dollars) or approximately 14 dollars per capita. Independent Brazil's foreign trade had tripled by 1870 (standing at about US$ 150 million) while the Brazilian population surpassed 10 million[3]. In the decades immediately following independence Brazil's external sector consistently prospered through its ability to profit from growing world demand and high prices for tropical luxuries and industrial raw materials. These trends were particularly noticeable as international commerce grew with unprecedented and unimagined speed after 1840. Brazil was able to out-compete the rest of the world in two of the most dynamic and sought-after products in the world economy: coffee and rubber[4]. Thus, even though all of Latin America combined provided only 3.4 percent of world commerce in 1889, Brazil dominated two important markets, furnishing half of the coffee and 90 percent of all rubber[5].

Together these two commodities would often account for as much as 80 percent of the country's shipments abroad during the Rio Branco years. Brazil benefited from a cosmopolitan export economy which enjoyed the commercial boom brought on first by the industrial revolution and then by the vast expansion of global trade in the Age of Empire. Between 1888 and 1910 Brazilian real exports grew rapidly: 178 percent. Foreign trade was the motor of growth, representing about 18 percent of GDP. Brazil had the second largest export total of all Latin America in 1912. While trailing Argentina, one of the richest countries in the world in that year, Brazil's exports were twice as large as Chile's, Cuba's and Mexico's

[3] Mircea Buescu, *Evolucão econômica do Brasil* (Rio: APEC, 1979), p. 96, Brasil, IBGE, *Séries estatísticas retrospectivas vol. 1*(Rio: IBGE, 1986), pp.3,68.

[4] Michael George Mulhall, *Dictionary of Statistics*, 4th edition (London: Routledge, 1899) pp. 129, 130.

[5] Mulhall, *Dictionary of Statistics*, p. 129.

which were tied for the place of third largest exporters in Latin America. It is true that Brazil, when measured by per capita exports, trailed many Latin American countries because so many Brazilian countrymen had nothing to do with the external sector[6]. But the large volume of exports passing through Santos, Rio de Janeiro, and Belém provided growing income for the federal government and a few fortunate states. Moreover, the $14.20 per capita exports in current US dollars in 1912 was four times the average African exports for that year and six times Asia's average per capita exports. Indeed, according to Paul Bairoch's calculations, Brazil's per capita exports at the end of Rio Branco's tenure at Itamaraty were almost four times the average for the entire Third World[7]. Brazil was an export powerhouse, even if the external sector rewarded the country very unevenly.

The dynamism of its export economy allowed Brazil's per capita income to surpass most other Latin American countries. Brazil's relatively smooth path to independence and the creation of a national state allowed it to overshadow areas that had been the colonial gems of the Americas: Haiti, Mexico and Peru. While the roughly $38 (in current prices) that the average Brazilian earned a year around 1888 was tiny by United States or Western European standards, it was quite substantial compared with most of the world. It is doubtful that any other Third World country, with the exception of the three Southern Cone countries and Cuba, surpassed this figure. In terms of per capita income Brazil was about at the level of some Eastern European countries such as Hungary and Russia and considerably ahead of the Ottoman Empire and Japan[8].

The Republic's beginning quickly turned inauspicious. The 1890s were troubled by internal wars and revolts, and a depression in the world economy that provoked a crash in coffee prices and international trade as well as a halt of foreign investment. The gross domestic product probably fell in real terms and certainly fell in per capital terms. By the time that President Rodrigues Alves chose the Baron of Rio Branco to head Itamaraty, the economy had picked up again and would accelerate in the rest of the Rio Branco years. Raymond Goldsmith has calculated that the growth of the real gross domestic product between 1901 and 1913, essentially in Rio Branco's years as the head of Itamaraty, was in aggregate and in per capita terms the highest Brazil experienced in the 70 years between 1851 and

[6] Victor Bulmer-Thomas, *The Economic History of Latin America Since Independence* Cambridge: Cambridge University Press, 1994), pp. 433,439.

[7] Paul Bairoch, *Structure par produits des exportations du Tiers-Monde* (Geneva: Librairie Droz, 1985), p. 27.

[8] Paul Bairoch, in *The Economic Development of the Third World since 1900* (Berkeley: UC Press, 1975), p. 193 shows Latin America's per capita GDP two and one-half times Asia's in 1900 and almost twice Africa's 1960 figure.

1921. After a decade of decline, the first ten years of the twentieth century Brazil experienced a jump in production of almost 60 percent. Even the income per capita grew by almost a third[9]. Claudio Haddad calculates the real expansion of the domestic product between 1902 and 1912 to be almost 50 percent and even in real per capita terms it jumped about 25 percent[10]. In the Southeast and the North the figure was much higher.

True, Brazil's total income was markedly less than its Southern Cone neighbors. But to judge by sparsely populated Argentina and Uruguay would be unfair. They, and official areas of the British Commonwealth like Australia and New Zealand, were the fastest growing places in the world with vast foreign investment and immigration filling their banks and swelling their cities (see Table 2). The prodigious explosion of economic production in "European Off--shoots" in Table 7 is striking. To use them for the standard would be to judge all football players against a youthful Pelé or race drivers against Ayrton Senna. Brazil's economic growth outstripped almost every other place in the world.

This fact is brought home if we compare Brazil's economy in the years of Rio Branco with another Latin American country widely admired at the time, Mexico of Porfirio Díaz (1876-1910). Mexico's GDP had increased rapidly under Díaz after 1888, but on a per capita basis it was still 40 percent less than Brazil in 1910 and, as we shall see, the Mexican state obtained far less revenue from foreign trade[11].

Taxation Policy: Reliance on Trade

The international sector — exports, imports, foreign investment, and immigration — played a large role in Brazil's economic expansion in the Rio Branco years and drove economic policy. We should not exaggerate the centrality of exports, however. Over eighty percent of the population was not directly involved in producing exports or processing imports. Indeed, in 1889 only seven states even had banks. Foreign trade was constituted under a quarter of GDP. And domestic investment certainly was more than twice as important as foreign investment.

---

[9] Raymond W. Goldsmith, *Brasil 1850-1984. Desenvolvimento Financeiro sob um Século de Inflação* (SP; Editora Harper and Row do Brasil, 1986), pp. 8, 82.

[10] Claudio Haddad, *Crescimento do Produto Real no Brasil 1900-1947* (Rio: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 15.

[11] John H. Coatsworth, *Economic and Institutional Trajectories in Nineteenth-Century Latin America in Latin America and the World Economy Since 1800* edited by John H. Coatsworth and Alan M. Taylor (Cambridge: Harvard University Press, 1999), pp. 31, 33, 35. Angus Maddison in the Journal of Economic History 43:1 (1983):27-41 also finds Brazil overtaking Mexico in the nineteenth century.

Nonetheless, the most dynamic sector of the economy was outward oriented. The colonial legacy of slavery and raw material exports meant that the domestic market for commodities and monetized services was quite restricted. Hence, Western Europe and later North America loomed as very important markets and capital sources for Brazilian entrepreneurs. Throughout the nineteenth century and up until 1930, international commerce provided the lifeblood of Republican regimes[12].

Brazil had turned to taxing foreign commerce after independence as the main source of revenue. With an underdeveloped bureaucratic apparatus, international trade was the easiest source to tax since import and export taxes merely required the establishment of customs houses in ports. Moreover, the goods assessed had knowable value (unlike much land or subsistence production), and their owners had liquid funds and indeed foreign exchange with which to pay. Planters or their agents could pass the cost of taxes on to the final consumers. Rural elites would not accept income taxes, wealth taxes, or land taxes and the state did not have the manpower to enforce them anyway.

So the compromise was a weak state that taxed trade and borrowed abroad.

Throughout most of the nineteenth century, the treasury of Rio de Janeiro earned between half and two-thirds of its revenue from import and export duties. The state of São Paulo earned 70 percent of its total revenues from coffee export taxes[13]. Relations with Western Europe and the United States were of enormous importance since they were the partners in over 90 percent of trade[14].

Reliance on international commerce to pay for the machinery of government prevented Brazil from completely adopting a free trade policy since the state's interest in collecting revenue was more important than its desire to maintain the purity of the principal of comparative advantage. At the same time duties could not be prohibitively high on important commodities or else goods would cease entering and customs income would decline drastically.

In addition to circumscribing tariff policy, indirect taxes on external trade had the additional drawback, from a political economic perspective, of taxing the most economically active and efficient producers,

---

[12] Looking at the longer 1900-1970 period in which the 1900-1910 period was one of the most dynamic, Carlos Manuel Peláez concluded in "Uma análise econômica de história do café brasileiro" in *Economia Brasileira: Uma Visão Histórica* (Rio: Editora Campus, 1980), p. 353: " a taxa de crescimento real do Brasil de 1900 a 1970 foi substancialmente mais alta que as de quaisquer países desenvolvidos em seus anos formativos...O comércio do café desempenhou um papel de vulto na modernização do Brasil e na obtenção de crescimento econômico auto-sustentado."

[13] N.H. Nozoe , "São Paulo: Economia Cafeeira e Urbanização (SP: Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, *Séries Ensaios Econômicos*, vol. 39 1984), p. 19

[14] Calculated from IBGE, *Séries estatísticas retrospectivas vol.1* p. 75.

i.e. exporters, while leaving relatively untouched subsistence and self-sufficient producers. It was a taxation policy based on convenience and fiscal exigencies, not a means of stimulating development or building a nation. Indeed, the government's ability to collect sufficient revenue by attaching foreign commerce allowed it to *avoid* measures that would have strengthened the state through fiscal reform and possibly significant political reforms. The rural oligarchy preferred its relative autonomy; the agrarian elite did not want federal or provincial tax collectors in the countryside. Clans, guided by personalism and force rather than rule of law, imposed their wills in the countryside. In exchange, the major cities – almost all of which were ports – with their close links abroad, taxed, spent and borrowed abroad; they passed and enforced laws. Skyrocketing exports and flood of foreign portfolio and direct investment were two sides of the same coin since foreign investors were responding to the new opportunities created by export-led growth. They complemented each other.

It is clear that by making public revenues rely so heavily on foreign trade, the Brazilian state became inextricably wedded to an export-led model of growth and a weak public rural presence. When coffee and rubber boomed, this worked well for the national state, though the majority of provinces, which exported little, were left relatively impoverished. Since 75 to 80 percent of exports in this period were coffee and rubber and they came overwhelmingly from São Paulo which supplied two-thirds of all coffee while Pará and Amazonas produced almost all the rubber, most states exported almost nothing at all[15]. Calculating regional concentration for a slightly later date, 1919 or 1920, I found that São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul and the Federal District combined had 45 percent of the country's population, but 58 percent of agricultural output, 62 percent of state revenue, 74 percent of municipal revenue, 64 percent of the foreign debt of the states and 68 percent of municipal debts. They also held 86 percent of the country's bank deposits[16]. The upshot was that in the interior of many states personal and clan power (and violence), that is patronage, overshadowed the power of money. Foreign policy and even the world economy had greater influence in the large cities than in the countryside.

In the cities and ports, however, the compromise worked. The collection of customs and export duties reveals the extractive efficiency

[15] IBGE, *Séries estatísticas retrospectivas vol.1* p. 90; Marcellino Martins & E. Johnston *150 Anos de Café* (SP: Marcellino Martins & E. Johnston exportadores, 1992), p. 365.

[16] DGE, *Anuário Estatístico 1939-1940*, pp. 1302, 1315, 1318, 1356,1418-1420, 1425; Contadores da República, *Balanço geral da receita e despesa, 1923, pp, 8,9;* Robert Levine, *Pernambuco in the Brazilian Federation, 1889-1937* (Stanford: Stanford University Press, 1978), p. 129; IBGE *Recenseamento de 1920* v.2, pt.2, p.viii.

of the Brazilian state. For example, the Brazilian central government in 1888 had perhaps 2.5 times the per capita income of the dictatorial Porfirian Mexican federal treasury and three times the global income. The comparative prosperity of the Rio treasury was not simply a result of slicing from a larger pie; tax agents took a second helping of that larger pie: the Brazilian administration absorbed about 15 to 24 percent of GNP (typically pre-industrialized states took 10 to 15 percent of the national product) while Mexico stood at only half that, 7.5 percent. Most of the rest of Spanish America more closely resembled Mexico's fiscal weakness than Brazil's revenue seeking state[17].

Brazil's dependence on international trade for revenue and foreign exchange to run governments and maintain its foreign credit, not to mention employing people in the most dynamic parts of the country, would lead an observer to expect liberal economic policies that reflected a weak state, strong foreign capitalist interests and an open economy. This is the conventional way the First Republic has been viewed. In fact, the state was surprisingly interventionist and effectively nationalist in practice, if not in rhetoric.

For example, the ability — and need — to tax commerce meant that Brazil's import duties stood at 46 percent of the value of total imports. This reflected its ability to collect taxes because imports came through large, easy to patrol ports. In comparison, Mexico's duties reached only 30 percent of imports in 1888 even though the state was in desperate need of more funds. But Mexico faced much greater problems with contraband because so much trade went overland to and from the United States. Hence, Mexican authorities had to charge lower duties to discourage smuggling.

Brazil's revenue tariff prevented the country's leaders from truly following a laissez faire policy, even had they wished to do so. But even their commitment to complete free trade is open to question. In fact, protectionist policies were applied to stimulate the burgeoning textile industries, often owned by planters. According to Stanley Stein, in Brazil the period after the establishment of the new tariff of 1900 could be considered the "Golden Age" of protection, a fact that would seem to be confirmed by the doubling of domestic Brazilian textile production at a time of intensified international competition in that key manufacturing

[17] James Wilkie, in "Changes in Mexico since 1895" *Statistical Abstract of Latin American* v. 24 (L.A.: UCLA Latin American Studies Center, 1984), p. 875 using the Banco de Mexico's GDP data arrives at an even lower 4.5 per cent in 1900..For more data see: Steven Topik, "The Economic Role of the State in Liberal Regimes Brazil and Mexico Compared, 1888-1910." In Joseph Love and Nils Jacobsen eds. *Guiding the Invisible Hand. Economic Liberalism and the State in Latin America* (Westport CT.: Praeger, 1988), pp. 117-144.

sector[18]. This finding has been endorsed by other economic historians such as Wilson Suzigan[19]. Other key industries such as hat, shoe and clothes making, matchsticks, and lard, were distinguished as "natural industries" because their final product relied on domestic raw materials. Defending them was not seen as a blow to the agrarian elite but rather as a help to some agriculturalists[20].

Although some protective duties can be attributed to the rise of an industrial sector, mainly in the largest cities, the tax policy does not contradict the notion of an agricultural ruling class. True, Brazil's central government became ever more dependent on international trade. Import duties, which had supplied 52.3 percent of federal revenues in Brazil in 1890, rose to 64.8 percent in 1910. But this was to a considerable degree because rural elites had seized considerable state power after 1889. They turned over more taxes and borrowing ability to the provinces. The Brazilian state was decentralizing with provinces capturing an ever greater share of public revenues (from 19 percent in 1863 to 27 percent in 1886 to 39 percent in 1907-1910)[21]. Most of that was concentrated in the few successful exporting states.

Brazilian commodity regulation

The importance of international trade made Brazil subject to the caprice of fluctuating world prices. Crises in the world economy were particularly unsettling for Brazil because a large number of Brazilian workers were directly employed in coffee plantations and rubber fields, probably two to three times as many as in Mexico's mines and even more than in Argentina's or Uruguay's export sectors. Tropical plantations simply required more labor than did livestock ranching, wheat farming or mining. As a result, the Brazilian government was more obliged to take an interest in the regulation of the export economy's cycles. Since Brazil was, as Marcelo de Paiva Abreu has observed, the international "price maker" of coffee and rubber, state intervention was not only vital but possible[22].

---

[18] Stanley Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture Textile Enterprise in an Underdeveloped Area* (Cambridge: Harvard University Press, 1957), p.99, and Steven Topik, *The Political Economy of the Brazilian State* (Austin: University of Texas Press, 1987), p. 142.

[19] Wilson Suzigan, *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento* (SP: Brasiliense, 1986).

[20] Nicea Villela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil* (SP: DIFEL, 1961).

[21] F. J. de Santa-Anna Nery, *Le Brésil en 1889 (*Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889) p. 450; Brazil, DGE, *Anuário estatístico, 1939-1940*, pp. 1409, 1412,1418; México, Secretaría de Fomento, *Anuário estadístico, 1906*, pp. 221, 222; Secretaria de Fomento, *Cuadro sinóptico, ano de 1900*, pp. 70-73.

[22] Marcelo de Paiva Abreu and Afonso S. Bevilaqua, "Brazil as an Export Economy, 1880-1930" in *An Economic History of Twentieth-Century Latin America* vol. 1 edited by Enrique Cárdenas, José Antonio Ocampo and Rosemary Thorp (Hounmills, Basingstgroke, Hampshire, U.K.: Palgrave, 2000), pp. 41,43-45.

The best known example of the Brazilian government's actions was the defense of coffee. The daring nature of this intervention too frequently goes unappreciated. It was the first successful intervention in a major global commodity by an independent non-European developing nation. Beginning with the valorization of coffee in 1906 and ending up with São Paulo's Institute for the Permanent Defense of Coffee in 1920s, then finally the National Coffee Department in 1933, the Brazilian states and federal governments came to finance much of the world's coffee trade, and hold most of its visible stocks. And this was not in some marginal product; at the beginning of the twentieth century coffee was the third most valuable internationally traded commodity in the world economy. Coffee regulation thus set the precedent that OPEC and other raw material producers would later follow. It also transformed the Brazilian state's role in the domestic economy.

The success of valorization was far from a foregone conclusion. The Rothschilds refused to lend, despite their role as Brazil's bankers for its entire life as an independent nation to that point. Most European banks followed suit. The French government would not allow Brazilian valorization bonds on the Paris Bourse. Even President Rodrigues Alves, himself a "paulist" farmer, denied federal aid to the program as had his predecessor Paulista presidents Prudente de Morais and Manuel Ferraz de Campos Sales. Trust-busters in the United States denounced the valorization program as just another monopoly like Standard Oil or the American Tobacco Company which had to be broken up. Indeed, the first valorization eventually ended when a US court forced the sales of valorization stocks in the US in 1912.

But the supposedly Liberal Brazilian government officials continued the program for five years and then, resumed it seven years later when coffee prices again plummeted[23]. Rothschild opposition to the program forced the "Paulistas" to diversify their borrowing. First they sought out a short, one-year loan from the German Disconto-Gesellschaft and the Nordeutsche Bank. Then they borrowed the money from some of nationalists' arch-enemies, the American railroad magnate Percival Farquhar, the German coffee exporter Theodor Willie and the German--American importer Herman Sielcken. Eventually, they took out a 15 million pound loan from a consortium of European banks which

[23] See the discussion in Topik, *A Presença do Estado na Economia Política do Brasil, 1889-1930.* Rio de Janeiro: Distribuidora Record,1989.

marked the end of the Rothschilds' monopoly over Brazilian finances[24]. These were not the actions of a liberal purchaser state.

With federal reluctance, first São Paulo and to a lesser extent Minas Gerais, became responsible for much of the finance, warehousing, transportation and sales of coffee and controlled one of the world's largest commodity markets[25]. Only later did the federal government directly intervene in the coffee market. Brazilian control over the nerve centers of the coffee economy led to an increased share of the final price remaining in the country and even an unintended land reform as former "*colonos" (farm-hands)* bought land causing a dramatic drop in the size of the average coffee farm. As we shall see, the defense of coffee pushed the state to intervene in monetary and financial markets and oversee the transportation infrastructure.

International Debt Policy: The State's Role in Attracting Foreign Capital

As the valorization loans demonstrate, Brazil also strengthened its international position in foreign credit markets as it diversified its dependence. But the diplomatic rapprochement with the United States was not reflected in bond markets. Brazil turned to other European lenders, more than to the U.S.

Brazil had long been considered by foreign bankers the most credit-worthy of Latin American nations because of its robust exports. From the time of independence, the imperial government of Brazil turned to London to borrow funds, beginning with two loans in 1824 and 1825, followed by additional loans in the 1860s, 1870s and 1880s[26]. The respect of European bankers for Brazil's monarchy, which punctually repaid loans (largely because of the capacity of Rio's tax collectors to collect a steady and large stream of taxes), plus the country's positive trade balances was sufficient to merit loans even in times of distress. Brazil's prospering export economy produced impressive trade surpluses. Between 1861 and 1912, only once, (in 1885), was there a trade deficit[27]. Brazil's

[24] The bankers took control of the sales of coffee stocks in Europe and the US and limited Brazil's new exports of coffee. But the action set the precedent that would lead to Sao Paulo's Permanent Defense of Coffee in 1924.

[25] Steven Topik, *A Presença do Estado na Economia Política do Brasil, 1889-1930*, capítulo 3. For a comparison of Brazilian and Mexican State roles in export markets--coffee and henequen--see: Topik, "L'Etat sur le marché: approche comparative du café bresilien et du henequen mexicain." *Annales, Economies, Societies, Civilisations 46:2*. (mars-avril, 1991): 429-458.

[26] For information on Brazilian foreign loans see appendices in Carlos Marichal , *A Century of Debt Crises in Latin America: From Independence to the Great Depression*,(Princeton University Press, 1989).

[27] IBGE, *Séries estatísticas retrospectivas vol.1*, p. 68.

increased trade and customs revenues convinced European capitalists to be generous; they showered Brazil with more overseas loans than any of its Latin American neighbors, except Argentina. Consequently, Brazil's foreign debt in 1888 was one of the largest in the Third World, US$136 million. This amount seems insignificant by today's gargantuan standards. But it might have represented the equivalent of five or six years of national savings for Brazil[28]. Yet in its last year the Empire was able to make the largest loan in its history to consolidate the foreign debt under advantageous terms[29].

The new born Republic attempted dramatic banking and finance initiatives to spur domestic industrial development and attract foreign capital. An unparalleled number of new banks, some of them the largest Brazil had ever seen, and massive private issues of inconvertible currency caused the money supply to triple in two years and continue growing the next five years setting off inflation and a dramatic fall in the value of the milreis from a high of 26.5 pence per milreis in 1889 to 10 in 1894[30]. Combined with the stock market bubble known as the "*encilhamento*", and an international depression, the Republic's crisis led foreign capital to stay away. On top of these ills, the price of coffee plummeted further diminishing the milreis's value to 7.2 pence in 1898, the lowest in Brazilian history to that point[31]. The depreciated currency undercut federal import tax revenues since imports declined. The Campos Sales administration had to arrange a moratorium. In order to pay foreign debts, especially railroad guarantees, they turned to foreign bankers – led by N.M. Rothschild and Sons in London and the London and River Plate Bank in Rio – who decided to support the global restructuring of the Brazilian foreign debt. Known as the "Funding Loan", the agreement is often viewed as an imperialist imposition by the British since it took control over the banking and monetary systems out of Brazilian hands. The fact that the London bankers threatened invasion if Brazil's finances were not straightened out also did not sit well with many nationalists. Indeed, many of Campos Sales opponents at the time accused him and his Finance Minister, Joaquim Murtinho, of being economic traitors under foreign control. When Campos Salles left Catete Palace at the end of his term in 1902, he was booed and hissed on his way to the train station.

---

[28] For more on Brazil's foreign debt servicing, see Topik, *A Presença do Estado na Economia Política do Brasil, 1889-1930.*

[29] Paulo Roberto de Almeida, *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil* (SP: Editora SENAC, 2001), p. 227.

[30] Carlos Manuel Peláez and Wilson Suzigan, *História Monetária do Brasil: Análise da Política, Comportamento e Instituições Monetárias*. Rio: IPEA, 1976, p. 450.

[31] IBGE, *Séries estatísticas retrospectivas, Vol. 1*, p. 63.

But Brazilian statesmen were more influenced by the almost religious liberal doctrine of the gold standard than by British military threats. The orthodoxy called for trade surpluses, restricted issue of currency moving towards convertibility in gold, and balanced government budgets. This would increase the value of the milreis and stimulate more foreign investment. Republican policy makers wanted to strengthen capitalist relations in a country only a decade out of a slave regime. They had great faith in the efficiency and rationality of capitalist commodity, labor and capital markets and doubts about government entrepreneurship and corruption. Driven by this orthodoxy, Brazilian presidents and finance ministers since the days of Marechal Floriano Peixoto had already begun returning to the fiscal conservatism of the late Empire by reining in the power and privileges of domestic banks and the volume of their banknotes[32].

The 1898 Funding Loan and Minister of Finance Joaquim Murtinho's conservative monetary and banking policies raised the international value of the milreis to almost 12 pence. However the reduction of the monetary supply at a time when export prices for coffee were in decline prompted great economic distress in Brazil's banking and commercial markets setting off a banking crisis in 1900[33]. Peláez and Suzigan reflected on the orthodox reforms: "A consequência de curto prazo de suas 'reformas' foi um pânico bancário em 1900 que quase destruiu o sistema monetário brasileiro desenvolvido paulatinamente através dos anos"[34]. The continuity of the orthodox monetary position is evident in the continuing role of Francisco de Paula Rodrigues Alves. An imperial conselor, he was appointed Minister of Finance already by Floriano, then again by Prudente. Then, after Campos Sales' four year term ended, Rodrigues Alves became president, largely maintaining the same policies. Booming rubber prices and a flood of foreign capital allowed the policies to stay in place but strained credit, especially for the rural sector.

The tight money policy would have to yield to the reality of the coffee crisis when President Afonso Pena agreed to the creation of the "*Caixa de Conversão*" in 1906. On its face a move towards convertibility and the gold standard, in fact the *Caixa* set the official rate for its gold-backed convertible notes at a below market rate. Planters preferred a weak milreis which increased their foreign denominated earnings. Losses were socialized but profits privatized when planters' debts were in milreis

[32] See John Schultz, *A Crise Financeira da Abolição* (SP: Editora da USP, 1996). Steven Topik, *Comércio e Canhoneiras* (São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2009).

[33] Winston Fritisch, *External Constraints on Economic Policy in Brazil, 1889-1930* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1988.

[34] Peláez and Suzigan, *História Monetária do Brasil*, p. 183.

at home but their earnings were in gold backed currency abroad. By 1910 the *Caixa* increased currency in circulation by 50 percent and arguably reduced the milreis' value in British pence by 20 percent[35].

During the boom years of Rio Branco's tenure at Itamaraty, the Brazilian treasury enjoyed the double good fortune of earning greater income at home through swelling tax revenues while at the same time being a welcomed guest in the financial markets of London and the continent. By 1910 the foreign debt had grown more than fourfold to US$627 million. Because of a long record of punctually repaying the loans and because of its close relationship to the house of N. Rothschilds and the pain of the Funding Loan, Brazil was able to secure loans on terms comparable to credible European borrowers: at 4 ½ to 5 percent interest and discount rates of only 3 to 5 percent[36]. After 1904 European lenders did not see Brazil as an underdeveloped country. There clearly was a reciprocal relationship between Brazil's remarkably high foreign credit rating and Rio Branco's standing in European diplomatic circles.

The option to obtain funds abroad permitted politicians some freedom of maneuver vis-à-vis civil society since funds were readily available that did not require the immediate acquiescence of tax payers. Moreover, for both administrative and political reasons, abruptly raising taxes internally was hardly an option. Thus overseas loans strengthened the central government's relative autonomy from civil society (before 1888 there was no province or municipality borrowed abroad) while at the same time increasing its dependence on foreign lenders.

The demands of servicing the foreign debt, however, circumscribed monetary, fiscal, and tariff policy. European capitalists' willingness to open their wallets to the Brazilian finance minister afforded him the resources for some economic innovations, but mostly permitted him to cover current administrative expenses and the servicing of previous loans. In 1890, 61 percent of the federal budget was spent on administrative costs and a quarter on debt (foreign and internal) payments. Some of the debts, however, were incurred by subsidizing and then nationalizing foreign railroads not just expenditures on the bureaucracy. In 1890 that left only 11 percent for investments and another 4 percent for transfer payments[37]. By 1910 administration had fallen a little to 51.3 percent of spending while investments grew somewhat to 18.2 percent.

---

[35] Fritsch, *External Constraints on Economic Policy in Brazil, 1889-1930*, pp. 13-22, 203-205.

[36] Brazil, Agency Letter Book 4, N.M. Rothschild's archive, London. Castro Carreira, *História Financeira*, vol. 2, pp. 714-716. The low discount was 89 percent in 1883, but the 1875 loan was at 96.5, the 1886 at 95 and the 1888 at 97 percent.

[37] Anníbal Villela and Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945* (Rio: IPEA/INPES, 1979), p. 414.

In the private sector, however, foreign capital was more involved in infrastructural investments in railroads, urban public utilities, docks, and factories. Brazil became one of the largest recipients of foreign capital in the world. Estimates for foreign investment are notoriously unreliable. Foreign long-term investment in Brazil was probably between $300 and $400 million in 1888, probably five-sixths of it coming through London (though often held by continental investors)[38]. Foreign direct investors were also almost exclusively European, principally British, French, German and Belgian (see Table 1). Government borrowing was the largest single share of external investment, comprising more than a third but less than half of the total which reached almost 350 million pounds sterling by 1914 ($1.7 billion)[39].

Railroads were the major recipient of foreign risk capital but most of the main coffee-carrying lines belonged to Brazilians or to the government. In 1914 the federal government owned over half all of the country's track and state government owned another 8 percent[40]. However some major British companies (the Great Western and the Leopoldina) and U.S. (the Sorocabana, the Madeira-Mamoré and the Brazil Railway) did lease public railroads after the turn of the century. These were the largest corporations that Brazil had ever experienced; they aroused nationalist antipathy in the press, in Congress, and even in especially in the remote Contestado area of Paraná where the Brazil Railroad was targeted. The anti-foreign fervor would die down in good part because the rubber bust in 1913 and the advent of the First World War combined to bankrupt the overly aggressive Brazil Railroad which had controlled over a third of Brazil's track. The state of São Paulo regained control of the Sorocabana while the federal government and states took back many of the leased lines.

Public utilities attracted a large amount of French, British, and Canadian investment, especially the Brazilian Traction Company which controlled trams, light and power in Rio and São Paulo. Because they affected the everyday life of the urban working class, these companies were the most often attacked on nationalist grounds, both rhetorically and physically. Municipal legislation prevented excessive rate hikes.

---

[38] Simon Kuznets, "Capital Formation in Modern Economic Growth (and some implications for the past) in *Population, Capital, and Growth, Selected Essays* (NY: W.W. Norton and Company, 1973), pp. 126, 162.

[39] For a detailed analysis see "Tableau des Principales Valeurs Brasiliennes" (1914), Paribas Bank Archives, Conteneur 368, vol. 5.

[40] Julian Smith Duncan, *Public and Private Operation of Railways in Brazil* (NY: Faculty of Political Science, Columbia University, 1932), p. 87.

There were several sizable British-owned mines, but nothing on the scale of Mexico or Chile. The British São João del Rei in Minas Gerais was the most noticeable[41]. French and English capitalists initiated several ill-fated central sugar mills as well.

British and Portuguese investors controlled several of the leading banks. They acted mainly as commercial banks that discounted notes, exchanged currencies, and made short term loans. Republicans had joined together with financiers from the Empire to build some enormous banks which temporarily had the right to issue currency. The resulting stock market bubble known as the "encilhamento" fueled by a flood of new private bank currency brought down many of the Brazilian bankers, leaving British, French, German and later Italian banks as the strongest in the market. The federal government had to intervene in 1900 when the crash of the Banco da República, the country's largest bank, threatened the health of the wobbly economy. In 1905 it created a mixed public--private bank, the Banco do Brasil (BB). The Banco do Brasil became the most influential actor in the market, overseeing exchange, handling the Treasury's foreign loans and payments, and providing short term loans. The bank was intended to primarily serve government needs such as stabilize the exchange market and transact loan payments thereby reducing foreign banks' hold on exchange[42]. Combined with important state banks in São Paulo and Minas Gerais, as well as later public savings and mortgage banks, the Brazilian state controlled and diminished the financial role of foreign banks.

Together with Germans and French, the British dominated wholesale commerce. Portuguese, Italian and Syrian merchants played a large role in retail. More importantly, foreigners were instrumental in financing exports through commercial credit, and operating as exporters and shippers themselves. Investigating the nationality of coffee exporters between 1899 and 1902 we find that North American firms sent out about a quarter of the bags, the British export a fifth, and the Germans another quarter. Brazilian exporting houses only were responsible for around 10 percent of exports. But the valorization program began state oversight of coffee exports by building warehouses and regulating the flow of coffee bags to ports. By the 1920s greatly reduced foreigners' hold on the Brazilian market.

---

[41] Marshall Eakin,*British Enterprise in Brazil, The Saint John d'el Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine, 1830-1960* (Durham, N.C.: Duke University Press, 1989).

[42] Steven Topik, "State Enterprise in a Liberal Regime: The Banco do Brasil, 1905-1930", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs,* Vol. 22, No. 4 (Nov. 1980): 401-422.

Surprisingly, although foreigner capitalists played such a large role in financing, marketing, insuring, and shipping coffee, they rarely invested directly in production[43]. Although there were some outstanding examples of foreign –owned fazendas, for the most part foreign land owning of coffee lands was done by immigrants whose descendants became Brazilian.

It is striking that the overwhelming majority of foreign capital came from Europe and much of it through London at a time that the Baron of Rio Branco and his ministers in the United States, Salvador de Mendonça and Joaquim Nabuco were moving Brazil out of the British sphere of influence into friendship with the United States. Here, rather than being twins, the economy and diplomacy were counterweights. Friendship with the United States had been seen as a protection against excessive British influence already under the Empire. The Republican Jacobins, whose battle cry was often "America for Americans" and were ardent supporters of the Monroe Doctrine, also favored North Americans over the British as the anti-imperialist alternative[44]. The bloody slaughter of Canudos, where the Jacobin Coronel Moreira Cesar and his fervent followers believed that the British were arming the "*Conselheiro's*" troops is a tragic example of a popular Brazilian misunderstanding of the British. As I have explained elsewhere, although the U.S. was the main market for Brazilian exports already at the end of the nineteenth century, North Americans would not become the main investors and lenders in Brazil until after 1930[45]. Brazil initially shied away from the British, but to diversity foreign relations with Belgian, French, German, Canadian and other European nationalities rather than immediately fall into North American arms (See Table 1). The Age of Rio Branco was one of diversified dependence.

The State, Railroads and National Economic Integration

Liberal nationalism also was evident in the railroad sector. Brazil's export orientation was reflected in the geography of population centers which dictated the routes of its rail lines. All of Brazil's ten largest cities

[43] Irving Stone, "British Direct and Portfolio Investment in Latin America before 1914" *Journal of Economic History* 37 no. 3 (Sept. 1977): 695; J. Fred Rippy, *British Investment in Latin America, 1822-1945* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1959), pp. 25,37,68; I. Eakin, *British Enterprise in Brazil; The St. John d'el Rey Mining Company*, pp. 17-19. It has been estimated that in 1888 $200 million of British commercial credit was extended to people in Brazil.

[44] See Topik, *Comércio e Canhoneiras*.

[45] Steven Topik, "Lembrando e esquecendo: Joaquim Nabuco, Salvador de Mendonça e a amizade Brasil-Estados Unidos durante a Primeira República" em *Conferencias sobre Joaquim Nabuco; Joaquim Nabuco e Wisconsin*, Severino J. Albuquerque org. (Rio: Bem-Te-Vi, 2010), pp. 127-156.

were ports except São Paulo, which stood at the railhead connecting the plateau to the port of Santos. This coastal and outward looking structure of the largest Brazilian markets also implied that regional markets could be linked by relatively inexpensive maritime freight. In terms of integration of internal markets probably the single most important vehicle for tying together the peoples was the railroad. Brazil's first line was built in 1854. Tellingly, it connected the Court with the Emperor's summer residence in the mountain city of Petrópolis. In the 1860s and 70s railroads of greater economic import began sneaking out from the major port cities of Recife, Salvador, Rio de Janeiro, and Santos in search of exports in the hinterlands. The 1880s saw the most intense railroad building of the nineteenth century and the second greatest decade of construction in Brazil's history. By 1888 Brazil had the largest rail system in Latin America. Its 9,583 kilometers of track ranked it twelfth in the world behind nine European and North American countries and two colonies: India and Australia. It had a larger rail system than all Africa combined and twice the size of all of Asia outside of India[46].

Surprisingly, fully one-third of the Brazilian system was state owned, the lines often being initiated and planned by the central government though largely financed by foreign loans. Nonetheless, in 1888 nowhere had rail moved more than two hundred miles from the coast. The various regions of the country also had not been integrated. The unplanned and dispersed nature of the network was mitigated by the fact that the various hubs were ports (or in the case of São Paulo connected to the port of Santos). Consequently coastal shipping lines, which also expanded enormously in the 1880s, linked them. As a result, total Brazilian shipping, coastal and overseas, grew over 400 percent between 1843 and 1883 while exports fell from one-quarter of that freight to 16 percent[47]. Domestic maritime trade was growing faster than international shipping[48].

After 1889 railroads grew rapidly so that in 1914 the national total was 26,062 kilometers which trailed only Argentina and Mexico in Latin America[49]. More impressively, Brazil's rail system was greater than those of Austria-Hungary, Italy, and Russia[50]. Initially that growth was due to foreign companies which not only established new companies, but also

[46] Mulhall, *Dictionary of Statistics,* pp. 495, 496.

[47] Calculated from IBGE, *Séries estatísticas retrospectivas vol. 1*, pp. 49, 86,87.

[48] I arrived at this conclusion by assuming that imports, whose value accompanied that of exports, also had a relatively steady ratio in terms of weight. It is true that as the price of coffee doubled, the same bulk of coffee purchased twice as much imports. However, sugar fell 30 percent in price and imports contained ever greater labor so that their ratio of weight to value declined.

[49] Bulmer-Thomas, *The Economic History of Latin America*, p. 107, IBGE, *Séries estatísticas retrospectivas, vol. 1*, p. 47 .

[50] Almeida, *Formação da Diplomacia Econômica do Brasil,* p. 86.

took over some important state lines. But economic crises in the beginning of the twentieth century, provoked by the fall of the price of coffee, led the federal government, and to a lesser degree, provincial governments, to take over and run bankrupt companies. By 1914 61 percent of Brazil's track was owned by the federal or provincial governments. However, national and foreign private companies leased 80 percent of them[51]. The system began to integrate the country as increasing share of the traffic was for internal consumption, not exports, and ran through the population centers on uniform gauge rail.

The relative success of the railroad system is underlined again by comparison with Mexico, the third largest rail system in Latin America. Despite a similar increase in the role of the state in railways, a sector which – it should be emphasized – contained the largest modern enterprises in both Brazil and Mexico, by 1910 there were important contrasts between the two national rail systems. Although being close to the same length, Brazil's companies carried twice as much freight and had four times the gross profits[52]. Mexican railways, on the other hand, were high-debt and low-profit enterprises, a fact which was clearly linked to the mountainous topography of the nation and to continuing obstacles to regional integration of markets.

Conclusions

The Brazilian export economy in the era of the Baron of Rio Branco was one of the more prosperous, not only in Latin America, but in the world. Although overshadowed by Southern Cone neighbors and the United States and Canada in the north, and parts of Western Europe, Brazil was expanding at an impressive rate despite its crises tied to downturns in the world economy. The First Republic's state, while guided by the theory of liberalism and economic orthodoxy such as faith in the gold standard and a balanced budget, in fact played central roles in economic development. Links to the international economy paradoxically forced some interventionist policies such as participation in the coffee market, tariff protection, nationalization of railroads, and increased control over the financial sector. Officials were not close-minded slaves of orthodox European theories of economic and political liberalism. They responded flexibly to current domestic and international conditions which meant

[51] Duncan, *Public and Private Operation*, p. 87.
[52] Mulhall, *Dictionary of Statistics*, p. 496.

that their actions changed over time. National sovereignty and political peace were as compelling as the balance of payments and per capita GNP. Politicians came to realize that markets did not run on their own, they required state guidance. The domestic economic policies mirrored and reinforced Rio Branco's foreign policy. They both opened space to maneuver by diversifying dependence and playing off various foreign interests against each other to improve Brazil's control of its destiny.

Table 1: Approximate Total Foreign Investment in Brazil by Selected Countries (000,000 contemporary US$)

Year	*1885*	*1895*	*1902*	*1905*	*1910*	*1913*	*1914*
Belgium			19[&]				
France			140[&]		290[!]	391[#]	780[+]
Germany						40[#]	171[◊]
U. S.						98[#]	
U.K	231.058[*]	450.992[*]		596.079[*]		1,235.838[*]	

Total Foreign Investment 1908(1916)[♠]

[*] Irving Stone, "British Direct and Portfolio Investment in Latin America before 1914", *Journal of Economic History*, 37, 1977: 695.

[#] U.N., ECLA, *External Financing in Latin America* (NY: United Nations, 1965), p. 17.

[&] Eddie Stols, "Le investissements belges au Bresil, 1830-1914" *L'Histoire Quantitative du Brésil 1800 à 1930*, Colloques Internationaux, Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) Paris: Editions du CNRS, 1973, p. 264.

[!] Albert François Ildefonse Anthouard, *Étude sociale, économique et financièré d'le progrèss brésilien, la participation de la France* (Paris: Plon Nourritet Cie., 1911), p. 322.

[+] *Brazilian Business*, February 1922, p. 11.

[◊] Oliver Onody, "Quelques aspects historiques des capitaux étranger áu Brésil", *L'Histoire Quantitative du Brèsil,* p. 281.

[♠] Estimate of French banker Bouillaux Lafont in *Correio da Manhã*, May 20, 1916,1.

Table 2: Direct and Portfolio Investment in Latin America circa 1914 (in millions of contemporary U.S. Dollars)

	External debt	*Direct foreign investment*	*Total*	*% Total of Latin America*
Argentina	784	3,217	4,001	40.0%
Bolivia	15	44	59	
Brazil	717	1,196	1,913	19.2%
Chile	174	494	668	
Colombia	23	54	77	
Costa Rica	17	44	61	
Cuba	85	386	471	
Dominican Republic	5	11	16	
Ecuador	1	40	41	
El Salvador	4	15	19	
Guatemala	7	92	99	
Haiti	1	10	11	
Honduras	26	16	42	
Mexico	152	1,177	1.329	13.3%
Nicaragua	6	6	12	
Panama	5	23	28	
Paraguay	4	23	27	
Peru	17	180	197	
Puerto Rico	44		44	
Uruguay	120	355	475	
Venezuela	21	145	167	
All Latin America	2,229	7,569	9,978	

Source: ECLA, *External Financing in Latin America* (NY: United Nations, 1965), pp. 16-17.

Table 3: Worldwide Distribution of Foreign Investment 1914 by Investing Regions (in pounds)

Country	*Amount Invested*	*% of Total*
Britain	4,100,000,000	43%
France	1,900,000,000	20%
Germany	1,200,000,000	13%
Belgium, Netherlands and Switzerland	1,100,000,000	12%
United States	700,000,000	7%
Other	500,000,000	5%
Total	9,500,000,000	100%

Source, Kenwood and Lougheed, *The Growth of the International Economy, 1820-1990*, 27.

Table 4: Distribution of Foreign Investment in 1914 by Recipient Regions (in pounds)

Region	*Amount Invested*	*% of Total*
Europe	2,500,000,000	27%
North America	2,300,000,000	24%
Latin America	1,800,000,000	19%
Asia	1,500,000,000	16%
Africa	830,000,000	9%
Oceania	500,000,000	5%
Total	9,420,000,000	100%

Source: Kenwood and Lougheed, *The Growth of the International Economy 1820-1990*, 28.

Table 5: World GDP Per Capita, Regional Averages, 1820-1998, 1990 International Dollars

	1820	1870	1913	1950	1973	1998
Western Europe	1232	1974	3473	4594	11534	17921
Eastern Europe	636	871	1527	2120	4985	5461
Former USSR	689	943	1488	2834	6058	3893
Western Offshoots (US+)	1201	2431	5257	9288	16172	26146
Latin America	659	698	1511	2554	4531	5795
Japan	669	737	1387	1926	11439	20413
Asia (except Japan)	575	543	640	635	1231	2936
Africa	418	444	585	852	1365	1368
World	667	867	1510	2114	4104	5709

Source: Maddison, *The World Economy*, Table B-21, World GDP Per Capita, 20 Countries and Regional Averages, 0-1998, 1990 International Dollars.

Table 6: World Population, Regional Totals, 1820-1950 (000's)

	1820	1870	1913	1950
Western Europe	132,888	187,532	261,007	305,06
Eastern Europe	36,415	52,182	79,604	87,289
Former USSR	54,765	88,672	156,192	180,05
Western Offshoots (US+)	11,23	46,133	111,401	176,094
Latin America	21,22	39,973	80,515	165,837
Japan	31	34,437	51,672	83,563
Asia (except Japan)	679,366	730,619	925,932	1,298,296
Africa	74,208	90,466	124,697	228,342
World	1,041,092	1,270,014	1,791,020	2,524,531

Source: Maddison, *The World Economy*, Table B-10, World Population, 20 Countries and Regional Totals, 0-1998. (000's)

Table 7: World Economic Output (GDP) (000's) 1990 Dollars

	1820	1870	1913	1950	1973	1998
Western Europe	163,718,016	370,188,168	906,477,311	1,401,445,640	4,133,670,260	6,960,498,479
Eastern Europe	23,159,940	45,450,522	121,555,308	185,052,680	550,792,650	660,813,766
Former USSR	37,733,085	83,617,696	232,413,696	510,261,700	1,512,973,384	1,132,341,338
Western Offshoots (US+)	13,487,230	112,149,323	585,635,057	1,635,561,072	4,058,282,540	8,456,139,320
Latin America	13,983,980	27,901,154	121,658,165	423,547,698	1,397,586,950	2,941,675,285
Japan	20,739,000	25,380,069	71,669,064	160,942,338	1,242,961,740	2,581,611,697
Asia (except Japan)	390,635,450	396,726,117	592,596,480	824,417,960	2,633,298,574	9,952,872,648
Africa	31,018,944	40,166,904	72,947,745	194,547,384	529,135,425	1,039,617,072
World	694,408,364	1,101,102,138	2,704,440,200	5,336,858,534	16,060,930,128	33,726,945,120

Source: calculated from tables 5 and 6 above (population * GDP per capita).

Table 8: Percent of World Population

	1820	1870	1913	1950	1973	1998
Western Europe	12.8%	14.8%	14.6%	12.1%	9.2%	6.6%
Eastern Europe	3.5%	4.1%	4.4%	3.5%	2.8%	2.0%
Former USSR	5.3%	7.0%	8.7%	7.1%	6.4%	4.9%
Western Offshoots (US+)	1.1%	3.6%	6.2%	7.0%	6.4%	5.5%
Latin America	2.0%	3.1%	4.5%	6.6%	7.9%	8.6%
Japan	3.0%	2.7%	2.9%	3.3%	2.8%	2.1%
Asia (except Japan)	65.3%	57.5%	51.7%	51.4%	54.7%	57.4%
Africa	7.1%	7.1%	7.0%	9.0%	9.9%	12.9%

Calculated from table 7.

Table 9: Percent of World Economic Output

	1820	1870	1913	1950	1973	1998
Western Europe	23.6%	33.6%	33.5%	26.3%	25.7%	20.6%
Eastern Europe	3.3%	4.1%	4.5%	3.5%	3.4%	2.0%
Former USSR	5.4%	7.6%	8.6%	9.6%	9.4%	3.4%
Western Offshoots (US+)	1.9%	10.2%	21.7%	30.6%	25.3%	25.1%
Latin America	2.0%	2.5%	4.5%	7.9%	8.7%	8.7%
Japan	3.0%	2.3%	2.7%	3.0%	7.7%	7.7%
Asia (except Japan)	56.3%	36.0%	21.9%	15.4%	16.4%	29.5%
Africa	4.5%	3.6%	2.7%	3.6%	3.3%	3.1%

Source: Angus Maddison, *The World Economy,* Appendix B, tables B10 and B21.

Rio Branco, inventor da história

Synesio Sampaio Goes Filho

I

O grande historiador alemão do século XIX Leopold Von Ranke, reagindo, com razão, contra a história moralizadora e edificante, muito comum em sua época, dizia que a tarefa de quem escreve sobre o passado deveria ser a de mostrar o fato "tal como efetivamente sucedeu"[1]. Há muito de verdade na célebre afirmação, mas ela não contém toda a verdade. Os "filósofos da suspeita", isto é, aqueles pensadores que, na virada dos séculos XIX e XX, colocaram em dúvida as certezas prevalecentes até então em vários setores do pensamento – Marx, Nietzsche, Freud, Einstein... –, mostraram que a realidade é mais complexa e contraditória do que se supunha: a física de Newton, para ficar em um só exemplo, serve perfeitamente para resolver os problemas do sistema solar, mas não explica – como a teoria da relatividade o faz e, assim mesmo, de maneira incompleta – as discordâncias e incongruências tanto do Universo, com seus bilhões e bilhões de galáxias, quanto do átomo, com suas estranhas partículas que aparecem e desaparecem.

Na História, sabemos bem hoje, não só os relatos, mas também os fatos passaram a ser postos em dúvida. Acabou-se o fetichismo de uns e outros: não passam os fatos apresentados de uma escolha do historiador, que, ademais, dá deles sua própria versão. Claro que para

[1] HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *Leopold von Ranke*: história, p. 14.

fazer obra de valor, a seleção dos acontecimentos precisa ser criteriosa; e a sua interpretação, convincente. No entanto, o certo é que não há uma história única e definitiva, e é por isso que cada geração a reescreve. O assunto é, aliás, o tema central de um pequeno clássico da historiografia de nosso tempo, *What is History*, de E. H. Carr, do qual damos dois trechos emblemáticos: "The historian is necessarily selective. The belief in a hard core of facts existing […] independently of interpretation of the historian is a preposterous fallacy […]"[2]; "The history we read, though based on facts, is, strictly speaking, not factual at all, but a series of accepted judgments"[3]. É certo que, pela sua qualidade, algumas histórias duram mais, inclusive porque são repetidas por outros historiadores.

Casos de particular interesse são aqueles, menos frequentes, de personalidades que foram protagonistas de fatos históricos e escreveram sobre eles. No que concerne à formação das fronteiras do Brasil, o Barão do Rio Branco foi o personagem central das disputas que tivemos, no começo da República, com nossos vizinhos hispano-americanos e também o autor principal dos relatos que os descrevem, relatos reproduzidos ou reescritos nos sucessivos livros de História. Em outras palavras, Rio Branco fez e escreveu a história. Para encontrar pontos de vista diferentes, é necessário ler historiadores de outros países. Nós, aqui, vamos fazer isso, tomando como exemplo a Bolívia; mas, se quiséssemos, poderíamos perfeitamente escolher outro país do continente, como a Argentina, o Uruguai ou o Peru.

Sem querer comparar personalidades ou importância histórica, lembremos que Júlio Cesar, com seus *Commentarii de bello Galico*; Napoleão, com o *Mémorial de Sainte-Helène*, ditado a Emmanuel Las Cases; e Churchill, com *The Second World War*, foram também atores em eventos históricos e autores da versão predominante (única, na guerra de Cesar).

Tomemos o caso do Primeiro Ministro inglês, amplamente discutido em livro recente do historiador David Reynolds, que tem o apropriado título de *In Command of History*. A obra mostra como Churchill, depois de ter tido um papel fundamental na Segunda Guerra Mundial, deu desta a versão que predomina no mundo inteiro, por ter sido o primeiro que escreveu e por ter tido acesso privilegiado a uma quantidade de documentos. Há, ademais, a favor dos relatos de Churchill, o fato de ser um notável escritor. No caso desta guerra, praticamente não há uma versão dos vencidos, já que a situação política se transformou por completo nos países perdedores. Assim, continua Reynolds, não existem livros sobre o período que não tenham o *Premier* britânico no centro dos eventos, nem

[2] CARR, E. H. *What is History*, p. 12.
[3] Ibidem, p. 14.

mesmo as *Mémoires de Guerre*, do General de Gaulle, adversário ocasional e muito francês... Praticamente todos os autores subsequentes adotaram não só os argumentos de sua vasta obra de seis grossos volumes, mas também "*the phases and phrases he used to structure the conflict*"[4].

Guardadas as devidas proporções, o mesmo aconteceu com a obra de Rio Branco. É certo que há diferenças substanciais. Churchill escreveu livros de divulgação universal e sobre um tema de interesse geral, enquanto a obra de Rio Branco é relativa a países secundários – como éramos no período – e só trata de um tema: fronteira. Concentra-se, ademais, em documentos oficiais de dois arbitramentos, no estudo inicial para um terceiro e nas seis exposições de motivos sobre questões de fronteira que redigiu como Ministro. Eram trabalhos praticamente só conhecidos por especialistas até serem publicados pelo Itamaraty, em 1945, em tomos específicos das *Obras do Barão do Rio Branco*. O fato importante a destacar é, entretanto, que o barão também criou a versão que ficou e foi repetida nos livros de História até (adaptando a citação mencionada) nas "fases e frases" que ele usou para explicar os conflitos fronteiriços e as soluções alcançadas.

II

Desde jovem, Rio Branco tinha grande interesse pela História do Brasil, especialmente pelos confrontos relacionados à nossa formação territorial na bacia do Prata. Foi Secretário de seu pai, o então Conselheiro Paranhos (quando este era o negociador das fronteiras bilaterais ao término da Guerra do Paraguai), deu aulas de História do Brasil no Colégio D. Pedro II e escreveu, entre vários estudos, uma biografia de um veterano das lutas platinas, o Barão do Cerro Largo; tudo isso antes dos 25 anos. Foi, depois, promotor e, em duas legislaturas, Deputado por Mato Grosso, sempre continuando a estudar nossa História. Aos 30 anos, depois de ter conseguido superar certas resistências do Imperador, que não via com bons olhos a fama de boêmio do jovem Juca Paranhos, foi nomeado Cônsul do Brasil em Liverpool, tendo vivido na Europa durante 26 anos. Nesse longo período, aprofundou seus conhecimentos e se tornou um grande especialista em assuntos brasileiros. Continuando uma tarefa que iniciara ainda no Rio, redigiu centenas de páginas sobre a Guerra do Paraguai, a título de comentários corretivos da obra de L. Schneider. Escreveu para jornais do Rio, durante muitos anos, pequenos artigos sobre eventos ocorridos em anos passados, mas exatamente no mesmo dia

[4] REYNOLDS, David. *In Command of History*, p. 530.

do mês em que eram publicados. "Efemérides Brasileiras" intitulava-se sua coluna. Entre outros trabalhos, redigiu para divulgação na França uma excelente síntese, *L'esquisse de l'histoire du Brésil*, que até hoje, mais de cem anos depois, lê-se com proveito. Escreveu também uma biografia de seu pai e colaborou em outra, uma de D. Pedro II, suas duas grandes admirações.

As obras históricas mais importantes que realizou, nesse período, foram, entretanto, suas defesas vitoriosas do Brasil nos arbitramentos das questões de Palmas, com a Argentina; e do Amapá, com a França; e, também, o estudo central que elaborou para nossa defesa na Questão do Pirara, com a Inglaterra, levada a cabo de maneira admirável por Joaquim Nabuco, mas apenas parcialmente bem-sucedida.

Rio Branco não era um intelectual que tivesse múltiplos interesses: seus estudos se concentravam na História do Brasil. Em um continente de amadores, retóricos, dispersivos, era isso, aliás, o que o fazia mais forte que os outros, como bem percebeu seu contemporâneo Sílvio Romero: "A superioridade diplomática do barão brota da sua vasta cultura histórica e geográfica, de seu profundo saber, acumulado por 40 longos anos de estudos da corografia e dos anais pátrios, nomeadamente das lutas e pendências de guerras havidas com as gentes vizinhas"[5]. Além disso, tinha uma cabeça clara e escrevia de maneira simples. Todos os comentadores de sua obra reparam como ele conseguia tratar de assuntos áridos e intrincados com uma racionalidade e uma leveza que os tornam de leitura agradável.

Dois traços a ser destacado em suas defesas eram a autoridade e a segurança com que assumia suas funções e apresentava seus argumentos. Para a primeira delas, a Questão de Palmas, foi convocado de última hora, com a morte do nosso representante, o Barão de Aguiar de Andrade, quando faltavam apenas dez meses para o final do prazo de entrega das memórias. Havia dois textos básicos já preparados: um de autoria do Visconde de Cabo Frio, antigo e competente Secretário-Geral do Ministério; o outro, do próprio Aguiar de Andrade, com a colaboração de um famoso advogado norte-americano. Rio Branco deixou ambos de lado e redigiu um terceiro texto, que tinha uma estrutura diferente e apresentava novos documentos, alguns de grande importância, como o verdadeiro "Mapa das Cortes", a partir do qual se negociou o Tratado de Madri. Travou uma batalha com seu próprio Governo para apresentar apenas seu trabalho, mas não cedeu. A vitória lhe deu razão. Arriscou muito, entretanto: se perdesse, seria certamente considerado o único culpado.

[5] GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*, p. 253.

Na defesa seguinte, o arbitramento sobre a fronteira com a Guiana Francesa, seu nome se impôs não só pela competência – só sabida por alguns antes do arbitramento com a Argentina e, agora, comprovada por todos –, mas também pela habilidade em apresentar a posição brasileira. Claro que sua recém-adquirida aura de vitorioso também ajudava. Fez outro trabalho admirável, desta vez com mais tempo, mas em uma situação que considerava menos segura, pois se tratava de uma divergência secular na qual as posições que assumiram Portugal e, depois, o Brasil variaram muito, conforme mudava a correlação de forças na conjuntura internacional. A defesa foi igualmente coroada com a vitória total.

Ambas as defesas, resumidas ou parcialmente reproduzidas, constituem a versão brasileira desses dois conflitos de fronteira, sem haver no país vozes discordantes. O mesmo se passa com a defesa de Nabuco, que incorpora muito do estudo de Rio Branco, como o generoso pernambucano é o primeiro a lembrar. Vem, pois, de Rio Branco a visão que temos da formação de nossas fronteiras com a Argentina, com a Guiana Francesa e com a Guiana (antiga Inglesa).

III

Quando Rio Branco assumiu a pasta das Relações Exteriores, no final de 1902, encontrou um sério problema internacional. No atual estado do Acre, viviam milhares de brasileiros, seringueiros em sua grande maioria, que pela segunda vez haviam se levantado em armas contra a Bolívia, a quem pertencia toda a área, não por velhos e imprecisos tratados coloniais, mas, sim, por um tratado bilateral de limites, relativamente recente, de 1867. A opinião pública brasileira era grandemente favorável aos revoltosos, agora chefiados por um ex-militar gaúcho, Plácido de Castro (três anos antes, havia ocorrido a primeira revolta dos seringueiros, então chefiados pelo espanhol Luis Gálvez). Muitos brasileiros não compreendiam por que o Governo não estava decididamente ao lado de seus nacionais. A razão é que não tínhamos dúvidas sobre quem tinha a soberania: Porto Acre (Puerto Alonzo), onde a Bolívia pretendia estabelecer o centro administrativo da região, tinha até um consulado brasileiro, prova contundente de nossa certeza sobre a nacionalidade boliviana do território. Contudo, os dois países sabiam que o Brasil poderia ser levado à guerra se houvesse enfrentamentos graves entre os revoltosos brasileiros e as tropas regulares do altiplano, que se preparavam para descer à Amazônia, sob a chefia do próprio Presidente, o General Pando.

Ideias múltiplas e contraditórias proliferavam principalmente no Rio de Janeiro e em Manaus, que era passagem necessária de tudo o que ia para o Acre e do que de lá vinha.

Vamos recordar a formação das nossas fronteiras bolivianas nessa região. Os tratados de Madri e de Santo Ildefonso não divergiam aí. A divisa era uma reta do médio Madeira (isto é, a metade da distância entre a nascente e a foz do rio, situada aproximadamente a 8º 4′ de latitude sul) à nascente do rio Javari, então desconhecida. Em 1867, em plena Guerra do Paraguai, assinamos um tratado de limites que Rio Branco considerava muito favorável à Bolívia (opinião exatamente oposta à dos tratadistas bolivianos). Pelo tratado, chamado *La Paz de Ayacucho*, a origem da reta no rio Madeira é deslocada um pouco mais de dois graus para o sul: "Deste rio para oeste seguirá a fronteira por uma paralela tirada de sua margem esquerda da latitude 10º 20′ até encontrar o rio Javari". Pensava-se, pois, que a nascente do Javari estivesse mais ou menos nesta latitude e, por isso, fala-se em paralela. Admitia-se, entretanto, que estivesse mais próxima do equador, já que este artigo tinha um parágrafo único que rezava: "Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do Javari".

Só depois da assinatura do tratado de 1867 é que os seringueiros brasileiros, sobretudo cearenses que fugiam das secas do Nordeste, foram pacificamente entrando nessas regiões do "Alto Amazonas", como se dizia, onde havia uma grande concentração da *Hevea brasiliensis*. Calcula-se que, no final do século, havia uma população de cerca de 60 mil brasileiros trabalhando nos vários seringais, que tinham sido pouco a pouco criados. Eles desconheciam onde passava a divisa médio Madeira- nascente do Javari, pois ainda não se havia determinado onde estava exatamente esta nascente; isso só foi feito, em definitivo, décadas depois, em 1898, pela missão demarcatória Cunha Gomes (o rio se originava no paralelo de 7º 1′). Praticamente não havia bolivianos na região, o que se explica não somente por aquele país ter uma população relativamente pequena e concentrada no altiplano, mas também pela enorme dificuldade de acesso dos altos andinos, onde estão La Paz, Sucre e Potosi, à floresta amazônica.

Logo após sua posse, em dezembro de 1902, o barão tentou comprar o território, mas a Bolívia não concordou com nenhuma das várias propostas feitas. Já havia, então, descartado a tese, defendida por muitos, do arbitramento, que – pensava ele com razão – nunca poderia nos dar uma solução satisfatória: uma parte dos brasileiros estava em uma

área que teríamos dificuldade em considerar "contestada". Era preciso, pois, imaginar outro tipo de solução.

Havia, ainda, uma grave complicação: vendo as dificuldades que tinha para administrar um território longínquo e habitado por outros nacionais, a Bolívia tinha assumido, em 1901, um grande risco. Assinara um acordo com investidores ingleses e norte-americanos que dava à empresa criada por estes, o chamado Bolivian Syndicate, a completa administração do Acre, inclusive com poderes de polícia. Era uma espécie de *chartered company*, como aquelas que precederam a colonização direta de várias regiões africanas e algumas asiáticas pelas potências europeias. O perigo de um neocolonialismo nas Américas era evidente, e esse fato incontroverso foi bem usado por Rio Branco para fortalecer a posição brasileira junto aos governos e à opinião pública dos demais países do nosso continente. Em rápidas negociações, centradas em Washington, o barão conseguiu que a companhia renunciasse a seus direitos, mediante uma indenização de 100 mil libras esterlinas. Foi o primeiro passo para a solução do conflito.

Depois de quase um ano de diferentes iniciativas, complicadas negociações e do estabelecimento de um *modus vivendi* que interrompeu os conflitos locais e permitiu ao exército brasileiro ocupar toda a região conflagrada, chegou-se a uma fórmula aceitável para as duas partes. O Brasil ficaria com o território do Acre (então, cerca de 190 mil km²) e daria em troca: um pequeno território habitado por bolivianos (de 2,3 mil km²), 2 milhões de libras esterlinas, além de três pequenos ajustes de fronteira favoráveis à Bolívia, na região do rio Paraguai. Além disso, comprometia-se a construir a ferrovia Madeira-Mamoré, que criava uma saída boliviana para o Atlântico. O chamado Tratado de Petrópolis foi assinado em 17 de novembro de 1903.

A várias personalidades brasileiras, parecia que o país cedera demais: entre outras, estava Rui Barbosa, o grande nome da política e da cultura de então, que o barão havia convidado para participar das negociações, mas que se retirara delas por não concordar com as concessões feitas. A uns poucos, como Teixeira Mendes, influente líder dos positivistas, grupo que era ainda muito poderoso, parecia, ao contrário, que o Brasil havia espoliado um vizinho mais fraco. O fato a ser retido é que a unanimidade que existia em torno de Rio Branco se desfez. Entretanto, esse tumulto de opiniões díspares e controvertidas durou poucos meses, apenas até se acalmarem as paixões que o assunto provocara. Muito contribuiu para isso a notável exposição de motivos que arrola os antecedentes históricos e geográficos da questão e justificou,

plenamente, para os deputados que votariam o assunto – e sobretudo para a posteridade – a assinatura do acordo.

Durante o período em que foi Ministro, o barão negociou e assinou acordos de fronteira com todos os demais vizinhos, à exceção do Paraguai e da Venezuela, que tinham ajustes que vinham do Império: Equador, Suriname, Colômbia, Peru e Uruguai. Em cada caso, redigiu uma exposição de motivos que historia a formação da fronteira bilateral e explica as bases do acordo a que se chegou. São documentos que surpreendem pela clareza da exposição e qualidade da redação.

Não é, pois, exagero dizer-se que Rio Branco traçou o desenho definitivo da maior parte da linha de limites do Brasil, com sua atuação decisiva nos três arbitramentos, antes de ser Chanceler, e, depois, nos tratados de limites ajustados durante seus quase dez anos de gestão. É claro que ele não inventou tudo: havia estudos, propostas e acordos anteriores. Foi ele, entretanto, quem resolveu as várias questões ainda pendentes na República; e todas de forma pacífica, através de acordos bilaterais bem negociados e perfeitamente aprovados e ratificados. O barão, aliás, é o primeiro a reconhecer a habilidosa política de fronteiras dos portugueses na Colônia e, especialmente, a benéfica ação dos diplomatas do Segundo Reinado, entre os quais talvez o maior tenha sido seu pai, pelo qual nutria, mais que um natural amor filial, uma imensa admiração pela obra política. No entanto, os arbitramentos e os tratados mencionados – que envolvem oito dos nossos dez vizinhos – são sem dúvida o fecho de ouro de uma política de sucesso. Não há precedente de um Ministro das Relações Exteriores que tenha feito tanto para a formação das fronteiras de seu país, o que justifica o prestígio único que tem em nossa história.

IV

Vamos, agora, ver como o barão apresenta os fatos e dá sua versão de nossos problemas fronteiriços no Acre (como já demos uma ideia deles, haverá necessariamente repetições). A base teórica de suas negociações de fronteira, a chamada "política de limites", que combina fatos e versões em um todo coerente, vinha do Império: era uma doutrina que privilegiava a posse e dava um valor apenas subsidiário ao Tratado de Santo Ildefonso, o último do período colonial (que era, ao contrário, muito valorizado pelos nossos vizinhos). O Visconde de Rio Branco bem sintetizou essa política, em memorando enviado em 1857 ao Governo argentino:

> O Tratado de 1777 foi roto e anulado pela guerra superveniente em 1801, entre Portugal e Espanha, e assim ficou para sempre, não sendo restaurado pelo Tratado de Paz de Badajoz aos 6 dias de junho do mesmo ano. A Espanha conservou a praça de Olivença que havia conquistado pelo direito da guerra, e Portugal, todo o território pertencente à Espanha, que, em virtude do mesmo direito, ocupou na América [...] O Governo de S. M. o Imperador do Brasil, reconhecendo a falta de direito escrito para a demarcação de suas raias com os Estados vizinhos, tem adotado e proposto as únicas bases razoáveis e equitativas que podem ser invocadas: *uti possidetis* onde este existe e as estipulações do Tratado de 1777, onde elas não vão de encontro às possessões atuais de uma ou outra parte contratante. Rejeitados eles [esses fundamentos], o único elemento regulador seria a conveniência e a força de cada nação[6].

O barão toma esta doutrina do *uti possidetis* como base, mas, aqui, nas negociações sobre o Acre, acrescenta outra, a das bacias hidrográficas, que ele já havia usado no estudo sobre a Questão do Pirara (alguns autores conservam o nome original inglês, *watershed doctrine*). Diz ele na exposição de motivos do Tratado de Petrópolis: "Quando em 1867 negociamos com a Bolívia o primeiro tratado de limites, não estavam ainda povoadas as bacias do Alto Purus e do Alto Juruá, mas tínhamos incontestável direito a elas [...] ocupando [...] a margem direita do Solimões [e] [...] o curso inferior desses seus afluentes [...]"[7]. Além disso, cita as opiniões favoráveis de quatro mestres do Direito Internacional, uma prática que lhe era habitual, em uma época em que os "medalhões", sobretudo se estrangeiros, eram respeitosamente acatados no nosso continente. Depois, continua: "[...] entendeu-se, com vantagem para a Bolívia, que o direito resultante da posse ou das zonas de influência dos dois povos podia ficar razoavelmente demarcado pelo paralelo da confluência do Beni e Mamoré, isto é, pelo de 10º 20′ [...] a leste, até o Javari, a oeste, cuja nascente se supunha estar em latitude mais meridional". Diz ainda: "[...] adotou-se oficialmente desde dezembro de 1867 a opinião de que a fronteira devia ir por uma oblíqua ao Equador desde a confluência do Beni até a nascente do Javari [...] com prejuízo nosso [...]".

Continuemos com os argumentos com que o barão negociou o Tratado de Petrópolis. Ele lembra inicialmente, em defesa das tratativas de então, que, no próprio tratado de 1867, havia um artigo que admitia a hipótese de novas negociações de limites e de eventual troca de territórios. Defende-se, em seguida, da crítica daqueles que propugnavam pelo

---

6 LISBOA, Sérvulo; ENGEL, Juvenal. *Curso de conhecimentos e informações sobre Cartografia*, vol. III, p. 313.

7 Esta citação e as demais deste item são tiradas de *Obras do Barão do Rio Branco*, vol. V, pp. 1-30.

arbitramento – se vitorioso, o que não era nada certo, salvaria apenas uma parte (a que estava ao norte da linha Madeira-Javari) do território habitado por brasileiros – e daqueles que achavam que devíamos apoiar os revoltosos, esperando uma futura adesão de um independente Estado do Acre ao Brasil – o que seria, diz o barão sem rebuços: "uma conquista disfarçada [...] violando a Constituição da República".

Vamos indicar, agora, outras razões, sempre reproduzidas – *ipsis litteris* ou pelo menos em essência – nos livros de História: "Como combinar o desempenho do nosso dever para com esses patriotas na aflição, com o firme desejo de não praticar atos de hostilidade contra o governo amigo que os combatia?". O barão continua: "Tal fim [a solução do conflito] só poderia ser alcançado ficando brasileiro, não somente o trecho do Acre compreendido entre a linha oblíqua e o paralelo de 10º 20′, mas ainda o Acre meridional, com o Xapuri e toda a vasta região do Oeste [que está abaixo desse paralelo], igualmente habitada por brasileiros". Diz mais: "Do sindicato estrangeiro, obtivemos declaração legal de absoluta desistência de todo e qualquer direito ou possível reclamação contra quem quer que seja mediante indenização pecuniária". Acrescenta: "Declaramos litigiosa parte do território do Acre, do Alto Purus e do Alto Juruá, adotando a inteligência mais conforme com a letra e o espírito do Tratado de 1867" (a linha de limites passava a ser o paralelo de 10º 20′). Precisamos nos deter sobre este ponto muito importante por envolver aproximadamente 80% do Acre: declarar litigioso o território ao norte do paralelo mencionado significava mudar radicalmente a posição do Brasil, não admitindo mais a hipótese da linha oblíqua.

Para terminar esta série de citações, duas finais, com comentários nossos: "Obtivemos amigavelmente da Bolívia a aceitação de um *modus vivendi* que nos permitiu ocupar militar e administrativamente o território em litígio e intervir como mediadores no que lhe fica ao sul, para aí evitar encontro de armas [...]". Rio Branco descreve, então, meandros da negociação e justifica todos os pontos essenciais do tratado a que se chegou. No final da exposição, conclui com um toque muito pessoal, mas que também contribuía para fortalecer sua posição no Congresso e na imprensa: "[...] afianço a Vossa Excelência que para mim vale mais esta obra [...] do que as duas outras [as defesas vitoriosas], julgadas com tanta bondade pelos nossos cidadãos [...]". Tinha toda a razão, podemos hoje dizer com segurança, com a perspectiva de cem anos passados. O Acordo de Petrópolis foi uma construção difícil, complexa, na qual tudo dependeu dele. Não era um mero estudo, por melhor que fosse, em que não havia decisões concretas a tomar, como mudar políticas tradicionais ou fazer

movimentar tropas. Foi o rito de passagem de Rio Branco: de estudioso e defensor do Brasil a estadista da República.

Morrendo o barão, quase dez anos depois de ter assumido a pasta, que geriu, desde o início, com grande autonomia, formou-se certo vácuo de poder, no qual o que queriam todos os sucessivos ministros era dar continuidade ao que ele fizera e só fazer o que imaginavam que faria. Além do grande peso de sua personalidade, centralizadora e dominante, havia o fato de que Rio Branco praticamente encerrara o mais brilhante capítulo da diplomacia pátria, o do estabelecimento por vias pacíficas da imensa linha de limites do Brasil. O começo da grande obra fora no Império, mas foi ele, na República, que negociou e assinou tratados sobre a maior parte dos nossos 16.500 km de fronteiras terrestres. No final de sua longa gestão no Itamaraty, a linha de limites não tinha mais interrupções.

Era, pois, explicável que os livros que pouco a pouco iam sendo publicados após sua morte, em 1912, o tratassem como o "Deus Terminus" das nossas fronteiras, para usar a conhecida expressão de Rui Barbosa, e reproduzissem seus argumentos. Vamos lembrar os principais. Havia memórias pessoais, como as de Luís Gurgel do Amaral; estudos de temas específicos, como os de Hélio Lobo, sobre o pan--americanismo, e de Hildebrando Accioly, sobre o Paraguai; e também trabalhos mais gerais sobre nossas fronteiras, como os de João Ribeiro e de Raja Gabaglia. Foi particularmente relevante, como já mencionamos, a publicação pelo Itamaraty, em nove volumes, das *Obras do Barão do Rio Branco*, que as tornou muito mais acessíveis; encontra-se aí o excelente volume *Introdução*, redigido pelo Embaixador Araújo Jorge, que havia sido um de seus jovens colaboradores. Só depois dessa publicação é que apareceram os livros "clássicos" sobre o barão e sua obra: as biografias de Álvaro Lins (1945) e de Luís Viana Filho (1959) e os manuais de História Diplomática, de Hélio Vianna (1945) e de Delgado de Carvalho (1955). Para terminar, mencione-se um livro que é particularmente denso no que concerne à Bolívia, a *História da formação das fronteiras do Brasil* (1973), de Teixeira Soares, ex-Embaixador em La Paz.

Em todas estas obras, a figura do barão é dominante, tal como a sua grande estátua à entrada do Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Arrolam-se os acontecimentos escolhidos por Rio Branco e se repete a interpretação pessoal que deu a eles; em muitos casos, transcrevem-se, abundantemente, trechos de suas defesas ou exposições de motivos. Em outras palavras, adotam-se os fatos e as versões do barão. Tem-se toda a razão para fazê-lo, porque não há nada melhor do que esse conjunto

de argumentos para explicar do ponto de vista brasileiro a formação do nosso território.

Um comentário adicional. O manual que pretende superar os dois anteriormente citados, a *História da Política Exterior do Brasil*, de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, realmente inova em vários pontos e merece ser lido, mas versa sobre o tema "fronteiras" de maneira excessivamente perfunctória, talvez porque o considere superado. Isso é um problema para a formação de nossos diplomatas, porque os livros dos países vizinhos tratam do assunto com mais profundidade e de maneira desfavorável ao Brasil. Divergências fronteiriças são, aliás, matéria bem mais conhecida lá do que aqui. Um exemplo boliviano, recente e notável: o próprio Presidente Evo Morales insinuou, três ou quatro anos atrás, no contexto da ocupação militar de uma refinaria da Petrobras, que não se venderia ao Brasil por um cavalo, o que não foi entendido, no momento, pelos brasileiros presentes, nem depois, pela imprensa, que o ligou à compra do Acre. Na verdade, parece dizer respeito ao acordo de 1867, quando, segundo livros bolivianos, nosso negociador, Deputado Lopes Neto, teria dado ao ditador Melgarejo, também a sua família e inclusive a sua amante, ricos presentes, entre os quais estaria o famoso equídeo...

V

Vejamos como os livros bolivianos tratam da formação de nossas fronteiras bilaterais. Vamos citar trechos das duas histórias diplomáticas mais conhecidas nesse país: uma mais antiga, publicada, em 1938, de Carlos Salinas Baldibieso; outra mais recente, com várias edições, do Embaixador Jorge Escobari Cusicanqui, negociador chefe na renovação, em 1958, dos tratados de Roboré, assinados 20 anos antes. Vamos também mencionar, mas só de passagem: *Melgarejo*, uma biografia do ditador que estava no poder durante as tratativas para a assinatura do acordo de 1867, de Max Daireaux; o popular *Manual de Historia de Bolivia*, de Vazquez Machicado; e o mais técnico *La Cuestión del Acre*, de Augusto Céspedes. Em alguns casos acrescentaremos nossos comentários pessoais.

O acordo de 1867, que Rio Branco julga um ato generoso da diplomacia imperial, é visto, muito pelo contrário, como um desmembramento do território boliviano. Vejamos o que diz Cusicanqui: "Los halagos del diplomático lusitano culminaram com la firma del Tratado [...] por el qual Bolivia entregó al Brasil 150.000 kilómetros quadrados de su teritorio y sesenta léguas navegables del Rio Madera"[8]. Daireaux ilustra tais *halagos* ("agrados"): "Semejante a los Reyes Magos, los embajadores

[8] CUSICANQUI, Jorge Escobari. *Historia Diplomatica de Bolivia*, tomo II, p. 306.

de Don Pedro llegavan com los brazos carregados de presentes: para Melgarejo y sus ministros, títulos sonoros, condecoraciones enchapadas de oro y relumbrantes de pedrerías. Para doña Juana Sánchez, la favorita, um cofre real com aderezos de esmeraldas, collares, brazaletes y diademas"[9]. O ditador recebeu, de fato, a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul, homenagem incomum na época, mas seguramente há exageros na descrição dos presentes. O que importa, entretanto, é a versão difundida: amputação do território, despreparo dos dirigentes, insinuação de subornos...

Permitam-me a transcrição quase integral do último parágrafo do capítulo em que Cusicanqui explica – com humor negro, frise-se – a razão pela qual a Bolívia assinou um acordo que lhe parece tão ruim:

> La extraña y sorprendente cesión al Brasil de extensas regiones del território nacional es atribuída a la irresponsabilidad de los colaboradores de Melgarejo y a la ignorância de este. Se refiere que, cuando em presencia de los negociadores brasileños se indicava em un mapa las localidades que quedarian em poder de Brasil, Melgarejo, al escuchar la palavra "San Matias", reaccionó súbitamente expressando: "San Matias no, esse lugar es boliviano, pues allí estuve confinado em 1828". Si así se evito que esa región fuese transferida al Brasil, no faltaran quienes desearon que Melgarejo, antes de ponerse a discutir los términos de ese acuerdo, hubiese estado desterrado en el punto medio del recorrido del rio Madera, para impedir que la soberanía boliviana quedase concretada al origen del este rio.

Comentemos: olhando o mapa, vemos que a linha de limites parece mesmo contornar a cidade de San Matias. Uma palavra final de Vazquez Machicado: "el tratado de 1867 es el mas ominoso que registra los anales hispano americanos"[10].

Agora, trechos sobre o Tratado de Petrópolis. Ficaremos apenas em quatro citações e só Cusicanqui, para dar alguma unidade ao parágrafo; mas ideias semelhantes estão em outros livros que tratam do assunto.

1. "El Brasil [...] impulsionó la penetración de súbditos brasileños interesados en la explotación del caucho boliviano en la zona del Acre [...]"[11].
2. "El 15 de Julio de 1899, el aventurero español Luis Galvez, encabezando a los brasileños 'revolucionarios' proclamo el 'Estado Independiente del Acre, Purus y Yacú', del que se hizo Presidente".

[9] DAIREAUX, Max. *Melgarejo*, p. 174.
[10] MACHICADO, Vazquez. *Manual de Historia de Bolivia*, p. 363.
[11] CUSICANQUI, Jorge Escobari. *Historia Diplomatica de Bolivia*. Esta citação e as seguintes deste item são tiradas do tomo II, capítulo "*Los problemas de limites com el Brasil*".

3. "En el desesperado esfuerzo de sofocar el movimiento separatista [...] el Gobierno de Bolivia destaco sucesivas expediciones [...] que [...] tuvieron que vencer graves dificultades debido, principalmente, a la falta de vías de comunicación, a la escasez de recursos y a inhospitalidad e inclemencia de esa región azotada por enfermedades tropicales".
4. "El Gobierno de Bolivia, en el 11 de Julio de 1901, en el deseo de consolidar de alguna manera su presencia en este territorio, celebró un contrato de administración fiscal con 'The Bolivian Syndicate' de Nueva York. El contrato motivó vehemente críticas por cuanto – se dijo – reflejava la impotencia del Estado boliviano de administrar la zona. El Gobierno brasileño se valió de dicho argumento par justificar sus pretensiones sobre el Acre."

Acrescentem-se dois recortes finais. Primeiro: "La pacificación no fue de agrado del Gobierno brasileño, el que alentó una segunda rebelión encabezada, esta vez, por Plácido de Castro, en agosto de 1902. [...] Entonces Brasil actuó desembozadamente enviando 8.000 soldados al Acre, rompió relaciones con Bolivia, clausuró el tránsito del rio Amazonas y exigió la rescisión del contrato [...] monstruoso". E o segundo: "Inútiles resultaran las protestas del Gobierno boliviano, el Ejército brasileño se apodero de las localidades bolivianas y de Puerto Alonzo el 2 de abril de 1903. Afin de evitar la agravación del conflicto armado, Bolivia se vio obligada a suscribir un 'modus vivendi' y luego el Tratado de Petrópolis de 17 de noviembre de 1903, por el que resulto cediendo al Brasil todo aquel extenso y rico territorio [...]".

Para encerrar este item, um parágrafo de Salinas, sobre o envio de tropas brasileiras para o Acre:

> Nada, absolutamente nada tenia que hacer Brasil em el Acre. Bolivia con perfecto derecho [...] se dirigía allí para sofocar la revolución. El Acre siempre le había pertenecido, el Brasil mismo reconoció el derecho de Bolivia en esa zona. La única razón de la intervención brasileña se refería a defender sus nacionales amenazados por las tropas regulares del Alto Perú. Semejante intervención violaba la soberanía de Bolivia, contra toda norma de Derecho Internacional[12].

E uma pesada frase de Augusto Céspedes, sobre o Tratado de Petrópolis: "es la mas grande extorsión cometida em America"[13].

[12] BALDIBIESO, Carlos Salinas. *Historia Diplomatica de Bolivia*, p. 134.
[13] CÉSPEDES, Augusto. *La Question del Acre*, p. 23.

VI

Comparando os textos destes autores bolivianos com os de Rio Branco, vê-se que, praticamente, não há fatos diferentes, só algum pormenor a mais ou a menos; mas a interpretação deles, esta sim, é bem diversa. Comentemos dois casos de divergência. O primeiro de "fato": Rio Branco não menciona, como o fazem os bolivianos, estímulos do Governo brasileiro para a emigração para o Acre. Na verdade, não houve isso: os Governos do Império e da República eram simpáticos à emigração para a Amazônia, onde faltava mão de obra, mas achavam que os nordestinos estavam ocupando áreas do Estado do Amazonas; no máximo, pensava-se, grupos pioneiros poderiam estar na faixa de uma fronteira cuja linha precisa de separação não estava demarcada. Vejamos agora um caso de "versão" contrastante: o contrato "monstruoso", como realmente o classificou Rio Branco, seria, na versão do outro, apenas um "recurso provisório para a administração fiscal"... Ora, havia o exemplo recente das empresas privadas que obtiveram concessões em certas áreas da Rodésia, do Congo ou da Índia, antes que esses países se transformassem em colônias europeias; o perigo não era, pois, imaginário ou exagerado. Assim, poderíamos seguir discutindo fatos e, principalmente, vendo como as interpretações são diferentes, às vezes até opostas, no Brasil e na Bolívia.

Alguns diplomatas brasileiros evitam tratar publicamente dos problemas de fronteira: poderiam abrir antigas feridas... Não parece que seja bem assim. Em primeiro lugar, as feridas estão exageradamente expostas nos livros de História dos países sul-americanos; depois, nossa omissão poderia ser considerada tentativa de esconder alguma coisa errada, o que não é o caso.

Vamos fazer algumas considerações sobre o assunto, continuando a focalizar as fronteiras bilaterais com a Bolívia. Esse país, aliás, é o exemplo mais patente de perdas territoriais na América do Sul: perdeu o litoral para o Chile, na Guerra do Pacífico (1870-1876); o Acre para o Brasil, pelo tratado de 1903; e parte do Chaco na guerra do mesmo nome (1936-1939), para o Paraguai. Existe, pois, uma justificada frustração nacional, que se reflete nos livros que abordam o tema territorial; mas a verdade é que, com maior ou menor razão, todos os países da América do Sul (para ficar por aqui...) falam de perdas de território. Até o Chile, aparentemente um país que aumentou o seu, queixa-se de desmembramentos na Patagônia. É, pois, geral no continente o que já se chamou de "síndrome de território minguante"[14].

[14] SOUZA, José Marcus Vinicius de. *A disputa territorial Peru x Equador*, tese apresentada no CAE em 1983, p. 27.

O Brasil é a exceção, e isso se deve muito às ações de Rio Branco nos primeiros 20 anos da República. Ele achava, com toda razão, que era um continuador da boa política de fronteiras do Segundo Reinado; e o era: dizem seus colaboradores que sempre se perguntava o que seu pai faria naquelas circunstâncias. Claro que, por ter o estofo de estadista, inovava quando necessário. Nas negociações do Acre, como vimos, rompeu com a posição tradicional do Brasil, quando passou a desconsiderar a hipótese da oblíqua Madeira-Javari.

Na época do barão, havia mais problemas de fronteira do que hoje, e eles eram o assunto fundamental das chancelarias sul-americanas. Não é mais assim, o que não quer dizer que os conflitos se acabaram. Em um levantamento recente, realizado no nosso continente, foram identificadas onze disputas fronteiriças envolvendo todos os países da América do Sul, menos um: o Brasil.

Outra observação: todos os países que tiveram problemas de fronteira com o Brasil tiveram outros, mais graves, com outros vizinhos. No caso da Bolívia, o mais dramático para nós, não parece haver dúvida de que a perda do litoral no Pacífico, em uma guerra, é muito mais importante e traumatizante do que a perda – e em negociações compensatórias – de uma área amazônica de acesso muito difícil. As reivindicações brasileiras nunca foram, ademais, excessivas e sempre tínhamos uma sólida base de fatos alicerçando-as. O dito atribuído a D. Pedro II – "ou o território é nosso e não devemos alienar uma polegada dele ou pertence a nossos vizinhos e então é justo não querermos uma polegada do que não nos pertence"[15] – não é uma dessas frases patrioteiras e vazias; corresponde à realidade de o Brasil ser uma nação satisfeita com o território básico que herdou dos tempos coloniais.

Alguns livros dos nossos vizinhos – quem sabe os mais objetivos? – não deixam de reconhecer a qualidade de nossa política externa no que concerne à fixação de limites. Dois exemplos de, para variar, autores argentinos. Um, mais antigo, de Vicente G. Quesada, importante diplomata e historiador do final do século XIX: "El Brasil sostiene su abrogatión [do tratado de 1777] y funda su derecho territorial em el 'uti possidetis' actual... Los estados hispano-americanos, tratando aislados los unos respecto de los otros, se han encontrado em presencia de uma unidad de plan, de miras, y de tendências, que oponia el Imperio del Brasil, que habilmente há discutido com ellos sucessiva y separadamente estas questiones, pero com uma pertinácia verdaderamente notable"[16]. O outro

[15] VIANA FILHO, Luis. *Três estadistas*, p. 921.
[16] QUESADA, Vicente G. *Historia Diplomatica Latino-Americana*, tomo III, p. 274.

exemplo, mais moderno, curiosamente de quem é considerado o maior rival do barão, Estanislao Zeballos: "Si el Brasil consolida la obra territorial de Rio Branco, le deverá el título de su primer servidor y del mas grande de los benefactores de su amor proprio nacional y de su mapa"[17].

Um último ponto, não sobre a eficiência – por todos reconhecida –, mas sobre a correção da nossa política de limites é a própria personalidade do Barão do Rio Branco. Vejamos. Era um profundo conhecedor dos problemas territoriais, mas não um historiador puro, pois nunca descurava dos interesses permanentes de seu país; era também um hábil advogado na defesa destes. Tudo isso é verdade. No entanto, o que queremos destacar aqui é que considerava as boas relações com nossos vizinhos ponto inegociável de nossa política externa e jamais admitiria que o Brasil esbulhasse um país limítrofe. Usava frases como "Fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro"[18], que, na sua boca, faziam sentido.

VII

O Barão do Rio Branco é uma das mais admiradas personagens da nossa história. Não há uma versão pouco elogiosa dos fatos de sua vida pública. Existem, sim, pequenas e ocasionais restrições individuais. Exemplifiquemos. O General Dionísio Cerqueira, ex-Ministro das Relações Exteriores, em seu segundo no arbitramento com a Argentina, achou injusto não ter também assinado a defesa brasileira. O escritor Lima Barreto ridiculariza os desfiles do barão em carruagem aberta, acompanhando autoridades ou personalidades estrangeiras, pelas ruas do Rio de Janeiro. Até seu amigo da vida toda, Joaquim Nabuco, quando era Embaixador em Washington, ressentia-se das instruções pormenorizadas, recebidas de Rio Branco, que não davam espaço para o agente.

Como crítica ao barão, é tudo ínfimo, em comparação com o respeito e a admiração que inspirou nos homens de seu tempo. O próprio Oliveira Lima, considerado no Itamaraty o anti-Rio Branco, não diz nada de grave sobre seu rival. Tem uma ou outra frase dura ou amarga, em cartas privadas ou em suas interessantes e divertidas memórias, como esta: "o leite da amizade não corria em suas veias"[19]. Ainda assim, nunca deixou de reconhecer o alcance da obra de Rio Branco; e, logo que soube de sua morte, escreveu no *Le Soir*, de Bruxelas, onde era Embaixador, o mais justo e, ao mesmo tempo, o mais admirativo necrológio que o barão teve.

---

[17] *Revista de Derecho Internacional*, tomo XLII.
[18] RIO BRANCO. *A América do Sul e a modernização do Brasil*, p. 126.
[19] OLIVEIRA LIMA. *Memórias*, p. 72.

O único ponto passível de alguma controvérsia na carreira de Rio Branco é exatamente seu papel central nas negociações do Acre. Como vimos, ele foi criticado no Brasil por motivos opostos. Rui Barbosa julgou que o barão cedeu demais e escreveu um "Relatório do Plenipotenciário Vencido". Nunca deixou, entretanto, de ter boas relações com Rio Branco, que ficou sempre agradecido a Rui pelos artigos elogiosos que escreveu depois do arbitramento com a Argentina. Eram personalidades contrastantes: este, orador de grandes auditórios e escritor de frases longas e vocabulário opulento; aquele, historiador de gabinete e ministro de poucas e simples palavras. Lendo discursos de um e de outro, não parecem homens do mesmo país, da mesma época, da mesma elite. O relatório de Rui, hoje, só é lido por curiosidade, pois não há quem deixe de achar que a solução do problema do Acre, toda ela engendrada por Rio Branco, foi a melhor possível. A exceção é um livro recente, original e interessante, que se tornou um dos *best sellers* de 2010, *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, de Leandro Narloch, que julga que se pagou muito por uma região que produz pouco: a Bolívia, feliz da vida, teria se aproveitado de "um momento de ingenuidade do Brasil para se livrar do Acre"[20]. O autor seguramente quis fazer humor, aqui sem grande sucesso, especialmente junto aos acreanos...

O lado pelo qual o barão foi menos atacado na sua época, mas que agora seria o mais vulnerável, foi por ceder pouco, por ter sido muito duro com a Bolívia. Na verdade, Rio Branco exerceu o maior poder relativo que o Brasil tinha: as negociações diretas com o Syndicate, a nova interpretação do acordo de 1867 e a ocupação militar de todo o território – o declarado litigioso e o que estava ao sul deste, em poder de Plácido de Castro – foram atos de "realismo" político (a acusação de "imperialismo", feita em alguns círculos latino-americanos, é excessiva). Não foi por acaso que a partir de então começaram a aparecer cotejos com Bismarck, o Chanceler da Prússia, que, a ferro e fogo, havia promovido a unificação da Alemanha. No Brasil, José Maria Bello, que conheceu pessoalmente o barão e era amigo de alguns de seus colaboradores, é um dos que gostam da comparação, vendo Rio Branco como um patriota realista "da família de Bismark [...] desdenhoso dos idealismos declamatórios, tão espontâneos no solo tropical da América Latina"[21].

O que será que hoje, cem anos depois, podemos dizer nós? Rio Branco, ao assumir, encontrou uma situação grave e complicada: uma região boliviana habitada por brasileiros, revoltados e vitoriosos; sem recursos

[20] NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, p. 201.
[21] BELLO, José Maria. *História da República*, p. 227.

para ocupar esse território, a Bolívia jogara a carta suicida do Syndicate. Qualquer solução possível teria um preço a pagar. Se fosse o barão um maquiavélico, deixaria as águas rolarem: o Acre ficaria independente, com o apoio discreto do Brasil, como exigia a opinião pública; e era só esperar para vê-lo entrar suavemente na nossa federação. Um Texas sem petróleo, mas com borracha, produto que na época significava 25% das nossas exportações (o Acre produzia 60% do total brasileiro). O que ele fez foi o melhor que poderia ter feito para os dois países. Não foi barato para nós, e a Bolívia perdeu uma região que não tinha condições de ocupar. Quando ele fala que a "libertou de um ônus"[22], ele não está fazendo humor negro com nosso vizinho: acreditava piamente nisso.

Os bolivianos que assinaram o Tratado de Petrópolis não foram traidores da pátria, nem o Governo a que serviam era composto por um bando de incompetentes, como dá a entender a leitura de alguns livros dessa nação. Eram homens que lutaram para conseguir o máximo para seu país e conseguiram bastante; negociadores que se convenceram de que o melhor caminho para sair do imbróglio era o do tratado a que se chegou. O risco de uma guerra, muito provavelmente favorável ao Brasil, de certo estava presente em seus cálculos. O barão, por seu lado, se esforçou para lhes dar argumentos que justificassem o acordo e sempre esteve atento para que a Bolívia não saísse da negociação ofendida. Isso, de toda maneira, não impediu que houvesse livros que não mostram ponderação ao tratar do tema...

VIII

Nas negociações com a Bolívia há uma curiosidade que foi muito discutida no passado e que, para uns poucos, afetaria a reputação de negociador reto de Rio Branco. É o caso do chamado Mapa da Linha Verde, célebre em certo momento, que teria sido propositalmente ignorado durante as negociações do Acre, pois favoreceria a Bolívia por admitir, já desde o tratado de 1867, a possibilidade de ser oblíqua a divisa Madeira-Javari. Era um mapa que trazia a paralela desenhada em vermelho, mas aceitava que a nascente do Javari estivesse mais próxima do Equador, pois traçava três hipóteses de oblíquas, a mais ao norte, em verde. O mapa inviabilizaria a nova interpretação de Rio Branco, de fazer a divisa correr pelo paralelo de 20º10′ até encontrar o meridiano da nascente do Javari (seguiria pelos dois lados de um triângulo retângulo, em vez de pela hipotenusa). Foi dito mais ainda. O mapa apareceu só quando a exposição

[22] RIO BRANCO. *Obras do Barão do Rio Branco*, vol. V, p. 29.

de motivos sobre o Tratado de Petrópolis estava sendo discutida no Congresso e, então, as vozes oposicionistas predominantes eram as que achavam que se havia dado demais à Bolívia; ora, nesse momento, o mapa tornaria ainda mais meritórias as tratativas brasileiras que desaguaram no acordo.

A grande dúvida é, pois, se o barão conhecia o mapa e só o mostrou quando, além de não prejudicar mais, fosse útil para a aprovação do tratado. Alguns estudiosos da obra de Rio Branco dizem que sim, que ele seguramente não ignorava o Mapa da Linha Verde. Nas suas memórias, Oliveira Lima afirma não ter dúvida disso. Leandro Tocantins, autor da mais completa *História do Acre*, também pensa dessa forma: o barão, tão erudito nesses assuntos, que descobria velhas cartas até em obscuras bibliotecas europeias, não ignoraria um mapa que estava ali, em frente, na Mapoteca do Itamaraty. Castilhos Goicocheia, que escreveu sobre o mapa, é peremptório: "Rio Branco não o encontrou porque não quis encontrá-lo"[23]. Seus dois principais biógrafos não são muito claros neste ponto: Álvaro Lins parece negar que o barão conhecesse o mapa (curiosamente, acha que o Visconde de Cabo Frio o conhecia, mas não quis mostrá-lo); e Luis Viana deixa a dúvidas sobre o aparecimento providencial: "Mera coincidência? Sonegação? Jamais se saberá"[24].

O barão, este, afirma com todas as letras: não conhecia o Mapa da Linha Verde, mencionado por vários autores e pelos seus dois antecessores na pasta. Só depois de encaminhar a exposição ao Congresso – onde fala que o mais antigo mapa que inclui a oblíqua é de 1870, em uma interpretação "equivocada" do espírito do tratado de 1867 –, um funcionário da Mapoteca mostrou-o a ele. Certificou-se, então, de que realmente havia o tal mapa com a oblíqua, feito sob a orientação de Duarte da Ponte Ribeiro e usado durante as negociações de 1867. Escreveu, então, imediatamente ao Deputado Gastão da Cunha, relator do Tratado no Congresso, uma carta na qual pormenoriza a redescoberta do mapa.

Comentemos. Já antes de assumir seu posto de chanceler, Rio Branco havia escrito pelo menos uma carta pessoal (a Hilário de Gouveia) em que, ignorando a existência desse mapa, acha que se poderia desprezar a hipótese da oblíqua e dar outra interpretação ao tratado de 1867. Se conhecesse o mapa, não diria isso. Na correspondência oficial ao Congresso, além da sua palavra, nomeia o funcionário da Mapoteca que lhe mostrou o mapa. Pelo que se conhece da personalidade do barão, seria muito difícil admitir que mentisse; e ainda por escrito e com testemunhas...

[23] GOICOCHEIA, Castilhos. *Fronteiras e fronteiros*, p. 116.
[24] VIANA FILHO, Luis. *Três estadistas*, p. 1.084.

No fundo, essa discussão – se conhecia ou não o mapa – é de pouca importância nas negociações de Petrópolis, pois o documento não tinha "nenhum valor probante [...] só encerrava hipóteses nas suas linhas imprecisas"[25]. Conhecendo-o, Rio Branco evidentemente não usaria a interpretação de fazer a fronteira seguir pelos dois lados do triângulo retângulo, em vez de pela hipotenusa. A estrutura do tratado, entretanto, teria de ser a mesma, com mapa ou sem mapa: o que importava era que uma terra descoberta e habitada por brasileiros ficasse brasileira. Há ainda outro ponto: se o barão conhecesse o mapa e omitisse o fato – o que não está provado –, quem poderia acusá-lo de alguma coisa? Qual o negociador seria atacado por não mostrar um documento desfavorável à tese que defende?

IX

Vimos que a visão que existe hoje no Brasil da formação de nossas fronteiras terrestres vem de Rio Branco: dos fatos que apresenta e das versões que dá a eles. Aqueles são bem escolhidos; estas, bem articuladas. Em uma palavra, a história que o barão conta e que todos os livros repetem é de qualidade e, por isso, tem durado.

Isso não significa que não devamos conhecer a visão dos outros, às vezes bem diferentes. Aqui o fizemos com relação à Bolívia, mas, repetimos, poderíamos ter feito com relação a outros vizinhos hispânicos. Escolhemos este país por ser o caso mais difícil de Rio Branco e por ser o único ponto de sua carreira que, no passado, foi objeto de controvérsia. Vimos que sua reputação passa pelas fogueiras das paixões que o Acre despertou, sem sair chamuscada.

Ao ler a visão oposta dos bolivianos, aprendemos muito, mas não saímos dela nos sentindo desconfortáveis com a versão de Rio Branco. Sem achar que temos sempre razão, vemos que erros de fato, que ocorrem em outras histórias não existem ou pouco existem na nossa. Pessoalmente ignoro algum erro desse tipo. A interpretação, sim, às vezes é discutível. Não é verdade irrefutável dizer-se que o tratado de 1777 foi anulado pela guerra de 1801; ou que o de 1867 foi bom para a Bolívia. Pode-se perfeitamente discordar dessas versões, como sempre fizeram nossos vizinhos e podemos nós eventualmente fazer, hoje, com uma visão mais ecumênica da história. O ponto importante a destacar é que nos momentos oportunos tivemos bons agentes e apresentamos bons argumentos.

[25] GOICOCHEIA, Castilhos. *Fronteiras e fronteiros*, p. 121.

Rio Branco era um realista em política externa: afinal vivera sua vida madura na Europa, o continente da *balance of power*, e era contemporâneo – para não falar mais de Bismarck – do primeiro Roosevelt, o do *national interest* e do *big stick*. Contudo, sua personalidade tinha também nítidos traços idealistas, tais como os que encontramos em outro seu contemporâneo, Presidente Wilson, que pensava política externa em termos de princípios e valores e, antes de agir, sempre se perguntava: "*Is that right? Is it just?*"[26]. Nosso barão sabia usar o poder e tinha a coragem de tomar decisões ousadas; mas não era um maquiavélico que aceitava todos os meios para chegar aos fins a que se propunha. Conhecia as incompreensões e frustrações que havia na América Latina em relação ao Brasil e queria contribuir para uma nova era de confiança e amizade. Um patriota, sim; mas que via o Brasil como um país que precisava se comportar sempre com dignidade.

Em resumo: fronteiras não são mais um tema relevante nas nossas relações continentais; não precisamos evitá-lo, entretanto, pois nossa conduta nas negociações do passado foi correta e equilibrada. A história de sua formação, que lemos hoje nos livros, foi escrita basicamente por Rio Branco. É preciso conhecer a versão dos países vizinhos para matizar nossas opiniões e mais bem compreender a conduta do outro. Não omitindo fatos relevantes e dando deles uma interpretação perfeitamente defensável, o barão, sem dúvida, escreveu uma boa história.

[26] KISSINGER, Henry. *Diplomacy*, p. 51.

Rio Branco, patrimônio e história: a cronologia na galeria Amoedo do Itamaraty

Guilherme Frazão Conduru

Falar sobre o Barão do Rio Branco (1845-1912) significa ingressar em um universo simbólico no qual as representações da política externa brasileira e as diferentes dimensões do legado do patrono do Itamaraty encontram-se fundidas em um patrimônio, cuja definição faz parte do permanente processo de construção da identidade nacional. Rio Branco legou aos diplomatas, ao Itamaraty e ao Brasil um patrimônio multifacetado, que inclui tanto a definição de boa parte das fronteiras nacionais quanto um "estilo" do fazer diplomático. Conhecer, estudar e avaliar, com espírito crítico e independente, o conteúdo desse patrimônio pode contribuir para enriquecer as interpretações sobre o Brasil e sua política externa, os brasileiros e suas identidades.

Homenagear o centenário do passamento de Juca Paranhos – lembrá-lo em conjunto, coletivamente – faz sentido apenas se a celebração rejeitar as posturas dogmáticas e a "ingenuidade" de uma exaltação patriótica acrítica. Recordar Rio Branco deve servir para proporcionar um debate sobre a diplomacia brasileira: sua história, suas realizações e deficiências, seus avanços e recuos, suas oportunidades aproveitadas e perdidas, sua contribuição para o desenvolvimento do Brasil e para que o país ocupe o lugar que ocupa no mundo hoje e que poderá ocupar amanhã. A homenagem deve dar ensejo a uma reflexão sobre o significado de Rio Branco para o Brasil e sua política externa hoje.

Rio Branco, patrimônio nacional: a face externa da identidade brasileira

O Estado-nação disseminou-se como forma de organização política a partir da Revolução Francesa. Estudos sobre o nacionalismo indicam que os Estados-nações utilizam variados recursos simbólicos (bandeiras, escudos, hinos, heróis, solenidades cívicas, comemorações, programas escolares, entre outros) como instrumentos para fortalecer a coesão social, legitimar a ordem política, inculcar valores e estabelecer referenciais de identidade nacional[1]. Cada Estado nação promove comemorações em torno de eventos e de personagens que julgam significativos e representativos da nacionalidade e com os quais a coletividade nacional se identifica. Figuras e fatos históricos são convertidos em símbolos porque encarnam valores e, quando apropriados pela coletividade, passam a integrar um patrimônio nacional comum.

Para que seja instituído, todo patrimônio pressupõe que se lhe atribua um valor. A operação de atribuição de valor, no entanto, não é suficiente; é necessário, ainda, que se manifeste uma vontade de preservação com vistas a conservá-lo no presente e a transmiti-lo para as gerações futuras[2]. A atribuição de valor e as ações de preservação de que são objeto a obra e o homem constituem operações que "patrimonializam" o legado de Rio Branco. O reconhecimento de valor na obra e no personagem Rio Branco e o desejo de preservá-los do esquecimento fazem do barão e do seu legado, portanto, um patrimônio da nação.

Além de ter sido o responsável direto pela definição de parcela significativa dos limites territoriais do Brasil, Rio Branco encarnou *valores nacionais*, ao contribuir para dar nova configuração à dimensão externa da identidade nacional, superando a herança de conflito no entorno regional imediato e priorizando a colaboração e a solução negociada das diferenças. Mais do que um estilo do fazer diplomático, Rio Branco defendeu e colocou em prática valores de uma *cultura da paz*, que se converteram em princípios da política externa brasileira: o primado do Direito, a não ingerência, a solução pacífica das controvérsias internacionais, a igualdade soberana

---

[1] Sobre os recursos empregados pelo nacionalismo para fomentar o sentimento nacional, afirma Renouvin: "[...] *les fêtes militaires et les cérémonies patriotiques ont pour bout d'éveiller la conscience nationale, et la presse s'y emploie; mais l'orientation de l'enseignement est un moyen d'action particulièrment efficace*. [...] *Il n'est pas question d'envisager le sentiment national comme une manifestation spontanée: c'est sur l'éducation, organisée et orientée par les pouvoirs publics, qu'il faut compter*." RENOUVIN, Pierre. Les Forces Profondes. In: RENOUVIN, P. ; DUROSELLE, J.-B. *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*. Paris: Libraire Armand Collin, 1966. pp. 190-191.

[2] "As noções de museu e patrimônio no mundo moderno, além de se manterem conectadas à de propriedade – material ou espiritual, econômica ou simbólica –, estão umbilicalmente vinculadas à ideia de preservação. [...] Um anelo preservacionista aliado a um sentido de posse são estímulos que se encontram na raiz da instituição do patrimômio e do museu." CHAGAS, Mário. *A Imaginação Museal*: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC: Ibram, 2009. p. 34.

dos Estados. Além do pacifismo, Rio Branco deu expressão internacional a sentimentos com os quais a coletividade nacional se identifica, como moderação, solidariedade e afetividade. Na convicção de que a política externa estaria acima das diferenças políticas, pois seria o instrumento para a defesa da soberania e para a consecução do interesse nacional, Paranhos Junior simbolizou ainda a dedicação ao Estado, ao serviço público[3].

Essas considerações iniciais servem para ilustrar a amplitude e a complexidade dos temas evocados pela homenagem ao centenário do passamento de Rio Branco. As reflexões que se seguem enquadram-se na temática da concepção de Rio Branco sobre a história do Brasil. Constitui o objeto específico deste estudo uma cronologia inscrita nas paredes do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, em uma galeria que dá acesso às salas e aos salões do andar nobre daquele sobrado, construído como residência privada no período de 1850 a 1855. As paredes da galeria estão cobertas por painéis com pinturas murais, que utilizam *grotteschi*[4] como motivo decorativo. À meia altura dos painéis, três por parede, figuram, ainda visíveis, em cartelas circundadas pelos *grotteschi*, 12 das 13 datas pintadas em algarismos romanos, em 1906, por Rodolfo Amoedo (1857 -1941), encomenda do então ministro das Relações Exteriores. Datas que não foram escolhidas ao acaso, pois celebram eventos emblemáticos da história da América portuguesa e do Brasil. Por meio da identificação dos fatos referenciados pela cronologia – e de alguns daqueles não selecionados – pretende-se contribuir para a reflexão sobre o pensamento histórico de Rio Branco e sobre o debate em torno de seu papel como *definidor de valores nacionais*.

Foi no ensejo das obras de reforma e adaptação do Palácio Itamaraty que Rio Branco encomendou ao ex-diretor da Escola Nacional de Belas-Artes a pintura da galeria. Parece não haver evidência de que fosse próxima a relação do barão com Amoedo. Supõe-se que tenham travado conhecimento na Europa, no período de 1879 a 1887, quando o pintor, bolsista do governo imperial, estudava na École Nationale des Beaux-Arts, e o futuro ministro exercia o cargo de cônsul-geral em Liverpool, ao mesmo tempo que mantinha residência em Paris. A escolha de Amoedo para a execução dos trabalhos de decoração no Itamaraty

[3] RICUPERO, Rubens. Rio Branco, definidor de valores nacionais. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (Orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002. p. 79-98.

[4] Vocábulo italiano (derivado do latim *crupta* ou *crypta* (gruta), do grego *krypté*) designa arranjos decorativos que utilizam motivos vegetais e figuras fantásticas, dispostos, em geral, de forma simétrica. Durante o Renascimento, exploradores de ruínas assim denominaram a ornamentação de antigas residências romanas soterradas, cujos acessos assemelhavam-se a grutas, daí o nome. Rafael Sanzio (1483-1520) os valorizou ao empregá-los na decoração de ambientes no Vaticano. No secúlo XVIII, excavações arqueológicas em Pompeia trouxeram à luz outras pinturas murais com *grotteschi*, que foram utilizados como ornamento "neoclássico" na decoração de residências das elites europeias.

poderia ser explicada, ao menos em parte, pela circunstância de ser ele um artista consagrado, atuante no Rio de Janeiro e seguidor, além de renovador, da tradição acadêmica, a qual conviria seguir quando se tratava do estilo das encomendas oficiais. A disponibilidade e a fidelidade ao gosto oficial encontradas em Amoedo poderiam, de qualquer modo, ser encontradas em outros artistas. Como outro exemplo das relações entre arte e diplomacia, vale assinalar que ao pintor Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905), então vivendo em Florença, Paranhos Junior encomendou a tela *Paz e Concórdia*, concluída em 1902, hoje exposta na sala Rio Branco do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro.

Ao discutir uma possibilidade de uso da história a partir da fabricação de significados simbólicos, a presente análise parte do pressuposto – embora sem prova documental – de que a escolha das datas da cronologia foi uma determinação do ministro, suposição decorrente tanto de sua autoridade como conhecedor da história do Brasil quanto de seu estilo centralizador de chefia. A sequência cronológica estabelece uma continuidade entre a chegada dos portugueses na América e a Proclamação da República. Nesse intervalo, com base em uma continuidade histórica construída, delineia uma trajetória para justificar e legitimar o Estado Nacional Republicano, sucessor do Estado Dinástico Imperial, que, por sua vez, sucedeu ao Reino do Brasil, que sucedeu ao Vice-reino do Brasil, que teve origem no Governo-geral do Brasil, primeira instância centralizada da administração colonial. A hipótese que se pretende sustentar é a de que a decisão de inscrever nas paredes do Itamaraty aquela cronologia correspondeu ao objetivo político de projetar uma ideia de continuidade e de permanência sobre o Estado brasileiro, o que lhe conferiria legitimidade histórica e política e, em consequência, prestígio junto aos demais Estados da região e do mundo. Antes da análise da cronologia, apresentam-se alguns apontamentos sobre a construção da tradição cívica e diplomática em torno de Rio Branco e algumas considerações para contextualizar a formação do pensamento histórico do patrono da diplomacia brasileira.

A construção da *tradição Rio Branco*: investimentos oficiais sobre a memória coletiva

Uma das primeiras homenagens a Rio Branco após seu falecimento consistiu na alteração do nome da principal artéria viária da capital da República. Aberta na reforma urbana "civilizadora" empreendida de 1903 a 1906, durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1836-1913), a

Avenida Central, símbolo do ingresso do Brasil na modernidade, passou a se denominar Avenida Rio Branco. Passado um ano de sua morte, um número da *Revista Americana*, iniciativa de cooperação intelectual no continente atribuída ao próprio barão e dirigida por colaboradores próximos, foi dedicado à memória de Rio Branco, com artigos laudatórios de brasileiros e estrangeiros.

A construção de uma *tradição Rio Branco* própria do Ministério das Relações Exteriores (MRE), entendida como uma política de memória para celebrar o grande chanceler, iniciou-se ainda no ano do seu falecimento, quando, na Exposição de Motivos de 15 de outubro, o ministro Lauro Müller (1863-1926) propôs ao presidente Hermes da Fonseca (1855-1923) a aquisição da biblioteca, dos documentos e de todos os objetos de arte que haviam pertencido ao segundo Rio Branco, asseverando que seria "obra de patriotismo conservá-los e, se assim for possível, reuni-los em uma sala especial do MRE, que ficará sob o patrocínio do nome glorioso do nosso grande ministro". O presidente da República acatou a proposta e solicitou ao Congresso Nacional a autorização dos recursos necessários para a aquisição do acervo, que foram autorizados no ano seguinte[5].

Apesar da aquisição, a criação de uma "sala Rio Branco" como museu para guardar e expor os livros, manuscritos, mapas, objetos de arte e condecorações do ministro não foi formalizada durante as administrações seguintes. Em 1940, a ideia foi retomada em memorando assinado por três diplomatas, dirigido ao chefe do Arquivo. Aluisio Napoleão, Manuel de Araújo Porto Alegre e Manuel de Tefé preocupavam-se com o que consideravam a dispersão do acervo legado por Paranhos Junior. Argumentavam que, após a aquisição pelo governo dos objetos que pertenceram ao barão, o ministro Lauro Müller havia criado uma espécie de museu Rio Branco na sala que fora o gabinete de Paranhos Junior, onde se concentravam manuscritos, móveis, tapeçarias, quadros, fotografias, objetos de arte e *curiosidades de toda ordem*, inclusive sua biblioteca pessoal, estimada em seis mil volumes. Ao longo dos anos, alegavam, o conjunto se dispersara. Acreditavam, portanto, na conveniência de se reservar uma sala especial para a guarda dos objetos que pertenceram a Rio Branco, "esse patrimônio cujo valor está na reunião de todos os objetos de que se compõe"[6].

De acordo com o ministro Djalma Pinto Ribeiro de Lessa, para quem o memorando foi despachado, a transferência dos livros, dos documentos

[5] Relatório do MRE referente à 1912-1913. MÜLLER, Lauro. *Exposição de Motivos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. p. 52, anexo A, pp. 60-61.

[6] ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Memorando de 21 out. 1940, de A. Napoleão, M. de A. Porto-Alegre e M. de Teffé para o chefe do Arquivo, Camargo Neves. Parte 2, documentação interna, lata 874, maço 13.325.

e dos mapas que pertenceram ao barão de onde foram guardados – na Biblioteca, no Arquivo e na Mapoteca, respectivamente – para uma sala à parte "seria condená-los à inutilidade". Ao contrário do que julgavam os três diplomatas, o acervo estava devidamente conservado nas referidas unidades administrativas e à disposição para consulta. Quanto aos demais objetos, Ribeiro de Lessa afirmou que a reforma do Palácio Itamaraty durante a gestão Mangabeira permitiu expor o mobiliário, os quadros e os objetos de valor artístico da coleção Rio Branco e que esses objetos estariam identificados, com indicação de procedência. Concluía: "Por esses motivos, julgo, s.m.j., ser desnecessário e até desaconselhável a criação de um museu especial. Julgo preferível que todo o Itamaraty continue a ser, por assim dizer, o 'Museu Rio Branco'[7]."

Com efeito, a ideia de homenagear o segundo Rio Branco de forma solene e duradoura foi colocada em prática durante a chamada "reforma Mangabeira", quando, na gestão do ministro Otávio Mangabeira (1886-1960), sob a presidência de Washington Luís (1869-1957), de 1926 a 1930, o Palácio Itamaraty sofreu as intervenções de maior vulto até hoje, sem que seu estilo arquitetônico fosse adulterado. Na ocasião, o gabinete de trabalho de Rio Branco, onde também dormia e onde se extinguiu, foi reformado para se transformar no gabinete dos ministros de Estado de 1930 a 1970. Durante a reforma e segundo projeto do arquiteto Joseph Gire[8], em uma homenagem que ficaria mais bem-apresentada sobre uma placa de bronze, foi inscrita no friso ao longo das quatro paredes do aposento, em grandes maiúsculas pintadas a ouro, como consagração esteticamente duvidosa, a seguinte frase ainda hoje legível: "Nesta sala, que foi, por muitos annos, o seu gabinete de trabalho, falleceu, em 10 de fevereiro de 1912, o grande Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco"[9].

O Palácio Itamaraty passou, assim, a desempenhar o papel de "lugar de memória" por excelência, dedicado a cultuar a memória de Rio Branco. Com o mesmo sentido de reverência ao barão, mencione-se o verbete dedicado a Francisco José da Rocha Filho (1806-1883), o proprietário original do Palácio Itamaraty, no *Dicionário biobibliográfico de diplomacia, política externa e direito internacional*, escrito e publicado pelo diplomata Argeu Guimarães, no qual se pode ler: "O Itamaraty

---

[7] Idem. Memorando de 24 out. 1940, de Djalma Pinto Ribeiro de Lessa para o chefe do Departamento de Administração. Parte 2, documentação interna, lata 874, maço 13.325.

[8] Das obras arquitetônicas projetadas por Joseph Gire no Rio de Janeiro ainda se podem conhecer as seguintes: o *Palácio Laranjeiras* (1909-1914), com Armando da Silva Teles, residência oficial dos governadores do estado; o edifício *Praia do Flamengo*, de 1923 (praia do Flamengo, 116); o *Copacabana Palace Hotel*, de 1927; os edifícios *Paraopeba* e *São João Marcos* (praia de Botafogo, 142 e 148), de 1938, com Latif; e o edifício da seguradora Sul América, com Robert Prentice.

[9] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro, 1929. pp. 209-210, anexo A.

foi a casa de Rio Branco e esse é o seu grande título de glória"[10]. Mesmo considerando-se que a referência é ao monumento histórico, o palácio, e não ao MRE, a frase é carregada de uma intenção consagradora, quase como se o homenageado fosse maior do que a instituição.

O ano de 1945 foi um marco no processo de construção de uma tradição Rio Branco. No MRE, foi constituída uma Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco, encarregada de organizar as atividades de celebração da data. A Comissão foi responsável pela publicação de uma série de monografias sobre aspectos da atividade político-diplomática de Rio Branco[11]. Além disso, organizou a edição, de 1945 a 1948, sob o título geral de *Obras do Barão do Rio Branco*, em nove volumes, de vários dos escritos do ministro, precedidos de um volume introdutório redigido pelo embaixador Artur Guimarães de Araújo Jorge, que foi seu auxiliar de gabinete. Ainda no contexto das celebrações ao centenário de nascimento do barão, o ministro Oswaldo Aranha (1894--1960) convidou, em 1942, o ensaísta e crítico literário Álvaro Lins (1912--1970) para escrever a biografia de Rio Branco, publicada em 1945. Nesse ano, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou trabalhos originais e transcrição de conferências de diversos autores sobre o barão. Ainda em 1945, uma série de decretos-leis assinados por Getúlio Vargas (1882-1954) consolidou o nome de Rio Branco como patrono da diplomacia brasileira: o dia 20 de abril, natalício do diplomata/historiador, foi considerado data de comemoração cívica nacional; o Decreto-Lei n. 7.473 criou, no MRE, o Instituto Rio Branco (IRBr), dedicado à formação de diplomatas; o Decreto-Lei n. 7.547 instituiu a medalha comemorativa do centenário. A face jurídico-administrativa da construção simbólica da tradição em torno da memória de Rio Branco ainda se manifestou em diferentes conjunturas políticas. Em fevereiro de 1963, João Goulart (1919-1975) criou a Ordem do Rio Branco e, em 1970, o dia 20 de abril foi decretado Dia do Diplomata[12].

Por ocasião do sesquicentenário de nascimento do Barão do Rio Branco, em 1995, a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), entidade vinculada ao MRE, republicou, em coedição, a biografia encomendada a

---

[10] GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário biobibliográfico de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938. p. 234.

[11] Por exemplo: ACCIOLY, Hildebrando. *O Barão do Rio Branco e a 2ª Conferência da Haia*. Rio de Janeiro: MRE, 1945. VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Rio Branco e Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: MRE, 1946. NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: MRE: Imprensa Nacional, 1947. (Monografias, 2.) LACOMBE, Américo Jacobina. *Rio Branco e Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: MRE: Imprensa Nacional, 1948. (Monografias, 3.) BESOUCHET, Lidia. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e a República Argentina*. Rio de Janeiro: MRE: Imprensa Nacional, 1947. (Monografias, 4.)

[12] Sobre a construção da "tradição Rio Branco" ver de MOURA, Cristina Patriota. *Rio Branco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Álvaro Lins. Na oportunidade, a fundação também publicou, em coedição com o Senado Federal, outra biografia de Rio Branco, escrita por Luís Viana Filho (1908-1990), político e acadêmico, cuja primeira edição data de 1959. Ainda em 1995, a Funag publicou *Uma biografia fotográfica*, com texto do embaixador Rubem Ricupero e com organização, iconografia e legendas do embaixador João Hermes Pereira de Araújo, então diretor do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty[13]. No mesmo ano, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) promoveu um curso e organizou uma exposição sobre o tema "Rio Branco: seu significado histórico".

Em 2002, foi criada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Comissão Organizadora das Comemorações do Primeiro Centenário de Posse do Barão do Rio Branco como Ministro de Estado das Relações Exteriores, presidida pelo ministro Celso Lafer. A Câmara dos Deputados e a Funag planejaram a reedição fac-similada dos volumes publicados no período de 1945 a 1948, mas o projeto limitou-se ao primeiro volume. Em contrapartida, a comissão, com apoio da Funag e do IRBr, promoveu seminário, em Brasília, do qual resultou o livro *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*, com 20 contribuições acadêmicas sobre o legado diplomático do barão. Foram ainda publicadas pelo Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), da Funag, duas coletâneas de artigos e ensaios sobre Rio Branco. Em uma delas havia os artigos publicados originalmente no número dedicado a Rio Branco da *Revista Americana*, de 1913, e pelo Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (Ipri), também da Funag, foi publicada a tradução da obra do historiador norte-americano Bradford Burns (1932-1995) sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, *A aliança não escrita*, de 1966. Além disso, a comissão propiciou a segunda edição da mencionada *Biografia fotográfica*[14].

Em 11 de outubro de 2011, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei n. 12.502, que inscreve o nome de José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília[15]. Em

[13] LINS, Álvaro. *Rio Branco*: uma biografia política. Brasília: Funag, 1995. VIANA FILHO, Luís. *O Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal: Funag, 1995. ARAÚJO, João Hermes de (Org.)., com a colaboração de Ricardo Joppert e texto de Rubem Ricupero. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*: uma biografia fotográfica. Brasília: Funag, 1995.

[14] RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Questões de Limites*: República Argentina. Brasília: Câmara dos Deputados: Coordenação de Publicações, Comissão Organizadora, 2002; CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (Orgs.) *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002; FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO; CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMAÁTICA (Orgs.). *O Barão do Rio Branco visto por seus Contemporâneos*: série de artigos publicados na *Revista Americana*, em abril de 1913. Brasília: FUNAG, 2002; FRANCO, A. C.; CARDIM, C. H; CRUZ, J. B. *Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC, 2003; BURNS, Bradford. *A aliança não escrita*: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

[15] No Livro dos Heróis da Pátria, o nome de Rio Branco figura ao lado dos nomes de personagens históricas como Zumbi dos Palmares (1655-1695), Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) e Alberto Santos Dumont (1873-1932), e de militares como duque de Caxias (1803-1880), Patrono do Exército; Almirante Barroso (1804-1882); Almirante Tamandaré (1807-1897), Patrono da Marinha; o Marechal Osório (1808-1879), Patrono

2012, Decreto de 11 de janeiro criou, no âmbito do MRE, a Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco.

Rio Branco, historiador: a influência do IHGB na escrita da história nacional

Antes de descrever, de forma sucinta, os fatos selecionados para a cronologia da galeria Amoedo, de analisá-los segundo o lugar que ocupam na sequência, com vistas a identificar a lógica que presidiu sua seleção, e, assim, embasar a hipótese sobre o significado da cronologia, será oportuno traçar, em linhas gerais, o desenvolvimento que, no "século da história", conheceram os estudos históricos. Durante o século XIX, o historiador ganhou prestígio, e a história passou a ser reconhecida como disciplina acadêmica. As inovações metodológicas foram, em grande parte, sistematizadas pelo alemão Leopold von Ranke (1795-1886), que conferiu estatuto científico à pesquisa histórica ao utilizar critérios hermenêuticos para a interpretação dos documentos. Em detrimento das explicações baseadas na providência, as ações humanas na política e na diplomacia tornaram-se objeto prioritário das pesquisas e, em consequência, foi enfatizado o papel dos *grandes homens*. A publicação de séries *nacionais* de documentos, o surgimento de periódicos acadêmicos especializados e a disseminação de cursos universitários de História nos principais Estados europeus constituíram as manifestações da renovação da disciplina e testemunharam a feição colegiada que essa área do conhecimento assumiu.

Assim como na Europa, a história nacional passou a ser uma necessidade política comum aos novos Estados que surgiram do desmoronamento dos impérios coloniais de Portugal e da Espanha nas Américas. Decorrentes do emergente fenômeno do nacionalismo, as necessidades de coesão social e de legitimação política geravam uma demanda por historicidade, por vínculos simbólicos das comunidades nacionais em formação com o passado. Daí adveio uma dupla tendência de historiografia conservadora, no sentido de enfatizar as continuidades entre o presente e suas alegadas *origens* no passado e, ao mesmo tempo, minimizar as descontinuidades e desconsiderar as rupturas.

Nos moldes das academias iluministas do século XVIII, foi criado, em 1838, por escritores e intelectuais pertencentes à elite política da corte

da Arma de Cavalaria do Exército; o Brigadeiro Antônio de Sampaio (1810-1866), Patrono da Arma de Infantaria do Exército.

imperial o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Dos 27 sócios fundadores, muitos se formaram na tradição jurídica de Coimbra, recusavam o ideário liberal-democrático difundido pela Revolução Francesa e mantinham uma unidade ideológica em torno da fidelidade à dinastia bragantina e da defesa da Monarquia constitucional como a melhor fórmula política para o Brasil, rejeitando tanto o absolutismo como o liberalismo radical[16]. O IHGB invocava para si uma "missão civilizadora", que cumpriria por meio de sua contribuição para o *esclarecimento* da sociedade, a formação de uma *cultura literária*, o aperfeiçoamento da administração pública e o exercício mais esclarecido de cargos eletivos[17]. Segundo Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), um dos fundadores, cumpria criar uma historiografia para o Brasil e "não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história"[18]. Desse processo de construção de uma identidade nacional por meio da busca das raízes – no qual Estado, Monarquia e nação se equivaliam – o índio selvagem e o negro estariam excluídos, na medida em que não seriam portadores dos atributos da civilização[19].

Duas características de origem iluminista distinguiam-se na produção do IHGB: (I) uma concepção linear e progressiva da história e (II) uma visão pragmática que buscava na história modelos de conduta que serviriam de orientação para o presente e para o futuro. Os fundadores do IHGB acreditavam que as relações sociais submetiam-se a regularidades que poderiam ser explicadas por leis, as quais regiam o desenvolvimento histórico. Atribuíam, assim, ao conhecimento do passado um sentido pragmático que poderia e deveria ser aplicado para o aperfeiçoamento da realidade social. Caberia à história desempenhar um papel cívico, e as biografias de grandes vultos do passado preencheriam uma função pedagógica, dirigida, em especial, àqueles que exerciam cargos na administração pública[20]. A biografia do General José de Abreu (1770-1827) escrita por Rio Branco, que lhe valeu o ingresso no IHGB em 1867, se inseria nessa perspectiva historiográfica.

---

[16] GONÇALVES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 10, 1988.

[17] WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: _____. *A invenção da história*: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001. p. 127-140.

[18] Apud BARBOSA, J. C. apud CAMPOS, Pedro Moacir. Esboço da historiografia Brasileira. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1991. p. 258. Na época da criação do IHGB, a única obra geral sobre a história do Brasil disponível era aquela escrita pelo historiador britânico Robert Southey (1774-1843), publicada em Londres, em três volumes, entre 1810 e 1819.

[19] GONÇALVES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos*, Op. cit.1988, op. cit., pp. 5-27.

[20] "A *Revista do IHGB*, penetrada da concepção exemplar da história, abre uma rubrica em seu interior dedicada às biografias, capazes de fornecerem exemplos às gerações vindouras, contribuindo dessa forma também para a construção da galeria dos heróis nacionais." GONÇALVES, Manoel Luís Salgado. Op. cit. p. 15. Cf. WEHLING, Arno. Op. cit. pp. 139-140.

Na busca das raízes históricas da nação, a produção do instituto foi influenciada por dois traços distintivos do Romantismo no Brasil, que também se manifestaram na literatura e nas belas-artes. De um lado, o indianismo, a idealização do indígena domesticado (o "bom selvagem" rousseauniano, livre, bom e honrado), que, sob a influência de um sentimento antilusitano, foi convertido em representação simbólica da nação e, nos artigos da *Revista do IHGB*, cujo primeiro número data de 1839, em objeto de estudo e pesquisas. De outro lado, o nativismo, que se expressava pela exaltação das características naturais do país: grandiosidade, beleza, diversidade e riqueza de recursos[21].

A construção de uma historiografia que identificasse os fundamentos históricos da nacionalidade correspondia à necessidade de consolidação institucional do Estado dinástico e de sua unidade territorial, ameaçada, durante a Regência, por forças centrífugas regionais. Haveria, assim, uma conjunção da orientação historiográfica do IHGB com o interesse do Estado dinástico e imperial de forjar uma identidade histórica da nação. A interpretação do passado brasileiro como resultado da ação civilizadora de Portugal na América, uma visão teleológica da História, impregnada de conteúdo político, cumpria a função de legitimar a Monarquia constitucional vigente. No passado e na narrativa do passado da América portuguesa se pretendia identificar um referencial histórico comum, que homogeneizasse a diversidade dos grupos sociais brasileiros. Ao diluir as diferenças e as tensões sociais, a história da nação escrita nas páginas da *Revista do IHGB* serviria, acima de tudo, como forma de inculcar o sentimento nacional[22]. Nesse sentido, embora não fosse o IHGB uma instituição oficial do Estado, pode-se considerar sua experiência historiográfica durante o Império, sob o mecenato pessoal de Pedro II (1825-1891), que presidiu 506 sessões de 1849 a 1889, como elemento integrante do projeto civilizatório bragantino, que reproduzia um modelo europeu de construção histórica da nacionalidade[23].

Desde sua admissão como sócio correspondente, Rio Branco manteve relação com o IHGB até o fim da vida. Durante sua permanência na Europa, além de corresponder-se com outros sócios e pesquisadores, Rio Branco enviava livros, atlas e documentos de interesse para o instituto, ao mesmo tempo que solicitava material para suas pesquisas. Em 1895,

---

[21] CAMPOS, Pedro Moacir. , Esboço da Historiografia Brasileira, 1991, Op. cit. p. 258.

[22] "A leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentido político, é [...] um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB. Esta concepção articula-se na verdade ao projeto mais amplo de centralização política, vitorioso em meados do século XIX." GONÇALVES, Manoel Luís Salgado. Op. cit. p. 16.

[23] Sobre a noção de "projeto civilizatório", ver A Academia Imperial de Belas Artes e o projeto civilizatório do Império. In: _____. *A invenção do Brasil*: ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. pp. 39-58.

foi lhe concedido o título de sócio honorário, como homenagem pelo resultado obtido no arbitramento sobre o território de Palmas. Em 1907, foi eleito, por unanimidade, presidente de honra[24].

Um exame da obra de Rio Branco deve levar em conta que, na sua figura, coexistiam o historiador e o político, o erudito e o estadista[25]. Junto do investigador criterioso, cultor da história militar e dos sucessos da expansão territorial luso-brasileira, conviviam o "homem de salão" e o diplomata com sensibilidade política para negociar temas delicados, elaborar e conduzir uma política externa assertiva com limitados recursos de poder, com a qual angariou prestígio para si e para o país.

Rio Branco como historiador não ofereceu monografia comparável em densidade e extensão a *D. João VI no Brasil* (1908), de Oliveira Lima (1867-1928), ou a *Um estadista do Império* (1897-1899), de Joaquim Nabuco (1849-1910), para citar clássicos da historiografia brasileira escritos por historiadores/diplomatas dos quais foi chefe. Os projetos de uma história da Guerra Cisplatina ou de uma história diplomática e militar do Brasil não foram concluídos. Suas grandes obras como historiador, contudo, encontram-se indissociadas de suas realizações como diplomata: as memórias que apresentou aos respectivos árbitros dos contenciosos territoriais com a Argentina e a França. Embora não tenham sido redigidas como obras de história, e sim como provas jurídico-políticas para negociações diplomáticas, nas memórias, a erudição histórica tornou-se a substância da argumentação a favor do interesse nacional. Como homem de seu tempo, Rio Branco formou-se política e intelectualmente no ambiente conservador e aristocrático do Segundo Reinado[26]; no que concerne a sua concepção sobre o fazer historiográfico, seria difícil imaginar que não sofresse a influência do padrão vigente, representado pela produção do IHGB.

---

[24] ARAÚJO, João Hermes Pereira de. O Barão do Rio Branco e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (Orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002. pp. 135-153.

[25] "Na evolução da historiografia brasileira, o Barão de Rio Branco ocupa lugar de relevo excepcional. Distingue-se de seus contemporâneos porque, em sua obra, a história e a erudição parecem estar sempre a serviço da política e da ação prática." RODRIGUES, José Honório. *Efemérides brasileiras*. In: FRANCO, A. C.; CARDIM, C. H. *O Barão do Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC, 2003. p. 149-153.

[26] Em uma avaliação crítica, Amado Cervo atribui à adesão de Rio Branco ao conservadorismo do Segundo Reinado a ausência de uma "visão prospectiva das necessidades do desenvolvimento nacional". CERVO, Amado L. O Barão do Rio Branco e a modernização da Agenda Brasileira. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (Orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002. pp. 289-306.

A cronologia da galeria Amoedo do Itamaraty: uma síntese da história do Brasil

A especificidade do trabalho do historiador consiste na inescapável necessidade de marcar o tempo, independentemente de sua concepção da história. Fixar uma cronologia seria, portanto, sua missão primordial[27]. Para datar, recorre a um instrumento comum a diversas sociedades e culturas: o calendário, que, como assinala Jacques Le Goff, constitui expressão do esforço das sociedades humanas para "domesticar o tempo natural"[28]. Uma cronologia consiste em uma série de marcações do tempo. Nessa perspectiva, uma cronologia estabelece periodização, delimitações e subdivisões do processo histórico, por meio das quais o historiador pretende singularizar acontecimentos, apontar semelhanças e diferenças, continuidades e rupturas entre períodos históricos. Tanto a cronologia como a periodização, também uma cronologia, implicam seleção, interpretação e julgamento.

A análise da cronologia de Rio Branco sobre a história do Brasil parte do pressuposto de que, para a escrita e a interpretação da história, um fato isolado carece de significação. Ainda que se admita poder ser estudado sob diferentes perspectivas, um fato somente adquire sentido quando inserido em uma série. Como sequência de acontecimentos, a cronologia sugere uma relação entre eles, um determinado sentido que permite incluí-los no mesmo conjunto. Falar em significado de uma cronologia equivaleria, assim, a pretender identificar uma intenção narrativa no encadeamento dos acontecimentos selecionados, uma "trama" que conferiria lógica aos fatos, os quais, isolados, seriam desprovidos de sentido[29].

Nos comentários que se apresentam a seguir acerca dos fatos selecionados para a cronologia, pretende-se identificar os aspectos que Rio Branco considerou relevantes, com base nas referências extraídas de duas de suas obras históricas, o *Esboço da história do Brasil*, elaborado a partir de sua contribuição para o verbete "Brasil" em enciclopédia francesa,

---

[27] "A preocupação com o tempo, a pressão do tempo: eis, então, o que confere uma forma inimitável ao conhecimento histórico, o que constitui um caráter específico de nossa disciplina e que atribui à história sua feição particular. [...] Jamais poderemos escapar à necessidade de datar, nossa missão primordial consiste em fixar uma cronologia." GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1991. p. 29.

[28] "Matéria fundamental da história é o tempo; portanto, não é de hoje que a cronologia desempenha um papel essencial como fio condutor e ciência auxiliar da história. O instrumento principal da cronologia é o calendário revela o esforço realizado pelas sociedades humanas para domesticar o tempo natural, utilizar o movimento natural da lua ou do sol, do ciclo das estações, da alternância do dia e da noite." LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 12.

[29] "Um acontecimento só tem sentido dentro de uma série, o número de séries é indefinido, elas não se ordenam hierarquicamente [...]." "Quais são, pois, os fatos dignos de suscitar a atenção do historiador? Tudo depende da trama escolhida, um fato não é nem interessante nem o deixa de ser. [...] O fato nada é sem a sua trama." "[...] É impossível descrever uma totalidade e toda descrição é seletiva [...]." VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1995. pp. 23-24, 29, 30.

publicada em 1889, e as *Efemérides brasileiras*, publicação póstuma de 1946 (a primeira versão apareceu em 1892), a partir de notas que Rio Branco enviou como colaborador para o *Jornal do Brasil* e outros jornais. Em ambos os trabalhos, pode-se identificar tanto sua vocação empirista de coletor de fatos quanto o rigor e a precisão do estilo, além da longa envergadura do pesquisador[30].

Os fatos selecionados para a cronologia podem ser divididos em três grupos, correspondentes a três fases históricas: (I) o período colonial (1500, 1549, 1640); (II) o processo de emancipação política nacional (1808, 1815, 1821, 1822); e (III) o Império do Brasil (1852, 1865, 1870, 1871-1888). A cronologia se encerra com a Proclamação da República (1889).

MD

A chegada dos portugueses ao Novo Mundo foi brevemente tratada por Rio Branco logo no primeiro capítulo do *Esboço da história do Brasil*, quando, ao fazer uso da ideia de descobrimento (unilateral e eurocêntrica), exprime a perspectiva do colonizador europeu e incorre em anacronismo básico: não só o *Brasil* não existia – nem a entidade geográfica, nem a unidade política –, mas também a ideia de *descoberta* somente pode fazer sentido caso os habitantes do território onde aportou a esquadra de Cabral fossem ignorados.

> Em 9 de março de 1500 uma esquadra portuguesa partia de Lisboa, sob o comando de Pedro Álvares Cabral [1467 ou 1468-c. 1520], tendo por destino as Índias. Subordinados a Cabral, chefiavam-na navegadores conhecidos, como Bartolomeu Dias [c. 1450-1500] e Nicolau Coelho [c. 1460-1504]. Redigidas por Vasco da Gama [c. 1460-1524], suas instruções determinavam que, depois de ultrapassar a ilha de Santiago, no arquipélago do Cabo Verde, os navios deveriam singrar continuamente rumo ao Sul, enquanto o vento soprasse de popa [...]. No dia 21 de abril, Cabral encontrou plantas marinhas, e no dia 22 avistou uma montanha, a qual chamou de Monte Pascoal, denominando

[30] Sobre o *Esboço da história do Brasil*, em introdução à edição da obra preparada em 1958 pelo Instituto Rio Branco, onde lecionava, José Honório Rodrigues observa: "É realmente difícil encontrar na historiografia brasileira trabalho mais condensado e exposição mais segura de tantos fatos de nossa história. Apesar de não haver sido escrito com fins didáticos e sim de divulgação no exterior, *L'Esquisse de l'Histoire du Brésil* supera, pelas qualidades de exatidão e fidedignidade e pelas virtudes de concentração e fluência, qualquer obra do mesmo estilo que se lhe compare." Sobre as *Efemérides brasileiras*, Rodrigues não deixa de manifestar suas restrições ao gênero – no qual o social e o econômico são negligenciados em favor do acontecimento militar e político -, mas reconhece a utilidade da obra para a cultura histórica brasileira pela riqueza, profusão e exatidão das informações que contém. RODRIGUES, José Honório Rodrigues. L'Esquisse de l'Histoire du Brésil/Efemérides brasileiras. In: FRANCO, A. C.; CARDIM, C. H. *O Barão do Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC, 2003. pp. 141-155.

> o país de Terra de Vera Cruz, nome com que o tratou na carta de Caminha [1450-1500], de primeiro de maio, dirigida ao rei Dom Manoel [1469-1521] [...] (BARÃO DO RIO BRANCO, *Esboço da História do Brasil*, Brasília, MRE/ Funag/Ipri, 1992, pp. 13-44).

Rio Branco não envereda pela discussão sobre a intencionalidade ou a casualidade do *descobrimento*, que escaparia aos objetivos de divulgação do texto[31]. Data inaugural do "Brasil histórico", 1500 figura nos manuais como etapa da expansão europeia; para a história do país, constitui o marco inicial do "Brasil Colônia", simboliza os primórdios do Brasil e da nacionalidade brasileira, em um anacronismo não exclusivo de manuais escolares.

MDXLIX

Na medida em que as iniciativas colonizadoras dos donatários não tornaram efetiva a ocupação, a coroa portuguesa percebeu que seria necessária sua intervenção direta para garantir a posse do novo território. Nessas circunstâncias, decidiu, em 1549, que se instalasse o Governo--Geral e que se construísse uma capital na colônia. A soberania portuguesa, contestada juridicamente, era ameaçada, na prática, pela frequente presença, no litoral da nova colônia, de súditos de outras dinastias europeias, que vinham comerciar com os indígenas.

> Em 1549, Tomé de Souza [1503-1579] foi enviado ao Brasil como Governador --Geral e fundou, no mesmo ano, a cidade de São Salvador da Bahia, que foi sua residência e, durante mais de dois séculos, a capital do Brasil, tendo sido elevada a bispado em 1551 (RIO BRANCO, 1992, op. cit., p. 23).

O marco histórico que 1549 representa é o da instalação do primeiro governo oficial da colônia, a primeira medida no sentido da construção de um Estado colonial, administrativa e juridicamente centralizado. Nesse sentido, a instalação do Governo-Geral assinala o marco inicial da construção institucional do Estado na América portuguesa.

---

[31] Demonstra, no entanto, inclinar-se pela tese da intencionalidade: "[...] É muito provável que [Vasco da Gama, redator das instruções a Cabral] tivesse como certa a existência de uma terra na direção do Brasil", impressão que teria colhido por ocasião da viagem, realizada em 1497 e 1498, que acabou por abrir aos portugueses o desejado comércio das especiarias do Oriente, conforme relatara em seu diário. RIO BRANCO, Barão do. *Esboço da história do Brasil*. Brasília: MRE: Funag: Ipri, 1992. p. 13.

MDCXL

No final de 1640, um golpe palaciano em Lisboa conduziu ao trono João de Bragança (1604-1656), descendente de Manuel V, aclamado rei em 1º de dezembro daquele ano. O Reino de Portugal, sob coroa espanhola desde 1580, tornava-se independente e voltava a ter dinastia própria. Somente em 1668, a Espanha reconheceria a independência de Portugal como reino soberano.

> [em 15 de fevereiro de 1641], chegou à Bahia e se difundiu por todo o Brasil a notícia da revolução havida em Portugal contra o domínio espanhol. Aclamado Rei de Portugal com o título de Dom João IV, o Duque de Bragança foi logo reconhecido nas Capitanias do Brasil não ocupadas pelos holandeses, e em todas as colônias portuguesas (RIO BRANCO, 1992, op. cit., pp. 45-46).

O ano de 1640 foi, assim, o ano da Restauração portuguesa, da reconquista da independência política e da soberania de Portugal, início da dinastia dos Bragança. Naquele momento, travava-se uma guerra pela liberação das capitanias sob domínio flamengo com a participação de contingentes militares formados por diferentes etnias de habitantes da colônia. Em outro movimento de produção de significados simbólicos, o caráter inter-racial da luta contra os holandeses favoreceu a posterior identificação pela historiografia e pelo Estado de um sentimento protonacional, formador da nacionalidade brasileira[32]. As batalhas de Guararapes, em 1648 e 1649, ou a vitória definitiva sobre os flamengos, em 1654, também poderiam ser selecionadas como marcos de uma narrativa da história do Brasil. Em detrimento do registro da luta de luso-brasileiros contra o invasor batavo, Rio Branco preferiu selecionar a Restauração, o advento da nova dinastia e o renascimento do Estado português independente, deixando transparecer sua inclinação lusófila e sua ênfase nas instituições do Estado.

[32] Estabelecido por decreto presidencial em 1994, o Dia do Exército é celebrado em 19 de abril, data da primeira Batalha de Guararapes, travada em 1648, "evento muito importante no processo de expulsão das tropas holandesas que ocuparam a região de Pernambuco entre 1630 e 1654. [...] A idéia central da nova comemoração é que em Guararapes teriam nascido ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiros. A força simbólica do evento é reforçada pela presença conjunta das três raças vistas como constitutivas do povo brasileiro – o branco, o negro e o índio". CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. pp. 68-69.

MDCCCVIII

Por meio de um salto de mais de século e meio, que faculta a Rio Branco silenciar tanto sobre a expulsão dos holandeses quanto sobre os inconfidentes de 1789, a cronologia chega a 1808. O intervalo de 15 anos entre 1808 e 1822 fornece à cronologia do barão quatro acontecimentos no processo de formação do Estado brasileiro e constitui um denso recorte a separar as referências ao "período colonial" das referências ao "período imperial". Durante os meses de outubro e novembro de 1807, a sobrevivência de Portugal como reino independente e soberano correu riscos. A política de procurar manter-se neutro nas disputas entre os grandes poderes europeus foi levada ao extremo. Com o território invadido por tropas franco-espanholas e com o Tejo bloqueado pela esquadra inglesa, tornou-se insustentável para Portugal protelar a decisão de rompimento com um dos dois rivais que então dominavam a política internacional europeia. Em poucas linhas, Rio Branco resume o impasse da dinastia bragantina:

> Em 1807, Napoleão [1769-1821], aliando-se a Espanha, impôs a Portugal o rompimento com a Inglaterra. O Príncipe Regente [1767-1826] cedeu, esperando assim ganhar a amizade e a aliança do vencedor da Europa. Por dois decretos, datados de 25 de outubro e de 8 de novembro de 1807, Dom João aderiu ao "bloqueio continental" e ordenou a apropriação dos bens dos ingleses em Portugal. [...] Ignorava-se ainda que em 27 de outubro a França e a Espanha tinham assinado o Tratado de Fontainebleau, prevendo a partilha de Portugal e de suas possessões. Lorde Strangford [1780-1855] e Sir Sidney Smith entraram então em correspondência com o Governo português, e o Príncipe Regente, seguindo o conselho que os ingleses lhe tinham dado já no ano precedente, e agindo de acordo com os seus Ministros, que consideravam a resistência à invasão impossível naquele momento, decidiu-se a partir para o Brasil (RIO BRANCO, 1992, op. cit., pp. 85-86).

Com a chegada da corte dos Bragança ao Brasil, pela primeira e única vez na história, uma capital no Novo Mundo passou a sediar o império colonial de uma dinastia europeia. O ano de 1808 assinalou o início da criação e da instalação no Brasil de vários órgãos de governo e de administração do Estado. Ainda não remeteu a acontecimentos de um Brasil independente, mas inaugurou o "processo de emancipação política", que se concluiu em 1822 e que preservou a unidade territorial da antiga colônia, sob a forma monárquica de regime político, consoante

um modelo conservador de separação da metrópole. Na concepção de Rio Branco, esse processo não se estendeu a 1831, ano da abdicação de Pedro I e início de um período de instabilidade, que correspondeu também ao fim da hegemonia política de setores econômicos e políticos próportugueses. Para Rio Branco, 1808 representou a gênese do Estado brasileiro, transposição, nos trópicos, do Estado bragantino.

MDCCCXV

> "Em 16 de dezembro de 1815 [Dom João] concedeu ao Brasil o título de Reino – a monarquia portuguesa assumindo o de Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves" (RIO BRANCO, 1992, op. cit., p. 87).

A elevação do Brasil à categoria política de Reino representava uma tentativa de fortalecer a posição da monarquia dos Bragança no concerto europeu e vinculava-se à decisão de dom João de resistir à pressão inglesa para que retornasse a Portugal. Nos cálculos bragantinos, coexistiam, de um lado, a preocupação com o *status* político da antiga colônia para fins de negociação diplomática e, de outro, a ideia, retórica ou oportunista, de construção de um império no Novo Mundo. Ao estimular o orgulho dos brasileiros, a elevação obedecia também a uma motivação de política interna de neutralizar descontentamentos, que se manifestavam, em especial, nas províncias do norte[33]. Gesto simbólico para consumo externo e interno, a elevação a Reino constituiu, na visão de Rio Branco, uma etapa da emancipação política: a nova condição do Brasil, sede da Monarquia e do Reino, fortaleceria as instâncias políticas locais e impossibilitaria a reconversão à condição colonial. Na cronologia da galeria Amoedo, 1815 constituiu, assim, um passo adicional na formação do Estado brasileiro. Formalizado como Reino, o Brasil, ainda que associado a Portugal, ascendia à esfera internacional, a qual passava a integrar como entidade soberana, em igualdade jurídica com a antiga metrópole, sem reconhecer, em tese, superiores.

[33] [...] O estabelecimento de um vasto Império no Brasil vinculava-se ao estado crônico de insegurança internacional do Reino, vinculação que se tornara manifesta em vários momentos delicados dos séculos XVI e XVII como também nos projetos dos estrangeirados do século XVIII." "[...] Na realidade, a construção imperial não passou de figura de retórica, com que a coroa bragantina procurou desfazer a penosa impressão criada na Europa pela sua retirada súbita para os domínios americanos, apresentando-a como uma medida de alto descortínio destinada a habilitar Portugal a retemperar-se no Novo Mundo para regressar ao Velho na condição de potência de primeira ordem. Do lado de cá do Atlântico, o grande império serviria para afagar a vaidade ingênua dos seus vassalos sudestinos [...]." MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal*: História e Historiografia. São Paulo, Editora 34, 2002. pp. 30, 46.

MDCCCXXI

> Em 1820 os portugueses proclamaram o regime constitucional, e as Cortes Constituintes foram convocadas, em Lisboa. No Rio, Dom João VI aceitou a nova situação (26 de fevereiro de 1821), depois da adesão do Pará e da Bahia à Constituinte; em quase todas as províncias brasileiras os antigos Capitães--Gerais fora substituídos por juntas governativas. Convocado à Europa pelas Cortes, o rei finalmente se resignou à partida, mas ao deixar o Rio de Janeiro em 26 de abril designou seu filho mais velho, Dom Pedro, Regente do Reino do Brasil, com um Ministério cujo membro mais influente era o Conde dos Arcos [1771-1828] (RIO BRANCO, 1992, op. cit., p. 99).

A designação de dom Pedro (1798-1834) como príncipe regente do Reino do Brasil parece ter sido o acontecimento que Rio Branco desejou registrar ao incluir 1821 na cronologia. O retorno de João VI assinalou o fim de uma fase no processo de emancipação política do Brasil[34]. Ao incluir 1821 como elo entre a elevação a Reino e a Independência formalmente declarada, Rio Branco sublinhou a continuidade institucional na formação do Estado. Ao partir, João VI tinha presente a possibilidade – e a probabilidade – de ruptura do Reino Unido, variável indesejável que entrou nos cálculos políticos do monarca. A revolução deflagrada no Porto em 1820 foi liberal e nacional na medida em que foi antiabsolutista e antibritânica. Bifronte, o movimento cobrava, de um lado, o liberalismo em Portugal e, de outro, o restabelecimento dos privilégios comerciais portugueses no Brasil; exigia a recolonização e o retorno a práticas mercantilistas na antiga colônia, suspensas desde a carta régia de Abertura dos Portos, em 1808, que representou o fim do pacto colonial[35].

Após meses de tensão política no Rio de Janeiro, quando se formaram duas correntes de opinião na Corte – enquanto uma defendia a permanência do rei e rejeitava concessões ao movimento constitucionalista, a outra preconizava adesão aos princípios liberais como forma de evitar radicalizações –, segmentos radicais se arvoraram em assembleia popular e, reunidos no edifício da Bolsa do Comércio, passaram a exigir do rei medidas democráticas. A repressão à assembleia dos eleitores foi uma demonstração de força após uma série de concessões. A partida do rei,

---

[34] "A Revolução de 1820 provocou a explosão, mais ou menos violenta e simultânea, dos antagonismos sociais e raciais da sociedade colonial, amortecidos, em parte, com a euforia resultante dos primeiros tempos da permanência da Corte no Rio de Janeiro." FALCON, Francisco C.; MATTOS, Ilmar R. de. O processo de Independência no Rio de Janeiro. In: MOTA, C. G. *1822*: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 313.

[35] Sobre a carta régia de 28 de janeiro de 1808, afirma Ricupero: "Foi um raro momento de eclipse parcial e fugaz da hegemonia britânica." "RICUPERO, R. O problema da Abertura dos Portos. In: _____; OLIVEIRA, L. V. de (Orgs.). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Senac, 2007. pp. 60-99.

poucos dias depois, realizou-se sem demonstrações populares de pesar. Por pressão da elite portuguesa, a contragosto, o monarca viu-se obrigado a deixar o Brasil. Em demonstração de sagacidade política e de instinto dinástico, nomeou regente do Reino do Brasil seu primogênito, o que garantiria a preservação dos Bragança como dinastia reinante caso a situação se tornasse insustentável em Lisboa[36]. O ano de1821 assistiu, assim, à formação do primeiro governo do Reino do Brasil diferenciado do de Portugal.

MDCCCXXII

O retorno de João VI para Portugal não suprimiu as contradições entre os diferentes grupos sociais; ao contrário, aprofundou os antagonismos políticos e, nesse sentido, acelerou o processo de emancipação.

> O Regente estava viajando quando, na planície do Ipiranga, perto da cidade de São Paulo, o alcançou um correio, despachado do Rio por José Bonifácio, com cartas que anunciavam as discussões tormentosas havidas nas Cortes de Lisboa, e várias decisões tomadas, notadamente a que ordenava a abertura de processo contra os membros do Gabinete do Rio de Janeiro. Cercado de pessoas da sua comitiva, oficiais e soldados da sua guarda de honra, o Regente afirmou então a Independência do Brasil (em 7 de setembro de 1822) e, depois de chegar ao Rio, foi proclamado Imperador Constitucional (12 de outubro) (RIO BRANCO, 1992, op. cit., p. 100).

Antes do 7 de setembro, a Independência já estava consumada, mas o evento simbolizou a ruptura do príncipe com o governo, permanecendo, no entanto, herdeiro da coroa portuguesa. As notícias recebidas por dom Pedro e seu rompante às margens do Ipiranga retiraram dos setores mais radicais a bandeira do rompimento com as Cortes, assumido em pessoa pelo príncipe. A natureza ambígua da soberania do novo governo refletiu-se nos sentidos antagônicos representados pelas cerimônias da Aclamação e da Coroação. Por um lado, apropriando-se de uma tradição lusitana, liberais marcaram para 12 de outubro a cerimônia de aclamação

[36] Dom João VI, "[...] na impossibilidade de permanecer ele próprio a tentar fazer frente ao furacão liberal, desencadeado no Brasil, [...] decidiu que o filho ficasse para se arvorar em centro de agitação e unificar as veleidades dispersivas de independência, respingando os benefícios da separação e implantando a coroa imperial onde sem ele teria brotado o barrete frígio. A intuição do rei foi profunda e não lhe cabe dúvida, pois que consta da correspondência ulterior entre pai e filho, gradualmente apresentada às cortes instaladas em Lisboa pela revolução vitoriosa de agosto-setembro de 1820". LIMA, Manoel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 632.

de dom Pedro como imperador constitucional do Brasil, por meio da qual pretendiam simbolizar o fundamento popular da soberania. Por outro lado, José Bonifácio (1763-1838) propôs 1º de dezembro para a cerimônia de coroação de Pedro I na Capela Real do Rio de Janeiro, data que associava o acontecimento à coroação, no mesmo dia de 1640, de João IV e, assim, reforçava o caráter dinástico da soberania.

José Honório Rodrigues (1913-1987) distinguiu duas vertentes historiográficas sobre o processo de Independência. Uma linha de interpretação, conservadora, inaugurada por Varnhagem (1816-1878), considera 1808 como a origem do processo, concluído no 7 de setembro. Nessa visão, a ênfase está na continuidade, na ausência de rupturas; a emancipação política seria uma concessão bragantina. Outra vertente, liberal, considera que o povo foi o agente da Independência; daí enfatizar o retorno de João VI, principal obstáculo à emancipação, e a aclamação popular de Pedro I. Essas visões distintas refletem-se na periodização adotada para o processo: a conservadora, seguida por Rio Branco, prefere o recorte 1808-1822, enquanto a liberal propõe 1821-1825, quando se formalizou o reconhecimento diplomático por Portugal, ou 1821-1831, data da abdicação de Pedro I[37].

Na cronologia da galeria seguem-se três datas relacionadas à política internacional na bacia do rio da Prata: a queda de Rosas (1793--1877), em 1852; a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, em 1865; e a vitória sobre Solano López (1826-1870), em 1870. Assinalam eventos em que o Império saiu-se vitorioso contra ameaças à sua integridade territorial.

MDCCCLII

A política internacional no Prata, entre os processos de Independência e a década de 1870, expressava os diferentes interesses de grupos políticos e econômicos regionais, cada qual com um projeto mais ou

[37] "[...] Se pode dizer que o processo de Independência se realizou de abril de 1821, com a partida de Dom João VI, a agosto de 1825, com o tratado de reconhecimento [...]." "Uns começam mais cedo, outros ampliam para mais adiante [...]." "Esta é a opinião conservadora, ortodoxa, da historiografia brasileira: coube a D. João, com seu governo, e a seu filho promover a emancipação, indireta e diretamente. A Independência não foi uma ruptura; manteve-se a filiação desde Ourique (1140, fundação de Portugal) até o Ipiranga. Foi uma doação da dinastia; D. João cedeu e transferiu a seu filho a soberania de parte do Império." "[...] A tese oficial se contrapõe à liberal que, ao contrário, sustenta ter ocorrido uma ruptura, que o povo só, o povo, senhor da soberania nacional, podia dar a coroa a D. Pedro, como podia ter preferido a República. O Rei era simples criação do povo; a aclamação, fonte legítima de seu poder, e não os títulos antigos e dinásticos. Para essa concepção, o período da Independência começou em 1822 e terminou em 1831, com a Abdicação, quando foi eliminada a tutoria que D. Pedro vinha exercendo com o governo absolutista". RODRIGUES, José Honório. *Independência:* revolução e contra-revolução/A Política Internacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. pp. 255-256.

menos ambicioso de Estado nacional. Interesses conflitantes implicaram guerras civis, coalizões transregionais, confrontos internacionais e intervenções de potências europeias, que tornaram traumático o processo de formação e de consolidação dos Estados nacionais na região. Após a perda da Cisplatina e até meados da década de 1840, a política externa imperial manteve um perfil introspectivo. A opção pelo intervencionismo nos conflitos do Prata pode ser explicada como uma reação à política de Juan Manuel de Rosas, a quem se atribuía a intenção de reagrupar, em uma única entidade política sob a liderança de Buenos Aires, os territórios do antigo Vice-reino do Rio da Prata. A alegada pretensão do caudilho portenho ia de encontro aos objetivos da diplomacia brasileira na região, à qual interessava, ao lado da definição das fronteiras, a preservação do caráter internacional dos rios platinos – para o que seria indispensável conservar as independências do Uruguai e do Paraguai.

Após a vitória de Justo José de Urquiza (1800-1870), governador de Entre Rios, sobre Manuel Oribe (1792-1857), presidente oriental e aliado de Rosas, forças brasileiras, sob o comando de Caxias (1803-1880), ocuparam o território uruguaio. Em 12 de outubro de 1851 foram assinados cinco tratados entre o Brasil e o Uruguai, que significaram a expressão jurídica da hegemonia do Brasil sobre aquele país[38]. A 21 de novembro, foi celebrada uma aliança entre o Império, o Uruguai e as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, com o objetivo de pôr termo ao governo de Rosas. Segundo Rio Branco, que inclui esta última data nas *Efemérides brasileiras*, essas alianças garantiram a instalação de governos liberais nos países do Prata, a independência do Uruguai e do Paraguai e a livre navegação dos rios da bacia platina.

"A batalha de Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852, pôs fim à tirania de Rosas, que havia 23 anos oprimia os povos do Prata. Expulso de seu país, o ditador argentino refugiou-se na Inglaterra"[39] (RIO BRANCO, 1992, op. cit., p. 114).

A derrota de Rosas foi o desfecho anunciado diante do isolamento político do caudilho na própria Confederação Argentina. Ainda que a participação militar brasileira na batalha que opôs Urquiza a Rosas não tenha sido decisiva, a queda do caudilho portenho significou, para o

[38] O "sistema" dos tratados de 1851 entre o Império e o Uruguai incluía tratados de aliança, de limites, de comércio e navegação, de extradição e de subsídios: "Os tratados teriam sido o preço cobrado pelo governo brasileiro ao governo de Montevidéu para ajudá-lo na luta contra Oribe." FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 187.

[39] Nas *Efemérides brasileiras*, Rio Branco fornece o total das forças aliadas (24.206 homens, sendo 18.585 argentinos, 4.020 brasileiros e 1.641 uruguaios), das forças de Rosas (23 mil homens) e de Caxias, estacionadas próximas à Colônia do Sacramento (16 mil brasileiros), além do total de mortos e feridos de cada nacionalidade. RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 1946. v. 6 (*Efemérides brasileiras*), p. 64.

Brasil, o fim de uma ameaça externa no momento em que se consolidava a estabilidade política interna.

MDCCCLXV

Em uma conjuntura na qual o Paraguai, sob a presidência de Francisco Solano López, pretendia estabelecer novo equilíbrio de poder no subsistema platino, as contradições entre os interesses econômicos e geopolíticos dos atores regionais conduziram ao mais sangrento conflito disputado na América do Sul.

> Pelo tratado de pacificação de 20 de fevereiro, entre o Governo de Montevidéu e o General Flores [1808-1868], tratado redigido pelo Ministro do Brasil, Silva Paranhos [1819-1880], o General foi reconhecido como Governador provisório da República, e as forças aliadas entraram em Montevidéu. A República do Uruguai tornou-se uma aliada do Brasil contra o ditador do Paraguai, Francisco Solano López, que, sem uma declaração de guerra, tinha capturado um navio mercante brasileiro, em 12 de novembro de 1864, aprisionado a tripulação e todos os passageiros, e invadira a província brasileira de Mato Grosso. Pouco depois os paraguaios se apoderaram de duas canhoneiras argentinas e invadiram, também, sem declaração de guerra, a província de Corrientes (13 de abril de 1865). Uma "tríplice aliança" foi então assinada em Buenos Aires (primeiro de maio), entre o Brasil, a República Argentina e o Uruguai, que empreenderam uma guerra longa e difícil cujo peso, na verdade, recaiu quase todo sobre o Brasil (RIO BRANCO, 1992, op. cit., p. 117).

A agressividade da política guarani em relação ao Império era uma reação à intervenção brasileira na guerra civil uruguaia. Com efeito, as disputas internas entre facções político-militares no Uruguai mais uma vez absorveram e amplificaram os diferentes interesses políticos nacionais e regionais no Prata. O governo imperial, desgastado perante a opinião pública em razão da humilhação imposta pela Inglaterra na Questão Christie (1862-1863), recebia pressões de pecuaristas gaúchos, que se queixavam de alegados abusos cometidos contra brasileiros no Uruguai e das limitações impostas pelo governo uruguaio ao livre trânsito de gado em pé na fronteira.

Nos termos do tratado, as condições da paz definitiva incluíam a destituição de Solano López e a indenização aos aliados, pelo governo paraguaio, das despesas de guerra e danos ao patrimônio público e

privado. A independência do Paraguai ficava garantida, e os limites seriam definidos em conformidade com as reivindicações territoriais do Império e da Argentina. Os aliados se comprometiam a não fazer a paz em separado. Em protocolo à parte, estabeleceu-se a demolição das fortificações guaranis ao longo do rio Paraguai e a proibição do levantamento de novas[40].

MDCCCLXX

Fracassada a ofensiva paraguaia sobre o Rio Grande do Sul com a rendição de Uruguaiana, em 19 de setembro de 1865, seguiu-se uma guerra de posições até a tomada da fortaleza de Humaitá, em agosto de 1868, que abriu caminho para a ocupação de Assunção, em janeiro seguinte. Empossado um novo governo paraguaio sob proteção do Império, a guerra somente chegaria a termo com a morte de Solano López, em combate, em 1º de março de 1870.

> Doente, Caxias precisou passar o comando do Exército (janeiro de 1869) e partir para o Rio. A campanha final foi dirigida pelo Conde d'Eu [1842--1922] entre 16 de abril de 1869 e primeiro de março de 1870. Ele tomou a vila de Piribebuí (12 de agosto), na batalha de Campo Grande (18 de agosto) esmagou a maior parte do exército remanescente de López, conduzido por Caballero [1839-1912], e mandou perseguir os vencidos em todas as direções, pelos desertos e florestas do Leste e Norte do Paraguai, apesar das imensas dificuldades implicadas no abastecimento dos seus homens. Finalmente, depois de vários encontros parciais, um de seus oficiais, o General Câmara, conseguiu descobrir e surpreender (em primeiro de março de 1870) o acampamento de López em Cerro Corá, num afluente do Aquidabã, perto da fronteira da província brasileira de Mato Grosso. O ditador não tinha mais do que um milhar de homens, que se dispersaram com a chegada dos brasileiros. López foi morto durante a fuga, e sua morte pôs fim à guerra no Paraguai (RIO BRANCO, 1992, op. cit., p. 125).

A vitória na Guerra do Paraguai representou o apogeu da hegemonia do Brasil no subsistema internacional platino. Além dos custos humanos, do desgaste político e do desequilíbrio que provocou nas finanças do Império, a guerra expôs a contradição do sistema escravista e ensejou crescente dissociação entre o Exército e o regime monárquico.

[40] DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita guerra*: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 156-170.

Ao responsabilizar Solano López pela guerra, a historiografia tradicional personalizou o processo histórico. Nas décadas de 1960 e 1970, como forma de reação ao predomínio de regimes autoritários e ditatoriais na América Latina, difundiu-se uma historiografia revisionista, que considerava a Guerra do Paraguai uma manipulação do imperialismo britânico. A partir da década de 1990, a guerra passou a ser interpretada como um capítulo do processo de formação dos Estados nacionais na bacia do Prata[41].

MDCCCLXXI - MDCCCLXXXVIII

Ao longo do Segundo Reinado, predominava no meio político uma postura reticente em relação à escravidão: evitava-se tocar no assunto, esquivava-se do debate. A elite senhorial, principalmente das províncias mais dependentes do trabalho escravo, sempre resistiu às ideias abolicionistas. No Parlamento, dominado por representantes dessa elite, era baixa a receptividade aos projetos que, de alguma forma, buscavam melhorar a sorte da população escrava. No final da década de 1860, a questão da escravidão mobilizava a opinião pública. O Imperador Pedro II mencionou o problema na Fala do Trono por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos de 1867 e repetiu a referência ao tema no ano seguinte. José Maria da Silva Paranhos, pai de Rio Branco, ao assumir a Presidência do Conselho de Ministros (no que veio a ser o mais longo gabinete da Monarquia, de 1871 a 1875), apresentou, em maio de 1871, projeto de lei que concedia liberdade às crianças nascidas de mãe escrava, uma tentativa de acomodar o interesse dos proprietários e dar satisfação à pressão do movimento abolicionista. Desconhecendo filiação partidária, os acalorados debates parlamentares que se seguiram – e se prolongaram por meses, com ampla cobertura da imprensa e intensa mobilização popular – opuseram escravistas a emancipadores.

> A abolição da escravatura se tornara uma das grandes preocupações de Dom Pedro II e dos estadistas brasileiros, sobretudo depois da guerra sangrenta de que foram palco os Estados Unidos. [...] O Visconde de Rio Branco (Silva Paranhos) formou outro gabinete conservador (7 de março de 1871) que, depois de uma luta parlamentar de cinco meses, conseguiu aprovar a primeira

[41] "A Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Essas contradições se cristalizaram em torno da Guerra Civil uruguaia, iniciada com apoio dos argentinos aos sublevados, na qual o Brasil interveio e o Paraguai também. Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos." DORATIOTO, F. Op. cit. p. 93.

> lei de emancipação gradual (28 de setembro), a despeito da forte oposição. A lei foi sancionada no mesmo dia pela Princesa Imperial Dona Isabel [1846-1921], Regente do Império durante a primeira viagem de Dom Pedro II à Europa. A lei declarava livres, a partir daquele momento, todas as crianças nascidas no Brasil, facilitava a manumissão e criava um fundo especial destinado a liberar cada ano um certo número de escravos (RIO BRANCO, 1992, op. cit., p. 127).

A Lei do Ventre Livre facultava ao proprietário receber indenização do Estado ou utilizar os serviços do menor até que completasse 21 anos. Embora incluísse medidas favoráveis aos escravos, como a criação de um fundo de emancipação, a possibilidade de formação de pecúlio individual, a libertação dos escravos da nação, o controle sobre excessos nos castigos, a autorização para associações, o registro geral com vistas à alforria, a lei representava, na verdade, uma pequena concessão, na medida em que oferecia aos proprietários a possibilidade de que a escravidão continuasse, pelo menos, por mais duas gerações. Sua aprovação, no entanto, contrariou os escravistas, que, por meio de manobras fraudulentas, tanto na matrícula quanto na utilização dos fundos de emancipação, dificultaram sua aplicação. Poucos escravos foram beneficiados, e os abolicionistas denunciaram a ineficácia da lei e as burlas que invibializavam sua execução. O tema da abolição da escravatura continuava a se arrastar no Legislativo.

Organizado por setores da classe média urbana, o movimento abolicionista ganhava impulso por meio de campanha na imprensa e nas ruas[42]. A partir de 1880, mobilizou a opinião pública e passou a incentivar a fuga de escravos. Após conquistar a opinião dos centros urbanos, o movimento penetrou nas áreas rurais de maior concentração de escravos, onde as fugas em massa desorganizavam a produção. Com a sociedade polarizada, a crescente agitação social tornou-se objeto de repressão policial, que, contudo, não dava conta da manutenção da ordem. Quando a senzala já se levantara contra a escravidão e fazendeiros convertiam-se às ideias emancipadoras, o deputado Joaquim Nabuco condenou a mobilização de tropas do Exército para capturar escravos fugidos, o que suscitou pedido do Clube Militar à Princesa Isabel a fim de que não autorizasse a utilização de destacamentos militares para essa tarefa.

[42] A respeito da base social do movimento abolicionista, assinala Viotti da Costa: "Foi inegavelmente nos grupos sociais ligados a atividades urbanas que o abolicionismo recrutou o maior número de adeptos e de elementos ativos e participantes. [...] Dada a mobilidade econômica e financeira que caracteriza a sociedade brasileira desse período, é difícil delimitar com clareza essas categorias [classe média e camada senhorial], tornando-se impossível opor os burgueses à aristocracia rural. Os componentes das profissões liberais e do funcionalismo eram, quase sempre, recrutados entre os elementos pertencentes aos quadros rurais e vice-versa e mantinham essas vinculações por toda a vida." COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966. pp. 431-432.

> [...] os Senadores João Alfredo Correa de Oliveira [1835-1919] e Antônio Prado [1840-1929], dois líderes conservadores, pronunciaram-se pela necessidade de uma nova lei, e este último encabeçou na província de São Paulo a propaganda nesse sentido. Muitos fazendeiros, entre eles quase todos os membros da família Prado, começaram a liberar seus escravos, e esse movimento de generosidade se espalhou por todo o país. Em 10 de março de 1888, o Ministério Cotegipe pediu demissão, e a Princesa Regente incumbiu o Conselheiro Correa de Oliveira de formar um novo ministério; esse estadista associou-se ao Conselheiro Antônio Prado. Por fim, depois de quatro dias de debate, em clima de entusiasmo geral as duas Câmaras aprovaram quase por unanimidade a lei de 13 de maio de 1888, que aboliu completamente a escravidão no Brasil, sem qualquer restrição (RIO BRANCO, 1992, op. cit., p. 130).

Apesar de vitorioso, o movimento abolicionista não foi capaz de articular nem de defender um programa de integração social dos antigos escravos. Os libertos acabaram abandonados à própria sorte, sem educação e sem condições de se inserir no mercado de trabalho livre[43]. Duas vertentes historiográficas se opõem na interpretação da abolição. De um lado, os que sustentam que teria sido uma conquista da nação, iniciada com a propaganda e continuada com a insurreição, que tornou insustentável a preservação do *status quo*. De outro, os que condenam o governo imperial, que teria sido imprevidente. Rio Branco não escondeu sua simpatia pela fração da classe senhorial que aderiu à causa do abolicionismo e valorizou o papel esclarecido que teria sido desempenhado pelo Monarca e pela Princesa Isabel. O fim da escravidão representou, na sua visão, mais um passo dado pelo Estado brasileiro no sentido da civilização e do progresso.

MDCCCLXXXIX

Os fazendeiros que perderam seus escravos e não foram indenizados responsabilizaram a Coroa por seus prejuízos. Deles, a Monarquia não recebeu apoio no ano seguinte, quando um golpe, organizado e executado na capital por um grupo de militares, procla-

[43] "O movimento abolicionista extinguiu-se com a Abolição. Fora primordialmente uma promoção de brancos, de homens livres. A adesão dos escravos viera depois. Nascera mais do desejo de libertar a nação dos malefícios da escravatura, dos entraves que esta representava para a economia em desenvolvimento, do que propriamente do desejo de libertar a raça escravizada em benefício dela própria, para integrá-la à sociedade dos homens livres. Alcançado o ato emancipador, abandonou-se a população de ex-escravos à sua própria sorte." COSTA, E. V. da. Op. cit. p. 450.

mou a República, diante de uma população surpresa e apática[44]. Entre os participantes da conspiração, na qual não desempenharam papel significativo os republicanos históricos civis, distinguiram-se um grupo de adeptos do positivismo – que incluía os cadetes, liderados pelo Tenente-Coronel Benjamin Constant (1836-1891), ex-professor na Escola Militar – e um grupo, corporativo e sem filiação ideológica, insatisfeito com a subordinação dos militares aos civis – chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892)[45].

A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 encerra a cronologia de Rio Branco na galeria Amoedo. Escrito antes dos acontecimentos, o *Esboço da história do Brasil* não trata do advento do regime republicano. A referência correspondente nas *Efemérides brasileiras* é lacônica, imparcial, o que seria compreensível quando se considera a adesão de Rio Branco às instituições monárquicas e sua aversão ao federalismo, que julgava conducente ao separatismo. Funcionário consular, ocupante de cargo disputado, seria natural que Rio Branco preferisse abster-se de opinar publicamente sobre assuntos políticos correntes. Na correspondência privada, porém, Rio Branco deplorou a deposição do Imperador, cuja biografia laudatória, publicada em Paris, em 1889, assinada por Benjamin Mossé, contou com sua contribuição.

Considerações finais: uma aplicação política da história

Os eventos evocados na cronologia da galeria Amoedo foram escolhidos porque se lhes atribui o caráter de *grandes acontecimentos*. Como símbolos, assinalam realizações da nacionalidade na direção da construção do Brasil, entendido como o Estado Nacional Republicano. Por essa razão, Rio Branco julgou que mereciam ser celebrados e rememorados. O encadeamento, na cronologia, de acontecimentos ocorridos em diferentes conjunturas históricas expõe a intenção de estruturar uma narrativa fundada sobre a ideia de continuidade entre a

[44] "O que o povo da cidade viu foi, como disse Aristides [da Silveira Lobo, (1838-1896)], uma parada militar liderada por Deodoro." CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 51.

[45] Duas citações a respeito do papel dos militares na queda da Monarquia e na construção do novo regime: "O fato de ter sido a proclamação um fenômeno militar, em boa parte desvinculado do movimento republicano civil, significa que seu estudo não pode, por si só, explicar a natureza do novo regime. O advento da República não pode ser reduzido à questão militar e à insurreição das unidades militares aquarteladas em São Cristóvão." CARVALHO, José Murilo. Op. cit. pp. 35-36. "O golpe de 1889 [...] foi um momento chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro. [...] O golpe republicano foi militar, em sua organização e execução. No entanto, foi fruto da ação de apenas alguns militares." CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. pp. 8-9.

presença portuguesa e o Estado Imperial, que se transmutou em Estado republicano. Pintada na galeria de acesso aos salões da diplomacia, a cronologia exprime a intenção de conferir legitimidade histórica e política ao Estado brasileiro, ao apresentá-lo sob uma perspectiva que combina antiguidade e continuidade.

O caráter conservador da seleção de Rio Branco salta aos olhos quando se nota não haver referência a movimentos que desafiaram o domínio colonial ou a centralização imperial, como, a Inconfidência Mineira, de 1789, a Revolução Pernambucana, de 1817, a Confederação do Equador, de 1824, e as revoltas regionais durante a Regência. O caráter "oficial" da seleção de fatos que pretende sintetizar a história do Brasil manifesta-se também pelo marco inicial da periodização: o ano de 1500 evidencia a desconsideração da contribuição civilizacional dos povos que aqui viviam antes da chegada de Cabral. Com ênfase na dimensão político-militar, a cronologia reflete a prioridade atribuída pelo estadista/historiador à evolução das instituições do Estado. Com efeito, os fatos selecionados têm caráter institucional, o que reflete uma visão estatocêntrica da História do Brasil, que se confunde com a história do Estado brasileiro. Essa visão vincula-se tanto ao modo predominante de pensar e escrever a história quanto ao meio social e familiar no qual se formou Rio Branco[46]. Poucos acontecimentos da seleção poderiam ser incluídos em uma de fatos econômicos, como, a Lei do Ventre Livre (1871) e a abolição da escravatura (1888), datas, aliás, agrupadas na galeria. Ainda assim, os dois exemplos constituem fatos de natureza jurídico-política e é por essa via – e a da apologia paterna – que figuram na cronologia, e não por sua dimensão econômica ou social. Todos os demais fatos selecionados têm conotação político-administrativa ou militar.

A disposição dos espaços na configuração original do Palácio Itamaraty já conferia à galeria a função de local de passagem, onde se chega pela escadaria principal e de onde há acesso a diferentes salas. Convertido em palácio presidencial e, em seguida, sede da chancelaria, o Itamaraty sempre desempenhou funções protocolares, por exemplo, organização de cerimônias oficiais e recepções a visitantes estrangeiros. Na atualidade, ainda desempenha essas funções tradicionais, conciliadas com a condição de museu. Por definição, os museus de história são "lugares de memória", que cumprem o papel simbólico de preservar, conservar e

[46] Sobre a indistinção entre Estado e sociedade na obra de Rio Branco, é pertinente o comentário de Ricupero: "O que convém reter sobre as características do meio ao qual pertencia é a devoção ao serviço do Estado, a ideia de que o Brasil se confunde com o Estado brasileiro. Decorre dessa concepção a marcada preferência pelos aspectos diplomáticos e militares da nossa história, as duas dimensões por excelência do Estado, a diplomacia e a estratégia [...]." RICUPERO, Rubens. *Rio Branco e o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobrás, 2000. p. 13.

expor uma representação do passado, para que ele não seja esquecido ou desconhecido dos vivos e das gerações futuras.

Como ambiente dentro do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty (MHD), a galeria Amoedo está inserida em um "lugar de memória" na sua dimensão material, como monumento ou parte de um monumento de "pedra e cal". Além disso, com a cronologia de Rio Branco inscrita nas suas paredes, a galeria também desempenha uma função simbólica na medida em que celebra, de forma permanente, acontecimentos selecionados da história nacional. A cronologia da galeria Amoedo responde, ainda, a uma "vontade de memória", pois as datas foram fixadas com a intenção de rememorar acontecimentos[47]. À diferença das comemorações anuais de eventos célebres, quando a repetição acaba por criar a tradição[48], a cronologia de Rio Branco não pretende criar uma tradição cívica, mas estruturar uma narrativa histórica, fixar uma visão da história do Brasil pela rememoração constante de acontecimentos considerados fundamentais para a formação do Estado republicano e da nacionalidade.

Concebida como instrumento de propaganda para difundir uma ideia da história do Brasil, a cronologia da galeria Amoedo produz efeitos na interseção entre história, memória e tradição. Ao selecionar acontecimentos, a cronologia sintetiza uma versão da história. Ao fixar datas, a cronologia "decorativa" celebra acontecimentos, que, inscritos nas paredes, passam a ser permanentemente rememorados e, dessa forma, cristalizados na memória nacional. Contribui, assim, para dar consistência a uma interpretação tradicional e conservadora da História do Brasil – filiada ao modelo proposto por Von Martius (1794-1868) e trabalhado por Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) –, marcada pela preocupação com a descrição do acontecimento, pelo predomínio da dimensão político-administrativa-militar e pela valorização da continuidade das instituições do Estado.

Documento histórico escrito em linguagem de ornamentação de ambientes, a cronologia de Rio Branco na galeria Amoedo veicula uma ideia da História do Brasil que transmite um significado político

---

[47] "*Car s'il est vrai que la raison d'être fondamentale d'un lieu de mémoire est d'arrêter le temps, de bloquer le travail de l'oubli, de fixer un état de choses, d'immortaliser la mort, de matérialiser l'immatériel pour – l'or est la seule mémoire de l'argent – enfermer le maximum de sens dans le minimum des signes, il est clair, et c'est ce que les rend passionnants, que les lieux de mémoire ne vivent que de leur aptitude à la métamorphose, dans l'incessant rebondissement de leurs significations et le buissonement imprévisible de leurs ramifications.*" NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire: la Problématique des Lieux. In: _____ (Org.). *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1997. pp. 23-43.

[48] Hobsbawn define *invented tradition* como "[...] *a set of practices, normally governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolical nature, which seek to inculcate certain values and norms of behavior by repetition, which automatically implies continuity with the past*". HOBSBAWM, Eric. Introduction: Inventing Traditions. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: University Press, 1997. pp. 1-14.

conservador, pois a listagem dos eventos no tempo é utilizada para legitimar o Estado Nacional Republicano, cuja antiguidade remontaria a 1500 e cuja continuidade institucional não teria conhecido rupturas. Nessa narrativa, na qual a história é utilizada como fomento da coesão social e instrumento de legitimação da ação política, o Estado elabora o roteiro e desempenha o papel principal, é ao mesmo tempo tema e fio condutor, como se não existisse história fora da história nacional e, portanto, fora do Estado.

Referências bibliográficas

ACCIOLY, Hildebrando. *O Barão do Rio Branco e a 2ª Conferência da Haia*. Rio de Janeiro: MRE, 1945.

ARAÚJO, João Hermes Pereira de (Org.). *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*: uma biografia fotográfica. Brasília: Funag, 1995.

ARAÚJO, João Hermes Pereira de. O Barão do Rio Branco e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (Orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002. pp. 135-153.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Memorando de 21 out. 1940, de A. Napoleão, M. de A. Porto-Alegre e M. de Teffé para o chefe do Arquivo, Camargo Neves. Parte 2, documentação interna, lata 874, maço 13.325.

_____. Memorando de 24 out. 1940, de Djalma Pinto Ribeiro de Lessa para o chefe do Departamento de Administração. Parte 2, documentação interna, lata 874, maço 13.325.

BESOUCHET, Lidia. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e a República Argentina*. Rio de Janeiro: MRE: Imprensa Nacional, 1947. (Monografias, 4.)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório.* Rio de Janeiro, 1929. pp. 209-210, anexo A.

BURNS, Bradford. *A aliança não escrita*: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

CAMPOS, Pedro Moacir. Esboço da historiografia brasileira. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1991.

CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (Orgs.) *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CERVO, Amado L. O Barão do Rio Branco e a modernização da agenda brasileira. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (Orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002. pp. 289-306.

CHAGAS, Mário. *A imaginação museal*: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC: Ibram, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966.

DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FALCON, Francisco C.; MATTOS, Ilmar R. de. O processo de Independência no Rio de Janeiro. In: MOTA, Carlos G. *1822*: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FRANCO, A. C.; CARDIM, C. H; CRUZ, J. B. *Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO; CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMAÁTICA (Orgs.). *O Barão do Rio Branco visto por seus Contemporâneos*: série de artigos publicados na *Revista Americana*, em abril de 1913. Brasília: FUNAG, 2002.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1991.

GONÇALVES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1988.

GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário biobibliográfico de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938.

HOBSBAWM, Eric. Introduction: Inventing Traditions. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: University Press, 1997. pp. 1-14.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Rio Branco e Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: MRE: Imprensa Nacional, 1948. (Monografias, 3.)

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, Manoel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LINS, Álvaro. *Rio Branco*: uma biografia política. Brasília: Funag, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal*: História e Historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002.

MOURA, Cristina Patriota de. *Rio Branco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MÜLLER, Lauro. *Exposição de Motivos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: MRE: Imprensa Nacional, 1947. (Monografias, 2.)

NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire: la Problématique des Lieux. In: _____ (Org.). *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1997. pp. 23-43.

RENOUVIN, Pierre. Les Forces Profondes. In: RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J.-B. *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*. Paris Libraire Armand Collin, 1966. pp. 5-282.

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco e o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobrás, 2000.

_____. Rio Branco, definidor de valores nacionais. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (Orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002. pp. 79-98.

_____. O problema da Abertura dos Portos. In: RICUPERO, R.; OLIVEIRA, L. V. de (Orgs.). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Senac, 2007. pp. 60-99.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Esboço da História do Brasil*, Brasília, MRE/Funag/Ipri, 1992.

_____. *Efemérides Brasileiras*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1946 (volume VI das *Obras do Barão do Rio Branco*).

RODRIGUES, José Honório. *Independência*: revolução e contra-revolução/ a política internacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____. L'Esquisse de l'Histoire du Brésil/ Efemérides brasileiras. In: FRANCO, A. C.; CARDIM, C. H. *O Barão do Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC, 2003. pp. 141-155.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A Academia Imperial de Belas Artes e o projeto civilizatório do Império. In: _____. *A invenção do Brasil*: ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. pp. 39-58.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1995.

WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: _____. *A invenção da história*: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001. pp. 127-140.

Repensando o Barão do Rio Branco: retrato inacabado

Fernando Guimarães Reis

"[...] jogo tudo fora.
A mala se fecha: o tempo
se retrai, ó concha."
(C. D. de Andrade)[1]

"[...] eu fazia da minha alma um compasso
que abria a ponta aos dois extremos."
(Machado de Assis)[2]

I

1. Premissas (mais ou menos) intempestivas

É possível dizer algo novo sobre Rio Branco? É preciso? Já não estamos satisfeitos com o barão que temos? Sim, mas...

Cada geração tem direito a sua própria perspectiva, mas um ponto de vista não é necessariamente mais legítimo do que outro. Uma nova visão não significa que as perguntas já feitas anteriormente tenham encontrado respostas satisfatórias ou tenham sido superadas[3]. Por isso, não é preciso esperar para que novas questões sejam instauradas com o passar do tempo, o juiz supremo. Dizem os entendidos que é assim que caminha o mundo – aos solavancos.

Hoje, o fenômeno é chamado de "substituição de paradigmas". Para aderirmos ao jargão, poderíamos dizer que o barão estabeleceu um paradigma que ficou intacto por muito tempo. Com efeito, se olharmos para trás, vamos perceber que toda uma geração de diplomatas brasileiros – ou mais de uma – foi inibida, consciente ou inconscientemente, pelo

[1] ANDRADE, Carlos Drummond de. "Assalto". *A rosa do povo* (1943-45).
[2] ASSIS, Machado de. *Memorial de Aires* (1908).
[3] "Uma nova verdade científica não triunfa porque convence seus oponentes e fazendo com que vejam a luz, mas porque seus oponentes finalmente morrem e uma nova geração cresce familiarizada com ela." Max Planck – *Autobiography and Other Papers* (1949).

grande chanceler. Alguns se julgaram até curadores da herança do mestre, logo imobilizado em numa grande estátua (quase branca, dependendo da boa vontade dos pombos), que mantém guarda nos jardins do Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Araujo Jorge, para citar um livro pioneiro de 1945, refere-se ao "caráter augusto dum símbolo vivo da própria pátria". Talvez o homenageado não se sentisse inteiramente à vontade com o "augusto", menos ainda em ser *monumentalizado*. No entanto, isso acontece com frequência: o culto da forma acaba prejudicando a fidelidade ao espírito, para o que já nos alertava o apóstolo Paulo[4].

Pablo Picasso fez a mesma advertência sob outro ângulo: disse que, quando queremos nos livrar de um quadro, nós o dependuramos na parede – é a maneira mais segura de não reparar mais na tela em questão. A referência não é gratuita, pois nosso barão não escapou dessa sina, depois de ser retratado de forma consagradora – a pintura está na coleção do Museu da República[5]. A obra em si é medíocre, mas ilustra à perfeição a nefasta visão *chapa branca* que os dispositivos institucionais acabam sempre por engendrar como uma espécie de tributo a ser pago pelos candidatos à imortalidade. Já se disse que não se prova impunemente do fruto dessa árvore, para não falar dos percalços da fama.

Aparentemente, na tela citada, a intenção do artista foi mostrar o coroado chanceler em pose de orador, dirigindo-se à posteridade – ele, que nunca se sentiu à vontade na tribuna parlamentar. Impecavelmente paramentado como um lorde inglês, Rio Branco exibe gesto equivocado, com o braço direito esticado e a mão mole e aberta – não é certamente a mão firme que Michelangelo deu a Adão no afresco da Capela Sistina.

O quadro é apenas um sintoma, e o equívoco não causa maior dificuldade. Contudo, foi fácil exorcizar o fantasma benigno que – depois de 1912 – continuou frequentando o Palácio da Rua Larga (de São Joaquim), depois chamada de Marechal Floriano. Passadas algumas décadas, um digno sucessor do *Deus Terminus* ainda julgava oportuno ponderar: "Não teria o menor sentido se fizéssemos hoje o que Rio Branco fez"[6]. Azeredo da Silveira não foi o único a reivindicar esse título de alforria, com o aval do bom-senso e de uma postura saudável em si mesma. Altivo que fosse, o juízo do chanceler de Geisel deixou escapar um ponto essencial: há uma

[4] "Pois a letra mata e o espírito dá vida" (2 Coríntios 3:6). BÍBLIA. Português. Epístolas Paulinas. Almeida Corrigida e Revisada Fiel. São Paulo.

[5] Óleo sobre tela de Cadmo Fausto de Souza (1942), 175x108cm.

[6] SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira*: um depoimento. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 277.

diferença entre *o que* Rio Branco fez e *como* ele o fez[7]. Não é uma distinção trivial. Para recuperá-la, no século XX, foi elaborado o conceito de *modo de experiência* por pensadores importantes, alguns deles interessados – não por acaso – na área da educação[8]. No fundo, *modo de fazer* nos remete à noção clássica de *techné* (que os latinos traduziram por *ars*, *artis*) e, por essa via, à *phronesis* (sabedoria prudencial) aristotélica[9].

Em que consistiu essa *arte*, em se tratando de Rio Branco? É justamente o tema de que nos devemos ocupar. Por ora, volto a nosso ponto de partida: cada época verá o barão a seu jeito, e por certo ele poderá corresponder aos gostos e requisitos das gerações futuras, que muito provavelmente serão distintos dos atuais. Paranhos Jr. é daqueles que estarão sempre *na moda*, como as damas realmente elegantes.

Isso significa que a resposta a nossa última pergunta não é, nem pode ser, unívoca. Resta-nos então, idealmente, *olhar* o barão como ele próprio se olharia, se aqui estivesse. A fórmula foi dada por ele mesmo quando disse: "Não fiz como meu pai fez; fiz como ele faria se estivesse em meu lugar"[10]. Não é uma operação tão simples como parece – é, sim, um convite à renovação e à criatividade.

2. Tema sob questão

Repensar o barão é o tema que me foi proposto. Tema muito oportuno, permito-me acrescentar. Agora, para *repensar*, temos que admitir que sabemos o que é *pensar*, o que – convenhamos – é uma petição de princípio. O que é, então, *repensar*? Certamente, não se trata de pensar *outra vez*, o que seria ocioso. Repensar só vale a pena se for para pensar de *outra maneira*. Vejamos.

Este é um seminário não apenas sobre o barão, mas também – ou sobretudo – sobre os 100 Anos da Memória de Rio Branco; trata-se de motivos distintos. Podemos encarar o Seminário como a comemoração de uma efeméride importante ou entendê-lo como oportunidade para

---

7 Gilbert Ryle propõe a distinção entre "*knowing how*" e "*knowing that*", no livro *The Concept of Mind* (1945). Antes dele, John Dewey já havia revolucionado a filosofia da educação a partir do *learning by doing* (ver especialmente *Democracy and Education*, 1916). Entre nós, Anísio Teixeira foi o grande arauto da pedagogia dita progressiva (ver *Pequena introdução à filosofia da educação*, 1934). Sobre essa temática e suas implicações para o Instituto Rio Branco, ver a obra *Formação do diplomata brasileiro*: por uma Academia renovada (2012, no prelo), de Fernando G. Reis.

8. Ver, por exemplo: OAKESHOTT, Michael. *Experience and its Modes* (1933). WHITEHEAD, Alfred North. *The Aims of Education and Other Essays* (1929); *Modes of Thought* (1938).

9 Dispenso-me, aqui, de elaborar sobre esses conceitos, cuja relação com a diplomacia foi tratada amplamente em *Caçadores de nuvens*: em busca da diplomacia (2011), de Fernando G. Reis.

10 Cf. LEITÃO DA CUNHA, Vasco. *Diplomacia de alto-mar* (1994-2003). Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 24. A citação aparece truncada em LINS, Álvaro. *Rio Branco*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1996, p. 268.

ensaiar um exercício de revisão – ou talvez de re-versão, de ver diferente. Passar, por exemplo, do registro *macro* para o *micro* e indagar por que nosso egrégio patrono gostava de se fazer fotografar – a constatação é banal, mas tem significado. Ou por que relutou em usar o título de nobreza reminiscente do nome do pai, que lhe foi dado em 1888? Ou por que aboliu o "Júnior" do próprio nome e se apoderou do *Rio Branco*? Em um nível mais dramático, por que afrontou o pai e a sociedade ao assumir uma relação tida como escandalosa, sob pena de comprometer sua carreira? Ou ainda – sendo um homem com talento natural para a ação política – por que sempre resistiu ao poder, a ponto de recusar ser presidente da República por aclamação popular?

Fortuitos ou inusitados, são todos fatos intrigantes. A eles podemos acrescentar pequenas contradições, bastante notórias. A Rio Branco aborrecia a exposição pública oficial, mas não desdenhava os "afagos da popularidade". Frio quando a razão de Estado estava em jogo, era paternal com seus subordinados e "nunca deu ordens que não parecessem pedidos"[11]. Também não faltaram dualidades mais sérias: monarquista assumido, o barão teve um papel decisivo na consolidação da República; homem de ideias esclarecidas, só se envolveu com a causa abolicionista quando estava para ser votada a Lei do Ventre Livre, obra de seu pai; admirador de Rui Barbosa, apoiou Hermes da Fonseca para a presidência; promoveu na prática o pan-americanismo (junto com Joaquim Nabuco), mas foi também o primeiro chanceler brasileiro a autorizar em foro multilateral uma atitude de desassombro em relação a Washington[12].

Para completar este capítulo das ambiguidades, um toque de ironia da história: foi durante o governo do jacobino Floriano Peixoto – e talvez por iniciativa do próprio presidente Marechal[13] – que Rio Branco foi convidado, em 1893, para ocupar-se do contencioso territorial com Argentina, o que mudou o curso de sua carreira e da história brasileira.

De tudo isso nos ocuparemos oportunamente. Por ora, basta assinalar que esses elementos de juízo nos permitem dispensar as teorias já prontas, por mais sedutoras que sejam. De preferência, usaremos uma fenomenologia doméstica, ou seja, o método de "voltar às coisas", inclusive aos pequenos fatos, que – por serem discretos – escapam à predeterminação.

---

[11] GURGEL DO AMARAL, Luís. *O meu velho Itamaraty*: de Amanuense a Secretário de Legação, 1905-1913. 1947, p. 93 (ed. 2008).

[12] Por instruções a Rui Barbosa na II Conferência da Paz, em 1907.

[13] Álvaro Lins não descarta a hipótese. Ver: Gurgel do Amaral, op. cit., v. 1 (ed. 1945), nota 323, pp. 292-3. Outras fontes consideram que a indicação de Paranhos Jr. a Floriano partiu de Joaquim Nabuco (Cf. FRANK DA COSTA, João. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*, pp. 126-7).

3. Perguntas que passam em silêncio

Em tudo – ou quase tudo – que já se escreveu sobre o barão, procura-se a coerência, privilegia-se a identidade, insiste-se sobre o mesmo. Breve, evitam-se os pedaços que não se encaixam naturalmente na *figura*. Todavia, há sempre uma sobra, que é o outro lado da lua. Poderíamos chamar esse outro lado de *diferença*, o reverso da medalha, não necessariamente o resultado de uma relação dialética[14].

A literatura corrente sobre o patrono de nossa diplomacia prefere os *grandes planos* ao *close-up*. Em geral exegética, não se debruça sobre as perguntas do tipo que estamos suscitando. Essas questões podem até ter sido formuladas tangencialmente, mas acabam elididas por uma visão *chapa branca*: não seria de bom tom falar mal de uma instituição nacional.

Sim, o barão está *vivo* – mas em que medida? O exercício deste seminário é inspirado e permeado por uma presunção: a memória do barão permanece. *Ele próprio*, no entanto, resistiu ao tempo? Vale perguntar: sua imagem olímpica não foi de alguma forma corroída pelo impacto das muitas ondas iconoclastas dos últimos cem anos? É possível conceber um barão que passe pelo crivo *pós-moderno*? Algo mudou no retrato consagrado daquele que é tido, com justiça, como nosso maior diplomata?

Antes de enfrentar essas questões, vamos propor outra: como Rio Branco se tornou quem foi? A pergunta tem plena procedência, pois não se pode definir o legado do estadista sem compreender o homem. Quanto a este, sabemos que – antes das patrióticas vigílias funcionais no Palácio Itamaraty – houve os "folguedos" noturnos no Alcazar, o café concerto que ganhou notoriedade justamente por causa disso. É um fato histórico. Ainda assim, então cabe especular, como Machado de Assis em relação à Capitu: o devotado ministro – que morreu em seu gabinete, célebre desde então – já estava contido no jovem deputado, "mais conhecido pela vida patusca do que pelas atividades parlamentares"[15]?

Álvaro Lins não faz a pergunta, mas fornece a resposta, referindo-se ao maduro chanceler:

> [Ele] continuava tão "boêmio" na sua maneira de viver quanto o fora na mocidade. Nenhum horário, nenhuma disciplina convencional. Não se submetia a outro domínio que não fosse o das suas forças íntimas, o de suas

[14] "*Si la dialectique trouve son élement spéculatif dans l'opposition et la contradiction, c'est d'abord parce qu'elle reflète une fausse image da ls différence... une image inversé*." DELEUZE, Giles. *Nietzsche et la Philosophie.* 3ª ed. 1962, p. 224.

[15] VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 53.

> determinações interiores, sempre fiel à educação pessoal que criara para si mesmo[16].

Assim, o "incorrigível" Juca Paranhos sobreviveu no austero chanceler – e não apenas pelos hábitos bizarros. Era uma questão de autenticidade! O mesmo biógrafo anota sobre o estudante de direito:

> [...] desde a Academia de São Paulo [...] o que menos lhe agradava era o mecanismo de comer, dormir e comer em horas fixas todos os dias. Ao seu ser, repugnava, como sinal de mediocridade, fazer da vida uma repartição pública[17].

Não será essa uma chave para compreender o nosso barão, tido como enigmático? Nessa hipótese, seu *affaire* com Mlle. Stevens não pode ser minimizado como simples desvio de conduta. De resto, deixou sequelas para o resto da vida de um homem predestinado.

O Padre Vieira, melhor psicólogo do que diplomata, nos adverte: "Ninguém diz melhor o que somos do que nossos pecados"[18]. Descurando esse sábio conselho, os pecados do jovem Paranhos tem sido abonados como "pecadilhos" pela biografia mais respeitável: Viana Filho os põe na conta de "algumas imprudências", compreensíveis e perdoáveis em nome do frescor da idade[19]. Álvaro Lins, ao tratar do "escândalo" amoroso de 1872, reconhece a infração, mas logo absolve o infrator: "Boêmio ele o é [...] e será sempre [...]"[20]. Ressalva também que a boêmia de Juca Paranhos era "de outra espécie". Em seguida, conclui: "[...] sua natureza tinha na verdade constituição boêmia: a boêmia como forma pessoal e original de existência"[21]. O diagnóstico é consequente, mas valoriza a própria falta.

Com o que ficamos? Acidentes de percurso ou assumido inconformismo? Rendição à natureza ou afirmação de liberdade? Romantismo byroniano remanescente ou prematuro existencialismo sartriano?

A despeito de diferenças nos respectivos juízos, os dois biógrafos têm aparentemente algo em comum: tratam o jovem barão com condescendência e certo paternalismo. Juca Paranhos é inocentado, seja

---

[16] LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Alfa-Omega, 1966, p. 395.

[17] Ibidem, p. 88.

[18] Sermão da Quarta Dominga do Advento.

[19] Viana Filho, op. cit., p. 53. O fato é que José Maria já tinha 28 anos quando seu caminho se cruzou com a da jovem atriz e corista de 23 anos. Ele era jovem mas estava longe de ser um adolescente.

[20] Lins, op. cit., p. 88. Impossível deixar de notar que a frase caberia perfeitamente em uma letra de samba dos anos 1940 ou 1950, para maior glória do autor.

[21] Ibidem, p. 88.

em nome do ímpeto da juventude (e era a *jeunesse dorée* da época, a "roda" dos filhos de aristocratas), seja porque, afinal, era um *bom moço*, que não descuidava de suas obrigações apesar das noitadas de farra. Nesse tipo de julgamento, perde-se justamente o vínculo entre a ética e o *Eu*, como se a moral fosse um código extrínseco, uma tábua de mandamentos vinda não se sabe bem de onde.

É verdade que Álvaro Lins isenta José Maria da culpa menor de frivolidade, embora admitindo o *dandismo* em moda. Não afasta, contudo, a pecha (com implicações mais graves, no caso) de excentricidade: "[...] seu casamento [com Mlle. Stevens] vai constituir uma espécie de escândalo branco na sociedade imperial"[22]. Na época, "casamento livre" era um concubinato pecaminoso. Além disso, não se pode esquecer que Paranhos Jr. tinha um nome a zelar: era filho do presidente do Conselho e membro do Parlamento. Justamente, é esse o ponto.

Infrator ou não dos bons costumes, o que fica é que José Maria enfrentou sem hesitação o escândalo quando soube que ia ser pai – *à tout risque*, ele trouxe Marie Philomène de volta da França, para onde ela fora recambiada por pressão do visconde, ao que tudo indica. Aliás, essa nódoa na biografia do grande homem público do Império não causou espécie aos biógrafos, aparentemente como resquício de uma visão machista, que não foi a de Juca.

Em suma, se pusermos de lado a hipocrisia, faltou explicitar algo importante: os desvios de conduta atribuídos ao jovem Paranhos têm um lado inegavelmente positivo. Eles revelam um espírito corajoso e inconformista, em nada leviano e menos ainda irresponsável. O mínimo que se pode dizer é que o filho do visconde não se deixava moldar pelas convenções, o que condiz perfeitamente com seus hábitos particulares, ao não aceitar "outra disciplina que não fosse a interior"[23]. Esse traço de personalidade de Juca iria persistir e alicerçar a futura grandeza do chanceler que viria a se tornar no futuro, inimaginável naquela conjuntura.

Há algo mais: o "romance" com Marie Philomène só confirma que Rio Branco não se sentia confortável no seu meio e no seu tempo. Ao desafiar a sociedade, Juca Paranhos estava desafiando o pai, indiretamente é claro, porque seu amor filial não lhe permitiria ir além disso. Não deixa de ser intrigante, aliás, o fato de que Juca não foi o único rebento do casal Silva Paranhos a manifestar um comportamento rebelde em algum momento. Seja como for, no caso do "frio e descrente" Paranhos Jr., o que

[22] Ibidem , p. 89.
[23] Id. ibidem, p. 88.

se evidencia não é permissividade, mas autenticidade. José Maria mostrou que não se intimidava com eventuais sanções, a ponto de pôr em risco seu futuro profissional, ainda incerto naquele momento de vida.

Concluído seu curso de Direito em 1866, o filho do visconde oscilou a princípio entre várias atividades: foi professor, promotor, periodista, deputado, diretor de jornal, assessor do pai – e boêmio. Tudo isso, aliado aos problemas pessoais recorrentes, gerou uma perceptível insegurança existencial. Os biógrafos nos dão notícia de um homem tímido e com frequência melancólico – pouco falta para admitirem que José Maria era um "desajustado" ou, eufemisticamente, um "rebelde sem causa". Embora fosse invejavelmente bem-nascido e bem-dotado, o próprio Paranhos chegou a declarar em tom patético: "Tudo o que é fácil para os outros é difícil, se não impossível para mim".

4. Sombra do pai

Sem buscar justificativas desnecessárias, cabe ponderar que a figura sempre exaltada do pai era também uma sombra persecutória para o jovem Juca, sem que isso tivesse abalado sua fidelidade, de que deu muitas provas. De qualquer forma, ter um pai com a estatura de homem público como a do visconde devia ser uma grave responsabilidade. O testemunho do imperador é eloquente: "Ainda não conheci pessoa mais inteligente e perspicaz"[24]. A propósito, contam os historiadores que a admiração de Pedro II por Rio Branco só fez crescer durante os quatro anos e três meses em que Paranhos foi presidente do Conselho de Ministros; entre os dois, desenvolveu-se mais do que um elo de confiança – houve uma rara conivência, para o bem do país, tristemente retrógrado.

Como se não bastasse, para afiançar a grandeza do primeiro Rio Branco, o liberal Joaquim Nabuco atribuiu ao conservador visconde o título nada trivial de "a mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado"[25]. Na página memorável que dedica ao pai do barão, Nabuco alinha de enfiada cerca de trinta adjetivos encomiásticos e, em seguida, outros atributos mais. Pelo sim, pelo não, o declínio do Reinado começou quando Paranhos – doente e cansado – se afastou do governo.

Aqui, cabe um registro sobre o reverso da medalha: com tantas loas ao pai, o esquecimento da mãe é conspícuo. Qual é mesmo o nome da

[24] Id. ibidem, p. 65.
[25] NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*: 1898-99. Rio de Janeiro: Aguilar, 1975, p. 714.

viscondessa? É uma figura totalmente apagada nas biografias do barão. Contudo, não é só o caso de d. Teresa – é também o de Marie Stevens. A jovem belga acabou *dobrando* o recalcitrante José Maria (que por anos hesitou em formalizar a união), foi mãe de seus filhos e companheira fiel até a morte em 1898. Não obstante, Álvaro Lins a descreve da seguinte forma, louvando-se certamente na perspectiva do barão:

> [...] a boa companheira no sentido patriarcal brasileiro; a mãe que cuida da casa e toma conta dos filhos, a esposa que acompanha e estima o marido durante toda a vida numa situação discreta de penumbra[26].

"Situação de penumbra" é certamente um eufemismo. A ex-corista, com perfil independente, se tornou uma mulher submissa, e o amor do casal se extinguiu – eram pessoas muito diferentes. O biógrafo expressa sua conclusão mais uma vez com condescendência masculina: "Não será considerável nem decisiva essa influência feminina na vida de Juca Paranhos"[27]. Nem essa, nem qualquer outra que se conheça. Entretanto, não se diga que o juízo poderia ser generalizado, mesmo em uma sociedade opressiva como a da época: basta lembrar as poderosíssimas heroínas de Machado de Assis, sobretudo em comparação com os contrapartes masculinos.

Aparentemente, ligação emocional forte, o barão só teve com os filhos – foi o que o convenceu a casar-se oficialmente. É uma pena que os filhos não lhe tenham dado maior atenção no fim da vida: ele ficou só em uma torre de marfim – seu gabinete de trabalho, casa e refúgio ao mesmo tempo. Ele próprio construiu sua torre, pacientemente, com a conivência caprichosa do destino. Foi certamente uma teia caprichosa: dentro de uma lógica convencional, o êxito posterior do barão parecia altamente improvável à luz das aflições e indecisões de Juca Paranhos.

A propósito, cabe invocar também outro fato que já mencionamos de passagem. Em 1888, ao ganhar seu título de nobreza – obviamente reminiscente do pai –, Rio Branco confidenciou aos amigos que não pretendia usá-lo. Por quê? O agraciado não produziu razão convincente para o inusitado propósito, em que persistiu durante alguns meses[28]. Talvez a explicação possa ser encontrada em camadas menos conscientes.

Para quem quer afirmar-se por conta própria, um pai com a estatura do Visconde de Rio Branco era certamente um desafio grandioso.

---

[26] Lins, op. cit., p. 90.
[27] Idem.
[28] Ibidem, pp.127-8.

Se o herdeiro fosse medíocre, não haveria maior problema com o desafio, consciente ou não. Acontece que José Maria não tinha nada de medíocre – era de uma inteligência invulgar. Durante um tempo precioso, Juca Paranhos não sabia muito bem o que fazer da vida. Com razão: tudo parecia incerto, a começar pelo Brasil. Mais uma vez, conhecendo o fim da *estória*, os biógrafos tratam esses anos de incerteza como *um tempo que ia passar*. O próprio Paranhos, contudo, não devia estar tão seguro.

Ironicamente, nosso futuro barão foi salvo da crise existencial não pela linha reta do "politicamente correto", mas pelas curvas do desvio passional. Referindo-se ao nascimento do primogênito não programado, confidenciou anos depois a um amigo: "Esse filho fez uma revolução na minha vida [...] foi ele que me fez mudar de rumo"[29]. Isso incluía abandonar a boêmia, o que não significa que José Maria tenha mudado de rumo. Continuou um bicho de concha, afundado em especulações e pesquisas – para poder se dedicar a elas, candidatou-se a um posto inóspito, tido como "o mais rentável da carreira". Não seria tão rentável assim, como Paranhos Jr. iria descobrir[30].

Longe dos filhos (instalados em Paris com a mãe), Rio Branco chegou a Liverpool aos 31 anos – o que era para ser um refúgio sabático logo se mostrou uma longa e dura prova. A velha cidade, "em meio a nevoeiros", era de fato cinzenta, além de fria e úmida; fora de mão, a cerca de 300 quilômetros de Londres, não era de molde a atrair os amigos do cônsul, que – não obstante – foi honrado em 1877 com uma visita inesperada: o andarilho imperador, de volta da Irlanda. A visita rendeu ao discreto cônsul um baile no Palácio Buckingham, a convite da Rainha Vitória.

Fica-se com a impressão de que, a sua maneira, José Maria se impunha uma punição – estaria fugindo dos próprios demônios? Sua heterodoxa situação conjugal não se resolvia. Ele se queixava com frequência do isolamento a que o condenava o posto, que chama de "meu exílio" e de "terra da insipidez". O primogênito do grande visconde chegou a declarar-se "um obreiro desterrado" justamente ao Barão de Cotegipe, principal artífice da nomeação para Liverpool, que foi extraída – como se sabe – a duras penas da Princesa Isabel, aproveitando uma ausência do intransigente imperador.

Rio Branco não escondia sua melancolia. Receava cair em "uma profunda neurastenia"[31]. O boêmio havia virado ermitão. Ele não tinha

[29] Ibidem, p. 62.

[30] Em carta ao Barão de Penedo em 1885, Rio Branco comentou: "Os meus rendimentos não chegam à metade do que se supõe [...]". Na República, as rendas do Consulado iriam baixar "extraordinariamente". Cf. Viana Filho, op. cit., p.171.

[31] Cf. Viana Filho, op. cit., pp. 77-84.

opções? Ou será que aceitava o sacrifício, porque, no íntimo, se sabia destinado a uma missão maior? A esse respeito nunca se manifestou, mas agia como se tivesse consciência da responsabilidade que um dia lhe tocaria. O "exílio" voluntário foi uma longa e penosa preparação.

Em 1880 morreu o visconde, depois de uma movimentada visita à Europa em companhia de Juca. A desgraça iria gerar a renovação: "Em Liverpool, Paranhos mergulhou nos livros e, com a imaginação aquecida pelas pesquisas, idealizou planos mais amplos e demorados"[32]. Começa um ciclo intelectualmente produtivo para o cônsul – seu primeiro trabalho foi justamente uma memória em tributo ao pai.

II

5. Iconografia

Álvaro Lins observou: "Como é frequente nos vaidosos, Paranhos [Jr.] adorava fazer-se fotografar"[33]. Há várias fotos que *representam* bem o barão: o rosto limpo (adornado, algumas vezes, com um monóculo); os bigodes fartos; a careca reluzente, quando não coberta por com chapéu de feltro ou cartola. É o chanceler em seu esplendor – a pose para a posteridade. O que a distingue dos instantâneos mais descontraídos da juventude? Com a idade, Juca Paranhos adquiriu ou acentuou um perfil *fin-de-siècle*, o que contribuiu para consolidar uma imagem já por si marcante. Aos olhos do grande público, o retrato *nobre* do barão estava de acordo com o melhor figurino da boa sociedade de então, digno, portanto, de ser exibido no gabinete de qualquer chancelaria de país avançado. "*Su presencia es majestosa, imponente* [...]", anotou um visitante estrangeiro.

Na expressão afetuosa de Joaquim Nabuco, Rio Branco era o *Colosso de Rodes*. Álvaro Lins foi mais descritivo: "Perdera, na velhice, a esbelteza da mocidade, mas adquirira, em compensação, um aspecto de solidez que convinha admiravelmente à dignidade das suas funções. Gordo e de grande estatura – a figura física em correspondência com a figura política". A *figura* – logo identificada com o país – tornou o Brasil mais respeitável, como uma espécie de marca registrada. Assim, a *persona* deslocou a *pessoa* para segundo plano, em detrimento da verdade, mas em benefício da imagem que o próprio Rio Branco sempre quis transmitir do país.

[32] Ibidem. p. 105.
[33] Ibidem, p.78.

Acontece que Juca não nasceu feito, nem foi um produto direto das circunstâncias – ele *se* fez, com perseverança, mas também com muitos desalentos[34]. Então, *como* se fez? Voltamos, assim, ao nosso foco, que passa necessariamente pela pessoa: há em Paranhos Jr. uma coerência íntima que transcende acidentes e descaminhos? Ou seria essa também uma colocação equivocada, caudatária de uma ontologia ultrapassada? Não é menos certo, contudo, que muitas vezes a resposta é dada sem que a pergunta correspondente seja formulada: a crônica vale pela gênese, com a vantagem de parecer natural. Todavia, o *amor fati* não basta – Nietzsche exagerou nesse ponto.

Quando nos contentamos com a *estória,* em vez de uma explicação, já estamos admitindo que as coisas são como parecem ser. O passado, porque é passado, ganha uma aura – parece imutável, irretocável, definitivo. O que aconteceu, já que aconteceu, deixa a impressão de que não poderia ser diferente. Um teórico tende a crer nisso; um pesquisador, não. Ora, Rio Branco *era* um pesquisador. Ele não tomava os fatos pelo valor de face: via a história como algo vivo, inacabado, cujos segredos nunca são inteiramente decifrados. As *Efemérides brasileiras* – concluídas em 1892 – são bem a ilustração disso.

Não foi certamente por acaso que Rio Branco escolheu o título *Efemérides* – a etimologia da palavra tem a ver obviamente com *efêmero*, com aquilo que passa. As pequenas memórias não são peças eruditas de museu – as ideias subjacentes são a de que as coisas estão acontecendo e a de que o real é inesgotável: há sempre algo novo por descobrir. A consciência do efêmero também explicaria o gosto de Paranhos Jr. pela fotografia.

Paranhos Jr. não se tornou pesquisador por diletantismo. Para ele, a questão das raízes era fundamental, até por razões psíquicas: foi a forma que encontrou para ir além de seu pai. Era uma maneira insuspeita de honrar o visconde e, ao mesmo, de se libertar da *figura do pai*. É apenas mais uma conjectura, mas tem a vantagem de fechar o círculo.

A esta altura, podemos talvez reformular nossas perguntas anteriores da seguinte maneira: Rio Branco é nosso *contemporâneo*? É um bom ângulo para apreciar o barão e talvez seja outra maneira de ver o conjunto deste seminário. A resposta à pergunta pode parecer óbvia, mais uma vez. Contudo, exige uma qualificação fundamental: não se pode ser, com a mesma inteireza, contemporâneo deste ainda indeciso século XXI,

[34] Entendo que – além da óbvia associação cronológica – essa foi a principal razão (a ideia de projeto de vida) para a feliz escolha do título *Juca* para a revista dos alunos do Instituto Rio Branco, cujo primeiro número data de 2007.

do conturbado ocaso do século XIX e do início do XX. Ser contemporâneo desses tempos é o mesmo que não pertencer a nenhum. Assim, ou sequestramos em definitivo o barão para a atualidade ou o deixamos ficar onde está, respeitando o direito de nascença. É claro que haveria soluções baratas de meia-sola, mas a aporia permanece[35].

Giorgio Agamben, entre outros autores, tratou do tema[36]. Ele nos recorda de que *saeculum* significa originalmente o tempo da vida *do indivíduo*; só por extensão, *século* passou a designar um tempo coletivo. O pensador italiano lembra também as *Considerações intempestivas* de Nietzsche, de 1874, e conclui que não se pode ser atual e contemporâneo ao mesmo tempo.

Ser *intempestivo* é escapar das amarras do tempo aparente, embora ninguém escape do tempo ontológico – a crer em Heidegger. Nosso barão foi intempestivo? Há fortes razões para crer que ele não pertence nem ao século XIX, nem ao XX nem ao XXI. Rio Branco teve seu próprio *século*, isto é, seu tempo particular. Foi *novo* e foi muito *antigo*, tão antigo como a *estória* do Brasil. Voltaremos a esse ponto, não sem antes pedir auxílio a Carlos Drummond de Andrade para mais bem explicar o argumento – nosso poeta ontológico não estava sendo apenas jocoso quando proclamou:

> "E como ficou chato ser moderno
> Agora serei eterno"[37].

6. Desconstrução?

Convergindo para a ação, Rio Branco tinha a seu serviço uma *inteligência múltipla*[38]. Por isso é que foi difícil encontrar a própria vocação e que acabou se tornando um profissional polivalente (sempre exitoso); Precisamente porque fez uso de suas várias *virtualidades*, seria um contrassenso submeter Rio Branco a um tratamento reducionista – ademais,

---

[35] O que parece fora de propósito é admitir que "o Barão era fruto de seu tempo" e ao mesmo tempo cobrar-lhe uma política exterior "desenvolvimentista", conceito que só surgiria muitas décadas depois. Mesmo em termos acadêmicos, essa transposição é um prodígio de anacronismo, o que está fadado a ocorrer sempre que se parte da teoria e não dos fatos. Não espanta que da premissa citada possa-se a inferir sumariamente que Rio Branco "implementou uma política exterior de alcance restrito" (sic). Cf. CERVO, Amado Luiz. "O Barão do Rio Branco e a modernização da agenda brasileira". In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2002), p. 303.

[36] AGAMBEN, G. *Che cos'è il contemporaneo?* Roma: Nottetempo, 2008.

[37] ANDRADE, Carlos Drummond de. "Eterno". *Fazendeiro do ar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

[38] A formulação atual do conceito se deve a Howard Gardner, nas obras: *Frames of Mind* (1983) e *Multiple Intelligences*: The Theorie in Practice (1993). O criador do Project Zero na Universidade de Harvard traçou oito tipos relativamente autônomos de inteligência: linguística, lógico matemática, espacial, musical, sinestésica, interpessoal, intrapessoal e naturalista. Onde mais bem se encaixaria Rio Branco? Pode-se até arriscar uma resposta, mas sempre lembrando que a grandeza do barão vem justamente do fato de que transcende categorizações reducionistas.

seria uma infidelidade. Quanto a admitir que nosso *cult* tem mais de um perfil, não significa que lhe negamos consistência. Justamente a exegese tradicional – acadêmica e oficial – empenhou-se em resguardar esse flanco: esmerou-se em buscar uma continuidade explícita na trajetória do barão, conferindo, assim, maior firmeza às linhas do desenho, a ponto de supor um esboço *a priori* e mesmo uma *teoria* subjacente. É compreensível: a mensagem de um herói nacional, de preferência, deve ser edificante ou, pelos menos, livre de sinais equívocos.

Só por abstração uma pessoa equivale a uma entidade homogênea – é uma verdade mais fácil de admitir na intimidade do que em público. As novas gerações, por experiência própria, aceitam isso com mais naturalidade e se incomodam menos com eventuais dissonâncias e distorções, a exemplo de uma tela de Picasso[39]. Aliás, aproveitando a analogia, um retrato cubista do barão poderia chocar a princípio, mas logo se mostraria enriquecedor por se tratar de uma perspectiva.

Não digo que se deva submeter o nosso *Colosso de Rodes* a um processo de "desconstrução", mas isso poderia contribuir para "humanizar" a imagem consagrada. O barão está longe de ser uma *metamorfose ambulante*, como na metáfora de Raul Seixas. Também nunca foi um Roberto Campos, com "aquela velha opinião formada sobre tudo". É famosa a foto de sua caótica mesa de trabalho, em Villa-Molitor (Auteil, Paris), no gabinete no Rio ou na casa de Petrópolis. Muito mais do que uma curiosidade, é o retrato de uma mente que recusava compartimentos estanques, isto é, que não catalogava ideias[40]. Nem por essa aparente desordem externa, a volumosa cabeça deixava de estar primorosamente arrumada, como confirmou Capistrano de Abreu, pouco dado a elogios: "[Paranhos] tem o gênio da minúcia, da paciência, da exatidão"[41].

Se aplicarmos ao barão o exame de autenticidade existencial, estou certo de que ele resistirá – não há com que se preocupar. A bem dizer, sairá do teste rejuvenescido e engrandecido, na medida em que o pensamento contemporâneo preza a *diferença* tanto quanto a identidade. Melhor dizendo, a identidade é reconhecida justamente a partir da diferença, pois o "espírito do tempo" acabou por render-se à ambiguidade intrínseca da realidade. A filosofia atual, em boa medida, tornou-se um "pensar

[39] Curiosamente, a gestão de Rio Branco no MRE coincide com o início da fase cubista de Picasso (1881-1973). Que tal imaginar que, em suas escapadas por Paris, o então cônsul em Liverpool cruzou em algum momento com o jovem pintor catalão! A aproximação não seria mero exercício de fantasia: quer indicar que, mal ou bem, Paranhos Jr. conviveu com uma cultura de que o Brasil ainda estava distante. A Semana de Arte Moderna só viria a acontecer em 1922.

[40] Algumas décadas mais tarde, Araújo Castro, um autêntico discípulo do barão, em discurso proferido na XVIII Assembleia Geral das Nações Unidas (1963), dirá: "A humanidade é mais rica e mais complexa do que seus catalogadores".

[41] Carta a João Lúcio de Azevedo, o grande biógrafo moderno de Padre Vieira.

sem certezas" – não é outra a sina da diplomacia, campo de provas do imprevisto e do contingente.

7. Ideias certas e incertas

Já se disse – lembrando a frase de abertura do General De Gaulle em suas *Memórias*[42] – que Rio Branco tinha "certa ideia" do Brasil ou, melhor dizendo, do que deveria ser o Brasil[43]. Como mentor da "Europa das Nações" anos depois, nosso barão foi um sacerdote inteiramente devotado ao culto da pátria, vale dizer, ao *espírito* nacional – nem republicano, nem monárquico, na sua percepção. De Gaulle, por sua vez, foi o presidente mais monárquico que a França já teve e que provavelmente nunca mais terá.

Compreende-se, assim, a analogia, mas ela é mais útil para salientar a diferença. Para começar, a "ideia" do general não era bem uma ideia, no sentido trivial de algo que está à disposição de nossa mente. Em vez de possuir a ideia, *le Général* era *possuído* por ela, do mesmo modo que Joana D'Arc era possuída por sua *visão*. No caso, o que visão e ideia têm em comum é a mensagem redentora. A despeito desse invólucro meio místico, nada impede que a chama inspiradora possa ser explicitada – aliás, deve ser.

No caso da santa guerreira, tratava-se inequivocamente de expulsar os invasores ingleses e coroar o rei impotente e enclausurado, para miséria e humilhação da pátria; para De Gaulle, era a fidelidade à *grandeur* nacional. O general da resistência teve a coragem de recuperar esse conceito de "grandeza" quando a dignidade nacional parecia mortalmente abatida. Ainda que fosse utópico acreditar, De Gaulle acreditou: foi de fato *l'homme du refus*, como proclamou um editorial *Le Monde* por ocasião do desaparecimento do grande general. Ele não admitiu ver a França rendida e prostrada. Por sua fé, mais do que por sua limitada capacidade de ação, conquistou um lugar na galeria (mais do que seleta) dos pais da nação gaulesa, na qual já estavam Carlos Magno, Richelieu, Luis XIV, Napoleão, Clemenceau... Contudo, isso não exclui a possiblidade de esses

[42] De Gaulle começa suas *Memórias*, proclamando que sempre teve "*une certaine idée de la France*". Ele atribui a essa "ideia" o sentido genérico de "grandeza", fazendo valer o passado glorioso da "França eterna". Não é, portanto, uma ideia "certa" e inequívoca – é antes um projeto, um *desideratum* ou mesmo um critério histórico.

[43] RICUPERO, Rubens. *Rio Branco*: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Arno Wehling também trabalha com essa analogia (WEHLING, Arno. "A Visão do Barão do Rio Branco". In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2002).

nomes suscitarem controvérsias, como no caso do próprio De Gaulle, que resistiu a tudo, menos ao tempo. Foi a grande vítima de maio de 1968[44].

O temperamento e a circunstância separam Rio Branco e De Gaulle – são situações distintas. A admitir a alguma semelhança, ela está predicada na sintonia do barão com a alma brasileira – uma alma diplomática[45]. De que essa alma não é ficção, o filho do visconde tinha consciência como ninguém. *Ubiquae patria memor* não era um moto retórico, nem se restringe a uma conotação espacial. A rigor, antes de proclamar sua fidelidade, o autor do dístico reconhece exatamente que a pátria não tem domicílio certo: ela é nômade como o patriota que a traz em seu íntimo[46].

Vale sublinhar, aliás, que o famoso mote foi escolhido em momento de grande saudade: ao retornar de viagem ao Brasil, Paranhos se sentiu "desterrado" em Liverpool, onde já estava havia dez anos[47]. Para pôr fim ao *exílio*, chegou a acalentar o plano de se tornar "fazendeiro de café, em São Paulo", como confidenciou a um colega argentino[48]. O *ex-libris* deve ter funcionado como um mantra terapêutico.

8. Ciúmes da pátria

Voltando a nosso ponto: é claro que Rio Branco era "um homem de ideias" e de muitas ideias. Fazia questão de defendê-las e divulgá-las, quando necessário. Prova disso foi o jornalismo culto (e proselitista) que nunca deixou de exercer, mesmo quando chanceler, usando pseudônimos que mal escondiam a autoria. Todavia, isso não nos deve enganar: como intelectual, Paranhos Jr. concedia às *ideias* uma carteira de identidade precária e uma liberdade provisória, por assim dizer. Na lógica do barão, para ganharem existência, as ideias dependiam da ação. Sua legitimidade passava pelo crivo da *praxis*. De resto, como já notado, Paranhos Jr. era avesso à teoria como tal[49].

---

[44] Figura de primeira grandeza, por sua tenacidade e patriotismo, De Gaulle suscitava, por isso mesmo, grandes resistências, fora e dentro da Franca. Winston Churchill é um bom exemplo: com mordacidade, ele atribuía ao líder francês um "incurável complexo de Joana D'Arc". Bendito complexo!

[45] Interpretando o êxito de Rio Branco, Clóvis Beviláqua conclui que se deve a ter "haurido na história do Brasil a inteligência da alma nacional e o sentimento das suas virtudes". BEVILÁQUA, Clóvis. *Revista Americana*, abr. 1913, p. 16.

[46] Vem a propósito a comparação com os versos de Vinicius de Moraes, editados em 1949: "A minha pátria é como se não fosse, é íntima [...] / Se me perguntarem o que é minha pátria, direi: / Não sei. De fato, não sei [...]". MORAES, Vinicius. "Pátria minha". *Poesia e prosa completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998, p. 383.

[47] Cf. Vianna Filho, op. cit., pp.122-3.

[48] Id. ibidem, p.122.

[49] Ricupero não deixa de reconhecer "a inapetência por teorias e ideias gerais" do nosso barão, de apetite notório sob outros aspectos. Assinala também, com toda propriedade: "O chanceler não era homem de linha rígida e obstinada, de ideias preconcebidas". (Ricupero, op. cit., pp. 23 e 31). No mesmo sentido, de forma mais incisiva , opina Clodoaldo Bueno, como veremos logo adiante.

A posteriori é sempre possível presumir que o pensamento obedece a uma matriz. Seja como for, não há o que se possa chamar de *projeto de Brasil* da lavra de Rio Branco – há aspirações genéricas, já mencionadas. São significativas, mas não discrepam muito da sabedoria convencional e não guardam, portanto, uma autoria forte. O que sobra, então? Se Rio Branco tinha "certa ideia" do Brasil, não era um produto acabado que se ajustasse a uma doutrina ou coubesse em uma fórmula – seria antes um projeto *in fieri*, que o próprio barão modelou à medida que os desafios se apresentaram.

Uma maneira de descrever essa *cosa mentale* seria por seus efeitos, até não desejados, como fez Oliveira Lima ao atribuir a Rio Branco – recém-falecido – "ciúmes exagerados pela pátria"[50]. É de supor que, se pudesse, a viúva tão amada teria protestado, pois não caberia admitir que o barão – diferentemente do jovem Juca – desse pretextos para ciúmes.

Supostamente benigno, o juízo do eterno rival do barão era malicioso, já que punha em dúvida – ainda que caricatamente – a isenção emocional do chanceler. Contudo, o historiador pernambucano diz algo verdadeiro nessa passagem: a personalidade do chanceler "mergulhava toda na nacionalidade". É uma imagem sugestiva: Rio Branco estava imerso em uma *episteme*[51], que justamente não se reduz a uma ideia, não importa se está *certa* ou *incerta*. Se quisermos forçar uma definição e na falta de outra melhor, diríamos que a filosofia implícita na vida e na obra de Rio Branco corresponde a um "nacionalismo construtivo"[52].

Essa ideia matriz, por assim dizer, supõe um fundo/contorno (a nação) e uma forma/figura (o Estado), estando este a serviço daquela. A resultante desejada é um país "unido, íntegro, forte e respeitável"[53]. Mais explicitamente, um país consciente de seus títulos – inclusive da "aspiração de sua cultura" – e capaz de inserir-se "resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais"[54]. Esse é um credo nacionalista, mas despojado – bem entendido – de qualquer viés ideológico ou tendência expansionista, diferentemente da versão que vigorava na Europa nos

[50] OLIVEIRA LIMA, M. "O Barão do Rio Branco". *Obra Seleta*. Brasília: INL, 1971, pp. 297-302. O ensaio está datado de Bruxelas, 1912; foi escrito pouco depois da morte do chanceler.

[51] Diferentemente do sentido clássico de saber ou ciência, Foucault reservou o termo *Episteme* para designar o que está *por trás* do conhecimento e justamente o inspira, condicionando a prática científica. O conceito de *creencia* de Ortega y Gasset, que é bem anterior, tem sentido equivalente.

[52] Por contraste, na década de 1920, iria prevalecer um nacionalismo defensivo, dada a percepção de que o Brasil estava isolado do contexto sul-americano e de que era patente nossa inferioridade militar em relação à próspera Argentina. Segundo um observador francês, o esforço argentino no setor era "quatro vezes superior" ao do Brasil. Stanley Hilton enfatizou muito esse ponto. Ver: HILTON, Stanley. Brazil and the Post-Versailles World: Elite Images and Foreign Policy Strategy, 1919-1929. *Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 2, pp. 341-364, nov. 1980.

[53] Discurso proferido no Clube Naval em 1º de dezembro de 1902.

[54] Rio Branco em artigo para o *Jornal do Commercio*.

dias em que o barão lá viveu. O nacionalismo de Rio Branco aspirava a consolidar (territorialmente, para começar) um país que inspirasse confiança e não temor – um Brasil capaz de atrair, em vez de afastar. O objetivo explícito não era maximizar o poder nacional, que é um meio e não um fim.

Para exercer a arte da diplomacia é sempre útil dispor do "faro único do momento", na feliz expressão de Alberto da Costa e Silva, escrevendo justamente sobre Rio Branco. Com igual sensibilidade, o Professor Clodoaldo Bueno assinala que o chanceler brasileiro "foi, antes de tudo, um pragmático e um *ateórico* [...] no sentido de que se apegava à concretitude dos fatos e ao devir histórico" [55]. No mesmo sentido, opina Arno Wehling: "Rio Branco era um intelectual [...] Mas não era um teórico, no sentido de que sua perspectiva não era baseada numa percepção doutrinária do real, mas nas condições objetivas de cada situação"[56].

Vale dizer também que o barão nunca fez profissão de fé geopolítica ou outra – ele se limitava a *fazer diplomacia*, o que fazia bem. No entanto, o que era, para o barão, o *fazer diplomático*? Um episódio ilustra esse ponto e, de quebra, mostra também o que em Rio Branco sobrava e em Nabuco faltava.

É o seguinte: quando se começou a falar nos Estados Unidos – pela mídia e em conferências eruditas – sobre os horrores do "Inferno Verde", o embaixador em Washington sentiu-se ferido em seus brios patrióticos e, em desagravo da "hospitalidade" amazônica, saiu de dedo em riste a contestar a geografia. Logo recebeu lúcidas instruções por parte do chanceler: que Nabuco deixasse os intrusos pensarem que a Amazônia *não* era naturalmente acolhedora; seria melhor para a defesa da própria Amazônia e de nossos interesses em geral[57]. *Et surtout pas trop de zèle...*

Em geral, o zelo é monitorado pelo passado, mas o de Rio Branco foi uma antena para o futuro: estava além (e aquém) do Brasil de então. Isso se deve não apenas a seu talento natural, mas também às oportunidades que teve desde cedo de conviver com sociedades mais adiantadas do que a nossa, pelo menos em certos aspectos. É um dos benefícios de ser diplomata: aprender com outros povos. No que toca ao orgulho nacional, a perspectiva é menos grata, mas talvez mais verdadeira.

---

[55] BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República*: os anos de apogeu, de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 144 (grifo acrescentado). Para completar a citação: Rio Branco "pensou e agiu como um geopolítico, mas nunca citou autores da moda ou tentou adaptar a realidade à teoria".

[56] WEHLING, A. "Visão de Rio Branco: o homem de Estado e os fundamentos de sua política". In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2002, p. 102.

[57] Cf. Ricupero, op. cit., p.55. O relato é atribuído a João Franck da Costa, em *Rio Branco, Nabuco e o americanismo* (s/d).

9. Improvável, mas procedente

Juca Paranhos teve uma formação complexa – é o que nos interessa em última análise. Em mais de uma ocasião, ele viu a secretária de Estado fazendo serão na casa onde cresceu, como ele próprio recordou com saudades na intimidade de uma carta. Com apenas sete anos, foi apresentado à vida diplomática, levado para o exterior pelo visconde, que assumiu a Legação em Montevidéu. Além disso, teve contato com o que melhor havia na Corte, o que lhe valeu – na batalha da remoção – a decidida intercessão de Cotegipe e de Caxias. Assim, o jovem Paranhos, por um lado, foi educado na sombra do poder imperial e graduou-se na escola do realismo, realismo temperado naturalmente pelo bom exemplo do pai, o mais liberal dos conservadores. Como já lembramos, o visconde foi a epítome da "consciência monárquica", no dizer do filho ilustre de um ilustre líder liberal[58].

Por outro lado, o próprio Rio Branco amadureceu politicamente ao se familiarizar com a evolução do parlamentarismo britânico[59]. O cônsul em Liverpool pôde ver de perto a alternância permitida por esse sistema nas disputas democráticas entre Gladstone e Disraeli. Era o auge da era vitoriana (a rainha morreu em 1901). Além disso e paralelamente, enquanto viveu na Europa, de 1976 a 1902, Rio Branco acompanhou o desdobramento do fenômeno nacionalista em sua versão mais agressiva: ele já estava em seu posto na Inglaterra, quando se realizou em 1878 o Congresso de Berlim, o conclave que promoveu a frio a repartição da África entre as potências colonialistas. Desde então, foi intensa a atividade das chancelarias europeias na busca de alianças e de contra-alianças. Na sequência, tornou-se evidente a progressiva deterioração do equilíbrio de poder continental, depois do afastamento forçado de Bismarck.

Rio Branco pôde avaliar também, entre outras coisas, os males embutidos no nacionalismo desmesurado. Esse foi o pano de fundo do "aprendizado no estrangeiro" do futuro chanceler brasileiro. Em suma, como conclui o sempre atilado Álvaro Lins, "Paranhos Jr. tinha nessa Europa dos últimos vinte anos do século XIX uma escola prática de diplomacia"[60]. Não há melhor escola do que a observação da experiência alheia.

A certa altura, os contemporâneos do barão deram-lhe o cognome de *Bismarck brasileiro.* A analogia foi bem recebida pelo povo, sem que

[58] Joaquim Nabuco e Nabuco de Araujo, respectivamente. Ver, do primeiro, *Um estadista do Império* (1897-99), que é a biografia do segundo.

[59] Álvaro Lins se estende sobre "a possível influência" da Inglaterra vitoriana Rio Branco. Lins, op. cit., capítulo IV.

[60] Lins, op. cit., p. 150 (para esta e demais citações do parágrafo).

endossasse delírios imperialistas. O sentido da associação é outro e simples: Bismarck transmitiu autoconfiança à Alemanha antes dividida e deu-lhe um sentido de grandeza; da mesma forma, o barão deu aos brasileiros um sentimento de orgulho em face do mundo nunca antes experimentado – não tivemos ganho de causa contra a Argentina, eterna rival, e depois contra a todo-poderosa França?

Bismarck e Rio Branco, cada uma seu modo, foram homens vitoriosos – daí o tom positivo da aproximação, malgrado o reverente provincianismo de nossa parte. A analogia é menos cândida do que parece em um ponto essencial: os dois homens tinham *modos* muito semelhantes de processar os dados da realidade. Seu tirocínio diplomático atribuía ao *equilíbrio de poder* a função de fio de prumo. O equilíbrio só é concebível onde há movimento; sendo assim, a política deve conectar o raciocínio à fluidez do evento, não ao abstrato da teoria.

Completada a difícil obra da unificação, Bismarck se preocupou menos com a oportunidade de novos ganhos do que em preservar o já ganho. A essa altura, no continuado jogo das alianças, o estrategista submeteu a ousadia ao comedimento – não abandonou a *Realpolitik*, mas inverteu seu sentido. Rio Branco, por sua vez, não hesitou em ignorar a "aliança não escrita" com os Estados Unidos, quando percebeu – na Conferência da Haia – que os norte-americanos não tinham a menor disposição de levar em conta os interesses brasileiros em um foro de escala mundial.

Algo mais: como Bismarck, Rio Branco era um geopolítico de formação, mas nunca apelou para as doutrinas em voga. Aliás, não exibia cultura e erudição desnecessariamente. No caso dos dois estadistas (por isso, são comparáveis), temos o exemplo de que – no exercício do juízo político – a situação prevalece sobre a convicção ou, dito pelo reverso, a teoria não tem precedência sobre a prática. Ao traçar o retrato do homem a quem o povo chama de prudente, o *phronimos*, Aristóteles ressalva que a sabedoria prudencial decanta-se pela experiência de vida. Não por acaso, Bismarck e Rio Branco só acederam ao poder em idade avançada.

A despeito de todas as aproximações possíveis, subsiste a diferença: de um lado, temos um pacífico ministro brasileiro; de outro, um *chanceler* dito *de ferro*. Justifica-se a pretendida irmandade? Ao juntar os dois, o pote mais frágil pode se quebrar.

III

10. Linguagem corporal

O corpo também fala – para ser justo, pode ser mais eloquente do que a palavra. A propósito, alguém disse, com acuidade, que o retrato de Bismarck já era em si uma declaração de guerra[61]. Com o tempo, o chefe de governo prussiano aprendeu a valorizar a paz, mas o perfil não mudou.

Muito ao contrário, nosso barão – já maduro – transmitia fisicamente a impressão de uma "estranha e majestosa gentileza". Esse desenho é de um mestre da descrição, que completou: "[...] recordava uma idade de ouro, muito antiga, ou acabada"[62]. A lembrança é consistente com outros depoimentos. Sem nos alongarmos, lembremos também o que escreveu outro contemporâneo, João Ribeiro: "Magnificamente equilibrado, bonachão, bom garfo, bom compadre, bom companheiro, boa prosa [...]".

É pena que o historiador sergipano arremate seu comentário com um juízo menos feliz: "[...] ele [o barão] não tinha a têmpera dos heróis". Acontece que Rio Branco era um herói de outro gênero: seus títulos não foram conquistados no campo de batalha, como no caso de Bolívar, San Martin ou O'Higgins[63]. Ainda que intelectualmente fascinado pelas artes militares, Rio Branco era um empedernido amante da paz, o que demonstrou por ações, mas também por palavras: "É mais prudente transigir do que ir à guerra. O recurso à guerra é sempre desgraçado".

Não se pode conceber um Conselheiro Aires belicoso – não ele que, com seu *compasso*, aproximava os extremos. Fora da ficção e por dever de ofício, Rio Branco era mais temerário. Não recuava diante da contingência de ter que exibir *cara fea al enemigo* – sem deixar de ser pacifista, era simplesmente realista. Deu provas disso mais de uma vez, como ocorreu em 1882, quando aflorou na imprensa inglesa a velha questão das Missões com a Argentina. Ele nada podia fazer, mas não regateou seu testemunho. Em cartas aos amigos, o cônsul em Liverpool alardeou sua preocupação

---

[61] Álvaro Lins atribui a frase a Gallifet, sem maiores indicações. Aliás, o biógrafo opina sumariamente que – a não ser pela grandeza dos dois personagens – é "completamente destituída de veracidade" a comparação entre Bismarck e Rio Branco. Lins, op. cit., p.627.

[62] São palavras de Euclides da Cunha. Cf. Viana Filho, op. cit., p. 357; Lins, op. cit., p.475.

[63] Na viagem que realizou pela América Latina, em 1966, ao chegar ao Brasil, Toynbee teria exclamado: "Enfim, um país sem heróis! Naturalmente, o historiador visitante não teve tempo de conhecer Macunaíma. A viagem é relatada *Between Maule and Amazon* (1967) e uma das descobertas do autor foi esta: "*The Brazilians' nationalism is ironic and light-hearted; the Argentinian's nationalism is romantic and intense*" (p. 66). Daí a diferença entre o panteão de heróis dos dois países e, de modo geral, entre o Brasil e o resto da América Latina, quanto aos ícones respectivos. No nosso caso, também foram libertadores, mas não do tipo de espada na mão.

patriótica: o Império não estava militarmente preparado para enfrentar o poder de fogo superior dos platinos. Entretanto, era preciso mostrar *cara feia*, diplomaticamente[64].

Cabe acrescentar que, como era natural, o Segundo Rio Branco despertou invejas disfarçadas e resistências notórias, como já assinalado[65]. Aparentemente, as críticas nunca o abalaram além da conta; tampouco ele se importou muito com os desafetos – o barão era imune a ressentimentos, como ficou claro na relação com Rui Barbosa. Dir-se-ia que o "Buda do Itamaraty" desenvolveu um metabolismo resistente em matéria de autoestima depois das vicissitudes por que passou quando moço. O que para muitos era frieza, na verdade, devia ser o efeito defensivo provocado por velhas cicatrizes.

Até agora falamos de débitos e créditos – o principal ainda está para ser resgatado: o prestígio acumulado pelo barão ainda em vida, a ponto de segregar um mito de invencibilidade. "Um estudante e obscuro servidor da pátria"[66] passou do quase anonimato à notoriedade de um semideus – como isso foi possível? O povo, em geral, não reage com a cabeça, mas com a sensibilidade: convenhamos que é preciso um sexto sentido para identificar como campeão da nacionalidade justamente um quase desconhecido servidor público. O desconhecido tinha um nome ilustre, é verdade, mas sua maior credencial – pouco tempo antes – era a de ser um especialista em... antiguidades, tais como documentos empoeirados.

No entanto, o que – em definitivo – tocou a sensibilidade popular, além da empatia natural por um "vencedor"?

11. Fugas providenciais

Desde cedo, Paranhos Jr. se entregou ao estudo da Geografia e da História. Pela vida afora, colecionou mapas como se fossem símbolos sagrados. Estranha paixão! Note-se que não era uma especialização que estivesse na ordem do dia e que augurasse proveitos imediatos em termos

[64] Cf. Ibidem, pp. 106-7.

[65] A unanimidade em torno do barão era popular, mas nem sempre política. Vide nota 26.

[66] Carta de Rio Branco a Rui Barbosa em 22 de maio de 1909, em que o barão recusa – polidamente e pela segunda vez – o apelo de Rui para ser candidato à presidência contra a recém-lançada postulação (com base no estamento militar e não por indicação de qualquer partido político) de Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra. Em carta publicada dois dias antes, Rui defendeu a escolha de Rio Branco como "uma solução nacional". Como se sabe, Rui acabou sendo, ele próprio, o candidato da oposição e desenvolveu memorável campanha civilista. Contudo, não teve êxito – o próprio Rio Branco apoiou Hermes, amplamente vitorioso.

de carreira. Vivendo na Inglaterra, Rio Branco poderia ter desviado seu foco de interesse predominante para a economia e o comércio. Afinal, Liverpool era o próprio símbolo do êxito da Revolução Industrial: a aldeia milenar estava a ponto de se tornar, por volta de 1880, um dos maiores portos – se não o maior – do mundo.

Rio Branco, por dever de ofício, chegou a fazer relatórios sobre temas mercantis e de alcance mais imediato. Ainda assim, continuou fiel a seu projeto de historiador. Sabemos hoje que essa decisão foi afortunada e premonitória, pois – ao contrário do que se pretendia (por comodidade?) – nossas fronteiras ainda eram um problema nos albores da República. A escolha, contudo, seria apenas uma racionalização para escolha muito pessoal, no caso do filho do visconde. Atuaram aqui forças menos conscientes: Rio Branco foi um homem devotado às raízes – era uma forma de transcender o pai gigante e de encontrar seu próprio lugar no mundo.

Sem favor, Rio Branco parece ter sido o único, em seu tempo, a pressentir a ameaça de um território inconcluso e permeável, o que exigia um trabalho de preparação em tempo hábil, isto é, antes que os problemas viessem à tona. Sendo assim, estariam plenamente abonados eventuais arranhões no regulamento – no caso, as constantes *fugas* a Paris. Os biógrafos contam que foram frutíferas as andanças clandestinas do cônsul em Liverpool pelos cais do Sena, à procura de livros antigos e de velhos mapas. Naturalmente não era sua única fonte, mas não deixa de ser curioso que os tradicionais *bouquinistes* tenham dado sua contribuição, ainda que indireta, à nossa integridade territorial.

Ainda mais curioso, por ser irônico, é o fato de que Rio Branco correu o risco de ser punido mais uma vez por suas *escapadas* amorosas, mas desta feita não era o Alcazar: o objeto do desejo era a história pátria. Com efeito, ele ficou seriamente apreensivo com ecos que lhe chegavam do Rio de Janeiro, onde – no antigo Palácio São Joaquim, na acolhedora freguesia da Glória – havia "irritação" por causa das ausências do nosso cônsul da distante costa noroeste da Inglaterra. De fato, as ausências eram cada vez mais frequentes. Em carta (de setembro de 1881) a nosso representante em Londres – o Barão de Penedo – Paranhos pede anuência para ficar *incógnito* em Paris a fim de evitar maiores problemas na retaguarda. Ele contava com a compreensão do superior hierárquico e amigo, mas lhe confidencia que podia se ver obrigado a "atirar tudo pelos ares", caso fosse *vítima* de

"provocações" mesquinhas[67]. Felizmente, o futuro Barão do Rio Branco não foi efetivamente molestado, graças talvez à influência de Penedo, um dos diplomatas mais ilustres do ocaso do Império.

O episódio ilustra bem o fato de que Juca Paranhos se dispunha a assumir riscos em nome de sua integridade e confiando em sua intuição. Já maduro, o filho do visconde deu outra prova de que tinha uma bola de cristal particular, na qual acreditava. Antecipou que o centro de gravidade do poder estava se deslocando da Europa para a América. Nosso comércio com os Estados Unidos já indicava isso claramente desde meados do século XIX, com tendência crescente: "[...] *the North American coffee drinker literally held in his cup the fate of Brazil's prosperity*". As estatísticas, ainda que precárias, são eloquentes, não só quanto ao café paulista mas também quanto ao açúcar nordestino[68]. Note-se também que a economia do país dependia enormemente do setor externo: 11,8% do PIB em 1870 e 9,8% em 1913[69].

O espantoso é que foi preciso esperar a chegada do barão para extrair as ilações diplomáticas pertinentes diante dessa evolução[70], a despeito do fato de que o Brasil republicano se mirou sem constrangimento no modelo norte-americano, a começar pela Constituição liberal, que liquidou a breve ascendência positivista. Já o Manifesto Republicano de 1870 proclamava: "Somos da América e queremos ser americanos". A República pretendia apagar os vestígios da Monarquia, demonstrando "solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte"[71]. Era teoria; na prática, "havia desconhecimento das dificuldades específicas existentes no contexto sub-regional"[72]. Com seu realismo, Rio Branco corrigiu esse romantismo neófito. Restabeleceu, inclusive, o juízo de que o Brasil era "diferente" de seus vizinhos, sem prejuízo da solidariedade continental e, em particular, da boa convivência sul- americana.

---

[67] Ver, a propósito, a biografia do Barão de Penedo: MENDONÇA, Renato. *Um diplomata na corte da Inglaterra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, pp. 353-8.

[68] Bradford Burns, E. *The Unwritten Alliance*. 1966, p. 166. "*Since 1865, the United States had taken the single largest share of Brazil's coffee; and after 1870, with the abolition of import duties on coffee, the US bought more than half of the Brazilian coffee bean sold abroad*" (p. 63). Em 1912, a Grã-Bretanha recuou, representando uma parcela de 15% de nossas exportações, enquanto 36% já iam para os EUA, com saldo bastante favorável ao Brasil.

[69] Cf. Bueno, op. cit., p. 92. O autor se louva em outras fontes.

[70] Aqui cabe uma ressalva honrosa: houve um precursor, Salvador de Mendonça, grande entusiasta da aproximação com os EUA. A exceção, no caso, sublinha a miopia geral: o Convênio Aduaneiro – assinado em 1891 pelo ministro em Washington com o Secretário de Estado James Blaine – não foi renovado pelo Legislativo brasileiro, quando o acordo expirou em 1894. Mendonça foi cônsul em Nova York (desde 1875) e depois ministro em Washington (1890-98). Com alguma razão, ele se considerava nosso Colombo diplomático e teria dito: "Quando o barão mandou Nabuco descobrir a América, ela já estava descoberta, medida e marcada". Ficou ressentido por não voltar aos EUA como embaixador e tornou-se um crítico acerbo do chanceler. Ver MENDONÇA AZEVEDO, J. A. *Vida e Obra de Salvador de Mendonça*. Brasília: MRE, 1971.

[71] Registre-se a opinião contrária de Eduardo Prado (1860-1901), velho amigo de Paranhos Jr. *A ilusão americana* foi publicada em dezembro de 1893 e sua venda foi logo proibida. O libelo nega a "fraternidade" americana, mas não chega a prever que, para o Brasil, os EUA constituiriam uma ameaça iminente.

[72] BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior*: 1889 a 1902. São Paulo: Unesp/IPRI, 1995, p. 24.

12. Vale o *não* escrito?

Como ato singular – e enfrentando críticas, inclusive da imprensa –, a decisão de Rio Branco de mudar o eixo de nossa projeção externa foi talvez a correção de rumo mais radical da história diplomática brasileira. No entanto, foi indolor. Quem quiser matizar a importância da iniciativa, talvez possa até alegar que a inflexão hemisférica estava na ordem do dia e nos dados do comércio. Estava, sim, e isso não diminui o mérito do ato de janeiro de 1905, que distinguiu de todas as outras nossa representação em Washington.

Era preciso *fazer*: em diplomacia, o gesto é indispensável. Como de hábito, Joaquim Nabuco encontrou a retórica certa: "[...] o título de embaixador [em Washington] por si só é um manifesto, e um manifesto que tem a grande vantagem de dizer tudo sem precisar"[73]. Contudo, o documento, para se válido, tem que ser feito na hora certa. Para tanto, não basta mirar o objetivo imediato – a boa política exige uma visão gestáltica da realidade: distinguir a *figura*, mas também o contorno. Era o talento do barão.

Prova disso foi dada em julho de 1906. Na abertura da Terceira Conferência Pan-Americana, Rio Branco ressalvou que o Brasil era fiel a si mesmo e tinha raízes múltiplas: por ser americano, não era menos europeu. A declaração foi feita diante do Secretary of State Elihu Root, cuja presença era para nós uma honra inusitada. Para o chanceler brasileiro ela não pretendia chocar nem agradar[74] – restabelecia a verdade e o equilíbrio. Com elegância, Rio Branco impunha limites para as inovações que ele próprio havia patrocinado. Por um lado, deixou patente que sua visão de mundo não coincidia inteiramente com a de Nabuco, recém-convertido ao credo monroísta; por outro, neutralizou críticos atuais e potenciais, como o encarniçado Oliveira Lima. Modernizador dentro do conservadorismo, o barão não via o pan-americanismo como um fim, mas um meio – devia ser uma ferramenta diplomática, não um artigo de fé. Aliás, para ele, salvo de moto, não havia artigos de fé.

Em última análise, Rio Branco trabalhava *gestalticamente* com vários vetores ao mesmo tempo: na dimensão simétrica e assimétrica, no plano regional e no extrarregional, no âmbito hemisférico e no mundial. Pela primeira vez, tivemos uma política externa que não era temática e

[73] Carta a Graça Aranha.

[74] Mereceu até o elogio posterior de Oliveira Lima, menos pela tese em si do que por concordar com as ideias do crítico contumaz.

localizada: o conjunto era maior do que a soma das partes. A lente de nossa *circunstância* se ampliou; e o foco, paradoxalmente, ficou mais nítido. O que conta não é o número de itens da agenda, nem mesmo sua relativa importância, mas a maneira de tratá-los. O salto foi qualitativo.

Por espetacular que fosse, o desvio para Washington não se efetuou por seu próprio mérito: o barão manteve sempre a percepção clara de que o destino do Brasil estava necessariamente conectado com nosso contexto sul-americano – ele cresceu nesse *meio* diplomático durante o Império. A "opção preferencial" por Washington tinha na verdade um objetivo indireto: o chanceler buscava um contrapeso conveniente para uma vizinhança imediata sentida como hostil. Se "aliança" havia, era mais tática do que estratégica, o que não configura a rigor uma opção "pragmática"[75]. Com motivações complexas, a diplomacia do chanceler de quatro presidentes sucessivos não podia deixar de ser consequente. Não era, contudo, um expediente de ocasião, se é isso o que se pretende dizer simplisticamente com o adjetivo "pragmático".

Cogitou-se, em algum momento, um acordo *por escrito*, mas a ideia não teve prosseguimento[76]. Não era necessário: o que realmente interessava é que terceiros presumissem que o Brasil contava com o apoio do poder ascendente nas Américas em bases de cooperação e de amizade, ainda que sem qualquer exclusivismo. Àquela altura, podia haver alguma desconfiança entre Brasil e Estados Unidos, mas não havia sombra de ameaça. Como argumenta Bradford Burns, o entendimento era bom para ambas as partes – um casamento de conveniência, sem papel passado. Os Estados Unidos – já mal vistos por causa do Big Stick e da Dollar Diplomacy – precisavam de um amigo na América do Sul; da mesma forma, ao Brasil, convinha uma conexão hemisférica[77]. De resto, havia uma coincidência histórica: os Estados Unidos, como o Brasil, acabavam de resolver seus problemas territoriais; para ambos, abriam-se novas perspectivas.

Além disso, a oportunidade era única: há muito, o Brasil queria se libertar da dependência britânica, herdada de vícios da política portuguesa desde os tempos coloniais. Quanto à Inglaterra, estava absorvida com

---

[75] O Professor Clodoaldo Bueno (op. cit., p. 144) faz, a esse respeito, uma citação de Demétrio Magnoli, segundo o qual o pan-americanismo de Rio Branco "decorria de considerações pragmáticas" (MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: Moderna, 1966). É mais um exemplo de como o adjetivo "pragmático" é usado com certa permissividade. Lembremos a cautela de Richard Rorty, digno herdeiro da filosofia de Dewey: "*Pragmatism is a vague, ambiguous, and overworked word*" (RORTY, Richard. "Pragmatism, Relativism and Irrationalism". In: *Consequences of Pragmatism*: Essays 1972-1980. p. 160).

[76] Sobre esse ponto, Bradford Burns conclui: "*Given the traditional policy of the United States on foreign alliances, the suggestion of an unwritten alliance was about as far as the Secretary of State* [Elihu Root] *could reasonably be expected to go*" (Burns, op. cit., p. 164).

[77] Ibidem, p. 209.

problemas europeus, que não eram poucos. Praticamente, só depois da Primeira Guerra, o Velho Mundo se deu conta de que algo havia mudado no que diz respeito ao distante país sul-americano. Nem a sagacidade francesa permitiu que Georges Clemenceau, em visita ao Brasil, tivesse olhos para perceber que a atração norte-americana não era um fenômeno passageiro[78].

Do nosso lado, é preciso não esquecer que ainda era agudo o sentimento de que o Brasil não tinha amigos nas suas fronteiras – sentimento que iria perdurar ainda por muito tempo, especialmente no velho calcanhar de Aquiles do Prata. No caso do barão, a vivência direta contribuiu para essa percepção: como já lembrado, com pouco mais de sete anos, Juca teve seu batismo de exterior, pois o pai o levou em uma de suas muitas missões ao sul. Mais tarde, desta feita com encargos específicos, acompanhou o visconde ao Paraguai, em Assunção, terminada a Guerra da Tríplice Aliança. A devastação do Paraguai deve ter provocado uma funda impressão no jovem adido diplomático.

Como era natural, a educação profissional que Paranhos Jr. recebeu foi a da escola do Império, imbuída de realismo. Talvez por isso, mesmo sem querer, herdou as costumeiras prevenções contra nossos vizinhos de fala diferente, tendo por certo – como escusa – que eles as tinham contra nós[79]. Contudo, o chanceler manteve suas reservas em círculo confidencial – publicamente, agiu sempre com racionalidade diplomática, isto é, como um pacifista convicto. Nessa esfera, fez um esforço constante e levou adiante em 1909 uma iniciativa ambiciosa, que fecharia o arco de sua diplomacia sul-americana: o projetado "Tratado de cordial inteligência política e de arbitramento entre as Repúblicas do Brasil, do Chile e da Argentina".

Não vingou o chamado Pacto do ABC, esboçado inicialmente numa minuta chilena depois revista pelo barão. A frustração não desmerece a empresa; ela foi retomada pelas gerações posteriores e ainda está para ser consolidada, em outros formatos (MERCOSUL, UNASUL). O barão indicou o caminho – é um legado tão importante quanto a liquidação da hipoteca dos limites inconclusos.

De passagem, ficaram mencionadas três dimensões da política de Rio Branco: fronteiras, cooperação hemisférica e estabilidade regional. Em meio a sua obra, o próprio chanceler a resumiu em confidência a Ramon

[78] CLEMENCEAU, G. *Notes de Voyage dans l'Amérique du Sud*. 1911.

[79] O velho Barão de Cotegipe, sem querer, resumiu o preconceito mútuo em termos de reciprocidade: "Nós falamos, *ellos hablan*".

Carcomo: "Já construí o mapa do Brasil. Agora o meu programa é o de contribuir para a união e amizade entre os países sul-americanos". Não foi tudo: Rio Branco trouxe o profissionalismo para a Secretaria de Estado, antes dominada pelo amadorismo personalista. Sua gestão foi marcada também por uma importante reforma interna do Itamaraty, reforma que dotou a Secretaria de Estado de serviços indispensáveis para uma chancelaria moderna. O modelo foi o *Foreign Office* e o *Quai D'Orsay*, o que indica o padrão que o barão tinha em mente. Tudo comprova que ele via mais longe: seu horizonte histórico era maior do que o de seus contemporâneos, o que não é incompatível com uma alma *à antiga*.

13. Interregno criativo

É o momento de perguntar: quando Rio Branco concebeu o redirecionamento hemisférico de nossa projeção internacional? O tema vale uma conjectura.

Retrocedendo na cronologia, sabe-se que partiu de Assis Brasil – em um relatório de 4 de fevereiro de 1903 – o alerta quanto à conveniência de elevar a Legação do Brasil em Washington ao nível de embaixada. A ideia foi apresentada diante das dificuldades encontradas por um *humble Ministry Plinipontenciary* para ter acesso facultado ao presidente norte-americano: se o padrão de nossa representação fosse formalmente elevado, o protocolo seria o pretexto para escusas. Na época, havia em Washington apenas sete embaixadas; no Rio de Janeiro, nenhuma. A sugestão de Assis Brasil era oportuna; além disso, encontrou solo fértil.

Na carreira do barão, Berlim não foi *mais* uma escala na carreira – foi um posto escolhido, em detrimento da opção que lhe foi dada de ir para a aprazível Lisboa. Àquela altura, Paranhos Jr. tinha prestígio para fazer a escolha – sua reputação estava consolidada. Da Alemanha ele se despediria, com grande hesitação, para assumir o cargo de chanceler. Foi relativamente curta sua missão no Império Germânico, entre abril de 1901 e novembro de 1902, mas muito provavelmente crítica.

É preciso lembrar que o começo do século XX coincide justamente com o grande momento da ascensão internacional da Alemanha: "todos os caminhos conduziam a Berlim". Era o resultado da obra de Bismarck, que – não obstante – havia sido alijado do governo pela inveja do afoito Guilherme II. Com isso, depois de 1890, desapareceu da política externa alemã o elemento de prudência que caracterizou a *Realpolitik* de

Bismarck depois da vitória contra a França em 1870. Assim, iria entrar em crise o sistema de equilíbrio de poder, até então responsável por uma relativa estabilidade europeia. Rio Branco viu isso de perto e, por ser um especialista, deve ter tirado suas conclusões, explicitadas ou não.

Não é preciso muita imaginação para presumir que o explosivo cenário europeu teve uma influência importante, ainda que indireta, na revisão de nossa postura externa. Não terá sido durante esse "intervalo de carreira" que o barão começou a pensar que os Estados Unidos poderiam ser um parceiro mais conveniente para o Brasil do que a Europa? O Velho Continente dava sinais de perigosa instabilidade. A constatação levava a um juízo sobre o futuro do equilíbrio de poder internacional.

Mal comparando, a Alemanha unificada foi – no final do século XIX e começo do século XX – o que a China é hoje. O país crescia em ritmo vertiginoso[80]. Para contrarrestar o peso germânico, França e Inglaterra esqueceriam suas divergências a ponto de concluir a chamada Entente Cordiale (1904). A Grande Guerra se desenhava no horizonte. Rio Branco não escreveu uma linha sobre o tema, mas isso não quer dizer que não se tenha dado conta, com sua maneira própria e subliminar de compreender os eventos correntes.

Embora estivesse mais preocupado – como sempre – com os interesses bilaterais[81], o barão não pode ter ficado insensível ao grande quadro de transição que se esboçava no mundo. Berlim era o posto ideal para observar o recrudescimento das disputas pela hegemonia na Europa e no mundo. O que estaria pensando Rio Branco a esse respeito? Não há evidências por escrito, mas podemos nos louvar na ação decidida que Paranhos Jr. iria tomar ao assumir o Itamaraty. Naquele começo de século, ele estava prestes a receber o convite do Presidente Rodrigues Alves, ao qual resistiu bravamente.

Com Rio Branco, nossa inserção internacional foi articulada, pela primeira vez, dentro de uma ótica mundial. Intuição ou premonição, isso só possível graças à familiaridade de nosso patrono com os segredos da história. O importante é que nunca antes a política exterior brasileira havia sido equacionada sob o prisma do *balance of power*, que é mais do que um princípio – é o fio de prumo da política europeia, matriz da

[80] Entre 1840 e 1870, o PIB da Alemanha duplicou, registrando o mais alto crescimento da Europa. Sua produção industrial aumentou em 150% entre 1830 e 1880 enquanto o mesmo índice foi de 50% para a França. Por volta de 1882, o império ultramarino da Alemanha era cinco vezes maior do que o território da metrópole, com possessões importantes, como a atual Namíbia, Togo, Camarões e boa parte de Nova Guiné.

[81] Com efeito, em Berlim, ele se empenhou com êxito na campanha para evitar que investidores alemães aderissem ao Bolivian Syndicate. Ver, a propósito: SEIXAS CORRÊA, L. F. de. *O Barão do Rio Branco*: Missão em Berlim, 1901-1902. Brasília: FUNAG, 2009, pp 91-102.

própria diplomacia. É verdade que o equilíbrio no Prata sempre foi para nós um tema recorrente e obrigatório, mas foi invariavelmente tratado numa perspectiva localizada e – por que não dizer? – provinciana. O barão mudou inteiramente essa visão, seja para efeitos globais, seja em termos regionais.

Certamente, de sua última permanência na Europa, a Esfinge tirou as lições correspondentes, ainda que mantendo silêncio. É exatamente esse o sentido do pertinente comentário de Gilberto Amado:

> [...] muito do êxito do barão se deve a sua formação europeia, a seu conhecimento do modo de trabalhar em chancelarias, sua notícia dos fatos políticos do tempo, seu respeito pela informação [...][82].

Diante da primeira onda de globalização, já com sinais de perigo, não bastava exercitar uma diplomacia reativa – era necessário um projeto estratégico. Rio Branco o tinha, mas não sob a forma de uma ideia explícita e sistemática. O mundo estava – e continua – muito volátil para permitir o luxo de ideias definitivas. Rio Branco jamais se deixou levar pelo americanismo ingênuo de Nabuco nem pelo tradicionalismo rançoso de Oliveira Lima. Em compensação, ele deu ao Brasil um voto de confiança: "[...] foi o personagem de seu tempo que mais contribuiu para o sentimento de que o Brasil tinha um destino certo, bom e forte", nos assegura um bem informado analista"[83].

IV

14. Epítetos

Sempre espirituoso, Joaquim Nabuco disse que Rio Branco era uma *Esfinge* – o epíteto ficou. Até pelo físico peculiar, o barão se prestava à caricatura, mais uma prova da sua popularidade, pois o epíteto é uma caricatura verbal. Embora possa ter um bom pretexto, é um conceito que o imobiliza e até *coisifica*.

---

[82] FRANCO, Álvaro da Costa; CARDIM, C. H. (orgs.). *O Barão do Rio Branco por grandes autores*. Brasília: CHDD/FUNAG/EMC, 2003, p. 73.

[83] COSTA E SILVA, Alberto. "O Barão do Rio Branco e a Modernização do Brasil". In CARDIM, C. H.; ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2002, p. 284.

Os rótulos engendram teorias, que não são mais do que simplificações deliberadas da realidade, de forma mais ou menos verdadeira e mais ou menos arrogante. A *phisis* não cabe inteiramente dentro do *logos* – o Oriente nunca teve essa presunção e, a rigor, nem os gregos. É um desenvolvimento tardio da cultura ocidental, a partir da ambição de dominar a natureza pelo *cogito*[84].

Rio Branco era tido como um profissional reservado e misterioso. Ao conceber o epíteto, Nabuco quis sublinhar que o amigo não se prestava a interpretações simplistas. Na versão egípcia, sabemos, a Esfinge é o *monstro* que fica de tocaia perto das Grandes Pirâmides de Gisé, pronto a desmascarar e devorar mortais incautos. O mito grego tem uma conotação um pouco distinta: sugere que a vida é precária. Com efeito, nossa sorte pode depender de uma única resposta certa, sem qualquer garantia de felicidade posterior, como o pobre Édipo descobriu a duras penas, sem a glória eventual que pudesse servir de consolo. Nas duas versões, grega ou egípcia, a Esfinge é a representação de um desafio mortal: ou deciframos a vida ou ela nos consome. A resposta ao enigma não poderia ser outra: o homem. Só ele é um ser *existente*, isto é, tem consciência de si mesmo e, portanto, de sua finitude.

Pode-se dizer que o barão fez jus ao epíteto: afinal, ele decifrou um enigma – o mistério da diplomacia. Cabe lamentar, porém, que tenha levado consigo o segredo. Não por egoísmo – não deixou receita pronta, mas deu o exemplo vivo, o que é mais valioso. Isso nos leva a ponderar que não se tem acentuado devidamente o papel do próprio Rio Branco como educador, embora se costume proclamar que sua obra é a matriz pedagógica de nossa diplomacia. Nesse particular, o testemunho direto de Gurgel do Amaral é precioso: por meio da convocação de gente mais moça, o chanceler promoveu "uma transfusão de sangue [...] injetando seiva fresca no velho mas sadio organismo"[85]. Ter sido artífice desse movimento foi sem dúvida um dos maiores legados do barão, que tinha confiança nos jovens: "Cercado de moços, seu semblante rejuvenescia também"[86].

Nesse sentido, Rio Branco foi o anti-Cabo Frio – o contraste não é acidental. Como se sabe, desde 1865, o visconde foi diretor-geral

---

[84] "A primeira teoria realmente exitosa na história foi a de Newton", sustenta Karl Popper. POPPER, Karl. "Of Clocks and Clouds". In: *Objective Knowledge*: an evolutionary approach. Oxford: Oxford University Press, 1972.

[85] AMARAL, Luiz Gurgel do. *O meu velho Itamaraty*: De amanuense a secretário de Legação, 1905-1913. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2008, p. 145. Os amanuenses eram literalmente copistas, função que só desapareceu com a introdução das máquinas de escrever – aliás, de marca Underwood, conforme a padronização feita pelo Embaixador Maurício Nabuco na gestão de Otávio Mangabeira. Cf. Leitão da Cunha, op. cit., p. 25.

[86] Ibidem, p. 111.

da Secretaria de Estado[87]. Era tido como mandão e arbitrário, embora competente; Floriano Peixoto referiu-se a ele como aquele "velhinho ranzinza que manda lá no Itamaraty"[88]. Cabo Frio era dedicado a ponto de morar na chancelaria – é provável que, além de *concierge* durante o dia, atuasse como guarda noturno, depois que todos se retiravam. Quando Rio Branco chegou ao Itamaraty como ministro de Estado, o longevo servidor já fazia parte do mobiliário da Casa. Assim ele permaneceu, apesar de todas as insinuações de que já tinha dado uma contribuição maior do que suficiente. Em 1903, o barão inaugurou o busto do visconde e prestou-lhe homenagem – era para ser uma despedida. O agraciado – que tinha então 85 anos – fez-se de desentendido e continuou trabalhando até o dia de sua morte, em 1907. Os colaboradores mais jovens do chanceler não escondiam sua impaciência – o jovem Domício da Gama chegou a desabar: "O Cabo Frio nunca mais acaba de morrer".

Enquanto Cabo Frio – nome adequado, sem dúvida – era a encarnação do formalismo estéril, Rio Branco personificou a recusa do dogmatismo. Por isso, o barão buscava a companhia dos moços[89]. A experiência é um filtro regenerador, mas – por definição – não é transferível. Compreende-se, assim, que Rio Branco tenha levado para o túmulo tesouros importantes, mas a ninguém ocorreria compará-lo a uma *Múmia* faraônica – seria uma grande injustiça. É que os tesouros aqui referidos só têm valor quando descobertos; e, para quem os descobre, não adianta o empréstimo e menos ainda a simples imitação. Não é outro o sentido autêntico de educação, que vai muito além de instrução.

É o caso de aproveitar para falar brevemente de outro epíteto menos divulgado, mas igualmente interessante. Em privado, Paranhos Jr. foi alcunhado de *Buda do Itamaraty* pela Sra. Oliveira Lima. A comparação talvez tenha ocorrido a D. Flora ao pensar na pose clássica do Buda sentado e também ao contemplar diariamente a gordura do próprio marido, mais próximo de Sancho Pança do que de Dom Quixote[90]. De qualquer forma, no caso, *Buda* tem um sentido simbólico: sublinha a

---

[87] Quase por inércia política, Cabo Frio se perpetuou no cargo por mais de quatro décadas. Burocrata típico, o visconde era um formalista por excelência e, como tal, um estorvo. Conhecendo-o desde menino, o barão não quis afastá-lo *ex officio*; preferiu induzi-lo a uma saída honrosa – desta feita, não teve êxito.

[88] Cf. Leitão da Cunha, op. cit., p. 18.

[89] Um episódio ilustrativo, contado com muita verve por Gurgel do Amaral: ao tomar conhecimento de uma decisão inovadora do chanceler, Cabo Frio reagiu imediatamente: "Onde já se viu convidar amanuense para banquete!?". O convite ficou de pé, mas Rio Branco teve que fornecer os trajes adequados para os modestos amanuenses.

[90] Gilberto Freyre deu o título gracioso de *Oliveira Lima*: Don Quixote Gordo (1968) a seu estudo em memória do amigo e conterrâneo Oliveira Lima, que, por sua vez, ainda hoje desperta simpatias pouco críticas. Ver, por exemplo, tese recente do CAE: FORSTER, Maria Thereza Diniz. *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil*: o legado de um pioneiro e sua relevância para a diplomacia brasileira. Brasília: FUNAG, 2011. O "pioneirismo" é decorrente do que seria a contribuição (desinteressada?) do historiador para a "diplomacia cultural", que culminou sintomaticamente com a doação que fez de sua biblioteca para uma universidade ... americana.

imperturbabilidade. Assim, o que era para ser depreciativo constitui na verdade um cumprimento involuntário: põe em relevo o autocontrole, sem dúvida uma virtude indispensável na lide diplomática. Se isso não parecer irreverente, podemos dizer que Rio Branco sabia ser um chanceler *zen*, quando necessário[91].

Por fazer parte do governo, o barão despertou animosidades, algumas gratuitas, outros nem tanto – D. Flora não estava só. Assim, é bom não esquecer que nem tudo foram flores na trajetória do filho do visconde. Todos sabem, por exemplo, das dificuldades que teve, quando jovem, com o imperador que – austeramente sonso – se permitia paixões secretas. Sabemos igualmente que – nos momentos críticos da Questão do Acre – o barão teve contra si no Parlamento os maiores pesos-pesados da política na época[92], bem como uma imprensa hostil e inflamada[93]. Sabemos ainda que, na ocasião, Rio Branco foi renegado até por Rui Barbosa, malgrado o respeito mútuo. Colegas preteridos não deixaram também de espalhar veneno contra aquele que por uma década foi praticamente dono absoluto do Itamaraty. Entre outras ofensas, foi acusado de pródigo e, nesse caso, havia fundamento. Seu fiel escudeiro, Pecegueiro do Amaral, procurava adverti-lo: "Haja dinheiro, Sr. Barão" – foi o primeiro bordão de nossa diplomacia.

A glória acompanhou o barão no fim da vida e no além-túmulo, mas não lhe foi conferida por unanimidade. Seu pai também sofreu oposição, mas nunca com a mesma paixão. Talvez isso se deva – ainda que paradoxalmente – ao fato de que o barão foi *maior* do que o homônimo visconde: enquanto este teve "uma série de rivais", aquele "não tinha pares"[94] – faltava um substituto à altura.

Todos esses são fatos conhecidos – por que nos detemos neles? Para sublinhar que Rio Branco foi mais do que uma esfinge misteriosa – foi uma muralha intransponível. De onde tirava sua força?

15. Olhos que não sorriem

"É um sorriso estranho, alheio ao olhar, que se mantém firme, enquadrando o seu interlocutor. A boca sorri, mas os olhos, não" – assim

[91] O chanceler "sabia manter-se imperturbável ante os obstáculos mais irritantes". Lins, op. cit., p. 469.

[92] Contra o Tratado de Petrópolis, pugnaram, entre outros, os Senadores Pinheiro Machado, Rosa e Silva, Joaquim Murtinho (ex-Ministro da Fazenda de Campos Sales) e o "ardoroso Deputado Barbosa Lima" (Cf. Viana Filho, op. cit., p. 326). É difícil saber até que ponto o barão serviu de alvo indireto, pois a oposição queria atingir o Presidente Rodrigues Alves, que ameaçou renunciar se o Tratado não fosse aprovado pelo Congresso. Em dado momento, o chanceler conseguiu a proeza de juntar contra ele monarquistas e positivistas, por razões não coincidentes, é claro.

[93] Edmundo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, "aconselhava a rebelião popular" (*sic*). Pouco mais tarde, o *Correio* foi igualmente hostil à abertura da nossa primeira embaixada em Washington.

[94] Os termos da comparação são de Leitão da Cunha, op. cit., p. 17.

Virgilio Vangioni, jornalista argentino, anotava o que aparentemente mais o impressionara na figura de Rio Branco[95]. É uma fotografia do homem visível e um retrato da alma que se advinha. O barão era um misto de amabilidade e de frieza, um ser amistoso e ao mesmo tempo intangível. Isso é importante? No estudo moderno da História – em nome da ciência – costuma-se desdenhar a pessoa, por temer o subjetivismo. Vejamos se, no caso do barão, o cuidado procede.

Há uma pequena dificuldade: infelizmente, não são abundantes as informações de natureza pessoal sobre Rio Branco. Apesar de haver domado sua timidez natural, ele "nunca falava dos seus sentimentos ou de episódios relacionados com sua vida íntima [...]. Poucos também lhe conheciam o pensamento nos negócios públicos, antes que o exprimisse em ação"[96]. Sintomaticamente, papéis de cunho mais particular não constam dos arquivos: dir-se-ia que Rio Branco empenhou-se em apagar os rastros de sua alma. Até seus familiares mais próximos se queixavam. A filha Amélia escreveu ao irmão Raul: "Não há nada mais difícil do que conhecer o pensamento de nosso pai"[97]. Quanto a seus gostos e convicções filosóficas, só nos resta presumir.

Como lembra muito oportunamente Clodoaldo Bueno, Rio Branco "não deixou, contrariando o que seria de esperar, nenhum estudo abrangente e acabado no qual tenha explicitado sua maneira de ver o concerto internacional e a inserção do Brasil"[98]. Além disso, pouco sabemos sobre as eventuais leituras do barão, o que nos daria uma pista valiosa. As informações que nos chegaram – por meio do filho mais velho – apontam para uma cultura convencional no plano literário[99]. O insuspeito Álvaro Lins comenta: Rio Branco "só lia os grandes e os consagrados"; acrescenta que "no meio de outras preocupações, era natural que tivesse a curiosidade e a sensibilidade para a compreensão dos modernos do seu tempo"[100].

Pode ser verdade, mas Rio Branco incorporou a atualidade por osmose. Sua maneira de pensar indica isso.

---

[95] VANGIONI, Virgílio. *La Nación*, 31 ago. 1908.

[96] Lins, op. cit., pp. 470-1.

[97] Ibidem, p. 471.

[98] BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República*: os anos de apogeu, de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 23.

[99] Cf. Rio-Branco, Raul do. *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942, p. 159. Entre os autores prediletos do pai, estavam Plutarco, Virgílio, Tácito, Horácio, Dante, Shakespeare, Cervantes, Goethe, entre os clássicos; dos franceses, La Bruyère, Bossuet, Chateaubriand, Vigny, Lamartine, Hugo. Era uma biblioteca culta, mas sem qualquer novidade.

[100] Lins, op. cit., p. 142.

16. Espírito do tempo

Paranhos Jr. viveu muitos anos na Europa, que era ainda o grande centro irradiador de ideias. Morou também em Washington e em Nova York, embora por menos tempo. Teria tido, assim, condições para se familiarizar com a produção intelectual de seu tempo, que se distinguiu por uma grande efervescência cultural. O positivismo havia sido contestado, e a fé na ciência estava abalada. Surge, na Alemanha, a "filosofia da vida" a partir de Dilthey (1833-1911); surge igualmente a fenomenologia de Husserl (1859-1938). Nos Estados Unidos, o "pragmatismo" começa sua carreira triunfante com os ensinamentos de Charles Peirce Sanders (1839--1914), cuja obra foi continuada (e em parte deformada) pelo amigo William James (1842-1910). John Dewey (1859-1952) também foi contemporâneo do filho do visconde, mas sua fase mais produtiva já se situou em anos posteriores.

Bastam essas breves indicações para lembrar que estava em curso uma mudança de *paradigma*, como se diz hoje. Ora, conforme assinala Álvaro Lins, não se tem notícia de que Rio Branco tenha tido maior contato com a produção intelectual de seus contemporâneos. Não se pode assegurar nem mesmo que chegou a ler Machado de Assis. De qualquer forma, sendo um homem inteligente e sensível, ele certamente se impregnou do *espírito do tempo*. Nitidamente, o momento era de crise.

As *crises* são, no íntimo, oportunidades de renovação, conforme ensinava há milênios o ideograma chinês correspondente. Como diplomata, Rio Branco não podia deixar de ter consciência de que o mundo havia entrado em uma época de transição – e transição acelerada. Hoje, achamos que isso só veio a acontecer cerca de 50 anos depois, quando o binômio *ruptura/mudança* se tornou uma categoria de análise mais explícita:

Essa consciência já estava bem presente na virada de século a que assistiu nosso barão – por sinal, ele estava na Europa, prestes a seguir para seu posto em Berlim. Em 1900, Freud publica a *Interpretação dos sonhos*; e Edmund Husserl, as *Investigações lógicas*. Referindo-se a esse ano simbólico, um ilustre americano – entre perplexo e entusiasmado – formulou o que chamou de *Lei da Aceleração* para explicar os novos tempos. Segundo ele, o homem estava destinado a se tornar "*a sort of God*". Mais concretamente, Henry Adams – é dele que se trata – prevê que, por volta do ano 2000, "*every American* [...] *would know how to control unlimited power*". Acertou em cheio, pelo menos quanto aos anos de fastígio dos Estados Unidos como hiperpotência.

Quanto a Rio Branco, ainda que não fosse tão assertivo, podemos conjecturar que ele percebia a realidade em termos de processo e não de substância, sem prejuízo da coerência do sujeito e da credibilidade do agente. A boa epistemologia não contradiz a ética. Ser homem de palavra não impede que se perceba o movimento. Ao contrário: a palavra é a própria matriz do movimento, não o seu espelho[101]. No tempo do barão, essas reflexões ainda não estavam em voga, mas a ação do chanceler indica com clareza que ele não confundia o real com a ideia do real. Certamente, Rio Branco não precisava de categorias *a priori* para entender a riqueza da experiência viva, bem ao contrário, por exemplo, de Rui Barbosa, que seria incapaz de sobreviver sem uma biblioteca a tiracolo. Isso não significa subestimar o grande líder civilista – é antes um juízo sobre distintos modos de cognição.

No mesmo contexto, atentemos para o seguinte comentário, meio solto, de Fernando Henrique Cardoso: "Rio Branco era avesso a opções excludentes"[102]. O diagnóstico é certeiro e lembra de imediato o Conselheiro Aires, com seu horror a controvérsias. A sequência do texto do ex-presidente sugere que essa característica – de resto compartilhada pelo autor – estaria ligada a "aspirações universalistas". Tais aspirações seriam um belo ornamento à glória do barão, mas não combinam com seu visceral antirreducionismo, ancorado na primazia da prática e não na teoria abstrata.

É justamente essa a questão que estamos evocando ao apreciarmos as sutilezas do barão e seu lado aparentemente enigmático. A propósito, diga-se logo que Rio Branco era um intelectual, mas de estirpe peculiar – era intelectual sem ser intelectualizado, muito pelo contrário. Historiador por vocação, valorizava o fato concreto e desdenhava a generalidade abstrata. Para ele, o conhecimento passava pelo crivo da utilidade (nesse exato sentido, e só nesse, era *pragmático*). Assim se explica, por exemplo, sua declaração de que, em relação à carreira do pai, ele se interessava antes pelo diplomata do que pelo político.

Consistentemente, o barão também se distinguia por seu lado *mundano*, no sentido positivo da palavra. Para simplificar algo complexo, digamos que ele não desprezava o físico, em nome da duvidosa superioridade da razão. Na juventude, praticava esgrima e cuidava do corpo; ao mesmo tempo, angariou reputação de boêmio e farrista, com as consequências sabidas em uma sociedade moralista. Já mais velho, sem

[101] Ver, a propósito: RORTY, Richard. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

[102] CARDOSO, F. H. "Prefácio". CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco*: a América do Sul e a Modernização do Brasil. Brasília: FUNAG, 2002, p.16.

se preocupar com a privacidade, frequentava restaurantes conhecidos, onde exibia um "apetite considerável", segundo testemunhos oculares. Ele próprio, aliás, se vangloriava de que tinha "um bom estômago de português de outro tempo"[103]. Outro detalhe mundano: o chanceler gostava de passear de carro pela cidade com capota arriada. Logo foi imitado.

Essas são algumas indicações – quase banais – de que nosso barão nunca se apartou da realidade mais concreta nem cedeu às tentações da torre de marfim do egocentrismo. Por isso mesmo, embora um passadista por temperamento, mostrou-se epidermicamente sensível aos ventos de mudança. Esses – no longo século em que viveu – sopraram com força.

Qual o efeito desses ventos sobre Rio Branco? Temos uma indicação preciosa e talvez única. É também uma indicação desconcertante ou, pelo menos, intrigante. A informação merece fé, pois foi dada por Raul do Rio-Branco, que conta um diálogo havido com o pai em 1895. Raul se mostrou relutante em aceitar o convite para trabalhar para ser auxiliar do negociador da Questão de Palmas – o futuro embaixador julgava que, ao se tornar empregado do Estado, iria sacrificar irremediavelmente sua liberdade. Diante disso, o barão desabafou:

> Sabe você o que é a liberdade? Com ela se desorganizou desde o fim do século passado a vida das grandes nações, comprometendo-se por longo tempo, para sempre talvez, a evolução harmoniosa da civilização cristã do mundo ocidental, preparando-se num futuro quiçá não mui remoto, uma opressão mil vezes mais vexatória, irresistível e insaciável do que as tiranias das monarquias paternais [...]. Ninguém é livre neste mundo. Pensa que acaso o sou?[104].

Raul continua seu relato de forma indireta:

> Era sua convicção [do pai] que o capitalismo, longe de estabelecer o domínio sobre o mundo, como se pensava geralmente, chegaria a um declínio rápido por efeito mesmo de sua hipertrofia sem contrapeso [...]. A prosperidade [...] estava fadada a esvair-se em fumo, porque era, em grande parte, convencional e fictícia, feita antes de símbolos do que de realidades. Para ele, a civilização ocidental, preservada até então por circunstâncias às vezes milagrosas, tocava seu fim[105].

[103] Lins, op. cit., p. 201.
[104] Rio-Branco, op. cit., pp.177-8.
[105] Ibidem. p. 179.

A crer no testemunho filial – publicado depois da crise de 1929 e em plena Segunda Guerra – Rio Branco foi profético. O registro revela também que Paranhos Jr. não ficou imune ao pessimismo e ao niilismo que grassaram no fim do século XX. Ao mesmo tempo, como um varão romano, Rio Branco faz do estoicismo uma profissão de fé: aconselha o filho a aceitar o destino, em nome da pátria e da família.

17. Não ser homem de partido

A nostalgia passadista de Paranhos Jr. foi certamente um tributo ao velho visconde. Isso não prejudicou a glória do barão – a auréola conquistada em vida permaneceu intacta na posteridade. Entretanto, ainda estamos longe de esgotar a questão: por que Rio Branco se tornou um emblema e um modelo?

Todos sabem que, em seu tempo, o barão gozou de um prestígio e de uma popularidade sem precedentes em nossa história[106]. O barão não foi apenas o *Deus Terminus*, no dizer hiperbólico de Rui Barbosa. No mesmo estilo, poderíamos dizer que o rebento Paranhos foi o *Chanceler da Providência*, se considerarmos que viveu em uma época em que – a despeito do ciclo de prosperidade – a transição institucional ainda era problemática: estabelecer a nova ordem republicana estava sendo tão árduo quanto tinha sido fácil derrubar o cambaleante Império[107].

Sem entrar no mérito da causa, a Proclamação de 1989 foi brusca e intempestiva, a ponto de o povo duvidar que o golpe contra o indefeso Pedro pudesse ter ocorrido. Em vez de testemunhar um evento político solene, o povo levou um susto e se mostrou "bestificado" – o que, aliás, foi bem notado. Sendo a passagem traumática, ficou faltando uma ponte entre o ontem e o amanhã, entre a senil monarquia e a infanta democracia. Essa ponte só poderia estar alicerçada na ideia de nação e não de regime. Pois Rio Branco, homem de Estado, serviu sempre à nação. Foi essa, inclusive, a razão por que ele se afastou "das lides da política interna" para dedicar-se apenas, como declarou, a "assuntos ou causas incontestavelmente nacionais". Haveria nessa postura um resquício de alienação? É possível cuidar do ideal sem passar pelo acidental?

---

[106] "[...] nenhum outro diplomata de carreira, em qualquer país, alcançou como ele o *status* de herói nacional de primeira grandeza, com direito a efígie no dinheiro." Ricupero, op. cit., p. 8. Como se recorda, "barão" passou a ser um substantivo comum ao designar a cédula de mil, a mais valiosa no tempo em que a moeda brasileira era o Cruzeiro.

[107] Ver, por exemplo: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 245: "Como episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio. Em compensação, os anos posteriores ao 15 de novembro se caracterizaram por uma grande incerteza".

O primeiro discurso do barão, logo ao voltar ao Brasil, não podia ser mais explícito: "Não venho servir a um partido político: venho servir ao Brasil"[108]. Era uma questão de princípio e um compromisso público – convenhamos que vale para o Itamaraty em qualquer geração. Com base nesse manifesto (e por causa dele), Rio Branco acabou exercendo um papel de elo, o que estava faltando na cadeia histórica entre o Império a República. Mesmo discordando do chanceler sobre como lidar com a Bolívia, Rui Barbosa atinou que o barão representava *algo mais*: "[...] entre seus colegas, [é] o ministro forte [...] na sua órbita arrasta como um satélite todo o governo", quando "normalmente" seria apenas "um dos seus membros"[109]. A declaração foi feita em 1904.

Por que essa distinção? Seria um simples arroubo parlamentar? Ou, ao contrário, seria uma intriga a céu aberto, uma espécie de *beijo da morte* com tempero baiano? Ao se verem assim secundarizados, imagine-se o constrangimento dos colegas de Gabinete do ex-cônsul em Liverpool. Exagero ou não, aquele que depois seria alçado à condição de Águia voou alto no Senado: sem o dizer, reconhecia o *status* diferenciado da política externa.

Bem manejada, por seus próprios méritos, a diplomacia poderia ser – e estava sendo – uma variável independente extremamente valiosa. Com efeito, a projeção externa não é *necessariamente* um simples reflexo do que depois viria a ser chamado de *poder nacional*. A dimensão internacional não está atrelada mecanicamente à contabilidade doméstica – por isso mesmo, Rio Branco angariou uma posição especial dentro do governo. Rui talvez tenha antecipado que Paranhos poderia cumprir um papel único? Os fatos posteriores vieram explicitar que papel seria esse: restituir ao país sua integridade íntima, abalada por um 15 de novembro traumático, a que se seguiram anos de incerteza.

Há em Rio Branco uma permanente abertura à "ocasião presente", para usar a categoria (*actual occasion*) proposta por A. N. Whitehead (1861-1947). Ora, a *ocasião*, por definição, não é uma abstração universal – é sempre um caso particular e, como tal, único[110]. Em vez de fazer teoria, Rio Branco se preocupou em não deixar passar as oportunidades do momento – tinha *senso pragmático*, mas no sentido próprio do termo. Não é o sentido

[108] Discurso proferido no Clube Naval em 1º de dezembro de 1902, já citado.

[109] BARBOSA, Rui. O Tratado de Petrópolis: exposição de motivos do plenipotenciário vencido. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

[110] "*We think in generalities, but we live in detail*", insistia o extraordinário matemático e pensador britânico, que deu também uma importante contribuição à filosofia da educação, altamente relevante para o que seria uma pedagogia adequada à diplomacia. Ver, a propósito: REIS, Fernando G. *Formação do diplomata brasileiro*: por uma Academia renovada (2012, no prelo).

corrente nos dias de hoje, quando se usa *pragmático* como um adjetivo convenientemente vicário, na falta de outro melhor[111].

O talento, contudo, não agiu sozinho – também foi preciso sorte. Juca Paranhos a tinha, no público e no privado. Logo que terminou seu curso de direito no Recife, ganhou um bilhete de loteria, o que lhe permitiu realizar sua primeira viagem à Europa. Como para provar que não foi um golpe isolado, nessa mesma ocasião, o jovem quebrou a banca no Cassino de Monte Carlo – pelo menos é o que nos conta seu filho Raul[112]. Pode parecer uma reincidência ocasional, mas quantos chanceleres se gabam de ter tido a mesma fortuna? Não se sabe – justamente, no caso do Juca, ficou sabido.

Nesse teatro sem roteiro, que é a história, não faltou *virtù* a Rio Branco para desempenhar uma missão, de que talvez – até por autocrítica – ele não tivesse plena consciência. Teve êxito, mas para isso contou também com a *fortuna*. Seu quase decenato à frente do Itamaraty (servindo a nada menos do que quatro presidentes com temperamentos bem distintos) corresponde a um período de excepcional bonança, a despeito da recente mudança de regime. Essa conjuntura favorável não iria se repetir tão cedo. A propósito, comentou um historiador conhecido: "Many historians pause to pay tribute to good order and material progress during the *paulista* domination [...]"[113].

18. Apogeu ou exceção?

O que Professor Clodoaldo Bueno chama de "os anos do apogeu – de 1902 a 1918" correspondem a uma *belle époque* que chegou ao Brasil tardiamente. Alberto Costa e Silva, ao mostrar a efervescência cultural daquele momento, conclui: "No Brasil, não houve um *fin de siècle* com seu

[111] O adjetivo "pragmático" tem sido dos mais mal tratados nos meios acadêmicos dedicados às Relações Internacionais. Chegou-se a falar, com solenidade professoral, em "institucionalismo pragmático", aberração conceitual apresentada como grande novidade. Tudo se passa como se pensar não fosse mais do que esterilizar a realidade para mais bem encaixá-la nos escaninhos convencionais: não há qualquer acréscimo em termos de compreensão, mas em termos de exibição acadêmica. Ver, por exemplo: PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional*, vol. 22, n. 2, jul./dez. 2000, p. 318 e seguintes. Curiosamente, o ensaio em questão usa, como epígrafe, citação de *Il Gatopardo*, de Giuseppe Tomasi Lampedusa – trata-se de uma tradução, mas... em inglês! Aqui, sim, há uma clara *traição do desejo*, i.e., do inconsciente: somos induzidos a crer que nada tem legitimidade, mesmo um texto literário de um autor siciliano, a menos que receba a chancela do idioma da Academia dominante, para não falar do indigesto jargão importado.

[112] Rio-Branco, op. cit., p. 182. O autor acrescenta que, ato contínuo, o incauto turista foi roubado por duas moças.

[113] "In retrospect the era from the turn of the century to World War I emerges as one of the most fruitful periods in Brazilian history [...]. Many historians pause to pay tribute to good order and material progress during the *paulista* domination [...]. Prosperous and peaceful at home, Brazil could turn its full attention to international relations [...]" BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*: Rio Branco and Brazilian-American Relations. New York: Columbia University Press, 1966, p. 19.

sentimento de decadência"[114]. Muito ao contrário, o clima era de euforia e de confiança, o que ficou manifesto no dia da chegada de Rio Branco em 1902. Uma imagem bem concreta dessa onda de otimismo foi, sem dúvida, a abertura da Avenida Central, em 1904, junto com as demais reformas modernizadoras do Prefeito Pereira Passos, que contou, aliás, com o estímulo do barão. Em visão retrospectiva, contudo, esses foram anos de exceção dentro de um ciclo maior de instabilidade entre a reforma do regime e a revolução social dos anos 1920 e 1930.

Note-se que a gestão de Rio Branco começa no final do ciclo de Presidentes paulistas, com Rodrigues Alves (1902-06), mas vai muito além, passando pelo quadriênio Afonso Pena (1906-08) e pelo interregno de Nilo Peçanha (1908-10); cobre ainda a primeira metade do (des) governo de Hermes da Fonseca. Não foi um período uniforme, mas foi relativamente estável. A rigor, os anos em que o barão esteve à frente do MRE – ou a maior parte do período – correspondem a um momento áureo de equilíbrio dentro de um processo maior de transição, que se evidencia e ganha intensidade nas agitadas eleições de 1910, palco de uma inédita campanha "civilista".

Não subestimando essa dinâmica, o fato é que o chanceler teve espaço e tempo para realizar sua obra. Ele não se defrontou com problemas de política externa, propriamente falando; havia, sim, problemas passíveis de serem resolvidos pela diplomacia. O país não era atropelado por qualquer disputa internacional – ainda estava relativamente distante a época em que o Mundo ficaria compartimentado em Primeiro, Segundo e Terceiro. Pensava-se ainda que o Brasil não tinha diferenças qualitativas em relação às potências maiores: havia diferenças, mas se presumia que eram apenas quantitativas. Não havia ainda qualquer suspeita de que o sistema, na medida em que se capitalizava, reservava algo de muito desfavorável para os países que dependiam da exportação de produtos primários, recompensados por uma demanda que podia ser crescente, mas era incerta. Falava-se em industrialização, mas o conceito de *desenvolvimento* ainda não existia no vocabulário econômico, embora já houvesse naturalmente os que defendiam a diversificação econômica por seus próprios méritos, mas do ponto de vista externo.

Pelo lado interno, depois do saneamento financeiro promovido por Campos Sales, a nação não tinha hipotecas econômicas nem amarras políticas. Além disso, os investimentos fluíam, e o comércio florescia,

[114] COSTA E SILVA, Alberto. "O Barão do Rio Branco e a modernização do Brasil". In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2002, p.283. O autor propõe que, no caso do Brasil, o século XX (histórico) comece a ser contado a partir do ano da chegada do barão (1902), sem esperar a Primeira Grande Guerra, marco convencionalmente aceito para o fim do século XIX.

com termos de troca que ainda não eram perversos. Não havia também qualquer projeto suntuário que de alguma forma viesse a monopolizar a energia nacional e, assim, limitar a latitude de ação do país. Em suma, o Brasil tinha finalmente condições para realizar uma diplomacia ineditamente independente, e o barão teve mãos livres para fazê-lo. Dessa forma, ele pôde configurar uma agenda brasileira.

Foi uma rara *fortuna* poder cuidar dessa agenda de forma desimpedida, com um único flanco vulnerável, fruto de uma longa história. Não chegava a ser um nervo exposto, mas requeria atenção permanente. Cabe um breve parênteses.

Não fosse filho do visconde, Paranhos Jr. sempre se preocupou com o Prata e com o poder argentino, sobretudo do ponto de vista militar, que seria o mais sensível na área externa. Movido por brio patriótico, chegou até a se manifestar nesse sentido, entre amigos, quando ainda era cônsul em Liverpool; e a questão de Palmas/Missões aflorou nos jornais britânicos em 1882.

Sendo assim, talvez não fique fora do lugar uma breve digressão, para tentar estabelecer um contraste[115]. O país vizinho – superadas as disputas maiores entre a capital e as províncias, o Porto e o campo – logrou um rápido amadurecimento político com a federalização de Buenos Aires em 1862. Já em 1880, Alberdi proclama confiantemente que a República está consolidada. Com a reforma de 1860, a Constituição de 1853 permaneceria praticamente inalterada durante um século. Na década de 1980, "a Argentina havia se convertido numa das maravilhas do mundo", para usar a hipérbole do historiador H. S. Ferns: 40% dos investimentos britânicos se dirigiam para o país platino, seguro fornecedor de trigo e carne. Essa prosperidade pode ser medida pelo fato de que, por volta de 1913, o PIB argentino superava o brasileiro em quase 50% (29 contra 20 bilhões), diferença que se potencializava pelo fato de que a população do país vizinho era bem menor: cerca de ¼ da nossa, em 1890[116].

Não obstante, no mesmo período, Sarmiento se queixava: "*No hay nación que sea menos una nación*"[117]. A *Argentina satisfecha* não eliminou a subjacente "Argentina perplexa". Isso se refletia no plano externo, pela chamada *dependência consentida*[118], ou seja, uma vinculação estreita com o

[115] Apesar do muito que se tem escrito sobre Rio Branco, faz falta um estudo que o compare sincronicamente com outros mentores diplomáticos nas Américas.

[116] Logo a intensa onda imigratória criaria a chamada *Argentina aluvial*, que alterou pela raiz a vida nacional.

[117] SARMIENTO, Domingo F. *La condición del extrangero en América*. 1928, p. 471.

[118] A situação de "dependência" é entendida por Felix Peña "como a oportunidade de realizar-se como uma nação moderna e progressiva, bem como ocupar um *status* elevado na pirâmide internacional de poder e de prestígio". PEÑA, Felix. "La Argentina en un Mundo que cambia". In: WALDMAN, Peter; VALDÉZ, Ernesto Garzón (orgs.). *El Poder Militar en la Argentina*: 1976-1981. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1983. Ver também CAMILLIÓN, Oscar. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 45-46, 1969.

polo de poder então hegemônico. O modelo – que atendia aos interesses da oligarquia dominante – sofreria um choque na virada para a década dos 1930. Buscou-se, então, uma saída para a crise por meio do inusitado Pacto Roca-Ruciman (1933), com alguns arranhões para a soberania nacional: a Argentina se colocou formalmente sob a órbita de Londres, justamente quando a *pax britannica* mostrava sua vulnerabilidade. Os efeitos dessa política se projetam a distância, inclusive até a Guerra das Malvinas, em nome (mal ou bem) da recuperação do sentido de identidade ou de compensação por seu sacrifício.

Em condições materiais não tão favoráveis quanto as da Argentina, o Brasil foi colocado por Rio Branco em uma rota política bem distinta, centrada na integridade nacional, a começar pelo corpo da nação. Para tanto, Rio Branco se submeteu ao arbitramento e se ateve à mesa de negociação. Ainda nesse particular, a Argentina usou outro método: a implacável Conquista del Desierto, uma exitosa operação de limpeza étnica[119]. Enquanto o elemento nativo era exterminado ou assimilado à força, o imigrante europeu era recebido com festas e subia na escala social, contribuindo para o fortalecimento da classe média, que funda seu próprio partido (a União Cívica Radical – UCR) e chega ao poder já na segunda década do século, depois de algumas revoltas malogradas.

Seja como for, tanto sob o ponto de vista econômico como do político, a Argentina estava bem à frente do Brasil quando Rio Branco foi feito ministro[120]. Aqui, mandava uma oligarquia; lá, havia o esboço de uma sociedade civil com acesso ao poder. Entretanto, havia fatores de ruptura que marcaram e ainda marcam a vida política argentina, como a encarniçada divisão *unitarios/federales* ou a persistente e renovada antinomia *civilização/barbárie*, para não falar mais modernamente na confusa disputa entre *peronistas* e *antiperonistas*. Em contraste, o Brasil tem uma tradição de continuidade em sua história – não houve pelo menos oposições tão dramáticas. Em última análise, o barão veio confirmar essa continuidade e finalmente simbolizar essa união[121].

É difícil imaginar que – nos diferentes níveis da sociedade brasileira – houvesse uma compreensão clara do real valor da obra do chanceler, para o que não bastava um conhecimento leigo. Em compensação, havia uma leitura mais profunda. Como já foi aventado, o homem da rua via

[119] SEGATO, Rita L. "El vacío y su frontera: la búsqueda del otro lado en dos textos argentinos". *Série Antropológica*, n. 257, UnB.

[120] Ver: FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina*: Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: 34, 2004.

[121] Consultar, a propósito, a excelente coletânea de ensaios: GRIMSON, Alejandro (comp.). *Pasiones Nacionales*: Política y cultura en Brasil y Argentina. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

no êxito do barão muito mais do que o território legitimado pela força do direito e do diálogo: intuía, sim, uma consagração de nossas raízes, plantadas e cultivadas pela diplomacia, quando o Brasil ainda estava no útero da história. Era uma devoção que transcendia razões meramente objetivas – uma questão de sensibilidade em sentido amplo. O que essa dizia ao povo em geral é que aquele homem sólido e elegante havia consolidado o Brasil, o que foi uma forma de *recriar* o país.

Com o desaparecimento de Rio Branco, os termos da equação iriam mudar sensivelmente.

V

19. O dia seguinte

O que aconteceu depois de 1912 lança luz sobre o período imediatamente anterior: a figura do grande chanceler se projetou olimpicamente sobre as gerações que se seguiram. Isso teve um lado bom e um lado ruim. Sob um aspecto, Rio Branco era um modelo digno de ser cultuado; por outro, a simples fidelidade ao modelo iria provar-se inútil – pode-se copiar a letra, mas dificilmente se logra reproduzir o espírito.

O próprio barão, no fim da vida, com melancolia, viu sua obra ameaçada pelas trapalhadas do Marechal Hermes[122]. Era um sinal de que estavam prestes a desaparecer as circunstâncias afortunadas que permitiram que Rio Branco fosse Rio Branco, em seu tempo e hora. Depois disso, insistir em calçar os sapatos deixados pelo barão iria simplesmente esterilizar o modelo. Ou, no mínimo, deformá-lo.

Subjetivamente, os discípulos sentiam-se inibidos pelo brilho remanescente do mestre, embora muitos tivessem luz própria[123]. Eis o que poderíamos chamar – se é que já não foi – de *síndrome* do barão. Ao sair de cena, ele deixou um vazio, da mesma forma que em vida havia sido um ponto de referência seguro e inescapável. Sentiu-se o vácuo da ausência do líder, com a agravante de que o Brasil entrou em período de turbulência. Como o resto do mundo – foram anos de crise larvar desde o fim da Primeira Grande Guerra. Era inevitável que houvesse um retraimento da projeção externa do país, com surtos de êxito apenas episódicos.

---

[122] Desgostoso com o bombardeio da Bahia, Rio Branco chegou a apresentar seu pedido de demissão. Diante de insistência do presidente, permaneceu chanceler e, como tal, morreria alguns dias depois.

[123] "Felix Cavalcanti [primeiro Secretário-Geral do MRE], Muniz de Aragão [Embaixador em Londres], Luiz Martins de Souza Dantas, Régis de Oliveira [Embaixador em Lisboa] e vários outros, todos eles eram *ofuscados* pela lembrança do barão [...]" Leitão da Cunha, op. cit., p. 40 (grifo acrescentado).

Os grandes homens realizam grandes obras, mas essa mesma grandeza envolve o risco de embaralhar a visão dos que vêm depois e que não são seus iguais. Se houve um "paradigma" do barão (como também no caso do insigne visconde), ele valia para *aquela* situação e não para *qualquer* situação. Tentar extrair das ações de Rio Branco um *esquema* de sabedoria infusa, sem prazo de validade, foi um exercício bem intencionado, mas fadado à frustração. Richelieu, entre muitos outros entendidos, deixou um alerta contra o vezo comodista de tomar por transcendente o que é apenas imanente e, com isso, confundir a *phronesis* sinuosa com a *episteme* linear: "*Il n'y a rien de plus dangereux pour l'État que ceux qui veulent gouverner les royaumes par les maximes qu'ils tirent de leurs livres*".

Certamente o cardeal e primeiro-ministro lia livros e tinha suas máximas, mas não quer dizer que acreditasse nelas *por causa* dos livros. O mesmo se aplica, creio eu, ao nosso barão, que não hesitou em contrariar máximas herdadas, a despeito de sua veneração pelo pai e pelo passado imperial, que teve sem dúvida momentos de glória[124]. Para além do culto da tradição, o Segundo Rio Branco tinha outros trunfos e teve outros triunfos.

Os trunfos nem sempre ficaram à mostra. Os triunfos lhe são usualmente reconhecidos, seja por consolidar o *espaço* brasileiro, seja por atualizar no *tempo* nossa projeção externa, seja por articular na prática o que ficou sendo nossa *cultura* diplomática, inclusive em sua base material. Por isso, Gilberto Freyre atribuiu a Rio Branco o título de "definidor de valores nacionais"[125]. Naturalmente, o barão tinha *valores*, alguns até – no limite – poderiam ser chamados de *nacionais*. Isto é, ele se identificou – ou foi identificado – com tais valores; isso não o torna um *definidor*.

20. Traído pelo êxito

O fato de Rio Branco ter tido definições e planos, pode-se admitir com facilidade. Mais difícil é conceber que sua ação era a resultante de fórmulas apriorísticas. O contrário é bem mais verossímil: Rio Branco é um excelente exemplo da precedência a ser dada à *praxis*. Cabe insistir

[124] Veja-se mais uma vez o depoimento tomado a Vasco Leitão da Cunha:
– O senhor fala do Império com grande admiração. A seu ver foi a idade de ouro da diplomacia brasileira?
– Foi. Tivemos representantes de primeira ordem: J. M. da Silva Paranhos, Varhagen, Pimenta Bueno, Paulino Soares de Souza [...] (Leitão da Cunha, op. cit., p. 17).

[125] Segundo Gilberto Freyre, o Itamaraty – sob a batuta de Rio Branco – teria acrescentado a sua função diplomática precípua uma responsabilidade maior, ou seja, a função precoce de uma espécie de *think tank* na "organização e definição de valores superiormente nacionais", nada menos. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, vol. I (Tentativa de Síntese). R. Ricupero retoma a tese em sua contribuição para *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil* (2002), pp. 79-98.

nesse ponto, pois tem a ver com o *fazer diplomático*, que não é a simples aplicação de postulados de política externa[126]. São fenômenos paralelos, mas distintos. Rio Branco é o oposto de Roberto Campos, um "diplomata infiel", entre muitas infidelidades[127].

O barão não foi um teórico, mas foi certamente um terapeuta. Não por acaso, Aristóteles colocava a medicina na esfera da *techné*. O barão, por sua vez, aplicou a *arte* para curar os males de nossa política externa. Era uma política vazia, não porque lhe faltasse ativismo – os próprios fatos se encarregavam disso. O que faltava à política externa era diplomacia – o *saber fazer*, o sopro da forma que dá sentido à matéria bruta.

O chanceler convocado por Rodrigues Alves foi tão bem-sucedido, que o Brasil foi vítima de seu êxito: o país se persuadiu de que tinha se tornado definitivamente *importante*. Em outras palavras, o barão deixou a promessa de um futuro promissor, o que os fatos subsequentes infelizmente não confirmariam. Quando se viu que a promessa não ia se cumprir, sucederam-se uma série de revoltas abortadas e finalmente a Revolução de 1930. As rachaduras do sistema tinham-se acumulando, e a Segunda República inaugurou uma ruptura maior.

Ao final, o ciclo foi frustrante, tanto que os tempos do barão se tornaram uma miragem distante. Visto em retrospecto, foi incolor todo o período entre a morte de Rio Branco e a onda de confiança trazida pelo desenvolvimentismo do Presidente Juscelino Kubitschek, eleito depois do interregno turbulento que se seguiu ao suicídio de Getúlio Vargas.

Hélio Jaguaribe descreve a ação do Itamaraty nesse período como dominada por uma "diplomacia ornamental", também qualificada pelo professor – não sem ironia – como "aristocrático-cosmopolita"[128]. A generalização, muito citada, talvez tenha acertado no atacado, mas errou no varejo. A culpa não foi só do Itamaraty. O fato é que o Brasil como um todo perdeu importância relativa à medida que se consolidou o capitalismo internacional depois da Primeira Guerra Mundial – passamos gradativamente à categoria de subdesenvolvidos, ainda que o rótulo só tenha sido cunhado tardiamente.

Quanto ao "cosmopolitismo", foi uma visão introduzida pelo próprio Rio Branco, que soube como manejá-la, sobretudo ao buscar um diálogo de igual para igual com Washington. Naquela conjuntura, ainda não havia desproporção: não se colocava a questão de ir ou não a reboque dos Estados Unidos, o que foi admitido indiretamente por Lauro Müller,

[126] Para maiores comentários quanto a esse ponto, permito-me remeter a REIS, Fernando G. *Caçadores de Nuvens*: em busca da diplomacia. Brasília: FUNAG, 2011, especialmente capítulos 4 e 10.

[127] CAMPOS, R. *A lanterna na popa*: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 863.

[128] JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. ISEB, 1958, pp. 221-2.

sucessor do barão no Itamaraty. Como o Brasil não tinha excedentes de poder – o que, repetidamente, seria dito depois –, nossa diplomacia teve que contar com a roupa do corpo: em muitos casos, a representatividade pessoal do agente talentoso compensou a modéstia de meios do próprio país. Já na Conferência da Haia, em 1907, Rui Barbosa declarava, ainda que para efeitos retóricos: "Modesto é o lugar do Brasil. Modestíssimo será o lugar de seus delegados. Mas essa modéstia tem uma dignidade particular [...]".

Em regra, depois do barão, o pretendido cosmopolitismo se limitou ao mundanismo, mas houve exceções. Nesse período, três *issues* que transcenderam o plano puramente bilateral e a contribuição brasileira tiveram um toque marcadamente personalista. A *Questão de Letícia*, entre o Peru e a Colômbia, envolveu a Liga das Nações; nela o Embaixador Afrânio de Mello Franco atuou como mediador mesmo depois que deixou de ser chanceler (1930-33) de Getúlio Vargas; seu êxito mereceu o reconhecimento de diversos países sul-americanos, que o indicaram para o Prêmio Nobel da Paz. Em junho de 1935 – durante visita a Buenos Aires, a convite de Augustin Justo –, o Presidente Vargas comprometeu-se diretamente nas gestões junto ao Paraguai e à Bolívia para a cessação de hostilidades na *Guerra do Chaco*, que já se prolongava por três anos, a despeito dos esforços da Sociedade das Nações. Finalmente, foi graças ao empenho pessoal do Chanceler Osvaldo Aranha que se assinou no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1942, o *Protocolo de Paz, Amizade e Limites Peru-Equador*; o Protocolo do Rio de Janeiro, como foi chamado desde então, interrompeu a guerra entre os dois vizinhos sul-americanos e instituiu a figura dos *Países Garantes*, grupo que foi sempre coordenado pelo Brasil e que – ao longo das décadas seguintes – desempenharia um papel decisivo na solução do secular *diferendo* territorial, que provocou mais de um enfrentamento armado.

Certamente, nesses casos, a diplomacia não foi ornamental.

A afirmação vale também para figuras individuais, como Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954)[129] e de Cyro de Freitas-Valle (1896-1969)[130], para citar dois diplomatas da *velha guarda*, herdeiros quase diretos do barão. Esses exemplos justificam em alguma medida o laivo

[129] Vale consulta ao rico estudo biográfico de título expressivo de: KOIFMAN, Fabio. *Quixote nas trevas*: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2002. Igualmente: FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Em meio à crise*: Souza Dantas e a França ocupada 1940-42. Brasília: FUNAG, 2008.

[130] Ver: AZAMBUJA, Marcos C. de. "Apresentação". In: FREITAS-VALLE, Cyro de. *Vale Dico*: despedida do Itamaraty. Brasília: FUNAG, 2001. O livro reúne a série de telegramas expedidos em 31 de julho de 1961 por Cyro no encerramento de sua missão na ONU, quando se aposentou. Vale por uma mensagem de despedida, resgatada em boa hora por quem foi um jovem colaborador do paternal "Dragão". A preciosa correspondência está longe de ser uma alta reflexão, mas tem o inequívoco sabor de uma "receita caseira", como bem salienta o arguto apresentador (p. 9).

"aristocrático-cosmopolita", sendo que o segundo elemento foi estimulado artificialmente pela criação de foros multilaterais institucionalizados, nos quais o Brasil logo se aclimatou, mas sem deixar de sofrer decepções. Nesse sentido, foi particularmente instrutivo o chamado "fiasco" de 1926, quando se frustrou definitivamente – depois de um rosário de erros – nossa teimosa candidatura a um assento permanente no Conselho da condenada Liga das Nações. O barão não teria cometido os mesmos equívocos.

21. Trabalho do luto

Recapitulando: depois de fevereiro de 1912, nossa diplomacia passou pelo processo que a psicanálise chama de *trabalho do luto*[131]. A tendência compensatória nesses casos é para a homenagem ritual, e o processo não é inteiramente consciente. Se os mortos governam os vivos, como pretendia Augusto Comte, é – em boa medida – porque os vivos não se mostram capazes de absorver a herança dos mortos e de governar por si próprios.

Já citamos, nesse contexto, uma entrevista dada pelo barão, ao ser questionado se o visconde teria feito o mesmo, no caso inédito das concessões territoriais ao Uruguai (condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão). O chanceler declarou, então, que procedia como achava que seu pai procederia se estivesse em seu lugar – vale dizer que ele não repetia o passado, mas via o passado sob a ótica do presente[132]. Da mesma forma, como já assinalado, não se pode pretender que o barão faria hoje o que fez em seu tempo. A *justa medida* depende de um jogo complexo de correspondência e não de simples reverência ou mesmo imitação.

A herança, para permanecer viva, deve deixar de ser hipoteca e ser aceita (ou recusada) como legado. No caso de nossa diplomacia, para que ocorresse essa *superação*, foi preciso esperar até a década de JK – só então o Brasil conheceu uma rejuvenescedora onda de otimismo e de autoconfiança. Como o nome diz, com propriedade, a Operação Pan-Americana (OPA) foi uma *operação*, ou seja, uma ação diplomática coletiva, mais do que uma postulação doutrinária com marca nacional. Era algo novo: fiel às premissas da política hemisférica do onipresente

[131] Trabalho do luto é um termo psicanalítico que designa um "processo psíquico pelo qual um indivíduo, após ter perdido um objeto do seu afeto, consegue gradualmente desapegar-se dele" (HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001).

[132] Ao justificar, em 1909, o novo acordo com o Uruguai (revendo os Pactos de 1851 e 1853, em que seu pai tivera participação), Rio Branco escreveu: "Se fossem vivos os estadistas de 1851, estou persuadido de que seriam os primeiros a promover as modificações que propomos ao Congresso Nacional no tratado que lhe vai ser submetido" (Cf. Lins, op. cit., p. 670).

barão, a OPA submeteu essa política ao teste da realidade. Trazia a teoria para o campo da *praxis*, em uma conjuntura internacional em que a Guerra Fria se exacerbava.

A OPA marcou o início de um novo ciclo – seu simbolismo implícito é sem comparação com sua efetividade prática. Singularmente, foi talvez a operação mais importante de nossa política externa. De forma imediata, os resultados foram quase nulos, mas nossa diplomacia recuperou sua criatividade[133]. Isso só foi possível sob o signo da democracia, que criou condições para uma renovação. O processo iria amadurecer, desenvolvendo sua própria lógica até ganhar o contorno da chamada política externa independente. Antes, contudo, foi preciso afastar o inibidor fantasma do barão e, providencialmente, apareceu um exorcista.

Sintomaticamente, esse exorcista não pertencia aos quadros do Itamaraty: teve que ser enviado pelo Catete. Chamava-se, como se sabe, Augusto Frederico Schmidt. Homem de negócios, era poeta nas horas vagas, com repentes místicos. Estava imbuído de espírito missionário: basta reler seu discurso na abertura do debate da XIV Sessão da AGNU (1959). Com um desusado tom profético, no estilo do Antigo Testamento, o orador inflamado clama contra o desatino da humanidade: "O reino do homem ainda parece distante [...]. Que essa advertência seja ouvida, enquanto for tempo"[134].

Candura por candura, cabe um epitáfio. Por lúcido e brilhante que também fosse, Schimidt era um recém-chegado no palco das relações internacionais. Talvez não soubesse (ou fingia não saber) que "advertências" – por dramáticas que sejam – têm pouca serventia contra a lógica do poder e dos interesses. Diante dessas forças cegas, os belos discursos são pouco mais do que pregações no deserto, onde as sementes não germinam. Todavia, é preciso perseverar até que a própria história se encarregue de providenciar solos mais férteis. Os problemas dificilmente se solucionam por inteiro, mas cedem lugar a outros, na medida em que as situações evoluem. Amém.

VI

22. Espelhos & Contrastes

Tudo somado, o que *fica* do barão? Fica justamente o exemplo de permanente fidelidade à *arte da diplomacia*, acima das injunções do tempo.

[133] Para o conservador Vasco Leitão da Cunha, "a OPA era uma fantasia" [Leitão da Cunha, op. cit., p. 210]. *Fantasia*, justamente: deu asas a nossa imaginação diplomática, que estava hibernando.

[134] Cf. SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe. *O Brasil nas Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2007, pp. 131-137.

Uma coisa é certa: por importante que tenha sido a obra de nosso patrono, sua atualidade não depende apenas da agenda de que tratou. Existe algo mais – esse *mais* faz uma enorme diferença. Qual, exatamente?

O segredo da Esfinge talvez se decifre através do espelho: "[Juca Paranhos] gosta e sempre gostará de espelhos, da contemplação de si mesmo"[135]. Essa observação casual de Álvaro Lins e o comentário que faz logo em seguida ("ele era desses criaturas que se bastam a si mesmas [...]") valem por um perfil psicológico não muito promissor em termos afetivos. "É que Narciso acha feio o que não é espelho", diz sabiamente a canção de Caetano Veloso[136]. Nosso herói, talvez por ser herói, condenou-se à solidão.

Para ilustrar a afirmação, basta um instantâneo: com a vela que mantinha acesa para acender seus charutos, o grande homem chegou a ser surpreendido caçando baratas – obstinadamente – em seu Gabinete, que era toda a sua casa. Aliás, já comentamos que o barão teve um fim de vida triste, imerecidamente triste, ainda que em meio à glória. Nessas horas, o amor da multidão não basta.

O barão era reservado e discreto. No varejo cotidiano, mostrava-se civilizado e amável; no íntimo, protegia sua alma com uma couraça. Um dia, já mais velho, saiu a procurá-la e encontrou apenas uma alma pública. Cumpriu seu destino, como ele próprio confidenciou ao filho:

> Não passo de escravo de meu dever e de suas responsabilidades, sem que as haja procurado. [...] Não há senão uma maneira nobre de considerar a vida, é a de aceitar sem recriminações [...] os deveres sucessivos e vários que nos impõem a pátria e a família[137].

Compreende-se, assim, que a *persona* ficou relativamente bem documentada, mas faltam elementos de juízo sobre a *pessoa*[138]. Não é uma dificuldade incontornável, conforme constatamos.

Embora tenha redigido muito, Rio Branco escreveu pouco. O que deixou para a posteridade tem a ver com fins quase exclusivamente profissionais, seja para atender a interesses da chancelaria, seja episodicamente para a imprensa, sejam os famosos volumes de *Memórias* sobre os contenciosos de fronteiras. Quanto a suas convicções pessoais e ideias filosóficas, inútil procurar, dizem os que se dedicaram a essa

[135] Lins, op. cit., p. 89.
[136] Canção "Sampa", do álbum *Muito* (1978).
[137] Rio-Branco, op. cit., p. 178.
[138] Nas *Reminiscências do Barão do Rio Branco* do filho primogênito Raul do Rio-Branco, encontramos uma indicação preciosa – talvez única – sobre as convicções íntimas do barão. Já nos referimos a elas na seção 16.

faina ingrata. Os que se debruçaram sobre seus erráticos *Cadernos de notas* não encontraram nada que nos diga mais explicitamente como ele via o mundo, um mundo cujas perplexidades atingiam até mesmo um país ensimesmado como o Brasil.

No caso de Nabuco – para fazer um contraste quanto a esse ponto –, a produção confessional é abundante, a começar pelo volumoso *Diário*, recentemente publicado. Seu tema predileto foi ele próprio, mesmo ao relatar a vida do pai, uma forma indireta de falar de si mesmo. Chegou até a escrever uma autobiografia precoce em 1900 (a festejada *Minha formação*), como a reivindicar sua filiação ao século que terminava e na presunção enganosa de que sua vida pública havia terminado. Nada de reprovável nesse narcisismo. Contudo, como explicar o narcisismo às avessas de Rio Branco? Excesso de pudor ou rigor do método?

Segundo testemunhos, o barão cativava pela simplicidade. No entanto, era um ser complexo, já se sabe, talvez porque não se tenha libertado de velhos traumas. Com seu habitual viés negativo em se tratando de Rio Branco, Oliveira Lima sentenciou que "sua alma tinha refolhos", querendo dizer, obviamente, que o chanceler dissimulava sentimentos menos nobres. Esse ajuste de contas apareceu em artigo publicado logo depois do desaparecimento do barão – o gesto não foi elegante[139]. Além disso, já do ponto de vista do mérito da alegação, o ressentido diplomata devia saber que não há alma sem dobras e segredos – é o que dá a medida da riqueza interior do indivíduo como tal. A personalidade de Rio Branco resiste a qualquer reducionismo.

23. Entre discurso e ação

Oliveira Lima serve como elemento de contraste para o barão. São duas inteligências bastante distintas. O autor de *Dom João VI no Brasil* foi um catalogador – gostava do passado[140]; Paranhos, um desbravador – olhava para a frente. Ainda trilhamos as sendas abertas pelo barão, em mais de um sentido: ele nos deixou um legado explícito; outro, menos

[139] Artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, datado de Bruxelas (fevereiro de 1912). Oliveira Lima não perdoou o barão por este ter-lhe oferecido um posto importante (Lima), mas que não estava na Europa... Com a demora da remoção, o próprio Rio Branco deve ter mudado de ideia, pois em 1903 a importância do Peru cresceu. Não convinha confiar uma missão delicada a um funcionário que já se havia desentendido seriamente com seu ex-chefe (Assis Brasil) em Washington e que foi depois descrito por seu admirador e amigo Gilberto Freyre como um homem "vaidoso, ranzinza, teimoso, ao ponto de cabeçudo" (FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima*: Dom Quixote Gordo. Recife: UFPE, 1968). Certamente, O. Lima tinha outras qualidades, mas não as que convêm a um diplomata. O barão foi prudente.

[140] Segundo o próprio O. Lima, perder-se em "detalhes não essenciais" é "o senão dos diplomatas de carreira sem inteligência superior" (Cf. OLIVEIRA LIMA. *Dom João VI no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, p. 493). Não se pode dizer que sua obra monumental (em três volumes) esteja livre desse vício.

explícito. O explícito refere-se à obra; implícito – vale repetir – é o *modo de fazer*. Este não se anula quando aquela se completa. Na verdade, o *fazer* é mais resistente do que o feito – ele fica como exemplo. No caso de Rio Branco, isso é tão mais possível, porque a ele se aplica com justeza o conselho do Riobaldo de Guimarães Rosa: "Mestre não é quem sempre ensina mas quem de repente aprende."

A Academia procura verdades estáveis; uma chancelaria está necessariamente envolvida com contingências. Convenhamos que uma *teoria* pode ser tudo e coisa alguma: quando o vulgo diz que algo *não passa* de uma *teoria*, quer sublinhar que se trata de uma fantasia sofisticada, uma invenção cerebrina, um mimetismo de "certa ideia", uma simplificação que pode degenerar em caricatura. Dito isso, seria temerário – como já observamos – falar em uma *teoria do barão*[141].

Para darmos um exemplo próximo a Paranhos Jr., até Joaquim Nabuco – sempre impecável no *politicamente correto* – não ficou invulnerável às *astúcias* da teoria; bem ao contrário, aliás. Com zelo de recém-convertido, ele se rendeu inteiramente aos encantos do monroísmo ou, pior, do *rooseveltismo*, para usar o neologismo pouco eufônico de Oliveira Lima. O culto não foi platônico, a ponto de estourar – sob a forma de jantares em grande estilo – o orçamento da embaixada em Washington, o que foi motivo de preocupação até para o próprio chanceler, que não se distinguia pela parcimônia em termos de gastos[142].

Ainda a propósito, Oliveira Lima escreveu em suas *Reminiscências* que Joaquim Nabuco foi *too British* em Londres, *too American* em Washington, *too Roman* na Itália, assim por diante... Para variar, a opinião era maldosa, sem ser gratuita. No entanto, não era exatamente o problema do que depois veio a ser conhecido como *localite*; é mais fácil admitir que o Belo Quincas tinha tal capacidade de sedução que ele próprio não ficava imune. Deixava-se encantar por ele mesmo para ser o *outro.* Por exemplo: tomou de empréstimo a língua francesa para escrever... poesia, algo inextrincável da língua materna.

Essa versatilidade seria inconcebível no caso de Rio Branco, cuja relação com a palavra é mais uma vez reveladora. A parcimônia discursiva de nosso barão – quando a teoria não estava a serviço da ação – chegou a extremos. Sendo historiador e tendo presenciado tantos fatos importantes na cena mundial, nunca se deu ao trabalho de comentá-los ou sequer de

[141] CERVO, Amado L. "O Barão do Rio Branco e a modernização da agenda brasileira". In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2002, p. 293.

[142] Cf. FRANK DA COSTA, J., op. cit., p. 92. As despesas excessivas de Nabuco foram objeto de denúncia na imprensa brasileira, notadamente pelo *Correio da Manhã*, que antes havia feito campanha contra a abertura da embaixada em Washington.

mencioná-los. Poderia tê-lo feito a título puramente funcional – tinha mesmo o dever de fazê-lo, quando estava no exterior e foi chefe de missão. Pois não o fez. Isso não significa que não tenha se deixado impressionar – era antes de tudo um homem sensível e inteligente.

Chama a atenção, em especial, o fato de que a experiência berlinense do futuro chanceler não tenha merecido qualquer registro fora da rotina. É que o registro viria a se manifestar depois e por atos. Essa é uma faceta curiosa do barão, em si mesma reveladora: profissionalmente, ficava chocado com "a loquacidade incontida de certos interlocutores"[143]; socialmente, era homem de "boa prosa", como notou João Ribeiro[144].

O exemplo do barão mostra que a fala exige cautela quando concebida como uma forma de agir: ela impõe compromissos, ainda que o discurso mantenha a aparência isenta de uma especulação teórica ou mesmo de uma pregação ética. Dito pelo reverso: a ação envolve a palavra, mas não é só palavra; com frequência, é até a antipalavra.

A diplomacia usa o discurso, mas não *é* o discurso: *é* ação. Vem, a propósito, uma aguda observação de Álvaro Lins, crítico literário *doublé* de biógrafo: "As obras escritas de Rio Branco não são propriamente livros, mas *atos*"[145]. O que isso significa? Que Rio Branco era, antes de tudo, um *animal político*, no sentido aristotélico. Política é ação, e o barão foi um homem público da velha estirpe, cuja extinção não deixa de ser lamentada[146].

Esse ponto é importante; antes de voltar a ele, façamos mais um contraste.

24. Crítica negligenciada

Dois anos depois da morte do barão, João Ribeiro constatava sem muita surpresa: "Rio Branco é uma dessas personalidades que têm escapado à crítica, e entre nós ainda não foi julgado"[147]. Curioso fenômeno se comparado à exposição crítica a que foi submetido Pedro II, para não

[143] CALÓGERAS, Pandiá. *Estudos históricos e políticos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 222.

[144] Outros testemunhos confirmam que Rio Branco foi "um palestrador comunicativo, inesgotável" (Tobias Monteiro), com natural "inflexão musical" da voz. Assis Brasil também salienta a "vibração musical da sua palavra, insinuante às vezes como as notas graves mais felizes do violoncelo". Cf. Viana Filho, op. cit., p.169.

[145] Lins, op. cit., p.642.

[146] Um bom exemplo é dado por Richard Sennett em *The Fall of Public Man* (1974). Melhor ainda é o testemunho de Hannah Arendt, cuja obra é em boa medida o elogio do homem público.

[147] Artigo no jornal *O Imparcial*, em 20 de fevereiro de 1914.

falar de muitos outros[148]. Dir-se-ia que Rio Branco gozava de uma rara isenção plenária, que – suspeitamos – provinha de camadas arcaicas ou de forças não inteiramente conscientes.

A interdição não valeu, contudo, para o irreverente Lima Barreto[149].

Essa exceção não é mera curiosidade. Se o barão faz classe à parte, Lima Barreto também é único: ele foi a primeira voz do subúrbio carioca – uma expressão de revolta aberta, em contraste com as denúncias subliminares de Machado de Assis, um pouco mais velho[150]. Dolorosamente, com o tempo, iríamos saber que essa revolta contida não se limitaria a manifestações puramente verbais, atingindo uma violência incontida.

O barão queria um Brasil "unido" para ser forte; Lima Barreto denunciava uma nação que – por ser dividida – não era justa. Aquele buscava a grandeza nacional; este fez "uma opção pela marginália", mesmo "sem ser um *escritor proletário*"[151]. Eram visões incompatíveis àquela altura, porque não havia nem mesmo formas de comunicação entre elas: o Brasil branco se refugiava nas alturas de Petrópolis, enquanto o Brasil mestiço não ia muito além do Campo de Santana – no máximo, chegava ao Passeio Público; mas já chegava. Aliás, os personagens de Lima Barreto eram grandes "passeadores", melhor dizendo, observadores da cidade.

Há sabidamente um ponto em comum entre essas duas figuras exponenciais que *uivam* ao serem postas lado a lado: ambos invocaram em seu favor – cada um a seu modo, bem entendido – a ideia sacrossanta da *pátria*. Ora – como *Deus*, como *humanidade* – *pátria* não é um nome a ser dito impunemente: pode ser uma devoção, como pode ser um álibi ou mesmo uma heresia. Não faltaram alertas nesse sentido; o de Oscar Wilde foi mais explícito: "*Patriotism is the virtue of the vicious*". Não é um juízo a ser aplicado indiscriminadamente, mas a suspeita também não pode ser excluída por antecipação. Justamente, contra o barão, Lima Barreto

[148] "Não havia jornaleco, pasquim por aí, que o não chamasse de 'banana' e outras coisas... Saía no carnaval... Um desrespeito sem nome! Que aconteceu? Foi-se como um intruso" (LIMA BARRETO. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1915, segunda parte, capítulo 5.

[149] Basta citar a conversa entre os dois protagonistas "sentados num bando do campo de Santana": "Este Juca Paranhos [...] faz do Rio de Janeiro a sua chácara [...]. Não dá satisfação a ninguém [...]. Distribui o dinheiro do Tesouro com bem entende [...]. Mora em um palácio do estado sem autorização legal [...]". Imediatamente antes dessa fala, o narrador havia anotado: "[Gonzaga de Sá achava Paranhos] uma mediocridade supimpa, fora do seu tempo, sempre com o ideal voltado para as tolices diplomáticas e não com a inteligência dirigida para a sua época. Era um atrasado, que a ganância das gazetas sagrou e a bobagem da multidão fez um Deus [...]. [A]o pensar eu nisto, repimpado em um luxuoso automóvel de capa arriada, passou, com o ventre proeminente atraído pelos astros, o poderoso ministro de Estrangeiros" LIMA BARRETO. *Vida e morte e M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919, capítulo 6.

[150] Para buscar outra sincronia: Noel Rosa – também uma voz do subúrbio – nasceu em 1910 e morreu em 1937. Lima faleceu em 1922, depois de haver ido para o manicômio mais de uma vez.

[151] RESENDE, Beatriz. "Lima Barreto: a opção pela marginália". In: SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 73-8.

levanta a suspeita, usando a liberdade da ficção: "O seu ideal de estadista não é fazer a vida fácil e cômoda a todos; é o aparato, a solenidade cortesã das velhas monarquias europeias [...]"[152].

Não é uma crítica epidérmica, como a de Oliveira Lima, nem uma crítica interessada, como a dos opositores ao Tratado de Petrópolis. A contestação de Lima Barreto é sumária, mas radical. Não se pode desqualificá-la como gratuita – é verossímil. Tem, contudo, um ponto fraco, que a neutraliza: ela se dirige não ao barão real, mas ao barão já em processo de oficialização. Na verdade, Lima Barreto presta um serviço à memória de Rio Branco – ele ataca o falso barão, previne contra sua mistificação. Como costuma acontecer nesses casos, a *chapa branca* não seria um subproduto apenas institucional – contaria também com o decidido apoio daqueles que gostam de se refestelar na sabedoria convencional.

O inconformismo de Lima Barreto nos sugere uma indagação não convencional: em que medida Rio Branco representou e pode representar um pensamento democrático? Afinal, falar em democracia, mesmo em uma República adolescente, não fere a sincronia. Salvo engano, contudo, nosso chanceler não primou pelo uso explícito do conceito, que seria uma ponte natural com as preocupações dominantes na atualidade. Decididamente, a ponte não é visível, o que não quer dizer que não exista.

Acontece que democracia não é apenas um regime político – é um *modo de vida*. John Dewey, meio contemporâneo de Rio Branco, insistiu muito nesse ponto, ao vincular democracia e educação[153]. Nessa ótica, Paranhos Jr. qualifica-se como um democrata, mais por atos do que por palavras: tinha *espírito* democrático, isto é, a mente aberta ao devir histórico. Foi um homem que não se cristalizou – é o que procuraremos demonstrar em abono da atualidade do barão. Aliás, a tese vale igualmente para o visconde, seu pai, um conservador: ele foi o primeiro a afrontar para valer os donos de escravos. Nisso contou com o incentivo do imperador, o que completa o paradoxo.

25. *Vox populi*

Retomemos uma nota já esboçada: a autoconfiança de Paranhos Jr. não teria sido tão inabalável sem o inequívoco apoio que sentia no homem

[152] LIMA BARRETO. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919, capítulo VI. O livro foi publicado em 1919, depois – portanto – da morte de Rio Branco.

[153] Dewey, J. *Democracy and Education*. Nova York: Macmillan, 1916.

da rua. Lima Barreto pretendia falar em nome do povo contra o barão; era esse, contudo, quem cativava o povo, certo ou errado.

Não é uma presunção: Rio Branco mobilizava multidões – dir-se-ia que tinha uma sintonia secreta com o povo, sem qualquer propósito de adulá-lo. O apreço popular ficou patente em mais de suma ocasião, seja no Rio de Janeiro (1904, 1906, 1907), seja em São Paulo (1908). A mais expressiva foi em 1909, por ocasião do 20 de abril, aniversário do barão: "quase toda a população do Rio de Janeiro" foi às ruas para prestar-lhe homenagem[154].

Não foram, portanto, episódios isolados. Como se não bastasse, *malgré lui même*, Rio Branco *foi* virtualmente presidente da República, pois a opinião pública – anônima e espontânea – fez sua escolha antes mesmo das eleições, ao arrepio dos donos do poder. Em suma: ao cultuar o barão, dir-se-ia que o povo confiou no seu sexto sentido, mesmo na contramão das elites.

Em melancólico coroamento, a morte do chanceler foi uma verdadeira "calamidade nacional", como proclamou a imprensa[155]. Quantas vezes, se alguma, se falou em *calamidade* a propósito da perda de um homem público? O país se sentiu órfão – o luto perdurou por décadas, como se o Brasil custasse a recuperar seu rosto. Isso nos faz pensar que – para melhor explicar a heroicidade do barão – temos que regredir às camadas arcaicas da brasilidade[156]. Rio Branco não era o símbolo nem da República, nem do Império – era a síntese viva da nacionalidade, no que tem de mais recôndito.

Recôndita, sabemos, foi a própria gestação da *terra brasilica* – uma gestação diplomática. Como se sabe, o Brasil nasceu virtualmente de uma Bula papal (ou mais de uma), anos antes da viagem de Cabral e do *achamento* do Pindorama. Séculos depois, Rio Branco colocou o Brasil diante do desafio da verdade: qual era nosso corpo real? Quem tem corpo pede espaço; este, sim, passível de expansão. Dir-se-ia que Rio Branco fixou as fronteiras nacionais para *projetar* o país além delas, pacificamente. Até então, em regra, nossa postura externa tinha sido reativa, embora digna. O barão iria inserir o Brasil no ambiente internacional que lhe correspondia: o país sul-americano ganhou uma *presença* que nunca havia tido. O povo tinha orgulho de seu chanceler.

---

[154] Lins, Álvaro – "Rio Branco" (1945), p.655.

[155] Manchete do jornal *A Noite* no dia do passamento.

[156] Sergio Buarque de Holanda – além de expor nossas raízes – também se dedicou com afinco a explorar essas camadas imaginárias, sabendo que a fantasia nunca é inteiramente gratuita. O Novo Mundo foi campo fértil para os mitos, a começar pela "imagem do Éden". Embora os portugueses fossem menos dados a "perseguir quimeras" do que os espanhóis, esses mitos são os "fundamentos remotos da própria história do Brasil"(Cf. Sérgio Buarque de Holanda – *Visão do Paraíso*, Prefácio à segunda edição -1968). Um exemplo é *mito da Ilha-Brasil*, a que Jaime Cortesão deu tanta importância.

Pois foi assim: o Brasil ganhou um novo herói, mas desta vez não era trágico, como o foi Tiradentes. Rio Branco era um vitorioso, mas um vitorioso peculiar, como já observado: não era um guerreiro. Não era nem mesmo um ativista político. A rigor, era um burocrata, com um passado profissional sem muito brilho e uma crônica pessoal um pouco tumultuada: manteve durante anos uma relação conjugal não oficializada e foi um membro um pouco apagado do corpo consular do Império e depois, a contragosto, da República. Por quinze anos ele se conformou com um posto que era quase um desterro em latitudes cinzentas, até que de repente o governo de Floriano (*sic*) o convocou para missões mais altas.

A partir de então, tudo muda como em um passo de mágica. Rio Branco acumulou duas vitórias sucessivas: dobrou um adversário arrogante e teve ganho de causa contra a França todo-poderosa. Nascia um mito – um mito de invencibilidade.

Se houve preparação para a glória, foi de forma muito particular: Paranhos Jr. vasculhou velhos arquivos, colecionou mapas antigos, percorreu as tendas de *buquinistas* na beira do Sena. Tudo em nome de um mandato interior. De resto, o cônsul em Liverpool não podia ter qualquer certeza de que seus estudos teriam um dia alguma aplicação prática. No entanto, aconteceu: de súbito, o "estudante e obscuro servidor da pátria"[157] passou do quase anonimato à notoriedade de um semideus.

A fama não o deslumbrou, e isso só fez crescer a estima do povo, que talvez nem tivesse condições para avaliar objetivamente os méritos do providencial chanceler. Contudo, acredite-se ou não, a escolha de um ídolo interfere com o chamado "inconsciente coletivo". Justamente por ser *inconsciente*, não se sabe bem o que é – o que se sabe é que se situa além da razão supostamente objetiva.

É preciso, portanto, arriscar-se pelos meandros da psiquê brasileira para entender essa inusitada devoção a um diplomata. Sua obra tocou no nervo da própria nacionalidade, nas nossas origens e na nossa gênese. Ele nos recordou que o Brasil é "uma dádiva da diplomacia", como João Ribeiro escrevia com simplicidade em 1900. De alguma forma, ficou confirmado que o Brasil tem alma diplomática, como marca de nascimento. Nosso corpo foi moldado por essa alma.

[157] Carta de Rio Branco a Rui Barbosa em 22 de maio de 1909, em que o barão recusa – polidamente e pela segunda vez – o apelo de Rui para ser candidato à presidência contra a recém-lançada postulação (com base no estamento militar e não por indicação de qualquer partido político) de Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra. Em carta publicada dois dias antes, Rui defendeu a escolha de Rio Branco como "uma solução nacional". Como se sabe, Rui acabou sendo, ele próprio, o candidato da oposição e desenvolveu memorável campanha civilista. Entretanto, não teve êxito – o próprio Rio Branco apoiou Hermes, amplamente vitorioso.

Se o trabalho do barão não tivesse a ver com esses elementos fundamentais, talvez ele não se afigurasse tão vitorioso aos olhos de seus contemporâneos e para a posteridade, independentemente de seus feitos em cada caso concreto. É o pressuposto da tese delineada ao longo deste ensaio: ter alma diplomática equivale a um modo particular de perceber a realidade, de agir em consequência e agir na hora certa.

No caso do barão, fica bem nítido que perceber e agir andavam juntos.

26. O estilo é o homem

O dito é clássico, mas enganador. A proposição é tautológica – falta definir o homem. No entanto, comecemos pelo estilo: o de Rio Branco era antirretórico: primava pela economia de palavras. Esse ponto é nevrálgico: a *escrita* de Rio Branco era limpa e direta, em flagrante contraste com seus contemporâneos, como o *cultista* Rui Barbosa. Isso para não falar de um colaborador próximo, Euclides da Cunha, com seu inconfundível "estilo de cipó". Não deve limitar-se à mera curiosidade a comparação, sob esse ângulo, entre o barão e as duas figuras agora mencionadas, tão representativas de toda uma época. Se abstrairmos as respectivas especialidades e pusermos de lado os acidentes, tanto quanto possível, vamos constatar que estamos diante de *epistemes* bem distintas. Dos três notáveis homens, Rio Branco foi certamente o mais *avançado*, o único cuja "visão do mundo" não era provinciana e "contemporânea" – seu horizonte era de permanente atualidade. Confrontados com o barão, Rui e Euclides são intelectuais *datados*, por mais que seus méritos ainda despertem admiração. Entenda-se: não são anacrônicos, mas sua importância é inescapavelmente sincrônica; sem que isso represente um juízo de valor, sua grandeza só pode ser entendida se referida a determinado contexto histórico. Não é bem o caso de Juca Paranhos.

Agora, outra pergunta que não se costuma fazer: quando falamos de Rio Branco, estamos a rigor falando de *qual* Rio Branco? Do jovem boêmio e inseguro? Do ministro de Estado maduro, pronto para o retrato da posteridade? Do sábio burocrata que resistiu a ser chanceler e preferiu não ser presidente da República? Em outro registro, qual o profissional dominante na escalada de Paranhos Jr.? Há o pesquisador de gabinete, lançado repentinamente em negociações efetivas na questão de Palmas/Missões e depois na do Amapá; há o tático habilidoso que encaminhou exitosamente, driblando resistências, a solução para o *imbroglio* do Acre; há

o estrategista que antecipou a mudança de eixo da política internacional. A cada um deles, corresponde uma cabeça distinta.

Sim, são agentes distintos, conforme a situação; a *rationale* também não é a mesma. Sendo assim, só por licença ontológica, podemos falar de algo como *o Rio Branco*, uma entidade unívoca – a rigor, há mais de um Rio Branco. Todavia, se Paranhos Jr. chegou a ser o barão, foi exatamente por isso – porque não se paralisou na própria imagem. A mumificação veio *post mortem*.

Dito isso, cabe reafirmar que o *fazer diplomático* de Rio Branco nada tinha de aleatório – era um fazer esclarecido e, portanto, fundamentava-se em um diagnóstico consciente. No mínimo, como já discutido, havia "certa ideia" sobre a prática a ser cumprida, mas sempre dentro de um critério caso a caso. Assim, não devemos recuar da conjectura de que, para o barão, a diplomacia devia estar liberta de jaulas conceituais e de prisões teóricas.

A contraprova disso pode ser encontrada no nível da linguagem – não há índice mais seguro. Com efeito, como ensinava Aristóteles, tudo passa pelo acesso ao *logos*, dom específico do ser humano. O *logos* é *razão* e *palavra*, ao mesmo tempo. Vale dizer que a compreensão só é tal como linguagem, que não é (nem pode ser) um simples instrumento. Esse é um ponto fundamental: "Ser que pode ser compreendido é linguagem", conclui Gadamer na parte final de seu longo estudo[158]. Essa intimidade deriva de nosso *estar no mundo*, a inescapável condição humana, com seu horizonte de finitude e, portanto, de permanente risco.

Álvaro Lins nos oferece uma perspectiva para entender como essa questão se coloca no caso de Rio Branco:

> Do estilo de Rio Branco não se podia dizer que fosse literário ou artístico, mas um *estilo de ação*. Não há nele beleza, originalidade ou brilho, mas decisão, propriedade, justeza e espírito de síntese[159].
>
> A sua linguagem apresentava-se nua, sóbria, ascética, sem uma palavra excessiva, sem uma frase que correspondesse a algo de essencial. Uma linguagem que era *o próprio pensamento em ação*. Se o estilo é a forma mesma em que se exterioriza uma personalidade – cada homem tem o estilo de sua própria obra[160].

[158] GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 2005 [título original: *Wahrheit und Methode* (1960], I [478]. A partir desse juízo síntese, Richard Rorty construiu um ensaio altamente esclarecedor intitulado "Gadamer e sua utopia". Trata-se de uma radiografia do pensamento filosófico contemporâneo. Hans-Georg Gadamer, *Verdade e Método*, 1978, Vozes (2005), p.

[159] Lins, op. cit., p. 408 (grifo acrescentado).

[160] Idem (grifo acrescentado).

"Pensamento em ação" é o próprio de um homem de Estado. A análise de Álvaro Lins ressalta o estilo econômico, sem desperdícios, do barão. É uma chave também para entender a relação de Rio Branco com o poder, cujo convite ele recusou por mais de uma vez. É um caso realmente extraordinário de quem desfrutou do poder contra sua própria vontade, embora o tenha manejado com sabedoria. Sempre com economia.

Também poderíamos falar em estilo jornalístico, se afastarmos qualquer conotação de superficialidade. Com isso se pretende salientar uma forma ágil e objetiva, atenta antes de tudo ao *acontecimento* e não ao acontecido. As *Efemérides*, já referidas, são narrativas sem maiores elucubrações. É o estilo de quem está preparado para surpreender o evento, para detectar o fato do dia, como se a realidade fosse sempre novidade. Afinal, a etimologia da palavra é a mesma de "efêmero". Tudo isso talvez tenha a ver com uma questão correlata: por que Rio Branco, que era tão disciplinado, não levou adiante a elaboração da "História Militar e Diplomática do Brasil"? O acalentado (e apregoado) projeto ficou reduzido a dois magros capítulos póstumos, mas as *Efemérides Brasileiras* foram concluídas em 1892.

Sem fugir a essa linha de raciocínio, vale considerar uma última conjectura, desta feita formulada pelo sempre estimulante Álvaro Lins. Louvando-se no livro clássico de Johan Huizinga[161], o ensaísta pernambucano apresenta uma proposta de interpretação inovadora, à qual não se tem dado a devida atenção: "Do Barão do Rio Branco pode-se dizer, pois, que foi o *homo ludens* da diplomacia brasileira"[162].

Por pertinentes que sejam as razões alinhadas por nosso autor, cabe certa hesitação: então, por trás do *homo lupus* – ávido em marcar espaço – estaria o *homo ludens*, que brinca[163]. Ainda que se use elegantemente a expressão latina, poderíamos afirmar com tranquilidade que Rio Branco foi antes de tudo um *jogador*, com o arremate de que tinha também vocação de coreógrafo[164]? Sim, se entendermos a proposta. O biógrafo não a retoma em seu texto; ao formular a ideia, seus argumentos são subjetivos e, portanto, discutíveis. A intuição, contudo, é certeira: ela nos devolve ao tema da língua, o que mereceria uma elaboração mais ampla, pois abre uma perspectiva atualizada para nosso exercício. No entanto, vamos nos limitar a uma simples referência.

---

[161] HUIZINGA. J. *Homo Ludens*. Amsterdam: Pantheon, 1938. A. Lins cita a edição mexicana de 1943, que tornou acessível o texto holandês; tratava-se, portanto, de uma novidade, cujo lançamento coincidiu com a elaboração da biografia de Rio Branco. Provavelmente foi um achado tardio do autor, que trata do tema apenas em dois parágrafos ao final do capítulo 1.

[162] Lins, op. cit., p. 45.

[163] Na etimologia de "brincar", está a raiz *brinc*, antepositivo derivado de "brinco" (do latim *vinculum*), com sentido de liame ou laço. Brincadeira é um compromisso sem compromisso, um vínculo por meio da desvinculação.

[164] "A sua ação completava-se, no conceito lúdico, pelo gosto da *mise-en-scène* com que ampliava o brilho de suas representações nos atos políticos e mundanos no Itamaraty" (Ibidem, p. 45).

Ocorre que o *homo ludens* estudado por Huizinga foi uma fonte reconhecida de inspiração para a hermenêutica filosófica de Gadamer[165]. No contexto desse corpo teórico, o jogo não é simplesmente brincadeira, deleite, aposta ou competição – ele é referido ao fenômeno da *compreensão*, livre dos significados subjetivos que correntemente são associados à atividade lúdica[166]. O parentesco desta última com a diplomacia não é acidental: ambos são espaços "internos" cujo código se constitui com a própria atividade, dentro naturalmente das "regras do jogo".

Por ser um código, o jogo é uma linguagem que não se intitula como tal. Ora, a língua é inseparável da compreensão, assim como a palavra é essencial à diplomacia. Além disso, a própria língua comporta *jogos*[167] – como já havia sustentado Wittgenstein, cuja afinidade com Gadamer é hoje reconhecida[168]. Assim, a hermenêutica, como a diplomacia, tem uma conotação lúdica, no sentido de movimento não aleatório, mas imprevisível. Tem também, podemos acrescentar, o sentido de diversão/consolo, já que o êxito nunca está garantido. O jogo – como sabemos – sempre comporta azar: só se conhece o resultado a partir da ação.

Em suma, declarar o barão como *homo ludens* da diplomacia brasileira é o melhor endosso ao primado da experiência e da práxis, como procuramos salientar ao longo deste estudo. Além disso, confirma que o Brasil tem algo fundamentalmente lúdico – eis outra razão para nos identificarmos com o barão.

A propósito, Luiz Viana Filho, biógrafo atento ao lado pessoal, escreveu que Rio Branco – já ministro de Estado – "guardou na alma muito de Juca Paranhos"[169]. Para ser fiel ao barão, conviria que o Brasil também conservasse sua jovialidade.

27. Diferença

Na linha das considerações elencadas, procede a pergunta: a *aura* em torno de Rio Branco não transcenderia sua própria pessoa? Por mais merecida que seja a glória do barão, ele não é bem mais do que um ícone? Não seria, em última análise, um avatar de camadas profundas de nossa

[165] Ibidem, primeira parte, 2.1 [pp. 107 e seguintes]. Gadamer recorre ao jogo, no contexto da experiência da arte, como "fio condutor da explicação ontológica".

[166] "O comportamento do jogador não deve ser entendido como um comportamento da subjetividade, uma vez que é o próprio jogo que joga, na medida em que inclui em si os jogadores [...]" (ibidem, I [p. 493]).

[167] "São também jogos de linguagem os que nos permitem chegar à compreensão do mundo na qualidade de aprendizes – e quando deixamos de ser aprendizes" (ibidem, I [p. 493]).

[168] Ver, por exemplo: LAWN, C. *Wittgenstein and Gadamer*: towards a post-analytic philosophy of language. Londres; Nova York: Continuum, 2004.

[169] Viana Filho, op. cit., p. 312.

identidade? Enfim, ele não faz parte hoje de nosso imaginário coletivo, algo difuso, mas nem por isso menos real? Estamos saindo aqui do plano puramente histórico e a conjectura pode parecer estranha, mas não é fora de propósito.

Como uma consideração paralela, recordemos que, de seu próprio punho, Sérgio Buarque de Holanda acrescentou à nossa galeria de mitos uma figura nova: "um gigante cheio de bonomia superior". Seria um perfil do barão[170]? Poderia ser o próprio Pedro II, "aquele rei bonachão que estudava sânscrito e traduzia Longfellow"[171].

Machado de Assis confere ao Conselheiro Aires, diplomata aposentado, o mesmo traço: uma forma sutil de ser gentil com o mundo, sem por isso transigir com ele. O celebrado humor carioca do mestre do Cosme Velho – um escritor do império, não esqueçamos – pode ser visto como uma versão literária dessa *bonomia* de que fala o autor de *Raízes do Brasil*.

A *bonomia* é uma virtude prática, não teórica. Entre nós, Rio Branco é o exemplo por excelência de que política externa se faz com diplomacia, que, por sua vez, depende fundamentalmente de quem a faz, se presumirmos que as demais variáveis são equivalentes. A questão permanece: como caracterizar o *fazer diplomático* de José Maria da Silva Paranhos Júnior? É um fazer com assinatura por extenso.

Álvaro Lins não recuou diante da questão e, em 1945, foi mais arguto do que grande parte da chamada *Teoria das Relações Internacionais*, como posteriormente elaborada:

> O que fez a grandeza do Barão do Rio Branco foi a circunstância de haver associado a ciência e a arte diplomática. Porque aquilo que se chama a ciência da diplomacia constituía para ele um material de trabalho, mas estava longe de esgotar-lhe as possibilidades pessoais. Acima dos conhecimentos especializados e da erudição científica ele colocava a *diplomacia criadora*, livre nos movimentos e recursos inventivos da imaginação [...][172].

Em outra passagem, o biógrafo amplia o juízo:

> Existe nas relações internacionais alguma coisa que não depende dos conhecimentos teóricos, das razões das causas em jogo, do próprio poder das

[170] BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. Cito a 11ª ed., p. 132. Conforme a explicação do autor, o gigante bonachão seria a imagem do Brasil que herdamos do império e que persistiu na República. Passado quase meio século desde o grito de Deodoro, ele concluiu: "Ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional".

[171] Viana Filho, op. cit., p. 53.

[172] Ibidem, p. 301 (grifo acrescentado).

> nações. É um elemento imponderável que está ligado á sedução pessoal do diplomata. Em Rio Branco, havia esse dom excepcional de atrair e convencer[173].

Diplomacia criadora – temos aqui um conceito chave e, ademais, extraído de uma experiência viva e modelar. A primeira condição para exercer uma diplomacia criadora é manter a liberdade de ação. Lembremos, por exemplo, as instruções do chanceler a seu caríssimo amigo Nabuco, que partia para Washington: "Nosso desejo é prendermo-nos o menos possível a compromissos". A ressalva não era gratuita nem acidental – muito ao contrário, embora econômica, a recomendação era necessária e providencial. Em seu afã de ser admirado, quando não podia ser amado, o Belo Quincas nem sempre manteria a percepção da *justa medida* desejada pelo barão, que assumiu um risco calculado ao fazer a escolha de um monarquista para representar o Brasil nos Estados Unidos, uma república de pura linhagem.

Lembremos mais uma amostra desse risco e do corretivo aplicado no caso por Rio Branco. Em 1906, na preparação da mencionada Terceira Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, Joaquim Nabuco se queixava: "Eu acredito estar chocando para você e o presidente [...] um ovo de águia, mas tenho medo de que levado para aí ele saia gorado por falta de calor monroista no governo e no país"[174]. A seu modo, quase cândido, o nostálgico aristocrata não podia ser mais profético e preciso: se havia ovo, era mesmo de águia, mas que águia!

Como já assinalado, em seu discurso na abertura do histórico encontro, diante de Elihu Root, Rio Branco houve por bem reafirmar a fidelidade brasileira a suas origens: nem por aderir ao pan-americanismo, o Brasil renegava a tradição de sua cultura. Por que ele fez questão de afirmar isso, justamente naquele momento? Não foi uma fala dirigida aos europeus ausentes, mas aos americanos presentes – e, em particular, aos brasileiros. Em última análise, a declaração aflorou o tema da *identidade*, que iria pautar nossa política externa nas décadas seguintes, ainda que o conceito só venha a ser explicitado muito depois.

Todavia, é hora de resumir nosso argumento: se o Brasil tem alma diplomática, como estamos supondo, Rio Branco foi seu melhor intérprete, Como tal, é o ponto culminante de uma tradição, sem a qual o próprio barão não teria feito o que fez. Ele se insere em uma continuidade. Aqui talvez esteja a resposta para um enigma que tem sido alimentado por muitos intérpretes e exegetas.

---

[173] Ibidem, p. 472.
[174] L. Viana Filho, op. cit., p. 344 (6ª ed.).

Duas teses opostas ajudam a ilustrar o suposto enigma. O barão "herdou o espírito do Império do pai. Era a continuação do Império" – disse o Dr. Vasco sem hesitar[175]; tinha "as proporções anormais de homem superior à sua época", constatou Euclides da Cunha, entre admirado e intimidado. De um lado, há certo consenso de que Rio Branco era uma figura típica do fim do século XIX; de outro, a firme sensação de que, intelectualmente falando, o barão estava muito à frente de seu tempo.

Com qual das duas interpretações conviria ficar? Com ambas. O filho do Conselheiro Paranhos foi de fato um herdeiro – herdou do pai a visão do estadista, entendendo-se por tal aquele que se preocupa com as gerações vindouras e não com as eleições próximas. Paralelamente, embora fosse um tradicionalista, Rio Branco se dedicou antes a preparar o futuro do que a preservar o passado, como já sugerido.

Graças ao benefício da distância, um diplomata argentino viu claro: "Rio Branco [...] era o próprio Brasil"[176].

Com efeito, a imagem do Brasil e do *insubstituível* chanceler se confundiam quando ele estava vivo. Um século depois, continuam se confundindo – é um convite para descobrir novas facetas neste retrato inacabado, talvez por mais cem anos, talvez para sempre.

[175] Leitão da Cunha, op. cit., p.17.
[176] CANTILO, Jose Maria. *Recuerdos de mi vida diplomática*. Buenos Aires, 1935.

Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Verdana 13/17 (títulos),
	Book Antiqua 10,5/13 (textos)

A Fundação Alexandre de Gusmão, em conjunto com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, organizou o seminário "Barão do Rio Branco: 100 anos de memória", cujos anais são objeto do presente volume.

De 8 a 10 de maio de 2012, os 25 palestrantes e os mais de 400 estudiosos que compareceram às sessões organizadas no salão de conferências do Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, e no auditório do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro passaram em revista o pensamento e a obra do reverenciado estadista.

O rico material apresentado constitui fonte de inspiração e de pesquisa para todos os interessados na formação do Brasil, na história da América do Sul e nas artes da diplomacia, representadas por aquele que foi um de seus mais completos expoentes.

ISBN 857631413-4
9 788576 314134

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
www.funag.gov.br